COMISSÃO ESTADUAL

DA VERDADE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
agosto 2013/abril 2016

VOLUME 1

Resgatando nossa história.

ESTADO DA BAHIA

PER ARDUA SURGO

BRASIL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
agosto 2013/abril 2016
VOLUME 1



Governo do Estado da Bahia
Rui Costa dos Santos – 01 de Janeiro de 2015
Jaques Wagner - 01 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2014

Chefe de Gabinete
Cícero Monteiro - 01 de Janeiro de 2015
Edmon Lopes Lucas - Maio de 2011 a Dezembro de 2014

Casa Civil
Bruno Dauster Magalhães e Silva - 27/08/2015
Chefe de Gabinete
Carlos Palma de Mello - 27/08/2015

Secretaria para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia
Fernando Roth Schmidt - Maio/2011 a Setembro/2013
Chefe de Gabinete
Suzana Matutino Sá Maio/2011 a Março/2014

Comissão Estadual da Verdade - Bahia:
Amabília Vilaronga de Pinho Almeida
Antônio Walter Pinheiro
Carlos Navarro Filho
Dulce Tamara Lamego Silva e Aquino
Jackson Chaves de Azevêdo
Joviniano Soares de Carvalho Neto
Vera Christina Leonelli

Grupo de Trabalho/Subcomissão de Feira de Santana-BA:
Antônio Albertino Carneiro
Celso Pereira
Eurelino Teixeira Coelho Neto
Hosannah de Oliveira Leite Figueiredo (faleceu em 14 de Fevereiro/2016)
Monsenhor Luiz Rodrigues Oliveira de Jesus
Pr. João Dias de Araújo (faleceu em 09/02/2014)
Pr. Jorge Luís Nery de Santana - início em Fevereiro/2014
Sinval Galeão dos Santos – Coordenador

Assessoria:
Iara Souza Farias - Julho/Outubro 2013
Einar Lima - Julho/Outubro 2013
Uirá Menezes de Azevêdo - 2013/2014
Fábio A. S. Reis - Agosto/Novembro 2013
Maria das Graças Miranda Ribeiro - Outubro/2013 - Junho/2015
Rosamaria Sampaio d'Almeida Couto - início em Agosto/2013

Equipe Técnica: 09/06/2014 a 31/12/2015
Andréa Alves de Sá - 09/06/2014 a 30/09/2014
Clarissa Cunha Felix Agra Figueiredo
Francisco Ribeiro Neto
Isadora Browne Porciúncula de Moraes Ribeiro
Italo de Jesus Souza
Michele Paixão dos Santos
Sandra Regina Barbosa da Silva Souza - 09/06/2014 a 30/06/2015
Tatiane de Almeida Lima

Estagiárias:
Gabriela Machado Bacelar Rodrigues
Juliana Paiva Freitas Pinto
Lorena Santana Silva

Consultoria:
Einar Lima - Julho/2015 a abril/2016

Programação Visual/Diagramação: Einar Lima, Marcela Assis



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **11**

AGRADECIMENTOS **13**

CAPÍTULO 1 ..... **17**

1 A COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE - BA E O TRABALHO REALIZADO **17**

1.1 A CRIAÇÃO 17
1.2 A NOMEAÇÃO 18
1.3 PRIMEIRA REUNIÃO 18
1.4 A POSSE 19
1.5 ESTRUTURAÇÃO, INSTALAÇÃO E SELEÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA 21
1.6 METODOLOGIA 24
1.6.1 Perspectiva e periodização histórica *24*
1.6.2 Períodos definidos: *24*
1.6.3 As Técnicas *25*
1.7 ATIVIDADES REALIZADAS 26
1.7.1 Tomadas de depoimentos dos atingidos *26*
1.7.2 Acordos e termos de parceria firmados *27*
1.7.3 Divulgação e Comunicação: *28*
1.7.4 Outras participações da CEV-BA em eventos públicos: *31*
1.7.5 Quadro resumo das atividades da CEV-BA *34*

CAPÍTULO 2 ..... **41**

2 O IMPACTO IMEDIATO DO GOLPE **41**

2.1 SALVADOR: PROFESSORES REIVINDICAM SALÁRIOS NO DIA DO GOLPE 42
2.2 NO DIA 02 DE ABRIL O CONGRESSO LEGITIMA O GOLPE 43
2.3 CASSAÇÕES E REPRESSÃO NO ESTADO 44
2.3.1 Derrubada do prefeito de Salvador *45*
2.3.2 O golpe em Feira de Santana *48*
2.3.2.1 Governo de mobilização popular 50
2.3.2.2 A destituição do prefeito 50
2.3.2.3 Repressão, maus tratos e tortura 52
2.3.2.4 Prefeito sofre maus tratos 53
2.3.2.5 Contra a campanha da alfabetização 53
2.3.2.6 O clima na cidade 54
2.4 O GOLPE EM VITÓRIA DA CONQUISTA 56
2.5 OUTRAS CIDADES – DOIS COMPORTAMENTOS 59
2.6 REPRESSÃO NA UNIVERSIDADE 60
2.7 O QUADRO POLÍTICO NA BAHIA E SEUS ANTECEDENTES 64

CAPÍTULO 3 ..... **71**

3 SISTEMA DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA: ESTRUTURA DA REPRESSÃO **71**

3.1 OBJETO E PESQUISA 71
3.2 ESTRUTURA DO SISTEMA 73
3.2.1 SNI *74*
3.2.2 Os Ministérios civis *75*
3.2.3 Ministérios militares *75*

3.2.4 Perseguições, Inquéritos e Processos ... 78
3.3 Estrutura repressiva na Bahia ... 79
3.3.1 Condutas subversivas ... 80
3.4 Um juiz auditor perseguido ... 83
3.5 A estrutura estadual ... 89
3.6 A herança da ditadura e a política de segurança e de justiça nos dias atuais ... 90
3.6.1 Homicídios de crianças e adolescentes ... 91
3.6.2 Violência no campo ... 94
3.6.3 Perseguição a quilombolas ... 97
3.6.4 Ataques a travestis e transexuais ... 101
3.6.5 Tortura na Cadeia Pública de Salvador ... 105
3.7 Conclusão ... 106

CAPÍTULO 4 ... 109

4 CULTURA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA ... 109

4.1 Teatro ... 109
4.1.1 A destruição do Centro Popular de Cultura (CPC) ... 109
4.1.2 A resistência do Vila Velha ... 111
4.1.2.1 A luta por um teatro popular ... 115
4.1.2.2 A dramaturgia de João Augusto ... 118
4.1.3 Análise dos cortes: uma breve amostragem ... 119
4.1.4 Instituto dos Advogados contra a Censura ... 123
4.1.5 Polícia invade o Teatro Castro Alves ... 124
4.1.6 Orgulho de ser sobrevivente ... 125
4.1.7 Boca do Inferno e Lula mete Bronca ... 127
4.1.8 Peça proibida reativa movimento estudantil ... 127
4.1.9 O censor vai ao teatro ... 129
4.2 Música: Prisões e Censura ... 131
4.2.1 Prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil ... 131
4.2.2 Mais letras censuradas ... 133
4.2.3 A mosca na sopa da ditadura ... 137
4.2.4 As duas prisões de Tom Zé ... 139
4.3 Artes plásticas ... 140
4.3.1 Artistas presos e quadros apreendidos ... 140
4.3.2 Canhões diante do teatro ... 143
4.4 Dança ... 144
4.4.1 A dança na ditadura ... 144
4.4.2 A dança na toca do lobo ... 147
4.5 Cinema ... 150
4.5.1 "Manhã Cinzenta", um filme representativo ... 150
4.5.1.1 Exibido no avião sequestrado? ... 151
4.5.2 A interferência da Censura nas jornadas de cinema ... 152
4.5.2.1 II Jornada ... 152
4.5.2.2 III Jornada ... 153
4.5.2.3 IV Jornada ... 154
4.5.2.4 V Jornada ... 155
4.5.2.5 VI Jornada ... 155
4.5.3 Guido Araújo no SNI ... 155
4.5.4 O SCDP na Bahia ... 156
4.5.5 A Censura na vida de Glauber Rocha ... 157
4.5.5.1 Terra em Transe: quando os problemas com a Censura aumentam ... 159

4.5.5.2 Exílio e retorno polêmico 162
4.5.5.3 Perseguição e anistia 162
4.6 IMPRENSA 165
4.6.1 Jornal sai com a manchete em branco em 1964 165
4.6.2 Experiência no Diário de Notícias 167
4.6.3 "O último a sair apague a luz" 167
4.6.3.1 O retorno 168
4.6.3.2 A demissão 170
4.6.4 Jornal da Bahia: perseguição sistemática 171
4.6.5 O repórter e o general 172
4.6.6 Livro descreve a Censura 175
4.6.7 Exemplos de proibições 177
4.6.8 O censor e as entrelinhas 179
4.6.9 "Convite para esclarecimentos" 183
4.6.10 Rádio é cassada em Feira de Santana 185
4.6.11 "A megera está rondando": a prisão de um poeta 185

CAPÍTULO 5 191

5 VÍTIMAS DA DITADURA: PERSEGUIDOS, CASSADOS, EXILADOS, TORTURADOS, MORTOS E DESAPARECIDOS 191

5.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA - REVELANDO A AMPLITUDE DAS VIOLAÇÕES 191
5.2 O LEVANTAMENTO DE VÍTIMAS BAIANAS 195
5.3 REPRESSÃO AO SINDICALISMO URBANO 196
5.3.1 Sindicato dos petroleiros 197
5.3.1.1 1964 e 1968 197
5.3.1.2 A Greve de 1983 em Mataripe 200
5.3.1.3 A tentativa de Greve Geral 207
5.3.1.4 A luta pela reintegração e anistia dos petroleiros 208
5.3.2 Químicos e petroquímicos 209
5.3.2.1 Repressão e confronto entre 1964 e 1985 210
5.3.2.2 A Greve 211
5.3.2.3 Repercussão na sociedade 216
5.3.2.4 A continuidade da luta 218
5.3.3 Portuários 218
5.3.4 Metalúrgicos 220
5.3.5 Ferroviários 220
5.3.6 Bancários 220
5.3.6.1 Reconstrução da mobilização dos bancários 223
5.3.6.2 Sindicato é pra lutar! 224
5.3.7 Professores 228
5.3.8 Jornalistas 229
5.4 A DITADURA NO CAMPO BAIANO 230
5.4.1 O homem, a mulher do campo 232
5.4.2 A organização dos trabalhadores e o sindicalismo rural 234
5.4.3 A CPI da Grilagem 236
5.5 PERSEGUIDOS,TORTURADOS, MORTOS E DESAPARECIDOS: A COTA DOS BAIANOS 237
5.5.1 Tortura, tratamentos cruéis e degradantes 239
5.5.2 A Operação Radar e a Fazendinha 253
5.5.3 Alguma medida de arbitrariedade 254
5.5.4 Momentos de Solidariedade 258
5.5.5 Conivência: A aliança civil/militar na ditadura 259

5.5.6 Prisões, detenções e intimidações 263
5.5.7 A Família 267
5.5.8 A Clandestinidade 276
5.5.9 O Exílio: três exemplos 277
5.5.9.1 Ana Montenegro 277
5.5.9.2 Eliana Rolemberg 278
5.5.9.3 Loreta e Carlos Valadares 278
5.6 THEODOMIRO: UM CASO SINGULAR. O PRIMEIRO CONDENADO A PENA DE MORTE 280
5.7 MORTOS E DESAPARECIDOS 282
5.7.1 Os primeiros mortos: Pedro Domiense de Oliveira e Péricles Gusmão 283
5.7.2 Carlos Marighella – o grande símbolo 284
5.7.3 A Bahia no Araguaia, o Araguaia na Bahia 286
5.7.4 Operação Pajussara 290
5.7.5 Quadro de mortos e desaparecidos baianos durante a ditadura 292
5.7.6 Casos a investigar. O exemplo de Anísio Teixeira 293
5.8 TRABALHO A CONCLUIR 294

CAPÍTULO 6 297

6 IGREJAS E DITADURA MILITAR NA BAHIA 297

6.1 FATORES CONDICIONANTES 297
6.1.1 Dimensão e implantação das igrejas 297
6.1.2 "Guerra Fria" versus renovação nas igrejas 299
6.1.3 Modernização autoritária: um modelo de Urbanização e Industrialização 300
6.2 IGREJA CATÓLICA 301
6.2.1 Arquidiocese de Salvador - enquadramento 301
6.2.2 Os bispos: poder, limites e conjunturas 301
6.2.3 Período de Dom Eugênio Salles 302
6.2.4 Período de Dom Avelar (1971 – 1986) 303
6.2.5 Os alvos prioritários da repressão 303
6.3 OS PADRES FRANCESES DO PILAR 304
6.3.1 A chegada 305
6.3.2 O método de trabalho 305
6.3.3 Padre Camille Antonin Rolland – o primeiro atingido 305
6.3.4 Padre Alfredo – o segundo a sair do Brasil 306
6.3.5 O itinerário de Padre Jean 306
6.3.5.1 Assistente Estudantil 306
6.3.5.2 O Roubo do Tesouro do Pilar 306
6.3.5.3 Com os trabalhadores de cacau – vetado pela ditadura 307
6.3.6 Padre Pedro Paulo – Militares e Igreja rejeitaram Padre Operário 308
6.4 DOM TIMÓTEO E O MOSTEIRO DE SÃO BENTO 310
6.4.1 Diálogo com o Candomblé e a Missa do Morro 311
6.4.2 Repressão à encenação de peça 311
6.4.3 A invasão do mosteiro por policiais 311
6.4.4 A reação à expulsão do Pe. Joseph Comblin e a criação do Grupo Moisés 312
6.4.5 Documento "Eu ouvi os clamores de meu povo" 313
6.4.6 Outros papéis e intervenções 314
6.5 CEAS – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL 314
6.5.1 Origem e atuação 314
6.5.2 A visão do SNI sobre o CEAS 315
6.5.3 Apreensão do Caderno nº 27 316

6.5.4 Tentativa de expulsão de Pe. Cláudio 317
6.5.5 Processo frustrado de expulsão de Padre Andrés Mato 318
6.5.6 Tensão entre o CEAS e Dom Avelar "Ou Mudar de Rumo Ou Mudar de Diocese"..... 320
6.5.7 Acompanhamento contínuo 323
6.6 Padre Renzo Rossi – Tentativa de impedir o retorno ao Brasil 324
6.7 A Dimensão da Atuação e Controle da Igreja em Salvador 326
6.8 A Operação Igreja..... 327
6.9 Dom José Rodrigues e a Diocese de Juazeiro..... 329
6.9.1 Chegada e atuação de Dom José 329
6.9.2 A visão do SNI 330
6.10 Paulo Afonso e Senhor do Bonfim 331
6.10.1 A "Verdade" incomoda 332
6.10.2 Defesa de Moradores e Trabalhadores Rurais..... 332
6.10.3 Trabalho Incompleto..... 333
6.11 Igrejas Evangélicas..... 334
6.11.1 Fatores Específicos..... 334
6.11.1.1 Conservadores e Fundamentalistas X Progressistas e Ecumênicos 335
6.11.1.2 A imigração e missionarismo 336
6.11.1.3 Ligações ideológicas e financeiras 337
6.11.1.4 Caráter minoritário e composição social 337
6.12 Igrejas Batistas..... 338
6.12.1 Igreja Batista Sião..... 338
6.12.2 A dominação dos Coelho..... 339
6.12.3 A resistência aos Coelho 340
6.12.4 Dissidência cria a Igreja Batista da Graça 342
6.12.5 A perseguição aos progressistas..... 343
6.13 Igreja Batista 2 de Julho 343
6.13.1 Um líder conservador e antiecumênico 343
6.13.2 O desencadeamento da Repressão..... 344
6.13.3 A criação da Igreja Batista Nazaré 345
6.14 Igrejas Presbiterianas 345
6.14.1 A formalização do antiecumenismo 345
6.14.2 O confronto conservadorismo X Ecumenismo 346
6.15 Celso Dourado 346
6.15.1 Origem e Formação 346
6.15.2 Reação ao Golpe em Campo Formoso 347
6.15.3 A vinda para Salvador e o Colégio Dois de Julho 347
6.15.4 Celso Dourado depôs sobre a sua relação com D. Eugênio 348
6.15.5 O acolhimento dos "subversivos" 348
6.15.6 A dissolução do Sínodo Bahia - Sergipe. 349
6.15.7 A CESE é pretexto de exoneração 350
6.15.8 O apoio ao II Congresso Nacional da Anistia 351
6.16 A luta permanente..... 351
CAPÍTULO 7 355
7 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES 355
7.1 O trabalho possível 355
7.2 Edição e divulgação dos resultados da CEV-BA..... 357
7.3 Recomendações 357
7.4 O que não foi possível realizar em virtude das limitadas condições de trabalho..... 359

REFERÊNCIAS **365**

ANEXOS **387**

APRESENTAÇÃO

Em 29 meses de trabalho – agosto/2013 a abril/2016 – dedicamo-nos à tentativa de resgatar a história, na Bahia, ainda muito encoberta, do período da ditadura civil-militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. Tivemos momentos emocionantes com depoimentos que reavivaram traumas não superados, momentos importantes de revelação e libertação da história do Brasil, da história que sofremos, da história que mudamos, da história que precisa ser exposta, estudada e lembrada para não ser repetida.

Em cumprimento ao Decreto 14.227 de 10/12/2012, que instituiu a Comissão Estadual da Verdade, procuramos realizar o que nos competia e promover o esclarecimento dos casos de violência política - prisões, demissões, perseguições, de tortura, morte, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e suas autorias - ocorridos no território da Bahia e com os baianos. Identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à violação dos direitos humanos e suas ramificações na sociedade.

Com algumas sérias dificuldades, em especial para acessar arquivos nos órgãos militares, acesso ainda hoje negado - em alguns casos de forma explícita - conseguimos coletar, analisar, catalogar e divulgar informações que contribuem para identificar as marcas deixadas na sociedade brasileira pela ditadura civil-militar que nos permitiram tecer recomendações para a adoção de políticas públicas que assegurem o direito à memória, a defesa da democracia e previnam a violação de direitos humanos.

Este relatório final e o acervo reunido pela CEV-BA poderão ser consultados no Arquivo Público Nacional, no Arquivo Público do Estado da Bahia, nas bibliotecas da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e na web nos endereços:

www.comissaoestadualdaverdadebahia.uneb.br
www.paraquenuncamaisaconteca.uneb.br.

Com isso acreditamos contribuir para a efetivação do direito à memória.

Comissão Estadual da Verdade
Amabília Vilaronga de Pinho Almeida
Antônio Walter dos Santos Pinheiro
Carlos Navarro Filho
Dulce Tamara Lamego Silva e Aquino
Jackson Chaves de Azevêdo,
Joviniano Soares de Carvalho Neto,
Vera Christina Leonelli



AGRADECIMENTOS

A Comissão Estadual da Verdade – Bahia, ao longo do seu período de funcionamento – agosto/2013 a abril/2016 – contou com a colaboração de cidadãos e instituições que forneceram documentos, informações e apoio para que se realizassem 18 Audiências Públicas, entrevistas e oitivas individuais totalizando 95 depoimentos colhidos e importantes arquivos históricos. Sendo impossível nominar individualmente cada colaborador, agradecemos a contribuição e solidariedade de todos, em especial instituições de familiares de mortos e desaparecidos, comissões setoriais da verdade, Ministério Público, sindicatos, entidades de Direitos Humanos, universidades Federal da Bahia, Estadual da Bahia e Estadual de Feira de Santana que nos possibilitaram, apesar de todas as restrições e dificuldades, concluir o trabalho aqui relatado.

Comissão Estadual da Verdade - Bahia

CONFIDENC

CAPÍTULO 1

A COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE - BA E O TRABALHO REALIZADO

**Memória de um tempo*
Onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará



**Pequena memória para um tempo sem memória (Gonzaguinha)*

CAPÍTULO 1

1 A COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE - BA E O TRABALHO REALIZADO

1.1 A criação

A Comissão Estadual da Verdade - Bahia foi instituída em 10 de dezembro de 2012, Dia Internacional dos Direitos Humanos, pelo Governador Jaques Wagner através do Decreto nº 14.227/2012 (Anexo 1 p. 391). O Decreto de criação estabelece os objetivos da Comissão Estadual da Verdade da Bahia – CEV/BA.

> ***Art. 1°*** *Fica criada, no âmbito da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, a Comissão Estadual da Verdade, com a finalidade de auxiliar a Comissão Nacional da Verdade a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, no território do Estado da Bahia, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica no Estado da Bahia e contribuir para a promoção da reconciliação nacional.*
>
> *.....*
>
> ***Art. 3°-*** *A Comissão Estadual da Verdade atuará com os seguintes objetivos:*
>
> *I- esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do Art 1° deste Decreto;*
>
> *II- promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de tortura, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território do Estado da Bahia;*
>
> *III- identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1° deste Decreto e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;*
>
> *IV- encaminhar aos órgãos públicos competentes, em especial à Comissão Nacional da Verdade, toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1° da Lei Federal n° 9.140, de 4 de dezembro de 1995;*
>
> *V- colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;*
>
> *VI- recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional;*

VII- promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no território do Estado da Bahia, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações e suas famílias;

O Decreto nº 14.483 de 17 de maio de 2013 (Anexo 2 p. 392) modificou o primeiro Decreto de 14.227/2012 – vinculando a Comissão ao Gabinete do Governador, tornando claro tratar-se de uma política de Governo (no primeiro Decreto estava vinculada à Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos) e possibilitando a destinação de recursos através de Convênios.

1.2 A nomeação

A Comissão Estadual da Verdade foi constituída em 12 de julho de 2013 com a designação de pessoas com experiência na luta democrática e pelos Direitos Humanos: Amabília Vilaronga de Pinho Almeida, Antônio Walter Pinheiro, Carlos Navarro Filho, Dulce Tamara Lamego Silva e Aquino, Jackson Chaves de Azevêdo, Joviniano Soares de Carvalho Neto e Vera Christina Leonelli. Os currículos resumidos e apresentados no convite/*folder* justificam a escolha, apresentando o perfil da Comissão.

1.3 Primeira reunião

No dia 06 de agosto de 2013, a Comissão Estadual da Verdade realizou sua primeira reunião, na sala de reuniões da Governadoria, quando cada integrante fez a sua apresentação pessoal e deliberou sobre a data da posse em 20 de agosto. Os integrantes da Comissão receberam um caderno com subsídios e propostas, elaborado pelo Gabinete do Governador e uma pasta com material cedido pelo Grupo Tortura Nunca Mais - Bahia.



Foto: Einar Lima

Da primeira reunião da Comissão, participaram (sentido anti-horário) Jackson Azevêdo, Dulce Aquino, Joviniano Neto,Vera Leonelli,Regina Afonso, (Gabinete do Governador), o Secretário para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia, Fernando Schmidt e a sua Chefe de Gabinete, Suzana Sá, Amabília Almeida, Carlos Navarro, Celso Castro, Diretor da Faculdade de Direito da UFBA, o ***Coordenador de Assuntos Administrativos*** *da Casa Civil – Uirá Azevêdo e as assessoras da Serinter, Caúra Damasceno e Einar Lima.*

1.4 A posse

A Comissão foi instalada, com a posse dos seus membros, em 20 de agosto de 2013, das 9h30 às 12h, no Salão de Atos do Governo do Estado da Bahia, em solenidade que contou com cerca de duzentos participantes entre militantes de instituições de Direitos Humanos, universidades, parlamentares e representantes dos três poderes do Estado.



Foto: Manu Dias /Secom-Bahia

A partir da esquerda: Jackson Azevêdo, Walter Pinheiro, Joviniano Neto, Vera Leonelli, Jaques Wagner, Carlos Navarro, Amabília Almeida e Dulce Aquino.

O evento foi marcado pelos discursos de Amabília Almeida, que falou em nome da Comissão e do Governador Jaques Wagner.

Amabília enfatizou:

"Nosso compromisso com a Bahia é, sem dúvida, maior. Dos 426 brasileiros mortos ou desaparecidos, 32 são baianos e dentre esses, 10 são jovens que tombaram na "Guerrilha do Araguaia" numa tentativa política extrema, uma generosidade tamanha daqueles que jogaram tudo, inclusive suas próprias vidas, na tentativa de mudar o mundo, como nos relata em "Câmara Lenta" o escritor paraense Renato Tapajós. E, falando de baianos, não poderia deixar de citar a figura de quem nasceu para lutar pelo povo brasileiro, pela humanidade, considerado o "inimigo nº 01 da ditadura militar", que traiçoeiramente arrebatou-lhe a vida, ao escurecer do dia 04 de novembro de 1969"(referência a Carlos Marighella).

Já o governador Jaques Wagner salientou: *"Não queremos revanchismo, não cabe isso. Na verdade, é preciso que se conheçam os fatos, e o que é inadmissível é a tortura, o crime de Estado. Creio que colocar o que efetivamente aconteceu pode nos ajudar a fortalecer a defesa da democracia no Brasil".*







Fotos: Manu Dias/Secom-Bahia-2013

Entre os participantes da solenidade de posse da Comissão Estadual da Verdade, estavam familiares de pessoas perseguidas (entre elas de mortos e desaparecidos), o Consultor Geral da República do Governo de João Goulart, Waldir Pires; a reitora da Universidade Federal da Bahia, Dora Leal, o presidente da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Deputado Marcelino Galo, a Senadora da República, Lídice da Mata, o representante da Comissão Nacional da Verdade, André Botelho Vilaron e Secretários de Estado.

1.5 Estruturação, instalação e seleção da equipe técnica

A partir da sua nomeação a CEV/BA iniciou o trabalho de análise e divulgação dos acontecimentos e concentrou esforços para viabilizar suas condições de operação:

- Realizou 94 reuniões entre 06/08/2013 e 04/2016;
- Elaborou seu Regimento Interno (Diário Oficial de 10/09/2013);
- Elegeu seus coordenadores (Joviniano Neto/Jackson Azevêdo, Jackson Azevêdo/Vera Leonelli, Carlos Navarro/Dulce Aquino, Jackson Azevêdo/Vera Leonelli, e Joviniano Neto/Vera Leonelli);
- Definiu seis eixos de trabalho:
  1- Sistema de Segurança e de Justiça na Estrutura da Repressão;
  2- Repressão ao Movimento Sindical e aos trabalhadores rurais, urbanos e indígenas;
  3- Torturados, mortos e desaparecidos;
  4- Presos, demitidos, exilados e demais perseguidos por motivação política;
  5- Papel das Igrejas durante a ditadura civil-militar;
  6- Cultura, Imprensa, Rádio e Televisão e Universidades: Repressão e resistência;
- Posteriormente, a Comissão Estadual da Verdade reavaliou os eixos acima descritos e deliberou reduzir para cinco:
  1- Impacto Inicial do Golpe;
  2- Sistema de Segurança e Justiça: Estrutura da Repressão;
  3- Cultura (englobando Universidade);
  4- Perseguidos, Exilados, Torturados, Mortos e Desaparecidos;
  5- Igrejas e Ditadura Militar.
- Procurou equipar espaço cedido pelo Conselho Estadual de Cultura, ao lado do Palácio da Aclamação, no Campo Grande.



Palácio da Aclamação, primeira sede da CEV-BA, em espaço cedido pelo Conselho de Cultura. Em junho de 2015 a sede passou a ser no Centro Administrativo da Bahia (CAB). CAB.



Foto: Secom/Bahia -2014

Sala de reuniões do Conselho de Cultura, no Palácio da Aclamação, onde a CEV-BA realizava reuniões semanais e tomadas de depoimentos.

O comprometimento da CEV e dos técnicos da Governadoria que lhe dão suporte resultou, após oito meses de démarches, num convênio entre o Governo do Estado e a Fundação Luiz Eduardo Magalhães (FLEM) em 10/04/2014, o que permitiu selecionar a pequena, mas dedicada, equipe (sete pessoas, das quais quatro técnicos) que iniciou os trabalhos no apoio à pesquisa apenas em junho de 2014.

A partir do Plano de Trabalho elaborado pelos membros da Comissão e concluído com a participação da equipe técnica, foram pesquisados 205 livros e 83 documentos, levantados dados através de pesquisa de campo e depoimentos disponibilizados na rede mundial de computadores. Entre os documentos listados nos anexos destacam-se:

- ✓ A coleta de cerca de 700 arquivos em PDF (em 20 GB) no Arquivo Nacional, localizado no Rio de Janeiro, acervo do Sistema Nacional de Informação (SNI), cujo conteúdo contempla os mais diversos temas referentes à Bahia.
- ✓ A obtenção, no Arquivo Público do Rio de Janeiro, de 1.128 documentos das Polícias Políticas na Bahia relativas ao período 1930/1965.
- ✓ Na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, obteve-se 70 pastas em DVD com documentos e votos sobre pedidos de anistia de baianos atingidos pela ditadura civil-militar militar e lista dos 4349 pedidos de anistia de residentes na Bahia que solicitaram anistia.
- ✓ Recebidos em doação cerca de 100 livros e revistas sobre o tema.
- ✓ Obtidos os relatórios das Comissões da Verdade da UFBA e da Assembleia Legislativa da Bahia.
- ✓ Finalmente, é importante registrar a entrega (foto abaixo) em 11/08/2015, pela Secretaria de Administração Prisional e

Ressocialização do Estado da Bahia à Comissão Estadual da Verdade de cópia de documentos referentes aos presos políticos alojados na Galeria F da Penitenciária Lemos de Brito.

- ✓ Todo o acervo da CEV-BA foi inventariado (Anexo 3 p. 393 a 404). Os arquivos digitais foram copiados para serem entregues às instituições que os manterão à disposição do público. Os impressos ficarão no Arquivo Público do Estado.



Foto: Chico Ribeiro Neto -2014

Foram realizados estudos e trabalhos com os quais se elaborou relatório parcial com os eixos pré-definidos, focando as análises nas violações dos Direitos Humanos ocorridas na Bahia e com os baianos, mesmo fora do território do Estado.



Foto: Secom/Bahia -2014

Em 29 de dezembro de 2014, às 9 horas da manhã, na sala de reuniões da Governadoria, no Centro Administrativo da Bahia, em Salvador, a CEV-BA entregou ao governador Jaques Wagner, o relatório parcial de atividades, sobre as violações dos direitos humanos cometidas na Bahia de 1964 a 1985 identificando 538 pessoas vítimas da repressão política no Estado.

1.6 Metodologia

A Comissão Estadual da Verdade definiu a sua metodologia de trabalho para a elaboração do relatório, considerando:

1.6.1 Perspectiva e periodização histórica

A História do Brasil não pode ser contada sem a Bahia. Do mesmo modo, a história da Bahia não pode ser contada sem sua inserção na história do Brasil. Este truísmo torna-se mais evidente quando se analisa a Ditadura Militar, momento de grande centralização política e na qual, ainda que com diferenças regionais, as políticas repressivas eram impostas no país diretamente através das Forças Armadas – uma instituição nacional, e de ações das polícias estaduais que a elas foram subordinadas.

1.6.2 Períodos definidos:

1. Impacto imediato do golpe: corresponde à repressão que se desencadeia em 1964, denominada pelos militares de "operação limpeza". Apoiado no Ato Institucional, inicialmente sem número, porque se esperava ser o único, é o período em que foram expurgadas instituições, movimentos de resistência e, após a "purificação", mantidas as estruturas encontradas. Esse período se estenderá até 1965, quando a derrota de candidatos dos militares para os governos de Minas e Guanabara levou ao Ato Institucional nº 2, à extinção dos partidos existentes e à imposição do bipartidarismo: um partido para apoiar o governo ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e outro para a oposição consentida e tolerada MDB (Movimento Democrático Brasileiro);
2. 1966 -1968: corresponde ao período no qual se tenta institucionalizar a nova ordem, ao tempo em que a oposição à ditadura e suas políticas cresce e ganha as ruas, sendo usada pelos militares para maior endurecimento do regime. Esse período será encerrado pelo AI-5 que centraliza todos os poderes no presidente e o coloca acima de qualquer lei (suas decisões com base no Ato Institucional nº 5 seriam "insusceptíveis de apreciação pelo Judiciário");
3. 1968-1978 – Vigência do AI 5 (Médici e Geisel): É o período de repressão mais dura, sistemática e cruel. Período em que a tortura não seleciona presos e surge, no Brasil, a categoria "desaparecidos políticos". Aumenta o número de mortos pela repressão, ampliam-se o sistema de informação com seus mecanismos de vigilância e a censura aos meios de comunicação. Há elementos que unificam o período e outros que permitem subdividi-lo. Os elementos comuns a todo o período foram:

    a) - o poder absoluto "legalmente" atribuído ao General Presidente;

b) - a utilização do poder para cassar parlamentares e fechar o Congresso;

c) - os assassinatos praticados pelos agentes da repressão.

Diferentemente do período de maior terror, os chamados “Anos de Chumbo” (69-73) basicamente correspondentes ao governo do General Emilio Garrastazu Médici, o período 74-79 do governo de Ernesto Geisel instalou uma liberalização controlada que chamou de distensão “lenta, gradual e segura”. Anunciava-se uma transição para o restabelecimento de uma democracia liberal, desde que com “salvaguardas” para garantir a segurança nacional, das forças liberais conservadoras e dos militares. Nesse período, houve um esforço para, de um lado, liberalizar o regime (a censura aos jornais, por exemplo, foi suspensa em 03 de agosto de 1978) e de outro, garantir as bases políticas do regime e destruir os partidos comunistas. Protegido o regime com salvaguardas e nova lei de segurança nacional, o General Geisel no fim do governo, em 15 de março de 1979, extinguiu o AI-5, em 13 de outubro de 1978, passando ao quinto general, o presidente João Figueiredo, que ele escolhera, a condução da fase seguinte.

4. 1979-1985 Transição: pactos e pressões: Corresponde ao Governo Figueiredo, o período de transição e tentativas de controle de movimentos sociais que mobilizaram a sociedade, a exemplo da campanha pela “Anistia ampla, geral e irrestrita” (especialmente em 1978-1979) e o das “Diretas Já” (1984). Esta ultima mobilização foi favorecida pela chegada da oposição ao poder, em 1982, nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A repressão, no período, aparece sob duas faces: a da ação militar contra a mobilização popular e sindical e a da ação “clandestina”, mas tolerada pelo regime, de setores do aparelho de segurança que promoveram atentados.

O impacto imediato do golpe foi objeto de capítulo específico. Quanto aos demais, decidiu-se pela elaboração de capítulo por eixo, nos quais, deve-se levar em conta os períodos referentes.

O fim formal da Ditadura (1985) com a vitória de Tancredo Neves, em colégio eleitoral montado para garantir a maioria governista, ocorre com aliança do MDB com setores dissidentes do partido governista, e, por ironia histórica, José Sarney, o presidente que inaugura a nova República, a transferência do poder aos civis, será o antigo presidente do partido de apoio à ditadura. Essa transição, parcial e negociada, manteve a tarefa de revelar e remover o legado indesejável da ditadura para a continuação do processo de democratização. Acompanhando o que ocorreu em cada etapa, apesar de variações de intensidade e forma, as violações de direitos humanos atravessaram toda a ditadura militar.

1.6.3 As Técnicas

Para a realização de seu trabalho, a CEV utilizou levantamento bibliográfico, pesquisa documental inclusive no Arquivo Nacional, a tomada de depoimentos dos atingidos em audiências públicas promovidas em Salvador, Feira de Santana e Santo Amaro, os subsídios dos relatórios fornecidos pela Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa da

Bahia, Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, pela Comissão Eduardo Collier Filho da Faculdade de Direito da UFBA e pela Comissão da Verdade da Câmara Municipal de Vitoria da Conquista.

A participação de seus membros em eventos sobre a Ditadura Militar forneceu, também, documentos e informações importantes.

1.7 Atividades realizadas

A CEV realizou as atividades a seguir elencadas e resumidas:

1.7.1 Tomadas de depoimentos dos atingidos

Audiências Públicas inauguraram essa atividade.



Foto: Carla Ornelas – Secom Bahia-2013

A primeira (acima), em Feira de Santana, no dia 31 de outubro de 2013, no auditório do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, em parceria com a Subcomissão da CEV em Feira de Santana. Foram ouvidos oito depoimentos.

A segunda em Salvador, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2013, no auditório da Reitoria da Universidade Federal da Bahia, ouviu nove depoimentos. Assinaram o livro de presença 251 pessoas e a audiência foi transmitida via web.

Após essas duas audiências iniciais, a CEV programou e realizou uma serie de audiências e oitivas em sua sede ou nas residências dos depoentes. O mesmo fez a Subcomissão em Feira de Santana.

- ✓ Em Salvador foram realizadas oito audiências públicas durante as quais foram ouvidas vinte e quatro pessoas.

- ✓ Em Feira de Santana foram nove audiências públicas e trinta e sete pessoas ouvidas.
- ✓ Em Santo Amaro da Purificação foi realizada uma audiência e ouvidas seis pessoas.
- ✓ No total foram realizadas dezoito audiências e ouvidas sessenta e sete pessoas.
- ✓ Também foram tomados quatorze depoimentos individuais e de representantes de instituições.
- ✓ Além da tomada de depoimentos foram realizadas quatorze entrevistas,sendo seis sobre a repressão à Imprensa e à Cultura,cinco entrevistas sobre sindicalismo urbano e rural, uma sobre a atuação da igreja católica no período da ditadura civil-militar e uma sobre os papéis queimados na Base Aérea de Salvador.
- ✓ Duas pessoas entregaram depoimentos por escrito.
- ✓ A CEV colheu, no total, noventa e cinco depoimentos de noventa e quatro pessoas.
- ✓ Foi elaborada lista dos depoentes (Anexo 4 p. 405 a 408) e quatro tabelas analisando as violências relatadas (Anexo 5 p. 409 a 412).
- ✓ Observe-se que duas pessoas exigiram sigilo do nome e da imagem e, por isso, seus nomes e depoimentos foram excluídos do Relatório.

Depoimentos prestados em eventos de outras comissões e/ou instituições forneceram subsídios importantes para a produção do relatório: Waldir Pires e antigos deputados estaduais cassados,no dia 31 de março de 2014, na Comissão da Verdade da ALBA; Hosannah de Oliveira Leite Figueiredo, na restituição simbólica do mandato de Chico Pinto, em Feira de Santana, dia 08 de maio de 2014.

O trabalho de levantamento realizado no Arquivo Nacional resultou em lista de investigados na Justiça Militar na Bahia com 516 nomes, em 537 processos permitindo elaboração de tabelas com inquéritos policiais militares na Bahia, com identificação de processos e indiciados: lista de estudantes proibidos de se matricular, 77 universitários distribuídos por 18 unidades da UFBA e de 236 estudantes secundaristas distribuídos por oito escolas.

O trabalho de Pesquisa levantou dados na Comissão de Anistia (Processos julgados nas Caravanas da Bahia e pedidos de anistia de residentes na Bahia) em listas setoriais, em contatos com entidades e personalidades da sociedade civil organizada e bibliografia existente, identificando mais de quatro mil nomes de vítimas da Ditadura.

1.7.2 Acordos e termos de parceria firmados

Acordo de Cooperação Técnica com a Comissão Nacional da Verdade, foi firmado em 18/03/2014, para promover a apuração e esclarecimento de graves violações de direitos humanos praticadas no País, especialmente aquelas ocorridas no Estado da Bahia ou atingindo baianos, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade.

Termo de Parceria com a Universidade Estadual da Bahia, em julho de 2015, para produzir webdoc que permita o livre acesso dos usuários da rede mundial de computadores aos dados levantados pela CEV-BA.

Termo de Parceria com a Comissão de Anistia (MJ), em 14/07/2015, para intercâmbios de informações e métodos de trabalho, para efetivação do direito à memória e à verdade, relativo a violações de direitos humanos durante períodos autoritários no Brasil.

1.7.3 Divulgação e Comunicação:

Plano de Divulgação e Comunicação foi elaborado e executado através de atividades que podem ser divididas em duas grandes categorias:

1.1 Na primeira estão as ações realizadas pela própria Comissão entre as quais destacam-se: a elaboração de dois "folders" - um apresentando a comissão, sua necessidade e a forma como atuaria, o outro com os locais de resistência e de prisão política e tortura em Salvador; a montagem de exposições em Salvador, Feira de Santana e Jequié sobre fatos da ditadura; a criação de site e página de *Facebook*; a preparação de matérias que subsidiaram a cobertura jornalística das atividades realizadas, num total de 131 matérias; a criação de canal no youtube com postagem de 70 vídeos de depoimentos. Ainda no item Comunicação, foi criado mailing para divulgação das atividades da CEV-BA junto a entidades da sociedade civil.



Foto: Einar Lima

Primeira entrevista coletiva da CEV-Ba, 24 de outubro de 2013, no auditório da Subseção da OAB-BA, em Feira de Santana, para apresentar a Comissão, a Subcomissão no Município e divulgar a primeira Audiência Pública. Na mesa, (a partir da esq.) Celso Pereira, Joviniano Neto e Sinval Galeão. Entrevistas em rádio e televisão dos membros da CEV-BA, também contribuíram para efetivar o direito à memória e à verdade.





Fotos: Einar Lima



Foto: Jordan Silva dos

Exposições realizadas pela CEV-BA

Na primeira foto, exposição realizada no Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães, em Feira de Santana, durante a primeira Audiência Pública, dia 31 de outubro de 2013. Essa exposição foi doada ao Colégio para ser utilizada por alunos e professores.

A segunda foto é a exposição realizada no saguão da Reitoria da UFBA, dias 03 e 04 de dezembro de 2013. Essa exposição foi repetida em Jequié na Semana do Direito à Memória e à Verdade, em março de 2014, e no Forte do Barbalho (terceira foto) dia 01 de abril de 2014.

1.2 A segunda linha de ação inclui realização, apoio e presença em eventos públicos:

A Comissão esteve presente na devolução simbólica dos mandatos dos prefeitos de Salvador (Virgildásio de Senna em 26/11/2013) e de Feira de Santana (Francisco Pinto, em 08 de maio de 2014); de antigos deputados estaduais cassados (31/03/2014); na substituição do nome do Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici pelo de Colégio Carlos Marighella; na "Semana do Direito à Memória e à Verdade: 50 Anos do Golpe Militar de 1964", organizado pelo Centro de Referência em Direitos humanos da UESB, de 17 a 19/03/2014; na reintegração da professora Mariluce Moura - presa, torturada e demitida de sua função no Departamento de Comunicação da UFBA - à Universidade Federal da Bahia dia 18/12/2015, na Reitoria da UFBA.



Foto: Agência Senado

A Devolução simbólica do mandato de Chico Pinto, representado na solenidade pelo irmão Antônio Pinto, foi iniciativa da Comissão Estadual da Verdade - Bahia, Subcomissão em Feira de Santana, que encaminhou o pedido acatado pela Câmara de Vereadores. A CEV-BA também expediu convites e mobilizou a comunidade para o ato.



Foto: Einar Lima

A CEV-BA realizou reunião ampliada, dia 12 de fevereiro de 2014 no auditório da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, no CAB, com participação de representantes das Comissões da Verdade da ALBA, Faculdade de Direito da UFBA, OAB, Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, o Comitê Baiano pela Verdade (GTNM-Ba, OAB-BA, CESE, ASA – Ação Social Arquidiocesana, CVM – Centro Vitor Meyer).



Foto: Agência Senado

A Comissão Estadual da Verdade – Bahia esteve presente à Audiência Pública da Subcomissão Permanente da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos do Senado, realizada dia 11 de dezembro de 2014, em Brasília. Foi representada pelo assessor de Comunicação, Chico Ribeiro Neto.

O integrante da CEV-BA, Jackson Azevêdo, representou a Comissão no Fórum Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça, realizado em Vila Velha, Espírito Santo, dias 24 e 25 de maio de 2014. O Fórum aprovou a carta aberta que destaca:

> "*Preocupa-nos, contudo, a tentativa de limitar as investigações e reduzir a abrangência dos casos apurados. Exigimos a apuração de todos os casos de tortura, seqüestro, assassinato, estupro (crimes sexuais), genocídio, etnocídio, entre outros, e especialmente os desaparecimentos forçados.*
>
> *Entendemos nula a auto-anistia e imprescritíveis os crimes praticados por agentes do Estado ou a seu mando. Exigimos o respeito à nossa Constituição, aos tratados internacionais de Direitos Humanos e o cabal cumprimento da Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (caso Araguaia*)."

1.7.4 Outras participações da CEV-BA em eventos públicos:

Reunião de trabalho da Comissão Nacional da Verdade, em que foi representada por Joviniano Neto;

Centenário de Giocondo Dias, em 20/11/2013, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

"Semana do Direito à Memória e à Verdade: 50 Anos do Golpe Militar de 1964", organizado pelo Centro de Referência em Direitos humanos - CRDH – UESB, de 17 a 19 de março de 2014, da qual participaram Carlos Navarro e Joviniano Neto.

Instalação da Comissão da Verdade de Vitória da Conquista, em 22/08/2013, em que o deputado Emiliano José representou a CEV-BA e leu mensagem do coordenador da Comissão.

Primeira oitiva, realizada em 11/09/2013, pela Comissão Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, quando prestou depoimento o ex-Deputado Marcelo Duarte.

Devolução simbólica, em 31/03/2014, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia,do mandato de treze deputados estaduais baianos que foram cassados durante o período da ditadura civil-militar.

Também esteve presente ao evento “Viva a Democracia” promovido pelo Comitê Baiano pela Verdade com o apoio do Governo do Estado, em 17 de março de 2015, comemorando os 30 anos do fim da Ditadura Militar.

Registre-se também a atuação da CEV em dois eventos, no dia 01 de abril/ 2014, para marcar os 50 anos do golpe militar de 1964.

- ✓ O primeiro, pela manhã, no Quartel do Barbalho, principal centro de prisão e tortura na Bahia. Foi promovido pela SECULT e CBV – Comitê Baiano pela Verdade, movimento coordenado pelo GTNM-BA – Grupo Tortura Nunca Mais – BA, OAB/BA – Ordem dos Advogados Seção Bahia, CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços, CVM – Centro Vitor Meyer e ASA – Ação Social Arquidiocesana de Salvador. O evento foi coordenado por dois membros da CEV-BA, Joviniano Neto (também presidente do GTNM-BA) e Amabília Almeida. Na oportunidade, além de pronunciamentos de autoridades e entidades, inclusive do Prof. Jackson Azevêdo pela CEV-BA e de ex-presos políticos, foram afixadas placas nos espaços de prisão e tortura e lançado o manifesto pela reinterpretação da Lei de Anistia. Posteriormente, a CEV tomou a iniciativa de reivindicar à SPU – Superintendência do Patrimônio da União a inserção no contrato de cessão do Forte de Santo Antônio, no Barbalho, de cláusula obrigando o cessionário a preservar os marcos indicativos dos locais de prisão e torturas implantados no Forte. A reivindicação foi encaminhada pela SPU ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que a acolheu.
- ✓ O segundo foi promovido na noite de 01/04, pela APUB – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior, SENGE – Sindicato dos Engenheiros da Bahia e Instituto Zé Olívio, na Escola Politécnica. Nesse evento, além de palestra de Waldir Pires sobre os últimos momentos do governo João Goulart, foram prestados depoimentos sobre a repressão a professores, Amabília Almeida, e marinheiros atingidos pelo Golpe.

Em 11 de março de 2016, na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, a CEV, juntamente com a APUB, promoveu entrevista coletiva do professor João Augusto de Lima Rocha, desmontando, inclusive com fotos e laudos, a versão oficial (acidente) da morte de Anísio Teixeira.







Fotos: Jordan Silva dos Santos

Três momentos dos atos que marcaram os cinquenta anos do golpe militar "para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça".

Na foto do alto, caminhada pelas ruas do Barbalho.

No centro, participantes percorreram o Forte do Barbalho, um dos locais de Tortura na Bahia.

Ao lado, Amabília Almeida e Jackson Azevedo, este falando em nome da CEV-BA.

1.7.5 Quadro resumo das atividades da CEV-BA

ATIVIDADES DA CEV-BA				
N°	Atividades	Especificação	Quant	Data/Local
1	Reuniões ordinárias da CEV-BA	Elaborar regimento, definir e analisar as ações da Comissão, deliberar sobre os critérios de redação do relatório final.	94	08/08/2013 a 04/2016
2	Reunião ampliada da CEV-BA	Fazer contato, para possíveis ações conjuntas, com representantes das Comissões da Verdade da ALBA, Faculdade de Direito da UFBA, OAB, Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, o Comitê Baiano pela Verdade (Coordenado pelo GTNM-Ba., OAB, CESE, ASA – Ação Social Arquidiocesana, CVM – Centro Vitor Meyer).	1	12/02/2014, Auditório da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, CAB
3	Reuniões da CEV-BA com representantes do Governo	Representante Casa Civil, Uirá Azêvedo e Serinter, Fábio Reis. Discutido o regimento interno; o contrato com a FLEM; a sede onde funcionaria a CEV: Conselho Estadual de Cultura, ao lado do Palácio da Aclamação, numa sala de 60m2 e uma contígua de cerca de 10 m2, disponibilização da sala de reuniões do Pleno do Conselho e do auditório com 100 lugares.	1	09/09/2013, Faculdade de Direito da UFBA
		Entrega ao governador Jaques Wagner, do relatório parcial de atividades, sobre as violações dos direitos humanos cometidas na Bahia de 1964 a 1985 identificando 538 pessoas vítimas da repressão política no Estado.	1	29/12/2014, às 9h, na Governadoria, no Centro Administrativo da Bahia, Salvador.
		Reunião com Bruno Dauster, Secretário da Casa Civil e FLEM	1	06/02/2015
		Reunião com o Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, Nestor Duarte, para propor a criação de memorial na Galeria F da Penitenciária Lemos Brito e solicitar cópia dos prontuários dos presos políticos que ali ficaram.	1	04/02/2015
		Reunião com a Gestora Pública Valéria Peruna para elaborar Planejamento Estratégico da CEV-BA	1	23/09/2013, CAB, Salvador
4		Sessão com a Gestora Pública Valéria Peruna para elaborar Planejamento Estratégico da CEV-BA	2	14/10/2013 21/10/2013
5	Audiências Públicas	Audiências Públicas. A CEV-BA ouviu 67 depoimentos de pessoas que foram atingidas ou tiveram familiares atingidos pela ditadura civil-militar de 1964 a 1985.	18	31/10/2013 a 21/05/2015
6	Tomada de depoimentos individuais e de representantes institucionais	Tomada de depoimentos de 14 pessoas que foram atingidas ou tiveram familiares atingidos pela ditadura civil-militar de 1964 a 1985.	14	10/07/2014 a 11/08/2015
7	Entrevistas	Realizadas pelos técnicos e membros da CEV-BA para coleta de informações e documentos sobre a repressão à imprensa, à Cultura, ao sindicalismo urbano e rural, atuação das igrejas e papéis queimados na Base Aérea de Salvador.	14	10/07/2014 a 05/10/2015

N°	Atividades	Especificação	Quant	Data/Local
8	Participação em eventos	Participação em reunião de trabalho da Comissão Nacional da Verdade.	1	
		Centenário Giocondo Dias.	1	20/11/2013, Assembleia Legislativa do Estado, CAB
		Participação no Fórum da Rede Brasil - Memória, Verdade, Justiça, composta por comitês, comissões, fóruns, coletivos e outras organizações que lutam pela memória, verdade e justiça quando foi carta aberta.		24 e 25 de maio de 2014, Vila Velha, Espírito Santo
		50 anos do golpe militar: 1 - caminhada e ato público; 2 - palestra de Waldir Pires sobre os últimos momentos do governo Jango, depoimentos de Amabília Almeida (sobre a repressão a professores) e de marinheiros (sobre o golpe).	2	01/04/2014 1 - no Forte do Barbalho. 2 - Escola Politécnica (UFBA).
		1 - "Semana do Direito à Memória e à Verdade: 50 Anos do Golpe Militar de 1964", organizada pelo Centro de Referência em Direitos humanos - CRDH – UESB, de 17 a 19/03/ 2014. 2 - Exposição sobre o golpe e a ditadura militar.	2	18 e 19/03/2014, Jequié
		Instalação da Comissão da Verdade de Vitória da Conquista. O deputado Emiliano José representou a CEV-BA e leu mensagem do coordenador da Comissão.	1	22/08/2013, Vitória da Conquista
		Devolução simbólica do mandato de Prefeito de Salvador a Virgildásio de Senna.	1	26/11/2013, Câmara Municipal de Salvador
		Primeira oitiva realizada pela Comissão Especial da Verdade da ALBA, do ex-Deputado Marcelo Duarte, realizada com o objetivo de devolver os mandatos aos deputados cassados durante a ditadura civil-militar.	1	11/09/2013, Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, CAB
		Devolução simbólica do mandato de Prefeito a Chico Pinto, cassado em 05/05/1964. Joviniano Neto e Amabília Almeida representaram a CEV.	1	08/05/2014, Câmara Municipal Feira de Santana
		Devolução simbólica do mandato de treze deputados estaduais baianos cassados durante o período da ditadura civil-militar.	1	31/03/2014, Assembleia Legislativa da Bahia, CAB
		“Viva a Democracia” comemoração dos 30 anos do fim da Ditadura Militar.	1	17/03/2015 Forte do Barbalho
		Semana da Anistia. Participação na inauguração do Monumento aos Mortos e Desaparecidos Baianos.	1	28/08/2015, Campo da Pólvora.
		Participação na Comemoração dos 19 anos da ABRASPET (Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais Empresas Estatais).	1	19/09/2015, Centro Empresarial Iguatemi
		Solenidade de reintegração da professora Mariluce Moura à Universidade Federal da Bahia	1	18/12/2015 Reitoria da UFBA
9		Ato de substituição do nome do Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici pelo de Colégio Carlos Marighella.	1	Colégio Carlos Marighella, em Salvador.

N°	Atividades	Especificação	Quant	Data/Local
10	Gestão	Reuniões com a equipe técnica para acompanhar e definir atividades e orientar sobre os critérios de redação do relatório final.	14	09/06/2013 a 31/07/2015
		Elaborou seu Regimento Interno (Diário Oficial de 09 de setembro de 2013)	1	12/08/2013 a 09/09/2013
		Elaborou Plano de Trabalho e Planejamento Estratégico da CEV-BA.	1	09/2013
		Elegeu seus coordenadores (Joviniano Neto / Jackson Azevêdo, Jackson Azevêdo / Vera Leonelli, Carlos Navarro / Dulce Aquino, Jackson Azevêdo / Vera Leonelli, e Joviniano Neto / Vera Leonelli).	---	12/08/2013 a 31/12/2015
		Equipou espaço cedido pelo Conselho Estadual de Cultura, ao lado do Palácio da Aclamação.	---	12/08/2013 a 16/06/2015
		Selecionou a equipe (sete pessoas, das quais quatro técnicos) que iniciou os trabalhos no apoio à pesquisa em junho de 2014.	---	12/08/2013 a 16/06/2014
		Elaborou Plano de Trabalho e levantamento de dados através de pesquisa de campo e depoimentos disponibilizados na rede mundial de computadores.		12/08/2013 a 16/06/2014
		Redigiu relatório parcial e entregou cópia ao Governador do Estado.	1	Dezembro/ 2014
		Contratou consultoria para finalização do relatório.	1	16/06/2015 a 31/12/2015
		Serviço de transcrição de depoimentos.	96	Janeiro a agosto/2015
		Contratou profissional para tratamento de fotos e documentos.	350	01/08/2015 a 31/10/2015
		Elaborou o inventário do acervo da CEV-BA, com 54 DVDS de depoimentos; 8 DVDs de dados sobre a ditadura, 25 livros, além de pastas de documentos diversos.		Julho/Agosto 2015
		Expediu 103 correspondências para viabilização de seu funcionamento, coleta de dados e captação de parcerias.		Agosto 2013/ março/2016
		Providenciou a mudança para o CAB e a organização do novo espaço de funcionamento da CEV-BA.		Junho/2015
		Manteve articulação constante com o Gabinete do Governador e com a FLEM.		Agosto 2013/ Abril 2016

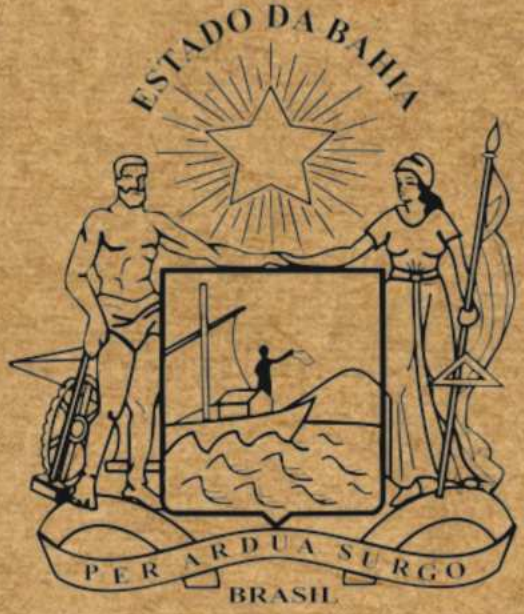
N°	Atividades	Especificação	Quant	Data/Local
11	Pesquisas realizadas e dados obtidos	Arquivo Público Nacional, cerca de 700 arquivos em PDF do acervo do Sistema Nacional de Informação (SNI)sobre diversos temas referentes à Bahia.		Setembro 2014
		Arquivo Público do Rio de Janeiro, obtidos 1.128 documentos das Polícias Políticas na Bahia relativas ao período 1930/1965.		Agosto de 2015
		Penitenciária Lemos de Brito, Arquivos referentes aos presos políticos que ficaram na Galeria F.		11 de Agosto de 2015
		Levantamento bibliográfico e pesquisas em 205 livros e 83 documentos		
		Relatórios das Comissões da Verdade da UFBA e da Assembleia Legislativa da Bahia.		
		Comissão Nacional de Anistia, 70 pastas em DVD com documentos e votos sobre pedidos de anistia de baianos e residentes na Bahia.		Julho de 2015
		Levantamento no Arquivo Nacional resultou em lista de investigados na Justiça Militar na Bahia com 537 processos envolvendo 516 nomes, permitindo elaborar tabelas com IPMs na Bahia, identificar processos e indiciados: lista de estudantes vetados na matricula: 77 universitários distribuídos por 18 unidades da UFBA e de 236 secundaristas distribuídos por oito escolas.		
12	Divulgação e Comunicação	Elaborou e distribuiu convites e cartazes para as Audiências Públicas de Feira de Santana e Salvador.		Outubro e dezembro/ 2013
		Elaborou e distribuiu folders explicando o papel da Comissão Estadual da Verdade e apresentando os seus membros		Agosto / dezembro / 2013
		Elaborou e executou Plano de Divulgação e Comunicação.		2014 / 2015
		Redigiu e distribuiu 87 releases e matérias que subsidiaram a cobertura jornalística das atividades realizadas.	87	2013/2016
		Montou exposições em Salvador, Feira de Santana e Jequié sobre a ditadura civil-militar.	3	2013/2014
		Elaborou, imprimiu e distribuiu nove mil folders com os locais de prisão política em Salvador.	1	2014/2016
		Criou e implantou o Site da CEV-BA que está on line com 131 matérias postadas e 80 vídeos de depoimentos prestados à Comissão e outros.	1	2014/2015
		Criou e mantém página de *Facebook*, com cerca de 131 matérias postadas e os depoimentos dados em audiências públicas.	1	11/06/2014 a dezembro/ 2015
		Criou um canal no youtube com a postagem de 80 vídeos.		2014/2015
		Criou mailing para divulgação das atividades da CEV-BA junto a entidades da sociedade civil.		2014/2015

N°	Atividades	Especificação	Quant	Data/Local
13	Acordos de Cooperação e Termos de parcerias firmados	Acordo de Cooperação Técnica com a Comissão Nacional da Verdade para promover a apuração e esclarecimento de graves violações de direitos humanos praticadas no País, especialmente aquelas ocorridas no Estado da Bahia ou atingindo baianos, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.		18/03/2014
		Firmou Termo de Parceria com a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), para realização de webdoc que permita o livre acesso dos usuários da rede mundial de computadores aos dados levantados pela CEV-BA e aos depoimentos colhidos.		Julho/2015
		Comissão de Anistia do Ministério da Justiça com vistas a estabelecer processos de geração de resultados conjuntos, intercâmbios de informações e métodos de trabalho, para efetivação do direitos à memória e à verdade relativo a violações de direitos humanos durante períodos autoritários no Brasil.		14/Julho/2015

CONFIDENCI

CAPÍTULO 2

O IMPACTO IMEDIATO DO GOLPE



CAPÍTULO 2

2 O IMPACTO IMEDIATO DO GOLPE

No dia 01 de abril de 1964, os jornais estampavam notícias anunciando o golpe militar. O Jornal A Tarde, abaixo, noticiou o fato em manchetes, já o Jornal da Bahia, como se verá no Capítulo 4, teve a manchete censurada. As consequências imediatas do golpe militar na Bahia foram a quebra do quadro do equilíbrio político-partidário e a repressão aos movimentos sindical, cultural e social, que cresciam. O impacto foi amplo, como se verá a seguir.



A TARDE

MOVIMENTO ARMADO CONTRA O GOVÊRNO

Primeiro contato foi na fronteira de Minas

Almirante do distrito alia-se ao movimento

PORTA-VOZ DE KRUEL DÁ SUA PRESENÇA HOJE, NO RIO

COMANDO DA 6a. R. M. DEFINE SUA POSIÇÃO

Foto: Rejane Carneiro – acervo Jornal A Tarde, cedida à CEV-BA

2.1 Salvador: Professores reivindicam salários no dia do golpe

Em Salvador, no dia 1º de abril de 1964, um fato singular demonstra a mobilização popular e o inesperado do golpe: os professores do Estado foram às ruas reivindicando salário. O relato é de Amabília Almeida, líder da manifestação:

> 1º de abril de 1964. No calendário da Secretaria da Fazenda, Bahia, dia de pagamento do professorado da rede estadual. Na rua do "Tesouro", onde se realizava o recebimento na "boca do cofre", cerca de mil professoras, organizadas em diversas filas. Às 8 horas foi iniciado o pagamento. De repente, as folhas foram recolhidas pelos pagadores e os guichês fechados "por ordem superior". Estabeleceu-se o tumulto, pois ninguém sabia o que estava acontecendo.
>
> Como eu estava candidata à presidência do nosso órgão de classe (SUPPE), natural que as colegas buscassem meu apoio para a tomada de uma atitude. Decidimos por uma caminhada até o palácio da Aclamação, sede do governo do Estado, para pedir explicações ao governador. E lá nós fomos em massa. Os portões estavam fechados. Insistimos, fazendo muito barulho para sermos ouvidas. Veio um assessor do governador que, ouvindo o nosso relato e a firme disposição de permanecer ali até sermos recebidas, pediu um tempo; foi estar com o mesmo e retornou para permitir a entrada de apenas três pessoas.
>
> A essa altura, o Presidente da Associação dos Funcionários Públicos juntou-se a nós, fazendo parte da diminuta comissão. Adentramos e fomos ter com o governador. Enquanto o aguardávamos, um coronel da Polícia Militar chama-me à parte e pergunta se sabíamos da situação política do país. Relata sobre o deslocamento de tropas do Exército de Juiz de Fora, Minas, para o Rio de Janeiro, sob o comando do general Mourão Filho, para depor o Presidente João Goulart. Era o golpe militar a caminho. E mais, que canhões ali do Forte de São Pedro apontavam para o palácio, sede do governo, agora sob a mira do Exército.
>
> Compreendendo a gravidade da situação, aguardamos o governador que, tomando conhecimento de nossas razões, pediu a compreensão das professoras, pois precisava de 48 horas para mandar realizar o nosso pagamento. Levamos suas palavras até a categoria. Em poucas falas, relatamos o que tínhamos ouvido e que o mais prudente era nos dispersarmos, indo para nossas casas aguardar o desenrolar dos acontecimentos em curso no país.
>
> Fomos nos retirando aos grupos. Ao passar pela Praça da Piedade, percebemos, de fato, a gravidade da situação. Carros e soldados do Exército por toda parte, invasão do Sindicato dos Petroleiros, prisões, violências, o terror estabelecido, muita gente correndo. O golpe tinha chegado à Bahia. Estávamos agora sob o comando do coronel Humberto de Mello, chefe do Estado Maior da 6ª Região Militar e do coronel Francisco Cabral, Secretário de Segurança do Estado, encarregados de cumprir as determinações dos generais golpistas.

> Prisões, torturas, cassações de mandatos, perseguições, exílios políticos. Os porões da ditadura se encheram de patriotas, homens e mulheres, dignos e honrados. Inquérito policial-militar a que todos tinham que responder por conta dos diversos atos institucionais baixados.
>
> No meu caso, após responder inquérito administrativo na Secretaria de Educação do Estado e Inquérito Policial Militar, na 6ª Região, sem que nada fosse comprovado a meu respeito, fui afastada da minha função, aposentada compulsoriamente, aos 17 anos de serviço, por força do Ato Institucional nº 2, de outubro de 1964, que visava liquidar todo tipo de liderança em nosso país. Passei a ser uma professora desempregada, perseguida e com meus direitos políticos cassados por 10 anos. A treva!.

À época, os funcionários públicos eram proibidos de se sindicalizar. A Sociedade Unificadora dos Professores Primários (SUPPE) era uma associação. A Rua do Tesouro se localiza ao lado da Rua da Ajuda, perto da Praça Municipal e da Rua Chile. Dali até o Palácio da Aclamação, então local da residência do governador, são cerca de dois quilômetros, trajeto da caminhada que atravessou o Centro da Cidade.

2.2 No dia 02 de abril o Congresso legitima o golpe

Waldir Pires, Consultor Geral da República no governo João Goulart, constou na primeira lista de cassações. O depoimento de Waldir Pires, um dos últimos a sair do Palácio do Planalto (o outro foi Darcy Ribeiro), é fundamental para comprovar a participação do Congresso Nacional no Golpe, quando se declarou, falsamente, que o presidente não estava no país:

> [...] o Golpe se consolida, na prática se conclui, dentro de Brasília. Porque mais ou menos em torno de 11 horas 11 e meia da noite, eu estava no palácio do Planalto. [...] o Golpe se consolida, na prática se conclui. Nós (ele e Darcy) fomos as duas últimas pessoas do governo que saímos do Palácio do Planalto. [...] ele (Presidente João Goulart) chegou em Porto Alegre assim por volta já de 1 e meia da manhã, 2 horas da manhã (do dia 02 de abril). Nós assistíamos o fato que nós tentamos evitar, mas não foi possível porque, por volta dessa hora, quase meia noite, o Doutel de Andrade que era o líder do governo no Congresso Nacional, chega lá, quase sem falar.
>
> Veio correndo para o Palácio do Planalto, ali por trás, atravessa toda a Praça dos Três Poderes e chega quase sem falar e diz: Waldir, eu vim conversar com Darcy e com você. Eles vão dar o Golpe com a notícia que o presidente viajou. Eles vão dar o Golpe! Eles vão dizer que o presidente fugiu! Que o presidente abandonou o país! Eles estão com a imprensa toda dizendo isso. Eles vão tentar dar esse golpe, eu estou vindo aqui para ver o que a gente pode fazer sobre isso. Eu disse: Doutel entra naquela sala, pega Darcy traz pra cá.
>
> Coloquei o papel na “olivetti” (máquina de escrever) e bati a última comunicação da República, comunicando ao Presidente do Congresso Nacional que o Presidente da República tinha viajado para o Rio Grande

do Sul. Que o Presidente da República não precisa de licença do Congresso Nacional para ir para parte nenhuma do Território Nacional nem precisa pedir a ninguém. Ele se dirigiu para lá para assumir o comando das Forças Armadas do Brasil como é seu dever constitucional e direito do Presidente da República para tentar interromper o processo de deterioração e degradação das instituições do Brasil.

Doutel veio com Darcy. Eu disse: Darcy dá uma lida aqui porque eu fiz a coisa aqui dizendo o seguinte: o Presidente me incumbiu de transmitir a vossas excelências que foi para o Rio Grande do Sul com esse objetivo. Doutel voltou correndo, para o Congresso Nacional. Repetiu a ida, mas eu disse não vá até o ponto correndo que você não pode falar, você tem que ir à Tribuna e tem que ler essa comunicação do Poder Executivo, para o Congresso Nacional, que o Presidente da República está, a essa hora, chegando no Rio Grande do Sul, foi de avião para lá.

Ele vai, lê e aí o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente do Senado, o senador Auro Moura Andrade pratica a indignidade maior, um bandido, porque ele nem ouviu o próprio Congresso, ele não submeteu nada a votação, aprovação de nada. Quando Doutel desce da Tribuna e entrega o teor, a carta em si (essa carta está publicada no Diário do Congresso do dia 3 de Abril) aí o Auro Andrade diz “não é verdade, na verdade o Presidente da República abandonou o país. Declaro vaga a Presidência da República, convoco o presidente da Câmara dos Deputados o Sr. Ranieri Mazzilli a assumir a responsabilidade interina da Presidência da República. Está encerrada a sessão”. E ele desliga os microfones e depois desliga as luzes. É o Golpe! É o Golpe!.

Saindo do Brasil, Waldir Pires se integrará à primeira leva dos exilados.

2.3 Cassações e repressão no Estado

O Golpe atingiu, na Bahia, todos os setores da organização política estadual. O governador Lomanto Júnior, que se mantém no cargo, sob pressão modificou o seu Governo e viu a repressão se abater sobre alguns dos seus aliados e colaboradores. Seis deputados estaduais foram cassados em 1964: Diógenes Alves, Ênio Mendes de Carvalho, Sebastião Augusto de Souza Nery, Aristeu Nogueira, Octávio Rolim e Padre Palmeira.

A representação baiana na Câmara dos Deputados foi também atingida na primeira leva de cassações.

Quatro deputados federais foram cassados e sua apresentação desnuda as características do Golpe: Fernando Santana (PTB), um comunista que se destacara nas lutas nacionalistas, inclusive na Campanha “O Petróleo é Nosso!”, cassado, também passará um período no exílio. Hélio Ramos (PSD) participava do movimento nacionalista. Mário Lima (PSD), sindicalista e líder do forte sindicato dos petroleiros. João Dória (PDC) era um publicitário que deflagrara uma campanha moderna e agressiva, levando à reação dos que o viam como milionário (foi apelidado de João Dólar) e, por isso, acusado de corrupto.

Eles representavam, na perspectiva dos golpistas, a subversão e a corrupção e foram cassados pelos Atos do Comando Supremo da Revolução nº 1 e nº 2 de 10 de abril de 1964 (Diário Oficial da União de 10 de abril de 1964).

Posteriormente, foram cassados os deputados estaduais Wilton Valença da Silva (19/10/1966); Hamilton Saback Cohim (13/03/1969); Luiz da Silva Sampaio (01/07/1969); Marcelo Ferreira Duarte Guimarães (13/03/1969), Osório Cardoso Villas Boas, (01/07/1969); Luiz Leal, cassado em 01/07/1969 e Oldack Neves, cassado em março de 1969.

Além da representação política do Estado em nível federal e na Assembleia Legislativa, o Golpe atingiu, ainda que de modo diferenciado, todo o território baiano. Em Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista ocorreu uma mobilização das forças derrotadas nas eleições de 1962, para derrubar os prefeitos e uma ação militar de repressão ao movimento sindical e popular.

2.3.1 Derrubada do prefeito de Salvador

O prefeito Virgildásio de Senna (PTB), eleito em uma coligação na qual, de modo aparentemente paradoxal, figurava a UDN, teve sua casa cercada e foi preso. Após isso, militares pressionaram os vereadores e conseguiram o seu *impeachment* contra o voto de apenas dois vereadores, Luiz Leal e Luiz Sampaio.

Virgildásio, depondo na Comissão Estadual da Verdade - Bahia reconstitui o processo da sua deposição:

> No dia 5 de abril, ao voltar para casa, tinha um clube na entrada, um camping. Eu descobri na porta de casa, do apartamento em que morava, aqui pertinho, no Campo Grande, Edifício Guilhermina, que a minha casa estava cercada por tropa, canhão. Dois canhões na porta de casa! Um desses holofotes enormes também instalados com a luz dirigida para o prédio onde eu morava.
>
> Eu vi aquilo, estava num automóvel e perguntei: "o que é isto? Tão prendendo o prefeito. Querendo prender o prefeito?'. Eu mandei que o carro fizesse uma volta, entrou no Quartel General da Mouraria. Ao chegar encontrei o quartel já cercado. Fitas, cordas! Aproximei e mandei chamar o oficial de dia. Ao vir, disse: "sou Virgildásio Senna, estou sabendo que o senhor está à minha procura". “O senhor me acompanhe".
>
> Eu o acompanhei para a sala do Quartel General, onde estava o (General) Mendes Pereira. Ele havia me visitado quando foi nomeado e assumido a região, foi lá visitar-me, conversou comigo, me disse que tinha sido promovido por Jânio Quadros. Neste dia me disse apenas o seguinte: "O senhor está preso porque nós somos cristãos” [...] Eu não entendi o que ele queria dizer com isso, mas guardei de memória. Imediatamente mandou chamar um oficial, um coronel, que me levou para a Base Aérea, onde fiquei num alojamento, durante 60 dias, incomunicável.
>
> Nesse período nada foi argüido contra mim, nada apontado, não houve o menor gesto! E lá fiquei 60 dias. Quando fui solto, procurando saber porque é que eu fui preso, o oficial, responsável pela comunicação, disse o seguinte, pela televisão: "Por que foi preso o prefeito Virgildásio? “Foi

> preso porque podia ser preso e foi solto porque devia ser solto. E temos explicado tudo. Não temos satisfação a dar a ninguém".
>
> O ato se concretizou através de um bilhete, porque não é ofício, não é nada. Era um mero bilhete do general Mendes Pereira ao Presidente da Câmara dizendo o seguinte: "Comunico a Vossa Senhoria que o engenheiro Virgildásio Senna não mais se encontra na frente da prefeitura', ponto, assinado. É à base desse documento que a Câmara infelizmente resolveu considerar vago o cargo. Mas como está vago? Havia ainda uma Constituição em vigor porque o ato de abril de 64, o primeiro de abril de 64, não afastou o exercício da Constituição em vigor no país, nos seus primeiros meses de vida. Então não pode estar vago porque a vacância só se realiza de duas formas: ou morte ou renúncia. E o prefeito nem renunciou nem morreu, por conseguinte esse ato não existe. É um ato nulo.
>
> [...] [...] Luiz Sampaio, vereador, e Luiz Leal, também vereador. Essas duas pessoas foram as únicas que sustentaram na Câmara dos Vereadores de Salvador, que o mandato do prefeito não podia ser cassado daquela maneira e que o impeachment daquele tipo não tinha prevalência nenhuma. Fez-se então uma sessão especial para eleger provisoriamente um prefeito, tudo sobre a pressão, [...] me falta até a palavra, mais irritante, mais absurda, mais desmoralizante, forçando então que o mandato do prefeito em exercício,Virgildásio Senna, não fosse respeitado.[...].

Após a prisão de Virgildásio e a declaração da vacância do cargo, a Câmara Municipal elege para substituto o vereador Antônio Casaes. Luiz Leal, depondo na Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa da Bahia em 16 de dezembro de 2013, complementa a informação:

> Para mudar esta situação (a eleição indireta de Antônio Casaes pelos vereadores) os militares pressionaram pelo "impeachment" de Virgildásio Senna, que era uma aberração. O Exército ameaçou os vereadores de prisão. Foi um dia terrível. A Bahia inteira se movimentou. A Câmara de Vereadores estava cheia. Teve grandes emoções naquele dia. Nós tínhamos a notícia de que os militares prenderiam quem votasse contra o "impeachment" [...]
>
> Na véspera da votação do "impeachment", [5 de abril] os vereadores foram chamados ao Quartel General. Fui excluído da reunião. O vereador Jaime Loureiro Costa, capitão reformado do Exército, meu amigo e cliente, procurou saber do coronel Humberto Melo porque o vereador Luiz Leal não tinha sido convocado. Ouviu a resposta: "Não merece confiança da Região". O coronel explicou que eles queriam o "impeachment" e não aceitariam os votos contrários. Quem votasse contra seria preso.
>
> Tenho o dever de declarar que o vereador Luiz Sampaio, líder do prefeito, teve a dignidade de dizer ao coronel Humberto Melo e ao comandante da Região que ele não se sentiria bem ao dar um voto contra Virgildásio Senna, porque era seu líder. [...] Segundo Jaime Loureiro Costa, o coronel concordou, mas acrescentou que não iria admitir insubordinação, porque

> isto representaria a generalização da desordem. Ouvi muitos conselhos para votar a favor do Exército, mas eu tinha a convicção de que aquele "impeachment" era imoral, ilegal, indecente [...]. Na hora, os vereadores chamados a votar declararam sim, sim, sim ao "impeachment". Chegou a minha vez e a de Luiz Sampaio. Eu disse não, a galeria se espantou. Houve aplausos e solidariedade. A reação se repetiu quando Luiz Sampaio disse não. Foram os únicos votos contrários.

Em 26 de novembro de 2013, em Sessão Especial na Câmara de Vereadores (abaixo), foi realizada a devolução simbólica do mandato do prefeito de Salvador a Virgildásio de Senna.





Fotos: ASCOM/ Câmara Municipal de Salvador

2.3.2 O golpe em Feira de Santana

Em Feira de Santana, o Prefeito era Chico Pinto, que fazia uma administração com grande apoio popular e repercussão estadual. O jornal feirense Gazeta do Povo, que apoiou a candidatura de Pinto, publicou manchete de primeira página, na edição de 07 de abril de 1963, anunciando a posse e afirmando que o prefeito eleito instalaria uma nova ordem no município.



Francisco Pinto Tomará Posse Hoje

GAZETA DO POVO

O MAIOR E MAIS LIDO SEMANÁRIO DO NORTE DO PAÍS

ANO III | FEIRA DE SANTANA (BA.) 7 DE Abril DE 1963 | N.º 207

Do novo Govêrno o Povo espera rumos novos que lhe proporcione alguma esperança de dias melhores.

SISBI-VEFS BSMG

Dr. Francisco Pinto, Prefeito desta Cidade

Dep. Juracy Junior

Mulheres da Vida Facil

Livro de estreia do escritor feirense Ciro Leite

Policial armado invade propriedade – «La bousse ou la vie?»

Foto Einar Lima – arquivo da Universidade Estadual de Feira de Santana – 2013

O governo de Chico Pinto sofreu fortes ataques do jornal conservador Folha do Norte, que deu total apoio ao golpe, conforme a edição de 04 de abril de 1964, cuja capa, reproduzida abaixo, acusava Pinto de “levantar barricadas contra as forças da democracia”.



FOLHA DO NORTE

Diretor-Gerente Raul Silva

ANO 55 | FEIRA DE SANTANA (BAHIA) 4 DE ABRIL DE 1964 | NUM. 2867

Prefeito levanta barricadas contra as Fôrças da Democracia

Comunistas estavam armados e preparavam chacina

Centenas de armas de fogo, inclusive carabinas e metralhadoras possuiam os comunistas desta cidade, que aguardavam ordens para iniciar uma verdadeira chacina, com invasões de residências e saque das casas comerciais.

Havia longas horas dos pessoas, nesta cidade, que deveriam ser presas e assassinadas fria e covardemente.

Metralhadoras foram experimentadas em diversas partes do Município e uma bomba de alto poder explosivo, possivelmente do tipo «granada de fogo», igual às que foram apreendidas em poder dos agentes da China Comunista, no Rio de Janeiro, foi detonada, há dias, no Campo dos Cavalos, provocando pavor entre os moradores daquele bairro.

A Polícia está vasculhando todo o Município à procura das armas dos traidores.

Polícia busca «Bigodeiro»

Na manhã de hoje, policiais da Polícia Militar deram busca no bar do Mercado Municipal, explorado pelo conhecido agitador «Bigodeiro» Dermeval Ferreira. O sem paradeiro é ignorado.

Fechada a «Gazeta do Povo»

Cêrca das 16 horas de ontem, as fôrças policiais encarregadas de esmagar os criminosos comunista nesta cidade varejaram a redação e oficinas da «Gazeta do Povo», sito na Rua Cap. França, onde encontraram material de propaganda subversiva. Fôram efetuadas duas prisões.

O mencionado semanário era o órgão oficial do govêrno comunista de Sr. Francisco Pinto, e fazia campanha revolucionária.

Sai do ar a Rádio Cultura

Por ordem das autoridades policiais, saiu do ar, ontem, às 17 horas, a emissôra esquerdista «Rádio Cultura».

Enquanto os soldados da Democracia arriscavam a vida pela Liberdade do povo brasileiro, a «Rádio Cultura», durante todo o dia 1º do corrente, estêve em cadeia com a estação comunista do Rio de Janeiro, a Rádio Mayrink Veiga, que era o quartel general de Leonel Brizola, retransmitindo a propaganda anti brasileira dos traidores da Pátria.

Foragidos os traidores

Varias prisões têm sido efetuadas, nesta cidade, de elementos comunistas, pelas autoridade policiais.

Acham-se, entretanto, foragidos, os principais chefes do movimento vermelho nesta cidade, que continuam procurados pela policia.

Desaparecêram da cidade o Sr. Humberto Mascarenhas, líder, na Câmara Municipal, do Govêrno Francisco Pinto, o Engenheiro Agrônomo Valdemar Matos, Secretário de Agricultura da Prefeitura, Dermeval Bigodeiro, os dirigentes do Pôsto de Abastecimento da Prefeitura, Rodrigues Moreira, e «Negão Lourival, funcionários do Pôsto de Abastecimento da Prefeitura, Teodoro Portugal, do de Abastecimento da Prefeitura, Teodoro Portugal, do de Abastecimento da Prefeitura, Teodoro Portugal, do Celso Dultra e Normando Leão, Oficiais do Gabinete do Prefeito, Antonio Queiroz, Presidente do Sindicato dos Bancários e um dos líderes da invasão e depredação da Câmara de Vereadores, e demais de outros traidores da Pátria.

O primeiro comunista a ser detido, nesta cidade, foi o agitador conhecido por «Bexiga», que se encontra recolhido.

Foragido encontra-se, também, o comunista «Chiquinho da Rediodifusora», que possuia uma estação de rádio clandestina e tinha em seu poder, segundo informações fidedignas, grande quantidade de armas e de munições.

AFES, centro de subversão

A polícia realizou, ontem, sensacional batida na sede da «Associação Feirense de Estudantes Secundaristas» (AFES), sita na Rua Pôrto, nesta cidade, onde foi encontrado vasto material de propaganda do comunismo internacional, como livros, folhetos diversos, bandeiras, flâmulas, retratos, como livros, folhetos diversos, bandeiras, flâmulas, retratos, como livros, folhetos diversos, bandeiras, flâmulas, retratos, e inúmeros são que todos os estudantes eram conhecidos a pessoa de confiança.

A apreensão do material subversivo não foi completa, pois os dirigentes da AFES, antes de fugir desta cidade, conseguiram destruir varios documentos.

Quando ainda era incerta a sorte das armas da Democracia, no histórico dia 1º do corrente, o Prefeito dêste Município, Dr. Francisco Pinto, que vinha seguindo uma linha de govêrno acentuadamente comunista, tentou organizar uma reação contra as fôrças da Democracia.

Agitadores andaram os traidores que organizam barricadas no interior da Prefeitura Municipal com sacos de areia, e reuniram armas e munições para atacar as fôrças da Constituição. O que pretendia o Prefeito era transformar a Feira de Santana num vasto campo de batalha, pois tanques e bandeiras do «Ginasio Municipal» foram apreciados para uma passeata de apoio ao ex-presidente João Goulart. Aparelhos da Rádio Cultura fôram colocados na Prefeitura, a fim de que, pelo rádio, os comunistas levantassem o povo para lutar contra os soldados da Democracia.

Carros, munidos de alto falantes, percorreram as ruas conclamando o povo para uma grande concentração, na Prefeitura, as 20 horas, sendo igual convite feito pela «Rádio Cultura», instantaneamente.

A intervenção da Polícia, e , inclusive, do Cap. Arlindo Barbosa, evitou a realização da passeata do Presidente, que se destinava a promover uma orgia de sangue e de grandes violências, nesta cidade, contra os democratas.

E' inconcebível a posição do Prefeito, agarrando-se a um poder que já não possui, legitimamente. Após trabalhar contra a Democracia e após lutar contra a Constituição, introduzindo, no govêrno do Município, conhecidos comunistas a quem entregou as rêdeas do poder, o Dr. Francisco Pinto não tem mais condições para permanecer à frente dos destinos da nossa terra.

Nota do Presidente da Câmara

Nestes dias angustiosos, vividos pela nossa querida Feira e pela nossa Pátria, enviamos aos nossos patricios a nossa mensagem de fé e esperança em um Brasil democrático e feliz, livre de fôrças externas, pois confiamos no patriotismo das nossas gloriosas Fôrças Armadas.

Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal tudo fizemos para que o País não fôsse entregue aos comunistas. Lutamos, agora, como no passado, quando impedimos a aprovação do Orçamento Municipal, onde as verbas dos hospitais e instituições de caridade eram desviadas para fins comunistas. Sofremos a depredação da Câmara Municipal pelos comunistas. Sofremos a supressão do pagamento dos nossos subsídios. Sofremos ofensas comunistas. Sofremos, até ameaças de morte.

Resta-nos, neste instante, convocarmos fôrças democráticas para, sem partidarismo, proporcionarmos aos feirenses dias de felicidade, onde a lei, o trabalho e a ordem passem a imperar.

Feirenses, a nossa luta não terminou. Confiamos na vossa vigília cívica, pois o inimigo — o comunismo — ainda nos ronda.

Feirenses, libertai-vos do comunismo.

Josélito Falcão de Amorim
Presidente da Câmara Municipal

Desapareceram as Armas

Grande foi o movimento de veículos da Prefeitura, particularmente de um «jeep», durante tôda a madrugada do dia de ontem, transportando, para certa parte da zona rural do Município, armas e munição, não somente as que se achavam na Prefeitura, como as de certa residência do Ponto Central, nesta cidade.

Sindicato dos Bancários, antro de traidores

A polícia varejou, também, o Sindicato dos Bancários, sito na Praça Frises da Mota, nesta cidade, apreendendo grande quantidade de material de propaganda comunista e correspondência altamente comprometedora, material que já foi extraido, em parte, ao Comando da 6ª Região Militar.

Um dos dirigentes do Sindicato, perigoso agitador vermelho, poucas horas antes da batida policial conseguiu retirar do mencionado Sindicato varios pacotes de material subversivo.

Varejado o escritório

A polícia estêve, no tarde de ontem, no escritório do Contador Humberto Mascarenhas, líder da Prefeito na Câmara Municipal, onde teve a apreensão de papeis altamente comprometedores inclusive, de lista de todos os comunistas desta cidade.

A Luta Não Terminou

Apesar da retumbante rápida e completa vitória das fôrças democráticas do país, que evitaram derramamento de sangue, a luta deve continuar, no Brasil inteiro, a fim de que seja extirpado, de uma vez por todas, o terrível perigo comunista.

Está provado que o movimento comunista brasileiro era chefiado e subvencionado por potências estrangeiras, interessadas na escravização do povo brasileiro.

A luta, portanto, não terminou. Os traidores comunistas continuam agindo. Muitos estão foragidos. Outros retiram-se estrategicamente, o há os que afrontam os democratas e a polícia, ostensivamente. Mas, continuam agindo.

A organização vermelha, amparada por potências estrangeiras e pelo poder público, é por demais poderosa para ser desbaratada em poucos dias. A luta deve continuar. Cada brasileiro terá que ser um soldado, sempre vigilante e sempre atuando na defêsa das instituições democráticas. Cada cidadão sabe, agora, que não constituiu-se mero boato as advertências dos democratas, quando afirmavam que os comunistas estavam preparados para liquidar a liberdade, a família e a dignidade do povo brasileiro. Todos estão convocados para a luta contra os traidores da Pátria. Não somente as fôrças armadas deve valer a luta porque a luta é de todos. Estamos diante de um perigo comum, que ameaça todos os lares, todas as liberdades, todos os direitos. Lutemos contra o comunismo. Vigiemos os inimigos da Pátria. Eles continuam atentos, no seu trabalhos de desagregação e de discórdia. E' preciso evitar, a todo custo, que os comunistas se reorganizem e se reagrupem. E' preciso evitar que os comunistas ponham em perigo a segurança da família brasileira. Aqui, nesta cidade, onde havia um dos mais respeitados ordeiros vermelhos do país, pois aqui os comunistas dispunham de uma Prefeitura e dos favores oficiais, e a Feira é um importante entroncamento rodoviário, os traidores ainda dispõem de armas e munições, ainda infestam importantes estabelecimentos de crédito oficiais, ainda dominam certos setores da vida da nossa cidade. O prefeito comunista continua no poder. A luta deve continuar. Todos têm uma parcela de responsabilidade no futuro da Pátria. E' preciso não dar tréguas ao inimigo. E' preciso não contemporizar com traidores. E' preciso agir para evitar que o dinheiro do povo seja desviado para atividades ilícitas, contra o próprio povo. Comunismo é sujeira, é subversão da ordem, é crime, é miséria. Os comunistas fazem sua propaganda na base de legítimas reivindicações populares, para enganar o povo e para trair e escravizar o povo.

Não fôssem as fôrças democráticas do País e estaríamos, talvez, a estas horas, todos os democratas desta cidade, a sofrer perseguições e vexames inqualificáveis. Muitos poderiam estar mortos e os lares não estariam mais o refúgio invisível da família, porque tudo estaria preparado para o ataque, os planos traçados, as medidas tomadas. A Feira seria, então, um inferno de dor e de sofrimento, de morte e de sangue. Continuemos vigilantes. A luta não terminou.

Outras notas

Elementos da Polícia têm conhecimento de que o motorista Rafael Postana, da Prefeitura, deu taca ao Dr. Valdemar Matos na madrugada do dia 2.

XXX

E' do conhecimento público que armas de guerra, pertencentes à Prefeitura, teriam sido levadas para Maria Quitéria pelo Sr. José Mota.

XXX

Corre a cidade notícia segundo a qual o Sargento Antonio Antunes dos Santos, conhecido por Sargento Antunes, estaria preso, em Salvador, pelo fato de estar intimamente ligado ao govêrno comunista desta Município.

XXX

Está foragido e oculto pela Polícia Militar o agitador conhecido por Jandovito, que tinha, ultimamente, importando de Guanabara material de propaganda dos traidores da Pátria.

Ultima Hora

Fugiu o Prefeito

Cêrca das 13 horas de hoje um contingente policial fortemente armado cercou o prédio da Prefeitura Municipal. Constou que foi dado um ultimato ao Prefeito Francisco Pinto para se apresentar ao Batalhão da Polícia Militar.

Pretextando qualquer coisa, o Prefeito conseguiu burlar o cêrco dos policiais e viajou com destino ignorado.

Foto Einar Lima – arquivo da Universidade Estadual de Feira de Santana – 2013

A partir do depoimento de Antônio Pinto, seu irmão, dia 31/10/2013, em audiência promovida pela CEV, pode-se resumir o que foi o governo de Chico Pinto, até o Golpe.

2.3.2.1 Governo de mobilização popular

Implementando seu "slogan" de Campanha ("Francisco Pinto na Prefeitura é o povo governando"), Chico Pinto organizou a população e as associações de bairro; levou para os bairros as discussões e decisões de obras a serem realizadas; elaborou Código Tributário e Reforma Administrativa; fundou, construiu e inaugurou o Ginásio Municipal de Feira de Santana; implantou, em convênio com o Ministério da Educação, a alfabetização pelo Método Paulo Freire; construiu prédios e escolas; instalou sistema de abastecimento, vendendo produtos a preços mais baixos; montou "Farmácia do Povo".

O prefeito encaminhou à Câmara de Vereadores proposta de Orçamento elaborado a partir das sugestões dos bairros, que rejeitada (o Prefeito estava em minoria) motivou a invasão da Câmara pela população revoltada, pelo que, aliás, após o golpe, se tentará responsabilizá-lo. Em fins de 1963, convocou encontro de prefeitos para a criação do banco para pequenos e médios agricultores ao qual compareceram 170 dos 280 prefeitos da Bahia na época e centenas de vereadores. Neste quadro, a imagem de Chico Pinto ganhava visibilidade, inclusive para as eleições de governador previstas para 1966.

2.3.2.2 A destituição do prefeito

Sobre o que aconteceu após o Golpe transcrevemos trechos do depoimento histórico e esclarecedor de Antônio Pinto à CEV-BA. Ele informou que após o Golpe de 1964:

> [...] os adversários do prefeito levavam diariamente, ao Quartel General da 6ª Região Militar, denúncias contra o prefeito Francisco Pinto. A bem da justiça convém registrar que, o Exército enviou a Feira de Santana o coronel Luiz Arthur de Carvalho para comprovar as denúncias feitas. Como a maioria era falsa e a administração eficiente, o coronel reuniu a Câmara de Vereadores e declarou, em nome do Exército, que a revolução não fora feita para destruir prefeitos capazes e realizadores. Aconselhou ainda, aos vereadores, a se unirem em benefício da cidade e a abandonar a politicagem que nada constrói.
>
> O coronel Humberto de Melo, chefe do Estado Maior da 6ª Região Militar, chegou a enviar um rádio para o tenente chefe do Tiro de Guerra do Município, confirmando que o prefeito deveria ser mantido e, apoiado. Isso nos primeiros dias do Golpe. Os adversários sabiam que dispunham de trunfos maiores a ser utilizados e o fizeram. Amigos e correligionários do coronel Juracy Magalhães solicitaram que apelasse ao presidente Castelo Branco para destituir e prender o prefeito Francisco Pinto. A ordem superior foi cumprida. O próprio coronel Humberto de Melo, antes de ser transferido para Salvador e promovido a general, confirmou, posteriormente, a Francisco Pinto, o fato.
>
> As tropas do Exército, sob o comando do Major Elvio Moreira, chegaram a Feira de Santana e se alojaram em um armazém de fumo, prenderam o prefeito Francisco Pinto naquele armazém. As torturas foram monstruosas, as pessoas, uma de cada vez, eram arrochadas em uma

prensa pra enfardar fumo sob a ameaça de nela continuar se não confirmassem que o prefeito era comunista.

Tomando conhecimento da prisão de Francisco, imediatamente me desloquei juntamente com meu irmão José e Dr. José Falcão a Salvador procurando o vice-governador, Dr. Orlando Moscoso, e o general Graça Lessa, pedindo aos mesmos para saber onde se encontrava preso o Francisco. Porém, todas as tentativas foram inúteis, apesar do empenho do general, a pedido de sua filha Vera, que dizia: “papai temos que localizar onde se encontra o Pinto”.

Enquanto nos encontrávamos em Salvador, a residência da mamãe foi cercada por todos os lados por tropas do Golpe Militar, com soldados com metralhadoras em punho pedindo que mamãe saísse de sua residência. Ficou mamãe ilhada, como uma prisioneira, sem poder se comunicar com o exterior, sem notícias de seu filho preso, e, ainda, as tropas tentando invadir sua residência para me prender.

A invasão não se consumou, porque a professora Maria Antônia da Costa informou que eu me encontrava em Salvador, oferecendo-se para ficar presa em meu lugar até a minha chegada. Eles deram um prazo até meia noite. Caso eu não chegasse invadiriam a casa de qualquer maneira. As tropas procuraram saber da casa vizinha se eu havia fugido para lá, fato que foi negado pelos familiares do Sr. Antônio Faustino de Oliveira.

Quando retornei, fui conduzido ao quartel improvisado que era, ao mesmo tempo, um armazém de fumo e casa de tortura de muitos lideres feirenses. Permaneci, por alguns instantes, entre os fardos de fumo até o momento em que fui ouvido pelos militares que declararam que eu estava preso e exigiam que lhe entregasse o discurso que Francisco iria pronunciar no dia 01 de abril. Afirmei que não guardava nenhum discurso, esclarecendo ainda que Francisco era um homem culto, e político que sempre falava de improviso.

Várias perguntas foram formuladas, inclusive para que eu mencionasse os nomes dos comunistas de Feira. Respondi que não era comunista e nunca participei de reuniões do Partido Comunista não podendo citar nomes. Em várias oportunidades afirmei que aceitava a liderança de Francisco Pinto, não pelos vínculos de sangue, mas porque via nele qualidades que rareiam na maioria dos homens públicos do presente: honestidade absoluta e eficácia na administração da coisa pública.

No dia imediato, enquanto o prefeito se encontrava preso no porão do Quartel da Polícia Militar, mas a família não sabia, o major convocou a Câmara de Vereadores para votar o “impeachment”. Os vereadores foram conduzidos por soldados e a Câmara cercada. A votação que deveria ser secreta foi aberta. Apesar de tudo, não conseguiram os dois terços necessários para destituir o prefeito. Encerrada a sessão, prenderam o vereador Antônio Antunes dos Santos, o tenente Aranha, por desobediência à ordem do seu superior, pois votou contra o “impeachment”. Convocaram nova reunião da Câmara com o suplente do vereador preso, o resultado da votação, porém não mudou. Ao contrário,

> ganhamos mais um voto, o de um companheiro que fraquejou na primeira votação.
>
> No próprio plenário, os vereadores tiveram as metralhadoras apontadas a fim de atemorizá-los. Em determinado momento, as luzes apagaram no plenário e os vereadores aliados ao prefeito atiraram-se no chão protegendo-se de um possível atentado. Diante do impasse, os oficiais decidiram decretar por sua conta o "impeachment". Não conhecemos no Brasil, um caso idêntico de bravura e lealdade como o da Câmara de Vereadores de Feira de Santana. A bancada da resistência democrática era composta pelos vereadores Teódolo Bastos de Carvalho Junior, Jacques do Amaury, Colbert Martins, Antônio Pinto, Antônio Araújo e Antônio Antunes dos Santos, o tenente Aranha.
>
> No dia seguinte o prefeito foi levado para Salvador, ficando preso no Forte do Barbalho, local onde mais se torturou na Bahia. Os presos dormiam no chão sobre o cimento sem colchão, sem lençol, sem coberta ou travesseiro, a chuva inundava e negavam a vassoura para retirar a água. Uma vez por dia os presos iam ao sanitário, um buraco.
>
> Posteriormente, Francisco Pinto foi transferido para o 19° BC. Após sessenta dias foi liberado com a obrigação de se apresentar duas vezes por semana ao chefe do Inquérito Policial Militar. Logo depois, decretado o domicílio em Salvador,de onde não poderia sair, o que demorou até abril de 1965. Ao deixar a prisão, Francisco Pinto denunciou pessoalmente e posteriormente por escrito ao chefe do Estado Maior do Exército, coronel Humberto de Melo, as violências e torturas que viu e viveu nas prisões [...].

Na sessão promovida pela Câmara de Vereadores de Feira de Santana, a partir da iniciativa da CEV-BA/Grupo de Trabalho Feira de Santana, para a restituição simbólica do mandato de Chico Pinto, em 08 de maio de 2014, foi divulgado documento de grande valor histórico. Resolução no. 46/A, de 08 de maio de 1964, assinada por três vereadores da Mesa da Câmara (o Presidente se recusou a assinar) declarando que "[...] considerando a comunicação feita a esta Casa pelas Forças Armadas, por intermédio do Comando das tropas do Exército aqui sediadas, RESOLVE: Art. Único – É declarado impedido, no cargo de Prefeito do Município da Feira de Santana, o Bel. Francisco José Pinto dos Santos". (Anexo 6 p. 413). Chico Pinto foi preso novamente em 1974 e teve cassado o seu mandato de deputado federal, em razão de discurso contra a visita do ditador chileno, Augusto Pinochet, recebido com honras no Brasil (Anexo 7 p. 414 a 415).

2.3.2.3 Repressão, maus tratos e tortura

Os depoimentos colhidos nas audiências públicas em Feira de Santana mostram a repressão aos apoiadores do prefeito e ao movimento estudantil, sindical e popular na cidade. Contribuição importante é a comprovação de que os maus tratos e a tortura, negados pela ditadura, começaram em 1964 e que os militares utilizaram o que encontravam à mão para infligi-los. Merece, também, destaque, a atuação do padre Edmundo Juskewski, Capelão da PM, na disseminação da repressão na cidade.

2.3.2.4 Prefeito sofre maus tratos

O próprio Chico Pinto, em depoimento retirado do filme “Chuvas de Março” apresentado na audiência do dia 31 de outubro de 2013, apresenta o tratamento que recebeu. Chico Pinto relatou que foi preso, levado primeiro para armazém de fumo onde prestou depoimento durante a tarde e parte da noite, foi levado para o Batalhão da Polícia Militar, que ficava na Praça Padre Ovídio e foi, na noite do dia seguinte, levado para o Quartel General em Salvador onde foi fotografado “de todas as formas” e mandado para o Forte do Barbalho. Lá foi cercado por grupo de militares que lhe retiraram os pertences e, com armas nas costas e na sua barriga, foi conduzido à cela. Nas suas palavras:

> [...] Então nós dormimos no chão, sem coberta, sem travesseiro, sem lençol. Nosso travesseiro era nosso sapato e dormíamos todos ali no chão. Quando chovia, e era um mês chuvoso, a água entrava pelas grades e nós pedíamos então uma vassoura para tirar a água à noite e não davam. Tinha uma lata de água, uma lata de querosene cheia de água, e um caneco que era para todos nós.Nos servíamos ali e a alimentação vinha nas bandejas, às vezes sujas, que os soldados tinham se alimentado antes e jogavam por debaixo da cela, corriam no cimento, a gente vinha apanhando. Um negócio interessante é que, à noite, por volta da meia noite, uma hora da manhã, nós ouvíamos uma rajada de metralhadora e nós ficávamos ali num clima de tensão terrível, porque, de vez em quando, tinha grito de pessoas lá apanhando, esse negócio, sendo torturadas, quando havia a rajada, um instante depois, passavam alguns militares defronte a nossa cela e diziam assim, propositadamente: “os que tinham para subir hoje já subiram, amanhã subirão mais”. (Chuvas de Março. Direção: Johny Guimarães e Volney Menezes. Ano de realização: 2004. Duração: 1 h 23’).

Chico Pinto também denunciou o comportamento do General Ernesto Geisel que, diante das denúncias de torturas que eram difundidas no Brasil, fora encarregado, pelo General Castelo Branco de investigá-las. Na Bahia, Geisel estava no Quartel do 19° BC “onde eu estava preso” e as pessoas que foram torturadas mostravam (relatavam) a ele o que tinham sofrido. “Depois disso (Geisel) disse lá que não tinha tortura no Brasil”. Os depoimentos, na mesma audiência, permitem reconstituir o impacto do golpe sobre os apoiadores do governo de Chico Pinto.

2.3.2.5 Contra a campanha da alfabetização

Luciano Ribeiro, estudante e bancário em 1964 e vice-prefeito em 2013 quando prestou depoimento à CEV-BA, era um dos cinco coordenadores da Campanha de Alfabetização pelo Método Paulo Freire:

> Em 64, quando estourou o golpe, o meu quarto estava cheio de projetor de slide, todo o material da campanha estava lá e a polícia foi buscar, e a partir daí, comecei a ser chamado para depor sobre essas coisas e outras que até eu confesso que não sabia, por não estar muito envolvido ainda, por exemplo, quem era comunista quem não era, se Pinto era comunista e tal, coisas que eu não sabia da campanha de Paulo Freire e do movimento estudantil. Pois bem, essa campanha de Paulo Freire para se

> registrar, sou professor hoje, e já tem muitos anos, tenho faculdade, tenho escolas sei o que é educação [...] é o melhor método que eu já vi, até hoje, para alfabetizar alunos [...].

A perseguição levou-o a sair do banco onde trabalhava:

> [...] Não era preso, eu era detido, me levavam para o quartel, onde Chico Pinto foi preso aqui em Feira, era ouvido e liberado. Naquela época eu era também bancário, do Banco Econômico, e era um transtorno para o banco. Volta e meia o carro parava lá, da polícia ou do Exército, e me levava para depor e me trazia de volta. O gerente do banco querendo ser solidário comigo, mas ao mesmo tempo louco para que eu fosse embora e não voltasse nunca mais, porque estava perturbando o andamento das funções do banco. Cada vez que chegava a polícia era aquele transtorno, toda a vez que chegava a polícia, e assim por diante. Até que um dia saí do banco [...].

Depois se elegerá vereador, em 1966, e no início dos anos 70 foi preso por oito meses, processado e absolvido.

2.3.2.6 O clima na cidade

Os depoimentos de Celso Pereira e Sinval Galeão, estudantes na época e de Estevão Moreira, mais velho e que participava da direção do PCB local, mostram as reações dos apoiadores de Chico Pinto, no momento imediato ao golpe e a indefinição que se seguiu sobre a sua deposição. Sinval Galeão, comerciário que, no governo Chico Pinto, ajudara a criar várias sociedades de bairro, participou do movimento sindical e logo após o golpe, saiu de Feira. O pai conversou com as autoridades militares que lhe garantiram que ele não teria problemas se voltasse. Bastaria dar depoimento. Deu depoimento, entregou o material da campanha de alfabetização e voltou a trabalhar na loja. Pouco tempo depois, Feira de Santana foi invadida por uma tropa de Alagoas. Um ou dois dias depois, voltou a ser preso junto com Celso Pereira e levado para o galpão de fumo. Estevão Moreira reconstituiu a posição do PCB diante do golpe:

> [...] na noite do dia 31 de março, 1º de abril - eu não me lembro bem - nós reunimos a diretoria do partido, já sabendo que se tinha concretizado o golpe militar, então, nós decidimos que todos os companheiros da diretoria seríamos presos, não tínhamos dúvidas. E então, cada um devia escolher a sua opção, se apresentar voluntariamente, o que representava um benefício, ou ficar na clandestinidade. Então, ficamos cada um para decidir.
>
> Então, eu decidi que eu ia me apresentar, mas como contador responsável por um escritório e o mês de abril é mês de declaração de imposto de renda, então eu iria ficar foragido por uns dias, preparando os balanços e a declaração de imposto de renda dos meus clientes. E depois, me apresentaria voluntariamente. Consegui esse objetivo até a noite do dia 4 de abril, quando a polícia me descobriu na casa de minha tia Vitória, irmã de minha mãe e onde eu estava trabalhando, preparando meus balancetes [...].

Foi preso nesta noite, levado para casa e de lá para a prisão.

Celso Pereira, estudante, começou a se interessar pela vida política em 1962 na campanha do PSD para prefeito de Anguera (distrito que se emancipara de Feira) e se engajou no governo. No governo Chico Pinto, foi nomeado oficial de gabinete quando completou 18 anos (novembro de 1963), e participava do esforço de operacionalizar o governo "democrático e popular" de Chico Pinto. Forneceu um depoimento bastante detalhado lembrando que, diante do golpe, os estudantes se reuniram:

> [...] O golpe ocorreu e nós recebemos algumas tarefas. Nós nos reuníamos e uma reunião que o grupo de estudantes fez foi numa casa onde funcionava o movimento de cultura popular e de alfabetização pelo método de Paulo Freire, na casa de dona Pomba, na Galiléia, junto das Baraúnas. Fizemos uma reunião lá, rápida porque disseram "o Exército já tomou conta de tudo, vão ser derrubados o governador da Bahia, o prefeito de Feira de Santana". E as prisões, a todo o momento, a todo momento. Nós fizemos uma reunião lá com alguns estudantes, e aí, disseram: "olha, alguns são eleitos com a tarefa de continuar, outros tantos, por serem, como dizíamos na época, menos queimados, vão para Feira de Santana para informar a gente e dar a notícia à família [...]
>
> Então, lá para as tantas, eu carregando um mimeógrafo que nós íamos para a casa de Zé Mota. Sinval Galeão, salvo engano, ficou encarregado de levar papel. Enfim, nós íamos nos organizar, recebemos a notícia: "nada!" Chico Pinto continua na prefeitura e nada ocorreu até agora. Voltamos. Só que, quando acabamos de chegar em Feira, começou a sair no jornal "Folha do Norte" e na rádio Sociedade o nome de quem estava sendo procurado pela polícia e na relação já tinha os estudantes.
>
> Aí, a polícia já tinha entrado na AFES – Associação Feirense de Estudantes Secundaristas – jogavam os móveis pela janela e faziam fogueira lá em baixo. E aí, saiu no rádio: "entre os procurados está Celso Pereira'". (...) "Então, o meu pai me colocou para dormir num pensionato, numa pensão que tinha na praça Eduardo Fróes da Mota, porque, a todo o momento, a gente esperava a polícia chegar em casa. Minha mãe desarrumava minha cama para dizer que eu tinha saído muito cedo e eu dormia numa pensão no fundo [...]. De manhã, meu pai ia lá e dizia: "não chegou ninguém".
>
> Até que começou a chegar. Chegaram lá em casa, polícia inicialmente, comandada por Major Diógenes Cohin e outros que não me ocorrem. Na época, o comandante da polícia chamava-se Walter e tinha um cacoete que o tornava conhecido - ele era gago. E essa polícia, por várias vezes, entrou lá em nossa casa, rasgou colchões, arrancou o fundo de um guarda-roupa no quarto onde eu dormia com meus irmãos, procurando livros e armas.
>
> Foi então que eu deixei de dormir na pensão, onde meu pai me colocava e ia me buscar de manhã, e com essa ameaça real ele me botou em um caminhão para eu ir para a casa de meus avós em Saúde. Fiquei lá alguns dias e a notícia, Chico Pinto continua, a 6ª Região não entrou em Feira de Santana, só a polícia. Até que um dado dia, não foram muitos dias, de tanto a polícia ir lá em casa, meu pai foi ao batalhão de polícia e

> disse ao comandante: “olha, eu fui aconselhado a vir conversar com o senhor porque meu filho está viajando”. “Não, o senhor pode trazer ele porque nós queremos apenas é tomar o depoimento dele, pode trazer.” “Posso trazer?”- “Pode”. E esta dor meu pai carrega até hoje, Mandou me buscar na casa da minha avó e me levou para o quartel, me entregou! Aí, estava já em Feira o Capelão, e eu fui ouvido, então, pela primeira vez [...].

2.4 O golpe em Vitória da Conquista

A eleição de José Fernandes Pedral Sampaio em 1962, pelo PSD – Partido Social Democrático contra o candidato da UDN – União Democrática Nacional, foi a vitória de um movimento político social que reunia pessoas de diferentes classes sociais, posições ideológicas e religiosas. Com base no antigo PSD do ex-governador Regis Pacheco (1951-1955) conseguiu construir uma frente ampla, que reunia de integralistas à comunistas, patrões à operários. A vitória ocorreu depois de duas derrotas do partido nas eleições de prefeito. Em 1954, Nilton Gonçalves, PSD, com discurso “esquerdista” (“Tostão contra Milhão”), perdeu as eleições para Edvaldo Flores da UDN (ganhou na sede e perdeu com a votação nos distritos); em 1958, o próprio Pedral foi candidato e, apesar de derrotado, assumiu a liderança do movimento que atingiu grandes dimensões e criou o duradouro “pedralismo”. Nas eleições de 1962, já favorecido pela transformação de distritos em municípios, (projeto do Deputado Padre Palmeiras seu aliado), protagonizou grande mobilização. Na campanha, ocorreram eventos de grande impacto. Deles destacamos dois, pelo que revelam conflito social. (OLIVEIRA, 2014; MENEZES 2012).

O assassinato (14/01/1962) da professora e candidata a vereadora, Carmosina Marques Pedreira, a mando de fazendeiros. O “Comício das graxeiras” (empregadas domésticas) que dividiu a cidade entre os que consideravam o comício como avanço social e os conservadores, que o viram como provocação e apologia do comunismo (MENEZES, p. 51-54 e 70).

Sobre o clima no período imediatamente antes e depois do golpe, em depoimento prestado à Comissão da Verdade da Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista,em junho de 2013: Pedral Sampaio lembra: [...] Antes do golpe, evidente que as forças políticas contrárias ao nosso movimento começaram a trabalhar. Provocações foram feitas, muitas[...]. Ainda como prefeito, pouco tempo antes do golpe civil-militar, quando as esquerdas estavam agitadas e divididas, Pedral revelou que houve, em Conquista, uma reunião no cinema, promovida pelo prefeito de Macarani e José Fernandes Gugé, com a presença do deputado Wilson Lins. O encontro visava a compra de armas e arrecadação de dinheiro." (OLIVEIRA, 2014, p . 139) para enfrentar o governo de João Goulart. Depõe Pedral:

> [...] Depois, veio o Golpe Militar, aquelas provocações todas e, aqui em Conquista, nós tivemos uma fase de, no dia 31 de março, 1º de abril até 06 de Maio, quando nós fomos presos, uma série enorme de provocações que foram feitas. Me recordo bem das ameaças que eles faziam e que chegaram ao ponto de marcar um dia de fazer uma passeata e ocupar a Prefeitura. Teve outra que seria para marchar até a minha residência e depredar a residência [...].

O golpe chegou a Vitória da Conquista em 06 de maio. Sobre os fatos temos os depoimentos de MENEZES (2012) OLIVEIRA (2014) e de Pedral.

Menezes (2012) relata o desencadeamento das prisões com a chegada do Exército após o golpe. Primeiro a do prefeito: “quando se dirigia ao trabalho foi abordado em praça pública por guarnição do Exército” que “o convidou” (aspas do autor) a acompanhá-lo até o Quartel Militar. Assim que lá chegou foi recepcionado pelo capitão (hoje General) Antônio Bendocchi Alves Filho que foi logo se expressando em uma linguagem curta e grossa: “o seu nome, prefeito, consta desta relação, portanto, considere-se preso” (aspas do autor). (MENEZES, 2012), p. 256.

Pedral foi mais sucinto. Conta que foi preso ao chegar ao Quartel. “Ao chegar lá, ele (Bendocchi Alves) disse: ‘o senhor se identifique’. E eu me identifiquei e ele disse: ‘o senhor está preso’. E me recolheu à cela. Aí aquilo que eu vi foi passar assim uma série enorme: vinte, trinta, quarenta, cinquenta pessoas passando em frente à cela. Eu fiquei sem comunicação nenhuma com ninguém”.

Oliveira (p. 156) Sintetiza o acontecimento:

> Aquele dia seis de maio ficou marcado na história de Vitória da Conquista, cujo prefeito teve seu mandato cassado pela mira dos fuzis e das metralhadoras. Foi também dia de caça aos "subversivos comunistas" e daqueles que tinham participação mais ativa nas reuniões do núcleo FNL-Frente Nacional de Libertação, movimento ligado ao PCB. [...] (OLIVEIRA, p. 156)
>
> Isso aconteceu com a chegada de uma nova companhia do Exército sob o comando de José Bendocchi Alves. Bendocchi espalhou terror pela região, também em Barra do Choça, Caatiba, Cândido Sales, Itambé e Itapetinga. [...] No início da operação, o comando fez uma seletiva, de acordo com suas fichas. Os considerados menos ofensivos ao regime foram logo soltos, mas os tidos "perigosos" ficaram. Dias depois foram transportadas para Salvador como foi o caso de Pedral Sampaio, Raul, Emetério, Everardo, "Badu", Franklin e outros entre 10 a 13 prisioneiros [...] (OLIVEIRA, p. 157).
>
> MENEZES relata que a partir daí foram desencadeadas as prisões. O autor apresenta mais de 27 nomes de pessoas presas, com as suas funções, o que permite identificar a variedade social dos atingidos.

VITÓRIA DA CONQUISTA - PRISÕES LOGO APÓS O GOLPE DE 1964			
N°	Nome	N°	Nome
1	José Fernando Pedral Sampaio – Prefeito.	15	Emérito Pereira – livreiro (Livraria Especializada em Obras Socialistas).
2	Franklin Ferraz Neto – Juiz da Junta de Conciliação	16	Pedro Duque – artesão (sapateiro).
3	Ivo Valença Freire Aguiar – Funcionário Público Federal.	17	Raul Carlos Andrade Ferraz – advogado.
4	Everaldo Públio de Castro – Dir. do Inst. de Educação Euclides Dantas.	18	Péricles Gusmão Regis – vereador.
5	Hugo de Castro Lima – Médico Legista.	19	Alcides Araújo Barbosa – Presidente do Sindicato dos Comerciários.
6	Paulo Demócritos Caires – Presidente da União dos Estudantes de Conquista.	20	Altino Pereira – Presidente Sindicato da Construção Civil.

N°	Nome	N°	Nome
7	Luís Carlos (Gabi) – Funcionário dos Correios.	21	Flavio Viana de Jesus – marceneiro e diretor do Sindicato da Construção Civil.
8	José Luís Santa Izabel – Funcionário do Banco do Brasil.	22	Edvaldo Silva – presidente do Sindicato dos panificadores.
9	Lúcio Flávio Viana Lima – Funcionário do Banco do Brasil.	23	Gilson Moura – radialista.
10	Reginaldo C. Santos – Func. do BB e diretor do jornal “O Combate”.	24	Vicente Quadros – radiotécnico.
11	Anibal Lopes Viana – proprietário e diretor de “o Jornal de Conquista”.	25	Jacson Fonseca – radiotécnico.
12	Raimundo Pinto – Empresário e primeiro suplente de vereador.	26	José Idelfonso Filho – empresário do serviço de alto-falantes.
13	Galdino Lourenço – taxista.	27	Érico Aguiar – fazendeiro e empresário do ramo madeireiro.
14	Juracy Lourenço (filho de Galdino) – comerciário.	28	Camilo de Jesus Lima – Poeta.

Fonte: MENEZES, 2012, p. 256/257.

Sobre as condições em que ficou preso, depôs Pedral:

> “Minha mulher levou meio-dia o almoço e eles esqueceram de dar o almoço. Eu fiquei até o outro dia, até o dia 7 sem alimentação nenhuma. Depois, parece que no dia doze ou treze pude tomar banho. Era uma lata em cima de um giral, frio, muito frio lá no quartel. E para tomar banho frio naqueles cinco dias de madrugada.”
>
> Na Companhia Militar, ainda em construção, o prefeito ficou incomunicável por dois dias numa cadeia, com uma latrina. Ele e os outros dormiam no chão. Nos primeiros contatos com o comando não houve violência física, mas psicológica e intimadora, principalmente do capitão Bendocchi que sempre provocava com palavrões e ofensas. “Procurei não fazer discursos e só respondia o que me perguntavam, como se pertencia ao PCB, ou se apoiava o governo Goulart’- disse Pedral Sampaio." (OLIVEIRA, p. 157) Segundo o depoimento de Pedral, parece que um método de intimidação e tortura foi dar uma injeção (provavelmente água destilada) dizendo ser soro da verdade. Por outro lado, o interrogatório tinha também perguntas “idiotas e imbecis”. Aliás, isso se repetiu em processo que respondeu no DNER.

Os presos políticos de Conquista foram, inicialmente, presos no Quartel Militar da Cidade. Após prestarem depoimento alguns foram soltos e outros transferidos para quartéis de Exército (19° BC, Amaralina, Mont Serrat, São Joaquim, segundo Pedral) em Salvador. Dos presos, o vereador Péricles Gusmão Regis se suicidou ou foi assassinado na prisão. O prefeito foi mantido preso, em Salvador, por 120 dias. O professor Everaldo Públio de Castro, segundo Menezes, foi o que permaneceu mais tempo: 330 dias, preso em Salvador. Quanto aos demais, segundo o autor, alguns teriam sido liberados em sete dias, mas a maioria teria permanecido preso entre 50 e 120 dias.

Quanto a Péricles Gusmão, líder do prefeito na Câmara de Vereadores, que se teria suicidado após horas de interrogatório e cujo atestado de óbito foi assinado por médico (Hugo Castro Lima) também preso, destaque-se que o suicídio foi questionado pela família. Além das horas de interrogatório puderem ser consideradas tortura psicológica, não há

duvidas de que ele se encontrava sob custódia de autoridades militares que tinham o dever legal de zelar pela sua integridade. O seu nome se encontra na lista dos mortos e desaparecidos baianos.

No dia 06 de maio de 1964, às 20 horas, a Câmara de Vereadores cassou o mandato de Pedral em resolução que foi assumida por dez vereadores[1]. O Presidente da Câmara, Orlando Leite, vereador pela UDN e considerando amigo do governador Lomanto Jr., promulgou a resolução (Anexo 5 p. 406) e assumiu o cargo de prefeito que exerceu pelos dois anos restantes do mandato. (MENEZES, 2012, p. 276.).

Sobre a sessão, lembra Pedral:

> [...] A reunião da Câmara de Vereadores, por exemplo, que me cassou o mandato de Prefeito, foi feita sob violência. Tinha pessoas da tropa, tudo de metralhadora. Claro que não eram cem, mas cercaram a Câmara de Vereadores, tiraram os vereadores que votaram comigo, que foram presos, e substituíram por suplentes, coisa que não podiam fazer. [...]

Pedral teve seus direitos políticos suspensos por 20 anos, foi demitido do emprego no DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e, com isto, impedido de tomar empréstimos em bancos, participar de concorrências, ser professor, participar de movimentos políticos. Após a anistia de 1979, Pedral foi eleito prefeito em 1982 (1983 / 1987) e em 1992, (1993-1997), mandato no qual, visando obter recursos para o município, se aproximou de Antônio Carlos Magalhães, o que levou a divisão do seu grupo político e ao obscurecimento de sua estrela.

A divisão do eleitorado de Vitória da Conquista entre dois Polos, um com maiores raízes no campo liberal conservador e outro no progressista/esquerdista, ainda que com transformações, se manteve.

Em 11 de dezembro de 2009, a Câmara, em Audiência Pública, concedeu a Pedral, então com 84 anos, o título de Cidadão Emérito (Menezes, p.271-279) em “reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao município”.

2.5 Outras cidades – dois comportamentos

O golpe militar atingiu todas as cidades. A grande maioria, especialmente depois da vitória do golpe, apoiou o golpe. É verdade que, em muitos desses municípios, os partidos liberais conservadores, UDN à frente, já possuíam uma posição contrária ao governo João Goulart e às forças locais que o apoiavam. Duas situações diferentes em municípios dirigidos por prefeitos progressistas merecem ser lembradas.

Em Alagoinhas, centro ferroviário, com tradição sindical, o prefeito e a Câmara de Vereadores mudaram de lado. A Câmara de Vereadores que, em 1963, aprovara moção de apoio às Reformas de Base, após o golpe aprovou moções de apoio ao Marechal Castelo Branco e ao governador de Minas Gerais, o udenista Magalhães Pinto, visto, então, como o líder civil do golpe.

[1]Olavo Ramos de Oliveira, Nelson Gusmão Cunha, José Gil Moreira, Vivaldo Mendes Ferraz, Misael Marcilio dos Santos, Floriano Alves Barreto, Alziro Dias de Oliveira, Flávio Santos, Marcelino Mendes da Cunha e Presidindo a sessão, Orlando Leite (Menezes, 2012, p. 276).

Em 28 de abril, sete vereadores se reuniram, a pretexto de se adequar às normas do Ato Institucional N° 1, e criaram comissão interna para investigar funcionários da Prefeitura e da Câmara com ligações e com ideias subversivas; cassou o mandato do vereador Adolpho Menezes (preso e levado para Salvador) e dos suplentes Esmeraldino Canízio Carvalho e Otoniel Lira Gomes. Mais ainda, apoiou e participou da "Marcha com Deus pela democracia", realizada em 1º de maio de 1964. Incorporou-se, assim, ao conjunto de Marchas, com que a Bahia, após o golpe, mostrou a sua adesão. A primeira em Salvador, em 15 de abril, foi seguida de outras em, por exemplo, Feira de Santana, Nazaré das Farinhas, Camaçari, Santo Antônio de Jesus, Simões Filho, Catu, Inhambupe, Araci, Caculé, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde, Cruz das Almas, Lençóis e Guanambi (SOARES e MORAES, 2004, p. 55-77).

Em Ipiaú, município com 20 mil habitantes e 14 mil na cidade, um exemplo de manutenção do prefeito no cargo, sem mudança e mais ainda, reafirmando suas posições políticas e ações administrativas. Euclides Neto, celebrizado por ter criado a "Fazenda do Povo", pioneira experiência de Reforma Agrária, e por ter suspendido o processo de recolhimento ao curral municipal (e soltura após multa) dos jumentos, reafirmou suas posições. Mandou telegrama de apoio a Jango, não apoiava as lideranças civis do golpe, fizera desapropriações por interesse social, construíra habitações populares, autorizara ocupações de prédios por atingidos por enchentes.

Diante dos militares, depuseram a seu favor os vereadores, os clubes de serviço (Rotary, Lions Clube) e até o governador Lomanto Junior, este assegurando que não era comunista. Apesar de existirem adversários que, também, ali realizaram uma passeata, puxada pelo vigário Flamarion, de apoio ao golpe, a própria conclusão mandando arquivar o inquérito contra ele, as considerou "vozes isoladas e destituídas de qualquer valor". Apesar de ter, várias vezes, de dar explicações, Euclides Neto concluiu o mandato mantendo sua posição (EUCLIDES NETO, 2010).

2.6 Repressão na Universidade

A residência estudantil da UFBA na Vitória, onde funcionava o restaurante universitário e que era grande centro de reuniões, foi invadida e todos os que nela se encontravam foram presos. A Residência que era a masculina foi invadida às duas horas da madrugada entre os dias 31 de março a 01 de abril de 1964 por policiais militares sob o comando do então secretário de Segurança Pública da Bahia, Coronel do Exército Francisco Cabral, e do delegado geral, Rui Pessoa.

Invadiram a Residência de forma arbitrária e truculenta, as pessoas que ali estavam foram agredidas por socos, empurrões, tapas e pontapés. Poucos conseguiram abrir fuga. A maioria, cerca de 50 pessoas, foi presa e conduzida à força aos quartéis do Exército. Dentre os presos, além dos estudantes, em grande maioria, encontravam-se um professor e um funcionário (Wilton Brasil Soares). Todos foram interrogados, alguns foram soltos dias após enquanto outros permaneceram encarcerados por vários meses.

O diretor do Departamento Social de Vida Universitária (DSVU), Rubens Brasil Soares, impediu o retorno dos indiciados à Residência Universitária.No dia 01 de abril, pela manhã, os policiais armados invadiram a Faculdade de Ciências Econômicas e destruíram a gráfica do diretório acadêmico, sob a alegação que ali eram impressos os jornais e/ou panfletos

tidos como subversivos. Diante do golpe que atingiu estudantes e alguns professores considerados subversivos, a primeira reação da Universidade Federal da Bahia foi de apoio ao golpe. O relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade traz, para a história, os posicionamentos do Reitor e da Direção de unidades, no apoio ao golpe.

> *"Em reunião de sete de abril de 1964 a Congregação da Escola Politécnica, com a presença de 24 docentes, aprovou moção às Forças Armadas "por sua posição nos últimos acontecimentos políticos na vida nacional". Apenas três dos professores votaram contra: Aristides Barreto Neto, Antônio Carlos Laranjeiras e Magno Valente. A redação final ficou assim: "A Congregação da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, hoje reunida, pela primeira vez após os acontecimentos da semana passada, vem solidarizar-se com as Forças Armadas pelo importante papel desempenhado na defesa das instituições e manifestar ao Comando da 6ª Região Militar, o seu decidido aplauso e entusiástico apoio." [...]*
>
> *Em reunião do Conselho Universitário de nove de abril, o Reitor Albérico Fraga comunica que as Forças Armadas estão no propósito de "não permitirem a permanência de comunistas notórios, fichados, conhecidos, em postos de direção e administração de qualquer setor da vida brasileira, inclusive, é claro, do setor universitário". Informou que praticou e o fez "com abundância de coração, o primeiro ato arbitrário como Reitor da Universidade, que foi a demissão pura e simples do famoso comunista Isidório Bispo de Oliveira, funcionário que todos os diretores pediam para tirar de sua unidade e que, no DCE, ficou a articular, como manivela do professor Nelson Pires, todas as misérias contra a universidade".*
>
> *Extrapolando seu extremismo ideológico, o Reitor Albérico Fraga deu vazão ao seu racismo afirmando que "o professor Nelson Pires, comunista, agitador contumaz, serviu-se desse negro analfabeto, que não sabe quase assinar o nome direito" e que "esse preto está preso". [...] Disse que havia outros serventuários e alguns professores detidos e que "a posição deles é difícil porque eles não vão poder comparecer ao serviço e serão, portanto, dispensados por abandono de emprego se não se fizer um outro processo para apuração de suas situações." O Reitor ressaltou que nunca houvera praticado, conscientemente, ato para prejudicar ninguém, mas afirma que "agora, esse de Isidório, eu faço questão que fique registrado em ata que pratiquei de coração alegre porque se trata de um negro moleque, ousado e que merece ser castigado". [...]*
>
> *A direção da Faculdade de Medicina emitiu circular no dia 13 de abril de 1964, dirigida aos professores, convidando-os a comparecer ao Quartel General da VI Região Militar, no dia 14 de abril de 1964, a fim de expressar às Forças Armadas, na pessoa do General Manoel Mendes Pereira, "o aplauso e a confiança da congregação." [...]*
>
> *Exprimindo o pensamento predominante nos órgãos dirigentes da UFBA, o diretor da Faculdade de Filosofia, Aristides da Silva Gomes, enviou ofício, em 27 de abril de 1964, ao General Comandante da VI Região Militar, Manoel Mendes Pereira, informando que o Conselho*

Departamental da Faculdade de Filosofia "aprovou um voto de congratulações com as gloriosas Forças Armadas pela sua decisiva atuação no movimento redentor de 31 de março". (Coordenação de Arquivos e Documentos/UFBA, Série Memória e Verdade/Ditadura Militar, RP00005). [...]

Em reunião do Conselho Universitário realizada em seis de maio, o Reitor Albérico Fraga submeteu o pedido do Ministro da Educação para a instauração de inquérito visando apurar responsabilidades funcionais. Sugeriu que a comissão fosse a mesma que estava apurando as responsabilidades pelos acontecimentos de dois de março quando os estudantes invadiram o Salão Nobre da Reitoria para impedir a realização da Aula Inaugural. [...]

Na mesma reunião, abordando o caso de professores presos ou foragidos, o Reitor informou que "o professor Nelson Pires (que estava foragido) tem usado de uma série de expedientes para burlar a punição que vai sofrer": enviou ofício ao diretor da faculdade dizendo que iria entrar em licença prêmio; mandou uma procuração para o Dr. Barachísio Lisboa para que a Ordem o defenda das acusações; e por intermédio deste advogado solicitou aposentadoria. Segundo o Reitor a documentação foi encaminhada à Congregação da Faculdade de Medicina para emitir parecer conclusivo.

Citou também os casos dos professores: Walmor Barreto, da Escola Politécnica, que, segundo ofício por ele recebido, estava detido; Milton Santos, da Faculdade de Filosofia, que "está numa incomunicabilidade rigorosa"; e Gerson Mascarenhas, da Faculdade de Medicina. Além deles, segundo disse, havia ainda 15 estudantes detidos. Afirmou que pretendia fazer uma visita ao Comandante da Região para "saber notícias da situação desses estudantes e desses professores, para ver como nos devemos comportar." [...]

Outro professor que teve seu caso aventado foi Roberto Argolo, de Física, O Conselheiro Alceu Hiltner disse em relação a ele: "O professor Argolo foi detido na Residência Universitária, à noite, mas num movimento subversivo. Aí, de fato, não merece uma visita oficial do seu Diretor. Mas no caso do professor Walmor Barreto – eu não o estou defendendo – acho que, inicialmente, a Escola, através da Reitoria, deveria ter conhecimento da detenção." [...]

O Conselheiro Arnaldo Silveira (de Odontologia), referindo-se ao inquérito administrativo aberto para apuração de atividades subversivas dentro da universidade, disse: "O que é necessário é que as faculdades apresentem os nomes daqueles que nos deram dor de cabeça. Aí é que eu quero ver. Não nos devemos esquecer das agonias que por aqui passamos. Chegaram, os estudantes, a nos chamar de velhos decrépitos, analfabetos, incompetentes, aqui em nossa vista, e nós sem podermos dizer coisa alguma. Devemos, pois, tomar uma atitude enérgica para que isto não se venha a repetir." [...]

> *O Reitor enviou, no mesmo dia, seis de maio, ofício aos diretores, iniciado nos seguintes termos: "No empenho de cooperar com o alto Comando das Forças Armadas e para atender à recomendação do Senhor Ministro da Educação e Cultura, rogo os bons ofícios de V. Excia. no sentido de serem fornecidos a esta Universidade elementos e informações que facilitem nossa tarefa na apuração da responsabilidade dos que, no âmbito universitário, cometeram delitos ou praticaram atos lesivos aos altos interesses da Pátria e das instituições democráticas".*
>
> *Depois informava ter solicitado ao Secretário de Segurança Pública abertura de inquérito para apurar responsabilidades na invasão da Aula Inaugural de dois de março daquele ano. Dizia ainda: "Pode V. Excia. estar certo de nosso decidido propósito de cooperação na obra patriótica de desarticulação do comunismo e da corrupção que estavam minando os alicerces democráticos da Nação Brasileira". (p. 10-15) [...]*

O relatório da Comissão Milton Santos revelou um tipo de resistência, ainda que sem contestação ao regime, ao controle ideológico. A Comissão de sindicância, em 18 de setembro de 1964, divulgou um relatório minimizador. Informou que havia mandado ofício pedindo informações para todas as unidades e que só duas responderam:

> *[...] Faculdade de Filosofia, que informou as faltas do professor Milton Santos e do aluno Pedro Castro, por estarem detidos na VI Região Militar e a Faculdade de Medicina, informando estarem implicados em atividades subversivas os professores Nelson Pires e Gerson Mascarenhas.*
>
> *Quanto ao professor Milton Santos, a Comissão informava "que não são apontados atos, no âmbito universitário, que possam ser considerados e ditos subversivos." Com relação ao aluno Pedro Castro, como estava sendo submetido a inquérito na Polícia Militar – da qual era Primeiro Tenente – a Comissão decidiu não iniciar outro inquérito e "louvar-se" nas conclusões do relatório da PM.*
>
> *Acerca dos professores Nelson Pires e Gerson Mascarenhas, a Comissão informou saber que eram objeto de investigações por parte da VI Região Militar, razão pela qual concluía que se fossem identificadas atividades subversivas dos dois, as autoridades militares enviarão os elementos apurados às autoridades competentes para os fins de direito. [...]*
>
> *Ao final, a Comissão de Inquérito concluiu que "não encontrou, como resultado de seus trabalhos, o que indicar como atividades de professores, alunos ou funcionários da Universidade contra 'as instituições democráticas e a ordem pública', objeto de sua sindicância, nos termos da Portaria de designação." (Coordenação de Arquivos e Documentos/UFBA, Série Memória e Verdade/ Ditadura Militar, RP00004)". (pag. 15-16)*

Mas, havia uma resistência mais ativa. Dos professores que, no primeiro momento, se recusaram a apoiar o Golpe, destacamos a ação de Magno Valente, Professor Catedrático de "Termodinâmica – Motores Térmicos", da Escola Politécnica, do Departamento de Hidráulica que produziu fotos montagens e versos satíricos contra todos os generais presidentes. Duas amostras (Valente, 2003) da reação ao Golpe, ainda em 1964:

[...] A grande revolução
eliminou a baderna.
Genial a solução:
o país virou caserna.
Muita Ordem, mas Unida.
– Para a direita volver
– E se tens amor à vida,
no capitão deves crer."
(A Nova ordem, 1964)

"Oh! Grande Revolução!
Revolução dos macacos
. P'ra acabar a inflação
deixou o Brasil em cacos [...]
Fizeram a Revolução para salvar o Brasil.
Oh! Grande desilusão
foi só 1º de abril [...]
(Comemoração, 1964)

O impacto do golpe não recaiu apenas sobre as instituições políticas e a universidade, objeto deste capítulo. Todos os atores sociais considerados subversivos o sofreram. Montou-se um esquema de repressão que funcionou durante a Ditadura e que deixou sequelas até o presente. A montagem da estrutura de repressão, a repressão e resistência nos meios de comunicação, a apresentação, da ampla gama de vítimas da Ditadura e a relação entre as Igrejas e a Ditadura na Bahia são analisadas nos capítulos seguintes. Encerrando este capítulo apresentamos apenas um caso da ampla repressão ao movimento sindical, porque seu impacto foi único e irremediável. O presidente do sindicato dos oficiais eletricistas, Washington José de Souza, foi preso, torturado, seu sindicato teve a carta sindical cassada e não teve condições de ser reconstruído.

2.7 O quadro político na Bahia e seus antecedentes

No Brasil, o quadro político partidário que emerge do Estado Novo em 1945 e se prolonga até 1964 pode ser dividido em dois eixos. "Um, o eixo governo X oposição e um outro que separava de um lado, direitistas, liberais-conservadores e de outro, progressistas, nacionalistas, socialistas, esquerdistas". Os dois maiores partidos, herdeiros do Estado Novo, eram o PSD – Partido Social Democrático e o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. O primeiro foi montado a partir dos interventores e prefeitos no fim da ditadura, fundamentalmente de base rural, mas com empresários e políticos que se beneficiaram e

cresceram no período. Já o PTB, “progressista”, nasceu de líderes sindicais para defender as conquistas trabalhistas, com base nos trabalhadores urbanos, operários, comerciários e pequenos funcionários.

A UDN – União Democrática Nacional era o maior partido nascido da oposição ao Estado Novo. Criado por derrotados e dissidentes da Revolução de 1930, com base em setores rurais, empresariais (inclusive explícita simpatia pelo capital norte-americano) e parte da classe média urbana, representou inicialmente a união da oposição ao Estado Novo. Com a saída do PSB – Partido Socialista Brasileiro, definiu-se como liberal conservador, anti-getulista, contra o estatismo e o nacionalismo.

No campo liberal-conservador, também reunindo derrotados ou dissidentes de 1930, havia o PR - Partido Republicano, forte em Minas (com o ex-presidente Arthur Bernardes) e na Bahia, a partir de 1950 com dissidência do “juracisismo” liderada por Manoel Novais); o PL, que trazia do Império e do Rio Grande do Sul a proposta parlamentarista e que teria outra base na Bahia, com a entrada dos “autonomistas” em 1950. Os integralistas de Plínio Salgado estavam no PRP – Partido de Representação Popular. Nasce ainda o PDC – Partido Democrático Cristão, inicialmente liberal e oriundo de classe média urbana, especialmente paulista.

No campo progressista/esquerdista (que os adversários chamavam “populista”), o maior partido era o PTB. Também proveniente do Estado Novo havia o PSP – Partido Social Progressista, criado em São Paulo em torno de Ademar de Barros, ex-interventor e governador, representando uma incorporação paternalista ao urbano e ao aparelho do Estado. A partir, especialmente, de São Paulo e de dissidências surgiu uma série de partidos trabalhistas.

Mais identificado com a esquerda, e em oposição ao Estado Novo, havia o PCB – Partido Comunista do Brasil. A partir de 1954, alia-se aos nacionalistas e trabalhistas (governos Juscelino e Jango). Em 1964, fim do período, havia 14 partidos representados no Congresso Nacional. A caracterização apresentada é sumária e precisa ser complementada.

Os partidos, agora forçosamente nacionais, tinham diferenças internas tanto entre estados quanto político-ideológicas. Para ganhar eleições, nacionais e especialmente estaduais, faziam alianças, inclusive entre os “complementares”, conservadores e progressistas. Durante o período e respondendo às mudanças sociais, surgem alas dentro dos partidos que se articularão, inclusive, em Frentes Parlamentares diferentes – as mais importantes, ao fim do período, a “Frente Parlamentar Nacionalista” e sua adversária, a “Aliança Democrática Parlamentar”. Soares (1973) demonstra a correlação estatística entre a urbanização, a industrialização e, em menor índice, a alfabetização e enfraquecimento dos partidos conservadores, de base interiorana e rural, e o fortalecimento dos partidos reformistas, especialmente do PTB cujo crescimento (elegerá mais deputados que a UDN em 1962) foi uma das causas apontadas para o golpe de 1964.

No período, ocorreram quatro eleições presidenciais, a implantação do parlamentarismo (1961), o plebiscito que o derrotou (1963) e cinco eleições estaduais na Bahia.

As oposições ao Estado Novo foram, na Bahia, derrotadas nas eleições presidenciais de 1945, nas quais UDN e PSD elegeram um senador cada (o terceiro senador será introduzido pela Constituição de 1946 e em 1947 foi eleito um do PSD). Beneficiada pelas sobras, a UDN elegeu metade dos deputados federais.

Na Bahia, nas eleições para governador em 1947, todas as oposições ao Estado Novo, inclusive os comunistas, apoiaram a vitoriosa candidatura de Octavio Mangabeira. Em 1950, saíram da UDN os autonomistas que se recusavam a apoiar a candidatura de Juracy e Manoel Novais que será o líder do PR. O PSD venceu com Regis Pacheco, candidato lançado em substituição a Lauro de Freitas que morrera a um mês da eleição.

Em 1954, o PSD se dividiu entre Pedro Calmon, apoiado por Simões Filho e o governismo e Antônio Balbino, ex-ministro de Getúlio que, sob o impacto de sua morte, recebeu, inclusive, o apoio de Juracy e venceu. Em 1958, o PSD se divide entre o candidato (Pedreira de Freitas) imposto pelo governador e outro dissidente (Tarcilo Vieira de Melo), o que leva à vitória de Juracy pela UDN, com apoio do PL e de pequenos partidos, e Octavio Mangabeira para o Senado.

Em 1962, diante da não decolagem do seu candidato (Josaphat Marinho, ex-autonomista), Juracy apoia a candidatura de Lomanto Jr. que, com campanha municipalista, crescia a partir do interior e era um "cristão novo" no PTB. Foram duas grandes coligações partidárias, a de Lomanto Jr., com UDN, PTB, PR, PRP e PST, e a de Waldir Pires, com PSD, PDC, PSP, PTN, PSB e comunistas. Algo novo, que terá efeito após o golpe de 1964, será o fato de a UDN e PTB, adversários em nível nacional, estarem coligados na Bahia. Ajuda a explicar a manutenção de Lomanto Jr. no governo após 1964 e a adesão dos "trabalhistas" à ARENA. SAMPAIO assinala que foi a eleição de "maior coloração ideológica na história baiana". Waldir Pires representava a oposição em nível estadual, o nacionalismo, o apoio às reformas sociais. Lomanto Jr. defendia o "municipalismo com desenvolvimento" e seu slogan era "o interior marcha para o governo" e aparece ao eleitorado como "independente" do governo estadual.

A busca do apoio da Igreja foi uma marca da campanha. Ambos os lados apelaram para a encíclica *Mater et Magistra*, que valorizava a distribuição da propriedade rural, mas o apoio dos comunistas a Waldir levou à definição do Cardeal Dom Augusto Álvaro da Silva, três dias antes da eleição, por Lomanto, o que pode ter decidido a eleição, porque este venceu por 43.623 votos.

Em eleição polarizada nacionalmente, as forças liberais conservadoras receberam grandes financiamentos, inclusive de fontes norte-americanas, para candidatos "democráticos". Na Bahia, a falta de recursos que dificultou a candidatura de Waldir, de certo modo, foi contrabalançada pela mobilização estudantil e sindical, da qual um resultado foi a eleição de dois líderes sindicais petroleiros, respectivamente para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa.

No plebiscito realizado em 06/01/1963, que deu esmagadora vitória (9.457.488 votos contra 2.073.582) ao presidencialismo, Antônio Balbino (PSD-Ba) será o coordenador político do comitê de campanha, o que o credenciou para ser Ministro de Indústria e Comércio de Jango a partir de 24 de janeiro de 1963 e, naquele momento, compensou a derrota na Bahia. Waldir Pires assumiu a Consultoria Geral da República, Oliveira Brito (Antônio Ferreira de) era Ministro de Educação e Cultura no período parlamentarista (1961-1962) e de Minas e Energia no período presidencialista (1963-1964). Assim, as maiores lideranças do PSD baiano participavam, em 1964, do governo Jango. Tiveram destinos diferentes após o Golpe.

Antônio Balbino se incorporou ao MDB após o fim do PSD, teve atuação discreta até o fim do mandato (1970) e se afastou da cena atuando como advogado no Rio. Nos bastidores, apoiava seu genro, Nei Ferreira, eleito deputado federal que assumiu a direção do MDB, co

linha “moderada”, sem contestar a Revolução. Oliveira Brito e suas forças, com base no Nordeste da Bahia, se incorporam à ARENA. Ele participou do secretariado de Luiz Viana, mas foi cassado por pressão da “linha dura” que procurava desestabilizar o governador “castelista”. Seu genro, José Lourenço, representará a sua corrente na ARENA, PDS, PFL, atravessando a Ditadura. Waldir Pires foi para o exílio (Uruguai e depois França).

CONFIDENCI

CAPÍTULO 3

SISTEMA DE SEGURANÇA E JUSTIÇA: ESTRUTURA DA REPRESSÃO



CAPÍTULO 3

3 SISTEMA DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA: ESTRUTURA DA REPRESSÃO

3.1 Objeto e Pesquisa

A apresentação desse capítulo fornece o enquadramento preliminar e necessário aos estudos específicos da repressão política e das violações de direitos humanos praticadas na Bahia durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985.

Buscou-se atualizar informações que se constituiriam em objeto da pesquisa de campo, partindo da premissa de que, mesmo já existindo muitos estudos publicados sobre o aparato civil-militar instaurado pelo golpe de estado de 1964 no Brasil, fazia-se necessário integrá-los para visualizar o sistema repressivo de forma geral. Isto para que fosse possível projetá-lo na estrutura organizada no Estado da Bahia, buscando esclarecer – embora com dificuldade de acesso a fontes e arquivos importantes - o seguinte:

1.2 em que medida a ideologia de Segurança Nacional foi disseminada na estrutura repressiva baiana a partir de 1964, impregnando as práticas repressivas no Estado;

2.2 quais foram e como funcionaram os mecanismos de coleta de informações para a repressão no Estado.

As inúmeras tentativas e incursões da CEV-BA em alguns espaços e instituições públicas da Bahia, a exemplo da Secretaria de Segurança Pública, em busca de fontes e documentos visando a obter esclarecimentos acerca das violências praticadas pelo Regime Militar, entre os anos de 1964-1985 importantes para o bom andamento da pesquisa, não tiveram sucesso. Em resposta ao oficio da CEV-BA, nº 024/2014, datado de 18/08/2014, o Del. Geral Adjunto Bernardino Brito Filho informou em 04/09/2014:

> *"[...] não haver nos arquivos desta instituição quaisquer registros relativos ao período do Regime Militar do Brasil, uma vez que constam apenas apontamentos acerca das atividades de polícia em data posterior a Fevereiro de 2007, data de criação do Grupo de Inteligência, atual Departamento de Inteligência da Policia Civil da Bahia".*

Em resposta à mesma solicitação pelo ofício no. 020/2014 de 14/08/2014, o Secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa, também respondeu:

> *"[...] não há em nossos arquivos quaisquer registros relativos ao período do Regime Militar no Brasil, uma vez que constam apenas arquivos e informações relativas à segurança pública, datadas da criação da Superintendência de Inteligência instituída em 04/02/04, através da lei Estadual no. 9.000/2004, assim como no âmbito da Polícia Civil da Bahia/Departamento Inteligência, onde se encontram arquivadas apenas data de criação do Grupo de Inteligência/GDC. Outrossim, esclareço que conforme informações prestadas pelo Comando-Geral da Policia Militar da*

> *Bahia, os documentos que continham conhecimentos e planos de operações vinculados às Forças Armadas, durante o regime militar, foram encaminhados à época ao então Ministro do Exército.*

Outras instituições foram procuradas pela CEV-BA solicitando acesso às dependências para realização de pesquisa:

- Polícia Militar do Estado da Bahia
- Polícia Civil do Estado da Bahia
- Tribunal de Justiça da Bahia
- Supremo Tribunal Federal
- Supremo Tribunal Militar
- Polícia Federal do Distrito Federal

No que se refere às Forças Armadas, a CEV-BA também encaminhou solicitações de acesso às suas dependências. O General de Divisão Artur Costa Moura em nome do Quartel da 6ª Região Militar, em oficio no. 231 de 21 de agosto de 2014, respondeu:

> *"[...] como cediço, o Comandante do Exército insere-se no contexto da Administração Pública Federal, vinculado ao Ministério da Defesa e, portanto, não sujeito à legislação estadual, em que pese o Comandante da 6ª. Região Militar situar-se na cidade de Salvador/Ba. Desta forma, com respaldo na razão de fato e de direito acima expedida, informo a V. Sa. que não é possível autorizar a realização da visita às dependências desse Quartel General para pesquisar ou fotocopiar os documentos dos seus arquivos/biblioteca, porquanto não se insere na competência dessa Comissão, instituída com base em decreto estadual, diligenciar em área sob a administração de órgão integrante da Administração Pública Direto do Poder Executivo Federal.[...]".*

O Vice-Almirante, Chefe do Gabinete da Marinha do Brasil, em resposta ao oficio no. 025/2014, de 18/08/2014 asseverou:

> *[...] o Comando da Marinha, enquanto órgão integrante da Administração Pública Federal, vinculado ao Ministério da Defesa, não está sujeito à legislação estadual, especialmente, o Decreto no. 14.227, de 10 de dezembro de 2012, do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia. Sem menoscabo às atribuições institucionais dessa Comissão, respaldado nas razões de fato e de direito acima expendidas, participo a Vossa Senhoria a impossibilidade de atender ao solicitado. Outrossim, tal assertiva não importa em negativa, por parte da Marinha do Brasil, em colaborar com o esforço para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica, objetivando à reconciliação nacional, pelo atendimento, de forma ordinária e tempestiva, de todas as solicitações da Comissão Nacional da Verdade.*

As respostas, que indicam tendência das instituições de afastamento da memória da ditadura militar, ou mesmo de silenciamento, sobre o que ocorreu no período, não inibiram a

busca de informações sobre a atuação da repressão política, que foram obtidas, parcialmente, através de outras fontes.

3.2 Estrutura do sistema

As referências aqui consideradas são de pesquisadores de ampla aceitação nacional, pela seriedade de suas análises sobre o período da ditadura civil-militar, como o historiador Carlos Fico, autor *de Como eles agiam*, e Maria Helena Alves, autora do *Estado e Oposição no Brasil*. Estes autores estudaram os sistemas de informações e de segurança, analisando o conjunto de órgãos encarregados de investigações, espionagem, repressão, prisões, julgamentos, e execução das penas dos brasileiros considerados "subversivos".

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que justificou o golpe civil-militar, objetivou a conquista da legitimidade social, por meio de conceitos de desenvolvimento econômico e segurança. A ideia central foi a de construção de um inimigo interno que seria destruído pelas campanhas repressivas ordenadas pelo Estado, gerador de segurança, controle social e coerção. Essa Doutrina de Segurança Nacional[2] foi desenvolvida, sobretudo, nos cursos das Escolas Militares. No Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG), com seus manuais, em especial o *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*, principal texto legitimador, definiu da seguinte maneira as ações comunistas, a guerra revolucionária e suas formas psicológicas e indiretas:

> A guerra revolucionária comunista é do segundo tipo em nossa definição da guerra não clássica[3]. Os países comunistas, em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-las e induzi-las a submeter-se a seu regime sociopolítico.
>
> A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente. (MANUAL BÁSICO DA ESG, 1975, p. 291).

[2] Entre muitos livros que abordam especificamente a Doutrina de Segurança Nacional e sua ideologia, vezam-se: Eliezer Rizzo de Oliveira, *As Forças armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969*, Rio de Janeiro: Vozes, 1976; Joseph Comblin, *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; José Alfredo Gurgel, *Segurança e democracia*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

[3] *A outra é Guerra Insurrecional, definida como conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo.*

3.2.1 SNI[4]

Em 13 de junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), projeto elaborado pelo General Golbery do Couto e Silva, seu primeiro chefe, que segundo Alves (1987), foi o mais influente teórico da Escola Superior de Guerra (ESG), sobretudo no que se referia à geopolítica.

O Decreto-Lei de 10 de dezembro de 1964 fixou a estrutura organizacional do SNI e especificou seu orçamento e seus objetivos, assim definidos:

> [...] a promoção e consecução das tarefas de avaliação e integração da informação [...] para distribuir esta informação entre os vários setores do governo; estabelecer todas as ligações necessárias com os governos estaduais e municipais, com empresas públicas e privadas, e formular certos planos, entre os quais, planejamento da informação estratégica, planejamento da Segurança Interna e planejamento da contra-informação [...]. (ALVES, 1987, p. 73)

Contando com sugestões de consultores norte-americanos, o SNI se espalhou pelos Estados com suas agências regionais e suas Divisões de Segurança Interna (DSIs).

Sobre o SNI, a CEV-BA teve oportunidade de realizar pesquisas nos arquivos do SNI, Agência Bahia, entre os dias 15 e 26 de setembro no acervo que se encontra sob a guarda do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, com informações sobre o governo e o setor público. Neste arquivo, também, constam relatórios, em geral oriundos do Departamento de Polícia Federal (DFP), e sua regional Bahia, a Divisão de Censura e Diversões Públicas, como também a Comissão Geral de Investigações.

Uma lista dos principais temas encontrados na documentação do SNI, presente no Arquivo Nacional inclui: Anistia; Cassados; Cultura, Imprensa e Censura; Demitidos; Eleições; Exilados; Governo Estadual e Parlamentares; Igreja; IPMs; Movimento Estudantil; Movimento Sindical (Petrobras, Bancários, Professores); Movimentos Sociais (Trabalho Conjunto, Movimento Contra a Carestia, entre outros); Organizações e Partidos; Prefeituras e Câmaras Municipais; Questão da Terra; Universidade.

Do ponto de vista da abrangência, o SNI atuava no campo externo (através, principalmente, dos adidos militares das embaixadas brasileiras) e no campo interno, objetivando fornecer ao governo a "*origem, natureza e intensidade dos óbices existentes e da realidade da situação interna, em todos os campos da vida nacional*"[5]

O SNI era o órgão central do SISNI. Seu chefe tinha "status" de Ministro de Estado e assessorava diretamente o presidente da República. Suas atividades consistiam em coordenar as atividades de informações em todo o território nacional.

Em relação aos órgãos dos ministérios militares, o SNI podia apenas exercer ação normativa, doutrinária e de direção, não lhe cabendo aprovar ou fiscalizar suas ações.[6]

---

[4] *Segundo Adyr Fiúza de Castro citado por D' Araújo (1994, p. 35-81), as estimativas do pessoal permanente do SNI, em Salvador, aproximavam-se de 40 pessoas; Golbery do Couto e Silva foi coordenador da principal tarefa atribuída ao complexo ESG/IPES/IBAD: criar e implantar eficazes redes de informações, consideradas essenciais na instalação de um Estado centralizador. (ALVES, 1987)*

[5] *Manual de informações* , fl. 1.

[6] *Id Manual de informações* , fl. 4.

3.2.2 Os Ministérios civis

Os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios civis” eram constituídos pelos órgãos de informações dos respectivos ministérios e das autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas.

O órgão central de informações de um ministério civil era a sua Divisão de Segurança e Informações (DSI). E em cada órgão importante da administração pública existia uma “Assessoria de Segurança e Informações” (ASI), também chamada de “Assessoria Especial de Segurança e Informações” (AESI).

No caso do Ministério do Interior, os órgãos de informações dos territórios federais tinham os seus canais de ligação com o restante do sistema. Nas demais pastas civis, cada DSI tinha quase sempre a mesma estrutura básica, contando com um diretor, um assessor especial e mais três seções (de informações, de segurança e administrativa)[7]

3.2.3 Ministérios militares

Os sistemas específicos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica compunham os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares”, distintos das DSI.

Na Marinha:

- Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)
- Subchefia de Informações do Estado - Maior da Armada (M-20)
- Órgãos de informações das diversas unidades
- Escritórios dos adidos navais (ADIDAL)

No Exército:

- Centro de Informações do Exército (CIE)
- 2ª. Seção do Estado-Maior do Exército (2ª/EME) (responsáveis pelas atividades de informações)
- Órgãos de informações das organizações militares do Exército
- Escritórios dos adidos do Exército (ADIEx)

Na Aeronáutica:

- Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)
- Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª./EMAer)
- Órgãos de informações das unidades respectivas e escritórios dos adidos aeronáuticos (ADIAer).

Os sistemas dos ministérios militares também produziam o mesmo tipo de informações que os civis, inclusive as de natureza “administrativa” que diziam respeito à força singular em questão.

[7] Artigo 5 do Decreto no. 67.325, de 2 de out. 1970.

Esses centros de informações eram subordinados aos respectivos ministros de cada uma das Forças,entretanto agiam coordenados pelo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), subordinado ao Exército. (D' ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994).

Os Serviços Secretos de cada uma das Forças Armadas se identificavam como E-2 (Exército), M-2 (Marinha) e A-2 (Aeronáutica), cuja função especial consistia em controlar o "público interno", vinculado a um comando específico, através dos departamentos denominados Segundas Seções.

Embora devessem operar internamente nas atividades de informações, os Serviços Secretos também procediam à "[...] vigilância política e até a repressão física direta do 'público externo.'" (ALVES, 1987, p. 173). Isto se aplicaria, sobretudo, ao CENIMAR, na Marinha e ao Serviço Secreto do Exército, que estariam envolvidos nas execuções de operações militares de repressão à população e, até mesmo, nas torturas de presos políticos, através do CODI e seu Destacamento de Operações e Informações (DOI). (ALVES, 1987; FICO, 2001b)

Em depoimento concedido aos organizadores do livro sobre a memória militar da repressão, o general Adyr Fiúza de Castro, um dos criadores do CIEX e chefe do CODI do Rio de Janeiro em 1972, revelou que o CODI foi criado porque:

> *"[...] alguns órgãos estavam batendo cabeça. Havia casos de dois ou três órgãos estarem em cima da mesma presa, justamente porque não existia uma estrutura de coordenação da ação desses órgãos de cúpula, este o principal objetivo do CODI".* (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 53)

O CODI, entidade mista, composta por representantes de todas as forças militares, assim como da Polícia e do próprio Governo, era chefiado pelo chefe do Estado-Maior do Comando de cada um dos Exércitos. Algumas de suas funções incluíam:

> *"[...] fazer o planejamento coordenado das medidas de defesa interna, inclusive as psicológicas, controlar e executar essas medidas, fazer a ligação com todos os órgãos de defesa interna e coordenar os meios a serem utilizados nas medidas de segurança".* (D' ARAUJO; SOARES; CASTRO 1994, p. 17)

Por outro lado, subordinados aos CODIs, estavam os DOIs,:

> "*[...] uma unidade móvel e ágil, com pessoal especializado cuja função era fazer operações, era o braço armado [...]" e que também congregava as três Forças, bem como policiais civis e militares".* (D' ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 18).

A junção entre esses dois órgãos ficaria registrada pela sigla DOI-CODI, embora fossem diferentes, com funções diferenciadas. Os DOI-CODI passaram a ocupar o primeiro posto, seguidos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de responsabilidade do Estado e CENIMAR, na repressão política e também na lista das denúncias sobre violações aos Direitos Humanos.

Previstos como partes da estrutura formal do Estado, e articulados com os comandos militares e políticos, esses órgãos atuavam segundo suas próprias "leis", à revelia da legislação mantida pelo regime e dos prazos previstos na legislação de segurança nacional. Funcionavam, muitas vezes, como etapa anterior aos inquéritos e processos formais e sua ação foi localizada como sendo nos "porões da ditadura" e as torturas e tratamentos cruéis e degradantes infligidos aos presos, quando não negados, eram "atribuídos" aos "excessos"

de seus agentes. De fato, a pesquisa histórica demonstrou que sua ação era conhecida pelos seus chefes e que a ação pode ser considerada como política de Estado;

O Departamento de Polícia Federal (DPF) foi outro órgão do aparato repressor do Estado diretamente subordinado ao Ministério da Justiça. Após sua criação em São Paulo, os DOI-CODI seriam implantados em outros estados, como Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. (ALVES, 1987; GORENDER, 1990).

Desta forma, a estrutura repressiva foi erguida, pressionando a sociedade civil, cuja resposta foi a imediata resistência. Tal fato não era esperado pelo Governo Militar, que não admitia, em sua essência, a desobediência civil, gerando como resposta a modificação paulatina das estratégias iniciais.

Por fim, um discurso legitimador, movido por meio do aparato jurídico frequentemente modificado e reconstruído, visando dar ao novo governo militar uma aparência pacífica, legalizada e democrática no dia a dia, mas que não conseguiu apagar as marcas da violência que a repressão deixou.

Tal aparato repressivo mostrou-se em três dimensões:

a) Jurídica – com grande produção de leis, com as garantias de efetividade para sua execução imediata e sem questionamentos.

b) Informativa – com o investimento numa rede de informação para detecção do “inimigo”.

c) Bélica- com a formação, o aprimoramento e legitimação de quadros nas Forças Armadas e Polícia.

Os órgãos militares de informações também realizavam operações de segurança, podendo ser caracterizados como “órgãos mistos”, de informações e de segurança.

Diferentemente das DSI e, em boa medida, do próprio SNI, o CIE, o CENIMAR e o CISA também patrocinavam “operações”: saíam à rua para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos. Contudo, as operações de segurança deviam ser coordenadas pelos centros de operações de defesa interna (CODI).

Na estrutura jurídica do Regime Militar concedia-se mais poder ao Executivo, limitando ou retirando a autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Uma limitação foi a redefinição dos crimes contra a segurança nacional, atribuindo à Justiça Militar a competência do julgamento de todos os crimes a ela relacionados. (D’ ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994).

Exemplo maior de concentração de poder foi a previsão, no Ato Institucional nº 5, de que os atos do Presidente nele baseados seriam insusceptíveis de apreciação pelo Judiciário. Assim, o Presidente, colocado acima das leis do país, fazia suas próprias leis. Podia editar, como editou, até decretos secretos.

A estrutura da Justiça Militar subdividia-se pelas Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs), onde também funcionavam as Auditorias Militares, através de limites coincidentes com as bases territoriais das Forças Armadas na área (Região Militar, Distrito Naval e Comando Aéreo Regional). (BRASIL NUNCA MAIS, 1985).

Pesquisadoras da CEV Ba buscaram, sem sucesso, informações junto à Auditoria da 6ª. Circunscrição Militar, mas através de solicitação feita pelo oficio no. 019/2014, em

14/08/2014 para o Superior Tribunal Militar (STM), a Comissão recebeu uma lista com mais de duas centenas de processos contra baianos, que poderão ser consultados futuramente.

Uma das marcas mais significativas do período, segundo o historiador Renato Lemos (2004, p. 283), foi *"[...] a tentativa de conciliar a formalidade de estruturas democráticas com práticas e inovações institucionais consideradas necessárias à implantação de novas formas de dominação política [...]"*. A criação e amplitude dada aos IPMs é um exemplo.

3.2.4 Perseguições, Inquéritos e Processos

Logo após o golpe civil-militar de 1964, iniciou-se uma vasta campanha de perseguição em todo o País.[8] Ruas foram bloqueadas e centenas de casas invadidas para a prisão de "subversivos".

No dia 9 de abril de 1964, Costa e Silva, baixou o "Ato do Comando Supremo da Revolução no. 9" e a "Portaria N° 1".

O "Ato Institucional" que, posteriormente à decretação de outros, nos anos seguintes, passaria a ser conhecido como AI-1[9], conferia ao "Comando Supremo da Revolução" o poder de promover as punições desejadas pelos radicais:estabelecia que os encarregados de inquéritos e processos (visando às suspensões de direitos políticos, às cassações de mandato etc.) poderiam delegar atribuições referentes a diligências ou a investigações, bem como requisitar inquéritos ou sindicâncias levados a cabo em outras esferas. (FICO, 2001)[10].

Os IPMs contra a subversão e corrupção do Regime deposto, nasceram oficialmente alguns dias após a posse, na Presidência da República, do general Humberto Castello Branco, que determinou, em 27 de abril de 1964, a criação da Comissão Geral de Investigações (CGI),[11] cuja função era coordenar o trabalho das Comissões Especiais de Inquérito (CEIs). As CEIs investigavam a presença de "subversivos" em todos os níveis do aparelho de Estado. Essas comissões reuniram 220 militares (entre capitães, majores e coronéis) encarregados de presidir os inquéritos policiais-militares (IPMs).

Dessa forma, instauraram-se centenas de IPMs, indiciando entre outros, professores, parlamentares, membros de movimentos sociais, líderes sindicais e estudantis, oficiais militares nacionalistas, trabalhadores rurais e operários. Esses IPMs, espalhados por todas as unidades da federação, - instituídos para investigar as atividades de funcionários civis e militares, identificando os "subversivos" e colaboradores do governo anterior, - realizaram uma devassa na vida pública e privada daqueles considerados inimigos pelos militares e

[8] A brutalidade dessas perseguições resultou em algumas mortes e em muitas arbitrariedades, como a que foi imposta ao dirigente comunista Gregório Bezerra, que, ainda em abril de 1964, foi arrastado por um jipe do Exército pelas ruas do Recife.

[9] Na realidade, o AI-1 investiu o Executivo de um poder soberano e incontestável, rompendo o princípio da igualdade entre os três poderes. Além de limitar o poder do Congresso Nacional, e suspender temporariamente as garantias da imunidade parlamentar, o Poder Judiciário também teve sua atuação limitada, foram suspensas por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade dos juízes e ficou estabelecido que inquéritos e processos seriam instaurados "visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária", lançando as bases para a instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

[10] Artigo 1 do Ato [do Comando Supremo da Revolução] no. 9. *Dispõe sobre o artigo 8 do Ato Institucional de 9 de abril de 1964*. a 4 de abr. 1964.

[11] Com base no art. 8º. do AI-1, Castello Branco publicava no dia 27 de abril de 1964, o Decreto-Lei no. 53.897 que criava e regulamentava os IPMs.

tiraram de circulação muitos opositores do Regime. Essa autêntica “inquisição” ficou conhecida como *Operação Limpeza*. (MATTOS, 2003; ARNS, 1985).

Segundo Mattos (2003), muitas vezes os IPMs foram conduzidos irregularmente, com acusações inconsistentes, prisões ilegais e uso de tortura contra os suspeitos. Era comum que os advogados fossem impedidos de ter acesso aos autos dos inquéritos e de acompanhar seus clientes nos interrogatórios.

Para Maria Helena Moreira Alves (2005, p.69), os IPMs tornaram-se uma fonte de poder de fato para o grupo de coronéis designados para coordenar ou chefiar as investigações e, dessa forma, *“configuravam o primeiro núcleo de um aparato repressivo em germinação, e o início de um grupo de pressão de oficiais “linha-dura”, no interior do Estado de Segurança Nacional”.*

Nas memórias de Nelson Werneck Sodré, historiador e ex-militar do Exército e militante do PCB, os *encarregados desses IPMs:*

> *[...] detinham todos os poderes. Nada os embaraçava. Não davam satisfações a ninguém. Erigiam-se em autoridade, acima das leis. Prendiam a torto e a direito, por prazo indeterminado. Se a autoridade judiciária concedia habeas corpus, desrespeitavam-no, tranquilamente [...].(SODRÉ, 1994, p. 34).*

Por fim, os inquéritos policiais militares, formados para apurar fatos considerados atentatórios à Segurança Nacional, possuíam, nas confissões extrajudiciais – geralmente obtidas sob coação – o suporte principal da acusação. Na primeira fase, os presos políticos eram privados de comunicação, tanto com familiares quanto com advogados, e os maus tratos físicos e mentais, praticados pelos órgãos de informações, eram a tônica nesses chamados interrogatórios preliminares. No segundo momento, os presos eram remetidos ao DOPS ou à Polícia Federal, dando início a uma segunda fase nos inquéritos. Na maioria das vezes, nem mesmo a Justiça Militar era comunicada sobre as detenções efetuadas pelos órgãos de segurança. E, nas poucas vezes em que isso era feito, a data indicada não correspondia ao verdadeiro dia da prisão. (ARNS, 1985)

3.3 Estrutura repressiva na Bahia

Na Bahia, no que tange à Informação e à Segurança, não foram levantadas fontes suficientes para detalhar o quadro, nem foram identificados todos os dados sobre a situação.E embora aqueles levantados no Arquivo Nacional sejam importantes, deixam lacunas a preencher.

É possível afirmar que o aparato repressor do regime militar foi devidamente instalado na Bahia com a implantação, nos Estados, das Divisões de Segurança Interna (Agências Regionais) que alimentavam as engrenagens desse aparato. As Agências de Inteligências (AI’s) encontravam-se instaladas nas Secretarias Estaduais, nas universidades e demais instituições públicas.

O chefe do Estado-Maior na Bahia era o chefe do CODI da 6ª Região Militar, sediada em Salvador, englobando Bahia e Sergipe e, consequentemente, ligava-se ao CIEX, no que se refere aos serviços, enviando cópias de informações para o IV Exército sediado em Recife, que recebia todas as informações colhidas pelos comandantes do Nordeste. (D' ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994)



As atividades da 6ª Região Militar do Exército em Salvador foram comandadas pelo general Abdon Sena e, a partir de maio de 1971, pelo também general Argus Lima, enquanto que Joalbo Figueiredo respondia pela Secretaria de Segurança Pública, e o coronel Luiz Arthur de Carvalho era o delegado regional do Departamento de Polícia Federal nos Estados da Bahia e Sergipe. (SOUZA, 2000; ABDON..., 1971, p. 3).

Um primeiro levantamento nos inquéritos referentes às ações de baianos resultou em tabela com 183 nomes que incluem militares, policiais, agentes do SNI, juízes e ministros do Superior Tribunal Militar, procuradores, juízes, defensores públicos (Anexo 8 p. 416 a 424). Desempenhando vários papéis e com diferentes graus de responsabilidade, eles personificam a estrutura do Estado que era acionada contra os subversivos. Do mesmo modo, os perseguidos têm nome. Sua identificação é objetivo prioritário do trabalho da CEV conforme foi apresentado no primeiro capítulo.

3.3.1 Condutas subversivas

Os IPMs representaram instrumentos de inquisição e criminalização dos jovens, em sua maioria, pela suspeita de resistência/oposição aos ditames do Golpe Militar (1964-1985).

Nas análises dos IPMs encontrados até o momento, referentes à Bahia, identificam-se as seguintes tipificações de conduta:

- ✓ Violação da Lei de Segurança Nacional (violação do Decreto Lei nº 898/69),como o tipo penal mais recorrente.
- ✓ Prática de atividade subversiva e vinculação ao PC do B.
- ✓ Crimes contra a Ordem Político-Social combinado cessação coletiva de trabalho (Decreto Lei nº9070/1946), violação ao art. 9º e 10 da Lei 1802/1953, art. 265 CP.

No IPM Petrobras, observa-se a tentativa de eliminar a resistência contra a ditadura militar pelos empregados da Empresa:

> [...] CARLOS OLYMPIO DE ALMEIDA ALVES, [...] informo haver registro de que o nominado foi dispensado Petrobras, out 64, depois que a

> Petrobras apreciou irregularidades de que foi acusado, por não ter, como engenheiro sup adj tecam, tomado providencias necessárias segurança instalações mais importantes Terminal da Petrobras naquela área, deixando-o sob o controle de COMUNO-PELEGOS. (IPM PETROBRAS, pag. 4)

Nesses inquéritos foi identificado o perfil majoritário dos indiciados: jovens, sem antecedentes criminais, solteiros, estudantes que foram fortemente perseguidos por participar de movimentos como Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Partido Comunista do Brasil (PC do B), e Associação Baiana de Estudantes Secundários (ABES), Ação Popular (AP), dentre outros, comícios, congressos ou até por andarem em grupos. Eram condutas tipificadas como subversivas.

Na Bahia, os militares identificaram a existência de Comitê Secundarista e "Células da Base" atuantes em colégios estaduais (Severino Vieira, Central, Manoel Devoto), Aplicação da Faculdade de Filosofia da UFBA e Antônio Vieira.

Na época, a maioridade penal era alcançada aos 21 anos. Por isso, os menores eram assistidos no processo por seus curadores. Foi possível observar, por exemplo, essa prática no IPM que indicia Valdenor Moreira Cardoso:

> Verificando que o indiciado é menor de Vinte e hum anos de idade, nomeou para curador o doutor CARLOS ANTÔNIO ONOFRE, advogado, com escritório....(Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, SNI, ASV_ACE 2968/82_CNF 1/3, IPM Jorgete Ferreira Oliveira e outros, pag. 18).

Apesar do caráter provisório dos Inquéritos - que por finalidade devem fornecer elementos necessários à propositura de uma Ação Penal – ao analisar a capa do encaminhamento nº 18316 do SNI, do IPM nº 22/72 do DPF/Ba, é possível inferir que havia a criminalização prévia: *"Cópia do Termo de Declarações* ***prestadas pelo subversivo*** *FRANCISCO BARBEIRO LLORENTE, indiciado no Inquérito Policial nº 22/72, do DPF/BA, por violação da LSG. (*Arquivo Nacional, SNI, ASV_ACE_2996/82_CNF_2/4, *IPM Eduardo Abdon Sarquis e outros, pag. 82)"*

Vigentes à época: o Código Militar, Código Penal, Código de Processo Penal Militar, as Constituições de 1946 e 1967 assim como os Atos Institucionais.

Segundo o Código de Processo Penal Militar (CPPM):

> Art. 9º - o inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

Os IPMs analisados foram iniciados de ofício (pela autoridade militar ou comando) ou por delegação da autoridade militar superior confirmada por ofício, na forma do CPPM.

O CPPM descreve os procedimentos a serem desenvolvidos pelo encarregado no que se refere aos procedimentos para formação do inquérito:

> Formação do inquérito
>
> Art. 13. O encarregado do inquérito deverá, para a formação deste:
>
> Atribuição do seu encarregado
>
> a) tomar as medidas previstas no art. 12, se ainda não o tiverem sido;

> b) ouvir o ofendido;
>
> c) ouvir o indiciado;
>
> d) ouvir testemunhas;
>
> e) proceder a reconhecimento de pessoas e coisas, e acareações;
>
> f) determinar, se fôr o caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outros exames e perícias;
>
> g) determinar a avaliação e identificação da coisa subtraída, desviada, destruída ou danificada, ou da qual houve indébita apropriação;
>
> h) proceder a buscas e apreensões, nos têrmos dos arts. 172 a 184 e 185 a 189;
>
> i) tomar as medidas necessárias destinadas à proteção de testemunhas, peritos ou do ofendido, quando coactos ou ameaçados de coação que lhes tolha a liberdade de depor, ou a independência para a realização de perícias ou exames.

Ao comparar a previsão legal com a prática dos inquisidores, infere-se que havia “excesso” e desrespeito à norma penal. Não havia a oitiva adequada dos ofendidos, mas declarações obtidas por coação psicológica e/ ou física, desrespeitando-se,também muitas vezes, o Princípio da Intranscendência da Pena, pois os efeitos da “condenação” eram estendidos a membros da família do indiciado.

Outras normas desrespeitadas frequentemente eram as contidas nos artigos 16 e 17 do CPPM que, respectivamente, preconizavam: o sigilo dos inquéritos, porém autorizando vistas aos advogados dos indiciados; e a incomunicabilidade do indiciado, que estivesse LEGALMENTE preso, por três dias no máximo.

Os depoimentos colhidos e a análise de documentos da época revelam que as prisões eram ilegais e o prazo de incomunicabilidade não tinha limite. Por outro lado, não havia a informação às famílias sobre a detenção de seus familiares, observando-se que o conhecimento sobre a prisão ocorria através de comunicação de algum vizinho ou amigo que testemunhou a prisão.

O CPPM preconiza, como regra, a inquirição durante o dia:

> Art 19 As testemunhas e o indiciado, exceto caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeie entre as sete e as dezoito horas.

- *Modus Operandi* (modos de operar, executar, agir)

No enfrentamento da resistência ao regime, o sistema implementado pelos militares estava fincado na estratégia da infiltração de agente nos movimentos de resistência e também nas instituições públicas. Os agentes estavam infiltrados nas universidades como a UFBA e sindicatos como os de petroleiros. Assistiam às peças culturais, participavam de atos políticos a fim de identificar os “subversivos”.

Apesar dos militares proferirem discursos que afirmavam a adoção do Princípio da Legalidade para a conquista da Segurança Jurídica, diversas vezes houve desrespeito às leis vigentes na exacerbação do autoritarismo irrestrito. Esse fato pode ser atestado através dos depoimentos e dados colhidos que relatam as sessões de torturas, o interrogatório sem

a presença de advogado e em horários que deveriam ser evitados tal como preconiza o CPPM.

Nele, as vítimas encontravam, às vezes, demonstrações de civilidade que fizeram questão de lembrar. Foi o caso relatado por Hélio Carneiro Moreira no seu depoimento em 17 de outubro de 2014, na CEV-BA (Anexo 9 p. 425 a 436):

> Um dos caras que ficaram presos, que eu conheci, que foi meu colega de colégio, foi Milton Oliveira, que foi até presidente da UNE. E esse cara tinha muitas ligações internacionais. Tanto que logo que ele teve uma possibilidade de sair, ele foi pra Paris, a mulher dele era arquiteta, e ele se formou em engenharia, e foi embora pra Paris. Tempos depois, um dia eu encontro Milton na Praça da Piedade, defronte da Secretaria de Polícia. "Oh cara! Você aqui?" "Por quê?" "Aqui defronte da Secretaria de Polícia é o lugar mais seguro" "Seguro como?" "Eles nunca vão suspeitar que eu esteja aqui" [...] Mas ele explicou o que foi. Que o pai dele estava passando muito mal e ele de lá fez contato e o Exército autorizou que ele viesse ao Brasil "A autorização é federal. Não vamos interferir na atuação da polícia estadual, você veja como você se comporta." Ele teve licença [...].

3.4 Um juiz auditor perseguido

O levantamento, até então feito, dos IPMs confirma a memória social que identifica, na maioria dos perseguidos baianos, a característica de jovens universitários, militantes do movimento estudantil. A repressão, conforme esse relatório comprova nos capítulos seguintes, atingiu a amplos setores sociais: políticos; trabalhadores do campo e da cidade; religiosos; militares legalistas, nacionalistas, esquerdistas que apoiavam as "reformas de base" e sofreram o golpe; setores sociais vítimas da discriminação, como mulheres e negros.

Além de revelar em outros capítulos, o trabalho em curso, inclusive no STM, também ampliará o conhecimento daquele período histórico.

Para ilustrar o funcionamento do sistema de repressão, consideramos interessante a reconstituição das perseguições sofridas por um juiz auditor que, por sua orientação humanista, foi investigado e denunciado pelos órgãos de informações. Demonstra como o sistema de repressão política esperava e procurava impor um padrão de comportamento para seus agentes.

O caso levantado pela CEV-BA, do juiz auditor Ramiro Teixeira Mota, é exemplar.

Ramiro Teixeira Mota, como uma figura de juiz auditor fora do padrão, aparece no depoimento de José Carlos Zanetti prestado à CEV-BA em 14/06/2014:

> *Ramiro era uma figura absolutamente fora do padrão, ele não tinha nada a ver, era um concursado, com o livro "Cem anos de solidão" na frente. Achei estranho aquilo. Ele perguntou se eu queria fazer um depoimento normal, denunciar que tinha tortura, tudo, ou se simplesmente ia assinar*

um termo lá pra auditoria. Eu disse: "quero denunciar!", ele: "então tá, vamos lá" (...).

A reconstituição do seu histórico na Justiça Militar mostra as reações ao comportamento atípico de um juiz que assume pouco após o AI 5, mantendo valores humanistas e liberais.

Ramiro Teixeira Motta[12], filho de Eduardo Motta e de Maria Lourdes Teixeira da Motta, nascido em 31 de maio de 1934, em Guanabara no Rio de Janeiro. O seu histórico na Justiça Militar é:

Assunção na 6ª CMJ: No dia 20 de Novembro de 1973 assumiu a função de Juiz Auditor da 6ª CMJ.

Admissão: Fez concurso para a Justiça Militar em 1968, tomando posse em 18 de dezembro de 1968, servindo inicialmente em Santa Maria – Rio Grande do Sul.

Remoção: De Santa Maria/RS foi para Fortaleza/CE, de lá para Curitiba/PR, onde serviu de 1971 a 1973, quando foi transferido para a 6ª CMJ de Salvador.

Nas agências desses Estados, constata-se que nada consta sobre sua atuação no Rio Grande do Sul e também no Ceará. Porém, sobre sua atuação em Curitiba, encontra-se "uma série de fatos negativos e incentivadores à subversão", como:

1. Em sessão de julgamento ocorrida no dia 06 de dezembro de 1971, de apreciação do pedido de relaxamento de prisão preventiva de todos os elementos subversivos da APML/PR, ter procurado convencer o Presidente e os demais membros da 5ª CPJ/5ª CMJ, da necessidade de manutenção em liberdade de sete réus e decretar a liberdade de mais dois que permaneciam com a prisão preventiva decretada, apresentando argumentos pouco convincentes e que diverge com a seriedade e a imparcialidade de um Juiz, tais como:

- Serem os réus jovens da sociedade de Curitiba;

- ser um deles irmão do Juiz do Trabalho;

- haver sido um inquérito mal feito, tendo o encarregado do mesmo, vocação para escritor frustrado;

- ter ele próprio, o Auditor, solicitado a soltura de todos;

- os elementos mais atuantes encontravam-se foragidos (o que não correspondia à Verdade).

Durante a defesa o auditor deu a palavra aos próprios subversivos que criticaram a atuação do Encarregado do Inquérito e teceram acusações aos Oficiais e Sargento que tomaram parte nos interrogatórios, acusando-os de "torturadores".

2. Em 24 de agosto de 1973, ao apreciar o processo em que estava sendo indiciado o jornalista José Xande, autor do artigo "A Morte do Garoto. Somos todos coniventes?" publicado na Folha de Londrina, em 14

[12] Ramiro Teixeira Mota, AC_ACE_87739_75, Arquivo Nacional.

de Junho de 1973, incurso em crime capitulado a LSN (Lei de Imprensa), por haver incitado a opinião pública contra as autoridades constituídas, o Juiz Auditor se expressou, por escrito, em sua decisão, de forma desprimorosa (sic), falando sobre a conjuntura atual que considera o Direito, a Força, imperando sobre o Estado de Direito.

Sobre isso, o Auditor critica veementemente em sua decisão, as violências que são usadas pelos agentes da repressão, enquanto "desmedida","pusilânime", "insólita", "canibalesca", "arbitrária", "ignorante", falando ainda sobre "impiedade doentia" e "agressividade esquizofrênica" e de um "triste cenário". No inquérito é dito que a Secretaria de Segurança Pública já havia aberto um Inquérito Policial para apurar as implicações dos elementos na delegacia de Londrina envolvidos no fato em questão que o Auditor denuncia. Novamente sobre a declaração, o Auditor fala que "Hoje mata-se uma criança não se sabe por que, nem como".

3. No dia 05 de maio de 1972, Clair Flora Martins, no IPM/APML/PR, foi apresentada à 5ª Cia PE, por solicitação do nominado à Auditoria da 2ª RM, sem que a 5ª RM/DI tivesse sido notificada. Na mesma data, foi realizada sessão na Auditoria da 5ª CMJ, para apreciar o pedido de prisão preventiva da nominada e outros indiciados no IP que apurou ramificação da APML no Paraná. Por maioria de votos, vencido o presidente do CMJ, foi relaxada a prisão de Clair, por influência do nominado, que alegou não haver, em Curitiba/PR, local adequado para a prisão de mulheres. Na noite de 05 de maio de 1972, o Auditor ligou-se pelo telefone com o Cmt da 5ª RM/DI, dizendo em síntese que Clair, deveria ser posta em liberdade imediatamente, e que a 5ª Cia PE se recusava a libertá-la. Por determinação do Cmt da 5ª RM/DI, a 2ª Sec da ERM/5 entrou em ligação telefônica com o nominado, tendo este declarado que a Justiça Militar possuía atribuição para liberar sem outras injunções. Clair Flora Martins foi posta em liberdade nesta mesma noite. Na semana seguinte, foi solicitada sua prisão preventiva na 2ª Auditoria da 2ª RM/SP e claro não foi mais localizada em Curitiba/PR.

4. Em 24 de outubro de 1972, retornaram do Chile e se aproximaram do Auditor, os subversivos Pedro Ivo Furtado e Deise Terezinha Urban Furtado, processados e condenados anteriormente pela própria 5ª CMJ. Atendendo solicitações dos familiares dos referidos condenados, o Dr. Ramiro os colocou à disposição da Delegacia Regional da Polícia de Paranaguá/PR, não os recolhendo ao regime carcerário, que em razão das penas lhes cabia, ficando os condenados em "prisão domiciliar".

Pressionado pela 5ª CMJ, o Dr. Ramiro recolheu Pedro Ivo Furtado à prisão provisória do ARC em Curitiba/PR, porém determinou a reclusão de Deise a um colégio de Freiras daquela Capital, o que permitirá a ré perambular pelas ruas da cidade. Uma vez que ela foi assinalada pelas ruas da cidade, porém diante disso, Ramiro teria apenas dado instruções em relação a este abuso de confiança, mas teria mantido sua prisão no Colégio de Freiras.

5. Por ocasião do pedido do Livramento Condicional do subversivo Alberi Vieira dos Santos, condenado como um dos cabeças dos movimentos de "guerrilhas" de Jefferson Cardin de Alencar Osório, ocorrido no sudoeste paranaense, o Dr. Ramiro, mostrou-se favorável à medida, cedendo-a a primeira instância, tendo, porém, o promotor impetrado recurso. E depois de ter sido concedida, em junho de 1973, a liberdade condicional, em grau do recurso, pelo STM, o Dr. Ramiro mostrou seu interesse direto em acelerar a liberdade de Albini, fazendo inclusive ligações com a 2ª Sec/EMR/5, chegando até a conseguir transporte aéreo para a escolta que deveria conduzir o referido preso.

6. Em junho de 1973, por ocasião do julgamento do processo do PCBR/PR, o nominado tentou convencer os militares do Conselho a condenar apenas os quatro subversivos revéis, sem atender à Promotoria que pedia a condenação de doze elementos.

Ainda assim cominou a pena de dois anos, para os quatro réus (Arnaldo Agenor Roberto, Belluci, Galdino Moisés e Maurício Pandes Saraiva) contra o voto dos demais Membros que os condenaram a quatro anos. Tendo o Dr. Ramiro tentado convencer os Membros do Conselho a absolvê-los, ou no máximo a desqualificar o delito, reduzindo a pena para 6 meses somente, além dos quatro só foi condenado o subversivo Henrique Roberto Sobrinho a 2 anos de prisão.

7. Ao preencher o "curriculum vitae" solicitado pela AC/SNI, o nominado assim se expressou em relação ao quesito tipo político ideológico: "Aquele ambiente democrático.De céu límpido-azul aberto e brisa fresca nas noites estreladas".

8. Em 19 de outubro de 1973, o nominado concedeu livramento condicional a Abrão Antônio Dornelles, condenado a três anos de reclusão, como incurso na Lei de Segurança Nacional; em sua "Decisão" o nominado de refere de maneira jocosa e depreciativa à Justiça Militar.

Em decorrência disso, o STM decide por unanimidade de votos cassar o despacho do nominado e determinar a expedição de novo mandado de prisão contra Abrão. Decidindo ainda, aplicar a Abrão a pena de repreensão, "tendo em vista os termos impróprios e incompatíveis, no exercício da função" utilizado pelo nominado.

Finalizando seus antecedentes em Curitiba, o inquérito reúne suas condutas já na 6ª CMJ em Salvador, para onde fora transferido:

"que prossegue em sua linha de conduta incompatível com as altas funções que exerce, não somente pelos seus favorecimentos aos subversivos, concedendo-lhes liberdades excessivas, como também, através de atitudes inamistosas, vem demonstrando seu desapreço às autoridades militares da área."

Seguem os atos que comprovariam "o favorecimento à subversão" do Dr. Ramiro já na 6ª CMJ:

1. Em 18 de dezembro de 1973, através de expediente dirigido ao Diretor da Casa de Detenção, determinou sem nem ouvir o Ministério Público, que as condenadas subversivas Jane Cresus Montes e Mercedes

Ferreira Galvão e outros presos políticos, fossem passar os dias 24, 25 e 31 de dezembro de 1973 e 01 de janeiro de 1974 em suas residências onde deveriam pernoitar. Embora residissem as mesmas em endereços diferentes saíram apenas acompanhadas de um Oficial de Justiça.

2. Em conversas com pessoas de suas relações funcionais, e mesmo com integrantes dos Conselhos de Justiça, diz, frequentemente, "não haver subversão no Brasil e que é uma injustiça andar prendendo esses "meninos", referindo-se a elementos presos pelo CODI/6 os entregues à Justiça Militar para julgamento".

3. Durante o julgamento do dia 15 de janeiro de 1974, do julgamento de Theodomiro Romeiro dos Santos e outros onze elementos acusados de atividades subversivas, a inquisição dos réus conduz as respostas dos mesmos de modo a isentá-los das acusações no processo. Procura conduzir, frequentemente, os Conselhos de Justiça de modo a beneficiar os subversivos em julgamentos, inclusive omitindo e/ou torcendo dados valiosos. Atuando mais como advogado de defesa do que como Auditor.

4. Durante o curto espaço de tempo que está à frente da Auditoria (menos de 1 mês, em dezembro de 1973) já concedeu quatro revogações de prisão preventiva, inclusive a elementos perigosos e com processo em outras Auditorias, e ao invés de oficiar ao Conselho Penitenciário para posterior liberação (como vinha sendo feito até então) põe ele mesmo os processados em liberdade oficiando após o fato.

5. Consta que o Auditor, Dr. Ramiro Teixeira Motta, após o julgamento do dia 15 de janeiro de 1974, chamou o promotor Kleber de Carvalho Coelho e sob alegação de uma conversa franca entre colegas, assim se manifestou:

- "que eles (Auditor e Promotor) não deveriam participar de falsa guerra" (governo e subversivos);

- "que os jovens que ele ali via eram simples vítimas das situações existentes".

- comentou também que o promotor tivesse mais cautela nos seus argumentos porque isso ofendia aos indivíduos.

6. Dirigiu Ofício ao Diretor da Casa de Detenção autorizando a saída, alternada e quinzenalmente, das presas subversivas Jane Cresus Montes e Mercedes Ferreira Galvão às 08 horas de todos os sábados, com retorno às 17h30min dos domingos, acompanhadas apenas de um Oficial de Justiça. Tendo feito isso também para a saída do subversivo Emiliano José da Silva Filho, para ir à sua residência, das 09 horas do dia 13 de março de 1974 às 18 horas do dia 14 de março do mesmo ano, acompanhado de um Oficial de Justiça.

7. Condenou a censura realizada pela Penitenciária dos livros, revistas e jornais, e das correspondências destinadas aos presos subversivos, bem como a revista rotineira procedida nas pessoas que os visitam, defendendo maior liberdade para eles. Em conversa com o Diretor da Penitenciária, se referiu aos "subversivos" como "presos políticos".

8. Declarou ainda que o Diretor da Penitenciária poderia permitir a saída dos presos subversivos para tratamento odontológico, no consultório por eles escolhido, ou sempre que necessitassem apenas acompanhados de um Oficial de Justiça – embora seja de seu conhecimento que ali há elementos condenados inclusive à prisão perpétua.

9. Acompanhado do advogado Joaquim Inácio Gomes, que teria sido um dos líderes da "Política Operária" – POLOP na Bahia, vereador em Salvador pelo MDB e advogado de subversivos em julgamentos realizados pela Auditoria da 6ª CMJ/Ba. Permaneceu por cerca de três horas na cela dos subversivos, na Penitenciária Lemos de Brito em Salvador/Ba, sem a presença do Diretor do Presídio, admitindo-se que, a título de confraternização tenha almoçado com o advogado e os subversivos ali presos.

10. Quanto ao desprezo para com os Comandos Militares da área, podem ser assinalados os seguintes fatos:

- desde sua chegada até esta data nunca visitou nenhuma autoridade militar;

- recusou comparecer à Cerimônia de transmissão do Cargo de Chefia da 17ª CSM, que funciona no mesmo prédio em que funciona a Auditoria, o sr. Auditor não compareceu, tendo confessado a alguém que não poderia perder a praia, que era mais importante.

11. Além desses fatos existem informes de envolvimento do sr. Auditor em casos comprometedores de tráfico de influência e de negócios escusos que estão sendo processados.

São declaradas informações da 5ª RM/DI (Curitiba/PR, em 21 de setembro de 1973) ao "Exmo Sr. Gen. Chefe do CIE" pela Informação nº 787-E/2-73 que consta a informação referente à decisão do Auditor Dr. Ramiro em relação ao jornalista José Xande.

12. Conversa animada com a "subversiva" Selma.

Em Ofício nº 039/E2, de 14 de março de 1974, dirigido ao Cmt IV Ex, o Cmt da 6ª RM, considerou inconveniente a permanência do nominado como Auditor da 6ª CMJ.

Através da Informação nº 414-E/2-73, a 5ª RM/DI (Curitiba/PR, em 25 de junho de 1973) cede ao "Sr. Chefe da ACT/SNI" "fatos que definem a atuação do nominado em benefício de elementos subversivos processados. Onde se detalha os constituintes do Conselho: Major João de Azevedo Barbosa Ribas (Presidente), Capitão Gildo Ferreira Mendonça, Capitão Sylla Esmeraldo Delorme e Capitão Vilson Borges de Figueiredo. Tendo absolvido: Arno Andreas Gilsen, Daise, Cetímio Vieira Zagabria, Licínio Lima, Manoel Jacinto Correa, Pedro Amâncio da Silva e Pedro da Silva Polon.

13. O Auditor mandou arquivar o Inquérito Policial a que respondia o Padre Henrique Van Beck, acusado de incentivar os lavradores da região

de Xique-Xique/Ba a invadirem terras alheias e fazer pregações de caráter subversivo.

Investigação da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, compiladas pela Informação n 072/16/AC/75 para conhecimento do Ministro da Justiça, revela que o Auditor estaria "dificultando o trabalho dos Órgãos de Segurança e Informações, com uma série de atitudes que visam, invariavelmente, a beneficiar elementos subversivos. Levantando também o histórico de suas funções exercidas e seus antecedentes".

Segundo documento do Centro de Informações do Ministério da Marinha, *"Ramiro teria postura contrária à Segurança Nacional e passou a conduzir-se na vida de forma incompatível com a dignidade do seu cargo".*

Agência Central do Serviço Nacional de Informação nº 179/17/AC/75 (02 de dezembro de 1975, Ramiro já era Juiz Auditor da 9ª CMJ em Campo Grande/MT) encaminha para o Ministro da Justiça, para que "sejam tomadas as providências julgadas necessárias" junto ao Superior Tribunal Militar, coloca: suas atitudes contrárias aos órgãos de segurança e registros de sua vida incompatíveis com sua função. Levantam dados da sua vida pessoal em relação aos seus gastos financeiros. Inquérito junto ao SPM. A 9S RM, 45 DC e SR/DPF/MT considera o J u i z muito benevolente, arquivando vários IPMs daquela área. Sócio de casa de diversão noturna e de empreendimento imobiliário em Salvador, apesar do pouco tempo na cidade.

Ramiro teve especial cuidado em relação às mulheres, tendo alegado para uma das detidas inclusive, que esta deveria ser solta porque Curitiba não teria instalação adequada para mulheres.

3.5 A estrutura estadual

A estrutura de repressão federal se articulou com as estruturas estaduais. Ainda que o julgamento de crimes políticos (contra a "segurança nacional") tenha sido transferido para a Justiça Militar e concentrado o poder no General Presidente, o enquadramento e acionamento das instâncias políticas e administrativas estaduais, especialmente dos órgãos de segurança, foi fundamental para a manutenção do sistema de vigilância e repressão aos oposicionistas e aos movimentos sociais. Na área de repressão, as Secretarias de Segurança mantiveram atuando o antigo DOPS – Departamento de Ordem Politica e Social e a Polícia Militar, que subordinada formalmente ao Exército, passou, como órgão auxiliar das Forças Armadas, por um processo que acentuou sua militarização e a cultura de guerra contra os inimigos, à época identificados como subversivos, neles incluídos além da oposição explicitamente política (MDB e partidos tornados clandestinos), o movimento sindical, a intelectualidade "progressista" e os movimentos sociais que reivindicavam direitos e questionavam o modelo de modernização capitalista que se impunha na cidade e no campo. Boa parte da repressão nas ruas e no campo foi executada pela Polícia Militar da Bahia e sua ação era articulada ou subordinada aos órgãos federais. A manutenção da militarização e da cultura de guerra aos marginais continuará, após o fim da ditadura e o desmonte, ainda que não total, do esquema repressivo federal.

Cabe uma explicação sobre o papel e responsabilidade dos governadores estaduais no período da Ditadura. Lomanto Junior (1963/1967) foi mantido após reorganização do

governo e de ver alguns dos seus antigos colaboradores perseguidos e demitidos. Luiz Viana (1967-71), Antônio Carlos Magalhães, duas vezes (1971-1975 / 1979-1983) e Roberto Santos (1975-1979) tiveram suas indicações bancadas pelos militares. João Durval (1983-1987) foi eleito, após o restabelecimento das eleições diretas em 1982, como candidato de ACM, a liderança hegemônica.

Todos atuaram dentro dos limites da Ditadura Militar e de reverência ao Presidente General. Ainda que nomeassem os secretários de segurança e fossem seus superiores hierárquicos, tiveram de conviver com o aparelho de segurança que atuava através de órgãos federais e de sua própria polícia de modo bastante autônomo. Luiz Viana, liberal conservador, ex-ministro de Castelo Branco e visto como castelista pela "linha dura" teve de assimilar os ataques a seu Secretário de Educação, Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito e à Bienal de Artes Plásticas que visavam desestabilizá-lo. Roberto Santos, que não era o preferido de ACM para a sua sucessão, adotou um estilo pessoal de não perseguição aos adversários políticos (por exemplo, ao Jornal da Bahia) o que não impediu que o "seu" aparato de segurança mantivesse o que considerava a ordem.

Antônio Carlos Magalhães se destacou pois tendo chegado ao poder, no Município e no Estado, com indicação dos militares assumiu o papel de representante da "Revolução" e, a partir daí, construiu um grupo político (o "carlismo"), concentrou os poderes com um protagonismo que, na Bahia, deslocou o conflito entre apoio e oposição ao Governo Militar para Carlismo X anti-carlismo.

3.6 A herança da ditadura e a política de segurança e de justiça nos dias atuais

Ainda que a violência institucional característica de nosso processo civilizatório seja anterior à ditadura civil-militar, instituída pelo golpe de 1964 e vigente até a restauração da democracia formal, ela foi agravada nesse período.

Autorizada pelos governos militares que patrocinaram as mais cruéis formas de violações dos direitos humanos, a violência na ditadura vitimou os que de alguma forma se opuseram ou se oporiam às práticas da repressão, silenciando os órgãos de comunicação pela censura.

Parte significativa das violações de direitos ocorridas na Bahia, nesse período, constam deste Relatório, algumas delas a partir dos depoimentos das próprias vítimas, outras através de relatos de familiares, amigos e companheiros ou presentes nos livros e documentos a que tivemos acesso.

Neste capítulo tenta-se configurar o Sistema de Segurança e Justiça no Estado, com pouco sucesso pela escassez de informações acessíveis, como já explicado anteriormente. Ainda assim, o conjunto dos registros permite identificar uma política de mortes, torturas, desaparecimentos e perseguições que embora não expressamente assumida, autorizou práticas usuais das instituições de segurança, ora com a conivência do Poder Judiciário e do Ministério Público, ora com a impotência a eles imposta.

A Anistia e a reconstituição da verdade e da memória têm contribuído para um olhar mais crítico para o passado recente e se constituem em desafio para um novo agir institucional, sobretudo no que se refere à segurança e à justiça. Até porque, lamentavelmente, as

políticas públicas de segurança e justiça nos dias atuais ainda não se distanciaram da lógica da ditadura.

Execuções sumárias, torturas e desaparecimentos são práticas policiais que ainda vitimam hoje, na Bahia, jovens, pobres, negros, periféricos e desempregados nos centros urbanos, e camponeses, quilombolas e indígenas nas zonas rurais. São vítimas que em sua maioria, não terão, em tempo algum, sua identidade ou história amplamente reveladas, como não tem seus sofrimentos e suas mortes apurados e punidos.

A CEV Bahia, assumindo o compromisso de identificar também violências perpetradas por prepostos de instituições de segurança, convidou representantes de organizações sociais de Direitos Humanos que atuam na proteção e defesa de segmentos frequentemente atingidos. Dentre os depoimentos escolhemos quatro que, pela amplitude, mostra a continuidade e dramaticidade das violações dos Direitos Humanos.

3.6.1 Homicídios de crianças e adolescentes

Waldemar Oliveira, representante do Centro de Defesa dos direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA, depôs na CEV-BA em 03 de agosto de 2015:

> *"Com referência aos assassinatos, nós, o Cedeca, temos dois advogados: um advogado que cuida da violência vinculada à violência sexual envolvendo criança e adolescente, e outro, doutor Maurício Freire, responsável pelo acompanhamento dos casos de homicídio, também vitimando criança e adolescente.*
>
> *Eu trouxe aqui, e vou deixar aqui, com a Comissão, uma relação de alguns homicídios, que nós chamamos de casos exemplares...*
>
> *Faço questão de registrar isso: para minha surpresa e decepção, encaminhei dois pedidos ao Secretário de Segurança Pública sobre o número de crianças e adolescentes assassinadas nos anos de 2013 e 2014. Pois bem, houve a maior dificuldade e esses dados até hoje não foram fornecidos, o que é uma coisa absurda. Todo mundo sabe, e nós do Cedeca sempre obtivemos isso, no DPT, Departamento de Polícia Técnica, mas quando buscamos, desta feita, só o gabinete do Secretário poderia fornecer. E nós encaminhamos para o gabinete do secretário, e ficaram numa jogada, é em delegacia tal, é delegacia tal, e até hoje não nos forneceram esse dado, e a coisa nesse particular se agravou.*
>
> *Em 2012, se não me engano, chegou-se a ter 132 assassinatos. Um dado importante: o Cedeca foi fundado em 92, nós tomamos como referência o ano de 91 e fizemos uma pesquisa: ocorreram 80 homicídios, vitimando crianças e adolescentes na Grande Salvador, e desses 80 homicídios apenas 22 inquéritos foram instaurados. O restante dessas crianças e adolescentes não mereceram, por parte do Estado, sequer a instauração de um inquérito. Resultou que, desses, apenas 12 se transformaram em processo, neste ano de 91, e neste mesmo ano de 91 apenas um réu foi levado a júri, e foi absolvido. Então, isso caracteriza uma impunidade quase que absoluta: você começa com 80 lá, vai para 22, depois 18, vai para 12, vai para um, e nesse um, o réu é absolvido.*

Eu quero dizer que desde que fizemos essa denúncia, que divulgamos os dados da pesquisa, passaram a se instaurar os inquéritos, hoje se instaura todos os inquéritos. Posso afiançar aqui, com tranquilidade, que a esmagadora maioria dos inquéritos instaurados não merecem, por parte da Polícia investigativa, a mínima ação para descobrir quem foi o autor ou autores dos homicídios, tanto que nós estamos numa situação na Bahia, que acho que no Brasil também, onde, de todos os homicidas, apenas nove por cento são identificados, e 70 por cento desses são absolvidos, e apenas 30 por cento dos oito por cento - menos de três por cento, quer dizer menos de três, em cada 100 homicidas - cumprem pena. De cada 100, com 97 não acontece absolutamente nada, e por isso nós estamos com o que pra mim é um dos fatores desse aumento de violência: essa impunidade tão terrível, tão brutal, faz com que se perca o medo por uma punição de matar esse adolescente, e não dá nada, matou ali, livrou o flagrante, e acabou.

Vou citar um caso, que para mim é terrível, foi um dos primeiros casos que nós pegamos quando o Cedeca foi fundado em 91: Luís Cláudio era filho de dona Lurdes, que era diretora - presidente de uma creche que ficava na baixada do Curuzu, e ele ajudava a mãe na administração dessa casa, e a mãe saiu, voltou para casa no final da tarde, e ele ficou até mais tarde para fechar a creche. Ao subir, se defrontou com policiais que, de pronto, partiram para ele, pediram que se identificasse, e nos bairros, essa criançada não tem o hábito de estar com a carteira, sair dali para aqui com carteira, então ele estava sem a carteira de identidade, e disse: "eu estou sem a carteira de identidade, mas eu moro ali". Eu fui ver o local onde ele foi sequestrado "Minha carteira está ali, eu estava ali na creche com minha mãe". Uma senhora que estava ao lado disse: "eu conheço ele, ele é filho de dona Lurdes". Eles colocaram o revólver, eles estavam à paisana e colocaram o revólver, e disseram: "feche a janela se não quer tomar tiro também". E ela, evidentemente, fechou, e colocaram o menino em um automóvel particular.

Logo depois passa o Jeová, tinha 14 anos e tinha sido mordido por um cachorro, e tinha ido fazer o curativo, o pai chegou e o obrigou a fazer um curativo que ele não tinha feito. Voltando, perguntaram a ele o que tinha sido isso na perna. Jeová respondeu: "o cachorro que me mordeu, meu pai mandou eu fazer o curativo". "Curativo o quê?". Deu um tapa e colocou o menino na viatura, também. Então foram os dois, isso por volta das seis e meia, próximo ali tinha a delegacia do Curuzu, próximo à delegacia, quando foram colocados na viatura. A mãe ficou louca, saiu aflita, foi para a Polícia, para hospital. Dez horas da noite, os corpos foram encontrados onde é hoje o Extra (supermercado), ali no Largo do Abacaxi, era Superbox, inteiramente, com os testículos cortados, com unhas puxadas, tiros, passaram por várias vezes com a viatura sobre os dois, mataram os dois meninos, policiais.

*Outro caso que nós chamamos de Chacina do Lobato(*26 de agosto de 1993)*, onde três adolescentes e um jovem foram assassinados ali na passarela, por um policial militar e por um guarda ferroviário. Eles tinham*

um problema com um dos quatro, um dos meninos, e chamou esses meninos, e por desacerto dos outros dois eles iam passando na hora em que os dois estavam subjugados, eles sentados e com as armas apontadas. Os dois foram passando, então eram testemunhas, esses dois morreram porque seriam testemunhas. Pegaram esses dois, colocaram juntos e mataram os quatro. Esse caso foi a júri, eles foram condenados, aí foi anulado o júri, e depois eles voltaram a ser julgados e foram, infelizmente absolvidos.

Outro caso: em Sete de Abril, saiu um grupo para jogar futebol em um domingo. Na volta, eles pedem carona a um motorista de ônibus, o motorista nega a carona e um deles joga uma pedra na lataria do ônibus. Incontinenti o motorista parou, saltaram três pessoas, uma delas saca arma e atira nas costas do menino, era um cabo da Polícia Militar. Quer dizer, o menino foi morto porque jogou uma pedra e machucou a viatura. Foi em 93, machucou a lateral, não causando um maior dano, o policial militar que nem era, pra falar, a banalidade, de matar. Esse foi pior, porque o menino ficou lá esvaindo-se em sangue, passou a viatura e negou socorro, e depois ele foi levado ao Hospital Roberto Santos, e lá, como a Polícia disse que era bandido, ele ficou em uma cadeira se esvaindo em sangue e morreu por não ter tido assistência.

No Calabetão, um menino de 14 anos saiu, foi comprar um açúcar para a avó, isso foi em 96, em 98, mais ou menos. Ele foi comprar o açúcar, depois voltou pra casa, depois voltou e foi na casa de um amiguinho. O Calabetão tem uma entrada só. Quando ele volta da casa desse amigo, tem uma viatura parada, ele estava sem identidade. Temeroso de ser abordado sem identidade, ele pegou um desvio que dava na casa da avó, ele selou a morte dele ali, não fez nada a mais do que isso. Ele pegou o desvio e veio aqui por trás, na hora que os policiais que estavam parados aqui avistaram ele pegar este desvio, eles correram. Quando o menino foi chegando na porta da casa da avó, recebeu dois tiros nas costas, eles atiraram no menino por isso. Mataram o menino, depois pegaram e colocaram na viatura, seis e meia para sete horas, foram entregar o corpo, já nove e meia para dez horas, no Roberto Santos, dizendo que tinha tido um confronto, que o menino tinha atirado neles e tal.

Por último, preciso colocar o caso de dona Aurina Rodrigues Santana do Calabetão de Baixo, onde dois jovens, em 2007, porque eu acho também outro absurdo: dois adolescentes foram torturados por policiais militares em sua própria casa. Eles esquentaram óleo quente, puxaram as unhas com alicate, eles pegaram óleo quente, esquentaram o óleo comestível e jogaram na cabeça desses meninos. Aí, a mãe deles me procurou dizendo isso, que gostaria de denunciar e tal, mas que ela estava com muito medo, porque eles, ao saírem, disseram que se denunciassem voltava e matava eles. Eu disse: "olha, o Cedeca tem anos nessa luta, que ocorreu violência dessa espécie e tal". Fui lá no batalhão onde eles serviam, denunciamos. Resultado, oito dias antes da mãe depor, a casa dela foi invadida, mataram Aurina Rodrigues (44 anos), o marido, Rodson da Silva Rodrigues (28 anos) e o filho Paulo Rodrigo Santana (19). Eu tenho

certeza absoluta que foi a mando, não foram os policias, mas foi a mando deles, tenho certeza absoluta. E o que me convenceu disso foi que eu fui ao batalhão em que um deles servia, que era em Sussuarana, e chegando lá procurei ver qual era o dia de plantão que ele estava, ele estava de plantão, e o plantão dele terminava à meia-noite, e ele só saiu às cinco horas da manhã, porque o crime tinha ocorrido de três e meia para as quatro. Formou o álibi perfeito, que ele estava no quartel, ficou no quartel, quando ele soube, alguém ligou para ele avisando, e ele só saiu às cinco horas da manhã. Aí, eu perguntei ao comandante: "por que ele só saiu às cinco horas da manhã se à meia- noite ele foi liberado?" "Porque ele tem uma conduta exemplar...". Eu tenho certeza absoluta que foram eles que mandaram matar.

Bom, então, esses os casos, as violências continuam, eu quero só uma de menor vulto, mas que também diz bem como a nossa Polícia continua agindo com um grau de violência terrível. Isso foi recente, agora no inicio do ano(2015), eu vinha transitando pela Saúde quando vi um carro parou no meio da rua e saltaram dois elementos, policiais, estavam numa viatura particular. Saltaram e abordaram dois adolescentes que vinham com duas sacolas. Eles abordaram, eu fiquei parado, eles revistaram os meninos todo, pegaram as sacolas desses meninos, jogaram as coisas todas no chão, revistaram bolsos, tudo. Quando viram que não encontraram nada, eles esbofetearam os meninos no rosto "tá, tá tá". Quer dizer, é um negócio assim, chega me faltou chão, sinceramente me senti impotente, que a minha vontade era de ir para cima deles, mas estou sozinho aqui, esses caras vão voltar essa violência toda contra mim. Mas, assim, um desrespeito, eles tentavam encontrar alguma droga, alguma coisa, mas não encontraram, não tinha jeito de encontrar, eles tinham que sair com alguma coisa, então, o que eles acharam Agora menos, mas além do Cedeca, eu continuo militando na Federação de Associações de Bairros, então eu sou convidado com alguma assiduidade a participar de debates sobre violência, e no geral, agora menos um pouco, quando ia discutir violência, quem era que estava representando o Estado? O comandante do batalhão local e o delegado circunscricional, ausente educação, ausente saúde, assistência social, essa coisa de tratar a questão da violência sob a égide da segurança. É preciso que haja uma ação mais efetiva dos estados, eu vejo a ausência do Estado nos bairros mais periféricos...

O Cedeca está desenvolvendo um debate em seis bairros na nossa cidade: Nordeste de Amaralina, Bairro da Paz, Plataforma, Sussuarana, Mata Escura e Fazenda Grande do Retiro. Eu quero dizer aqui, aos senhores, que eu nunca vi, eu tenho uns 50 anos nessa história, 25 só de Cedeca, eu nunca vi uma população tão amedrontada como está agora, eu nunca vi, nunca vi, medo dos bandidos e medo da Polícia".

3.6.2 Violência no campo

Maurício Correia, representante da Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR, em seu depoimento de 03 de agosto de 2015, declarou à CEV-BA:

"Nós temos uma Polícia política, em que é muito comum as prefeituras fazerem "complementação salarial" tanto para agentes de Polícia Civil como para agentes de Polícia Militar. Muitas vezes as complementações são disfarçadas de auxilio - moradia ou de uma série de questões, que acabam vinculando esses agentes do Estado ao poder local.

No que se refere à violência, especificamente no campo, nós vamos ter um padrão: dificilmente irá existir uma Câmara de Vereadores numa cidade pequena de dez, onze vereadores, onde dez não sejam fazendeiros, porque a questão da terra no interior e o exercício do poder político são muito interligadas.

..... Em relação ao Oeste da Bahia, hoje, já é uma fronteira agrícola consolidada, em relação ao período do assassinato de Eugênio Lyra. Hoje no Oeste da Bahia nós temos uma nova expansão da fronteira agrícola, entre Barreiras, São Desidério, agora descendo ali para Correntina, Jaborandi e Coutos, e o que está acontecendo, no meio daqueles Gerais, a gente não faz a menor ideia, do ponto de vista de arbítrio, em razão de empresas, inclusive estrangeiras. Chineses comprando terras, grilando terras, todo o processo de grilagem sendo modernizado pelas mais diversas formas, desde conivência do próprio Estado na representação do órgão de terras até sentenças judiciais de usucapião de terras públicas, que sabemos que a Constituição não permite. Então, essas modalidades de grilagem nunca são apenas uma fraude documental, são resultado de fraude documental, mas também de ação para limpar a área, que geralmente, terra vazia não existe.

Então, hoje no município de Correntina, nós temos diversos relatos. Não houve tempo de sistematizar os relatos de todos os casos, mas nos comprometemos em encaminhar esses casos mais atuais aqui para a CEV, por exemplo, relatos de milícias, de policiais militares fora de serviço organizando empresas de segurança para prestar serviço para essas empresas, inclusive estrangeiras, que estão viabilizando a tomada de milhares de hectares de cerrado, de nascentes de água, se guiando ali, pela fronteira agrícola, em busca basicamente da água, desapossando comunidades tradicionais de frente de pasto, que estão lá, secularmente, perdendo acesso aos recursos naturais e sofrendo todo tipo de violência.

Nós temos um caso de dois ou três meses atrás, de um jovem que teve um braço quebrado por um cabo da Polícia Militar depois que foi na delegacia prestar queixa de uma situação de violência, de arbítrio na sua comunidade.

Então, nós tivemos lá, por exemplo, a participação de um juiz invadindo a área. É muito comum, como nesse caso, o fazendeiro fazer a intimidação dos posseiros, ou das comunidades. Eles vão na viatura da Polícia Militar, e essas polícias, Polícia da Caatinga, Polícia do Cerrado, a Caesb lá no Sudoeste, são ponta de lança desse tipo de violência, já que elas são preparadas para exercer o temor, elas são preparadas para o arbítrio, para a violência, para que sejam temidas.

Então, esse tipo de Polícia é algo que o Estado precisa repensar: para que essas polícias foram criadas?

..... Outra questão que tem agravado muito essas situações dos conflitos é que, como o tráfico tem chegado no interior de forma muito intensa, principalmente nos últimos dez anos, aliado com a corrupção de agentes de Estado, que está vinculada a esse mesmo tráfico, e prestando serviço de pistolagem com o intuito de grilagem de terras. Então, tem sido muito comum, que as mesmas armas que estão chegando mais fortemente no interior do Estado, em razão do tráfico, têm sido utilizadas pela pistolagem para limpar a área e regularizar a grilagem.

Então, é muito comum, por exemplo, como foi relatado aqui pelo representante do Cedeca, do delegado de Polícia Civil dizer que em relação à questão de terra, "eu não mexo". Não mexe para registrar queixa relativa aos trabalhadores, isso é atual, mas a gente sabe que tem diversos agentes que são intrinsecamente envolvidos com essa questão, como por exemplo, também no Norte do estado, o caso de Monte Santo, que chama a atenção também, primeiro, em razão do número de mortes envolvidas. É um município que tem diversos fundos de pasto, que é esse modelo que eu explanei, aqui, inicialmente, ameaçados de grilagem, e de 2008 até esse ano foram dez assassinatos, de lideranças comunitárias. Inaugurou essa sequência com um triplo homicídio, em que evidentemente os indícios apontavam para a participação da Polícia Militar dando cobertura. Esse primeiro foi pistolagem, mas acobertado pela Polícia Militar, o segundo caso foi uma execução típica, e aí traz pra gente essa modernização da pistolagem, porque não houve mais uma terceirização, os próprios grupos de extermínio que atuam em Feira de Santana, que atuam aqui em Salvador, estão prestando serviços no interior.

Nós temos o caso do assassinato de Leonardo de Jesus, que é militante do movimento CETA (Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas), um movimento de luta pela terra. Ele foi retirado às nove horas da noite de dentro de casa, na frente da família, foi posto ajoelhado na frente do terreiro de casa e recebeu um tiro de espingarda calibre 12 na cabeça. Uma típica execução, uma execução claramente feita por milícia, por grupo de extermínio, e o próprio delegado regional na época, que conseguimos que avocasse o caso para fazer as investigações, chegou a essa conclusão. Já era a investigação mais avançada que a gente conseguiu, quebrou sigilo telefônico, conseguiu placa de carro, mas estacionou, não passou de um determinado momento. Quando chegou em determinado momento, o delegado não atendia mais telefone, logo depois ele foi destituído, nós tivemos três reuniões com o secretário de Segurança Pública, com o compromisso de que isso seria investigado e não foi investigado. Houve situações em que eu estive reunido, por exemplo, com o chefe de Gabinete do Secretário de Segurança Pública, em razão desses homicídios, e no outro dia as testemunhas começarem a receber ameaças, o que levou os próprios movimentos a dizerem que não iriam investigar mais nada, porque nós já

perdemos muito nessa estratégia de tentar averiguar, porque o que o delegado vai dizer é: "não tenho como investigar se não tiver testemunha".

O caso de Monte Santo ainda é "sui-generis", porque a partir dessas denúncias, inclusive junto ao Ministério Público Estadual, houve uma operação em que os dois delegados foram presos. O delegado do município foi preso, era traficante de arma para os pistoleiros, ele vendia armas, estava envolvido com roubo de carros, envolvido com tráfico de drogas, o delegado de Monte Santo. Até queria que o pessoal do Cedeca estivesse aqui, porque é a mesma situação: nesta mesma operação o delegado de Cansanção, que é o município vizinho, foi preso. O motorista desse juiz Vitor, que está sendo processado em razão do tráfico de pessoas, tráfico de crianças, que era um agente da Polícia Civil, também foi preso. Esse delegado, em relação ao primeiro homicídio, ele conseguiu a façanha de conseguir mandado de prisão para dez testemunhas. Então não poderia levar as testemunhas para depor, porque elas iriam ser presas. Então, uma situação em 2008, 2009, 2010 e 2011, e de lá para cá se fala que tem uma lista com 20 pessoas pra morrer. Em relação a essa disputa pela terra, dez já foram assassinadas, eu trabalhava lá, na época, recebi ameaça, tive que sair também, não pude ficar porque um policial, coronel da Polícia Militar, disse para mim ainda: "você está envolvido, e seu nome está constando na lista, que está para cair".

Então é uma situação bastante grave que o Estado da Bahia não conseguiu resolver nas mais altas instâncias. É um caso, inclusive, que a gente vai apontar para a federalização e também para denúncias internacionais, porque não existe solução no Estado da Bahia. Depois de mais de três reuniões com o secretário de Segurança Pública, a Polícia não conseguiu avançar nessas investigações.

O tempo é um pouco curto. Trazendo várias outras questões no interior do Estado da Bahia, tem a do Sul da Bahia, que cabe uma atenção especial em relação à questão indígena, da forma como o Exército ocupou, montou base, ao lado do território Tupinambá, a forma como a própria Polícia Federal organiza as suas operações ali na região do território Tupinambá, em Buerarema, são situações que o próprio Grupo Tortura (Grupo Tortura Nunca Mais-Bahia)acompanha e acredito que isso já deve ser bem documentado aqui para a Comissão, algo que preocupa bastante a gente aqui na AATR.

3.6.3 Perseguição a quilombolas

Continuando o seu depoimento, o advogado Maurício Correia Silva relata as violências sofridas por moradores do Quilombo Rio dos Macacos (Região Metropolitana de Salvador-RMS), cuja área está sendo objeto de disputa com a Marinha do Brasil:

E trazendo um pouco mais aqui pra perto, o pessoal está até chegando aqui agora também. Tem a situação que conseguiu ganhar uma visibilidade mais recentemente, que é a do Quilombo Rio dos Macacos. É uma situação de uma comunidade negra rural que foi autodefinida como quilombola em 2011, uma comunidade que está ali documentalmente

registrada, documentalmente se conseguiu registrar a presença dela ali desde o final do século XIX, ali na região de Simões filho, na divisa, naquela região de Paripe, onde tem uma área da SUDIC, uma região pela qual as empresas, as indústrias têm uma grande corrida, em razão da riqueza de água que tem aquela área.

Existe uma barragem no Rio dos Macacos, que é uma área de mata até hoje preservada, e construíram, nos anos 50, usaram mão de obra dessas pessoas que estavam ali, construíram a barragem. Posteriormente na década de 70, em 1971, isso em plena ditadura militar, construíram a Vila Naval, que é uma vila que abriga suboficiais da Marinha. Expulsaram mais de cem famílias para a construção dessa vila. Já existia uma comunidade ali, existia uma vila ali naquele lugar e essa expulsão foi feita sem a garantia de nenhum direito, uma parte dessa comunidade ficou do lado de cá do rio, a Marinha murou essa área e não expulsou imediatamente essa comunidade. Ela permaneceu lá sem poder reformar essas casas. Se a família mora em casa de taipa, se a casa cair em razão das chuvas, as casas que iam caindo, a Marinha expulsava, não deixava reconstruir essas casas novamente, impedia o acesso à água, impedia acesso à energia elétrica.

As famílias relatam diversas violências, que vão desde entradas arbitrárias nas casas, desde violência contra mulheres, estupro contra mulheres, contra crianças, violência contra idosos. Então impressiona a quantidade de relatos, e isso nos anos 70, nos anos 80, nos anos 90, que aconteceram aqui do lado de Salvador. A gente não está falando mais de Santa Maria da Vitória, nem de Correntina, nem de Monte Santo, que a gente pode dizer que fica lá, esquecido, e fica mesmo não é? A gente está falando de uma comunidade em Simões Filho, do lado de Salvador, que passou por tudo isso durante esse período e vivia ali dentro como num campo de concentração, em que entra a hora que a Marinha quer, sai a hora que a Marinha quer, tem o direito de visita cerceado e não tem sequer o direito de reformar as suas casas, as famílias correndo sempre esse risco de a cada período de chuva essas casas desabarem. A gente fica tentando imaginar, para concluir, com qual razão que a Marinha, em 2009, eles entraram com uma ação afirmando que a comunidade era uma comunidade invasora, e aí o pessoal até fala assim: como é que as famílias, da forma como estão ali no Rio dos Macacos, conseguiram invadir uma área militar, construir dentro de uma área militar e formar uma comunidade dentro de uma área militar? Então, é sabido que eles usavam serviços, os mais velhos falam que as mulheres lavavam as roupas dos militares, até parteira da comunidade fez parto para filhos de militares, então parece que em algum momento foi conveniente para a Marinha ter a sua própria senzala, porque é a forma como esse pessoal vinha e vem sendo tratado até hoje. A Marinha reivindicou essa área. A partir daí, da luta da comunidade, isso ganhou uma visibilidade, eles fecharam pistas.

Há uma decisão judicial para a saída, mas a comunidade, a partir da pressão, conseguiu fazer, inclusive em Brasília, na Secretaria Geral da Presidência, em outros espaços, no âmbito das comissões de Direitos

Humanos da Câmara e do Senado, enfim, uma série de articulações, mas principalmente da sociedade civil, que se sensibilizou. E todo mundo que vai a Rio dos Macacos sai assim, muito comovido, muito tocado com a situação, de imaginar que essas violações aconteceram reiteradamente durante todo esse período, e como a gente está centrando aqui, não tem como entrar nos meandros aí da questão mais territorial, e dessa disputa, durante todo esse período.

Mesmo depois, principalmente depois, que a comunidade partiu para mobilizar a sociedade civil em favor dos seus direitos, o recrudescimento da violência aumentou, aumentaram as ameaças, derrubaram casas, entram lá com fuzis de guerra. Então, são fuzileiros navais que fazem a linha de frente de ameaças, de repressões, entram na comunidade, com crianças, idosos, com armamento pesado, uma vigilância pesada também.Uma série de episódios de violência, talvez o mais grave, que a gente pode relatar, aconteceu, agora praticamente, em 06 de janeiro de 2014, e Rose Meire está aqui, ela mesmo pode falar depois.

Rose Meire e o irmão dela, Edinei, que está ali também, foram barbaramente torturados por militares fardados que estavam na guarita da Marinha. Inicialmente, a Marinha justificou a tortura alegando que Rose Meire tentou tomar a arma do militar. Rapidamente, a partir do momento em que se requereu a filmagem, deu para se ter noção da barbaridade que cometeram: arrancaram ela do carro junto com o irmão e espancaram de forma bárbara e botaram em cima de uma caminhonete e levaram para a Base Naval, como já fizeram com vários outros, irmãos dela, primos, outros parentes, outras famílias também. Quase todas as famílias vão ter um relato de alguém que foi levado para a carceragem da Base Naval, botado nu, apanhado, até choque elétrico. Não tem relato de pau de arara, mas os relatos geralmente são muito fortes.

E aí, realmente para concluir, esse rapaz, que nesse sábado, sofreu linchamento, dentro da vila militar, dentro da Vila Naval da barragem, estava entrando com o pai, que está ali, com o tio que está ali também, estavam entrando, no caminho da residência, e um grupo de militares que mora na vila naval arregimentou e premeditou o linchamento desse rapaz. Foram mais de 20 pessoas, isso em um sábado, às nove horas da noite. Nós fomos na delegacia, eles chamaram a Polícia Militar para prendê-lo, ele foi algemado, entrou no camburão e foi levado para a Delegacia do Adolescente Infrator, porque supostamente havia mexido com a filha de um desses militares, e depois a menina esclareceu que foi uma situação absolutamente corriqueira, não houve nenhum tipo de abuso. A própria menina foi na delegacia e confirmou isso.

Nós percebemos que na medida em que a Marinha não busca uma forma de punir, de dar uma resposta institucional a essas violências que são corriqueiras, isso reforça a que outros venham cometer essa mesma violência. Lembrando que a Marinha, se diz, acho que vocês sabem melhor do que eu, diz ser a força mais elitista e aristocrata, acho que o elemento de racismo institucional que está impregnado nessa questão de Rio dos Macacos também é algo que precisa ser colocado, porque é um

elemento fundamental para a gente compreender o porquê dessas violências".

Rose Meire dos Santos Silva, moradora do Quilombo Rio dos Macacos, localizado na fronteira entre Simões Filho e Salvador, em área próxima à Base Naval de Aratu, no dia 03 de agosto de 2015, foi à Comissão Estadual da Verdade denunciar as violências sofridas pela comunidade, em especial por seu sobrinho, Edinei Silva. Em seu relato ela ressalta que soldados da Marinha têm praticado uma série de violências para pressionar os quilombolas a deixarem as terras em que nasceram e vivem há várias gerações. Alguns trechos revelam o drama vivido:

No dia primeiro de agosto (2015), foi horrível, eu fui espancada no dia 6 de janeiro de 2014, mas não doeu tanto como no dia 1º de agosto, agora no sábado, que meu sobrinho tinha sumido, dentro da vila. Deram sumiço dele, e quando a gente saiu da comunidade - eu fui chamada, através do meu irmão, pedindo socorro, que não estava vendo ele ali no momento. Aí quando a gente saiu (da comunidade) a gente viu (na Vila Naval) várias armas, crianças, adolescentes com armas, os pais com arma, todo mundo apontando, em todo caminho que a gente teve na vila, e quando eu cheguei na portaria, meu sobrinho estava todo lavado de sangue, dentro da viatura, algemado... Segundo informação da Marinha, do militar que estava na viatura da Policia Militar, foi que ele estava assaltando, dentro, os quatro quilombolas estavam assaltando dentro da vila e estavam tentando usar a menina. E naquele momento, o militar falou assim: "Olha, Rose, eu não vi nada disso aqui, eu só vou levar ele porque se eu deixasse o seu sobrinho aí, eles iam matar". E aí, levou ele e chegando no hospital do subúrbio deram os primeiros socorros, deram banho nele, porque estava todo lavado de sangue, e levou pra delegacia, e em todo momento, eles falando com os militares, que ele não tinha família, que era para levar, e que era pra dar fim, que ele não tinha família.

Joviniano Neto - Quem dizia isso?

Rose Meire dos Santos - O sargento da Marinha Edielson. Então, assim, nós ficamos com muita preocupação, a partir do momento em que aquela viatura saiu dali, e aí a gente ficou a mil, e essa violência toda que doutor Maurício está falando, isso aconteceu, e acontece sim. Na minha família, morreram duas pessoas, duas crianças por falta de socorro, porque eles não deixaram entrar um carro para dar socorro, e a gente perdeu duas crianças, e várias outras crianças que já morreram. Políticas públicas, porque lá não tem nenhuma, eles querem fazer trocas, e ali em nosso quilombo não tem troca, o quilombo não vende, não troca e nem negocia, nosso território é nossa vida.

Joviniano Neto - Me explique o que é troca.

Rose Meire - Eles já chegaram em mesa de reunião falando assim com a comunidade, que se a gente quer políticas públicas a gente vai ter que sair do território.

> Maurício Correia – Ou ter que aceitar um pedacinho menor que eles estão oferecendo. “Vocês só vão ter políticas públicas, casa, energia, saúde, se vocês aceitarem”. É um processo de chantagem, na verdade.
>
> Rose Meire dos Santos - Está no Diário Oficial, segundo informação da Secretaria da Presidência, a qualquer momento vai sair a portaria, só que essa de 114 o rio foi retirado da gente, a área coletiva da comunidade foi retirada, então, assim, o rio é um dos sustentos da comunidade, não tem como o rio ser fora, nossa comunidade era mais de 900, reduziu para 301, e a gente sendo 301, a gente não é nada porque são mais de 67 famílias.

OBSERVAÇÃO: O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em decisão publicada no Diário Oficial da União de 18/11/2015, reconheceu terras da Comunidade Remanescente do Quilombo Rio dos Macacos. A área reconhecida possui extensão de 301,3695 hectares e foi delimitada pelo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), emitido em 2014. Desse total, 104,8787 hectares serão destinados à comunidade quilombola e os outros 196,4908 hectares permanecerão sob administração da Marinha, uma vez que, conforme a decisão, a área é de “interesse estratégico à defesa nacional” por já ser utilizada há décadas pela Marinha.

3.6.4 Ataques a travestis e transexuais

Keila Simpson, ex-dirigente da Associação de Travestis e Transexuais de Salvador – ATRAS, em depoimento prestado à CEV-BA, dia 3 de agosto de 2015, enfatiza a continuidade das violências praticadas por agentes do Estado contra transexuais e travestis com prisões arbitrárias, torturas e trabalho escravo:

> *“Cheguei aqui ainda muito jovem e vivi toda minha vida, vivo ainda hoje na prostituição, porque é a única forma que eu tenho de tirar o meu sustento. Não tenho nenhuma formação, a vida não me deixou eu me formar, a violência sofrida por minha população, que é de travestis e de transexuais, ainda é muito limitada em vários espaços onde a gente transita e onde a gente vive. Portanto, cheguei na Salvador em meados dos anos 80 e vinda já de duas outras cidades, e a minha primeira experiência de violência com a Polícia se deu muito jovem. Tinha 19 anos, 18 anos de idade, na cidade de Teresina, no Piauí, estava eu em uma praça onde todo mundo ficava à noite, eu não me recordo do mês e do ano, como o senhor Waldemar estava aqui muito bem relatando os fatos dele, eu me lembro de fatos que aconteceram nesse período, e eu queria pedir a compreensão de vocês, porque eu não sei detalhar meses, porque a violência era cotidiana e não dá para marcar qual é o dia que tinha violência e como era que acontecia, e eu vou pedir a compreensão de vocês.*
>
> *Mas aí, estava na cidade de Teresina, uma cidade pequena, a capital do Piauí, e a gente tinha uma praça que ficava todo mundo à noite, nós que tínhamos essa condição, eu como travesti, me vestia com roupas femininas, para mim isso era muito natural. Não tinha nenhum problema eu estar com aquelas roupas, porque eram roupas com que eu me identificava, mas para a Polícia daquele período não, aquela roupa, ela me dava um aspecto quase de marginal. A Polícia veio violentamente, na*

praça, pegou a gente e levou da praça Pedro II, do centro de Teresina, para a praça Saraiva, onde ficava o DOPS, que era a Polícia que onde a gente foi, e lá a gente foi preso. Eles não violentaram a gente, apenas levaram para a delegacia. Deixaram a gente em uma cela, eu e mais duas outras pessoas, e tiraram nossa roupa, e a gente ficou sem roupa na cela. E lá para a madrugada alta, a gente estava deitada no chão da cela, fomos despertados com um balde de água com gelo em cima da gente. Eu, muito jovem, aquela experiência que eu tive, pela primeira vez, aquela violência gratuita, sem eu ter feito absolutamente nada, pra mim foi muito ruim.

Depois chego em Salvador, chego em Salvador nos meados dos anos 80, ainda tinha uma repressão muito grande por parte da Polícia. Eu fazia prostituição na rua, no centro de Salvador, entre a rua da Ajuda, na Avenida Sete de Setembro, ou no maior espaço, a Pituba. Tinha um ponto de prostituição no Parque da Cidade, e tinha um mais específico, que era na Pituba, onde estava se instaurando, ficava nesse trânsito. Então rara era a noite em que não havia violência por parte da Polícia de Choque, da Polícia de Jogos e Costumes e da Polícia Militar. Nós tínhamos sempre essa menção de que a gente sairia à noite para trabalhar, era o nosso trabalho. Nenhuma de nós tem nenhuma questão em relação a esse trabalho, a gente estava na rua, a gente estava se oferecendo para as pessoas, e a gente não estava chamando as pessoas para saírem com a gente, a gente estava lá disposta e as pessoas iam, todos eram adultos, não tinha nenhuma pessoa de menor para fazer esse trabalho, e a Polícia vinha e violentava, prendia, batia, torturava, e eram as piores coisas possíveis.

Para vocês terem ideia, por exemplo, nesse período tinha um carro, uma viatura que era Veraneio. Quando era muito tranquilo a situação dessa violência, eles pegavam as travestis que estavam na rua se prostituindo e as colocavam na mala da Veraneio, isso era uma das coisas mais tranquilas. Agora você imagina o que é oito, dez pessoas dentro de uma mala. Apesar da mala ser muito grande daquele carro, você acomodar, oito, dez pessoas dentro de um local reduzido como aquele, e passar a noite toda fazendo plantão, porque era isso que acontecia. Eles ficavam com essas pessoas rodando a noite toda, perseguindo marginais, fazendo ronda e mais ronda, e quando eles passavam nesses espaços que tinham quebra-molas, eles faziam de todo absurdo veloz, para que a gente pudesse lá dentro do carro, ficasse debatendo e eles lá na frente dando risada. E a gente tinha escolhas, porque a gente até queria que fosse a Polícia Militar, que viesse fazer isso, que não fosse a Polícia de Choque, porque a de Choque já usava outra estratégia.

Então, o que é que a Polícia fazia, essa de Choque, quando pegava? Ela pegava os travestis, nesse trajeto do centro à praia do Flamengo, eles iam tirando as indumentárias, hora jogava uma bolsa na rua, hora jogava um sapato, hora jogava uma peruca. Então, eles iam despindo as pessoas até chegar na praia do Flamengo. Nesse período todo, a forma que eles achavam de castigar, e eu passei por isso muitas vezes, era colocar a

mão na cabeça de uma outra, e eles virem com uma ripa e darem palmatória na mão. Se você puxasse a mão nesse ínterim, consequentemente a ripada iria bater na cabeça daquela pessoa que você tinha acabado de acrescentar a mão.

Só que, nessa prisão, eles acabavam nos levando, as travestis que moravam naquele espaço (Casa do Pelourinho). Não tinha nenhum argumento forte para prender, mas eles prendiam porque podia, eles eram a lei e a gente não era ninguém. Então a gente ia presa de uma forma muito vexatória, a gente passava era durante o dia. Então, eles pegavam cinco, seis travestis, e não tinham tantas algemas para levar todo mundo, tinha que ser algemado, é claro. Então, eles amarravam pelo braço, como se fossem animais mesmo, então amarravam cinco, seis travestis ali na rua São Francisco, e acabava levando para a delegacia que ficava na rua Treze de Maio, não, na 13ª Delegacia, que ficava na rua do Bispo. Então era para aquela delegacia que a gente ia para lá ficar presa, lavar a viatura, lavar as celas, porque eles faziam sempre isso, era comum que a Polícia Civil fazia isso. A Militar era dividida entre a Polícia que prendia e botava na Veraneio que fazia a viatura, e a gente rodava a noite toda com eles, até de manhã, quando eles soltavam. Eles não batiam, eles só colocavam nessa questão. A Polícia Civil de Jogos e Costumes também prendia e levava para a delegacia, sob o argumento de que a gente estava praticando o lenocínio, que era a prostituição.

Então eles cometiam todo esse tipo de violências com a gente, e a gente acabava introjetando essa ação como uma ação natural, isso é muito ruim. Ainda hoje existe essa violência, essa violência não está distante, mesmo nesse período que a gente tinha acabado de sair da ditadura, nesse período antes de 88, mas a gente ainda sofre, ainda hoje, essa violência, que ela é tão presente na nossa população. E aí acaba que a população de travestis e transexuais, eu falo em nome de um coletivo, apesar de eu estar dentro dessa situação, tem um coletivo que é muito maior, que ainda sofre essa violência.

... nós, que estamos lá, acabamos introjetando essa violência de forma tão natural que a gente não tinha a quem recorrer, mas eu vou reclamar de quem? A Polícia me bate, me machuca e eu vou denunciar a quem? Eu tive minhas dez unhas quebradas pela Polícia quando cheguei aqui em Salvador, eles faziam isso cotidianamente, foi uma vez só, meu cabelo nunca foi cortado, mas as unhas foram e, desse período para agora, nunca mais tive coragem de pintar as minhas unhas com esmaltes de cores muito fortes, porque a primeira vez que fui presa, lá na rua do Bispo, na primeira situação que eles pegaram a gente e que levaram, que eu não sabia para onde estava indo, porque eu nunca tinha passado por isso, isso não está registrado, tenho a absoluta certeza, em nenhum documento nessas delegacias que estão por aí, porque todas essas violências que eles faziam conosco, eu tenho absoluta certeza que não tem nenhum registro, a não ser a nossa denúncia, que a gente pode falar, a não ser a nossa memória viva que ninguém vai tirar da gente.

Isso durou um período muito grande, hoje provavelmente não exista mais esta situação, da Polícia fazer esses absurdos, de levar do Centro para a praia do Flamengo, mas isoladamente, com essa crescente violência que a gente tem, acontece. Nós não tínhamos, e eu estava discutindo outro dia em um seminário que eu fui participar, essa violência não está tão presente hoje, nesses relatos, que a gente pode contar, ela pode estar oculta, mas tem os assassinatos que estão por aí, e que nesse período não tinha tantos assassinatos. Não sei como é que a gente pode pensar em fazer um estudo para tentar encontrar o que nesse período era a violência e a tortura que persistia. E não tinha o assassinato, hoje a violência diminuiu um pouco, e essa tortura, e os assassinatos estão aí. Que comparação é essa que posso fazer, que avaliação é essa que eu posso fazer?

Por um período, numa dessas semanas, eu correndo da Polícia, eles correndo atrás, porque eu não queria ser presa, então eu corria. Quando a Polícia de Jogos e Costumes parava, na rua da Ajuda, tinha uma ladeira que dava na rua Ruy Barbosa, eu descia aquela ladeira correndo, eles jogavam o cassetete, quando não conseguia pegar nas pernas, pois mirava nas pernas, que era para a gente desequilibrar, cair e eles pegarem. Então, numa dessas descidas eu acabei quebrando o braço e aí fui para o hospital, voltei com o braço engessado.

Na semana seguinte eu estava na rua com o braço engessado, pois eu precisava estar na rua, porque eu estava precisando ganhar meu dinheiro, que era minha única forma que eu tinha de sobreviver. E aí pára a Polícia de Choque. Tinha uma loja chamada Baú da Felicidade, do Sílvio Santos, ali na esquina da rua da Ajuda, e eu estava parada lá e eles pararam e não deu para correr, porque a ideia era: viu a Polícia, você corre. Eles não atiravam, jogavam o cassetete, então não consegui correr, eu fiquei parada, e a Polícia parou e me perguntou: "você está fazendo o que aqui?". Eu falei: "estou trabalhando". "Isso é trabalho, que você faz?" "É de onde vem o meu sustento, eu acho que é trabalho". E aí ele fez: "o que foi isso no braço?" Aí eu contei, com a maior inocência, que tinha corrido da Polícia e tinha acabado de quebrar meu braço. Aí um desceu da viatura e disse assim: "é bem fácil quebrar o braço de uma pessoa como você." Aí eu falei: "eu sei que é, mas eu vou fazer o quê?" Ele fez assim: "seu braço está quebrado aonde?". Aí eu mostrei que tinha partido mais ou menos nessa parte, próximo da "junta", aí ele fez assim: "mas é fácil fazer, é só isso". E aí bateu com o cassetete, foi a continha do outro braço ficar deslocado. Não quebrou, mas deslocou, eu tive que voltar para o hospital para depois engessar o outro braço. E isso eles faziam dando risada, faziam brincando, eles iam para casa sem nenhum sentimento de culpa, e a gente precisava estar à noite na rua.

A situação da Polícia, ainda hoje há, de certa forma, porque na verdade quando eles não conseguem extorquir eles conseguem combinar, em alguns centros, isso é muito mais presente, de combinar com a travesti "X" que pegue o cliente e leve para aquele certo espaço. Eles chegam lá, fazendo como se fizessem uma abordagem, e acabam extorquindo

dinheiro, porque a maioria das pessoas que saem com travestis não quer ser vista, e a primeira ameaça que eles fazem é: "se você não concordar, a gente vai botar sua cara no jornal amanhã", e nenhuma pessoa vai querer a sua cara escancarada no jornal. Tem alguns relatos de pessoas que disseram: "sim pode me levar para o jornal, porque eu sou solteiro", e aí a conversa mudava de figura, mas há sempre isso.

3.6.5 Tortura na Cadeia Pública de Salvador

No dia 23 de junho de 2010, 260 dos 412 presos que lotavam a cadeia Pública de Salvador, localizada na Mata Escura, foram submetidos a variadas agressões verbais e físicas, como xingamentos, humilhações, chutes, pontapés, tapas, murros e pancadas com cassetetes. As agressões foram denunciadas ao Ministério Público do Estado da Bahia por familiares dos presos. O caso foi publicado no site do MP e repercutido por diversos veículos de imprensa. A notícia informava que o MP apresentou denúncia das torturas à Justiça, conforme segue:

"Acusados de praticarem crime de tortura contra 260 internos da Cadeia Pública de Salvador, localizada no bairro da Mata Escura, 32 agentes penitenciários e três diretores do estabelecimento prisional foram denunciados à Justiça pelo Ministério Público do Estado da Bahia na última quarta-feira, dia 27 de abril. Autora da denúncia, a promotora de Justiça Juçara Azevedo de Carvalho explica que a violência foi praticada durante revista de rotina nas celas do complexo prisional realizada no dia 23 de junho de 2010, quando os agentes, abusando do poder que detinham, submeteram 260 dos 412 presos que lotavam a cadeia a variadas agressões verbais e físicas, como xingamentos, humilhações, chutes, pontapés, tapas, murros e pancadas com cassetetes.

As agressões foram denunciadas ao Ministério Público por familiares dos presos, e, após vistoria realizada pela juíza da Vara de Execuções Penais, Andremara dos Santos, foi instaurado um inquérito policial para apurar o caso. A prática do crime de tortura foi constatada em laudos de lesões corporais realizados nas vítimas, que também foram ouvidas durante as investigações. As autoridades presentes no dia do fato, tanto as que agrediram diretamente os internos, quanto aquelas que, podendo impedir, se omitiram, praticaram crime de tortura previsto na Lei nº 9.455/97, sustenta a promotora de Justiça Juçara de Carvalho. "Trata-se, pois, de crime de extrema gravidade, posto que atentatório ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, e que muitas vezes acontece às escondidas, longe dos olhos da sociedade e dos agentes fiscalizadores. Condutas como esta devem ser punidas com o rigor que a Lei impõe, conclui".

Foram denunciados os agentes penitenciários Alexandre Menezes da Silva, Alexsandro Andrade Mainart, Cândido Rosa Neto, Cláudio José Silva Cavalcanti, Denilson Jesus de Medeiros, Edmundo dos Santos, Edna de Aquino Brito, Elias Fernandes de Jesus, Carlos André de Jesus Pereira, Fábio da Silva dos Santos, Gessio Gonçalves Alves Costa, Gildásio Moura Pereira, Gilberto José Santos, Humberto Rosa Moreira,

Itael Alves Santos, Ivonildo da Silva Oliveira, Jessé Batista dos Santos, Jessé Alves Gomes, João Gomes Brito, Jorge José dos Santos, José Oliveira Soares, José Roberto Costa Santos, Josimar Franco Barbosa Lima, Luiz Carlos Souza Sacramento, Marcos Geraldo Barbosa dos Santos, Paulo Sérgio de Souza Silva, Pedro Suarez Calazans, Roberto Lyra Machado, Valdelio Nascimento França, Wellington Sento Sé Improta, Paulo César Galderisi Santana, Sandoval Barbosa dos Santos, Everaldo Jesus de Carvalho (diretor-geral da Cadeia Pública), Clésio Rômulo Atanásio Sobrinho e Crispim Borges (diretores adjuntos)".

A pedido da CEV-BA, o Ministério Público enviou cópia da denúncia, que foi aceita (Anexo 10 p. 437 a 448). O processo está tramitando na Justiça.

Diante destes relatos e de inúmeros outros fatos recentes, como as chacinas do Cabula e do Lobato que mantêm a Bahia entre os estados mais violentos do Brasil, é lícito admitir que a omissão do Poder Público, frente a uma cultura institucional violenta, também significa a assunção de uma política que não se alinha com os princípios constitucionais vigentes e com os valores correspondentes ao estado democrático de direito.

3.7 Conclusão

Em síntese, se havia nuances e exceções, e elas aparecem em outros momentos do relatório, o sistema de repressão tinha uma lógica, a de tratar os adversários do regime como inimigos a quebrar e eliminar. E a superação dessa lógica que, embora não se mantenha como opção de Estado, perdura na realidade atual, quebrando e eliminando preferencialmente pobres e negros, é um desafio cultural e político na reconstrução da democracia e afirmação dos direitos humanos.

CONFIDENCI

CAPÍTULO 4

CULTURA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA



CAPÍTULO 4

4 CULTURA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

O modo como a ditadura utilizou a Censura para reprimir a manifestação do pensamento na imprensa (jornais, rádios e TV) e nos meios artísticos e culturais (teatro, cinema, música, dança e artes plásticas) é o objetivo deste capítulo. A opção pela apresentação dos casos é um modo de não só relembrar os fatos, mas introduzir o leitor na lógica da repressão e da resistência que ocorreu em cada local de trabalho.

4.1 Teatro

4.1.1 A destruição do Centro Popular de Cultura (CPC)

A primeira peça montada pelo Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), foi *Rebelião em Novo Sol,* escrita por Augusto Boal e dirigida por Chico de Assis, em 1962, que tratava de uma rebelião camponesa. Foi apresentada diversas vezes na Concha Acústica do Teatro Castro Alves e em cidades do interior, muitas vezes em locais onde nunca tinha se ouvido falar em teatro. Chico de Assis, em entrevista a Jalusa Barcellos, também recorda o clima dessas apresentações:

> ... (chegou) Ao ponto de uma vez eu pegar um pedaço de pau, riscar no chão uma linha demarcatória e avisar: daqui pra cá é peça, daqui pra lá são vocês, o público. Lembro-me que no meio desse espetáculo apareceu um jipe com quatro oficiais armados de metralhadora... (MOREIRA, 2007, p. 48).



Cena do ataque ao armazém do coronel, na peça "Rebelião em Novo Sol", do CPC, em 1963

Com a chegada de Chico de Assis, o CPC passa a ser dividido em departamentos: Educação, Teatro, Música, Textos e publicações, Arquitetura, Cinema e Artes Plásticas.

Vânia Moreira lembra que Tom Zé, diretor do Departamento de Música do CPC, relata assim o cotidiano dos jovens militantes do Centro Popular de Cultura:

> Capinan, Emanoel Araújo, Geraldo Fidélis Sarno, eu e muitos amigos fazíamos uma pluralidade de tarefas: cantávamos nas escolas, nos sindicatos, nas festas da cidade de Salvador. Lembro-me que numa greve dos bancários moramos no sindicato da classe por três semanas. Para motivar a vigília da paralisação, compusemos músicas com as reivindicações; eram cantadas nas passeatas. Fazíamos shows diários à tarde e à noite. Com bonecos de Emanoel Araújo, Fidélis Sarno e Capinan escreveram uma peça de teatro de títeres que, musicada por mim, representávamos no sindicato e em qualquer lugar que o movimento atuasse. (MOREIRA, 2007, p. 50).

Em 1963, o CPC apresenta uma grande produção, *Bumba meu Boi*, escrita por José Carlos Capinan, musicada por Tom Zé e dirigida por Johnson Santos. O espetáculo foi encenado em favelas, bairros da periferia, praças públicas de Salvador, Feira de Santana e na Escola de Teatro.

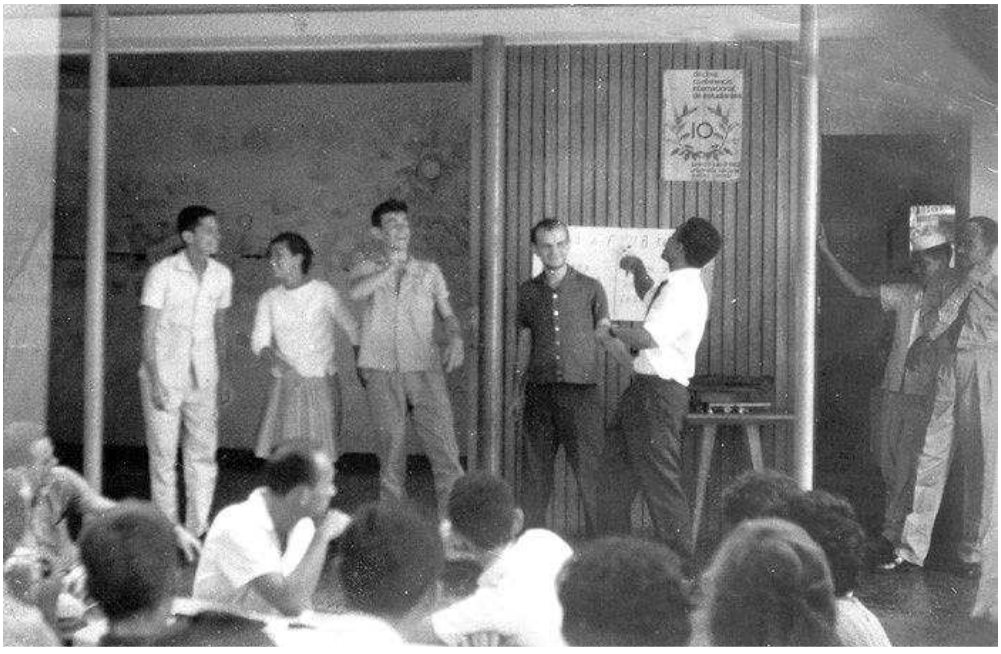


Espetáculo "Bumba meu Boi", do CPC, em 1963, na Concha Acústica do Teatro Castro Alves.

Logo depois o CPC decide realizar uma super-produção e monta a peça *Os Fuzis da Senhora Carrar*, de Bertolt Brecht, tendo à frente um diretor profissional contratado, Álvaro Guimarães. As apresentações lotavam a Concha Acústica, com a presença de mais de cinco mil pessoas assistindo.

Logo após o golpe, a sede do Centro Popular de Cultura (CPC) em Salvador foi arrombada e fechada, os equipamentos apreendidos e muitos destruídos pelos militares. O laboratório de fotografia foi fechado, os equipamentos apreendidos como “material subversivo” e expostos no Museu de Arte Moderna, que funcionava no “foyer” do Teatro Castro Alves, com especial destaque para a copiadora tcheca tomada como “prova” da relação do CPC com os comunistas. Foram também apreendidos o equipamento de projeção de 16 mm e o pequeno filme produzido por Orlando Sena, Valdemar Lima e Geraldo Sarno para “Rebelião em Novo Sol”. Depoimento de Harildo Déda reconstitui o impacto do golpe:

> Quando estourou o golpe, eu e Capinan estávamos saindo do cinema e vimos a cidade vazia... ficamos sem saber o que estava se passando. No dia seguinte, a gente soube o que foi e fomos lá na sede. Estava tudo destruído. Quebraram tudo, tudo. Nossos refletores, coisas de cinema, que era um primor. Até figurino jogado na rua. Ali eu tive consciência de que aquilo tinha vindo pra ficar por muito tempo. Até então eu tinha pensado que Jango ia acabar com aquilo, ia voltar o estado democrático... mas ali, no dia 2 de abril, vi que veio pra ficar”. (MOREIRA, 2007,p. 58)



“Canção do Subdesenvolvido”, peça montada pelo CPC em 1963. Fotos reproduzidas do trabalho de conclusão de Curso de Comunicação da Facom/UFBA, “O CPC da UNE na Bahia – Caminhos e Descaminhos para Mudar o Brasil”, de Vânia Medeiros Moreira, 2007, cedidas por José Guilherme Cunha

4.1.2 A resistência do Vila Velha

Um dos principais centros de resistência em Salvador foi o Teatro Vila Velha - TVV, no Passeio Público, centro da cidade. Documentos do Centro de Documentação e Memória (CDM) do TVV revelam a atuação da Censura mais forte a partir de 1965 (o Teatro Vila Velha foi fundado em julho de 1964). Em 17/12/1965 há o registro da liberação de um show de Edu Lobo cuja apresentação foi aprovada pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Dilton Berbert de

Castro, chefe do SCDP, assina o documento que libera o show "dependendo da apresentação da cópia das letras".

A liberação de cada peça de teatro era condicionada a uma apresentação para o censor antes da estreia e todas as páginas do texto tinham um carimbo da censura. Era a chamada "cópia da Censura", que tinha de ser seguida à risca.

A partir de 03/10/1967 a Censura aos espetáculos apresentados no Teatro Vila Velha deixa de ser exercida por um órgão estadual e passa a ser exercida pelo Departamento de Polícia Federal, Delegacia Regional da Bahia/Sergipe, Turma de Censura de Diversões Públicas (TCDP), mas no carimbo vem escrito "Seção de Censura de Diversões Públicas". Naquela data, o chefe da TCDP, Augusto de Albuquerque Silva, liberou a peça *O Médico à Força*, de Molière. (CDM do TVV).

Em 31/07/1967, o mesmo Augusto de Albuquerque Silva libera a peça *O Vaso Suspirado*, de Francisco Pereira da Silva, afirmando no certificado: "Esta peça foi examinada pela TCDP, da Delegacia Regional da Bahia (da Polícia Federal) e considerada livre sem restrições, tendo sua validade um ano, e podendo somente ser apresentada no Estado da Bahia". (CDM-TVV).

O Serviço de Censura e de Diversões Públicas da Secretaria de Segurança Pública libera o show *A criação do mundo segundo Ary Toledo*, de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, em 19/05/1967, colocando no certificado: "impróprio (sic) até 18 anos". Curiosamente, mantém o texto final, que dizia: "Se prega vai ser doutor/ E se cair é militar/ Lá no Rio Grande do Norte/ Paraíba ou Ceará/ Nasceu de cabeça chata/ Já se sabe o que é que dá/ Se tem o pescoço curto/ Quanto é que valerá", em clara alusão ao presidente Castelo Branco (CDM-TVV).

Em 2 de abril de 1968 é o próprio delegado regional da Polícia Federal na Bahia, coronel Luiz Arthur de Carvalho, quem suspende por cinco dias os diretores e atores da peça *Uma Obra do Governo*, cujo título original de Dias Gomes é *Odorico, o Bem-amado ou Uma obra do governo* (CDM-TVV). Este é o texto do ofício nº 27 enviado ao diretor do Teatro Vila Velha pelo coronel Luiz Arthur: "Em virtude da modificação que os atores introduziram no texto da peça *Uma obra do governo*, durante o espetáculo de estreia, nesse teatro, comunico a V.Sa. que esta Delegacia suspendeu por 5 dias, a partir desta data, os diretores e atores que representaram na referida peça". (Anexo 11 p. 449).

No mesmo dia (02/04/1968), no ofício nº 28, o coronel Luiz Arthur determina: "Em complemento ao ofício nº 27 de hoje datado, informo que esta Delegacia, diante das ponderações do produtor da peça *Uma obra do governo*, alegando principalmente o prejuízo financeiro a que estão sujeitos, resolvi converter a suspensão imposta para multa de NCr$ 20,00 (vinte cruzeiros novos)". Contudo, ficaram o diretor e os atores na obrigação de encenar exclusivamente o texto da referida peça apresentado anteriormente a esta Delegacia, o que será fiscalizado, diariamente, todos os espetáculos por prepostos desta Delegacia". (Anexo 12 p. 450).

Em 14 de novembro de 1968, a peça *Um dia memorável para o sábio Tzang*, de autor desconhecido e adaptada por João Augusto Azevedo, é considerada imprópria para menores até dez anos, "com cortes das expressões bunda, porrilhão e merda, todas assinaladas no script da peça", O certificado da Censura Federal é assinado pelo chefe do SCDP, Aloysio Muhlethaler de Souza, e pelo chefe da Turma de Censores de Teatro e Congêneres, José Sampaio Braga. (Anexo 13 p. 451).

O coronel Luiz Arthur de Carvalho enviou ao diretor do Teatro Vila Velha, em 8 de agosto de 1969, o ofício de nº 126, cujo teor é o seguinte: "Comunico a V. Sa. que, por determinação do SCDP/DPF e, de acordo com a Lei nº 5536/68, para os espetáculos teatrais que contiverem pornografias, além do aviso afixado em lugar visível junto à bilheteria, deverão também, em qualquer propaganda conter o aviso - "linguagem do texto é pornográfica". (Anexo 14 p. 452).

No dia 15 de outubro de 1969 o coronel Luiz Arthur envia ao diretor do Teatro Vila Velha o memorando 15/69, cujo teor é o seguinte: "Levo ao conhecimento de V. Sa, que fica proibido a encenação das peças *As duas faces de um palhaço, 200 cruzeiros novos, Brasil Loucuras 1.000, Mas... que sociedade, No ritmo dos ciganos e A fé,* mesmo que contenham em seus scripts carimbo de aprovação da Turma de Censura de Diversões Públicas desta Delegacia". (Anexo 15 p. 453).

Em 15 de maio de 1970, o coronel Luiz Arthur de Carvalho suspendeu por 30 dias o diretor e atores da peça *Macbeth*, encenada no dia 10 do mesmo mês, através da portaria 08/70, "considerando que na peça *Macbeth*, sob a direção de Henrique Artman, encenada no Teatro Castro Alves, nesta capital, na apresentação do dia 10 deste mês, no horário das 21 às 24 horas, foi introduzido, no seu final, o sacrifício de um caprino (bode); considerando que, dessa forma, foi modificado o texto original aprovado pelo SCDP do Departamento de Polícia Federal".

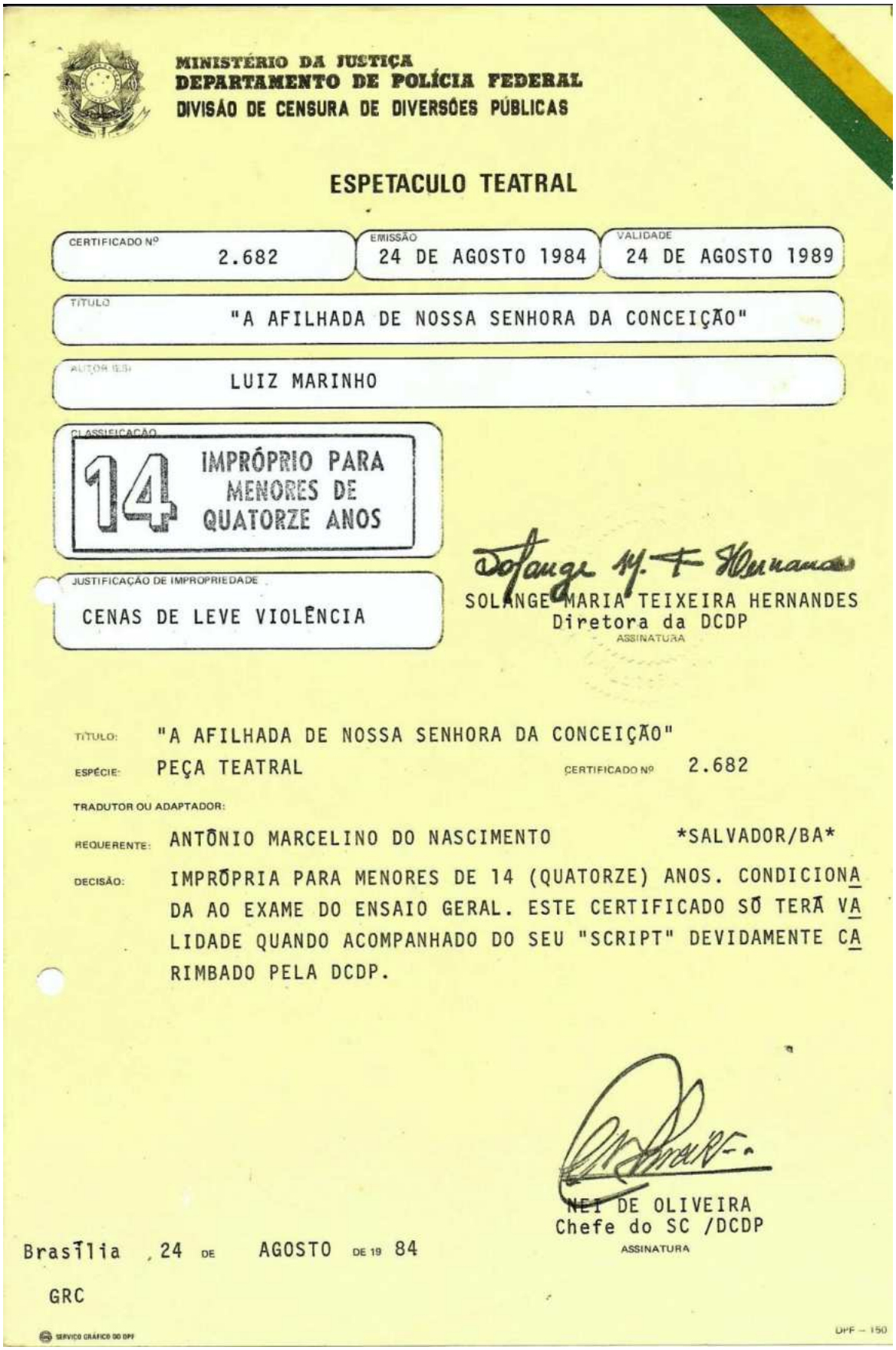
A pena de suspensão por 30 dias foi aplicada ao diretor Enrique Artman, aos produtores Roberto Miranda de Santana e Leonel da Costa Nunes e aos atores André Lopes, Carlos Petrovich (diretor executivo do Teatro Castro Alves), Antônio Góes, Armindo Bião, Carlos Ribas, Frieda Gutman, Gildásio Leite, Eloisa Andrade, João Prado, Jurandir Ferreira, Laura Madanés, Letícia Régia, Mário Gadelha, Marco Antônio S. Dantas, Paulo César Muniz, Raimundo Melo, Reinaldo Nunes, Roberto Duarte, Rose Rudner, Sônia Gantois e Soniamara Garcia.

Segundo a portaria, "a prática daquele ato contrariou o disposto nos artigos 85 e 97 do Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946 e também o que dispõe o artigo 64, § 2º (in fini), da Lei das Contravenções Penais". (Anexo 16 p. 454).

O artigo 85 do Decreto 20.493, que aprovou o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, diz: "Aprovado o programa para um ou mais espetáculos seguidos, nenhuma alteração poderá ser feita no mesmo sem consentimento do S.C.D.P., inclusive a substituição de artistas, salvo motivo imprevisto e de força maior, quando, então, a alteração será feita pelo responsável que a comunicará, dentro de 24 horas, ao S.C.D.P.".

Já o artigo 64 da Lei das Contravenções Penais destaca: "Tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo. Pena - prisão simples, de dez dias a um mês, ou multa, de cem a quinhentos mil réis". Diz o parágrafo 2º: "Aplica-se a pena com aumento de metade, se o animal é submetido a trabalho excessivo ou tratado com crueldade, em exibição ou espetáculo público".

Certificado de censura emitido para a peça "A afilhada de Nossa Senhora da Conceição", montada pelo Teatro Vila Velha



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

ESPETACULO TEATRAL

CERTIFICADO Nº 2.682 | EMISSÃO 24 DE AGOSTO 1984 | VALIDADE 24 DE AGOSTO 1989

TITULO: "A AFILHADA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO"

AUTOR (ES): LUIZ MARINHO

CLASSIFICAÇÃO: 14 IMPRÓPRIO PARA MENORES DE QUATORZE ANOS

JUSTIFICAÇÃO DE IMPROPRIEDADE: CENAS DE LEVE VIOLÊNCIA

SOLANGE MARIA TEIXEIRA HERNANDES
Diretora da DCDP
ASSINATURA

TÍTULO: "A AFILHADA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO"
ESPÉCIE: PEÇA TEATRAL CERTIFICADO Nº 2.682
TRADUTOR OU ADAPTADOR:
REQUERENTE: ANTÔNIO MARCELINO DO NASCIMENTO *SALVADOR/BA*
DECISÃO: IMPRÓPRIA PARA MENORES DE 14 (QUATORZE) ANOS. CONDICIONADA AO EXAME DO ENSAIO GERAL. ESTE CERTIFICADO SÓ TERÁ VALIDADE QUANDO ACOMPANHADO DO SEU "SCRIPT" DEVIDAMENTE CARIMBADO PELA DCDP.

NEI DE OLIVEIRA
Chefe do SC /DCDP
ASSINATURA

Brasília, 24 DE AGOSTO DE 19 84

GRC

SERVIÇO GRÁFICO DO DPF

DPF – 150

4.1.2.1 A luta por um teatro popular

O maior líder da resistência do Teatro Vila Velha durante a ditadura foi seu fundador e diretor, João Augusto Sérgio de Azevedo Filho, diversas vezes vítima da censura. Nascido no Rio de Janeiro, em 1929, em 1951 atuou na peça inaugural do grupo *O Tablado*, de Maria Clara Machado, e em vários outros espetáculos. Em 1956, é convidado pelo diretor Martim Gonçalves para lecionar na recém criada Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia.

João Augusto vem para Salvador e em 1959 e lidera um grupo da Escola de Teatro que rompe com Martim Gonçalves, por não concordar com sua forma autoritária de dirigir. Nasce, assim, a Sociedade Teatro dos Novos, o primeiro grupo de teatro profissional da Bahia. Segundo o Memorial Brasil de Artes Cênicas (2015):

> A ideologia de criação de um teatro nacional, da organização de um organismo cultural em função da cidade, e de uma maior penetração do teatro em relação ao público, levaram João Augusto e os alunos da ETBA a inaugurarem, no Passeio Público da cidade de Salvador, em 31 de julho de 1964, ano do golpe da ditadura militar, o Teatro Vila Velha. O espetáculo inaugural *Eles não usam bleque-tai,* de Gianfrancesco Guarnieri, sucesso de crítica e de público, foi um marco da trajetória do grupo do Teatro dos Novos, que antes de inaugurarem seu espaço, apresentavam com repertório bastante diversificado – autos, comédias medievais, peças infantis – e a preços populares, em escolas primárias da Prefeitura, e em bairros de Salvador e no interior do Estado, tendo como cenários as praças e adros das igrejas.



"Eles não Usam Bleque Tai", primeira peça montada pelo Teatro Vila Velha, em 1964. Foto do Centro de Documentação e Memória do TVV

Integrante do grupo inicial da Sociedade Teatro dos Novos, o ator Othon Bastos deu ao Globo Teatro (2013) este depoimento:

> "Éramos todos novos. Novos de idade, de ideologia de pensamento. Daí o nome do grupo. O Teatro Vila Velha levou quase quatro anos para ser construído. Fazíamos bingos, leilões de quadros de artistas plásticos baianos. O governador da época, Juracy Magalhães, apesar de ser de direita, ajudou muito na construção, oferecendo a estrutura metálica e o

> telhado. Também tínhamos um prefeito de esquerda, Virgildásio de Senna, que forneceu as cadeiras de um cinema velho que seria demolido. Com o nosso dinheiro, compramos aos poucos luz e cenário. Até que conseguimos construir um teatro de 700 lugares. Naquela época, ninguém ganhava nada. Era mais a dedicação à arte mesmo – destaca o ator que precisou trabalhar durante três anos no Departamento de Turismo da Prefeitura para se sustentar

Foi no Teatro Vila Velha, na noite de 22 de agosto de 1964, que ocorreu o espetáculo musical *Nós por Exemplo*, que é considerado um marco na carreira de Caetano Veloso, Maria Bethânia, Gilberto Gil e Gal Costa (ainda Maria da Graça). Tom Zé, o grupo Novos Baianos e outros artistas que posteriormente tiveram reconhecimento nacional também fizeram apresentações neste mesmo teatro.

Denise Pereira Silva (2011) analisou as colunas sobre teatro que João Augusto escrevia no jornal A Tarde, de Salvador, e observa:

> Não há dúvida que João Augusto utilizava a sua coluna como instrumento de luta pela democracia e contra as injustiças sociais, ao apresentar frequentemente textos contra a censura nas artes [...] Além das denúncias, ele participava ativamente, como foi o caso do Movimento Pela Anistia em que ele realizava reuniões no Teatro Vila Velha junto com o Movimento Estudantil Universitário.
>
> Portanto ao denunciar em sua coluna tanto as arbitrariedades da censura impostas pelo governo civil-militar, como a pouca colaboração dos governos federal, estadual, e municipal para o financiamento das montagens teatrais; ou mesmo divulgando as atos de repressão dos militares fora do país, João Augusto mostra-se como um autêntico intelectual na concepção sartriana, já que estava comprometido ativamente na luta contra a ditadura em voga. Isso está explicito em sua coluna Teatro, em que ele noticia a realização do I Seminário de Cultura de Salvador: “No Relatório Final dos I Seminários de Cultura da Cidade há, entre outras, uma constante: o repúdio à censura pelos artistas e intelectuais de toda a Bahia.” (JORNAL A TARDE, 22 de agosto de 1975). Como estou especialmente interessada na área teatral cito a parte do Relatório concernente a esse setor artístico: TEATRO: “O progressivo rigor na censura às Artes, que no caso do Teatro tem-se manifestado com especial violência, constituiu-se em fator de inibição na produção teatral” E ainda “A baixa criatividade teatral deve-se à censura”. (JORNAL A TARDE, 22 de agosto de 1975).
>
> Em 1978, ele chama a atenção, com fina ironia, para a arbitrariedade da Polícia Militar que não estava mais permitindo utilizar o estacionamento onde estava localizado o Teatro Vila Velha: FERO-CIDADE: Na entrada existe uma placa comemorativa onde se lê: SENDO DO POVO este Passeio, ao gozo público foi restituído pelo Governo do Estado. Hoje, o PASSEIO PÚBLICO é do 6º Batalhão da Polícia Militar. Sem essa de povo. Fazem é o que querem. Agora, em represália pelo roubo de um carro roubado, estão proibindo estacionamento para quem vai ao

> Restaurante Perez ou ao Teatro Vila Velha. Quando acabará o arbítrio? (JORNAL A TARDE, 27 de outubro de 1978).

O Teatro Vila Velha foi criado em julho de 1964, quatro meses após o golpe militar. Em julho de 2014, ao completar 50 anos, o Teatro Vila Velha, dirigido por Márcio Meireles, divulgou o *Editorial de Julho*, que afirmava:

> Teatro. É isso que fazemos há 50 anos. Sem parar. Nem pra reforma. Enquanto era reconstruído, entre 1994 e 98, pelo projeto Novo Vila, o Teatro Vila Velha (TVV) continuava produzindo e apresentando os seus espetáculos. Entre tijolos e sacos de concreto, os atores, o público: o teatro. Lá atrás, em 1964, foi também fazendo teatro que a Companhia Teatro dos Novos conseguiu erguer o TVV. Até nos anos 80, quando recorreu ao teatro pornô de companhias cariocas, era com o teatro que o Vila tentava sair da crise que ameaçava fechar as suas portas. Viver de teatro por meio século é, para nós, uma honra imensa. Sobretudo quando o teatro que se faz é um teatro vila velha. Em minúsculas, pois teatro vila velha é também uma forma de fazer teatro, um tipo de teatro que carrega consigo o que foi construído por todos que passaram por aqui. Fazer teatro vila velha é fazer um teatro conectado com as questões da cidade, do mundo. É defender os direitos da população, propor mudanças, reagir ao que está errado.
>
> O TVV sempre foi um espaço de liberdade, desde a sua inauguração, em 31 de julho de 1964. O Vila reagiu à ditadura, acolheu artistas e estudantes perseguidos, abrigou encontros do movimento estudantil. Por toda essa história, o TVV foi sede da Anistia Internacional. Foi também no palco do Vila que foram julgadas e aprovadas as anistias políticas do cineasta Glauber Rocha, em 08/11/2010, e do guerrilheiro Carlos Marighella, em 05/12/2011, e que o Estado Brasileiro pediu desculpas a suas famílias pelos atos criminosos durante o regime militar.
>
> Em 2012 e 2013, o Vila abrigou o Movimento Desocupa, contrário aos abusos feitos pela administração municipal e, junto a ele, realizou o projeto “A Cidade que Queremos”, que discutia o futuro de Salvador. Mais tarde, apoiou o Movimento Passe Livre, que tinha o Passeio Público como quartel general. É também histórica a luta do TVV contra o racismo. O Bando de Teatro Olodum, há 23 anos, coloca em evidência a violência, a discriminação e as injustiças sofridas pelo povo negro ainda hoje. A luta por respeito ao povo negro e, especialmente, à arte negra, levantada pelo Bando, serve de inspiração a muitos, e já transcendeu as fronteiras do Brasil.
>
> Para marcar os 50 anos, o TVV estreou, em 31 de julho, o espetáculo *Jango*. A peça retrata o presidente João Goulart durante o seu exílio, após ser deposto pelo golpe militar. Escrito por Glauber Rocha, e único texto do cineasta para o teatro, o espetáculo é uma reflexão sobre o golpe, sobre o poder e sobre o Brasil. Nas mãos do encenador Marcio Meirelles, *Jango* traz à cena atores da universidade LIVRE de teatro vila velha, com a participação do Bando de Teatro Olodum e da Companhia Teatro dos Novos. Uma peça que marca os 50 anos do Vila e os 50 anos do Golpe.

4.1.2.2 A dramaturgia de João Augusto

A dramaturgia de João Augusto: edição crítica de textos produzidos na época da ditadura militar fala dos trabalhos de João Augusto Azevedo Filho, carioca que viveu e trabalhou na Bahia (1956- 1979) por mais de 20 anos:

> Os textos de João Augusto exploram, em sua grande maioria, a literatura popular, o cordel, recurso utilizado como forma de resistência na luta contra a ditadura. João Augusto, por meio das encenações de seus textos, disseminava, em seu teatro popular, conteúdos ideológicos, sociológicos, aproximando o povo do teatro e fazendo-lhe refletir acerca de questões que envolviam a sociedade brasileira naquele período de repressão. (JESUS, 2008, p. 12).

O mesmo trabalho cita um depoimento do ator Bemvindo Sequeira à Ludmila Antunes:

> O Teatro Livre estava inserido numa luta muito maior que a luta contra a Censura, era comprometido com partidos clandestinos, com movimentos sociais, com o socialismo e a luta armada até mesmo, como no caso do Araguaia, onde o Grupo serviu de disfarce para levar à Europa denúncias da Guerrilha do Araguaia e do massacre etc. Então quando cortavam coisinhas, ou páginas a gente fazia um jogo de cintura, não chiava na hora e em público não porque estávamos numa luta muito maior. (JESUS, 2008, p. 24).

Prossegue Ludmila Antunes:

> O censor, em nome da moral, dos bons costumes e da segurança nacional, agia diretamente no texto do autor cortando palavras, frases, réplicas, cenas, e até atos inteiros. Nos textos de João Augusto, selecionados para esta edição, destacam-se os cortes de palavras como: santo besta (*Antônio, meu santo*, 1974), puliça, macacos *(Quem não morre num vê Deus*, 1974), cu (*Cordel 5*, 1977); em frases como “O amor e a fome governam o mundo” (*Felismina Engole-Brasa,* 1972) e até vetando a apresentação de peças inteiras como *Quem não morre num vê Deus, As Bagaceiras do amor e O Marido que passou o cadeado na boca da mulher*, proibidas de serem encenadas durante o espetáculo *Um, Dois, Três Cordel,* apresentado na Feira da Bahia, em São Paulo, 1974. (JESUS, 2008, p. 24).

Diz ainda Ludmila Antunes que após a análise do texto teatral, com as restrições e proibições, os atores, oficialmente, eram forçados a encenar este texto suprimindo os cortes. Harildo Déda também relata, em entrevista, como agiam os censores durante o ensaio geral:

> A tortura era a gente fazer o ensaio para a censura que era, assim, ou no dia da temporada, no dia da estreia, ou um dia antes e a gente sem saber se o espetáculo ia acontecer ou não. Porque muitas vezes era terrível, a gente fazer esse ensaio, às vezes, escamoteando certas e determinadas coisas para poder passar, alguém sentado na plateia junto com o censor para chamar a atenção, conversar com ele na hora que podia ser que ele... Fora o texto que já vinha de Brasília censurado com os carimbos,

> isso aqui não pode. Além disso, o espetáculo o mais terrível era isso, a gente tava recebendo o texto, às vezes não recebia o texto, ensaiava na possibilidade disso ali acontecer ou não. (JESUS, 2008, p. 25)

Afirma ainda Ludmila Antunes:

> No entanto, esses cortes só eram acatados quando havia a presença do censor. Na maioria das encenações, havia dois textos e dois espetáculos: um apresentado para o censor, seguindo as indicações de cortes; e outro apresentado para o público com os trechos que foram censurados. Quando o censor aparecia, de surpresa, o texto era modificado no ato da encenação. (JESUS, 2008, p. 25).

Segundo Harildo Déda, quem mais sofria com a mudança de texto era o público que acabava "não entendendo" o espetáculo. Além de mudanças de texto, os artistas de teatro burlavam a censura por meio de mímica ou pantomima.

4.1.3 Análise dos cortes: uma breve amostragem

Segundo Ludmila Antunes de Jesus e Rosa Borges dos Santos (2014),

> ...na Bahia, pode-se resgatar a memória das interferências da censura aos textos teatrais no Acervo do Espaço Xisto Bahia, Rua General Labatut, 27, Barris, Salvador/Bahia, sob a responsabilidade de Edvalter Lima. São mais de mil textos de teatro adulto e infantil que estão marcados pela censura seja do Departamento da Polícia Federal (D.P.F.) seja da Sociedade Baiana de Teatro (SBAT). É necessário esclarecer que as peças teatrais deste acervo são textos produzidos na Bahia, ou seja, muitas peças são adaptações e outras são textos teatrais de autores baianos.

O trabalho faz parte do *Projeto de Pesquisa Edição e estudo de textos literários e não literários baianos*, coordenado pelas Professoras Rosa Borges (UNEB/UFBA) e Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB), que tem como objetivo resgatar a memória cultural da Bahia através da edição de textos. Diz o estudo:

> A memória da ação da censura nos textos teatrais baianos está marcada por cortes no texto do autor, de cunho moral, social e político. Na análise dos cortes morais estão compreendidos as interferências da censura no texto do autor em palavras como: porra, puta, filho da puta entre outros. Na análise dos cortes sociais e políticos têm-se interferências em discursos ideológicos que representavam críticas à sociedade ou à política da época.
>
> Dos cortes a conteúdos morais, pode-se analisar o texto do grupo folclórico *Viva Bahia* que caiu nas malhas da Censura mesmo mostrando um espetáculo lúdico, musical, em que trazia ao palco a cultura do negro antes de se tornar escravo. O texto não foi perdoado seja na especificação dos vestuários:
>
> *Ode ao dois de julho* - As caboclas levarão tangas de penas, com o peito nu. Os homens levarão tangas".
>
> Ou seja, na descrição da música:

Mulata de peito duro
É duro de natureza
Quem dera ser criança
Pra mamar nestas belezas

No texto de Jurandyr Ferreira, *O homem que morreu por causa do Bahia* a temática gira em torno de uma partida de futebol, na Fonte Nova, entre os times Bahia e Vitória. Os cortes da censura neste texto incidiam nas seguintes palavras:

Vinte e um [...] Mas vá você acreditar no amigo e quando precisa também, mais tarde, do amigo (JESTO COM AS MÃOS) [Sic] Se campa! Amigo [...].

Em *Feliz aniversário*, de José Niraldo de Faria, um texto que mostra o fluxo de consciência da personagem Helena nos dias que antecedem o seu aniversário, o poder da censura agiu sobre o seguinte parágrafo:

“As Helenas começam a tocar-lhes com suas mãos e suas risadas transformam-se pouco a pouco em gemidos de prazer. Helena começa a sentir-se erotizada como quem se masturba.”

Assim, com relação a conteúdos morais, a censura nos textos teatrais baianos agia sobre palavra ou parágrafos que se referiam à nudez, nomes considerados imorais ou chulos e a qualquer referencia ao ato sexual.

Quanto aos cortes sociais e políticos, as maiores interferências da censura incidiram em referências ao sistema da ditadura militar como em:

Mulher 2 – “Fale baixo. Tem um guarda ali na porta. Faz meia hora que levaram um rapaz que estava reclamando.”

“E me contaram que o Presidente chamou o cara e disse:

Olha aqui, fulano, eu vou te dar o cargo de ministro por causa de nossos inúmeros amigos comuns, mas uma coisa você tem que prometer não vai roubar no cargo. E o cara respondeu: Perdão senhor Presidente, eu fico muito agradecido com a deferência, mas ou eu tenho carta branca ou não aceito”

Os dois trechos acima revelam que há, de forma explicita, uma alusão ao momento histórico da época como a falta de liberdade de expressão e a falta de caráter dos políticos. O discurso ideológico sócio-político era difundido até em textos de cunho religioso como o de Jaime Oliveira,*A terceira revelação*, que construiu o seu texto baseado em trechos dos livros de Allan Kardec e da bíblia:

“Côro – guerra guerra
Fome Fome Fome
Quero pensar mas não posso
Quero respirar não consigo
Quero a liberdade não encontro
Desejo a paz sou oprimido
Se digo a verdade sou fuzilado
Quero amar, mas sou proibido”

> Vê-se que neste texto, a doutrina espírita é apenas pano de fundo para a difusão do discurso social e político do autor.
>
> Assim, verificando os textos e sinalizando que tipo de conteúdo foi cortado pela Censura, chegou-se à seguinte conclusão: 44 textos analisados, 63,6% sofreram interferências da censura no que concerne aos conteúdos morais e 52,2% aos sociais e políticos". (JESUS e SANTOS, 2008, p. 5, 6).

O trabalho *Leitura crítico-filológica dos "cortes" em textos teatrais censurados na Bahia,* de Rosa Borges dos Santos (UFBA), diz:

> Os censores justificavam a proibição da encenação do texto ou o corte de conteúdo que pudesse: I) Atentar contra a segurança nacional, por conter, potencialmente:
>
> a)incitamento contra o regime vigente; b) ofensa à dignidade ou ao interesse nacional; c) indução de desprestígio para as forças armadas; d) instigação contra autoridade; e) estímulo à luta de classe; f) atentado à ordem pública; g) incitamento de preconceitos étnicos; h) prejuízo para as boas relações diplomáticas II) Ferir princípios éticos, por constituir-se, em potencial, em: a) ofensa ao decoro público; b) divulgação ou indução aos maus costumes; c) sugestão, ainda que velada, de uso de entorpecentes; d) fator capaz de gera angústia, por retratar a prática de ferocidade; e) sugestivo à prática de crimes; III) Contrariar direitos e garantias individuais, por representar, potencialmente: a) ofensa a coletividades; ou b) hostilização à religião. (SANTOS, 2008, p. 4, 5)

Diz Rosa Borges (2008, p. 7):

> A peça *Em Tempo no Palco* é escrita em outubro de 1978, em Salvador, a fim de divulgar o jornal Em Tempo, uma solicitação feita a Francisco Ribeiro Neto por Oldack Miranda, responsável pelo jornal. O texto teve várias passagens vetadas, o que impediu a sua encenação.

Uma cena mostra ataques a duas sucursais do jornal *Em Tempo*:

> Esses atentados me lembram os vermes, pois eles temem a luz. Mas a luz está revelando a história da repressão e da censura, mas também está revelando a manifestação popular. Em agosto desse ano as sucursais do *Em Tempo* em Belo Horizonte e Curitiba foram atacadas violentamente pelos grupos de extrema direita GAC e MAC e pelo CCC identificado como "Ala os 233", numa alusão direta ao listão de policiais e militares acusados como torturadores por presos políticos. (SANTOS, 2008, p. 8).

O mesmo trabalho reproduz o corte feito pela Censura na peça *As artes do crioulo doido,* de João Augusto:

> A educação e a cultura. Bem, a educação vem do berço, cada um deve comprar um berço e procurar junto a educação, que ela vem. A cultura posta em questão vem referendar a lei trezentos e vinte e sete, do famoso jurista Muricy, que diz: cada um cuide de si. A segurança. Bem, com relação à segurança tudo que lhes posso dizer é: se segurem.

> Em *Me segura que eu vou dar um troço*, de Bemvindo Sequeira, registram-se cortes aos nomes de autoridades políticas da época, Antônio Carlos Magalhães e Roberto Santos. Trata-se de uma sátira política que enfoca os principais problemas administrativos e sociais enfrentados pelo Brasil em 1982, criticando, por meio de uma linguagem cômica, a ditadura militar e partidos políticos da Bahia e do Rio de Janeiro, no processo de abertura política. (SANTOS, 2008, p. 9).
>
> As versões de *Apareceu a Margarida* enviadas para a Censura tiveram o título original vetado, *A esquizofrenia didática ou do que aterra, Margarida*. O título foi então substituído por outro: *Apareceu a Margarida.*
>
> *Blecaute no Araguaia*, de Antônio Cerqueira, 1983, é uma peça cuja encenação foi proibida. (SANTOS, 2008, p. 11).

A última folha do parecer da Censura sobre a proibição da peça, de 14/07/1983, diz:

> Perspectiva censória: a criação artística dá lugar à descrição literal de fatos, torturas e atrocidades (cometidas por ambas as partes), cuja veracidade ou autenticidade deixa muito a desejar no campo da nossa história. Parecer: pela proibição, por conter incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades e seus agentes, por ferir, mesmo de forma indireta, a dignidade e o interesse nacionais; por induzir ao desprestígio das forças armadas (Art. 41, letras D.C.M, do Dec. 20493/46). (SANTOS, 2008, p. 12).

Em entrevista a Francisco Ribeiro Neto, Rosa Borges revelou que outra peça totalmente proibida foi *O Ringue*, de Ariovaldo Matos, texto em que o personagem central, um deputado, rememora fatos de uma infância conturbada. O escritor Jorge Amado, ao saber da proibição, enviou a seguinte carta para Ariovaldo Matos, datada de 12/6/75:

> Acabo de ler num jornal do Rio notícias da proibição da peça *O Ringue,* de sua autoria. Venho solidarizar-me com você na denúncia de mais essa violência contra a cultura brasileira e, em particular, contra um escritor cuja obra, nascida da realidade da vida baiana, aumenta de importância a cada dia. Numa repetição crescente e constante, a ação nefasta da Censura se exerce quotidianamente. Ontem proibiram a peça do Plínio Marcos. Hoje proíbem uma peça sua. Quotidiano deve ser igualmente nosso protesto em defesa do direito de criação, da liberdade de expressão, na denúncia da Censura em guerra contra o Brasil. “Continuarei a escrever peças”, afirma você numa resposta de obstinada dignidade, a dignidade de um escritor brasileiro que prossegue na realização de sua obra, apesar das limitações e violência da Censura. Um abraço do admirador, Jorge Amado.

Outra manifestação contra a proibição, pela Censura, da peça *O Ringue* está na coluna *Teatro/Show,* de Carlos Borges, publicada na edição de 13/06/1975 do *Jornal da Bahia*:

> O episódio da proibição da peça *O Ringue*, de Ariovaldo Matos, que seria apresentada durante o mês de julho no Teatro Vila Velha, foi mais uma prova de que a atenção da censura tem se efetivado sem nenhum critério artístico. Leva-se em consideração apenas a “periculosidade” do texto e, posteriormente, da montagem, de acordo com os critérios pessoais de

> cada censor. Que perspectivas podem ter os novos autores de teatro, se nomes como Ariovaldo Matos, de incontestável reconhecimento público e conceito nacional, tem em seu texto expressões como “bicha” cortadas pela censura em nome do decoro público?

Mais adiante, em sua coluna, Carlos Borges chega a justificar, de certo modo, a manutenção da Censura:

> Não estamos sugerindo de forma alguma a supressão da censura. O que achamos justo e razoável é a codificação de critérios artísticos, principalmente, e que a análise das obras seja realizada por pessoas que possuam um mínimo de condição cultural para julgar, de acordo com as constantes mutações nos padrões morais e estéticos do mundo. Pior ainda é que, se em cinema a atuação da censura tem sido por demais “liberal”, deixando passar as mais grotescas produções da pornochanchada nacional, e dos westerns e comédias baratas que vêm de fora, o teatro, que não possui nem mesmo 1% do público que possui o cinema, além de ser uma arte consumida pelas classes conservadoras de maior nível intelectual, vem sendo o objetivo preferido pelas arbitrariedades da censura.

4.1.4 Instituto dos Advogados contra a Censura

Em março de 1970, o Instituto dos Advogados da Bahia solicitou ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, o reexame do decreto que estabeleceu a censura prévia, segundo comentou a coluna Teatro, sem assinatura, do *Jornal da Bahia*, na edição de 17/03/1970:

> O Instituto dos Advogados da Bahia condenou e solicitou ao Ministro Alfredo Buzaid o reexame do Decreto 1.077, que submete todas as publicações e obras de artes à censura prévia do Governo Federal. Esse decreto já sofreu reformulação, pois os livros didáticos, de ciências, história e de tecnologia foram isentados, por deliberação do Ministro da Justiça.
>
> Em seu pronunciamento unânime, o IAB, feito através nota assinada por seu presidente, advogado Milton Tavares, qualificou o decreto de “inconstitucional e inconveniente”. Assim demonstrado fica que a censura prévia de todas as publicações excede o próprio pensamento jurídico dos legisladores brasileiros que escreveram a Constituição de 1967 e ao espírito de todos os Atos Institucionais que compõe o texto da Carta Magna.
>
> A literatura teatral, contudo, a mais esbravejadamente agredida, sofre o processo de censura prévia há tempo suficientemente longo para não ser apreciado. Todos os textos teatrais que vão a palco são previamente censurados. O processo de depreciação da dramaturgia, desgraçadamente, encontra eco nos setores elitizados das sociedades e o artista é visto como um anormal, capaz das maiores obscenidades públicas.

A escritora Aninha Franco (1994, p. 199) revela:

> Em 1975, a *Tribuna da Bahia* publicou uma matéria sobre a ação da censura no Brasil, registrando vetos a 400 textos teatrais de 1968 até aquele ano, grande parte deles à véspera ou no dia da estreia. Como a liberação das obras era uma atribuição de Brasília, os grupos ensaiavam e realizavam produções, aguardando a decisão do Departamento de Censura, sofrendo prejuízos sucessivos com os vetos. No final do decênio, tornou-se mais seguro montar-se textos já liberados, ou encenar comédias rasgadas que não ameaçavam a segurança nacional, o que provocou uma gagueira na dramaturgia nacional de consequências trágicas.

4.1.5 Polícia invade o Teatro Castro Alves

Em agosto de 1968, a peça *As Senhoritas*, de Alcyr Ribeiro Costa, é vetada na véspera da estreia em Salvador, proibição que se estende a todo o território nacional. O diretor da peça, Álvaro Guimarães, produtores e elenco decidem apresentar o espetáculo apenas para a classe teatral, no Teatro Castro Alves, pertencente ao Estado, para haver um debate sobre a proibição.

> A proposta é frustrada devido à invasão da sala de espetáculos pela Polícia, numa atitude arbitrária. Portando metralhadoras e com ostensivo aparato, os policiais consumam a invasão, expulsando do Teatro Castro Alves a classe teatral, espancando e prendendo vários artistas e intelectuais presentes ao evento. O ator Jorge Coletti, que deixava as dependências do teatro após a apresentação da peça *Maria Minhoca*, é espancado e humilhado por policiais no foyer. Logo após esse fato, o Governo do Estado decide suspender os ensaios, nas dependências do Teatro Castro Alves, de todos os grupos existentes em Salvador. (LEÃO, 2009, p. 105).

O crítico teatral Francisco Barreto escreveu na coluna *Teatro,* publicada no jornal A Tarde, edição de 13/08/1968:

> Os meios teatrais da Bahia receberam com surpresa a notícia da invasão do Teatro Castro Alves pela Polícia Federal, quando da apresentação da peça *Senhoritas,* em caráter privado, para a classe teatral. A surpresa foi causada mais pelo vexame que a Polícia causou aos que ali se encontravam do que pela invasão em si, já que tais medidas não mais nos surpreendem. Invasões de faculdades, universidades, residências, escolas, teatros, igrejas, já são como um fato corriqueiro em nossos dias. O que admira é que uma apresentação feita para a classe, depois da qual seria discutido o texto e os motivos da proibição pela censura em todo o território nacional, a polícia, numa atitude arbitrária, armada de metralhadoras e bombas, invade a sala de espetáculos e bastidores, prendendo atores que se achavam no elenco e fora dele. Sem respeitar ninguém, moças, senhoras e rapazes, todos sem exceção, foram detidos e na delegacia submetidos a um interrogatório humilhante e idiota.

As Senhoritas mostra o encontro de três travestis antes e depois de um baile de Carnaval. O diretor, Álvaro Guimarães, descreveu assim, no jornal *A Tarde* de 21.08.1968, a história:

> Três criaturas humanas dentro de uma arena, a se digladiarem mutuamente quais animais selvagens, às voltas com seus problemas e frustrações, num misto de dor e prazer, esperança e desespero. É o cotidiano retratado na sua pureza mais crua e dilacerante. É a iniquidade do mundo em que vivemos, é a solidão, o aniquilamento do ser humano. (LEÃO, 2009, p. 104).

A pressão do Governo do Estado também se faz sentir no Grupo dos Novos, conforme Raimundo Matos de Leão:

> O Grupo dos Novos, sediado no Teatro Vila Velha, enfrenta dificuldades para manter o espaço. Em janeiro de 1969, as precárias condições físicas do teatro – sala de espera, plateia e palco -, necessitadas de reparos estruturais, colocam em risco a continuidade do trabalho. As constantes revistas da Polícia Federal aos espectadores, desde o AI-5, afasta o público do Teatro Vila Velha, provocando o cancelamento das pautas por parte das companhias. As atividades artísticas e o faturamento do Grupo são afetados, arbitrariamente. Além disso, dificulta-se o acesso ao Passeio Público, local onde se situa o Teatro Vila Velha. (LEÃO, 2009, p. 117)

Em 30 de julho de 1970, o *Jornal da Bahia* publica, segundo Leão (2009, p.117), na coluna *Teatro*, texto referente ao assunto:

> Se na porta do Vila Velha ficam policiais a exigir documentos, o cidadão passa a sofrer constrangimentos por parte das autoridades, e estas autoridades estão diretamente subordinadas ao Governo do Estado. Logo, a pressão que sofre o público, que vai ao Vila Velha, é do Executivo Estadual.

4.1.6 Orgulho de ser sobrevivente

Em depoimento à Comissão Milton Santos de Memória da UFBA, Harildo Déda disse: “Nós não somos vítimas, somos sobreviventes, e me dá orgulho de continuar a ser”.[13]

Em entrevista a Francisco Ribeiro Neto em 21/10/2014, contou sua trajetória. Em 1962, a criação do Centro Popular de Cultura (CPC). Faz Letras Anglogermânicas, depois faz Direito. Começa a fazer teatro no CPC e também integrava a Associação Cristã de Acadêmicos, ligada ao Conselho Mundial de Igrejas.

Trabalhou na peça *Arroz, Feijão e Simpatia*, crítica ao Restaurante Universitário, até a última peça do CPC em Salvador, *Os Fuzis da Senhora Carrar,* de Bertolt Brecht, em 1963.

No dia 2 de abril de 1964, a VI Região Militar promoveu uma exposição no foyer do Teatro Castro Alves, onde funcionava provisoriamente o Museu de Arte Moderna da Bahia, sobre o

[13]Harildo Déda – 74 anos, ex-aluno e professor aposentado pela Universidade Federal da Bahia em depoimento prestado à Comissão Milton Santos de Memória da UFBA, em 20/05/2014.

material apreendido com os “subversivos” e entre eles, segundo Harildo, estavam os fuzis de madeira usados na montagem de *Os Fuzis da Senhora Carrar.*

A propósito, a exposição do “material subversivo” era assim noticiada pelo *Jornal da Bahia* em sua edição de 03/04/1964, na página 3, cujo título era “Comandante da Sexta Região exibiu o material apreendido”, cujo texto vinha a seguir:

> O gal. Mendes Pereira reuniu a imprensa para apresentar o material apreendido na UEB (União dos Estudantes da Bahia), no DA (Diretório Acadêmico) da Faculdade de Engenharia e no local denominado Galpão. A reportagem do JB anotou os seguintes materiais: bandeira do Partido Comunista, telegramas cifrados da UEB aplaudindo a adesão ao “enlace matrimonial”, grande quantidade do livro de Luís Carlos Prestes intitulado *Porque os comunistas apoiam Lott e Jango*, inúmeras revistas da União Soviética, Pequim e outros países do mundo socialista, vestimentas de *Tio Sam,* correspondências, algumas das quais ainda fechadas, destinadas a pessoas residentes nesta Capital, procedentes de Pequim; estatutos do Partido Comunista Brasileiro e do Soviético; livros de presenças, com reuniões até o dia 23 de março; telegramas de censura à ação política do Ministro Oliveira Brito; livros sobre guerrilhas, fitas cinematográficas, flâmulas, cartazes alusivos às lutas de classe etc.

Em 1964, Harildo Déda fez vestibular para a Escola de Teatro da UFBA, mas foi expulso antes de frequentar, por ter pertencido ao CPC.

> Com a expulsão e a impossibilidade de continuar em Salvador, resolvi fugir. Pode ter sido covardia de minha parte, mas fugi com dois companheiros até perto do município de Alagoinhas, mas não podíamos ficar juntos. Foi um dos dias mais tristes da minha vida quando vi os dois tomarem um trem para São Paulo e eu fui para Aracaju. Terminei o curso de Letras, com proficiência em Inglês, mas tinha que me sustentar e fui trabalhar na carteira de câmbio do Banco Freire Silveira. Depois, vim para um estágio no Banco da Bahia em Salvador. Foi quando meu pai, Paulo Silveira Déda, me disse: “Você tem que responder o inquérito, seu nome tá no Globo”. Vim a Salvador responder o inquérito, não fui torturado, mas a tortura psicológica foi firme. Tem umas coisas engraçadas nessa história, depois que passa. Você é instruído a saber quem é que você conhecia, quem cumprimenta e quem não cumprimenta.

Harildo Déda, que foi ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) sem nunca ter militado, diz que “esse depoimento é totalmente emocional e não tem muita política; é o depoimento de um ator que passou por isso”.

Em 1966, consegue se matricular na Escola de Teatro da UFBA e em 68 ensaia a peça *Biedermann e os Incendiários*, de Max Frisch, sob a direção de Alberto D’Aversa. No dia 13/12/68 sai o AI-5 e a peça estava prevista para estrear no dia 18 do mesmo mês. O diretor da Escola de Teatro, Antônio Barros, “queria que a gente se autocensurasse”, mas o elenco, formado por alunos e professores da escola, nós fincamos pé e dissemos:

> Não, a peça vai sair como nós ensaiamos. Foi uma das primeiras coisas de resistência dentro da Escola de Teatro com relação à ditadura. É aí quando começa a Censura às artes, principalmente ao teatro.

Em 1970, Harildo termina o curso e é contratado para ser ator da Escola de Teatro, e depois passa a ensinar na própria instituição.

> Sofremos muito com a Censura. Era uma tortura preparar um espetáculo durante dois meses, ter o ensaio para a Censura no dia da estreia, e o censor podia dizer que não, o espetáculo não passava e a produção toda se acabava aí.

Ele também estava presente na apresentação de *As Senhoritas* no Teatro Castro Alves, quando todos foram presos, elenco e plateia. Recebeu uma bolsa para os Estados Unidos para fazer um mestrado, mas o MEC não autorizou a viagem. Teve que pedir demissão da Escola de Teatro, conseguiu fazer o mestrado, voltou e foi recontratado pela Escola de Teatro. Além de ensinar na Escola de Teatro, trabalhou como ator no teatro Vila Velha de 1972 a 78, com o grupo do Teatro Livre da Bahia, que foi um grupo de resistência à Censura com o teatro de cordel, teatro popular. “Em 1976, montamos a peça *La Revolution*, de Isaac Chocron, que depois tivemos que mudar o nome para *Gracias a la vida*; não podíamos montar com aquele nome”.

4.1.7 Boca do Inferno e Lula mete Bronca

"O teatro sempre foi uma forma d’agente se manifestar contra o que achava pertinente para o bem de todos. Humanizar mais o mundo e nos espetáculos lutávamos por isso. Vivíamos sob o autoritarismo e éramos contra essa forma de governo", afirmou Deolindo Checcucci, dramaturgo e diretor teatral, em entrevista concedida a Francisco Ribeiro Neto, em 30/09/2014. Disse ainda:

> Se por um lado havia o autoritarismo, hoje existe a ausência de autoridade, uma ausência de limites e crise de autoridade. O prazer é regra absoluta. Hoje, é o consumismo que mantém a nossa sociedade, não há mais o nós, e sim ego, ego, ego.

Deolindo montou cerca de 60 peças. A peça *Lula Mete Bronca*, texto de Deolindo, foi proibida pela Censura, em 1975, de ser encenada no ICBA. Era um questionamento sobre drogas e política entre dois jovens. Um não gostava de política e se drogava direto, enquanto o outro era exatamente o contrário. Ele hoje não gosta mais do texto, nem tem mais cópia, "acho que o censor me fez um favor".

Deolindo dirigiu em 1979 a peça *Boca do Inferno*, adaptação de Cleise Mendes, sobre a vida de Gregório de Matos. “A peça sofreu cortes, mas nas montagens íamos acrescentando os cortes. Quando o censor voltava para ver o espetáculo, não tinha mais ideia do que tinha cortado".

Em Feira de Santana, a 108 km de Salvador, entre 67 e 68, fazia teatro amador e pintava. Fez um quadro que tinha um gorila com uma frase no peito dizendo: "Quem manda sou eu". "A Polícia começou a me procurar. Fiquei escondido por três meses na clínica de Dr. Hamilton Safira, no município de Serrinha, até que as coisas esfriassem". Deolindo conta também que chegou a ser revistado pela Polícia na entrada do Teatro Vila Velha.

4.1.8 Peça proibida reativa movimento estudantil

A proibição da apresentação da peça teatral *Aventuras e Desventuras de um Estudante,* de Carlos Sarno, pelo Grupo Amador de Teatro Estudantil da Bahia (Gateb), no Colégio

Central, em maio de 1966, desencadeou uma série de protestos que culminaram com uma greve geral dos estudantes secundaristas e logo depois dos universitários, transformando Salvador numa verdadeira praça de guerra e de protestos diários.

O Gateb pertencia ao Grupo de Divulgação Artística (GDA), que coordenava ainda o Grupo de Artes Plásticas, Grupo de Poesias e Grupo de Música, todos sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A peça *Aventuras e Desventuras de um Estudante* é uma obra que narra as atribulações de um interiorano que vem estudar na capital e se defronta com questões como a burocracia e o autoritarismo do colégio. A peça, em linguagem de cordel, aborda temas como liberdade, democracia, auto-organização estudantil e fortalecimento do grêmio. A seguir, alguns trechos da fala do estudante e do narrador na primeira cena da peça:

> Eu sou do interior / vim do norte da Bahia / Prá aprender no Colégio / e tomar sabedoria. Estudante é este / somos todos um pouco dele / que vem do Interior / mas ele não é só ele / são todos os estudantes / que daqui mesmo ou de fora / vem buscar a esperança / de ter na vida melhora. Num país analfabeto / quem sabe ler é um rei / e como quem ri não chora / quem não estuda, trabalha/ essa é a lei. Mas um grande engano / todo o mundo se engana / é que o estudo é uma coisa / e o ensino outro fulano. É pra mostrar como acontece / a vida do estudante, / essa que levamos, / é que passamos adiante. [...]

O diretor do Colégio Central, Walter Reuter, após examinar a peça, em maio de 1966, proibiu sua encenação. Em resposta, o Grupo de Teatro organizou-se e foi às salas denunciando tal arbitrariedade, com o objetivo de receber adesão para os protestos que estavam por acontecer. Todos os grupos do GDA apoiaram uma greve no Colégio Central, que reivindicava, principalmente, a reconsideração da proibição da peça, garantias de liberdade cultural, funcionamento do grêmio e de suas atividades culturais, a substituição de Walter Reuter e, por fim, a anulação da expulsão e proibição de estudar em escola pública dos sete colegas do Gateb: Carlos Sarno, Jurema Augusta Ribeiro Valença, Ruth de Brito Lemos, Alexandrina Luz Conceição, Zoroastro Pena Santana, Nemésio Garcia e Francisco Ribeiro Neto.

Os estudantes secundaristas em greve saíram em passeata pelo centro da cidade em junho de 1966, constituindo-se a primeira grande manifestação estudantil contra o governo estadual. A proibição da peça desencadeou uma série de protestos em solidariedade aos estudantes do Central, em outros estabelecimentos de ensino secundário e universitário. Nessa ocasião, 32 intelectuais assinaram um manifesto em favor dos estudantes e da encenação da peça de Carlos Sarno, dentre eles, personalidades como Jorge Amado, Walter da Silveira, Vivaldo Costa Lima e João Ubaldo Ribeiro. Houve uma tentativa de exibição da peça no Restaurante Universitário da Universidade Federal da Bahia, mas assim que a encenação foi iniciada, num palco improvisado sobre mesas, a Polícia invadiu o RU promovendo prisões e espancamentos.

O abade do Mosteiro de São Bento, Dom Timóteo Amoroso Anastácio, ofereceu espaço para a encenação da peça teatral, a qual, porém, não se realizou, em decorrência da ameaça de invasão do Mosteiro de São Bento, insinuada pela VI Região Militar, caso ela fosse de fato apresentada ao público.

A historiadora Sandra Regina Barbosa da Silva Souza (2013, p.48) conclui:

> [...] o saldo dessa mobilização em torno da peça *Aventuras e Desventuras de um Estudante* foi a reorganização do Movimento Estudantil na Bahia, após a repressão e desmantelamento ocasionado pelo golpe de 1964. Teria sido, por conseguinte, a primeira ação repressiva do Governo Militar contra os estudantes, importante para a consolidação desse movimento. Ainda no ano de 1966, no mês de setembro, os estudantes baianos organizaram novas greves e o governador Lomanto Júnior novamente proibiu as manifestações.No embate nas ruas, a polícia atentou, violentamente, contra os estudantes que, em sua maioria, eram adolescentes de 16 e 17 anos. Não obstante essa violência empreendida pelo Estado, o movimento estudantil ganhou mais união e saiu fortalecido [...]

4.1.9 O censor vai ao teatro

Durante a ditadura, era comum os órgãos de segurança enviarem agentes para assistir shows de compositores considerados “subversivos” e depois fazerem um relatório. No ofício intitulado “Informação” o inspetor de Polícia Federal Eduardo Henrique de Almeida encaminha para o superintendente regional do Departamento de Polícia Federal as informações sobre o show *Encontro,* de Chico Buarque de Holanda e Caetano Veloso no Teatro Castro Alves, em novembro de 1972:

> I - Informo que no dia 11 do corrente (sábado), encontrava-me nesta Delegacia, tirando serviço de inspetor de dia, quando compareceu a esta dependência o Superintendente em exercício, Dr. ARY GUIMARÃES DE ALMEIDA, juntamente com o Major CASALES e o Coronel JUAREZ, da Aeronáutica. Pelo último foi dito que ao assistir, no dia anterior, ao show de CHICO BUARQUE DE HOLANDA e CAETANO VELOSO, no Teatro Castro Alves, presenciou durante a referida apresentação cenas que feriam a moral das famílias ali presentes, bem como atitudes do Sr. CAETANO VELOSO que de certa forma indispôs o público contra as autoridades presentes. Em síntese, foram feitas as seguintes observações:
>
> 1 – Apresentação de CAETANO VELOSO como um homossexual, pintado de baton e com trejeitos afeminados;
>
> 2 – Apresentação de uma música “ANA”, de Chico Buarque de Holanda, na qual existem termos imorais – “sacana”. Etc;
>
> 3 – Apresentação de uma Senhora, convidada de Caetano Veloso, que cantou samba de roda, no qual fazia referência aos olhos e os artistas presentes colocavam as mãos nos olhos, boca, idem, as mãos na boca e finalmente dizia no “lelê, lalá” e os artistas colocavam as mãos no sexo;
>
> 4 – No final do show, Caetano Veloso chamou o público para o palco dizendo que “o teatro é do povo”. Conforme o relato ainda do Coronel JUAREZ, dezenas de pessoas subiram no palco, colocando a estrutura do mesmo em perigo, e com isso foi necessário a intervenção de bombeiros, os quais foram vaiados após ter Caetano Veloso dito: “É, o teatro não é do povo”.

> II – DA MISSÃO Diante do exposto, o Dr. ARY G. ALMEIDA incumbiu-me no sentido de ir ao teatro e com toda prudência, haja visto a existência de milhares de pessoas na plateia, tentar evitar que os fatos da véspera se repetissem.
>
> III – DA EXECUÇÃO Desta forma, fui ao teatro e lá encontrei-me com a técnica de censura desta Superintendência e em companhia dela fomos aos camarins,onde esta autoridade manteve contato pessoal com CAETANO VELOSO, tendo este declarado que o tal do "lelê-lalá" é folclore do recôncavo e não via maldade. Não obstante o folclore, proibimos a canção. No tocante aos bombeiros o mesmo artista disse que não tivera aquela intenção para com as autoridades e sim para com a administração do teatro que "está sempre criando caso". Em seguida, estivemos com CHICO BUARQUE DE HOLANDA e ao perguntarmos da música ANA, foi ele taxativo, junto com seu empresário, ao afirmar que a música está liberada e no programa. De acordo com a orientação da chefia, não proibi a execução da referida, pois na dúvida, não poderia impedir algo que se liberado, efetivamente poderia causar problemas à administração.
>
> IV – DO SHOW Após as restrições, o show iniciou-se e podemos observar, quanto a CAETANO VELOSO: a) Trejeitos homossexuais: a música do folclore Lelê- lalá não foi cantada; não chamou ninguém ao palco; quando no final começaram a subir no palco, pulou para a plateia. Foi acatado das instruções e notou-se respeito à censura, embora dissesse que é contrário; quanto a CHICO BUARQUE:
>
> a) postura masculina normal;
>
> b) entretanto, ao final do show cantou "APESAR DE VOCÊ", de modo qual gritante, notando-se grande empolgação.
>
> V – CONCLUSÃO
>
> Notamos colocados junto ao palco estava um grupo de homossexuais, hippies e cabeludos, que pareciam contratados do grupo dos artistas, e foram exatamente eles que invadiram o palco e, após o encerramento do espetáculo, cantaram "APESAR DE VOCÊ", no qual não foram acompanhados pelos demais espectadores. Já em Belo Horizonte, onde estive lotado na SR/MG, acompanhava as provocações de CHICO BUARQUE DE HOLANDA, sempre desrespeitando as determinações da censura com a relação a "APESAR DE VOCÊ" – ora dá os acordes, ora diz a letra, e finalmente sábado cantou a toda força. A nosso ver, s.m.j., é necessário que se coloque um fim nestes episódios que somente desgastam as autoridades. Este é o relatório. (Anexo 17 p. 455 e 456).

A técnica de Censura Maria Helena Guerreiro da Cruz, que acompanhou o inspetor Eduardo Henrique de Almeida ao show de Chico Buarque e Caetano Veloso no dia 11 de novembro de 1972, no Teatro Castro Alves, também fez seu relato ao chefe da Turma de Censura de Diversões Públicas, da Delegacia Regional da Polícia Federal, em ofício datado de 13 de novembro de 1972. Ela repete algumas informações do inspetor Eduardo Henrique e acrescenta:

> No decorrer do espetáculo fui surpreendida com a apresentação, pelo MPB-4, da música “DEDOL”, desde quando a referida música traz em seu bojo conteúdo ironizante da figura alcunhada de “DEDO DURO”. É bom que se diga que esta música constava do script que nos foi apresentado como liberada; também nesta TCDP nada consta no que se refere à sua proibição. “No final do espetáculo, CHICO BUARQUE cantou a música “APESAR DE VOCÊ”, não constante do roteiro previamente apresentado na TCDP, e que tem sua letra PROIBIDA pela CENSURA FEDERAL. “O cantor foi acompanhado por um grupo de espectadores; houve a invasão do palco pelo povo, provocando um pequeno carnaval, e CAETANO VELOSO, em vista da aparição de um policial, fez com que o povo descesse sem que percebesse, fazendo-o em primeiro lugar. Podemos concluir, dentro daquilo que presenciamos, que a única parte contrária à Legislação de Censura, em vigor, foi a apresentação da música “APESAR DE VOCÊ”, pelo cantor CHICO BUARQUE DE HOLANDA. (Anexo 18 p. 457).

O chefe da Turma de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal, Augusto de Albuquerque Silva, em ofício enviado ao Chefe de Gabinete da Delegacia Regional da Bahia, datado de 13/11/1972 também fala da “visita” ao show de Chico e Caetano, afirmando ao final:

> Ressalte-se, diante da grave denúncia contida no relatório da Técnica de Censura, o seguinte: No último show apresentado, em Salvador (1971), pelo cantor Chico Buarque que tinha como título “Apesar de você”, foi expressamente o citado compositor notificado por esta TCDP da proibição de cantar a letra de sua autoria, de título acima. Justamente agora, na sua volta à Bahia, ele infringe a proibição da Censura Federal, numa inequívoca provocação. (Anexo 19 p. 458).

4.2 Música: Prisões e Censura

4.2.1 Prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil

No dia 23 de dezembro de 1968, Caetano Veloso e Gilberto Gil são presos em São Paulo e depois levados para o Rio de Janeiro. Caetano Veloso descreve assim seu primeiro contato com os militares:

> [...] A própria homogeneidade da roupa dá aos militares uma aparência (e não só aparência) de entidade extra-humana. Estávamos no prédio do antigo Ministério da Guerra, sede do I Exército, bem no centro do Rio, ao lado da estação de trens da Central do Brasil, na Avenida Presidente Vargas [...]. (VELOSO, 1997, p. 355).

A falta de interrogatório e o silêncio dos policiais atormentavam Caetano Veloso (1997, p. 371):

> [...] Um aparelho repressor tão confuso, sem mandado de prisão, sem interrogatório e com tantas polícias envolvidas, produzia a sensação de que tínhamos sido atirados num inferno de que os solavancos no escuro e

> as curvas fechadas ao som do grito dolorido mas impiedoso da sirene eram apenas um indício. Em breve, com efeito, se multiplicariam no Brasil os casos de desaparecidos, e cada vez um número maior de pais de família teriam seus filhos em situação semelhante à nossa, ou bem pior [...]

Finalmente, Caetano obtém uma explicação:

> [...] o major entrou no que deveria ser a justificativa formal para eu estar preso: o episódio, na Boate Sucata, envolvendo a obra de Hélio Oiticica, que homenageava o bandido Cara de Cavalo com a inscrição "SEJA MARGINAL, SEJA HERÓI. O tal juiz de direito terminou conseguindo suspender o show e interditar a boate [...] (VELOSO, 1997, p. 396).

Caetano Veloso descreve assim a sua chegada a Salvador, após quase dois meses de prisão:

> [...] O chefe da Polícia Federal carioca nos levou para a delegacia central da organização em Salvador e nos entregou à responsabilidade de um coronel Luís Artur, chefe da PF na Bahia. Este, depois que o seu colega saiu, nos fez algumas perguntas sobre a passeata dos 100 mil, mostrando-nos fotografias de jornais em que aparecíamos entre os manifestantes, e nos confessou seu desconforto com o fato de nos ter recebido diretamente das mãos da maior autoridade da PF do Rio, que viera pessoalmente, pois eles não queriam um só papel oficializando nossa situação. [...] Antes que saíssemos, pediu que assinássemos num livro grande, informando-nos que estávamos terminantemente proibidos de deixar a Cidade do Salvador e que tínhamos de nos apresentar a ele diariamente, caso contrário voltaríamos para o xadrez. Confinamento era a palavra que ele usava para diferençar o regime de prisão a que passávamos a nos submeter daquele ao qual estivéramos submetidos até então [...] A imprensa, sob censura cerrada, não podia sequer sugerir que Gil e eu estávamos nessa situação excepcional [...] (VELOSO, 1997, p. 408 e 416).

Depois de um show no Teatro Castro Alves com Gilberto Gil em 20/07/1969, os dois são "convidados" a deixar o Brasil:

> [...] A Polícia Federal se incumbiu de pôr em ordem nossos papéis o mais rápido possível para que viajássemos [...]
>
> [...] "Em breve os policiais nos estavam conduzindo para o interior do avião que nos levaria para a Europa e um deles me disse: "Não volte nunca mais. Se pensar em voltar, venha se entregar logo que chegue para nos poupar trabalho [...] (VELOSO, 1997, p. 419 e 420).

Gilberto Gil, no documentário *Canções do Exílio,* fala da sua prisão e de um sargento que lhe levou um violão:

> [...] Ficamos em celas coletivas. Caetano, numa; eu, em outra, em que estavam Antônio Callado, Ferreira Gullar, Perfeito Fortuna. Num dia desses, fomos chamados ao pátio do quartel onde, diante de um pequeno grupo de soldados e oficiais, nos rasparam as cabeças – a de Caetano e a minha. Tínhamos cabelos grandes naquela época. Era um dos símbolos

> da rebeldia juvenil. Fizeram questão de raspar nossas cabeças. Diziam algo como “Vamos cortar esses cabelos! Cabelo comprido… coisa horrorosa!”. Cortaram o de Caetano. Depois, cortaram o meu. Nós estávamos, ali, muito abatidos moralmente. Ao retornar à cela, ainda sob aquela sensação de humilhação, eu me lembro de Antônio Callado me dizendo: “Não se abata! Você é um menino maravilhoso! Cortar os cabelos de vocês não significa nada! Não vão conseguir nada fazendo isso!”. Tentava nos dar uma injeção de ânimo. Antônio Callado foi o primeiro a se manifestar, mas os outros também, como Ferreira Gullar. Todos os outros nos confortaram e nos animaram muito naquele momento. Havia muita aflição, muita ansiedade em relação ao que pudesse nos acontecer: uma sensação permanente de sobressalto diante daquilo tudo. Eu não via como encontrar, em mim mesmo, energia para brigar ou para gritar ou para reclamar do fato [...].
>
> [...] Ali, na prisão, o sargento Juarez, um mulato muito refinado, muito cortês e muito sereno, numa conversa comigo, na cela, me perguntou se eu gostaria de ter um violão. Eu disse que gostaria, mas estranhei a existência da possibilidade. E ele: “Não! Eu trago um violão para você! Tenho um violão em casa, muito simples, que posso trazer”. Dito e feito: ele me trouxe um violão – que ficou comigo na cela e com o qual eu tocava, cantava e fiz quatro músicas. Uma foi *Futurível*. A outra foi *Cérebro Eletrônico.* Fiz *Vitrines* – que também vim a gravar no disco que fiz logo que em seguida à saída da prisão. E uma quarta música – de que me esqueci completamente. Perdeu-se. Uma noite, me chamaram: o comandante da guarda me perguntou se eu gostaria de cantar para a tropa. Eu disse que sim. Tinham me visto com o violão ali. Permitiram,todos, que o violão ficasse comigo. O comandante reuniu a tropa depois do jantar, no pátio do quartel. E cantei várias canções, como *Domingo no Parque* – que havia sido premiada com o segundo lugar no festival de música. Era o meu carro-chefe. Cantei *Procissão* e outras canções do meu primeiro disco. Isso aconteceu depois de quase um mês de cárcere [...]. (MORAES NETO, 2011).

4.2.2 Mais letras censuradas

As alegações de ordem moral para se censurar, em Salvador, as letras de música submetidas à Censura são frequentes durante a ditadura militar. O forró *Minha Vizinha*, de Hermenegildo José Rodrigues, não é liberado pela técnica de Censura Maria Helena Guerreiro, que dá o seguinte parecer:

> Opino pela não liberação em virtude do emprego malicioso da palavra “bochecha” nos versos: Está com a bochecha um tanto crescida E como está a bochecha dela. (Anexo 20 p. 459 e 460).

A confirmação da proibição era feita pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas, em Brasília. Outra letra censurada foi de *Macaquinho,* marcha de Edvaldo dos Santos, que dizia:

> Eu tenho um macaquinho
> O bichinho adora comer cru
> Quando não acha
> Vira borracha
> Ou imita cururu [...]

O técnico de Censura Severino Ernesto de Souza diz no parecer 06/76, de 08/07/1976:

> Opino pela rejeição da letra musical acima descrita, pela cacofonia intencional que, cantada, poderá obviamente ter duplo sentido: "o bichinho adora comer cru (2º verso da 1ª estrofe) e "vai ficar comendo cru" (refrão)". (Parecer enviado ao chefe do SCDP na Bahia, José Augusto Costa). (Anexo 21 p. 461 e 462).

Já o parecer 08/76, de 26/07/1976, do técnico de Censura Arivaldo Mendonça de Carvalho, confunde a rigidez cadavérica com a rigidez sexual ao proibir a música *Se*, de Manoel Messias Santiago, que dizia:

> Mulher
> Tens aí teu homem
> Pronto enrijecido
> Discreto opaco
> Já sem peraltices
> Enxuga as mãos
> E o agasalha aos pés
> Com o mesmo pano
> Nega teu sal
> Ao pranto de o perderes
> Um morto é um morto [...]

Este é o parecer 08/76:

> Opino pelo veto da letra, por conter ofensa ao decoro público, de acordo com o Art. 41, letra A, do Decreto 20.493/46, uma vez que no seu terceiro verso a palavra "enrijecido" deixa dupla interpretação de sentido (parecer enviado ao chefe do SCDP, José Augusto Costa). (Anexo 22 p. 463 e 464)

A letra de Fred Matos para a música *Cara d'anjo*, que também foi proibida pela Censura, dizia:

> Cara d'anjo
> Olhos d'água
> Santo guia
> Santo gôzo [...]
> Goza santa Olhos d'água
> Puro anjo
> [...]

O técnico de Censura Severino Ernesto de Souza diz, em seu parecer de 05/07/1976:

> Opino pela rejeição da letra musical acima mencionada em razão do sentido inconveniente da frase "goza santa", por duas vezes repetida, considerando-se para tanto o termo "santo gozo", empregado no final do 1º verso em complemento com a ambiguidade um tanto obscena do

> sentido de todo o 2º verso" (Parecer enviado ao chefe do SCDP, José Augusto Costa). (Anexo 23 p. 465 e 466).

Dizer que *Tio Patinhas* "não passa de uma galinha" foi considerado "ofensa explícita" pela Censura. Vejam a letra da música *Elegia a Tio Patinhas*, de José Alberto Morais Silva:

> Venha, moço
> Que não tem mais não
> Hei de lembrar
> O sangue lá da zona
> Norte e sul do Vietnã
> Venha, moço
> Que não tem mais não
> Hei de lembrar
> Os dias e as bombas que caíram
> Na terra dos outros, nos olhos dos outros
> É refresco
> Venha, moço
> Que não tem mais não
> Desse Tio Patinhas
> Nunca acho graça
> E pra mim ele não passa de uma galinha
> [...]

Este é o parecer do técnico de Censura Severino Ernesto de Souza, de 16/06/1976:

> Pela rejeição da letra pelo fato da mesma conter mensagem que pode prejudicar a cordialidade das relações com outros povos, com alusões veladas à intervenção norte americana no Vietnã (1º e 2º versos) e com ofensa explícita ao *Tio Patinhas*, aqui significando os EEUU (3º verso). Dessa forma, a presente letra é vetada com base no art. 41, letra E. do Decreto 20. 493/46. (Parecer enviado ao chefe do SCDP, José Augusto Costa). (Anexo 24 p. 467 e 468).

É do mesmo técnico de Censura Severino Ernesto de Souza o parecer datado de 09/07/1976, proibindo a letra da música *Nós e a Utopia*, de José Benedito Fonteles, cuja letra é a seguinte:

> O nosso sonho um dia
> Não vai ser só utopia
> Vou poder passear
> Onde é proibido estacionar
> Eles vão me agredir
> Porque eu não sou mais aquele
> Que usava uma gravata
> E me odiava no espelho
> Pois a minha carteira
> Cheia de identidades
> Já não mais se identifica
> Com meu reflexo no espelho
> Já não sou mais peça
> Da engrenagem deles.

Este é o parecer do técnico da Censura:

> Opino pela rejeição da presente letra musical pela sua mensagem negativa e por suscitar possíveis implicações com as nossas instituições e regime social, contendo, ainda, incitamento à irresponsabilidade total. (Parecer enviado ao chefe do SCDP, José Augusto Costa). (Anexo 25 p. 469 e 470).

Outra letra censurada foi da música *Questão de Afeto*, de Manoel Messias Santiago, que dizia no final:

> [...] É um estado imperialista
> Mas o meu não é nenhum país
> Subdesenvolvido entregue
> Ou conformista.

O parecer 07/76, do técnico de Censura Arivaldo Mendonça de Carvalho, de 26/07/1976, diz o seguinte:

> Opino pelo veto da letra por conter incitamento contra o regime vigente, de acordo com o Art. 41, letra d, do Decreto nº 20.493/46, uma vez que em sua última estrofe faz essa referência de maneira veemente. (Parecer enviado ao chefe do SCDP, José Augusto Costa). (Anexo 26 p. 471 e 472)

O compositor baiano Fábio Paes contou, em entrevista a Francisco Ribeiro Neto no dia 25/7/2014, que sua música *América Neblina* - uma homenagem a Salvador Allende, deposto em setembro de 1973 - feita em parceria com Raimundo Monte Santo, A. Moreira e Olavo, dizia na terceira estrofe:

> [...]
> A terra está brilhando
> Você sumindo
> Sua memória ficando
> Folha caída com vida
> Flutuando com vida
> Renascendo em todo lugar
> Dando luz em todo lugar.

Segundo Fábio Paes, a Censura cortou apenas o último verso, “Dando luz em todo lugar”. Após a queda da Censura, ele acrescentou essa estrofe à música:

> América, América Neblina ê
> Astecas, Incas, Maias e Tupis
> Canudos, Palmares e Malês
> América Neblina, América Neblina ê
> Andina, Victor Jara e Martí
> Cantiga das Crianças Guaranis
> América Neblina, América Neblina
> América onde um dia eu nasci, América
> Eu te quero ver feliz, eu te quero ver feliz
> Um dia

Fábio Paes contou ainda que foi convidado por Gianfrancesco Guarnieri para fazer a trilha sonora, juntamente com Raimundo Monte Santo, de uma peça sobre a revolta de Canudos. Revelou também que Guarnieri foi pressionado a não continuar com o projeto porque o

texto não iria passar pela Censura, considerando que Canudos “era uma questão de segurança nacional”. A música *Realismo Fantástico*, de Jorge Portugal, Raimundo Sodré e Roberto Mendes, dizia numa estrofe:

> Quando a república de Vargas comovia
> E o cinema mudo dava muito o que falar
> A gente num Fla x Flu já se distribuía
> Já misturava coca-cola e guaraná
> No streap-tease da eterna fantasia
> Verás que um filho teu não foge à luta
> Tudo por culpa de uma certa calmaria
> Mas valeria a pena a gente acreditar.

O compositor e cantor Raimundo Sodré, em entrevista a Francisco Ribeiro Neto em 07/10/2014, conta que levou a letra da música à Polícia Federal em Salvador, em 1975, e a Censura Federal mandou substituir a frase "Verás que um filho teu não foge à luta". Sodré gravou a música colocando a frase "o dia-a-dia é de luto e de luta" no lugar da frase do Hino Nacional censurada.

Outro episódio contado por ele refere-se à música *Temperamento Latino*, também na década de 70 e em parceria com Jorge Portugal e Roberto Mendes. No verso que dizia "Tomando cuba à saúde do Brasil", referência à bebida "cuba libre" (rum com coca-cola), Raimundo Sodré foi obrigado pela Censura a substituir a palavra "cuba", muito perigosa para a época, segundo a repressão. E o jeito foi trocar "cuba" por "cana". Veja a letra de "Temperamento Latino":

> Latinamente a gente diz very well
> Mesmo que a zorra não vá lá muito bem
> Nesse dá-se um jeito
> Trancamos no peito
> Uma amargura mais amarga que o fel
> Nas mãos vazias o vazio desse amor
> Mortos sem sepultura bocas sem mel
> Calmo e satisfeito
> Nosso olhar sem jeito
> Procura discos voadores no céu
> Enquanto a coisa não descamba
> Eu faço samba
> Pra não dizer que não falei dos cem mil
> Enquanto o povão se deslumbra eu danço rumba
> Tomando cuba à saúde do Brasil.

4.2.3 A mosca na sopa da ditadura

O cantor e compositor Raul Seixas também teve problemas com a Censura. Foi preso e obrigado a sair do país. Paulo dos Santos (2007, p. 74) afirma:

> Raul Seixas, durante as décadas de 1970 e 1980, gravou mais de 20 álbuns e cerca de 300 músicas, tendo algumas delas censuradas até 1988, ano em que foi promulgada a Constituição que decretaria o fim da

> Censura no país. Em algumas entrevistas, o cantor contabilizou 18 músicas censuradas, mas em outras dizia serem 11[...]

Raul Seixas enfrentou problemas também com a música *Óculos Escuros* (SANTOS, 2007, p. 103), que dizia:

> Esta noite eu tive um sonho, eu queria me matar
> Tudo tá a mesma coisa, cada coisa em seu lugar
> Com dois galos, a galinha não tem tempo de chocar
> Tanto pé na nossa frente que não sabe como andar
> Quem não tem colírio, usa óculos escuro
> Quem não tem papel, dá recado pelo muro
> Quem não tem presente, se conforma com o futuro.

Sobre *Óculos Escuros*, diz o parecer nº 10107/73, do Departamento de Censura de Diversões Públicas, do Departamento de Polícia Federal, Brasília: "[...] mensagem: negativa, induz flagrantemente ao descontentamento e insatisfação no que tange ao regime vigente e incita a uma nova ideologia, contrária aos interesses nacionais [...]" (SANTOS, 2007 p. 104).

Quando aumenta o sucesso de Raul, vem a sua prisão:

> O ano de 1974 se tornou importante na carreira artística de Raul Seixas. Foi nele que o artista estourou com o sucesso do álbum "Gita", superando o anterior, Krig-há Bandolo!, mas foi nele também que Raul teve problemas com a Polícia Federal, sendo preso, torturado e autoexilado nos Estados Unidos em virtude da divulgação dos ideais da Sociedade Alternativa no Brasil" (SANTOS, 2007, p. 118).

A prisão em maio de 1974, quando os policiais queriam saber "quem eram os integrantes da Sociedade Alternativa", é assim narrada pelo próprio Raul Seixas:

> Até hoje não sei realmente qual foi o motivo. Mas veio uma ordem de prisão do Primeiro Exército e me detiveram no Aterro do Flamengo. Me levaram para um lugar que eu não sei onde era... tinham uns cinco sujeitos... bom, eu estava... imagine a situação... eu estava com uma carapuça preta que eles me colocaram. E veio de lá mil barbaridades: choques em lugares delicados... tudo para eu poder dizer os nomes das pessoas que faziam parte da Sociedade Alternativa que, segundo eles, era um movimento revolucionário contra o governo. O que não era. Era uma coisa mais espiritual... eu preferiria dizer que tinha pacto com o demônio a dizer que tinha parte com a revolução. Então foi isso... me levaram, me escoltaram até o aeroporto" (PASSOS, apud SANTOS, 2007, p. 133).

Ele volta a ter problemas com a Censura em 1980, com a canção *Rock das Aranhas*, que dizia "eu vi duas mulheres botando aranha pra brigar". O álbum *Abre-te Sésamo* foi lançado em 1980, mas trazendo na capa uma faixa com a palavra CENSURADO e a determinação: "por determinação do Conselho Superior de Censura, decisão 29/80, a música Rock das Aranhas tem proibida sua execução em emissoras de rádio e TV".

O compositor Clementino Rodrigues, mais conhecido na Bahia como Riachão, também teve, em 1976, uma música proibida, que se chamava *Barriga Vazia*:*"Eu, de fome, vou morrer primeiro/ Você, de barriga, também vai morrer um dia".* Nos shows que realizava em

Salvador, a plateia de estudantes sempre exigia que Riachão cantasse a música, e ele o fazia, o que foi considerado pela imprensa como uma provocação do compositor aos militares.

O grupo *Os Novos Baianos* também enfrentou problemas com os militares:

> Os Novos Baianos foram representativos da cultura hippie e consecutivamente underground no Brasil. O fato de todos os integrantes do grupo desde o início morarem juntos e com o passar dos anos com suas respectivas mulheres e filhos todos unidos, como uma legítima comunidade hippie, representava para os militares um lugar subversivo, atacado pelos policiais constantemente".
>
> É importante notarmos que, mesmo sendo contra a ditadura, os Novos Baianos não abarcavam a violência para seus fins políticos. Pelo contrário, os membros do grupo buscavam uma imagem contestatória perante os militares, mas o uso de sua imagem e seus ideais sempre foram aplicados com práticas pacifistas. A luta posta em seus discursos era vivenciada sem armas,com práticas verbais e de certa forma descompromissadas. (SAGGIORATO, 2008, p. 107).

4.2.4 As duas prisões de Tom Zé

Artista nascido no interior da Bahia (Irará), em 11 de outubro de 1936, Tom Zé é internacionalmente conhecido como um dos artistas mais criativos do Brasil. Seu reconhecimento não passa, entretanto, apenas pela qualidade musical de suas produções, que desde o movimento Tropicália lhe atrai atenções, mas também pelo seu engajamento político nos anos de chumbo, contra a ditadura militar.

Antônio José, seu nome de batismo, era diretor musical do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e militante do PCB, o partidão. Como todo homem ou mulher que passou entre os anos de 1964 e 1984 engajado na derrubada desse regime político, Tom Zé guarda desagradáveis recordações de momentos de suas duas prisões, como relata em entrevista inserida no DVD *Pirulito da Ciência* (TOM ZÉ, 2010).

Sua primeira prisão foi em 1972, em São Paulo, por uma suspeita de contrabando de armas, isso por conta do seu contato com um italiano que queria editar suas músicas no país natal. Ele foi preso pela Polícia Federal e ficou detido no DOPS por uma semana, enquanto as autoridades policiais esperavam obter alguma informação sua da Bahia. Hoje ele ainda se surpreende com o que chama de "má organização da direita", sendo ele o único militante assalariado do PCB no CPC, e mesmo assim, nenhuma informação sua conseguiram. Nessa ocasião sua maior preocupação era com relação às suas irmãs Estela e Lúcia. Elas também tinham atividade na militância de esquerda, e estavam, segundo ele, no Chile sob proteção do presidente Allende. Ao estourar o golpe no país, suas irmãs que estavam com Geraldo Vandré foram refugiar-se na França. Segundo ele, sua preocupação se dava ao fato de que, sendo elas mais novas, "pegaram o tempo em que se assaltava banco", enquanto sua própria vida de universitário de esquerda teria sido "mole".

Sua segunda prisão foi em uma prisão comum, por conta de um cigarro de maconha que teriam encontrado dentro da sua frasqueira de viagem, quando policiais autorizados pela Justiça invadiram sua casa. Essa experiência, segundo o próprio Tom Zé foi bastante traumática, diferente da primeira. Nesta ocasião, ele ficou preso com outros "bandidos" e

depois foi colocado na cela dos presos políticos. Ele diz que o que viu lá, não conta pra ninguém, mas que foram coisas “feias como o diabo.” Sua saída se deu graças à ligação que Neusa, sua companheira, fez para Laerte Fernandes, editor-chefe do “Jornal da Tarde”, que falou com Erasmo Dias, secretário de Segurança de São Paulo, que o soltou. Seu maior temor era que ele só iria sair de lá denunciando alguém, pois era uma corrente de Santo Antônio, e achava que outro artista teria lhe denunciado. Pela interferência do jornal, a corrente não foi prosseguida por ele.

O que talvez seja uma das coisas mais relevantes da sua produção artística é que ele não dialogava apenas com a sociedade gritando suas denúncias da repressão, mas também com os próprios militantes aliados de luta, mais especialmente a “classe estudantil”, sobre a qual sempre se refere em entrevistas que presta hoje. Ele criticava a vaidade dos artistas que viam na censura de suas músicas uma forma de “dever cumprido”, ou dos militantes que esperavam dele um indicativo de direção política a ser obedecida.

Ele diz que a forma é mais importante que o discurso, por isso não buscava a censura por vaidade, mas buscava dialogar com os estudantes sobre a forma mais eficaz de lutar contra a ditadura. O seu álbum *Todos os Olhos* lançado em 1973 fez parte desta estratégia. Sendo um álbum politicamente engajado contra o regime, a começar pela capa, que mostra a foto de um ânus com uma bola de gude, tem o nome de uma música que representa uma sessão de tortura.

4.3 Artes plásticas

4.3.1 Artistas presos e quadros apreendidos

A II Bienal Nacional de Artes Plásticas, em dezembro de 1968, só durou até a abertura, pois no dia seguinte já estava fechada, com apreensão de trabalhos e prisão dos organizadores. O artista plástico e professor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, Juarez Paraíso, um dos principais organizadores da II BNAP, falou assim para a Comissão Estadual da Verdade – Bahia:

> A II Bienal Nacional de Artes Plásticas não foi fechada pela Polícia Federal, como se espalhou pelo Brasil afora, e sim pelo próprio Governo, receoso de maiores represálias. Foram apreendidas, como “subversivas”, por incrível que pareça, diante do estardalhaço que se fez, apenas 10 obras de um conjunto de 1.005 obras, sendo com isso toda a Bienal tachada de “comunista”, buscando-se justificar as nossas prisões.
>
> [...] Durante quase um mês da Bienal fechada, nunca houve “problemas técnicos”, como alegavam funcionários do Governo, e sim precaução e medo da repressão. A reabertura da Bienal, já sob a responsabilidade do professor Remy de Souza, só se deu por pressões da sociedade, artistas e intelectuais. A Bienal Nacional de Artes Plásticas foi “suspensa” por decreto do governador Luiz Viana Filho, o que significou, na prática, a sua lamentável extinção [...] Logo em seguida ao fechamento da II BNAP pelo próprio governador do Estado, fomos presos eu e o professor Luiz Henrique Dias Tavares, e recolhidos no 19º BC, no Cabula, onde permanecemos cerca de 30 dias.

Juarez Paraíso conta ainda detalhes da sua prisão:

> No dia seguinte à publicação do AI-5, o jornalista do *Jornal da Bahia* Anísio Félix foi à minha procura, onde estava sendo realizada a Bienal, e diante de vários artistas entrevistou-me para que eu declarasse o que achava do referido Ato Institucional. Declarei, dentre outras coisas, que se tratava de algo inconcebível, monstruoso e um verdadeiro atentado à Democracia. Logo no dia seguinte compareceram dois agentes da Polícia Federal na minha casa, Rua Aristides Ático, antiga rua do Gado, intimando-me a comparecer à sede da Polícia Federal. Interrogado pelo coronel Luiz Arthur se realmente aquelas informações eram da minha autoria, respondi que sim.
>
> O coronel Luiz Arthur, que hoje tem rua com o seu nome, declarou que o Alto Comando do Exército estava muito contrariado e já que eu confirmava o que estava escrito na entrevista ele me dava ordem de prisão e que logo eu seria conduzido para outro lugar. [...] Depois de uma longa e angustiante espera, cerca de seis horas sentado e com dormência de vários membros, fui conduzido, juntamente com outros presos e com uma escolta de soldados armados, para o quartel do 19° BC, no Cabula, cujo comandante era o coronel Irineu Fernandes. Na prisão que durou cerca de intermináveis 30 dias, vivenciei o que significa a privação da liberdade e o sentimento de impotência diante da brutalidade do poder militar. [...] Compareci escoltado ao quartel general da Mouraria para ser interrogado pelo major Bendochi Filho. O propósito era de que confessasse ter sido a Bienal um empreendimento ideologicamente comprometido e o secretário da Educação e Cultura era comunista. Tudo indicava que queriam apenas um pretexto para a prisão do secretário e do próprio governador Luiz Viana Filho, que tinha sido, inclusive, ministro no governo do general Castelo Branco. [...]

Em seu depoimento à Comissão da Verdade, Juarez Paraíso conta ainda que uma escultura sua foi vetada em uma exposição:



Foto: Haroldo Abrantes

Escultura de Juarez Paraíso vetada na Galeria Canizares em 1973

> Quando participei de uma mostra coletiva em 1973, na Galeria Cañizares, da Escola de Belas Artes, com uma maçã de grandes dimensões contendo uma vagina no seu centro, a diretora da escola comunicou-me que a Polícia Federal tinha visto a escultura e proibido a sua exposição por considerá-la indecorosa, indecente. Querendo proibir a presença da escultura na exposição e insensível aos meus protestos, a diretora designou uma comissão para avaliar a procedência da acusação da Polícia Federal. Esta comissão era composta dos professores Romano Gallefi e Antônio Pinho. A comissão concordou com a Polícia Federal concluindo que o meu trabalho era imoral, um atentado ao pudor e que não deveria ser exposto. Retruquei que se tratava de um trabalho hiper-realista e que a imoralidade estava na mente e no preconceito dos seus julgadores.
>
> Recusados os meus argumentos e a exposição da obra, os outros expositores retiraram os seus trabalhos e não houve a exposição. O fato é que a Universidade estava contaminada de agentes da Polícia Federal e as delações eram constantes. Eu mesmo fui vítima de muitas.

Juarez Paraíso falou também da prisão de mais dois artistas plásticos, Riolan Coutinho e Renato da Silveira em Salvador:

> A época das bienais era de grandes tensões políticas e de constantes repressões policiais. Riolan Coutinho, artista plástico, professor e um dos principais organizadores da I e da II Bienal Nacional de Artes Plásticas, no dia 8 de agosto, quando se dirigia a um consultório médico, transitando pela ladeira de São Bento no momento de uma passeata estudantil, foi preso e posteriormente espancado no Quartel dos Aflitos. Depois de uma madrugada de horror e intimidações, foi abandonado junto aos portões do cemitério do Campo Santo, na Federação. [...] No caso do artista plástico Renato da Silveira, pelo que me consta, houve condenação, prisão prolongada e tortura. Renato da Silveira é um intelectual e um artista extraordinário que tem atuação diferenciada desde década de 1960. O seu pioneiro trabalho artístico de realismo mágico e de denúncia política e social está em obras de inestimável valor estético. No acervo do Museu de Arte Moderna da Bahia existem excelentes pinturas de sua autoria [...].

O artista plástico Juarez Paraíso relatou também o episódio da apreensão do quadro *Coração de Jesus*, de Francisco Liberato, que participava da I Feira Baiana de Arte Moderna, na Praça da Piedade, em 1968. O artista foi a julgamento militar por causa do quadro:

> O quadro criado pela artista plástico Francisco Liberato retratando Che Guevara no lugar de Jesus Cristo, na pintura conhecida como “Coração de Jesus”, custou ao artista um prolongado e angustiante processo. Che Guevara era considerado um dos símbolos da revolução comunista de Cuba e retratá-lo era um desafio para o governo da época. Inclusive, já o Salão de Arte Moderna do Distrito Federal, Brasília, foi extinto porque na prevista quinta existência, em 1968, um grande número de artistas homenageou Che Guevara, protestando contra o seu assassinato.

> Também participei deste Salão cujos trabalhos nunca foram expostos e muito menos devolvidos.
>
> O processo contra Francisco Liberato culminou com um julgamento militar público que atravessou a madrugada, com lances dramáticos de acusação por parte de um promotor de nome Kleber, que de dedo em riste o chamava de comunista subversivo. Na contagem do julgamento do júri militar Liberato foi absolvido apenas por um voto. Certamente, um lamentável episódio carregado de sofrimento para si e para a sua família. E o quadro também não foi devolvido.

Juarez Paraíso ressaltou a importância do Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA) em Salvador, sob a direção de Roland Schaffner, por acolher os grupos de vanguarda:

> Para todos que ansiavam por novos horizontes, novas oportunidades, mas principalmente para os artistas da segunda geração de artistas modernos da Bahia, década de 60, que viveram o trauma do fechamento da Bienal da Bahia, Roland Schaffner possibilitou inúmeras oportunidades para a prática da livre expressão estética. Conquistou o nosso respeito e admiração pela sua ímpar universalidade, mas também a nossa gratidão, devido à sua coragem moral e política com que soube trazer a esperança e a reconquista da liberdade de expressão, não obstante os enfrentamentos com os órgãos de repressão local, com a estrutura diplomática alemã e com a hierarquia administrativa do Instituto Goethe.
>
> A sua presença foi capaz de promover a criação estética em todas as áreas, teatral, literária, cenográfica, das artes plásticas, cinematográfica, etc., transformando o espaço do ICBA em espaço de resistência cultural, artística e também política pela indivisibilidade de suas ações. O ICBA foi o lugar certo, pela sua espacialidade, estrutura física e administrativa e, principalmente, pela relativa imunidade diplomática que possuía, contendo, inibindo, grande parte das ações policiais e repressoras do governo.

4.3.2 Canhões diante do teatro

Outra figura expressiva que atuou nas artes plásticas da Bahia foi a arquiteta Lina Bo Bardi, que criou o Museu de Arte Moderna da Bahia (MAMB), que foi inaugurado em janeiro de 1960, no “foyer” do Teatro Castro Alves, passando a ter sua sede definitiva em 1963, no Conjunto Arquitetônico do Solar do Unhão. Juarez Paraíso lembra, em seu depoimento à CEV-BA, que, na inauguração do MAMB, “as duas exposições, *Artistas do Nordeste e Civilização do Nordeste*, explicitavam os conceitos de Lina Bo Bardi pela interação entre arte erudita e arte popular e uma forte referência cultural nordestina”. É Juarez Paraíso quem fala da saída de Lina Bo Bardi de Salvador,em 1964:

> Em completo desacordo com uma exposição organizada pelo Exército à sua revelia, nas dependências do Museu de Arte Moderna, a arquiteta Lina Bo Bardi demitiu-se,finalizando a sua prodigiosa estadia entre nós, o que significou uma perda irreparável.

A exposição dos militares no Teatro Castro Alves, em abril de 64, é assim descrita pelo arquiteto Maurício de Almeida Chagas:

> [...] Com o golpe militar de 64, o foyer do TCA é ocupado com a mostra de armas e material de propaganda tido como subversivo, supostamente apreendido das organizações de esquerda que apoiavam o presidente deposto. Ironicamente, o mesmo lócus de reunião e formação da vanguarda político-cultural baiana era invadido e transformado, violentamente, no suporte da reacionária exibição do poder que se instaurava. A escultura de Antônio Conselheiro é retirada da frente do teatro, acabando com o tenso impasse que se estabelecia com o Monumento aos Heróis de Canudos, erguido, em reação a ela, pelos militares, em 1961,em frente ao Forte de São Pedro, situado nas proximidades [...] (CHAGAS, 2014).

A arquiteta Lina Bo Bardi, no artigo *Cinco anos entre os "brancos",* afirmou:

> A VI Região Militar, pouco tempo depois de abril de 1964, ocupava o MAMB. Apresentava a Exposição didática da Subversão. Em frente ao museu os canhões da base de Amaralina. Cinco anos de trabalho duro, que revelou atitudes, covardias, defecções, velhacarias. Cinco anos também de esperanças coletivas que não serão canceladas: Walter da Silveira, Glauber Rocha, Martim Gonçalves, Noênio Spínola, Geraldo Sarno, Norberto Salles, Rômulo Almeida, Augusto Silvani, Eron de Alencar, Vivaldo Costa Lima, Sobral, Lívio Xavier, Calasans, o Brennand daqueles dias. Cinco anos entre os "brancos". (BARDI. 1967).

4.4 Dança

4.4.1 A dança na ditadura

A professora Dulce Aquino, dançarina, professora e ex-diretora da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia, redigiu este depoimento nos 50 anos do golpe de 64. Seu resumo foi publicado no jornal A Tarde de 20/3/2014. O artigo, intitulado *Momentos de reflexão e sonhos de transformação da realidade opressora*, que foi entregue por ela à Comissão Estadual da Verdade – Bahia, segue, na íntegra:

> Os últimos meses têm sido de intensa lembrança dos anos da ditadura. Lembrança de um golpe militar que mudou a trajetória histórica de uma nação, inibindo o processo democrático, cerceando os direitos constitucionais, instalando a censura, realizando perseguição e repressão a qualquer um que se posicionasse contra o regime. Esta realidade opressiva atingiu a vida de cada cidadão e teve grande impacto na produção artístico-cultural.
>
> Por vinte anos, o medo foi o sentimento que permeou o cotidiano da sociedade brasileira. Por outro lado, a revolta, a crítica e o desejo de liberdade transformavam jovens estudantes em heróis, artistas e intelectuais em símbolo da resistência e teatros e universidade em bandeiras da luta pela liberdade. De maneiras diversas, todas as linguagens artísticas foram atingidas, como a dança, a música, o teatro, as artes visuais e o cinema, e estiveram na mira dos militares. Livros, peças

de teatro, filmes e músicas foram proibidos, teatros foram invadidos, novelas de televisão tiveram capítulos cancelados, espetáculos de dança com releases e músicas censuradas.

Como professora da Universidade Federal da Bahia, pensar a dança nos 20 anos da ditadura me reporta a dois períodos, que por razões e motivos diversos fizeram a produção artística da área tomar conotações instigantes e deram à Escola de Dança da UFBA a dimensão de importante centro de excelência artística, interagindo com o seu tempo e impactando a realidade com uma abordagem inovada e criativa. Neste sentido, o primeiro momento constitui os anos que antecederam ao golpe militar de 1964, que aniquilou com a vida cultural da juventude universitária.

Durante os dois anos que antecederam ao golpe, as montagens teatrais do Centro Popular da Cultura (CPC) eram frequentadas por jovens engajados e, entre outras questões, preocupados com os grandes problemas do País, na época, que tinha como bandeira a Reforma Universitária que fazia partes das Reformas de Base do governo João Goulart. Essa juventude era a mesma que frequentava os espetáculos do Grupo de Dança Contemporânea (GDC). Ao final dos espetáculos, tanto no CPC quanto no GDC, se estabeleciam debates entre os artistas e a plateia. No GDC, análises das coreografias, do uso das músicas de Edu Lobo, Gilberto Gil, Fernando Cerqueira, ou um poema de Lorca, eram aprofundados e inseridos no contexto das utopias revolucionárias.

Assim, debatiam-se críticas e contextos estéticos da arte moderna, ressaltando a relação entre forma e conteúdo. Na Bahia, de 1956 a 1959, com Yanka Rudska, e de 1960 a 1964, com Rolf Gelewski, o trabalho produzido na Escola de Dança da UFBA tinha influência da dança moderna europeia, em especial a alemã. Esta dança, diferente do balé romântico ou do clássico apresentada nos principais centros do sul do País, se caracterizava como ruptura com as formas de composição coreográfica da dança clássica.

Essa nova expressão de dança que rompia com os dogmas da arte acadêmica tinha aderência a uma visão de mundo própria da poética revolucionária. A figura de Che Guevara, a vitória heróica de Fidel Castro, a poesia de Maiakovski, *Mãe Coragem* ou *Aquele que Diz Sim, Aquele que Diz Não*, de Brecht, eram experiências entre o real e o simbólico que permeavam o imaginário revolucionário e se constituíam em utopia da juventude.

O golpe de 1964 dispersou e acabou com a política de integração universitária por meio da dança e do teatro. O segundo momento corresponde à década de 1970. Nos anos de 1970, o governo militar chegou ao auge do endurecimento do regime, deparando com a insatisfação popular que se generalizava em todas as classes sociais. Assim, nos primeiros anos da década de 1970, enquanto ocorriam os mais aterrorizantes e perversos atos da repressão, no âmago da classe média,

da população em geral e até mesmo entre os militares, crescia a expectativa da sociedade do direito à democracia.

O Presidente Ernesto Geisel (1974- 1979), percebendo o contexto de tensão crescente, traçou metas para um governo de transição e iniciou o projeto de abertura política: lento, gradual e seguro. A decisão de Geisel de reencaminhar o Brasil a um regime democrático de forma gradual foi se configurando aos poucos, com reflexos também na política cultural. Em 1975, enquanto era noticiada a morte do jornalista Vladimir Herzog, ato de grande violência da ditadura militar, foi criada a FUNARTE, Fundação que passou a fomentar atividades artísticas no país. É importante salientar a ênfase dada por essa instituição às atividades artísticas desenvolvidas nas universidades públicas. Eram as universidades, naquele momento, verdadeiros focos, latentes de resistência ao regime autoritário, com uma juventude inquieta e uma intelectualidade ativa. Intelectualidade esta que, por sua própria natureza, era um veículo eficaz de contaminação das ideias libertárias e ameaça constante à repressão.

O apoio da FUNARTE aos projetos universitários resultou da criação da Oficina Nacional de Dança Contemporânea, proposta da Escola de Dança da UFBA a essa instituição. A Oficina, por mais de 15 anos reuniu em Salvador os mais importantes coreógrafos e dançarinos do Brasil e foi o mais significativo movimento de Dança contemporânea na Bahia, com enorme reverberação nacional e participação de grupos internacionais.

Os trabalhos coreográficos se caracterizavam, a partir das diretrizes curatoriais, como pesquisa de linguagem artística e submetido às normas da censura. O rigor da legislação vigente, contudo, pouco significa para o evento. Com apresentação em cada noite de vários grupos, os censores aceitavam a apresentação prévia do release e textos usados durante os espetáculos e dispensavam a visita in loco, em uma brecha na conduta. A pesquisa de linguagem artística na dança mais uma vez serviu como desencadeador de questões poéticas inerentes à vida e natureza humana.

Como em 64, também na Oficina criada em 1967 a juventude universitária, os intelectuais e jovens de outras comunidades encontraram na dança uma forma de pensar sua realidade e almejar transformações. Diferente de 1964, quando o único grupo profissional de dança era o Grupo de Dança Contemporânea na UFBA, em 1977 a presença de inúmeros grupos de dança com configurações cênicas diversificadas era uma rica realidade. Com profissionais egressos não só da Escola de Dança, mas de outros centros de formação, como a EBATECA e academias diversas. No mesmo ano, na Bahia, havia um número expressivo de dançarinos profissionais. A Oficina se torna nos calendários culturais baiano e nacional um momento singular e aglutinador das novas tendências coreográficas no qual as inquietações da sociedade se formatavam em dança como forma de afirmação cidadã.

A partir de 1977 e até 1992, com a realização anual das Oficinas, foi possível acompanhar a trajetória de dançarinos e coreógrafos que traziam ao Teatro Castro Alves (TCA) novas abordagens cênicas. Foi possível

assistir tanto grupo de dança formado por lavadeiras da periferia de Salvador, como montagens coreográficas dos primeiros trabalhos de Butoh criados no Brasil.

A Oficina foi criada por conta do início da abertura política, quando o governo percebeu, após a morte de Herzog, a crise de legitimidade do regime de exceção. A pressão popular levou o País em 1985 ao governo civil de Sarney. De 1977 a 1985 realizou anualmente a Oficina Nacional de Dança Contemporânea, evento que não só aglutinou dançarinos e coreógrafos preocupados com a pesquisa de linguagem artística, mas trouxe um público jovem ávido por liberdade, que encontrou naqueles espetáculos momentos de reflexão e sonhos de transformação da realidade opressora.

4.4.2 A dança na toca do lobo

A experiência da coreógrafa e professora de Dança Lia Robatto, fundadora do Grupo Experimental de Dança, com a censura é contada pela professora de Dança Lauana Vilaronga Cunha de Araújo:

> [...] Curiosamente, os espetáculos do Grupo Experimental de Dança, pela complexidade e ousadia de sua atuação em termos artísticos, estéticos e políticos, somados à aglutinação de artistas de teatro, música e artes visuais, conseguiram respeito e credibilidade dos setores governamentais, recebendo, muitas vezes, subsídios do governo estadual para suas montagens. O espetáculo *Mobilização*(1978) exemplifica esse feito. Criado para a reinauguração do Teatro Castro Alves com recursos do governo estadual, espalhou quadros cênicos pelo interior do teatro, como o de pessoas amordaçadas empunhando cartazes em branco, um artista recluso em espaço com arame farpado, dentre outras cenas (fotos abaixo) cujas leituras poderiam ir desde a reflexão sobre o próprio fazer artístico até a afronta da diretora ao regime político que a patrocinava.



A foto ao lado e as da página seguinte são do espetáculo "Mobilização", de Lia Robatto, apresentado no Teatro Castro Alves, em 1978. Fotos de Sílvio Robatto







Fotos: Silvio Robatto

> Essa situação caracteriza-se como um diferencial frente ao contexto geral de repressão e censura na Bahia. As ações militares de cerceamento da liberdade, censura, prisões e torturas em Salvador e interior da Bahia são pouco conhecidas por grande parte da população. No campo artístico, linguagens como o teatro e as artes visuais foram duramente prejudicadas com os constantes cortes aos textos teatrais e fechamento de exposições, com a destruição ou recolhimento das obras. A realidade da dança se distingue desse contexto, uma vez que sua caracterização genuinamente corporal evitou em muitos casos, a possibilidade de uma atuação severa do órgão de censura.
>
> No caso do Grupo Experimental de Dança, essa especificidade da dança possibilitou espaço de expressão para artistas de outras linguagens, bem como abordagens politizadas das artes reunidas, sem o ônus sofrido por estas, quando em suas manifestações específicas. O governo militar dialogou com a experiência estética do GED numa ambiência pouco hostil, ainda que pontuada pela vigilância cotidiana da figura do censor.
>
> A linguagem da dança articulou nuances de plasticidade ao cerco da censura, pois em sua essência, não utiliza textos verbais, dando pouca vazão a uma leitura direta de qualquer assunto. A amplitude de compreensão fornecida pelo jogo estético da dança diluía abordagens políticas em imagens poéticas. Nesse sentido, a experiência do Grupo Experimental de Dança reúne dois aspectos de relevância para o desenvolvimento da dança em Salvador: Lia Robatto demonstrou extrema sensibilidade em dialogar com as questões do seu tempo, propondo uma arte conectada com as vanguardas artísticas e com a cultura local, assim como fez uma arte engajada, sem ser panfletária, dialogando em termos pacíficos com o regime ditatorial, beneficiando-se de seus financiamentos, sem, no entanto, subjugar-se aos seus desmandos civis e ideológicos. (ARAUJO, 2010).

Para Lia Robatto, “a função perversa da censura prévia das obras de arte era coibir a expressão, provocando a autocensura na fonte, pelo próprio artista”. É o escritor e mestre em Artes Cênicas da UFBA Raimundo Matos de Leão quem cita um depoimento de Lia Robatto como forma de driblar a Censura na montagem de *Sertões*, espetáculo inspirado em Euclides da Cunha:

> Como recurso tático para evitar o corte deste trabalho pela censura, solicitei ao comando do Exército informações sobre estratégias históricas de luta armada e de combate à guerrilha, no que surpreendentemente fui atendida. Tive a coragem de me meter justamente na toca do lobo!. (LEÃO, 2009, p. 74)

E o próprio Raimundo Matos de Leão comenta:

> Usando tal artifício, Lia Robatto organiza sua coreografia expressando o tema euclidiano da luta travada em Canudos pelos seguidores de Antônio Conselheiro, matéria tabu para o Exército na época.Abordar tal tema naquele momento podia suscitar questionamentos que vinculassem a temática do espetáculo aos primeiros indícios de luta armada no país, ao

se dar o rompimento de Carlos Marighella com o Partido Comunista Brasileiro e a Aliança Libertadora Nacional (ALN). (LEÃO, 2009, p. 74).

4.5 Cinema

4.5.1 *"Manhã Cinzenta"*, um filme representativo

Um casal de estudantes segue para uma passeata onde o rapaz, um militante, lidera um comício. Eles são presos durante a manifestação, torturados na prisão e sofrem um inquérito absurdo dirigido por um robô e um cérebro eletrônico.

Este é o resumo do filme *Manhã Cinzenta*, feito pelo cineasta baiano Olney São Paulo em 1969. "Os negativos e cópias do filme foram confiscados em 1969, mas uma das cópias foi salva e permaneceu escondida por 25 anos na Cinemateca do Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro", segundo a professora Maria David Santos (2003).

Afirma ainda a professora Maria David Santos:

> O filme *Manhã Cinzenta* não foi liberado pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas, e teve a denúncia formalizada com base na ideia de que a película era altamente subversiva, pois trazia, segundo o entendimento deste órgão, uma mensagem que visava indispor o povo com as autoridades constituídas, especialmente contra os militares, segundo declaração do promotor Walter Wigderowitz, da Terceira Auditoria do Exército do Rio de Janeiro. Olney Alberto São Paulo foi incurso na Lei de Segurança Nacional. Esta, por sua vez, dava amplos poderes ao Ministério da Justiça, no que diz respeito à apreensão de livros, jornais, revistas, boletins, panfletos, filmes, fotografias ou gravação de qualquer espécie, podendo ainda, se julgada necessária, a suspensão de impressões, gravações, filmagens ou apresentações, proibição de circulação, distribuição ou venda do material em questão.
>
> Se a censura via no filme *Manhã Cinzenta* um ato de subversão, inclusive no fato de as exibições terem sido realizadas às escondidas (apenas para pessoas mais próximas, como amigos, técnicos e artistas), para Olney seu filme era "um canto desesperado ao amor e à liberdade", como declarava em entrevista ao jornal *Última Hora,* em 26 de setembro de 1969, no Rio de Janeiro.
>
> Assim, embora proibido no país pela Censura Federal, o filme foi exibido na Itália, no Festival de Pesaro, no Festival Internacional de Cinema de Viña del Mar, na Quinzena de Realizadores do Festival de Cannes, em 1970. Participa também da XIX Semana Internacional de Mannheim, conquistando o prêmio de melhor média-metragem, e é premiado no Festival de Oberhausen, na Alemanha, em 1972.
>
> Em 13 de janeiro de 1972, o Superior Tribunal Militar absolve definitivamente o cineasta das acusações de subversão da ordem, relacionadas ao filme *Manhã Cinzenta.*

Apesar da saúde debilitada, ainda realiza *O Forte*, baseado no romance de Adonias Filho, longa metragem no qual se destaca a paisagem de Salvador, tendo como um dos protagonistas o sambista e ator Monsueto Menezes, que morre durante a filmagem. O filme teve inúmeros problemas e as filmagens sofreram várias interrupções, que prejudicaram bastante a qualidade do resultado final. Com o filme *Pinto Vem Aí*, sobre o ex-deputado Francisco Pinto, ganhou o *Prêmio Jornal do Brasil*, em 1976. Olney São Paulo morreu cedo, de câncer no pulmão, aos 41 anos.



Cena do filme "Manhã Cinzenta", de Olney São Paulo

4.5.1.1 Exibido no avião sequestrado?

O filme *Manhã Cinzenta*, com duração de 22 minutos, teria sido exibido no vôo do primeiro avião brasileiro sequestrado para Cuba por membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), na manhã do dia 8 de outubro de 1969, mas o cineasta e estudioso de cinema Guido Araújo, em entrevista concedida a Francisco Ribeiro Neto, afirma que "é meio difícil comprovar: naquele primeiro sequestro, consta que o filme foi exibido durante o vôo, o que acho pouco provável. Mas é bem provável, realmente, que alguém tenha levado a cópia do filme. O certo é que esse filme era até então um filme que mais retratava aquele momento político vivido pelo Brasil, inclusive todo aquele processo de 1968, das torturas, morte do estudante no Calabouço. Em virtude disso, Olney foi levado preso, sofreu realmente muita tortura e isso marcou muito a vida dele, teve problemas sérios e inclusive a sua própria morte foi decorrente de torturas".

4.5.2 A interferência da Censura nas jornadas de cinema

Os cineastas baianos sempre enfrentaram obstáculos para se inserir no mercado cinematográfico e, devido às dificuldades encontradas aqui, partiam para o Sudeste em busca de maiores chances para realizar os seus trabalhos, vide Glauber Rocha que se transformou em um expoente do cinema nacional. Os problemas existentes foram acentuados com a ascensão da ditadura e consequentemente com a atuação de órgãos controladores da liberdade de expressão, regulamentados pela Polícia Federal através do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), adquirindo maior rigor com a edição do AI-5 em 1968. A produção de longas-metragens estava praticamente paralisada na Bahia, a solução aparentemente mais viável para rearticular a continuidade da produção era o curta-metragem, pois exigia investimentos menores ao mesmo tempo em que possibilitava o exercício de criação do seu autor. Nesse contexto, Guido Araújo cria a Jornada Baiana de Curta-Metragem em 1972. “Era o governo Médici e o movimento cinematográfico e cineclubista estava debaixo de bruta censura. Não estava acontecendo nada, até o Festival de Cinema de Brasília tinha parado. Então, a Jornada da Bahia era uma luzinha no fim do túnel”, afirma ele a Francisco Ribeiro Neto.



Cineasta Guido Araújo, em foto atual.
Imagem capturada do link: http://cadernodecinema.com.br/blog/voo-interrompido/

4.5.2.1 II Jornada

A proposta do evento animou os cineastas do país inteiro e no ano seguinte a Jornada foi ampliada, passando a se chamar II Jornada Nordestina de Curta Metragem, atraindo também a atenção da Censura Federal. De acordo com Guido Araújo, em sua entrevista, a Censura começou na Jornada, em 1973, e foi só piorando em 1974. “Eles exigiam que a

gente mostrasse todos os filmes que seriam exibidos. Pior ainda: queriam que a gente mandasse os filmes para Brasília para serem vistos lá e depois voltar". A supracitada interferência da Censura ocorreu através do veto à exibição do Super-8 baiano de Fernando Belens, intitulado *Viva o Cinema*!, bem como na imposição de um corte no filme *Espaço Vazio*, do baiano Ailton Sampaio, para que sua exibição fosse autorizada.

Fernando Belens relatou sua experiência sobre o acontecimento:

> E eu apresentei um filme que eu adoro muito, mas ele não existe mais. Foi destruído, que é o *Viva o Cinema!* É fácil te contar porque ele era muito sintético. Ele tinha *Viva o Cinema* escrito em verde e amarelo, um calendário com a data do AI-5, 13 de dezembro de 1968. Aí vinham várias fitas queimadas, pedaços de fitas, de várias tonalidades, claro, escuro, azul, preto, aquelas fitas que sobram. E no final tinha uma folhinha sem data. E aí a Polícia, a Censura pegou e levou pra... a Polícia Federal me chamou e eu tive que responder um processo... Isso também, a repressão a algo que você acha que é seu direito falar, também influiu [no processo de aproximação com o cinema] [...] Apesar de que eu morria de medo de ser torturado. Menti na Polícia, disse que não era o AI- 5, que era a festa de Santa Luzia [...] Menti adoidadamente. Eles fingiram que aceitaram, mas eles não liberaram o filme. O filme não foi exibido na Jornada, foi mandado pra Brasília e se perdeu. (BELENS apud MELO, 2009, p. 77).

4.5.2.2 III Jornada

Em 1974, na III Jornada as inscrições foram ampliadas ao âmbito nacional, mudando o nome para Jornada Brasileira de Curta-Metragem. Houve apenas uma única interferência - bastante controversa - da Censura. O filme do cineasta baiano Tuna Espinheira *Comunidade do Maciel – Há uma Gota de Sangue em Cada Poema* (documentário, 16 mm. 20 min. 1973) sofreu interdição a pedido da própria entidade que o patrocinara, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) por não concordar com a visão apresentada pelo realizador. Conforme relato de Espinheira para o blog baiano Caderno de Cinema, de autoria de Jorge Alfredo:

> O filme foi censurado, com cópia apreendida pela Polícia Federal, então sob o comando do coronel Luiz Artur de Carvalho. Em decorrência, fui intimado a comparecer na delegacia deste comando, para lá o Guido Araújo fez questão de me acompanhar. Chegando lá (Polícia Federal), após um longo tempo (chá de espera), fomos recebidos pelo citado coronel, em pessoa, com as seguintes palavras: 'O filme está censurado, pode levar a cópia, com a expressa garantia de que não será exibido, nem no festival, nem em parte alguma'. Ato contínuo, deu um tapa na lata que estava sobre a sua mesa e finalizou: 'Não tem mais conversa, estamos entendidos? Diante desta circunstância marcial, peguei a lata e fiz a única pergunta: 'Coronel, aí fora tem jornalistas, o que posso dizer a eles?' Resposta: 'Você não tem que dizer nada, mande perguntar a mim'. Na época, os jornalões do Sul Maravilha tinham sucursais em Salvador. A notícia da Censura saiu em todos os jornais, diria mesmo, com bom destaque.

4.5.2.3 IV Jornada

Em 1975, aconteceu a IV Jornada Brasileira de Curta-Metragem. Nessa edição, ocorreu o maior índice de interferência da Censura Federal, seja de modo parcial ou através da interdição total, gerando um protesto unânime dos participantes solidários com os cineastas atingidos e culminando em um documento de repúdio à ação do referido órgão, com 50 assinaturas, que foi entregue à coordenação do festival e está transcrito a seguir:

> No momento em que tantas vozes se levantam e buscam a união para defender o Cinema Brasileiro, inclusive autoridades que procuram evitar falar dos reais inimigos do nosso cinema, nós, realizadores, independentes de cinema, deixamos a vosso critério encaminhar, ou não, um voto de protesto contra a ação absurda da censura. Fazer filmes no Brasil representa para nós, que não dispomos de recursos, de meios, um esforço mais de consciência do que de informação.
>
> Alguém precisa deixar em fotogramas um documento em defesa de nossa cultura, de nosso cinema. Sendo tantos os inimigos do cinema brasileiro, torna-se urgente ao mesmo tempo a criação de um entendimento entre o realizador e o público – pois é o público o juiz de qualquer trabalho intelectual aqui e no resto do mundo. Fica, portanto, registrado o nosso protesto contra a censura e apreensão de filmes da IV Jornada - e em qualquer outra mostra, por ser desestímulo e resultado de um equívoco, quando nosso desejo é apenas e exclusivamente filmar e mostrar. A culpa da realidade ser assim ou assada, não é nossa. (TAVARES, 1978, p.55-56)

O motivo do repúdio dos cineastas foi a censura de quatro filmes previstos na programação da IV Jornada, dentre os quais o Super-8 baiano *A Conversa*, com direção coletiva de Pola Ribeiro, Francisco Maia, José Alberto e Pedro Braga Souto e também a animação baiana de Chico Liberato *Pedro Piedra* (16mm. 9’20”. 1975), que só poderia ser exibida com cortes. Segundo Pola Ribeiro, *A Conversa* foi o seu primeiro filme e o roteiro girava em torno da história de um poeta visitado por um censor, que analisava os seus escritos. A montagem alternava com um artesão armeiro trabalhando, enquanto na banda sonora era recitado o seguinte poema:

> Sr. Inspetor, preste atenção
> Fazer poemas
> É como fazer um canhão
> Como fazer um canhão e dispará-lo
> E ninguém melhor que o artesão
> Para dele fazer uso
> E bem usá-lo. (RIBEIRO, apud MELO, 2009, p.77)

O filme *A Conversa* foi confiscado até o fim da Jornada por fazer menção à existência da própria Censura. Constava na programação da IV Jornada, porém não foi exibido. Além de ser proibido, ficou preso e perdido durante muito tempo nos arquivos da Censura Federal em Brasília. Por sua vez, Alba Liberato, esposa do cineasta Chico Liberato, relatou no blog Caderno de Cinema suas lembranças acerca da censura ao filme do marido:

> *Pedro Piedra*, uma alegoria de libertação, é – segundo temos notícia – o primeiro desenho animado brasileiro a ter cena censurada. Ela mostrava o personagem se deparando com umas botas. A Censura pediu que as retirássemos. O filme foi exibido em versão integral. Mas, depois ficou detido por 24 horas na Polícia Federal. Voltou com um bilhetinho, recomendando que tirássemos as botas. Elas, porém nunca foram tiradas. Pedro cumpriu longa carreira na lei de exibição obrigatória.

A animação *Pedro Piedra* venceu na categoria 16 MM, ganhando o Prêmio Alexandre Robatto Filho, da Universidade Federal da Bahia, no valor de 3 mil cruzeiros e também o Prêmio da Bahiatursa no valor de 4 mil cruzeiros.

4.5.2.4 V Jornada

Não foram encontrados relatos de ação da Censura na V Jornada Brasileira de Curta Metragem, em 1976. Pelo que pôde ser observado, as interferências foram ficando escassas ao longo dos anos de realização das Jornadas, devido a alguns fatores, como: o fortalecimento da produção e realização de curtas-metragens, contando com o apoio da Lei do Curta e de órgãos públicos a exemplo do CONCINE, como narra Guido Araújo em entrevista:

> Felizmente, no meio dessas coisas absurdas e repressivas a gente encontra pessoas legais que quebram o galho pra gente. Foi o caso do presidente do Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), Alcino Teixeira de Mello. Ele veio várias vezes à Jornada e ficou meu amigo. Todo mês de março (a jornada era sempre em setembro), ele acertava para que eu fosse a Brasília. Lá, íamos juntos ao chefe da Censura para limpar a barra.
>
> Ele dizia que a jornada era mais independente, que os filmes não seriam exibidos em circuito comercial. Aí, o chefe da Censura em Brasília mandava que os filmes fossem vistos aqui mesmo, em Salvador. Quando havia cortes, éramos obrigados a aceitar, senão o filme não seria exibido.

4.5.2.5 VI Jornada

Nessa sexta edição da Jornada Brasileira de Curta-Metragem, em 1977, houve apenas duas interferências da Censura Federal, entre elas a imposição de um corte ao Super-8 baiano *Abílio Matou Pascoal*, de Pola Ribeiro. Como já foi citado, o cineasta havia sofrido a ação da Censura dois anos antes durante a IV Jornada, quando decidiram pela interdição de outro filme seu: *A Conversa*. Apesar dos pesares, *Abílio Matou Pascoal* foi considerado o melhor curta-metragem na bitola de Super-8mm e venceu o Prêmio Fotóptica. Por conta disso, Ribeiro ganhou um projetor Noris Norimat de luxo.

4.5.3 Guido Araújo no SNI

O nome de Guido Araújo está presente nos arquivos dos órgãos de informação do regime militar. A Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, em ofício com o carimbo de “Confidencial”, enviou em 21/10/1976 a seguinte informação ao ministro da Justiça:

> Esta Divisão tomou conhecimento de que o CLUBE DE CINEMA DA BAHIA, sob a direção do Prof. Guido Araújo, da UFBA, vem promovendo exibições cinematográficas no Instituto Cultural Brasil-Alemanha, à revelia da Censura Federal, com apoio daquela entidade cultural, apesar de advertências já realizadas pela Polícia Federal daquele Estado [...] (Anexo 27 p. 473 a 475)

Em outro documento, o Centro de Informações da Polícia Federal envia 10/08/1977 a Informação nº 03394 para o Ministério da Justiça dizendo:

> [...] 5. O nominado (Guido Araújo) ainda guarda a mesma posição anti-censura e anti-governo, exteriorizada através de suas entrevistas pela imprensa, notadamente combatendo a Censura, durante os eventos cinematográficos que participa.
>
> 6. A SR/BA, através de expedientes, advertiu reiteradas vezes o Clube de Cinema, a Fundação Cultural e a Reitoria da UFBA da necessidade de ser observada a legislação no que diz respeito à aprovação dos programas pelo SCDP.
>
> 7. No momento, só o Clube de Cinema acatou as observações da SR/BA e tem solicitado a aprovação de seus programas pelo SCDP. A UFBA, através de suas faculdades, continua permitindo a representação de peças e exibições cinematográficas sem a devida autorização do SCDP/SR/BA. (Anexo 28 p . 476 a 478).

Guido Araújo possui em seu acervo pessoal alguns certificados de censura de filmes, entre eles sobre o filme *As Actas de Marusia*, de Miguel Littín, de 1975, que conta a história verdadeira do massacre que ocorreu na cidade mineira que dá o nome do filme: em 1907 os mineiros do salitre de Marusia, no norte do Chile, organizam uma greve e são confrontados com a mais violenta repressão. O certificado de Censura libera o filme, impróprio para menores de 18 anos, com quatro cortes, que são descritos num anexo. Citamos aqui dois dos cortes:

> 3º rolo – Cortar as cenas de tortura, desde que aparecem quatro indivíduos nus, de costas, algemados à parede, com sinais de sevícias, até se mostrarem as explosões de dinamite, acompanhadas da frase: “Por que fósforos?” “4º rolo – Cortar as cenas em que se mostra uma reunião do movimento grevista, desde a fala de Gregório: “É hora de estabelecer uma forma de luta organizada”..., até a fala: “...será um movimento de soldados, estudantes e camponeses”, inclusive. (Anexo 29 p .479 e 480)

Outro certificado de Censura, de maio de 1977, refere-se ao filme *Copacabana me Engana*, de Antônio Carlos Fontoura, que o classifica como impróprio para menores de 18 anos e acrescenta dizendo:“com corte da cena de cama a partir do momento em que o rapaz é focalizado deitado sobre a mulher. Até o início da música pouco antes do rapaz rolar para o lado, na segunda parte”. (Anexo 30 p. 481)

4.5.4 O SCDP na Bahia

Entre 1977 e 1988 a Chefia do SCDP na Bahia ficou sob o encargo de Maria Helena Guerreiro. Ela era considerada flexível por ser bacharel em Direito e lidar com jovens de todas as correntes políticas. Declarou em entrevista a Francisco Ribeiro Neto que atuava

junto a três censores e que foi uma das pessoas que permaneceu mais tempo na Censura. Sobre as Jornadas de Cinema ela comenta que o seu papel era censurar apenas curtas e médias-metragens, já os longas eram incumbência da Censura em Brasília, afirmando inclusive que nunca modificaram uma decisão sua. “Estava assinado, estava assinado. Não chegava a vetar filme, às vezes até eles concordavam comigo, que a culpa era da baixa qualidade e não de Censura”.

Guido Araújo, em entrevista, citou Guerreiro em suas recordações “O pior período da Censura em Salvador foi com o censor José Augusto. Depois entrou Maria Helena Guerreiro, jovem, que liberava os filmes sem problemas em Salvador, inclusive filmes que não eram liberados em outros festivais”.

Maria Helena, na sua entrevista, diz que, às vezes, ia ver um ensaio geral de uma peça e pensava: “Se eu proibir, vai ter muito mais repercussão”. Ela justifica a sua atuação mais “liberal” na Censura por conta de suas experiências e preferências pessoais: “Sempre gostei de teatro, cinema, barzinho. Gosto de cinema, de Fellini, de Pasolini. A gente era apaixonado por Caetano Veloso. Participei de passeatas quando fiz o curso de Direito na Universidade Católica de Salvador (UCSAL), mas nunca fui militante. Eu dizia: se me baterem, eu conto logo tudo”.

Apesar da confiança garantida ao seu comando no SCDP, ela narra um breve episódio de interferência vinda de fora da Bahia:

> Não lembro o ano, mas o pessoal de Brasília me ligou dizendo: A gente tá sabendo que aí em Salvador vai ser encenada uma peça na rua, com mulheres semi-nuas. Eu respondi: o máximo que vai acontecer é o pessoal na rua gritar ‘gostosa, gostosa’. Se proibisse, chamava mais atenção.

Ela comenta também que a ordem para apreensão de jornais como *Movimento* e *Opinião* “[...] vinha de Brasília. Havia um jornal de homossexuais, não me lembro o nome, que só teve um número. Chamei o editor e disse: não faça mais o jornal. E ele: e o que vai acontecer comigo? Eu disse: não faça mais o jornal e faça de conta que nem lhe vi [...].

Segundo Guerreiro, a maior parte das proibições referia-se à pornografia. Tanto que, depois do fim da Censura, houve uma verdadeira explosão de filmes pornôs. “Quando a Censura acabou, em 1988, tinha gente que ainda ia me procurar: Me dê um documento dizendo que não tem mais Censura. E eu dizia: Se o órgão não existe mais, como posso lhe dizer?”. Aposentada desde 1994, ela complementa fazendo uma comparação com a liberdade de expressão permitida na atualidade: “O mundo muda e as coisas estão mudando. Quem faz a cabeça do povo brasileiro é a TV Globo, que está insistindo demais em homossexualismo. Não tenho nada contra, mas estão mostrando demais. Outra coisa: estão popularizando a droga mais ainda. Essas campanhas contra chamam mais atenção”.

4.5.5 A Censura na vida de Glauber Rocha

Glauber de Andrade Rocha viveu em constante litígio com a tesoura dos profissionais da Censura. Porém antes mesmo de seguir a carreira cinematográfica sofrera a intervenção do referido órgão quando, ainda adolescente, encenava poemas brasileiros junto ao *Jogralescas Teatralização Poética*, grupo que fundou com sua irmã Anecy e outros conterrâneos, como os poetas Fernando da Rocha Peres e Paulo Gil Soares, além do artista plástico Calazans Neto.

Em entrevista concedida na década de 70 ao crítico francês Michel Ciment, para a revista Positif e publicada no livro *Revolução do Cinema Novo*, Glauber comenta sobre a primeira interferência de muitas que aconteceriam em sua vida:

> No começo, nós queríamos encenar tragédias gregas, mas achamos difícil e também pouco adequado às circunstâncias. Então encenamos poemas. Era época em que o Brasil vivia uma loucura poética. Fizemos espetáculos dialogando e dramatizando poemas. Mas as representações foram suspensas pela censura". (ROCHA, 1981, p. 79).

Começou a realizar curtas-metragens e sua primeira obra intitulada *Pátio* é filmada em 1957, utilizando sobras de material de *Redenção*, de Roberto Pires (primeiro longa-metragem baiano). A partir desse momento Glauber não parou mais, afinal sua máxima era "Uma câmera na mão e uma ideia na cabeça".

Em 1960 começa a trocar correspondências com o cubano Alfredo Guevara e também a trabalhar na produção executiva de *Barravento*, dirigido por Luiz Paulino dos Santos. Após conturbações, Glauber assume a direção do filme e refaz o roteiro, finalizando as filmagens em 1961 no Rio de Janeiro. Em 1962 Glauber realizou sua primeira viagem à Europa e *Barravento* recebeu o Prêmio Opera Prima no Festival Internacional de Cinema de Karlovy Vary, na Tchecoslováquia. Enquanto isso, no Brasil, em 1963 o filme começa a apresentar problemas com a Censura por "conter mensagens subversivas de profundidade de maneira subliminar tão acintosa que chega a poder ser considerada direta"; no entanto, *Barravento* consegue a liberação para maiores de 18 anos, além dos certificados de boa qualidade e livre para exportação – somente em 1980 um corte foi indicado no segundo rolo do filme.

No dia 18 de junho de 1963, Glauber inicia as filmagens de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* no sertão da Bahia, concluídas em 02 de setembro. Em 1964, após a instauração do regime militar, o filme não enfrentou grandes problemas com a Censura, apesar de algumas desconfianças e sugestões de que a sua exibição não fosse liberada em cabines estrangeiras para não ridicularizar o país, por mostrar em demasia a pobreza brasileira. *Deus e o Diabo na Terra do Sol* é escolhido pelo Itamaraty para representar o Brasil no Festival de Cannes, junto com *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, também cinema- novista. Era a consolidação do Cinema Novo e da carreira de Glauber Rocha.

Simultaneamente com a ascensão de Glauber, crescia a atenção que lhe era dada pela Censura Federal, inclusive sendo alvo constante de estudo de um dos consultores técnicos mais recorridos, Waldemar de Souza. O consultor não perdeu tempo ao instruir os censores como se nota através de um trecho do seguinte documento encaminhado por ele ao SNI:

> SEGURANÇA NACIONAL
>
> A OPERAÇÃO "CONTATOS" de cineastas franceses ESQUERDISTAS com CINEASTAS BRASILEIROS (inocentes úteis) para DEFORMAR as conquistas da REVOLUÇÃO DE MARÇO, 1964, vem sendo comandada pelo cineasta GLAUBER ROCHA (brasileiro radicado em Paris – França). (vide reunião em Paris, agosto de 1973, com cineastas brasileiros).
>
> O CINEASTA BRASILEIRO GLAUBER ROCHA define seus objetivos com sua própria FRASE: "quando falamos em FILME POLÍTICO estamos nos referindo a qualquer COISA que ainda NÃO É... (quer dizer, AINDA NÃO É AÇÃO...), mas que PREPARA A AÇÃO". O ESQUEMA DESENVOLVIDO para a aproximação com a JUVENTUDE

> UNIVERSITÁRIA está sendo acionado dentro do Brasil (...). (SIMOES, 1999. p. 160).

Por conseguinte, o cineasta francês Jean-Luc Godard tinha vários filmes proibidos no Brasil por ser considerado “o messias do cinema moderno e subversivo” (RAMOS, 2000, p.114), e era visto como:

> ... o líder máximo dos cineastas comunistas que pretendem a desestabilização do mundo ocidental e cristão, e Glauber Rocha - seu melhor aluno -, encarado como seu principal porta-voz para a América Latina, é impedido de exibir os filmes realizados no exterior aqui no Brasil. (RAMOS, 2000. p.114)

Em novembro de 1965, Glauber foi preso num protesto contra o regime militar em frente ao Hotel Glória, no Rio de Janeiro, durante reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos). São presos com Glauber: Joaquim Pedro de Andrade, Mário Carneiro, Flávio Rangel, Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Jaime Rodrigues e Márcio Moreira Alves. *Os Oito da Glória* receberam cobertura ampla da imprensa solidária aos movimentos contestatórios, a prisão foi registrada por correspondentes estrangeiros e ganhou repercussão internacional, por fim um telegrama de protesto assinado por Truffaut, Godard, Alain Resnais, Joris Ivens e Abel Gance é enviado ao presidente Castelo Branco, que apressa a saída de Glauber da prisão. Glauber e suas obras já não eram vistos com bons olhos pela Censura, antes mesmo da militarização do órgão em 1968, como pôde se notar no episódio que envolveu a interdição do seu terceiro longa-metragem *Terra em Transe*, um ano antes do AI-5.

4.5.5.1 Terra em Transe: quando os problemas com a Censura aumentam

Diante do reconhecimento internacional do cineasta baiano, os censores viam-se de mãos atadas em alguns momentos e eram bastante cautelosos nos seus pareceres, em comparação com a censura que infringiam aos artistas de pouco renome. Sendo um dos precursores da politização e engajamento do cinema brasileiro, Glauber sintetiza suas ideias vanguardistas ao lançar em 1965 o texto - manifesto *Eztetyka da Fome:*

> O Cinema Novo não pode desenvolver-se efetivamente enquanto permanecer marginal ao processo econômico e cultural do continente latino-americano: além do mais, porque o Cinema Novo é um fenômeno dos povos novos e não uma entidade privilegiada do Brasil: onde houver um cineasta disposto a filmar a verdade, e a enfrentar os padrões hipócritas e policialescos da censura intelectual, aí haverá um germe vivo do Cinema Novo. Onde houver um cineasta disposto a enfrentar o comercialismo, a exploração, a pornografia, o tecnicismo, aí haverá um germe do Cinema Novo. Onde houver um cineasta, de qualquer idade ou de qualquer procedência, pronto a pôr seu cinema e sua profissão a serviço das causas importantes de seu tempo, aí haverá um germe do Cinema Novo. A definição é esta e por esta definição o Cinema Novo se marginaliza da indústria porque o compromisso do Cinema Industrial é com a mentira e com a exploração. (ROCHA, 1965)

Em abril de 1967, o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) sob a chefia de Romero Lago, recebeu em Brasília *Terra em Transe* para avaliação, tarefa que nenhum censor experiente considerava um prêmio na carreira.

> Lago ficou de prontidão. Sabia do material explosivo que tinha em mãos. Glauber possuía grande capacidade de aglutinação e prestígio imenso não só no Brasil como no exterior. Do outro lado, os militares estavam de olho, irritados com a desinibição e arrogância dos artistas de esquerda. Com todo o cuidado, Romero destacou um grupo de cinco censores para assisti-lo e esperou os resultados. (SIMÕES, 1999.)

Já na primeira ficha de censura, consta a não liberação do filme e a seguinte observação: "Deverá ser submetido à Comissão ligada a Direção Geral deste DPF ou a Segurança Nacional".

Na Portaria nº16/67 da SCDP, assinada por Romero Lago, estão relacionados os motivos da interdição:

> CONSIDERANDO o voto da maioria absoluta de censores federais que examinaram o filme nacional *Terra em Transe,*
>
> CONSIDERANDO o modo irreverente com que é tratada a relação da Igreja com o Estado,
>
> CONSIDERANDO o mesmo conter mensagem ideológica contrária aos padrões de valores culturais coletivamente aceitos no país, CONSIDERANDO ser a tônica do filme a prática de violência como fórmula de solução de problemas sociais,
>
> CONSIDERANDO a sequência de libertinagem e práticas lésbicas inseridas no filme, (...)
>
> RESOLVE
>
> I - Proibir a exibição em todo o território nacional do filme de Glauber Rocha, TERRA EM TRANSE.
>
> II – Determinar ao produtor mencionado no item anterior o recolhimento das restantes 9 (nove) cópias do filme em questão, na Censura Federal, ocasião em que será lavrado o completo auto de apreensão.



Cena do filme "Terra em Transe", de Glauber Rocha

A interdição do filme provocou mobilização completa, dentro e fora do Brasil principalmente porque o filme seria exibido no Festival de Cannes. O recém- criado Conselho Federal de Cultura se manifestou, a classe teatral, sindicatos, críticos e cineastas idem, na Câmara dos Deputados exigiram esclarecimentos do SCDP. Um grupo de cineastas e artistas franceses enviou um telegrama ao presidente Costa e Silva pedindo a liberação, entre eles Godard, Truffaut, Resnais, Montand, Signoret.

Em maio de 1967, o diretor-geral do DPF, coronel Florimar Campello, decide pela liberação do filme, afirmando em seu parecer tê-lo assistido em companhia do ministro da Justiça, Luiz Antônio Gama e Silva. Campello faz considerações acerca da película examinada, concluindo ser sutil a mensagem ideológica contida nela, "somente percebida por um público esclarecido e que por isso mesmo não se deixará impressionar". A proibição de *Terra em Transe* revelou-se um tiro na água, fato agravado pela liberação constrangida sob o argumento de que bastava dar um nome ao padre para evitar ofensas à Igreja, quando todos sabiam – Cannes inteira sabia! – que os motivos eram outros, de ordem política e ideológica, como foi anunciado pelas autoridades encarregadas da Segurança Pública. Os fatos provocaram irritação em ambientes militares mais 'sensíveis', que precisaram engolir uma rebelião contra as determinações oficiais e aguentar um pedido de revisão com pressões vindas até do exterior. Tudo isso representava desprestígio, perda de pulso, falta de comando para colocar a plateia em ordem unida. (SIMÕES, 1999. p. 94-95)



Cartaz do filme "Terra em Transe"

4.5.5.2 Exílio e retorno polêmico

Diante do endurecimento político de perseguição e repressão, em 1971, Glauber parte para um exílio em Nova York. Em março de 1974, a revista *Visão* publica uma carta que Glauber escreveu em Roma para Zuenir Ventura, definindo o General Golbery do Couto e Silva como "gênio da raça", e afirmando sua crença no processo de abertura política conduzido pelo novo presidente Ernesto Geisel e pelos militares. Em 1976, Glauber retorna ao Brasil fazendo declarações bombásticas bem ao seu estilo. Dizem que está louco. Que se vendeu ao regime. Mas ele observa que o problema da censura está sendo discutido na imprensa, o que, comparado ao governo anterior era um sintoma positivo. Confirma o que pensa de Geisel e Golbery e diz que olha a realidade e não se baseia em utopias. As críticas se avolumam, obrigando Paulo Emílio Salles Gomes – um dos raros críticos e pensadores que ele admira incondicionalmente - a intervir na situação: “Glauber é um profeta alado. Restaria lembrar que o profeta não tem obrigação de acertar, sua função é profetizar”. (SIMÕES, 1999. p. 194-195).

4.5.5.3 Perseguição e anistia

Paloma de Melo e Silva Rocha, filha de Glauber Rocha, ingressou em 12 de maio de 2006 junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça com o pedido de anistia e reparação econômica, que foi deferido em 26 de maio de 2010. (Anexo 31 p. 482 a 493).

No Requerimento de Anistia alega “danos pessoais, profissionais e econômicos sofridos por Glauber de Andrade Rocha, já falecido, que durante os governos militares que se sucederam desde 1964 foi alvo de perseguições políticas e investigações sistemáticas por meio de aparelhos de repressão e controle constituídos pelo Estado e, em 1970, foi “indiretamente” expulso do país, ao ter seu passaporte apreendido por policiais ou integrantes de serviços de inteligência, por ocasião de seu embarque, no aeroporto do Rio de Janeiro, para viagem profissional à Europa. Mesmo impedido de voltar ao seu país natal sob pena de ser preso por motivos políticos, continuou a ser persistentemente investigado e objeto de acusações sem fundamento de participação em movimentos políticos antipatrióticos”.

No mesmo requerimento afirma que “ao longo dos seis anos em que o diretor esteve proibido de retornar ao país, os órgãos de segurança continuaram investigando suas atividades na Europa e em outras partes do mundo, constituindo um alentado dossiê que revela a espionagem e a invasão da privacidade do anistiando durante este período”.

Observa ainda que “durante o período em que Glauber Rocha foi preso, perseguido e exilado pela ditadura instalada em 1964, os seus parentes imediatos – seus pais, Lúcia Mendes de Andrade Rocha e Adamastor Bráulio Rocha, sua filha Paloma de Melo e Silva Rocha e suas irmãs Anecy de Andrade Rocha e Ana Lúcia Mendes Rocha – eram constantemente procurados por agentes dos órgãos de segurança em busca de informações sobre o cineasta”.

Os autos do processo de anistia de Glauber Rocha fornecido pela Comissão de Anistia incluem 249 folhas contendo boletins dos órgãos de informação ligados às Forças Armadas e recortes de jornais e revistas do país e do exterior com entrevistas de Glauber Rocha. O Boletim de Informação nº 0546, do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), de 21 de setembro de 1971, diz:

“Este Centro tomou conhecimento e divulga o seguinte:

> 1 - GLAUBER ROCHA, quando de sua última viagem a LONDRES/INGLATERRA, concedeu entrevista, publicada na revista semanal *Time Out*, de 16 de julho de 1971, em anexo, na qual confirmou e ampliou suas declarações anteriores publicadas no jornal *The Times*, de 01 de julho de 1971, também em anexo, e que constituiu-se num dos mais violentos ataques feitos ao Brasil em qualquer órgão da imprensa britânica.
>
> [...] 3 – Sobre GLAUBER ROCHA consta:
>
> a – INFORMAÇÕES
>
> Foi preso em 1965, por ter vaiado o então Presidente Marechal CASTELO BRANCO, no Hotel Glória/GB.
>
> 1- Esteve na EUROPA de abril de 1969 a agosto de 1970, quando difundiu calúnias contra nosso País, tendo mandado manifesto ao "TIMES" de LONDRES, que o publicou em fevereiro de 1970; outro manifesto, também redigido por ele, falando em torturas de intelectuais brasileiros e "perseguições", foi distribuído em Londres no mesmo ano".

Um Boletim Reservado do DOPS do Rio de Janeiro, de 8 de julho de 1968, descreve assim uma passeata de artistas que teve a participação de Glauber Rocha:

> No decorrer da passeata, programada como demonstração pacífica, observou-se ostensivamente o desvio do sentido pacífico da manifestação para responderem à liberdade assegurada com epítetos como: "O Povo Armado Derruba a Ditadura"; "Abaixo a Ditadura"; "O Povo Deve se Armar"; "Você Está Sendo Explorado, Siga-nos", além de pichamentos de monumentos e obras de arte, transformando completamente a fisionomia da cidade. Tudo isso indica como responsáveis os organizadores da passeata a soldo de políticos frustrados.
>
> A opinião pública compreendeu os excessos registrados por grupos reconhecidamente interessados na desordem, como sendo subproduto importado da OLAS, em conflito com as teses preconizadas pelos militantes do Partido Comunista do Brasil, e que vem pondo em sobressalto a família brasileira, através de atos de terrorismo.
>
> Os participantes da passeata distribuíam-se entre o clero, artistas, estudantes, sindicatos, intelectuais e extremistas. Infiltrados entre a multidão, foram vistos familiares do Sr. Juscelino Kubitschek, pessoas ligadas à sociedade; elementos cassados em profusão.
>
> Alguns artistas e cantores, como FRANCISCO BUARQUE DE HOLANDA, PAULO SÉRGIO VALE, MARCOS VALE, compareceram à manifestação, ficando sentados a uma mesa, no Bar Amarelinho, bebendo cerveja. Enquanto isso, outros artistas como CARLOS VEREZA, GUTEMBERG GUARABIRA, ODETE LARA, TÔNIA CARRERO, PAULO AUTRAN, NELSON MOTA, CLÁUDIO MARZO, NARA LEÃO, NORMA BENGUEL, GLAUBER ROCHA, MÁRIO LAGO, DIAS GOMES, FLÁVIO RANGEL, OTO MARIA CARPEAUX, MARIA FERNANDA E CIRO AGUIAR davam autógrafos aos interessados, como se ali estivessem apenas para efeito de publicidade.

> Grande número de padres e freiras participou da manifestação, sendo identificados os padres JOSÉ ARTOLA, VICENTE ADAMO, GUY, JOÃO BATISTA. (Anexo 28 p. 456 a 467)

O livro *Cartas ao Mundo*, uma coletânea de cartas de Glauber Rocha organizada por Ivana Bentes, em 1997, traz uma carta enviada de Havana por ele ao ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, em 20 de novembro de 1971. E Glauber afirma na página 425:

> É natural que o Exército produza guerrilheiros marxistas e o Lamarca é o criador dessa onda anti-Caxias. O verdadeiro patrono das Forças Armadas é Tiradentes. Lamarca fugindo dum quartel com caminhões de armas e alguns cabos e sargentos deixou claro no inconsciente da cuca de seus ex-companheiros que o quente pra juventude militar deve ser Tiradentes e a caretice de Caxias só fica bem pra velhice de generais, analfabetos e coronéis grilados que venderam a alma ao Diabo pra fazer do Brasil o maior campo de concentração nazista do mundo. (Anexo 32 p. 494 a 500)



4.6 Imprensa

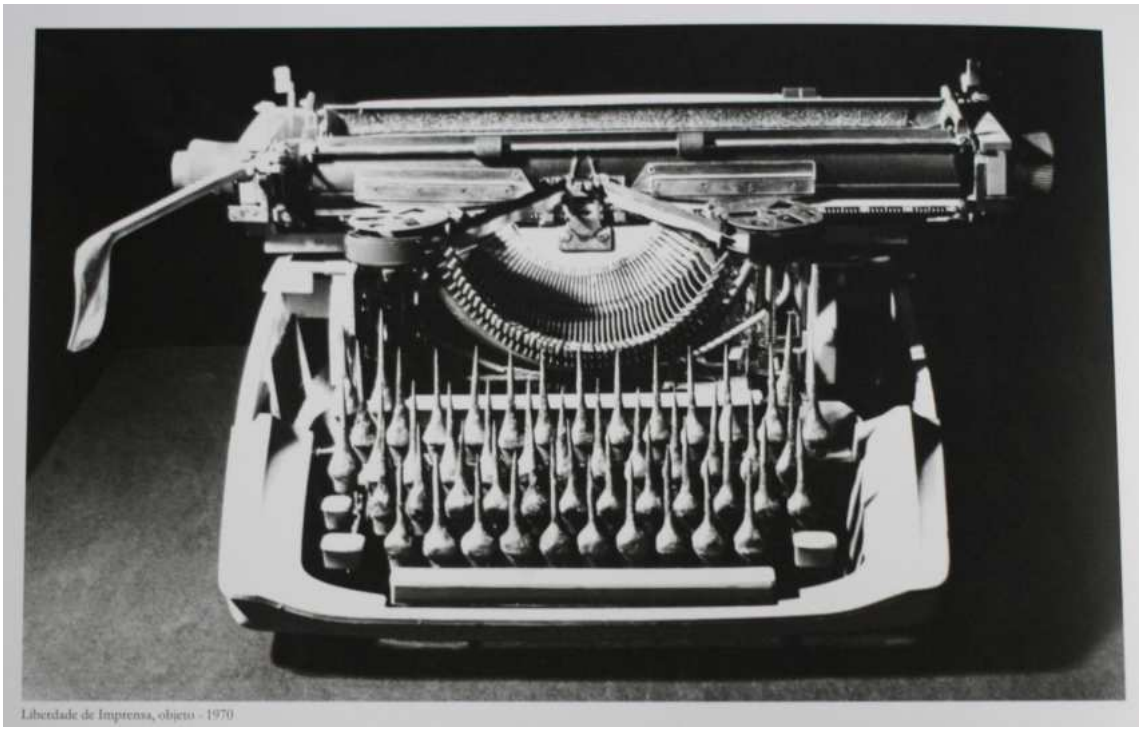


Foto: Haroldo Abrantes

"Liberdade de imprensa, objeto" – 1970 (Juarez Paraíso)

4.6.1 Jornal sai com a manchete em branco em 1964

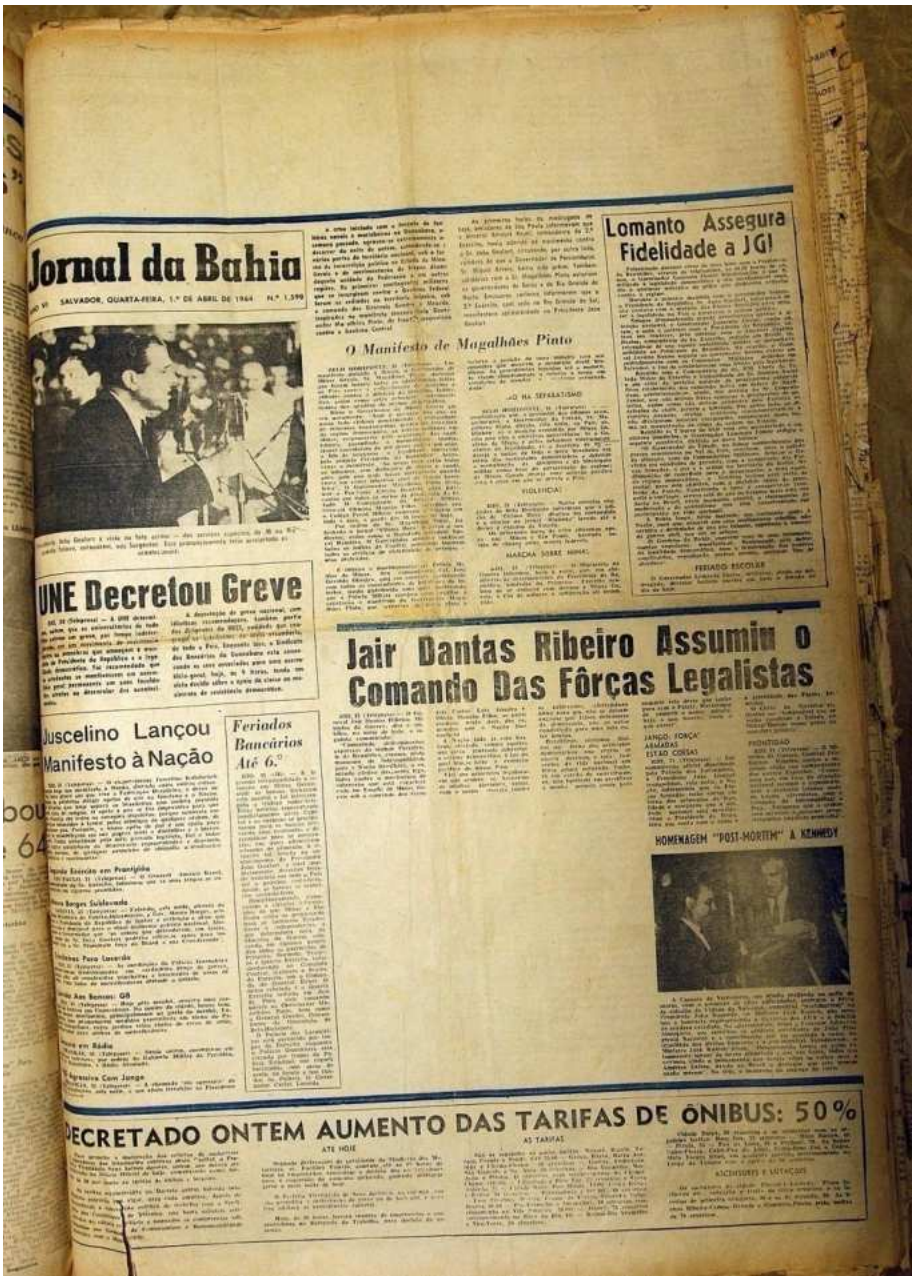
O escritor e jornalista Nelson Cerqueira, que depôs na Comissão Estadual da Verdade - Bahia no dia 29/07/2014 era o plantonista no *Jornal da Bahia* na madrugada de 1º de abril de 1964, quando foi surpreendido pela invasão de tropa do Exército na redação e oficinas do matutino. "Essa manchete não existe", disse um oficial do Exército ao ver a prova da primeira página, já montada: *Rebelião contra o governo* era a manchete sobre o golpe militar. Segundo ele, o oficial do Exército, então, ditou a manchete que deveria ser publicada: *A Nação que se salvou a si mesma do jugo comunista.*

> Nelson Cerqueira alegou que não poderia mudar a manchete porque o título proposto era muito longo e não cabia no espaço do anterior, que só tinha três palavras. "Então tira isso daí", retrucou o oficial, e o *Jornal da Bahia* foi para as bancas com o espaço da manchete em branco.

O texto relativo à manchete, que foi publicado, dizia: "A crise iniciada com o levante de fuzileiros navais e marinheiros na Guanabara, na semana passada, agravou-se extremamente no decorrer da noite de ontem, estendendo-se a vários pontos do território nacional, sob a forma de insurreição política no Estado de Minas Gerais e de movimentação de tropas dentro daquela unidade da Federação e em outras regiões".

Na mesma página, no alto à esquerda, foi publicada uma foto do presidente João Goulart com a seguinte legenda: "O presidente João Goulart é visto na foto acima - dos serviços especiais do JB no Rio - quando falava, anteontem, aos sargentos. Esse pronunciamento teria precipitado os acontecimentos".

Na mesma primeira página, outro texto foi censurado, ficando mais um espaço de três colunas (15cm x 12cm) em branco, abaixo do título "Jair Dantas Ribeiro assumiu o Comando das Forças Legalistas". Ele era o ministro da Guerra. Mais abaixo, um título menor, sem destaque, dizia: "Jango: Forças Armadas estão coesas".


Jornal da Bahia

SALVADOR, QUARTA-FEIRA, 1.º DE ABRIL DE 1964 N.º 1.590

Lomanto Assegura Fidelidade a JG!

O Manifesto de Magalhães Pinto

UNE Decretou Greve

Juscelino Lançou Manifesto à Nação

Feriados Bancários Até 6.º

Jair Dantas Ribeiro Assumiu o Comando Das Fôrças Legalistas

HOMENAGEM "POST-MORTEM" A KENNEDY

DECRETADO ONTEM AUMENTO DAS TARIFAS DE ÔNIBUS: 50%

Primeira página da edição do Jornal da Bahia de 01/04/64.

O *Jornal da Bahia* foi fundado em 1958, pelo ex-militante comunista João Falcão. Veículo progressista, ligado à esquerda, foi fortemente perseguido de 1969 a 1972 pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, que suspendeu toda a publicidade oficial, pressionou empresários para que não anunciassem e usou meios jurídicos para desmoralizar o jornal, que criou o slogan "Não deixe esta chama se apagar", obtendo o apoio da população para que não sucumbisse às dificuldades financeiras. O *Jornal da Bahia* circulou até 1994.

4.6.2 Experiência no Diário de Notícias

Nélson Cerqueira conta ainda como foi sua trajetória no *Diário de Notícias*, jornal pertencente aos Diários Associados, em Salvador:

> Me transferi do *Jornal da Bahia* para o *Diário de Notícias*. Quando teve o movimento dos estudantes em 1968, eu estava no *Diário de Notícias.* Novamente, eu sou problema, porque o *Diário de Notícias* era supostamente de direita (todos diziam), mas naquela época, mesmo quem era de direita, que era jornalista, não era militar. Então, não existia esse negócio. Existia uma trincheira, a mídia era uma trincheira. Existia a mídia mais pra esquerda, menos pra esquerda, mais pro centro... mas não tinha... a não ser talvez um jornal que fosse fascista mesmo.
>
> O *Diário de Notícias* não era fascista. Aí teve um movimento na Praça da Sé e "nego" quebrou a cabeça dos estudantes. Não sei se se lembram, passaram um pau e quebraram a cabeça dos estudantes, sangue jorrou e era Cavalcante o fotógrafo do jornal. Ele chegou na redação com uma porrada de fotografia incrível. O redator chefe do *Diário de Notícias* era Clementino Heitor de Carvalho, está vivo, mora para o lado de Paulo Afonso e escreveu no *A Tarde* até recentemente. As matérias chegaram lá – cada matéria explosiva contra o massacre aos estudantes – e eu diagramei a primeira página do *Diário de Notícias* daquele dia. Meu irmão, o que eu botei de fotografia com gente sangrando... você pode pegar o *Diário de Notícias* da época.
>
> O coronel Luiz Arthur (não sei se era coronel não época) entrou lá, gerou problema,a 6ª Região Militar veio, me acusaram porque tinha colocado as fotografias... [eu] "Não, eu só fiz diagramar...". Porque você tem que jogar um pouco de inocência nesse negócio. Se você não joga de inocência, você vai preso rápido.
>
> Aí comecei a ser acompanhado diariamente por dois sujeitos: todo lugar que ia, eles estavam atrás de mim. Eu já conhecia os caras, que eram minha sombra. Não sei se viram um filme chamado *Mente Brilhante*, que o cara tem esquizofrenia e tem a sombra que vai atrás dele o tempo todo. Pois é. Tinha essa esquizofrenia aí. Eu ia tomar café e os dois estavam lá atrás de mim. Lembro que fui visitar Edson Argolo, o pai de Edson e ele tinham sido presos. Eu fui visitá-lo na Base Naval, onde foi preso político. Fui visitar e os caras foram atrás de mim! Eu visitando o prisioneiro lá... isso deve ter contado ponto como o diabo a meu favor... [risos] Eu estava sentindo que não tinha espaço, estava literalmente vigiado.

4.6.3 "O último a sair apague a luz"

Nélson Cerqueira descreve aqui a sua saída do país:

> Aí eu concorri a uma bolsa da Aliança Francesa e ganhei. Adivinha o que eu fiz? Fui para a França, me piquei do Brasil. Na época havia aquele negócio *Brasil: ame-o ou deixe-o*, que era uma cópia deslavada daquele negócio de Nixon, *American: love it or leave it*. O Brasil copiou literalmente. Me lembro que estava no aeroporto do Galeão no Rio para ir

para Paris e no sanitário havia uma frase grande: *o último a sair apague a luz*. Essa frase correu em vários outros espaços e virou uma frase comum, mas me lembro da frase.

Fui para a França e fui estudar na Faculdade de Nanterre. Fui aluno de um cara espetacular: Pierre Salamar, um economista de terceiro mundo, um cara maravilhoso. Aí fiquei lá, me abrigando, fiquei dois anos na França, de 1968 a 1970. Em 1970 daí da França e fui para a Alemanha – ganhei uma bolsa do Goethe Institut (estudava alemão na época), e fui para Munique de 70 a 72. Aí em 73 voltei para o Brasil. Fiquei fora do jornalismo.

Vale dizer uma coisa: quando estava na França e Alemanha, tive um padrinho exótico, que foi o diretor do *Diário de Notícias*, que era Odorico Tavares. Ele pagou meu salário de jornalista na Bahia (fiquei recebendo meu salário de jornalista) enquanto estava na Europa. E toda matéria que vinha da França e depois da Alemanha aparecia 'do correspondente Nelson Cerqueira'. Eu nunca mandei uma linha. Nunca escrevi nada, nunca mandei uma linha, mas aquelas matérias internacionais que vinham no 'bip bip bip' do Telex... por discrição, como tinha um cara lá, botavam 'do correspondente Nelson Cerqueira'. Então, virei jornalista correspondente sem nunca ter escrito uma linha.

Durante meu período na Alemanha, trabalhei num jornal alemão chamado *Zie Deutsche Zeitung*como assessor para assuntos latino americanos. Era ótimo, não precisava aparecer, todas as informações o jornal publicava, mas estava livre porque de repente os caras podiam... *[pergunta inaudível]* Munique Ocidental. Estive na Alemanha Oriental duas vezes quando estava na Alemanha, porque fui com... estudei na faculdade de Munique, na *Ludwig Maximilians Universität*, estudei filosofia, com um cara chamado *Curtis Johansen. E*sse cara era um pensador marxista que era apaixonado por Glauber Rocha, e ele ia dar um curso livre na Universidade de Berlim. Ele me chamou, “você não quer ser meu assistente nesse curso não?”. Eu disse claro. Fui ser assistente dele na Universidade Livre de Berlim. E cheguei lá (é uma coisa curiosa) e dei um curso sobre o Nordeste do Brasil. Eu nordestino, nascido no Irará... só pode falar de sertão. Fui dar um curso sobre sertão.

Como o Curtis Johansen gostava muito de Glauber Rocha, eu desenhei meu curso sobre o sertão com um filme de Glauber Rocha. Eu mostrava o filme e gerava a discussão a partir do filme de Glauber Rocha. Só que um fenômeno interessante: na Alemanha, os filmes são todos dublados, não tem legenda. Então, os cangaceiros do Glauber Rocha falavam alemão melhor de que eu. Um alemão bonito danado, o meu é arranhado. Em 73 voltei para o Brasil, fiquei fora esse hiato de tempo.

4.6.3.1 O retorno

O jornalista Nélson Cerqueira faz aqui um relato do seu retorno ao Brasil:

Quando voltei, em 73 pouca coisa tinha mudado no País. O País continuava sob pressão, os militares continuavam aí, as pessoas continuavam sendo perseguidas e morrendo... eu cheguei por Recife na volta. Na volta que saltei do avião, a PF me pegou. Quer dizer, os caras já sabiam que ia chegar naquele avião, naquela hora, rapaz! O cara me pegou no aeroporto e abriu minha mala. Eu tinha uns cartazes... os alemães tinham muito aquele negócio chamado *plakat,* um negócio de uns cartazes. E tinham cartazes de Rosa Luxemburgo, imagina... o cara pegou

aquela parafernália de material e disse “você está voltando pela porta errada!”. Me lembro da frase. Aí confiscou meus cartazes. Aquilo me deu uma tristeza... coletei aqueles cartazes com tanto amor e o cara levou, fiquei muito triste.

Voltei para o *Diário de Notícias*, fui para a reportagem. Teve um fenômeno importante. O Heraldo Matos (Clementino tinha saído do jornal, não me lembro a razão) tinha sido nomeado editor chefe do jornal, continua vivo também, irmão do Florisvaldo Matos. Heraldo muito jovem e fiquei com Heraldo na secretaria. Voltou toda a carga. Nessa época, em 73 (antes deveria ser igual, mas estou narrando aquilo que vivi), recebíamos todo dia de noite da Polícia Federal uma lista de tópicos que eram proibidos de serem divulgados. Recebíamos a lista num bilhetinho com tudo que era proibido divulgar.

Aí fiquei esse tempo como secretário, depois Heraldo, por coincidência, ganhou a bolsa pra estudar na França e foi embora. Como era o secretário da redação, me promoveram a redator chefe. Era Paulo Nacif o diretor do jornal, que fez o memorando me nomeando redator chefe e colocou no mural. Tinha um cara lá chamado Valfrido Gerard Reis (que a memória e Deus o ajude), mas esse cara não era muito confiável, parece que ele era ligado ao governo de ACM (Antônio Carlos Magalhães) era olheiro de ACM lá dentro, tinha alguma coisa assim.

Me lembro que quando virei redator chefe passei a viver um lado do jornalismo que nunca imaginei que existia. Que era esse lado de receber o bilhete da censura. Não podia nada! Não tinha quase nada que pudesse publicar. Me lembro que desses tem um curioso, que gostaria de narrar pra vocês, e dentro da lista de proibido de divulgar tinha “é proibido divulgar que a Câmara de Vereadores de Chorrochó negou o título de cidadão honorário a Garrastazu Médici”. A Câmara houvera negado, imagino eu, pois estava na lista, o título de cidadão honorário ao Médici. Então, eu só fiquei sabendo porque veio no bilhete, senão, não ia saber nunca. Então, o redator chefe do jornal era um sujeito sacrificado, sabia de tudo: morreram 4, morreram 10, mataram Vladimir Herzog... o cara sabia de tudo, mas não podia divulgar. Então, isso, você há de convir, é *Mente Brilhante*, é esquizofrenia. Você fica naquele lugar meio louco.

Eu fiquei na redação até 1975, 2 anos. Em 1975 concorri a uma bolsa da Fullbright para estudar nos Estados Unidos. Tinham 280 candidatos e 10 bolsas. Eu disse “uma é minha, as outras nove não quero saber de quem é, mas uma é minha!”. E eu briguei por essa bolsa, mesmo. E por incrível que pareça, os americanos, apesar do meu passado, das minhas coisas estranhas, me deram a bolsa e fui estudar nos Estados Unidos. Pra vocês terem uma ideia, o que é mais curioso ainda é que em 64 estudava russo no CEAO, que foi fechado pelos militares.

Quando cheguei nos Estados Unidos, estudei russo no verão, tinham um programa que eles fechavam um prédio todo – era a Rússia, só se falava russo no prédio. Eu estudei russo 7 anos seguidos pago pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. E aqui não podia ter um curso de russo. Quer dizer, o Brasil era mais anticomunista que o próprio

Estados Unidos. É uma piada. Bom, mas eu fiquei... concorri à bolsa dos Estados Unidos e fui embora, mas no período em que estava aqui teve um fato que gostaria de narrar. Fiquei nos Estados Unidos de 1975 a 1986, 11 anos. Eu fiz mestrado e doutorado na Universidade de Indiana nos Estados Unidos.

O que interessa aqui é mais esse fato dos meus momentos finais no jornalismo baiano e meus momentos finais de relacionamento com a censura da ditadura. O coronel... Estive na PF várias vezes. Além do bilhetinho, tinham as chamadas visitas. Você era chamado lá para explicar alguma coisa. Eu sempre falei mais ou menos bem, jeitoso, ia lá.

Mas também fui chamado na governadoria por ACM duas vezes, porque ele tinha pedido para o *Diário de Notícias* noticiar matéria sobre ele na primeira página. Ele queria estar na primeira página todos os dias. E eu fui conversar com ele para convencê-lo de que ele estar na primeira página era ruim pra ele, porque a imagem ficava desgastada, tal... queria preservar meu espaço. Ele disse “não, cabeleira (tinha o cabelo grande), tudo bem, você tem razão, vou rever isso aqui”. Aqui está minha fotinha da época, com esse cabelo longo, essa barba de Rasputin... era o próprio terrorista ambulante. Aí “tudo bem...”, mas mandou dizer a Paulo Nacif, mandou o recado de que eu tinha que dar a matéria. E esse cara, Geraldo Reis, ele supervisionava, se tinha ou não a matéria do governador antes de o jornal sair. Então, você tinha uma segunda influência de censura no Diário de Notícias.

4.6.3.2 A demissão

Nélson Cerqueira conta como foi demitido do *Diário de Notícias:*

Bom, quando foi (não me lembro a data da morte), mas no dia da morte de Lamarca (eu estava no jornal ainda, era redator-chefe) eu recebi o comunicado, o bilhete da PF dizendo o título padrão, para todos os jornais: “Lamarca morre em tiroteio”. Todos os jornais deram o mesmo título, podem consultar. Mas aconteceu que essa notícia chegou primeiro no jornal *A Tarde* devido ao horário; saiu primeiro a manchete lá grandona. Porque a matéria dizia o seguinte: “Lamarca morre em tiroteio (título em 8 colunas – ainda dizia como devia sair publicado.

Antigamente tinham as coluninhas, que eram na página toda)”. Aí o *A Tarde* publicou, foi o primeiro, e o Estado da Bahia: “Lamarca morre em tiroteio”, manchete em cima. Só que em jornalismo, quando alguém já deu a matéria, a matéria é fria. Geralmente você dá a mesma matéria, mas não dá o mesmo destaque. Isso é uma técnica de jornalismo. Pra mim, dar o título “Lamarca morre em tiroteio” já era uma ferida enorme. Mas como *A Tarde e Estado da Bahia* já tinham dado em cima, eu não precisava dar em cima. Meu raciocínio de jornalista. Aconteceu que nessa noite, quando no outro dia o jornal ia sair, teve um outro fenômeno: Aldo Moro, primeiro ministro da Itália, pediu o fim do bloqueio de Cuba naquela noite. Fim do bloqueio à Cuba era uma matéria espetacular, era uma matéria

> bombástica. Aí dei em cima “Fim do bloqueio a Cuba”. E na dobra do jornal, embaixo, onde não aparece logo tinha “Lamarca morre em tiroteio” (8 colunas). Tchau, Nelson Cerqueira. O Coronel Luiz Arthur mandou me demitir da chefia do jornal. [...]
>
> [...] Aí o jornal me demitiu, pagou meu FGTS e acabou minha vida de jornalista. Então, minha saída para os Estados Unidos foi providencial, eu não tinha mais espaço, eu era jornalista. Era formado em Letras pela UFBA, me formei em filosofia antes, mas eu não tinha nenhum espaço pra mim em lugar nenhum. Aí fui me embora e esse é meu último capítulo da censura que eu vivi no jornalismo. Saí com a morte de Lamarca - o jornal existe, na dobra do jornal, para o meu orgulho e minha vitória. Posso ter sido derrotado numa porrada de coisas, mas em algumas coisas saí vitorioso, dentro da minha perspectiva (cada um tem a sua perspectiva). Às vezes você está até derrotado, mas você acha que ganhou. Então, meus amigos, esse é meu relato.

4.6.4 Jornal da Bahia: perseguição sistemática

O ex-redator-chefe do Jornal da Bahia, jornalista João Carlos Teixeira Gomes (Joca) disse que “após o golpe de 1964 houve o bloqueio da capacidade de você expressar seu pensamento” e ressaltou que “foi uma época trágica, da qual não se pode esquecer”.

Ao depor na Comissão Estadual da Verdade - Bahia, Joca recordou a “perseguição sistemática” que o *Jornal da Bahia* sofreu de Antônio Carlos Magalhães, “o preposto da ditadura militar na Bahia”.

João Carlos Teixeira Gomes enfrentou uma guerra travada por Antônio Carlos Magalhães contra o *Jornal da Bahia*, com a intenção de destruir o veículo. A luta de seis anos, que teve início em 1969, pós-Ato Institucional nº 5, colocou “Joca” no banco dos réus de um tribunal militar. O jornalista ressaltou em seu depoimento:

> O “Toninho Malvadeza” foi um apelido muito justo para Antônio Carlos, porque ele foi um tirano cruel. Costumo dizer que o Jornal da Bahia resistiu o mesmo tempo de duração da Segunda Guerra Mundial: seis anos de luta diuturna. O jornal foi até o fim, mas eu paguei o pato. Em 1972, Antônio Carlos entrou com um processo contra mim com base na Lei de Segurança Nacional. Eu seu perfeitamente o que é opressão, o que é bloqueio da consciência jornalística, o desejo da tirania de reprimir a liberdade e de, como instrumento de dominação da sociedade, instituir a tortura.

Em seu depoimento, Joca lembrou as diversas fases da Censura à imprensa durante a ditadura militar:

> Primeiro, foram soldados do Exército com metralhadora dentro do *Jornal da Bahia*, quando censuraram a manchete do jornal na madrugada de 1º de abril de 1964, depois veio a figura do censor na Redação e finalmente as proibições chegavam em tirinhas de papel enviadas pela Polícia Federal, O jornal foi, desde o início, pessimamente visto pela comunidade militar da Bahia porque éramos a favor das reformas de base.

Em janeiro de 2001, João Carlos Teixeira Gomes lançou o livro *Memórias das Trevas – Uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães*, que vendeu 25 mil exemplares em apenas seis dias.

“Levei quatro anos sem conseguir publicar o livro, pela covardia de editoras brasileira”, disse Joca.

Na época do lançamento do livro, revelou, em entrevista à revista “ISTOÉ”, edição nº 1634, de 24/01/2001, que ACM “foi criado e nutrido pela ditadura, velho perseguidor de desafetos, jornalistas e jornais”.

Na mesma entrevista, descreveu assim *Memórias das Trevas:*

> Canalizei para o livro a traumática experiência de quem enfrentou ACM durante seis anos consecutivos, de 1969 a 1975, quando ele, então prefeito de Salvador e governador da Bahia - biônico em ambos os casos - tentou esmagar o *Jornal da Bahia*, do qual eu era redator-chefe, e me lançar na cadeia, usando a Lei de Segurança Nacional. Ele queria ser meu carrasco. Não conseguiu. Resisti até o fim e o derrotei.

Membro da Academia de Letras da Bahia, João Carlos Teixeira Gomes escreveu ainda três livros de poesias, ensaios literários sobre Camões e Gregório de Matos, o *Boca do Inferno*, e uma biografia do cineasta Glauber Rocha.

4.6.5 O repórter e o general

Leandro Fortes lamenta a falta de documentação oficial sobre censura na introdução de sua monografia *A Censura na Imprensa baiana durante o Ato Institucional nº 5:*

> Não há qualquer documento à disposição de pesquisadores e curiosos na Polícia Federal que, por sinal, demonstrou indisfarçada má vontade em trazer de novo à baila o problema da censura. Igualmente na 6ª. Região Militar não se encontram documentos ou arquivos e mesmo a Associação Baiana de Imprensa (ABI), com quem deveriam estar, possui apenas poucos livros que nem enfocam diretamente a questão. (FORTES, 1989, p. 6)

Adiante, Leandro Fortes descreve a entrevista de um repórter com o comandante da 6ª. Região Militar:

> No dia 1º de abril de 1964, ao repórter José Olympio da Rocha, de *O Estado da Bahia*, vespertino ligado aos Diários Associados de Assis Chateaubriand, chegou uma pauta urgente às 7:00 horas: entrevistar o General Manuel Pereira, conhecido como Manelão, comandante da 6ª. Região Militar.
>
> Deslocando-se rapidamente do Palácio da rua Carlos Gomes, onde funcionava o jornal, até a Mouraria, onde se situa o Quartel General da 6ª. RM, cumpriu o protocolo, deixando suas credenciais com o oficial-de-dia e se encaminhou ao gabinete do General Manelão, um homem fechado, pouco chegado a gracinhas e temido na corporação. “Cheguei ao quartel com as perguntas na ponta da língua”, lembra, hoje, o jornalista. Naquele momento, a censura já havia alcançado os meios de comunicação, mesmo assim, vinham notícias de que o Governador do Rio Grande do

> Sul, Leonel Brizola, resistia ao Golpe e parte do Exército se mantinha fiel ao presidente deposto, João Goulart.
>
> Ao postar-se diante do General Manoel Pereira, José Olympio da Rocha teria sua primeira amostra de como a Imprensa seria tratada dali para frente: o militar estava com a camisa aberta, gravata frouxa, pistola no coldre e, como recorda Olympio,visivelmente cansado pela noite insone. Apesar de seus trinta anos, o repórter ouviu do General: "o que você quer saber, menino?
>
> Depois de identificar-se como representante dos Associados, José Olympio quis saber se a 6ª RM estava com as forças do Exército que garantiam a permanência de Jango. "O quê?", bradou o General, afirmando, logo depois, que o Exército estava coeso com o Marechal Castelo Branco e o General Olímpio Mourão.
>
> "Voltei para a redação, reproduzi as palavras de Manelão e, daí em diante, as coisas se sucederam como todo mundo sabe", relata José Olympio, ainda hoje na atividade" (FORTES, 1989, p. 11-12).

Ele comenta ainda no seu trabalho:

> Quando veio o AI-5, o frágil jornalismo baiano foi definitivamente calado. Os jornais passaram a publicar somente a versão oficial dos fatos – já ostensivamente controlados pela Censura Federal – e os editoriais, já insossos, transmudaram-se em paródia, caricatura do que deveria ser o texto de um jornalista verdadeiro. (FORTES, 1989, p. 18).

Leandro Fortes ressalta a decisão do jornal *A Tarde* de suspender os comentários editoriais após a publicação do AI-5:

> Para se ter uma ideia, a única reação merecedora de realce foi justamente a do jornal *A Tarde,* empresa notoriamente conservadora e de linha governista: em 16 de dezembro, nota de autoria de Jorge Calmon avisava aos leitores que estaria retirando seus comentários editoriais, assim como a seção de noticiário político, por conta das restrições que a Censura estava impondo ao jornal. (FORTES, 1989, p. 20).

Sob o título *Os comentários de A Tarde*, o jornal publicou a nota em 16 de dezembro de 1968, na primeira página:

> As limitações que as novas circunstâncias no país trazem ao exercício da opinião levam *A Tarde* a suspender a publicação dos seus comentários editoriais, bem como a secção de noticiário político, que havia sido restabelecido em 1945, quando foi restaurada a liberdade de imprensa.
>
> O ato de altivez do redator-chefe de *A Tarde* valeu-lhe uma ameaça de prisão e um "convite" para comparecer, no mesmo dia da edição, ao Quartel-General da 6ª RM, na Mouraria. Lá, Jorge Calmon ouviu do General-Comandante que "não havia necessidade de se ter publicado aquela nota". Afirma o jornalista que tentou argumentar que a Imprensa não poderia opinar sem que a liberdade fosse mantida. Mas não sensibilizou o militar. "Foi apenas uma queixa porque a nota doeu, mas não houve nenhum constrangimento", esclarece". (FORTES, 1989, p. 20).

> Com a edição do Ato Institucional nº 5, o poder de censura aos meios de comunicação passou às mãos da Polícia Federal. Na Bahia, esse poder tinha um nome: o Coronel Luiz Arthur de Carvalho, um homem considerado gentil, por seus interlocutores, mas que, por diversas ocasiões, foi denunciado como torturador por presos políticos do regime de 64. O Coronel era o repassador das ordens emanadas de Brasília, não se podendo, porém, excluir a hipótese de que tenha exercido, muitas vezes, ele próprio, sua censura pessoal e local.
>
> Geralmente, as ordens de censura eram levadas à redação por agentes da Polícia Federal. Inicialmente, em protocolos, timbrados e assinados por Luiz Arthur de Carvalho. Era ele, frequentemente, quem telefonava. Vinha à redação, conversava com jornalistas e fazia cumprir suas ordens. (FORTES, 1989, p. 11-12).
>
> Na primeira fase, como já se disse, as proibições, devidamente protocoladas, vinham em papel timbrado e exigiam a assinatura dos editores na redação. O que ficava, porém, no jornal, era apenas a ordem censória depois que alguém, firmando recibo, atestasse a ciência da proibição.
>
> "Era um protocolo covarde, eles não deixavam a impressão digital do censor, não tínhamos nenhuma assinatura que pudesse provar, no futuro, que tínhamos sido censurados", comenta João Carlos Teixeira Gomes, então redator-chefe do *Jornal da Bahia*. (FORTES, 1989, p. 11-12).

Leandro Fortes cita, em seu trabalho, um editorial do jornal *Diário de Notícias,* "publicação que integrava os Diários Associados de Assis Chateaubriand e mantinha posição francamente favorável ao governo golpista".Transcrevemos, a seguir, alguns trechos do editorial intitulado "Ato foi deliberação legal", publicado na primeira página do *Diário de Notícias* de 14/12/68, um dia após a publicação do AI-5:

> TESTEMUNHO NECESSÁRIO – Os acontecimentos políticos das últimas horas só serão compreensíveis se colocados no contexto do processo revolucionário de 31 de março: nos aspectos afirmativos como nas deficiências desse processo[...].
>
> [...] O que ocorreu no lamentável episódio do pedido para o processo do deputado Márcio Moreira Alves, negado pela maioria da Câmara, e no qual setenta arenistas deixaram de acompanhar a orientação governamental no assunto, derrotando, desse modo, o Presidente da República que se mostrava empenhado na concessão, foi apenas uma amostra maior das reações particularistas dentro do partido.
>
> O grupo infiel da Arena colocou-se acima da lealdade partidária, num momento em que era crucialmente exigida, pois estava em jogo a própria sobrevivência do sistema. Convicções individuais que, embora possam ser consideradas respeitáveis, não podiam prevalecer sobre a diretriz assentada pelo supremo comando político.
>
> Gerou-se nessa desobediência que alguns julgaram heróica, mas que foi, pelos seus resultados, simplesmente imatura, a sensação generalizada de que o governo perdera, com a maioria na Câmara, a possibilidade de

> cumprir o que sempre proclamou como escopo prioritário: garantir a continuidade da Revolução de 64 [...].
>
> [...] Entramos num novo período de reestruturação tendo em vista alcançar, dentro do processo revolucionário de 64 mesmo, a consolidação que, a nosso ver, a recomposição de forças partidárias no sistema adotado não permitiu, em virtude da heterogeneidade de suas origens. O povo brasileiro ouviu, pela palavra do governo, as razões superiores que inspiravam o AI-5 [...]. (FORTES, 1989, p. 73-75, Anexo II).

4.6.6 Livro descreve a Censura

A censura política na imprensa brasileira, de autoria de Paolo Marconi é um dos documentos mais reveladores da ação da Censura na Bahia e no Brasil. Inicialmente, o autor cita 16 frases de militares e civis sobre o que acham da imprensa no Brasil, das quais citaremos três:

> Na imprensa brasileira é sentida uma ação clandestina de autodestruição dos elementos de projeção no cenário político nacional, por falsas informações ou meias-verdades que tumultuam a opinião pública, deixando-a confusa e perplexa diante das disparidades apresentadas. Alguns jornalistas de tendências esquerdistas costumam usar como tática a distorção das verdades[...] (Do documento “Como eles agem”, da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura, janeiro de 1974, (MARCONI, 1980, p. 23).
>
> Vocês jornalistas podem notar que, logo depois que a televisão deu destaque à greve de motoristas na Inglaterra, houve a greve dos motoristas de ônibus no Rio. Se só temos desgraça na televisão, consegue-se trazer a desgraça dos outros países para cá. Por isso, acho que deve haver um equilíbrio na divulgação das notícias. Os jornais e a televisão deveriam mostrar também tudo o que há de bom no Brasil. Por que vocês não mostram? Depois que saem das escolas, dão impacto só para a desgraça. É por isso que as manchetes dos jornais e o noticiário da televisão só dão destaque à desgraça. Vocês não estão informando, estão dando um maior enfoque à coisa. Se houvesse um policiamento do pessoal que propaga o mal, isso não ocorreria. (General Heitor Arnizaut de Matos, comandante do Comando Militar do Planalto, in *Folha de São Paulo*, 1.2.79, p. 11), (MARCONI, 1980, p. 23 e 24).
>
> Os jornalistas não passam de fomentadores de boatos com o objetivo de criar um clima de tensão. A crise política por que passa a nação foi criada nas redações dos principais jornais do País. Eles são também culpados de provocar a inflação (Deputado federal Minoro Myamoto (Arena-PR), in *O Globo*, 21.6.77, p. 8), (MARCONI, 1980, p. 24).

E a Censura proíbe qualquer notícia sobre o Sistema de Censura:

> De ordem superior, fica terminantemente proibida a publicação de críticas ao sistema de censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como de qualquer notícia, crítica, referência escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada contra órgão de censura, censores e legislação

> censória (Proibição da Polícia Federal, de 4.6.73), (MARCONI, 1980, p. 37).

O jornalista Paolo Marconi descreve a forma de atuação da censura à imprensa em Salvador:

> A Polícia Federal, cuja sede fica em Brasília, tinha, como tem ainda, delegacias e superintendências regionais em todos os Estados brasileiros. Elas recebiam via telex ou rádio os textos proibitivos, imediatamente levados pessoalmente por policiais até as redações locais. Em Salvador, por exemplo, 14 órgãos de comunicação recebiam a visita destes senhores: cinco estações de rádio, seis jornais (entre os quais um semanário esportivo e um pertencente à Arquidiocese) e três estações de televisão – inclusive um circuito fechado que só fazia transmitir propaganda e enlatados americanos aos passageiros na Estação Rodoviária. (MARCONI, 1980, p. 45 e 46).

Quase que diariamente, agentes da Polícia Federal levavam às redações pequenos pedaços de papel, nos primeiros tempos timbrados e assinados por alguma autoridade, e depois completamente apócrifos, contendo explicitamente os assuntos que não poderiam ser divulgados. O policial entregava a proibição a alguém da redação, fazendo-o assinar, num papel à parte, um recibo comprovando ter recebido a ordem. Numa dessas frequentes proibições, veio a de que os jornais não podiam publicar fotografias do cadáver do ex-capitão Carlos Lamarca, dissidente armado do regime militar vigente, morto pelos órgãos de segurança no interior da Bahia. Os jornais baianos evidentemente acataram a proibição, mas se sentiram traídos quando viram que jornais de outros Estados publicaram normalmente as fotografias, por sinal, distribuídas à imprensa pelo próprio Exército. (MARCONI, 1980, p. 46). O autor cita as ameaças de represálias:

> Entre as mais de 500 proibições impostas à imprensa de 1969 a 1978 pela Polícia Federal, figuram repetidas ameaças, sempre girando em torno de apreensões, retirada do ar ou estabelecimento da censura prévia, com a incômoda presença de policiais-censores nas redações (MARCONI, 1980, p. 48 e 49).

As proibições, antes assinadas, passam a determinar simplesmente “Por ordem superior” ou “Fica proibido”. Analisando 308 proibições encontradas nos arquivos dos meios de comunicação de Salvador, de janeiro de 1970 a setembro de 1974, Paolo Marconi chegou aos seguintes percentuais de proibições que não explicitavam a autoridade censória:

> 1970..... 47,05%
>
> 1971..... 63,46%
>
> 1972..... 80,77%
>
> 1973..... 98,10%
>
> 1974..... 100,00%

O autor assinala ainda que muitas vezes a censura justificava explicitamente sua existência:

> [...] B – Após a morte de Carlos Lamarca, o Presidente da República saiu de seus afazeres para proibir a continuação do noticiário a respeito, porque ‘qualquer referência favorecerá criação de mito ou deturpação,

> propiciando formação, imagem, mártir, que prejudicará interesses da segurança nacional. [...] I – A casa do bispo D. Pedro Casaldáliga está cercada por policiais armados. A notícia é proibida a fim de evitar distorção ou exploração do caso [...] K - Proibidas as notícias sobre o movimento estudantil baiano, que estava fazendo greve, por estar sendo explorado em agitação antinacional'. (MARCONI, 1980, p. 57-58).

O ministro da Justiça durante o governo Geisel, Armando Falcão, que sempre respondia à imprensa com um "nada a declarar", teve esse diálogo com o então repórter Paolo Marconi:

> - Para o ministro da Justiça existe liberdade de imprensa no Brasil?
>
> - Perfeitamente. Não só de imprensa, mas liberdade total, com responsabilidade.
>
> - Então os jornais que estão sendo censurados no Brasil não teriam responsabilidade?
>
> - Não respondo a provocações, (afastando-se logo em seguida). (MARCONI, 1980, p. 112).

Marconi, que trabalhou durante cinco anos na sucursal da revista *Veja* em Salvador, conta esse episódio:

> No final de fevereiro de 1979 a revista *Veja* decidiu fazer uma ampla matéria de capa com o Presidente Geisel, que estava entregando o cargo. À sucursal da Bahia coube entrevistar – em off, é claro, para não fugir à regra – um militar e um político que o conheciam. Pois bem, ambos revelaram uma faceta de Geisel, desconhecida para seus governados compulsórios. Os dois disseram que o Presidente da República, quando irritado, xingava muito, "qualquer tipo de palavrão" e que diversas vezes seus assessores mais diretos na época em que dirigia a Petrobras tiveram que fechar às pressas a porta de seu gabinete para que outros funcionários "não ouvissem seus palavrões". Versão publicada pela *Veja:* porta tinha que ser fechada "para impedir que seus gritos fossem ouvidos" (Veja, 14.379. p. 47 e 49). Um dos entrevistados disse ainda que, por formação intelectual, o Presidente Geisel era um formoso democrata, mas que em suas veias corria o sangue de um "senhor ditador". A *Veja* preferiu dizer que "dentro dele, porém, corre o sangue de um autocrata. (MARCONI, 1980, p. 144).

4.6.7 Exemplos de proibições

Em 1974, uma proibição oriunda do Comando do II Exército, via Departamento de Polícia Federal de São Paulo, dizia:

> Em face das comemorações de São Jorge e acentuados rumores relativos ao trânsito de "pilhérias" que procuram interligar de forma capciosa um "financiamento" do Exército a São Jorge, destinado a "macumbas", sob a forma de "charges, artigos e frases", fica PROIBIDA qualquer espécie de notícia ou divulgação a respeito. (MARCONI, 1980. p. 215).

Em Salvador, Paolo Marconi realizou o levantamento dos “bilhetinhos” de proibições nos arquivos dos jornais *A Tarde, Tribuna da Bahia, Jornal da Bahia e Diário de Notícias*. Teve acesso também a proibições encontradas na *Rádio Sociedade da Bahia, Rádio Excelsior da Bahia e Televisão Aratu,* de Salvador. Seguem alguns exemplos de proibições, observando-se que o autor manteve a linguagem telegráfica e eventuais erros gramaticais:

> De ordem do Sr. Ministro da Justiça, ficam proibidas quaisquer manifestações, imprensa falada, escrita e televisada, contra ou a favor de Dom Helder Câmara. Tal proibição é extensiva nos horários de televisão reservados à propaganda política (9/10/70) [...] Por ordem superior, fica proibida quaisquer comentários sobre a exoneração do Comandante da Escola Superior de Guerra, hoje determinada, bem como sobre a conferência naquela Escola pelo Bispo D. Avelar, da Bahia [...] (24/9/71) (MARCONI, 1980. p. 228-235).
>
> O então arcebispo da Bahia, D. Avelar Brandão, havia afirmado, em sua palestra, que “[...] a necessidade da segurança nacional pode criar um clima de medo, perigoso, no qual a consciência do povo não consegue dizer o necessário na defesa de seus legítimos interesses [...]”.
>
> [...] Fica proibida a divulgação de prisões de terroristas efetuadas na área de Bahia e Sergipe, mesmo que tais notícias cheguem à redação como se tratasse de sequestro (6/4/72) [...]
>
> De ordem superior e a fim de não prejudicar diligências do CODI/6, fica proibida qualquer divulgação de notícia referente ao tiroteio havido hoje à tarde, em Itapoã, nesta Capital (BA), entre indivíduos suspeitos de subversão e agentes de segurança, quando foi levemente ferido o menor José Raimundo Nonato, por um dos indivíduos que ao se ver cercado reagiu à bala (em 3/772) [...]
>
> Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito. (em 6/9/72) [...]
>
> Não se pode publicar nada sobre o possível sequestro de D. Rosa Cardim Osorio. P.S. – Ou outra mulher de coronel (16/10/72) [...]
>
> De ordem superior, fica proibida a divulgação de convites de Diretórios Acadêmicos desta Capital (Salvador) convocando estudantes para a próxima semana se reunirem em protesto contra atos decisórios da Reitoria da UFBA. (19/10/72) [...]
>
> De ordem superior, fica terminantemente proibida qualquer divulgação por imprensa falada, escrita ou televisada, do manifesto dos Bispos Nordestinos ou de referência, intitulado “Eu ouvi os Clamores do Meu Povo”, impresso em Salvador/Bahia pela editora Beneditina (8/5/73) [...]
>
> De ordem superior, esclareço não ter havido sequestro em Itabuna (cidade do interior da Bahia), conforme nota publicada no vespertino *A Tarde* de hoje. Houve apenas prisão para averiguações de atividades subversivas, sob a direção desta Superintendência. Ainda de ordem superior, e para não prejudicar investigações em andamento, reitero proibições anteriores de divulgar ou publicar notas sobre prisões, mesmo

com semelhança de sequestros, ocorridas neste ou noutros Estados. (2/6/73). Esta proibição foi encaminhada à imprensa baiana, assinada pelo coronel Luiz Arthur de Carvalho, superintendente regional da Polícia Federal. [...]

De ordem superior, fica terminantemente proibido divulgação, reprodução ou referências discurso pronunciado hoje pelo deputado estadual Antônio José, na Assembleia Estadual da Bahia, no qual faz comentários respeito prisão professor Arno Brichta e aluno Francisco de Assis Araújo Jatobá, ambos da Escola de Geologia da Universidade Federal da Bahia e implicados em atividades subversivas. (28/6/73) [...]

De ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação, através dos meios de comunicação social, escrito, falado e televisado, de notícias, comentários, referências, transcrição e outras matérias relativas ao deputado Francisco Pinto (28/5/74) [...]

De ordem superior, fica liberado noticiário relativo ao suposto surto epidêmico registrado na região de Caravelas, Estado da Bahia,tendo em vista estarem concluídos estudos realizados pelo Ministério da Saúde (25/6/74). [...]

Por ordem superior, fica esta rádio através deste, proibido de transmitir qualquer notícia referente a problemas com estudantes na Bahia. Esta nota só será permitida a divulgação, por ordem de autoridade governamental, Exército, Reitor ou Ministro da Educação (17/10/74) [...]

De ordem superior, fica proibida, qualquer meio de comunicação, veiculação notícias referentes à prisão ou sequestro de Humberto Cerqueira Mascarenhas, candidato a vereador pelo MDB nas últimas eleições realizadas em Feira de Santana, Bahia [...]. (proibição sem data) (MARCONI, 1980. p. 239, 242, 243, 246, 254, 256, 258, 282, 285, 294, 302).

4.6.8 O censor e as entrelinhas

Reproduz-se aqui o relato do jornalista Fernando Rocha, editor do jornal *A Tarde,* a Sérgio Mattos, narrando o diálogo com um censor:

"[...] – Como foi exercer o jornalismo na época da censura e da ditadura?

- Essa época não foi moleza, principalmente depois do Ato Institucional nº 5, o falado AI-5. Fui censurado e cheguei a trabalhar com dois censores junto a mim. Os militares censuravam as cópias das páginas, originais eles não pediam. Uma vez, um militar se aproximou e disse:

- Posso falar com o senhor?

- Pode, diga. O militar pegou o caderno de Classificados e perguntou: - Aqui sai notícia?

- Eu não sei. Não costumo ler esse caderno

- Ah, então eu vou ler.

- Tá bom, leia, mas o jornal tem que sair cedo, viu?

> No dia seguinte o tal militar retornou dizendo que não leria mais Classificados:
>
> - Eu queria pedir um favor ao senhor.
>
> - O que você tiver de falar tem que falar rápido; eu não estou pra conversa. Você sabe que eu sou contra a censura?
>
> - Eu queria que o senhor me fizesse um favor.
>
> - E o que é?
>
> - Nessa matéria aqui. Onde estão as entrelinhas?
>
> Imagino que depois de levar o caderno Classificados tomou um esporro e alguém mandou ele ir atrás das entrelinhas". (MATTOS, 2008, p. 85, 86)

O jornalista Agostinho Muniz, que foi subeditor do Jornal *A Tarde* e diretor do Sindicato dos Jornalistas e da Associação Baiana de Imprensa (ABI), ressalta que, no período da ditadura militar, "a pior atuação era chamada de dedo-duro".A partir de 1964, começou a aparecer, nas redações de jornais, este tipo de ação nefasta, com alguns jornalistas denunciando companheiros de redação (MATTOS, 2008. p. 22).

Agostinho Muniz, ao falar sobre a resistência de jornais à ditadura, ressalta:

> O jornal *A Tarde* não se caracterizou por essa resistência. Nunca pretendeu manter uma linha de independência, de não comprometimento e de luta contra a ditadura, contra a opressão. A coisa mais notável que o jornal *A Tarde* fez foi, num determinado momento, publicar uma nota, dizendo que a partir daquele instante deixava de publicar o noticiário político, já que não havia liberdade. Esta nota foi o que mais avançado *A Tarde* fez [...] (MATTOS, 2088. p. 20).

Segue o depoimento prestado à CEV-BA pelo jornalista Agostinho Muniz em 02/03/2015:

> Fato dos mais graves por mim vivido, durante o período da ditadura militar, ocorreu em plena redação do jornal *A Tarde*. Certo dia, no início dos anos de 1970, logo depois da fase em que a ditadura retirou de dentro da Redação o agente encarregado de, diariamente, fazer censura prévia, estava eu, como subeditor do turno da tarde, substituindo o editor, jornalista Brito Cunha. Apresentaram-se, então, dois prepostos da Polícia Federal, o que sempre causava um certo temor na Redação. Como sempre, com ares de arrogância, queriam eles identificar quem era o responsável pelo jornal. Apresentei-me prontamente, acreditando que assim iria ali cumprir a minha função. Os policiais, porém, impuseram:
>
> - Não, o Sr. tem que nos acompanhar, até a Polícia Federal, para prestar esclarecimentos.
>
> Tentei justificar que essa saída não seria possível, porque, no momento, era o responsável pela Redação do jornal, pois estava substituindo o editor.
>
> Eles disseram que eu tinha que ir, de qualquer jeito, e não aceitaram que eu fosse no meu carro, pois tinham ordem de conduzir-me no carro da Polícia. Fizeram até uma cara de desprezo, quando comentei:
>
> - Então, estou preso...

Chegando ao prédio da Polícia Federal, um casarão das Docas, no bairro do Comércio, próximo à rampa do Mercado Modelo, fui colocado, sozinho, em uma sala, onde fiquei por cerca de duas horas, até a chegada do dr. Jorge Calmon, então editor-geral do jornal *A Tarde*, que me foi substituir.

Quando saiu, o dr. Jorge (que também lá esteve como preso) disse que o problema foi para justificar a razão pela qual o jornal, com base em telegrama de uma agência internacional de notícias (se não me engano, da *France Press*) haver publicado, naquele dia, uma notícia dando conta de um golpe militar ocorrido na Bolívia. E comentava a nota que, a partir dali, os países da América do Sul, em sua maioria, incluindo-se o Brasil, estavam dominados por regimes militares.

Realmente, a notícia tocava em dois pontos que, dentre outros assuntos, estavam proibidos, pela Censura Militar, não se podendo "informar, comentar, ou fazer qualquer referência", às ditaduras militares e ao regime que imperava no Brasil.

Revelou dr. Jorge haver explicado à PF não ter sido a notícia produzida pelo jornal *A Tarde*, cabendo toda a responsabilidade à agência de notícia. O então Superintendente da Polícia Federal na Bahia, coronel Luiz Arthur de Carvalho, não aceitava isso e, durante o período em que ocupou o cargo, por diversas vezes, autoritariamente, fez censura prévia nos veículos de comunicação, impedindo a divulgação de alguns fatos ocorridos na Bahia, mesmo quando, depois, a imprensa nacional fazia a divulgação.

Marcantemente, isso ocorreu, por exemplo, quando do assassinato, pelo Exército, do capitão Carlos Lamarca, no sertão da Bahia. No dia da morte de Lamarca, os veículos de comunicação social na Bahia, incluindo, sobretudo, rádio, jornal e televisão, foram impedidos pelo coronel Luiz Arthur de fazer qualquer divulgação, e a notícia só se tornou pública por iniciativa da imprensa do sul do Brasil e da imprensa internacional, comprovando-se, assim, que o poder de censura do coronel não era tão potente.

Outra proibição exorbitante do coronel Luiz Arthur contra a imprensa na Bahia aconteceu , em agosto de 1971, quando da morte de Iara Iavelberg, militante guerrilheira de extrema-esquerda, ex-companheira de Carlos Lamarca, assassinada no bairro da Pituba, em Salvador. Iara, que integrou a VPR e o MR-8, formada em psicologia, de uma família rica, era figura muito importante da luta armada no Brasil, tendo convivido com a guerrilheira "Vanda", codinome de Dilma Rousseff. Mesmo com os veículos de comunicação da Bahia tomando conhecimento de sua morte no mesmo dia, só puderam noticiar no dia seguinte, quando foi feita a divulgação no âmbito nacional.

Na época, comentou-se entre repórteres da cobertura policial do jornal *A Tarde* que Iara tinha sido assassinada por agentes da Marinha, quando estava se escondendo, em um apartamento que alugara, trancada no sanitário e sentada no vaso. O laudo cadavérico oficial, divulgado pelo Instituto Médico Legal, dava conta, porém, que ela havia se suicidado,

com apenas um tiro, versão mais do que absurda, construída para se camuflar o assassinato. Mais de 30 anos depois, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, também ex-deputado federal pelo PT, constituído pela família de Iara, veio de São Paulo à Bahia, tentando comprovar o assassinato, pois ela, como judia, não pode ser enterrada no Cemitério Israelita, e o que se pretendia era resgatar o preceito religioso, para o enterro.

O advogado tentou obter cópia de um provável laudo original da morte, feito, na época, pelo médico legista Charles Pitex, tido como criterioso, no qual teria ficado registrado que Iara foi morta por vários tiros, todos deflagrados do alto (da parede onde estava o vaso sanitário) para baixo. Cópia desse laudo de Charles Pitex, que tinha sido substituído no inquérito policial, foi visto, muitos anos depois, guardado como troféu histórico, no fundo de uma gaveta da mesa de trabalho de um técnico especialista do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. Muito em particular, confessou ele que somente entregaria cópia do laudo de Charles Pitex caso recebesse “ordem superior” e citava alguns nomes de pessoas que ele considerava como “autoridades maiores” para dar a ordem.

Assim, os anos da ditadura militar foram tempos temerários para a liberdade de imprensa e de informação, diante da absoluta insegurança constitucional, quando o governo dominante não se sentia obrigado a cumprir a lei nem de produzir documento escrito para agir, desrespeitando e humilhando a tudo e a todos.

Mais um fato importante vivido pelo jornalista Agostinho Muniz, durante a ditadura, aconteceu quando ele publicou, nos anos 70, no jornal *A Tarde*, uma reportagem assinada sobre o atraso do início de funcionamento dos dois primeiros colégios polivalentes, nos bairros do Nordeste de Amaralina e Alagados, em Salvador. Sob a coordenação do major Brito, reformado do Exército, os colégios tinham sido construídos pelo Premem (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio), com verbas vindas diretamente do Ministério da Educação. Esse programa do MEC constituiu-se em uma espécie de feudo burocrático, dominado por oficiais reformados do Exército, e funcionava em regime de verdadeira linha dura, especialmente no “treinamento” de diretores e professores, o que ocorria no quartel da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde, às seis horas da manhã (como se queixavam os professores), havia “ordem unida”. Tempos em que imperava uma “febre de segurança nacional”.

A previsão era para serem construídos cerca de 50 colégios polivalentes na Bahia, e o funcionamento dos mesmos seria entregue ao Governo do Estado.

Como o projeto foi se atrasando, em cerca de dois anos, com alunos matriculados esperando e professores na expectativa de receber salários, a reportagem de *A Tarde* fez a denúncia. Furioso, o major Brito convocou o jornalista Agostinho Muniz para comparecer ao seu escritório, que funcionava em um prédio da Secretaria de Educação do Governo do Estado, no bairro da Graça, e lá, de forma aterrorizadora, ameaçou

processar o jornalista, com base na Lei de Segurança Nacional e comprovar ser ele um terrorista.

Tempos depois, isso ainda teve um desdobramento desagradável, porque aquele major terminou indo parar em um cargo administrativo na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, onde também trabalhava o jornalista Agostinho Muniz, como assessor de imprensa. Passando por cima da prerrogativa do então Reitor Augusto Mascarenhas, pretendeu o militar fazer censura sobre as notícias que eram, diariamente, enviadas pela Reitoria para os veículos de comunicação social. A ordem foi rechaçada pelo reitor Augusto Mascarenhas, um civil ousado, que se comportava como acima de qualquer suspeita ideológica. O major, porém, continuou agindo em outras áreas da Universidade, incluindo o sistema de segurança e informação (AESI), o qual registrava sigilosamente a vida da comunidade universitária, isto é, professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, ações essas recentemente muito bem denunciadas pela Comissão Milton Santos de Memória da Verdade, através da publicação do relatório *O Golpe Militar na Ufba,* contendo uma longa listagem de perseguidos políticos (alguns dos quais, nem tanto).

O major Brito, porém, continuou e, alguns anos depois, ainda na Ufba, envolveu-se com fraudes nas áreas de licitações, concorrências e compras, e só então foi afastado das funções.

Conta, ainda, o jornalista Agostinho Muniz que também foi alvo de outras perseguições políticas, inclusive fora daqui, no âmbito do Ministério da Educação, quando participou da coordenação de um movimento nacional de assessores de imprensa das universidades brasileiras. Por pouco, junto com outros colegas, não foi ele demitido do serviço público, na época em que o coronel Jarbas Passarinho era Ministro da Educação e, provocado pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, determinou o Ministro ao Reitor: “demita esse assessor de imprensa da Ufba, porque ele é comunista!” Tal apelo foi feito, sobretudo, porque Agostinho havia assinado o manifesto de solidariedade a Joca (João Carlos Teixeira Gomes) que, decorrente de sua atuação no *Jornal da Bahia*, estava sendo processado politicamente por ACM, e quase foi condenado com base na Lei de Segurança Nacional.

4.6.9 “Convite para esclarecimentos”

O jornalista e delegado de Polícia, Antônio Matos, que foi editor de Esportes do jornal Tribuna da Bahia, em entrevista concedida a Francisco Ribeiro Neto em 18/9/2014, diz:

> A censura política, sofrida pela imprensa brasileira após o golpe militar de 1964 era feita de duas maneiras: ou por meio de bilhetes/notas oficiais e telefonemas do Exército (e, mais tarde, da Polícia Federal), determinando quais os assuntos que deveriam ser noticiados ou com censores/policiais, revisando nas redações todo o material a ser publicado, a chamada censura prévia. Além disso, havia ainda as ações intimidatórias, como os “convites” para que repórteres, redatores, produtores e editores

comparecessem ao comando local da Região Militar do Exército, a fim de prestar esclarecimentos a respeito de notas, matérias e reportagens já publicadas e apontadas, pelos censores, como atentatórias à segurança nacional ou que tivessem provocado prejuízos à imagem das Forças Armadas.

Prossegue Antônio Matos em seu depoimento:

> Na *Tribuna da Bahia*, onde trabalhei desde a Escolinha TB – uma oficina criada por Quintino de Carvalho, para os repórteres que iriam trabalhar no jornal – em 1968, até junho de 1974, acho que a censura foi mais rigorosa do que a exercida pelo governo militar nos outros veículos de comunicação do estado [...] Os motivos para isso estavam mais ou menos explicados: embora presidida por um empresário e ex-banqueiro Elmano Castro, a *TB* tinha como redator-chefe o conceituado jornalista Quintino da Carvalho, com larga experiência no *Jornal do Brasil*, ex-integrante do Partido Comunista Brasileiro e com atuação destacada em *O Momento,* jornal do Partidão na Bahia, diversas vezes empastelado pela polícia estadual, e que circulou em Salvador, de 1945 a 1957.
>
> [...] Quintino, que resgatara, no hoje extinto *Jornal da Bahia* Misael Peixoto, chefe da diagramação – seu colega em *O Momento* e também antigo filiado ao PCB – comandava uma redação, em sua maioria, formada por esquerdistas de todos os matizes (radicais, atuantes, ideológicos, festivos e simpatizantes), jovens rebeldes e idealistas, basicamente com menos de 25 anos e recrutados nas faculdades de Biblioteconomia e Comunicação e de Direito.
>
> [...] Diante deste ambiente incendiário, cansei de ver, da minha carteira da chefia da Editoria de Esportes, bem em frente ao corredor, notadamente no ano de 1973, a chegada dos temíveis e pouco simpáticos censores, dirigindo-se arrogantemente ao gabinete do redator-chefe, com as notas – muitas vezes, numa tira fina de papel – que sempre começavam com um vago “de ordem superior” e, em algumas ocasiões, chegavam a fixar o período da proibição.
>
> Quando o assunto tinha a classificação “muito importante” pelos órgãos de repressão, era o próprio superintendente regional da Polícia Federal – no caso da Bahia, o coronel do Exército, Luiz Arthur de Carvalho – quem pessoalmente encaminhava às redações o que estava proibido ou o que deveria ser divulgado. A censura era indiscriminada: proibia a publicação de uma epidemia de malária no Amazonas, de notícias relacionadas ao aniversário de nascimento do revolucionário russo Lenin, do discurso de um deputado, até a divulgação de uma nova lista de presos políticos apresentada por sequestradores para troca por algum embaixador feito refém. As determinações eram pouco questionadas e sempre atendidas, às vezes até com algum exagero [...].

4.6.10 Rádio é cassada em Feira de Santana

Em 1975, a Rádio Cultura de Feira de Santana teve sua concessão cassada, pelo Governo, por transmitir uma entrevista do deputado federal Francisco Pinto, filho da cidade, que estava sendo processado por ofender a honra do general Augusto Pinochet, chefe da Junta Militar do Chile. Quem conta o episódio é o jornalista Paolo Marconi:

> [...] No dia 13 de julho de 1974 a entrevista foi levada ao ar e, no mesmo dia, à tarde, a gravação foi requisitada por militares do 35º Batalhão de Infantaria, sediado na cidade. O Dentel acabou enquadrando a rádio num artigo do Decreto-lei 236/67 (nada menos que comprometer as relações internacionais), suspendendo-a por 15 dias. Por coincidência, no mesmo dia 21 de agosto em que foi retirado o cristal dos transmissores da Rádio Cultura, o Ministro das Comunicações estava em Salvador para inaugurar o sistema de micro-onda ligando Feira de Santana a Salvador. Em entrevista coletiva, o Ministro Quandt de Oliveira negou que a suspensão tivesse obedecido a qualquer razão política, "senão ela teria sido fechada no dia seguinte". Para reforçar esse argumento, disse ainda que a suspensão poderia ter sido de 30 dias, "mas aplicamos somente 15". No dia 15 de março de 1975, ano em que ela comemoraria 25 anos de funcionamento ininterrupto, teve cassada sua concessão pelo Presidente Geisel [...] (MARCONI, 1980, p. 124).

4.6.11 "A megera está rondando": a prisão de um poeta

O poeta Camillo de Jesus Lima, nascido na cidade de Caetité, mas criado em Vitória da Conquista, foi preso em 11 de maio de 1964, juntamente com outros companheiros conquistenses – entre eles o então prefeito José Pedral Sampaio – e levado para Salvador, onde permaneceu por 90 dias, sendo libertado em função da inexistência de provas que o condenassem, segundo a professora Esmeralda Guimarães Meira.

Camillo de Jesus Lima foi secretário da Prefeitura de Vitória da Conquista por sete anos e meio, até 1945, na gestão Régis Pacheco. Em seguida, submeteu-se a uma seleção pública para Oficial de Registro de Imóveis e Hipotecas em Macarani, Bahia, para onde se mudou em 1946 e passou a exercer a função. Começou a estudar a obra de Karl Marx e, em 1950, filiou-se ao Partido Comunista, embora muito antes já se declarasse um intelectual de esquerda:

"Deixei de ser um místico da beleza e fiz da arte uma arma de combate. A Aliança Libertadora já me achou comunista. Eu seria comunista se não houvesse comunismo". Essa declaração do poeta a professora Esmeralda Meira encontrou em matéria dele para a revista *Cooperação*, em 1945.

Camillo de Jesus Lima escrevia para jornais textos em que satirizava os problemas da sociedade local. Apresentava-se com os pseudônimos de Brás Cubas, Sinegundo Sales e Severo Sales. Nessa época, passou a colaborar com o jornal *O Conquistense,* cuja primeira edição foi em 15 de agosto de 1958.

Os historiadores Sousa e Borborema, em seu artigo *Literatura e política: a trajetória de um poeta militante no interior da Bahia*, (2001, p. 234-235) relatam ainda:

> "Além de crônicas e artigos, o poeta dedicou-se à publicação de poemas, contos e romances com viés político, em sua maioria, manifestos político-ideológicos, que por vezes costumavam ser publicados noutros jornais locais e regionais. Essa instrumentalização da sua produção literária é exemplificada pelo poema *A megera está rondando*, publicado n'o *Combate* em 1947 e posteriormente reeditado n'*O Jornal* que, conforme o próprio autor, foi produzido em repúdio à criação da Lei de Segurança Nacional":

Esmeralda Guimarães Meira (2014) observa em seu estudo:

> A participação política de Camillo de Jesus Lima nos movimentos políticos e culturais começou desde os primeiros contatos com o grupo do jornal conquistense *O Combate*, fundado em 1929, dirigido por Laudionor Brasil. Entre as décadas de 1930 a 1950 muitas ações que movimentavam a região estiveram sob a liderança de um grupo de intelectuais que se afinava com os ideais de esquerda, embora alguns deles pertencessem a facções políticas diferentes. Este é o caso do próprio Laudionor Brasil, que nunca escondeu sua admiração por Getúlio Vargas, opondo-se a ele mais tarde, quando opta pela redemocratização do país.
>
> O professor Ruy Medeiros (2009) escreve sobre os "Jornais conquistenses do passado", e sobre *O Combate* e seus integrantes relata: Em gesto ousado, Camilo de Jesus Lima, nas páginas de *O Combate* declara-se comunista e Laudionor Brasil não cria empecilhos ao poeta para publicar suas poesias panfletárias em favor do socialismo. É bem verdade que algumas são de mensagem política, mas não tem sabor de panfleto. O jornal publica declarações de Prestes e de Marighela por eleições livres, noticia de forma candente o próximo comício de Prestes, em 15 de julho de 1945. A instalação do PC na Bahia é noticiada. O jornal, agora, suporta um equilíbrio: apoia candidatos do PSD, mas publica textos elogiosos a Prestes e ao socialismo. Viveu, como pode, essa aliança estranha.
>
> O *Combate* demonstrou uma linha ideológica que transcende os interesses de grupos partidários, abriu-se aos interesses populares e à liberdade de expressão. Para compreendermos essa "aliança estranha" mencionada por Medeiros destacamos que em Vitória da Conquista foi fundada uma agremiação, integrada por alguns partidários em apoio ao candidato de Régis Pacheco, naquele período líder do PSD na região, oposição acirrada a UDN. O V Congresso do Partido Comunista Brasileiro recomendou uma aliança entre as forças progressistas em defesa da soberania nacional e criou-se a Frente de Libertação Nacional, seção de Vitória da Conquista em 7 de novembro de 1961, com ampla representatividade das classes patronais da região o que favoreceu a candidatura de José Pedral de Sampaio (PSD) nas eleições de 1962.

Analisa ainda a professora Esmeralda Meira (2014):

> O grupo ligado à UDN, aproveitando-se do golpe de 1964, que ostentava a bandeira de repressão às manifestações populistas, denuncia o governo de Vitória da Conquista como centro de polarizações subversivas e comunistas. A militância de esquerda do poeta Camillo de Jesus Lima

contribuiu para sua prisão em 1964, juntando-se a outros, que passaram a constituir o elenco dos presos políticos, incluindo-se nesse rol o então prefeito de Vitória da Conquista, José Pedral de Sampaio, preso em 5 de maio; recluso, segundo próprio depoimento, durante 60 dias.

A respeito de Camillo de Jesus Lima assim se expressa o ex-prefeito: “a lembrança que tenho de Camillo de Jesus Lima é a de um homem valente e intelectual”, ilustrando sua fala com uma crônica escrita por *Brás Cubas*, pseudônimo de Camillo de Jesus Lima, cujo conteúdo faz referência ao discurso de posse de José Pedral como prefeito de Vitoria da Conquista, texto datado de 21 de abril de 1963.

CONFIDENCI

CAPÍTULO 5

Vítimas da Ditadura
PERSEGUIDOS, CASSADOS, EXILADOS, TORTURADOS, MORTOS E DESAPARECIDOS



CAPÍTULO 5

5 VÍTIMAS DA DITADURA: PERSEGUIDOS, CASSADOS, EXILADOS, TORTURADOS, MORTOS E DESAPARECIDOS

5.1 Delimitação do tema - Revelando a amplitude das violações

A repressão provocada pela ditadura civil-militar atingiu todas as instituições e a sociedade. Nos capítulos 4 e 6 apresentamos a repressão na área cultural, com ênfase na censura, e as relações entre as igrejas e ditadura. Neste, o foco são atos e violações de direitos que atingiram as pessoas. Os tipos de atos e de vítimas são variados, do mesmo modo que diferente foi a visibilidade dada aos mesmos na época da ditadura. Este é um fato que dificulta o levantamento do número dos atingidos.

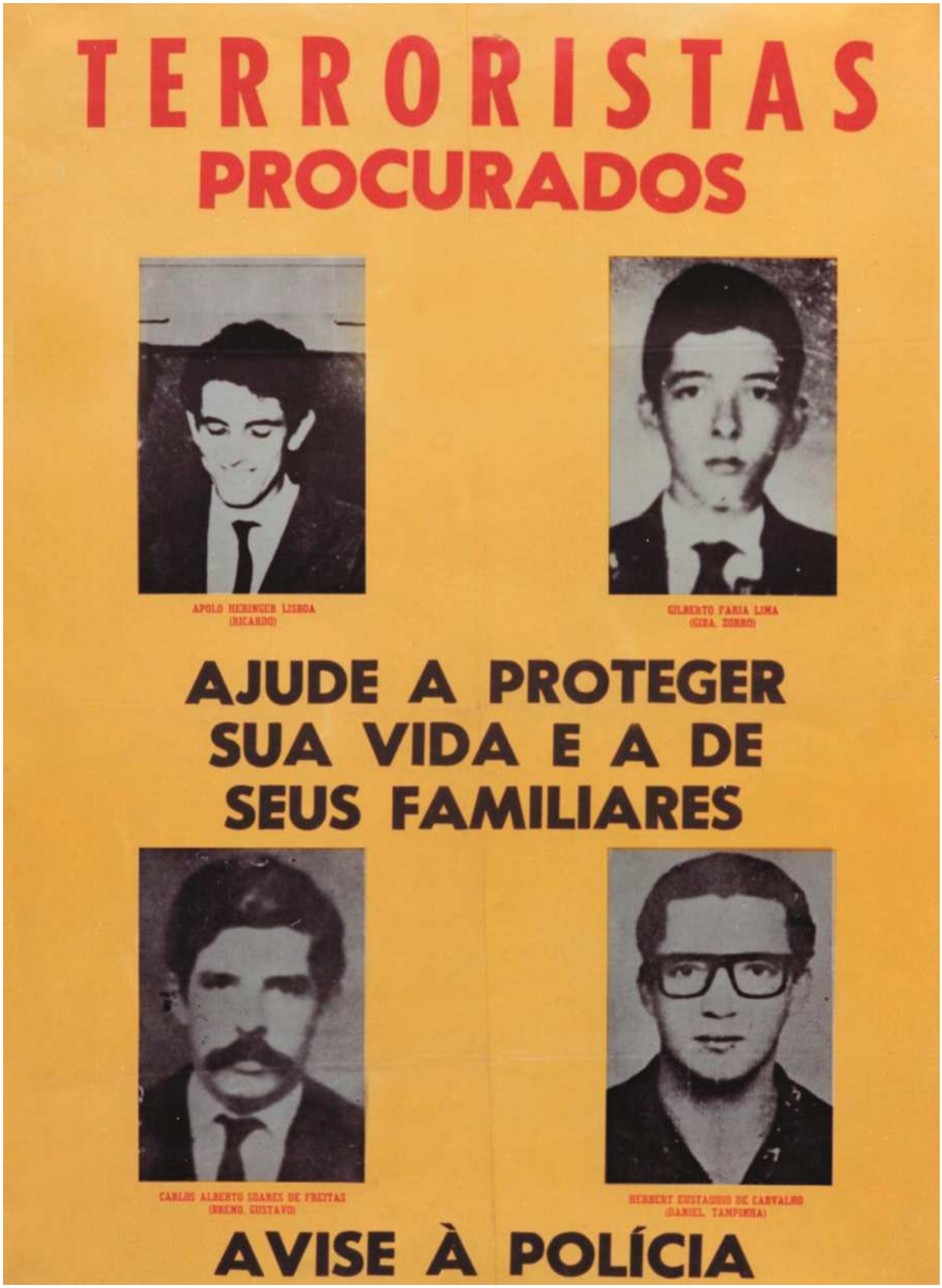
Alguns atos foram proclamados e divulgados pela ditadura e seus agentes. Nesta categoria, os casos mais evidentes são as cassações de mandatos e perda de direitos políticos. Também amplamente divulgadas foram as listas de banidos do país[14]. Estas e outras listas de banidos em troca de sequestrados estão disponíveis para a reconstrução da História do Brasil. Para os demais exilados só dispomos de estimativas. Seriam, segundo a bibliografia, cerca de dez mil. Destes, vários tinham atuação na Bahia. De alguns, sua saga foi bem conhecida. Tais como: Waldir e Iolanda Pires, o ex-deputado Fernando Santana, o professor Milton Santos, Carlos e Loreta Valadares, Theodomiro Romeiro dos Santos, Renato Rabelo (dirigente do PC do B), Gilberto Gil, Caetano Veloso, Glauber Rocha, Juca Ferreira e Ana Montenegro. Outros representam histórias a reconstituir. Se a lista dos que foram levados ao exílio é difícil de elaborar mais difícil ainda é reconstituir a lista, bem maior, dos perseguidos políticos.

Algumas demissões, em casos excepcionais, foram publicizadas. Tal é o caso, na Bahia, dos petroleiros demitidos em 1964 e após a greve de 1983. Na maioria, as demissões ocorriam após inquérito, manifestações e até denúncias sigilosas dos órgãos de repressão.

O número e as circunstâncias das prisões, investigações e perseguições só muito limitadamente eram dados ao conhecimento da opinião pública e, quando o eram, a imprensa, sob censura, muitas vezes, transmitia as versões oficiais. Destas versões, exemplos maiores são os cartazes de “terroristas procurados” colocados em locais públicos (foto na página seguinte). Outras são as versões dadas às mortes e “desaparecimentos”, cuja desconstrução, aliás, tem sido prioridade da reconstrução da história brasileira. Dos mortos e desaparecidos no Brasil e na Bahia, temos listas que, sem prejuízo de novas informações, e pelos critérios até então utilizados, podem ser consideradas definitivas. Mais

[14]Editado no dia 9 de setembro de 1969, mas datado do dia 05, o AI-14, promulgado pela Junta Militar, modificou o parágrafo 11 do art. 150 da Constituição. Para que a pena de morte, prisão perpétua, banimento e confisco pudessem ser aplicados contra os subversivos dentro do país. A tradição brasileira só admitia a pena de morte e perpétua para casos de guerra externa. Foi um modo de demonstrar força e revestir de “legalidade” a libertação de presos políticos que fora obrigada a fazer em atendimento a uma das exigências dos militantes que haviam sequestrado o embaixador norte-americano.

difícil é a elaboração de uma lista de torturados. A tortura, negada pela ditadura, era uma política disseminada como modo de “recepção” e “quebra” da moral dos presos e para, deles, extrair informações.





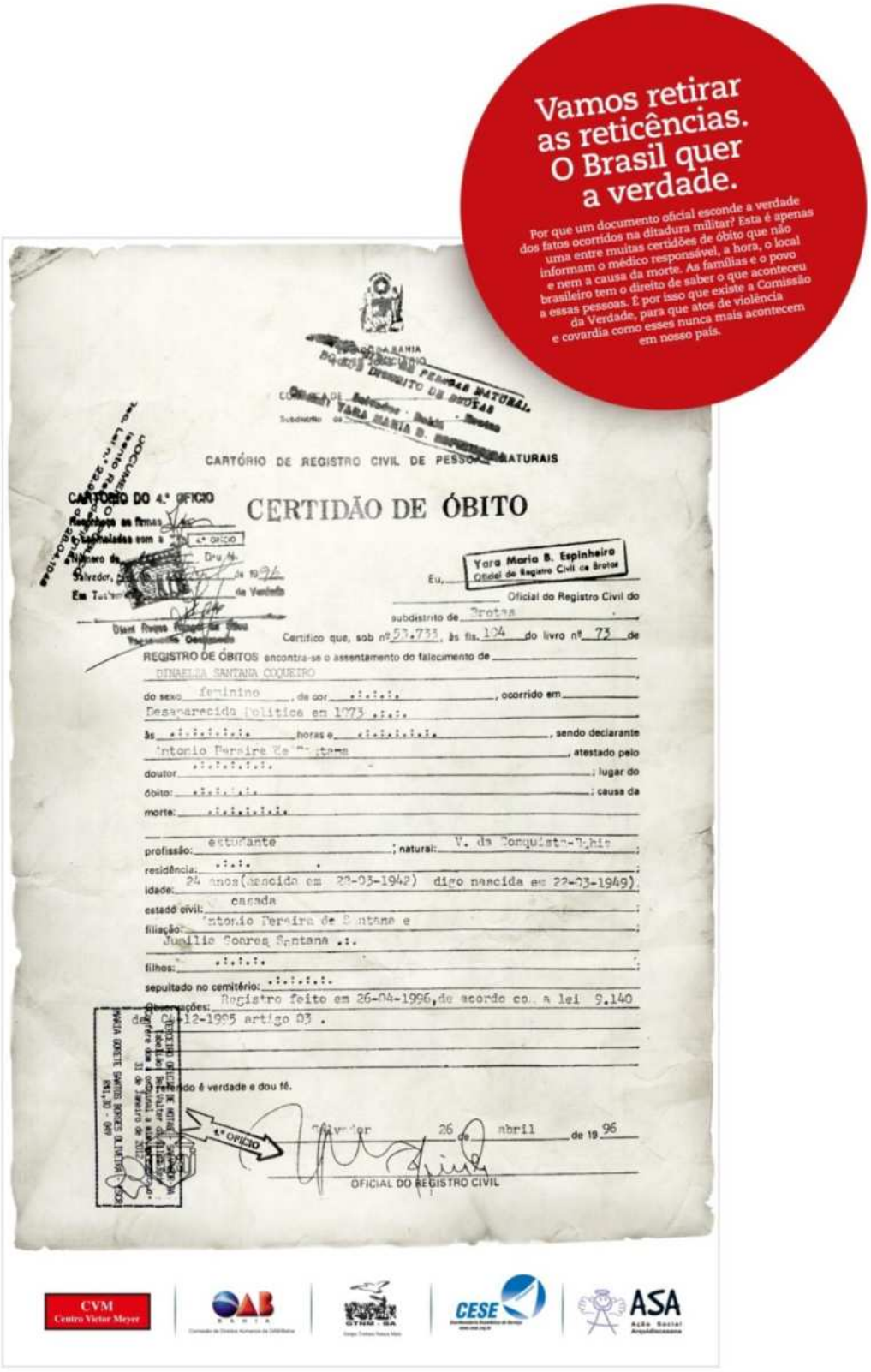
Antes de concluir esta breve apresentação dos variados tipos de violações dos direitos humanos cabem duas observações. A primeira é a de que várias delas se superpunham – foram comuns os itinerários de prisão, tortura, processo penal militar, condenação; prisão, tortura, exílio; prisão, tortura e morte ou "desaparecimento"; denúncias, perseguição e demissão. A segunda é sobre um tipo de sofrimento que decorre do confronto com a ditadura – a da vida na clandestinidade. A opção pela clandestinidade foi feita por alguns militantes que a viam como modo melhor de enfrentar a ditadura, mas também, funcionou como modo de escapar da sua perseguição. Em ambos os casos, trazia restrições à vida e à liberdade.

A apresentação dos variados tipos de violações deve ser completada com uma sumária visão do processo no qual elas foram sendo levantadas. De fato, a reconstrução da história das perseguições foi um processo iniciado por denúncias durante a ditadura militar e a campanha pela "Anistia ampla, geral e irrestrita".

Momento importante foi a Anistia de 29 de agosto de 1979; a decisão de rejeitá-la tomada no 2º Congresso Nacional da Anistia (Salvador, novembro de 1979) que decidiu continuar a luta para ampliá-la e prosseguiu até, especialmente, a Constituição de 1988. O 2º Congresso Nacional da Anistia enfatizou, também, eixos de luta que prosseguem até o presente – o esclarecimento das circunstâncias das mortes e "desaparecimentos" e as denúncias das torturas e torturadores. A aprovação e ampliação da anistia abriu espaço para a luta pela reintegração dos punidos e manteve o tema em pauta.

A partir daí desencadeiam-se ações que têm como característica a montagem de processos nos quais os requerentes têm de provar que foram vítimas. A luta dos familiares obteve a

aprovação da lei 9.140 de 04/12/1995 que lhes permitiu obtenção de certidões de óbito dos seus parentes e a criação da Comissão Especial de Mortos e desaparecidos. Foram certidões de óbitos cheias de lacunas – não informam médico responsável, hora, local ou causa da morte. Cartaz reproduzindo certidão referente à baiana Dinaelza Santana Coqueiro, cedida pela sua irmã Diva Santana, ilustra cartaz do Comitê Baiano pela Verdade:



O trabalho dos familiares e da Comissão Especial avançou bastante no levantamento e reconstituição das vidas dos mortos e desaparecidos.

Em 2001, a criação da Comissão da Anistia vai possibilitar os pedidos de reconhecimento feitos pelas vítimas e dar uma primeira visão da amplitude das perseguições. Até então são cerca de 70.000 processos solicitando a concessão da anistia, com ou sem indenização.

O envio, determinado pelo Governo Federal, dos arquivos da repressão para o Arquivo Nacional, com milhares de páginas (destaque para as do SNI – Serviço Nacional de Informações); favoreceu as pesquisas das vítimas e pesquisadores.

Em 2013, a aprovação das leis de Acesso à Informação e de criação da Comissão Nacional da Verdade abriu novo espaço para a reconstrução da verdade histórica.

5.2 O levantamento de vítimas baianas

Neste quadro, a Comissão Estadual da Verdade enfrentou a tarefa de fazer um primeiro dimensionamento das vítimas da violência na Bahia. É um trabalho incompleto e no qual várias fontes forneceram informações e listas. Delas daremos uma informação sumária. A primeira referência é a Comissão Nacional da Anistia. Tomando conhecimento, por Priscila Cabral Almeida de que a mesma havia levantado os processos de anistia dos residentes na Bahia, solicitamos e obtivemos da Comissão, a lista dos mesmos. São 4.349 processos (Anexo 33 p. 501 a 576). Destes, 3.856 haviam sido julgados e, depois de deferido ou indeferido, estavam arquivados, 493 ainda se encontravam em tramitação. A autora, “pela impossibilidade de analisar todo o universo dos processos arquivados, dado o seu volume” (ALMEIDA, 2015, p. 14) fez, inicialmente, amostra com 990 e depois analisou 153 casos. Anteriormente já havíamos solicitado e obtido da Comissão de Anistia cópia dos processos julgados nas Caravanas de Anistia na Bahia. São processos que, incluídos no acervo da CEV, estarão, mais facilmente, à disposição dos interessados e demonstram a grande dimensão do trabalho a ser feito.

A partir de pesquisa no Arquivo Nacional, a CEV elaborou uma relação de investigados pelos órgãos da repressão. Foram levantados 533 nomes de 1964 a 1983 (Anexo 34 p. 577 a 602). Complementarmente foram levantadas informações sobre 56 Inquéritos Policiais Militares, do período de 1964 a 1983, identificando indiciados, motivos e autoridades responsáveis (Anexo 35 p. 603 a 611)

A pesquisa no Arquivo Nacional, também permitiu importante revelação. Os ofícios encaminhados pelo Comandante da VI Região Militar, em 13/02/1969, “solicitando” o impedimento de matrículas de estudantes em Escolas Públicas de ensino médio e na Universidade Federal da Bahia. Esta “resposta” dos militares ao movimento estudantil de 1968 visou atingir 236 (duzentos e trinta e seis) secundaristas e 77 (setenta e sete) universitários (Anexo 36 p. 612 a 616)

A CEV a partir dos depoimentos elaborou tabelas sobre as violências relatadas, em Feira de Santana, Salvador e Santo Amaro. Também elaborou, com base em depoimentos e documentos, tabela apresentando violências sofridas por 23 sindicalistas – uma amostra pequena, mas significativa.

Finalmente, a CEV incorporou ao relatório a lista de baianos mortos e desaparecidos durante a ditadura civil – militar. São 32 nomes que, com o acréscimo do de Carlos

Lamarca e Iara Iavelberg não nascidos, mas mortos na Bahia e Gildo Lacerda "desaparecido" na Bahia, mas morto em Pernambuco, estão inscritos no monumento aos Mortos e Desaparecidos erguido em 28 de agosto de 2015, como parte da Semana da Anistia, pelo Governo do Estado, Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia e Comitê Baiano pela Verdade, no Campo da Pólvora.

Estes levantamentos não abrangem todas as vítimas e seus dados não podem ser somados. Vários dos atingidos se encontram em diversas listas. E a obtenção da condição de anistiados depende da montagem de processos pelas vítimas, o que muitos não tiveram condições ou disposição de fazer. Entretanto, fornecem uma visão da amplitude da repressão que atingiu os baianos, identificam muitos dos atingidos e fornecem elementos para a reconstrução da história, que deverá continuar.

5.3 Repressão ao sindicalismo urbano

A CEV, através da pesquisa documental, entrevistas e depoimentos, procurou reconstruir o impacto do golpe sobre os trabalhadores urbanos e rurais. Neste item reconstitui-se a repressão e a resistência dos sindicatos urbanos sobre os quais, imediatamente, se abateu a repressão. Tanto pela propaganda conservadora que apontava os sindicatos como instrumentos da subversão e acenava com ameaça de implantação de uma "República Sindicalista", quanto pela política econômica que se iria implantar, a repressão aos sindicatos era vital para a ditadura.

No Estado da Bahia, nos primeiros anos da década de 1960, várias categorias profissionais urbanas eram organizadas em sindicatos fortes e atuantes. Vale registrar que havia categorias com uma organização consolidada já há bastante tempo, mas havia também aquelas que estavam aproveitando o período de mobilização popular do governo Goulart para fortalecer sua organização. O golpe civil-militar veio interromper este processo e houve uma ação muito forte no sentido de desarticular estas forças com a maior rapidez possível. De maneira geral, os sindicatos sofreram intervenção durante o mês de abril, lideranças e militantes chaves foram presos e indiciados em processos longos, em sua maioria encerrados sem condenação por falta de provas ou mesmo evidências.

O regime foi bem sucedido na implantação do clima de insegurança e pânico que fazia muitos militantes pararem para avaliar suas condições, a situação de suas famílias – não raro grandes – a confiança que ainda podiam depositar em um ou em outro companheiro. Os sindicatos, em grande parte sob intervenção, passaram a atuar como balcão de aposentadoria e entidade assistencialista por um longo período, até que foi possível ultrapassar a paralisia e voltar a atuar superando este clima. Oportuno registrar que as intervenções significavam a imposição, a cada categoria, de elementos pertencentes a ela própria, facilitando a aceitação por parte dos menos próximos e o constrangimento dos antigos dirigentes que nem sequer podiam apontar a presença de "corpo estranho" ao conjunto dos trabalhadores.

A busca dos registros de intervenção nos sindicatos conduziu à Superintendência Regional de Trabalho e Emprego (SRTE), à época denominada DRT (Delegacia Regional do Trabalho), a qual efetivava as intervenções, escolhia os interventores e procedia a análise documental da tesouraria dos sindicatos. Como explica o veterano advogado sindicalista Paulo Rosa Torres, em entrevista, os sindicatos deviam, para existir, prestar contas ao

Ministério do Trabalho e não a seus associados. Era este o caminho para justificar intervenções: incorreção na prestação de contas, o que nem sempre significava má fé, mas apenas ausência de cuidado e conhecimento de procedimentos da área. No entanto, o acesso ao acervo da SRTE só poderá ser possível após a conclusão do trabalho de recuperação, restauro e reorganização de arquivos, conduzido pela Superintendência. Haverá, então, a possibilidade de avaliar se foram preservados os documentos referentes às intervenções daquela Delegacia nos sindicatos do Estado da Bahia naqueles anos.

A partir das declarações do líder sindical Raymundo Reis, é possível deduzir que os sindicatos mais combativos na Bahia, por volta de 1964, eram os de bancários, petroleiros (em seus dois sindicatos), portuários (em número de cinco) e ferroviários. Eram sindicatos que faziam parte do Pacto Intersindical pelo qual se articulavam tanto o apoio mútuo quanto o apoio a categorias menos organizadas e com menor poder político.

A CPOSB, Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Bahia, havia sido criada, também, como uma instância de organização das lutas sindicais. Como ela reunia entidades, a estas incumbia o seu comando, “[...] não era assim o presidente; era o sindicato que ocupava o cargo [...]” explica Reis. Assim é que havia sido eleita, no III Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, de 1960, a diretoria com a presidência do sindicato da extração de petróleo, STIEP, na pessoa de seu presidente, Wilton Valença. Os sindicatos ligados a esta comissão foram os alvos preferenciais da repressão logo após o golpe, com perseguição, sindicalistas presos, direitos políticos cassados, sedes invadidas e depredadas, documentação confiscada, intervenções definidas.

5.3.1 Sindicato dos petroleiros

Os petroleiros sofreram três grandes golpes da repressão.

5.3.1.1 1964 e 1968

O STIEP-Bahia foi o primeiro sindicato de petroleiros do Brasil. Já antes do golpe, a Petrobras era influenciada por sindicatos fortes. Daí porque os militares imediatamente procuraram intervir nas unidades da Petrobras, inclusive na Bahia. Segundo Mário Lima, em entrevista ao site Memória Petrobras, todos os sindicatos de petroleiros sofreram intervenção, mais de mil trabalhadores teriam sido demitidos da Petrobras sob a acusação de subversão ou comunismo. “Há um documento do presidente da época que proíbe as pessoas que tinham sido afastadas da Petrobras de poder trabalhar sequer para uma empresa empreiteira.”, lembra ele, registrando uma situação que se repetiu com várias outras categorias profissionais.

Em 1964, além da invasão do sindicato, da cassação dos deputados petroleiros (Mário Lima e Wilton Valença) dezenas de petroleiros foram presos e processados. A Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe, foi invadida. Marival Caldas, em depoimento à CEV-BA, registra que a invasão se deu às 11 horas da noite e que havia, na Vila de Mataripe, agentes infiltrados, disfarçados, por exemplo, como garçons ou como motoristas. Os militares pegaram muitas pessoas nos alojamentos.

O relato de Antônio Roberto Cunha Menezes, à época com 13 anos, filho de funcionário e morador na Vila de Mataripe é significativo:

> "Eu me lembro da invasão da vila, em 64, a gente correndo, o Exército invadindo e a gente correndo com medo que prendessem nossos pais. Eles entravam e furavam o teto, os tetos das nossas casas eram forrados de eucatex. Eles furavam com baioneta, procurando o pessoal para prender, sob o comando do coronel Futuro, se não me engano. Nós ficamos cercados lá dentro da vila, com medo, até que foi normalizando.
>
> [...] A gente vivia sob uma emoção muito forte, em função da presença do Exército, que causava terror a todos nós. Nossos pais saíam para trabalhar, por exemplo, com medo. Não queriam levar nada que fosse estranho ao trabalho, nem lanche o pessoal queria levar, com medo de ser revistado e eles acharem que podia ter alguma coisa ali [...]".

Vivaldo Fernandes das Neves, delegado sindical na época, avalia que o Exército "Poderia invadir a sua casa e de qualquer cidadão, porque eles queriam fazer alguma coisa que tivesse repercussão." Conta ele que foi despido, teve ossos quebrados, unhas arrancadas e testículos quebrados, tanto que

> "Tenho duas cirurgias, meu testículo ficou todo esfolado." No entanto, ele fez questão de registrar também: "Depois, fiz uma filha maravilhosa, que hoje é médica, aí com este testículo esfolado."

Ainda segundo Vivaldo, que era também secretário da campanha de alfabetização (havia um decreto de Jânio Quadros mandando alfabetizar o trabalhador no seu local de trabalho), a tortura atingiu outros companheiros e se estendeu das oito às seis horas. Foram todos conduzidos (ou seria tangidos?) para uma corveta que os levaria a Fernando de Noronha, mas acabou retornando a Salvador, onde todos foram conduzidos ao 19^0 BC. A prisão durou 90 dias e, depois, mais 90 dias, ao fim dos quais foram soltos.

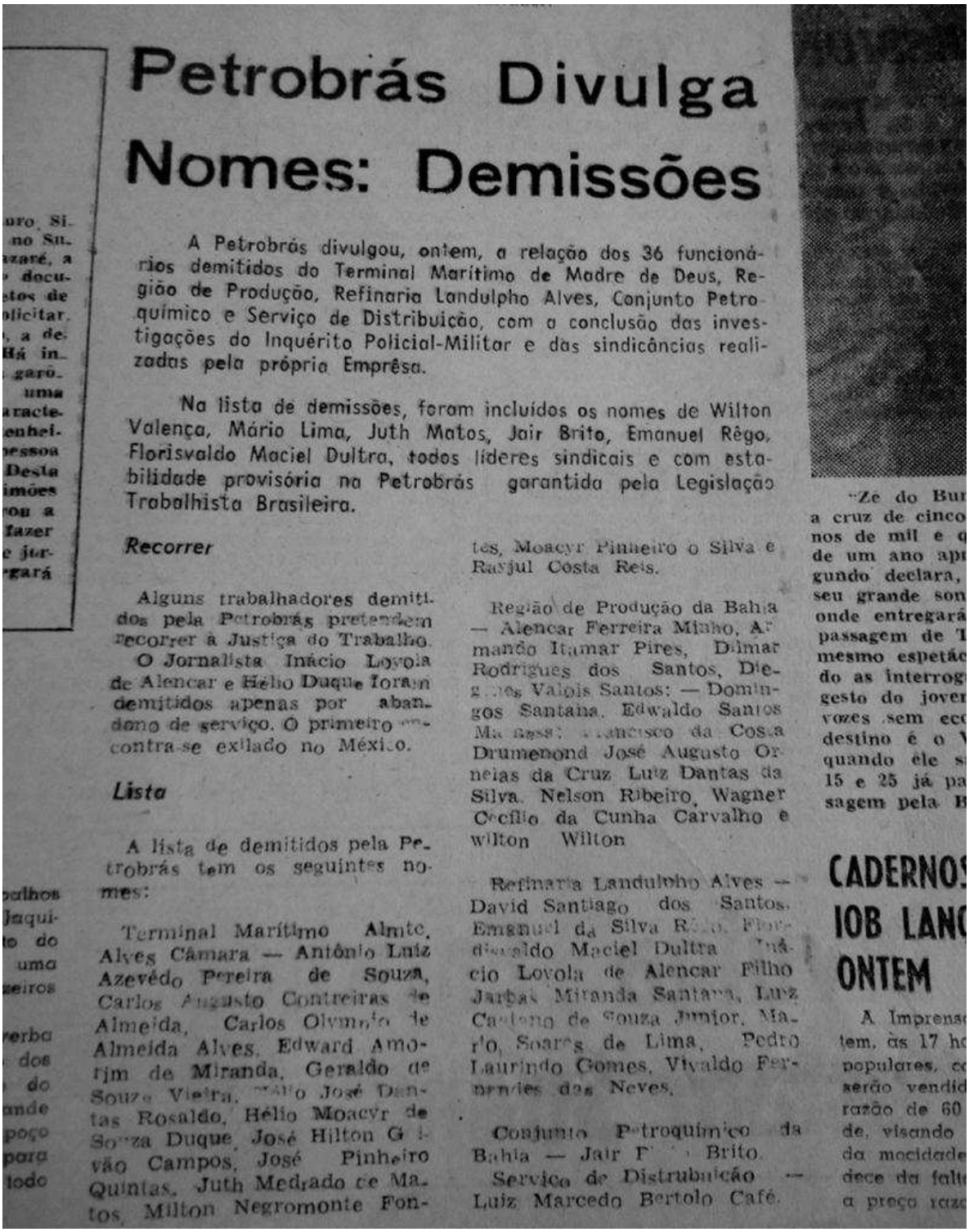
Mário Lima, em depoimento retirado do site memória.petrobras.com.br,registra uma outra situação que, provavelmente, não foi singular: ele foi demitido "por abandono de serviço", enquanto estava preso em Fernando de Noronha, fato amplamente publicado na imprensa da época. A ironia maior é que o mesmo jornal que estampava a sua demissão noticiava a sua presença na ilha. Já Wilton Valença da Silva (depoimento prestado à Comissão Especial da Verdade da ALBA), que era o presidente do sindicato, recebeu a notícia de sua dispensa por justa causa, datada de 11 de agosto de 1964 sem direito a qualquer explicação, muito menos defesa.

O resultado daquela onda de demissões foram 104 petroleiros demitidos (Anexo 37 p. 617).

Quando o sindicato foi liberado da intervenção, em 1965, houve eleição e Marival Caldas foi eleito. Já em 1968, embora clandestina, havia a Federação Nacional dos Petroleiros, que comandou uma greve nacional deflagrada a 14 de agosto, resultando na intervenção do sindicato, em Salvador, quatro dias depois.

Em 1968, no SINDIPETRO, vários diretores foram demitidos. Lista fornecida pela ABRASPET os identifica: Antônio Valente Barbosa, Enio Cavalcanti de Souza, Hybernon de Oliveira Serra, José Valdemiro de Santana Gordilho, Hermano Novaes Dantas, Marival Nogueira Caldas, Pedro Augusto Vieira Vaz Sampaio, Reynaldo Hélio da Costa e Veríssimo Avelino Ribeiro.

À época, a ditadura anunciava, pela imprensa, as prisões e julgamentos. Como exemplo, publicamos, abaixo e na próxima página, recortes do Jornal da Bahia, de 29 de agosto de 1964, e do Jornal A Tarde *06 de junho de 1964.*



Petrobrás Divulga Nomes: Demissões

A Petrobrás divulgou, ontem, a relação dos 36 funcionários demitidos do Terminal Marítimo de Madre de Deus, Região de Produção, Refinaria Landulpho Alves, Conjunto Petroquímico e Serviço de Distribuição, com a conclusão das investigações do Inquérito Policial-Militar e das sindicâncias realizadas pela própria Emprêsa.

Na lista de demissões, foram incluídos os nomes de Wilton Valença, Mário Lima, Juth Matos, Jair Brito, Emanuel Rêgo, Florisvaldo Maciel Dultra, todos líderes sindicais e com estabilidade provisória na Petrobrás garantida pela Legislação Trabalhista Brasileira.

Recorrer

Alguns trabalhadores demitidos pela Petrobrás pretendem recorrer à Justiça do Trabalho. O Jornalista Inácio Loyola de Alencar e Hélio Duque foram demitidos apenas por abandono de serviço. O primeiro encontra-se exilado no México.

Lista

A lista de demitidos pela Petrobrás tem os seguintes nomes:

Terminal Marítimo Almte. Alves Câmara — Antônio Luiz Azevêdo Pereira de Souza, Carlos Augusto Contreiras de Almeida, Carlos Olympio de Almeida Alves, Edward Amorim de Miranda, Geraldo de Souza Vieira, Hélio José Dantas Rosaldo, Hélio Moacyr de Souza Duque, José Hilton G. Vão Campos, José Pinheiro Quintas, Juth Medrado de Matos, Milton Negromonte Fontes, Moacyr Pinheiro o Silva e Raujul Costa Reis.

Região de Produção da Bahia — Alencar Ferreira Minho, Armando Itamar Pires, Dilmar Rodrigues dos Santos, Diegues Valpis Santos: — Domingos Santana, Edwaldo Santos Ma[illegible] Francisco da Costa Drumenond José Augusto Ornelas da Cruz Luiz Dantas da Silva, Nelson Ribeiro, Wagner Cecílio da Cunha Carvalho e wilton Wilton

Refinaria Landulpho Alves — David Santiago dos Santos, Emanuel da Silva Rêgo, Florisvaldo Maciel Dultra Inácio Lovola de Alencar Filho Jarbas Miranda Santana, Luiz Caetano de Souza Junior, Mario Soares de Lima, Pedro Laurindo Gomes, Vivaldo Fernandes das Neves.

Conjunto Petroquímico da Bahia — Jair F[illegible] Brito.

Serviço de Distrubuição — Luiz Marcedo Bertolo Café.

Jornal da Bahia, de 29 de agosto de 1964



JUNHO DE 1964

olíticos

ASSAÇÃO

s políticos do ex-presi-
atenção dos políticos,
do presidente Castelo
a do atendimento à
ça Nacional, onde, ao
le votos contra a me-
padamente declaradas,
ue o Presidente entre
u a segunda, na per-
rá as razões de sua
ão superficial).

ho, formado de depu-
ficos e de médicos da
de Saúde, para refor-
digo Sanitário do Es-

m tempo, um projeto
ização do Código Sani-
olicitado pelo ex-secre-
úde, prof. Edgar Pires
uma comissão presi-
prof. Antônio Simões.
ão de Saúde poderia
projeto como orienta-
us trabalhos.

o o deputado Hono-
quando de sua admi-
frente da Secretaria
o deputado Hilton
secretário da Assem-
ou que quando to-
o cargo a Casa não
r crédito no comér-
vendo a inúmeras
o secretário da Fa-
a situação e recebeu
s de que necessi-
do faltado recursos

SEXTA REGIÃO DIVULGA LISTA DOS QUE TIVERAM PRISÃO PREVENTIVA REQUERIDA

Foi solicitada a prisão preventiva, ao Conselho Permanente de Justiça Militar da Auditoria da 6.ª RM, de 45 presos políticos, inclusive dois de Aracaju, acusados de atividades subversivas, corrupção e malversação. Na lista estão incluídos os nomes de Mário Lima, Wilton Valença, Diógenes Alves, Vitor dos Santos, Luiz Avena, Jarbas Santana, Ernesto Dremmer e outros.

A nossa reportagem divulga, a seguir, a lista completa de 45 implicados, que nos foi fornecida pelo cel. Bezerra Cavalcanti, ora respondendo pelo Comando da 6a. Região Militar. Eis os que tiveram suas prisões preventivas requeridas: Honorato José de Macêdo (ferroviário), Ascendino da Silva Bina (ferroviário) Luiz Mário Avena (médico), Rubens Mário de Macêdo (advogado), Wilton Valença (deputado estadual), Mário Soares de Lima (ex-deputado federal), Vitor dos Santos (ferroviário), Diogenes Alves (ex-deputado estadual), Marcos Gorender (médico), Ernesto Dremmer (ex-superintendente da Refinaria de Mataripe) e os seguintes servidores da Petrobrás: Rubens Dias do Nascimento, Jarbas Santana, José Ornelas da Cruz Milton Costa Oliveira, Nazaire Cordovil Barbosa, Antonio da Silva Santos, Vivaldo Ferreira das Neves, Nudd David de Castro, Emanuel da Silva Rêgo, Antonio Esteves de Almeida, Rocco Megna, Edson Loureiro Reis, Edson da Silva Teles, Milton de Carvalho Silva, David Santiago dos Santos, Carlos Eleu Blondi, Raimundo Lopes, Manoel Jerônimo de Carvalho, Odyrceu da Costa Vigos, Heitor Garcia dos Santos, Diogenes de Valois Santos, Armando Itamar Pires, Luiz Dantas da Silva, Evilásio Menezes de Almeida, Osvaldo Marques de Oliveira, Edvaldo dos Santos Barbosa, Alencar Ferreira Minho, Plinio José Batista de Aguiar, Fiordivaldo Maciel Dutra, Carlos Alberto Martins, Dilmar Rodrigues dos Santos e Ordam da Silva Pinho.

OS DE ARACAJU

Os dois políticos de Aracaju que também terão suas prisões preventivas requeridas são: Cleto Sampaio Maia (ex-deputado estadual) e Geraldo Sampaio Maia (ex-prefeito da cidade de Propriá — Sergipe). Os inquéritos de ambos foram concluídos e remetidos à 6a. Região Militar, que ora vem de solicitar a referida medida ao Conselho Permanente da Justiça Militar.

REGIÃO DE PRODUÇÃO

O coronel Marcos Bezerra Cavalcanti informou também que já foi concluído o inquérito da Petrobrás, referente à Região de Produção (Planta de Gasolina), do qual foi encarregado o tenente-coronel Frederico Franco. E adiantou que os autos foram encaminhados à Auditoria da 6a. Região Militar, por onde correrá o processo respectivo. Informou que para a maioria dos implicados, enquadrados em atos de subversão, com ligações diretas com o PCB, foram pedidos prisão preventiva, por igual, ao Conselho Permanente de Justiça Militar.

OS JULGAMENTOS

Explicou ainda o coronel Marcos Bezerra que os casos de subversão e atos de atentado contra o regime serão julgados pela Justiça Militar, bem assim aqueles enquadrados na Lei de Segurança Nacional e no Código Penal Militar. Os crimes de corrupção e malversação de dinheiros públicos, etc., serão julgados pela Justiça Civil, como é óbvio.

SOLTOS CONDICIONALMENTE

Quanto as pessoas soltas condicionalmente, o coronel Bezerra Cavalcante revelou-nos, ontem, a lista parcial: Rubens Ribeiro (estudante), Manoel Gomes São Mateus (estudante), Antonio Carlos Maciel Tramm (estudante) Adolfo Mendes de Souza (ferroviário), José Messias de Oliveira (ferroviário) e Milton Moreira Ramos (ferroviário). Tôdas as pessoas soltas, nessa condição, continuarão a responder ao inquérito policial militar.

REUNE-SE NAS PRÓXIMAS HORAS

Face aos pedidos já encaminhados ao Conselho Permanente de Justiça Militar, solicitando a decretação de prisão preventiva para outros indiciados, espera-se que o referido órgão, que funciona no Forte de Mont' Serrat, venha a reunir-se nas próximas horas, a fim de apreciar os pedidos já encaminhados pelos encarregados dos IPMs.

Resolvido: Estado vai dar 50 milhões à Comuna

Reunida, ontem, à tarde, a Comissão Executiva encarregada da aplicação dos recursos destinados às vítimas das enchentes que ocorreram no Estado, decidiu manter a decisão do Govêrno do Estado, concedendo auxílio de 50 milhões de cruzeiros à Prefeitura de Salvador, para atender às vítimas dos desabamentos nesta Capital.

Trinta milhões serão aplicados na reconstrução e construção de casas e 20 milhões na recupera-

SUNAB convoca bancos·

Sugerida ex
dos cargos

Jornal A Tarde, 06 de junho de 1964.

5.3.1.2 A Greve de 1983 em Mataripe

Para a História é fundamental falar sobre a Greve de 83, minimizada ou esquecida na bibliografia. Foi uma greve curta. A Refinaria de Paulínia em São Paulo, parou a partir do dia 06 /07 e em Mataripe, a greve se desenrolou entre a zero hora do dia 08 e as 23 horas do dia 11/07, data que se encerrou nas duas refinarias. Foi uma greve impactante por ser a primeira a parar refinarias durante a ditadura e os trabalhadores sofreram pesada e duradoura repressão.

A partir de vídeo editado pela ABRASPET foram coletados depoimentos dos atores sociais daquele momento histórico. O Governo, utilizando-se da grande imprensa, alardeou a ameaça de decretar estado de emergência no país; decretou imediatamente intervenção nos sindicatos de Campinas e da Bahia, cassando e demitindo seus diretores.

E a greve teve caráter essencialmente político; tinha como alvo a política econômica do Governo e o objetivo de defender os direitos dos trabalhadores e a construção de uma Greve Geral. Em “Mensagem ao povo da Bahia” (Anexo 38 p. 618 e 619), o SINDIPETRO e mais o SINTEC, SINERGIA, Bancários, Metalúrgicos, STIEP e SINDIQUÍMICA justificaram a greve. Nela rebateram acusações da imprensa de que os trabalhadores das estatais eram privilegiados, denunciam o modelo econômico adotado como responsável pela crise econômica, lembravam as conquistas dos trabalhadores obtidas a duras penas, através de greves e outras formas de lutas, quando “muitos companheiros foram demitidos, presos, torturados e até mortos e conclui:

> “E é na defesa das estatais, da soberania nacional tão duramente golpeada e do direito de trabalhar, que, os trabalhadores da Refinaria de Mataripe, estão em GREVE, esperando a compreensão e a solidariedade de toda a comunidade da Bahia.”

É o que mostram os panfletos recolhidos, e destacados pela repressão. Alguns trechos:

> “O Governo, cumprindo as ordens do FMI, vem atacando de todas as formas os trabalhadores, visando manter os lucros das grandes empresas nacionais e estrangeiras e pagar os juros da monstruosa dívida externa que eles arranjaram. A crise é para o povo, os barões vivem na maior mordomia. Os pacotes são cinicamente jogados, dia a dia, em cima dos trabalhadores como verdadeiras bombas, querendo até acabar com o 13º (...).
>
> A ideia da Greve Geral está crescendo, parar todo mundo em todo o Brasil, para mudar a política de opressão e exploração por parte dos governantes, FMI e patrões”. (Fonte: Unidade Sindical – Greve: a resposta dos trabalhadores)

As declarações de apoio ao movimento também destacam seu objetivo. Dos parlamentares destacamos:

> “Na última terça-feira, os operários da REPLAN, a maior Refinaria do país, situada em Paulínia-SP, entraram em greve. Eles reivindicavam estabilidade no emprego e não aceitam o “Pacote das Estatais”, decretado recentemente pelo governo.
>
> Algumas horas após a deflagração da greve, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretou intervenção no Sindicato dos Petroleiros. Segundo a imprensa, o Sr. Murilo Macedo atendeu ordens diretas do SNI – Serviço Nacional de Informações.
>
> Aqui na Bahia, os petroleiros entram em greve a partir de hoje. A Refinaria Landulfo Alves, situada em Mataripe, vai paralisar pela primeira vez depois do golpe militar de 1964.
>
> Em todo o país, petroleiros, bancários, eletricitários e trabalhadores de outras categorias mobilizaram-se contra o arrocho salarial, o desemprego e o “Pacote das Estatais”.
>
> Outras Greves devem ser deflagradas pelos trabalhadores em todo o país. Ganha força a ideia da greve geral contra o arrocho e o desemprego.
>
> (...).
>
> Nós, parlamentares eleitos pelo povo para defender os interesses, apoiamos irrestritamente as reivindicações levantadas pelos petroleiros e demais categorias e as formas de luta por eles democraticamente definidas. Só o povo unido será capaz de dar um basta a este estado de coisas. Conclamamos todos os setores populares e democráticos a manifestarem o seu apoio aos operários em greve. Por um Brasil livre, independente e democrático”. (Fonte: A Classe Operária, ao povo baiano)

O Panfleto era assinado pelos deputados federais Francisco Pinto e Haroldo Lima; estaduais, Colbert Martins e Luiz Nova; vereadores de Salvador, Jane Vasconcelos, Lídice da Mata, Agenor Oliveira, Ney Campelo e João Dantas.

A “Comissão por eleição direta para Presidente da República” (reivindicava eleição direta para 1985), composta pelo PMDB, PT, Unidade Sindical, Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH), União dos Estudantes da Bahia (UEB), União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES) e Movimento Contra a Carestia, lançou nota “Todo apoio à greve dos trabalhadores”.

Nos panfletos recolhidos encontramos ainda o apoio da Comissão Executiva Estadual do PT em 08 de julho (‘Mataripe também pára’), da chapa de oposição do Sindicato dos Condutores Rodoviários (‘União e Força’ solidária com os petroleiros), e do SINDIQUÍMICA (PETROBRAS EM GREVE).

A greve, nacional, teve enorme repercussão uma vez que foi uma mobilização que acabou influenciando os metalúrgicos e outras categorias de trabalhadores das cidades do ABC paulista, que entraram em greve em solidariedade aos petroleiros. O depoimento de Jair Meneghelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em 1983, é ilustrativo. Segundo ele, a greve em solidariedade custou ao sindicato a cassação da diretoria. O que provou, para ele, que eram greves políticas de resistência contra o Regime Militar.

Por ordem do governo, o Exército foi colocado de prontidão em São Paulo e, na Bahia, a Polícia Militar ocupou a Refinaria de Mataripe expulsando os grevistas. Essa operação contou com mais de mil homens, e outros mil que foram postos em prontidão para uma possível necessidade de reforços. Segundo Elísio Santana, vice-presidente do SINDIPETRO Bahia em 1983, os militares assumiram o comando da Refinaria. Leonardo Gomes, ex-petroleiro demitido, conta que os policiais arrancaram do peito dos trabalhadores, com toda a força, os crachás, “como se tivesse lidando com ladrão salteador”. José Vilas Boas, também ex-petroleiro demitido, conta que os policiais portavam um cassetete elétrico.

Abaixo e nas páginas a seguir, recortes de jornais, locais e nacionais, noticiam a greve, as repressões e o fim da greve com dezenas de trabalhadores demitidos.



JORNAL DO BRASIL — 1º CADERNO — NACIONAL

Greve cresce no ABC e Governo intervém no sindicato

Jornal do Brasil, 09/07/1983, p. 3



PM invade e ocupa Mataripe

Jornal não identificado



BAHIA: INVASÃO.

Uma tropa de choque tirou 400 operários da refinaria de Mataripe

Jornal não identificado



Termina greve dos petroleiros

Demissões "são irrecorríveis"

Figueiredo tem hc
o último ato oficia

Panorama da seca n
é mudado em Sergi



Normalidade volta à Refinaria de Mataripe

Jornal A Tarde, terça-feira 12 de julho de 1983

Documento da Secretaria de Segurança do Estado da Bahia, datado de 28/julho/83 faz um balanço da greve na perspectiva da repressão. Afirma que, diante da proposta de Greve Geral de 24 horas para o dia 15 de julho de 1983, o PT, para “roubar o espetáculo de Joaquinzão (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, aliado do PCB), e sob a liderança de Jacó Bittar, Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, precipitou a greve mobilizando o Sindicato dos Petroleiros entre eles o de Mataripe/BA” “Documento confidencial da Polícia Militar do Estado da Bahia, reconstrói a greve desde “as 19:30 do dia 06 de julho (quando a Assembleia definiu a greve dos petroleiros para a zero hora do dia 08 de julho) até às 23 horas do dia 11 de julho de 1983, quando a Assembleia do SINDIPETRO decidiu pelo fim da paralisação”.

Neste documento que pelo seu detalhamento (inclui os acontecimentos com dia, hora e participantes), pode-se atestar a minúcia com que a repressão acompanhava a mobilização sindical. Destacamos alguns elementos.

A dimensão da Assembleia conjunta que reuniu, sob a coordenação de Germínio Borges dos Anjos, Presidente do SINDIPETRO, em frente do Sindicato dos Eletricitários, cerca de 700 pessoas dos seguintes sindicatos: BANCÁRIOS, SINDIQUÍMICA, ENGENHEIROS, Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Petróleo – STIEP, METALÚRGICOS, TELECOMUNICAÇÕES. A maioria pertencente ao SINDIPETRO. Após os pronunciamentos, os sindicatos se reuniram separadamente, sendo que o único que decidiu pela greve foi o SINDIPETRO com, segundo a PM, as seguintes reivindicações:

- Revogação do pacote (das medidas econômicas)
- Suspensão da intervenção no SINDIPETRO/SP (que já havia decretado a greve)
- Garantia de estabilidade no emprego

A decisão foi de início da greve à zero hora do dia 08, e que os demais sindicatos deveriam decidir sobre sua adesão.

A PM identifica 28 dos presentes e, a partir daí, historia dia a dia, na perspectiva de repressão, a mobilização dos grevistas e dos seus apoiadores, políticos e sindicais. Dentre estes fatos, a intervenção no SINDIPETRO (08/07/1983, 16h), o cerco da refinaria pela PM (08/07/1983, a partir das 18:30horas), a manutenção de operários dentro da refinaria, a mobilização para trazer petroleiros (registra que no dia 09, às 23:21horas, os ônibus que conduziam os funcionários chegam à RLAM escoltados por viaturas da Policia Militar) e o reinício dos turnos com a quantidade reduzida de funcionários no dia 10 e o retorno de maior quantidade no dia 11, em cuja noite a Assembleia decreta o final da greve.

Ao fim da greve sucederam-se as demissões. Sobre as demissões temos duas fontes: o SNI, que na época, identificou e qualificou 181 e a ABRASPET que em documento, encaminhado à CEV, em 2015, identificou 200 (Anexo 39 p. 620 a 622).

Através do vídeo documentário, citado anteriormente, recolhemos a versão dos petroleiros. Nela vimos que os grevistas fizeram um piquete, em Mataripe, desde a noite de 07/07/1983

A intervenção no sindicato foi noticiada à tarde do dia 08/07/1983, mas a notícia só chegou à Refinaria às 16h quando os membros do Sindicato se encontraram com o Superintendente da Refinaria e funcionários do alto escalão. O interventor escolhido, Ademar Leal Lisboa, compareceu à Refinaria ao lado de agentes do SNI. O presidente do Sindicato dos Petroleiros, Germínio Borges, conversou com os trabalhadores e se retirou pelo portão lateral. O mesmo relata a presença do SNI na Refinaria espalhando medo e

tensões de possíveis torturas. Os petroleiros estabeleceram redes com outras categorias com a finalidade de resistência ao Regime Militar. O Exército foi colocado em prontidão em São Paulo e a Polícia Militar da Bahia – Tropa de Choque- (com mais de 1000 homens) invadiu a Refinaria de Mataripe no dia 09/07/1983 às 19h 10min, expulsando os 400 grevistas presentes, os quais estavam mobilizados há mais de 40 horas. Os sindicalistas contataram com o então superintendente da Petrobras naquela época que informou que não mais comandava a Refinaria, pois os militares assumiram o comando. Em solidariedade, os metalúrgicos (58 mil) do ABC paulista, confirmando o caráter político e em resistência ao Regime Militar também paralisaram as atividades o que lhes custou intervenção e cassações. A imprensa divulgou e legitimou a posição do governo militar.



Apesar da repressão, os piquetes aconteceram na porta da RLAM.



Diversos segmentos da sociedade apoiaram a greve, parlamentares a exemplo de Haroldo Lima, deputado federal; Luis Humberto, deputado estadual e Fernando Schmidt, vereador de Salvador levaram apoio aos petroleiros.

O presidente da Petrobras em 1983, Shigeaki Ueki, concedeu uma coletiva de imprensa, veiculada no Jornal Nacional da Rede Globo, na qual informou que os petroleiros deveriam voltar aos postos de trabalho ou “todos eles serão dispensados”. No retorno às atividades, a liderança do movimento teve os crachás de identificação profissional “arrancados do peito”. Fizeram um corredor de policiais pelo qual esses funcionários foram conduzidos, que tiveram que baixar a cabeça, não sacudir os braços e passar por esse lugar sofrendo tortura psicológica e física (encostaram cassetetes de alumínio eletrificado). Os jornais da época noticiaram que as demissões seriam irrecorríveis

A repressão continuou depois de perderem o emprego: os petroleiros foram perseguidos e impedidos de trabalhar em qualquer outra empresa pública ou privada. O governo fez circular “listas negras”o que impediu que fossem contratados em qualquer empresa da área petroleira, química ou petroquímica, os expulsou da categoria profissional e, assim, do direito de permanecer filiado ao sindicato. A CEV-BA obteve exemplar de “lista negra”, nos arquivos da Comissão da Anistia, com 340 nomes de grevistas (152 de Paulínia e 188 da RLAM), Estas “listas negras”, evidenciando a perseguição política, serão, posteriormente, instrumento para reintegração e anistia.

Alguns depoimentos de ex-petroleiros demitidos em 1983 demonstram o seu sofrimento. Gildásio Ribeiro:

> “Naquele momento sofreram todos que dependiam de mim. Meu filho de 04 anos, minha mãe, meu pai. Foi realmente uma lacuna existencial que nunca, nenhuma reparação vai fazer voltar no tempo pra que eu tivesse a dignidade de ter meu emprego de volta”.

Fernando Fonse:

> “Eu me vi perdido. Eu me desfiz de praticamente tudo que eu tinha na vida. Além dos problemas psicológicos das crises que tive que enfrentar foi terrível”.

Antônio Alencar (diretor do SINDIPETRO – Campinas 1983):

> “Até meu casamento acabou. Foi muito duro porque aquela sensação de você amanhecer no outro dia, eu falei ‘e agora o que é que eu faço?’”.

Francisco Guimerans:

> “A gente ficou acuado. Essa que é a verdade. A gente se sentiu muito pressionado e naquele momento perdido, porque era um emprego de vinte anos. Diariamente havia aquela expectativa. Arrumei trabalho? Não. Mandei 40 currículos, até hoje eu tenho as firmas que eu mandei. E o motivo da não contratação foi ter participado da greve”.

5.3.1.3 A tentativa de Greve Geral

Após o término da Greve dos Petroleiros em Paulínia e Mataripe, o movimento pela Greve Geral continuou.

Para analisar o ocorrido na Bahia, mais importante é o documento confidencial da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, que reconstitui o movimento na perspectiva da repressão.

Relembra que em 01/07/1983, a Comissão Nacional pró CUT se reunira em São Paulo e escolhera o dia 21 de julho para realizar Greve Geral por um dia em todo o Brasil. Desta reunião teria pela Bahia participado Nilson Bahia (membro da Comissão Nacional e da Unidade Sindical Bahia) Pedro Barbosa de Oliveira Neto (membro do Sindicato dos Bancários da Bahia) Antônio Renildo Santana Souza (Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos) e Franklin Carvalho de Oliveira Junior (membro da Unidade Sindical). Historia, a partir daí, as articulações realizadas no Sindicato dos Bancários (Beraldo Boaventura – Waldir Matos Regis) que considerara a greve inoportuna, Eletricitários (Lazaro Bitar de Souza e Nilton Donato Vasconcelos, Presidente e Vice), SINDIPETRO e STIEP que apesar de apoiar não aderiram pelas consequências da greve de Mataripe, SINDIQUÍMICA que funcionou como Quartel General, o apoio na Universidade Federal da Bahia e de algumas de suas unidades, da APUB - Associação dos Professores Universitários da Bahia e ASSUFBA – Associação dos Servidores da UFBA, da APLB – Associação dos Professores Licenciados da Bahia e de professores que conseguiram que colégios paralisassem totalmente (sete) ou parcialmente (três) as atividades.

Revela que a Secretaria de Segurança promoveu, no dia 15 de julho de 1983, uma reunião com alguns órgãos de informações da área e chefes de segurança do Cia (Centro Industrial de Aratu) e Polo Petroquímico para definir linha de atuação contra os promotores da greve, na qual teriam tirado as importantes lições da greve dos petroleiros, e decidido atualizar o Plano de Segurança de cada empresa e requerido plano de transporte dos operários.

Na véspera, dia 20, o Secretário de Segurança Pública concedeu entrevista na TV Aratu afirmando que a Polícia Militar e a Polícia Civil usariam todos os meios para reprimir.

A partir daí, denunciam os “boatos”, a depredação, ainda no dia 20, de nove ônibus, a panfletagem feita por membros do PC do B da qual resultaram algumas detenções.

No dia 21, colocaram forte esquema policial nas garagens das empresas de ônibus que serviam ao Cia e ao COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) e nas fábricas prenderam 31 ativistas dos quais 20 foram autuados em flagrante, 12 detidos e ouvidos (dois como testemunhas), comemoravam o que consideravam uma vitória, ainda que reconhecendo que alguns setores não tivessem funcionamento normal, atribuindo a vitória à atuação das polícias (Militar, Civil e Federal) e ao aviso das empresas de que demitiriam os participantes, o que, pela “experiência recente de greve dos petroleiros, teria contribuído significativamente para a não adesão”.

À época, desejando, provavelmente, mostrar a amplitude da sua cobertura e, atualmente, contribuindo para mostrar a amplitude do apoio obtido – lista ainda 62 nomes de ativistas. Dentre eles, deputados, vereadores e dirigentes partidários (PMDB, PT, PC do B) lideranças estudantis, profissionais, partidárias, dirigentes e militantes sindicais; militantes provenientes da luta pela anistia e direitos humanos. Uma curiosidade – Jacques Wagner que, como governador, criou a CEV, aparece na relação como SINDIQUÍMICA – PT.

5.3.1.4 A luta pela reintegração e anistia dos petroleiros

A ABRASPET lembra que:

> “a promulgação da lei 6.682 da Anistia Política, em agosto de 1979, criou a oportunidade de reencontro e da organização dos petroleiros nos estados da Bahia, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul,

> Alagoas, Minas Gerais e Sergipe que, em dezembro de 1980, criaram a Comissão Nacional dos Anistiados da Petrobras".

Em 1981, a Comissão assumiu sigla a CONADE, criou Coordenadorias Regionais e concentrou-se preparando documentos e requerimentos de anistiados. A CONADE Bahia era coordenada pelo ex-deputado Mário Lima (cassado pelo golpe de 1964), e por "Nina", (Leide Rezende Campos), que, também, secretariava a Comissão Nacional em Defesa da Anistia. Esta, em março de 1985, promoveu no Rio de Janeiro, reunião com os anistiados de todas as categorias, a partir do qual emergiu a realização, em 09 e 10 de abril de 1985 do I Encontro de Anistiados da Petrobras, realizado no SINDIPETRO – RJ coordenado por Reynaldo Hélio da Costa. ("Mangabeira" à época coordenador da Regional Bahia). A nova direção do CONADE dirigiu-se ao presidente da Petrobras (Hélio Beltrão) e obteve do Ministro de Minas e Energia, Antônio Apolinário Chaves de Mendonça, a portaria 762 criando a Comissão para, em face da lei, examinar os pedidos de anistia. Em 18 de outubro de 1985, os que tiveram seu pedido aceito pela Comissão foram reintegrados. A Comissão que recebeu dezenas de solicitações funcionou até outubro de 1986 quando processos pendentes foram avocados pela Comissão Especial de Anistia do Ministério de Minas e Energia. Em 1987, o MME considerava encerrados seus trabalhos com a readmissão de 599 anistiados.

Os anistiados e sua direção nacional, inconformados,pressionaram e, em 24/03/1988 conseguiram (aviso 116/88 de MME) progressão salarial ou promoção na carreira, a contagem de tempo desde a demissão até novembro de 1985 e reenquadramento.

No ano 1988, dois eventos - a CONADE se exauria (junho) e a Constituição Federal (APCT art. 8, **§§** 2015) reconhece o direito dos petroleiros.

A CONADE –Bahia se juntou com a ASTAPE e continuam enfrentando as pendências. Em 19 de setembro de 1996, em Salvador, reagindo contra as ações do INSS retirando direitos adquiridos dos aposentados especiais (caso dos anistiados) foi criada a ABRASPET – Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais Empresas Estatais. A partir daí, deu apoio jurídico e político às ações dos anistiados. Acompanhou as atividades da Comissão de Aperfeiçoamento do Processo de Anistia (9/11/1999 a 31/03/2000) do qual emergirá a Medida Provisória que cria a declaração de anistiado político e estabelece a reparação econômica que ficaram a cargo da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Apresentados os processos de anistia, os petroleiros foram todos anistiados, a maioria recebendo reparação econômica. Os demais continuavam, em 2015, na luta para recebê-la.

5.3.2 Químicos e petroquímicos

A greve de 1985, no Polo Petroquímico de Camaçari foi a primeira a parar um Polo Petroquímico no mundo. Além disto, ela tem características que a tornam especial na reconstrução da luta dos trabalhadores brasileiros contra a repressão política. A primeira é a de que ocorreu mais de quatro meses após o fim formal da Ditadura Militar (15/03/1985) com a posse na Presidência da República do civil José Sarney em substituição ao Gen. João Batista Figueiredo. A repressão policial e militar que os petroquímicos sofreram mostra a manutenção do aparato dos órgãos de repressão que conservaram sua articulação e autonomia dentro da estrutura do Estado. Exemplo maior desta articulação e autonomia era o Polo Petroquímico que funcionava como um enclave, com organização e estrutura de poder, inclusive repressivo, próprias. Símbolo da aliança empresarial militar é o fato de que,

em 1985, no período da greve, o General Ernesto Geisel, ex-presidente da República era o diretor-presidente da NORQUISA e chefe do Conselho deliberativo da COPENE.

A greve de 1985 foi o ápice de um confronto entre as organizações dos químicos e petroquímicos durante toda a ditadura que vale recordar.

5.3.2.1 Repressão e confronto entre 1964 e 1985

A Associação dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica – ASPETRO foi fundada em 15/04/1963, quando se iniciaram os trabalhos para a implantação do Conjunto Petroquímico da Bahia – COPEB que, inicialmente, continha apenas uma fábrica de fertilizantes e contava com pessoal oriundo da Petrobras. Inicialmente era legalmente organizada como delegacia do SINDIPETRO. A ASPETRO participou, ativamente, das mobilizações pelas "Reformas de Base". Ainda no dia 03 de abril, as instalações do COPEB foram ocupadas pelos militares que nelas permaneceram por 20 dias. A ASPETRO sofreu intervenção do Ministério do Trabalho e teve os diretores José de Brito e Erivaldo Bomfim presos. De 1964 a 1972, três juntas interventoras se sucederam na direção da ASPETRO e ela perdeu a quase totalidade de seus associados.

No início dos anos 70, o quadro industrial mudou e a categoria se ampliou. Foram inauguradas as fábricas da CIQUINE, PASKIN, CCC, White Martins em Camaçari e Candeias e a Petrobras fundou, como subsidiária, a PETROQUISA que se encarregou de instalar o COPEB. "Aos trabalhadores da construção, manutenção e reparo incorporava-se um novo tipo de trabalhador: eram os operadores do processo petroquímico, os instrumentalistas e técnicos de manutenção, os analistas químicos etc".

À época, muitos dos sindicalistas recebiam a influência do PCB – Partido Comunista Brasileiro. Em 1975, no âmbito da Operação Radar, que visava nacionalmente este partido, foram presos três diretores da ASPETRO (José Ivan Pugliesi, Sebastião Couto e Carlos Augusto Marighela).

Em 1978, a ASPETRO conseguiu a carta sindical como SINDIQUÍMICA e, logo após a inauguração (1977) do Polo Petroquímico, conseguiu assinar um acordo coletivo com aumento de 32%.

Em 1979, quando do lançamento das fábricas, a pressão obteve dos empresários o acatamento das reivindicações. A partir daí, os empresários passaram a reagir, organizando Departamento de Relações Industriais ou Departamento de Recursos Humanos. Em 1981, passaram a não reconhecer o SINDIQUÍMICA como representação dos químicos (o que obtiveram em 1983) e estimularam a criação do ASTIQUÍMICA. O SINDIQUÍMICA, por sua vez, estimulou a criação, em 1984, do PROQUÍMICOS que receberá sua carta sindical em 1985 e participará da greve. No período entre 1981 e 1985, foram organizadas greves em empresas; duas em 1981 (Melanina e Isocianatos), três em 1983 (Melanina, Isocianatos e Tibras) e quatro em 1984 (Melanina, Pronor, Metacril e Nitrocarbono), mas a greve na Central de Matérias Primas, que poderia parar todo o Polo, foi abortada pela ação repressiva (demissões) e promessas da direção. No período, no bojo do "novo sindicalismo", da criação do PT (1980), que se defrontava com sindicalistas ligados ao PCB e PC do B, e da criação da CUT (1985), grande instrumento de aglutinação e mobilização da categoria foi a criação do congresso anual dos químicos e petroquímicos. A greve de 1985 teve seu processo deflagrado em 31 de maio quando reunião das diretorias do SINDIQUÍMICA e PROQUÍMICA definiu destacar, dentre as 24 reivindicações aprovadas no

IV Congresso dos Trabalhadores Químicos e Petroquímicos (abril) as seguintes: jornadas de 40 horas semanais, 88,5% de adicional de turno ou turno de 6 horas; escala móvel de salários, estabilidade no emprego e instituição de taxa de solidariedade (contribuição sindical descontada em folha). Intenso trabalho de mobilização ocorreu de maio a agosto, tanto dentro dos locais de trabalho quanto nos seus portões, envolvendo debates, distribuição do boletim do sindicato (GRAVE) e, especialmente, da realização de Assembleias Gerais que acompanharam as dez rodadas de negociações.

5.3.2.2 A Greve

As negociações não levaram a acordos. Já na Assembleia Geral (AG) do dia 17 fora prevista a deflagração de greve para o dia 27 de agosto.



Assembleia da greve dos químicos e petroquímicos em 1985.

No dia 24, a AG rejeitou a contraproposta patronal e reafirmou a reivindicação de 88,5% para adicional de turno, readmissão de diretores demitidos na campanha de 1984, reconhecimento das Comissões de Fábrica e estabilidade de um ano.

À zero hora do dia 27, uma terça-feira, a greve começou. O primeiro momento, de 27 a 29, foi o de ocupação e paralisação controlada das fábricas.

O SINDIQUÍMICA, diferentemente de 1984, conseguiu a paralisação da Central de Matérias-Primas (COPENE), o que garantiu a parada do Complexo Petroquímico. As paradas procuraram seguir o mesmo padrão – o do “inchamento”: Os operadores que entravam à zero hora terminavam o turno, não saíam da fábrica e eram engrossados pelo do turno seguinte (às 8 horas). Dois turnos de 16 horas se renovavam nas fábricas. Este mecanismo, de um lado, permitiu a manutenção das regras de segurança na implantação da parada na produção e, de outro, representava a ocupação e a tomada do controle das fábricas pelos operários – o que era inadmissível pelos patrões. De 27 a 29 todo o COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) parou, acompanhado pelas fábricas químicas de Candeias, Arembepe e Aratu. (Vide quadro na pagina seguinte):

GREVE DE 1985 - QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS					
Empresas	Ação			Fim da Greve	Força de Trabalho
	Tipo	Início	Fim		
Metanor	Ocupação	27/8	12/9	12/9	101
Nitrocarbono	Ocupação	27/8	29/8	12/9	399
Copene	Ocupação	27/8	29/8	12/9	1149
Polialden	Ocupação	29/8	29/8	12/9	336
Nitrofértil	Inchamento	28/8	04/9		779
Pronor	Ocupação	28/8	30/8	12/9	737
Acrinor	Ocupação	28/8	4/9	12/9	274
Policarbonatos	Inchada/parada	28/8	28/8	12/9	72
Polipropileno	Parada/matprim	28/8	4/9		359
CPC	Parada/matprim	28/8	4/9		556
Politeno	Parada/matprim	28/8	4/9		360
Oxiteno	Parada/matprim	28/8	4/9		220
END / Estireno	Parada/matprim	28/8	4/9		429
Deten	Parada/matprim	28/8	4/9		269
Ciquine	Parada/matprim	28/8	4/9		692
Melanina	Inchada/parada	27/8	3/9	12/9	-
Basf	Ocupação	29/8	3/9	12/9	97
Carbonor	Ocupação	27/8		12/9	106
Copenor	Ocupação	27/8		12/9	144
Sufab	Ocupação	27/8		12/9	96
Rhodia/Unirohd	Ocupação	27/8		12/9	470
U.carbide	Ocupação	27/8		12/9	131
Metacril	Ocupação	27/8		12/9	438
Tibrás	Ocupação	29/8		12/9	901

Fonte dos dados: GUIMARÃES, 1991 p. 58.





Dois momentos da greve: acima a disposição da luta, abaixo a repressão

A parada da Central levou à paralisação de 15 empresas que dependiam do seu fornecimento. A “inchação" e o revezamento de turno ocorreram inicialmente sem grandes resistências. No início, a grande exceção foi exatamente, a Central de Matérias Primas, o coração do Polo. Impedidos de entrar pela polícia, a equipe do turno forçou a entrada pelo portão lateral.

Os operários enfrentaram a resistência dos supervisores e as empresas logo suspenderam o expediente administrativo, e cortaram o fornecimento de transporte. Segundo Guimarães, os operários conseguiram assumir o controle de sete plantas e em oito, apesar do apoio que deram à greve, a paralisação ocorreu, fundamentalmente, pela parada do fornecimento da Central.

Do dia 30 de agosto a 02 de setembro, enquanto a greve repercutia, a luta entre patrões e operários incluiu o recurso ao judiciário.

No dia 30 de agosto, o TRT – Tribunal Regional do Trabalho – julgou a greve legal; homologou a última proposta patronal, mas elevando os adicionais de turno para 80%. As empresas recorreram da decisão, passaram a alegar que a legalidade da greve valia até o julgamento, e, organizadas no SINPER (Sindicato das Indústrias Petroquímicas e Resinas

Sintéticas do Estado da Bahia) se recusaram a negociar com os operários que decidiram continuar a greve. Paralelamente à Justiça Trabalhista, os empresários conseguiram na Justiça Estadual, no mesmo dia, liminares de reintegração de posse. A reintegração de posse foi garantida pela polícia e os operários saíram organizadamente, cantando o hino.



A partir daí, os operários montaram acampamento na chácara "Novo Mundo", de propriedade do SINDIQUÍMICA, a cerca de 20 km de Salvador e 30 km do Polo. Lá permaneceram em Assembleia Permanente, estimulavam a manutenção da greve nas fábricas e passaram a reivindicar o cumprimento do dissídio e a retomada das negociações. Encontraram inabalável intransigência patronal. Tendo retomado o controle das plantas, os empresários atuaram em três dimensões.

A primeira, a de repressão. No dia 04 de setembro, anunciaram lista de demissões, por "justa causa", de 172 militantes (Anexo 40 p. 623 e 624), o que incluía três diretores sindicais e empregados qualificados que, ocupavam posições de supervisão ou coordenação de equipes, predominantemente cipistas (da CIPA – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) e ativistas sindicais. Segundo o SINDIQUÍMICA "as demissões no Polo Petroquímico de Camaçari eram orientadas pelo DIVIN (Departamento de Informações) da Petrobras que recebia informações dos DIRIN'S (Departamento de Relações Industriais) e possuíam um agravante: a inclusão dos nomes dos demitidos em arquivo dos serviços de informações do Regime Militar denominadas "lista negra". Deve-se acrescentar que, como ficou comprovado pela Comissão de Anistia, estas "listas negras" foram disponibilizadas para todas as empresas da área, o que impediu, conforme muitos e dramáticos depoimentos atestam, que os demitidos voltassem a se empregar em empresas da área.

Ao tempo em que reprimiam, as empresas investiram na retomada da produção, para tanto tendo utilizado aposentados, engenheiros e operadores de outros polos petroquímicos e aqueles que não participaram da greve (caso da maioria do pessoal administrativo) ou foram convencidos a abandoná-la. Uma terceira linha de ação empresarial incluía as visitas de representantes do DIRIN às casas dos petroquímicos para pressionar as esposas pelo retorno de seus maridos. Posteriormente, as casas foram visitadas por empregados da administração para entregar as cartas de demissões.

Com a retomada parcial das operações e sob pressão, a greve enfraqueceu e, após a publicação em 11/09 do acórdão do TRT, o SINDIQUÍMICA convocou Assembleia Geral para o dia 12 de setembro, o qual decretou o fim da greve. Não houve ganhos para os petroquímicos, as empresas terminaram pagando os 72,5% de adicional de turno que propuseram nas negociações. A greve nos Químicos resultou em acordos em separado, empresa por empresa.



As mulheres dos químicos e petroquímicos expressaram apoio à luta dos seus maridos e, em passeata, no dia 2 de setembro de 1985 denunciaram a "tortura psicológica".



Esposas dos trabalhadores em passeata, no dia 2 de setembro de 1985.

5.3.2.3 Repercussão na sociedade

Na sociedade, a Greve desencadeou uma polêmica entre, de um lado, os setores empresariais e conservadores e, de outro, o movimento sindical e os setores progressistas. Trechos extraídos da dissertação de mestrado de Iamara Andrade Sampaio ilustram bem a situação.

> No segundo dia de greve o Jornal A Tarde estampava na sua manchete: "Prejuízo de 30 bilhões por dia na greve do Polo" e no sexto dia apresentou um editorial com o seguinte título: "Grevistas Suicidas", nele caracterizava a greve de "antinacional e antipatriótica" com consequências "nefastas" e acusava os grevistas de "baderneiros", "fanáticos", "loucos" e guerrilheiros". (p. 110)
>
> (....)
>
> No dia 1º de setembro de 1985, o Jornal A Tarde colocou na sua manchete: "Grevistas queriam explodir a Pronor" acusando os operários de tentarem liberar gases tóxicos, caracterizando uma suposta violência nas atitudes dos trabalhadores que por sua vez se defendiam no Boletim Sindical afirmando: "Não somos terroristas" e argumentavam que não haviam ameaçado a liberação dos gases por que isso seria um ato suicida que atingiria a todos eles e acusavam a empresa de irresponsabilidade ao permitir a entrada de policiais despreparados e armados na área industrial enquanto os grevistas teriam sido zelosos com os bens das empresas e responsáveis ao evitaram uma "catástrofe" quando não utilizaram os meios que eles possuíam para resistir à polícia. (p. 118)
>
> (...) as esposas dos petroquímicos também expressaram apoio à luta dos seus maridos por meio de uma passeata no dia 2 de setembro de 1985 com a participação de um total aproximado de 200 mulheres e com a divulgação de um manifesto onde denunciavam a "tortura psicológica por parte de pessoas da administração das indústrias, seja através de telefonemas, seja através de contatos pessoais" e as condições de trabalho dos seus maridos. (p. 120)
>
> (...) no dia 03 de setembro de 1985 a Associação Comercial da Bahia, o Centro das Indústrias da Bahia e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia divulgaram no Jornal A Tarde uma nota de apoio aos empresários ressaltando que estes defendiam suas posições com "prudência, equilíbrio e firmeza". (P. 118)

Por outro lado,

> (...) O Boletim Sindical publicava as manifestações de apoio ao movimento que partiam do Sindicato dos Bancários da Bahia, Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia, da Associação dos Policiais Civis da Bahia, Sindicato da Borracha de Pernambuco, Sindicato dos Químicos do ABC paulista, Central Única dos Trabalhadores - Ba, Sindicato dos Petroquímicos do Rio de Janeiro e da CONCLAT. (p. 118)

Setores progressistas se organizaram para o apoio direto. O depoimento que Diva Santana concedeu à CEV-BA permite reconstituir o que foi feito e o clima em que se desenrolou a Greve.

O depoimento de Diva Santana em 09 de junho de 2014, na sede da CEV, é expressivo:

> "(...) foi formado Comitê de Apoio naquelas regiões lá do Sindiquímica, para os grevistas, (...), fizemos uma mobilização grande, e (*houve*) uma repressão violenta também. Foi organizado um Comitê de Apoio aos grevistas, e eu fiz parte desse Comitê de Apoio. Eu me lembro bem de Nilson Bahia pelo Sindiquímica, [...]
>
> O DCE da Católica, DCE da UFBA, Comitê de Anistia e Direitos Humanos e Movimento Contra Carestia formaram esse Comitê, e a gente rodava uns bônus pra vender na porta das fábricas, nas madrugadas, pra poder conseguir verbas para as famílias dos grevistas que estavam presos nas fábricas, e que estavam passando dificuldades financeiras. Recordo também, havia aqui na Vasco da Gama, havia uma fábrica de biscoitos, se não me engano biscoito Tupi, e nós fomos lá pedir biscoito ou leite pra essas famílias. Foi doado pela fábrica algumas caixas de biscoito. E os bônus, a gente rodava esses bônus no mimeógrafo de madrugada, saíamos pras fábricas, com um fusca, caindo aos pedaços diga-se de passagem, e íamos para as fábricas. Chegávamos na porta da fábrica, a gente abria a faixa em apoio aos grevistas, e vendia os bônus assim muito rápido porque tinha muita repressão ainda. A gente entrava no ônibus rapidamente, distribuía os bônus, e ia pegando o que podiam dar, eu não lembro a quantidade. Era o que podia, a gente recebia. E isso era repassado no Sindiquímica, era controlado e repassado às famílias dos grevistas.
>
> Outra questão muito forte assim que eu me lembro desse Comitê, na época Dom Avelar Brandão Vilela era o Arcebispo Primaz do Brasil (...) ele nos recebeu lá na Praça da Sé, naquele Palácio ali na Praça da Sé (A*rquiepiscopal*), e lá a gente fez um relato pra ele de como estava a situação dos grevistas e das famílias, uma greve que já durava muitos dias. Ele fez uma ligação para o presidente da Petrobras, Shigeaki Ueki, na nossa frente e abriu a negociação. Nessa altura já tinham muitas pessoas em greve de fome na Equipetrol por exemplo. Outro episódio foi a nossa ida à fábrica da Equipetrol.[...] Tropa de Choque! Polícia de Choque era o nome. Elas iam de capacete, de escudo. Então quando nós chegamos na porta da Equipetrol, estava tomado de policial, capacete e aqueles escudos enormes, muitos carros grandes da polícia. Então foi chegando mais gente, ônibus com pessoas até do interior pra apoiar os grevistas que estavam lá dentro em greve de fome. Foi iniciada uma violência, pancadaria, bomba de gás terrível. Eu sei que a gente conseguiu correr, entrou no fusca velho, e esse fusca saiu cortando o mato. Porque a entrada da pista estava tomada por carros da polícia, e nós saímos pelo capim, no meio do caminho a gente viu um policial desmaiado por efeito das bombas de gás. Aquilo virou uma fumaça só. A gente saiu com os olhos todos lacrimejando, e tal, e eles dispersaram a manifestação lá.[...]

> Só que foram demitidas mais de cem pessoas e essas pessoas se reuniam também no Sindiquímica, e o Comitê continuou dando apoio, reunindo no Sindiquímica. Tive uma convivência assim com muitos deles. Uns botaram barraca de praia, uns vendiam salada de verdura na praia.[...] Eu sei que na Dow Química não deixaram a gente abrir a faixa e mandaram a gente ir embora sob pena de sermos presos. Dow Química nós nem abrimos a faixa e nem paramos os ônibus. Nas outras a gente parava ainda, muito rápido, mas a gente conseguia parar os ônibus. Abria a faixa, entrava, distribuía o bônus e eles iam dando o que pudesse".

5.3.2.4 A continuidade da luta

No período posterior à greve, foi implantado clima repressivo no Polo e um esforço de impedir a ação do sindicato. O objetivo não foi alcançado na sua plenitude. A própria violência da repressão motivou um movimento de resistência e solidariedade – o fundo de solidariedade, criado pelo SINDIQUÍMICA para garantir aos demitidos um salário continuou sendo feito nos portões das fábricas, o Comitê dos Empregados Demitidos do Polo, continuou durante um ano, denunciando as condições de trabalho no Polo e reivindicando a reintegração. Foi o início de uma luta que continuou, encontrou respaldo na Constituição Federal de 1988 (ADCT, art. 8º, §§ 2º e 5º) e a avaliação, caso a caso, da Comissão de Anistia que, em 2008 e 2012, reconheceu como anistiados praticamente todos os demitidos na greve de 1985. Alguns poucos processos ainda estavam pendentes em 2015, trinta anos depois.

5.3.3 Portuários

Na área do porto de Salvador havia, no início da década de 1960, cinco sindicatos (da administração das docas, dos portuários, dos estivadores, dos conferentes e dos vigias), todos articulados e ativos. Havia ainda os sindicatos dos marítimos, que é o pessoal que trabalha a bordo das embarcações. Havia uma relação, inclusive muito familiar, visto que muitos postos passavam de pai para filho. Isto sem ignorar a presença forte, organizada e organizadora do PCB. No porto, na década de 1950, por exemplo, quando chegava um novo exemplar do jornal "Momento", do PCB, os analfabetos faziam questão de se reunir em volta de quem sabia ler para ouvir a leitura e discutir seu conteúdo.

O golpe de 1º de abril de 1964 buscou, de imediato, impedir a continuidade das atividades sindicais que, como conta Ulisses Souza Oliveira Júnior (Anexo 41 p. 625 a 634), atualmente vice-presidente de Vinculados do Sindicato dos Portuários da Bahia, SUPORT-BA, voltavam-se também para atender a interesses de outras categorias que fossem menos organizadas. Ele conta que os portuários, certa feita, recusaram-se a desembarcar o trigo que havia chegado, para dar suporte ao movimento dos empregados em padarias, cujo sindicato não era tão forte.

Mais ou menos uma semana após o golpe, a sede do SUPORT-BA foi invadida. De acordo com Ulisses Júnior, "os documentos – segundo me contam – eram jogados pela janela para o caminhão do Exército pegar embaixo e dar destino. Esvaziavam as gavetas, os arquivos e jogavam pela janela". As prisões dos companheiros só aconteceram posteriormente. O sindicato sofreu intervenção com o comando de uma pessoa da categoria, mas subserviente, no modelo habitual. A condição de controle pela Marinha perdurou até mesmo depois de 1989, quando militares ainda ligavam para o sindicato para pedir informações,

por exemplo, quando se convocava assembleias. Aliás, sempre havia um sargento da Marinha, naturalmente a paisana, presente nas reuniões.

O presidente do sindicato, Antônio Maurício de Freitas, depois de preso, foi colocado no porão de um navio da Marinha, vazio, fora do porto, no compartimento junto do motor do navio, submetido ao barulho constante e ao calor. Em seguida, foi colocado, junto com outros presos, em avião para Fernando de Noronha e, durante a viagem, eles sofreram a tortura psicológica da ameaça de serem jogados no mar. A sua companheira, pelo fato de ter alguém conhecido nas Forças Armadas, conseguiu descobrir onde ele estava e articular para ir vê-lo, em um avião da FAB que levava suprimentos.

Lá, ela e outras duas mulheres de presos que ela havia contatado e levado, inclusive a mulher de Mário Lima, foram instruídas a ficar junto ao avião, de um lado da pista de pouso. Os presos, enfileirados do outro lado da pista. Terminada a descarga dos mantimentos, a ordem de retornar ao avião, pois elas já tinham visto os presos. Fim da “visita”. Como consequência, ele ficou “meio esquizofrênico” e passou a beber muito, até porque, reflexo do clima de medo mantido pelos militares, os companheiros evitavam estar com ele.

Miguel Antônio da Rocha, tesoureiro do Sindicato, ficou preso cerca de um mês no quartel dos Fuzileiros Navais, sem que a família soubesse onde se encontrava. Quando a mulher dele conseguiu descobrir onde ele estava e obteve a promessa de vê-lo no dia seguinte, ele foi transferido para o porão de uma corveta. Foram três meses de sofrimento.

Os companheiros que não foram presos eram vigiados. Havia a proibição de fazer “vaquinha” para ajudar famílias de companheiros presos.

> “Quem estava com a lista na mão era preso. Levado para lá para a Capitania para ser interrogado. O dinheiro sumia. O dinheiro simplesmente sumia, o cara voltava e ficava até sujo com os colegas, porque ‘foi você que comeu o dinheiro”.

Um portuário, do PCB (Manoel Lopes Melo, apelidado Engenheiro), mantinha “aparelhos” na região do meretrício, na Ladeira da Montanha, e ali estiveram escondidos vários companheiros, inclusive de outras categorias profissionais, como Mário Lima.

Ulisses Souza Oliveira, secretário do sindicato, depois de ter escapado de ser preso junto com Miguel, passou um mês sem ir trabalhar nas docas, onde era escriturário. Quando ele retornou, sofreu, primeiro, uma tentativa de cooptação que rechaçou. Foi então informado que deveria se apresentar na Capitania. Lá, foi submetido ao preenchimento dos seus dados pessoais e, em seguida, liberado, com a ordem de retornar no dia seguinte. Durante três meses, o ritual se repetiu diariamente: o preenchimento dos mesmos dados, a liberação.

Apesar do já registrado clima familiar e político, havia os que traíram a confiança dos companheiros e os entregavam à Marinha, como Jeferson Moreira Sena, considerado o maior dos delatores. As docas ficaram cheias de militares, colocados em pontos chaves, como na operação, na guarda portuária, engenharia, oficina. Os fuzileiros ficavam no cais, logo após o golpe, para controlar e vigiar a atuação dos guindasteiros, uma das atividades fundamentais em um porto. O jipe da marinha ficava circulando constantemente. Tinha dias que ficava parado na frente do sindicato durante o dia inteiro. Como era de se esperar, dos sindicatos de portos tratava diretamente a CENIMAR.

Afirma Jorge Manoel de Santana (na mesma entrevista de Ulisses), que entrou nas docas com 16 anos já em 1966, falando sobre o dia a dia do cais, o clima de boataria, que “Nós

ficávamos preocupados com o dia de amanhã. Você ia pra casa, mas não sabia se alguém ia ter problema de noite, se voltava de manhã. Então essas coisas assim." Não dava para se reunirem três ou quatro, nem para as conversas mais inocentes, que já tinha alguém chegando para ouvir. A Corveta "Caboclo" ficava no cais o tempo todo.

A Companhia das Docas, segundo Ulisses, até o golpe, era de uma companhia francesa da qual Georges Humbert era o Superintendente, aliás com respeito aos sindicatos e aos acordos feitos. Após o golpe, a Companhia das Docas foi encampada, virou uma autarquia e o superintendente foi afastado pelos militares.

5.3.4 Metalúrgicos

O site do Sindicato dos Metalúrgicos relata sua origem na Associação que foi fundada em 1919, e que já havia sofrido uma intervenção no período de 1947 a 1955, chegou a 1964 sob a presidência de João dos Passos, empregado da Navegação Baiana, que havia articulado a retomada do sindicato em 1955. O sindicato foi invadido e saqueado, sua documentação, em grande parte, destruída, sofrendo, então, nova intervenção que durará até o final da década de 1970. O presidente foi preso, torturado e ficou cego em consequência das torturas sofridas na prisão. A oposição que foi vitoriosa em 1982 denomina a sua chapa "Oposição Sindical Metalúrgica João dos Passos".

5.3.5 Ferroviários

O SINDIFERRO nasce em 1979 em um processo de reativação da luta dos ferroviários que havia sido liderada, até o golpe militar de 1964, pela AFERBA, Associação dos Ferroviários da Bahia, fundada em 28 de janeiro de 1921, e que conduziu "memoráveis lutas dos ferroviários e no apoio das demais combativas entidades de classe", como o Sindicato dos Ferroviários de Ilhéus. De acordo com o site do Sindiferro:

> "Infelizmente, o golpe militar implantado neste país em 31 de março de 1964, decretou intervenção nas entidades, destituindo e incriminando criminalmente os dirigentes, levando várias lideranças aos cárceres e interrompendo barbaramente a luta dos trabalhadores".

5.3.6 Bancários

A existência de agências de bancos públicos na maioria das cidades do Estado, em um período de supremacia destes sobre os privados, fez com que a categoria dos bancários tivesse uma grande capilaridade, resultando na abertura de sindicatos em muitas cidades.

Em adendo ao depoimento prestado à CEV-BA, Beraldo Boaventura ressaltou que "o golpe civil-militar de 1964 abateu-se com uma fúria especial sobre os sindicatos de bancários de todo o país. Foram muitas as sedes invadidas pelas tropas da repressão, instalações depredadas, sindicalistas presos, espancados e alguns desaparecidos. Esta repressão particularizada prosseguiu ao longo de todo o período ditatorial, afinal tratava-se do setor sempre hiperprivilegiado dos banqueiros – que tinha que ser especialmente protegido". Entretanto, afirma: "a resistência dos bancários às políticas neoliberais, ao arrocho salarial, à precarização do trabalho, ao cerceamento das liberdades civis e políticas foi ininterrupta, uma luta contínua, em todo o período da ditadura".

O sindicato em Salvador, que funcionava na Ladeira de São Bento, foi invadido e, embora não tenha havido depredação, seus documentos foram confiscados e, até onde se sabe, não devolvidos. Conta seu presidente, Raymundo Reis, que “Tinha documentos pessoais de bancários que deixavam lá [...] ”e foi tudo junto, como material “subversivo”. O presidente foi preso após alguns dias de clandestinidade, e respondeu a processo por “agitação”. Foi condenado a 14 meses de reclusão em processo que acabou por ser cancelado pelo Supremo Tribunal Federal, por indevido, embora a pena já tivesse sido integralmente cumprida. Foi nomeado como interventor Edilson Carlos Teixeira que era funcionário do Banco do Brasil. Outra liderança dos bancários, que também foi presa e respondeu a processo, foi Hélio Carneiro Moreira, que era representante dos sindicatos da Bahia junto ao Conselho da Federação dos Bancários do Norte e Nordeste.

Em Alagoinhas, a Associação dos Bancários não chegou a se tornar sindicato. Aurélio Souza, um de seus fundadores, foi preso junto com outros bancários logo depois do golpe e a documentação da Associação foi incinerada.

O sindicato de Ilhéus, fundado em 1962, teve a gestão de sua primeira diretoria interrompida em julho de 1964, com a prisão do seu presidente, José Adilson Prisco Teixeira, que ficou preso no 19^0 BC, em Salvador, por cerca de 120 dias. O sindicato continuou funcionando formalmente até que foi nomeado um interventor, Manoel Targino de Araújo, servidor do Ministério do Trabalho, até agosto de 1965, quando houve nova eleição. Em modelo que se repetiu em outras categorias e outros momentos, a intervenção se deu sob o pretexto da ausência do presidente, como se ele não se encontrasse, sabidamente, preso em Salvador.

Em Vitória da Conquista, o sindicato, também fundado em 1962, teve a sua diretoria presa, inclusive o presidente José Luiz Santa Isabel, e foi nomeado um interventor. Com relação à organização dos trabalhadores nesta cidade, vale registrar que:

> De acordo com matérias do jornal "O Combate", naquela época, já existiam em Conquista, os sindicatos dos bancários, construção civil e comerciários, e se discutia a criação da Subdelegacia do Trabalho, para dar conta das demandas das ações trabalhistas do município. (OLIVEIRA, 2014, p. 133)

O sindicato de Jequié era mais antigo, de 1961. Logo após o golpe, em 11 de abril, o sindicato sofreu intervenção. Teve a porta arrombada, equipamentos e documentos levados para a delegacia de polícia. O presidente, Alfredo Pereira Batista, funcionário do BNB, depois de um mês de clandestinidade, voltou para reassumir seu trabalho no banco e foi preso por 60 dias. Álvaro Paes, tesoureiro, funcionário do Banco do Brasil, foi cassado em 1964. O sindicato foi considerado extinto. Em 65, houve uma tentativa de reconstrução por parte de Álvaro Paes, que fracassou.

Os sindicatos em Itabuna e Ipiaú também foram invadidos e houve a nomeação de interventores.

O sindicato de Feira de Santana, fundado em 1963, teve sua sede, que ficava no primeiro andar do número 213 da rua Monsenhor Tertuliano Carneiro, invadida nos primeiros dias do mês de abril de 1964. Documentos e equipamentos, inclusive mesas e máquinas de escrever, destruídos e jogados pela janela. Arrebentaram tudo. O presidente era Geraldo Walter de Souza, funcionário do Banco do Brasil, e o secretário, e maior liderança, Antoniel Queiroz, funcionário do Banco do Nordeste, que foi particularmente perseguido.

Beraldo Boaventura lembra que “Os dirigentes passaram por prisões, intimidações e pressões diversas. Institucionalmente o Sindicato sofreu intervenção do Ministério do Trabalho (no dia 06 de abril), foi nomeado interventor um funcionário do Banco do Brasil, Francisco Viana de Melo, advogado. Este interventor não tocou no Sindicato, sequer abriu a porta. Manteve a entidade fechada até 1967”.

Antoniel Queiroz é reverenciado em vários depoimentos à CEV, em Feira de Santana. Osvaldo Ventura conta que, transferido para o Banco do Nordeste de Feira em 62, “... comecei a me aproximar de Antoniel Queiroz que era um comunista histórico, e um cidadão de bem, um cidadão despretensioso com relação ao poder, mas um cidadão que sabia como deveria encarar a luta em favor dos trabalhadores”.

Hosannah Leite também exalta a importância de Antoniel em sua formação política e ressalta que, apesar de todos os percalços por que passou, inclusive “sérias dificuldades materiais para criar vários filhos, já que ele tinha uma prole vasta”, manteve-se na luta e “sabia com muita altivez passar pra gente ensinamentos que ele tinha do passado”. Apanhou muito, foi preso, torturado e cassado, sendo por fim, demitido do Banco do Nordeste. Mais tarde, houve uma grande mobilização em forma de um tipo de rifa na cidade, apesar da ditadura, para arrecadar o montante suficiente para que Antoniel fosse ao Sul submeter-se a cirurgia, em função das sequelas deixadas pela tortura. Conseguiu-se o necessário, mas ele não resistiu ao procedimento cirúrgico, tal era o comprometimento de seu corpo.

No depoimento de Beraldo Boaventura que fundamenta os trechos a seguir, se reconstrói a história:

“Em 1967, um conjunto de meia dúzia de bancários, instigados por Hosannah Leite, começou a luta para reabrir a instituição”. Conseguiram marcar eleições. “Assumiu uma diretoria de bancários sem maior envolvimento político, mas que queria a reativação da entidade. A primeira tarefa da nova diretoria foi limpar a sede das cápsulas de bala, dos pedaços de baioneta, rebocar e pintar as paredes metralhadas, refazer o sanitário arrebentado, reconstituir toda a documentação”.

(...) "em 1970 ocorreram eleições para renovação da diretoria. Elegeu-se Presidente Sílvio Pedra Cruz, eu fiquei como Secretário, ainda que despontasse como o militante mais ativo àquela época (eu já militava no PCB e a tática era não aparecer muito). A partir daí o sindicato passou a ter uma postura mais ativa. A luta era para gerar participação, produzir um boletim que estimulava conscientização, apoiar outras lutas sociais na cidade, fazer a defesa jurídica dos bancários”.

(...) "Pouco tempo depois Sílvio Pedra e Beraldo Boaventura fomos intimados a comparecer ao quartel do 35º Batalhão de Infantaria do Exército, sediado em Feira de Santana, para prestar esclarecimentos sobre a recusa da Assembleia da categoria de aderir ao programa de empréstimo aos bancários oferecido pelo Ministério do Trabalho e que teria o sindicato como intermediário. Passamos lá uma tarde sendo interrogados por um oficial que se nos apresentou como agente do SNI. O episódio não teve outras consequências, mas visivelmente passamos a ser mais vigiados”.

Em janeiro de 73 Beraldo Boaventura e outros militantes feirenses foram presos, e passaram a responder um IPM (Inquérito Policial Militar). “Para evitar uma possível intervenção no Sindicato, renunciei ao mandato de Secretário que tinha na entidade, que

liderava. Fiz o mesmo em relação à Cooperativa Habitacional dos Operários Feirenses (COHOFE) criada pelo Sindicato, onde eu era Diretor Administrativo".

A categoria dos bancários foi muito atingida, muitos foram despedidos. Outros, como Luciano Ribeiro, sofreram constrangimentos. Caixa do Banco Econômico, quase todo dia parava em frente ao banco uma viatura da polícia militar ou do Exército para levá-lo apenas como intimidação e exemplo público. Ele acabou por pedir demissão.

5.3.6.1 Reconstrução da mobilização dos bancários

Fortemente reprimidos nos primeiros anos do golpe militar, os bancários baianos reconstruíram aos poucos a organização e mobilização. Em 1978 um grupo de bancários disputou a eleição para recuperar o sindicato da diretoria que classificavam de "pelega", mas não obteve sucesso. Essa história é contada por Beraldo Boaventura, em seu depoimento à CEV-BA.

A articulação nacional dos bancários se fortaleceu a partir de 1979 quando a oposição sindical retomou o Sindicato dos Bancários de São Paulo que estava sob intervenção. "Era impressionante a desfaçatez com que o Ministério do Trabalho intervinha nas entidades sindicais e destituía seus dirigentes eleitos". Pouco depois da sua posse, a nova diretoria convocou um primeiro *Encontro Nacional das Oposições Sindicais Bancárias*. Participaram representantes do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de mais uma meia dúzia de outros Estados. "Foi um encontro pequeno, mas de muita importância para a articulação nacional da luta a partir daí".

> A mobilização efetiva dos bancários da Bahia começou nesta época, neste ano de 1979, na campanha pelo retorno da data base para setembro. Todos os bancários do país tinham setembro como data base dos acordos e convenções coletivas, menos a Bahia cuja data base, por negligência do Sindicato, ocupado pelos prepostos patronais, tinha sido transferida para fevereiro. A Oposição Sindical conseguiu deflagrar uma mobilização efetiva. Tivemos assembleias que não mais se media pelas dezenas de participantes, mas pelas centenas. Elegemos uma Comissão de Negociação para acompanhar a diretoria da entidade nos negociações com os banqueiros. Depois de intenso debate na categoria e de belas assembleias, conseguimos a retroação da data base para setembro, sem ganhos econômicos contudo. As assembleias desta época tinham sempre nas imediações, ostensivamente, tropas de choque da PM para impedir os bancários de fazer passeatas.

A partir daí a oposição bancária se fortaleceu e, em 1981 retomou o sindicato, numa composição de forças que reuniu militantes do PCB, PT e PCdoB. Estavam à frente da direção Osvaldo Laranjeiras, Pedro Barboza e Beraldo Boaventura:

> Durante os anos de 79, 80 e 81 nos preparamos para enfrentar as eleições. Fizemos uma bela campanha, inclusive com apoio jurídico de um advogado colocado à nossa disposição pelo Sindicato de São Paulo. Também tivemos apoio logístico de diversos segmentos, personalidades e entidades da sociedade civil em Salvador. A negociação interna para formar a chapa não foi fácil. Pedro Barboza, Osvaldo Laranjeiras e eu éramos, objetivamente, os principais nomes. Olívio Dutra veio de Porto

> Alegre para debater conosco esta composição. Prevaleceu a clara compreensão de ter uma chapa forte e unida. Laranjeiras encabeçou a chapa. Vencemos as eleições, para o mandato de três anos que começaria em fins de 1981.
>
> O Sindicato, não lembro bem o ano, provavelmente 1975, inaugurara uma sede nova (que ainda é a sede atual, na Av. Sete). Ainda como dirigente do Sindicato de Feira de Santana, compareci à inauguração. O *ponto alto* deste evento foi a inauguração do auditório que levava o nome de Auditório Presidente Emílio Garrastazu Médici, com uma grande foto oficial do general. Neste ato, o primeiro realizado naquele auditório, estavam de corpo presente o Ministro do Trabalho, Júlio Barata, o governador indicado Antônio Carlos Magalhães e o comandante da 6ª. Região Militar, o General Adyr Fiúza de Castro. Estas presenças davam uma medida do entrosamento dos dirigentes sindicais de então com o sistema da ditadura. Em 1981, quando a oposição sindical retomou o sindicato, este retrato e a placa correspondente foram jogados no lixo.

5.3.6.2 Sindicato é pra lutar!

O mote de campanha durante a Oposição Sindical foi *Sindicato é pra lutar*. O Sindicato dos Bancários da Bahia, a partir desta eleição de 1981 readquiriu a dinâmica anterior à ditadura. Cresceu bastante em credibilidade na categoria e na sociedade. A par do viés ideológico que mobilizava a direção, as questões do dia a dia dos bancários eram tratadas com firmeza:

> Denunciávamos o arrocho salarial, os abusos de poder dentro das agências, fazíamos campanhas cada vez mais participativas, instituíamos a prática de eleger delegados sindicais dentro das agências sempre que possível, estimulávamos com êxito os bancários e as bancárias a se posicionarem com altivez ante os abusos de poder, defendíamos ferozmente a jornada de seis horas e o não-trabalho aos sábados. Interagíamos ativamente com outros sindicatos na cidade e nacionalmente. Participávamos das lutas trabalhistas, operárias e democráticas.

Não era fácil, entretanto, equilibrar as divergências partidárias na direção:

> O viés ideológico de nosso debate interno, contudo, beirava a ultrapassagem dos limites do bom senso. Os núcleos partidários queriam crescer a partir da atividade do sindicato. Isso, ainda que pudesse ser justo e/ou inevitável, não raro nos atrapalhava e plantava a cizânia.
>
> Outra divergência pontual importante se deu sobre a participação numa greve geral marcada, salva engano, para julho de 1983. Eu próprio, com outros companheiros, me posicionei claramente contra a greve (Geral) neste momento por achar que não havia amadurecimento suficiente para esta proposta. Entendi que era uma proposta de greve como um blefe e não me dispus a concordar com aquilo. Tivemos forte debate dentro da diretoria e nos setores mais ativos da categoria sobre como conduzir

> aquela proposta. A assembleia convocada para esta decisão (...) decidiu quase por unanimidade não tentar aquele movimento.
>
> Contraditoriamente, à medida que o Sindicato se fortalecia aumentavam as divergências internas. Não conseguimos manter a unidade para as eleições na entidade, que se aproximavam. Duas chapas se apresentaram para as eleições em fins de 1984 quando, disputando com Osvaldo Laranjeira (que encabeçava uma chapa formada em sua maioria por integrantes do PT), me elegi presidente da entidade, encabeçando uma chapa que reunia um conjunto de militantes sem opção partidária ostensiva aliados aos integrantes do PCB e do PCdoB.

A mobilização iniciada em 1981 continuou após o fim formal da ditadura. Em 1985, os bancários de todo o país realizaram a mais expressiva greve da categoria. Na Bahia a greve foi deflagrada no dia 10 de setembro, por milhares de bancários reunidos em Assembleia, no Estacionamento Apolo, na Avenida Sete de Setembro. A paralisação alcançou 100% das agências.

> Durante o ano de 1985 se deu o ápice do processo de organização e mobilização que, todos nós, havíamos implantado no sindicato e na categoria. Todos os itens da nossa agenda se intensificaram. Realizávamos reuniões agência por agência, elegemos delegados nos locais de trabalho, fazíamos grandes convenções e assembleias. Nosso ativismo e nossa pregação trabalhista se fazia colada às reivindicações pela redemocratização do país.
>
> A mobilização da categoria era ativada em cada local de trabalho. Os encontros eram realizados com delegados eleitos agência por agência. Em nenhum outro período de sua história o Sindicato teve assembleias tão grandes e participativas. Os bancários presentes em nossas assembleias deixaram de ser contados pelas centenas, agora eram contados aos milhares. Na preparação da greve de 85 as assembleias se iniciavam com o Hino da Internacional Socialista e se encerravam com o Hino Nacional. A diretoria do Sindicato – e o expressivo corpo de militantes – atuavam unidos, as marcas partidárias e ideológicas, naquele momento, ficaram em terceiro plano. Os líderes do movimento, no plano nacional e estadual, tinham total clareza que a mobilização em curso tinha grandes objetivos: derrotar o arrocho salarial, fortalecer a presença ativa dos trabalhadores na vida política nacional e desgastar a ditadura até a sua derrota final.





Assembleia dos bancários em Salvador, em 1985, no Estacionamento Apolo. O local tinha capacidade para cinco mil pessoas em pé, e ficava completamente lotado. Foto: acervo SEEB.



Passeata na Greve de 85. Foto: acervo Sindicato dos Bancários da Bahia.

Encerrada a assembleia que deflagrou a greve, os bancários desceram em passeata para o Comércio, para fechar os setores de compensação bancária que funcionavam à noite.

> Descemos a Ladeira da Montanha *caminhando* e *cantando*. Pelo meio da ladeira, Bete Wagner passou por mim, na carona de uma moto, e avisou que o Comércio estava cheio de polícia. Seguimos em frente. Quando chegamos no Comércio, já não tinha polícia nenhuma. As ruas desertas sendo ocupadas pelos bancários, das janelas iluminadas dos diversos prédios caía uma profusão de papéis picados. No dia seguinte, cedo, os bancários ocupavam as ruas. A orientação dada pelo Sindicato era que os bancários de um banco, em massa, fariam o piquete em outro banco, foi designada uma escala desse cruzamento. Mas não havia necessidade de piquete, a adesão foi praticamente total. Depois de anos de ditadura os bancários recuperavam o direito de greve, a massa de jovens que estava nas ruas não estava tanto preocupada com alguns pontos percentuais a mais no salário, estava decidida a criar um Brasil novo, aquela ditadura acabara, agora era só *a luta de classes*.



As manifestações nas portas dos bancos eram observadas, e não raro reprimidas,por grandes contingentes policiais. Fotos: acervo Sindicato dos Bancários da Bahia.



5.3.7 Professores

O SINPRO (Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino) foi fundado em 04 de março de 1963, após gestões desenvolvidas por seu futuro primeiro presidente eleito, Hélio Carneiro Moreira, para a obtenção da então indispensável Carta Sindical. Como o sindicato não tinha ainda condições econômico-financeiras,funcionava em uma sala emprestada pelo Sindicato dos Bancários da Bahia, na Ladeira de São Bento. Sua primeira diretoria foi eleita em outubro do mesmo ano.

Em abril de 1964, com o golpe, a diretoria é destituída e é nomeado um interventor, o professor Jair Brito. Quebraram a chave da porta, invadiram a sede e a documentação do sindicato foi levada. Apenas os documentos da contabilidade foram passados para o Ministério do Trabalho, para auditoria. Para a frustração dos algozes, nada havia a reprovar nas contas.

Hélio Carneiro, que também era funcionário do Banco do Brasil e diretor do Sindicato dos Bancários, foi preso em casa, na madrugada de seis para sete de abril. Mais ou menos de duas e meia às cinco horas da manhã, seus captores rodaram de carro pela cidade, na tentativa de encontrar outras pessoas. Uma vez frustradas as intenções, foi conduzido para o Quartel da Mouraria. De lá, foi levado para o 19° BC, onde ficou até o dia três de junho.

No Banco, como o funcionário não havia comparecido, sua conta foi bloqueada e o salário suspenso. Os professores, então, “correram lista de ajuda em alguns colégios” inclusive em dois colégios onde ele não ensinava, pois sua família ficara completamente desamparada. Hélio Carneiro não foi torturado. Atribui o fato a esta e outras manifestações de solidariedade que recebeu, mesmo porque sabe que muitos outros que estavam no mesmo quartel o foram. “A gente sabia porque desciam, quando eles voltavam, a gente via, o cara estava assim, a chicotada nas costas [...]”.

Os militares levaram 20 dias para fazer o primeiro interrogatório. Quando o comando do 4º Exército foi alertado para o fato de que não era possível manter uma prisão de mais de 50 dias sem julgamento, foi solto para continuar respondendo o inquérito em liberdade. Deveria, então, passar duas vezes por semana no quartel general, depois apenas uma vez. Era só para eles anotarem que tinha estado lá. Foi submetido a um interrogatório de 10 horas.

Conta Hélio Carneiro que os militares organizaram um Conselho Civil, que congregava personalidades representativas, entre elas o pastor Valdívio Coelho da Igreja Batista Sião e o arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva, Cardeal da Silva com seu secretário Cônego José Trabuco, visando dar respaldo ao regime que se implantava. A imprensa noticiava as reuniões.

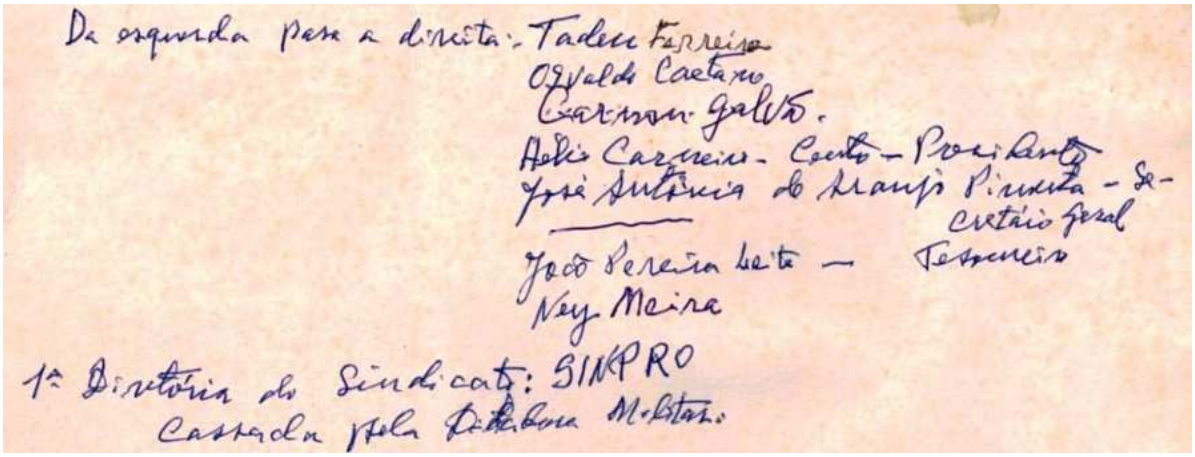
João Pereira Leite, que era o tesoureiro nesta primeira diretoria, não sofre represália porque as contas foram verificadas e não havia problemas.

A APLB, Associação dos Professores Licenciados da Bahia, é anterior ao sindicato e, em 64, funcionavam ambos no mesmo local. No entanto, a APLB não deixou de funcionar e foi se organizando na medida em que dividia o estado em delegacias.

Quanto ao SINPRO, entre intervenção e diretorias frágeis, só voltou a representar os interesses da categoria após a retomada no início da década de 1980, resultado da organização, em 1979, da Oposição Sindical que conduziu uma greve muito forte, contra o

sindicato patronal e a diretoria existente, resultando na melhor convenção coletiva de trabalho de professores em todo o país até aquele momento.





Fundado em 04 de março de 1963, o Sinpro, com o golpe, teve sua primeira diretoria destituída em abril de 1964, e passou a ser dirigido pelo interventor, o professor Jair Brito.

5.3.8 Jornalistas

O Sindicado dos Jornalistas da Bahia, o Sinjorba, como registra Agostinho Muniz, sofreu intervenção de 1971 a 1976, com duas juntas das quais fizeram parte, entre outros, os jornalistas Jorge Vital de Lima, Alírio Damasceno, Nelsino Pastor e Edgard Nonato, indicações do Ministério do Trabalho do governo Médici.

É ainda Agostinho Muniz, que se formou em 1968 e começou a atuar a partir de então, que lembra: “quando editor de educação [no jornal A Tarde] fui ameaçado de ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional.” Isto por conta de uma matéria que criticava um programa de

aperfeiçoamento do ensino médio do MEC, no qual os professores se sentiam coagidos. Explica o jornalista:

> "Os militares que estavam no Ministério de Educação tinham uma postura tão violenta que chegavam a promover reuniões com os professores nos quartéis. Quando faziam e promoviam qualquer atividade com professores de outros Estados, os professores tinham que fazer ordem unida, todos os dias, nos quartéis".

5.4 A ditadura no campo baiano

O processo que se convencionou chamar de modernização conservadora do campo baiano vai se dar, de um lado, sob o manto da impunidade, de outro, sob a égide da terceirização da repressão a camponeses e seus defensores quando eles se opuseram, de alguma forma, ao avanço da agricultura empresarial patrocinada pelo regime da ditadura civil-militar e seu aparato, esta nova versão da *plantation* colonial: grande extensão de terras, monocultura para exportação, financiamento com capital estrangeiro e trabalho escravo.

A partir de 1968 e durante toda a década de 1970 e 1980, vai acontecer esta reformulação na agricultura, na pecuária e na ocupação de terras na Bahia. Para tanto, seria necessário o confisco de áreas devolutas (de domínio público) das quais os posseiros tiravam seu sustento há gerações e gerações.

O financiamento que era oferecido através de incentivos fiscais constituía-se em um dinheiro que "... deixa de ser utilizado efetivamente em obras e atividades de interesse público para ser desfrutado como coisa própria pela grande empresa capitalista", o que mostra, no que diz respeito ao Estado brasileiro, "em nome de quem ele fala e age e em favor de quem atua." (MARTINS, 1980, p. 37)

Segundo Freddy Servais (1980), entre os 67 projetos agropecuários aprovados pela SUDENE para a Bahia entre 1964 e 1977, nos de pecuária, a média de geração de emprego era de um para cada 238 hectares, com valor médio de 496 mil cruzeiros em áreas declaradas de, em média, 20.000 hectares, embora houvesse, inclusive, propriedades que ultrapassassem os 100.000 hectares permitidos. Tudo, segundo Servais, leva a acreditar na existência de vários empreendimentos fantasmas cujos financiamentos, uma vez obtidos a fundo perdido, foram desviados para fins distintos, embora tenham promovido a expulsão dos pequenos produtores de suas terras.

Neste quadro também se situa o Poder Judiciário na Bahia, sob forte controle político, apontado como um obstáculo em função da carência de juízes, o que levaria à morosidade dos processos. No entanto, tudo conduz à conclusão de que esta morosidade tenha sido historicamente e institucionalmente seletiva possibilitando a conveniente e prolongada ausência de juízes nas comarcas onde os conflitos de terra eram mais violentos.

Cecília Petrina, advogada de trabalhadores rurais, explica em entrevista (Anexo 42 p. 635 a 638) que, a partir de 1978, o governo estadual estabeleceu um zoneamento para desenvolvimento econômico: Norte, fruticultura nobre para exportação; Oeste, produção de grãos; Sul, celulose; Nordeste, pecuária bovina, mesmo que, historicamente, a região seja de pecuária caprina e ovina. Então chegam os fazendeiros para se apossar das terras devolutas ocupadas pelo sistema de "fundo de pasto", ou de "feche de pasto" no Oeste, no qual os pequenos produtores plantavam em áreas imediatamente em torno de suas casas,

mas criavam seus bodes e suas cabras soltos pelos pastos comuns, sem cerca nem dono. Os forasteiros forjavam, com a cumplicidade de delegados, escrivães e cartórios, escrituras que a sabedoria chamava de “escritura de pé de pau”, por serem elaboradas em qualquer lugar, embaixo das árvores.

Estavam criadas as condições para que entrasse em cena, então, a figura do “gato” que recruta trabalhadores cuja terra de produção lhes foi subtraída e os vende para trabalho, não raro temporário. Além de todas as questões características do trabalho análogo ao da escravidão, “Como não há nenhuma fiscalização, o trabalhador quanto mais se aproxima do local de trabalho, mais longe fica de qualquer proteção ou garantia quanto aos seus direitos trabalhistas.” (MARTINS, 1980, p. 38) O esquema era tão explícito e disseminado que é impossível negar a participação ou, no mínimo, a conivência do Estado e de seus agentes.

Essa política arbitrária e direcionada causou diversos desastres no espaço rural. A liberação dos financiamentos era promovida, sem prestar a devida atenção para as pessoas que já ocupavam as áreas que foram designadas ao investimento, o que ocasionou frequentes e continuados conflitos. Também não se levava em consideração as características específicas dos ecossistemas, em especial, do cerrado e da caatinga, o que contribuiu para a devastação ambiental que hoje se reflete em aceleradas mudanças climáticas. Nestas condições adversas, apenas a atividade empresarial possuía e possui hoje as condições para produzir, diante dos altos custos operacionais.

Para a região Oeste, com suas vastas extensões de terras devolutas, foi criado pelo governo do Estado um plano específico de ocupação, com propaganda dirigida inclusive ao exterior, que apenas “esquecia” de apontar que estas terras estavam ocupadas por pequenos produtores e posseiros. O INTERBA, órgão estadual responsável pelos procedimentos, recebia a solicitação da empresa interessada, dava andamento aos trâmites legais sem maior publicidade (os informes publicados em mural na própria sede) e, ao fim, o posseiro que, por lei, teria a preferência, perdia o prazo de requerer já que dos procedimentos nem conhecimento chegava a ter. A agropecuária e os conflitos invadem o Oeste. A convicção da impunidade fundamentará a ocupação violenta e a usurpação das terras devolutas até então ocupadas por posseiros. Como diz Antônio Dias do Nascimento, em entrevista, “... não teve um palmo de terra na Bahia que não fosse confiscado”.

O envolvimento de todo o aparelho estatal se dava de forma direta ou através de empresas públicas também em conflitos que vão além da imediata ocupação de terras devolutas. Houve ainda a execução de grandes obras, como a construção de barragens no rio São Francisco com indenizações irrisórias pagas aos ribeirinhos e com absoluto desrespeito às comunidades tradicionais ali existentes. A barragem de Itaparica, por exemplo, envolveu a retirada de 120 mil pessoas. A ação dos órgãos oficiais – CHESF, DNOCS, CODEVASF, INCRA, COELBA, INTERBA – caracterizava-se, como regra, por sistemáticos abusos de poder, arbitrariedades, prepotência, pelo não cumprimento dos compromissos assumidos.

Em entrevista, Terezinha Dantas Menezes acentua a importância destes grandes projetos como a barragem de Sobradinho, que deslocou 70 mil famílias na época, e a de Pedra do Cavalo no rio Paraguaçu. Como ela avalia, “Todo mundo sabe que essas grandes barragens, elas tinham a finalidade de geração de energia, mas, em especial no caso de Sobradinho, eram os grandes projetos de irrigação que dominavam sobretudo do lado de Pernambuco...”. Havia, desta forma, as ações para viabilizar os compromissos que as instituições estatais assumiam com os grandes investidores.

5.4.1 O homem, a mulher do campo

O modelo da “modernização” da atividade rural implicava, necessariamente, na desestruturação de todo um modo de vida, relações, produção e sobrevivência daqueles que ocupavam a terra baiana, não raro desde os tempos coloniais. Antes de voltar a identificar a primeira e mais abrangente dimensão da violência que o modelo representou, a estrutural, cabe registrar que, das cidades onde Terezinha Menezes atuou trabalhando na ANCARBA, por volta de 1967, a que mais a impressionou foi Alagoinhas onde ela oferecia assistência técnica e ouvia: “ A gente não quer isso não. A gente não quer semente, a gente não quer adubo. A gente quer terra.” Depois de investigar, ela descobriu a origem desta reação: ali, no Cangula, tinha existido uma liga camponesa. Indo um pouco mais a fundo, Terezinha descobriu que deve ter existido outras ligas, localizadas no roteiro da linha férrea, da qual Alagoinhas era uma importante estação.

A violência no campo e as mortes neste espaço vão se acentuar, principalmente, a partir de 1972, com o governo de Antônio Carlos Magalhães. Afirma Paulo Torres (Anexo 44 p. 643 a 646):

> “E Antônio Carlos Magalhães tem um papel fundamental porque ele foi prefeito de Salvador, em 68 e logo depois ele é nomeado governador da Bahia. E na questão da terra, ele, em 68, faz a Lei de Ordenamento do Solo do município de Salvador, com a Reforma Urbana, onde passava para a iniciativa privada, para o capital privado 46 milhões de metros quadrados de terra do município de Salvador. Em 1972, ele promulga a Lei nº 3.038, que é a Lei de Terras do Estado da Bahia, até hoje em vigor. E com isso ele garante a apropriação de terras devolutas da Bahia em quase todo o Estado”.

Acontecerá, assim, uma escalada da violência no campo, com a consolidação da ditadura. O governo passou a garantir a pecuaristas e empresários o acesso à terra com crédito e incentivos fiscais. “Então, o PROVALE, o SUVALE, o PROTERRA, os vários programas da época vão incentivar essa ocupação, sobretudo na região Oeste.”, como registra Paulo Torres. Afirma Antônio Dias, que também muitas vezes esteve na região:

> “Todo aquele Oeste foi conflagrado. Eram vôos rasantes contra os camponeses, assassinato de camponeses, aquela coisa toda, e a CODEVASF estava desapropriando lá as terras, também no rio Formoso, lá junto de Barreiras.”

Não só no Oeste, o trabalhador rural teve os seus direitos suprimidos e foi privado de sua terra de plantar, obrigado a se assalariar/escravizar. A utilização dos jagunços, fundamental para constituir a repressão, era prática generalizada também no Extremo Sul, no Litoral Norte e no Nordeste do Estado. Os jagunços, orientados pelos grileiros, danificavam lavouras, queimavam plantações, ateavam fogo às casas, ameaçavam famílias de morte, agrediam trabalhadores rurais, perseguiam os defensores destes trabalhadores também em outras regiões. A história que Paulo Rosa Torres conta é representativa:

> “Quando era advogado da Fetag, em 1986, um mês antes de ser demitido, recebi um grupo de trabalhadores rurais de Wenceslau Guimarães, na região de Gandu, que denunciava violências contra posseiros naquele município. Após ouvi-los, marcamos uma reunião na área. No dia

> marcado, fomos ao local, cujo acesso passava por rio de nome Rio das Almas.
>
> Quando estávamos na reunião, chegou uma senhora correndo e gritando que ouviu a conversa de dois homens que se encontravam numa moto parada na frente de sua casa que diziam ter ido matar o advogado. Consultado se deveríamos prosseguir na reunião, sugeri que sim, o que aconteceu.
>
> Terminada a reunião, atravessamos o rio numa canoa e pegamos o carro, nesse esquema de segurança que montaram e aí fomos, o pessoal na frente, a pé, e tinha algumas pessoas com espingardas, espingardas de socar, aquele negócio lá. Quando nós chegamos a uns 200 metros subindo uma ladeirinha que tinha, havia uma árvore cortada no chão, atravessando a estrada, para impedir que o carro passasse. Então ali seria o local que eu poderia ter sido executado pelos pistoleiros que foram cumprir a ordem.
>
> Então veja. Quer dizer que isso não era gratuito, não podia ser só por um pedaço de terra. Quer dizer, isso tinha todo esse conjunto de fatores que eu estou levantando aqui. Porque quando o pessoal tirou a árvore, que nós subimos, chegamos lá em cima, na casa onde a mulher ouvira a conversa. A casa ficava bem num ponto estratégico assim, porque dividia. A casa ficava assim, aí tinha o lugar que nós descemos para a reunião, e tinha uma outra estradinha assim que ia pro lado de lá. Aí a mulher disse que eles “ficaram aqui até alguns instantes, como demorou muito, eles acharam que vocês tinham ido pela outra estrada lá”, que era piorzinha, mas também dava acesso. E aí, então, foram para lá esperar na outra estrada”.

O INCRA, a CODEVASF, a CHESF, a Polícia, a Justiça e outros organismos estatais tiveram um comportamento no mínimo omisso diante das condições em que viviam os trabalhadores rurais e da forma como seus direitos eram desrespeitados. Da atuação policial, a FETAG denunciará, perante a CPI da Grilagem, que “Relativamente à polícia, casos há em que o próprio delegado reconhece sua impotência para conter ação criminosa de grileiros. Outros, porém, exorbitam de suas funções, fechando sindicatos, prendendo e espancando trabalhadores.” (FETAG-BA, 1977, pág. 29). Estes delegados eram nomeados politicamente e precisavam tão somente ser aliados do sistema.

Quanto aos programas que foram criados, denuncia-se que

> “O PROTERRA, o PROVALE e outras linhas de incentivos ao setor agropecuário são exemplos de programas de apoio aos grandes empreendimentos que, além de não criar empregos produtivos, não resultaram na melhoria do padrão de vida das populações rurais. Ademais, não foram incrementados programas de assistência aos pequenos lavradores”. (FETAG-BA, 1977, pág. 27)

Como os advogados e técnicos da FETAG responsáveis pelo relatório tinham a exata dimensão do que acontecia no campo naquele momento, fica clara a intenção de denunciar a ausência de condições de sobrevivência para o pequeno produtor.

5.4.2 A organização dos trabalhadores e o sindicalismo rural

Em 1964, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) sofreu intervenção e só em 1968 vai acontecer a eleição de uma diretoria independente. A partir de então, a entidade começou a trabalhar para apoiar a criação de novos sindicatos, inclusive na Bahia. As primeiras tentativas de aproximação com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Bahia, a FETAG, foram rejeitadas. Ela havia se submetido a aceitar uma direção alinhada com o regime imposto, em uma intervenção "branca" que garantia, desta forma, o recebimento do imposto sindical de praticamente todo o estado, já que só existiam então 14 sindicatos reconhecidos, condição indispensável para receber a quantia anual.

A FETAG vai começar a corrigir sua rota por volta de 1976/77, quando Antônio Dias do Nascimento, que tinha sido assessor da CONTAG, começou o trabalho de organização de uma assessoria jurídica, ao lado de Jackson Chaves de Azevêdo, visto que não havia, até devido ao clima de medo, advogados dispostos a defender trabalhadores rurais. A proposta foi criar estas assessorias em vários polos e, para tanto, alguns estagiários, como Paulo Rosa Torres, aceitaram a missão, além do casal de advogados recém-formados Eugênio e Lúcia Lyra, que se apresentaram e fecharam seu escritório em Salvador para aceitar um posto em Paripiranga, mais tarde transferindo-se para Santa Maria da Vitória.

Na atuação destes novos defensores de trabalhadores, uma fórmula adotada por todos eles e que incomodava sobremaneira consistia em, toda vez que uma denúncia era encaminhada à justiça ou mesmo antes diante de alguma ameaça, conseguir que a situação tivesse repercussão na mídia, apesar das limitações impostas pela censura que sofriam os meios de comunicação.

Após o assassinato de Eugênio Lyra em 22 de setembro de 1977 e a demissão de Antônio Dias e Jackson Azevêdo no início de 1978 por pressão do regime – ou a demissão ou a intervenção – o departamento jurídico, na avaliação de Paulo Torres, "...passou a ser uma ilha dentro da FETAG, onde denúncias das ameaças contra os advogados no interior não eram respaldadas pela diretoria." No entanto, a rede de defesa do trabalhador e de denúncias das violências já estava articulada e, mesmo que, como Antônio Dias avalia (Anexo 45 p. 647 a 658), não se tenha conseguido grandes resultados na interrupção dos processos inclusive de violência, há o saldo significativo de mobilização, conscientização e organização dos trabalhadores rurais que não mais assistiam passivos a ações usurpadoras.

Por outro lado, a advogada Cecília Petrina registra que, pela via administrativa, conseguiu-se reverter a ocupação fraudulenta de muitas áreas, comprovando que as escrituras eram forjadas, o que levou à sua anulação e abriu a possibilidade de titular terras em nome de trabalhadores.

Neste trabalho de acompanhamento e conscientização, cabe o registro da atuação das Comissões Pastorais da Terra, as CPTs, criadas em 1975, que trabalhavam "... usando os instrumentos possíveis dentro daquelas limitações que a gente tinha...", como afirma Terezinha Menezes. As CPTs estabeleceram parcerias com os advogados neste trabalho, como Paulo Torres ressalta. Terezinha Menezes, que trabalhou na CPT, lembra esta definição de compromisso com a transformação, a relação com a Teologia da Libertação e conta que, na relação cotidiana com trabalhadores,

> "... a gente dizia assim: 'O paraíso é aqui e agora. Não tem nada de paraíso quando a gente morre é que vai para o paraíso, não.' E a gente tinha uma música que a gente cantava o sofrimento do povo e a gente dizia: 'mas Deus não quer isso, não!' [...] cantava 'Abre o olho meu irmão, abre o olho meu irmão. Quando o boi entra na roça, o pobre fica sem pão'
>
> Tinha uma outra que dizia assim: 'Ouvi um grito, mas não sei de quem foi. Grita sem medo. Grita! Grita, minha gente! Quem morre calado é sapo debaixo do pé do boi.' Tudo isso eram os motes que a gente tinha pra refletir sobre a ditadura".

O campo baiano conviveu, neste período do final dos anos 1970 início dos 1980, com a multiplicidade sindical na qual se encontrava os sindicatos pelegos e os de oposição, cada qual com suas características próprias. Em 1970, com a criação do Funrural, os sindicatos pelegos se tornariam uma extensão assistencial do governo. Enquanto os pelegos, aliados às forças dominantes, desempenham seu papel de força auxiliar complementar da assistência, no combate ao peleguismo ocorrerá o surgimento de uma oposição sindical com a criação de novos sindicatos que vão ser o espaço de luta e de defesa dos interesses do trabalhador rural. De acordo com Paulo Torres,

> "... houve um processo de fundação de vários sindicatos, com apoio das Comissões Pastorais da Terra de Juazeiro, Senhor do Bonfim, Extremo Sul, Paulo Afonso, Ruy Barbosa, respaldadas por alguns bispos mais progressistas, como D. José Rodrigues, em Juazeiro, D. Mário em Paulo Afonso, e alguns outros bispos, D. Jairo em Bonfim, que não era ativista, mas permitia que a Comissão Pastoral da Terra agisse na região, além de alguns, acho que, e alguns padres como Luis Toneto, Benone, André, que hoje é bispo em Rui Barbosa e vários outros".

Assim como nas áreas urbanas, o controle dos sindicatos era exercido pelo Ministério do Trabalho, o que tornava obrigatório o registro de fundação para a expedição da "Carta Sindical". Era o Ministério que controlava todo o processo das eleições, inclusive a análise e aceitação/rejeição de nomes para compor as chapas, além de inspecionar as prestações de conta. Segundo o depoimento de Paulo Torres, enquanto para os sindicatos submissos tudo isto se dava sem maiores percalços,

> "Para o sindicalismo de oposição isso era, muitas vezes, traumático. Eu assessorei algumas eleições sindicais onde havia chapa de oposição, com o local das eleições cercado pela polícia militar, chamada pela direção do sindicato e coordenada pelo governo do estado, transformando o momento de uma eleição sindical numa praça de guerra".

Mesmo antes de a FETAG aceitar a organização de assessorias regionais jurídicas, a CONTAG já apoiava o trabalho em prol dos novos sindicatos. Um dos primeiros sindicatos desta nova fase deve ter sido o de Iaçu, de acordo com Antônio Dias, que relata o episódio que o levou a conhecer, ainda em Brasília, o grupo daquela cidade:

> "E aí foram os lavradores de Iaçu, eles vieram para Brasília para falar com o Palácio do Planalto, se queixar, que eles achavam que o presidente da República não sabia que eles estavam sendo expulsos da terra. Que aquilo estava acontecendo porque o presidente não sabia. Aí, o presidente, o que fazia? A assessoria do Palácio do Planalto mandava

> levar todos os documentos que chegavam [...] na CONTAG, para que a CONTAG tomasse as providências jurídicas, porque o Palácio do Planalto não tinha nada a fazer".

O episódio é significativo. A ingenuidade que o trabalhador preservava até aquele momento era muito favorável à atuação insidiosa e arbitrária do regime. Em um processo dialético, a violência generalizada provocou o despertar das consciências. A presença de agentes das CPTs, de assessores e advogados da FETAG, a criação dos polos sindicais contribuíram decisivamente para a descoberta da necessidade de organização na busca da garantia de direitos.

5.4.3 A CPI da Grilagem

A publicidade que se conseguiu dar aos problemas de violência que se repetiam amiúde no meio rural levou o deputado oposicionista Élquison Soares a identificar a necessidade de criar, na Assembleia Legislativa da Bahia, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para avaliar a grilagem de terras no estado. Ou seja, a apropriação irregular, desonesta, inclusive mediante documentação fraudulenta, de terras devolutas ocupadas por posseiros. O posseiro é aquele lavrador que usufrui do uso da terra, dela tira seu sustento, sem a preocupação de constituir patrimônio.

Instalada a Comissão, Eugênio Lyra foi o primeiro convocado a prestar depoimento, visto que o Oeste era, então, a região do Estado com maior incidência de problemas. Na véspera, quando se preparava para embarcar para Salvador, na porta da barbearia, no centro da cidade, ele foi assassinado. Isto apesar de estar sob proteção do Estado conforme pedido da Segurança de Vida obtido pelo advogado da FETAG, após ameaças e apreensão de armas privativas do Exército em mãos de pistoleiros. "Isso, em vez de enfraquecer a gente, fez com que a gente tivesse mais força.", como registra Terezinha Menezes que lembra "... do advogado muito querido que fazia parte da equipe da gente." Embora sejam conhecidos mandantes e executores, o crime nunca foi punido.

Mas a CPI prosseguiu. Mesmo que tenham sido entregues ao deputado apenas 50 dos 200 casos que haviam sido prometidos, devido à demissão intempestiva, da FETAG, de Antônio Dias e Jackson Azevêdo, outros depoentes, inclusive a CPT, foram convocados e levaram as informações. Terezinha Menezes lembra que as CPTs conseguiram comprometer trabalhadores, sindicalistas e bispos para depor. Apesar das demissões, a FETAG preparou um depoimento que foi levado à Assembleia e publicado na íntegra no número 54 dos Cadernos do CEAS (mar/abr, 1978). Nele, avaliando como os conflitos se manifestam, considera-se que

> "O primeiro aspecto a ser ressaltado é o emprego da violência. Ameaças, intimidações e pressões de todos os tipos têm sido utilizadas. Reveste-se do caráter de violência também a exploração do condicionamento sociocultural a que estamos submetidos. O trabalhador rural sempre foi oprimido pelas suas condições concretas de existência: saúde, higiene, habitação, falta de informações". (FETAG-BA, 1977, pág. 28)

A violência conjuntural é apresentada desta forma. Na região de Monte Santo, onde foram registrados muitos conflitos. Porém vai-se mais além, pois também está presente a denúncia dos elementos da violência estrutural em que vivem os camponeses há tempos, a

inexistência de políticas públicas destinadas a eles, enquanto não faltava financiamento para os grandes empreendimentos.

Em entrevista concedida à CEV-BA, a advogada Cecília Petrina, ao comentar os conflitos na região de Monte Santo, nomeia 126 mortos e desaparecidos que não estão na lista oficial (Anexo 43 p. 639 a 642). Entre os mortos estão Moisés Vitório, presidente de sindicato morto perto de Ourolândia, José Augusto, José Carlos, da fazenda Jabuticaba (entre Jaguarari e Andorinha), Floriano em Itiuba, além de Juvêncio que, vítima de atentado em Jacobina, acabou por se retirar da luta.

5.5 Perseguidos,Torturados, Mortos e Desaparecidos: a cota dos baianos

Torturados, Mortos e Desaparecidos constituem, na Comissão Estadual da Verdade, o tema que trata dos crimes de violação dos Direitos Humanos, aqueles que mais a ditadura militar tentou negar ou minimizar. As denúncias de tortura e de assassinatos atingiram a ideologia liberal democrática, formalmente assumida, e, especialmente, a imagem do Brasil que se pretendia passar para o povo brasileiro para o exterior, o mundo "civilizado", a "civilização ocidental cristã". O esforço para negar ou camuflar as ações que ocorriam decorria das características do que, pelos seus autores, foi chamado de "revolução" de 64.

O golpe ("revolução") foi desferido sob a justificativa da defesa da democracia supostamente ameaçada pela corrupção e subversão, praticadas pelos comunistas e seus aliados. Partindo de uma visão liberal conservadora, a ditadura enfatizou o formalismo e o legalismo, enquanto mantinha os ritos da democracia liberal: eleições periódicas, diretas ou indiretas, estas para evitar que o povo, iludido por comunistas, populistas e demagogos, votasse errado, existência de partido de oposição que não deveria contestar a "revolução", respeito aos direitos dos cidadãos que não deveriam ameaçar a ordem e os costumes.

A ditadura brasileira mantinha os direitos humanos na letra das Constituições que promulgou (67-69) e procurou justificar ações limitadoras do direito através de atos institucionais (baseados no poder originário das revoluções), Lei de Segurança Nacional e uma série de leis para mudar as regras eleitorais e garantir a vitória dos governistas. Enfim o Brasil seria uma democracia, ainda que com limitações impostas para protegê-la. A perspectiva liberal, afirmação da participação no "ocidente democrático e cristão", era incompatível com a aceitação da tortura, dos assassinatos políticos e até com a pena de morte em época de paz. Afinal, o Brasil se tornara independente sob a égide do iluminismo e desde então as suas elites eram formadas, inclusive nas Faculdades de Direito, na perspectiva do Direito Penal Moderno, lançado por Beccaria ("Dos Delitos e das Penas", 1674), que rejeitava a tortura e a pena de morte como resquícios da "barbárie".

Esta posição assumida pela elite ilustrada, inclusive a conservadora, contrastava com a realidade de uma sociedade desigual, autoritária e elitizada.

O comportamento diante da tortura é um exemplo de como a contradição foi enfrentada.

A Constituição de 1824 proibiu formalmente a tortura:

> *"Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brazileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:*

.....

XIX – Desde já ficam abolidos açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis". (CAMPANHOLE, 1971, p. 600, 601)

Mas o Código Criminal de 1830 previa o açoite ("*tortura flagelarum"*) para os escravos, já que eles não eram "C*idadãos Brazileiros*". Dividia-se formalmente a sociedade entre torturáveis e não torturáveis. A extinção da pena de açoite, em 1886, não aboliu esta distinção e a tortura, formalmente sempre ilegal, continuava sendo praticada contra os que hoje se chama os do "andar de baixo". Era também possível aplicar a pena de morte a escravos, excluídos que eram da cidadania.

As constituições republicanas proibiram formalmente a pena de morte e, quando a ditadura militar a restabeleceu, pelo AI-14, em 1968, e foi promulgada, em Salvador, em 1971, a primeira sentença condenando à morte Theodomiro Romeiro dos Santos, a reação nacional e internacional foi tão grande que obrigou a reforma da sentença, neste e em outros casos.

Não existindo formalmente a pena de morte, menos ainda era assimilável a execução de presos.

Neste quadro, os "revolucionários" de 1964 negavam a existência das torturas e as atribuíam a campanhas caluniosas orquestradas internacionalmente pelos comunistas. O máximo que os governistas admitiram seria a ocorrência de alguns "excessos" praticados por agentes, sem a aprovação dos superiores. Este discurso será desconstruído até que, nos dias atuais, pode-se afirmar não só que eram do conhecimento dos altos escalões, como se constituíram em política de Estado.

A tortura é a causa de muitas mortes e "desaparecimentos" na ditadura. Vários foram torturados até a morte e, para esconder os indícios de assassinato, os agentes da repressão recorreram à simulação de confrontos, atropelos, suicídios. Surge, também na ditadura militar, a categoria de "desaparecidos políticos" no Brasil. Dentre os "desaparecidos políticos", caso limite é o da Guerrilha do Araguaia no qual o objetivo dos desaparecimentos não era, apenas, esconder as execuções, mas a própria existência do acontecimento. A própria existência de Guerrilha chegou aos jornais com uma ordem de censura para que não se falasse dela. Em 1982, o pioneiro lançamento, em Salvador, da Revista sobre a Guerrilha, motivou a invasão da Associação dos Funcionários Públicos, uma série de prisões e uma reação nacional, naqueles tempos de declínio da ditadura. Vale ainda registrar outra medida reativada pela ditadura, a condição de "banimento", na qual se enquadra o baiano Eudaldo Gomes da Silva, trocado pelo embaixador da Alemanha em 1970, junto com mais 39 companheiros.

Também ao analisar a situação dos mortos e desaparecidos, deve-se esclarecer as características da inserção do acontecido na Bahia no quadro nacional.

Todos os baianos "desaparecidos" foram vitimados pela repressão fora da Bahia. Dos que morreram em solo baiano, a maioria foi vítima de uma operação desencadeada nacionalmente — a da caça a Carlos Lamarca e seus companheiros. A explicação destes fatos leva à formulação de três hipóteses.

Uma primeira hipótese é a de que o centro político-econômico do país e consequentemente da repressão e da luta armada situava-se no Centro Sul (Rio e São Paulo especialmente) e a Bahia funcionava como uma "área de recuo" para o restabelecimento dos militantes.

Constatação que se articula com esta e a contextualiza é a de que praticamente não ocorreram, em território baiano, casos de Guerrilha Urbana. Uma única exceção (assalto ao Banco da Bahia, na Liberdade) foi executada pelo PCBR seguindo orientação nacional e com os militantes provenientes de outros Estados. A chave da explicação poderia também estar no fato de que as organizações de esquerda mais fortes no Estado não optaram pela Guerrilha Urbana. O PCB — Partido Comunista Brasileiro manteve a opção pela luta política e rejeitava a luta armada. Seu "pacifismo" foi, aliás, uma das razões da dissidência de algumas das suas lideranças, dentre as quais três líderes baianos (Carlos Marighella, Mário Alves e Maurício Grabois) incluídos na lista de mortos e desaparecidos. A Ação Popular e o PC do B, ao qual se fundiu, além da integração dos seus membros na produção, apostavam na Revolução a partir do campo, na criação de um foco rural.

Ao caráter periférico da Bahia se poderia somar uma terceira linha de explicação — as características da sociedade baiana que permitiam o funcionamento de uma rede de relações e de frente democrática que podia ser acionada para proteger os presos. O depoimento de Haroldo Lima, (LIMA, 2010 p. 161) afirmando que, a partir da intervenção do Abade D. Timóteo, sua tortura em São Paulo passou a ser mais controlada e sua vida foi salva, seria um exemplo desta atuação.

As características da Bahia não impediram, antes propiciaram que, no Estado, se formassem quadros que sofreram a repressão e enfrentaram a ditadura. Dos que foram presos, exilados, cassados, torturados morreram ou foram "desaparecidos" é o que trata este relatório. Ainda preliminarmente cabe lembrar a importância da Bahia na história do PCB, o que levou inclusive seus historiadores, como João Falcão em seu "Giocondo Dias: a vida de um revolucionário", a falarem no "Grupo Baiano".

Dos baianos protagonistas nacionais, alguns (Giocondo Dias, Fernando Sant'Ana, por exemplo) permaneceram na linha de luta política, ainda quando o partido enfrentou perseguição e assassinatos. Outros abriram dissidência e optaram pela luta armada como as três grandes lideranças e ex-deputados federais, Carlos Marighella (morto em emboscada em São Paulo), Mário Alves (morto sob tortura pelo DOI-CODI no Rio de Janeiro) e Maurício Grabois (morto na Guerrilha do Araguaia, que chefiava). Dentre os mortos e desaparecidos baianos, encontram-se militantes de duas gerações. A mais antiga, a dos militantes que iniciaram sua luta política no PCB, após a Revolução de 1930 e na "era Vargas". A de militantes mais novos que iniciaram sua luta política nos anos 1960 e que provinham de várias organizações de esquerda. Comum às duas gerações, o grande número que teve sua formação e engajamento no movimento estudantil e que proveio das classes médias e intelectualizadas.

5.5.1 Tortura, tratamentos cruéis e degradantes

O levantamento do que aconteceu com os baianos, dentro e fora da Bahia, mostra que a tortura e os tratamentos cruéis e degradantes:

- ocorreram desde o início do golpe em 1964;
- não se limitaram à capital ainda que nela se centralizassem os comandos e as prisões para presos políticos;
- não visavam apenas extorquir confissões e delações de companheiros dos "subversivos";
- utilizaram os espaços e instrumentos disponíveis.

A Comissão Estadual da Verdade, na sua atribuição de promover o esclarecimento dos fatos que marcaram o período, apesar das limitações de tempo, de pessoal e, não raro, de infraestrutura, ouviu o relato de 93 atingidos pelo golpe, cujos depoimentos estão transcritos na íntegra e anexados a este relatório.

Terezinha Dantas de Menezes, que também acompanhou todas as tomadas de depoimentos em Feira de Santana, lembra: “alguns depoimentos aqui, que a gente sabe que foram muito mais sofridos, as pessoas já não retratam com o peso que a gente sabe que teve para elas naquele momento.” São pessoas que viveram a violação de seus direitos elementares e os de suas famílias. Em tempos distintos e por diferentes períodos. Como alerta ainda Emiliano José, “Nós somos, é duro e é forte dizer isso, nós somos a voz dos nossos mortos e assassinados, não somos apenas cada um de nós individualmente, somos a voz daqueles que atrás plantaram sonhos junto conosco.”

Por conta desta responsabilidade que quase se impõe, Terezinha Menezes considera:

> Eu queria lembrar que você precisa lembrar, para justamente fazer história. Mas, às vezes, precisa, também, esquecer, pelo menos em parte, para não sofrer muito, não voltar a sofrer. Então, eu sei que cada pessoa que vem, ela tem essa ambivalência. Ela sabe do compromisso dela na reconstrução dessa história, mas ela sabe também, que é uma preservação pessoal, às vezes não rememorar o sofrimento.

E, apesar de tudo, os depoentes tiveram o desprendimento, a coragem, a disposição de rememorar os momentos de crueldade que viveram, de oferecer registros de um período tão pouco documentado, na Bahia.

- O medo

A Bahia acordou, no dia 1º de abril de 1964, sob o impacto da nova situação, desconhecida e insegura. A incerteza conduz ao medo. “E esse medo acontecia nos interstícios menores da sociedade e nas coisas grandes da sociedade”, nas palavras de Beraldo Boaventura, ou seja, um clima que a todos envolvia, estivessem ou não comprometidos com atividades políticas. E que persistiu.

O próprio Beraldo registra que, quando saiu da prisão, já em 1972: “era uma coisa surpreendente - o clima, pessoas de quem eu julgaria que teria o maior apoio atravessavam a rua para não serem vistas falando comigo – e pelo outro lado – pessoas, que eu não esperava nada, iam na minha casa prestar solidariedade.” Por isso, ele insiste, “Então, se há alguma coisa que me traz à tona aqueles anos de chumbo era a atmosfera de medo que dominava a cidade, o clima e a sociedade.” Carlos Valadares avalia que: “Era necessidade do Estado, daquele grupo de generais, para se preservar, gerar o medo, o terror entre o povo”.

O Relatório apresenta, neste capítulo, a parcela dos atingidos pela ditadura na Bahia cuja história foi possível resgatar e reconstituir. No entanto, é preciso certo cuidado ao empregar o termo vítima, pois é também Beraldo Boaventura quem afirma, referindo-se a Feira de Santana, que, “se há uma coisa que nós fizemos de bom - aqui nessa cidade - foi enfrentar o medo.”

São muitos os depoimentos que levam a considerar todo o clima de medo já referido como tortura. Eis a lembrança de Jaime Almeida Cunha:

> 64, veio o golpe. O golpe foi um negócio meio aterrorizador. E aí, aquelas pessoas que estavam mais à frente sofreram repressão no fim. E a notícia correu. E a notícia correu que Hosannah, que Celso Pereira, que Coelhinho, que outros e outros tinham sido torturados. Aquilo nos deixava com muito medo. E a mim então, que era inclusive mais novo o medo era muito grande.

Aurélio Miguel Pinto Dórea conta o que eram aqueles anos:

> "Você imagine o que significaram aqueles anos de 69 e 70... o terror individual é você individualmente ser alvo da violência. Outro é aquela coisa tenebrosa de você ser ameaçado por tudo. É você dizer assim cada dia que eu viver, cada dia que eu retornar pra casa for um dia de vitória".

Antônio Albertino Carneiro era padre chegado de novo a Feira de Santana naquela época, o que inibiu uma ação mais contundente por parte dos repressores, já que o bispo local, embora reacionário, era muito cioso de sua jurisdição e dizia logo aos militares "não mexam com meus padres". No entanto, ele avalia:

> ... na minha história, me parece que eles não queriam me prender nem me torturar, porque dizer somente o que eles diziam de mim, já era uma tortura e para eles era o bastante. Eu não recebi nenhuma tortura física, mas fui sempre vigiado, fui sempre, não só vigiado, mas acompanhado de perto por pessoas contratadas para isso.

E Albertino, envolvido que estava com a proposta Paulo Freire de alfabetização de adultos, diz mais:

> Olhe. Amedrontar era o principal da ditadura. Vou dizer a vocês, por exemplo, porque eu quero dizer isso. Quando eles procuraram a linha da alfabetização pelo rádio, foram lá na sede da Rádio Sociedade, pediram, pediram, para mim, significa obrigaram, a dar todos os lugares onde tinha uma rádio cativa para eles assistirem. E pegaram esses rádios e quebraram todos na frente dos alunos. O que significa isso senão uma loucura de amedrontamento? Foi isso que fizeram com todos os rádios que eram cativos da Rádio Sociedade.

Já Celso Pereira relata:

> E aí, saiu no rádio: "entre os procurados está Celso Pereira". Meu pai me colocou... - eu tô contando isso para mostrar de que a tortura como bem disse Beraldo - não foram atos apenas de prisão. Ela ocorreu a partir da instalação do terror e do medo. Então, o meu pai me colocou para dormir num pensionato... numa pensão que tinha na Praça Eduardo Froes da Mota, porque a todo o momento a gente esperava a polícia chegar em casa. Então... aí, minha mãe desarrumava minha cama pra dizer que eu tinha saído muito cedo e eu dormia numa pensão, no fundo. De manhã meu pai ia lá e dizia: "não, não chegou ninguém". Até que começou a chegar, aí chegaram lá em casa, polícia.

Carlos Valadares avalia que:

> ...o sofrimento é muito mais que o simples ato de torturar uma pessoa. Não é só a tortura física. Muitas vezes o que pega é a ameaça de tortura e

> o problema do que isso provoca na pessoa [...] A tortura não é só o plano da violência física, é a violência pra destruir a identidade da pessoa.

Emiliano acrescenta que já se constitui em tortura tirar logo toda a roupa de quem vai ser submetido à tortura e que já está vendado, seja homem ou mulher, deixar nu. E Emiliano José oferece mais um elemento para configurar a amplitude do que seja a tortura, quando lembra:

> Aí, eu sabia quando entrei no camburão, e um dos momentos mais terríveis da tortura é você ser levado de um canto a outro, porque não sabe qual o destino quando lhe chamam. Isso aconteceu comigo algumas vezes. Aí me botaram no camburão. Eu digo bom, chegou a hora. Lá vou eu para... eu não sabia.

Oferecendo uma dimensão desta amplitude da tortura, Emiliano afirma: “A minha noção era: se morrer, está tudo bem. Não é muito a vida que conta nesses momentos, eu digo com toda tranquilidade isto.”

Quando as tropas do Exército vindas de Alagoas, chegaram a Feira de Santana, os militantes reuniram-se e decidiram que cada um escolheria seu caminho. Sinval Galeão relembra que, dentro do clima existente:

> Eu poderia ter caído fora, não caí, porque eu *sentia...,* eu senti que estar foragido é tão penoso, é tão doloroso como você *tá* sendo torturado. Você não podia ver uma buzina, não podia ver uma zoada diferente, não podia ver nada, você tremia, você tomava choque e coisa. Eu resolvi ficar.

Hosannah Leite dá conta do que acontece com ele uma vez preso e transferido para Salvador:

> Começamos a sofrer aquelas sessões, eu não diria que tortura passa a ser tão somente o pau de arara, não tão somente a cadeira do dragão, ou outras formas mais sofisticadas, mas àquela época começamos a tomar tapas de mão aberta na cara, joelhadas, pressões, pressões psicológicas que eu considero, sobretudo, as mais violentas, porque da tortura física, passado o momento você pode se recuperar, as psicológicas perduram, perduram por muito tempo e muitos companheiros nossos que sofreram torturas psicológicas, até hoje sofrem as consequências.

Emiliano José conta que, quando “caiu” (foi preso) na Ribeira após uma reunião na praia, evidenciando a precariedade das condições à época, após tentar fugir,

> já apanhei pra burro no carro, já sangrei pra burro ali já sem camisa sangue pra burro, porque às vezes a gente fala na tortura, como se “ah! Foi pro pau-de-arara”, aí é tortura, né? Parece que o conjunto não é. Não, eles lhe torturam o tempo inteiro.

Caracterizando a tortura, Luciano Ribeiro desabafa:

> Mas quando eu fui preso, *aí* a pergunta que fazem: “Ah! mas você foi torturado?” não, não fui torturado! Fisicamente não, mas você chegar de manhã, bater na porta você abrir a porta de sua casa, já está um jipe esperando você “Entra aqui!” e me levou. Eu não sabia para onde ia e não sabia o que iria acontecer, não pude nem voltar para dizer aos meus

> familiares que estava sendo preso, isso é uma tortura, não é? Se for psicológico ou não, é uma tortura!.

Como Beraldo Boaventura conta:

> Quando a gente entrava numa estação rodoviária estavam lá os cartazes, Procura-se! Quem era que estava sendo procurado? Pessoas do bem, jovens idealistas, pessoas que não roubaram ninguém, que não mataram ninguém, que não prejudicaram ninguém, pessoas que queriam um Brasil melhor, então esse era o medo.

Monsenhor Luiz Rodrigues relata este clima no meio universitário:

> Eu já estudava na Católica e trabalhava na UFBA, e vi as prisões a todo instante. Aquele miserável do decreto 477 que deixava a gente no clima de tensão. Ninguém sabia o que era quem. O funcionário tinha medo um do outro, o estudante tinha medo do funcionário. Os funcionários éramos vistos como delatores diante dos estudantes, e nós como estudantes também éramos vistos um como delator do outro. Os professores entre si era uma desagregação intestina dentro da Universidade.

Mais uma vez, Jaime Cunha rememora:

> ... porque vivia-se sob uma pressão constante. Um medo constante, era uma coisa. Eu fico pensando: como era tanto assim? Era coisa que parece que tinha olhos nos vendo a todo momento. Todo lugar que você ia, tinha um clima de insegurança. Tinha um soldado, tinha um policial, tinha alguém lhe olhando. Não era só por paranóia não, porque era verdade. Era assim.

Esta pressão permanente é relatada pelo pequeno comerciante Moacir Cerqueira, um nacionalista que não era filiado ao PCB mas que tinha seu pequeno comércio situado em frente ao espaço apelidado “senadinho”, onde a esquerda local, inclusive ele, se reunia:

> E, portanto, minha pessoa passou a ser uma pessoa visada. Eu vivi momentos angustiantes, terríveis. Porque, qualquer carro que parava na porta da minha casa à noite, eu esperava ser... está na hora, vieram me buscar. Como havia muito movimento de militares, de carros, de jipes do Exército carregados por soldados armados, e patrulhas do Exército, da polícia, na avenida Senhor dos Passos, ali nas proximidades da prefeitura, quando paravam, estacionavam ali na frente. Certa feita, mesmo, eu cheguei, tinha um jipe do Exército, vários soldados no passeio ali da minha loja, e eu disse: “Acho que dessa vez eu não vou escapar”. E foi um sobressalto muito grande. Passei pelo meio deles, e fiquei aguardando, não aconteceu nada. Em uma outra oportunidade, eu também passei um choque muito grande. É que eu estava, quando entraram vários militares na minha loja. Uns dois ou três coronéis, aqui da Polícia Militar, e eu tomei um susto e fiquei me perguntando, será que os coronéis, não é possível. Será que vieram me prender, vieram me buscar? Mas, também não foi, era apenas um coronel lá que foi comprar um isqueiro, informaram ele que lá na minha loja tinha isqueiro, e ele veio comprar um isqueiro. Mas, eu passei pelo choque. Mas a pressão aumentava, os dias iam passando e a pressão ia aumentado, com prisões de companheiros, com torturas

> anunciadas, com as cassações. Era realmente um martírio muito grande para... os companheiros que desapareceram, não se encontrava mais companheiro nenhum para trocar uma ideia, para se saber de notícia.

Não há, portanto, como definir tortura, julgar qual é mais cruel, a intensidade, quase como de uma posição de espectador. De um lado, porque esta é uma realidade, mesmo quando ultrapassa os limites da ficção. Além disto, porque as reações e as resistências são individuais, mais do que isto, só reconhecidas diante do fato consumado. No comentário de José Carlos Zanetti:

> Mas sei que é muito difícil se julgar o limite, a capacidade de resistência das pessoas... algumas são tão corajosas que até enfrentam, provocam seus torturadores. Outros, ao primeiro tapa, desandam, só pela expectativa, pela possibilidade de sofrer essa covardia. Outros, só pelo ambiente já se desestruturam.

O depoimento de Emiliano José também trata desta questão:

> Eu nunca tive a pretensão gratuita de dizer: “Eu não falo.” Muita gente que eu vi assim, na hora que a porca torceu o rabo, falou rapidamente. Eu dizia: “Eu não sei. Vai depender de muita coisa, de como eu esteja.” É claro que depende, falar ou não falar, falar mais, falar menos, e olhe que eu tenho uma noção amplíssima disso, convivi com companheiros que falaram um pouco mais, um pouco menos, e o culpado disso é a ditadura, não é o companheiro que falou. [...] Mas falar, quem é que sabe o limite pra dor? Quem é que sabe? Pode ser gigantesco o limite.

Outro aspecto fundamental e objeto de várias intervenções é o da responsabilidade pelos atos praticados. Carlos Valadares analisa:

> Havia uma política de Estado que fazia com que, na Região Militar, a tortura fosse uma coisa necessária e de política de Estado.

A reflexão de Beraldo Boaventura segue a mesma linha. Ele afirma:

> E a coisa que mais me - me considera... - me parece difícil de fazer é focar nas torturas, no crime específico de ter torturado um preso político. Quando eu me pergunto e não encontro outra resposta, - se não a de que... - se havia ali um débil mental, um psicopata torturando é porque havia uma rede de cumplicidade muito grande que instrumentalizou aquele psicopata para torturar uma pessoa. Ele não fez isso no meio do mato ou na periferia da cidade, isso era feito nos quartéis do Exército, da polícia, das forças armadas.
>
> Então... era um lugar comum, quando um pistoleiro mata uma pessoa, seja por crime político, seja por crime comum se perguntar e se investigar e se buscar a identificação e a condenação de quem mandou fazer isso, quem foi que planejou aquele crime, quem foi que mandou e instrumentalizou aqueles débeis mentais, tornando-os aptos e capazes, instrumentalizados para torturar pessoas. Então, fico até com receio de que esse foco no pistoleiro acaba sendo involuntariamente uma forma de esquecer as cumplicidades maiores que na verdade geraram aquela situação específica.

> E a tortura, a censura, a repressão não existia isolada de uma rede de cumplicidade, uma rede de interesses que apenas usavam aquele regime militar para se manter no poder e usufruir todas as vantagens ilícitas e ilegítimas desse poder.

Apresenta-se, portanto, utilizando o testemunho de quem a elas foi submetido, as variadas práticas desenvolvidas na Bahia pelos algozes, a título de afirmação de poder, castigo, tentativa de conseguir informações, bem como os diversos espaços, institucionais ou não, onde estas práticas se davam, sem deixar de considerar que, na avaliação de Emiliano José,

> E tortura a gente fala, mas ela é indescritível. As palavras não têm força para definir a tortura porque o impacto dela, na alma mais que no corpo, depende de cada um e do momento que você viva e da força que você tenha ou não tenha. Porque você pode estar fragilizado, também, por variadas razões que sejam, ou você pode estar mais forte.

De outro lado, após sucessivas sessões de variadas torturas, Emiliano José assegura que a sensação, que ele acredita ser da maioria de quem enfrentou as violências era a de que

> ... eu torcia para morrer. Morrer significa, não para morrer, mas que eu apagasse. E se eu apagasse para sempre também, tanto fazia, porque a dor é tão grande ...

- Os Espancamentos

O contador Estevão Moreira foi preso na noite do dia quatro de abril de 1964, ele contou:

> Bom, fui espancado naquela noite pelo sargento de plantão que me fazia perguntas acusatórias sobre a, b ou c dos companheiros e eu dizia... respondia que não sabia e eles me bofeteavam. Entretanto, o capitão e policiais da delegacia suspenderam o espancamento, perdi aí alguns dentes e fui levado então... fui..., fiquei preso ali, na sala mesmo, até pela manhã quando o carro me levou aqui para..., me levou para Salvador, para o Quartel dos Aflitos.

Conta Carlos Valadares da sua prisão em 1969, em uma casa na cidade industrial de Contagem (Minas Gerais):

> Eu fui preso e no próprio local de prisão, nessa casa, eles não tinham os instrumentos de tortura naquele momento. Então, pegaram um martelo e, a golpes, quebraram [meu] tornozelo esquerdo e pegaram o batedor de bife e batiam na cabeça. Então, todo lugar que sangra muito, já estava todo assim... e cassetete e pancada – foi um espancamento generalizado, particularmente comigo, porque eles já me identificaram como uma pessoa que era casada com Loreta, tinham nossos nomes, fui preso com toda documentação minha, então, houve esse espancamento generalizado.

O relato de Hosannah Leite apresenta um inventário de modalidades de espancamento:

> ... recebemos joelhadas nas costas, na altura dos rins, recebemos bofetadas, coronhadas de um revólver que foi apreendido com um dos

> companheiros que foi preso, Beraldo Boaventura, e recebemos algumas coronhadas na altura da nuca, além dos tapas, coronhadas e murros na barriga, além do mais, tinha umas sessões curiosas: eu me recordo muito de um cidadão chamado tenente Ari, alcunhado de Ari, não sei o nome dele. Aconteciam essas sessões de pancadarias no gabinete do coronel Luiz Arthur da Polícia Federal, onde fomos transferidos depois dos fuzileiros navais. Dizia-se, na época, que o coronel Luiz Arthur não permitia que fizessem tortura, realmente, na vista dele nenhuma aconteceu, ele saía. Entendo, hoje, mais como um sinal ou uma senha, eu estou saindo e vocês podem fazer, quando eu retornar, vocês abrandam para deixar a minha imagem resguardada.

Zélia Alves Mattos é filha de Inocêncio Alves, o militante conhecido como Batata, submetido a espancamento tanto em Feira de Santana quanto em Salvador. Ela afirma:

> Ele não morreu nas dependências, mas ele foi preparado para a morte. Porque, quando ele saiu de lá, saiu um homem totalmente inutilizado. Lembro-me como hoje. Ele chegou em casa num carrinho de mão, todo sujo, todo quebrado, algum órgão dele tinha rebentado. Foram os amigos que levaram ele, deram banho. Depois disso, ele nunca mais foi a mesma pessoa. Foi ficando debilitado, debilitado.

- O pau de arara

Estevão Moreira foi submetido a esta tortura em 1964, no Quartel dos Aflitos em Salvador:

> ...então, porque não estava respondendo às perguntas deles, nessa ocasião, então, eles me puseram num pau de arara. Os senhores sabem o que é um pau de arara? É... a gente fica amarrado pés e mãos numa barra de ferro e posto horizontalmente sobre dois cavaletes e a gente fica naquele desconforto terrível e eles continuam o processo de perguntas, o interrogatório. Então, eu respondia que não sabia do que estavam perguntando e que eles estavam me assassinando, demorei alguns minutos e quando eles sentiram que realmente eu poderia morrer - porque aquele pau de arara não dá, a gente fica sem condição de respirar, o sangue todo sobe para a cabeça e tal..., eu tava na possibilidade de morrer. Eles me tiraram do pau de arara e me botaram no chão e no fim do... me deixaram lá amarrado também e fiquei lá...

Preso em Salvador, depois de passar pela Polícia Federal, Oldack Miranda afirma: “Não sei mais com exatidão quantos dias fiquei naquela cela do Quartel do Barbalho.Um dia, ele foi levado ao Recife. Perguntado sobre a identidade de torturadores, ele disse: “Nada, eu não consegui, em nenhum momento, nem em Salvador, nem em Recife. Ou eles estavam encapuzados e eu sem capuz, ou vice-versa, não conseguia enxergar nada.” Foi lá no Recife, em alguma dependência militar, que

> ... me dependuraram no pau de arara, fixaram fios em meu saco e ligaram a maquininha de choques – uma coisa indescritível. Aquilo me fazia abrir a boca involuntariamente e aparentar uma risada, e eles ficavam mais descontrolados, aumentavam as cargas “você nos escapou de falar sobre

> o Vale do Pindaré-Mirim, mas agora você vai falar!". Então, eu estava ali em outubro de 1973 e estava sendo torturado não para falar de minhas ligações com Mata Machado, Gildo Macedo Lacerda, mas por pura vingança: queriam que eu falasse de pessoas que eu tinha convivido na mata pré-amazônica do Maranhão de 1969 a 1971.
>
> Funcionou, [o exercício de memória que havia feito para esquecer] porque no desespero da tortura em Recife, não conseguindo me lembrar do nome de militantes camponeses, passei desesperadamente a inventar, a descrever pessoas que não existiam com nomes que não existiam, em locais ermos da mata do Pindaré-Mirim.

Também Zanetti foi submetido a esta modalidade de tortura:

> Eu não me lembro quantas vezes eu fui para o pau-de-arara, eu sei que fui várias vezes. Eu sei que numa delas eu fiquei amarrado, algemado debaixo das pernas, não pendurado, mas ainda no chão, e levando choques elétricos. E claro que a pior situação é o pau de arara. Você fica nu, claro, e ainda o suor do corpo, mais a água que jogavam produziam um ambiente mais favorável à descarga elétrica, uma eletrólise. Assim, amarravam num extremo um fio e corriam o corpo... sempre digo que é o momento mais dilacerante, mais difícil e duro, porque tudo você suporta: pancadas, a própria posição do pau de arara... [pausa, emociona-se] não podia, já fiz tantas vezes isso, já disse, mas é como se estivesse dilacerando o corpo, arrancando... então, a gente pedia, inclusive insinuava para levar outros tipos de porrada, ou simulava um pouco que ia colaborar para ganhar um tempo, ou para mudar a guarda de torturadores... e depois tentava enrolar, sempre com a ideia de não revelar outros companheiros.

Depois de muita porrada, de afogamento, para Emiliano José, "Aí, a sequência foi o pau-de-arara. Aí, a barra pesa. Pau-de-arara não é uma coisa simples." E ele tenta, apesar da dificuldade, detalhar: "... fica ali, suportando, suportando, mas não foi brincadeira não. [...] Nesse primeiro dia, desmaiei já. Mas depois do pau-de-arara, vieram os choques. É muito pior do que o pau-de-arara, os choques no pau-de-arara, você no pau-de-arara tomando choque". Ele foi levado para a cela e, no dia seguinte, não conseguia mover as pernas porque, depois de muito tempo no aparelho, "... as pernas ficam gigantes, e não se movimentam".

- A prensa de fumo

Feira de Santana tornou-se o local de uma triste peculiaridade. A famosa prensa de fumo. Conta Celso Pereira:

> Fiquei no galpão onde antes se enfardava fumo para exportar que enricou grandes dos...muitos dos burgueses de Feira, exportando fumos durante a guerra. Esse... esse galpão estava desativado, mas tinha lá inclusive uma prensa de fardar fumo. Foi lá que se alojou o destacamento de Alagoas, comandado pelo major Elvio e que tinha um capitão chamado Rubião que além do mais obrigava a gente a se ajoelhar e pedir perdão capitão Rubianowisk, numa alusão de que éramos comunistas russos. Era assim que devia ser feito.

Bem, Celso Pereira, mais uma vez preso, desta vez junto com Sinval Galeão, retorna ao galpão. Ele conta:

> Eu não tinha sido ainda interrogado, senão pelo Capelão. Desta feita nós fomos interrogados, eu e Sinval, dentro da prensa de fumo que era de madeiras rústicas. O capitão que interrogava mandava os soldados soprar fumaça de cigarro, fumar e ficar soprando dentro e futucando com sabres. Eu até conto isso, o Beraldo disse que tem coisas para dar risada e você não quis perguntar, então antes de perguntar eu vou dizer, eu digo sempre que eu levei vantagens por causa de minha altura, ou melhor, Sinval levou vantagens por causa de minha altura, porque o peso maior da tampa da prensa estava em minhas costas. Tiraram-nos dessa prensa. [...] O *modus operandi* era botar a prensa lá em cima e entravam na caixa e a tampa que tem uma rosca para apertar, ia sendo apertada e interrogando, apertando e interrogando.

Foto: Carol Ornelas/Secom-Bahia



Celso Pereira (esq.) e Sinval Galeão explicam no filme "Chuvas de Março" de Volney Menezes e Johny Guimarães, o funcionamento da prensa de fumo

- Pneus

Como se não bastasse o processo da pressão na prensa de fumo, este podia ser complementado por uma inusitada permanência em um pneu, como Celso Pereira relata:

> ... logo depois que eu saí dessa prensa de fumo, Sinval também, porque nos botaram juntos, em pé, dentro de um pneu, de manhã até de noite. E, de vez em quando, chegava um e futucava, às vezes até, com cigarro. Passamos o dia em pé dentro de um pneu, dentro de um pneu dos carros do Exército - e não foi eu dentro de um pneu e ele em outro não - fomos os dois de frente dentro de um pneu.

- O Capelão

A Feira de Santana oprimida pela repressão tem ainda outra particularidade. Onipresente em todos ou quase todos os depoimentos colhidos pela CEV, figura emblemática no

quesito arbitrariedade, o Capelão Edmundo Juskewski, em seus contornos tragicômicos, destaca-se, por exemplo, no depoimento de Aurélio Miguel Pinto Dórea:

> Ele foi uma figura mítica. Uns diziam que ele tinha sido da SS (nazista). Outros diziam que ele era um desertor polonês, mas que se vinculou aos nazistas no campo de concentração! Esse cara implantou um terror absoluto na cidade de Feira por quase dois anos! E ele não se limitava a perseguir políticos, ele perseguia quem ele quisesse! Vocês imaginem um terror sem critério... não era perseguir os inimigos - ele não tinha esse tipo de critério, ele aterrorizava a cidade inteira. Se você era cabelo hoje – colocava no que ele chamava *jipa*. Se tivesse cabeça raspada e ele quisesse, era na *jipa* também.

Antônio Albertino Carneiro informa que “ele veio praticamente fugido de lá da Polônia, fugido do comunismo, foi torturado por ele e, por isso, trazia um ranço disso.”

Para Sinval Galeão, ele era um neurótico de guerra e muito arbitrário. Sinval revela uma particularidade:

> Ele chegava aqui, de noite ele saía espancando e prendendo gente, fazendo miséria, mas era uma figura que muita gente, eu acho que quase nenhum companheiro aqui sabe, o Capelão tinha essa, como é que se diz, essa arbitrariedade toda essa compostura de machão e nem sei, mas Capelão também era um homossexual, muitos dos jovens presos no porão do quartel,à noite ele subia para o gabinete do major Valter, que era o comandante do batalhão para tomar uísque e fazer orgia quando o pessoal do Exército apontava *lá*: “desce, desce, desce”. Mas, foi uma pessoa que assombrou Feira pela atrocidade, pela truculência,

Monsenhor Luiz Rodrigues, ainda estudante, conheceu a arbitrariedade desta figura polêmica:

> Quantas vezes, à meia noite, nós íamos correndo para casa porque, segundo a ordem fantasiosa dos ditadores, já sob comando do Capitão Capelão Edmundo Juskewski, não podia ficar ninguém nas ruas depois das 10 horas. E as aulas terminavam às 10 horas. E ele dava uma tolerância mínima pra gente chegar em casa. Nós saíamos do ginásio correndo para estar em casa antes da rádio patrulha passar. Era aquele jipão, o capitão Edmundo chamava ‘jipa’. Pegava e botava na ‘jipa’ quem estivesse na rua fazendo o que estivesse, porque pra ele tudo era agitação, era comunismo, era etc. Nós passamos muito tempo assim sob essa tortura.

Celso Pereira também apanhou, ainda em 1964, mais uma vítima do Capelão:

> Edmundo...Capelão, que era quem interrogava, interrogava, batia. Este..., este Capelão foi quem me interrogou e me fez ficar lá dois dias preso, meu pai voltou só para casa e lá...ele batendo com um cipó que ele andava, me interrogou. Inclusive com coisas assim inacreditáveis de tão... - tão loucas. Uma das vezes que ele suspendeu o chicote que ele tinha para me bater, foi porque ele me perguntava [sobre outros militantes]

Dona Maria de Jesus Santos conta que, depois que Zé Pereira, seu marido, saiu de Feira, “Aí, o Capelão chegou, tava o menininho, o Jorge tava pequenininho desse tamanhinho

assim, ele chegou, tirou o revólver e disse “Cadê teu pai?”. Meteu o revólver assim na boca do menino.” O menino estava com três para quatro anos!

São variados os relatos de crianças apavoradas sob a ameaça da chegada do Capelão à rua onde brincavam. Edivaldo Rios, morador na Rua Nova, na época com cerca de 12 anos, lembra que “ele chegava ao nosso bairro, até criança e eu mesmo me lembro de uma vez, ele “menino, você vai pra onde?” Então a gente ficava com medo e se escondia.” Ele avalia que “O Capelão era tido como, exatamente, o chamado para implantar ‘ordem’.”

Também a filha da liderança entre os sapateiros Torquato Brito, Maria Natalice, lembra como as mães, na época, exortavam os filhos a brincarem dentro de casa, por conta da ameaça desse “tal do Capelão, que a gente não sabia o que era, é como se fosse a polícia hoje.” E explica

> Quer dizer, a gente brincava de roda, de berrou, de baleado. Fomos proibidos. E isso, também, trouxe consequências para a gente. Porque nós vivíamos em conflito, todo mundo enterrado dentro de casa, sem poder brincar. Algumas crianças teimavam e iam para a rua brincar, alguém gritava “lá vem o Capelão”

Dona Pombinha (Valdeis Daltro Ribeiro), liderança popular do bairro da Galileia, é direta: “O Capelão, quando o povo ouvia falar no Capelão, o povo corria e fechava as portas. Já tinha medo de ir preso”.

- Múltiplas agressões, alternativas de violência

Não havia mesmo limites para as atitudes dos algozes. A depender do humor, podiam utilizar simultaneamente várias práticas, como conta Sinval Galeão:

> ... além da prensa de fumo que já foi aqui relatada e do pneu, eu era cortado com faca, com facão, era queimado com charuto, cigarro, apanhava, pancadas nas costas com facão que chegava a dar talhos. Eu não tinha aonde dormir, eles me botavam para dormir num desses barrotes de telhado, de madeira, com 15cm de largura e mais uns 20 ou 25 de altura e eu tinha que ficar ali deitado a noite toda,não podia vir para o chão, senão tomava porrada, tomava (...) e isso nas minhas costas, –*né*– além dos cortes do facão, sabe? Essas coisas.

Sara Brito, presa, retirada da casa de sua mãe, foi conduzida à Polícia Federal. Relata o constrangimento que passou, uma mulher em um espaço predominantemente masculino: “Lá fiquei oito dias e era horrível, porque era uma cela em que a luz ficava acesa noite e dia, não tinha nenhum tipo de vedação. Fiquei exposta durante oito dias horríveis, é uma recordação terrível desses dias que fiquei na Polícia Federal”.

A utilização de choques elétricos, em sucessão, logo que chegou ao Forte do Barbalho, está no depoimento de José Carlos Zanetti. Mais tarde, nas dependências dos Fuzileiros Navais, para onde foi transferido e não tem certeza de quantos meses permaneceu, ele relata a atuação de um certo cabo Pinho:

> ... era duro e cruel com a gente, tipo botar sal na sopa, jogar água na gente... quando você ia fazer uma necessidade, não tinha banheiro também, ele ficava com a porta aberta te olhando, que é uma maneira de

> [atingir] sua privacidade, ficar inibido... ou quando entrava, empurrava a porta por trás. Fez várias barbaridades.

Após apanhar muito no quartel do Barbalho, sem dar qualquer informação, conta Emiliano José, os algozes partiram para o afogamento em um poço que ainda pode ser visto:

> Aí, eles abriram o tanque de água. Eles pegam você, de cabeça pra baixo, enfiam ali, tiram. Eu digo: bom, eles não vão... Eu ia pensando Era uma corrida de obstáculos. Eles não vão me matar aqui agora não. E tiravam, bebia água pra burro, e saía, voltava, saía, voltava. Depois saia, porrada de novo.

Eliana Rolemberg, na época militante da AP, foi presa junto com um companheiro de organização, em São Paulo, conforme depoimento prestado por ela na Primeira Audiência Pública da CEV em Salvador. Conta ela:

> E nós chegamos e fomos diretamente jogados num corredor polonês, levando tapas, socos, tudo, até que eu não vi pra onde ele foi, e eu fui jogada num... É difícil chamar de cela, era tipo um quarto minúsculo onde tinha uma senhora. Uma senhora que, ela teve muito medo de mim, e eu medo dela. Porque na época a gente não sabia, eles colocavam pessoas pra tentar saber informações. Então ela não queria falar nada nem eu.
>
> ... imediatamente eu fui levada pras torturas e ela ficava lá. Eu me lembro do dia que ela disse: "Você vai me desculpar, mas pra mim foi um alívio você ter chegado, porque eles me esquecem. Agora é só você." E o tempo todo, então eram três equipes de tortura, e eu passava de uma pra outra, toda vez que eles viam já que a tortura era muito grande, vinham com um molho de chaves pra tentar abrir a porta. A gente não sabia o quê que ia acontecer, inclusive a vontade que a gente tinha às vezes, de necessidade física, a gente não tinha nem coragem de pedir pra ir ao banheiro, de medo que eles lembrassem que a gente existia.

Eliana Rolemberg foi submetida a 20 dias de torturas quase ininterruptas. Como ela relata:

> Tudo que era com choque elétrico, cadeira do dragão, choque direto, ameaças, aquela ameaça de te fuzilar né, fuzilamento simulado, até pedia que um fuzilasse de uma vez, mas só que vinha junto logo o choque elétrico, os choques o tempo todo, parece que tudo deles é baseado em choque, pau de arara era com choque, tudo era com choque. E as equipes se revezavam, e teve um dia inclusive que um dos torturadores que ficou comigo até tarde, ele já tava penalizado e ele me disse: Grite, grite! Porque enquanto você não grita, o Major não vai embora. Ele só vai embora depois de escutar seus gritos.

E Eliana continua, explicando tentativas de artifícios para aliviar a carga pesada, inclusive porque, como ela não conseguia comer, consideravam que ela estava em greve de fome, o que redobrava as agressões. Assim, “... eu inventava pontos que não existiam, pra encontrar algum companheiro que também não tinha marcado nada, e foi uma experiência difícil, porque a cada vez que eu saía, na ida era melhor, mas na volta eles viam que era mentira, então redobravam tudo.” Como se pode observar, uma medida do desespero. A estratégia não foi usada uma, mas várias vezes, apesar das consequências conhecidas.

Oldack Miranda, preso em Salvador em 1973, depois de ter sido identificado na sede da Polícia Federal, foi conduzido ao forte do Barbalho, onde passou uma longa noite sob pressão para revelar nomes e informações referentes a 1969, 1970 e 1971. Na manhã seguinte, encapuzado, foi levado a um espaço onde, com “o rádio em volume alto era para abafar os gritos dos torturados”, foi submetido a pontapés e socos e, conta ele, “me fizeram subir naquelas latinhas que cortavam os pés”.

O militante histórico do PCB Luiz Contreiras registra uma sequência de sevícias a que foi submetido na Fazendinha, pelos torturadores Brilhante Ustra e Fleury:

> Levaram-me para uma sessão de choques elétricos. O choque elétrico é uma tortura terrível. Colocam um dos terminais nos pontos mais sensíveis do seu corpo. Na ponta da orelha, nos pés, em cima do coração e ligam a chave. O resultado é devastador, ainda mais com o corpo molhado. A sensação é que colocaram uma bomba em você e o seu coração parece que vai estourar a qualquer momento. Após os choques elétricos, fui levado para a sessão de afogamento que consiste em ser colocado de cabeça para baixo e seguidamente enfiado num tanque de água, algemado, sem qualquer possibilidade de reagir.

Luiz Contreiras completa o relato lembrando em detalhes, o cinismo do algoz:

> O Fleury, quando eu tomei os choques, o Fleury, cinicamente virou-se para mim e disse assim: “Vamos fazer um Cooper, porque o Cooper faz bem a quem toma choque.” Aí, eu estava algemado, meteu a mão entre meus braços e começou a correr violentamente. Eu senti que eu ia desfalecer. Eu já tinha passado por tudo aquilo, eu então joguei meu corpo em cima do Fleury, e caí com ele. Ele me deu uma série de pontapés, e eu desmaiei, e só voltei a mim quando já estava novamente lá na cela.

Também Marco Antônio passou pelos choques na Fazendinha e conta que carregará até o fim da vida as sequelas físicas e psíquicas da tortura, inclusive a perda parcial da audição do ouvido direito:

> Aí veio o choque elétrico. Muito choque elétrico com os terminais da máquina (a “pimentinha”, conforme linguagem dos torturadores) ligando os dedos mínimos da mão e do pé. Primeiro, prendendo esse dedinho do pé, aí a descarga passa por aqui (demonstra). Continuar negando significa maior voltagem e tempo de descarga elétrica, além da mudança dos pontos de ligação dos terminais da máquina. Se você resiste a isso, aí vem a sessão de botar um terminal na sua orelha e outro no dedinho do pé. Aí, o choque é no corpo todo. A cabeça entra também no circuito e a cada descarga todo o seu corpo é atingido Eu tentava resistir ao máximo. Eu só pensava nos dois filhos que eu tinha. Pensei: eu tenho que me segurar por causa dos meus dois filhos. Eu pensei: se eu sair dessa aqui, pelo menos vou poder olhar na cara dos meus filhos com uma certa dignidade.

5.5.2 A Operação Radar e a Fazendinha

A assim denominada Operação Radar foi desencadeada em meados da década de 1970 para destruir o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, como relata Emiliano José em seu "Galeria F – Lembranças do Mar Cinzento". Na Bahia, ela chega com força em 1975, leva à prisão cerca de 80 militantes, dirigentes e simpatizantes comunistas na tarde e noite da sexta-feira 04 de julho. No comando da operação, o "Dr. Luiz Antônio", mais tarde identificado como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Sérgio Paranhos Fleury, o que demonstra a importância do "Partidão" baiano.

O marco desta onda de prisões em território baiano é o cenário em que se deram os interrogatórios e as torturas cujos relatos nos chegam através das declarações de Luiz Fernando Contreiras de Almeida e de Marco Antônio Rocha Medeiros. Do local para onde foi conduzido, que pode ter sido o forte do Barbalho, afirma Luiz Contreiras que foi "levado para um centro clandestino de prisão que ficou conhecido como 'A Fazendinha', em Alagoinhas...". Os torturadores assim chamavam o lugar.

O engenheiro Marco Antônio conta que já saiu de casa encapuzado, levado a um local, provavelmente o 19^0 BC, onde

> ... me vestiram um macacão, continuei encapuzado, me colocaram no fundo de uma caminhonete, provavelmente uma "Veraneio", [...] Percebi que tinha outras pessoas já também deitadas no fundo, né? E aí a caminhonete saiu numa velocidade bem grande.

Como havia trabalhado na implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, reconheceu o trajeto que fizeram, ele e outros companheiros, vendados, calados e deitados no fundo da caminhonete em alta velocidade, pela quantidade de quebra-molas. Sabe que era a BA-096 e, pelo tempo de viagem, avalia também que pode ter sido levado para os arredores de Alagoinhas.

No entanto, ainda não há documento ou testemunho cabal a respeito da localização exata deste centro de torturas, visto que todos foram levados para lá e de lá retirados encapuzados e abaixados em carros. Atualmente, historiadores em Alagoinhas buscam, ainda sem sucesso, algum documento que identifique esta localização.

Sobre a assim chamada Fazendinha, poucas informações, visto que todos permaneceram o tempo todo vendados, a não ser quando, por necessidade fisiológica se era levado para o meio do mato e, então, levantava-se o capuz. Marco Antônio, que teve sua venda momentaneamente levantada algumas vezes para identificar companheiros e se defrontar com o traidor, em um destes momentos em que foi levado para reconhecer um a um, os companheiros presos e, em seguida, ser incorporado à corda humana, conta que:

> ... eu vi que estava, na realidade, debaixo de uma certa cobertura, com chão cimentado, mato em volta, uma cobertura, uma instalação aberta, totalmente aberta [...] aí tinha, bem próximo, uma construção e fora dessa construção sentados, amarrados um no outro tinha uma longa fila de pessoas presas, encapuzadas, e vigiadas permanentemente.

Sobre esta situação conta ainda Luiz Contreiras:

> ... eu me lembro bem que todos nós dormimos amarrados, céu aberto, num banco e uma corda passava aqui ente nós. Então você não podia se movimentar.

As sessões de interrogatórios confundiam-se com torturas. Ambos relatam que, ao chegar ao local e por se negarem a se declarar culpados, mantidos encapuzados e algemados, já começaram a apanhar. Foram também os dois submetidos à acareação com o traidor, o advogado carioca Venceslau de Oliveira Morais que, por dois anos havia prestado assistência ao PCB na Bahia, conhecendo bastante o Comitê Estadual. Marco Antônio registra que ele fazia parte da equipe do DOI-CODI. “Ele estava todo bem trajado, de manga comprida, branca”.

Relata Luiz Contreiras, a respeito deste encontro, que, em um dos interrogatórios:

> houve um episódio que alterou muito a minha condição. [quando] me apareceu um cidadão que tinha sido do partido.” Era o dirigente nacional do PCB que acovardou-se e, aderindo aos torturadores, começa a aconselhar aos seus ex-companheiros a falar, dizendo que ‘tínhamos perdido a batalha’, que eu dissesse as coisas que eles estavam me inquirindo. Eu me senti muito revoltado, e dei uma cusparada no Venceslau, chamando de verme nojento.Em decorrência desta minha atitude, recebi logo um murro de um preposto policial que me arrebentou uma costela próxima do peito.

Na sequência, Brilhante Ustra e Fleury protagonizaram um verdadeiro massacre em uma sessão de choques elétricos seguida de outra de afogamento. Como afirma Contreiras, “O desejo dos facínoras é liquidar com a pessoa afogada.” Para completar o quadro, Fleury, como já dito, o obrigou a um “Cooper” que o fez desmaiar.

Marco Antônio lembra que havia a consciência da profundidade dos castigos infligidos e o cuidado de controlar a progressão dos flagelos. Por isso,

> Em todas essas sessões, quando você já estava nos estertores, às vezes, você ouvia que alguém dizia: chama o enfermeiro, chame o enfermeiro. Aí, ele vinha de lá. Certamente para ver sua condição, se você aguenta, se não aguenta mais e aí pegava no pulso e tal. Aí, depois de alguns instantes, ele dizia: “pode continuar.

No dia do julgamento, quando viram os componentes do Conselho de Sentença, foi possível descobrir que o “enfermeiro” era, na verdade, o Capitão médico Aníbal Sidnei Pessoa Reis.

Com Luiz Contreiras e Marco Antônio foram presos ainda Sérgio Santana, Heitor Casaes e Silva, Sebastião Amaral do Couto, Alírio Feliciano Pimenta, Ademar Hyotoshi Sato, Marcelo Santana, Osvaldina Dias Pimenta, Roberto Max Argolo, Ceci Sato, Euricles Miguel dos Santos, Carlos Augusto Marighella, Moisés Gomes da Mota, Maria de Nazaré Lima do Couto, Paulino Vieira e José Ivan Dantas Pugliesi.

Quantos dias passaram ali? Um fala em quatro ou cinco, outro em 10 dias antes que voltassem para Salvador. Esta discrepância dá uma pequena dimensão da profundidade das torturas e de como afetaram inclusive a percepção de tempo de cada um.

5.5.3 Alguma medida de arbitrariedade

Como é próprio de uma ditadura, quem detinha o poder de força se aproveitava dele arbitrariamente. Por assim dizer, fazia e refazia suas próprias leis ao sabor das

circunstâncias, não raro ignorava qualquer parâmetro. Emblemática é a explicação oferecida sobre a prisão do prefeito Virgildásio Senna:

> Procurando saber porque é que eu fui preso, o oficial, responsável pela comunicação, disse o seguinte, pela televisão: "Por que que foi preso o prefeito Virgildásio?". Foi preso porque podia ser preso e foi solto porque devia ser solto. “E temos explicado tudo. Não temos satisfação a dar a ninguém”.

No momento de sua prisão, o prefeito, que havia se deslocado ao Quartel General, apresentou-se ao general comandante que, segundo o seu depoimento, “... me disse apenas o seguinte: "O senhor está preso porque nós somos cristãos". Eu não entendi o que ele queria dizer com isso, mas guardei de memória.” Para fechar o rosário de arbitrariedades cometidas contra Virgildásio Senna, ele conclui:

> ... o Superior Tribunal Militar, que era o coroamento jurídico dessas providências todas, considerou que o processo movido contra mim era inepto, não tinha justa causa, não podia ter prosseguimento e aceitação naquele Tribunal. Pois bem, cinco ou seis meses depois, a chamada revolução gloriosa – entre aspas – resolveu me cassar. Eu não fui cassado em 64. Eu fui cassado após ser julgado pelo Superior Tribunal Militar, que declarou a minha inocência daquelas coisas que me acusavam.

Sobre seu julgamento, Yara Maria Cunha Pires avalia que:

> Como no processo não havia provas daquelas denúncias, era tudo por ouvir dizer, havia esperança de que fossemos absolvidos, mas as circunstâncias eram muito falhas, eram complicadas porque não se condenava na auditoria militar, na justiça militar pelas provas. Condenava-se pelas circunstâncias.

Segundo ela, era bem possível condenar, numa resposta arbitrária, para apresentar como um exemplo, “porque não era o que estava nos autos que determinava a condenação ou não, eram as circunstâncias externas. Era o bom humor ou não do juiz responsável. Era a simpatia ou não dos militares que compunham o tribunal”.

Réu neste mesmo processo, Celso Ribeiro Daltro, tanto quanto Yara Cunha, não acredita que houvesse nas acusações apresentadas, consistência para uma condenação. No entanto, avalia:

> E esse processo foi muito duro, em face das condições da época. Foi uma época onde a ditadura foi mais feroz, e era o Médici. Esse processo teve tramitação durante o período mais feroz da ditadura, foi no período de Médici, onde se matava a torto e a direito, e foi nesse período que nós respondemos esse processo na auditoria militar.

Jaime Cunha, estudante em Salvador, ao ser procurado pela repressão, conseguiu esconder-se e mandou procurar a advogada Ronilda Noblat. Esta mandou lhe dizer “que eu não aparecesse até que Médici, que era o presidente da República, fosse embora, porque ele estaria chegando em Salvador, e provavelmente essas prisões eram repressão para prevenir qualquer movimento com a chegada de Médici.”

Celso Pereira, dois dias depois de ter sido estupidamente espancado pelo Capelão, é liberado e conta:

> ...eu fiquei com o compromisso de não sair de casa. Então, eu ficava no quarto, na sala, ouvindo rádio sem sair até que prenderam Chico Pinto levaram para Salvador e me prenderam, prenderam alguns outros companheiros.

Desta segunda vez, ele foi solto em poucos dias:

> ... com a recomendação de não viajar, de não sair. Não levaram oito dias *aí*...o jipe do Exército chegou lá em casa fazendo primeiro uma tremenda de uma algazarra, cercou toda a casa que a casa tem entradas laterais, me pegaram, me botaram num jipe e ninguém sabia para onde eu ia.[...] fomos os dois juntos[Celso e Sinval Galeão] para esse galpão de volta.

Por que prenderam? Por que soltaram? Por que prenderam de novo?

O Monsenhor Luiz Rodrigues, adolescente em Feira de Santana à época do golpe de 64, conta que, anos mais tarde, ao tentar tirar seu passaporte, descobriu que o SNI não permitia. Ele nunca foi filiado a partido político nem militou em organização clandestina, sua trajetória é na escola e na Igreja. “Mas a história é essa, a gente é fichado sem saber o porquê. Mas era o clima de 64.”

De seu julgamento e condenação, Luciano Ribeiro faz considerações:

> ... eu fui condenado a dois anos de prisão. Foi a pena maior, mas depois nós apelamos para o Supremo Tribunal Militar em Brasília, e interessante...fomos absolvidos por unanimidade. *Aí* a pergunta ficou e fica: ninguém responde por esses oito meses, é preso, é absolvido e ninguém responde por ele, perdi dois empregos.

Beraldo Boaventura oferece mais um episódio da mais deslavada arbitrariedade, contando de uma prisão dele e de Antoniel Queiroz:

> Mas, o passo seguinte foi... eu entrar na cela e ficar trancafiado lá, eu e ele - e... mais ridículo ainda - nós soubemos depois que nesse dia nós fomos presos - acho que Hosannah também foi nesse dia, mais alguns - nós fomos presos pra quê? Pra treinar interrogador - não tinha uma razão para nos prender. Eles queriam dar um treinamento a uns interrogadores novos e nós fomos presos para treinar interrogador, tal era a desfaçatez, a violência... que eles agiam. Engraçado, não tinha ninguém fardado nessas prisões era tudo Polícia Federal.

Luzia Ribeiro, sobrevivente da Guerrilha do Araguaia, oferece mais uma medida de arbítrio:

> Quase dois anos depois de ter voltado para casa, nesse período é que Luiz Arthur manda meu pai me trazer, me chama (não sei se foi carta, como foi). Meu pai me traz aqui e ele me coage, me faz eu assinar um documento que ele diz que veio de Brasília pronto, que era minha regulamentação... eu estava sendo regularizada, porque eu não tive processo, não existe nada contra mim, eles diziam que a guerrilha não existiu.

Em seu depoimento Eliana Rolemberg registra que, depois que foi para o presídio Tiradentes “e mesmo *sub judice* que eu já estava sendo julgada, eu voltei oito vezes para o DOPS.” Sobre uma destas vezes, seu depoimento:

> ...eles me acusavam de uma relação com Betinho e com outras pessoas da AP, de algo que tinha ocorrido depois que eu já tava presa há mais de um ano, quer dizer eu não poderia ter cometido nada, e inclusive eu cheguei a dizer pra eles, consegui coragem pra dizer "Olha, vocês além de tudo perderam a cabeça. Porque se eu participei de alguma coisa nessa época, é porque vocês me soltaram, me deixaram fazer o que eu quisesse e me prenderam de novo, é ridículo.

O engenheiro Marco Antônio Rocha Medeiros conta que só foi preso no dia 5 de julho de 1975, um dia depois dos demais companheiros do PCB. Isto porque, como o delator não deu o seu endereço exato, os policiais acabaram levando outro Marco Antônio, que era também engenheiro. Resultado, o preso passou a noite sob tortura sem saber a razão.

Zélia Mattos, representante de uma família humilde e com poucos recursos, relata como foi difícil comprovar as sevícias a que Batata, seu pai, foi submetido:

> Eu não sei precisar, assim, quanto tempo ele ficou preso, porque nós tivemos muitas dificuldades para encontrar documentação. Ninguém sabia, não tinha ideia, enfim, fomos atrás de documentos que comprovassem o local e a data exata da prisão. Foi muito difícil. Se não fosse a luta da nossa companheira Diva Santana, que ajudou muito a gente...

Zélia também conta a prisão de Batata:

> Naquela época nós éramos crianças e minha mãe ficava com medo de falar. Eles invadiram a nossa mercearia, bateram na porta e disseram: “Queremos comprar cigarros”. Mas, na realidade, eles invadiram a nossa casa, procurando, “Queremos o foragido Seu Batata.” E ele estava escondido, e eles invadiram, empurrando, me lembro, bateram na gente e na minha mãe, e queriam saber o paradeiro, e descobriram onde ele estava, e já foram espancando, “Você é comunista. Vamos ver onde estão as armas”, procurando documentação. Então foi uma coisa triste, na época, pra gente. Eles não quiseram nem ver, porque tinha criança naquela residência. Não se importaram com isso.

Por outro lado, Ana Maria Nascimento, a filha de Chiquinho Nascimento, respeitado militante de Feira de Santana, relata a saga de seu pai, preso há 58 dias, sem ser chamado a depor, enquanto companheiros de prisão iam sendo ouvidos e liberados. Incumbida de procurar o oficial responsável pelos depoimentos de Feira de Santana, ela o encontra após um dia de busca nos mais diversos espaços de repressão em Salvador. Quando ela se identificou,

> Ele aí pegou a lista, olhou e fez: ‘Não. Seu pai aqui consta como foragido.’ Eu disse: ‘Não. Mas ele não está foragido. Ele nunca esteve foragido em momento algum’. Aí ele disse: ‘Bom. Mas agora, vamos fazer o seguinte: você vai para casa que amanhã. logo pela manhã, eu vou ouvir seu pai.’ Aí, eu estava me despedindo dele, quando ele bateu na mesa e fez: ‘Não. Eu vou é agora mesmo.’

Mais tarde ela compreendeu a súbita disposição do oficial, o perigo que Chiquinho Nascimento havia passado: “Meu pai era um preso que não existia. Ele não existindo, poderiam fazer qualquer coisa e dizer ‘Não. Ele não foi preso’.” Exatamente 10 dias depois, ele estava liberado.

5.5.4 Momentos de Solidariedade

Sara Silva de Brito relata que o então estudante de Direito, Pedro Milton de Brito (fora solto), após oito meses de prisão em 1964, “e os professores, de modo muito humano e de maneira elogiável, permitiram que ele fizesse todas as provas que perdera. O professor Nelson Sampaio, o Nestor Duarte, permitiram que fizesse todas as provas quando retornou da prisão, em 1964.” Tendo sido expulsa da faculdade de Direito por decreto presidencial, após o AI-5, Sara Brito conseguiu ser aceita na faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro e afirma, “Eu tenho uma dívida de gratidão com o professor Raul Chaves, diretor à época da faculdade, que permitiu e concedeu a minha transferência”.

Beraldo Boaventura também nos traz um momento de solidariedade, de coragem:

> No dia em que eu saí da prisão, teve eleição da Associação dos Moradores no Conjunto Centenário, no dia que eu cheguei da prisão eu fui eleito presidente da associação dos moradores com quase todos os moradores presentes na assembleia, então grande parcela do povo não teve medo.

Luciano Ribeiro, quando foi preso, era bancário e professor de Português no Colégio Santo Antônio. Seu testemunho, até por dizer respeito a uma instituição tão dividida como era a Igreja Católica no período, é importante:

> Aqui eu registro a coragem do hoje já falecido, Frei Felix de Pacatuba, que era diretor do colégio. Marcou que ia lá me ver, foi aconselhado pela Ordem dele, dos Capuchinhos, pelas pessoas, para que não fosse à casa de detenção, era ser queimado, ia ser queimado, mesmo assim ele foi. Quando eu fui solto, oito meses depois, dessa absolvição, eu estava em minha casa, ele chegou e fez: “(...) amanhã você voltará a dar aula no colégio!”. Eu disse “não faça isso com o senhor!”. Ele disse “não! você vai voltar e dar aula!” e eu voltei e dei aula.

Hosannah Leite faz questão de registrar:

> Almir Miranda Fernandes soube me abrigar na sua empresa para que eu continuasse trabalhando, não só sendo seu contador, mas dentro da sua empresa sendo contador de outras empresas, porque a repressão era muito forte e a pressão era muito forte, especialmente, sobre a família, sobre os amigos e sobre os companheiros.

Marco Antônio Rocha Medeiros, que era assessor do prefeito Jorge Hage quando foi preso, faz questão de ressaltar que este “... teve uma atitude extremamente corajosa, altiva. Não me demitiu. Eu fui preso e ele me manteve no cargo.” E isso apesar da pressão que sofreu na Câmara de Vereadores e na imprensa local. Marco Antônio só saiu da prefeitura dias depois de ser solto, porque Jorge Hage foi demitido.

Antônio Carlos Daltro Coelho, que passou 45 dias preso, registra, além de várias visitas de seu pai:

> Eu tenho um amigo, José Mendes Caldas, meu amigo de infância. Ele ia toda a tarde ao quartel general, e o sargento me dizia: “Sente. Olhe pra ali, olhe pra ali que seu amigo chegou.” Cinco horas da tarde, ele vinha. Sacudia um lenço branco. Zé Caldas hoje está muito doente, mas isso foi um fato que me emocionou muito. José Caldas estava no Exército, ele era paraquedista, mas vinha todo dia cinco horas da tarde me ver.

5.5.5 Conivência: A aliança civil/militar na ditadura

O depoimento de Beraldo Boaventura é rico em exemplos de como parcelas civis da sociedade participavam do controle exercido pelos militares seja dele usufruindo seja apenas se acumpliciando por covardia, mesmo. Lembra ele:

> Pegando dois ou três casos específicos de Feira de Santana – Estevão - era um contador bem estabelecido na cidade foi obrigado a fechar o seu escritório, a sair da sua profissão, - a ir tentar... -ir começar vida nova em outra cidade porque aqui ele não conseguia ser contador, e quem oprimia? Quem cerceava essa possibilidade? Era o Capelão? Não era o Capelão. Eram agentes da sociedade civil, prepostos da ditadura, que perseguiam os democratas e os homens de bem que identificavam a sua vida com o bem estar da vida social.
>
> Quem foi que impediu Estevão de exercitar a sua profissão? Foram gerentes dos bancos - sei lá quem - mas era do corpo da sociedade civil que via essa repressão, que procurava tirar das pessoas a condição de sobrevivência. Juvenal foi demitido do emprego, muitos foram demitidos do emprego. Eu lembro que o próprio Hosannah, na década de 70, não teve mais condições de manter o seu escritório de contabilidade porque as pessoas tinham medo, as pessoas tinham medo de tudo, e aí... é que ocorria realmente o chumbo daqueles anos. [...]
>
> Antoniel Queiroz! Antoniel Queiroz - na minha avaliação- foi assassinado pela ditadura e pelos cúmplices civis da ditadura, porque fizeram a mesma coisa com Antoniel. Antoniel não conseguiu emprego, não conseguia um serviço. A empresa de prestação de serviços que ele tentou criar não conseguia um cliente, porque o medo era grande e porque havia figuras covardes que perseguiam e impediam aquele cidadão de bem de ganhar o seu sustento, porque faziam parte daquela rede política que compunha a ditadura no Brasil, [...]. A pressão sobre Antoniel foi tão violenta, tão completa, tão esmagadora que lhe provocou, lhe acentuou, lhe agravou problemas cardíacos e ele morreu no momento que sofria essa pressão violenta dos cúmplices da sociedade civil,da ditadura militar. Antoniel foi uma vítima da ditadura assassinado, - assassinado! por esses cúmplices, por essa rede de cumplicidade.

Teódulo Pereira Portugal, alfaiate, inicia seu depoimento com a demonstração clara do quanto uma parcela da sociedade imediatamente buscou se comportar como interessava aos golpistas. Ele vestia a burguesia de Feira de Santana até 1964.

> Mas, mesmo vestindo eles, cobrando muito bem mesmo, que eu era um alfaiate que cobrava muito bem porque aprendi a profissão e executava, e

> eles mostravam sempre me querer até bem. Porque eu, como alfaiate, correspondia. Mas, na hora que veio a ditadura, eles se tornaram, até alguns compadres se tornaram inimigos meus. [...] Fui acusado de receber dinheiro de todas as potências socialistas.

Lembra Sinval Galeão que ele se inscreveu para um concurso da Petrobras e simplesmente teve sua inscrição recusada.

Nas torturas a que foi submetida na OBAN, Eliana Rolemberg ouvia que os torturadores

> ... falavam muito sobre a relação com a Trol. Aliás, várias empresas tinham relação com os torturadores, era a Trol, era a Super Gel, que dava os alimentos congelados.

Yara Cunha Pires registra episódios de solidariedade que demonstram o peso do poder civil.

> E teve muita gente que nós recebemos bilhetinho pedindo perdão, que não podiam ir lá, estavam solidários, mas que não poderiam ir lá nos ver, porque, se Antônio Carlos soubesse, as reprimendas viriam. Antônio Carlos é Antônio Carlos Magalhães. Que era o governador.

O pastor batista Eliabe Gomes, que é filho de militar, foi surpreendido quando esperava o resultado de sua seleção para o mestrado em Recife. Quando recebeu o resultado e telefonou para o pai, este já sabia há dias, por contato de um informante, em uma comprovação de que o jovem pastor era vigiado. E ele conclui:

> Então, nós éramos, realmente assim, éramos vigiados, se eu fui vigiado no seminário e na igreja Batista de Salvador, muito mais na universidade, muito mais na universidade, não somente eu, não, os colegas todos, os colegas todos foram vigiados. Teve colegas lá no Sudoeste que foram presos, uma série de histórias lá com o pessoal.Então, na verdade eram todos os espaços onde realmente você podia discutir, podia colocar alguma coisa que fosse contra o regime, esses espaços eram vigiados.

Com relação à Igreja Batista em Salvador, ele registra a família Coelho, inclusive o pastor, Valdívio Coelho, e a Igreja Batista Sião e como um espaço reacionário e de colaboração com o regime, fato também mencionado pelo professor Hélio Carneiro em entrevista à CEV-BA.

Ainda no âmbito religioso, cabe registrar, reforçando esta estreita colaboração entre militares e camadas civis da população, inclusive agentes estrangeiros, o testemunho da professora Elizete da Silva, ela própria, como ressalta, batista:

> ... me lembro do Missionário Burley Cader, missionário norte-americano que trabalhou aqui em Feira de Santana, por longos anos, foi um dos fundadores do seminário Batista do Sobradinho. E, não só o missionário Burley Cader, mas todos os líderes batistas e outros lideres protestantes, estavam muito felizes comemorando que Deus salvou o Brasil do comunismo. E Burley Cader, não falava muito bem o português, eu me lembro que ele falava: “Deus salvou o Brasil do camunisma”.

Osvaldo Ventura registra dois episódios de cerceamento e constrangimento sofridos por ele no Banco do Nordeste de que era funcionário. Na agência, ele era tão discriminado que um dia um colega lhe disse: “Rapaz, você é leproso?” “Por que?” “Todo mundo está proibido de

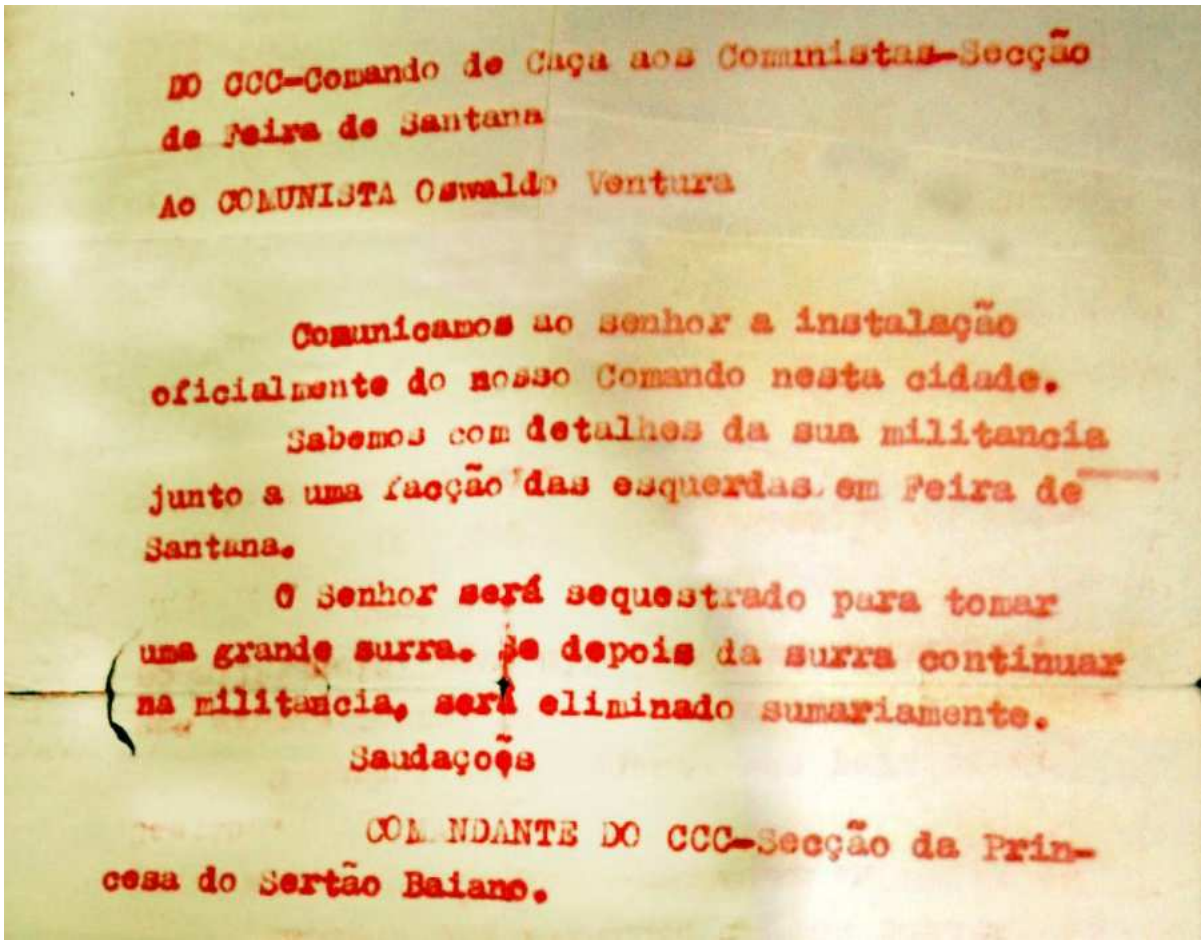
passar perto de sua carteira. Seu bureau". "E daí? O que eu vou fazer?". Ser do PCB cobrava seu preço. Por outro lado, ele escrevia no jornalzinho do banco e:

> Eu sei que um cidadão chegou pra mim e disse 'Olha, o gerente está engolindo o que você está escrevendo. Mas eu não estou engolindo não. Eu estou vendo o que acontece nas entrelinhas.' Eu disse 'Não, rapaz. Eu estou conversando em termos altos. Não sou partidário de coisa nenhuma. Apenas estou descrevendo – diria assim – filosoficamente alta política, não estou fazendo política partidária.' 'Não, mas eu estou sentindo o que você quer.' 15 dias depois, o gerente me proibiu de escrever no jornal de lá do banco.

Para completar o panorama de controle, outro companheiro de Osvaldo Ventura interceptou, certa vez, uma correspondência da segurança interna do banco.

> Era coisa de dar dó, viu? Nós estávamos cercados de espiões, de dedo-duro e a gente nem sabia. Pessoas que a gente pensava que eram pessoas neutras e que não abriam a boca, mas a maioria era toda da segurança interna do banco.

Mas a chave de ouro do controle sobre este bancário veio de panfleto que ele recebeu em que o CCC – Comando de Caça aos Comunistas lhe faz ameaças de surra e mesmo de sumária eliminação por conta de sua militância comunista.



DO CCC-Comando de Caça aos Comunistas-Secção
de Feira de Santana
Ao COMUNISTA Oswaldo Ventura

Comunicamos ao senhor a instalação oficialmente do nosso Comando nesta cidade.

Sabemos com detalhes da sua militancia junto a uma facção das esquerdas em Feira de Santana.

O Senhor será sequestrado para tomar uma grande surra. Se depois da surra continuar na militancia, será eliminado sumariamente.

Saudaçoes

COMANDANTE DO CCC-Secção da Princesa do Sertão Baiano.

João Barroso, baiano, que era marinheiro em 1964 e que participou de todo o movimento dos marinheiros, registra que, uma vez dispensado,

> todo lugar que a gente ia, não podia se procurar um emprego, fazer um curso, pois pediam o documento e perguntavam onde você esteve, servia aonde. E muitos eram postos pra fora quando descobriam que tinham sido da Marinha, e foi contra o golpe de 64, e foi uma luta.

Respondendo a questionamento sobre o impacto da ditadura sobre sua vida, o Luiz Contreiras assegura:

> Esse impacto, esse sofrimento foi muito grande. Inclusive, eu sou engenheiro civil. É verdade que eu não fui demitido do DNOCS, mas tinha uma firma chamada Engel que nós fazíamos estudos de solo não só para açudes como também para fundação de edifícios. E eu [como resultado de sua prisão] abandonei isso e não tive como continuar com a Engel. Esse foi assim o grande prejuízo do ponto de vista profissional que eu sofri.

Na área da Educação, o exemplo de como esta estreita relação entre militares e civis criou obstáculos pode ser identificado na situação do casal Estrela, ambos professores. Conta Neuza Estrela que

> Havia, no Rio Grande do Sul, um chamado para os professores que quisessem fazer o mestrado. Eu, casada com ele, fui à Reitoria, solicitar que me liberassem, e que também o indicassem para me acompanhar e fazer o mestrado em ciências biológicas. Não nos foi permitido. As palavras do reitor eram “Agora não. Talvez, depois, mais tarde. A senhora sim, mas ele não”. Então, são discriminações que doem. São impedimentos violentos

Em seu requerimento, lido pela esposa, o professor Estrela ainda registra:

> Quando foi fundada a Faculdade de Educação de Feira de Santana, foi publicado um edital para concurso de títulos, para professor de Biologia. Eu, candidato único, preenchendo todos os requisitos, inclusive o de residir em Feira, após o senhor reitor consultar o 35BI, lá estava ex preso político, e fui impedido.

Fidelmário Barberino, por conta de perseguição, acabou ficando de 1966 a 1971 sem conseguir se matricular em colégios, os estudos interrompidos. Finalmente, concluído o 3º Científico, fez vestibular e passou na UFBA, sua chance de cursar uma faculdade, já que sua família não poderia arcar com o custo de ensino privado. Na hora da matrícula,

> ... eu cheguei lá na Secretaria de Segurança Pública pra tirar um atestado com a cabeça raspada e tal. Os policiais lá, as autoridades lá acharam interessante: “Você passou na Federal, parabéns e tal”, todo mundo alegre comigo, “espere aí um minutinho”, foi lá dentro quando voltou, voltou com a cara fechada comigo. “Não tem atestado pra você não.” Isso era o último dia da matrícula. “Não tem atestado pra você não.” Eu disse: “Por que não tenho atestado?” “Você não sabe não?” Não, não tô sabendo porque eu não tenho atestado também, eu fiz alguma coisa, delegado? “Vocês comunistas nunca sabem de nada. Não tem atestado.”.

Aqui também se manifestou a solidariedade de companheiros e conseguiu-se um atestado que lhe garantiu a realização do sonho.

5.5.6 Prisões, detenções e intimidações

A professora, ex-reitora da UEFS, Yara Maria Cunha Pires chama atenção para um período que, segundo ele, poucos dão atenção. Ela acredita “que o primeiro grande impacto é o do depoimento ainda na fase do inquérito militar” Do seu primeiro depoimento no 35º BI até o fim do processo decorreram dois anos que, como ela assegura, “não foram dois anos fáceis, foram dois anos muito complicados.” A professora lembra que é um período de muita insegurança. “A cada depoimento, você não sabia como era que você retornava para casa. Depois vem a denúncia, aí já tudo legalizado, dentro da Justiça Militar, mas a cada ida à Auditoria Militar era um sofrimento, sempre voltava doente”.

O professor Estrela, no seu requerimento à Comissão da Anistia, do qual vários trechos foram lidos por sua viúva, relata assim sua passagem pelo 35 BI:

> em 1969, foi intimado pelo 35° Batalhão de Infantaria de Feira, Bahia, para depor, ficando, durante três dias, detido e incomunicável”, é violência, “para responder o inquérito policial militar, cujo interrogatório tinha início às oito horas, interrupção às 12, recomeçando às 13 e terminado às 18, durante os três dias. Foram feitas torturas de ordem psicológica, querendo o major Ribeiro que eu delatasse alguém, e dizendo, que meu colega Juvenal da Conceição Gonzaga, com quem morava, já havia confessado tudo, confirmando que eu era subversivo, ao ponto de criar a nossa inimizade, e mal estar entre nós. E tudo isso sob forte e rigorosa vigilância armada, na cela que me prenderam, onde passei os três dias comendo a boia de caserna, com a mão, sem sabão para lavá-las, sem banho.

Beraldo Boaventura contabiliza:

> Durante muito tempo, no movimento sindical se eu ia para uma reunião sindical, a Polícia Federal me intimava para saber porque que eu tinha ido para a reunião. Então se eu for contar prisões de sair algemado, carregado pela polícia foram três, mas intimações abusivas - completamente abusivas - foram muitas.

Sinval Galeão relata:

> E nós continuamos essa luta, fomos presos, Celso disse que passou de oito a 10 dias sem ninguém saber, eu passei quase 30 dias sumido. Nem a 6ª Região, nem o quartel que eu estava preso sabia que eu estava lá. Eu ferido, tendo febre, todo espancado, a minha salvação – vamos dizer salvação – é que tava preso onde eu fiquei o Luiz Avena, médico, cunhado de Waldir Pires, tinha um advogado, Rubens Macedo, que ainda é advogado em Salvador e algumas pessoas de elevado nível cultural e político que me deram cobertura, imediatamente.

Continua Galeão seu relato. Após processo em 1968, por determinação do Partido Comunista Brasileiro, viaja para a Europa, retornando em 1973.

> De 73 pra cá, eu fiquei em Salvador um período, mas tive que voltar para Feira porque eu não aguentava. Eu terminava de sair –*do*- da Polícia Federal, quando chegava em casa já tinha outra turma para me trazer para a Polícia Federal. Entre prisões e detenções, essa detenções assim ligeiras, eu cheguei a anotar 28 vezes. Não foi brincadeira, -*o estado de nervos*- os meus nervos andavam pela pele. Pensei em algumas vezes até em suicídio, mas eu sempre tinha força para superar toda essa questão quando eu pensava na nossa luta.

Assim como Celso Pereira, Hosannah Leite era asmático. Ambos possuíam suas bombinhas e ambos passaram por constrangimentos para provar que não eram ameaça à segurança com seus instrumentos. Conta Hosannah que, como a Polícia Federal também entrava em recesso nos finais de semana, os presos iam para o Quartel de Amaralina e depois retornavam à Polícia Federal, diversas vezes:

> No quartel, nós passamos momentos vexatórios, primeiro que nos tiravam toda a roupa, ficávamos somente de cueca e camisa, e passava sempre um oficial, um capitão, e quando ele passava ele queria que nós ficássemos de pé, perfilados, enquanto ele passava. Era uma forma de demonstrar autoridade. Até esclarecer que a bombinha era uma bombazinha que asmáticos usam. Nós passamos e tomamos uma série de porradas, de joelhadas de murros na barriga, enfim, até esclarecer que a bombinha, e eu estava passando por um processo, naquela hora, de uma insuficiência respiratória e queria usar para poder, pelo menos, ver se melhorava um pouco. Pelo sofrimento da hora, pelo contrário passou a parte respiratória através da porrada.

Luiz Cayres Tunes, preso em Vitória da Conquista, relata uma série de arbitrariedades na condução de interrogatórios e nos métodos do então capitão Bendocchi Alves

> eram os métodos de interrogatório, narrados por Vicente Quadros, me deixaram mais temeroso ainda. Ele, além de fazer os interrogatórios com a arma na cabeça das pessoas; o Jackson sofreu esse tipo de constrangimento e de ameaça, o próprio Gilson Moura e o Vicente Quadros. O Vicente Quadros, quando foi interrogado, ele posteriormente, na mesma cela, ele falou “Luiz, ele está me aplicando o soro da verdade”, e mostrou, inclusive ele puxou a camisa, isso já no outro dia pela manhã. Eu entrei à noite, e o braço dele estava realmente todo picado. Eu digo “Como soro da verdade, Vicente?”. No segundo dia que eu fiquei sabendo que era uma injeção comum, de vitamina ou outra coisa semelhante. Foi o que informou a ele, depois, o próprio cidadão que torturava ele. Para mim, isso era uma tortura.

Já em 1968, em Salvador, Luiz Cayres Tunes é novamente preso e conduzido à sede da Polícia Federal:

> E me deixaram sentado em uma cadeira (isso numa sexta-feira) algemado para aguardar o coronel Luiz Arthur para conversar comigo. Então, passou sexta-feira, chegou o major Teógenes Bulcão, isso na Polícia Federal, ele é ajudante de ordens do coronel Luiz Arthur. A PF funcionava em 1968 ali atrás da Praça da Sé, onde tinha o Cine Liceu, cine popular. Depois é que se modernizou e foi lá para a Cidade Baixa, mas funcionava ali

> precariamente. Chegando lá, fiquei algemado numa cadeira, Teógenes Bulcão apareceu quando me viu algemado e “ah, esse é o artista, esse aqui, eu formei pela Católica, o senhor criou caos na faculdade...”. O Teógenes Bulcão tinha formado pela Faculdade de Direito da Católica. Ele disse que eu tinha criado um caos, que a faculdade só andava em greve, manifestações, e o senhor é um dos culpados. Deixa eu ver sua algema, deixa eu apertar mais aí por favor?”. E ele apertava mais a minha algema. Isso na sexta-feira. Fiquei sexta, sábado, domingo numa cadeira algemado.
>
> Eles tinham uma cama de campanha que à noite eles me transportavam para a cama de campanha, também algemado na cama, dormia algemado e durante o dia ficava na sala, as pessoas passavam, os policiais, agentes... até me lembro que o João Bafo de Onça passou e me viu algemado, sentado na hora, que ele também tinha sido detido para fazer um tipo de acareação. Eu fiquei sexta, sábado, domingo, segunda... cinco dias algemado numa cadeira. Meu braço inclusive ficou ferido. E o Teógenes Bulcão chegava na segunda-feira “vamos apertar mais a algema do artista” - isso ele fazia segunda, terça-feira, até quando eu fui ser ouvido pelo coronel Luiz Arthur, que ele tinha me prendido para fazer uma acareação.

José Carlos Zanetti foi preso em um cerco na estrada para Santo Amaro, junto com um companheiro que depois ele descobriu que era um agente infiltrado e o delator. Foi conduzido diretamente para o Forte do Barbalho onde, conta:

> fiquei uma noite toda com os braços tensionados num galho de árvore – não dependurado, mas tensionado, e estava chovendo muito. Já foi uma forma de abater a moral da gente, que é você ficar naquela situação...

O engenheiro e militante histórico do PCB, Luiz Contreiras relata ter sido preso por motivo político três vezes. A primeira, nos idos de 1948, ‘... quando armava um palanque na Praça da Sé para um comício pela volta à legalidade do PCB.” A segunda vez aconteceu no início da década de 1950, no bojo da campanha “O Petróleo é Nosso”, que, ele assegura, “Foi uma campanha realmente extraordinária.” De sua terceira vez, afirma, “... foi a prisão mais demorada, fui preso quando me dirigia para casa.” Aconteceu em 1975, resultou em 26 meses de prisão e foi quando ele conheceu a “Fazendinha”, centro clandestino de tortura do qual falamos.

Antônio Trigueiros, liderança petroleira e militante do PCB em Santo Amaro, foi detido logo no dia 1º de abril e, levado para Salvador, ficou quase um ano preso. Era levado para depoimentos no Quartel General. Em uma destas vezes, encontra uma enorme quantidade de livros confiscados, entre os quais uma tábua de logaritmos. Ele não se conteve: “Major, que esses livros daqui de Celso Furtado, de Lênin e companhia sejam subversivos, eu até aceito. Mas uma tábua de logaritmos?’ Ele aí respondeu pra mim ‘Depende do autor". No entanto, em outra ocasião, Trigueiros foi levado ao Quartel de Amaralina. Ele conta:

> E aí "Como é seu Trigueiro? você tem a última chance porque agora vai ser o pelotão de fuzilamento. Eu sinto muito a sua juventude, aquele negócio todo, mas prepara o negócio". Me levaram, colocaram lá, tudo isso, veio um cidadão com um pano para colocar nos olhos. Eu disse que não precisava. Tá entendendo? O pessoal ficou lá em posição de tiro,

> eram seis soldados com fuzil, e ele fez todo aquele negócio: arma, apresentar, tirar, sentido, posição, fogo... aí deram os tiros, mas era pólvora seca, mas eu que estou lá, eu não estou sabendo que é pólvora seca. Quando bateu, pá! Em Amaralina, foi. Aí, eu voltei para o quartel e eu não podia... as pernas ficaram tremendo, eles tiveram que me carregar e me levar de volta para a cela. Porque, seja lá, ninguém quer morrer. Eu pensava que ia ser realmente fuzilado, mas era pólvora seca.

1968 foi ano de crescente mobilização estudantil e crescente repressão. Culminou com a realização em Ibiúna, São Paulo, do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) cuja organização havia sido gestada no meio do ano, em reunião de Diretoria realizada em Muritiba, na Bahia, acompanhada e assessorada pela estudante de História Isadora Browne Ribeiro. Ela relata:

> Fui para São Paulo no meu carro, com um companheiro, para levar os documentos do DCE e da UEB. A viagem, de "ponto" em "ponto" até um endereço nos Jardins, onde o carro ficou. Rumo ao "local": uma verdadeira operação de guerrilha, fomos levados em pequenos grupos a um determinado ponto da estrada para aguardar outra condução.
>
> O local do Congresso era um lamaçal só. Frio e escuro. Acomodações e alimentação precárias. Mas registro aqui coisas, para nós, menores. Chegamos a acreditar, por algumas horas, que havíamos conseguido realizar o Congresso da UNE e eleger seu próximo comando apesar deles!
>
> A euforia durou até a madrugada. Íamos iniciar os trabalhos. Não houve tumulto. Estávamos cercados, acatamos as instruções e fomos direcionados aos veículos. É uma tristeza grande, hoje, lembrar aquele fim para um encontro tão preparado.
>
> Fui para o presídio Tiradentes. Celas tristes e escuras. Nenhuma ameaça a não ser a maior: a insegurança, o estar absolutamente à mercê de quem não se tem a menor ideia de quem seja, nem o que pretende. Não dá pra definir esta angústia. Ao final, as lideranças foram separadas e mantidas, os demais, devidamente fichados no DOPS, foram despachados a seus respectivos estados.
>
> A viagem foi acompanhada de boatos, inclusive o de que o Major Etiene nos interceptaria em Feira de Santana. Consta que um grupo foi a Feira, fez uma verdadeira barreira de carros e chegamos à Vila dos Dendezeiros, recebidos pelo Major Luiz Arthur de Carvalho em pessoa. Interrogados e liberados.
>
> Por conta também desta aventura, nunca pude fazer o concurso para ensinar na rede pública. Não me forneciam o indispensável "atestado ideológico". No dia 23 de agosto de 1979, às seis horas da manhã, o telefone toca: "Parabéns!" Era uma amiga me parabenizando pela minha Anistia. Mas a primeira vez que aconteceu concurso para a minha área, depois deste dia, já foi no governo de Waldir. Tarde.



Publicada originalmente na capa do Jornal do Brasil, com a legenda "momento de amor", a foto foi feita durante a saída do presídio para o retorno aos estados de origem dos estudantes presos no Congresso de Ibiúna, São Paulo, em outubro de 1968. Para a Bahia, vieram três ônibus, num deles, Isadora Browne, com a mão sobre a cabeça do pai, Henrique Browne Ribeiro. Sobre a foto Isadora, que trabalhou como historiadora no relatório da Comissão Estadual da Verdade, conta: "Acho que estava no ônibus do meio. Já lá dentro, um colega me chama: "Tem um homem lhe procurando". Na janela, descubro que é papai, que eu não esperava ver ali. Ele foi a São Paulo, depois me contou, porque correu o boato de que os estudantes cujos pais se responsabilizassem poderiam ser liberados. A foto flagra o momento em que o identifico".

5.5.7 A Família

Contrariando o princípio assegurado até no Art. 150, § 13 da Constituição de 1967, em vigor durante a ditadura e não alterado sequer pelo AI5, "Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente", as famílias dos perseguidos políticos foram, de formas muito variadas, atingidas pelas perseguições. Paralelamente, a condição de familiares e o próprio afastamento necessário é motivo de dor e preocupação para militantes.

Carlos Valadares conta:

> Meu pai foi preso (mencionei isso), minha irmã foi presa pra tentarem localizar onde eu estava. E não tinha nada de política. Esse tipo de coisa assim... o que isso gera para a família? O que muita gente na época [falava] "não posso nem chegar perto, porque posso ser preso também"; o outro falava "eu dou o apoio", mas o medo que tem.

Também o pai de Emiliano José foi preso sem ser militante e, nas palavras dele, "... minha família sofreu o diabo".

José Carlos Zanetti evoca a necessidade do rompimento do vínculo familiar, do desconhecimento de informações até de pessoas a quem se liga sentimentalmente:

> ... me lembro de uma das coisas, parece até banal, muito pessoal, que é o fato de você romper com sua família, sem poder dizer para onde vai, porque não era uma ruptura, ou rebeldia estudantil, uma ruptura juvenil - era uma opção de vida sem horizontes para a família. Então, era muito difícil. "para onde você vai?" - sem poder dizer, e também toda dureza que a vida clandestina impõe: sacrifícios pessoais, materiais, afetivos, de toda ordem. É um caminho sem volta. Foi importante termos tido a coragem de fazer isso, porque acreditávamos plenamente nessa necessidade de resistir.

.....

> É você, primeiro, mandar de tempo em tempo, de algum lugar do país, uma carta pra sua mãe dizendo que está vivo, está bem e tal. É muito duro, você não falar mais com as irmãs, com ninguém, com os parentes. Enfim, é uma história que você corta completamente.

Celso Pereira narra o envolvimento de seus pais no processo de evitar, por vários dias, que ele sofresse agressão, até que seu pai consegue enviá-lo para a casa dos avós, em outra cidade. No entanto, conta,

> Até que um dado dia, não foram muitos dias, de tanto a polícia ir lá em casa, meu pai foi ao...batalhão de polícia e disse ao comandante: "olha, eu fui aconselhado a vir conversar com o senhor porque meu filho está viajando". "Não, o senhor pode trazer ele porque nós queremos apenas é tomar o depoimento dele, pode trazer." "posso trazer?" "Pode". E está dor meu pai carrega até hoje, mandou me buscar na casa da minha avó e me levou para o quartel, me entregou!
>
> .....
>
> Agora a dor da... da...a tragédia que eu digo, das pancadas, da tortura, estas... muitas famílias não assistiram. Esse fato que eu contei com meu pai é o único e meu pai se recusa a contar até hoje. E eu falei até algumas vezes com alguns companheiros. Eu levei alguns anos que não conversava sobre isso e não entendia porque, e não me ocorria. Não é dizer que eu não pensava. Então, meu pai ter me assistido, ter me levado para o quartel e depois ter assistido o Capelão me espancar deve ter sido de uma dor inimaginável, inimaginável.

Mas não se encerra aí o sofrimento, já profundo, da família de Celso Pereira. Ele lembra que, saindo da prisão,

> quando eu cheguei em casa o meu irmão mais novo era muito pequeno, *tá* aqui Marcos! Marcos Pereira era muito pequeno, mal falava e eles me chamavam de Teto e quando ele me viu que cheguei que bati na porta e ele disse assim: "e Teto nem morreu, *hein*, mãe?!" Claro que minha mãe caiu em prantos.

Celso Pereira ainda relembra:

> Olha, o impacto da prisão - *era...*- era de imediato e a família se entristecia. Inclusive por não saber do nosso destino. Então, era terrível. Nós não tínhamos a quem recorrer, nós não tínhamos a quem ir. Eu tinha um tio, aliás, eu tenho, até hoje é vivo que era advogado, depois Procurador da União e tentou vir aqui algumas vezes e nada conseguia, nada podia. Então, a impotência da família frente a essas situações de arbítrio é que era o pior. E em segundo lugar a discriminação que a família sofria. Minhas irmãs estudavam no Gastão Guimarães e contavam que eram apontadas como irmãs do comunista, irmãs do que está preso, irmãs do que está sendo julgado, era assim. E meu pai que teve que sair daqui, ser removido em razão destas questões.

Luciano Ribeiro faz questão de homenagear, em seu depoimento, a determinação e a bravura de sua mãe:

> Quando eu fui preso minha mãe também não sabia. Sabia que eu sumi da porta e foi aquela confusão. Uma vizinha disse: “olha tinha um jipe na porta, do Exército, aqui”. Ela disse: “então sei onde ele está!” Aí foi atrás lá no 35º BI. E é aí que eu faço a grande homenagem. Ela foi falar ao comandante, ele disse: “olha, não, o seu filho não está aqui!” Ela: “não está? *tá*! e eu quero vê-lo.” ele: “não, a senhora não pode vê-lo” ela: “Bom. Se a senhora não pode vê-lo, é por que está.” Ai pegou nesse pé, *aí* ela disse: “bom, então eu vou dizer na rua o seguinte, vou dizer na rua, que vai acontecer com meu filho o que aconteceu com os filhos de muita gente. Vem pra aqui, os senhores prendem, depois some, morre e ninguém sabe.” “Não! a senhora não pode dizer isso!” “pode sim!”. E aí, aquela psicologia muito de interior *né*? “Qual é a mãe que não pode ver o filho? O senhor tem filho, comandante?” “Tenho.” “O senhor já pensou, seu filho sumir e você não poder ver? Eu quero ver meu filho.” “A senhora não vai ver.” A minha mãe, sertaneja brava disse: "olhe doutor - é doutor, *né*? - doutor, eu criei esses meninos lá no sertão varrendo terreiro, lavando roupa, passando necessidade para criá-los e não é agora que o senhor que vai destruir meu filho”. “Mas a senhora vai embora, amanhã a senhora volta que eu vou liberar.” “Não senhor. Eu quero ver agora!”. “Então a senhora não vai ver.” “*Tá* certo, eu me sento aqui na porta e espero até amanhã.” “Olha, a senhora está nos constrangendo.” “E vou ainda mais, porque eu não saio daqui, a não ser que vocês me prendam também.” E foi aquela...e acabei vendo.
>
> Quando ela me abraçou, no ouvido, ela: “meu filho, venha cá... tem alguma coisa para jogar fora? para tocar fogo?” A reacionária né? Mas mãe é mãe. Eu disse: “tem! embaixo da minha cama. Tem uma caixa com uns livros, depois enterramos alguns na casa de Hosannah também. Lembra que Hosannah tinha uma caixa maior? cheia de livros... A senhora pode pegar e tocar fogo hoje, não perca tempo!” Diz minhas irmãs que ela sentada no quintal as lágrimas descendo... “Manifesto do Partido Comunista! ah! moleque! ele não vai apanhar lá, ele vai apanhar é aqui em casa”. *Aí* pronto, só que foi um livro, uma gramática que eu tinha, gostava muito de português, mas a capa era vermelha, não quis nem ler, era vermelho pode ir para a fogueira! *Aí* o resultado... Minha mãe fez e ia lá. Depois passou a levar outras mães também, já tinha outros militantes presos também, “Vamos lá!” Minha mãe foi essa grande mulher que fez essas coisas todas. Tá registrada a presença dela em nossas vidas. Hoje ela deve estar, deve estar não, está no céu talvez dando risada dessas maluquices que estou falando aqui.

A professora Yara Cunha que aceitou dar seu depoimento, segundo ela, em respeito ao sofrimento das famílias, registra:

> O afastamento da família. Eu tinha um filho com dois anos e nove meses, o meu marido (que eu não permiti que ele viesse hoje, porque ele sofre muito mais do que eu sofri) [emociona-se] e as pessoas pensam no

> sofrimento da gente, mas eu acho que o sofrimento dos parentes, dos pais, o sofrimento da família, é aquele que está ( ).

Ela encerra seu depoimento afirmando, bastante emocionada, que deixou de dizer muita coisa, porque

> ... os sofrimentos que me foram impostos e impostos à minha família, eu não gosto muito de falar. Porque eu não consigo falar. Do meu filho pequeno, eu tinha um filho na época, o Ernesto, e também da minha mãe. Foi quem sofreu na saúde os efeitos da minha prisão. Ela ficou 45 dias no Hospital Espanhol sem diagnóstico. [...]Foi uma doença inexplicável apesar de todo empenho de Fernando Filgueiras, que a acompanhou durante esses 45 dias. Ela entrou e saiu do hospital sem diagnóstico. Então, isso foi muito esclarecedor de qual era a origem do problema. A origem era psicológica.

Já a professora Neuza Berhmann Estrela, viúva do professor José Coutinho Estrela, relata um episódio de profunda violência para pais:

> O aniversário da nossa primeira filha. Nós pedimos autorização, na casa de detenção, para levar um bolinho, e cantarmos os parabéns. Conseguimos. Mas era muito doloroso isso. Que a sua família tenha que comemorar um aniversário em um ambiente horrível daqueles. Mas a família exigiu, insistiu, e nós fizemos. Tenho até uma fotozinha onde ele está com a criança no colo, já, lá na casa de detenção.

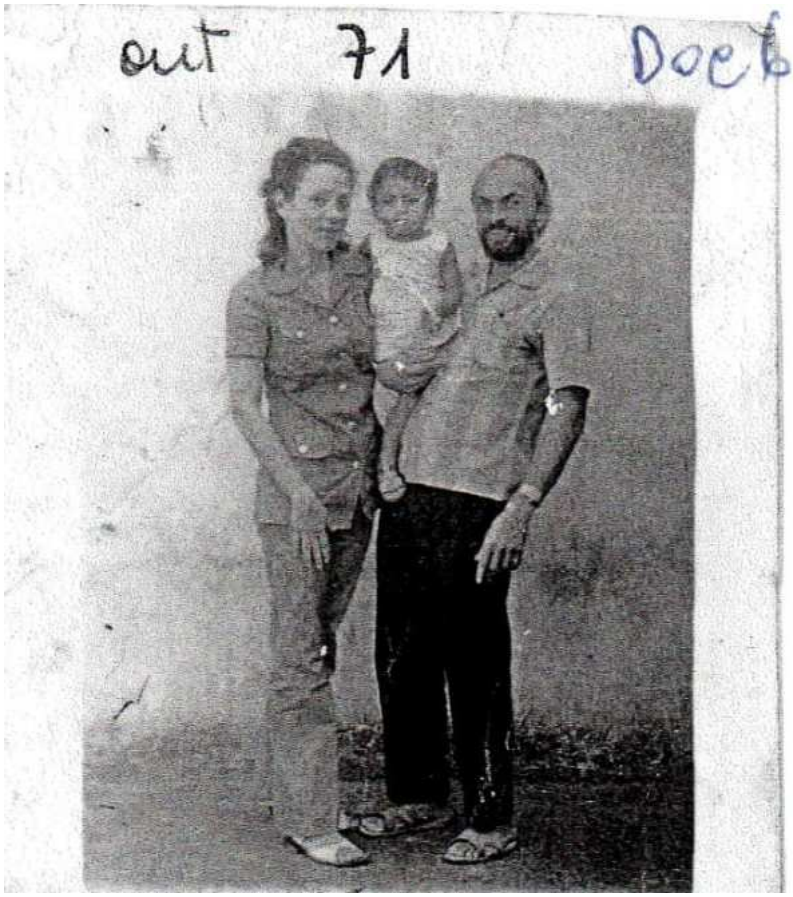
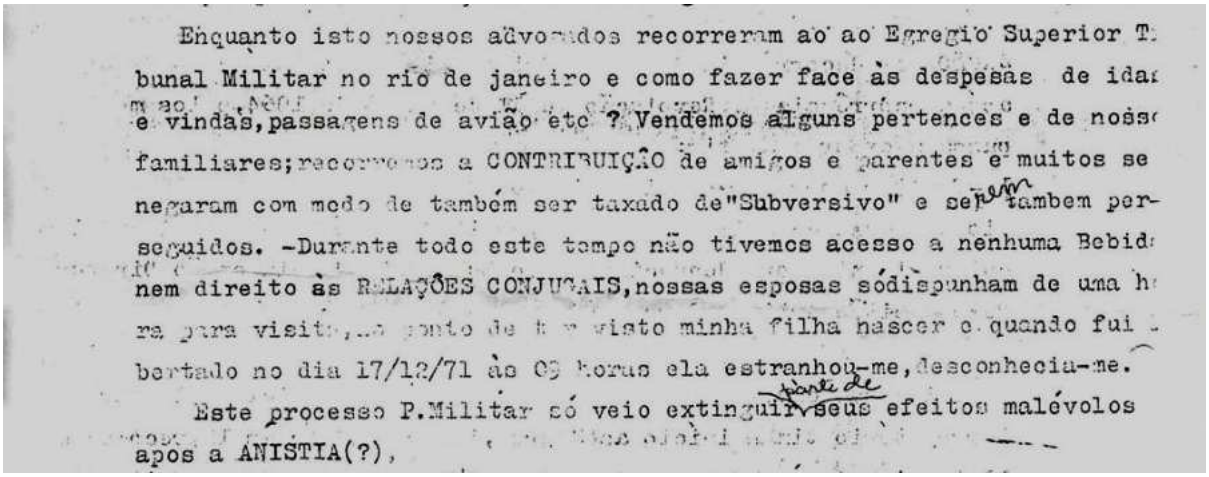


Foto doada por Neuza Estrela à Comissão Estadual da Verdade - Bahia. A comemoração do primeiro aniversário da primeira filha, Luciana, na Penitenciária Lemos de Brito.

Ela lê também um trecho da petição (abaixo) dirigida pelo professor Estrela à Comissão de Anistia, quando ele relata as condições e consequências da sua prisão: “...ao ponto de ter visto minha filha nascer e quando fui libertado, no dia 17/12/71, às nove horas, ela estranhou-me, desconheceu-me.”



Enquanto isto nossos advogados recorreram ao ao Egregio Superior T.
bunal Militar no rio de janeiro e como fazer face às despesas de ida
e vindas, passagens de avião etc ? Vendemos alguns pertences e de nossa
familiares; recorremos a CONTRIBUIÇÃO de amigos e parentes e muitos se
negaram com medo de também ser taxado de "Subversivo" e serem também per-
seguidos. -Durante todo este tempo não tivemos acesso a nenhuma Bebid
nem direito às RELAÇÕES CONJUGAIS, nossas esposas sódispunham de uma h
ra para visit[illegible] ponto de [illegible] visto minha filha nascer e quando fui
bertado no dia 17/12/71 às 09 horas ela estranhou-me, desconhecia-me.
Este processo P.Militar só veio extinguir parte de seus efeitos malévolos
apos a ANISTIA(?),

Eliana Rolemberg registra sua principal reação durante seu processo de tortura: “A única coisa que a gente pensava era, não sei o que os outros pensavam, eu pensava: ‘Ainda bem que fui eu, ainda bem que não foi meu marido, ainda bem que não pegaram a minha filha’. Mas eu tão pouco sabia dela, sabia dele, sabia nada.” Havia torturadores que estavam sempre se referindo a sua filha, ameaçando chegar a ela, Eliana afirma: “Que eu imaginava que uma coisa era a minha opção, mas uma criança de nove meses não fez opção nenhuma, e não tem como aguentar”.

Membros da família podem se ver envolvidos de forma inesperada, como aconteceu com o irmão de Eliana Rolemberg, quando tentou ajudá-la logo após a prisão:

> Eu passei mais de um dia negando que eu era eu. Então essa negação de que eu era eu, foi muito complicado porque por um lado meu irmão tentou fazer o melhor que ele podia, porque quando meu marido percebeu que eu não voltava, ele entregou a nossa filha pro meu irmão. Acontece que meu irmão tinha um amigo, que era do Exército e ele achou que era um grande amigo e que podia ajudar. E realmente quando ele falou, esse amigo disse: "Eu posso saber onde ela está, posso te levar lá."
>
> E levou pra Operação Bandeirantes. Acontece que, meu irmão chegando lá, não tinha mais como eles duvidarem que eu era eu. Porque meu irmão não sabia que eu tava negando. Então aquilo foi terrível, e pra ele então, foi pior ainda, porque ele ficou fora, não deixaram ele entrar, de repente ele ouvia os guardas dizerem: "Olha aí chegou mais uma que eles vão matar."
>
> E isso começou a desesperar ele, sem poder dizer nada, inventou que o rapaz tinha mandado ele entrar, e quando ele entrou ele escutou minhas torturas. E escutou e não entendia porque eu dizia que eu não era eu. Eu

> tinha um codinome que era Alice, e eu dizia que era Alice, que não era Eliana Belini, era meu nome de solteira e que estava nesse pacote. Bom, então redobraram minhas torturas e tudo. E meu irmão então ficou... De um lado eu acho que foi uma coisa incrível porque ele não acreditava que existissem torturas. Ele não acreditava no assassinato do Marighella, e ali pra ele ficou muito evidente tudo que acontecia.

Embora tenha sido poupada da situação de ter filhos presos e utilizados como instrumento de pressão, vivida por outras mães, mesmo depois de saber da situação de sua filha, Eliana Rolemberg ressoa a dor da mãe privada do convívio com o desenvolvimento de sua criança:

> ...um dos momentos que pra mim foi mais complicado na minha vida, foi quando meu irmão foi me visitar logo que eu cheguei no presídio Tiradentes. E ele me disse "Não me fale nada de tortura. Quem fala sou eu, eu sei de tudo. Eu não duvido mais. E eu espero que você entenda que eu não tenho condições de ficar no Brasil cuidando da sua filha. Se você quer que ela fique comigo, eu tô indo pra Noruega, e vou fazer um curso e posso levar. Mas aqui no Brasil eu não tenho mais condições." E pra mim foi muito duro porque eu não sabia quanto tempo eu ia ficar presa. Naquela época podia ser seis meses, podia ser dois anos, podia ser 15 anos. Tinham vários artigos da lei que eu poderia ser colocada.
>
> Mas pensando em tudo eu resolvi que era melhor que ela fosse, e foi muito difícil. Porque eu sabia que ia perder tudo, tudo, dela começar a falar, que ela me reconhecesse depois, era difícil, tentava mandar algumas cartinhas pra ela, e eles pegavam as cartas achando que era código. Então também não dava pra fazer até na linguagem de criança, porque eles achavam que era código. E eu sei que ela tentava com a ajuda do meu marido, com a ajuda da minha cunhada que foi pra lá, ela me mostrava como ela aprendeu a andar de velocípede, ela botava a minha foto pra que ela visse. Tudo isso e ficava sabendo... foi difícil.
>
> Foi difícil também depois o reencontro. Porque ela foi acostumada a lembrar de todas as coisas, e eu fiz o esforço pra distanciar, que era a maneira que eu tinha de continuar vivendo. E nesse distanciamento eu tinha dificuldade de restabelecer toda a relação depois. Mas foram coisas assim... Falo mais dela porque pra mim foi o que mais me marcou.
>
> Momentos também de minha filha, onde ela perguntava "Por que você foi presa se meu pai conseguiu fugir, se eu pequenininha fugi, por quê?", e ela não achava resposta. Até que um dia a gente estava andando e ela falou: "Já sei! Você foi presa porque você fala o que você pensa. Você não pode falar". Ela tinha cinco anos. Ela falou "Eu não tenho mais medo de ir pro Brasil. Eu vou pra lá, porque eles podem me perguntar o que quiserem, eu não vou falar, eu vou brincar". E foi assim que ela superou esse momento tão difícil que ela tinha, veio pra cá várias vezes, meus amigos que realmente me diziam "Ela não conta nada de vocês, nada!", e agora quando eu fui julgada pela Anistia, e quando o meu relator disse que o Governo tinha que me pedir perdão, eu contei a ela. Porque novamente como hoje, eu pedi que ela não viesse, pedi que ela não fosse

> pro meu julgamento na Anistia, e eu contei, eu mostrei pra ela o que tinha sido o veredicto. E ela chorando muito, me abraçando, disse: "Acho que agora eu vou conseguir ser brasileira". Isso foi muito significativo. Porque ela tinha me dito que não conseguia, mesmo tendo feito psicologia, que ela é Psicóloga, mesmo tendo trabalhado muito essas coisas, ela não conseguia aceitar o Brasil que tinha feito o que tinha feito com a mãe, fosse o país dela. Mas que agora, que existia um pedido de perdão, ela ia tentar ser brasileira.

Se para Eliana a familia e a filha foram motivos de preocupação, para Mariluce Moura, a família e a filha que esperava foram a razão de resistir.

> Neste quadro, com o marido assassinado, eu grávida, tendo que enfrentar, só com o suporte da família e dos amigos, essa fase, correndo alto risco de depressão, suicídio até, eu acho que a força fundamental que eu recebi pra me manter viva foi mesmo da minha gravidez, eu acho que eu consegui me manter viva se em segundo lugar foi pela minha família, a quem eu não podia infligir mais um sofrimento, e aos meus amigos e a mim mesma, mas em primeiríssimo lugar foi porque eu tava grávida e eu sentia que eu tinha um compromisso fundamental com a pessoa, com o filho, eu achava que era filho, e era uma filha, que iria nascer.

Teódulo Portugal explica como as perseguições que ele sofreu repercutiram sobre a sua família:

> “Primeiro, meus filhos na escola parecia que tinha uma doença, doença que pegava nos outros. Quando a professora chamava minha mulher. Ela até vinha, mas foi pro médico. Ela queria testemunhar aqui. Os professores disseram “Olha, você tem que tirar seus meninos da escola porque os pais estão reclamando. Filhos de comunistas estão aqui com os outros meninos junto.” Parecia uma doença. E eu, analfabeto de loja comia figo de criança. Não era fígado, era figo.

Antônio Carlos Daltro Coelho faz questão de registrar, em seu depoimento: “Mas, minha mãe sofreu muito. A senhora imagina, minha mãe era uma senhora que pesava, na época, 90 e tantos quilos. Durante os 45 dias que eu tive preso, ela passou a pesar 50 e poucos quilos. Quase morre, minha mãe, não é?”

Já Fidelmário Barberino conta que “No dia do meu interrogatório, eu olhei pela janela – e meu pai estava sentado no jardim chorando, não podia fazer nada.”

O militante Luiz Contreiras faz questão de deixar registrado que:

> Quanto à minha família, ela sofreu muito com isso. Mas como Amabília é uma lutadora, em nenhum momento ela se arrependeu de ter se juntado a mim. Lutou bravamente pela minha soltura e deu a volta por cima criando a Escola Experimental porque ela também foi punida com a aposentadoria.

Ana Maria conta de quando o seu pai, Chiquinho Nascimento, foi preso:

> Então, eu tinha 15 anos na época. Então, 15 anos, em 64, era uma menina. Estudava em Salvador, já estudava em Salvador. E lembro que eu fui praticamente obrigada a amadurecer em poucos dias. Eu tive que

> superar a minha infância, porque minha mãe ficou aqui em Feira de Santana, com os filhotes todos pequenos, perdida sem saber o que estava acontecendo.

Com esta idade, ela assume a tarefa, primeiro de procurar e descobrir onde estava o pai, depois de visitá-lo diariamente enquanto ele permaneceu nos Dendezeiros. “Então, eu passei a ser o ponto de referência entre meu pai e o mundo exterior.”

Além desta violência com relação a ela própria, Ana Maria ainda relata:

> Minha mãe perdeu o bebê, porque ela estava grávida de dois meses, três, quando meu pai foi preso. A coitada ficou que era pele e osso, o bebê não resistiu. Ela teve uma contração normal de parto, ela estava do sexto para o sétimo mês e a parteira – que, naquela época, minha mãe teve todos os filhos com a parteira – a parteira disse: “Olhe, não vai dar não, tá problemático. Acho que vai ter que ir para o hospital.” Ela foi para o Hospital Dom Pedro, e lá a bebê nasceu, mas nasceu com problemas, o coração estava grande demais, enfim não sobreviveu porque foi muito sofrimento para ela. Minha mãe não comia, o bebê sofreu porque não tinha nem alimento para ele. Ela estava pele e osso.

Ainda completa: “... meu irmão mesmo tem marcado na mente dele, na escola que ele estudava, professora que maltratou ele.”

Se a angústia, provavelmente a sensação de impotência em muitos casos, atingia as famílias de quem foi alvo da perseguição arbitrária e indiscriminada, a tudo isso acrescente-se os problemas materiais de sobrevivência e as dificuldades de acesso a informações no caso daquelas de militantes mais humildes, única fonte de renda para suas famílias, em geral numerosas. Isso aconteceu, por exemplo, com as famílias de Inocêncio Pereira Alves, o Batata; Raimundo de Jesus, o Raimundo Alfaiate e de José Pereira dos Santos, conhecido como Zé Pereira.

Zélia Mattos, filha de Batata, em seu relato, afirma: “E a família da gente passou por muitas dificuldades, uma mulher sozinha, minha mãe, com seus sete filhos menores.” E diz mais, inclusive acentuando a solidariedade de companheiros que tinham as condições de auxiliar::

> Meu pai era alfaiate, a profissão dele era alfaiate. E também gostava muito de fogos. E foi uma luta muito grande, porque nós não tínhamos condição mesmo. Nós chegamos a passar fome, não tínhamos comida, não tínhamos nada. Se não fossem alguns amigos da gente, de meu pai na época, eles davam comida pra gente. Foi difícil. [Emoção e choro] Muito difícil. Minha mãe saia de porta em porta, pedindo. [choro] Ela foi uma heroína.

Mas a sua irmã, Elenita, faz questão de deixar registrado, alem das condições em que a família se viu jogada, o papel da irmã, mais uma quase criança que foi obrigada, violentamente, a amadurecer:

> Eu sou uma das caçulas, não lembro muita coisa do meu pai, eu lembro que éramos muito pobre mesmo [choro] Minha mãe saia e pedia alimento pra gente. Eu estudava com a roupa dos outros, porque não tinha condições de comprar farda pra gente. Com roupas das nossas madrinhas, não é, Zélia? E a gente pedia a minha madrinha pra ajudar,

> porque minha mãe não tinha condições. Mãe trabalhava, coitada, tinha uma vendinha, vendia coisas básicas: fósforo, pão. E Zélia que sempre ajudou minha mãe, sempre. Lembro muito dela, que foi a irmã assim que ajudou minha mãe muito. É que tomava conta da gente, é que dava banho, cuidava, porque minha mãe não podia, não tinha como. Porque mãe já saia, pra ver as coisas, não condição nenhuma pra ajeitar, pra nada, nada. E minha irmã eu tenho como referência porque foi uma pessoa que ajudou muito a minha mãe.

Luis Roberto de Jesus tinha sete anos quando seu pai, Raimundo Alfaiate, foi preso pela primeira vez. Ele ainda tinha mais quatro irmãos. Seu relato;

> Porque nossa casa era invadida constantemente toda tarde. Então, mãe ficou só. Era eu e mais quatro irmãos. A gente aí passava fome e tal, ia na casa dos parentes pegar alimentos, essa coisa todinha. No colégio, eu e meu irmão que já estudava no Colégio Eduardo Froes da Mota, [...]. A gente pra entrar no colégio era perseguido, filho de comunista e tal. O vizinho lá também incomodava muito a gente. E aí, às vezes, a gente passava até fome realmente.

Complementando, “o Colégio Eduardo Froes da Mota, onde eu estudava na época, ele fazia muitas queixas lá, perseguições de alguns alunos e pais de outros alunos que falavam: “Oh, não ande com aqueles dois meninos, (eu e meu irmão Ivan) são filhos de comunistas” e tal.”

Alaíde de Jesus Santos e sua mãe, Dona Maria de Jesus Santos, são, respectivamente, filha e mulher de Zé Pereira. Dona Maria repete que foi muito o sofrimento, Alaíde conta: “Apesar de minha mãe ser muito lutadora, muito batalhadora, mas foi difícil porque pai conseguiu sair, mas a gente, menino e ela, na situação que estava, era muito perseguido. A gente, às vezes eles ficavam a noite toda (chora) vigiando.”

Ela é uma dos sete irmãos então vivos, já que, quando Zé Pereira foi se esconder fora, “a minha mãe estava grávida, mas com o decorrer do sofrimento e tudo também a criança só nasceu. E morreu.” E desabafa:

> Às vezes a gente também fugia para dormir na casa dos outros. Das pessoas que acolhiam, porque muita gente não acolhia. A gente era filho disso, daquilo, daquilo outro. Às vezes até os parentes eram contra. Os parentes de pai tudo era contra ele e contra até minha mãe porque apoiava ele, porque aceitava, porque estava com ele. E todo mundo reclamava. Dava uma beliscada, ofendia a gente. Os irmãos do meu pai não quiseram saber dele, achavam que ele era um... que não achava certo o que ele fazia. Só que ele sabia. E eu também sei. Eu sou analfabeta, minha mãe também é, mas eu sabia que meu pai estava lutando por algo que valia a pena, por uma igualdade que até hoje quase não existe. E, meu pai nunca matou ninguém, nunca roubou, não fez nada do que eu vejo às vezes fazerem por aí. Ele era um cara trabalhador, muito trabalhador, muito lutador também. Outro: ele aprendeu ler eu já era nascida. Então ele foi uma pessoa de luta.

5.5.8 A Clandestinidade

A militância, a exposição, inclusive por condições de comando, principalmente o recrudescimento da repressão após a edição do Ato Institucional Nº 5, que suspende, a partir de 1968, na prática, os direitos individuais previstos na Constituição foram algumas das circunstâncias que conduziram à clandestinidade. Sobre ela, vários depoentes se manifestam.

Sara Brito, após sua condenação a quatro anos de prisão, entrou, ainda no Rio de Janeiro, na clandestinidade. Como ela afirma:

> ... foi uma época de muito sofrimento, de bastante sofrimento. Viver na clandestinidade não é fácil, é muito difícil, correndo de um lugar para outro, usando nomes fictícios... Em janeiro de 72 retornei a Salvador, pois era insuportável continuar vivendo na clandestinidade como vivia no Rio de Janeiro. Uns cinco dias depois que voltei, fui presa na casa de minha mãe.
>
> E o sofrimento no RJ – quem já viveu na clandestinidade sabe o que é – um dia você tinha contato com pessoas que nem sabia o nome (depois fui descobrir que uma pessoa que tinha muito contato comigo era André Grabois, filho de Maurício Grabois, que morreu também na guerrilha do Araguaia). O sofrimento consistia em ficar de uma casa para outra; dormia um dia num lugar, depois passava uma semana em outro. Até no interior do Rio de Janeiro estive, na casa de um casal; também na Zona Norte do RJ estive, dormia naqueles apartamentos minúsculos, que não se dormia, porque o calor era insuportável, 40 graus, mesmo tomando banho de chuveiro frio não adiantava.
>
> Então, o sofrimento consistia nisso, em viver levada de um lugar para outro, sob a perspectiva, ansiedade de ser presa a qualquer momento por policiais do Rio de Janeiro, que se tivesse sido presa não estaria aqui contando a história – tenho certeza disso. Me recordo uma vez que cheguei no apartamento em Copacabana de umas amigas e policiais haviam estado lá procurando por mim e eles procuravam realmente pelas pessoas, quando sabiam que poderiam estar... eles estiveram até na casa de um tio meu em Vitória do Espírito Santo e revistaram a casa, e foram mais duas ou três vezes lá. Meu tio pegou o carro e foi ao Rio de Janeiro, encontrar-me só para me falar isso, recordo bem disso.

José Carlos Zanetti também comenta sobre as condições de clandestinidade:

> Ademais, não pode viver socialmente com outras, porque você, as pessoas também clandestinas, cujos nomes você não sabe. Não sabia o nome da minha mulher, vim saber depois. Carolina era o nome de guerra dela, depois ficou o nome da minha filha. E depois a precariedade material. Morei um tempo em Pernambués, numa daquelas ladeiras, onde ia buscar água lá no poço, e pegava água pro vizinho também, fazer amizade com a vizinhança... e você não sabia o que ia comer no dia seguinte.

> Eu tinha que ir na venda, empenhava o relógio, comprava farinha, arroz, alguma coisa, e depois sobrevivia alguns dias, até que alguém do setor de serviço fosse nos reabastecer lá pra poder pegar e tirar o relógio penhorado. Então, era uma vida muito difícil, você não tinha a menor regalia pessoal nem nada, acesso a leitura, nada, a não ser coisas clandestinas. Então, acho que é uma privação muito dura... tanto assim que estava convencido e por voto próprio tirei esses documentos. Pra pode sair da ilegalidade, que eu queria....

5.5.9 O Exílio: três exemplos

> Convivi comigo mesma e com dezenas e dezenas de outros exilados, eu e eles carentes de comunicação, principalmente com o mundo distante do qual fomos arrancados, fisicamente. O não termos raízes no mundo em que nos rodeava, não somente estranho como desconhecido, contribuía para que vivêssemos como parasitas: uns da seiva das outros, da capacidade maior que tivesse o mais próximo para sofrer as dificuldades de cada dia, de tantos dias... E isso não foi fácil. Não foi fácil porque a rotina de nossas vidas não tinha a pauta de um cotidiano normal. Além disso, como me dizia um amigo: 'Em nosso país, você tem milhões de pessoas para, entre elas, escolher seus amigos, enquanto no exílio não há escolhas, pois os amigos nos são impostos pelas circunstâncias'. (MONTENEGRO, 1988)

Assim Ana Montenegro, em seu livro "Tempo de Exílio", oferece um depoimento desta outra violência cometida pela ditadura civil-militar, quando obrigou militantes, por conta de perseguições e ameaças mais ou menos veladas, a optar por sair do país.

Esta opção foi sempre dolorosa, por mais que, em muitos casos, tenha resultado em ganhos individuais de aprimoramento intelectual e profissional, na oportunidade de descobertas, no encontro de novas paixões. Isto porque, de um lado, o fato de estar em outro país não significava a garantia absoluta do fim da perseguição e da vigilância e controle. De outro, por se tratar de uma decisão "voluntária" compulsória, ou seja, o afastamento forçado da família, dos amigos, da cultura, das habituais condições de vida. Sem minimizar a advertência de Ana Montenegro de que o exilado carrega dois fardos, o político e o emocional.

5.5.9.1 Ana Montenegro

Nascida Ana Lima Carmo no Ceará em 1915, formada em Direito e Letras pela UFRJ, Ana Montenegro como escolheu e se tornou conhecida, adotou a Bahia para viver e desenvolver sua militância, sempre destemida. Em Salvador, em 1945, filiou-se ao PCB. Sua atuação nas causas da classe operária, da paz e da emancipação feminina nunca foram dissimuladas. Exatamente por conta disto, Carlos Marighella, seu amigo e grande influência, aconselhou o seu exílio depois de consolidado o golpe.

A sua última conversa com Marighella foi penosa. "Eu não desejava sair do Brasil.", ela ressalta. Ocasiões anteriores de viagens ao exterior tinham sempre sido desconfortáveis para ela. Até parece que ela já pressentia que "O exílio é um espaço vazio entre o homem e o seu meio." Mas o amigo lhe apresentou a situação e ponderou como sua permanência poderia afetar de forma negativa inclusive a família e os filhos. Ela diz: "No dia seguinte, eu

entrava na Embaixada do México.” Lá ficou alguns dias, até que se tornou “... a primeira mulher que viajou com um salvo-conduto, para o México, no dia 2 de junho de 1964”.

Do México, foi para a Europa, que se tornou seu ponto de partida e de retorno, embora, como ela registra, tenha vivido “... os 15 anos de exílio pelos caminhos possíveis do mundo.” Foram muitas viagens a vários países africanos, também pela América Latina.

Na Europa, seu porto era Berlim, na Alemanha Oriental onde, ela conta, nunca houve aumento de preço dos produtos essenciais. Os caminhos que ela registra lhe foram indicados tanto pelas lutas feministas, porque integrava a seção para a América Latina da Federação Democrática Internacional das Mulheres, como pelas ações da ONU e UNESCO, onde trabalhou.

Foram intervenções até seu retorno em 1979, após a aprovação da Lei da Anistia, mesmo que ainda sem passaporte. Trazia um título de nacionalidade com 48 horas de validade.

5.5.9.2 Eliana Rolemberg

Em seu depoimento, conta que, uma vez libertada, foi para a França, de forma legal, porque lá estavam seu marido e sua filha. Porém, “...só que, chegando lá, eu não conseguia que nenhum dos consulados me recebesse e me desse a possibilidade de voltar para cá”. E ela encerrou a peregrinação quando um funcionário consular que a havia conhecido na juventude lhe avisou que desistisse da busca pela volta porque se voltasse ela seria morta.

5.5.9.3 Loreta e Carlos Valadares

Loreta Kiefer Valadares e seu marido, Carlos Valadares, precisaram exilar-se entre 1973 e 1980. Ambos haviam sido presos, barbaramente torturados e, após um período de prisão, viram-se obrigados a entrar para a clandestinidade para evitar novas perseguições e o cumprimento de nova prisão a que haviam sido condenados à revelia.

A clandestinidade foi vivida em São Paulo, onde moravam em um quarto de um sobrado na Vila Mariana. Apesar da condição de doente cardíaca que Loreta havia adquirido em decorrência das torturas sofridas em Minas Gerais, condição esta que implicava em permanente monitoramento médico e uso de remédios, os trabalhos políticos eram realizados. No entanto, conta Loreta em seu depoimento,

> No segundo semestre de 1973, agrava-se a doença e torna-se muito difícil manter a clandestinidade com as exigências do tratamento. O Partido [PC do B] decide enviar-nos para o exterior, onde teríamos tarefas de organização de movimentos de solidariedade à luta do povo brasileiro. Viajamos para Buenos Aires, em direção a Santiago do Chile, em setembro de 1973. O golpe no Chile impede a chegada ao nosso destino final. Ficamos em Buenos Aires, onde permanecemos até o início de 1975, quando viajamos, como exilados políticos, para Estocolmo, na Suécia. (Valadares, 2005, p. 120-121)

Ali, permaneceram até 1980, quando voltaram ao Brasil após a promulgação da Lei da Anistia. Carlos pode, finalmente, concluir seus estudos de Medicina iniciados em Belo Horizonte e interrompidos pela repressão, cursando o Karolinska Institutet em Estocolmo. Loreta vai trabalhar como jornalista e comentarias na Rádio Suécia. Ambos estão, durante todo o tempo, trabalhando em comitês de luta contra a ditadura no Brasil e pela anistia.

Uma dimensão, nem sempre lembrada, do exílio pode ser percebida na narrativa dos últimos dias em São Paulo, nos preparativos para a partida:

> Decidida a viagem para o exterior, há um mês vivemos de hotel em hotel (tipo "passar a noite"). Medida de segurança, aos poucos vamos cortando todos os vínculos com o partido. Vamos nos isolando pouco a pouco. Despedimo-nos de Péricles, [...] com quem tenho trabalhado estes tempos em São Paulo, dizemos adeus à companheira Vânia, que eu conheci em Recife [...] e que tanto nos ajuda na montagem e desmontagem de nossas diversas casas. Nenhum contato mais com Carmen e Marquito [...] Não mais a casa (que não sabemos onde fica, vamos para lá de olhos fechados) de Divo e Raquel, que, enfrentando riscos de segurança, nos acolheram nos últimos dias em que temos que tomar as últimas providências. Temos que encarar a realidade, o convívio com os companheiros, a solidariedade, a generosidade dos amigos que nos recebem sem nem perguntar, tudo isso vai acabar, espera-nos um horizonte desconhecido, costumes desconhecidos, idioma desconhecido. (Valadares, 2005, p. 121)

Loreta e Carlos saíram do Brasil, a partir de Porto Alegre para Buenos Aires, onde embarcariam para o Chile. Loreta dá o último telefonema de segurança para São Paulo, "Raquel atende, falamos as senhas combinadas, despedimo-nos chorosas, sento-me na cadeira, abalada com o impacto da realidade – é o último contato com os companheiros no Brasil, último elo com a nossa terra." (Valadares, 2005, p. 122)

De São Paulo a Buenos Aires, um relato que é um *thriller:* tensão e suspense. O golpe no Chile, no dia 11 de setembro de 1973, forçou a permanência na Argentina, pois eles haviam chegado lá no dia 8 e Loreta precisava descansar. Acionam, então, o "ponto" de segurança que levavam. "... vou à bainha do meu casaco tiro os papeizinhos escritos com letra de forma fina, e olho o endereço, o nome a procurar e a senha. Até então não tínhamos aberto os papeis, não precisávamos saber, a não ser que fosse necessário utilizá-los." (Valadares, 2005, p. 126)

Na Argentina, era o governo Perón que, apesar de tudo, havia derrubado o governo militar. Havia uma intensa mobilização e as tarefas eram muitas, na atuação junto a outros brasileiros, inclusive que escaparam do Chile,de outros refugiados de ditaduras que ali podiam respirar. E gritar, denunciar, buscar agir.

Um dia, vão à casa de uma amiga argentina cujo endereço era conhecido da família de Loreta no Brasil. Recebe notícias de casa. "Logo estranho ao ver que a remetente é a mãe, quando sempre é o pai que envia as cartas. Contente, saio com o envelope na mão, para abrir e ler a caminho de uma consulta médica. Logo às primeiras palavras, a garganta aperta um soluço e os olhos se enchem de lágrimas: é a notícia da morte do pai." (Valadares, 2005, p. 139) Muito abalada, Loreta entrega a carta a Carlos que descobre: já faziam dois meses!

Mas Perón morre e leva consigo "...o sopro de liberdade e esperança do anúncio da revolução continental." nas palavras de Carlos (Valadares, 2005, p. 146). O clima começa a mudar. Perseguições a "subversivos", a insegurança volta a reinar. Há boatos da presença de policiais brasileiros e uruguaios infiltrados na polícia local para identificar exilados. A tensão cresce, Carlos, já frequentando a escola de Medicina para completar seu curso, vê mais uma vez frustrada a sua possibilidade. Novas tratativas para o exílio, agora na Europa.

Diante da saúde precária de Loreta, eles têm prioridade e conseguem ser aceitos pela Suécia após vários trâmites burocráticos. Mais uma despedida, mais uma dose de tristeza e dor, o tempero extra, como lembra Carlos, oferecido pelo comandante do vôo que os conduz a Estocolmo:"Vamos agora seguindo a costa brasileira até o Rio de Janeiro, quando tomaremos o rumo da África..." (Valadares, 2005, p. 146, 147). Aí, "Duas mãos se entrelaçaram. Sentimo-nos mais ainda brasileiros, estávamos no Brasil. Nossas lágrimas caíam de entre as estrelas, [...] Lágrimas vertidas por não saber quando, de pés descalços e livres, pisaríamos novamente nosso país,...", ainda é Carlos que lembra. (Valadares, 2005, p. 147).

Na Suécia, onde chegam em fevereiro de 1975, a acolhida, os cuidados, a disponibilidade. Cursos de sueco, assistência médica, "mesada" sob forma de bolsa de estudos, autonomia, passeios turísticos, enfim o que pudesse ser feito para integrar os exilados a um país tão diferente e no qual não se sabia por quanto tempo precisariam viver. Antes do fim do ano, Carlos consegue ser admitido na Faculdade de Medicina. Além das bolsas de estudos, ambos conseguem trabalho e "bicos", como forma de conseguir algum dinheiro que lhes permita viajar nas férias. Tudo legal, limpo, sem restrição. Ao lado do trabalho e dos estudos, toda a luta política, o engajamento em comitês de solidariedade, a permanente denúncia das arbitrariedades, das torturas, das ações da ditadura. Foi um tempo rico, sim, viagens, muito aprendizado, construção de amizades. Mas

> ... o exílio é como se, de repente, faltasse o chão, alguma coisa em que se segurar, uma perda, um grito no escuro. O duro do exílio é o saber **que não se pode voltar**, é a proibição da volta, é o sentir-se presa dentro da imensidão de uma outra cultura, um outro país. O exílio exige um enorme esforço de adaptação ao país [...] sem perder a identidade nacional, as referências históricas, os amigos que ficaram, a família, os sonhos, as fantasias... (Valadares, 2005, p. 166, grifo da autora)

A lei nº 6.683, que concede a Anistia, nem tão ampla geral e irrestrita como aspirávamos, foi assinada no dia 28 de agosto de 1979. Como faltavam apenas poucos meses para que Carlos concluísse seu curso, Loreta e ele resolveram permanecer na Suécia para isto. Em janeiro de 1980, finalmente o casal pisa solo brasileiro.

5.6 Theodomiro: um caso singular. O primeiro condenado a pena de morte

A história do hoje juiz aposentado do Tribunal Regional do Trabalho em Pernambuco Theodomiro Romeiro dos Santos adquire características especiais por ter sido condenado, com apenas 19 anos, à pena de morte, caso único de civil, em época de paz, na história republicana brasileira.

Theodomiro conta que começou sua militância no final de 1969, no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), uma dissidência do PCB, radical e adepta da luta armada. No início de 1970, com a prisão de um militante que havia morado junto com ele, viu-se obrigado a entrar para a clandestinidade, o que significou passar a militar profissionalmente no partido.

Nesta militância, contabiliza-se o assalto ao Banco da Bahia da Liberdade. Na época Mário Alves, da Direção nacional do PCBR já havia sido assassinado e "desaparecido". Em outubro de 1970, diante do clima de desarticulação das organizações de esquerda, inclusive o PCBR, por parte da repressão, o partido resolveu dispersar os militantes e

permaneceram em Salvador apenas quatro (Theodomiro, Paulo Pontes, Dirceu Regis Ribeiro e Getúlio Cabral) “para acertar os últimos contatos depois nós iríamos sair.”

No dia 27 de outubro de 1970, após uma última reunião, Dirceu saiu e os demais se dirigiram para o Dique do Tororó, onde, no ponto do ônibus, foram abordados por três pessoas saindo de um carro (Jipe). Paulo Pontes e Theodomiro foram imobilizados e algemados, enquanto Getúlio escapou. Jogado no (Jipe), Theodomiro teve de volta a sua pasta, na qual ele guardava uma arma, visto que, após o assassinato brutal, e o “desaparecimento” de Mário Alves, “o PCBR decidiu que era dever dos militantes reagir à prisão porque, a ser assassinado de uma forma dessa, era muito mais humano morrer com um tiro porque você não sofre.” Conseguiu pegar a arma e atirou nos três perseguidores. Acertou dois, um com um tiro mortal e o outro que, atingido de raspão, “três horas depois ele estava na Policia Federal me torturando.” Duraram até o dia 27 de novembro as torturas a que foram submetidos Theodomiro e Paulo Pontes, primeiro na sede da Polícia Federal, depois no forte do Barbalho. Foram então transferidos para a Penitenciária Lemos Brito. A respeito dos primeiros prováveis dois dias na Polícia Federal, Theodomiro registra:

> Até então tinha sido a violência cega, brutal, de uma forma tal que as paredes todas da cela ficaram todas manchadas de sangue e, durante muito tempo, o pessoal que chegava lá, preso depois da gente, diziam: ‘olhe aí como ficou o Theodomiro e o Paulo Pontes, ou você fala, ou vai ficar assim com seu sangue também’. Ficou realmente toda decorada.

Theodomiro foi condenado em três processos. Um pelo assalto ao Banco da Bahia, outro por militar em partido clandestino e o terceiro, por haver matado o sargento da Aeronáutica (Walder Xavier de Lima do Serviço Secreto da Aeroráutica), que lhe rendeu a pena de morte, que havia sido estabelecida, junto com a de banimento, pelo AI 14 de 10 de setembro de 1969 e cuja aplicação era reclamada pela facção do Exército denominada “linha dura”. Para o julgamento de Theodomiro e Paulo Pontes, a imprensa foi convocada, pela Justiça Militar, com a informação de que aconteceria a primeira condenação à pena de morte. Ou seja, a pena já estava definida antes do “julgamento”. Como, aliás, Theodomiro relata em seu depoimento:

> Paulo Pontes inclusive é testemunha [...] quando a gente ainda estava no Barbalho, antes de ser transferido, eu fui condenado a pena de morte quando eu já estava na penitenciária. Antes da gente ser transferido para a penitenciária, a gente tinha sido reunidos em celas [...] Em cada cela, naquela masmorra que tem ali no Forte do Barbalho, que parece aquelas celas de Forte medieval. E eu estava junto com Paulo, Hemetério chegou na frente da cela da gente com mais duas pessoas, ele gostava de levar as pessoas como se fosse para exibir os bichos na cela, então ele virou e disse: Theodomiro, você vai pegar pena de morte, e você Paulo vai ser melhor vai pegar pena perpétua e ficou rindo da história.

Uma série de recursos ao STM e a readequação da Lei de Segurança Nacional já próximo da aprovação da Lei da Anistia fizeram com que, àquela altura, apenas três presos políticos ainda estivessem na Lemos Brito. Paulino Vieira e Haroldo Lima seriam soltos com a Anistia. Sobraria ali Theodomiro Romeiro dos Santos, o terceiro, que não seria, pois,

> o juiz auditor aqui de Salvador, apesar de eu ter reunido todas as condições para obter liberdade condicional depois que minha pena foi reduzida e juntada em uma só, disse que não ia me dar a condicional

> porque não queria assumir sozinho a responsabilidade de me devolver para o convívio social, então eu ia ter que recorrer para o STM para obter, e isso demora um tempo

A questão que se colocava era a possibilidade de que, neste intervalo de tempo, ocorresse algum “incidente” na cadeia e ele fosse encontrado morto. Diante desta circunstância, começou a ser articulado o plano de fuga que envolveu religiosos, como o sempre presente anjo padre Renzo. Naquele período final, os presos políticos já circulavam pelo presídio e se recolhiam sem que os guardas ficassem controlando o tempo todo. Isto tornou possível estabelecer a fórmula para que a fuga, no dia 17 de agosto de 1979, acontecesse com tempo suficiente para que Theodomiro estivesse seguro antes que os carcereiros percebessem sua ausência. Acrescente-se a isto a divulgação proposital, para a imprensa, de informações incorretas. Ele foi abrigado na Nunciatura Apostólica (Brasília) e conseguiu sair do Brasil em dezembro. Só em setembro de 1985 ocorreu a remissão de sua pena e ele pôde retornar ao seu país.

A fuga bem sucedida de Theodomiro Romeiro dos Santos é também uma prova de que, apesar de todo o controle dos órgãos de segurança era possível estabelecer uma rede de solidariedade eficiente. Theodomiro, em seu depoimento, a respeito dos bastidores de sua fuga, informa: “Emiliano José escreveu um trabalho sobre esse assunto foi publicado no primeiro número da Caros Amigos e muita coisa da minha fuga eu soube pelo que Emiliano contou, que eu não sabia”.

5.7 Mortos e Desaparecidos

Como já assinalado na abertura deste capítulo, entre as violações aos Direitos Humanos em que foi pródiga a ditadura civil-militar, estão os assassinatos. Os parâmetros para identificar suas vítimas neste Relatório foram serem baianas ou terem atuado ou morrido no Estado. Os assassinatos se configuram em duas categorias.

Os mortos, não raro apresentados como tendo resistido a abordagens das forças de segurança, além de “suicídio”, são aqueles cujos corpos as famílias puderam sepultar, mesmo que, como no caso de Luiz Antônio Santa Bárbara, fosse obrigada a aceitar o caixão lacrado.

A mais dolorosa, a que se configura em ferida aberta e até hoje é a categoria dos desaparecidos políticos. O luto nunca concluído. Desaparecidos são todos sobre quem o Estado repressor não assumia responsabilidade. Na sua maioria, figuraram nos cartazes espalhados por espaços públicos sob o epíteto “Terroristas Procurados” ou algo assim. Sem dúvida, desaparecido é todo militante que, uma vez capturado, ou foi sumariamente eliminado (e os familiares até preferem que assim tenha sido) ou morreu em decorrência de doses excessivas de torturas. Nas duas hipóteses, até para garantir a mínima aparência de “democracia”, era imperioso que não houvesse prova. O desaparecido nunca teria sido preso ou depois de preso teria fugido.



Monumento inaugurado dia 29 de agosto, no Campo da Pólvora, em Salvador, homenageia os mortos e desaparecidos baianos.

A obra, assinada pelo artista baiano Ray Vianna, traz o nome de baianos que morreram na luta contra o regime militar.

5.7.1 Os primeiros mortos: Pedro Domiense de Oliveira e Péricles Gusmão

Na Bahia, a primeira morte registrada em decorrência do golpe militar foi a de Pedro Domiense, funcionário dos Correios e Telégrafos, ex-presidente das classes fardadas do DCT – Militante do PCB. Foi preso no dia quatro de maio de 1964, na sede dos Correios, em Salvador, encaminhado ao Quartel da 6ª Região Militar, onde segundo a versão oficial, teria se suicidado, por envenenamento, no dia nove. A investigação, feita pela CEMDP – Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, localizou testemunhas de que ele teria sido torturado, na data anterior à sua morte (07/05) e concluiu que, se as reais circunstâncias da morte não poderiam ser restabelecidas, a versão de suicídio por ter ingerido veneno durante a prisão era insustentável (Reconstituição do caso em BRASIL, 2007, p. 64.).

Como já nos referimos, também a morte de Péricles Gusmão Regis, vereador em Conquista, em 12 de maio de 1964, foi apresentada como suicídio.

5.7.2 Carlos Marighella – o grande símbolo

Em seu enterro não havia velas:
Como acendê-las sem a luz do dia?
Em seu enterro não havia flores:
Como colhê-las nessa manhã fria?
Em seu enterro não havia povo:
Como encontrá-lo nessa rua vazia?
Em seu enterro não havia gestos:
parada e inerte a minha mão jazia
Em seu enterro não havia vozes:
Sob censura estavam as salmodias

Mas luz e flor, e palma e gesto e
canto
responderão “presente”, chegada
a primavera
Mesmo que tardia.

No dia 5 de dezembro de 2011, 42 anos depois de seu assassinato, no dia em que completaria 100 anos, o baiano Carlos Marighella é anistiado “*post mortem*” em sua terra natal. Cumpria-se a profecia de Ana Montenegro, neste poema escrito quando recebeu a notícia de sua morte.

Na cerimônia, presentes sua mulher, Clara Charf, seu filho, Carlos Augusto Marighella, ambos requerentes perante a Comissão da Anistia, e sua neta, Maria Marighella, no Teatro Vila Velha, em Salvador, um dos redutos da resistência ao regime militar, todos responderam Carlos Marighella, PRESENTE!

Na ocasião, foi-lhe concedida a Declaração de Anistiado Político e o Estado Brasileiro lhe ofereceu o pedido oficial de desculpas pelos erros cometidos no passado. (Anexo 46 p. 659)

Estes erros culminaram com o assassinato do líder, na noite do dia 04 de novembro de 1969, surpreendido por um cerco do DOPS na Alameda Casa Branca, em São Paulo. Marighella entrou na rua a pé e só. O tiroteio que o recebeu, com as trapalhadas que resultaram em baixas entre os 29 integrantes da operação comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, demonstra o medo, quase pavor que os policiais sentiam desta figura, para eles, quase sobrenatural. Emiliano José afirma; “A única coisa que parece não deixar dúvidas é a decisão dos altos escalões militares, [...] de que Marighella não deveria ser preso, deveria ser executado”..

Marighella é militante da causa do povo brasileiro desde seus 18 anos, no início da década de 1930, quando se filiou ao PCB, estudante de Engenharia na Escola Politécnica, em Salvador. Era um estudante famoso desde o Colégio Central quando respondeu a prova de Física em verso. Na Escola Politécnica foi um dos organizadores do primeiro periódico de Matemática do Brasil (Revista Brasileira de Matemática Elementar). Foi preso em 1932, por oposição ao interventor Juracy Magalhães e passou a ser perseguido na escola que com punições (advertência e suspensão em 1934) inviabilizou sua permanência. Estes fatos foram lembrados pelo professor João Augusto de Lima Rocha, professor Titular da Politécnica na sessão de 16 de novembro de 2015, na qual o Conselho Universitário da

UFBA (Universidade Federal da Bahia) aprovou a criação do campus Carlos Marighella em Camaçari.

Na década de 1930 a 1940 foi preso diversas vezes.

Anistiado em 1945, com o fim do Estado Novo, participa do processo de redemocratização e da reorganização do PCB, agora na legalidade.

Eleito Deputado Federal Constituinte pela Bahia, em 1946, exerce seu mandato com destaque até que, em 1947, com a nova cassação do PCB, vê-se obrigado a mergulhar mais uma vez na clandestinidade.

Novamente preso em 1964, após a deposição do governo João Goulart, outra vez resistiu a seus captores enquanto pôde e comportou-se com tal bravura que suscitou a solidariedade internacional a ponto de o regime se ver compelido a conceder o seu habeas corpus. Saiu da prisão denunciando abertamente tudo que sofrera. Lançou-se à luta contra o regime ilegítimo e, discordando da linha política adotada pelo PCB, desliga-se deste em 1966. Funda a Aliança Libertadora Nacional - ALN no ano seguinte, optando pela luta armada. Em carta a D. Hélder Câmara (documento anexo), em agosto de 1969, afirma: “Com os que me acompanham, verifiquei não existir outra saída senão a luta armada”.

Carlos Marighella, além de combatente de grande coragem e enorme resistência, era um teórico, respeitado não só por sua cultura e por sua facilidade de redigir, mas pela capacidade de integrar a teoria à prática, promovendo uma práxis que despertava o respeito e o temor até do DOPS. O coronel Erasmo Dias, em entrevista já na década de 1990, demonstrando porque o regime via como essencial a sua eliminação, afirmou:

> Ele era um líder. O único que conseguiu, em determinado momento, dar uma certa unidade de doutrina a todo o movimento revolucionário, inclusive fez uma cartilha [...] Ele era um filósofo, intelectual, planejador, um grande planejador, era um Guevara do Brasil, a figura dele era meio carismática até.

Como reflexo de suas preocupações com o povo brasileiro, Ana Montenegro conta que ele sempre iniciava uma conversa dizendo “Eu vim aqui colocar um problema”. Ana, que com ele conviveu desde 1945 até ser levada a sair do país em 1964, no seu livro “Tempo de Exílio”, testemunha que Marighella “... descobria as possibilidades de cada um de seus companheiros e amigos. E exigia que essas possibilidades se transformassem em iniciativas”. E complementa:

> Tinha uma inteligência privilegiada, mas que não sufocava os demais. Uma inteligência horizontal, abrindo espaço para que todos pudessem opinar, contribuir. Escutava as opiniões e as respeitava. É verdade que a personalidade se nos impunha, muitas vezes, porque o admirávamos.
>
> Não se limitava às discussões políticas. Gostava de todas as manifestações artísticas. Escrevia poemas e peças de teatro. Ensinava como se estivesse aprendendo. Não dava ordens e nem se apresentava com ideias acabadas. Aparecia, sim, com ideias arrojadas, audaciosas. Tão arrojadas e tão audaciosas que não podiam ser aplicadas ou não resultavam, quando ele teimava.

Seu corpo, sepultado de forma apressada no dia 06 de novembro, na cova rasa de número 1.106 da quadra 53 do Cemitério da Vila Formosa, em São Paulo, repousa, desde 1979, no

Cemitério da Quinta dos Lázaros, em Salvador, sob a lápide que Oscar Niemeyer criou em sua homenagem, com a sua frase: NÃO TIVE TEMPO PARA TER MEDO.



A Câmara Municipal de Salvador aprovou, no dia 9/06/2014, o tombamento da lápide do túmulo de Carlos Marighella, no cemitério Quinta dos Lázaros, na Baixa de Quintas. Além de homenagear a trajetória de Marighella, a proposição da vereadora Aladilce Souza (PCdoB) reitera a necessidade de preservar a obra desenhada por Oscar Niemeyer.

5.7.3 A Bahia no Araguaia, o Araguaia na Bahia

A região de Marabá, no Pará, foi escolhida pelo PC do B para implantar o núcleo de guerra popular que entrou para a nossa história como a Guerrilha do Araguaia. A partir do final dos anos 1960 e até 1974, cerca de 70 pessoas, jovens na maioria, atuaram ali, ao lado de camponeses locais que se juntaram a eles, com maior ou menor envolvimento ideológico. Estavam divididos em três destacamentos, sob o comando de uma Comissão Militar, organizando-se para preparar a luta armada na proposta de chegar às cidades a partir do campo.

A partir de 1966 quando começaram os “deslocamentos” e, especialmente, entre 1968 e 1970, quando estes aumentaram, o PC do B implantou núcleos na área.

Em 12 de abril de 1972 as Forças Armadas atacaram o destacamento C e desencadearam a repressão. Retiraram-se, derrotados, em junho de 1972. Retornaram, em setembro, procurando obter apoio na população e utilizando mais tropas. Após 2 meses, retiraram-se, prepararam o cerco e desencadearam em outubro de 1973, a 3ª campanha (operação Marajoara) cujo objetivo era eliminar a guerrilha, os guerrilheiros e os vestígios da sua existência. As últimas mortes e “desaparecimentos” de “guerrilheiros” ocorrem no final de 1974 e janeiro de 1975.

Entre abril de 1972 e janeiro de 1975, um contingente estimado entre 3 mil a mais de 10 mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícia Militar do Pará, Goiás e Maranhão perseguiu e atacou os militantes. Os combates entre as forças da repressão e os guerrilheiros causaram a morte da maior parte destes na área, o que representa a metade do total de desaparecidos políticos no Brasil.

Foram 11 baianos deslocados para a região do Araguaia. Saíram aos poucos, seguindo a diretriz do partido. São eles Mauricio Grabois, que estava à frente da Comissão Militar;

Dinalva Oliveira Teixeira e seu marido, Antônio Carlos Monteiro Teixeira; Nelson Lima Piauhy Dourado; José Lima Piauhy Dourado; Rosalindo de Souza; Dermeval da Silva Pereira; Uiraçu Assis Batista, (o mais jovem deles, ainda secundarista, cuja irmã, Rosa, acompanhou Diva Santana na Caravana de 1980) ao Araguaia; Dinaelza Santana Coqueiro e seu marido Vandick Reidner Pereira Coqueiro, e Luzia Ribeiro, a única baiana sobrevivente, que ofereceu seu testemunho à Comissão Estadual da Verdade.

Luzia Ribeiro, baiana de Jequié, filiada ao PC do B que se mudou para Salvador em 67 e entrou na UFBA em 68, fez a sua escolha por preparar a Guerra Popular no campo, o que "... não foi uma atitude impensada, nem obrigada, nem nada. Foi toda uma formação ideológica e política..." Como ela explica, "Não quer dizer que eu sabia onde iria. Não, a gente não sabia o local, mas a gente sabia que ia desenvolver um trabalho de formação militar e tudo, mesmo não sabendo o local que poderíamos fazer isso, por questão de segurança."

Antes de chegar lá, houve o processo da preparação inicial, no Rio de Janeiro e em São Paulo, já que aqui na Bahia todos já estavam "queimados" (eram conhecidos dos órgãos de repressão), as residências das famílias vigiadas. Já na área do Pará, não era fácil, como Luzia conta, para militantes oriundos da classe média, caso da maioria, passarem a viver como camponeses, inclusive com as restrições materiais. Tanto que a repressão chegou à região e ainda pegou muitos em formação, o que facilitou a ação das forças militares.

Luzia foi a primeira mulher a ser presa no Araguaia, no dia 12 de abril de 1972, amarrada e levada a Xambioá, onde estava a base das Forças Armadas. Na verdade, ela caiu em uma emboscada preparada por um morador que ela procurou porque era considerado por eles um companheiro de absoluta confiança. Em Xambioá, Luzia conta:

> Quando eu salto da canoa, que eles batem essa foto (mostra reportagem de jornal com foto). Já me recebem com bofetões e chutes. Essa foto foi nesse momento, porque depois eu só me vejo em um círculo de uns 40 militares. Só me lembro dos coturnos em cima de mim, eu no chão, eles rasgam toda minha roupa, eu misturada com lama, sangue, me jogavam para um lado e para o outro... eu só sei que eu perdi os sentidos ali, me chutavam, me machucaram muito. Eu só me lembro de eu dentro da água. Toda suja, eles me jogaram na água, e nua, eles tentaram me afogar. Eu nem sabia porque eles já receberam assim, sem perguntar nada. Depois é que eles só queriam saber onde estava a direção da Guerrilha, porque eles não sabiam muita coisa [...]
>
> Depois de muita coisa, muito maltrato, eu aparecia em cima de uma maca, eles me amarravam assim... e depois tirava, me jogava no rio, voltava, aquele vai e vem... passei alguns dias lá, depois eles trocaram o Dover do buraco e me botou, depois me tirou do buraco e me botou no caminhão. A prisão deles era um buraco. Cada preso eles colocavam em um buraco. Eu pensei, quando vi o Dover (no buraco você não podia deitar, você ficava assim [faz gesto de encolhido]), pensei que ele estava morto, que iam jogar terra em cima do Dover. Quando o tiraram e me colocaram, pensei que eles iam jogar terra em cima de mim viva. Mas ali eram as prisões deles, tinham vários buracos.
>
> Tanta coisa que foi feita que eu não vou falar mais. Eu não gosto muito de falar disso.

Diga-se de passagem que, ao final de seu depoimento, instada a descrever as torturas que tinha sofrido e presenciado, ela declarou: “Eu acho que o que tinha de falar no momento eu já dou por encerrado.”

De Xambioá, após uns quatro ou cinco dias, Luzia foi levada a Belém, onde, ainda suja, ensanguentada e com as roupas em frangalhos, foi colocada, sozinha, mas em uma cela comum, aberta. Depois de não aceitar fazer declarações em rádio e televisão, foi levada para Brasília, para o Pelotão de Investigação Criminal do Exército, onde ficaram todos os presos do Araguaia. Afirma Luzia: “Quando eu chego no PIC eu já estava totalmente desestruturada, eles tiram minha roupa na entrada... eu só fiquei sem saber onde eu estava, se era em Belém, se não era, se iam me colocar junto com pessoas criminosas,” Porém, ela é recebida com homenagens por companheiros e deles recebe atenção e cuidado. Toma banho e veste roupa nova. De outro lado, as torturas continuaram, inclusive a de ser colocada para assistir companheiros submetidos a torturas, receber ameaças de morte, de destruição do partido. Para ter uma ideia da situação,

> Praticamente, eu não tive nem depoimento. Eu fiquei num estado tão deplorável que eu nem assinei depoimento em Brasília. Quando eles chamaram meu pai e me entregaram, antes passei pelo hospital do Exército, me botaram no hospital, fiquei lá uns três ou quatro dias. Eu me olhava no espelho do hospital e via outra pessoa, não me via, de tão diferente que fiquei deformada.

Enquanto os militantes estavam nesta preparação, a vida de suas famílias se transforma drasticamente. Seja pela constante vigilância, seja pela ausência de notícias. Diva Santana, militante do Movimento pela Anistia e de outros de defesa dos Direitos Humanos, declara-se “Vítima, familiar de vítima, testemunha”. É irmã de Dinaelza Santana Coqueiro, cunhada de Vandick Coqueiro, ambos desaparecidos, até hoje, no Araguaia. Conta que ficou na condição de “apoio”, de dar retaguarda, como detentora das informações possíveis do que acontecia com os irmãos que se deslocavam de Jequié, sua terra natal, para Salvador e para o engajamento político e para a clandestinidade.

> Eu sabia e acompanhava todos os passos: escondia livro, enterrava livro em quintal; não podia ficar na casa de minha mãe e ia para minha casa, enterrava [...]e nossa casa era sempre vigiada. Um carro parado na porta de casa diuturnamente. De vez em quando, apareciam pessoas, a minha mãe era uma pessoa muito especial, muito sábia, apesar de não ter muita leitura. Batiam na porta, e quando ela abria, eles pediam pra fazer, se tinha serviço no quintal da casa. O quintal era o jardim, se tinha serviço de limpeza, minha mãe olhava pra mão deles e dizia “mas vocês com essas mãos tão finas querem pegar numa enxada?”. [...], nunca tivemos a casa invadida. A do meu cunhado sim, casa invadida, colchão rasgado... [...] a repressão à família dos pais de Vandick era ferrenha.

Vandick saiu, depois Dinaelza foi, escreveu para casa, contando que não dava mais para ficar em Salvador, embora sem detalhes.

> Aí, foi um ano sem notícias. Início de 1971, nós recebemos uma carta deles, jogada embaixo da porta. Minha mãe chegou, pegou a carta, eram notícias deles, dizendo que estavam muito bem... logo de cara pedia para rasgar tudo, pra não deixar nada que evidenciasse essas cartas; diziam que ela tinha engordado [...] e minha mãe percebe que ela está no campo,

> pois ela diz assim (a origem da família de minha mãe é no campo, na região de Vitória da Conquista): “vivo com pessoas simples, parece a sua família”. Minha mãe disse “ela está morando no mato”. Isso em 71. 75 nada, nem notícia, nada. Quando falávamos nela... minha mãe proibia a gente de falar o nome dela dentro de casa.
>
> .Ela dizia: “Não fale o nome, parede tem olhos e mato tem ouvido”. [...] porque eram as duas famílias vigiadas dentro de Jequié: era a família de Wagner, com um militante do PCBR e Vandick do PCdoB, todos dois na clandestinidade.

Embora a repressão tenha se abatido sobre a região do Araguaia mais ou menos até o início de 1975, a censura à imprensa, o silêncio dos órgãos de inteligência das Forças Armadas e o próprio fato de os familiares não saberem para onde seus parentes tinham ido criam as condições para que, já em 1979, ainda não se tivesse informações. Diz Diva Santana, “o desespero da minha mãe e meu pai é porque não queriam que falasse... se eles estão calados é porque a gente não pode procurar. Minha mãe era uma mulher sábia. Era uma mulher assim: ‘se eles estão em silêncio é porque não podemos procurar’”.

Diva Santana descobre, final de 79, em uma entrevista de José Genoíno, publicada na revista “História Imediata” que Maria Dina, estudante de geografia e João, estudante de economia, haviam chegado da Bahia em janeiro. “Aí o chão abriu pra mim, ali foi a verdade.” Lá se foi Diva junto com seu irmão Getúlio para Jequié para contar à mãe.

> Tive que chamar médico, ela passou mal, foi um horror, meu pai se sentiu mal também, foi um negócio, porque ali estava claro que não tinha sobrado ninguém. Os vivos a gente já sabia, quem foram os presos que ficaram vivos. E a partir dessa data eu só tenho feito isso na minha vida. [pausa, emocionada] Resgatar a luta, a história de minha irmã, preservar a memória, a coragem que ela teve... e quero a verdade. Não sei como a minha irmã morreu.

E Diva Santana (representando os familiares, desde 2005, membro da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, atualmente no Ministério das Mulheres da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos), que vem dedicando desde então a sua vida a encontrar estas respostas, tem integrado sucessivas caravanas à região do Araguaia na busca de relatos, testemunhos, indícios que possam levar à descoberta destes 10 corpos ainda desaparecidos. A primeira se concretizou em outubro de 1980. Conta Diva: “Essa caravana foi realizada, eu fui ameaçada de morte várias vezes.” Vários foram os telefonemas, ela era obviamente vigiada, já que sabiam quando ela saía, com que roupa estava, para onde ia e tudo mais. Passou a andar sempre acompanhada. “Nas vésperas à viagem do Araguaia eles montaram campana na minha porta. Um fusca cheio de gente, com aparelhagem, uma coisa aberta mesmo, sem esconder.” E a caravana aconteceu, mas o tempo todo sob pressão, vigiada, sob ameaça de Curió e, Diva faz questão de ressaltar, sob a proteção da Igreja Católica, sem a qual não teria conseguido se efetivar.

No ano seguinte, foi lançado um livro sobre a Caravana ao Araguaia na Associação dos Funcionários Públicos, ali no centro da cidade, rua Carlos Gomes. Mais de 200 pessoas presentes, cerca de 50 homens invadem o local e mantêm todos presos. Resultado? 18 pessoas, inclusive Diva Santana indiciadas com base na Lei de Segurança Nacional. A busca continua, ainda infrutífera. Os 10 baianos que foram para a região de Araguaia continuam desaparecidos.

5.7.4 Operação Pajussara

Desde 2009, em Brotas de Macaúbas, o dia 17 de setembro é feriado municipal.

Neste dia, há mais de 40 anos, em 1971, Cirilo era covardemente assassinado, com três tiros pelas costas, ao se levantar, e "leva mais quatro tiros, todos de cima para baixo, de duas direções, de mais de uma arma militar", uma vez já caído ao chão, conforme informações do laudo 148262, do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, de Salvador. Zequinha morre com ele.

Cirilo é o Capitão Carlos Lamarca. Seu assassinato, sob uma árvore na localidade de Pintadas, na vizinha Ipupiara, é o desfecho da caçada promovida pelas forças da repressão, denominada Operação Pajussara, que foi deflagrada na madrugada do dia 28 de agosto do mesmo ano, quando Buriti Cristalino, pacato povoado nas serras do município de Brotas de Macaúbas, foi assaltado por tropas militares, sob o comando do major Nilton Cerqueira e a participação do delegado Sérgio Fleury.

José Campos Barreto, o Zequinha, ex-seminarista e muito querido ali no Buriti Cristalino onde se criou, tinha ido para São Paulo, trabalhar como operário no ABC quando conheceu Lamarca e acabou se aliando a ele. Quando o cerco da repressão se intensificou no Sul do país, o Buriti Cristalino surgiu como a opção para que Lamarca tentasse evitar cair.

A operação de transferência parecia estar transcorrendo sem problemas, mas uma infiltração de agente nas fileiras do MR8, organização em que Lamarca havia ingressado, acaba por levar ao desbaratamento da organização em Salvador. A sequência de quedas resultou no assassinato, em 20 de agosto, de Iara Iavelberg, companheira de Lamarca, que estava se deslocando para juntar-se a ele e na possibilidade de que fosse montada a caçada final ao capitão.

Apresentadas por muitos anos como suicídio pelos órgãos de repressão, tanto a morte de Iara quanto a de Santa Bárbara, já são claramente reconhecidas como assassinatos perpetrados por agentes do Estado. De acordo com os preceitos judeus, o corpo de Iara repousava em setor separado no Cemitério Israelita em São Paulo, destinado aos suicidas. Hoje, já está onde sempre teve direito a estar. A família de Luiz Antônio Santa Bárbara espera ainda pelo seu atestado de óbito, pois o único documento que lhe foi fornecido foi a guia de sepultamento. Diga-se que sepultamento realizado sob forte aparato, sem acompanhamento a não ser da família e sem missa de 7º dia. A de 30º dia foi rezada pelo ainda padre Albertino Carneiro, em uma atitude de coragem na afronta às autoridades locais, ao ser procurado pelo irmão de Luiz Antônio, como ele relata:

> "... o irmão de Santa Bárbara me perguntou assim, Zé Carlos: "Albertino, você soube que meu irmão morreu, não soube?" "Eu soube. E vocês não puderam nem enterrar na hora." "Nós pudemos enterrar, mas não podíamos dizer em Feira que estávamos enterrando ele, para o pessoal não ir ao cemitério. E agora nós queremos fazer a missa do trigésimo dia. Você tem coragem de celebrar essa missa?" Eu disse: "Tenho e vou." Ele disse: "Porque para mim, você, eu estou vendo aqui, dos padres que eu conheço é o único que eu tenho coragem de convidar. Porque sua vida parece com a de meu irmão". E celebrei a missa, convidado por José Carlos, irmão de Santa Bárbara, dizendo isso que a vida da gente parece a mesma luta dele, só que era diferente. Isso para mim é uma coisa que até hoje me emociona".

À conta da Operação Pajussara devem também ser debitadas as mortes de Nilda Carvalho Cunha e sua mãe Esmeralda Carvalho Cunha.

Nilda aos 17 anos foi presa em 19/08/1971 no cerco ao apartamento onde morreu Iara Iavelberg e levada para o quartel do Barbalho onde sofreu torturas. Foi liberada no início de novembro e morreu no dia 14. A causa de sua morte nunca foi conhecida. A responsabilidade do Estado pela sua morte foi reconhecida em 19/12/2007.

Esmeralda, após a morte da filha, a denunciava pelas ruas de Salvador, foi presa, ameaçada, encontrada morta, em 20/10/1972, em casa com um fio elétrico no pescoço, em um "suicídio" questionado pela filha. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, em 02/06/2006, reconheceu a responsabilidade da Ditadura pela sua morte.

Olderico Campos Barreto é irmão de Zequinha, lavrador em roça lá no Buriti, ao lado de seu pai, Sr. José Barreto, e seu irmão Otoniel. Hospedava em sua casa o professor Roberto, na verdade Luiz Antônio Santa Bárbara.

Ele conta quando o capitão chega:

> Lamarca, eu fui conhecer ele, no dia 28 de junho de 1971, quando ele ali chegou, no fundo da nossa roça no Boqueirão, que eu encontrei com ele, e Zequinha me pediu um local que ele pudesse acampar." Entre este dia e o de seu assassinato, Lamarca, sempre com Zequinha, teve seu acampamento mudado de lugar várias vezes, já que aquela era "uma área onde havia garimpo, onde havia caça, onde havia extração de madeira, uma área onde havia circulação de garimpeiros a procura de tudo" e segurança era fundamental. "Lamarca não era pra ser visto, por ninguém." Na verdade, "Era proibido falar a palavra Lamarca. Não podia.

O estudante feirense Luís Antônio Santa Bárbara, como afirma seu irmão Luiz Ernesto Santa Bárbara, "...assumiu essa postura de sujeito da história e enveredou por esse caminho de resistência ao regime militar." Este caminho ele começou a trilhar no movimento estudantil, no Colégio Municipal, onde foi presidente do Grêmio. O professor Roberto até hoje é lembrado no Buriti Cristalino. Ernesto relata que, quando esteve lá, com sua mãe, em 2001,

> ...uma coisa que me impressionou bastante é que a figura de Luiz Antônio para aqueles jovens - jovens na época lá, contemporâneos dele em Buriti Cristalino. Porque ele foi extremamente importante para a alfabetização dessas pessoas, desses jovens. A gente tem muito depoimento nesse sentido: como ele foi importante. Como as pessoas lá... os contemporâneos, eles ressaltam isso e colocam isso de forma muito positiva...

Olderico relata o dia 28 de agosto no Buriti Cristalino e o impacto dos acontecimentos em sua vida pode ser sentido na emoção que ele não consegue disfarçar, na dificuldade até de ordenar alguns episódios. Conta ele que é despertado por um primo que lhe avisa que o Buriti está ocupado, as duas saídas já bloqueadas. Ele chama seu irmão Otoniel mas nem tiveram tempo de combinar alguma estratégia porque a casa já estava cercada. A tropa havia chegado em silêncio, no intuito de surpreender.

A grande preocupação, então, passou a ser, àquela altura, conseguir fazer bastante barulho para que Zequinha e Lamarca fossem avisados e se deslocassem para mais longe. Por isso, Olderico deu um tiro com seu revólver, o que levou a represália imediata que resultou

em sua mão e seu rosto feridos. Os invasores estavam muito bem informados. A pergunta deles tanto à família quanto a outros moradores locais era: “Onde está Cirilo?”

Olderico, Otoniel e seu pai foram bastante maltratados e apanharam bastante à medida que negavam conhecer Cirilo. Quando os militares se concentraram em torno do pai deles, Otoniel tentou fugir e acabou fuzilado. A equipe retornou “dando risada: ’Tá vendo, a minha está lá, a minha está lá, a minha está lá’”, ou seja, divertindo-se com o assassinato.

À tarde, conta Olderico, chegam os helicópteros. O terror que esta operação promoveu naquele lugar foi tão profundo que o registro jornalístico de 40 anos depois identifica:

> O barulho dos helicópteros e a presença das metralhadoras ficaram na lembrança da população. A maioria tem medo até hoje. Quanto a Zequinha, não entendiam porque aquele rapaz de voz serena, que se juntava com amigos para tocar violão, acabou sendo caçado feito bicho.

Ernesto Santa Bárbara também se impressionou, em 2001 e, mais tarde, em 2009, com a dimensão do impacto das ações ali. “Eu percebi isso que muita gente tinha ainda..., muito receio apesar de estarmos há muito tempo da abertura, mas as pessoas tinham muito receio ainda..., muita resistência de comentar, de falar sobre os episódios que viveram - que vivenciaram - naquele período.”, ele relata.

A árvore sob a qual descansavam Lamarca e Zequinha quando seus assassinos os abordaram, ainda está lá. Por conta disto, o encerramento do serviço militar obrigatório do Tiro de Guerra de Feira de Santana passou a ter uma programação especial. Os jovens eram levados para Ibotirama, município próximo e, de lá, como conta Terezinha Menezes (Anexo 47 p. 660 a 664) “... para o local onde Lamarca foi assassinado, e todos eles faziam o juramento à bandeira e o juramento de perseguirem todos os comunistas, e davam um tiro na mesma árvore em que Lamarca foi assassinado.”

5.7.5 Quadro de mortos e desaparecidos baianos durante a ditadura

N°	Nome	N°	Nome
1	Aderbal Alves	17	José Lima Piauhi Dourado (1)
2	Antônio Carlos Monteiro Teixeira (1)	18	Luis Antônio Santa Bárbara (2)
3	Carlos Marighella	19	Mário Alves de Souza Vieira
4	Célio Augusto Guedes	20	Maurício Grabois (1)
5	Dermeval da Silva Pereira (1)	21	Nelson Lima Piauhy Dourado (1)
6	Dinaelza Santana Coqueiro (1)	22	Nilda Carvalho Cunha (2)
7	Dinalva Oliveira Teixeira (2)	23	Otoniel Campos Barreto (1)
8	Esmeraldina Carvalho Cunha (2)	24	Pedro Domiense de Oliveira
9	Inocêncio Pereira Alves	25	Péricles Gusmão Régis
10	Israel Tavares Roque	26	Rosalindo de Souza (1)
11	João Bispo de Jesus	27	Sérgio Landulfo Furtado
12	João Carlos Cavalcanti Reis	28	Stuart Edgar Angel Jones
13	João Leonardo da Silva Rocha	29	Uirassu Assis Batista (1)
14	Joel Vasconcelos Santos	30	Vandick Reidner Pereira Coqueiro (1)
15	Jorge Leal Gonçalves Pereira	31	Vitorino Alves Moitinho
16	José Campos Barreto (2)	32	Walter Ribeiro Novaes

Fonte: Lista cedida por José Carlos Zanetti Obs: (1) Araguaia (2) Op. Pajussara.

Informações sobre cada um deles se encontra no livro “Direito à Memória e à Verdade”e no Relatório da Comissão Nacional da Verdade que, em ficha (Anexo 48 p. 665 a 808), atualizou, sua história e podem ser consultadas no Arquivo Público Estadual e nas bibliotecas da UNEB e UEFS. Uma visão desse quadro mostra que metade dos mortos decorre de repressão no Araguaia e na Operação Pajussara. Os demais devem ser vistos cada um como caso exemplar.

5.7.6 Casos a investigar. O exemplo de Anísio Teixeira

Como se afirmou a lista dos mortos e desaparecidos baianos, pelos critérios até então utilizados, pode se considerar completa. Isto não significa que não existam casos que merecem investigação e podem ampliá-la. Destes, caso de grande significação seria esclarecer a suspeita na morte de Anísio Teixeira, dos mais destacados educadores brasileiros.

A CEV obteve do professor João Augusto Lima Rocha, o maior estudioso da vida e obra de Anísio Teixeira, acesso ao teor das investigações que vem realizando, juntamente com a família, para o esclarecimento dos fatos.

A versão propagada, à época, sobre a morte foi a de que Anísio Teixeira, em campanha para a Academia Brasileira de Letras, teria ido ao apartamento de Aurélio Buarque de Holanda para, como de praxe, solicitar o seu voto. Teria errado de andar e ao pretender pegar o elevador para descer ao 4º andar, este não estava no lugar e ele caíra no fosso. A visita seria no dia 11 de março de 1971 e o corpo foi encontrado em platô (meio metro acima do fosso) na tarde do dia 13.

As investigações feitas pelo professor João Augusto e constantes de Memorial apresentado à CNV em 06/11/2012[15] já permitiam questionar esta versão. Neste informou que, pessoalmente, recebera do governador Luiz Viana Filho, do escritor Afrânio Coutinho e, através da família, de Abgar Renault, informações que, no dia 12 de março, Anísio estava detido na Aeronáutica, para “averiguações”. Afrânio Coutinho vira a chegada do corpo de Anísio no necrotério, aliás com etiqueta de outro morto (militar suicida). Na época, a Aeronáutica era dirigida pelo brigadeiro João Paulo Bournier dos mais radicais “linha dura”. Além disso, o memorial informou que o genro de Anísio, logo após a descoberta do corpo, verificara todas as portas do elevador e nenhuma apresentou defeito.

Com o trabalho da CNV a investigação avançou. A família conseguiu acesso às fotos do corpo no fundo do elevador, e cópia do laudo do exame cadavérico.

A análise das fotos e plantas do espaço indicou a inconsistência da versão da queda. Sinteticamente, o corpo se encontrava em um “platô”, meio metro acima do fundo, no canto, ao lado de roldana e, parcialmente, embaixo de uma das vigas. Junto ao corpo, em pé, sua pasta de couro, uma carteira, colocada sobre uma das vigas e seus óculos, cuidadosamente depositados, com as lentes íntegras voltadas para cima. Uma portinhola dava acesso ao fundo do poço e por ela pode ter sido o corpo introduzido.

Anísio Teixeira, era antigo alvo dos conservadores. Após o golpe foi deposto (9 de maio de 1964), da Reitoria da Universidade Nacional de Brasília, submetido a IPM, aposentado compulsoriamente e passou cerca de dois anos trabalhando nos Estados Unidos e Chile.

[15] O memorial foi assinado por João Augusto de Lima Rocha, ex-deputado Haroldo Lima (sobrinho de Anísio) e Carlos Antônio Teixeira (filho de Anísio). Cópia do memorial se encontra no acervo da CEV.

Sua reentrada na cena política, com a praticamente certa eleição para a Academia, pode ter sido vista como inaceitável pela “linha dura”.

Os dados publicizados pelo prof. João Augusto, no dia 11 de março de 2016, em entrevista patrocinada pela CEV-BA e APUB, fundamentam o pedido de inclusão de Anísio Teixeira entre os baianos mortos pela Ditadura e o prosseguimento das investigações pela CEMDP – Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça.

O caso de Anísio Teixeira, é exemplo da necessidade de continuar as investigações para esclarecer as circunstâncias e motivações de mortes na ditadura militar. As mortes de advogados e ativistas rurais são, por exemplo, um espaço no qual as investigações devem ser aprofundadas.

5.8 Trabalho a concluir

Neste capítulo, tanto se oferece, uma visão relativamente abrangente sobre as vítimas da Ditadura Militar, quanto se tem uma ideia da dimensão do trabalho a ser feito. A análise dos processos de pedidos de anistia, o aprofundamento do estudo de repressão durante todo o período e em todo o Estado, aos sindicatos, movimentos sociais e igrejas, o esclarecimento das reais circunstâncias das mortes e desaparecimentos dos baianos são alguns exemplos. Ditado popular afirma que “pelo dedo se conhece o gigante”. Este capítulo aponta para a gigantesca máquina repressiva que tentou apequenar a cidadania.

CONFIDENC

CAPÍTULO 6

IGREJAS E DITADURA MILITAR NA BAHIA



CAPÍTULO 6

6 IGREJAS E DITADURA MILITAR NA BAHIA

O objetivo deste capítulo é revelar como as igrejas, na Bahia, interagiram com a Ditadura Militar, nela atuando como espaço de resistência ou colaboração: ora como objeto de repressão política, ora como seu agente. A perspectiva, da CEV-BA em função do mandato legalmente definido é a repressão política. Passados mais de 50 anos do Golpe de 1964 e 30 anos depois do fim da Ditadura Militar, consideramos necessário apresentar, inicialmente, os fatores que condicionavam a atuação das igrejas na época.

A seguir, trataremos da situação da Igreja Católica, de maior expressão no período, com dados por nós recolhidos sobre dioceses, e ênfase na de São Salvador para a qual contamos com acervo maior de dados e publicações.

Finalmente, abordaremos a situação das Igrejas Evangélicas apresentando sumariamente uma visão e alguns fatos da repressão sobre pessoas progressistas que nelas atuavam.

6.1 Fatores condicionantes

Para reconstituir a relação entre Igreja e Ditadura que levou à vigilância, perseguições explícitas e violações de direitos dos que atuavam em função de princípios religiosos, devemos considerar, previamente três fatores:

6.1.1 Dimensão e implantação das igrejas

No período da Ditadura Militar quando se falava em posição da Igreja falava-se da Igreja Católica, então amplamente majoritária no Brasil e na Bahia. De fato, os dados dos Censos de 1960 a 1991, mostram a seguinte situação:

Gráfico 1 – População residente, por religião – Brasil 1960/1970/1980/1991

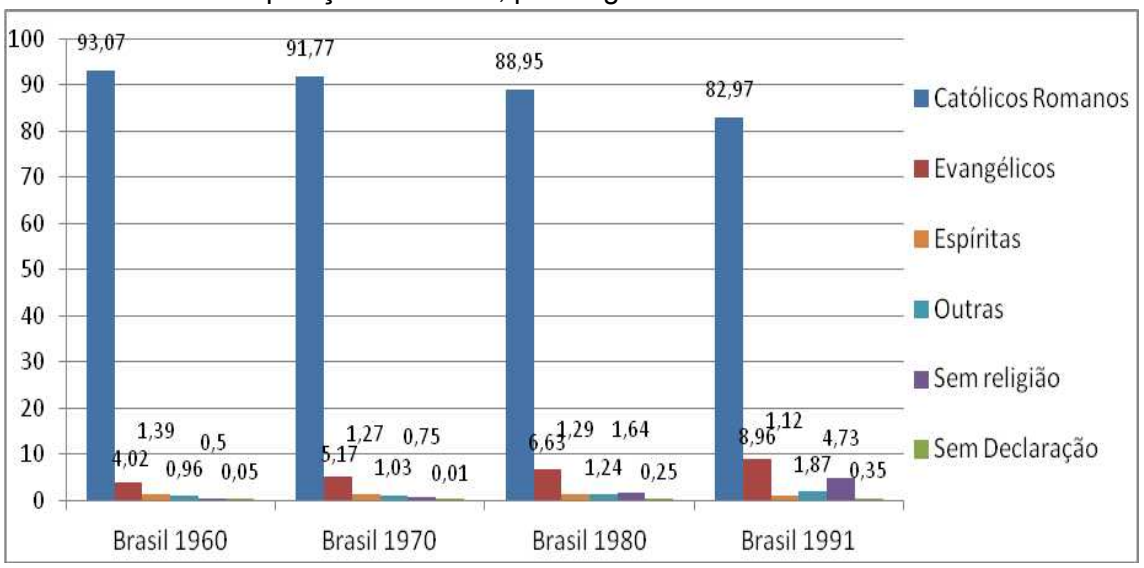
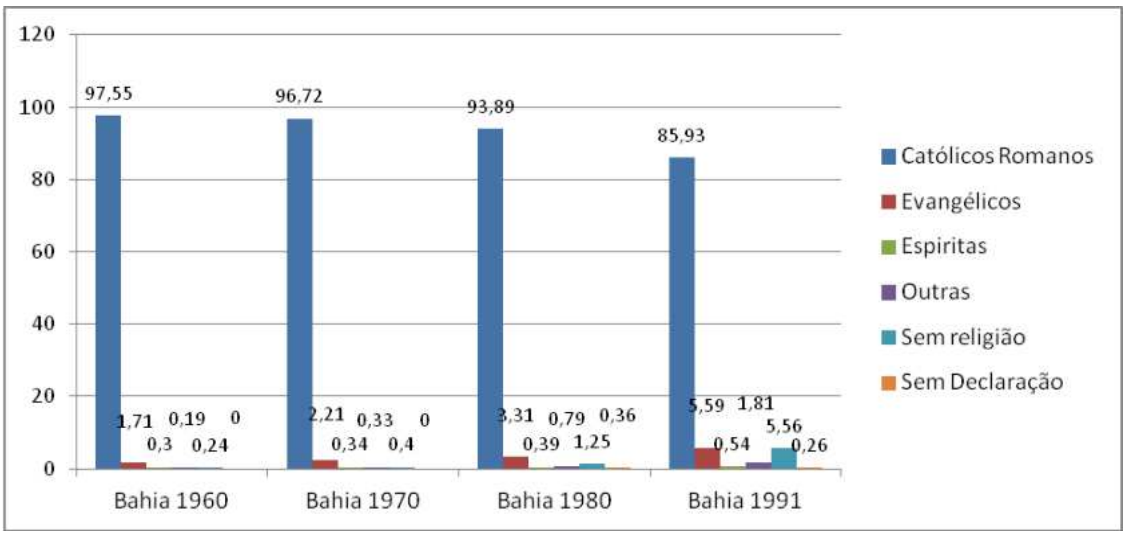


Tabela 1 – População residente, por religião – Brasil 1960/1970/1980/1991

Denominação Religiosa	Brasil 1960		Brasil 1970		Brasil 1980		Brasil 1991	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Católicos Romanos	65.329.520	93,07	85.472.022	91,77	105.861.113	88,95	121.812.760	82,97
Evangélicos	2.824.795	4,02	4.814.728	5,17	7.885.846	6,63	13.157.435	8,96
Espíritas	977.561	1,39	1.178.293	1,27	1.538.230	1,29	1.644.344	1,12
Outras	671.388	0,96	954.747	1,03	1.473.081	1,24	2.746.899	1,87
Sem religião	353.607	0,5	701.701	0,75	1.953.096	1,64	6.946.237	4,73
Sem Declaração	34.519	0,05	13.355	0,01	299.686	0,25	508.116	0,35
Total	70.191.370	100	93.134.846	100	119.011.052	100	146.815.791	100

Fonte: IBGE Censo Demográfico - Elaboração: SEI/ DIPEQ/ COPESP

Gráfico 2 – População residente, por religião – Bahia 1960/1970/1980/1991



Fonte: IBGE Censo Demográfico - Elaboração: SEI/ DIPEQ/ COPESP

Tabela 2 – População residente, por religião – Bahia 1960/1970/1980

Denominação Religiosa	Bahia 1960		Bahia 1970		Bahia 1980		Bahia 1991	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Católicos Romanos	5.773.972	97,55	7.247.661	96,72	8.877.995	93,89	10.198.014	85,93
Evangélicos	101.180	1,71	165.641	2,21	313.007	3,31	663.399	5,59
Espíritas	17.940	0,3	25.427	0,34	37.134	0,39	64.331	0,54
Outras	11.451	0,19	24.624	0,33	75.145	0,79	214.603	1,81
Sem religião	14.096	0,24	29.911	0,4	118.392	1,25	695.716	5,56
Sem Declaração	233	0	173	0	33.719	0,36	31.280	0,26
Total	5.918.872	100	7.493.437	100	9.455.392	100	11.867.344	100

Fonte: IBGE Censo Demográfico - Elaboração: SEI/ DIPEQ/ COPESP

Os que se apresentavam como católicos em 1960 eram 93,07 % no Brasil e 97,55 % na Bahia. Este percentual passa para 91,77% no Brasil e 96,72 % na Bahia em 1970; 88,95% e 93,89% em 1980 e 82,97% e 85,93% em 1991.

Os que se definiam como evangélicos eram no Brasil, 4,02% (1960); 5,17 % em (1970); 6,63% em (1980); e, 8,96 % em (1991). Na Bahia passaram de 1,71 % (1960) para 2,21% (1970), 3,31% (1980) e 5,59 % (1991). Ressaltamos, como símbolo do seu novo papel, que, a partir do Censo de 1970, passaram a ser denominados evangélicos.

Os que se apresentavam como outra religião representavam um pequeno percentual e os que se diziam sem religião ou não acreditavam em Deus não ultrapassaram 4,73% no Brasil e 5,56% na Bahia em todo período.

Esta realidade mostrava o peso das posições das igrejas cristãs quando tinham reconhecido o papel de "consciência moral" da sociedade e, ainda que enfrentando contradições internas, passaram a garantir espaço para movimentos sociais, defesa de direitos humanos e, muitas vezes, assumiram o papel de "voz para os que não tinham voz", no caso, abafada pela repressão.

6.1.2 "Guerra Fria" *versus* renovação nas igrejas

O segundo elemento importante a considerar é que a instalação da ditadura militar no Brasil coincide com o movimento de abertura das igrejas para a modernidade, os direitos humanos e o ecumenismo. Deste movimento, preparado nos anos posteriores à 2ª Guerra Mundial, foi expressão maior o Concílio Vaticano II (1962 – 1965) não se podendo esquecer fenômeno semelhante ocorrido nas igrejas evangélicas. Este movimento, que causava tensões internas entre "progressistas" e "conservadores" dentro das igrejas, levava a confrontos entre militantes religiosos e as forças conservadoras civis e militares, como as que assumiram o poder no Brasil, na ditadura militar.

Vivia-se no período da "Guerra Fria" onde os conservadores mobilizavam as populações e as igrejas, em nome da defesa da civilização Ocidental e Cristã, contra o Comunismo Ateu, que ameaçaria o mundo e o Brasil, e estava infiltrado "insidiosamente" em todos os setores da sociedade.

As lutas pelas reformas sociais, as posições "nacionalistas" e as mudanças comportamentais que ameaçariam a estrutura da sociedade, o alinhamento com o Ocidente (especialmente os Estados Unidos), a religião e a moral tradicionais eram, todas, vistas como expressões do comunismo a serem combatidas.

A reação à ameaça comunista, presente na cultura das igrejas e bem trabalhada pelos golpistas, levou multidões às ruas, antes e imediatamente após o golpe de 1964.

A posição da Igreja Católica e das denominações evangélicas será, no início, majoritariamente, de apoio à "Revolução Redentora". No primeiro momento, o apoio à "Revolução", coincide com um esforço no qual, em diversas doses, se combinavam o enquadramento, a repressão e a proteção dos seus membros "esquerdistas" atingidos pela repressão política.

À medida que o tempo passa e as denúncias das violações dos direitos humanos e a repressão aos movimentos sociais adquire maior amplitude e visibilidade, se estabelece um diálogo tenso e, muitas vezes, conflituoso entre o regime militar e as igrejas. Deve-se levar em conta, como na época se dizia, que o Exército e a Igreja Católica eram as únicas

organizações estruturadas e presentes em todo o território nacional. Aliás, o fato destas instituições terem estruturas diferentes, mais centralizada e hierarquizada no Exército e descentralizada na Igreja Católica, com dioceses, ordens e abadias, relativamente autônomas constitui-se num dos focos de estranhamento, inclusive na Bahia, na relação entre os militares e as igrejas, especialmente a Igreja Católica. Acrescenta-se que as denominações evangélicas incluíram todas as igrejas com diferentes posições.

Como este trabalho tem por foco as violações de direitos humanos praticados na Bahia e decorrentes da ação dos agentes da ditadura externos e internos às igrejas, não poderemos nos deter na apresentação e análise do quadro em que continua se desenrolando a "Guerra Fria" e as transformações das igrejas. A ele nos referiremos quando necessário na apresentação dos casos ocorridos na Bahia.

6.1.3 Modernização autoritária: um modelo de Urbanização e Industrialização

A modernização autoritária, realizada no período da ditadura militar, produziu impactos e grandes mudanças no elenco, estrutura e estilo das igrejas brasileiras.

No período, acelerou-se no Brasil o processo de urbanização. Em 1970, pela primeira vez, o Censo revelou que a população urbana (56%) superara a rural (44%). Ainda que no conceito de urbano se incluísse as sedes do município, algumas pequenas, essa foi uma tendência irreversível.

O modo como foi feita a urbanização (estimulada pela atração das grandes cidades e pela expulsão do campo, sem eficaz planejamento para inclusão dos imigrantes no tecido urbano), levou a uma ampliação das periferias urbanas. Nelas, com pouca estrutura e serviços públicos, se aglomeravam milhões de pessoas.

A Igreja Católica, distribuída em paróquias por todo o território nacional e, frequentemente, apoiada em valores vigentes nas paróquias, apesar de algumas experiências exitosas, teve dificuldades de ampliar e adaptar sua estrutura e discurso para atender as demandas, de acolhimento, pertencimento, protagonismo e espiritualidade, destas novas populações urbanas. Este será um dos fatores do crescimento das Igrejas evangélicas, especialmente das pentecostais.

O tipo de industrialização também colaborou para o crescimento da urbanização e o crescimento das periferias. Não apenas mudou a estrutura industrial e a composição de classe operária brasileira, como, em torno de centros e polos industriais, cresceram cidades nas quais populações foram atraídas para as periferias. Na Bahia, grandes exemplos serão as mudanças das cidades de Camaçari e Dias D'Ávila após a implementação do Polo Petroquímico na década de 1970 e de Simões Filho após o Centro Industrial de Aratu, na década de 1960. Na mudança e modernização subsequente teve também papel relevante a unificação da estrutura de comunicação, da qual resultou a implantação de redes nacionais de televisão e o surgimento da indústria cultural como um importante produtor de sentido (e difusor de valores) para a sociedade, enfraquecendo o circuito dominante anteriormente no qual interagiam intelectuais, professores, estudantes, circuito de jornalistas e religiosos de igrejas históricas ou tradicionais.

Ao tempo em que impulsionava estas mudanças no sentido de uma modernização capitalista, a ditadura militar procurava reprimir os partidos e movimentos que defendiam a

maior justiça social, os direitos dos opositores e pobres e, inclusive as mudanças comportamentais que questionavam os valores morais (e religiosos) tradicionais.

Nesta tarefa a ditadura militar enfrentará os religiosos “progressistas” e, muitas vezes, terá o apoio dos tradicionalistas ou que defendiam uma espiritualidade mais desencarnada (teoricamente alheia à política), assistencial ou individualista (ênfase na relação direta com Deus).

O conhecimento desses três grandes fatores de condicionamento nos permite, em 2015, compreender melhor como ocorreu, na Bahia, a ação da ditadura militar sobre as igrejas.

Na Igreja Católica, como já enunciado, concentraremos o trabalho na Arquidiocese de São Salvador.

6.2 Igreja Católica

6.2.1 Arquidiocese de Salvador - enquadramento

Antes da apresentação e análise dos casos, cabe uma visão geral sobre o poder do Arcebispo de Salvador e os fatos relacionados à repressão política com os quais interagiram no período.

6.2.2 Os bispos: poder, limites e conjunturas

Na época da ditadura militar, a Arquidiocese de São Salvador foi dirigida por três arcebispos D. Augusto Álvaro da Silva (1924 a 1968), D. Eugênio de Araújo Sales (1968-1971) e D. Avelar Brandão Vilela (1971-1986). A Arquidiocese de Salvador era a mais importante, por nela se localizar a Capital do Estado e por ser a Primaz do Brasil. Cabem aqui dois esclarecimentos:

O primeiro é que, no período anterior ao Concílio Vaticano II (1962-1965), os bispos eram vitalícios permanecendo no posto até a morte ou uma improvável renúncia. Quando estavam muito idosos e com dificuldades para poder exercer o cargo, era nomeado um Administrador Apostólico para gerir a Diocese que, em tese, continuava sob a direção do bispo. D. Augusto que teve atuação política importante em 1962 (apoiou Lomanto Junior contra Waldir Pires para governador) e alguma atuação em 1964, com 88 anos (nascera em 08 de abril de 1876, em Recife), não estava mais dirigindo efetivamente a Arquidiocese. D. Eugênio foi nomeado Administrador Apostólico em 1964, cargo no qual permaneceu até 29 de outubro de 1968, quando foi nomeado Arcebispo dirigindo a Arquidiocese de São Salvador até 13 de março de 1971. Recebeu nova nomeação de Arcebispo do Rio de Janeiro.

O segundo é que o título de Primaz não representa autoridade sobre os outros bispos. É um título que reconhece o fato de São Salvador ser a primeira Diocese implantada no Brasil. O cargo de Arcebispo e Primaz não permite determinar ou mudar política de outros bispos baianos. Seu poder era, ainda, limitado internamente pela autonomia do Mosteiro de São Bento e das Ordens Religiosas cuja atuação permitia na Diocese. Ainda assim, o cargo lhe fornecia base para liderança e influência na Bahia e no Brasil. Acresce que, usualmente, o Arcebispo de São Salvador era nomeado Cardeal que, se institucionalmente não é superior

aos bispos, participa do Colégio que elege o bispo de Roma (o Papa) e pode ter acesso privilegiado à administração (Cúria) do Vaticano.

A complexidade desta estrutura e das relações nela existentes se levava a incompreensão dos hierarquizados militares, também provocava a necessidade de administrar tensões entre lideranças religiosas, como as que, conforme se verá, ocorreu com o Mosteiro de São Bento em caso em que sua ação teria ultrapassado seus muros e com o CEAS (da Ordem Jesuíta) quando, em caso limite, poderia ser instado a sair da Diocese.

Além do período de encerramento formal da gestão de Dom Augusto na Arquidiocese de Salvador, a ditadura militar corresponde ao governo de dois Arcebispos. Cabe uma preliminar visão de eventos com implicações e intervenções dos mesmos.

6.2.3 Período de Dom Eugênio Salles

No período de Dom Eugênio Sales (1964-1971), ocorreram alguns fatos relevantes. Um é o caso dos padres franceses do Pilar onde a repressão à atividade subversiva misturava-se com acusações de roubo de alfaias para servi-la.

Outro foi a eclosão do movimento estudantil e sua repressão, especialmente entre 1967 e 1968. Desse movimento participaram muitos membros da Ação Católica.

É também o período marcado pelo impacto inicial das mudanças do Concílio Vaticano maximizada pela chegada em 1965 de Dom Timóteo Amoroso Anastácio como Abade do Mosteiro de São Bento que, se desde o início provoca reações conservadoras, mantém a função da sua Igreja como ponto de encontro da juventude católica e assiste as passeatas estudantis que passavam ao lado. A invasão policial do Mosteiro em 1968, após a repressão a uma destas passeatas, provocou impacto e repercussão nacional.

Acontecimento traumático foi o fechamento, que coube a Dom Eugênio implantar em Salvador, em novembro de 1966 pelos bispos do Brasil, da JUC – Juventude Universitária Católica, JEC – Juventude Estudantil Católica (secundaristas) e JIC – Juventude Independente Católica (jovens profissionais). A JAC (Juventude Agrária Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica), de menor atuação, foram poupadas. Mais de 40 anos depois cabe explicar a natureza da Ação Católica. Esta era uma organização oficial da Igreja e os membros da JUC, JEC e JIC recebiam um mandato dos bispos para representar a igreja nas áreas em que atuavam. Em momento no qual a posição da Igreja Católica não tinha ainda, majoritariamente, se definido contra a ditadura militar (ainda que condenando “excessos”), sob a pressão concomitante das denúncias de subversão e da radicalização crescente da sua juventude, os bispos decidiram retirar o mandato e se desresponsabilizar pelas ações políticas dos jovens militantes.

Desresponsabilização que foi vista como punição e repressão. Diante deste ato, em Salvador, vários jovens aprofundaram sua opção socialista, em grande parte na Ação Popular, alguns organizaram a publicação “Hoje no Mundo”. Como veremos documentos dela foram citados no processo contra Padre Camille Antonin Rolland. Outros, finalmente, concentraram suas atividades nas áreas profissionais (a participação, junto com outras forças, na criação da APUB- Associação dos Professores Universitários da Bahia, em 1968, e sua reativação em 78/79 será um exemplo) ou em organizações da igreja mais toleradas (MFC – Movimento Familiar Cristão será um exemplo). O Mosteiro de São Bento e o CEAS posteriormente, forneceram espaço para a atuação dos mesmos.

Também é no período que, após a decretação do Ato Institucional nº5 e do recrudescimento da repressão, ocorre em Salvador a prisão e a condenação à pena de morte de Theodomiro Romeiro dos Santos. Dom Eugênio lamentou que a igreja contribuísse discretamente pela representação do Arcebispo e veementemente pela fala do padre Capelão da Aeronáutica, para a identificação, como mártir, do sargento morto por Theodomiro Romeiro dos Santos.

6.2.4 Período de Dom Avelar (1971 – 1986)

Na maior parte do período da Ditadura Militar, a Arquidiocese de São Salvador será dirigida por Dom Avelar Brandão Vilela que assume em 25 de março de 1971 e a regeu até sua morte em 1986.

A Relação entre a Igreja Católica e a ditadura militar na Bahia não pode, assim, ser entendida sem a referência da ação de Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil. Definido e definindo-se como moderado, fazendo questão de se relacionar com todos os setores da sociedade, inclusive os militares, ele geria uma política pastoral que comportava a manifestação de todas as correntes e carismas da igreja e de sua Diocese, dentro dos amplos limites que fixava e mantinha. Procurando manter uma boa relação com as autoridades, ele intervinha decididamente para proteger membros de sua igreja quando ameaçados, e defendeu os direitos humanos dos perseguidos pela ditadura. Assim podemos dizer que, no seu período, as ações dos setores “progressistas” ou proféticos da Igreja Católica foram objeto de permanente vigilância dos militares mas que as maiores ameaças não se concretizaram em atos de explícita repressão, pela ação protetora do Cardeal.

Ainda que, em uma visão geral, no seu período, os fatos anteriores continuassem repercutindo, pode-se identificar vários eventos novos e relevantes para mostrar a ação da Igreja e a repressão sobre ela.

Dentre os acontecimentos que marcaram o seu período destacamos as ações e repressão sobre o CEAS, Centro de Estudos e Ação Social; e o Padre Renzo Rossi; a ação de Padre Paulo Tonnucci e a Pastoral da Periferia; a polêmica sobre o caso Theodomiro; a mobilização e a repressão aos movimentos pela anistia; a procura do Cardeal por vítimas da repressão da Ditadura.

Após esta breve apresentação, passamos à apresentação dos casos que consideramos mais reveladores do período.

6.2.5 Os alvos prioritários da repressão

Ao analisar a ação da Igreja Católica, nos baseamos, inclusive, na própria visão da repressão. Em 31/10/1979, o SNI ao analisar “as atividades de grupos religiosos”, apresenta sua consideração sobre o período. Identifica os principais líderes militantes, assim como o que, para esse órgão, representaria os principais locais de atuação do clero progressista e os principais líderes religiosos locais.

> A Igreja Católica vem se destacando pela intensa atuação de alguns de seus integrantes nos movimentos contestatórios, particularmente em Salvador, e nos problemas fundiários do interior do Estado.
>
> O Mosteiro de São Bento (Beneditinos) e a sede do CEAS são os dois principais locais de atuação do “Clero Progressista”. São frequentes

reuniões do TC-SAL (Trabalho Conjunto de Salvador) no Mosteiro de São Bento. O CEAS é o centro cultural de publicação do pensamento desse grupo; entidade fundada e mantida por Jesuítas, edita publicação bimestral abordando temas como: Direitos Humanos, Liberdades Democráticas, Melhores Condições de Vida, Movimento Operário, Socialismo, etc.

Alguns padres vêm atuando intensamente no interior do Estado, radicalizando as posições em torno do problema fundiário, que se constituiu numa das maiores preocupações das autoridades.

Os principais líderes religiosos locais são:

- D. AVELAR BRANDÃO VILLELA, Arcebispo da Arquidiocese de SALVADOR/BA; adota posição moderada e frequentemente indefinida, com referência aos movimentos contestatórios;

- D. TIMÓTEO AMOROSO ANASTÁCIO, Abade do Mosteiro de São Bento; ligado a D. Helder Câmara; é o principal líder religioso contestador do Estado; apoia e exerce grande influência nos movimentos contestatórios realizados em SALVADOR.

- RENZO ROSSI, Padre italiano do CEAS; atua de maneira idêntica a D. TIMÓTEO; fazia constantes visitas aos presos políticos na Penitenciária do Estado; executa intenso trabalho na comunidade de base de São Caetano.

- D. JOSÉ RODRIGUES, bispo de JUAZEIRO/BA muito atuante no meio rural em apoio aos posseiros e contra as iniciativas da CHESF. (Serviço Nacional de Informações – Agência de Salvador, INFORMAÇÃO Nº 0131/116/ASV/79)[16]

Assim, justifica-se que sem desprezar outros acontecimentos relevantes – o primeiro a ser apresentado é o caso dos padres franceses do Pilar – concentramos a análise nos que eram objetos de maior acompanhamento e vigilância.

6.3 Os padres franceses do Pilar

Na memória e no imaginário da resistência à ditadura na Bahia ocupa um espaço importante a ação dos quatro padres franceses do Pilar no período entre 1965 e 1970. O roubo (ou "desapropriação") do "tesouro do Pilar" com o objetivo de fornecer recursos para a luta contra a ditadura, como tema espetacular, abafado pela igreja e pela própria ditadura, nunca claramente explicado à opinião pública, teve três consequências: obscureceu a memória e compreensão do conjunto de atuação destes padres, deu origem a informes e especulações que aproximam o fato de uma lenda urbana e impactou decisivamente

[16] Os documentos anteriormente sigilosos da Ditadura foram obtidos pela CEV, diretamente no Arquivo Nacional através da contribuição dp professor Grimaldo Carneiro Zachariadhes, coordenador do Projeto Resgate da História que consta do mapeamento e coleta de documentações que ajuda a contar a história politica recente dos Estados do Nordeste sobretudo durante a Ditadura Civil Militar. O professor grimaldo obteve a documentação através do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional e toda a documentação que obtive ficara disponível na rede do Nucleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM) que o professor coordena. Todo o material reunido pela CEV como já indicado ficara a disposição no Arquivo Público Estadual.

sobre a opção social e religiosa dos padres. A reconstituição do que ocorreu com os padres franceses é importante para compreender a atuação da igreja e da ditadura nos momentos em que se defrontariam os ventos renovadores do Concílio Vaticano II e o regime militar recém instalado. Com base em entrevista realizada em 23.05.2015, com Jean Lacrevaz, um dos quatro, que, a época era o Pároco do Pilar, então aos 80 anos, casado e fora da instituição religiosa, como militante, procuramos reconstituir os fatos.

6.3.1 A chegada

Na França, a Comissão Episcopal de Missão Exterior para a América Latina encaminhou quatro padres para a Arquidiocese de Salvador. Atendia ao apelo do Papa João Paulo XXIII às dioceses da Europa para enviar padres para o Terceiro Mundo, ao impulso do Concílio Vaticano II e ao pedido de Dom Eugênio Sales, então Administrador Apostólico da Arquidiocese. Os padres foram: Camille Roland, Alfred Hervegruier, Jean Lacrevaz e Pierre Demoulier.

Os padres Jean e Camille, chegaram em 1965, Alfred e Pierre em 1966. Jean provinha da Sabóia, Diocese de Chamberlain.

Os padres franceses assumiram responsabilidades nas paróquias e na assistência à organização da Ação Católica.

6.3.2 O método de trabalho

O que será o motivo de sua atuação e a causa das preocupações dos militares será seu compromisso e método de trabalho. Utilizavam o método VER - JULGAR E AGIR da Ação Católica. Jean depõe:

> “Eles (os militares) não aceitavam o método da Ação Católica que se manteve na vida do povo”. E reafirma “o que vale da vivência cristã é a presença radical na realidade”, uma visão que apresenta como de uma teologia “secularista’.

Nessa perspectiva, além da sua atuação em várias frentes, transformaram a Igreja do Pilar em um espaço no qual se realizavam reuniões de padres e estudantes (“subversivas” ou públicas) hospedavam pessoas, discutiam a realidade. Os quatro tinham atuações em linhas diferentes.

6.3.3 Padre Camille Antonin Rolland – o primeiro atingido

Padre Camille era pároco no Cabula e assistente da ACO – Ação Católica Operária. Como pároco suas missas eram assistidas pelos militares do 19º BC, como assistente, trabalhava com os estivadores e fazia reuniões com eles no Pilar. Para os militares era “a presença mais perigosa [...] Camilo nunca foi extremista, mas trabalhava com estivadores, (para os militares) era extremista”. A polícia chegou para prendê-lo e chegou a ficar detido por algumas horas, na Polícia Federal. Dom Eugênio intercedeu e o encaminhou a uma paróquia no campo (interior do Estado), como era muito amigo de padre Sadock, buscou aconselhar-se, mas foi advertido que ele devia ser vigário na roça. Considerando-se expulso do seu trabalho, Camilo voltou para a França em 1969.

Para o Padre Jean, nosso entrevistado, o incidente de detenção pelas atividades no porto de Salvador se encerrara. Na verdade, os documentos por nós levantados mostram que o

inquérito iniciado pelo Ministério da Marinha continuou. Mesmo sabendo que o mesmo se encontrava fora do Brasil, os órgãos de repressão insistiram no objetivo de expulsar do país quem já estava, há muito, fora dele.

A análise sumária do processo nos permite duas conclusões:

- A primeira, identificar o que era considerado subversivo (a distribuição de panfletos "nitidamente comunizantes e recrutando estivadores, marítimos e estudantes para reuniões na Igreja de Santa Luzia do Pilar em Salvador – Bahia, na tentativa maléfica de contaminá-lo com suas ideias, contrárias aos princípios revolucionários". (Defesa em Anexo 49 p. 809 a 812).

- A segunda, a intervenção de Dom Avelar para encerrar o caso. Em ofício no qual fornece informações sobre o padre, afirma que ele era, então, encarregado de dar assistência pastoral aos portuários de Salvador, e acrescenta, de seu próprio punho que nem a Arquidiocese nem ele desejavam o seu retorno ao Brasil. (Anexo 50 p. 813)

6.3.4 Padre Alfredo – o segundo a sair do Brasil

O Padre Alfredo que era Pároco do Tororó e assistente da JIC – Juventude Independente Católica, que reunia jovens profissionais, a maioria oriunda da Juventude Universitária Católica, tinha ligações "com a clandestinidade. Após a queda do espaço no Pilar, deixou a paróquia e o sacerdócio, em 1970, passou à clandestinidade, no Rio de Janeiro, onde, diante do clima de perseguição, conseguiu sair do Brasil e voltar para a França, onde vive até o momento do relatório.

6.3.5 O itinerário de Padre Jean

6.3.5.1 Assistente Estudantil

Padre Jean, o então entrevistado, era Pároco do Pilar e dava assistência à JEC – Juventude Estudantil Católica que reunia jovens secundaristas. Na sua atuação entre os secundaristas não sentiu, pessoalmente, muitas pressões dos agentes da ditadura. Utilizava o espaço do Colégio Santa Bernadete, na Cidade Baixa, que era um Centro de "Renovação". Não assumia o trabalho com "a clandestinidade". Depondo em 2015, afirmou:

> "recusei a entrar na clandestinidade porque achava que através da clandestinidade era impossível ter uma presença junto ao povo. A ousadia que fiz foi (auxiliar) a organização dos estudantes secundaristas".

A mais importante, foi mais ou menos em 1968.

> "Pediram para fazer um encontro das Coordenações da Bahia. Entre 100 e 120 estudantes se reuniram, no Pilar, das 21 horas até as 4 da manhã".

Veremos como, com o roubo do tesouro, sofreu o maior impacto.

6.3.5.2 O Roubo do Tesouro do Pilar

"Foi roubado pela clandestinidade. [...] Tesouro saiu nas mãos da clandestinidade". O tesouro ficava guardado em uma arca. Pessoalmente não tem condições de descrever o seu conteúdo além de saber que eram objetos sacros, "prataria".

> Nunca vi o tesouro. [...] Abrir o tesouro era uma estratégia da irmandade. Tinha um conjunto de pessoas cada uma com uma chave diferente. Quando abriam era um acontecimento. [...] Quando a Irmandade descobriu ficou louca. [...] Foi um trabalho planejado pela clandestinidade: 'teve de fazer um conjunto de segundas chaves.

Na época, não estava permanente no Pilar, ainda que continuasse como pároco e frequentando a Igreja. Acredita até, que pode ter visto a retirada do tesouro

> "Eu vi o carro que levou o tesouro. [...] Não imaginei nada" (na época).
>
> O dia em que, como vigário, "soube que o tesouro do Pilar sumiu foi muito chato, caí das nuvens" e, depois, "tentei entender o que se passou".
>
> "Alguns pensavam que eu tinha roubado. Haviam coisas que criavam suspeitas sobre mim". Era o Pároco. A Igreja do Pilar é a da devoção a Santa Luzia e "tinha uma joia no nicho (e imagem) dela". A Irmandade descobriu que ela tinha sumido. "Camilo não estava mais aqui, Padre Paulo vivia em São Cristóvão. Os que pegaram o tesouro procuraram vender as peças. A polícia se meteu no assunto. O cara que recebeu abriu o jogo com a polícia".

Pessoalmente, tentou investigar o assunto. Chegou a ter "dúvidas sobre o pároco anterior". Perguntado, admitiu a possibilidade da intervenção de Padre Alfredo que poderia considerar que o tesouro devia servir ao bem do povo brasileiro. Suas intervenções foram suspensas a partir de conversa, em um encontro, com Pe. François D'Epinet, Coordenador dos padres franceses no Brasil, que teria dito:

> "você pode abrir os olhos, não vai procurar outra pessoa".

A investigação foi paralisada.

> "Acredito que D. Eugênio bloqueou tudo com a polícia secreta. Fizeram tudo para abafar a história. Do ponto de vista da instituição, da Igreja, era uma coisa suja que só podia prejudicar a instituição. O cara que acolheu o tesouro foi o primeiro a calar a boca". Acredita que "uma parte (do tesouro) foi recuperada".

Jean pediu desligamento da Paróquia em 31/12/1969 e afastou-se da função de padre.

> "Achava que não tinha sentido diante da situação popular" (que) a religião não era o meio de chegar ao povo, trabalhar (com o povo), na situação em que vivia. O assunto era "viver dentro da realidade do povo".

Continuou um tempo como orientador educacional e depois foi executar projeto de educação com os trabalhadores da zona do Cacau onde a repressão política o levará a decidir sair do Brasil. Falaremos desta experiência adiante. Ainda sobre o tesouro vale acrescentar que, quando foi forçado a sair de Itabuna e voltar a Salvador,

> "D. Avelar, que já assumira a Arquidiocese, me chamou um dia, em junho de 1971, para perguntar o que sabia sobre o assunto".

6.3.5.3 Com os trabalhadores de cacau – vetado pela ditadura

Na época, no Jornal da Bahia, surgiram várias matérias "falando dos trabalhadores do cacau expulsos pelos fazendeiros" pela baixa do preço do cacau. "Grupo de

desempregados andavam pelas estradas". "De tanto ver isto decidi ir para a zona de cacau". Lá, após três meses de pesquisa fiz proposta de treinamento (dos trabalhadores para o setor de treinamento da CEPLAC). Toparam e fiz dois treinamentos. Um treinamento experimental, com todo mundo sentado no chão; diferente do tradicional que a CEPLAC fazia. Nenhum agrônomo devia fazer discurso na cara do "analfabeto". Depois do segundo relatório, a CEPLAC oficializou este método de treinamento.

"A polícia secreta apareceu soube e mandou dois telegramas pedindo (seu) afastamento". Ubaldino, Coordenador de Extensão da CEPLAC, mostrou o primeiro telegrama e disse: o jeito é fazer de conta que não recebemos. Oito dias depois chegou o segundo telegrama, com a ameaça "se você não tomar providências, nós tomamos".

Na região cacaueira enfrentou algum "estranhamento" na Igreja. Em Itabuna, Pe. Almir, o acolheu em casa. D. Walfredo Tepe, nomeado do Bispo de Itabuna, e a quem ele (Jean) foi visitá-lo, não teria gostado dele ter sido acolhido na casa do padre. "Saí porque quebraram o trabalho na CEPLAC".

Voltou para Salvador. Ficou na casa de uma amiga: (Lourdes Lima). Aqui lhe disseram que "como você está visado pela polícia, você não vai fazer nada". Assim deixou o Brasil. Entre retornos à França, trabalhou contratado pelo bispo de Riobamba no Equador, com índios trabalhadores rurais e, em Bangladesh, por cerca de cinco anos (1976-1981) com agricultores.

Encontrou na França e se apaixonou por brasileira, antiga militante da JUC, com quem casou; retornou ao Brasil em 1983, e definitivamente em 1985, sempre trabalhando no apoio a camponeses e agricultores. Não teria sofrido nenhuma repressão política após a sua volta.

6.3.6 Padre Pedro Paulo – Militares e Igreja rejeitaram Padre Operário

Padre Pierre Demoulière (Pedro Paulo) vem ao Brasil, atendendo o mesmo apelo do Vaticano, mas com um diferencial, pretendia ser um "padre operário", experiência que, em todo o mundo, provocou grandes controvérsias até seu abandono pela Igreja Católica. O depoimento sobre sua vida é importante elemento na reconstrução das pressões e contra pressões dentro da Igreja e sobre ela no período da ditadura militar.

Pierre Demoulière chega no Brasil pela primeira vez em 27 de julho de 1966, aos 34 anos, com destino a Salvador, onde cumpriria um contrato de cinco anos da diocese de Dom Eugênio Sales, através do "comitê" de intercâmbio França – América Latina, CEFAL.

Sobre sua adaptação no Brasil, os novos costumes e modos de ser do povo e da igreja, Demoulière chamou a atenção, em livro O Submisso Liberta-se, sobre o fato de debaterem o evangelho em pequenos grupos, na linha da igreja progressista, e cita Dom Helder Câmara. O qual, segundo ele, "não tinha medo de denunciar as injustiças" e ficava "do lado do povo sofredor e dos marginalizados", enquanto muitos outros, por outro lado, apoiavam a "ditadura militar para combater o comunismo e 'salvar as almas'".

Porém, mesmo esse apoio dado à ditadura por alguns bispos, não os impedia de darem "cobertura a pessoas engajadas na libertação", como padres italianos em Salvador que deram cobertura a estudantes que tinham fugido do Rio de Janeiro; o trabalho progressista do MEB (Movimento de Educação de Base) pelo Nordeste; o Abade beneditino que "abriu as portas do convento para proteger estudantes perseguidos" (Demoulière, p. 34); e a Igreja

do Pilar que abrigou clandestinamente o congresso regional da União Nacional dos Estudantes, “fornecendo dormida, comida e espaço para os debates” (Demoulière, p. 38), Igreja essa que também acolheu outras reuniões de operários, tendo ficado por esses motivos, sob suspeita para a polícia militar, o que levou a necessidade do Padre Camille Antonin Rolland voltar para a França, padre Jean ir para a região do cacau e padre Alfredo se esconder “no Sul antes de voltar para a França”.

Pe. Demoulière fala de muitas “aventuras” que enveredou para ajudar o povo a libertar-se:

> receber estudantes do Sul depois do congresso nacional da UNE no Rio – esconder gente da oposição organizada em partido, escrever e vender boletins de protesto, organizar o sindicato clandestino dos operários do Polo petroquímico, organizar cursos profissionalizantes para dar ao mesmo tempo formação sindical.

O grupo “Moisés” – menção à forma como Moisés livrou o povo da escravidão do Egito - do qual participou Dom Timóteo, Abade Beneditino e pessoas da Igreja católica participaram dessas lutas.

Pe. Pierre chegou a trabalhar no Polo Petroquímico de Camaçari na montagem da Tibras (fábrica de dióxido de titânio). Neste momento fundou junto com outros operários uma associação, tipo sindicato, chamada ASPETRO, que depois se tornou o SINDIQUÍMICA, organizado essencialmente por militantes do PC (Partido Comunista).

Dentre os operários com os quais conviveu, um caso importante para ser mencionado é o de Pimentel, por ressaltar a participação dos terreiros de Candomblé na resistência contra a ditadura, que no caso dele, serviu para acolhê-lo no momento que precisava esconder-se dos militares.

> Antes de completar dois anos de trabalho no canteiro de obras da Tibras, o bispo D. Eugênio chamou-o para avisar sobre a proibição do governo sobre a existência de padres operários no país e sua nomeação para a paróquia de Itapicuru, perto de Sergipe. Contrariando a convocação, Demoulière responde que iria continuar trabalhando: “Sr. Bispo, seus motivos são políticos, enquanto meus motivos são humanitários e evangélicos; não lhe obedeço e continuo trabalhando”.

Esse ato ele descreve como o primeiro ato de libertação “da pesada estrutura da igreja” (Demoulière, p. 39).

Esse ato de desobediência retirou-lhe “todos os poderes sacerdotais” segundo carta emitida por D. Eugênio para ele e para todas as paróquias da Diocese, o que não o impediu de continuar seu trabalho como religioso, andando de cavalos emprestados por amigos, até aldeias mais afastadas e pobres.

Passado dois anos “que não estava mais aceito como padre na Diocese”, em 1973, Pe. Pierre decide ir para a França passar um ano. Lá seus poderes sacerdotais foram restabelecidos, mas a vontade de voltar ao Brasil continuava. Porém, não foi aceito para a reintegração à diocese pelo novo bispo, D. Avelar.

Assim, no Brasil, seu trabalho foi, durante o dia, na Paskim, perto de Candeias, e à noite ministrava com outros amigos, “cursos profissionalizantes em quatro ou cinco bairros para capacitar operários para trabalhar no polo petroquímico”, junto com a proposta da formação de uma consciência sindical.

Em 1979 Demoulière casa-se com Maria, e continua a trabalhar no polo petroquímico e a dedicar-se à formação do sindicato dos operários deste setor. Mais tarde, já aos 60 anos de idade e com dificuldade de encontrar emprego, decide trabalhar por conta própria como taxista e guia turístico em seu táxi (táxi-tour). Neste trabalho conhece um padre "médico do mundo", padre François, e através dele, Luiz, um homem que descobriram juntos na busca de meninos em situação de rua, com os quais gostaria de desenvolver trabalho. A pedido do padre François, Demoulière acompanha o trabalho de Luiz junto a esses meninos, uma vez que não estava mais comprometido com a formação sindical.

Em 2003, próximo ao final de sua vida, Pierre com problemas de retina, deixa de trabalhar, começando uma nova etapa do que ele chamou de libertação: escrever, e como coloca em suas palavras

> não devo tanto confiar no pensamento dos outros lendo, mas sim pensar mais por mim mesmo. É uma outra libertação: formular seu próprio pensamento. (Demoulière, p. 48).

Dos quatro Padres Franceses que vieram ao Brasil trazidos pelos ventos do Concílio Vaticano II nenhum se manteve no exercício sacerdotal.

6.4 Dom Timóteo e o Mosteiro de São Bento

Na ditadura militar, o Mosteiro de São Bento foi um espaço da liberdade para reflexões e reuniões. E Dom Timóteo exercia um papel de inspiração e liderança em dois níveis. No primeiro, o religioso, implantando e traduzindo as diretrizes do Concílio Vaticano II, na liturgia e no diálogo tanto ecumênico, (entre denominações cristãs); quanto inter-religioso (no caso com o Candomblé). Isto sem falar do essencial – o testemunho de sua espiritualidade. No segundo, mantendo e desenvolvendo o Mosteiro como espaço de reunião e planejamento de setores progressistas.

Vale apresentar resumidamente, Dom Timóteo que, como vimos, a repressão considerava o maior líder contestador.

Nascido em Minas, (12/07/1910), como Luiz Antônio, advogado (1933), casado e após pouco mais de três anos de casamento, viúvo (01/09/1938), ingressou no Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro em 11/07/1941 e foi ordenado sacerdote em 26/12/1946, quando passou a ser chamado de Dom Timóteo Amoroso Anastácio.

No Rio de Janeiro, trabalhou com Dom Helder Câmara na área da Renovação Litúrgica quando este estava organizando a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nos anos cinquenta, época em que teria descoberto a dimensão coletiva da caridade, do amor e a injustiça presente nas estruturas da sociedade, o que, acrescentemos, na década de 1960, chamávamos do pecado estrutural ou social. Participava do grupo que, com Dom Helder, preparava e acompanhava as sessões do Concílio Vaticano II.

Foi eleito Abade do Mosteiro de São Bento da Bahia (nominalmente é o de São Sebastião), o primeiro Mosteiro Beneditino das Américas, em 31 de agosto e recebido, com benção abacial em 19 de setembro de 1965. Aqui encontrou outra figura emblemática, Dom Jerônimo de Sá Cavalcante que, para ele, teria começado a abrir o São Bento para os oprimidos. Dom Jerônimo era celebrante da Missa das18 horas, no domingo. A missa, que

reunia a juventude da Ação Católica, era momento de encontro e reafirmação de posições que as homilias de Dom Jerônimo respaldavam.

6.4.1 Diálogo com o Candomblé e a Missa do Morro

O impacto da ação de Dom Timóteo começa logo após sua chegada e ocorrerá na área religiosa e cultural. Seguindo orientação do Concílio Vaticano para aproximação com outras religiões e através de Vivaldo Costa Lima, professor de Antropologia da UFBA, Dom Timóteo aproximou-se do Candomblé. Essa aproximação também se deu através da amizade estabelecida dentre outras com a Yalorixá Olga de Alaketu. É útil lembrar que só em 1975, no governo de Roberto Santos, os Terreiros de Candomblé deixaram de ser obrigados a se registrar na Secretaria de Segurança Pública (Delegacia de Jogos e Costumes).

Em 11/12/1965, três dias depois do encerramento oficial do Concílio, Dom Timóteo celebrou no Mosteiro de São Bento a Missa do Morro. Criada por Dom Domingo Sanchis, beneditino francês, radicado no Brasil, utilizava pandeiros, atabaques, berimbau e combinava músicas explicitamente religiosas com populares (samba). A reação contrária dos tradicionalistas foi grande, rendeu polêmica nos jornais e, até, a vinda do Núncio Apostólico (representante do governo do Vaticano no Brasil) para investigar (e não encontrar) a “heresia”.

6.4.2 Repressão à encenação de peça

Quando, em meados de 1966, o Diretor do Central, Walter Reuter proibiu a exibição da Peça estudantil “Aventuras e Desventuras de um estudante”, Dom Timóteo abriu “as portas da hospitalidade beneditina” para que a encenassem no Mosteiro. O diretor o atacou em Carta Aberta, a 6ª Região Militar insinuou publicamente que teria de invadir o Mosteiro caso ocorresse algum distúrbio. Era fato político que ultrapassaria os muros do Mosteiro e Dom Eugênio Salles pressionou Dom Timóteo para suspender as apresentações. D. Timóteo anunciou que o fazia atendendo a pedido do apreensivo Dom Eugênio e que o espetáculo estava suspenso até que se “levante a opressão que baixa sobre nosso país” (OLIVEIRA, 2009,77).

No Capítulo 4 deste relatório o caso e sua significação são apresentados mais detalhadamente.

6.4.3 A invasão do mosteiro por policiais

É momento culminante de repressão. Era o dia 8 de agosto de 1968, dia de mais uma das passeatas e manifestações estudantis que vinham acontecendo no centro da cidade de Salvador, especialmente depois da morte do estudante Edson Luiz no Rio de Janeiro. Naquele dia, a repressão se preparou com grande contingente e ocupou a Praça Municipal, local originalmente definido para a concentração final dos estudantes. A alternativa de concentrar-se na Praça Castro Alves acabou levando ao confronto com guardas que estavam lá. Acuados por tropas policiais que atiravam para cima, estudantes concentraram-se no adro da basílica abacial e, naturalmente gritavam. Era final de manhã e a igreja estava fechada. O abade, que estava adoentado, foi alertado e, mesmo com dificuldade, veio, acompanhado de outro monge, abriu a porta principal para acolhê-los e instruiu o monge para conduzi-los para dentro, para que pudessem fugir pelos fundos, pela rua do Paraíso. E o próprio D. Timóteo relata, em entrevista:

> "E aí eu fiquei no centro do portal e eles, assim com armas, querendo entrar. Eu disse: 'Não posso permitir. Vocês têm algum mandado policial para entrar aqui? Porque eu nem invoco a natureza de templo religioso, mas domicílio civil'. Aí, um tenente disse assim: 'mas que mandado judicial? O senhor está dando abrigo a vagabundos que estão fazendo encrencas na rua e tumultuando...' E eu fiquei assim conversando com ele para dar tempo". (Tavares, 1995, p. 228)

É então que, como afirma Jean Lacrevaz, "O confronto de uma autoridade moral e espiritual com as forças da ditadura revelou uma alta dose de coragem". (Carvalho Neto, 1996, p. 55). Gentil e firme, aquele homem adoentado e aparentemente fraco utilizou inclusive seus conhecimentos jurídicos, alongando conversa enquanto dava tempo para os refugiados saírem. E aqui se revela, também, um segundo confronto. As portas do Mosteiro foram abertas para abrigar estudantes de ambos os sexos. Estes são encaminhados para o refúgio da clausura nas celas dos monges, onde não era permitido a mulheres entrar.

A situação já parecia controlada quando se ouviu, no claustro, um tiro nunca esclarecido. O que provocou a invasão de soldados, os quais prenderam estudantes que não haviam ainda saído. Conta D. Timóteo: "Os soldados então começaram a expulsá-los do Mosteiro. [...] e os policiais civis e alguns militares se postaram ao longo da escadaria e iam fazendo o que eles chamam de 'corredor polonês'. E os meninos rolando..." (Tavares, 1995, p. 228, 229). A polícia manteve o cerco ao convento até o dia seguinte e mais uma vez o destemor do abade: exigiu o direito de sair e ir à Secretaria de Segurança protestar contra a situação e exigir a soltura dos estudantes que ali estavam.

Para se entender a magnitude do acolhimento de moças na clausura do São Bento, deve-se recordar que poderia significar a infração da Lei Canônica pois, conforme lembra Jean Lacrevaz, então monge e, depois, casado e teólogo, "a clausura monástica masculina proíbe absolutamente a entrada em seu recinto de qualquer mulher, sem distinção de idade" (CARVALHO NETO, 1996, p. 55). Velho monge doente chamou Dom Timóteo à sua cela e lhe entregou, chorando, uma Carta de Renúncia que o Abade deveria enviar ao Papa.

Dom Timóteo lhe respondeu citando as regras do fundador, o próprio São Bento, sobre o respeito aos hóspedes e a primazia da vida.

6.4.4 A reação à expulsão do Pe. Joseph Comblin e a criação do Grupo Moisés

Sacramentados como líder e referência, Dom Timóteo e o Mosteiro protagonizaram vários outros momentos de enfrentamento com a repressão.

O pronunciamento na Sexta-feira Santa de 1977, contra a expulsão do país do Padre Comblin foi um destes momentos, a partir do qual se terá organizado o "Grupo Moisés" (o nome era referência à condução na travessia do deserto) que se reunia especialmente no Mosteiro de São Bento e no CEAS.

Além de Dom Timóteo, contava com padres de ordem jesuíta e do CEAS (Pe. Cláudio Perani, Pe. Confa, Pe. Andrés), padres de ação na periferia (Paulo Tonnucci, Pe. Renzo) e leigos em grande parte ligados ao CEAS (Isa Muniz, José Crisóstomo, Joviniano Neto, dentre outros). Era um centro informal, mas efetivo de articulação e, se sua existência não

parece ter sido detectada pela repressão, cada um dos membros apareceu nos seus informes.

6.4.5 Documento “Eu ouvi os clamores de meu povo”

Foi documento de grande repercussão nacional e internacional. Foi lançado em um domingo, 06 de maio de 1973 (Dia do 25º Aniversário da Declaração dos Direitos Universais, da ONU), em cerimônia com a presença de padres, comunidades de periferia e leigos. Foi assinado por 16 bispos do Nordeste, os provinciais dos Jesuítas de Salvador (Pe. Tarcísio Botturi) e o de Recife (Pe. Hindenburg Santana). Dom Timóteo o assinou. Dom Avelar, não o fez. No mesmo dia, os bispos do Centro Oeste, lançaram o documento. “Marginalização de um povo”. O documento do Nordeste teve maior repercussão, decorrente de uma articulação que driblou a repressão. O documento foi publicado no exterior, na França e nos Estados Unidos no mesmo dia.

A preparação foi feita por dois grupos – em Recife e no CEAS em Salvador. Sua impressão devia ser feita em segredo dentro do Mosteiro de São Bento (Editora Beneditina), mas um infiltrado o levou à 6ª Região Militar, onde foi visto na véspera. Parte dos impressos, por garantia contra interferência no lançamento público, foi levado para o Pastor Celso Dourado, de que ainda falaremos, para guardar no Colégio 2 de Julho.

Representa um documento histórico de resistência ao regime militar. Como fundamentação desse manifesto, foram utilizados dados do Censo de 1970 e ideias contestatórias em relação à desigualdade socioeconômica, “milagre brasileiro” e violação dos direitos humanos. O documento que trazia profunda denúncia do regime militar dizia:

> “A inviolabilidade do lar, o habeas Corpus, o sigilo da correspondência, as liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento, são direitos que foram subtraídos ao povo. A liberdade sindical e o direito de greve foram arrebatados à classe operária. Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos é excedida por atos de violência ainda maior. O terrorismo oficial (grifo meu) instituiu o controle através da espionagem interna e da polícia secreta recorrendo com frequência à tortura e ao assassinato”. (ZACHARIADHES, 2010)

Alertada, a censura, proibiu, já no dia 2 de maio, a referência ao documento a ser lançado. Publicado, os conservadores o denunciaram pelos jornais.

D. Avelar, posteriormente, publicou nota em fim de agosto afirmando que o documento manifestava “uma opção religiosa que envolve aspecto de natureza política e social” e que fazia denúncias graves que deveriam ser examinadas “desapaixonadamente”. Procurando distanciar-se, registrou “não aceito o documento como diretriz de Pastoral Social em minha Arquidiocese”. Dom Avelar, diante das manifestações de conservadores, encaminhou carta para o Comandante da 6ª Região Militar que expressou seu descontentamento pela incompreensão da Nota que respondia questionamentos sobre a impressão em tipografia católica em Salvador (o que revelou o desconhecimento pelos militares da autonomia do Mosteiro). Nessa mesma nota, reafirmou sua discordância com a radicalidade do documento. Em decorrência a esse conflito, foi suspensa a entrega do Título de Cidadão baiano a Dom Avelar. O referido Cardeal se sentiu humilhado e decidiu não participar das

manifestações cívicas representativas às comemorações da Independência do Brasil, ainda que mantendo sua disposição de diálogo com as autoridades.

6.4.6 Outros papéis e intervenções

Na história de Dom Timóteo e do Mosteiro de São Bento há muitos outros momentos em que atuou como espaço de reunião dos progressistas e defesa das vítimas e atingidos pela repressão – a intervenção que, a partir de Salvador, garantirá a vida de Haroldo Lima quando estava sendo torturado em São Paulo; o apoio à criação (1978) de Comitê Brasileiro de Anistia – Núcleo da Bahia; o espaço, no fim dos anos 70, para as reuniões de Trabalho Conjunto de Salvador que reunia entidades profissionais e estudantis, organizações comunitárias, personalidades políticas e religiosas; a Missa pelos Mortos e desaparecidos no Congresso Nacional de Anistia (Salvador, 1979) a repercussão dada por Dom Timóteo à descoberta da Vala Clandestina no Cemitério de Perus em 1990 (São Paulo).

Como estamos tratando das perseguições de conservadores, civis e militares a lideranças religiosas, cabem ainda duas observações.

A primeira, quanto à renúncia de Dom Timóteo, em 1981, ao posto de Abade. Uma liderança religiosa pode desempenhar três papéis: o de sacerdote que celebra os ritos,encaminha a Deus os sacrifícios e preces dos fiéis e lhes relembra os livros sagrados; o profeta que traz as mensagens de Deus, o que Deus deseja, em cada momento histórico e a do governante (Rei, Pastor ou Pai) que dirige seu povo, rebanho, família. O papel do Abade, como o próprio nome diz, é também, o de Pai. Pelas informações que recolhemos, o fato de monge do seu mosteiro ter se deixado influenciar por intrigas e difamações contra ele (aliás, como veremos disseminadas no período contra outros religiosos), pode ter levado Dom Timóteo a questionar a manutenção de sua paternidade espiritual. Permanecendo no Mosteiro libertou-se para desempenhar ainda mais os dois outros papéis.

O acompanhamento das ações de Dom Timóteo permaneceu, inclusive, após a sua renúncia. Um exemplo: informação 0130/ 116/ ASV/ 81 de 28 de agosto/81, diz que na homilia da missa das 18 horas, referindo-se às depredações e incêndio de ônibus urbano (evento conhecido como Quebra-quebra de 1981) culpara a alienação das autoridades pelo sofrimento do povo e conclamara todos à conscientização das dificuldades para “obtenção de paz individual e geral da Nação”. O SNI conclui afirmando que “Dom Timóteo Amoroso Anastácio, ex Abade do Mosteiro de São Bento, do clero de esquerda, mantém a tônica de seus pronunciamentos, voltados para os problemas sociais, sendo um dos líderes da contestação na área” (grifo nosso).

6.5 CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

6.5.1 Origem e atuação

O CEAS – Centro de Estudos e Ação Social é uma instituição da Ordem Jesuíta, de inspiração religiosa, mas de caráter não confessional que reúne religiosos e leigos, cristãos ou não, e foi espaço de encontro e atuação das forças progressistas que reagiam contra a ditadura militar. Sua criação se insere em um movimento da Ordem visando enfrentar os problemas sociais. Este movimento iniciado nos meados do século XX foi acelerado sob a

influência do Concílio Vaticano II e da ação dos Superiores Gerais do João Batista Janssens e especialmente Pedro Arrupe. A Companhia de Jesus implementou uma serie de CIAS - Centro de Informação e Ação Social na América Latina. Apesar de preparado anteriormente, o CEAS se estrutura a partir de 1967 e emerge publicamente em março de 1969 quando lança seus três primeiros cadernos (mimeografados, até o número 4), na linha de resposta ao AI-5, promulgado no fim do ano anterior.

A reconstituição da história do CEAS não é objeto deste relatório a qual poderia ser melhor desenvolvida em livros sobre ele e nos seus arquivos[17]. Mas se faz mister resumir alguns fatos relevantes do período supracitado.

Cabe assinalar que a presença dos cristãos e marxistas, de um lado, funcionava para mútua fertilização de ideias e como uma legitimação no campo da esquerda, de outro era um espaço de tensão com a ditadura militar e dentro da própria Igreja. A partir de 1970 e especialmente a partir de 1972 quando o Pe. Cláudio Perani assume a coordenação (o Pe. Cesare Galvan vinha desde 1967) a ação se ampliou. O CEAS aparece em um momento, em que, após o AI-5, a repressão abatera o movimento estudantil e boa parte da oposição.

Em 1973, momento no qual, como veremos, se dará a maior agressão da repressão, o CEAS contava com 30 (trinta) pessoas dos quais nove eram jesuítas. Além da Equipe de Redação que editava os Cadernos, mantinha a Equipeduca que dava assessoria às classes populares. Esta última dividiu-se depois, em 1975, na Equipe Urbana que atuava em Salvador e na Equipe Rural que atuava no interior. Na Equipe Rural que trabalhava na conscientização e organização dos trabalhadores, pode-se destacar sua atuação entre trabalhadores de cacau e café na Bahia e de cana de açúcar em Alagoas. Na Equipe Urbana, em Salvador, pode-se destacar o apoio e a organização de associações de moradores (o apoio à AMPLA – Associação dos Moradores de Plataforma, seu exemplo maior) e especialmente na organização e atuação do MDF – Movimento de Defesa dos Favelados, liderado pelo Pe. Gianfrancesco Confalonieri (Pe. Confa), membro do CEAS que esteve à frente da reação às remoções de moradores das “invasões” (favelas).

Os levantamentos no Arquivo Nacional até então, mostram, entretanto, a concentração da atuação da repressão no acompanhamento contínuo dos Cadernos. Os cadernos tinham uma tiragem de 2000 exemplares, com assinantes no Brasil e no exterior, o que multiplicava o seu poder de influenciar.

Neste relatório iniciaremos apresentando informações de 1975 no qual o SNI apresenta a sua representação sobre o CEAS. Em seguida apresentaremos três casos em que houve ataques específicos da repressão, um em que as ações conservadoras tentaram aproveitar crise entre o Cardeal e o CEAS, e finalmente, a partir de informações obtidas no Arquivo Nacional, apresentaremos exemplos de como o acompanhamento do CEAS foi contínuo.

6.5.2 A visão do SNI sobre o CEAS

Em agosto de 1975, a Agência Central do SNI encaminhou informação 499/75/ASG – MJ[18] apresentando relatório sobre o CEAS. Nela apresenta:

[17] Para conhecer a história do CEAS recomendamos ZACHARIADHES, Grimaldo. CADERNO. Os jesuítas e o apostolado social durante a Ditadura Militar. A atuação do CEAS, Salvador, EDUFBA, 2010, P. 221 que utilizamos bastante a seguir.

[18] Fornecido pelo Projeto Resgate da História. Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM).

> "Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, mantido pela Sociedade Nacional de Instrução – também uma organização religiosa –, é uma entidade dirigida por padres jesuítas, com predominância de italianos vinculados à chamada 'ala progressista' da Igreja e edita um periódico denominado "Cadernos do CEAS".
>
> Sua sede está localizada à Rua Aristides Novis, 101 – Salvador/Ba. A composição dos "Cadernos" é feita nas Edições LOYOLA, à Rua 1822, nº 347, em São Paulo/SP, igualmente de propriedade de padres jesuítas. O CEAS que, inicialmente, destinava-se ao estudo dos problemas sociais da região NORDESTE, atualmente, ampliou o seu campo de ação à região NORTE do país e tem sido veículo de difusão de assuntos de interesse do clero progressista". Os Cadernos do CEAS" seria "um livreto onde são divulgadas as opiniões de seus interesses e de outros articulistas". Utiliza um pouco mais de 6 páginas para apresentar o que seria a ficha de treze (13) membros da "Equipe Redatorial" a saber Cláudio Perani, Cesare Giuseppe Galvan, Domingos Cunico, José Crisóstomo de Souza, Edson Menezes de Souza, Joviniano Soares de Carvalho Neto, Giulio de Laura, Manoel Andres Mato, Tommaso Cavazzuti, Gianpaolo Salvini, João Pedro Conrado e Denice Vitória de Brito.

A avaliação do conteúdo das folhas mostra o que era considerado importante pelos órgãos de repressão, a seu viés ideológico e, ao mesmo tempo, argumento para que não se considere suas informações sinônimos da verdade.

Na ficha de Joviniano Neto, por exemplo, anuncia que o mesmo como "professor da Faculdade de Direito da UFBA passou um ano nos Estados Unidos, na Universidade da Califórnia, e que ainda como professor desta faculdade teria declarado que recebia tratamento hostil dos elementos de esquerda da Faculdade de Direito, onde era professor chegando a ser agredido por aluno". Ocorre que o citado, que vem a ser um dos autores deste capítulo, nunca foi professor da Faculdade de Direito, nem viajara e frequentara a universidade americana. Após o fichamento da Equipe, registra que até setembro de 1973 a ASV/SNI encontrou dificuldades em obter os cadernos, mas que, como de outubro a dezembro de 1973, cerca de mil exemplares dos números 27 e 29, os exemplares tinham sido postados em agência dos Correios, "conseguira o relacionamento dos destinatários" (grifo nosso), o que acrescentemos os inclui no âmbito da investigação da repressão.

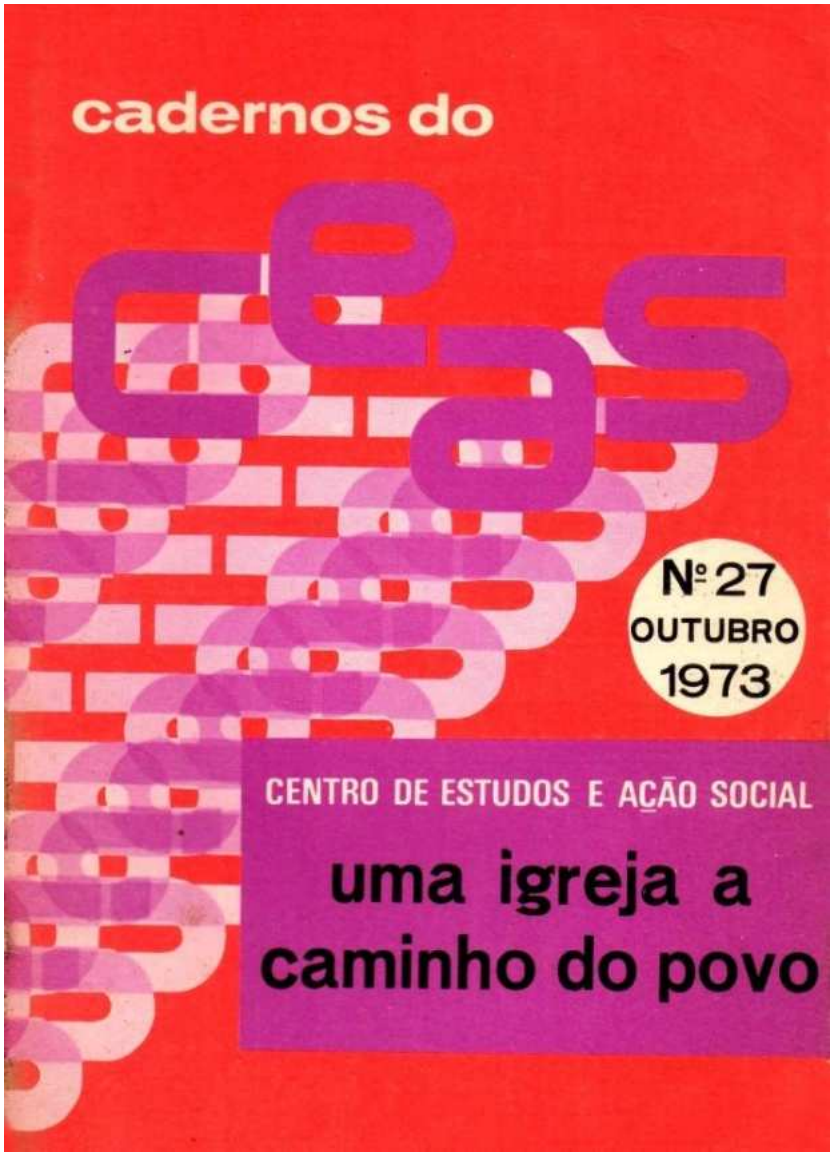
O restante do texto analisa o conteúdo dos artigos "o enfoque observado nos estudos publicados é de nítida conotação esquerdista com críticas constantes, contestação e, até mesmo, agressão aos postulados da Revolução de março de 1964". "Normalmente, com base em argumentos falsos ou distorcidos, os Cadernos do CEAS são uma publicação perigosa, especialmente, pelo alto nível de apresentação".

Em quatro momentos o CEAS foi alvo de ataques explícitos que apresentaremos a seguir.

6.5.3 Apreensão do Caderno nº 27

Como já foi apresentado em maio de 1973 foram lançados dois manifestos – "Eu ouvi os clamores de meu povo" dos bispos do Nordeste e "Marginalização de um povo" dos bispos do Centro Oeste. Esse primeiro artigo foi impresso, anteriormente, na Tipografia Beneditina, articulado, inclusive com a participação do Grupo Moisés, utilizando dados recolhidos pelos

CEAS. E a censura proibiu referência a ele antes mesmo do lançamento. Diante da pouca divulgação no Brasil o CEAS, elaborou um caderno, o número 22 (outubro de 1973) com o título “Igreja a caminho do Povo”. Essa publicação contou com os manifestos: “Eu ouvi os clamores do meu povo” e “Marginalização de um povo”; e, Pronunciamento “São Paulo, capital do trabalho, chamada a ser modelo de justiça”. No momento de envio dos cadernos aos assinantes esses foram apreendidos pela Polícia Federal nos Correios, a venda também, proibida. A partir daí ficou o CEAS obrigado a enviar um exemplar de cada publicação à Polícia Federal, teoricamente submetido à Censura que disciplinava o que poderia ou não ser abordado. A Polícia Federal passou a enviar “bilhetinhos” os quais determinava o que poderia ou não ser publicado. Zachariadhes encontrou 28 “bilhetinhos” nos arquivos do CEAS.



Capa da edição 27 do “Cadernos do CEAS” apreendida pela repressão, em

6.5.4 Tentativa de expulsão de Pe. Cláudio

No dia 28 de outubro de 1978, por volta das 5h30, o coordenador do CEAS, Cláudio Perani desembarca no Aeroporto de Salvador, ao regressar de uma viagem à Europa, é detido e informado, pela Polícia Federal, sobre a proibição de entrada no território brasileiro. Tendo que ser sua expulsão imediata.

A expulsão deveria ser imediata, porém o comandante da aeronave afirmou que não havia meios de retorno imediato. Essa demora favoreceu a Pe. Cláudio que articulou com um jesuíta que o esperava, o qual entrou em contato com o Provincial da Ordem ligou para Dom Timóteo e Dom Avelar. O jesuíta conseguiu avisar a Dom Avelar.

Dom Avelar, no mesmo instante que soube da prisão, ligou para o ministro da Justiça de Geisel, Armando Falcão, como relata o padre José Carlos Silva, que estava com ele nesse momento:

> "Dom Avelar começou suave, baixinho, num tom amistoso, e ficou assim por algum tempo. Mas de repente passou o fone do ouvido direito para o esquerdo e deu um surpreendente murro na mesa, que chegou a me assustar, e elevou o tom de um modo também assustador: "Quem está falando aqui é o Cardeal da Bahia. Não quero padre meu preso. Vou ao aeroporto buscá-lo". Foi. E voltou com Perani. (JOSÉ, 2002 p.327)

A Polícia Federal alegou depois que a detenção teria sido um "equívoco" decorrente de uma confusão de nomes[19] Pe. Cláudio, ao chegar ao CEAS deu entrevista coletiva afirmando-se surpreso "Em não sabia que havia alguma coisa contra mim e concluiu "eu tenho amigos importantes, mas fico imaginando o que ocorre com os operários e camponeses que enfrentam estas situações sem ninguém a olhar por eles[20].

Em 10 de novembro, Pe. Cláudio recebe carta de apoio do Secretariado Nordeste III, da CNBB, iniciada por Dom Avelar e com dezenas de assinaturas.

6.5.5 Processo frustrado de expulsão de Padre Andrés Mato

Praticamente um ano depois, em setembro de 1979, outro padre do CEAS, Padre Andrés de Mato, seria alvo da repressão. O Padre Andrés tomou conhecimento do Inquérito pela sua expulsão do país quando se dirigiu à Polícia Federal para solicitar o visto de saída do Brasil.

Informado do Inquérito Padre Andrés comunicou imediatamente ao Provincial da Ordem (Padre Dionísio Sciucheti) que por sua vez contatou com Dom Avelar e a CNBB. As negociações iniciais permitiram a ida de Andrés ao exterior com a garantia de que ele retornaria ao país e poderia depor a partir do dia 02 de outubro.

Assim que o CEAS tomou conhecimento divulgou nota pública na imprensa que mostrou que

> O caso evidenciava uma das restrições da anistia concedida pelo governo (agosto de 1979) pois, além de não integrar os que já foram punidos, como ainda, se procura dar curso dessa natureza[21] padre ameaçado de expulsão apesar da anistia – Arquivo CEAS

O enfoque de Joviniano Neto, membro do CEAS que, à época, era o Presidente do CBA-BA – Comitê Brasileiro da Anistia Núcleo da Bahia, foi religioso. Declarando ao Jornal da Bahia[22]: "O Governo tem que assumir uma posição. Ou deixar os padres pregarem o

[19] Detenção do jesuíta não passou de um equívoco. TRIBUNA DA BAHIA, 30/10/1979, P.2.
[20] Dom Avelar e Cel. Ludwig no caso do Padre detido, JORNAL DA BAHIA, 29/10/1978, P.?
[21] Padre Ameaçado de expulsão apesar da Anistia (Arquivo CEAS)
[22] Padre Andrés Mato sofre um processo de expulsão do país JORNAL DA BAHIA, 29/09/1973, P. 2.

evangelho de Cristo, ou dizer que a Bíblia é um livro subversivo". ZACHARIADHES, P. 111).

Dom Avelar entrou em contato diretamente com o então Ministro de Justiça, Petrônio Portela, e o governo decidiu pela suspensão do inquérito.

Padre Andrés já havia sido vítima da repressão quando ensinava no IBRADES – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – mantido pelos jesuítas no Rio de Janeiro. O IBRADES foi invadido pela primeira vez em 28 de setembro de 1970, por militares e agentes do DOPS. Os militares prenderam membros da JOC – Juventude Operária Católica. Padre Andrés no momento estava dando aula de "teoria marxista". Na segunda, em 2 de outubro de 1970, eles vistoriaram os quartos dos padres apreendendo livros e até detiveram o Secretário Geral da CNBB, D. Aloísio Lorscheider. Andrés foi interrogado pela Polícia Federal, no Inquérito sobre a JOC/ IBRADES, mas liberado pelo que seria falta de provas. A história não termina aí. Decidiu-se que Padre Andrés iria para o CEAS. Lá continuou na mira – os militares o denunciavam ao próprio coordenador do CEAS como comunista e um comandante chegou a ler para ele transcrições de conversas ao telefone que teria sido grampeado. (ZACHARIADHES, 2010, P. 110).

A CEV obteve, no Arquivo Nacional, cópia do Inquérito e de Informações do SNI sobre ele.

Preliminarmente encontramos o documento ASV nº 001/ 116/ ASV/79. Informação nº 001/116/ ASV/ 79 elaborado em 05 de janeiro sobre o Padre Andrés e a ela anexa exemplares de cinco cadernos do CEAS (Nº 47, 48, 51, 53 E 58). A informação fala da sua filiação, nascimento na Espanha, estudo de Teologia, aulas ministradas em antropologia e sociologia, visitas a países comunistas (Moscou, Leningrado e Kiev) tese sobre "o homem Karl Marx e materialismo Dialético. Lembra que o DOI/ EXÉRCITO confirmou sua prisão em 1970, como indiciado no IPM/ IBRADES, dirigido pelo Major José Antônio Podestá que o considerava responsável pelas doutrinações e conscientizações dos alunos do IBRADES.

> "o Padre Andrés Matos é elemento possuidor de inteligência viva e privilegiada, oratória escorreita e estudiosíssimo, 'expert' em assuntos de dialética Marxista – Leninista; acoberta-se sob o caráter de ideologias contemporâneas para pregar o comunismo RUSSO e combater com toda virilidade o capitalismo e regime e instituições vigentes no País. Doutrinou e conscientizou inúmeros alunos do IBRADES que não possuíam cultura suficiente nem vivência para escoimar as ideias marxistas expressadas pelo mesmo".
>
> (...) 5. Em 05 Abr 72, com a prisão de ROSELI ELIAS e vinte e um outros elementos militantes da OCML-PO, nesta Capital, ficou constatada a participação do Padre ANDRÉS MATO em tal organização subversiva, devido a íntima ligação mantida entre ambos, não tendo sido indiciado no inquérito policial instaurado, devido à debilidade das provas conseguidas.
>
> (...) 7. As atividades do nominado desenvolvem-se, principalmente, no Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, de Salvador/ Bahia. As publicações anexas dão uma ideia da linha ideológica que defende.
>
> (....) Com a intervenção de D. Avelar Brandão Vilela que entrou em contato diretamente com o então Ministro da Justiça, Petrônio Portella, foi encerrado o inquérito sobre a expulsão do jesuíta Andrés Mato. (ZACHARIADHES, P. 188)

Examinando o Processo verificamos que a decisão de instauração do Inquérito de Expulsão fora tomada por Despacho de Hélio Romão Damaso Segundo, Superintendente Regional da Polícia Federal, em 30 de maio de 1979; que o Inquérito foi instaurado em 11 de junho. Do andamento do Processo retiramos as seguintes informações. Nele encontramos o Mandado de Notificação datado de 21 de junho de 1979, enviado pelo MJ – Departamento de Polícia Federal (Superintendência Regional da Bahia) redigido pela Delegada Lia Margarida da Silva, determinando que qualquer agente da Polícia Federal notifique Manuel Andrés Mato que fora instaurado inquérito policial para efeito de sua expulsão do Território Nacional.

Seguem-se informações em julho sobre sua participação em Eventos no exterior e a disposição de aguardar o seu retorno, previsto para outubro.

Localizamos o Oficio 2740 S. A. 1.2.1, assinado pelo General de Brigada, Mário Ramos de Alencar, Chefe do Gabinete da 1ª assessoria do Ministério da Justiça, em 7 de agosto de 1978 e destinado ao Secretário Geral do Ministério da Justiça, Paulo Cabral, informando a restituição do Processo MJ nº 9659/59 e concordando com o cancelamento do "caráter sigiloso do citado expediente".

O documento ASV. ACE. 260/75. Informação nº 2134/79 SI/ SR/ DPF/ RA de 09 de outubro de 1975 relata a suspensão do Inquérito Policial de expulsão por parte do Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, atendendo determinação do ministro da Justiça.

Em 26 de setembro de 1979, o Bel. Raymundo Cardoso da Costa Mariz (Diretor do Centro de Informação do DPF) encaminhou uma Carta 2990/79 à Bacharela Lia Margarida da Silva (Diretora do Centro de Informações do DPF sobre o deferimento do pedido de desclassificação, conforme ofício nº 2740 S.A.1.2.1, de 7 de agosto de 1978. O que mais adiante, no Ofício nº 0024/79-GAB/ CI/ DPF culminou na suspensão do prosseguimento do inquérito e da solicitação contida no Oficio nº 02990/79-CART/ SR/ DPF/ BA. Foi suspenso o prosseguimento do inquérito (processo expulsório) e os autos foram remetidos à Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras. E posteriormente foram arquivados na Assessoria de Assuntos Sigilosos do Ministério da Justiça.

No caso, não houve alegação de equívoco. O Superintendente da Polícia Federal em Salvador. Hélio Romão, confirmou à imprensa que o processo tinha sido encerrado depois de negociações entre as autoridades e Dom Avelar que as teria "conduzido num nível muito elevado"[23]

6.5.6 Tensão entre o CEAS e Dom Avelar "Ou Mudar de Rumo Ou Mudar de Diocese".

A primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil estava agendada para 30 de junho de 1980, na qual ele visitaria 13 cidades, e, entre elas, Salvador. As mobilizações foram enormes, através da organização de caravanas, construção de obras públicas, altares e igrejas.

A fim de discutir as perspectivas dessa visita ao Brasil em plena ditadura militar, o CEAS aborda essa discussão no editorial do caderno 66 de título "O Papa no Brasil: riscos e esperanças". O editorial contextualizava o momento da visita com o cenário do país apontando para os riscos que tinha dos setores conservadores e o próprio governo tentar –

[23]Policia Federal nega ter feito intimação ao padre Manuel Andrés Mato, A TARDE, 03/10/1979, p.2.

capitalizar para seus interesses (ZACHARIADHES, p. 164). Setores mais conservadores da Igreja poderiam, por sua vez, aproveitar a "vinda do Papa para revigorar seu poder e reforçar assim uma posição elitista e autoritária em que se excluísse o povo apesar da sua aparente participação ou mesmo do evento ficar contido apenas na manifestação religiosa, sem perceber o conteúdo do protesto social e eclesial que se manifestaria nas pastorais populares". Haveria ainda o perigo da visita ser manipulada e capitalizada pelo governo em favor de sua política. Aqui mirava-se o Governo Federal (General Figueiredo) mas as oposições baianas visavam, também, o estadual (Antônio Carlos Magalhães).

As esperanças eram de que fosse uma visita pastoral, que refizesse o discurso romano a partir da realidade, se aproximasse dos pobres e denunciasse o pecado fundamental na América Latina, a "opressão das massas" (apud 156).

A publicação do Editorial nos Cadernos, e D. Avelar era dos primeiros a receber o exemplar, não provocou problemas.

A sua publicação na imprensa desencadeou forte reação do Cardeal que sentiu sua autoridade questionada. O próprio Cardeal, respondendo a um grupo de padres que mandara carta a ele e ao Presidente da CNBB, esclareceu que não se incomodou com a publicação na revista, cuja circulação seria "elitista" (à época, os Cadernos tinham tiragem de 4500 exemplares, a maior que alcançou), mas o modo como fora entregue à imprensa e por ela lida, desprestigiavam o Papa e a ele mesmo, "o Arcebispo que por direito canônico e eclesial, deve ser o sinal e o centro da unidade local e o ponto de referência das diretrizes pastorais", D. Avelar era o encarregado de organizar o evento em Salvador e de negociar o apoio do Governo do Estado. Havia muitas críticas às negociações feitas com Antônio Carlos Magalhães (a missa foi realizada no Centro Administrativo que foi apresentado como único local com a dimensão e segurança necessária. O Papa preparou-se no Gabinete do Governador que o acompanhou até a missa), dentro e fora da Igreja Católica.

Um jornal, "A visita" dedicado ao evento era distribuído nas ruas, contendo críticas à Igreja e a D. Avelar, que este considerou infamantes.

Nesta conjuntura, D. Avelar tomou uma atitude inédita em relação ao CEAS. Se antes fazia suas observações e críticas em reuniões no próprio CEAS, ou em contato com o coordenador, naquele momento decidiu por uma nota pública.

> Arquidiocese de S. Salvador
>
> 20.05.1980
>
> Declaro, em caráter oficial, que o CEAS – Centro de Estudos e Ação Social – que obedece à direção de um grupo de padres Jesuítas, residentes, nesta Capital, à Rua Aristides Novis, 101 não tem autoridade para falar em nome da Igreja.
>
> Suas declarações públicas sobre a próxima visita do Papa João Paulo ao Brasil espelham apenas as suas preocupações políticas e sociais que, nem sempre, coincidem com a doutrina normal da Igreja.
>
> Não é o CEAS que vai julgar o Papa. Muito pelo contrário, é o Papa que deve julgar o CEAS, se ele quer manter vínculo com a Igreja.
>
> Até hoje, venho tolerando, pacientemente, esse Centro de Estudos que resolveu assumir posição de frontal contestação a toda e qualquer atitude

> pastoral que não se ajuste plenamente a seus pontos de vista e critérios ideológicos.
>
> Reconhecendo seus serviços como válidos, sob muitos aspectos, não posso endossar, porém, sua ação global como orientação para a Igreja, e muito menos suas colocações de dono absoluto da verdade.
>
> Só há dois caminhos para o CEAS: ou mudar de rumo ou mudar de diocese.
>
> D. Avelar Brandão Vilela. (1980, apud ZACHARIADHES, 2009, p. 152)

O CEAS respondeu com nota pública (22/05) na qual reconheceu que não era órgão da Arquidiocese, não tinha autoridade para falar oficialmente em nome da Igreja, não pretendia ser dono da verdade nem julgar o Papa, tinha manifestado seu parecer a partir do conhecimento da situação das classes populares e que estava aberto a críticas e mudanças. Dois dias depois (24/05), o Provincial dos Jesuítas lançou nota reconhecendo a dificuldade na relação CEAS – Cardeal, que se deveria resolver em nome da plena unidade eclesial e, endossando a nota do CEAS, considerava encerrado o assunto.

Dentro da Igreja Católica o clima acalmou. Em reunião com o coordenador e todo o grupo do CEAS em agosto, o Cardeal explicou suas posições e disse que na sua orientação pastoral "cabe muito bem o trabalho do CEAS" (ZACHARIADHES, 185).

A reaproximação entre o CEAS e a Arquidiocese com o reconhecimento do espaço do Centro foi publicizada no número 69 dos Cadernos, referente a setembro/outubro de 1980. Na capa o destaque à vinda do Papa, dentro três textos. O primeiro, uma análise sociológica feita por membro notoriamente católico do CEAS, avaliando o impacto e sentido da visita[24]. Mostra as preocupações dos vários setores sociais antes da visita inclusive o incidente entre o CEAS e Dom Avelar; descreve as reações e posicionamento das forças políticas durante e após a visita e destaca apoio dado pelo Papa à Igreja comprometida com os pobres e marginalizados. Interpretando o sentido da visita afirma que

> A visita do Papa evidenciou alguns fatos importantes: a) a sociedade brasileira é uma sociedade de massas; b) existe uma ampla e diversificada religiosidade no Brasil e várias são as formas em que a igreja católica se apresenta; c) a sociedade brasileira é profundamente injusta e marginalizadora e a defesa dos direitos humanos tem profundo papel político e social; d) a confirmação e legitimação do trabalho da igreja e dos setores marginalizados.(CARVALHO NETO, 1980, p. 16)

Nos dois outros textos, o CEAS fez uma leitura pela esquerda. Um apresenta o que será o núcleo do pensamento do Papa sobre Missão da Igreja, construção e caminho para uma sociedade justa[25]. Em outro[26] transcreve documento de operários e índios encaminhados ao Papa.

O momento de tensão se, de um lado motivou cartas de apoio ao CEAS, do outro oportunizou o lançamento de ataques e campanhas difamatórias na imprensa. Além de

[24] CARVALHO NETO, Joviniano Soares. O Papa no Brasil: Impacto e sentido de uma viagem. In: Cadernos do CEAS 69. Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, setembro/ outubro 1980, p. 9-24

[25] A Palavra do Papa. In: Cadernos do CEAS 69. Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, setembro/ outubro 1980, p 25-32

[26] O Papa também veio ouvir. In: Cadernos do CEAS 69. Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, setembro/ outubro 1980, p 33-36.

matéria e críticas ao CEAS na imprensa, dentre as quais destacou-se o Correio da Bahia, foram publicadas cartas de supostos leitores, apoiando D. Avelar e atacando o CEAS. Cartas, inclusive, com o mesmo conteúdo, mas assinadas por “autores” diferentes.

Naquele contexto, como veremos, a fabricação de cartas falsas, era assumida pelos órgãos de repressão.

6.5.7 Acompanhamento contínuo

As informações a seguir demonstram o acompanhamento contínuo a que o CEAS foi submetido.

Em 06 de agosto de 1976, o SNI em encaminhamento originário do CISA (Centro de Informação da Aeronáutica) anexa cópia do nº42 do Caderno do CEAS. Apresenta como dados de suspeição, os seguintes: o editorial transcreve trechos da revista “Veja” e do jornal “Movimento”, pregando a “derrubada do AI-5 e afirmando que “não há motivo para qualquer força oposicionista recusar apoio ao MDB”; Pag. 2, ataques ao “aparelho repressivo e os desrespeitos aos direitos humanos”; pag. 3, citam abundantemente Marx e Lenin; pag. 45, luta de classes; pag. 56 “o ministro descobriu o imperialismo e que importa agora entendê-lo e interpretá-lo; pag. 67, interpretação da CNBB e de D. Pedro Maria Casaldáliga pag. 71, são recomendados livros de FHC, Mª da Conceição D’Incao Mello, cita Marx, D. Helder Câmara, Darcy Ribeiro e outros.

Conclui que análise mais profunda permitirá (decidir) pela “liberação ou não de novas edições; tendo em vista o previsto na Lei de Segurança Nacional”.

Esta avaliação foi reproduzida em 18/11/1976 (Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro. Relatório 034 – 77/CRV)[27] que analisa os artigos do número 44 (julho a agosto de 1976) conclui que seria exemplo de facciosismo e radicalismo da linha editorial dos Cadernos do CEAS, e não representam o genuíno pensamento e nem refletem os princípios da doutrina autêntica da Igreja e propõe que seja feita pela DPF (Delegacia da Polícia Federal)” uma advertência à direção do “Centro de Estudos e Ação Social de Salvador” de que não será tolerada a atual orientação editorial (...) sob pena da imediata aplicação do ordenamento legal em “vigor” e que caso porém venha ocorrer reincidência dos atos de manifesta contestação e pública agressão ao regime vigente, deverá ser estudado pelo Gabinete (do Ministério da Justiça) a imposição de censura prévia nos trabalhos e teses destinadas à publicação, (...) com fundamento no Ato Institucional no 5 de 1968 (art.9).

Em abril de 1978, a Polícia Federal, a partir de informações do SNI, propõe ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, uma medida radical contra a Ordem Jesuíta e os Cadernos do CEAS. Afirmando que o CEAS “tem sido veículo de difusão de assuntos de interesses do clero esquerdista”. Encaminha, em caráter confidencial, o texto de uma “Nota-Consulta” a ser enviada pelo Ministro ao Presidente Ernesto Geisel. Esta nota propunha, com base em parceria da Consultoria Jurídica do ministro, o seguinte:

> a) “deve ser cassado o registro da publicação, por ser ilegal e inconstitucional sua existência”;
>
> b) “responsáveis pela revista estão sujeitos a processo e os estrangeiros também a expulsão”;

[27] Fornecido pelo Projeto Resgate da História. Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM)

c) "a Sociedade Nacional de Instrução" pode ter cassado o seu registro, sumariamente, e suspenso o seu funcionamento, por violação de preceito constitucional".

Termina solicitando que o ministro "no seu alto juízo se digne (....) a indicar a medida que mais acertada lhe parecer".

O ministro, ao que consta, não encaminhou a nota e as providências propostas não foram adotadas. Ressalta-se que, sendo a Sociedade Civil de Instrução a entidade jurídica através da geral a Ordem Jesuíta operava no Brasil, a sua cassação impediria o funcionamento da mesma em todo o Brasil seria algo similar à medida tomada pelo Marquês de Pombal que em 1759 expulsa a Ordem do Brasil. Os documentos estão no acervo da CEV-BA, mas pelo fato de marcar o momento no qual a Repressão pretendia alcançar sua maior radicalidade, colocamos, nos anexos, cópia da frustrada nota consulta.

Em 24/08/1981, Informação do SNI Nº 0128/116/ASV/ 81 reproduz integralmente o número 74 (julho/agosto de 1981). Resumindo informações dos capítulos referentes à questão da mulher, da mulher da periferia, do manifesto da Associação das Domésticas, o fato do Brasil possuir, até então, um dos menores salários mínimos da América, o conceito de hegemonia em Gramsci", a discussão de Lenin sobre a participação das massas na política, a participação popular na luta pela independência da Bahia, sobre a ocupação pelo capital do Oeste do São Francisco (Bahia), e a análise dos atentados ao Papa e ao RIOCENTRO. O documento conclui que o CEAS contesta tudo o que o Governo faz, "com o objetivo de jogar as massas na luta política", derrotando o Governo nas eleições de 1982, e elegendo o Partido dos Trabalhadores (PT) como alternativa. Informando ainda que se trata de um trabalho subversivo e contestatório.

Em 04/11/1981, o SNI transcreve e analisa Cadernos do CEAS, nº 75 (setembro/ outubro de 1980 destacando, ao analisar o editorial ("A importância das Eleições") trecho que dizia "devido à própria estrutura do Regime, a sua dinâmica, seu caráter militar fechado, o sistema dos generais e da segurança do (NF e do DOI-CODI, entram em choque com a abertura e seus avanços".

6.6 Padre Renzo Rossi – Tentativa de impedir o retorno ao Brasil

Outra ação de Dom Avelar, essa mais nos bastidores, foi a que obstou/ bloqueou a tentativa de impedir o retorno ao Brasil do padre Renzo Rossi, padre também italiano, mas secular. Padre Renzo Rossi, com credencial emitida por Dom Avelar, desempenhava desde 1975-1976 o papel de visitador e apoiador dos presos políticos e de seus familiares. Nessa condição, visitava todos os presos políticos apoiando tanto em termos humanos quanto materiais. Circulando entre os presídios, era também importante na circulação de informações e na articulação dos mesmos.

O seu trabalho de apoio aos presos políticos no Brasil e a luta pela Anistia assumiu um papel internacional. Em 1978, quando a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita cresce no Brasil, Padre Renzo Rossi estava na Europa.

Em 31 de julho de 1978, recebe telefonema do Brasil do padre italiano Mário Costalunga, que morou muitos anos no Brasil e alertava: "A sua situação no Brasil se complicou bastante. É impossível que volte nos próximos dias. Dom Avelar Brandão Vilela está preocupado e interessado no seu problema". O telefonema partira da cidade de Verona,

sede do Comitê Episcopal Italiano para a América Latina (CEIAL), na Itália, Padre Renzo viajava no Norte da Itália quando recebeu a ligação, e parte imediatamente para lá. Reúne-se, no mesmo dia da sua chegada, com o padre Mário e outros dirigentes do CEIAL. Nesta reunião é determinado que Renzo deveria aguardar a chegada à Itália do padre Paulo Tonucci, que levaria informações mais seguras do Brasil, e enquanto isso, manter-se no país. Em paralelo a isso, no Brasil os jornais noticiam sobre um padre que fazia ligação entre os presos políticos e que os ajudava com dinheiro.

No dia 13 de agosto de 1978, treze dias após a reunião, o padre recebe um recorte do Jornal do Comércio, de Recife, falando sobre a ligação dele com a subversão e seu "contato contínuo com presos políticos".

Padre Renzo viaja para Roma, desembarcando dia 17 de agosto, para reunir-se com Dom Avelar Brandão Vilela e dois cardeais brasileiros: Paulo Evaristo Arns e o presidente da CNBB, dom Aloísio Lorscheider. Desses dois últimos recebe apoio para voltar ao Brasil, o que o anima novamente. Dom Avelar incentiva igualmente sua ida, e informa sobre os contatos que manteve com a Polícia Federal, que diz não ter algo contra o padre, mas que havia problemas em Recife. De Pernambuco, entretanto, Dom Avelar não teve resposta alguma.

Quatro dias depois, Renzo volta a encontrar-se com Dom Avelar e com o padre Paulo Tonucci, este primeiro ordena que esperasse ele voltar para Salvador, para então indicar a data que Renzo deveria ir. A participação de Dom Avelar em resolver seu problema trazia confiança ao padre. Dom Avelar tinha conhecimento de todo apoio que ele prestava aos presos políticos.

Com a escolha do novo Papa, João Paulo I, no dia 26 de agosto de 1978– motivo que tinha levado Dom Avelar para a Itália -, padre Renzo telefona para Dom Avelar questionando-o sobre a possibilidade de retornar ao Brasil, tendo uma resposta afirmativa. Prepara sua viagem para o dia 23 de setembro, mas adia novamente a pedido do padre Paulo Tonucci, que considera a viagem perigosa, mas sem explicar melhor os motivos. Sua viagem é adiada mais uma vez, quando marcada para o dia 28 de setembro, e com o telefone de Dom Avelar proibindo-o, resolve acatar. No dia seguinte, tem a notícia que o recém eleito Papa João Paulo I morreu, o que levara novamente Dom Avelar a Roma no dia 05 de outubro. Neste dia eles conversam e Dom Avelar conta que a repressão tinha descoberto uma carta num "aparelho de comunistas em Recife" que falava sobre o padre Renzo, e ligando as peças, descobrira sua participação em facilitar a ligação política entre os presos, articular greve de fome e doação de dinheiro. Um dos dirigentes da repressão conversou com Dom Avelar e garantiu que apesar disso, Renzo poderia voltar e que lhe seria cobrado no máximo um interrogatório em Recife. Marcam uma nova data para a viagem: 21 de outubro e depois 28 de outubro, com a recomendação de Dom Avelar que não visite mais presos políticos de outros estados, só da Bahia.

Ainda na Itália, Renzo realiza um importante encontro com o presidente da República, Alessandro Pertini, no dia 19 de outubro, na forma de audiência. Nesse momento contou as arbitrariedades da ditadura no Brasil, sua situação particular e seu temor em regressar ao país. Sendo o presidente extremamente sensível aos crimes e às perseguições de uma ditadura, tendo sido ele perseguido pelo fascismo, como também ferrenho opositor das ditaduras da América Latina, se solidariza com a luta pela anistia e pela democracia, bem como tem o cuidado de se responsabilizar em procurar o embaixador do Brasil para garantir que nenhum mal ocorresse ao padre em seu retorno às terras brasileiras.

Dia 28 de outubro uma greve dos trabalhadores da aviação adia novamente seus planos para o dia 3 de novembro. Padre Renzo chega ao Brasil no dia 4, sendo recebido por um batalhão de repórteres no aeroporto. Isso por conta da prisão que tinha ocorrido no dia 28 de outubro, do padre Perani, seu velho amigo do Grupo Moisés. Assim, "setores do movimento estudantil e popular, áreas da Igreja Católica lideradas por padre Paulo Tonucci e vários outros religiosos passaram a noite de 3 para 4 de novembro no aeroporto Dois de Julho, de modo a impedir que Renzo fosse preso", tudo isso ocorreu mesmo com a tentativa fracassada de Dom Avelar de impedir tal mobilização.

Renzo não é interpelado pela repressão, e com isso, no mesmo dia, encontra-se com Dom Avelar que se mostrava contente. Procura logo refazer seus contatos com os presos e perseguidos pelo regime, e com o tempo retoma suas atividades, inclusive visitando presos políticos fora do território baiano. (SILVA, 2002, 315-330)

6.7 A Dimensão da Atuação e Controle da Igreja em Salvador

Os casos selecionados dão uma ideia da ação de Igreja e da vigilância sobre ela. São representativos, mas não abrangem todo o universo. A fiscalização dos órgãos de repressão procurava registrar a ação de todos os atores sociais, especialmente, os que tinham aproximação com os pobres e os movimentos sociais. Exemplos polares são os de Irmã Dulce e de Pe. Paulo Tonnucci. De Irmã Dulce, o SNI, Agência de Salvador (Encaminhamentos nº 0352/116/ASV/76) encaminha juízo sintético (003/116/ASV/76) que conclui que não existem registros que desabonem a sua conduta religiosa. Na ficha não identificaram posições políticas e, o que hoje honra sua biografia, nenhuma manifestação de apoio ao Golpe.

Sobre Pe. Paulo Tonnucci, de grande presença na periferia de Salvador e depois em Camaçari, líder da Pastoral da periferia, a repressão apresenta fatos que seriam desabonadores. O contexto, entretanto, muda a partir de 1978 com o avanço dos movimentos pela democratização.

Em 20/12/1978, informação 926/78 da Divisão de Segurança e Informações trata das "Atividades de Esquerda Clerical – Pastoral da Periferia de Salvador". É documento oriundo do chefe do SNI e endereçado ao ministro da Justiça.

Neste documento denuncia que a Pastoral da Periferia de Salvador, cuja Arquidiocese tem como titular o cardeal D. Avelar Bandão Vilela, publicou panfleto "A História do Homem" impresso por editora sediada em Lins-SP, que teria como responsável o bispo esquerdista D. Pedro Paulo Koop, de nacionalidade holandesa "Valendo-se de teses e da dialética marxista, o panfleto" apresentaria ideias questionáveis. A informação inclui a cópia integral do panfleto de 41 páginas, no qual apesar de assinado apenas pela coordenação, pelo estilo e forma, reconhecemos a autoria de Padre Paulo Tonnucci, o Coordenador da Pastoral.

Oswaldo da Silva Santos, chefe do SOP/DOPS, em 08/01/1979, apesar de não encontrar infringência de dispositivo legal, propõe o fichamento dos bispos. Dois dias depois o diretor do DOPS, José da Costa Negraes, considerando que "com as recentes aberturas políticas não comporta a nosso ver qualquer medida policial ou judiciária, a não ser o acompanhamento dos fatos", sugere o arquivamento, o que foi feito em 01/06/1979. De

fato, encontramos outras informações que acompanham e resumem atos subversivos de Padre Paulo.

Limitados para a ação repressiva, os órgãos de repressão apelaram para outros instrumentos – o da difamação, através de cartas.

6.8 A Operação Igreja

O relatório da Operação Igreja (Encaminhamento nº 008/ 320/ SV80, datado em 22/12/1980)[28], pela clareza com que descreve os objetivos e os resultados encontrados, é instrumento útil para os que desejem conhecer o modo como, no caso, foi violado o direito à informação e à liberdade de imprensa. O relatório tinha 64 páginas, incluindo os anexos, acervo CEV/BA.

A Operação Igreja foi deflagrada em decorrência do medo dos militares às influências políticas oriundas das correntes católicas e protestantes o "perigo" da propagação de ideais libertários. No relatório foram apresentados os três motivos que teriam provocado a Operação, destacamos trechos reveladores: "atuação do "clero progressista" nos Estados da Bahia e Sergipe, fomentando a desagregação social"; "Ressurgimento da Ação Católica na Bahia"; e "Surgimento da "ala progressista" na Igreja Protestante, através de declarações e apoio financeiro às campanhas tidas como sociais".

Ao analisar essas transcrições observamos que os militares forjaram cartas com o objetivo de causar um desgaste social sobre as imagens das igrejas progressistas. Os objetivos explicitados nos documentos foram: "enfraquecer as alas progressistas de ambas as Igrejas"; e, "Conscientizar o povo do mal que vem causando o trabalho de revanchismo social, em detrimento da pregação do Evangelho, mormente por parte de religiosos de nacionalidade alienígena". E a Ação do SNI visaria "minimizar os desgastes do Governo em suas divergências com o clero católico"; e, "remessa de Cartas particulares às redações dos jornais".

O Órgão de (des) informação celebrou o sucesso da Operação na qual "confeccionou dezenas de Cartas Descaracterizadas" (cinquenta e sete) tendo obtido o apoio de cartas (vinte e sete), editoriais (treze), artigos (02) e até nota de rodapé em jornal de oposição. A análise das cartas representa grande manancial de informações sobre os ataques aos setores progressistas das igrejas católicas e evangélicas entremeados de estímulos às posições conservadoras. Uma seleção de frases das cartas nos parece suficiente para entender a linha adotada.

Na carta "Igreja dominada pelo Diabo"

> (...) A Igreja Católica, em nosso país está sendo devorada e substituída por seitas as mais diversas e fetichismo de todos os matizes e procedências. Por que isso? Porque a Igreja desviou-se do seu papel evangelizador, enveredando pelos caminhos políticos e sociais. Os padres de hoje não sabem mais fazer homilias, sabem fazer discursos, aliás, mal feitos, sobre política, salários, invasão de terras, etc. Mal feitos, digo,

[28] Fornecido pelo Projeto Resgate da História. Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM)

> porque não são conhecedores do assunto e não dominam o idioma, face serem procedentes de países estrangeiros. É uma tristeza ir-se à missa hoje em dia, quem nunca leu a Bíblia, hoje não terá mais condições de saber as verdades nos templos, terá que adquirir uma e ler em casa, interpretando-a muita vez erroneamente, e isto por falta de padres, de verdadeiros guias espirituais. Haja visto o Papa do Diabo em Sergipe, mais um charlatão que prolifera, enganando os incautos nordestinos, gente simples e mística que, por falta de verdadeiros padres, para ensinar-lhes o evangelho e encontrar nele o remédio para os seus males e sofrimentos, a maior parte deles até de origem econômica. (IGREJA É DOMINADA PELO DIABO, 16/12/1980).

Em “Diálogo governo x igreja”

> O diálogo que o Governo está tentando com líderes da Igreja no País é inútil, pois a Igreja não é, hoje, liderada pelos cardeais e bispos conservadores ou moderados, mas pelos radicais de esquerda que repelem a conciliação com o Governo considerado militar e opressor do povo. O líder da Igreja, hoje, é D. Arns e não D. Avelar Brandão. Quem comanda a política social da Igreja é a CNBB e a CNBB é controlada pelos bispos revolucionários marxistas e não pelos moderados ou conservadores, ainda que estes constituam maioria no país.
>
> Essa Igreja de linha marxista está decidida a fazer a revolução socialista no País. Os agentes dessa revolução espalham-se País afora, nas dioceses e comunidades de base. O confronto Igreja-Estado é uma realidade que não pode (nem deve) ser escamoteada”. (DIÁLOGO GOVERNO X IGREJA, 05/12/1980, assinada por Áurea Trindade)

Em “Igreja marxista”

> A igreja progressista – ou igreja revolucionária marxista – não deseja qualquer tipo de acordo com o Governo, prefere radicalizar sua posição política e ideológica, a fim de explorar a crise econômica e as deficiências da situação social do País com vistas à derrubada do regime, não abrindo mão de posições conquistadas, sobre pretexto de que está ao lado do povo, enquanto o Governo está ao lado dos opressores.
>
> Ocorre que a Igreja, cuja missão deveria ser espiritual – como tem sido ao longo da História – tem todas as condições de mobilizar massas, nas cidades e no campo, em qualquer sentido. Nos idos de 64 mobilizou massas para contestar o Governo Goulart e, afinal, derrubá-lo. Hoje ela está do outro lado, apta a desfechar a luta frontal contra o regime. Está estruturada para a luta revolucionária, através das milhares de células (ou comunidades de base) espalhadas pelo território nacional.
>
> (...) O clero de esquerda, dirigido pela CNBB, apóia o partido de Lula, enquanto os marxistas aliados de Moscou, integrantes do PCB, hospedam-se no PMDB, que se transformou, por seu lado, numa frente política também destinada a derrubar o regime via constituinte. (IGREJA MARXISTA, 04/12/1980, assinado por Benedito Souza Alves)

“Protestante e Progressismo”

> (...) O pastor Celso Dourado é entrosado com a minoria da Igreja Católica progressista que, por trás do significado desta palavra, traz outras conotações e aspirações. Este reverendo tem antecedentes péssimos, é político e ligado às esquerdas. Por ocasião do Congresso Nacional da Anistia, cedeu as instalações do tradicional educandário 2 de Julho, para que nele fosse aí instalado, contando inclusive com a presença do soviético LUIZ CARLOS PRESTES (...). Não reconheço, portanto, nenhuma autoridade moral no pastor CELSO DOURADO para se pronunciar em nome da maioria dos evangélicos, que se mantêm equidistantes da política e da subversão. (PROTESTANTE E PROGRESSISMO, 20/11/1980, assinado por Paulo José Ferreira).

O recurso da fabricação de Cartas Falsas continuará (ZACHARIADHES, 2010) demonstra, como em 1980, em momento de tensão entre Dom Avelar e o CEAS, provocado por Editorial dos Cadernos sobre a vinda do Papa, cuja divulgação Dom Avelar considerou que atingiu sua autoridade, várias cartas de supostos leitores foram enviadas aos jornais. As cartas prosseguiram até 1982. Dentre elas destacamos duas do mesmo teor, mas com assinaturas de "leitores" diferentes e uma assinada falsamente por Gabriel Kraychete Sobrinho, integrante do CEAS que publicou texto no mesmo jornal desmentindo.

6.9 Dom José Rodrigues e a Diocese de Juazeiro

6.9.1 Chegada e atuação de Dom José

Dom José Rodrigues emerge no cenário baiano em fevereiro de 1975, quando assumiu a Diocese de Juazeiro e a defesa da população rural impactada pela implantação da barragem de Sobradinho[29].

A barragem foi implantada na divisa dos municípios de Juazeiro e Casa Nova e logo cobriu uma área de 4.250 km², inundou áreas dos municípios de Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova e impôs o deslocamento de cerca de setenta e duas mil pessoas. A decisão foi em 1971, o edital de pré-seleção saiu em 1972 (previa a construção de mil residências para trabalhadores casados e 2.200 para solteiros). Distribuiria 5.720, lotes agrícolas (55.566 hectares), só 1.000 famílias poderiam se estabelecer à margem do lago, foram construídas novas sedes para as quatro cidades e a população rural (80% do total) receberia indenização. Ocorre que as indenizações contemplavam, principalmente, quem comprovava ter escrituras e benfeitorias, o que se chocava com a história de áreas ocupadas há gerações, sem a realização de inventários ou arrolamentos. Acresce que, durante décadas, as áreas do Vazante e as ilhas do rio eram utilizadas para as plantações.

A justificativa da CHESF para a obra – controlar a variação das descargas do rio entre os períodos da cheia e de estiagem que colocaria em risco a operação das usinas de Paulo Afonso – e a ideologia desenvolvimentista inibiram as reações tanto dos políticos da região onde famílias protagonizavam desde a República Velha, quanto, inicialmente da Diocese de Juazeiro.

[29] Informações a seguir, baseiam-se em SILVA, Margarete Pereira de. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar in ZACHARIADHES, Grimaldo, p. 241-257.

A partir da chegada de D. José, a Diocese assumiu a defesa dos desalojados. A posição de Dom José é exemplo de conversão de religiosos vindos de outras experiências quando se defrontaram com a dura realidade das classes populares. Dom José vinha de experiências de atividades administrativas e disciplinares na Congregação do Santíssimo Redentor onde fora vice Provincial e Professor no Seminário. O integrante da CEV-BA, Joviniano Neto, presenciou vários casos semelhantes de padres, especialmente estrangeiros, quando se defrontavam com a realidade baiana. Em abril de 1975 a Comissão dirigida por D. José, elaborou Memorial ao Governador, Incra e CHESF com reivindicações. Em Assembleia Geral (novembro de 1976) foi elaborado o 1º Plano de Pastoral Orgânica da Diocese na qual uma das três metas era a Pastoral da Mudança (das quatro cidades e dos núcleos rurais). As outras foram a Pastoral da Família e a Pastoral da Terra.

A partir daí surge uma grande polêmica, com acusações de arbitrariedades e defesas da CHESF. “Carta dos três bispos” (D. José de Juazeiro, D. Jairo Ruy Matos da Silva de Bonfim e D. Geraldo de Andrade Pontes que denunciava a violação dos direitos humanos praticados pela CHESF, CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Agropecuária) e pessoas que, inclusive praticavam grilagem. D. Avelar instado a se pronunciar (permanência da visão de que, como Primaz, teria autoridade sobre a Bahia) declarou que a responsabilidade era dos bispos signatários. Os três bispos apoiaram, também a criação da Pastoral da Terra na região. Em 1977 a Assembleia Legislativa da Bahia criou CPI da Grilagem na qual falaram D. Jairo e D. José. A pressão da Igreja, sindicatos dos trabalhadores rurais (estimulados pelas dioceses) e a grande reação na opinião pública, nacional e internacional levaram a ELETROBRÁS, em 1978, a elaborar o que seria o Programa de Desenvolvimento do Reservatório de Sobradinho. Os problemas persistiram. Em junho de 1978 foi divulgado documento “A Diocese de Juazeiro diante do projeto Sobradinho” no qual reivindicava lote de terra para cada família e reiterava a denúncia de grilagem. A CPT entrava na Justiça contra invasões e desapropriações injustas e realizava eventos de conscientização da população.

Em 1981, D. José lança Cartilha Política reafirmando a opção preferencial pelos pobres.

Em decorrência disto, D. José recebeu ameaças de morte, enfrentou uma campanha difamatória e a reação de grande parte da elite local e estadual.

Um exemplo de campanha difamatória foi o Cordel, o ANTICRISTO, com a foto de D. José na Capa (com dois chifres, tridente, uma foice e o martelo na lapela) e críticas à Igreja Popular associada ao marxismo (ZACHARIADHES, - 176 / 177). Ressalte-se que a cartilha foi enviada como se o remetente fosse o CEAS.

6.9.2 A visão do SNI

Neste quadro se incluem as seguintes informações do SNI, levantadas no Arquivo Nacional:

O Documento ASV. ACE 300/79 CNF 1/1, Informação N° 0131/116/ASV/79, constituído em 13 de novembro de 1979, discorre sobre a Diocese de Juazeiro/BA – Atividades do bispo D. José Rodrigues de Souza.

O documento informa sobre a “ampla doutrinação” que o bispo realiza “junto aos setores mais incultos”, mobilizando essa esfera da população em “campanhas reivindicatórias”. Cita o Centro de Treinamento de Líderes da Diocese como palco dessas reuniões, que em muitos momentos perde o foco religioso para discutir temas político-sociais. A participação

do líder estudantil pernambucano Edvaldo Nunes da Silva, “Cajá”, nas reuniões. Refere-se à participação do bispo na coordenação do movimento de greve dos professores da Rede Estadual de Ensino em Juazeiro/BA, constituindo-se do papel de líder na greve de Estudantes da Faculdade de Agronomia de Juazeiro/BA. Além de promover uma marcha dos trabalhadores rurais, percorrendo vários pontos da cidade, reivindicando pela terra.

Contudo, o documento informará o nome de pessoas envolvidas na greve dos estudantes: O presidente do Sindicato Rural, o engenheiro Alberto Armando Batista Gaspar, a psicóloga Jeorgete Pereira Oliveira, Sílvio Roberto, Walquíria Pereira de Brito, a socióloga Altair Pacheco dos Santos, o fazendeiro Manoel Cavalcanti Leão Neto, Jaime Badeca, Manoel de Souza Duarte, o dentista Edilson Monteiro, Manoel Cavalcanti Leão Neto.

Em anexo ao documento está uma convocação de um ato religioso em apoio às famílias prejudicadas por grilagem. E uma carta do bispo Dom José de apoio à greve dos professores, que reivindicavam pelo “Estatuto do Magistério” e o estabelecimento de um “Piso Salarial”.

O Documento ASV. ACE 348/79 CNF 1/1, ENCAMINHAMENTO N° 008/116/ASV/79, constituído em 28 de dezembro de 1979, discorre sobre D. José Rodrigues de Souza–Bispo da Diocese de Juazeiro/BA. Consta, em anexo, recorte do Jornal “Tribuna da Bahia” com entrevista de D. José publicado na edição de 28 de dezembro de 1979, pg.09. Tratando sobre a “grilagem de terras na região” e a então “linha de ação da Diocese de Juazeiro/BA”.

O bispo defende a postura que só uma “Reforma Agrária” acabaria com a grilagem e melhoraria as condições de vida do trabalhador rural, que não fosse apenas uma distribuição de terra, mas assistência técnica, a propagação da educação e das escolas, assistência médica, atendendo as necessidades da população rural.

A vigilância sobre sua atuação continuou em 1981. O Documento ASV. ACE 2031/81 CNF 1/1, INFORMAÇÃO Nº 0131/116/ASV/81, constituído em 31 de agosto de 1981, discorre sobre “Cartilha Política” da Diocese de Juazeiro/BA. Em anexo consta uma cópia dessa cartilha.

De acordo com o documento, o Bispo da Diocese de Juazeiro/BA, D. José Rodrigues de Souza constituiu uma “Cartilha Política” com pretensão de conscientizar a população e ajudar na “escolha dos seus partidos políticos”, em vista das previstas eleições de 1982.

Portanto, D. José Rodrigues de Souza é considerado um adepto ao “regime socialista”, estando oposto à situação “político-econômica” do país. E segundo o documento, incitava a aumentar a luta de classes.

6.10 Paulo Afonso e Senhor do Bonfim

Os dois bispos que com D. José assinaram o manifesto dos três bispos, continuaram na mira da repressão, e pelo mesmo motivo a defesa dos trabalhadores rurais e camponeses da região. Dois documentos levantados no Arquivo Nacional ilustram esta situação.

6.10.1 A “Verdade” incomoda

O documento – ASV/ACF 138/79 – Informação nº 0054/116/ASV/79, do SNI e datado de 22 de junho de 1979 (Anexo 51 p. 814 e 815), denuncia a atuação dos padres Luiz Tonnetto Figueiredo e Padre Natal Ca

mpana de Senhor do Bonfim. Anexa cópia do “Jornal Verdade”, carta aberta à população e recortes do Jornal da Bahia.

O SNI apontava o referido Padre como “mentor da invasão de área pública pertencente ao Município”. O padre que teria permanecido irredutível às mediações seria responsável pelas publicações anexas ao relatório que influenciariam o povo contra “dois vizinhos” da área “invadida”.

A carta aberta à população de 27/05/1979 era assinada pelos moradores das Favelas da Olaria e do Alto do Mosquito. Dizendo que habitavam a área há cerca de 15 anos e que com a valorização das terras ela passou a ser objeto de violentas invasões.

O próprio padre Natal em matéria anexada dá uma visão da questão. Sobre a invasão depôs:

> “Há poucos dias, um fazendeiro de Bonfim, depois de ter colocado a cerca na frente da porta de 25 famílias, ameaçou de passar o trator sobre aquelas casas de taipa, para aumentar mais a sua grande fazenda, no bairro da Olaria. Reuni aquelas famílias sofredoras e resultou que o terreno que ocupavam era da Prefeitura, que nunca incomodou aquele povoado. Quem é o invasor?
>
> Um morador, que protestou contra a atitude do fazendeiro, foi agredido, perdendo três dentes. Na reunião foi decidido derrubar a cerca. O que foi feito à noite, quando de repente chegou o dono com três desconhecidos (pistoleiros?) ameaçando a todos de morte, inclusive o padre, acusado de subversivo e agitador”.
>
> Mostrando sua disposição de negociar declarou que, “logo no mesmo dia, à noite, reuni o povo, desta vez com autoridades, o prefeito, o delegado regional e o irmão do fazendeiro, que é advogado. A conclusão da reunião foi que o prefeito declarou que o terreno ocupado era da Prefeitura e que só ele podia despejar, mas que pelo momento não podia fazê-lo, para não criar um problema social mais agudo”, (Padre relata pressão que resulta no êxodo). Jornal da Bahia, 28/05/1979, p. 4.

A outra matéria anexada pelo SNI é do mesmo dia – “Jornal “Verdade e luta contra a opressão” (Jornal da Bahia, Edição Especial 28/05/1979, p.10). O próprio “verdade, inclui texto Democracia: O povo deve fazer sua própria história” e “Extra: Grilagem na Olaria” (Verdade, Senhor do Bonfim, 03/04/1979, p. 5 e 10).

6.10.2 Defesa de Moradores e Trabalhadores Rurais

Em 1980, Informação 260/19/AC/80 do SNI, critica Liga Social Católica – Administrada pelo Padre Mário Zanetto, de Paulo Afonso. Na primeira página memorando manda “Verificar se o Padre é estrangeiro”. Aqui cabe uma digressão. A preocupação com os padres estrangeiros era uma constante nos órgãos repressivos. Para isto influía a tradição dos

governantes brasileiros, desde o período colonial, de atribuir a ideias “exóticas”, vindas do exterior, a subversão do “pacífico” povo brasileiro; o fato do Brasil, como terra de missão, ter grande parte de estrangeiros em seu clero, muitos influenciados pelo Concílio Vaticano. Dois exemplos ilustram esta afirmação “Vai e Vem” da relação de “Padres Estrangeiros Progressistas” (Informação 084513 – 102 – 13 – CI), emitido pelo Gabinete do Ministro do Exército (Centro de Informações do Exército), que afirmava que o Centro possuía os seguintes registros acerca das atividades de padres estrangeiros ligados à esquerda subversiva clerical, na área da 6ª. RM. À época, listou 17 padres, a saber:

– Claude Renê Armand Philippe (Belga), Cláudio Perani (Italiano), Ernesto Bottazzi (Italiano), Giampaolo Salvini (Italiano), Giampietro Cornado (Italiano), Giulio Di Laura (Italiano), Jean François Lacrevaz (Francês), Leon Lamberto Joseph Gregoire (Belga), Manoel Andrés Mato (Espanhol), Nestor Prudent Ghislain Mathieu (Belga), Paulo Maria Tonucci (Italiano), Pedro Dalle Nogare (Italiano), Pierre Fernando Lucien Toulotte (não informado), Robert Joseph Camille Etave (Francês), Tarcísio Botturi (Italiano), Tiago Cloin (Irlandês) e Tommazo Cacazzuti (Italiano).

Voltando à análise da Liga Social, no fim de 1987, o SNI apresenta crítica a projeto por ela apresentado, “Educação e Promoção do Pequeno Agricultor pelo Direito de sua Terra no Submédio São Francisco”, que se propunha a apoiar o pequeno agricultor na luta pela permanência na terra, na região da Construção da Barragem de Itaparica, oferecendo-lhe alternativas de resistência, despertando-o a conscientizar-se dos seus direitos e do seu destino.

Trata-se de uma nova barragem que iria submergir grande extensão dos Municípios de Petrolândia, Floresta e Itacarumba no Estado de Pernambuco.

O SNI advertiu que “na região do Vale do São Francisco, vem sendo montada uma forte campanha contra os órgãos governamentais (CHESF e CODEVASF) que atuam na área” que seria integrada por 12 instituições entre instituições Religiosas e de Trabalhadores na Agricultura.

O SNI acusa que, para conseguir recursos para o projeto, “a Liga faz descuidosas acusações à política energética e agrária do governo, taxando-a como responsáveis, pelas maiorias das tensões nas populações rurais”.

Esta preocupação com as atuações dos religiosos atuantes nas dioceses de Juazeiro, Paulo Afonso e Petrolina estende-se no tempo.

6.10.3 Trabalho Incompleto

Este levantamento, que acreditamos suficiente para mostrar as relações entre Igreja Católica e Ditadura Militar na Bahia é, manifestamente, incompleto. A reconstituição do que ocorreu em todo o território baiano é tarefa para o qual este trabalho fornece uma contribuição inicial.

A visão, no Arquivo Nacional dos milhões de páginas oriundas do SNI e outros órgãos de repressão política, pode dar a impressão, e este mesmo era o seu desejo, de que acompanhavam e informavam todos os movimentos da oposição. Além de incluir dados incorretos, avaliações contaminadas ideologicamente e, muitas vezes, desproporcionais, a rede de espionagem política era, muitas vezes, enganada e não conseguiu apreender muitos fatos relevantes. A seguir, exemplo relacionado à ação da Igreja Católica, mas que lembra a existência de casos similares.

Em 17 de agosto de 1979, às vésperas da anistia restrita (28) que não o incluía e que o deixaria como único preso político na Penitenciária Lemos de Brito, Theodomiro Romeiro dos Santos fugiu. Primeiro civil condenado à pena de morte na República, ele fora erigido pelos militares como símbolo dos "crimes de sangue", não anistiáveis; entretanto, sendo seu crime político, sua pena foi sucessivamente reduzida. Em 1979 a pena era de oito anos por homicídio. O assalto a banco passou a 5 anos, 6 meses e 20 dias, a participação pelo PCBR para dois anos e meio. Com a adequação das penas somavam 16 anos dos quais cumprira mais da metade. Tinha direito a liberdade condicional. Apesar da aprovação do Conselho Penitenciário e de preencher todos os requisitos, a liberdade condicional foi negada pela Justiça Militar.

Sua fuga foi organizada por amigos e companheiros do PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Padre Renzo Rossi obteve recursos no exterior para viabilizá-la. Enquanto os jornais, iludidos, anunciavam a presença de Theodomiro no exterior ele circulava na Bahia e no Brasil. Quando seu esconderijo em fazenda cacaueira ficou perigoso, Padre Cláudio Perani conseguiu com o bispo de Vitória da Conquista, Dom Climério Almeida, autorização para que ele fosse acolhido na Diocese e, mais do que isto, no Convento Feminino das Irmãs Medianeiras. Depois obteve do Bispo de Bom Jesus da Lapa, D. José Nicodemos Grossi, que o acolhesse na Fazenda dos padres a 40 km da cidade.

Após peripécias, Theodomiro aparece e pede asilo na Nunciatura Apostólica em Brasília e depois, em 17 de dezembro do mesmo ano, parte para o exílio (México e França)[30]. Os nomes de D. Climério e D. José Grossi não apareceram, até então, neste relatório. São exemplos de como, tanto o nosso levantamento quanto, felizmente, o da repressão foram incompletos.

6.11 Igrejas Evangélicas

6.11.1 Fatores Específicos

Ao apresentar as relações na Bahia entre a ditadura e as Igrejas Evangélicas, e a repressão que, dentro das igrejas, os evangélicos progressistas e ecumênicos sofreram, devemos iniciar pela especificidade da situação. Assim pode-se entender porque o apoio ao Golpe foi mais duradouro e a ênfase da nossa análise se concentra na repressão promovida por dirigentes das igrejas Presbiteriana e Batista sobre seus membros progressistas e ecumênicos. As dimensões da repressão foram diferentes. Na Presbiteriana, foi decisão nacional contra o Presbitério de Salvador, na Batista 2 de Julho, foi a expulsão dos dissidentes. Mas, os resultados foram similares. Os perseguidos e expulsos saíram e criaram uma nova igreja.

[30] CARVALHO Neto, Joviniano s. de Theodomiro – Os limites da mídia e da Anistia. A imprensa baiana e o primeiro condenado à morte na República. Salvador, agosto de 2000 p. 355/422. Dissertação do Mestrado. Universidade Federal da Bahia – Curso de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea

Diferentemente do que fizemos ao analisar a Igreja Católica, o entendimento do comportamento dos evangélicos implica em recordar, ainda que sumariamente[31], as divisões doutrinárias e o processo de implantação, no Brasil, das igrejas evangélicas. De fato, a posição política das igrejas evangélicas no Brasil durante a ditadura militar foi condicionada pelos seguintes fatores:

1. Confronto doutrinário, entre conservadores e fundamentalistas de um lado e progressistas e ecumênicos de outro, que se estabelece no início do século XX e cresce depois da II Guerra Mundial;

2. Entrada no Brasil acompanhando imigrantes da mesma etnia ou através de missionários norte-americanos;

3. Ligações ideológicas e muitas vezes financeiras com as congregações norte americanas das quais receberam pastores e valores, dentre as quais admiração pelos Estados Unidos e anticomunismo;

4. Caráter minoritário e composição social.

Na Bahia, como no Brasil, a repressão aos evangélicos progressistas justificou-se bastante, como modo de manter a pureza da fé contra "contaminações".

6.11.1.1 Conservadores e Fundamentalistas X Progressistas e Ecumênicos

Dentro das Igrejas evangélicas, de modo semelhante à Igreja Católica, desenvolveu-se, a partir do fim da 2ª Guerra Mundial e no quadro da "Guerra Fria", um confronto entre conservadores e renovadores. Uma das expressões dentro do confronto foi o embate entre fundamentalistas e ecumênicos. Em âmbito mundial uma referência ecumênica foi o CMI – Conselho Mundial das Igrejas criado em 1948 (Amsterdam) para afirmar a responsabilidade social dos cristãos e das igrejas na reconstrução do mundo após a 2ª Guerra Mundial.

O CMI foi enfrentado e estigmatizado pelos fundamentalistas, movimento difundido a partir dos Estados Unidos que, dentre outras ações, cria o Concílio Internacional das Igrejas Cristãs, liderado pelo pastor presbiteriano Carl Mac Intire.

Esta luta tinha raízes antigas. O fundamentalismo, atualmente tão associado, e negativamente, ao islamismo, nasce nos Estados Unidos. Estudiosos como Elizete Silva e Marly Geralda de Jesus, colocam seus antecedentes no "grande reavivamento" ocorrido nos séculos XVIII e XIX que buscava os primitivos fundamentos cristãos, através da fidelidade aos princípios do Novo Testamento, repúdio ao mundo(e suas tentações) vida dedicada ao ensino e divulgação de doutrina. Desde então tendia ao pietismo, exacerbando a separação entre Igreja e Mundo que é parte da mensagem cristã.

As primeiras formulações do Fundamentalismo teriam surgido no fim do século XIX. Aparece como reação ao modernismo, inclusive nas interpretações bíblicas, e a linha do Evangelho Social que relia o Evangelho a partir dos problemas sociais. Em 1895, Conferência do Niagara Falls lançou documento neste sentido. Como movimento, identificado com este nome, surge nos Estados Unidos. O termo foi cunhado pelo editor batista Curtis Lee Laws em 1920 e se inspira no conjunto de doze ensaios, "*The Fundamentals a Testemony to the Truth*" (os fundamentos: um testemunho da verdade)

[31] Existe bibliografia que permite aprofundar a questão para a construção deste item do relatório. Muito nos apoiamos em SILVA, Elizabete de. Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: Editora UEFS, 2010, 232p

publicado entre 1910 e 1915. A partir deste ano, difunde-se, atinge várias igrejas, especialmente, a Batista e Presbiteriana, denominações a que damos especial atenção neste relatório. Reagindo à teologia liberal e ao modernismo defendem a inerrância da Bíblia, são literalistas, veêm o texto literal da Bíblia como verdade sem contextualizar ou vê-lo como simbólico ou alegórico, ahistórico, especialmente se novas leituras enfrentavam problemas sociais. Desde o início, no século XIX, eram contrários ao "unionismo" (cooperação com outras igrejas).

Dentre eles destacavam-se os Batistas que, aliás, se consideravam mais puros do que as outras denominações evangélicas que aceitavam o batismo de crianças.

Para os fundamentalistas depõe Elizete Silva, "os principais inimigos do protestantismo eram a Igreja Católica, o socialismo, a filosofia moderna e o espiritismo" (SILVA, 2010, p. 37). Esta posição leva ao conservadorismo, ao pietismo, à religiosidade mais individual e moralista e assumia, literalmente o princípio da obediência à autoridade, pois toda autoridade vem de Deus.

Esta concepção fornecerá uma base para, no Brasil, os conservadores não apenas apoiarem o golpe militar, como se apoiaram no clima por ele criado para reprimir, dentro de suas igrejas, progressistas e ecumênicos. Estes elaboravam novas doutrinas e práticas, defendiam a importância do testemunho e ação social. Assumiam o ecumenismo (a unidade, na diversidade, dos cristãos) e, no limite, até a existência em cada religião cristã (e, caso raro na época, nas não cristãs) de caminhos válidos para Deus. A estigmatização destas posturas será maximizada) pelo modo de inserção das igrejas evangélicas no Brasil.

6.11.1.2 A imigração e missionarismo

As igrejas evangélicas chegaram ao Brasil por dois caminhos. O primeiro foi o das igrejas que acompanharam uma etnia de imigrantes. É o caso da Igreja Luterana (alemães), Anglicana (ingleses e depois de 1955, de segmentos norte-americanos na "Comunhão Anglicana"). Não têm grande atuação proselitista e, por isto menor expressão na sociedade. O segundo e maior caminho foi o missionário, através de pastores provenientes dos Estados Unidos. Traziam valores e mentalidade, geralmente conservadores, dos Estados Unidos.

> "A maioria dos missionários protestantes que divulgou o protestantismo no Brasil era originário do sul dos Estados Unidos, região mais conservadora daquele país, conhecido como "cinturão da Bíblia" (SILVA, 2010, p. 36)

Boa parte dos protestantes brasileiros viam os Estados Unidos como a pátria da qual receberam o Evangelho, com papel de defender os princípios democráticos e cristãos no mundo, inclusive contra o comunismo ateu.

Neste quadro, compreende-se as dificuldades que os setores renovadores e voltados para o social enfrentam quando, a partir da década de 1950, emergiu o debate sobre mudanças políticas e sociais. Se a influência vinda dos Estados Unidos foi geralmente conservadora, uma grande exceção foi o papel desempenhado pelo reverendo Richard Schaull que, vindo do Seminário Princeton para o Seminário de Campinas, o transformou em um dos principais centros de renovação propondo uma teologia a partir da realidade do mundo. Forma discípulos dentre os quais Celso Dourado, Áureo Bispo dos Santos, João Dias de Araújo, Rubens Alves, Jovelino Pereira e, fora do seminário, Waldo Cesar e Paulo Wright. Os três primeiros encontramos, na Bahia, defendendo o ecumenismo e enfrentando a repressão. O

último será um dos “desaparecidos” políticos mortos pela ditadura militar. Seu irmão, o pastor Jaime Wright se destacará como um dos maiores defensores dos Direitos Humanos, coautor, com Dom Paulo Evaristo Arns, do projeto “Brasil Nunca Mais” e hoje, seu arquivo se encontra no Colégio Dois de Julho. Schaull voltou aos EUA em 1962, manteve-se em contato com o Brasil onde, após o Golpe, foi proibido de entrar, só recebendo visto de entrada em 1985. De 1955 a 1962, ele ajudou a organizar quatro conferências nacionais, sendo que a última, em Recife, teve como tema central “Cristo e o processo revolucionário”. Também, em 1962, a Igreja Presbiteriana do Brasil aprovou, no Supremo Concílio, documento “Pronunciamento Social”, defendendo a ação social e o engajamento dos cristãos. Este documento nasceu de uma proposta do Vereador Celso Dourado do Presbitério de Campo Formoso e vereador pelo PTB.

Havia uma divisão em torno do ecumenismo e da ação social, mas a corrente progressista crescia, especialmente dentre os presbiterianos. Nas batistas, a juventude se mobilizava.

O golpe permitiu o desencadeamento de repressão pelos conservadores. Entre os presbiterianos, logo em 1964, vários professores foram afastados do seminário do Norte (Recife) a exemplo de Áureo Bispo dos Santos e João Dias de Araújo que vieram para a Bahia. À época, 14 pastores de 28 presbitérios encaminharam memorial exigindo punição para os renovadores.

No momento do golpe, as igrejas evangélicas o apoiaram, e em boa parte dele, reprimiram os “progressistas”.

Após o apoio inicial, a repressão recrudescerá internamente no fim da década de 1970. A Bahia será exemplo desse fenômeno.

6.11.1.3 Ligações ideológicas e financeiras

Às ligações ideológicas presentes nas pregações e nos livros editados e, muitas vezes traduzidas do inglês, se somava a dependência financeira. As divergências entre fiéis brasileiros e pastores estrangeiros será um dos focos de tensão nas igrejas. Quanto à dependência financeira, às vezes, ela era cruamente explicitada. Agostinho Muniz, um dos jovens batistas que, na década de 1960, se rebelava contra a influência estrangeira, em 2015, dá uma clara e dura declaração.

> Os missionários americanos exerciam fortíssima influência. Na verdade, dominavam as igrejas batistas. Durante muitos anos, eles aqui praticaram o poder administrativo-financeiro, manipularam as igrejas e a denominação batista, principalmente através da Casa Publicadora Batista, fazendo um controle ideológico e cultural. Assim, ao longo dos anos, podem ser alguns citados: James Jackson Taylor, William Buck Bagby, Burley Cader, J. Elmer Lingerfelt, Roy Fowler e James Kirk, sendo os quatro últimos na Bahia, a partir dos anos de 1960. Elmer Lingerfelt, então, foi terrível! Em reuniões das igrejas, ele não tinha cerimônia em dizer: “Se a nossa orientação não for seguida, a nossa Junta não continuará mandando dinheiro para o Brasil...”

6.11.1.4 Caráter minoritário e composição social

Finalmente, a atuação “protestante” era fortemente condicionada pelo seu caráter minoritário. Isto fazia com que, na sua visão de democracia, enfatizasse a defesa da (sua)

liberdade religiosa, procurassem aparecer como cidadãos cumpridores da lei, enfatizasse a defesa de sua identidade e, criticando praticas da Igreja Católica, procurasse converter.

Boa parte era recrutada em setores da classe média, nos quais seus valores encontravam ressonância.

Estes quatro condicionantes explicam, como veremos, grande parte das ações das igrejas batistas e presbiterianas na época da ditadura militar na Bahia.

6.12 Igrejas Batistas

Uma visão ampla e sucinta das Igrejas Batistas na Bahia, no período do golpe militar, foi fornecida por Agostinho Muniz em depoimento solicitado pela CEV-BA. Agostinho Muniz é personagem citado na bibliografia, como símbolo de luta interna e da repressão na Igreja Batista. Agostinho afirma que:

> Nas igrejas batistas, com ampliação para todo o Estado da Bahia, através da Convenção Batista Baiana, compreendendo a quase totalidade das igrejas, predominavam quatro pastores-líderes de Salvador: Valdívio de Oliveira Coelho (Igreja Sião), Ebenézer Gomes Calvacanti (Igreja Dois de Julho), Belmiro Sampaio (Igreja de Itapagipe) e Hercílio Arandas (Primeira Igreja Batista do Brasil).
>
> Valdívio e Ebenézer, que não se davam muito bem entre si, por vaidade e disputa de poder, é que comandavam a Denominação Batista, projetando nacionalmente suas forças para o âmbito da Convenção Batista Brasileira, instância que congregava a maioria absoluta das igrejas batistas. Esses dois pastores promoveram perseguição política a membros das igrejas; (...) O pastor Belmiro Sampaio que, além de ter feito o curso de Teologia no berço comum do Seminário Batista em Recife, também se formou em Direito e trabalhou como advogado, apesar de ter bom preparo intelectual e ser um tanto mais liberal ou menos reacionário, o pastor Belmiro era um liderado de Ebenézer. Por sua vez, Hercílio Arandas assumia certa autonomia e não se prendia politicamente aos grupos mais conservadores, embora nenhuma identidade tivesse com a esquerda.

No apoio e participação ao Regime Militar dentro da Igreja Batista destacavam-se a Igreja Batista Sião e a Igreja Batista 2 de Julho, ambas com antigas ligações com classes médias e os setores políticos conservadores.

6.12.1 Igreja Batista Sião

Sobre a Igreja Batista Sião convergem os depoimentos à CEV de Elizete Silva, Agostinho Muniz e do pastor Eliabe Gomes.

A Igreja Batista Sião seria formada por uma classe média emergente da qual a categoria militar se constituía, dentre outras, e representava a comunidade batista baiana dita de maior prestígio social. Esse prestígio decorria tanto dos estratos sociais que a compunham, quanto das relações políticas que seus líderes religiosos costuravam. Um dos grandes mediadores e articuladores no diálogo entre batistas e militares, da Igreja do Sião, foi o advogado e então professor da UFBA Raimundo Brito. Tendo sido, também, deputado

federal (1954, 1958, 1962, pela UDN e 1966 pela ARENA). Em 1967 o jornal “O Estado de São Paulo” considerou-o o melhor deputado da Câmara Federal.

A Igreja Batista Sião participou do apoio ao Golpe desde o começo.

Elizete Silva, em depoimento à CEV-BA lembrou:

> E participei também do culto em Ação de Graças, que foi organizado pelo pastor Valdívio Coelho, pastor da igreja Batista Sião, uma das igrejas da elite Batista em Salvador, e ele era capelão do Exército e fez um culto de Ação de Graças no Teatro Castro Alves, e juntou todos os protestantes no Teatro Castro Alves, para dar graças a Deus, porque os militares tinham feito o golpe e livrado o Brasil do comunismo. (Depoimento de Elizete Silva à Comissão Estadual da Verdade da Bahia, SD, p.3)

6.12.2 A dominação dos Coelho

Ao referir-se aos “Coelho” detalhou o papel do deputado Raimundo Brito e de sua esposa:

> Então, primeiro, dentro desse espectro do protestantismo nós vamos ter duas posições fundamentais, os apoiadores que legitimaram o golpe e a ditadura militar, o governo militar, e os opositores. Dentre os apoiadores (...) eu gostaria ainda de citar, dentro da convenção Batista, da denominação Batista em nível nacional e da Bahia, o deputado Raimundo Brito. O deputado Raimundo Brito foi o mediador entre ACM, os militares em Brasília e os protestantes na Bahia e no Brasil, ele teve um papel fundamental.
>
> Quem era Raimundo Brito? Era um jovem advogado, professor da UFBA, que nunca exerceu, foi político profissional a vida toda, casado com uma senhora, dona Alzira Coelho, vulgo Alzirão, porque ela tinha dois metros, dona Alzira Coelho, (...) que vem a ser a irmã do pastor Valdívio Coelho. Essa família Coelho, era, também, chamada de “a coelhada”. A família Coelho, não só, eles eram líderes dentro dessa denominação Batista, e essa dona Alzira era poderosa.(...) porque era Coelho Brito, Brito do marido dela, o deputado. Então, a rede de intriga se estabelecia nas famílias e dentro da igreja, e esses Coelho além de serem líderes na denominação Batista baiana e nacional, eles também eram militares, (...) o reverendo Valdívio Coelho era capelão do Exército, porque ele tinha uma carreira militar no Exército, também.
>
> Então, através do deputado Raimundo Brito, fizeram relações, eu diria, muito íntimas no âmago do poder da ditadura em Brasília e na Bahia, e Raimundo Brito era o homem de confiança de ACM para as relações com os evangélicos, em geral. (Depoimento de Elizete Silva à Comissão Estadual da Verdade da Bahia).

Um exemplo de ligação com o Regime Militar dos resultados obtidos pelos batistas foi o apoio para a construção do Hospital Evangélico em Brotas, lembrou Elizete: O próprio presidente da República, o Marechal Castelo Branco, veio lançar a pedra fundamental e “veio ciceroneado por Raimundo Brito, D. Alzira Brito e toda a “coelhada” da Igreja Batista Sião. O Marechal veio, foi gloriosamente recebido pelos irmãos”.

Do depoimento de Agostinho Muniz selecionamos os seguintes trechos:

> O poder político da Igreja Sião vinha através do pastor Valdívio, militar da reserva, que antes tinha sido capitão-capelão do Exército brasileiro, e que faleceu no ano de 1987. [...]
>
> Na Igreja Sião, onde o seu pastorado estendeu-se por mais de 30 anos, desde 1955, o pastor Valdívio reuniu o seu clã, que exercia liderança e poder, incluindo a Dra. Alzira Brito, destacada advogada, sua irmã mais velha, casada com o deputado federal Raimundo Brito. Completavam a grei familiar os irmãos Zé Coelho, Raimundo, Geraldo e mais um outro. O deputado federal Raimundo Brito, ligado a Juracy Magalhães, interventor da Bahia, se elegeu, pela UDN, em 1954, 58, 62 e, após a Ditadura, pela Arena, em 1966. Nas relações com os militares, ele antecedeu a Antônio Carlos Magalhães, mas terminou compondo o grupo político de ACM.

Acrescentamos que, estreitando seus laços com os protestantes, ACM o nomeou, em 1971, como Secretário de Justiça. Para Agostinho,

> Uma das pessoas que mais serviram na ligação entre as igrejas batistas da Bahia e a ditadura foi Raimundo de Oliveira Coelho, irmão consanguíneo do pastor Valdívio, e membro da Igreja Sião. Durante cerca de 15 anos, antes e depois do golpe de 64, Raimundo foi presidente da Juventude Batista Baiana, a JBB, organização que congregava os jovens de todas as igrejas e que chegou a ter uma certa expressão, sempre mantendo estreitas ligações com o sistema que controlava a denominação Batista.

Raimundo teria formado sua adesão à visão militar quando fizera o CPOR, entre 1958/1959, quando estabelecera ligações com o então capitão Luiz Arthur de Carvalho. Antes de 1964, centralizou debates nos arredores da Igreja Sião, no Campo Grande, nas quais alguns estudantes, como Johnson Moura, do CPC – Centro Popular de Cultura da UNE, até questionavam o Sistema. Depois de 1964, os debates terminaram. Sobre a sua atuação política Agostinho ainda lembra:

> Durante a Ditadura, pretendendo ampliar e se aproveitar da sua liderança religiosa, Raimundo Coelho se candidatou, por duas ou três vezes, a deputado federal, mas nunca se elegeu. (...) Dois dos seus companheiros de política, porém, obtiveram relativo sucesso: Eraldo Tinoco Melo, que veio a ser, por mais de uma vez, deputado federal, ministro da Educação e vice Governador da Bahia, e Gersoniel Macedo, depois conhecido como Gerson Macedo, que alcançou certo destaque como comentarista de futebol em emissoras de rádio da Bahia, sendo eleito, por algumas vezes, vereador de Salvador.

6.12.3 A resistência aos Coelho

A dominação dos Coelho não ocorreu sem resistência. Agostinho reconhece que

> De um modo geral, antes de 1964, as igrejas evangélicas na Bahia nunca se destacaram pelo tratamento dos problemas políticos brasileiros e eram tidas como tradicionais e conservadoras, limitadas apenas às questões religiosas.

> É certo que havia o empenho de uma minoria, sobretudo durante estudos na Escola Bíblica Dominical, para que as Igrejas se envolvessem e tratassem das questões sociais que afligiam o povo brasileiro. Essa tendência também se estendia às reuniões da União de Mocidade, e ganhou reforço quando, nacionalmente, o pastor Luis Schettini, um liberal com tendência para a esquerda, foi coordenar a Junta de Mocidade da Convenção Batista Brasileira. Ele, porém, enfrentou combate duro com os conservadores e aguentou por pouco tempo no cargo.

Pouco antes e logo após o Golpe de 1964

> (...) Alguns outros evangélicos, principalmente alunos do Colégio Central, começaram a estabelecer aproximação com a Juventude Estudantil Católica (JEC), participando de reuniões conjuntas, que cresceram no tempo de universidade, com a Juventude Católica Universitária (JUC), e uma experiência política com a Ação Popular (AP), em consequência dos efeitos da violenta repressão que passou a ser feita. Algum tempo depois, aconteceu uma aproximação mais forte de evangélicos e católicos, em redor da admirável figura de Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti, beneditino do Mosteiro de São Bento. Mesmo depois da morte dele, os laços de convivência foram mantidos por mais de 30 anos. A união permanece até hoje, com a autodenominação de Grupo Ecumênico de Estudos D. Jerônimo Cavalcanti.

Agostinho relembrou um momento da derrota dos Coelho

> Uma das mais significativas respostas contra a repressão político-militar da ditadura nas Igrejas Batistas de Salvador aconteceu em 1966, quando da eleição de nova diretoria da Juventude Batista Baiana. Mais uma vez, Raimundo Coelho era candidato, achando que seria fácil reunir os costumeiros 30 votantes, que lhe garantiam tranquila reeleição. Tomou grande susto, quando chegou para a eleição, no templo da 1ª Igreja, e encontrou mais de 500 jovens evangélicos, decididos a eleger Iraci de Souza Spínola, da Igreja Dois de Julho, com uma chapa que era independente, mas não de esquerda. A eleição foi muito tensa, porém, o resultado arrasador foi incontestável.
>
> Daí em diante, diversas tentativas foram feitas para desacreditar a nova diretoria da JBB, que se manteve por alguns anos, vencendo mais outras eleições.
>
> Politicamente marcante na gestão de Iraci Spínola foi um jogral, escrito por ele mesmo, como uma analogia sobre a experiência bíblica vivida por Jonas que, segundo narrativa do Velho Testamento, para não enfrentar a realidade do sofrimento do povo, procurou se esconder, mas foi castigado. A moral da encenação teatral montada por Spínola é que, naqueles anos da Ditadura, a igreja estava tendo o mesmo procedimento de Jonas e tentando se negar a participar da luta do povo.
>
> Depois de alcançar pleno sucesso em igrejas de Salvador, essa peça, em um intercâmbio, foi levada e ganhou repercussão na cidade de Recife. Vários pastores, porém, não gostaram dessa investida e fizeram restrições

> ao conteúdo, começando aí uma reação que tomou corpo em reunião da Convenção Batista Brasileira.

Assim

> Na recondução do Conselho Nacional da Mocidade, dois dos integrantes foram expurgados: Agostinho Muniz (BA) e Hidézia Medeiros(PE), acusados por pastores lideres da Denominação, à frente, Munguba Sobrinho, da Igreja Batista da Capunga, em Recife (PE), como sendo "cor-de-rosa, quase vermelhos, isto é, comunistas disfarçados". Logo depois, por perseguição ideológica, mais outros jovens também foram excluídos, dentre os quais o hoje pastor Djalma Torres, que então representava Pernambuco, e mais dois, sendo um do Rio de Janeiro e outra do Rio Grande do Sul.

6.12.4 Dissidência cria a Igreja Batista da Graça

O controle dos Coelho foi, também, em 1966, contestado quando deflagrou-se uma polêmica dentro da Igreja:

> ... em torno da União de Mocidade Tiago Lima. Naquele tempo, houve um equívoco, porque se pensava que as divergências estabelecidas tinham conteúdo apenas ideológico e político, e que a resistência representada por Raimundo Coelho contra Tiago Lima vinha daí.
>
> A briga contra Tiago Lima cresceu mais do que se podia prever, e resultou na divisão da Igreja Sião, com a criação da Igreja Batista da Graça. Certamente, não foi por divergências ideológicas de esquerda que, por volta de 1966, um grupo, aproximadamente, de 50 jovens, deixou a Igreja Sião e foi para a Graça, ou se afastou definitivamente da Igreja.

A CEV-BA recebeu informe de que teriam havido divergências referentes a prestações de contas. Voltando ao depoimento de Agostinho:

> Entre aqueles jovens, tanto estavam progressistas como conservadores, a exemplo de Antusa Silva, Aroldo Misi, Albano Freitas, Eurídice Cardoso, Marli Geralda Teixeira, Edson Emanoel de Jesus, Valdelice Rodrigues, Ieda Andrade, Maria Assis, Pedro Daltro Gusmão, Alice Nunes, Olavo Galvão, Inéa Pinheiro e outros. Eles, hoje, ainda gostam de recordar que mantiveram dúvidas sobre de que lado ficaria o então diácono Clériston Andrade, amigo de confiança do pastor Valdívio Coelho. Em uma reunião decisiva, alguém teria perguntado: "E o Dr. Clériston, de que lado vai ficar?".
>
> De surpresa, Clériston apareceu na porta e enfatizou: "Estão perguntando de que lado estou, olhem eu aqui!" Ao optar por sair de Sião, mesmo recebendo pressões, ele permaneceu firme, por motivos até hoje não claramente revelados, mas isso não vem mais ao caso.
>
> O Dr. Clériston Andrade, jurista, sem contestar a ditadura politicamente se ligou a Antônio Carlos Magalhães. Primeiro, foi Prefeito de Salvador. Depois, como candidato ao Governo do Estado (1982) morreu durante a campanha, ocasião em que foi eleito o seu substituto.

6.12.5 A perseguição aos progressistas

A Igreja Batista Sião manteve sua linha conservadora. O pastor Eliabe Gomes, também em depoimento à CEV, conta que chegando a Salvador, depois de sofrer a repressão dos golpistas no Seminário e na Igreja em Recife, confirma a posição da Igreja Batista Sião:

> Aí, na Igreja Batista de Salvador, eu tive realmente problemas sérios, nós tínhamos uma igreja que era bastante reacionária que era a igreja Batista Sião e tinha uma família que era colaboradora do regime mesmo, a família Coelho, começava do pastor e vinham trazendo, (...). Então nessa igreja eu sofri uma pressão.... (Depoimento de Pastor Eliabe à Comissão Estadual da Verdade).

Agostinho, ao falar da perseguição aos renovadores afirma que

> "A estratégia da chamada liderança das igrejas evangélicas foi criar obstáculos e resistência às manifestações coletivas ou individualizadas que não se afinavam com a ditadura militar, sempre acusando como coisa de comunistas. Assim, uma das táticas foi impedir que os discordantes continuassem ocupando cargos diretivos nas igrejas, além de, aos poucos, afastá-los da convivência com as comunidades religiosas".

A forma mais dura seria a

> eliminação do rol dos membros da Igreja, sempre temida pelos seus adeptos. É verdade que, pelo menos na Bahia, pelo que se sabe, durante a ditadura, esses foram uns poucos casos. O que mais se praticou, porém, foi impossibilitar a atuação ou, como último recurso, conceder a temível "carta compulsória de transferência", obrigando a pessoa a optar em ir para outra igreja.

Nessa última modalidade, o drama mais chocante aconteceu mesmo foi na Igreja Dois de Julho, com a exclusão daqueles que viriam a criar a Igreja Nazaré.

O que nos leva a analisar o que aconteceu na Igreja Dois de Julho.

6.13 Igreja Batista 2 de Julho

6.13.1 Um líder conservador e antiecumênico

O pastor Ebenézer Gomes Cavalcanti, era outro líder conservador, com história e raízes no campo liberal conservador. Fora membro da UDN – União Democrática Nacional, maior partido de oposição (e conspiração) de Getúlio a Jango pela qual fora eleito deputado estadual (51-55) e suplente (55-59) que assumiu várias vezes o mandato. Indicado pelo Prefeito foi membro do Tribunal de Contas do Município de Salvador (56-64)[32].

Manteve sua liderança até a morte, aos 67 anos, em 1979, (19/10/1911 a 01/06/1979), quando foi homenageado com placa de bronze na Igreja que liderava.

[32](Fonte:http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=463, acesso em 08/09/2015).

As suas posições teológicas e políticas se reforçavam mutuamente. O programa da UDN pro-americanista, anticomunista (e antipopulismo), moralismo, crença no progresso pela educação, coadunava com a posição dominante entre os batistas que defendiam a pureza da lei na sua Igreja.

O seu apoio militante à ditadura militar ocorre desde o início. Na "Marcha da Família, com Deus pela Democracia e pela Liberdade em Salvador", no dia 16 de abril de 1964 participou um "batalhão de evangélicos" de batistas e discursou como representante dos evangélicos[33]. Elizete Silva lembra que

> .....chamava os jovens, não precisava ser nem do Partido Comunista, nem de nenhuma organização política, mas bastava ser um pouco crítico, ou ecumênico. Então, ele chamava esses jovens de cor de rosa, não eram vermelhos, mas eram cor de rosa ou melancia, verde por fora e vermelho por dentro. (...) Ebenézer, que foi um grande pastor, líder Batista, era advogado e foi deputado, também. Então, ele não confundia ecumenismo, com comunismo por falta de leituras, ele confundia numa postura ideológica, para negativar esses jovens progressistas, ecumênicos, que nós vamos falar mais na frente. (Depoimento de Elizete Silva à Comissão Estadual da Verdade da Bahia).

Sua posição conservadora fundamentalista e anti ecumênica era clara:

> O movimento ecumênico em que se envolvem católicos e protestantes, inclusive alguns grupos batistas infiéis, soa com sonido estranho para nós, batistas, fundamentalistas: quanto à doutrina bíblica, conservadores quanto à Teologia de base bíblica indiscutível e regulares quanto ao sistema eclesiológica de inspiração bíblica. (SILVA, 2010, p. 37 - 38).

6.13.2 O desencadeamento da Repressão

Estas posições explicam sua violenta reação contra as posições progressistas. Segundo Agostinho:

> O choque maior aconteceu, nos (...) anos de 1970, em dia de oferta para Missões Estrangeiras. Foi, então, questionada a falta de coerência da contribuição financeira que seria destinada às igrejas batistas de Portugal, país também sob ditadura, cujo governo explorava colônias na África e praticava atrocidades políticas, inclusive, com o apoio das igrejas batistas.
>
> Agressivamente e de forma descontrolada, aos gritos, o pastor Ebenézer, que dirigiu a igreja ao longo de 41 anos, reagiu, exigindo a eliminação dos questionadores, "por estarem se tornando uma pedra no caminho da igreja". A partir daí, um grande drama começou na Igreja Dois de Julho que, meses depois, em sessão tensa e com muitas lágrimas, resolveu excluir mais de 15 jovens da União de Mocidade, dentre os quais estavam Agostinho Muniz, José Balbino da Silva, Paulo Torres, Vera Lúcia Oliveira, Heleohene Pereira, Lourival Gomes, Maria Marta Pinillos, Miriam Pinillos, Manoel Conceição Correia, Magdiel Geraldo da Silva, Alzair Nascimento

[33]Marcha foi apoteose da vitória, A TARDE, 16/04/1964, p. 1 e 2.

da Silva, Liane Cumming e Silva, e outros. Eles foram acompanhados por mais outros 20, que resolveram se afastar da Igreja Dois de Julho.

Sobre a conclusão de processo, o Pastor Djalma Torres (08/02/2015), resumiu a questão:

> declarando-se ecumenista" e contrário à dominação norte americana no país e na Igreja, esse Grupo foi todo expulso da Igreja Batista 2 de Julho, porque este grupo começou a contestar a conivência das igrejas evangélicas com a ditadura militar e a desunião entre as igrejas (SILVA 2010, p.190).

6.13.3 A criação da Igreja Batista Nazaré

Os que saíram da Igreja Batista Dois de Julho criaram em 1975 a Igreja Batista Nazaré, que, sob a direção do Pastor Djalma Torres, assumiu postura progressista ecumênica e inter-religiosa.

Em documento elaborado sobre os 25 anos da Igreja e reproduzido por Agostinho, Paulo Torres depõe que

> A cúpula batista na Bahia primeiro apostou que aquele "bando de desordeiros" não permaneceria junto muito tempo. Depois, apostou que não fundaria igreja nenhuma e, finalmente, se fundasse, ela teria vida curta. Assim é que, em 08 de abril de 1976, a Junta Executiva da JUERP comunica à IBN, em resposta ao pedido de ingresso na Convenção Batista Baiana, que "...o assunto foi tirado de 'sobre a mesa' para voltar ao plenário". Sendo, finalmente, aceita em julho de 1976, para, em agosto de 1988, ser expulsa, "tendo em vista as diretrizes ecumênicas que têm sido observadas por esta igreja", segundo comunicado do Secretário Geral da JECB, Pr. Ivaldo Carneiro. A "diretriz ecumênica" era referência à DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS encaminhada, pela Igreja Nazaré, à Junta e as notas do jornal, onde a IBN manifestava-se contra a expulsão do Padre Vito Miracapillo, da Igreja Católica em Pernambuco. Essa posição contrastava com uma outra oposta, cristalizada em um documento encaminhado por vários pastores (...) o apoio a ele e ao regime militar e pela expulsão do referido sacerdote.

A referência ao ecumenismo como motivo da expulsão nos remete à história da Igreja Presbiteriana do Brasil, na qual o ecumenismo será o argumento para a expulsão dos progressistas.

6.14 Igrejas Presbiterianas

6.14.1 A formalização do antiecumenismo

Em 1970, no Governo Médici, sintonizado com o endurecimento da Repressão no país, o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil (realizado em Garanhuns - Pernambuco) oficializou o antiecumenismo, tendo como alvo a antiga adversária: a Igreja Católica proibiu aos seus pastores celebrarem casamento conjuntamente com "sacerdotes católicos romanos", permitir a participação dos padres nos púlpitos do IPB, participar da direção de

cultos na companhia de sacerdotes Católicos Romanos. A pena para o descumprimento poderia chegar à destituição de pastores e à dissolução de Sínodos. É o que acontece em 1975, quando o Presbitério de Salvador é dissolvido, Celso Loula Dourado e Josué da Silva Mello foram despojados do ministério sob a alegação de terem participado de cerimônia ecumênica.

6.14.2 O confronto conservadorismo X Ecumenismo

Esta punição culminou uma discordância que vinha desde 1966, quando o Presbitério de Salvador se pronunciara contra a repressão no Seminário do Norte (do qual, aliás, como dissemos, decorreu a vinda para a Bahia, dos pastores João Dias e Josué Mello). O confronto explodiu em 1972 quando da pré consulta realizada em Salvador por igrejas (Luteranas, Episcopal, Metodista e Brasil para Cristo) membros do CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS que, como vimos, representava, para os conservadores e fundamentalistas, o inimigo, no campo religioso, a combater mundialmente. Desta reunião resultou a criação da CESE – COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO. Ainda que o objetivo declarado da mesma fosse a definição de formas de apoio à promoção dos nordestinos, reuniu católicos e evangélicos, ecumênicos e críticos da realidade brasileira e da ditadura. Os presbiterianos antiecumênicos, especialmente o Reverendo EDESIO CHEQUER, criticavam, na reunião de pré-consulta para a criação da CESE, o fato de todos terem rezado o Pai Nosso de mãos dadas e na segunda pessoa – tu (tua) como os católicos e não com vós (vosso) protestante.

A participação nesta reunião foi o pretexto para um processo inquisitorial. Os motivos da reação conservadora eram bem mais amplos. No mesmo ano, em 1972, já assinalamos a participação de Celso Dourado, na articulação para defender o documento “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo”.

Em 1974, com o Presbitério de Salvador sob ataque, seis pastores (Celso Dourado, Josué Mello, Geraldo Nobre, Adalto Magalhães, Sebastião Elias e Enoch Souza) lançaram documento “Terrorismo Eclesiástico” denunciando a perseguição. No mesmo período, o Presbitério de Salvador conseguiu impedir a tomada da propriedade do Colégio 2 de Julho pela IPB. Expulsos e mantendo base no Colégio 2 de Julho, criaram em 1975 a IPU – Igreja Presbiteriana Unida da qual Celso Dourado, Josué Mello e João Dias foram dirigentes por muitos anos. A IPU manteve postura ecumênica e de ação social. O Pastor Celso Dourado, como diretor, manteve o Colégio 2 de Julho como espaço para reuniões e de oposicionistas.

6.15 Celso Dourado

6.15.1 Origem e Formação

A leitura do seu depoimento permite reconstituir a sua vida. Assim vemos que ele pertence à 4ª geração de Presbiterianos, nasceu e cresceu em Campo Formoso, área de grande presença e importância da sua Igreja. Aliás, a grande maioria dos renovadores é composta por aqueles que nasceram e cresceram dentro da Igreja e tiveram condições de refletir e atualizar a sua prática. Adolescente, sua família de modo similar ao que, na época, faziam os católicos, o encaminhou para o Seminário, mantido pela organização, o Seminário de Campinas, que foi um grande Centro de Renovação Teológica. Lá foi aluno (1953 a 1957)

de Richard Schall que foi decisivo na sua formação e de outros seminaristas. Dentre esses destaca-se Paulo Stuart Wright, irmão de Jaime Wright. Enquanto seminarista, Pastor Celso trabalhou como operário na Fábrica Alpargatas. Formado, voltou a Campo Formoso onde foi ordenado e durante 10 anos, de 1958 a 1968, foi pastor e professor.

Em 1962 foi eleito vereador pelo PTB, que, na sua cidade, apoiava a candidatura de Waldir Pires (PSD) e fez campanha defendendo as “Reformas de Base”, propostas pelo Presidente João Goulart.

Como pastor exercitou dialogo ecumênico e, inclusive, com padre Felix estimulou a criação de sindicatos rurais.

6.15.2 Reação ao Golpe em Campo Formoso

Com o golpe de 1964, após um período de solidão em que “algumas pessoas tentavam se ajustar”, várias começaram a assumir posições contra o golpe.

Em setembro de 1964, é aqui que entramos no objetivo central do relatório, chegaram os militares. Celso Dourado foi interrogado por cinco horas pelo Coronel Moacir Pinto Coelho, cercado por 50 militares com armas de grosso calibre. O militar que viera com ordem para prendê-lo desistiu de fazê-lo “disse que tinha ordem, mas que ia me ouvir (...) e, no final disse que não ia me levar preso”.

A repressão militar continuou. Em 1965, o Exército veio atrás de um vereador do Partido Libertador que, apesar de originalmente da oposição, passara a apoiá-lo na Câmara. Celso ficou com a impressão de que o próprio partido o tinha denunciado. Pois, no Município, os partidos que assumiram o golpe foram a UDN e o PL.

O vereador “se escondeu nas matas de Campo Formoso”, a esposa chorando, procurou Celso que foi a Senhor do Bonfim conversar com o Coronel e o levou, esperando que ele fosse ouvido e liberado. Mas, ele foi preso e levado para Salvador, e depois, das providências que Celso viabilizou, foi liberado. A denúncia contra o vereador era que ele participava de uma “célula comunista” no distrito de Socotó. E “como ele era de lá realmente correu um perigo muito grande”. Realmente, os lideres de Socotó tinham posições mais avançadas e (...) talvez tivessem certo relacionamento com lideranças do Partido Comunista, com o PCB. Fernando Santana (líder do PCB), em 1962, baseou campanha e tivera votos lá. O apoio às vítimas da ditadura continuou. Celso Dourado visitou várias vezes o Presidente do Sindicato Rural de Carrapichel que fora preso. Mais do que apoio, Celso apoiou algumas ações. Em uma, emprestara o carro para panfletagem. Então “este grupo (em 1964 ou 1965) entra na Prefeitura de Senhor do Bonfim, por uma janela que estava aberta, pichou a prefeitura toda: abaixo a ditadura. Em parte, a repressão foi para lá, também por causa disso”.

A postura do pastor Celso foi sendo conhecida e começaram a aparecer “uns grupos mais radicais, que me procuravam”. Um dos que mandaram pessoas para lá era Paulo Wright da AP. “Eu dei assistência”. As coisas foram ficando difíceis em Campo Formoso. Quando eu e Neuza decidimos sair em 1969 (...) se eu permanecesse lá eu ia ser preso mesmo.

6.15.3 A vinda para Salvador e o Colégio Dois de Julho

Sua vinda foi trabalhada por um pastor americano Richard Schall. *“Ele batalhou e achou que eu deveria vir, ele precisou de eu estar aqui. E continuei o meu trabalho de resistência*

dentro do Colégio 2 de Julho". Assumiu a função de capelão e depois de professor substituto de várias disciplinas, como História e Inglês. Foi diretor de 1976 até 1985. Chegou a Salvador em janeiro de 1968,

> "em 68 a ebulição era forte. Então comecei a ter um diálogo com o Mosteiro de São Bento, Dom Timóteo. Nós nos tornamos companheiros, irmãos e lutamos juntos. Um dos primeiros encontros que tivemos foi depois daquela repressão à passeata estudantil, que os estudantes correram para dentro do Mosteiro e foram agredidos dentro do próprio Mosteiro. No outro dia, Dom Timóteo me telefona e convida todos os religiosos que possam aceitar um encontro. Então, convidei vários colegas pastores: Adalto Matias de Magalhães esteve à frente, Basílio Catalar de Castro... Adalto Matias de Magalhães que continua pastor, é médico, é uma figura, (...) Basílio que tinha sido deputado da UDN, conservador, mas não era a favor do golpe, nem de repressão violenta, essa selvageria...então, ele aceitou, participou da reunião conosco. Enock Sena Souza também participou. E nós produzimos um documento que foi publicado em jornal da época. [...]
>
> O grupo todo se reúne e produz o documento. Nos dirigimos, a liderança toda, à 6ª RM, para evitar que usassem de violência contra os estudantes. Eles tinham anunciado que se os estudantes voltassem às ruas seriam metralhados. Nós tivemos ousadia de dizer: "olha, estamos chamando a atenção, queremos paz, bom entendimento, agora se os senhores metralharem, as primeiras vítimas seremos nós, pois estaremos à frente". No outro dia, eles disseram, a 6ª RM, disse que não ia usar de violência, apenas garantir a paz, o bom entendimento.

Como já lembramos, a morte súbita do cardeal D. Augusto suspendeu as manifestações e a repressão.

6.15.4 Celso Dourado depôs sobre a sua relação com D. Eugênio

> O secretário de D. Eugênio era um frei da igreja holandesa, frei Félix Nefis, de muito boa posição, ecumênico e se entendia muito com a gente. Desenvolvi o trabalho com D. Eugênio, até que ele vai para o Rio de Janeiro. D. Eugênio tinha uma posição um pouco conservadora, mas convinha, não era um D. Augusto; era capaz de ouvir, os padres tinham uma certa influência. Nessa época vem uma série de padres estrangeiros, italiano, Padre Renzo que se integra ao grupo, os padres franceses, liderados lá por D. Alfredo na Igreja do Pilar, então nosso diálogo passa a ser interreligioso, procurando expiar alguma culpa, que as igrejas deram apoio ao golpe em 1964, especialmente a Igreja Católica.

6.15.5 O acolhimento dos "subversivos"

No período de 1968 a 1978 sua relação com a oposição se fortalece.

> "Nesse período é que meu relacionamento com os grupos se torna mais profundo, mais forte. Então, o grupo da AP me procura, como procurava D. Timóteo. Dávamos aquele apoio assim que garante a sobrevivência.

> Para muita gente tivemos de fazer feira para arrecadar dinheiro para grupos que estavam aí sem condição nenhuma. Às vezes me encarregava de levar, entregar em determinados locais... muitos deles me procuravam lá na minha casa, onde foram guardadas malas, louça, panela etc. Nesse período, a turma de AP se reuniu várias vezes no 2 de Julho comigo, liderados pelo comunista Haroldo Lima, que termina no PCdoB, porque eu acho que ele não se ajustava muito no PCB. Ele recebeu nosso apoio, o escondemos várias vezes (...), o Jorge Leal Gonçalves. Enfim, digo assim que meu envolvimento foi esse de resistência, mas das pessoas que tomavam refeição na minha casa, uns quatro ou cinco foram mortos. Eudalton Gomes da Silva, que era filho de João Gomes da Silva [...]; Jorge e a turma da escola de Geologia. Meu irmão fazia Geologia e muitas vezes se reuniam na minha casa: Monteiro, Dinalva, que foram mortos já no Araguaia.

No período sofreu ameaças tanto em Campo Formoso quanto em Salvador.

> "Além dessas a pressão sobre o colégio para que fosse demitido. Aí, Enoque, Diretor do Colégio, cumpriu um papel importante. Ele tinha diálogo na 6ª RM, e ele foi ouvido pelo general lá e assumiu a responsabilidade. Eu não podia ir, senão seria preso".

6.15.6 A dissolução do Sínodo Bahia - Sergipe.

Celso Dourado depôs sobre a divisão da Igreja.

> "Houve. Minha Igreja se dividiu fortemente. Quem ficou à frente da Igreja era uma pessoa autoritária, que ficou do lado do regime. O colégio que estudei em São Paulo, que era um colégio fundado por um educador americano extraordinário, chamado William Waddell, fundou a Mackenzie, ele era um engenheiro civil, depois fundou esse colégio lá. Eu terminei de estudar, passei sete anos interno. Depois do golpe, o presidente que assumiu a direção da Igreja vendeu tudo isso, inclusive doou uma parte da propriedade, que era enorme, mais de 100 hectares de terra, doou para o Exército fazer uma fábrica de armamento e era da minha Igreja, a figura de Boanerges Ribeiro. Era famoso autoritariamente. Ele perseguiu nossas instituições aqui, nosso presbitério foi dissolvido...
>
> A partir do momento que assumi essa posição (progressista), até 1970 eu comparecia às reuniões da igreja em nível nacional. A partir daí, tive um diálogo muito forte com o presidente, que eu pensei que ele ia aceitar todas as nossas observações, mas depois de quatro horas de diálogo, pergunto qual a atitude dele e ele diz "vocês aceitem ser interrogados e apreciados pela comissão executiva do sínodo de Pernambuco", que era o conservadorismo maior da igreja.
>
> Sobre conselho de igreja, questões eclesiásticas, governo da igreja, tradição, que tem um governo representativo, que é o Concílio. Uma igreja congregacional é a congregação; a episcopal são os bispos, como a católica, a metodista... e a nossa é uma igreja concilial, de concílio, é o concílio local, regional, nacional e o universal, a união de todos os

cristãos. Nós sempre elegemos representantes. Então, o presbítero fala em nome da igreja, porque foi eleito pela comunidade; o pastor fala em nome do presbitério porque ele foi eleito para ser representante. Então, nosso sistema de governo é de concílio representativo. A igreja presbiteriana é tida historicamente como responsável pelo sistema democrático no mundo. Fomos chamados presbiterianos pela primeira vez na Escócia, que é o único país no mundo em que a maioria é presbiteriana. [...]

Na Assembleia Geral do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, e eu representava o presbitério, a ditadura influenciou tanto que o orador, pregador, pegou um texto do Velho Testamento, onde falava na morte dos adversários e pregou isso. Não tenho o nome completo do pregador.

Primeiro, os colegas de São Paulo diziam “não vá, ele vai lhe humilhar, ele é pastor da nossa igreja e presidente do Concílio”; [eu] “sou pastor também, ele tem que me tratar de igual para igual”. Boa parte nós conversamos conferindo nossas posições teológicas, porque eu disse a ele “você estudou no mesmo seminário que eu estudei, você fez pós-graduação em Princeton e eu também, então quero conferir o conceito que você tem de igreja, o conceito que eu tenho” e fomos dialogando e conversando amistosamente. Ele me recebeu muito bem por sinal. E me veio a ilusão de que ele estaria disposto a revisar a posição que ele tinha assumido sobre a dissolução do nosso...

6.15.7 A CESE é pretexto de exoneração

A criação da CESE, como já vimos, forneceu o pretexto para lhe expulsar.

“Um fato histórico importante nesse período é a organização da CESE. Isso também pesou na nossa exoneração. Eu sou um dos fundadores da CESE. [...]

O Enilson tem um papel muito importante na CESE. Acontece que as agências internacionais evangélicas sempre mandaram dinheiro para as igrejas... a Igreja Católica tem a *Misereor*; a *Diaconia* que era evangélica e outros. Mas esses recursos, 85% ficavam no Sul do País. No Rio Grande do Sul, a Igreja Luterana muito forte... e nós nordestinos começamos a questionar isso, “se as agências mandam recursos para desenvolvimento humano, tem de mandar para o Nordeste! O Nordeste é que precisa”. Essa ideia foi crescendo, por isso ela foi organizada em Salvador, no Nordeste, com essa preocupação de realmente cumprir esse papel muito importante. É criada em pleno período ditatorial. [...]

O Enilson tinha experiência junto às agências internacionais, andava muito pela Europa, então, convenceu a turma da Igreja Luterana, da Igreja Holandesa, Igreja Reformada da Suíça. Quando organizamos aqui, essas igrejas estavam todas presentes e gostaram muito da ideia. Então, ela foi organizada para que os recursos venham para o Nordeste, que é carente, precisa de recurso para desenvolvimento. Como ela é organizada em

> pleno período ditatorial, e de forma democrática, ela passa também a fazer frente ao regime, não só dando apoio aos perseguidos - muita gente que foi colocada fora recebeu o apoio do Conselho Mundial de Igrejas (...) a CESE é fortemente ligada ao Conselho Mundial de Igrejas. Essas agências todas faziam parte do Conselho. Enilson é economista, administrador, tinha uma experiência grande na Itália".

6.15.8 O apoio ao II Congresso Nacional da Anistia

Sobre o apoio ao II Congresso Nacional da Anistia:

> O Conselho disse "abertura tudo bem, mas é bom que comprometa outros também...". Porque como nós atuávamos, como tinha instituição católica, poderia partilhar um pouco a responsabilidade de nome. O congresso vai ter sua **abertura no 2 de Julho**, mas o seminário que vai continuar posteriormente (em outros locais) […]. Foi a maneira que eu achei para ter a licença do Conselho do Colégio 2 de Julho. E assim mesmo recebi cartas violentas, me chamando de comunista, "seu vermelho, vamos passar com a jamanta no seu corpo, as partes maiores serão pegadas de pinça"... Eu tinha essas cartas até pouco tempo, depois lasquei, joguei fora....

6.16 A luta permanente

O apoio dos conservadores ao Regime Militar se manteve após a Anistia de 1979. Em 1980, como já citamos, a Igreja Católica através da CNBB fizera veemente protesto contra a expulsão do país de padre Vitor Miracapilo da Diocese de Palmares (Pernambuco) pelas suas pregações consideradas subversivas pelos militares que o acusaram de desrespeitar o Estatuto dos Estrangeiros. Foi o momento em que, em nome dos evangélicos da Bahia, "batistas, pentecostais, metodistas, representando mais de cem mil prosélitos, fieis à doutrina bíblica que estabelece submissão às autoridades constituídas[34] (grifo nosso) mandaram seu apoio ao General Figueiredo".

O telegrama foi assinado por Pastor Rodrigo Santana, presidente da Convenção Baiana da Assembleia de Deus; Pastor Epaminondas Souza Bastos presidente da Convenção Batista Baiana; Reverendo Carlos Freitas Cortes, presidente do Sínodo da Bahia da Igreja Presbiteriana do Brasil; Pastor Valdir Nascimento Almeida, presidente da Junta Metodista da Bahia e Pastor Valdívio de Oliveira Coelho, diretor Executivo do Hospital Evangélico da Bahia.

Dois dias depois, em matéria repercutindo o fato, vários dirigentes evangélicos apresentaram ressalvas. O Valdívio Coelho, na condição de pastor da Igreja Batista Sião, afirma que assinara em caráter pessoal e reafirmou o apoio, mas questionou a representatividade da Convenção Batista Baiana e do Sínodo da Bahia da Igreja Presbiteriana do Brasil. O pastor Josué H. Dorneles, da Igreja Metodista, afirmou que a assinatura em nome de sua Igreja fôra de leigo que assinara seu pensamento pessoal e não da Igreja que não estaria contra nem o governo nem a Igreja Católica.

[34] Protestantes baianos escrevem a Figueiredo hipotecando seu apoio. A TARDE, 16/11/1989.

A nota foi contestada, inclusive teologicamente por D. Avelar, D. Timóteo em área evangélica dos progressistas, na Bahia, pelo reverendo Celso Dourado[35].

A repressão e a expulsão dos dissidentes (progressistas e ecumênicos) ocorrem em um momento só aparentemente paradoxal, quando os ventos pareciam soprar para o abrandamento e fim da ditadura militar. No Governo Geisel, da distensão lenta, gradual e segura, após a vitória do MDB nas eleições do Senado em 1974, quando nascia (1975) o MFA – Movimento Feminista pela Anistia. Enfrentando os ventos da mudança, os dirigentes reafirmavam o controle sobre suas igrejas.

A história de participação dos progressistas e ecumênicos evidentemente continuou.

A CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços, desde o seu início atuou na defesa dos direitos humanos e da promoção da organização dos pobres. Uma das primeiras ações foi a impressão da Cartilha com os Direitos Humanos das Nações Unidas, enriquecida com textos bíblicos e comentários. Entre 1973 e 1978 foram publicados um milhão e oitocentos mil exemplares da Cartilha (SILVA 2010, p. 147).

Progressista e ecumênica, a CESE criada em 1972 nunca foi objeto direto de agressão da repressão política. Mas, foi por ela permanentemente monitorada. Um exemplo, o Memorando 0150/02/CH/GAB/SNI do SNI – Gabinete do Ministro de 11/02/1981, com cópia) Informe 347/32/AC/SNI de 09/02/1980 e 1802/01/V/81-CV/CPP, identifica os responsáveis pela Coordenadoria que é apresentada como “entidade esquerdista, com sede em Salvador/Ba, que representa, no Brasil, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e realiza os repasses dos recursos para os movimentos populares de esquerda”

Também em relação às Igrejas Evangélicas na Bahia o trabalho é incompleto. Vale, entretanto, a pena, em conclusão, registrar que a história continuou e as pessoas e instituições perseguidas ajudaram a derrubar a ditadura e continuaram na luta democrática. A Igreja Batista Nazaré, a Igreja Presbiteriana Unida e a CESE continuaram atuantes. O Colégio 2 de Julho, transformado em Faculdade, incluiu com destaque na sua história o apoio dado à realização do Congresso Nacional da Anistia, guarda o arquivo Jaime Wright e instituiu a Semana de Direitos Humanos e o Prêmio Jaime Wright de Direitos Humanos.

Agostinho Muniz, em depoimento escrito à CEV-BA, relatou como enfrentou, como jornalista, as restrições dos conservadores. O reverendo Celso Dourado, após a Ditadura Militar foi eleito (1986) deputado federal quando destacou-se na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em 10 de abril de 2014, nos 50 anos do Golpe Militar, convalescente, participou, junto com a Juventude e outras lideranças religiosas, da marcha e evento no Forte do Barbalho que, de Centro de Repressão, foi resignificado como “Viva a Liberdade”.

[35] Apoio de evangélicos ao governo criticado Jornal da Bahia, 18/11/1980, 13.

CONFIDENCI

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES



CAPÍTULO 7

7 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 O trabalho possível

O presente relatório apresenta os resultados do trabalho realizado pela Comissão Estadual da Verdade – Bahia (CEV/Ba) integrada também pelo Grupo de Trabalho da CEV de Feira de Santana.

Criada pelo governador do Estado em 10 de dezembro de 2012 e instalada em 20 de agosto de 2013, a CEV esteve vinculada ao Gabinete do Governador e, posteriormente, à Casa Civil que lhe forneceram o apoio possível, com a cessão de espaços: inicialmente no Conselho Estadual de Cultura e, posteriormente, no prédio da Governadoria. Parte fundamental deste apoio foi o convênio firmado com a FLEM – Fundação Luiz Eduardo Magalhães a partir do qual pôde a CEV contar com o apoio de Equipe Técnica constituída por cinco dedicados profissionais e a contratação, pelo Gabinete do Governador, de mais dois profissionais e três estagiárias.

Instituições Públicas de âmbitos estadual e federal e organizações da sociedade civil contribuíram decisivamente com os trabalhos da CEV, destacando-se:

1- **Comissões da Verdade:**
   - Comissão Nacional da Verdade;
   - Comissão de Anistia do Ministério de Justiça
   - Comissão da Verdade da Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista
   - Comissão da Verdade Eduardo Collier (Faculdade de Direito da UFBA),
   - Comissão da Verdade da UFBA;
   - Comissão da Verdade da OAB/BA

2- **Secretarias de Estado**
   - Secretaria Especial para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia (SERINTER)
   - Secretaria de Cultura (SECULT),
   - Secretaria de Educação do Estado,
   - Secretaria de Assuntos Penitenciários e Ressocialização,

3- **Universidades**
   - Universidade Federal da Bahia,
   - Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS,
   - Universidade Estadual da Bahia-UNEB

4- **Assembleia Legislativa da Bahia,**

5- **Organizações da sociedade civil:**

- ABI – Associação Baiana de Imprensa;
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia;
- GTNM-Ba – Grupo Tortura Nunca Mais - Bahia;
- ABRASPET – Associação Brasileira de Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais empresas estatais;

6- **Sindicatos**

- SINQUÍMICA
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DA BAHIA

Dentre as importantes contribuições, vale registrar que a UEFS indicou representante para a subcomissão de Feira de Santana, promoveu Audiência Pública e gravou as audiências realizadas naquele município; a Comissão Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, disponibilizou seu relatório, como contribuição importante para o relatório da CEV. Do mesmo modo, contribuíram os trabalhos da Comissão da Verdade da Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista e da Comissão da Verdade Eduardo Collier da Faculdade de Direito da UFBA.

A Comissão de Anistia do Ministério de Justiça repassou à CEV a lista dos pedidos de anistia sediados na Bahia e os processos de Anistia julgados nas Caravanas que realizou na Bahia.

A SEAP – Secretaria de Assuntos Penitenciários e Ressocialização cedeu cópias dos Livros de Ocorrências e prontuários dos presos políticos na Penitenciária Lemos Brito (Galeria F), no período 1969 a 1979 São importantes documentos obtidos perto do fim dos trabalhos, cuja completa analise é desafio.

O trabalho desenvolvido pela CEV-BA coloca à disposição dos cidadãos uma fundamentada informação do que ocorreu, na Bahia, e com os baianos na Ditadura. A sua ação e interação com entidades púbicas e da sociedade civil contribuiu para colocar, na imprensa e na agenda pública, os temas das violações e direitos humanos na ditadura civil militar e, direta ou indiretamente, para a realização de várias atividades na sociedade. A reconstituição do trabalho de comunicação da CEV-BA encontra-se em anexo. São várias as atividades com que a CEV-BA interagiu, como se vê no capitulo 1.

É necessário observar que a dimensão da tarefa e as limitadas condições oferecidas pelo Estado, tanto no que se refere à dimensão da equipe, quanto dos recursos materiais disponibilizados pelo Estado, (especialmente se comparados com os da CNV – Comissão Nacional da Verdade) fizeram com que muito ficasse por fazer. O próprio trabalho de reconstrução da história; apresentado, aponta temas a aprofundar e lacunas a preencher. Esta a razão de, reiteradamente, afirmar-se a incompletude do trabalho.

A CEV-BA, assim como fez a CNV, reconhece, publicamente, que o trabalho de reconstrução das violações ocorridas na ditadura militar**,** começou antes da sua instalação, continuou sendo desenvolvido por outras entidades e prosseguirá após o encerramento de suas atividades. Daí, a importância de definição dos mecanismos de acompanhamento da

implantação das recomendações da CNV, e da CEV-BA, na Bahia, a exemplo da institucionalização de observatórios, como tarefa que se impõe.

7.2 Edição e divulgação dos resultados da CEV-BA

O primeiro resultado do trabalho da CEV-BA é este relatório com seis capítulos e cinco volumes de anexos. Deste relatório foram elaboradas versões impressas e digital a que poderão ter acesso estudiosos do período, professores, estudantes e todos os cidadãos interessados.

Cópias do mesmo serão encontradas no Arquivo Público do Estado da Bahia, Universidade Estadual da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana e Universidade Federal da Bahia.

Outras instituições que desejarem poderão imprimi-lo, e seu conteúdo poderá ser reproduzido, no todo ou em parte, por qualquer cidadão, desde que citada a fonte.

Além do relatório, a CEV-BA e a UNEB produziram conjuntamente o vídeo-documentário *Para que nunca mais aconteça*, que poderá ser amplamente difundido.

7.3 Recomendações

O trabalho desenvolvido pela CEV-BA, com as limitações já referidas, permite apresentar as seguintes recomendações:

1- A divulgação dos resultados obtidos, com as atividades aqui relatadas, através dos meios de comunicação utilizados pelo Governo do Estado.

2- A implantação, na Bahia, de rede de espaços de memória da repressão e de resistência à ditadura militar com ênfase:

- No Forte do Barbalho, principal centro de tortura, que já foi sinalizado com aposição de placas indicativas, por iniciativa do CBV - Comitê Baiano Pela Verdade e SECULT – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, para evento realizado no dia 1º de abril de 2014. Esta destinação, por ação desenvolvida pela CEV-BA, já foi incluída no Convênio firmado entre a SPU – Superintendência do Patrimônio da União e a SECULT.

- Na casa onde morou Carlos Marighella, na rua do Desterro, Baixa dos Sapateiros, objeto de projeto que tramita na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia para nela ser estabelecido um memorial específico. O projeto deveria ser encaminhado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac) ao Conselho Estadual de Cultura no primeiro semestre de 2016. O órgão colegiado é responsável por analisar as solicitações de proteção dos patrimônios materiais e imateriais da Bahia.

A preservação e sinalização de outros espaços por onde passaram presos políticos. A Galeria F, da Penitenciária Lemos Brito, é caso exemplar. A documentação sobre os presos políticos da Galeria F, fornecida pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Penitenciária

Lemos Brito, precisa ser complementada até 1979 e é base para a implantação de importante memorial. Ex. presos políticos e entidades de direitos humanos já se declararam dispostos a fornecer subsídios para o mesmo.

Nesta rede, além da instalação no Centro de Salvador de monumento aos mortos e desaparecidos baianos em 28/08/2015, considerado marco na recuperação histórica, podem se articular outros memoriais e espaços, como o existente em Brotas de Macaúbas (relembrando Carlos Lamarca e camponeses perseguidos na região) e espaços de memória existentes em sindicatos e organizações da sociedade civil.

3- A renomeação de prédios e logradouros públicos. O Governo do Estado da Bahia, com base em norma já existente, a partir de levantamento dos nomes atribuídos às escolas e instituições estaduais, poderá conduzir plebiscitos para escolha de novo nome, como ocorreu quando da renomeação da Escola que homenageava o General Médici. Recomenda-se ainda uma articulação com as administrações municipais para que estabeleçam normas no mesmo sentido, promovendo a renomeação de espaços e edifícios públicos.

4- O reconhecimento público das vítimas e perseguidos.

A divulgação dos nomes e das histórias dos que sofreram violências durante a ditadura é uma tarefa de reparação histórica a estimular e aprofundar. Neste sentido, iniciativas já feitas em âmbito estadual e em vários municípios devem ser reconhecidas e registradas. Tal seria o caso do livro lançado, em 2014, pela Secretaria de Educação da Bahia, com os nomes dos mortos e desaparecidos baianos, bem como a inclusão do Forte do Barbalho, onde houve, dia 01 de abril de 2014, a aposição de placas com nomes de presos políticos que por lá passaram. O relato das violações dos direitos humanos na Bahia deve ser incluído nas aulas de historia da rede estadual de ensino.

É também importante a retificação dos atestados de óbito dos mortos e desaparecidos baianos, quando contiverem omissões ou inverdades.

5- O compromisso com a reinterpretação ou mudança de Lei de Anistia, através de iniciativas para excluir da Lei de Anistia de 1979 ou de sua interpretação, a não responsabilização dos agentes públicos ou autores de tortura e ocultação de cadáveres, somando-se às posições já externadas por organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil.

6- A difusão dos Direitos Humanos e da Cultura da PAZ. O enfrentamento, no presente, da violência e de torturas praticadas é responsabilidade do Estado, requerendo várias medidas, entre elas:

O cumprimento das decisões das Conferências Nacionais de Direitos Humanos e do PNDH-3, lembrando que foi na 11ª Conferência, realizada em 2008, que emergiu o eixo Direito à Memória e à Verdade, assumido pelo PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos, no qual uma das propostas era a criação da Comissão Nacional da Verdade. A implantação das conclusões da Conferência Estadual de Direitos Humanos (março de 2016), da Conferência Nacional de Direitos Humanos (abril de 2016) serão importantes para a avaliação e atualização dos direitos.

O enfrentamento de uma cultura de guerra que propõe medidas de redução de direitos e justifica políticas baseadas na repressão e criminalização, das quais são exemplos a proposta de redução da maioridade penal e o combate as drogas.

A justificativa de combate sem respeitar limites, do mesmo modo que o combate a "subversão" na época da Ditadura, abre caminho para a corrupção de agentes públicos e a tolerância com violações de direitos individuais, inclusive a tortura.

7- A efetivação, pelo Estado da Bahia, de política de segurança pública que com base nos princípios e normas constitucionais e com os compromissos assumidos pelo Brasil contemple:

- A formação das polícias Civil e Militar incluindo avaliação dos textos utilizados nas escolas de formação de policiais civis e militares, de modo a melhor capacitar para a defesa dos direitos humanos, para a realização de investigações com base científica, para que não exaltem ou justifiquem a ditadura militar, valorizem a interação com a comunidade e superem a seletividade social que, historicamente, tem concentrado a suspeição e a violência nos pobres, negros e habitantes das periferias;
- o apoio à extinção dos "autos de resistência", nas mortes praticadas por policiais, proporcionando a realização de inquéritos mais efetivos;
- a difusão, com preparação prévia e adequada, dos modelos de policiamento comunitário;
- a prioridade na identificação e combate aos grupos de extermínio;
- a articulação entre polícias Civil e Militar, privilegiando a ação preventiva e investigativa e a mudança da cultura de guerra, ainda prevalecente em setores da polícia que consideram e tratam os suspeitos como inimigos a eliminar e os bairros populares como "perigosos" territórios a ocupar;
- o compromisso expresso de investigação das mortes de autoria de prepostos do Estado, de modo a reduzir a impunidade.
- ênfase especial deve ser dada também ao combate à tortura, crime que permanece no presente, com elevada incidência, e é uma das lembranças mais traumáticas da ditadura militar.

A CEV-BA recomenda ainda apoio do Estado da Bahia às ações de Comitê Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Tortura, órgão federal já instalado e que deverá contar com técnicos com competência para vistoriar todos os locais de prevenção de liberdade. A Lei Nº 12.847, de 2 de agosto de 2013. que o criou reconhece, explicitamente, a importância da criação de órgãos similares no Estado. Nesta linha, espera a CEV-BA que projeto de lei criando o Sistema Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura da Bahia seja encaminhado à Assembleia Legislativa da Bahia.

7.4 O que não foi possível realizar em virtude das limitadas condições de trabalho

1- Aprofundamento das investigações prioritárias sobre casos relevantes, para reconstruir a história da repressão na Bahia, tais como a localização e acesso aos arquivos do DOPS. O esclarecimento e a recuperação dos documentos queimados e retirados da Base Aérea de Salvador e, especialmente, as circunstâncias das mortes e

desaparecimentos de baianos que a CNV não conseguiu esclarecer. A CEV-BA fez várias gestões para obter essas informações e lamenta a atitude dos comandos militares sediados em Salvador – 6ª Região Militar, 2º Distrito Naval e Base Aérea de Salvador – que não permitiram o acesso dos pesquisadores aos arquivos das unidades militares para consultarem documentos relativos ao período da ditadura.

2- Obtenção da certidão de óbito de Luiz Antônio Santa Bárbara, solicitada pela família à Comissão Estadual da Verdade. Em 14 de julho de 2014, a CEV-BA solicitou ao Departamento de Polícia Técnica/SSP-BA cópia do laudo de exame cadavérico realizado. Segundo o Diretor Geral do DPT, Elson Jefferson Neves da Silva, o laudo solicitado está custodiado no Arquivo Público do Estado da Bahia que informou não ter localizado o documento.

3- Apuração do episódio dos papéis queimados localizados na Base Aérea de Salvador, cuja importância decorre da necessidade de comprovar a destruição de documentos da repressão em instalações militares. Depoimentos de dirigentes do GTNM-Ba à CEV-BA reconstituem o modo como os papéis foram localizados e parte deles recolhidos à guarda do Grupo onde se encontram. Nas diligências efetuadas pela CEV-BA, inclui-se a ida à Câmara de Deputados. Nela, buscando, através do gabinete da Deputada Federal Alice Portugal, o relatório da Comissão Externa instituída para apurar o fato, a CEV-BA foi informada de que não houve relatório de conclusão dos trabalhos.



Foto: Einar Lima

Papéis queimados fotografados no escritório da Deputada Alice Portugal.

Em entrevista à jornalista Einar Lima, consultora da CEV-BA, Alice Portugal esclareceu que as tentativas de conseguir informações sobre os responsáveis pelos papéis queimados na Base Aérea de Salvador foram infrutíferas: o comandante da Base Aérea negou aos deputados, sistematicamente e verbalmente, a existência e queima de documentos.

“Sequer um relatório foi produzido, as pressões, as marchas e contramarchas eram grandes e a Comissão foi instalada e nunca teve a sua finalização formalizada, existia muito medo de se olhar no retrovisor, existia muito medo de que qualquer movimentação no período em que um operário chegava à presidência da República pudesse gerar uma desestabilização de um governo de coalizão que se propunha fazer o trânsito efetivo para a Democracia. E hoje nós estamos vendo a força da direita, se reacendendo sem que nós tenhamos ainda infelizmente reconstituído todo o arquivo, todo acervo desta verdade, do arbítrio da tortura, das mortes que ocorreram no Brasil durante a Ditadura”.

A própria Câmara Federal deixou de responder requerimento da parlamentar para instituir nova Comissão que continuasse as investigações. Segundo ela: “Em geral, nesses últimos 13 anos a população tem eleito governos democráticos, populares de centro de esquerda, mas tem eleito Câmaras conservadoras. Isso faz de fato com que o trânsito democrático no Brasil, ele seja lento e muitas vezes ele caminhe de uma maneira tão sinuosa que realiza retrocesso, retrocessos políticos, retrocessos de direitos e retrocessos de costumes...” O requerimento e outros documentos foram entregues à CEV-BA por Alice Portugal (Anexo 52 p. 816 a 828).

4- Exumação do corpo do advogado baiano João Leonardo da Silva Rocha, militante da MOLIPO, morto na cidade de Palmas de Monte Alto, no sertão da Bahia, em suposto confronto com policiais militares em junho de 1975. A Comissão Nacional da Verdade ouviu, em 18 de março de 2014, o irmão de João Leonardo, Mário Rocha Filho, que apoiou a iniciativa e teve amostra de DNA colhida para o caso de ser feita a exumação. Além de tentar encontrar o local de sepultamento, as diligências visaram colher informações *ante-mortem* de Leonardo e sobre o estado em que se encontrava o corpo após a morte. As informações podem auxiliar na identificação dos restos mortais em caso de exumação. A Comissão Estadual da Verdade – Bahia acompanhou as gestões da CNV para tentar localizar o corpo, ainda desaparecido. Em contribuição com a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, a CEV-BA financiou a ida do advogado Wanderson Pimenta Souza aos municípios de Guanambi e Palmas de Monte Alto, na Bahia. Realizaram-se contatos com contemporâneos e localizou-se espaço onde, provavelmente, ocorreu o sepultamento. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, segundo Diva Santana, mantém o assunto na pauta e a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia aprovou em novembro de 2015 a realização de Audiência Pública no município de Brotas de Macaúbas com o objetivo de recuperar restos mortais de João Leonardo.

CONFIDENCI

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

A palavra do Papa. In: **Cadernos do CEAS** nº 69, set/out, Salvador, 1980.

ABRÃO, P.; TORELLY M. D. Justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: SANTOS, B. de S. et al. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais, 2010

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Justiça de transição e eficácia da lei de anistia no Brasil: alternativas para a verdade e justiça. In: ASSY, Bethania at AL. (coord.). **Direitos Humanos – justiça, verdade e memória**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo; PAYNE, Leich.(org.) **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: MJ/Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre,

ABREU, João Batista. M**anobras da informação**. Rio de Janeiro: Mauad e EDUFF, 2000.

AGEITOS, Stella Maris. **Historia de la Impunidad. De las actas de Videla a los indultos de Menem.** Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2002.

ALFREDO, Jorge. **Fotograma infravermelho**. Disponível em <http://cadernodecinema.com.br/blog/fotograma-infravermelho/>. Acesso em 13 out. 2014.

ALFREDO, Jorge. **Recuerdos-** por Alba Liberato. Disponível em: <http://cadernodecinema.com.br/blog/recuerdos/>. Acesso em 04 nov. 2014

ALFREDO, Jorge. O **1º encontro com Glauber** – por Orlando Senna. Disponível em: <http://cadernodecinema.com.br/blog/o-1o-encontro-com-glauber/>. Acesso em 06 nov. 2014.

ALMEIDA, Priscila Cabral. **Cooperação para o Intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil, Projeto de Cooperação Técnica.** Elaborado para o Ministério de Justiça, Brasília, ago 2015.

ALVES, Marcio Moreira. **Tortura e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1996.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no** Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. **Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici (1969-1974):** a participação da iniciativa privada no esforço de legitimação. Estudos de inserções publicitárias na mídia impressa. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói, 2000.

ALVES, Taiara S. **Dos quartéis aos tribunais**: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às leis de segurança nacional (1964-1978). Dissertação de Mestrado, PPGH, FFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e ABIN:** uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV ed, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento.Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

AQUINO, M. Aparecida et al. (orgs). **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP.** O anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. Série: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do Estado, 2003. v. 3.

AQUINO, M. A. de; et al. (Org.). **No coração das trevas:** o Deops/SP visto por dentro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida de. Jornalistas/Militantes na mira do DEOPS/SP. In: ____; et al. (Org.). **No coração das trevas**: O DEOPS/SP visto por dentro. V. 1. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. (Dossiês DEOPS/SP).

ARAGÃO, Eloisa. **Censura na lei e na marra**: como a ditadura quis calar as narrativas sobre a violência, São Paulo: HUMANITAS, 2013.

ARAÚJO, Celio. R de. **O voto, o terço e as armas:** a atuação política da Igreja Católica na conjuntura do golpe de 64 na Bahia. Mestrado em História, PPGH, UFBA, Salvador, 2008.

ARAUJO, Lauana Vilaronga**. O Grupo Experimental de Dança e a Ditadura em Salvador.** Trabalho apresentado no VI Congresso de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2010. In: WWW.portalabrace.org. Acesso em 21 ago 2014.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relumé Dumará. 2007.

ARAUJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antônio; RODEGHERO, Carla (orgs.). **Marcas da Memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: Editora da UFPE, 2012.

ARGOLO, Jose A; RIBEIRO, Katia; FORTUNATO, Luiz Alberto. **A direita explosiva no Brasil**: a historia do grupo secreto que aterrorizou o pais com suas ações, atentados e conspirações. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DOS TRABALHADORES RURAIS - BA (org.) **Bahia**: violência e impunidade no campo: análise de dez anos registros de 1976 a 1987. Salvador: ODEAN, 1987.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI**: o retrato do monstro de cabeça oca. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BAHIA, **Decreto no. 14.227** de 10 de dezembro de 2012. Cria a Comissão Estadual da Verdade Bahia.

BAHIA, **Decreto nº 14.483** de 17 de maio de 2013. Modifica o Decreto de 14.227/2012.

BARDI, Lina Bo. Cinco anos entre os “brancos”. **Revista Mirante das Artes,** São Paulo, nov-dez ,1967

BARRETO, Thais. Brotas de Macaúbas quer resgatar sua história. Disponível em WWW.thaisbarreto.com/tag/operacao-pajussara/ Acesso em 14 ago 2015

BAUER, Caroline S. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar**: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Mestrado em História. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BAUER, Caroline S. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). **Anais ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1151.pdf>. Acesso em 18 jun 2014.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese, Doutorado em História PPGH, IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

BAUER, Caroline; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009

BENEVIDES, Silvio. **Proibido Proibir**: uma geração na contramão do poder. Dissertação de Mestrado, PPGCS, UFBA, Salvador, 1999.

BENTES, Ivana (Org.) **Cartas ao mundo**. Glauber Rocha. São Paulo: Schwarcz, 1997.

BERG, Creuza de Oliveira. **Os mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (Brasil, 1964-1984). Dissertação de mestrado. PPGHE, USP, São Paulo, 1998.

BIOGRAFIA de Glauber Rocha. Tempo Glauber. Disponível em: <http://www.tempoglauber.com.br/b_02.html>. Acesso em 06 nov. 2014.

BORGES FILHO, Nilson. **Os militares no poder.** São Paulo: Ed. Acadêmica, 1994.

BOSI, Viviana. **Poesia em risco**: itinerários a partir dos anos 60, tese de Livre Docência em Literatura, USP, São Paulo, 2011.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder**: 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteiras, 1977.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder: o ato 5**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder: o baile das solteironas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

BRASIL. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Balanço de Atividades de 1 ano da Comissão Nacional da Verdade.** Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/balanco_1ano.pdf>. Acesso em 18 jun.2013.

BRASIL. COMISSÃO DE ANISTIA. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/. Acesso em 24 jun.2013.

BRASIL. COMISSÃO DOS FAMILIARES DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/quem_somos_comissao.php?m=2>. Acesso em 24 jun. 2012.

BRASIL. **Lei n° 9.140** de 04/12/1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 02/09/1961 a 15/08/1979.

____. **Lei nº 12.527** de 18/11/2011. Regula o acesso à informação.

____. **Lei n° 12.528** de 18/11/2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade. DF, 2011.

BRITO, A.M.F. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA**. Mestrado em História, PPGH, UFBA, Salvador, 2003.

BRITO, A.M.F. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência a ditadura militar (1964-1968)**. Doutorado em História, PPGH, UFBA, 2008.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo. (orgs.). **Desaparecidos políticos**: prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Ed. Opção/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. **Registro,** Indaiatuba, n. 1, jul. 2002.

CAMPANHOLA, Adriano e CAMPANHOLA, Hilton Lobo. **Todas as constituições do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1971.

CANÇÕES do Exílio - a labareda que lambeu tudo. Direção: Geneton Moraes Neto. 2011. (99m)

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória**: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas/BA : EDUFRB, 2012.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985**: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CARNEIRO, Cesar. O. **Aventuras e desventuras: a peça proibida e a greve dos estudantes que desafiou a ditadura em 1966**. Mestrado em Historia, PPGH, UFBA, 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org.). M**inorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2002.

CAROCHA, Maika L. **Pelos versos das canções**: um estudo sobre o funcionamento da censura musical durante a ditadura militar, Dissertação de mestrado em Historia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

CARRARA, Sergio. Do Direito de Saber: O acesso à informação privada nos arquivos da ditadura militar brasileira. **Acervo,** Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 24, n. 1, 2011.

CARVALHO, L. M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. O papa no Brasil: impacto e sentido de uma viagem. In: **Cadernos do CEAS** nº 69. Set/out, Salvador, 1980.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. II Congresso Nacional da Anistia: momentos de resistência e definições. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.), Alex de Souza In et. Al. **Ditadura Militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador, EDUFBA, 2005.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de.**A polêmica que a (pena de) morte perdeu e ditadura militar na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2014.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. Bahia: As eleições na Ditadura Militar. In ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura Militar na Bahia**: história de autoritarismo, conciliação e resistência. Salvador: EDUFBA, 2014.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. Os partidos políticos no Brasil: de 1945 a nossos dias. In: **Cadernos do CEAS** nº 73, maio/jun**,** Salvador, 1981.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. **Theodomiro:** os limites da mídia e da Anistia. A imprensa baiana e o primeiro condenado à morte na República. Dissertação de Mestrado, FACOM, UFBA, Salvador, 2000.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillo. **Os Anos de Chumbo:** A Memória Militar sobre a Repressão. São Paulo: Editora Delume Dumará**,** 1994.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillo. **A volta aos quartéis:** a memória militar sobre a abertura. São Paulo: Editora Delume Dumará**,** 1995.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillo. **Militares e a política na Nova República**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillo**. Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

CATELA, Ludmila da Silva. **Não haverá flores na tumba do passado. A experiência de reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos em La Plata (Argentina).** Tese, Doutorado em Sociologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad.** Madrid: Siglo XXI, 2002.

CESAR, Elieser. **Contreiras, camarada engenheiro**: uma historia de luta e coerência. Salvador: Caros Amigos, 2009.

CHAGAS, Maurício de Almeida.Salvador, 1958-1967 - O edifício Urpia, o Teatro Castro Alves e Lina Bo Bardi**. Arquitextos,** 100.01, ano 09, set 2008**.** In**:** WWW.vitruvius.com.br. Acessado em 13 out 2014.

CHAMMAS, Eduardo. **A ditadura militar e a grande imprensa:** os editoriais do "Jornal do Brasil" e do "Correio da Manhã" entre 1964 e 1968. Dissertação de mestrado em Historia Social, USP, São Paulo, 2012.

CHILE. COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Informe Retting. Santiago: s. ed., 1996.

CHIRIO, Mauad. **Apolítica nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais à ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHUVAS de Março. Direção: Johnny Guimarães, Volney Menezes. 2004. (83 min.)

COIMBRA, M. N. O dever de não esquecer como dever de preservar o legado histórico. In: SANTOS, B. de S. et. al. (Orgs.). **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro:** estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais, 2010.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTREIRAS, Hélio. **Militares:** confissões - Histórias Secretas do Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COSTA, Reginaldo Helio da. Historia da ABRASPET na luta pela Anistia Política no Brasil. Salvador: ABRASPET, 2010.

CRUZ, Heloisa. F**.** Do sigilo à memória? Comissão da Verdade e as fontes históricas da Ditadura. In MARQUEZ, Márcia. (org.). **Pesquisa e Fontes Históricas**. Natal: Editora da UFRN, 2012.

CUNHA, Maria de Fátima da. A revelação da dor: guerrilha e repressão nos anos 60/70. História Social em debate. **Pós-História**, Assis, no. 2, 1994.

CUNHA, Olívia. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, v.2, n.36, 2005.

CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opiniões**: intelectuais, comunismo e repressão (1958-1969). Doutorado em Sociologia, UNICAMP, Campinas, 2009.

CZAJKA, Rodrigo. **Paginas da resistência**: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira (1965-1968). Mestrado em Sociologia, UNICAMP, Campinas, 2005.

D´AGUIAR, Hernani. **A Revolução por dentro**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Quebra da casca do ovo**: a elite baiana e a obra do golpe de 1964. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, Autocracia e Carisma**. A política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Minas Gerais: Editora UFMG, 2006.

D´ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (Orgs.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D´ARAÚJO, Maria Celina et al (orgs.). **Ernesto Geisel**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DIAS, Reginaldo Benedito. A máscara chinesa: notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar, **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jul. 2010

DIENSTMANN, Gabriel. **Os usos do passado e a disputa pela memória no questionamento da Lei de Anistia de 1979, no STF**. Monografia de conclusão do curso de história,UFRGS, Porto Alegre, 2010.

DINES, Alberto. **Os Idos de Março e a queda em abril.** Rio de Janeiro: Jose Álvaro, 1964.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da Abertura. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 28, no. 3, 1985.

DINIZ, Eugênio. Estratégia, informação e defesa nacional. Entrevista com Mario César Flores. **Novos Estudos**, no. 39, jul. 1994.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**: o movimento de 68 contado por seus líderes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamound, 1998.

DOBERSTEIN, Juliano M. **As duas censuras do regime militar**: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964e 1978.Porto Alegre: UFRGS, 2007;

DREIFUS, René Armand. **1964: a conquista do estado:** ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DULLES, John W. F. **Castello Branco**: o caminho para a presidência. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979..

ESPIÑEIRA, Victória. O partido, a igreja, o Estado nas associações de bairros de Salvador. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, FFCH, UFBA, Salvador, 1991.

EZTETYKA da Fome. Tempo Glauber. Disponível em: <http://www.tempoglauber.com.br/t_estetica.html>. Acesso em 07 nov. 2014.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIAS, Ignez Cordeiro de. Um troupier na política: entrevista com o general Antônio Carlos Muricy,In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Entrevistas:** abordagens e usos da história oral.Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

FERNANDES, Ananda. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira**: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação, Mestrado em História, PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul-dez. de 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php;antiteses.

FERNANDES, Silvia. **Grupos teatrais dos anos 1970.** Campinas: EDUNICAMP, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2006.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964 – o golpe que derrubou um presidente, pós fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civ Brasileira, 2014.

FETAG-BA. In **Cadernos do CEAS**, nº 54. Mar/abr 1978.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: Os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **Além do golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura**. Rio de Janeiro, Record, 2004.

FICO, Carlos. A Ditadura Documentada Acervos desclassificados do regime militar brasileiro. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, jul/dez 2008. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/issue/view/9>. Acesso em 17 fev.2013

FICO, Carlos et al (org.). **Ditadura e Democracia na America Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica. **Violência na história**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

FIGUEREDO, Lucas. **Olho por olho**: os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FILHOLINI, Jorge. **Tom Zé: "Sempre fazia canções reparando o que estava de errado na maneira de combater a Ditadura".** Livre Opinião Ideias em Debate, 13 mar. 2014. In WWW.livreopiniao.com. Acessado em: 10 out 2014.

FON, Antônio Carlos. **Tortura:** A História da Repressão Política no Brasil. São Paulo: Global Editora/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

FORTES, Leandro. **A censura na Imprensa Baiana durante o Ato Institucional n. 5**. Salvador, 1989. 90p. Monografia de Conclusão de Curso – Bacharel em Comunicação Social, Jornalismo – FACOM, Pex.

FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. **Artes plásticas e política no Brasil**: A trajetória de Carlos Zílio nos anos 1960 e 1970. Monografia. Instituto de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

FRANCO, Aninha. **O Teatro na Bahia através da Imprensa – Século XX**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994.

FRANCO, Renato. **Itinerário político do romance pós-64**: "A festa", São Paulo: UNESP, 1998.

FRANÇOIS, Étienne. Os "tesouros" da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** 34. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GALLO, Carlos Artur. **Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça:** um estudo sobre o trabalho da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. Dissertação, Mestrado em Ciência Política, PPGCP, IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

GARCIA, Miliandre. **Do teatro militante à musica engajada**: a experiência do CPC da UNE, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

GARCIA, M. **Ou vocês mudam, ou acabam**: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). Tese de doutorado em Historia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada.** São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio, HOLANDA, Heloisa Buarque. **Cultura em trânsito**: da repressão à abertura, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

GASPAROTTO, Alessandra. **O terror renegado**: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Dissertação de Mestrado, UFRGS,.Porto Alegre, 2008.

GAZZOTTI, Juliana. **Imprensa e ditadura:** a revista Veja e os governos militares (1968-1985). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFSC, São Carlos, 1998.

GLOBO Teatro. 23 maio 2013. In: www.globo.com. Acessado em 20 out 2015.

GÓES, Walder de. **O Brasil do general Geisel**: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GORENDER, Jacob. 64: O Fracasso das Esquerdas, In **Jornal Movimento,** n. 299.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

GRECO, Heloisa. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GRECO, Heloisa. Memória vs. Esquecimento, Instituíste vs. Instituído: a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. In: SILVA, Haike (org.). **A Luta pela Anistia.** São Paulo: Unesp/Arquivo Público/Imprensa Oficial, 2009.

GREEN, James. A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos. **Acervo,** Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan/jun 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Desobediência e Cidadania Operária: O Conflito Industrial em Camaçari no ano de 1985. UFBA. Salvador, **Caderno do CRH**, n. 14, jan/jul 1991.

HERMETTO, Miriam. **"Olha a gota que falta":** um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975-1980), Tese de Doutorado em História, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, São Paulo: EDUSP, 2013.

JESUS, Ludmila Antunes de. **A dramaturgia de João Augusto: edição crítica de textos produzidos na época da ditadura militar.** Dissertação de Mestrado, PPGLL/ UFBA. Salvador, 2008

JESUS, Ludmila Antunes de; SANTOS, Rosa Borges dos. **As interferências da Censura em textos teatrais baianos.** In: WWW.filologia.org.br/xcnlf/9/08.htm . Acessado em 20 out 2014

KLEIN, Lucia, FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KORNIS, Monica. **Uma historia do Brasil recente nas minisséries da Rede Globo**. Tese de Doutorado em Comunicação, ECA/USP, São Paulo, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Campinas: UNICAMP, 2001.

LAGÔA, Ana. **SNI**: como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEÃO, Raimundo Matos de**. Transas na cena em transe. Teatro e contracultura na Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2009.

LEMOS, Renato. **Ditadura militar, violência e anistia.** Texto disponível em: http://ufrj.academia.edu/RenatoLemos Acessado em 31 jan. 2013.

LIMA, Carlito. Confissões de um capitão. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

LONGHI, Carla Reis. **Ideias e práticas do aparato repressivo**: um olhar sobre o acervo do Deops/SP - a produção do SNI em comunicação com o Deops/SP. Tese, Doutorado em História Social, PPGHS, USP, São Paulo, 2005.

MAIA, Edson Carlos. **Os serviços de inteligência**: origem, organização e métodos de atuação. Rio de Janeiro: ESG, 1992.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol. 17, n. 34, 1997

MAKLOUF, Luiz. **O coronel rompe o silêncio**. São Paulo: Objetiva, 2004

MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão**: a censura de livro e de diversões públicas nos anos 1970. Dissertação, Mestrado em História Social PPGHS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira** (1968-1978). São Paulo: Global Editora, 1980.

MARTINS, Antônio José Santana**. Biografia.** Site Oficial. Disponível em WWW.tomze.com.br. Acessado em: 10 out 2014.

MARTINS, José de Souza. Terra de negócio e terra de trabalho**.** In. **Cadernos do CEAS**, nº 67. mai/jun 1980

MARTINS, Luciano. A "liberalização" do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Org.).**Transições do regime autoritário:** América Latina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1988;

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e caserna**: a dinâmica militar nas crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EDUFSCAR, 1994.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Contra os inimigos da ordem – a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985).** São Paulo: DP&A, 2003.

MATTOS, Pablo de Oliveira. **Para onde vamos?** Crise e democracia no governo João Goulart. . Dissertação de mestrado em Historia Social da Cultura, PUC, Rio de Janeiro, 2010.

MATTOS, Sérgio. **Memória da imprensa contemporânea da Bahia.** Salvador: IGHBA, 2008.

MAUES, Eloisa. **"Em Câmara Lenta", de Renato Tapajós**: a história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária. Dissertação de Mestrado em Historia Social. USP. São Paulo, 2008.

MAUES, Eloisa. **Censura na lei ou na marra:** como a ditadura quis calar as narrativas sobre suas violências. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2013.

MEIRA, Esmeralda, Um Lugar para o poeta baiano Camillo de Jesus Lima: entre nós. **Revista Tabuleiro de Letras**, do PPG-EL/ UNEB, nº especial. In: http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_especial/pdf/artigo_nespecial. Acesso em 14 jul 2014

MELO, Isabel de Fátima. "**Cinema é mais do que filme**": uma história do cinema baiano através das jornadas de cinema da Bahia nos anos 70. Dissertação de Mestrado, FFCH, UFBA, Salvador, 2010.

MEMORIAL Brasil de Artes Cênicas. In: www.memorialdeartescenicas.com.br. Acessado em 20 out 2015.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro**: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro. Dissertação de mestrado em Ciência Política. USP, São Paulo: 2003.

MEZAROBBA, Glenda. **O preço do esquecimento**: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação, entre Brasil, Argentina e Chile), Tese de doutorado em Sociologia, USP, São Paulo, 2007.

MEZAROBBA, Glenda. Afinal, o que é uma Comissão da Verdade? **Revista Direitos Humanos**, Brasília, n. 5, abr. 2010. Disponível em: http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/revistadh5.pdf. Acesso em: 21 dez. 2011.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo:** mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, Perseu Abramo, 1996

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. São Paulo: UNESP, 2010.

MONTENEGRO, Ana. **Tempo de Exílio**. Aracaju: Novos Rumos, 1988.

MONTENEGRO, Darlan; MOTTA, Luiz Eduardo Perreira. Luiz Eduardo Greenhalgh: um militante dos direitos humanos. In: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (orgs.). **Os advogados e a Ditadura de 1964**: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** Arquivos secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOREIRA, Vânia Medeiros. **O CPC da UNE na Bahia, caminhos e descaminhos para mudar o Brasil**. TCC. FACOM/UFBA. Salvador, 2007.

MOTA, Nelson. **Noites tropicais**: solos, improvisos e memórias musicais. Rio de Janeiro: Objetiva: 2000.

MOTTA, Rodrigo Fato Sá. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, revista do Arquivo Nacional. V. 21. n. 2. (jul/dez 2008). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MOTTA, Rodrigo Fato Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção:** engajamento político e indústria cultural na MPB, São Paulo: ANNABLUME, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980). Tese de Livre docência em Historia do Brasil, USP, São Paulo, 2011.

NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A Guerrilha do Araguaia:** "Paulistas" e militares na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional, UFPA, Belém, 1999

NAVARRO, Nilson. **As garras do Condor: como a ditadura militar da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar os adversários políticos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

NEVES, Euclides Fagundes. **Bancos, bancários e movimento sindical.** Salvador: Bureau, 2008.

NEVES, Evelisse. **Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos do Estado do Rio Grande do Sul**: significados e perfil dos atingidos. Dissertação, Mestrado em História Social, PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

NEVES, Ozias Paes. **Revista Civilização Brasileira**: uma cultura de esquerda (1965-1968). Mestrado em Historia, UFPR, Curitiba, 2006.

O Papa também veio ouvir. In: **Cadernos do CEAS**, nº 69, set/out, Salvador, 1980.

OLIVEIRA, Claudia Ellen. **Luis Antônio Santa Barbara**: um sujeito e os caminhos da resistência armada à ditadura militar no interior baiano. Monografia TCC, UNEB, Alagoinhas, 2013.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil (1964-1969)2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, Jeremias Macário de. **Uma conquista cassada: cerco e fuzil na cidade do frio.** Salvador:ALBA, 2014.

OLIVEIRA, Paulo Afonso M. **Atos institucionais**: sanções políticas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

PADRÓS, Enrique Serra. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. **História em Revista**. Pelotas, v.10, dez. 2004. Disponível em:

http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_enrique_padros.pdf - Acesso em 20 maio 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay:** Terror de Estado e Segurança Nacional**.** Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese de Doutorado em História. UFRGS, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos, **Tempo e Argumento**.

Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: Notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.). **História, memória, literatura:** O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (Ciex) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 2, jul.-dez. 2009

PEROSA, Lílian Maria Farias de Lima. **Cidadania proibida: o caso Herzog através da imprensa.** São Paulo: IMESP/Sind. Dos Jornalistas Profissionais do Est. de São Paulo, 2002.

PESSOA, Rui. **Espionagem e os meios jurídicos de segurança nacional**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.

PETROBRAS. In memoriaspetrobras.com.br. Acesso set/out. 2014.

PINHEIRO, Milton. **Ana Montenegro: 100 anos de uma feminista de classe**. In http://pcb.org.br/portal/index. Acesso em 19 ago 2015

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, Romeu (org.). **As relações Igreja-Estado no Brasil (1964-67)**. Durante o governo do Marechal Castelo Branco – volume I. Centro Pastoral Vergueiro. São Paulo: Loyola, 1986.

--------. **As relações Igreja-Estado no Brasil (1970-74)**. Durante o Governo do General Médici. Centro Pastoral Vergueiro. São Paulo: Loyola, 1987.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação de Mestrado em Historia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

QUADRAT, Samantha Viz. **Poder e informação**: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Dissertação de mestrado. PPGHS UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n° 47, jan/jun 2012.

RAMOS, Alcides. **O canibalismo dos fracos**: cinema e história do Brasil, Bauru: EDUSC, 2002.

RAMOS, Fernão. **Enciclopédia do cinema brasileiro**. 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

REIMÂO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. São Paulo: EDUSP, 2011.

REIS FILHO. Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REVISTA DA HISTORIA DA BAHIA. **Especial Ditadura na Bahia** (1964-1985). Centro de Memória da Bahia. Fundação Pedro Calmon, Salvador, 2014.

REZENDE, Maria José de. **Ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: Editora UEL, 2001.

RIBEIRO, David Ricardo. **Da crise política ao golpe de Estado**: os conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart. Dissertação de mestrado em Historia Social, USP, São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Denise Felipo. Anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil militar à democracia. Dissertação, PPGH, UFF, Rio de Janeiro, 2012

RIBEIRO, Osmar José de Barros. A inteligência – informação – no Brasil. **Defesa Nacional**, n. 749, jul./set.1990.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 2010.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. **DOPS**: A lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Aperj, 1993.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. **Os arquivos das polícias políticas.** Rio de Janeiro: Aperj/FAperj, 1994.

RIO DE JANEIRO. Arquivo público do estado do Rio de Janeiro. **DOPS**: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1996.

ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

RODEGHERO, Carla Simone. **Anistia ampla, geral e irrestrita**: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

RODEGHERO, Carla Simone. (org). **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: EDUFPE, 2012.

ROSA, Michele R. **O pensamento de esquerda e a revista Civilização Brasileira (1965-1968).** Porto Alegre: UFRGS, 2004;

ROSA, Michele R. "**Esquerdisticamente afinados":** os intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra: (1964-1969). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SAGGIORATO, Alexandre**. Anos de chumbo: rock e repressão durante o AI-5.** Dissertação de Mestrado, PPGH/IFCH, Universidade de Passo Fundo, RS, 2008.

SAMPAIO, Iamara Andrade. **Petroquímicos e a greve geral de 1985**. Dissertação de Mestrado PPGH/UFBA, Salvador, s/d.

SAMPAIO, Nelson de Souza. As eleições baianas de 1962. **Revista Brasileira de Estudos Políticos,** 16, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, Janeiro de 1964.

SANTANA, Cristiane. **Maoísmo na Bahia (1967-1970)**. Mestrado em Historia, PPGH, UFBA, Salvador, 2008.

SANTANA, Ediane L**."Em nome da família, da moral e da propriedade: Amém!" As mulheres baianas na organização da Marcha da Família em Salvador (1962-1964).** Mestrado em História, FFCH, UFBA, Salvador, 2009.

SANTOS, Andrea. **Ação entre amigos**: história da militância do PC do B (1965-1973). Mestrado em História, PPGH, UFBA, Salvador, 2004.

SANTOS, Maria David**.** Esplendor e Maldição em Manhã Cinzenta**. Revista de Cinema da UFRB,** Ano I, nº 2, 2011. In: www.ufrb.edu.br/cinecachoeira/2011. Acesso em 04 set 2014.

SANTOS, Rosa Borges dos.**Leitura crítico-filológica dos "cortes" em textos teatrais censurados na Bahia,** 2008. In: http://www.filologia.org.br. Acesso em 21 out 2014.

SANTOS, Paulo dos. **Raul Seixas: a mosca na sopa da ditadura militar – Censura, tortura e exílio (1973- 1974).** Dissertação de Mestrado, PUC. São Paulo, 2007.

SÃO PAULO. COMISSÃO DOS FAMILIARES DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS E INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. **Dossiê Ditadur**a: Mortos e Desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). IEVE/Imprensa Oficial: São Paulo, 2009.

SÃO PAULO. COMISSÃO Especial de Desaparecidos e Mortos. O direito à memória e à verdade. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, São Paulo, 2009.

SÃO PAULO. DOSSIÊ DITADURA: **Mortos e desaparecidos políticos no Brasil 1964-1985**. São Paulo: Imprensa Oficial, IEVE, 2009.

SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder.** Os protagonistas. São Paulo: Global, 1979.

SCOVILLE, Eduardo. **Na barriga da baleia**: a Rede Globo de televisão e a música popular na primeira metade da década de 1970. Tese de doutorado em História, UFPR, Curitiba, 2008.

SELIGMANN, Márcio. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. **Literatura e Autoritarismo, memórias da repressão**, n. 9, jan-jun 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clin.,** Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1, 2008.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, torturas e justiça social na ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERPAJ. Uruguay Nunca Más. Informe Sobre la Violación a los Derechos Humanos (1972-1985). Montevideo: SERPAJ, 1989.

SERVAIS, Freddy A. J. Grilagem na Bahia. In. **Cadernos do CEAS**, nº 67. mai/jun 1980.

SETARO, André. **Panorama do cinema baiano**. Salvador: FUNCEB, 2010.

SILVA, Angela Moreira D. da. **Ditadura e Justiça Militar no Brasil**: o papel do Superior Tribunal Militar (1964-1980). Tese de Doutorado, PPGHPBC, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Carla Luciana Souza. A Carta ao Leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais**. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**.São Paulo, v.32, n.1, jan./jun. 2009.

SILVA, Denise. **"Ou a gente confia no povo, ou não há solução"**: o teatro livre da Bahia e a cultura popular na década de 1970. Mestrado em História, FFCH, UFBA, Salvador, 2012.

SILVA, Denise Pereira. **João Augusto e o Teatro Livre da Bahia: Artistas, intelectuais e o Estado na Bahia nos anos 1970**. Comunicação, XXVI Simpósio Nacional de História, jul 2011, São Paulo. www.snh2011.anpuh.org/resources/anais. Acesso em 20 out 2015

SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (org.) **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: Edufba, 2009

SILVA, Elizete da. **Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana.**Feira de Santana, Editora UEFS, 2010.

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento estratégico**. Brasília: UNB, 1981.

SILVA. Hélio**. 1964: Golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Margarete Pereira da. **Não tenho paciência histórica: A Igreja popular em Juazeiro (1962-82)**. Dissertação de Mestrado em História, PPGH, UFBA, Salvador, 2002.

SILVA, Margarete Pereira da. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In ZACHARIADHES, Grimaldo. (org.). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Wilson Mario. **A guerrilha da esquerda baiana contra a ditadura**: (Des) contando a vida de Luiz Antônio Santa Barbara (1964-1973). Monografia de TCC, Curso de Jornalismo, UEFS, Feira de Santana, 2011.

SILVA FILHO, Emiliano José. **As asas invisíveis do Padre Renzo**. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2002.

SILVA FILHO, Emiliano José. **Galeria F**: Lembranças do mar cinzento, parte 1 São Paulo: Casa Amarela, 2000.

SILVA FILHO, Emiliano José. **Galeria F**: Lembranças do mar cinzento, parte 2. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

SILVA FILHO, Emiliano José. **Galeria F:** lembranças do mar cinzento, parte IV. Golpe, tortura, verdade. São Paulo: Ed. Caros Amigos, 2012.

SILVA FILHO, Emiliano José; MIRANDA, Oldack. **Lamarca o capitão da guerrilha**. São Paulo: Global, 1980.

SIMOES, I. **Roteiro da intolerância**: a censura cinematográfica no Brasil, São Paulo: SENAC, 1998.

SINDICATO dos Bancários de Ilhéus. In: www.seebilheus.com. Acesso em 30. out. 2014.

SINDICATO dos Bancários de Jequié e Região. In: www.bancariosjequie.com.br . Acesso em 27. out. 2014.

SINDICATO dos Metalúrgicos da Bahia. In: www.metalurgicosbahia.org.br. Acesso em 05. nov. 2014.

SINDICATO dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Ferroviários. In: www.sindiferro.org.br . Acesso em 30. out. 2014.

SINDIQUIMICA BAHIA. A greve do Pólo de 1985, Salvador, sd.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários:** Memórias da Guerrilha Perdida, 8ª ed. São Paulo: Global, 1983.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo** (1964-1985), 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 4, n. 10, 1989.

SODRÉ MARTINS, Geraldo Ignácio de Loyola.**31 de março de 1964**. Revolução autentica ou simples quartelada? (assim é a "linha dura") Salvador: Manu, 1964..

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A fúria de Calibã**: memória do golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SOUSA, Maria Aparecida S. de; BORBOREMA, Carlos Gomes. Literatura e Política: A trajetória de um poeta militante no interior da Bahia (1930-1975). **Revista Politéia – História e Sociedade,** Vitória da Conquista, v.1, n.1, 2001.

SOUZA, Admar Mendes de. **Frades dominicanos de perdizes: Movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil**. Dissertação de Mestrado em História, USP, São Paulo, 2003.

SOUZA, George Evergton Sales. **Entre o Religioso e o Político: Uma história do Círculo Operário da Bahia**. Dissertação de Mestrado em História, PPGH, UFBA, Salvador, 1994.

SOUZA, Jessie Jane Vieira. Anistia política no Brasil: um processo político em disputa. In: ABRÃO, Paulo; TORRELY, Marcelo; PAYNE, Leich (org.). **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada.** Brasília: MJ/ Comissão de Anistia; Londres: Oxford University, Latin American Center, 2011.

SOUZA, Percival de**. Eu, cabo Anselmo.** São Paulo: Globo, 1999.

SOUZA, Percival. **Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury.** Rio de Janeiro: Globo, 2000.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista**: homens vermelhos e inocentes úteis. Tese de Doutorado em Historia Social, PPGH, UFBA, Salvador, 2009.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da Abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. Censura no regime militar e militarização das artes. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2001.

STUDART, Hugo. **A lei da selva:** Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TANNOUS, Simão. **Relendo noticias**: o jornalismo baiano e o governo de João Goulart (1963-1964). Mestrado em História, PPGH, UFBA, Salvador, 2010.

TAVARES, Bráulio. **O Curta Metragem Brasileiro e as Jornadas de Salvador**. Salvador: Gráfica Econômico, 1978

TAVARES, Eduardo Diogo. **O Milagre de Dom Amoroso**. Ou como D. Timóteo, abade do Mosteiro de S. Bento, venceu as legiões hereges. Salvador, 1995

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010

TELES, Janaína. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2ª. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

TELES, Janaina. **Os herdeiros da memória**: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil, tese de Doutorado em Historia Social, USP, São Paulo, 2005.

TELES, Janaina de Almeida. As constituições das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil: Nunca mais e a abertura da Vala de Perus.**Anos 90,** Porto Alegre, v. 19, n. 35, jul. 2012.

TELES, Janaina; TELES, Edson; SANTOS, Cecília M. **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil, vol. I e II, São Paulo: Hucitec, 2009.

TERRA em Transe. Ficha de Censura, 1967. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/pdfsNovos/0070048C00701.pdf>. Acesso em 05 nov 2014.

TERRA em Transe. Certificado de Censura nº 352I - GB, 1967. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/pdfsNovos/0070048C01501.pdf>. Acesso em 05 nov 2014.

TERRA em Transe. Decisão de liberação pelo Diretor-Geral da DPF, 1967. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/pdfsNovos/0070048C01401.pdf>. Acesso em 05 nov. 2014.

TERRA em Transe. Decisão de interdição do SCDP, 1967. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/pdfsNovos/0070048C01201.pdf>. Acesso em 05 nov. 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **1964: visões do golpe**: democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997.

TOLEDO,Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a "Ditabranda". **Revista de Sociologia**, Curitiba, v.17, n.34, out. 2009.

TOM Zé: O jeito é "politicar" a música brasileira. Portal Vermelho, 13 abr. 2010. Disponível em: WWW.vermelho.org.br. Acessado em 28 out 2014.

TOM ZÉ. **A forma era mais eficiente que o discurso**.O Globo, 23 mar 2014. Disponível em: WWW.oglobo.globo.com. Acessado em 28 out 2014.

TORRES, Lucas. **A questão financeira é uma questão política:** militantes do PCBR em ações armadas na Bahia (década de 1980). Mestrado em História, FFCH. UFBA, Salvador, 2013.

TRINDADE, Tatiana. **O papel materno na resistência à ditadura**: o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling. Trabalho de Conclusão, Licenciatura em História, IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

USTRA, Carlos Brilhante. **Rompendo o silêncio.** Brasília: Editerra, 1987.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça.** Brasília: Editora Ser, 2006.

VALADARES, Loreta. **Estilhaços**: em tempo de luta contra a ditadura. Salvador: SCT/BA, 2005.

VARGAS, Índio. **Guerra é guerra, dizia o torturador**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

VARÓN, Paloma e CLAÚDIO, Francisco. **Rumo a terra prometida - A trajetória do grupo Moisés**. Trabalho de final de curso em Comunicação, FACOM, UFBA, Salvador, 2001.

VELOSO, Caetano**. Verdade Tropical.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VIANA, Gilney Amorim. **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

VIANA FILHO, Luis. **O governo Castelo Branco.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

WESCHLER, Lawrence. **Um Milagre, um Universo** - O Acerto de Contas com os Torturadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1990**.**

XAVIER, Marília. Antecedentes Institucionais da Polícia Política. In**: DOPS**. A Lógica da Desconfiança. 2ª ed., Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

ZACHARIADHES, Grimaldo. **CEAS**: Jesuítas e a questão social durante a ditadura militar. Mestrado em Historia, PPGH, UFBA, Salvador, 2007.

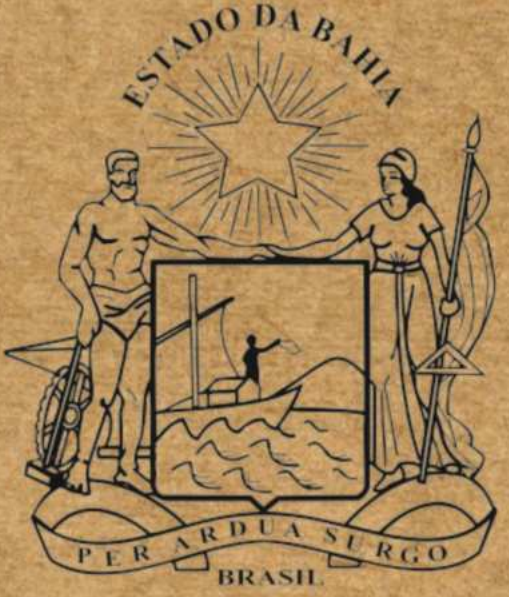
ZACHARIADHES, Grimaldo. (org.). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o apostolado social durante a Ditadura Militar.** Salvador, EDUFBA, 2010.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura Militar na Bahia**: História de autoritarismo, conciliação e resistência. Salvador: EDUFBA, 2014.

CONFIDENCI

ANEXOS



ANEXOS

1 - Decreto nº 14.227 de 10 de dezembro de 2012 - cria a CEV-BA 391
2 - Decreto n° 14.483 de 17 de maio de 2013 – modifica o decreto anterior 392
3 - Inventário do acervo da Comissão Estadual da Verdade 393
4 - Lista de Audiências Públicas, depoimentos individuais e entrevistas 405
5 - Violências relatadas em Salvador, Feira de Santana e Santo Amaro da Purificação... 409
6 - Resolução 46/A de 8 de maio de 1964 – Cassação de Francisco José Pinto dos Santos do cargo de Prefeito da cidade de Feira de Santana 413
7 - Discurso do Deputado Chico Pinto sobre visita de Pinochet ao Brasil 414
8 - Bahia Sistema de Segurança e Justiça - identificação dos participantes 416
9 - Entrevista de Hélio Carneiro a Isadora Browne 425
10 - Denúncia do Ministério Público sobre Tortura na Cadeia Pública de Salvador 437
11 - Ofício n° 27 de 02/04/1968 – Coronel Luiz Arthur suspende cinco diretores e atores da peça Uma obra do governo..... 449
12 - Ofício n° 28 de 02/04/1968 – Coronel Luiz Arthur converte suspensão imposta para multa de NCr$ 20,00. 450
13 - Certificado de censura da peça Um dia memorável para o sábio Tzang 451
14 - Ofício nº 126 de 8 de agosto de 1969, comunicação sobre censura 452
15 - Memorando nº15/69, censura as peças As duas faces de um palhaço, 200 cruzeiros novos, Brasil Loucuras 1.000, Mas... que sociedade, No ritmo dos ciganos e A fé. 453
16 - Coronel Luiz Arthur de Carvalho suspendeu por 30 dias o diretor e atores da peça Macbeth através da portaria 08/70 454
17 - Análise do inspetor Eduardo Henrique de Almeida sobre o show de Chico Buarque e Caetano Veloso no dia 11 de novembro de 1972 455
18 - Análise da técnica de Censura Maria Helena Guerreiro da Cruz, sobre apresentação da música "APESAR DE VOCÊ", pelo cantor CHICO BUARQUE DE HOLANDA. 457
19 - Análise de Augusto de Albuquerque Silvasobre "visita" ao show de Chico e Caetano..... 458
20 - Censura da técnica Maria Helena Guerreiro ao Forró Minha Vizinha, de Hermenegildo José Rodrigues,..... 459
21 - Censura do técnico Severino Ernesto de Souza à música Macaquinho 461
22 - Censura do técnico Arivaldo Mendonça de Carvalho à música Se 463
23 - Censura do técnico Severino Ernesto de Souza à música Cara D'Anjo 465
24 - Censura do técnico Severino Ernesto de Souza à música Elegia a Tio Patinhas. 467
25 - Censura do técnico Severino Ernesto de Souza à música Nós e a Utopia, de José Benedito Fonteles 469
26 - Censura do técnico Arivaldo Mendonça de Carvalho à música Questão de Afeto 471
27 - Ofício confidencial da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça sobre as atividades Guido Araújo..... 473
28 - Centro de Informações da Polícia Federal envia a Informação nº 03394 para o Ministério da Justiça sobre Guido Araújo. 476
29 - Certificado de censura do filme Actas de Marúsia 479
30 - Certificado de Censura, de maio de 1977, referente ao filme Copacabana me Engana, de Antonio Carlos Fontoura..... 481
31 - Pedido de anistia para Glauber Rocha, deferido em 26 de maio de 2010 482
32 - Carta enviada de Havana por Glauber Rocha para o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, em 20 de novembro de 1971 494
33 - Relação de domiciliados na Bahia que solicitaram anistia 501
34 - Relação de investigados de 1964 a 1983 577
35 - Inquérito Policial Militar: indiciados, motivos e autoridade que instaurou, 1964/1983 603
36 - Repressão ao Movimento Estudantil de 1968 Solicitação do impedimento de matrículas de secundaristas e universitários. 612
37 - 104 Demitidos da Petrobrás em 1964 por motivos políticos 617

38 - "Mensagem ao povo da Bahia", do SINDIPETRO, SINTEC, SINERGIA, Bancários, Metalúrgicos, STIEP e SINDIQUÍMICA sobre a greve de 1983 618
39 - Repressão ao movimento sindical petroleiro baiano - Greve de 1983 620
40 - Repressão ao movimento sindical - demitidos do Sindiquímica - Greve de 1985 623
41 - Entrevista de Ulisses Souza Oliveira Junior e Jorge Manoel de Santana 625
42 - Entrevista da advogada de trabalhadores rurais, Cecília Petrina 635
43 - Camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos na Bahia de 1961 a 1988 639
44 - Entrevista do advogado sindicalista Paulo Rosa Torres 643
45 - Entrevista de Antônio Dias do Nascimento 647
46 - Resultado do julgamento ao pedido de anistia para Carlos Marighella 659
47 - Entrevista de Terezinha Dantas Menezes 660
48 - Fichas dos mortos e desaparecidos baianos 665
49 - Defesa de Padre Camille pelo advogado Pedro do Nascimento 809
50 - Ofício de Dom Avelar à Polícia Federal sobre permanência de Padre Camille no Brasil. 813
51 - Informação nº 0054/116/ASV/79 do SNI denuncia a atuação dos padres Luiz Tonnetto Figueiredo e Padre Natal Campana, de Senhor do Bonfim 814
52 - Requerimento e outros documentos sobre papéis queimados 816

Anexo 1 - Decreto nº 14.227 de 10 de dezembro de 2012 - cria a CEV-BA

DIÁRIO OFICIAL
SALVADOR, BAHIA, TERÇA-FEIRA 11 DE DEZEMBRO DE 2012
ANO XCVI Nº 21.017
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ■ ESTADO DA BAHIA
Executivo

DECRETOS NUMERADOS

DECRETO Nº 14.227 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Cria a Comissão Estadual da Verdade no âmbito da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

D E C R E T A

Art. 1º- Fica criada, no âmbito da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, a Comissão Estadual da Verdade, com a finalidade de auxiliar a Comissão Nacional da Verdade a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período Exado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, no território do Estado da Bahia, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica no Estado da Bahia e contribuir para a promoção da reconciliação nacional.

Art. 2º - A Comissão Estadual da Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por 7 (sete) membros, designados pelo Governador do Estado da Bahia, dentre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

§ 1º - Os membros serão designados para mandato com duração até o término dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, a qual será considerada extinta após a publicação do relatório mencionado no art. 9º deste Decreto e seu encaminhamento à Comissão Nacional da Verdade.

§ 2º - A participação como membro da Comissão Estadual da Verdade é considerada de relevante interesse público e não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 3º - A Comissão Estadual da Verdade atuará com os seguintes objetivos:

I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no *caput* do art. 1º deste Decreto;

II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território do Estado da Bahia;

III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no *caput* do art. 1º deste Decreto e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes, em especial à Comissão Nacional da Verdade, toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;

VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional;

VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no território do Estado da Bahia, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações e suas famílias.

Art. 4º - Para execução dos objetivos previstos no art. 3º deste Decreto, a Comissão Estadual da Verdade poderá:

I - receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitado;

II - requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;

III - convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;

IV - determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;

V - promover audiências públicas;

VI - requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Estadual da Verdade;

VII - requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos.

§ 1º - As requisições previstas nos incisos II, VI e VII serão realizadas diretamente aos órgãos e entidades do poder público.

§ 2º - Os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Estadual da Verdade não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo.

§ 3º - É dever dos servidores públicos estaduais, civis e militares, colaborar com a Comissão Estadual da Verdade.

§ 4º - As atividades da Comissão Estadual da Verdade não terão caráter jurisdicional ou persecutório.

§ 5º - A Comissão Estadual da Verdade poderá requerer ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades.

§ 6º - Qualquer cidadão que demonstre interesse em esclarecer situação de fato revelada ou declarada pela Comissão terá a prerrogativa de solicitar ou prestar informações para fins de estabelecimento da verdade.

§ 7º - Os requerimentos da Comissão Estadual da Verdade deverão ser atendidos, com urgência, por todos os órgãos públicos estaduais.

Art. 5º - As atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual da Verdade serão públicas, exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção de sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas.

Art. 6º - Observadas as disposições da Lei Federal nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a Comissão Estadual da Verdade poderá atuar de forma articulada e integrada, com os demais órgãos públicos, especialmente com o Ministério Público Estadual e Federal, as Universidades sediadas no Estado da Bahia, o Grupo Tortura Nunca Mais-Bahia, os Arquivos Públicos Estadual e Nacional, a Comissão Especial Memórias Reveladas, instituída pelo Decreto nº 11.520 de 30 de abril de 2009, a Comissão de Anistia, criada pela Lei Federal nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, a Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, criada pela Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995 e a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Art. 7º - A Comissão Estadual da Verdade poderá firmar parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 8º - A Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos dará o suporte técnico, administrativo e financeiro necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão Estadual da Verdade.

Art. 9º - A Comissão Estadual da Verdade terá prazo de 2 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações.

Parágrafo único - Todo o acervo documental e de multimídia resultante da conclusão dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade deverá ser encaminhado ao Arquivo Público do Estado da Bahia e ao Arquivo Nacional, para integrar o Projeto Memórias Reveladas.

Art. 10 - Compete à Comissão Estadual da Verdade a elaboração do seu Regimento Interno, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua instalação.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 10 de dezembro de 2012.

JAQUES WAGNER
Governador

Rui Costa
Secretário da Casa Civil

Almiro Sena Soares Filho
Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Anexo 2 - Decreto n° 14.483 de 17 de maio de 2013 – modifica o decreto anterior

DIÁRIO OFICIAL
SALVADOR, BAHIA, SÁBADO E DOMINGO 18 E 19 DE MAIO DE 2013
ANO XCVI Nº 21.142 E 21.143
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ■ ESTADO DA BAHIA
1 Executivo

DECRETOS NUMERADOS

DECRETO Nº 14.482 DE 17 DE MAIO DE 2013

Homologa o Decreto Municipal de "Situação de Emergência" que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 105, inciso XII, da Constituição Estadual, e pelo inciso VII do art. 7º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e do constante no Processo nº 948413000649, da Coordenação de Defesa Civil, da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza,

considerando os danos decorrentes das enxurradas que afetaram as atividades econômicas e atingiram a população do Município de Jaguaquara - BA;

considerando as informações prestadas pela Coordenação de Defesa Civil - CORDEC;

considerando competir ao Estado preservar o bem-estar da população e, nesse sentido, adotar as medidas que se fizerem necessárias,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica homologado o Decreto Municipal nº 193, de 29 de abril de 2013, do Prefeito Municipal de Jaguaquara, que declarou em "Situação de Emergência", pelo prazo de 90 (noventa) dias, as áreas comprovadamente afetadas do referido Município.

Art. 2º - Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de abril de 2013, e vigerá pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da aludida data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 17 de maio de 2013.

JAQUES WAGNER
Governador

Rui Costa
Secretário da Casa Civil

Moema Isabel Passos Gramacho
Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

DECRETO Nº 14.483 DE 17 DE MAIO DE 2013

Altera dispositivos do Decreto nº 14.227, de 10 de dezembro de 2012, que cria a Comissão Estadual da Verdade.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

D E C R E T A

Art. 1º - A ementa do Decreto nº 14.227, de 10 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Cria a Comissão Estadual da Verdade no âmbito do Gabinete do Governador do Estado da Bahia.**"

Art. 2º - O § 2º do art.2º e os *caputs* dos arts. 1º, 7º e 8º do Decreto nº 14.227, de 10 de dezembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** - Fica criada, no âmbito do Gabinete do Governador, a Comissão Estadual da Verdade, com a finalidade de auxiliar a Comissão Nacional da Verdade a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, no território do Estado da Bahia, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica no Estado da Bahia e contribuir para a promoção da reconciliação nacional."

"**Art. 2º** - .....

§ 2º - A participação como membro da Comissão Estadual da Verdade é considerada de relevante interesse público."

"**Art. 7º** - Fica o Gabinete do Governador autorizado a firmar convênios, termos de cooperação, protocolos, acordos, contratos, ajustes e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o desenvolvimento das atividades da Comissão Estadual da Verdade."

"**Art. 8º** - Ficam autorizadas as alterações orçamentárias que se fizerem necessárias em decorrência da edição deste Decreto."

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 17 de maio de 2013.

JAQUES WAGNER
Governador

Rui Costa
Secretário da Casa Civil

DECRETOS SIMPLES

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista da orientação da Procuradoria Geral do Estado e demais elementos constantes do Processo nº 0100130012072,

R E S O L V E

nomear, em caráter provisório, **IVAN ALMEIDA RODRIGUES** para o cargo de Investigador de Polícia, da lotação da Polícia Civil da Bahia, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0006741-61.2011.8.05.0000-0, que tramita no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 17 de maio de 2013.

JAQUES WAGNER
Governador

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E

exonerar, a pedido, **FLORISVALDO ANUNCIAÇÃO DE LIMA** do cargo de Diretor, símbolo DAS-2B, da Diretoria de Contabilidade Pública, da Superintendência de Administração Financeira, da Secretaria da Fazenda.

exonerar, a pedido, **JOÃO KOJI SUNANO** do cargo de Inspetor Fazendário, símbolo DAS-2D, da Inspetoria de Fiscalização de Grandes Empresas do Setor Indústria, da Superintendência de Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda.

exonerar, a pedido, **AMARILDO TOSTA SANTOS** do cargo de Inspetor Fazendário, símbolo DAS-2D, da Inspetoria de Fiscalização de Grandes Empresas do Setor Comércio e Substituição Tributária, da Superintendência de Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda.

exonerar, a pedido, **UBIRAJARA RIBEIRO LIMA** do cargo de Inspetor Fazendário, símbolo DAS-2D, da Inspetoria de Fiscalização de Grandes Empresas do Setor Serviços, da Superintendência de Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda.

exonerar, a pedido, **IVAN DIAS DE SOUZA** do cargo de Inspetor Fazendário, símbolo DAS-2D, da Inspetoria de Fiscalização de Médias e Pequenas Empresas do Comércio Varejista, da Superintendência de Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda.

exonerar, a pedido, **EDILSON MEIRELES DE OLIVEIRA SANTOS** do cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, da Coordenação de Processos, da Diretoria de Administração Tributária da Região Metropolitana, da Superintendência de Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda.

exonerar, a pedido, **SONIA MARIA FERNANDES PASTANA** do cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, da Superintendência de Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda.

Anexo 3 - Inventário do acervo da Comissão Estadual da Verdade

INVENTÁRIO DO ACERVO DE DADOS CEV-BA				
N°	**Documento**	**Origem**	**Data**	**Quant**
1	Jornal Folha do Norte 1965-1970	CEV-BA	1965-1970	1
2	Jornal Folha do Norte 1971-1975	CEV-BA	1971-1975	1
3	Jornal Folha do Norte 1976	CEV-BA	1976	1
4	Jornal Folha do Norte 1977	CEV-BA	1977	1
5	Jornal Folha do Norte 1978	CEV-BA	1978	1
6	Chuvas de Março/O Golpe de Feira	CEV-BA	2004	1
7	Fundo Polícias Políticas do Estado da Bahia	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	09/2015	1
8	Documentos do Arquivo Nacional P1659_204	Arquivo Público Nacional - Rio de Janeiro	09/2014	1
9	DVD Arquivo Nacional DVD 01- Anistia, Cassados, Cultura Imprensa Censura, Demitidos, Eleições, Exilados, Governo e Parlamentares Baianos, Igreja, Indígenas, IPM, Arquivo Público Bahia, IPMS, Mortos, Mov. Estudantil, Mov. Sindical, Mov. Social, Organizações, Presos Políticos, Terras, Theodomiro Romeiro, Torturas, Universidade.	Arquivo Público Nacional - Rio de Janeiro	09/2014	1
10	DVD Arquivo Nacional DVD 02 - Prefeituras e Câmara do Interior	Arquivo Público Nacional - Rio de Janeiro	09/2014	1
11	DVD Arquivo Nacional DVD 03 - Prefeituras e Câmara do Interior.	Arquivo Público Nacional - Rio de Janeiro	09/2014	1
12	DVD Arquivo Nacional DVD 04 - Prefeituras e Câmara do Interior, Secretaria de Agricultura, Outros	Arquivo Público Nacional - Rio de Janeiro	09/2014	1
13	Ficha de Edmundo Juskevics / Documentos de Feira de Santana	Secretária de Segurança Pública / CEV-Feira de Santana	23/07/2014	1
14	Relatório da Comissão Nacional da Verdade	CEV-BA	12/2014	1
15	Caravana Comissão Nacional da Anistia / Salvador	Comissão Nacional de Anistia	2015	1
16	Documentos da Penitenciária Lemos de Brito	SEAP- Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização/BA	2015	1

INVENTÁRIO DO ACERVO DE ÁUDIO/VÍDEO (CEV-BA)				
Nº	**Documento**	**Origem**	**Data**	**Quant**
17	Vídeo Audiência Pública Feira de Santana DVD 1 - Antônio Pinto dos Santos / Luciano Ribeiro Santos / Hosannah de Oliveira Leite Figueiredo / Beraldo Alves Boaventura Neto	CEV-BA/Grupo de trabalho de Feira de Santana	31/10/2013	1
18	Vídeo Audiência Pública Feira de Santana DVD 2 (Continuação do do DVD 1) - Beraldo Alves Boaventura Neto / Celso Pereira / Estevão Moreira / Luís Ernesto Ferreira Santa Bárbara /Sinval Galeão dos Santos	CEV-BA/Grupo de trabalho de Feira de Santana	31/10/2013	1
19	Vídeo Audiência Pública em Salvador (Manhã) - Virgildásio de Senna/ Theodomiro Romeiro dos Santos / Luiz Fernando Contreiras de Almeida / Juarez Paraíso	CEV-BA	03/12/2013	1
20	Vídeo Audiência Publica em Salvador (Tarde) - Eliana Bellini Rolemberg / Olderico Campos Barreto	CEV-BA	03/12/2013	1
21	Vídeo Audiência Publica em Salvador - Mariluce Silva Moura / Marival Nogueira Caldas/Emiliano José da Silva Filho	CEV-BA	04/12/2013	1
22	Vídeo Audiência Publica Feira de Santana - Teódulo Pereira Portugal / Yara Maria Cunha Pires / Raimundo Alves Rocha Martinez Fernandez	CEV-BA	18/03/2014	1
23	Vídeo Resgatando Nossa História - Depoimento - Aurélio Miguel Pinto Dórea	CEV-BA	09/06/2014	1
24	Vídeo Resgatando Nossa História - Depoimento - / Diva Soares Santana	CEV-BA	09/06/2014	1
25	Audiência Feira de Santana DVD 1 - Wilson Mário Pinheiro Silva / José Virgínio dos Santos/Neusa Behrmann Estrela	CEV-BA/Grupo de trabalho de Feira de Santana	10/06/2014	1
26	Audiência Feira de Santana DVD 2 (Continuação) - Wilson Mário Pinheiro / Maria Natalice Junqueira Brito / José Álvaro Franco Rios / Edivaldo de Oliveira Rios	CEV-BA/Grupo de trabalho de Feira de Santana	10/06/2014	1
27	Vídeo Resgatando Nossa História - Depoimento José Carlos Zanetti	CEV-BA	14/06/2014	1
28	Vídeo Resgatando Nossa História - Depoimento Sara Silva de Brito	CEV-BA	29/07/2014	1
29	Vídeo Resgatando Nossa História - Depoimento Jornalista Nelson Cerqueira	CEV-BA	29/07/2014	1
30	Vídeo Resgatando Nossa História - Depoimento Jornalista Oldack Miranda	CEV-BA	29/07/2014	1
31	Audiência Feira de Santana DVD 1 - Moacir Costa Cerqueira / Antonio Carlos Daltro Coelho	CEV-BA	06/08/2014	1
32	Audiência Feira de Santana DVD 2 (Continuação) - Antônio Carlos Daltro Coelho / Jaime Almeida da Cunha	CEV-BA	06/08/2014	1
33	Comissão Estadual da Verdade - Carlos Valadares	CEV-BA	25/08/2014	1
34	Comissão Estadual da Verdade (Araken Vaz)	CEV-BA	25/08/2014	1
35	Comissão Estadual da Verdade (Luís Cayres)	CEV-BA	25/08/2014	1
36	Comissão Estadual da Verdade (Luzia Ribeiro)	CEV-BA	25/08/2014	1
37	Audiência Feira de Santana DVD 1 - Ana Maria do Nascimento / Luiz Roberto de Jesus / Fildemário Barberino / Antônio Albertino Carneiro	CEV-BA/Grupo de trabalho de Feira de Santana	27/08/2014	1

Nº	Documento	Origem	Data	Quant
38	Audiência Feira de Santana DVD 2 -(Continuação) - Antônio Albertino Carneiro	CEV-BA/Grupo de trabalho de Feira de Santana	27/08/2014	1
39	Vídeo do Depoimento de Celso Loula Dourado	CEV-BA	09/09/2014	1
40	Áudio do Depoimento de João Gomes Barroso Neto	CEV-BA	22/09/2014	2
41	Vídeo do Depoimento de João Gomes Barroso Neto	CEV-BA	22/09/2014	2
42	Audiência Pública Feira de Santana Alfeu Gonçalves Costa / Jairo Cedraz de Oliveira / Osvaldo Ventura	CEV-BA	09/10/2014	1
43	Audiência Pública Feira de Santana Luiz Rodrigues Oliveira de Jesus / José Cassiano Pereira da Silva/ Hildete Galeão dos Santos	CEV-BA/Grupo de trabalho de Feira de Santana	15/10/2014	1
43	Audiência Pública Feira de Santana Celso Ribeiro Daltro / Terezinha Dantas Menezes / Zélia Alves Mattos	CEV-BA/Grupo de trabalho de Feira de Santana	29/10/2014	1
44	Audiência Pública Feira de Santana DVD 1 - Jorge Luis Nery de Santana / Eliabe Alves Barbosa Gomes / Elizete da Silva	CEV-BA	05/11/2014	1
45	Audiência Pública Feira de Santana DVD 2 (Continuação) - Elizete da Silva "Continuação"	CEV-BA	05/11/2014	1
46	Áudios de Feira de Santana e Salvador Alaíde (Filha) e Maria de Jesus Santos (Esposa de José Pereira) Terezinha Dantas Menezes / Valdeis Daltro Ribeiro/ Antonio Dias / José Antônio de Carvalho / Rosa Borges / Guido Araújo / Luiz Henrique Tavares / Hélio Carneiro/ Paulo Torres/ Raymundo Ramos dos Reis / Ulisses Souza Oliveira Junior	CEV-BA/Grupo de trabalho de Feira de Santana	2014-2015	1
47	Audiência Pública Santo Amaro- Aloísio Pitombo do Lago / Antônio Gomes Trigueiros / Laurindo Pedro Gomes / Odyrceo da Costa Vigas / Siginaldo da Costa Vigas / Carlos Augusto da Silva.	CEV-BA	15/05/2015	1
48	Vídeo Resgatando Nossa História - Depoimento João Carlos Teixeira Gomes	CEV-BA	21/05/2015	1
49	Audiência Pública Salvador com Representante Maurício Correia Silva (AATR) Waldemar Almeida de Oliveira, (CEDECA)M.P, Keila Simpson, (Associação dos Travestis) Rosimeire Silva (Quilombo Rios dos Macacos	CEV-BA	03/08/2015	1
50	Audiência Pública Salvador Florivaldo de Oliveira Mello	CEV-BA	11/08/2015	1

INVENTÁRIO DO ACERVO DE ÁUDIO/VÍDEO (CEV-BA)				
Nº	**Documento**	**Origem**	**Data**	**Quant**
51	Vídeo Depoimentos realizados pela Comissão Memórias Revaladas em Comemoração aos 30 Anos da Anistia Ana Guedes / Arno Brichta / Carlos Valadares / Luiz Contreiras / Eliana Rolemberg / Joviniano Neto / Ieda Lima / Maria Carvalho / Carlos Marighella / Paulo Pontes / Rui Paterson / Carlos Sarno / José Zanetti	Comissão Memórias Reveladas do Estado da Bahia	09/2015	1
52	A Mesa Vermelha	CEV-BA	2013	1
53	Oitivas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade na Reitoria da UFBA, dias 03 e 04 de dezembro de 2013	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	03 e 04/12/2013	1+1+1
54	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Paulo Pontes (DVD1 e DVD2)	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	29/01/2014 e 11/02/2014	1+1
55	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Pery Falcón	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	24/01/2014	1
56	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Iracy Picanço	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	30/01/2014	1
57	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Othon Jambeiro	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	04/02/2014	1
58	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Ivan Braga	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	05/02/2014	1
59	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) José Carlos Zanetti	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	06/02/2014	1
60	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Luiz Mott	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	07/02/2014	1
61	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Tânia Miranda	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	11/02/2014	1
62	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Ricardo Liper	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	13/02/2014	1
63	O Golpe de 1º de Abril de 1964	CEV-BA	01/04/2014	1
64	Canal Assembleia Dep. Estaduais entre (1964 A 1969)	CEV-BA	30/04/2014	1
65	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Emiliano José	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	21/07/2014	1
66	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Aton Fon	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	28/07/2014	1
67	Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia (1964-1985) Hamilton Pereira	Centro de Memória/ Fundação Pedro Calmon	22/08/2014	1
68	Áudio e Fotos /Devolução Mandato Chico Pinto	CEV-BA/Grupo de trabalho de Feira de Santana	08/05/2014	1

INVENTÁRIO DO ACERVO DE DOCUMENTOS DOADOS POR DEPOENTES E/OU FAMILIARES				
Nº	**DESCRIÇÃO**	**DOADOR**	**ORIGEM**	**Nº de pág**
1	Relato de violação de direitos humanos - depoimento manuscrito	Luis Fernando Contreiras de Almeida	Arquivo pessoal	4
2	Impetrado habeas-corpus em favor dos presos políticos		Matéria do jornal Tribuna da Bahia em 22/07/1975	1
3	Mandado de citação de 13/08/1975		Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar: Exército, Marinha e Aeronáutica	1
4	Relato de violação de direitos humanos - depoimento resumido	Juarez Paraiso	Texto pessoal	9
5	Relato de violação de direitos humanos - depoimento na íntegra		Texto pessoal	31
6	Relato de violação de direitos humanos - depoimento	Diva Santana	Texto pessoal	9
7	Relato de violação de direitos humanos - depoimento	Oldack de Miranda	Texto pessoal	9
8	Solicicitação de informação sob protocolo: 08255.013660/2001-60		MJ - Departamento de Polícia Federal/ Superientendência Regional da Bahia	1
9	Certidão de Dados Pessoais de 26/11/2002		ABIN - Agencia Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança da Presidência da República	1
10	Requerimento de anistia e reparação		Ministério da Justiça/Divisão de Comunicações/ Núcleo de Protocolo	4
11	Ofício nº 470 de 29/11/1973 - Convocação para depoimento		Ministério do Exército - Quartel General	1
12	Ofício nº 509/2014 da Coordenação de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios		Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1
13	Relato de violação de direitos humanos - depoimento	Carlos Augusto da Silva	Texto pessoal	4
14	Certidão de Dados Pessoais de Loreta Valadares - nº 5424 de 20/08/2014 (2ª via)	Carlos Antonio Melgaço Valadares	ABIN - Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança da Presidência da República	9
15	Texto do discurso pronunciado na Assembleia Legislativa da Bahia em 20/09/2013 quando recebeu o Título de Cidadão Bahiano		Arquivo pessoal	5
16	Certidão de Dados Pessoais de 20/05/2002		ABIN - Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança da Presidência da República	7
17	Permissão de ingresso na Suécia em 16/01/1975		Embaixada da Suécia em Buenos Aires	1
18	Relato de violação de direitos humanos - depoimento		Texto pessoal	9
19	Relato de violação de direitos humanos - depoimento	Agostinho Muniz	Enviado por email	5
20	Relato de violação de direitos humanos - depoimento	Edivaldo de Oliveira Rios	Texto pessoal	2

Nº	DESCRIÇÃO	DOADOR	ORIGEM	Nº de pág
21	Um pesadelo dantesco - Relato de violação de direitos humanos - depoimento	Marco Antônio Rocha Medeiros	Texto pessoal	7
22	Quem paga o pato?		Publicação do blog T-68 que relata as aventuras da turma que concluiu em 1968 o curso na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará	4
23	Carteira de identificação - 3º ano do curso científico do Colégio Estadual do Ceará - 1963.		Universidade Federal do Ceará	1
24	Certificado de conclusão, em 1968, do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Ceará		Universidade Federal do Ceará	1
25	Relato de violação de direitos humanos - depoimento	Antônio Albertino Carneiro	Texto pessoal	8
26	Relato de violação de direitos humanos - depoimento manuscrito	Alfeu Gonçalves Costa Sobrinho	Texto pessoal	5
27	Carta ao Secretário de Educação de Feira de Santana-BA referente contrariedade para nomear colégio com Abaixo Assinado pela população		Arquivo pessoal	6
28	Relato de violação de direitos humanos - depoimento	Antônio Pinto dos Santos	Texto pessoal	13
29	Correspondência encaminhada ao Exmo Sr. Eduardo Froes da Motta, presidente do diretório municipal do PSD de Feira de Santana-BA		Arquivo pessoal	1
30	Dados do processo 156/04 e 129/96 referente ao Sr. Inocêncio Pereira Alves	Teódulo Pereira Portugal	Arquivo pessoal	3
31	Comunicado do CCC - Comando de Caça aos Comunistas	Osvaldo Ventura	Arquivo Pessoal	1
32	Fotocópias, frente e verso, de documentos pessoais do Sr. José Pereira dos Santos: Carteira Profissional de Trabalho, Título de Eleitor, Plano de Previdência Integral, CPF, RG	Maria de Jesus (viúva)	Arquivo pessoal	7
33	Alvará de Soltura, emitido em 1973, para José Pereira dos Santos		Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar: Exército, Marinha e Aeronautica	1
34	Carta datada em 23/04/1969 do Sr. José Coutinho Estrela	Neuza Behrmann Estrela	Arquivo pessoal	3
35	Telegrama nº 70 de 01/05/69 - de Neuza para Estrela - Confirma recebimento de carta		Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1
36	Telegrama para o Sr. José Coutinho Estrela comunicando Sessão de Julgamento de Processo		Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1

Nº	DESCRIÇÃO	DOADOR	ORIGEM	Nº de pág
37	Fotografia de out/71 - primeiro aniversário da filha Luciana na Penitenciária Lemos Brito	Neuza Behrmann Estrela	Arquivo pessoal	1
38	Carta de José Coutinho Estrela ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça		Arquivo pessoal	1
39	Cartas de alunos do segundo ano do ensino médio enviadas para o Prof. Estrela na Penitenciária Lemos de Brito		Arquivo pessoal	4
40	Baianos poderão ser absolvidos - matéria no Jornal do Brasil de 08/10/1971		Jornal do Brasil	1
41	Ofício 6890/2015 à Comissão de Anistia de 29/12/2005 referente a requerimento de anistia nº 2001.08.02165		Ministério de Anistia/Comissão de Anistia	
42	Anexo de justificativa ao ofício 6890/2015 à Comissão de Anistia de 29/12/2005 referente a requerimento de anistia nº 2001.08.02165		Arquivo pessoal	1
43	Deferimento do requerimento de anistia do Sr. José Coutinho Estrela		Ministério da Justiça	1
44	Combate à impunidade nos crimes de homicídio: um desafio.	Waldemar Almeida de Oliveira	CEDECA-BA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente-Yves de Roussan	32
45	Relatório de violação de direitos da comunidade quilombola do Rio dos Macacos	Maurício Correia	Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais - AATR	6
46	Auto de prisão em flagrante	Theodomiro Romeiro dos Santos	Arquivo pessoal	12
47	Certidão de Dados Pessoais de 09/09/2002	Antônio Gomes Trigueiros	ABIN - Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança da Presidência da República	5
48	Projeto de Resolução nº 2.178/2013 - concessão de título de cidadã baiana	Eliana Bellini Rolemberg	Dep. Neusa Cadore - Assembleia Legislativa da Bahia	4
49	Declaração após sua anistia política na noite de 25/03/2014	José Carlos Zanetti	Julgamento -79ª Caravana da Anistia	3
50	Informação da Assessoria de Segurança da UFBA ao Reitor sobre restrição a Mariluce Moura	Mariluce de Souza Moura	Arquivo Memória da Repressão Política na Bahia	1
51	Declaração tempo de trabalho		Superintendência de Pessoal da UFBA	1
52	Cópia de contracheque de dez/75 da UFBA		Superintendência de Pessoal da UFBA	1
53	Declaração de opção para Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		Arquivo pessoal	1
54	Quadro resumo sobre Mariluce Moura		Arquivo pessoal	1
55	Matéria: Jornalistas deverão ir para quartel - 1973		Jornal O Estado de São Paulo	1
56	Matéria de 14/11/1975: presos mais 9 no Paraná; o total chega a 22		Jornal O Estado de São Paulo	1
57	Apelação nº 40.719		Superior Tribunal Militar	4
58	Egrégio - Processo nº 1/74		Superior Tribunal Militar	5

Nº	DESCRIÇÃO	DOADOR	ORIGEM	Nº de pág
59	Inquérito do departamento de Polícia Federal de Mariluce Moura, Oldack Miranda, Antônio Litácio, Nadja Miranda	Mariluce de Souza Moura	Ministério da Justiça	31
60	Termo de assentada, declarações e documentos pessoais de Gildo Lacerda		Secretária da Justiça	35
61	Auto de Qualificação		Departamento de Polícia Federal	4
62	Emails sobre os prisioneiros do Raul Soares	Florivaldo Mello	Doado no dia 11/08/2015 - dia do depoimento	1
63	Matéria: Marinheiros expulsos em 1964 continuam a lutar por anistia		Jornal A Tarde	1
64	Folha de alterações		Ministério da Marinha	1
65	Declaração de impedimento no cargo de Prefeito no Município de Feira de Santana	Francisco Pinto	Câmara Municipal de Feira de Santana	3
66	Relação dos condenados e absolvidos por incidência na lei de segurança nacional		Serviço Público Federal/Departamento de Polícia Federal	9
67	Certidão do Caso Newton Oliveira		Fundação Centro de Pesquisas e Estudos	3
68	Arquivos da Ditadura	Deputada Alice Portugal	Correio Braziliense	1
69	Acesso aos Arquivos de Ordem Política e Social da Polícia Federal da Bahia		Polícia Federal	8
70	Decreto legislativo sobre o PCD 011/2004			3
71	Projeto de Lei Nº 463,2003.		Câmara dos Deputados	3
72	Projeto de Lei Nº 663,de 2003.		Congresso Nacional	2
73	Requerimento de Certidão de Pleno Teor		Congresso Nacional	5
74	Abertura dos Arquivos do DOPS na Bahia		Procuradoria Geral da Repúlblica	5
75	Visita Parlamentar às Unidades da Base Aérea de Salvador		Comissão de Direitos Humanos e Minorias	1
76	Projeto de Lei Nº 2649,de 2003		Congresso Nacional	3
77	Cobrança de Resultados e Consequências sobre a queima intencional de documentos sigilosos em dependências da Aeronáutica em Salvador e pela abertura dos arquivos da ditadura militar.		Gabinete da Deputada Alice Portugal	3
78	Declaração do sepultamento de Luiz Antonio Santana Bárbara	Ernesto Santana Bárbara (Irmão)	Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana	1

INVENTÁRIO DO ACERVO DE LIVROS CEV-BA								
Nº	**AUTOR**	**TÍTULO**	**EDITORA**	**Nº DE EDIÇÕES**	**Nº DE PAG**	**ANO**	**LOCAL**	**EXP**
1	Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais - BA	Bahia: violência e impunidade no campo. Registro de dez anos, tendo-se como referencial o assassinato de Eugênio Lyra	Odeam		99p	1987	Salvador-BA	1
2	AZEVEDO, Debóra Bithiah de.	Parlamento Mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964	Edições Câmara		236p	2012	Brasília-DF	2
3	BARBOSA, Paulo Corrêa	Almanaque histórico. João Cândido: a luta pelos direitos humanos	Abravídeo		64p	2005	Brasília-DF	3
4	CERQUEIRA, Osvaldo Ventura de.	Sombras do passado: a dor nos tempos da ditadura	Print Mídia		234p	2009	Feira de Santana-BA	1
5	CÉSAR, Elieser	Contreiras, camarada engenheiro: uma história de luta e coerência	Caros Amigos		120p	2009	Salvador-BA	1
6	COELHO, Eurelino; PACHECO, Larissa Penelu (Org)	Lutas sociais, intelectuais e poder: problemas de História Social	UEFS Editora		274p	2012	Feira de Santana-BA	1
7	Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa	Discurso do Deputado na Sessão Especial de Devolução Simbólica dos Mandatos Cassados pela Ditadura no Período de 1964 e 1969	Comissão da ALBA		6p	2014	Salvador-BA	28
8	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos	Direito à memória e à verdade	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República		500p	2007	Brasília-DF	1
9	Comissão Municipal da Verdade de São Paulo Vladimir Herzog	Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog: relatório final, maio a dezembro de 2012	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo		260p	2012	São Paulo-SP	1

Nº	AUTOR	TITULO	EDITORA	Nº DE EDIÇÕES	Nº DE PAG	ANO	LOCAL	EXP
10	DASILIO, Derval	Jaime Wright: o pastor dos torturados	Metanóia		240p	2012	Rio de Janeiro-RJ	1
11	Éder Dantas, Paulo Gionavi Antonino Nunes e Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (Org)	Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania	Editora da UFPB		344p	2014	Paraíba-PB	1
12	GALVÃO, Araken Vaz	Crônicas das Prisões e do Exílio	Assembleia Legislativa		274p	2014	Salvador-BA	1
13	JORDÃO, Fernando Pacheco	Dossiê: Herzog (prisão, tortura e morte no Brasil)	Global	3ª Edição		1979	São Paulo-SP	1
14	JOSÉ, Emiliano	As asas invisivéis do padre Renzo: uma história singela de amor e dor nos tempos da ditadura brasileira	Casa Amarela		424p	2002	São Paulo-SP	1
15	JOSÉ, Emiliano	Carlos Mariguela: o inimigo numero um da ditadura militar	Casa Amarela	1ª edição (4ª impressão)	264p	2004	São Paulo-SP	1
16	JOSÉ, Emiliano	Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento (IV): golpe, tortura, verdade	Caros Amigos		293p	2012	São Paulo-SP	1
17	MARCONI, Paolo	A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)	Global		321p	1980	Salvador-BA	1
18	MATTOS, Sérgio	Memória da Imprensa Contemporânea da Bahia	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia		262p	2008	Salvador-BA	1
19	Memória da Anistia	Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)	Anita Garibaldi (coedição com a Fundação Maurício Grabois)		414p	2013	São Paulo-SP	1
20	MOTTA, Rodrigo P. Sá (Rodrigo Patto Sá)	As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária	Zahar	1ª Edição	429p	2014	Rio de Janeiro-RJ	1

Nº	AUTOR	TITULO	EDITORA	Nº DE EDIÇÕES	Nº DE PAG	ANO	LOCAL	EXP
21	MANU, Dias; FALCÓN, Gustavo	Baianos	Solisluna		135p	2013	Lauro de Freitas-BA	4
22	NASCIMENTO, Álvaro Pereira do.	Cem anos da revolta da Chibata: João Cândido e a saga dos marinheiros negros	Cortez		28p	2010	São Paulo-SP	1
23	NEVES, Euclides Fagundes	Bancos, Bancários e Movimento Sindical	Bureau	2ª Edição (revisada e atualizada)	508p	2008	Salvador-BA	1
24	OLIVEIRA, Jeremias Macário de.	Uma Conquista Cassada: cerco e fuzil na cidade do frio	Assembleia Legislativa		464p	2013	Salvador-BA	1
25	Pesquisa FAPESP	O trabalho de resgatar a história	FAPESP	Nº 2018	114p	2014	São Paulo-SP	1
26	Projeto Direito à Memória e à Verdade	Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	1ª Edição	225p	2013	Brasília-DF	1
27	COSTA, Reynaldo Hélio da; SÁ, Ney – Jornalista (Org.)	A história da Abraspet na Luta pela Anistia Política no Brasil	ABRASPET		216p	2012	Salvador-BA	1
28	Revista História da Bahia	Especial Ditadura na Bahia (1964-1985)	Fundação Pedro Calmon		115p	2015	Salvador-BA	2
29	Revista Perspectiva Histórica nº3	Dossiê: ditadura militar	EDISE	Vol. 2	252p	2012	Sergipe-SE	2
30	SALLES, Pinheiro	Ninguém pode se calar: depoimento na CNV	kelps		94p	2014	Goiânia-GO	1
31	SANTOS, Rosa Borges dos.	Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia	EDUFBA	1ª Edição	157p	2012	Salvador-BA	1
32	Secretaria de Educação e SECULT	Mortos e desaparecidos baianos. Ditadura militar - direito à memória: 50 anos do golpe de 1964	Secretaria de Educação e SECULT	2ª Edição	86p	2014	Salvador-BA	8
33	SECULT	Políticas culturais na Bahia - 2007.2014	SECULT	Ano 1. N° 1	42p	2014	Salvador-BA	1
34	SENNA, Virgildásio de.	Administração Virgildásio de Senna - 63/67. Apenas um ano e tantas realizações (1º aniversário)			14p			6

Nº	AUTOR	TITULO	EDITORA	Nº DE EDIÇÕES	Nº DE PAG	ANO	LOCAL	EXP
35	SILVA, Elizete da.	Protestanismo Ecumênico e Realidade Brasileira: evangélicos progressistas em Feira e Santana	UEFS Editora		232p	2010	Feira de Santana-BA	1
36	VALADARES, Loreta	Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura	Secretaria de Cultura e Turismo (Coleção Apoio)		303p	2005	Salvador-BA	1
37	VALADARES, Loreta e VALADARES, Carlos	Semeadores de Sonhos	Pórtico		149p	2004	Salvador-BA	1
38	VALADARES, Loreta e VALADARES, Carlos	Ecos do Tempo	Pórtico	1ª Edição	59p	1996	Salvador-BA	1
TOTAL DE LIVROS E REVISTAS								85

Anexo 4 - Lista de Audiências Públicas, depoimentos individuais e entrevistas

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (SALVADOR)			
N°	**Data**	**Local**	**Depoentes**
1	03/12/2013	Reitoria da UFBA - Universidade Federal da Bahia	01 - Virgildásio de Senna
			02 - Theodomiro Romeiro dos Santos
			03 - Luiz Fernando Contreiras de Almeida
			04 - Juarez Paraíso
			05 - Eliana Bellini Rolemberg
			06 - Olderico Campos Barreto
	04/12/2013		07 - Mariluce Silva Moura
			08 - Emiliano José da Silva Filho
			09 - Marival Nogueira Caldas
2	02/06/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador-BA	10 - Gilberto Ramos Ribeiro
			11 - Cícero José Dos Santos
			12 - José Carlos Santos Souza
3	09/06/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador-BA	13 - Diva Soares Santana
			14 - Aurélio Miguel Pinto Dórea
4	14/06/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador-BA	15 - José Carlos Zanetti
5	29/07/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador-BA	16 - Sara Silva de Brito
			17 - Nelson Cerqueira
			18 - Oldack de Miranda
6	25/08/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador-BA	19 - Carlos Antônio Melgaço Valadares
			20 - Luiz Cayres Tunes
			21 - Luzia Reis Ribeiro
			22 - Araken Vaz Galvão
7	22/09/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador-BA	23 - João Gomes Barroso Neto
8	21/05/2015	ABI - Associação Baiana de Imprensa. Centro Histórico, Salvador-BA	24 - João Carlos Teixeira Gomes

TOMADA DE DEPOIMENTOS INDIVIDUAIS E DE REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES (SALVADOR)			
N°	**Data**	**Local**	**Depoentes**
1	05/05/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador - Bahia	01 - Marco Antônio Rocha Medeiros
2	07/09/2014	Residência em Salvador - Bahia	02 - Raimundo Ramos dos Reis
3	09/09/2014	Residência em Salvador - Bahia	03 - Celso Loula Dourado
4	09/02/2015	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador- Bahia	04 – José Antônio de Carvalho
5	02/03/2015	Enviado por email	05 - Agostinho Muniz
6	07/07/2015	Auditório da Antiga SUCAB no CAB - Centro Administrativo da Bahia	06 - M. S.
7	03/08/2015	Auditório da Antiga SUCAB no CAB - Centro Administrativo da Bahia	07 - Keila Simpson
			08 - Maurício Correia Silva
			09 – Rose Meire dos Santos Silva
			10 - Waldemar Almeida de Oliveira
			11 – M. P.
8	11/08/2015	Auditório da Antiga SUCAB no CAB - Centro Administrativo da Bahia	12 - Florivaldo de Oliveira Mello

ENTREVISTAS REALIZADAS (SALVADOR)				
N°	**Realizada por**	**Data**	**Local**	**Depoentes**
1	Isadora Browne	10/07/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador - Bahia	Paulo Rosa Torres
2	Isadora Browne	16/07/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador - Bahia	Antônio Dias Nascimento
3	Francisco Ribeiro Neto	25/07/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador - Bahia	Fábio Paes
4	Francisco Ribeiro Neto	15/08/2014	Instituto de Letras da UFBA - Universidade Federal da Bahia	Rosa Borges dos Santos
5	Francisco Ribeiro Neto	18/09/2014	Por telefone – Salvador - Bahia	Antônio Pereira de Matos Júnior
6	Francisco Ribeiro Neto	30/09/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador - Bahia	Deolindo Chueccucci
7	Francisco Ribeiro Neto	07/10/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador - Bahia	Raimundo Sodré
8	Francisco Ribeiro Neto	08/10/2014	Escritório do depoente no bairro de Ondina, Salvador - Bahia	Guido Araújo
9	Isadora Browne	17/10/2014	Sede da CEV - Palácio da Aclamação. Campo Grande, Salvador - Bahia	Hélio Carneiro Moreira
10	Francisco Ribeiro Neto	21/10/2014	Por telefone – Salvador - Bahia	Harildo Déda
11	Isadora Browne	31/10/2014	Sindicato dos Portuários em Salvador - Bahia	Ulisses Souza Oliveira Junior
12	Joviniano Neto	23/05/2015	Residência em Salvador - Bahia	Jean François Lacrevaz
13	Einar Lima	05/10/2015	Escritório político da deputada no Canela em Salvador - Bahia	Alice Mazzuco Portugal

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO-BA)			
N°	**Data**	**Local**	**Depoentes**
1	15/05/2015	Ginásio do Colégio Estadual Teodoro Sampaio em Santo Amaro da Purificação - BA	1 - Carlos Augusto da Silva
			2 - Antônio Gomes Trigueiros
			3 - Siginaldo da Costa Vigas
			4 - Laurindo Pedro Gomes
			5 - Odyrceo da Costa Vigas
			6 - Aloísio Pitombo do Lago

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (FEIRA DE SANTANA-BA)			
N°	**Data**	**Local**	**Depoentes**
1	31/10/2013	Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em Feira de Santana - Bahia	01 - Antônio Pinto dos Santos
			02 - Luciano Ribeiro Santos
			03 - Hosannah de Oliveira Leite Figueredo
			04 - Beraldo Alves Boaventura Neto
			05 - Celso Pereira
			06 - Estevão Moreira
			07 - Luís Ernesto Ferreira Santa Bárbara
			08 - Sinval Galeão dos Santos
2	18/03/2014	Seccional da OAB-BA de Feira de Santana-BA	09 - Teódulo Pereira Portugal
			10 - Yara Maria Cunha Pires
			11 - Raimundo Alves Rocha Martinez Fernandez
3	10/06/2014	Módulo 7 da UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana-BA	12 - José Virgínio dos Santos
			13 - Neuza Behrmann Estrela
			14 - Paulo Soares da Silva
			15 - Wilson Mário Pinheiro Silva
			16 - Maria Natalice Junqueira Brito
			17 - Edivaldo de Oliveira Rios
			18 - José Álvaro Franco Rios
4	06/08/2014	Centro Paroquial Senhora Sant'ana	19 - Moacir Costa Cerqueira
			20 - Antônio Carlos Daltro Coelho
			21 - Jaime Almeida da Cunha
5	27/08/2014	Sede do CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte de Feira de Santana - Bahia	22 - Ana Maria do Nascimento
			23 - Luiz Roberto de Jesus
			24 - Fidelmário Barberino Cerqueira
			25 - Antônio Albertino Carneiro
6	09/10/2014	Seccional da OAB-BA de Feira de Santana - Bahia	26 - Osvaldo Ventura de Cerqueira
			27 - Alfeu Gonçalves Costa Sobrinho
			28 - Jairo Cedraz de Oliveira
7	15/10/2014	Módulo 7 da UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia	29 - Luiz Rodrigues Oliveira de Jesus
			30 - José Cassiano Pereira da Silva
			31 - Hildete Galeão Santos
8	29/10/2014	Sede do CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte de Feira de Santana - Bahia	32 - Zélia Alves Mattos
			33 - Celso Ribeiro Daltro
			34 - Terezinha Dantas Menezes
9	05/11/2014	Módulo 7 da UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia	35 - Jorge Luis Nery de Santana
			36 - Eliabe Alves Barbosa Gomes
			37 - Elizete da Silva

TOMADA DE DEPOIMENTOS INDIVIDUAIS E DE REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES (FEIRA DE SANTANA-BA)			
N°	**Data**	**Local**	**Depoentes**
1	30/07/2014	Residência em Feira de Santana - Bahia	Maria de Jesus Santos
2	30/07/2014	Residência em Feira de Santana - Bahia	Valdeis Daltro Ribeiro (Dona Pombinha)

ENTREVISTAS REALIZADAS (FEIRA DE SANTANA-BA)				
N°	**Realizada por**	**Data**	**Local**	**Depoentes**
1	Isadora Browne	06/08/2014	Centro Paroquial de Feira de Santana - Bahia	Terezinha Dantas Menezes



Anexo 5 - Violências relatadas em Salvador, Feira de Santana e Santo Amaro da Purificação

Violências relatadas em Salvador-BA																		
N°	NOME	VIOLÊNCIAS																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
01	Araken Vaz Galvão	X			X	X	X					X			X	X			X
02	Agostinho Muniz		X		X						X								
03	Aurélio Miguel Pinto Dórea	X		X	X	X		X						X	X	X			
04	Carlos Antonio Melgaço Valadares	X		X	X	X				X	X		X	X	X	X		X	X
05	Celso Dourado		X		X		X		X	X	X	X							
06	Diva Soares Santana			X	X			X	X	X									
07	Eliana Rolemberg	X		X	X	X	X	X	X	X					X	X			X
08	Emiliano José da Silva Filho	X		X	X	X	X			X				X	X	X			
09	Florivaldo de Oliveira Mello	X		X	X						X		X			X			
10	João Carlos Teixeira Gomes				X	X			X		X								
11	João Gomes Barroso Neto			X		X				X		X							
12	José Carlos Zanetti	X		X	X	X	X		X	X					X	X			
13	Juarez Paraíso	X			X						X								
14	Luiz Cayres Tunes	X		X	X	X	X			X	X			X	X	X		X	
15	Luiz Fernando Contreiras de Almeida	X	X	X	X	X		X	X	X	X				X				
16	Luzia Reis Ribeiro	X		X	X					X				X	X	X			
17	Marco Antonio Rocha Medeiros	X		X	X	X	X			X	X		X		X				
18	Mariluce Silva Moura	X		X	X	X			X	X	X	X			X				
19	Marival Nogueira Caldas	X		X		X				X	X	X	X		X				
20	Nelson Cerqueira			X			X		X		X								
21	Oldack de Miranda	X		X	X	X	X	X		X					X	X			
22	Olderico Campos Barreto	X		X	X	X		X		X									
23	Raymundo Ramos dos Reis	X			X	X			X		X	X	X						
24	Sara Silva de Brito	X	X		X	X	X	X	X	X				X	X	X			
25	Theodomiro Romeiro dos Santos	X		X	X	X	X	X						X	X	X		X	X
26	Virgildásio de Senna	X				X	X		x	X	X						X	X	

Fonte: Levantamento CEV/BA a partir de depoimentos e documentos obtidos.

1. Prisão / 2. Detenção / 3. Tortura / 4. Interrogatório / 5. Processos / 6. Denúncias políticas / 7. Restrição ao direito de ir e vir / 8. Restrição e constrangimentos sociais / 9. Família atingida / 10. Restrições e perda de trabalho / 11. Exoneração / 12. Repressão sindical / 13. Movimento estudantil / 14. Partido clandestino / 15. Clandestinidade / 16. Cassação de mandato / 17. Perda de direitos políticos / 18. Exílio.



Violências Relatadas – Feira de Santana-BA																		
N°	NOME	VIOLENCIA																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1	Alfeu Gonçalves Costa					X					X								
2	Antônio Albertino Carneiro					X				X									
3	Antônio Carlos Daltro Coelho		X	X		X	X				X				X	X			
4	Antônio Pinto	X				X					X								
5	Beraldo Boaventura	X				X				X				X		X			
6	Celso Pereira	X		X		X			X		X				X	X			
7	Celso Ribeiro Daltro	X		X		X	X			X	X	X			X				
8	Eliabe Alves Barbosa Gomes						X		X	X									
9	Eratóstenes Macedo da Silva			X									X		X	X			
10	Estevão Moreira	X		X		X					X					X			
11	Fidelmário Barberino	X		X		X					X	X			X				
12	Francisco do Nascimento[1]	X		X		X				X	X	X				X			
13	Francisco Pinto	X		X		X	X	X	X		X				X			X	X
14	Hildete Galeão Santos			X		X					X	X				X			
15	Hosannah Leite[2]	X		X		X							X		X	X			
16	Jaime Almeida da Cunha	X				X	X		X		X				X	X	X		
17	Jairo Cedraz de Oliveira		X				X					X			X	X			
18	Jonicael Cedraz de Oliveira		X			X	X								X				
19	José Cassiano P. da Silva									X	X			X					
20	José Coutinho Estrella[3]	X	X	X		X	X			X	X	X	X			X			
21	José da Silva Moura Filho		X																
22	José Marcos Rios[4]	X		X					X	X	X								
23	José Virgínio dos Santos		X			X	X			X	X						X		
24	Juvenal da Conceição Gonzaga		X			X	X												
25	Inocêncio Pereira Alves (Batata)[5]	X		X							X					X			
26	Luciano Ribeiro	X	X	X		X	X				X	X			X	X			
27	Luiz Antonio Santa Bárbara[6]	X			X						X				X	X	X		
28	Margarida Maria Ribeiro Santos					X	X								X				
29	Moacir Costa Cerqueira					X				X	X	X			X				
30	Monsenhor Luiz Rodrigues														X				
31	Osvaldo Ventura									X		X		X		X	X		
32	Paulo Soares da Silva	X		X		X	X				X	X			X	X	X		
33	Raimundo Antonio Rocha Martinez Fernandez	X		X		X				X					X	X			
34	Raimundo de Jesus[7]	X							X	X	X					X			
35	Sinval Galeão[8]	X	X	X		X					X	X				X			
36	Teódulo Pereira Portugal	X				X	X			X	X	X		X		X			
37	Terezinha Dantas Menezes													X					
38	Torquato Brito[9]	X								X	X					X			
39	Wilson Mário																		
40	Yara Maria Cunha Pires	X				X	X				X	X							
41	Walter Livramento Silva[10]					X				X	X	X				X			

Fonte: Levantamento CEV/BA a partir de depoimentos e documentos obtidos.

1. Prisão / 2. Detenção / 3. Tortura psicológica e/ou física / 4. Execução / 5. Interrogatório / 6. Processos / 7. Denúncias políticas / 8. Restrição ao direito de ir e vir / 9. Restrição e constrangimentos sociais / 10. Família atingida / 11. Restrições e perda de trabalho / 12. Exoneração 13. Repressão sindical / 14. Movimento estudantil / 15. Partido clandestino / 16. Clandestinidade / 17. Cassação de mandato / 18. Perda de direitos políticos

[1] Depoimento prestado pela filha, Ana Maria do Nascimento.
[2] Passou 2 anos no exterior.
[3] Depoimento prestado pela viúva, Neuza Berhmann Estrella.
[4] Depoimento prestado pelos filhos Edivaldo de Oliveira Rios e José Álvaro Franco Rios.
[5] Depoimento prestado pela filha, Zelia Alves Mata.
[6] Depoimento prestado pelo irmão, Luiz Ernesto Santa Bárbara.
[7] Depoimento prestado pelo filho, Luis Roberto de Jesus.
[8] Contabiliza o total de 28 prisões e detenções
[9] Depoimento prestado pela filha, Maria Natalice J. Brito
[10] Depoimento prestado pelo filho, Wilson Mário.

Violências relatadas em Santo Amaro da Purificação BA																		
N°	NOME	VIOLENCIA																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
01	Aloísio Pitombo do Lago			X						X	X								
02	Antônio Gomes Trigueiros	X		X	X	X					X		X		X	X			
03	Carlos Augusto da Silva	x		x	x					X				X					
04	Laurindo Pedro Gomes				X			X		X	X			X		X			
05	Odyrceo da Costa Vigas	X			X						X		X						
06	Siginaldo da Costa Vigas	X									X								

Fonte: Levantamento CEV/BA a partir de depoimentos e documentos obtidos.

1. Prisão / 2. Detenção / 3. Tortura / 4. Interrogatório / 5. Processos / 6. Denúncias políticas / 7. Restrição ao direito de ir e vir / 8. Restrição e constrangimentos sociais / 9. Família atingida / 10. Restrições e perda de trabalho / 11. Exoneração / 12. Repressão sindical / 13. Movimento estudantil / 14. Partido clandestino / 15. Clandestinidade / 16. Cassação de mandato / 17. Perda de direitos políticos / 18. Exílio.

VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR SINDICALISTAS																
Nome / sindicato / data / local	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**
Jair Pinto de Brito (PETROBRAS e SINPRO) 64 / SSA	X															
João Pereira Leite 64/ SSA/ SINPRO / APLB					X											
Hélio Carneiro Moreira 64/ SINPRO / bancários	X				X	X				X						X
Antonio Mauricio de Freitas 64/ presidente do SUPORT-BA	X		X													
Miguel Antonio da Rocha 64/ tesoureiro do SUPORT-BA	X		X							X						
Ulisses Souza Oliveira 64/ secretário do SUPORT-BA			X													
Alírio Pimenta 64/ conferente do porto e comerciante	X												X			
Nazaire Cordovil Barbosa 64 / Petrobras	X															
Washington José de Souza 64 / presidente dos eletricitários	X		X													
Raymundo Reis 64/ presidente dos bancários	X	X			X	X						X				X
Antoniel Queiroz 64/ secretário dos bancários (Feira de Santana)	X		X							X	X	X				X
Aurélio Pereira de Souza 64/ bancário Alagoinhas	X															
João dos Passos 64/ presidente do sindicato dos metalúrgicos	X		X													
Joselísio Oliveira 64/ diretor do sindicato dos bancários																X
José Adilson Prisco Teixeira jul/64 (bancários) presidente Ilhéus	X															
José Luiz Santa Isabel 64 (presidente bancário de Vitória da Conquista)	X															
Alfredo Pereira Batista / maio/64 (presidente bancários Jequié)	X															
Álvaro Paes (tesoureiro bancários Jequié)																X
Vivaldo Fernandes das Neves 64 (PETROBRAS) Mataripe, delegado sindical	X		X													
Marival Nogueira Caldas 64; 68 presidente do sindicato (PETROBRAS)	X		X													X
Mário Soares Lima 64 presidente de sindicato PETROBRAS	X										X				X	X
Beraldo Boaventura, 67; 72/ diretor bancários Feira de Santana	X				X											
Wilton Valença da Silva 64 / presidente de sindicato PETROBRAS	X										X				X	X

Fonte: Levantamento CEV-BA a partir de depoimentos e documentos obtidos.

1. Prisão / 2. Detenção / 3. Tortura / 4. Execução / 5. Interrogatório / 6. Processos / 7. Denúncias políticas / 8. Restrição ao direito de ir e vir / 9. Restrição e constrangimentos sociais / 10. Família atingida / 11. Restrições e perda de trabalho / 12. Exoneração / 13. Partido clandestino / 14. Clandestinidade / 15. Cassação de mandato / 16. Perda de direitos políticos

Anexo 6 - Resolução 46/A de 8 de maio de 1964 – Cassação de Francisco José Pinto dos Santos do cargo de Prefeito da cidade de Feira de Santana

ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL

de Feira de Santana, em ..... de ..... de 19.....

N.....

Aprovada por maioria. Sujeita a promulgação nesta data. Sala das Sessões 8-5-964

RESOLUÇÃO Nº. 46/A, DE 8 DE MAIO DE 1964

Registrada sob nº 46/A, livro 05, fls. 5 e verso

Digitado

A Câmara de Vereadores do Município da Feira de Santana, Estado da Bahia,

considerando a comunicação feita a esta Casa pelas Fôrças armadas, por intermédio do Comando das tropas do Exército aquí sediadas,

R E S O L V E :

Art. único - É declarado impedido, no cargo de Prefeito do Município da Feira de Santana, o Bel. Francisco José Pinto dos Santos.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1964.

Godofredo Leite Filho - Vice- Presidente no exercício da Presidência

Hugo Navarro Silva
1º. Secretário

Newton Tavares Carneiro
2º. Secretário

Anexo 7 - Discurso do Deputado Chico Pinto sobre visita de Pinochet ao Brasil

dos estudos, foi sempre distinguido em meio a seus pares.

Entre outros, Sr. Presidente, o Coronel Antônio Lepiane tem os cursos das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército e das Forças Armadas, e o da Escola Superior de Guerra.

Foi comandante do 4.º Regimento de Infantaria, em São Paulo; chefe do Estado-Maior da 2.ª DI; subchefe do Estado Maior do II Exército; e vice-chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército.

Militar de excepcional espírito público, o Coronel Antônio Lepiane vem dignificando sempre os cargos que ocupou.

Inteligência privilegiada, vontade de ferro, de absoluto equilíbrio temperamental, é sobretudo uma personalidade de centro, a quem estão reservados novos e mais altos postos.

A cerimônia de posse acorreram autoridades as mais expressivas, entre as quais se destacava o General Antônio Bandeira, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Registrando esses fatos nos Anais da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, o fazemos com satisfação e honra, pelo muito que nos merece o amigo Coronel Antônio Lepiane. E valemo-nos da oportunidade para nos congratular com o povo bandeirante, pelo sereno e competente Superintendente Regional com que passaram a contar à frente do Departamento de Polícia Federal.

Era, Sr. Presidente, o que tínhamos para dizer.

O SR. JG de Araújo Jorge (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, neste ambiente de festa em que tomará posse o novo Presidente da República, ambiente tarjado de luto pela presença em nossa cidade de antidemocratas representantes de governos de exceção, como os Srs. Bordaberry, Banzer e Pinochet, vamos responder, finalmente, em tréplica, ao pronunciamento do nosso companheiro, Deputado Etelvino Lins, a respeito do grupo dos autênticos.

A primeira nota a respeito dos autênticos saiu anônima, mas a identificamos como sendo do Deputado Etelvino Lins, publicada pelo **O Estado de São Paulo**. A réplica a essa nota foi dada pelos verdadeiros Líderes do Governo. O Sr. Senador Petrônio Portella, não identificando o autor, se expressou dizendo só poder tratar-se de um "mau caráter" aquele que dera dados para a tal nota contra os autênticos. E o Presidente desta Casa, Deputado Flávio Marcílio, replicou de forma contundente, afirmando que o grupo dos autênticos atua nesta Casa de forma inatacável.

Mas agora que o Deputado Etelvino Lins vem em tréplica e sobe ao palco, cabe-nos colocar ponto final nesse lamentável incidente. S. Ex.ª se refere, felizmente, à nota dizendo que os chamados autênticos, "por sua qualidade de homens públicos e passado limpo, todos bem próximo dos objetivos da Revolução do que eles próprios talvez imaginem etc., etc. Precisamos agradecer a S. Ex.ª o reconhecimento pelo tratamento — homens públicos e passado limpo — dispensado aos Deputados que integram o grupo autêntico.

Não poderíamos, da mesma maneira, subscrever o passado de S. Ex.ª, quando Chefe de Polícia do Governo Agamenon Magalhães, época em que se matavam estudantes nas ruas. No meu livro "Estrela da Terra" há um poema dedicado a uma de suas vítimas, Demócrito de Souza Filho.

Diz S. Ex.ª que repele o noticiário que lhe atribui a tese da cassação, o que faz muito bem, pois tal proposição comprometeria o novo Governo. Não se justificaria que, no mesmo momento em que o novo Presidente chega à Suprema Magistratura, se ameaçassem Deputados Federais que aqui cumprem apenas o que prometeram ao seu eleitorado, ou seja, lutar pela restauração do estado de direito, pela reinstitucionalização do País, pela plena restauração do regime democrático, como havia prometido o próprio Presidente Médici.

Refere-se ainda o Deputado Etelvino Lins, em sua nota, à descompressão da vida política brasileira, alegando que esta "não depende apenas do Presidente eleito, Gen. Ernesto Geisel, mas tanto da situação nacional e internacional". Neste caso, S. Ex.ª está argumentando com o óbvio.

Diz mais S. Ex.ª:

> "Depende de todos nós políticos, quer da ARENA, quer do MDB. Enquanto a Revolução de 1964 for contestada, ostensiva ou veladamente, em diretrizes..."

E aqui cabe uma interpretação à sutileza com que a palavra "contestada" tem sido explorada por alguns políticos. Ninguém pode fazer oposição sem contestar. Tal fato encontra definição nos verdadeiros léxicos, nos dicionaristas mais eminentes. Mas contestamos ou fazemos oposição construtiva no sentido de que o País retorne ao seu verdadeiro talvegue jurídico; que o Poder Legislativo tenha voz e possa comunicar-se com a opinião pública; que o Poder Judiciário seja respeitado; que, enfim, a própria Constituição seja reintegrada em si mesma. Refere-se S. Ex.ª, o Deputado Etelvino Lins, ao fato de que o grupo autêntico infringe a fidelidade partidária, o que não é verdade. Quando participamos do pleito eleitoral para Presidente e Vice-Presidente da República, o regulamento que estruturava o Colégio Eleitoral cogitava de três posições: votarem no candidato do Governo, no candidato da oposição ou se absterem de votar. O grupo autêntico se absteve de votar, baseado no item 2, alínea a, do Programa de Ação Política do MDB — item 2, alínea a, que é taxativamente contrário às eleições indiretas, e que não foi alterado pela Convenção. Por conseguinte, estava em vigor. Se se pudesse acusar alguém de infidelidade partidária, se acusaria a própria Convenção, que, não alterando o programa do Partido, tomou uma decisão contrária ao Programa e ao Estatuto.

Encerra o Deputado Etelvino Lins defendendo sua tese de incorporação pura e simples do AI-5 e o aproveitamento de sua essência no texto permanente da Constituição, via natural e única para que possamos voltar ao estado de direito que reclama o MDB.

É uma tese esdrúxula a de S. Ex.ª O transplante do AI-5 para a Constituição seria rejeitado e repelido pelo próprio povo, como foi rejeitado e repelido por todo o MDB, Deputados e Senadores, no dia da posse, que então foi autêntico, porque todos, sem exceção de um só, no momento em que juravam a Constituição, ressalvavam que faziam o juramento com exclusão do art. 182, dispositivo que inclui na Constituição o AI-5, dispositivo que a violenta e destrói.

Aqui ficam, portanto, os pontos finais a este lamentável episódio, que se constituiria quase numa provocação política e policialesca, por nós repelida, porque não aceitamos, os autênticos, corrente do MDB — filiados e integrados ao programa e às diretrizes do Partido — venham interpretar e deturpar a orientação e a ação que desenvolvemos nesta Casa e que procuramos honrar em nome do povo.

Era o que tinha a dizer. **(Palmas.)**

O SR. FRANCISCO PINTO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Deputados, certo dia um tenente do exército, desvairado na caça aos comunistas, ordenou que suas tropas atirassem sobre populações civis, mulheres e crianças indefesas. Dezenas de pessoas foram assassinadas inermes. A opinião pública do seu país e a mundial, revoltadas, pediram a punição deste comandante criminoso. Este tenente pertencia, contudo, ao exército mais poderoso do mundo, o Exército americano, e era combatente de guerra no palco do Vietnam. O Tenente William Calley, o anti-herói do massacre de Mi-Lay, foi punido pela Justiça Militar dos Estados Unidos. Foi afastado do Exército, preso e, afinal, condenado. País algum o receberá com honras de qualquer espécie, porque desonrou a farda que vestia e as leis de guerra que jurou cumprir e obedecer.

Mas, ontem, Sr. Presidente, chegou ao Brasil e foi recebido com honras de Chefe de Estado a quem desonrou o Estado que devia servir e a farda que o agasalha. Não fosse o Chefe da Junta Militar que oprime o Chile, seria recepcionado como um "Calley". O repúdio seria a homenagem justa ao mais truculento dos personagens que, nas duas últimas décadas, esmagaram povos na América Latina.

Passa-se à História de duas formas, Sr. Presidente; pela grandeza ou pela torpeza das ações. O Chefe da Junta Militar do Chile, Augusto Pinochet, preferiu parodiar Juvenal:

> "Que importa a infâmia quando fica assegurado o Poder?"

A infâmia de assassinar, coletivamente, operários, mulheres e crianças, para prender um livre atirador qualquer que, em fuga, em vila operária se homiziara. A infâmia dos julgamentos sumaríssimos que inventou para matar inocentes e culpados. A infâmia de mentir ao mundo com seus campos de concentração, tentando justificar os crimes que cometeu contra os que, no Poder, não cometeram crimes contra ninguém. Quem Allende matou, Sr. Presidente? Mas aquele que se intitula democrata, Augusto Pinochet, quantos crimes praticou? Quanto sangue sangrou dos seus próprios patrícios para saciar sua sede de poder e para servir a patrões de outras pátrias?

Como todo fascista, serviu-se da democracia chilena para agora acusar os democratas-cristãos e os marxistas de prejudicarem o Chile, de servirem a outros interesses e de receberem dinheiro, obtendo ajuda externa os primeiros da Itália e da Alemanha, e os segundos da Rússia e de Cuba. E Pinochet, a quem se vendeu? E a quem quer comprar, agora, Sr. Presidente, quando anuncia que para aqui traz a intenção de formar um eixo político — Brasil—Bolívia—Chile—Paraguai? Eixo político para quê? E para servir a quem? De "eixo", Sr. Presidente, basta o Eixo de triste memória que a História registra. O Eixo formado pela Alemanha nazista, a Itália fascista e o Japão.

O que nos vem do Chile de Pinochet é o fechamento de jornais, é a censura desvairada à imprensa remanescente. O que nos vem do Chile é a opressão mais cruel, de que nos dá idéia a reportagem e as fotos publicadas pela revista VISÃO, do campo de concentração da Ilha Dawson. O que nos vem do Chile é o clamor dos presos, dos perseguidos, do povo oprimido. É o horrror do massacre promovido pelos gol-

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

pistas. Três mil mortos, segundo Pinochet declarou a Dorrit Harazim, da revista VEJA; dois mil, segundo a referência cínica que um dos comparsas de Pinochet em sua sinistra empreitada, o Brigadeiro Leigh, fez ao repórter Prado, da revista VISÃO. Oito mil, dez mil, ou muito mais, de acordo com fontes menos suspeitas.

Agora não é a hora, contudo, para se examinar os erros das esquerdas, nem o lugar para se sondar a profundidade de sua própria cegueira. Cegueira de esquerda é pior que as outras e é menos permitida aos perdedores do que aos vencedores. E esta cegueira é tão enorme que parece ser quase voluntária.

Mas o que desejamos, Sr. Presidente, é apenas deixar registrado nos Anais, o nosso protesto e a nossa repulsa pela presença indesejável dos vários Pinochets que o Brasil infelizmente está hospedando. Se aqui houvesse liberdade, o povo manifestaria o seu descontentamento e a sua ira santa, nas ruas, contra o opressor do povo chileno. Para que não lhe pareça, contudo, que no Brasil todos estão silenciosos e felizes com a sua presença, falo pelos que não podem falar, clamo e protesto por muitos que gostariam de reclamar e gritar nas ruas contra sua presença em nosso País.

Alguns o aplaudirão — os eternos turiferários do Poder — crentes de que o aclamando agradam o Governo que se instala amanhã. Outros censurarão na imprensa o que aqui se diz para que não se saiba que há os que resistem, em todas as partes do mundo, contra a violência.

Enfim, Sr. Presidente, os anticristãos de lá e de cá, os que traem a pátria lá e aqui, os inimigos do povo em todos os quadrantes da Terra não devem esquecer-se de que pelos crimes cometidos há sempre, mais cedo ou mais tarde, uma pena a purgar e a cumprir.

Era o que tinha a dizer. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. FREITAS NOBRE — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos desestímulos ao servidor público nas várias faixas da administração federal, estadual e municipal é a relativa ao preenchimento de determinados cargos de chefia em preterição dos funcionários não apenas capacitados para o seu exercício, mas com direito de promoção ou acesso às funções que são, muitas vezes, confiadas a terceiros, alguns deles até despreparados.

Por isso, ao consultar o **Diário Oficial** do Estado de São Paulo, de 20 de fevereiro do corrente ano, tive oportunidade de demorar-me na leitura de uma bem elaborada exposição feita ao Sr. Prefeito de São Paulo pelo Sr. Miguel Soares Cassiano, Presidente da Associação dos Escriturários Municipais, hoje a entidade de liderança e de vanguarda na defesa dos servidores municipais em geral e não apenas dos escriturários.

Reclamando o indispensável reconhecimento do esforço do servidor municipal e, em particular, do escriturário, peça importante da máquina administrativa, aquela combativa entidade de classe, que sabe colocar as reivindicações do funcionários em termos enérgicos, mas respeitosos, sugeriu projeto de lei ao Sr. Prefeito Miguel Colasuono.

Em sua exposição, o Presidente da entidade, Miguel Soares Cassiano, reivindicou a abolição do chamado sistema de livre provimento em comissão de cargos de chefia de grande número de seções administrativas.

Fundamentou essa representação no fato de que as administrações se sucedem, mas o funcionalismo permanece e a continuidade dos serviços é condição primeira do seu bom funcionamento.

E, por isso mesmo, somente após vários anos de prática no exercício da função pública é que o funcionário reúne condições para o exercício dessa atividade, não podendo sua experiência ser colocada a margem, em proveito de uma chefia estranha e ignorante da vida funcional e do mecanismo administrativo.

Damos testemunho de que a entrega das chefias meramente administrativas e algumas técnicas a estranhos, através do livre provimento como "cargo em comissão", vem tendo a mais dolorosa e negativa repercussão entre o funcionalismo municipal de São Paulo.

Os serviços são retardados e a paralisação que se observa em muitos setores da administração municipal de São Paulo é conseqüência desse sistema que oficializa a injustiça e despreza o merecimento do servidor.

Com base em sólidos argumentos, a Associação dos Escriturários Municipais de São Paulo apresentou como sugestou ao Prefeito paulistano projeto de lei, com respectivas tabelas, dispondo sobre a transferência de cargos de "chefe de secção", de provimento em comissão, para provimento por acesso, mediante classificação, na conformidade da lei 4.128, de 20 de novembro de 1951.

A sugestão é oportuna. A Prefeitura de São Paulo deve aproveitar o bem elaborado estudo e respectivas tabelas.

Não será a classe dos escriturários municipais ou às demais (preteridas em seus direitos, sufocada em suas promoções) que a Prefeitura servirá adotando o projeto, mas a própria administração, pois as condições atuais de desestímulo e frustração criam problemas sérios para a vida administrativa do município, revelados no pésimo serviço de atendimento em qualquer dos seus setores e no quase abandono da cidade, relativamente aos trabalhos de urgência, como o fechamento de buracos nas vias públicas, a limpeza das bocas de lobo, o desassoreamento dos córregos etc.

Cremos poder resumir o importante documento da Associação dos Escriturários Municipais, afirmando que, ao contrário de um documento de bajulação, a entidade consegue colocar, ao mesmo tempo, com respeito e coragem, as questões de interesse comum da cidade e do servidor.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JUAREZ BERNARDES — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa noticia, e com grande apreensão, a falta de alimento no mundo. Ontem mesmo, vimos publicado afirmações da FAO que os estoques de trigo não dão sequer para alimentar o mundo durante quatro semanas. Também é grande apreensão decorrente do aumento da população mundial. A propósito, jornal do meu Estado tece considerações e indaga a respeito das providências que se vão tomar com relação ao aumento populacional e à produção de alimentos.

> "A população mundial chegou a 1.800 milhões em 1920. Dobrou para 3.600 milhões nos cinqüenta anos que decorreram até 1970. Segundo os índices de crescimento da década atual, a população mundial poderia dobrar novamente até o ano 2.000, chegando a 6.600 milhões de habitantes.
>
> Como a escassez que se verifica no setor de energia, alimentos e outros recursos se torna cada vez mais grave, três indagações pressionam a humanidade: Quantas pessoas? Por quanto tempo? A que qualidade de vida?
>
> Em 1973, um grupo de jovens cientistas e eruditos mostrou-se de acordo em que problemas populacionais não podem ser considerados isoladamente: eles tocam a condição humana em todos os aspectos.
>
> Problemas populacionais em um mundo de recursos limitados exigem um tratamento multidisciplinar internacional e a criação de um foro para o debate sobre novas experiências.
>
> Para perseguir seu objetivo, o grupo de cientistas organizou a Sociedade Demográfica Mundial, única instituição profissional no campo demográfico em condições de conferir âmbito internacional à questão e de incorporar disciplinas pertinentes.
>
> Em sua primeira reunião anual, em Washington, de 7 a 9 de fevereiro, a Sociedade contou com a presença de delegados procedentes do Canadá, Japão, Holanda, Reino Unido, Paquistão, Índia, Serra Leoa, Nigéria, Botswana, México, Argentina, Jamaica e EUA.
>
> Havia entre os participantes especialistas tradicionalmente associados à dinâmica demográfica: cientistas em questões físicas e sociais, a profissão médica, educadores e dirigentes religiosos. Também compareceram engenheiros que se ocupam de projetos de ambientes artificiais para conservação de energia. Havia ainda outros técnicos que estudam questões legais relativas aos direitos humanos.
>
> Houve um intercâmbio de idéias a respeito das relações existentes entre a população e os recursos naturais, alimentos, produção industrial, economia, estabilidade política e qualidade ambiental.
>
> A conferência da Sociedade Demográfica Mundial coincidiu com o Ano da População Mundial (1974), instituído pela Assembléia Geral das Nações Unidas.
>
> Este ano será realizada uma conferência sobre população mundial em agosto, na capital da Romênia (Bucareste) com vistas a atrair a atenção mundial para o problema demográfico.
>
> Em sua mensagem ao Congresso, datada de 18 de julho de 1969, o Presidente Nixon declarou o seguinte:
>
> "... O crescimento populacional constitui um dos mais importantes problemas que temos de enfrentar ... Trata-se de um problema mundial, o qual não pode ser ignorado por nenhuma nação, mesmo aquelas influenciadas pelo conceito mais estreito de interesse nacional, ou a visão mais ampla de uma humanidade comum, já que as elevadas taxas de crescimento da população, prejudicam os direitos individuais, arriscam objetivos nacionais e colocam em perigo a estabilidade internacional."

Voltando aos meus pagos, focaliza o sul e o sudeste do Estado de Goiás, que de há muito vem clamando por armazéns e por silos. Infelizmente, nenhuma ateneção tem sido dada a essas áreas, seja pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado. Temos ali Municípios da importância de Itumbiara,

Anexo 8 - Bahia Sistema de Segurança e Justiça - identificação dos participantes

BAHIA – SISTEMA DE SEGURANÇA E JUSTIÇA IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES						
N°	**NOME**	**ÓRGÃO**	**PATENTE**	**FUNÇÃO**	**ANO**	**LOCAL**
1	Abílio Simões Machado	Militar Marinha	Capitão de Mar e Guerra	Chefe do Estado Maior	1969	2° Distrito Naval - Salvador
2	Alberto de Oliveira	Militar Marinha	Capitão de Mar e Guerra	Capitão dos Portos	1972	Capitania dos Portos de Salvador
3	Alcides Carneiro	Superior Tribunal Militar		Ministro Revisor	1974	Brasília
4	Alfredo Ângelo de Aquino Filho	Polícia Federal	Coronel	Inspetor/ Juiz Auditor da 6ª CJM	1971 / 1973	Delegacia Regional da Bahia
5	Altamiro Ferreira Tavares	Polícia Militar	Tenente Coronel	Comandante Geral	1969	8º Batalhão Polícia Militar do Bonfim - Salvador
6	Álvaro Alfredo Alvarenga Ely	Polícia Militar	Coronel/ Major	Comandante geral/ Dentista	1968	Salvador/ Universidade de Paraná
7	Amadeu de Paula Castro Filho	Polícia Militar	Tenente Coronel	Comandante Geral	1969	19º Batalhão de Caçadores
8	Amarílio Lopes Salgado	Superior Tribunal Militar		Ministro	1975	Brasília
9	Amilcar Cardoso de Meneses Filho	Justiça Militar		Juiz Auditor	1970 / 1972	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
10	Antônio Augusto Gomes Tinoco	Justiça Militar	General de Brigada	Comandante	1967	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
11	Antônio Bendocchi Alves Filho	SNI	Capitão/ Major	Encarregado IPMs	1965 / 1970	Salvador / Vitória da Conquista
12	Antônio Brandão Andrade	Justiça Militar		Procurador Militar	1969 / 1972	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
13	Antônio Carlos Sant'Anna Sampaio	Justiça Militar	Capitão Tenente	Encarregado IPMs	1971 / 1972	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
14	Antônio Pinheiro Lemos	Polícia Federal		Inspetor	1973	Delegacia Regional da Bahia
15	Antônio Roque da silva	Polícia Militar	Tenente Coronel	Comandante	1966	
16	Antônio Sebastião Leonel Gomes Marsiglia	Polícia Militar	Major	Comandante	1965	
17	Argos Gomes de Oliveira	Polícia Militar	Major	Comandante	1967	1° e 4° Grupo de Artilharia de Costa Motorizado - GACOSM
18	Argus Lima	Justiça Militar	General de Brigada	Comandante	1972	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
19	Ariovaldo Cidra Filgueiras	Polícia Civil	-	Chefe de Seção Técnica	1970	Instituto de Investigação Criminal Afranio Peixoto - Salvador

Nº	NOME	ÓRGÃO	PATENTE	FUNÇÃO	ANO	LOCAL
20	Arivaldo Andrade de Oliveira	Secretaria de Segurança Pública / Ministério Público Estadual		Corregedor Geral/Procurador Geral de Justiça	1971	Salvador
21	Armando da Costa Tourinho	Ministério Público	-	Promotor	1967 / 1968	Salvador
22	Arnaldo Silva Ferreira Lima	Justiça Militar		Juiz Auditor	1979	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
23	Augusto Fernandes de Santa Rita	Polícia Militar	Coronel	Comandante	1971	Quartel do Bonfim Salvador
24	Augusto Fragoso	Superior Tribunal Militar	General	Ministro revisor	1974	Brasília
25	Auto Miguel de Oliveira	Polícia Militar	Capitão	Encarregado Sindicância	1969	Delegacia da 1ª Circunscrição Policial
26	Baduê Memeri Dumêt	Defensoria Pública		Defensor Público	1965	
27	Carlos Alberto Ferreira Diniz	Polícia Militar	3° Sargento	Escrivão	1972	Aquartelamento Mont Serrat
28	Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio	Superior Tribunal Militar	Tenente Brigadeiro do Ar	Ministro presidente	1975	Brasília
29	Carlos Etienne Falcão Rodrigues	Polícia Militar	Capitão	Encarregado de Inquérito	1969	8º Batalhão Polícia Militar do Bonfim - Salvador
30	Celso Altino Leite Machado	SNI		Diretor	1966	Serviço de Informações - Salvador
31	Cosme da Conceição Marinho	Justiça Militar	Capitão	Juiz Auditor	1973	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
32	David Branco	Justiça Militar	Major	Juiz Auditor	1973	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
33	Demétrio Loures Rafael dos Santos	Polícia Federal		Escrivão	1970	Delegacia Regional da Bahia
34	Denerval Belluci da Silva	Justiça Estadual		Juiz de Direito	1968	1a Vara do Juri - Forum Ruy Barbosa - Salvador
35	Edson Gomes do Valle	Polícia Federal		Agente	1973	Delegacia Regional da Bahia
36	Elzio Ferreira de Souza	Ministério Público		Promotor	1967 / 1971	Procuradoria Geral do Estado da Bahia - Salvador
37	Emanuel Cerqueira Campos	Polícia Federal		Agente	1971	Delegacia Regional da Bahia -Operação Pajussara
38	Eustáquio Bastos	Justiça Militar		Juiz Auditor	1967	Procuradoria Geral do Estado da Bahia - Salvador
39	Fernando Pessoa da Rocha Paranhos	Ministério da Marinha	Capitão de Mar e Guerra	Diretor	1969	CENIMAR
40	Flavio Sampaio Filho	Polícia Federal		Inspetor	1968	Delegacia Regional da Bahia -

Nº	NOME	ÓRGÃO	PATENTE	FUNÇÃO	ANO	LOCAL
41	Francino Nunes Sobrinho	Polícia Militar		Delegado	1972	3a Circunscrição policial Salvador
42	Francisco Antônio Lopes de Moura Santos	Justiça Militar	2° Tenente Médico	Juiz Auditor	1973	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
43	Genivaldo Ataide de Santana	Polícia Federal		Escrivão	1973	Delegacia Regional da Bahia
44	Geraldo Azevedo Henning	Ministério da Marinha	Vice Almirante	Comandante do 2º DN	1970 / 1971	2° Distrito Naval - Salvador
45	Geuse Silva Damasceno	Tribunal de Justiça da Bahia	1° Tenente Polícia Militar	Encarregado Inquérito	1971	9a Vara Crime
46	Gildásio Brito	Polícia Militar	3o Sargento	Escrivão	1971	8o Batalhão Polícia Militar do Bonfim - Salvador
47	Gildo Ribeiro	Polícia Federal/ Justiça Militar	Capitão	Agente Federal/Chefe de gabinete	1969 / 1971	Delegacia Regional da Bahia/ 6ª Circunscrição Justiça Militar
48	Heitor Ferreira Campos	Polícia Federal		Agente	1973	Delegacia Regional da Bahia
49	Helidal Lago	Polícia Civil		Diretor	1970	Instituto de Investigação criminal Afrânio Peixoto - BA
50	Hildebrando Reis de Souza	Justiça Militar	Tenente Coronel	Comandante	1969	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
51	Hilton Berutti Augusto Moreira	Ministério da Marinha	Contra Almirante	Integrante da Comissão de Investigação Sumária	1969	2° Distrito Naval - Salvador
52	Jacy Guimarães Pinheiro	Superior Tribunal Militar		Ministro relator	1975	Brasília
53	Jarbas Carvalho de Oliveira	Polícia Militar	1° Tenente	Oficial do dia	1964	Quartel dos Aflitos
54	João Baptista Torre	Ministério da Marinha	Capitão de Mar e Guerra	Integrante da Comissão de Investigação Sumária	1969	2° Distrito Naval - Salvador
55	João Chrysóstomo dos Passos Filho	Polícia Militar	Coronel	Comandante	1967 / 1969	Regimento 2 de julho
56	Joel da rocha	Ministério Público		Promotor	1967	Procuradoria Geral do Estado
57	José de Ávila Pereira	Polícia Militar	Capitão	Comandante interino	1972	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
58	José de Carvalho Neto (Melo)	Hospital Geral do Estado	Coronel Médico/ Tenente Coronel	Diretor	1972	Salvador
59	José de Santana Filho	Polícia Militar	3° Sargento	Escrivão	1966	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
60	José Freitas de Oliveira	Colégio estadual da Bahia		Diretor	1968	Colégio Estadual da Bahia

Nº	NOME	ÓRGÃO	PATENTE	FUNÇÃO	ANO	LOCAL
61	José Glicério Salignac de Souza	Polícia Militar		Escrivão	1969	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
62	José Luiz de Carvalho Filho	Ministério Público		Promotor	1967	Procuradoria Geral do Estado
63	Jurandir de Bizarria Mamede	Superior Tribunal Militar	General	Ministro	1975	Brasilia
64	Kleber de Carvalho Coelho	Justiça Militar		Procurador	1972	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
65	Luis Arthur Gomes de Carvalho	Polícia Federal	Coronel	Delegado/ Superintendente Regional	1968 / 1973	Delegacia Regional da Bahia -Operação Pajussara
66	Luiz Penido Burnier	Ministério da Marinha	Vice Almirante	Integrante da Comissão de Investigação Sumária	1969	2° Distrito Naval
67	Manoel da Cunha Cathalá Loureiro	Tribunal de Justiça da Bahia		Juiz de Direito	1971	9a Vara Crime
68	Ramiro Teixeira Mota	Justiça Militar		Juiz Auditor	1974	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
69	Renato reis	Justiça Militar		Juiz Auditor	1969	9ª Vara Crime
70	Roberto Viana Maciel dos Santos	Policia Militar/ Justiça Militar	1° Tenente	Diretor do DPJA/Escrivão	1972	Aquartelamento Mont Serrat/ 6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
71	Roberval Pizzaro Marques	Ministério da Marinha	Contra Almirante	Integrante da Comissão de Investigação Sumária	1969	2° Distrito Naval
72	Rosalvo Barbosa Romeu	Ministério Público		Promotor	1971	Procurador Geral de Estado
73	Ruy de Lima Pessoa	Justiça Militar / Secretaria de Segurança Pública do Estado		Promotor/ Secretário de Segurança	1967 / 1970	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador/ Secretaria de Segurança Pública do Estado
74	Severino Ernesto de Souza	Polícia Federal/ Justiça Militar		Agente	1964 / 1973	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador/ Delegacia Regional da Polícia Federal
75	Sylvio Monteiro Moutinho	Superior Tribunal Militar	Almirante de Esquadra	Ministro	1975	Brasília
76	Theogenes de Souza Bulcão	Polícia Federal		Delegado	1968	Delegacia Regional da Polícia Federal SOPS/DEOPS
77	Valdemar da Graça Leite	Instituto Nina Rodrigues		Diretor	1969	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia
78	Vitor Hugo Saraiva Nery Costa	Justiça Militar		Escrivão	1971	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador/
79	Waldemar Torres da Costa	Superior Tribunal Militar		Ministro	1975	Brasília

Nº	NOME	ÓRGÃO	PATENTE	FUNÇÃO	ANO	LOCAL
80	Waldomiro Santos Pereira	Polícia Federal		Chefe do SOPS/DR/BA /SE	1968 / 1969	Delegacia Regional da Polícia Federal
81	Walter Alves Guimarães	Polícia Militar	Tenente Coronel	Comandante interino	1968	7o Batalhão da PM Salvador
82	Walter Moutinho Montenegro	Justiça Militar		Promotor	1974	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
83	Walter Pereira de Almeida	Tribunal de Justiça Bahia		Juiz de Direito	1968 / 1979	9a Vara Crime
84	Wasson Manoel de Oliveira Aranha	Polícia Militar	Major	Escrivão	1967	Vila Militar do Bonfim - Salvador
85	Willian Roberto da Cunha e Menezes	SNI- Agência Bahia	Coronel	Relator	1974	Delegacia Regional da Polícia Federal
86	Wilmaly Moreira Bandeira de Mello	Justiça Militar	Major	Oficial	1967 / 1969	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
87	Marival Pereira Tapioca	Justiça Militar	Capitão	Diretor do Parque de Armamento	1965	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
88	Milton Tavares de Souza	Ministério do Exército	General	Chefe do Centro de Informações do Exército	1973	Brasília
89	Kleber de Carvalho Coelho	Justiça Militar		Promotor	1972	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
90	Carlos Augusto Machado Lima	Polícia Federal		Inspetor	1969 / 1971	Delegacia Regional da Polícia Federal da Bahia
91	Alzir Carvalhães Fraga	Justiça Militar		Juiz Auditor	1975	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
92	Adyr Fiuza de Castro	Justiça Militar	General	Comandante	1975	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
93	Airto Alcantara	Justiça Militar	Major	Relações Públicas	1975	6ª Circunscrição da Justiça Militar - Salvador
94	Aristides Junqueira	Superior Tribunal de Justiça		Procurador Geral da República	1978	Brasília
95	Otávio Silva Costa Junior	Departamento da Polícia Federal	Inspetor de Polícia	Delegado	1972	
96	José Lima de Castro	SNI	Coronel		1970	
97	Antônio Marreta de Oliveira	SNI/ Agência Salvador/Ministério d Exército. Difusão: SNI/ ASV	Capitão - Tenente		1964 / 1972	Salvador - Bahia
98	Roberto Pacífico Barbosa	Chefe da ARJ	General Bda		1973	
99	Abdon Sena		General de Brigada	Comadante da 6ª Região Militar	1969	
100	Altahyr Guedes					

Nº	NOME	ÓRGÃO	PATENTE	FUNÇÃO	ANO	LOCAL
101	Antônio Biao Martins Luna		Major			
102	Cinelli		Major			
103	Cerqueira		Major			
104	Dário Montilla Pinto		Coronel/ Major Cavalaria		1969	
105	Joalbo Figueredo		Coronel			
106	José do Amaral Caldeia		Coronel			
107	Marino Freire Dantas	2ª Seção da 6ª Região Militar	Coronel Artilharia QEMA / Tenente Coronel	Chefe do Estado Maior	1969	Salvador
108	Roberto de Souza Parentoni		Tenente Coronel/ Major QEMA		1969	
109	Adilson Augusto Nascimento		2º Sargento Burocrata			
110	Albenzio Thadeu Kuhn Fernandes		2º Tenente			
111	Joseval Brito Carneiro		2º Tenente			
112	Armando Rocha Seixas		2º Tenente			
113	Alfredo Rodrigues da Mota		Tenente Coronel			
114	Alírio Cerqueira da Silva			Chefe Interino da casa Militar do Governo	1970	
115	Almério José Ferreira Diniz		Tenente Coronel Pm		1969	
116	Álvaro Braga Cardoso		Capitão do Exército (ou Aviador)			
117	Andrada Serra (ou Serpa)		Tenente Coronel			
118	Antônio Luiz de Barros Nunes		General de Divisão	Presidente da CGI da Petrobras	1964	
119	Armando de Moraes Âncora Filho		Major de Cavalaria		1966	Salvador - Bahia
120	Durval Tavares Carneiro		Coronel de Segurança		1964	
121	Francisco Cabral de Andrade		Coronel	Secretário de Segurança Pública	1964	
122	Geter Marques Miranda		Major		1964	
123	Helio Faria de Medeiros		Major		1969	

Nº	NOME	ÓRGÃO	PATENTE	FUNÇÃO	ANO	LOCAL
124	Hilton Barbosa Coelho			Delegado especial do Estado e chefe do A.C da D.I. (D.P.S.)		
125	Jandro de Alcântra Avellar		Tenente Coronel	Professor	1965 / 1969	Salvador - Bahia
126	João Adolfo da Silva		Coronel PM		1969	
127	Lauro Paraense de Farias		Coronel	Chefe da ASV/ SNI	1974	
128	Lorildo Lima Barreto		Coronel	Comandante da PM	1964	
129	Lúcio de Souza Pereira		Tenente Coronel		1969	
130	Manoel Mendes Pereira		General de Brigada	Comandante da VI Região Militar	1964	
131	Mário Mercie Ascenção		Major			
132	Mauro Cosme Filho			Auditor		
133	Neljanir da Silva Guimarães		1º Tenente PM		1969	
134	Nivaldo Lins da Costa	Exército	Tenente Coronel			
135	Odilton Medrado Sobral Castelo Branco		Major		1965	Salvador – Bahia
136	Vandelson Santos Brandão		2º Sargento			
137	Sylvio de Mello Dantas			Chefe do Setor Regional da Divisão de Segurança e Informação da PETROBRAS/SEREG 3		
138	Carlos Augusto Lima					
139	Eliana Calmon Alves da Cunha			Juíza Federal da 2ª Vara	1980	
140	Montesuma			Encarregado IPM na área sindical	1964	
141	Murilo BOrg.es de Medeiros		Major / Tenente Coronel	Relações Públicas da 6ª região militar	1965	Ilhéus - Bahia
142	Paulo de Gouvea Correa			Capitão de mar e guerra do Estado Maior do 2º DN	1970	

Nº	NOME	ÓRGÃO	PATENTE	FUNÇÃO	ANO	LOCAL
143	José Ribeiro de Carvalho		Capitão/Major Infantaria		1965 / 1969	Armamento Clandestino da Petrobrás / Feira de Santana
144	Ítal Diogo Tavares		Coronel Infantaria		1969	
145	Agostinho (Augustinho) Brito de Alvarenga		Major		1965	Iaçu - Salvador Bahia
146	Ulysses Albuquerque Rebuá		Tenente Coronel			
147	Carlos Eugênio Osório de Paiva		Capitão Cerv			Salvador - BA
148	Jayme Brown Martins		Tenente Coronel	Médico	1965	Salvador - Bahia
149	José Barreto Baltar		Tenente Coronel Cavalaria		1965	Bahia
150	Frederico Franco de Almeida		Tenente Coronel			Bahia
151	Geraldo Ferreira da Silva		Capitão QOA		1965	Ilhéus - Bahia
152	Creso Cardoso da Cunha Coimbra		Capitão Artilharia			Ilhéus - Bahia
153	Antônio Cândido Tavares		Tenente Coronel	Procurador Geral da Justiça		Bahia
154	Irineu Fernandes da Silva		Major Infantaria	Procurador Geral da Justiça		Bahia
155	Oswaldo Balloussier		Major-Brigadeiro			Salvador - BA
156	Henrique Almyr Masiero		1º Tenente		1965	Salvador - BA
157	Paulo Prudêncio Soares Brandão		Capitão		1965	Jacobina - Bahia (e adjacências)
158	Paulo Antunes de Souza		Major Cavalaria			Salvador - BA
159	José Leite Batista		Capitão		1965	Jeremoabo/ Paulo Afonso - Bahia
160	José Carlos Santos Junior		Major			Ilhéus - Bahia
161	Euclides Feliz (ou Felix) dos Santos		2ª Tenente			Ilhéus - Bahia
162	José Ribamar Raposo		Coronel		1965	IAPC - Bahia
163	Mário Vital Guadalupe Montezuma		Major		1965	Salvador - BA
164	Philinto José Braga Coelho		Major			Salvador - BA
165	Aloysio Cirne		Major			Salvador - Bahia
166	Edgard dos Santos Jenkins		Capitão		1965	Angical, Barra, Barreiras, Cristópolis, Cotegipe - Bahia
167	Hélvio Moreira		Major		1965	Alagoinhas e outros - Bahia

Nº	NOME	ÓRGÃO	PATENTE	FUNÇÃO	ANO	LOCAL
168	Carlos Mariano Brider		Major			Salvador - BA (e outros municípios)
169	Afrânio de Faria		Capitão-de-Mar-e-Guerra		1959	Carinhanha, Ibitiara, Barra, Irecê, Casa Nova, Pilão Arcado e Xique-Xique - Bahia
170	Dirceu Bittencour de Sá		Major Infantaria			Salvador - BA
171	Hiran Magalhães		Tenente Coronel Aviador			Salvador - Bahia
172	Antônio Cândido Tavares Bordeaux Rêgo		Tenente Coronel			Salvador - Bahia
173	Ivan Sá Aragão		1º Tenente Infantaria			Paulo Afonso - Bahia
174	Álvadro Figueiredo Vieira Lima		Major			Salvador - Bahia
175	Ewerton de Almeida Valadares		2º Tenente			Salvador - Bahia (e outros municípios)
176	Luiz Henrique de Oliveira Domingues	SEC DA CAI DO IV Exército	Tenente Coronel			
177	Hugo Penasco Alvim	Den Div.				
178	Jandro Alcantara de Avelr		Tenente Coronel			
179	Pedro Paulo Braga Duarte		"deve ser" Capitão – de - Fragata			
180	Nilson da Costa Tavares		"deve ser" Capitão – de -Corveta			
181	Arlindo Viana Filho		Capitão – de - Corveta			
182	Mauro Balloussier		Vice Almirante	Comandante do 2º DN		
183	Alcântara		Capitão		1964	Bahia

Obs: Existem lacunas nessa tabela por diversos motivos: falta de identificação da qualificação nos Inquéritos ou a ausência da temporalidade nas ações de tais agentes.

Anexo 9 - Entrevista de Hélio Carneiro a Isadora Browne

Hélio Carneiro: Entrevista conduzida pela técnica Isadora Browne Ribeiro, com o líder sindical Hélio Carneiro em 17 de outubro de 2014, na sede da CEV.

Isadora – Eu queria lhe pedir sua memória tanto na área dos professores como na dos bancários. Solicito identificação, para formalizar a tomada de informações.

Hélio Carneiro - Já leu alguma coisa que eu escrevi? Mandei para o sindicato porque disseram que iam publicar. [Não] Eu escrevi 11 artigos. Procurei ser bastante resumido, deixei meu espírito gongórico de lado e procurei ser bastante objetivo. Apenas a gente pediu que fosse feita uma revisão para a edição. Mas, na revisão, a gente ficou cheia de escrúpulo porque o João Coutinho, que era do sindicato, representante junto ao Conselho. Ele escreveu alguma coisa baseado no depoimento que eu tinha dado quando o sindicato era na Rua Mato Grosso. E dali puxou alguma coisa, depois escreveu da retomada para cá. Eu só conhecia exatamente até essa fase. Eram complementares as nossas histórias. Aí, a gente ficou com cuidado, porque ele não queria fazer uma revisão para não mexer na minha história, e eu também não queria mexer na história dele. Esse escrúpulo. Aí, disseram que tinha um jornalista no sindicato que iria passar a vista, depois submetia à nossa apreciação. E até hoje não foi feito. Aí, eu quis retomar. Mas eu vi também que havia até coisas com erro de português. E eu disse: “Não, não fica bem eu fazer emendas no português de outro colega.” Mas eu resolvi aventurar. Foi quando meu computador deu problema, eu não resgatei o arquivo, mas a Terezinha Souto diz que tem e o próprio Sérgio Guerra disse que tinha e que ia mandar para mim. Até hoje, não mandaram. Porque eu pegar para digitar tudo, os 11 capítulos, é uma perda de tempo muito grande

Isadora – Vocês tomaram posse em 64, não foi? Em 63. Outubro de 63.

Hélio Carneiro – Talvez tenha sido. O sindicato foi fundado em 04 de março de 63. Agora, a posse eu acho que foi em outubro, mesmo. Porque houve a eleição, a eleição não foi validada, porque não conseguiu quorum e houve uma outra que a gente fez força para isso, fez mais força ainda. O pessoal tanto desejou o sindicato e na hora não compareceu para votar.

Isadora – Certo. Agora, eu vou lhe pedir outra vez. Antes de a gente continuar conversando, decline seu nome todo.

Helio Carneiro – Helio Carneiro Moreira. Idade, 1930. Tenho 84 anos. Se quiser as minhas ligações sindicais, eu cooperava muito com o sindicato dos bancários, participando mais em assembleias, piquete de greve etc., e era representante do sindicato da Bahia junto ao Conselho da Federação dos Bancários do Norte e Nordeste. Hoje, tem a Federação da Bahia, Bahia e Sergipe, salvo engano, mas na época era Federação dos Bancários do Norte e Nordeste. Eu era representante e já fui a reunião lá. Naquela época, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito CONTEC. Hoje, há muito tempo, ela está nas mãos de um cara que é um pelego de marca maior. Ele até nos ajudou em ceder o espaço para a fundação de uma entidade que eu ajudei também na fundação, em Brasília, a Associação Brasileira dos Anistiados Políticos. Eu trabalhei na Associação e ela ajudou o meu processo de anistia política a andar. Mas a CONTEC, a sede era no Rio, e era uma organização muito boa, alguns caras foram assassinados na

época da ditadura, se exilaram, depois voltaram, para não ficar de longe, estavam perto e foram realmente assassinados. Outros, desaparecidos, não sei se já tem notícias deles. Muita gente. Era uma Confederação muito atuante. Lembro, na Bahia, de pessoas que foram perseguidas, mas desaparecidas ou assassinadas, não. Como é o caso do pai de Lídice da Mata, Aurélio e em Alagoinhas especialmente houve uma perseguição muito grande. E houve um colega do banco que foi dedo duro contrário. Mas ele tinha uma virtude. Ele se fez e mostrou a cara. Ele foi para a reunião junto com o militar e lá ele declarou que era acusação. Os piores são aqueles que fazem e não mostram a cara. Passam por bonzinhos, a gente pensa que é aliado, não está preparado. O que me dedurou mesmo, foi assim. Dedurou 12 colegas do Banco do Brasil e ele passou como cara assim bom, que não era aliado mas também não perseguia, mas ele sabia como fazer. Mas, como eu dizia. Pela experiência que eu tinha, eu vendo que o sindicato dos professores não saía. Tinha a associação dos professores, o sindicato estava para ser criado, não andava, não andava o processo e, como eu trabalhava no sindicato dos bancários, também nisso de criar associações no interior, eu trabalhei em favor da associação em Feira de Santana, de Alagoinhas. Havia outras, mas especialmente essas, eu ia visitando cidades, eu tinha interesse pessoal, em 61, 2, por aí. E, no ano de 62, então, eu já sabia que tinha condições, procurei a Delegacia do Trabalho, tomei conhecimento do que era, aí eu fui a Jair Brito, a quem eu conhecia. Ele sabia da minha posição, mas ele tinha uma vantagem: ele era um cara também que ele era aberto. Ele não era um cara enganador. Era um cara sério, se era seu adversário ele dizia, não concordo, tinha as posições dele, respeitava a dos outros, e não era dedo duro. E Jair Brito aceitou que eu fizesse alguma coisa. Então, eu fui à Delegacia do Trabalho, tomei conhecimento e eu já freqüentava o Rio de Janeiro, junto e fiz contato com a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, FITEE, na época. Ela era de esquerda. A direção era toda de comunistas. E eu nem sei o destino dessas pessoas. Soube, no início, das perseguições, depois sumiu. Um deles até participou daquela revolta da Serra do Caparaó, em Minas Gerais. Este, deve ter desaparecido, não sei. E aí, eu fui à Federação e disseram “Olha, veja o processo, regularize, vá na Delegacia, se a Delegacia disser que está tudo em ordem, quando eles mandarem o processo, você fala com a gente e a gente vê o que pode fazer.” Interessante que o Almino Afonso, que era Delegado do Trabalho de João Goulart à época, estava viajando, o Ministério estava dividido, parte no Rio, parte em Brasília, e ele ia para Brasília mas passou no Rio para ver a família, que morava lá, e fazer esses contatos com o Ministério e viajaria para Brasília no dia seguinte. Não ia ter muito tempo. Mas a Federação nossa tinha muitas ligações lá e um assessor que ela usava para o trabalho junto ao Ministério, ex-funcionário do Ministério, tinha muita penetração. E ele estava no Rio para uma reunião de lá dos bancários, no dia 03 de março. No dia 03 de março, que era um domingo, Almino Afonso tinha chegado de viagem de São Paulo, passou pelo Rio, para estar com a família, encaminhar alguma coisa, no dia seguinte iria para Brasília. E Brasília ainda estava se consolidando como até hoje, tem muita coisa que está se organizando. Mas naquela época, imagina a loucura que era, em 62. E Almino Afonso atendeu o nosso representante lá da Federação no domingo, em casa dele. Viu que o processo estava regular, já tinha o parecer de todos os assessores, e assinou a autorização. Nessa época tinha que ser autorizado pelo Ministério a Carta Sindical. No dia seguinte, que era 04 de março – ele assinou com data de 04 – a Federação me chamou, eu já sabia disso, passei na Federação pela manhã, eles me mostraram, está aqui a Carta Sindical. Eu tinha ainda outros contatos, meu vôo ia ser meio dia, eu adiei para noite, no final da tarde, cheguei aqui de noite. E no dia seguinte, quando fiz contato,Virgílio Sobrinho, que era jornalista do Jornal da Bahia, ficava ali na Barroquinha, Virgílio deu a notícia da chegada do sindicato. Ah, foi

aquela história, não é? Finalmente chegou. E quando chegou a notícia que quem trouxe a carta sindical pessoalmente foi Helio Carneiro, Virgílio aproveitou a onda: “Helio Carneiro provavelmente o futuro presidente.” E aí eu não tive saída, né? Não tinha muito tempo porque, família crescendo. Eu já estava, em 62, eu já tinha cinco filhos. E uma nasceu um ano depois de fundado o sindicato. O sindicato foi autorizado no Ministério em 04 de março de 63. E minha filha nasceu no dia 04 de março de 64. Coincidência. Aí, quando o sindicato foi criado, até outubro, foram aquelas providências para regularizar tudo, encontrar nomes, compor a chapa, a fiscalização já era. Ainda não tinha deflagrado o golpe, mas já estava tudo armado e no dia 31 de março, quer dizer, 27 dias depois que nasceu minha filha, eles fizeram a declaração, naquela noite. Na verdade, começou de fato no 1º de abril, mas eles não queriam botar por causa do dia da mentira. E, dia 1º de abril nós fizemos uma reunião. O sindicato já funcionava. Uma reunião para o acordo salarial daquele ano, e nós já reivindicamos salário mínimo profissional. Estava uma campanha muito séria, e diziam que não podia, disseram “não, tem sido sempre percentual etc.” “Mas, sim, podemos fazer o percentual, mas respeitado aquele mínimo.” E aí houve resistência e o Amadiz Barreto, era o delegado do trabalho na época, criou dificuldades, no debate às vezes eu queria falar, ele estancava. O Angelo falava, o Edgar, O Angelo Almeida e o Edgar Almeida que eram do Colégio Ipiranga. Que era o presidente do sindicato patronal. Então, eles tinham mais voz do que nós. Mas mesmo assim ele nos ouviu, e o Amadiz tinha sido meu colega, no Colégio Central, em outro grupo, e fizemos concurso juntos. Eu também fiz concurso para inspetor do trabalho. Na época, chamado fiscal do trabalho. Depois, mudaram o nome para inspetor do trabalho. E eu cheguei a ser nomeado, mas já tinha tomado posse no Banco do Brasil, eu preferi. Mas pelo fato de a gente ter sido do mesmo concurso, a gente se conhecia etc., ele não se posicionava muito contra mim mas ele enrolava e não me dava muita vez . Aí, tivemos essa reunião do dia 1º de abril, saí com o pessoal, que me deu carona até a praça Municipal, lá tinha movimento,deu para ver como é que estava a coisa. Eu ali peguei o ônibus, que eu morava em Matatu, e aí fiquei arquivado em casa aguardando as coisas. As coisas foram acontecendo devagar. No dia 07 de abril, no mesmo dia da prisão de Virgildásio Sena, sendo que eu fui considerado mais perigoso porque eu fui pegado em casa duas e meia da manhã. E Virgildásio Sena só veio sete da noite do mesmo dia. E eu já estava preso desde esta hora, aguardando prestar depoimento. Fiquei primeiro ali no Quartel General, na Mouraria. E houve assim duas coisas interessantes, bem particulares. Enquanto aguardava, eles mandaram um emissário, um major para sondar a meu respeito. Mas ele tinha boas informações para ir buscar. E ele pegou informações no lugar da Henriqueta Catarino, porque lá funcionava a Faculdade de Ciências Econômicas, e eu estava fazendo economia e queria saber eu como estudante, como é que eu agia. Foram buscar informações no banco, com uma pessoa lá no banco, tinha o inspetor e o gerente e um deles foi que fez a deduragem de 12 nomes que eram agitadores etc. E foi mais ou menos 05, 06 horas da tarde, o comandante, coronel Marino, chamou para conversar. A primeira pergunta dele: “O senhor esperava ser preso?” E eu para ele: “Eu estou preso? O soldado que foi lá em casa me convidar e eu não resisti, não vi nenhum problema, ele disse que era para prestar depoimento ”E ele “Sim, sim, mas é maneira de dizer.” Eu disse: “Preso, eu não esperava não. Agora. Eu sabia que ia ser chamado para esclarecer alguma coisa.” Ele fez “Por exemplo?” Eu disse: “Aqui, eu recebi aqui uns comunicados da China, uns jornais etc. para o sindicato, redigidos em português, e mandavam para minha casa. Eu não quis que mandasse para o sindicato para não envolver. E também nunca respondi. Por causa desse endereço, eu vi que houve meses em que eu não recebi, eu imaginei que tinha sido pegado para examinar e não me mandaram”. Mas aí, chegou lá o cara, voltou da fiscalização e estava com a lista dos 12 indicados por uma pessoa muito influente em

Brasília, do Banco do Brasil, que estava aqui, e aí levaram muito em conta isso. No colégio, falaram com Frederico Paulo que é um dos fundadores da Faculdade de Ciências Econômicas da Católica. José Augusto não foi ouvido, mas o Frederico era simpatizante aos militares, o outro era aquele cara que sabe amaciar as coisas. Mas o Frederico, mesmo assim, ele não me apontou. “Não, ele tinha as ligações dele, mas nunca participou de movimento forte, é um colega muito dinâmico, é um bom aluno, inteligente etc.” fez elogios, “mas nunca praticou aqui atividades que pudessem ser consideradas” “Mas ele não participava do diretório?” “Não, não participava, não sei o que” Daí que eu respondi quatro IMPs: IPM na área bancária, IPM da área sindical dos dois sindicatos, IPM de educação, e IPM da área estudantil que eu era estudante de economia. Simultaneamente, quatro IPMs. Eu era realmente um cara perigoso. Mas, eu fui beneficiado com algumas coisas que aconteceram paralelamente e, à medida que o tempo foi passando, foi acontecendo. Os militares queriam ter o apoio de toda área que pudesse. E organizaram o Conselho Civil. Dentro do Conselho Civil, houve duas pessoas que tinham referência a meu respeito e um deles me conhecia mais por nome do que em pessoa, porque minha mulher é batista, muito ligada à igreja dela, muito conhecida, o pastor da Igreja Sião, no Campo Grande, Valdívio Coelho, ele participou e não fez referência, não fez carga contra mim. Mas ele pediu que tivesse assim muita atenção porque eu era um chefe de família, muito atencioso, família numerosa, muito bem referido, “ele não é de nossa religião, mas ele é bem considerado no nosso meio porque a esposa dele é muito bem tratada por ele, a família é muito bem estruturada etc., e ela é uma grande colaboradora.” O depoimento do pastor, na circunstância, foi um ponto favorável. Por coincidência também, Augusto Álvaro da Silva, que depois veio a ser cardeal, D. Augusto, Cardeal da Silva, tinha um secretário que era o padre, depois cônego José Trabuco. José Trabuco era nascido em Tanquinho, eu fui, passei minha infância lá. Não nasci lá, mas dos 11 anos até os 15 anos de idade morei lá,depois vim para cá estudar e voltava nas férias, mas não fiquei muito tempo. Mas a gente tinha ligações. E meu pai conversou a ele. Pois ele foi lá, se apresentou como secretário do arcebispo e que queria saber da minha situação, se corria algum risco etc. Um líder de uma religião, outro de outra religião, isso foi amenizando a minha situação. Outro professor também participou de uma reunião, chamado – esqueci o nome dele – ele participava desse grupo, Comando Civil. Numa reunião lá no Quartel General, perguntaram: “E o professor Fulano não tem nada a dizer?’ “Não, nada não. Gostaria de lembrar que seria bom, importante, que fossem evitadas injustiças.” “Injustiças, como?” “Bem, que fosse evitado, mas não tenho conhecimento, mas o importante é que não se cometa injustiça” “Mas como? Dê um exemplo.” “Por exemplo, o professor Helio Carneiro” “Professor, esse daí já é muito protegido.” E houve mais uma. Quando eu não compareci, quer dizer, eu fiquei em casa. Foi feriado bancário, dia 1º, 02 de abril, 03, nem sei quantos, foram uns dias de feriado bancário. Os bancos não abriram, com certeza para proteger o dinheiro dos homens, né? Eu não fui, não compareci, mas no dia 06 de abril, eu fiquei aguardando o que era, aí eu não fui. Mas o banco já ia abrir. No que eu não compareci, aí imaginaram que eu era já um fugitivo. Na madrugada de 06 para 07 de abril eles foram na minha casa, eu não resisti á prisão, podia ser uma série de negativas. Mas eu disse: “não, eu vou”. Fui com eles e fiquei rodando. De duas e meia até umas cinco horas da manhã procurando outros presos, inclusive um que era jornalista do jornal Momento, morava aqui no Forte de São Pedro, Ariovaldo Matos , procurando outros aí, correram vários lugares, não conseguiram mais nenhum preso. Eu cheguei lá sozinho, fui entregue. E o banco, alem da minha prisão, a condição era que o banco informou que eu não compareci, que já tinha lá um representante do Quartel General em cada banco,principalmente os bancos principais. E só existia na época... Não. Já tinha sido inaugurada a agência da Cidade Alta. Ficava ali perto

da Igreja de São Bento. Ali na Sulacap. Então, como eu não tinha comparecido, eles baixaram ordem para o Banco do Brasil bloquear minha conta e interditar meu salário. E no banco, eu ganhei minha sexta filha. Foi exatamente um ano depois da fundação do sindicato, minha filha nasceu, e eu com seis filhos, sem salário, minha mulher não trabalhava. A notícia se espalhou no meio do magistério. Os professores não eram muito ativos, mas isso, “o fundador do sindicato, conseguiu trazer a nossa carta sindical do nosso sindicato, ficar sem salário, com seis filhos?” Aí correram listas de ajuda em alguns colégios. Uma surpresa. Nos colégios em que eu ensinava é natural que ocorresse adesão, e correram em mais dois outros colégios, nos quais eu nunca tinha ensinado. Um colégio público, quem lá ensinava era Nei Meira, então a lista do colégio Florêncio Gomes foi um pouco gorda, e o outro surpresa, um colégio religioso, dirigido por freiras, o Colégio Nossa Senhora da Conceição, em Brotas. A lista também foi razoavelmente boa. Então, eles perceberam assim: “Ora, numa situação dessa, os professores dão ajuda.” Minha mulher disse que nunca pegou tanto dinheiro. Receber uma adesão desse tipo, eu imagino que esses episódios que eu lhe contei me protegeram da hipótese de tortura. “Se esses episódios levam a essa adesão, essa solidariedade, se ele for torturado vai ser negativo para nós.” Então eu atribuo a isso o fato de eu não ter sido torturado. Mas, no quartel em que eu estava preso, alguns foram. Pessoas daqui, principalmente da Petrobras. A gente sabia porque eles desciam, quando eles voltavam, a gente via que o cara estava assim, de chicotadas nas costas, e alguns que vieram do interior. De Vitória da Conquista, ficaram no 19BC. Então, alguns deles informaram que tinham sido torturados. Esses tinham também, eles mesmos disseram que tinham ligação com o partido comunista. Era a situação mais grave. Eu não tinha filiação com o partido comunista. Tinha ligações, mas não tinha filiação. Aristeu Nogueira, mesmo, às vezes fazia contato com ele, eu já reivindicava nessa época. Estava na revisão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Eu reivindicava a representação dos professores. Era prevista a representação dos educadores e educadores, para eles, eram os donos de colégio. Mas eu fiz questão, a gente fez questão, eu frequentei o palácio com Lomanto, algumas vezes, mas Lomanto não tinha muita força. Ele estava sob suspeita porque ele ficou meio lá, meio cá. Tem até uma piada com relação a ele, que o Justino Bastos, que era o general comandante da Região Nordeste que ficava em Recife, ele veio aqui, reuniu os governadores da região aqui e a uma certa hora ele virou para Lomanto e perguntou “O senhor fuma?” “Fumo, mas se o senhor quiser eu deixo agora mesmo.”

Isadora – Aí eu lhe pergunto: o senhor foi preso na madrugada do dia 07 e ficou na Mouraria?

Hélio Carneiro – Não. Na Mouraria eu fui preso. De lá, fui deslocado para o 19BC, e lá fiquei até o dia 3 de junho. 58 dias. Eles levaram uns 20 dias para fazer o primeiro interrogatório e depois eu continuei lá. Quando o comandante da Região Nordeste, que ficava em Recife, foi alertado por um militar que era também formado em direito, alertando que não era possível ficar preso mais de 50 dias; que tinha que ser solto porque não havia julgamento. Para respeitar a lei: não havendo julgamento, eles tinham que ser soltos, podia continuar os inquéritos, e se condenados voltariam. A não ser aqueles casos mais graves, muitos ficaram presos. Um dos caras que ficaram presos eu conheci, foi meu colega de colégio, foi o Milton Oliveira que foi até presidente da UNE. Esse cara tinha muitas ligações internacionais. Tanto que, logo que ele teve a possibilidade de sair, ele foi para Paris, a mulher dele era arquiteta e ele se formou em engenharia e foi embora para Paris. Tempos depois, eu, um dia, encontro com Milton Oliveira na Praça da Piedade, defronte da

Secretaria de Polícia. “Oh, cara! Você aqui?” “Por que? Aqui defronte da Delegacia de Política é o lugar mais seguro.” “Seguro como?” “Eles nunca vão suspeitar que eu esteja aqui “ “Mas não é possível. Você estava em Paris. E se estivesse em Salvador, não ia ficar aqui” Mas ele explicou o que foi. Que o pai dele estava passando muito mal e ele, de lá, fez contato e o Exército autorizou que ele viesse ao Brasil. “A autorização é federal. Não vamos interferir na atuação da polícia estadual. Você veja como você se comporta.” Ele teve licença (**Ver nome Milton de Carvalho Reis Oliveira ??)** E no dia que eu ia ser solto, fui solto, o coronel. O primeiro que me atendeu foi o coronel Marino, mas o que ficou encarregado do inquérito foi outro: “Professor, estou aqui para dar uma informação sobre seu processo, o senhor é testemunha de como nós agimos, que nós estamos em novo regime, que a situação é diferente, o senhor estava detido (não chamava de prisão nessa hora) O senhor estava detido para prestar esclarecimentos, a maneira como nós lhe tratamos, o senhor é testemunha e pode, o senhor não iria, de jeito nenhum – nós sabemos qual é a sua tradição – dar informações que não sejam verdadeiras etc. ba, ba, ba,” Aquela história para eu dizer que eu fui bem tratado. Aí, quando ele terminou de falar, eu disse “Agora, coronel, o senhor me daria também uns três minutos para eu dizer alguma coisa? O que eu acho, senhor coronel, é que eu fui preso no dia 07 de abril, levei 20 dias para o primeiro interrogatório. Estou com seis filhos. Minha mulher dependente de mim porque ela não trabalha, mas ela tem que cuidar dos seis filhos e ela estava com problema de saúde. Acho que o senhor sabe disso” Realmente ela ia fazer uma cirurgia e eu aconselhei que não fizesse. Depois o médico ouviu, conversou, e ela, “Olha vamos conversar aqui com o comandante”, veio aqui “O que está previsto para meu marido, eu preciso fazer uma cirurgia e queria saber se existe alguma coisa que possa ocorrer contra ele.” E ele “Não. Ele é comedido, se ele fizesse, mas na nossa previsão nada vai ocorrer.” Ficava aquela história. Vai para Fernando de Noronha, vai para não sei o que. Aí perguntaram, coincidentemente, o subcomandante do quartel do 19BC também era crente e ele recebeu a gente. Mas ela teve tanto distúrbio psicológico, em consequência, que quase que ela morre. Ela até hoje tem um problema de consequência que, uma infecção muito grande, e ficou à beira da morte. Mas eu voltei e disse a ele: “Aconteceu isso. O senhor sabe que minha última filha nasceu no dia 04 de março. Não tinha ainda 30 dias de nascida quando foi tomado o poder. Com o novo regime, muitas leis foram alteradas. Muitos direitos foram alterados. Toda a minha atividade sindical estava dentro da lei. Nunca pratiquei um ato contrário à lei. No entanto, fui detido e preso, com seis filhos, estou já 56 dias para ser interrogado uma vez só. A falta que deve estar minha família sentindo, o filho mais velho com 10 anos, e seis outros, minha mulher sozinha cuidando deles, o meu salário foi diminuído etc. E aí é que eu pergunto, coronel, por que dizem que essa ‘revolução’ foi feita em defesa da liberdade da família?” Ele parou assim, uma pergunta dessas, ele “Bom. São coisas que acontecem, não sei o que” Não deu a resposta. Passei na cara deles. Eu fui solto, no dia 03 de junho fui solto, com a recomendação que eu voltasse duas vezes por semana, passasse no Quartel General. Para não fugir da cidade. Depois de algum tempo, eu chegava lá e o sargento mesmo “Tá, bem, tá bem. Já vi o senhor!” E anotava que eu fui lá. Só ia me apresentar. “Tá bom, está anotado aqui.” Aí, um dia me chamaram e disseram assim: “Professor, queria falar com o senhor porque o senhor pode ter problema, a família se preocupar, então, na próxima 4ª feira, nós vamos ter um novo depoimento com o senhor e sabe que isso não tem previsão de horário. Gostaria que o senhor comunicasse a sua família mas fique tranquilo porque é simplesmente o complemento, o segundo depoimento para esclarecer muitas outras coisas etc., e tal.” Nesse segundo depoimento, eu repeti aquela mesma história e eu fiquei 10 horas de informação. E aí, alguns militares, um deles era amigo pessoal de Maria Augusta Rosa Rocha. De vez em quando dava notícias. Eu tinha algumas notícias de várias

fontes, assim, de amizades que eu tinha. Um deles era ligado até à auditoria militar. Me disse: “Você tem amizade com fulana de tal, previna que, se ela quiser evitar, não tenho certeza mas o nome dela está sendo muito observado, se ela tiver possibilidade de sair do país, ela leva vantagem. Mas se ela ficar pode correr risco. E eu mandei recado para essa moça.” Gente da auditoria militar que me disse. Nessa circunstância, se chega o recado sem dizer a fonte. Aí a minha mulher disse: “Como é que eu vou dizer?” “Você vai lá e diz. Eu, você vai lá e diz, é uma das diretoras, você conhece de nome, Amabília, “ “Mas porque eu vou falar? Não vão desconfiar?” “Você lembra que nós temos os filhos no colégio dela? Você vai procurar Amabília. Vai no colégio, os filhos estão lá. Conhece o colégio, diz que é particular, diz para ela” Concordou. Isso no dia de visita, falei com ela para informar. Amabília ficou na alça de mira. Agora, depois, o marido dela sofreu tortura e tudo. Ela não chegou a sofrer, para ela, do ponto de vista econômico foi a salvação porque foi demitida do estado,conseguiu se salvar, fundou aquele colégio e hoje é um modelo de colégio, bem cotado, bem prestigiado e, do ponto de vista econômico, a salvação dela foi ele. Isso foi um agente. Agora, o militar comentou com Maria Augusta – ela me contou depois – disse: “Professora Maria Augusta, que cara inteligente aquele seu colega!” “Qual?” “O diretor do sindicato.” “O diretor do sindicato? Ah, o presidente.” “Sim, sim.” “Ah, ele é” “Olha, professora. Acredite. Prestou um depoimento de 10 horas seguidas, com interrupção só para o almoço, com pressão até de militares, teve uma hora até que os militares – fazem isso de vez em quando, articulam – um faz uma pergunta, outro faz outra pergunta para confundir etc. – ele não caiu em contradição nenhuma vez” Não cair em contradição é super-inteligente! É o conceito deles. O cara é sempre devedor, é sempre culpado. Não caiu em contradição porque é super-inteligente mas quem quiser pegar ele consegue. Aí eu respondi os IPMs em liberdade, mas aí eles reduziram de duas vezes, eu passei a só uma vez por semana e depois ficaram que era pontual, no dia marcado estava lá e acompanhava a situação de família, retornei ao banco, pagaram os salários que tinham retido, que foi determinado, onde eles conseguiram esse dinheiro? Foi o Tesouro Nacional que supriu o Banco do Brasil e o pessoal tirou do Tesouro Nacional para isso. E aí, ocorreram outros fatos. O Chefe da Casa Civil de Castelo Branco era Luiz Viana Filho. E tinha como segunda pessoa da confiança dele, de sobrenome Navarro de Brito. Luiz Viana cotado, foi escolhido pelo presidente da república e depois homologado aqui governador da Bahia. Enquanto ele estava nessa fase, ele se desligou da Casa Civil e ele subiu e Navarro de Brito ficou respondendo pelo comando, Ministro da Casa Civil. Não houve a substituição formal, mas ele respondia por todo o expediente, despachava direto com Castelo Branco. Nesse ínterim, ele veio a Salvador e ele tinha sido meu contemporâneo em colégio e eu tinha feito uns contatos indiretos com ele, eu já estava solto, conversei com ele, dizendo que eu queria saber e tal. “A gente não tem possibilidade não, Hélio. Eles são fechados mesmo. A gente é considerado, eles nos atendem, respeitam o nosso cargo, mas eles não abrem nada” Eu disse: “Olhe, eu não quero pedir nada para eles. Eu só gostaria, se você pudesse, alertar uma coisa por uma questão de família. Se eu não for demitido, que eu não fosse transferido porque os filhos estão radicados aqui, colégio diferente. No interior mudaria tudo, alguns já chegando à fase de faculdade etc., o que puder fazer por isso aí. Eu lhe agradeço muito. Mas nem mesmo lhe peço para evitar minha demissão. Se tiver de ser demitido. Agora, sair de Salvador é pior.” Eu acho que ele conseguiu. Navarro, pouco tempo depois, quis ser secretário, chamou muita gente que não era da simpatia dos militares, Antonio Mateus do Amaral Leal, e mais outros. Então eles queriam “Mas você chamou!” Ele disse assim: “Eu chamo pessoas competentes.” “Ah, mas esses não são simpáticos, e têm tais e tais posições.” Ele disse assim: “Tenha paciência.” Aí ele insistiu com Luiz Viana, Luiz Viana falou com ele, e ele “Não, governador, tenho que fazer meu

trabalho, e eu preciso de gente, e gente qualificada são esses. Os outros são gente que está querendo emprego." Nunca houve exceção. Terminaram pedindo a cabeça de Navarro. Aí ele voltou para a UNESCO e uma vez eu, conversando com Jorge Hage – trabalhei com Jorge Hage na Reitoria – e lá havia a possibilidade no grupo da assessoria, você mudar de área. Eu era da assessoria econômica da Reitoria da Universidade Federal. E eu disse a Jorge que eu tinha formação na área de pedagogia. "Ah é? Puxa, não sabia disso não." "Pois é. E com formação na área de pedagogia, eu acredito que eu possa dar uma contribuição na área acadêmica." E ele precisava de gente. Com maior valorização. Aí eu perguntei para ele, ele disse "Olha. A escolha é sua. Se você quiser, vai para a área acadêmica. Ou fica onde está." Eu disse "Mas, me dê uma opinião sua." "Não. A escolha é sua" "Mas me diga uma coisa: você preferiria que eu ficasse em qual? Só diga a sua preferência. Não é uma escolha." Ele disse "Não. Eu só lhe digo uma coisa. É mais fácil de eu arranjar gente para a área financeira do que para a área acadêmica." Tinha maior necessidade na área acadêmica. Eu disse: "Eu dou resposta amanhã." Dia seguinte, eu voltei a Jorge Hage, disse "Jorge, eu tenho que pensar em outras coisas. Na área financeira, na área do que eu faço, não tem coloração política. Quando é vermelho, é saldo negativo. Não é comunismo. E hoje já não se usa mais vermelho, se usa botar entre parêntesis. E tem isso e aquilo. Então, a minha posição continuaria a mesma do ponto de vista político. Eu quero evitar, porque não quero perseguição mais, mais do que já me aconteceu, eu não quero. E na área acadêmica, é inevitável você ter posições que podem ser identificadas como ideológicas. Eu não tenho a cobertura política do Navarro. Foi embora, está lá na UNESCO. (Ele ainda não tinha morrido) Está lá na UNESCO. Então, para eu atuar na área acadêmica e só me perseguirem, eu prefiro continuar na área financeira." Aí, depois, Jorge Hage foi também convidado por Roberto Santos para ser prefeito, e eu não soube dessa história mais não. Havia na Reitoria um cara que foi indicado por Brasília, e esse trabalhava para o SNI. A linha do SNI era condução de investigação, tinha duas funções de investigação. Esse cara ficou aí observando todo mundo. E Jorge Hage, um dia, conversou comigo. "Me diz uma coisa" eu perguntei para ele "Jorge, eu queria saber de alguma coisa, porque se houver qualquer coisa que possa me acontecer aqui, eu não quero criar problema para você nem para mim. Mas eu estou sentindo que está faltando areia no meu chão. O que é que tem?" "Me diga uma coisa: você tem tido atuação política fora daqui?" Digo "Não. Nenhuma, nenhuma". "Então, fique tranquilo." Mas que o cara realmente queria, estava quase pedindo a minha cabeça. Jorge foi quem disse "fique tranquilo", "Eu não tenho tido atuação política" Era Rui, esqueci o sobrenome do cara. Como também estive em Brasília. Na Reitoria, teve um cara que era militar, reformado, foi indicado para ser Superintendente da Área Administrativa, a visão política dele era zero, e, um dia, eu parei na sala dele, disse "Olha, eu queria conversar alguns minutos." Poucos dias depois que ele assumiu. Aí contei a minha história. Disse "Eu não pratiquei nenhum ato, mas estou respondendo, estou com processo na Auditoria Militar, que nenhum deles me dá receio, mas eu estou comunicando antes que o senhor receba isso de outra fonte." "Ah, gostei muito que me informasse. Agora, você querendo, eu posso limpar sua ficha." "Como?" "Ah, eu tenho meios. Se você quiser." "Eu já imagino. Tenho que fazer uma declaração pública, dizer que me arrependi etc., etc." "Ah, isso tem." Eu disse "Olha. Eu sinto muito. Se ele não quiser mais que eu fique eu não fico. Mas eu não me arrependo de nada do que fiz, se eu estou sendo olhado por esse caminho, porque eu não fiz nada contra a lei." Disse para ele. Disse "está certo". Eu continuei. Depois eu disse assim "Olha, 13 anos sem ter promoção no banco, para minha aposentadoria falta só cinco" Eu já tinha 12 no banco, com 13, 25, faltava cinco anos para eu me aposentar. "Se eu me aposentar com esse salário daqui não vai dar para sustentar sete filhos. Já tinha sete. A sexta nasceu

naquele ano, três anos depois nasceu mais um. Aí, eu arranjei um meio de ir para Brasília. Em Brasília, também tive sorte, que um cara que trabalhava no meu grupo na área de treinamento, ele era formado em direito ou estava terminando o curso de direito, ele tinha vindo de uma área do que veio a ser depois o SNI, ele me disse assim: “Hélio, queria lhe conversar há algum tempo.” Aí, foi, conversei com ele na sala dele. “Estive observando aqui que você tem experiência, sabendo contabilidade, você trabalhava nisso na Universidade Federal e eu vi aqui sua ficha, experiência também de banco, sua formação em economia, teve também curso de contabilidade 2º grau, fez também a área pedagógica etc., e a gente está precisando de uma pessoa com seu perfil, em um órgão da presidência da república. E eu posso lhe acrescentar o seguinte: você não perde nada do banco. Suas promoções serão asseguradas, tudo do banco será assegurado. Você ainda vai receber mais um adicional, que não é lá grande coisa, mas é mais alguma coisa que você vai ganhar. E uma carteira que lhe dá livre trânsito.” Aí, eu disse a ele: “Olhe, tem mais uma informação que eu não sei se você sabe. Que na minha ficha funcional não consta. Mas eu fui perseguido político, assim, assado, preso político, respondi, fui julgado, respondi quatro IPMs, cada um foi julgado de sua vez, outro foi o próprio promotor que me absolveu, que não havia comprovação nenhuma, comprovação substantiva ou substancial, e que ele propunha a minha absolvição liminarmente, e outro deixaram caducar.” Fui julgado em dois, absolvido em outro, o próprio promotor já propôs a minha absolvição, e o outro deixaram caducar. O menos importante deixaram caducar. Mas estava em andamento e eu disse para ele: “Você me disse isso e isso, e você falou na presidência da república”. Aí, ele disse assim: “Olha, e se a gente apagar tudo isso?” Ótimo. Quando eles querem, eles apagam. Quando não querem, apagam a pessoa, não é? Aí eu disse a ele: “Mesmo assim, fulano – esqueci o nome dele – aí depois se tornou juiz lá em Brasília, Jorge Hage foi para Brasília, ficou sendo juiz também, ele disse a Jorge que a gente tinha ligação e esse rapaz, eu disse p ele: “Eu lhe digo com toda a honestidade. Eu gosto de trabalhar em um ambiente agradável.” Disse: “Não. O ambiente não será desagradável, não.” “Pode não ser. Mas eu não sou muito afeito a esse tipo de trabalho. Eu não aderi, não me declaro adversário do regime porque não cai bem, mas eu não concordo com ele. Prefiro ficar ausente, sem dar apoio, sem condenar. Aguardar as coisas. Você vai me desculpar. Eu não gostaria de colaborar com nada desse governo.” Ele ia querer que eu ficasse cuidando do planejamento orçamentário e acompanhamento orçamentário do que veio a ser o SNI. Eu me lembro que uma vez eu fiz um passeio ali perto de Brasília, fui a cidades de Minas etc., e, na volta, eu fiz uma ultrapassagem, a Polícia Federal me parou. Eu já viajava. Aí, quando eu fui ver meus documentos, deixa eu ver onde é que está, eu deixava a minha carteira de identidade junto da minha carteira de assistido do Hospital das Forças Armadas. Eu tinha convênio, mas não era nada político, o Banco do Brasil tinha convênio lá, o hospital bom, atendia bem, tirei minha carteira e botei lá. O cara pegou assim, olhou, aí disse assim: “Olha, o senhor ultrapassou. O senhor sabe.” Eu disse: “Foi. É que eu estava com pressa de chegar, por isso, isso e isso.” “Vou recomendar para o senhor ter mais cuidado, mas dessa vez o senhor pode ir.” Só a carteira do hospital das forças armadas. Ele deve ter pensado: esse cara pode ter muita força...

Isadora – Agora eu queria lhe perguntar uma outra coisa ainda. Com relação ao próprio sindicato em 64. O sindicato funcionava onde?

Hélio Carneiro – Olha, nós não tínhamos ainda dinheiro para sede. Eu tomei emprestado uma sala que era do sindicato dos bancários. Nesse mesmo período, o sindicato dos bancários adquiriu a sede que tem até hoje ali nas Mercês. E eu conversei, porque houve

uma certa fase que eu tinha muita ligação com o filho do dono do andar. Era uma sala na Ladeira de São Bento, era nº 16, hoje não sei que número tem. E eu fui a ele pedir para a gente continuar. Então, resolveu passar o contrato para nós. Não que a gente ocupasse o espaço todo, mas o preço era de conveniência, onde tinha sido o sindicato dos bancários. E foi invadido, quebraram a chave, e fizeram lá um bocado de coisa. Eu soube que foi a polícia militar. Uma coisa gozada: havia lá um pote grande de cerâmica popular, não sei para que aquilo ali porque não tinha água. E se jogava ali um bocado de papel. Era uma espécie de lixo provisório. Tanto que alguns faziam de brincadeira: "Olha, é uma pasta. Se a gente vai botar nessa pasta aqui, e tem uma pasta aqui escrito 'a caminho do lixo'". Pois eles entraram lá e, com a baioneta, furaram esse pote. Vai ver que nem tinha mais papel, não tinha nada escondido. Se eles imaginaram que tinha gente lá dentro. Invadiram, levaram tudo que foi documento. Só os documentos da contabilidade que eles passaram para o Ministério do Trabalho para verificar as contas, e daí eles contestarem e prestar contas e tal. Mas, em um dos artigos que eu fiz, sobre os quais lhe falei, eu defendo Jair Brito. Jair Brito era um direitista, era um engolidor de hóstia, parece que casou duas vezes, ficou viúvo na segunda vez, teve filho que só ele, uns 13, morava, morada muito pobre, ali quem desce do Engenho Velho e sobe, antes do Colégio Nossa Senhora da Conceição, uma casinha pequena ali, morava ali, nunca teve carro, ia de ônibus de um colégio para outro, era um professor, do ponto de vista pedagógico eu não comento que não conheço, mas era cumpridor de horário, tudo isso. E ele era também fiel aos amigos, independente da posição política. Ele, um dia, foi lá em casa, tinha voltado para o banco mas estava ainda com aquela marcação. Me procurou. Disse "Hélio, você podia vir cá embaixo?" Era 4º andar que eu morava, fui lá embaixo. Disse: "É o seguinte: eu recebi aqui esse relatório da Delegacia do Trabalho, e eles, não sei baseado em que, fizeram uma condenação aí a você na prestação de conta, isso e aquilo, então eu trouxe aqui para você examinar, fazer a sua defesa, se for o caso, comprovação se tiver, me entregue que eu encaminho. O que você fizer eu encaminho." E assim fez. Eu fiz, em uma semana entreguei para ele, juntei os comprovantes que eu tinha, que eu não guardava no sindicato, fui prudente nesse ponto. Comprovei que a gente tinha recebido dinheiro, do Ministério, da Presidência da República, que era João Goulart, para participar do Encontro Sul Americano de Professores. Veio representante de tudo que era país, até da China veio. Foi no Rio e nós levamos três pessoas. Eu, Antonio de Araujo Pinho e Carmem Galvão. Ela era tesoureira do nosso sindicato, professora também, corajosa, já é morta. Fomos os três. Uma certa vez, no Rio, ocorreu uma também, antes de deflagrar o movimento, o presidente de nossa Federação que foi o coordenador desse encontro no Rio, quando se dava da Confederação dos Professores Latino-americanos. E ele coordenou, lá de São Paulo, ele. Ora, se a coordenação estava com ele, por que São Paulo? De São Paulo era um cara que depois se mostrou que era sempre aliado do poder, um direitista. Que depois ele se candidatou, foi deputado, até a pouco tempo antes de ele morrer. Mas o Almeida chamou e fez: "Hélio, você fala espanhol?" Eu disse assim: "O macarrônico." "Serve, serve. Mas você entende?" "Entendo mais ou menos. Conversando, dá para entender. Mas meu espanhol é macarrônico" "Olha, precisamos de uma pessoa porque nós estamos envolvidos com isso, porque São Paulo veio para o Rio para o encontro e ainda querendo a presidência do Congresso." E ele estava nesse questionamento. "Queria que você desse atenção, porque nós estamos aqui com dois professores chineses. Um deles fala espanhol, e o outro não." Na China, eles faziam isso. Cada um tinha que saber uma língua estrangeira. Para poder ajudar para fazer contato com o mundo. Até hoje, para se apresentar para o mundo e ganhar a simpatia. A China cresceu graças inclusive a isso, que eles fizeram desde o começo. Aí, se eu podia conversar com eles, dar informações sobre o Brasil etc., etc., e aí

realmente eles ficaram encostados comigo pediram o endereço de nosso sindicato e aí passei bastante tempo conversando com eles porque Pimenta não ficou muito do nosso lado, que Pimenta era aquele cara que era um diplomata, fazia de conta etc., na hora não era contra nem a favor, e eu devolvi a atenção para eles. Uma semana depois, eu estava no sindicato, quando menos espero, olha os dois chineses na porta do sindicato! Eles tinham vindo para um encontro dos estudantes do mundo sub-desenvolvido, que fora organizado por Sérgio Gaudenzi. Sérgio Gaudenzi era primo do Paulo Gaudenzi. Ele era filho daquele professor de medicina, professor Gaudenzi, e era sobrinho de Ítalo Gaudenzi, diretor do Ginásio Brasil, que era ali onde é o Bradesco. E aí a gente conversou um bocado, mas nesse dia era aniversário do meu filho, nós fomos até nossa casa, era dia 08 de julho, anterior ao golpe de 64. Antes de tomar posse no sindicato. Estava lá, na fase de organização, uma presença circunstancial, mas era mais de estudante, e os chineses faziam pós-graduação. Então, eles eram estudantes também. Eles vieram para o evento dos professores, porque eram professores e para o evento dos estudantes porque também eram estudantes. Mas aí, mais uma coisa, eles tomaram meu endereço e ficaram de me mandar uns jornais.

Isadora – Eu tenho uma pergunta para lhe fazer sobre esse Conselho. Você falou de um Conselho Civil

Hélio Carneiro – Eu não sei. Era Conselho Civil, ou era Comando Civil. Era um programa que eles faziam para dizer que a sociedade estava apoiando.

Isadora – Eles compuseram o conselho?

Hélio Carneiro – Ah, eles se reuniam. Eu não sei se eles formalmente tinham, mas a imprensa dava notícia que tinha esse Conselho, Comissão Civil, não sei como eles chamavam na época. Não sei dizer o nome mesmo não.

Isadora – Isso é uma coisa nacional, ou era local?

Helio Carneiro – Olha, do local eu sabia. Eu acredito que eles tinham nacional. E contavam com aqueles governadores mais, e aqueles nomes mais expressivos que enriqueceriam, valorizariam o golpe, a ocupação militar, sabendo que pessoas com aquele porte estavam apoiando. Aqui, eles tinham várias pessoas e eu me lembro principalmente de pessoas ligadas a religiões. Nomes, por exemplo, vou citar um que hoje ele apóia a direita embora não se diz direitista. Mas é. Aquele advogado Ives Granda. Os militares reuniam periodicamente com eles para dar informações, trocar informações, para dizer que tinha um comando civil apoiando. Mas como era o nome eu não sei. Mas eu sei que aquele pastor Valdívio Coelho participava.

Isadora – O sindicato, com essa invasão e com a sua prisão, ficou desativado?

Helio Carneiro – Não. Eles designaram uma diretoria interventora, que foi Jair Brito, mas eles aproveitaram alguns nomes que eram da minha diretoria mas que não tomavam posições. Um que estava, eu me lembro bem, João Leite. Mas ele estava no Conselho Fiscal. Não sei por quanto tempo se manteve a intervenção.

(foi em fevereiro de 64 que foi instituída. Agora, houve uma reunião em março. Essa reunião foi na Delegacia. Os colégios todo ano faziam aumento e o aumento era liberado. Mas o João Goulart, querendo mostrar que ele estava preocupado com esta exploração demasiada, recomendou ao Ministério da Educação e este baixou uma portaria que todos

os estados fizessem representação: sindicato patronal onde houvesse, sindicato dos professores onde houvesse, mais representantes dos pais, representantes dos alunos que eram as associações de estudantes. Aqui, não havia ainda a faculdade pública estadual. E a Federal não tinha que controlar anuidade. Aliás, a escola pública não tinha que controlar a anuidade. Mas a escola particular, eles convocaram reunião e havia representação, não só representação oficial, mas como um contingente de batinas – padres e freiras – parecia uma reunião religiosa. Para defender os interesses religiosos. E eu, o entrevero foi comigo. Nesse ano, havia uma eleição para a associação dos estudantes secundaristas da Bahia, AESB. Aí, concorreram dois. Um, radicalmente de direita, outro declarado de esquerda. E de esquerda já vinha logo com o carimbo comunista. Salvo engano, era Wilson Lins ou Aloísio Short o Secretário de Educação. Aí eles resolveram a eleição por um ato sumário. Intervenção na associação e deu posse ao estudante que era o candidato da direita. E esse estudante, ele foi representando os estudantes nessa associação. Aí, quando o Delegado procurou ver as representações, eu disse: “Eu gostaria de levantar uma questão preliminar – não sei se chamei questão de ordem. Não há dúvida sobre a representação dos colégios; a nossa, o Delegado acabou de apresentar, ele me perguntou; a dos estudantes eu questionaria. Gostaria de saber, porque a associação estava em fase eleitoral e eu não tenho acompanhado. Se já houve a eleição ou como é que é.” Aí, o cara pediu um aparte. “Não. Eu estou aqui representando os estudantes, mas é representação de fato, porque os comunistas quiseram tomar e eu, como amigo do professor Angelo” que era o presidente do Patronal. Aí, já sabe. Foi escolhido pelo Delegado. Aí, eu já sabia. Eu disse assim: “Bem. Eu não convalido nem nego. Apenas quis a informação. A informação correta.” “Não, porque não podia ter eleição com comunista, isso e aquilo” Aí “E sobre os colégios – já sabia quais eram – mas eu gostaria de propor, como não existe uma associação de pais de estudantes, que nós escolhêssemos uma entidade que pudesse representar os pais. Por exemplo, o Movimento Familiar Cristão.” Esse era um movimento mais ou menos independente. Para nós, era vantagem porque não era direitista. Não era declaradamente de esquerda mas não era aquele do amem. Propus essa representação. Aí, um padre se levantou contra. Aí, o delegado pediu que colocasse em votação, que não aceitava essa entidade para representar os pais. Aí, por unanimidade, não foi aceito. Unanimidade dos caras de batina. Aí ele disse “Está vendo, professor? Desnecessário até contar porque o senhor já viu que, infelizmente, a sua proposição não foi aceita.” “Eu quero continuar agora com outra questão de ordem. Nós deveríamos estar aqui representados por esses grupos – diretores de colégios, professores, representação dos estudantes e dos pais. Dos professores e dos diretores, nenhuma dúvida. Quanto aos estudantes, aceitável, não tenho essa informação, mas pelo menos está aqui um estudante representando. Agora, os pais, não tem nenhum representante.” “Sim. Mas o senhor viu. O senhor fez uma proposta e não foi aceita.” “Não. Não foi aceita pelos diretores. Então, um voto só. Eu gostaria de ouvir o pronunciamento dos estudantes.” Claro, votou para quem? Mas os diretores ficaram ‘por aqui’ com esse meu considerando os 20 ou 30 que estavam presentes como um só. E o Delegado disse “O senhor já viu. Foi quase unanimidade.” Eu disse: “Não. Foi só um voto. Que empata com meu voto. Eu gostaria de ouvir os estudantes.”

Isadora – Mais alguma questão que você queira colocar para a Comissão?

Anexo 10 - Denúncia do Ministério Público sobre Tortura na Cadeia Pública de Salvador

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CRIME DA COMARCA DE SALVADOR-BA:

O Ministério Público, através da Promotora de Justiça infra firmada, no uso de uma de suas atribuições legais, com base no Inquérito Policial anexo, vem perante V. Exa., oferecer **DENÚNCIA** contra

1. **ALEXANDRE MENEZES DA SILVA,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 26/04/1974, filho de Ariosvaldo Gomes da Silva e Maria Célia Manezes França, RG 04098583-07, residente e domiciliado na Rua B, Quadra B, Setor I, casa 16, Cajazeira X, Salvador-BA;
2. **ALEXSSANDRO ANDRADE MAINART,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Feira de Santana/BA, nascido em 10/01/1971, filho de Aurelino Monteiro Mainart e Solange de Andrade Mainart, RG 5801352-09, residente e domiciliado na Alameda Carrara, nº. 409, Pituba, nesta capital;
3. **CÂNDIDO ROSA NETO,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 29/06/1961, filho de Jaime Soares Rosa e Iolanda Silva Rosa, RG 01421668-04, residente e domiciliado na Rua Manoel Almeida Pacheco, nº. 18, Boca do Rio, nesta cidade;
4. **CLÁUDIO JOSÉ SILVA CAVALCANTI,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Vitória da Conquista/BA, nascido em 13/09/1963, filho de Augusto Ferreira Cavalcante e Maria da Luz Silva Cavalcante, RG 02509037-25, residente e

domiciliado na Rua Maria Alzira, nº. 30, Lapinha, Salvador-BA;

5. **DENILSON JESUS DE MEDEIROS,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 30/07/1973, filho de Daniel Marques de Medeiros e Maria Gomes de Jesus, RG 04822631-99, residente e domiciliado na Av. Gal Costa, Rua Santíssima Trindade, Conj. Sussuarana Velha, BL. 01, AP 102, nesta capital;
6. **EDMUNDO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de São Francisco do Conde/BA, nascido em 03/09/1969, filho de Francisco Jinio dos Santos e Maria de Lourdes Lima, RG 03823627/30, residente e domiciliado na Rua da União, nº. 146-F, Mata Escura, nesta cidade;
7. **EDNA DE AQUINO BRITO,** brasileira, casada, Agente Penitenciária, natural de Salvador/BA, nascida em 02/10/1959, filha de Wilson Thomaz de Aquino e Julieta Pereira de Santana, RG 01100086-42, residente e domiciliada no Conjunto Penitenciário da Mata Escura, Salvador-BA;
8. **ELIAS FERNANDES DE JESUS,** brasileiro, divorciado, Agente Penitenciário, natural de São Paulo/SP, nascido em 20/11/1958, filho de Josias Valeriano de Jesus e Firmina Fernandes de Jesus, RG 00943267-11, residente e domiciliado na Rua Araguaia, nº 56, Jardim Atalaia, Stiep, nesta capital;
9. **CARLOS ANDRÉ DE JESUS PEREIRA,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Camamu/BA, nascido em 22/12/1980, filho de Andrelina de Jesus Pereira, RG 09122076-98, residente e domiciliado na 3ª Ladeira Santa Rita, nº. 77, Matatu de Brotas, nesta cidade;
10. **FÁBIO DA SILVA DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Taperoá/BA, nascido em 14/08/1984, filho de Daniel Praxedes dos Santos e Margarida do Nascimento da Silva, RG 9273625-46, residente e domiciliado na Rua da Legalidade, nº. 207-E, Pernambués, Salvador-BA;
11. **GESSIO GONÇALVES ALVES COSTA,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Feira de Santana/BA, nascido em 19/12/1980, filho de Gessio Sant'anna Costa e Ismália Gonçalves Alves Costa, RG 07983926-65, residente e domiciliado na Rua do Salvador, nº. 177, Bairro Tomba, Feira de Santana-BA;
12. **GILDÁSIO MOURA PEREIRA,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 03/04/1972, filho de Gabino França Pereira e Maria Moura Pereira, RG 03759740-08, residente e domiciliado na Av. Afrânio Peixoto nº. 1766, casa 48, Lobato, nesta capital;
13. **GILBERTO JOSÉ SANTOS,** brasileiro, divorciado, Agente Penitenciário, natural de

Itapetinga/BA, nascido em 28/05/1951, filho de Lindinalva Pereira Santana, RG 00968302-04, residente e domiciliado na Rua Cosme de Farias, nº. 01, Casa 02, Periperi, nesta cidade;

14. **HUMBERTO ROSA MOREIRA,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 27/01/1972, filho de Pedro Francisco Moreira e Joana Rosa, RG 03771050-82, residente e domiciliado na Rua Santa Luzia, nº. 30, Catu-BA;
15. **ITAEL ALVES SANTOS,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Taperoá/BA, nascido em 15/12/1980, filho de Hortêncio Alves Amorim e Marinalva de Jesus dos Santos, RG 09675762-02, residente e domiciliado na Ladeira Santa Rita, 3-A, nº. 77, 2º andar, Matatu de Brotas, Salvador-BA;
16. **IVONILDO DA SILVA OLIVEIRA,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Maragogipe/BA, nascido em 20/07/1972, filho de Osvaldo Pereira de Oliveira e Terezinha da Silva Oliveira, RG 06607978-01, residente e domiciliado na Travessa Dinorá nº. 123, Casa 05, Engenho Velho da Federação, nesta capital;
17. **JESSÉ BATISTA DOS SANTOS,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Várzea Nova/BA, nascido em 12/09/1970, filho de Otaviano Batista dos Santos e Gertrudes Maria dos Santos, RG 04725801-24, residente e domiciliado na Rua Direta do Ipitanga, nº. 451, Vila Canária, nesta cidade;
18. **JESSÉ ALVES GOMES**, brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 31/12/1968, filho de Jesuino de Assis Gomes e Marina Alves Gomes, RG 02994674-30, residente e domiciliado na Rua A, nº. 266, 3ª etapa, Castelo Branco, Salvador-BA;
19. **JOÃO GOMES DE BRITO,** brasileiro, divorciado, Agente Penitenciário, natural de Santo Estevão/BA, nascido em 07/03/1968, filho de Antonio Alves de Brito e Cecília do Espírito Santo Gomes, RG 03914428-30, residente e domiciliado na Rua São Luiz, nº. 58, Tancredo Neves, nesta capital;
20. **JORGE JOSÉ DOS SANTOS,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 06/01/1957, filho de José Francisco dos Santos e Aurelina Pereira dos Santos, RG 00904111-70, residente e domiciliado na Travessa D. João VI, nº. 10, Mata Escura, nesta cidade;
21. **JOSÉ OLIVEIRA SOARES,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Antonio Cardoso/BA, nascido em 01/12/1968, filho de Valmir Ribeiro Soares, e Helena Barreto Oliveira, RG 04759253-27, residente e domiciliado na Rua Maria de Lourdes, nº. 34, 2º andar, Mata Escura, Salvador-BA;

22. **JOSÉ ROBERTO COSTA SANTOS,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 25/07/1962, filho de Germínio de Jesus Santos e Maria Tereza Costa, RG 04247686-07, residente e domiciliado na Rua D. Jerônimo Tomé da Silva, nº. 93, Brotas, nesta capital;
23. **JOSIMAR FRANCO BARBOSA LIMA,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Catu/BA, nascido em 13/12/1973, filho de Paulo Lima e Ana Maria Franco Barbosa Lima, RG 04984104-12, residente e domiciliado na Fazenda Grande III, Setor C, Caminho 91, Casa 07, Cajazeiras, nesta cidade;
24. **LUIZ CARLOS SOUZA SACRAMENTO,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 18/05/1960, filho de Evandro Francisco Sacramento e Maria da Conceição Souza Sacramento, RG 01431541-68, residente e domiciliado na Rua Salvador Gaspar, nº. 38, Liberdade, Salvador-BA;
25. **MARCOS GERALDO BARBOSA DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Feira de Santana/BA, nascido em 02/12/1973, filho de Manoel Pereira dos Santos e Maria Lucia Santos Barbosa, RG 05988092-95, residente e domiciliado na Rua Itambé, nº. 52-AS, Praia Grande, nesta capital;
26. **PAULO SERGIO DE SOUZA SILVA,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 02/04/1969, filho de Manuel José da Silva e Esmeraldina Rodrigues de Souza, RG 02937996-28, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Gordilho, nº. 1-A, 2º andar ou Rua Marquês de Maricá, nº. 132, Pau Miúdo, nesta cidade;
27. **PEDRO SUAREZ CALASANS,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 16/09/1955, filho de Pedro Irineu Calasans dos Santos e Elvira Suarez Calasans, RG 02598612-00, residente e domiciliado na Rua Miguel Torres, nº. 18, Macaúbas, Salvador-BA;
28. **ROBERTO LYRA MACHADO,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 26/10/1968, filho de Fernando Teixeira Machado e Hayse Lyra Machado, RG 03736486-34, residente e domiciliado na Rua Frederico Schimit, nº. 156, AP 401, Barra, nesta capital;
29. **VALDELIO NASCIMENTO FRANÇA,** brasileiro, solteiro, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 02/09/1968, filho de Waldomiro Miguel França e Heloísa Madalena Nascimento França, RG 03354387-92, residente e domiciliado no KM 09, Loteamento Curva do Rio, cond. Vila Romântica, casa 03, Catu de Abrantes, Camaçari-BA;

30. **WELLINGTON SENTO SÉ IMPROTA,** brasileiro, divorciado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 05/06/1953, filho de Gaspar Improta e Porcina Sento Sé Improta, RG 01325912-19, residente e domiciliado na Rua Carijós, nº. 43, AP 302, Rio Vermelho, nesta cidade;
31. **PAULO CESAR GALDERISI SANTANA,** brasileiro, separado judicialmente, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 17/06/1961, filho de Almir Veiga Santana e Maria da Conceição Galderisi Santana, RG 01452637-97, residente e domiciliado na Rua Luis Anselmo, nº. 145, casa, 1º andar, Matatu de Brotas, Salvador-BA;
32. **SANDOVAL BARBOSA DOS SANTOS,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Várzea Nova/BA, nascido em 30/01/1973, filho de Albino Oliveira dos Santos e Maria Eliete Lopes Barbosa, RG 05737714-64, residente e domiciliado no Condomínio Vivendas do Iguatemi, EDF. Leo, AP 304, Iguatemi, nesta capital;
33. **CLÉSIO RÔMULO ATANÁSIO SOBRINHO,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 29/06/1967, filho de Cleuber Del Benedicto Atanásio e Maria da Glória Oliveira, RG 3715793-09, residente e domiciliado na Rua Almirante Barroso, nº. 248, Cond. Bahia Bela, AP 107, Rio Vermelho, nesta cidade;
34. **EVERALDO JESUS DE CARVALHO,** brasileiro, divorciado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 23/02/1968, filho de Divaldo Jorge de Carvalho e Benildes de Jesus, RG 2469311-16, residente e domiciliado no Loteamento Jardim Ipanema, Quadra 01, Lote 19, Lauro de Freitas-BA;
35. **CRISPIM BORGES,** brasileiro, casado, Agente Penitenciário, natural de Salvador/BA, nascido em 27/07/1955, filho de Virgilina Avelos Botas, RG 01632443-91, residente e domiciliado no Cond. Moradas do Sol, Bloco 11, nº. 159-B, AP 202, Estrada das Barreiras, Cabula, Salvador-BA, pelos fatos a seguir expostos:

No dia 23 de junho de 2010, os 32 (trinta e dois) primeiros denunciados submeteram, com o emprego de violência, 260 (duzentos e sessenta) internos da Cadeia Pública de Salvador, localizada no bairro de Mata Escura, nesta cidade, a intenso sofrimento físico e mental.

Os três últimos denunciados, Clésio Rômulo Atanásio Sobrinho –

Diretor Adjunto da Cadeia Pública, Everaldo Jesus de Carvalho – Diretor Geral da Cadeia Pública e Crispim Borges – Diretor Adjunto da Cadeia Pública, embora não tenham participado diretamente das agressões, incidem no mesmo delito, em sua modalidade omissiva, posto que na posição de garantidores, presenciaram o fato e se abstiveram do dever de impedir o resultado.

Compulsa-se dos autos que a direção da citada custódia, convocou o quadro de Agentes Penitenciários contratados e efetivos, além de solicitar apoio do "GEOP" para realização de uma revista de rotina nas celas do complexo prisional, visando impedir possível motim por parte dos internos.

Na manhã do dia 23 de junho de 2010, os Agentes convocados posicionaram-se para iniciar a revista programada. Em evidente posição superior, os agentes abusando do poder que detinham, submeteram 260 (duzentos e sessenta), dos 412 (quatrocentos e doze) presos, que lotavam a cadeia, a variadas agressões verbais e físicas: xingamentos, humilhações, chutes, pontapés, tapas, murros, pancadas com cassetetes, etc.

Dias após a revista, familiares dos presos ao verificarem as lesões que estes apresentavam, acionaram o Ministério Público Estadual por meio do Núcleo de Proteção dos Direitos Humanos e Articulação com os Movimentos Sociais/9ª Promotoria de Justiça da Cidadania.

Em virtude disso, foi realizada vistoria nas dependências da Cadeia Pública de Salvador, presidida pela Exmª. Juíza Titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Salvador/BA, que desencadeou a instauração do presente inquérito policial.

As 193 (cento e noventa e três) vítimas, ouvidas durante a investigação policial, foram uníssonas ao descreverem a violência física e mental que sofreram, inclusive identificando os agressores através de fotos.

Resta evidenciada a prática do crime de tortura, cuja materialidade é constatada nos Laudos de Lesões Corporais realizados nas vítimas e colacionados ao longo dos 10 volumes que compõem esse Inquérito Policial.

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

As autoridades presentes no dia do fato, tanto as que agrediram diretamente os internos, quanto àquelas que podendo impedir, se omitiram, praticaram o crime de tortura, previsto na Lei 9.455/97.

Trata-se, pois, de crime de extrema gravidade, posto que atentatório ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, e que muitas vezes acontece às escondidas, longe dos olhos da sociedade e dos agentes fiscalizadores. Condutas como esta devem ser punidas com o rigor que a Lei específica impõe.

Em vista do exposto, encontram-se os denunciados **ALEXANDRE MENEZES DA SILVA, ALEXSSANDRO ANDRADE MAINART, CÂNDIDO ROSA NETO, CLÁUDIO JOSÉ SILVA CAVALCANTI, DENILSON JESUS DE MEDEIROS, EDMUNDO DOS SANTOS, EDNA DE AQUINO BRITO, ELIAS FERNANDES DE JESUS, CARLOS ANDRÉ DE JESUS PEREIRA, FÁBIO DA SILVA DOS SANTOS, GESSIO GONÇALVES ALVES COSTA, GILDÁSIO MOURA PEREIRA, GILBERTO JOSÉ SANTOS, HUMBERTO ROSA MOREIRA, ITAEL ALVES SANTOS, IVONILDO DA SILVA OLIVEIRA, JESSÉ BATISTA DOS SANTOS, JESSÉ ALVES GOMES, JOÃO GOMES DE BRITO, JOSÉ ROBERTO COSTA SANTOS, JOSÉ OLIVEIRA SOARES, JORGE JOSÉ DOS SANTOS, JOSIMAR FRANCO BARBOSA LIMA, LUIZ CARLOS SOUZA SACRAMENTO, MARCOS GERALDO BARBOSA DOS SANTOS, PAULO SERGIO DE SOUZA SILVA, PEDRO SUAREZ CALASANS, ROBERTO LYRA MACHADO, VALDELIO NASCIMENTO FRANÇA, WELLINGTON SENTO SÉ IMPROTA, SANDOVAL BARBOSA DOS SANTOS e PAULO CESAR GALDERISI SANTANA,** incursos nas penas do **art. 1º, §§1º e 4º da Lei 9.455/1997**, enquanto que os denunciados **CLÉSIO RÔMULO ATANÁSIO SOBRINHO, CRISPIM BORGES, EVERALDO JESUS DE CARVALHO** estão incursos nas sanções do **art. 1º, §§ 2º e 4º da Lei 9.455/1997.**

Por isso, requer o Ministério Público a instauração de processo crime e as citações dos denunciados para responderem à acusação por escrito, no prazo de dez (10) dias e, enfim, para comparecerem à audiência de instrução e julgamento em dia e hora a ser designado por V. Exa., bem como se proceda a intimação das testemunhas arroladas nas páginas seguintes para virem depor em Juízo, sob as cominações legais.

P. deferimento

Salvador, 27 de abril de 2011

Juçara Azevedo de Carvalho
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

ROL DE TESTEMUNHAS:

1. Andremara dos Santos, Juíza Titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Salvador/BA;
2. Cláudio Augusto Daltro de Freitas, Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça;
3. Valdir Leão, qualificado às fls. 179;

As vítimas abaixo elencadas, que foram submetidas a Exame de Lesões Corporais, deverão ser intimadas após fornecimento dos endereços e/ou localização, os quais deverão ser requisitados ao Atual Diretor da Cadeia Pública de Salvador:

1. Abel de Oliveira Lima;
2. Aldair José Santos de Souza;
3. Adriano Santos Paixão;
4. Alã de Jesus Cruz;
5. Alberto Souza de Oliveira;
6. Alexandro Bonfim dos Santos;
7. Anderson Luis dos Santos;
8. Antonio Honorato dos Santos Filho;
9. Antonio José Batista de Santana;
10. Antonio Santos da Conceição;
11. Caio Santos Goiabeira Pereira;
12. Carlos Alberto dos Santos Souza;
13. Carlos José da Silva Neto;
14. Claudio Souza dos Santos;
15. Claudisson Barreto Gil;
16. Daniel Conceição de Assis;
17. Danilo de Souza Santos;
18. Diego Pacheco da Silva;
19. Edilson Souza Bittencurt;
20. Ivo Conceição dos Santos;
21. Jardeson Menezes;
22. João Paulo Santana da Cruz;
23. Jocevaldo de Jesus Miranda;
24. José Evandro de Oliveira Santos;
25. Josué de Jesus Silva;
26. Julio Aragão Conceição;
27. Leandro Magno Almeida dos Santos;
28. Leandro Santana;
29. Leandro Santos de Paulo;
30. Lenildo Silva Santos;
31. Leonardo Andrade Vieira;
32. Luis Alberto Vieira Araújo;
33. Marcos Davi Araújo;
34. Marcos Souza Santos;
35. Nilton da Conceição Caetano;
36. Nivaldo Andrade de Farias;

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

37. Paulo Henrique Ribeiro da Silva;
38. Paulo Nery dos Santos Filho;
39. Rafael Vieira Santos Leal;
40. Robson Santos da Fonseca;
41. Samuel Reis Barbosa;
42. Silvio Oliveira Barcelos;
43. Tiago Santos da Silva;
44. Wellington dos Santos Silva;
45. Dernival de Jesus Sampaio;
46. Gilmar da Silva Brandão;
47. Jarli Rodrigues;
48. Lindinaldo Camara Bispo;
49. Raimundo Lazaro Galdino Filho;
50. Ricardo Chaves dos Santos;
51. Roque Henrique de Camargo;
52. Jackson Pereira dos Antos;
53. José Carlos dos Santos Silva;
54. Josemi Soares Santos Junior;
55. Adalberto Rocha dos Santos;
56. Hamilton Batista Lopes;
57. Jocimar Dantas Fernandes;
58. Jose Carlos Costa de Sena;
59. Nilton Nascimento Silva;
60. Reinaldo Jesus de Moraes;
61. Adalberto Santos Silva;
62. Alexandre Santos Nascimento;
63. Alexsandro Conceição de Moura;
64. Carlos Aleluia Assis;
65. Derivaldo Sacramento de Souza;
66. Edson Conceição Lopes;
67. Gabriel Paulo Pereira;
68. Jackson de Sales Santos;
69. Joilson Santos Ferreira;
70. Marcos dos Santos Pereira;
71. Ricardo Henrique de Jesus Santos;
72. Samuel dos Santos;
73. Adauto Rogério Dantas;
74. Alielson Duarte da Silva;
75. Carlos Vasconcelos de Oliveira Avelar;
76. Danilo dos Santos Menezes;
77. Eduardo Silva Santos;
78. Fabio Matos de Souza;
79. Marcos Pereira de Jesus;
80. Robson Santana de Almeida;
81. Fabio Magno Cintra da Silva;
82. Josenilson Guimarães Peixoto;
83. Leonardo Santana Araújo;
84. Marcelo Cruz Santana Silva;
85. Moises Mario Afonso Moreira;
86. Vanderlei Lopes dos Santos;

PAPEL 100% RECICLADO

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

87. Vanderlei Rodrigues Santos;
88. William de Sá Novaes;
89. William Santos Silva;
90. Luciano Paiva de Oliveira;
91. Oseias Conceição da Silva;
92. Ronaldo Jesus de Moraes;
93. Ronaldo Matos dos Santos;
94. Sandro dos Santos;
95. Tiago Ulisses das Neves Sampaio;
96. Marcos Santana de Jesus;
97. Marcos Vinicius Brito Santos;
98. Maurício Rodrigues de Souza;
99. Ricardo Ribeiro de Souza Santos;
100. Valdinei Gomes dos Santos;
101. Wemley dos Santos Barreto;
102. Adailton Pereira Correia;
103. Adalberto Gonzaga dos Santos;
104. Adriano do Carmo Duarte;
105. Anderson Lopes Conceição;
106. André Cesar Santos da Silva;
107. Antonio Anísio de Souza Barros;
108. Brás Macedo dos Santos;
109. Cesar Santos Ferreira;
110. Diego Neres dos Santos;
111. Alex Fernandes dos Santos;
112. Alexsandro Bonfim de Lima;
113. André Luis Ferreira de Souza;
114. Antonio Marcos Santana de Oliveira;
115. Bruno Silva dos Santos;
116. Claudio da Silva Nogueira;
117. Daniel Oliveira Assunção;
118. Deilson Teles de Souza;
119. Diogo Cesar Campos Leal;
120. Ediclecio dos Santos Dias;
121. Edilson da Cruz Silva;
122. Fernando Bispo dos Santos Souza Filho;
123. Fernando Luiz da Silva Santos;
124. Franklin Menezes de Alencar;
125. Gleidson dos Santos Batista;
126. Ivonei Oliveira Barcelos dos Santos;
127. Jackon Bispo de Jesus;
128. Jadson da Silva Araújo;
129. Jamerson Santos Andrade;
130. Jeferson Iris de Jesus;
131. Joaquim da Silva de Oliveira;
132. Aquiles Alves Lima;
133. Elenilson da Silva Lima;
134. Jairvan Santos de Jesus;
135. Renato Afonso Nogueira Bisneto;
136. Alex Purificação dos Santos;

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

137.Anderson Farias dos Santos;
138.Andre Luis Ferreira de Aquino;
139.Claudio Sena de Santana;
140.Daniel Silva Santos Junior;
141.Elder da Cruz Santos;
142.Israel Prado Sales;
143.Lucas Silva de Jesus;
144.Reinaldo Silva Nascimento;
145.Riedson dos Santos da Conceição;
146.Alexandro dos Santos Pereira;
147.Danilo dos Santos Sales;
148.Eduardo Santos Teixeira;
149.Gil Everson Duarte Ferreira;
150.Rodrigo Reis Santos;
151.Sergio Dias Leite;
152.Sandro dos Santos Bispo;
153.Tales Cristia de Jesus Mota;
154.Tiago Santos Porto;
155.André Carlos dos Santos Reis;
156.Ataiderson Santana Santos;
157.Paulo Alexandre Silva de Souza;
158.Ricardo Ribeiro de Souza Santos;
159.Valdinei Santos de Jesus;
160.Wellington de Souza Borges.

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Inquérito Policial: 1-1817/05
SIMP nº.: 003.5.56558/2006
Indiciados: Alexandre Menezes da Silva e outros.

M.M. Juiz:

O Ministério Público oferece denúncia em onze laudas contra os denunciados epigrafados, incursos no delito do art. 1°, §§1° e 4° e §§ 2° e 4° da Lei. 9.455/97.

Requeremos seja oficiado aos órgãos competentes (SECODI, CEDEP e Vara de Execuções Penais), solicitando-se os antecedentes criminais dos denunciados.

Deixamos de oferecer a Suspensão Condicional do Processo, nos termos do art. 89 da Lei nº. 9.099/95, tendo em vista que a pena mínima cominada ao delito, ora atribuído aos denunciados, é de 02 (dois) anos.

Salvador, 27 de abril de 2011.

Juçara Azevedo de Carvalho
Promotora de Justiça

Anexo 11 - Ofício n° 27 de 02/04/1968 – Coronel Luiz Arthur suspende cinco diretores e atores da peça Uma obra do governo

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL DA BAHIA

DFSP - DR/BA
SERV. DE ADMINISTRAÇÃO
2 - ABR 1968
PROTOCOLO N. 439/68

Ofício N.º 27/TCDP/PS — Em, 02.abril-68

Do: Delegado Regional da DR/DPF/BA

Ao: Sr. Diretor do Teatro Vila Velha

Assunto: Comunicação - Faz

1. Em virtude da modificação que os atores introduziram no texto da peça " UM OBRA DO GOVERNO", durante o espetáculo de estréia, nêsse Teatro, comunico a V.Sa. que esta Delegacia suspendeu por 5 dias, a partir desta data, os diretores e atores que representaram na referida peça.

2. Aproveito a oportunidade para reitera os meus protestos de consideração.

LUIZ ARTHUR DE CARVALHO - Cel R/1
Delegado Regional

Anexo 12 - Ofício n° 28 de 02/04/1968 – Coronel Luiz Arthur converte suspensão imposta para multa de NCr$ 20,00

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL DA BAHIA

Ofício N.º 28/TCDP/PS Em 02/04/68.

Do: Cel.Delegado Regional do DPF/Bahia/Sergipe

Ao: SR.DIRETOR DO TEATRO VILA VELHA

Assunto: Comunicação - FAZ

SENHOR DIRETOR:

Em complemento ao Ofício nº 27 de hoje datado, informo que esta Delegacia, diante das ponderações do produtor da Peça "UMA OBRA DO GOVERNO", alegando principalmente o prejuízo financeiro a que estão sujeitos, resolví converter a suspensão imposta para multa de NCr$ 20,00 (VINTE CRUZEIROS NOVOS).

2 - Contudo, ficaram o Diretor e os atores na obrigação de encenar exclusivamente o texto da referida péça apresentado anteriormente a esta Delegacia, o que será fiscalizado, diariamente, todos os espetáculos por prepostos desta Delegacia.

Atenciosas Saudações.

LUIZ ARTHUR DE CARVALHO
Cel.Delegado Reg.DPF/Ba.

D/S.

Anexo 13 - Certificado de censura da peça Um dia memorável para o sábio Tzang

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CENSURA FEDERAL
TEATRO

Serv. de Censura de Diversões Públicas - D.P.F.

Certificado Nº 781/68

PEÇA -::: *UM DIA MEMORÁVEL PARA O SÁBIO TZANG* :::/-

ORIGINAL DE ANÔNIMO

APROVADO PELO S. C. D. P. VÁLIDO ATÉ 14 de NOVEMBRO de 19 69

CLASSIFICAÇÃO

IMPRÓPRIO ATÉ 10 ANOS

AP/ COM CORTES

Brasília, 14 de NOVEMBRO de 19 68

Chefe do S. C. D. P. ALOYSIO MUHLETHALER DE SOUZA

M.J. – D.P.F.
CERTIFICADO DO S.C.D.P.

Certifico constar do livro nº 01 fôlha nº 24, de registro de obras teatrais, o assentamento da peça intitulada * UM DIA MEMORÁVEL PARA O SÁBIO TZANG *

Original de ANÔNIMO

Tradução de

Adaptação de JOÃO AUGUSTO

Produção de TEATRO DOS NOVOS (SALVADOR - BA)

Tendo sido censurada em 13 de NOVEMBRO de 19 68 e recebido a seguinte classificação: IMPRÓPRIA PARA MENORES ATÉ 10 (DEZ) ANOS, COM CORTES DAS EXPRESSÕES "BUNDA", "PORRILHÃO" E "MERDA", TÔDAS ASSINALADAS NO SCRIPT DA PEÇA.

OBS: O PRESENTE CERTIFICADO SÓ TEM VALIDADE, QUANDO ACOMPANHADO DO SCRIPT DA PEÇA DEVIDAMENTE CARIMBADO PELO SCDP.

Serv. de Censura de Diversões Públicas - D.P.F.

Brasília, 14 de NOVEMBRO de 19 68 JOSÉ SAMPAIO BRAGA

Chefe da Turma de Censores de Teatro e Congêneres

Anexo 14 - Ofício nº 126 de 8 de agosto de 1969, comunicação sobre censura

DPDF – DRBA
SERV. DE ADMINISTRAÇÃO
08 AGO 1969
PROTOCOLO Nº 1889

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL DA BAHIA

Ofício Nº 126-TCDP./PS. Salvador - Em, 08/08/69.
Do: Cel. Delegado Regional do DPF./BA./SE.
Ao: Sr. Diretor do "TEATRO VILA VELHA".
Assunto: COMUNICAÇÃO - FAZ.

Senhor Diretor:

Comunico a V. Sa. que, por determinação do SCDP/DPF. e, de acôrdo com a Lei nº. 5536/68, para os espetáculos teatrais que contiverem pornografias, além do aviso afixado em lugar visível junto à bilheteria, deverão também, em // qualquer propaganda conter o aviso - "linguagem do texto é pornográfica".

Atenciosas Saudações,

LUIZ ARTHUR DE CARVALHO - CEL.
Delegado Regional.

Anexo 15 - Memorando nº15/69, censura as peças As duas faces de um palhaço, 200 cruzeiros novos, Brasil Loucuras 1.000, Mas... que sociedade, No ritmo dos ciganos e A fé.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL DA BAHIA

MEM° N.º 15/69. TCDP/PS
Data 15/10/69.

Do: Cel. Delegado Regional do DPF./BA./SE.
Para: Sr. Diretor do Teatro "VILA VELHA".
Assunto: Comunicação - Faz.

DSP - DRBA
SERV. DE ADMINISTRAÇÃO
16 OUT 1969
209/69

Senhor Diretor:

Levo ao conhecimento de V. Sa. que, fica proibido a encenação das peças "AS DUAS FACES DE UM PALHAÇO, 200,00 CRUZEIROS NOVOS, BRASIL LOUCURAS 1.000, MAS... QUE SOCIEDADE, NO RITMO DOS CIGANOS e A FÉ", mesmo que contenham em seus Scripto [illegible] ho de aprovação da Turma de Censura de Diversões Públic[illegible] Delegacia.

Atenciosas Saudações,

LUIZ ARTHUR DE CARVALHO - CEL.
Delegado Regional.

Anexo 16 - Coronel Luiz Arthur de Carvalho suspendeu por 30 dias o diretor e atores da peça Macbeth através da portaria 08/70

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL DA BAHIA
GABINETE DO DELEGADO

P O R T A R I A Nº 08/70-TCDP

O DELEGADO REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NOS ESTADOS DA BAHIA E DE SERGIPE, usando das atribuições / que lhe são conferidas pelo artigo 393 do Decreto 56 510, de 28 de junho de 1965, no seu Ítem VI, combinado com o artigo 127 do Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946,

considerando que na peça "MACBETH", sob a direção de HENRIQUE ARTMAN, encenada no Teatro Castro Alves, nesta Capital, na apresentação do dia 10 dêste mês, no horário das 21 às 24 horas, foi introduzido, no seu final, o sacrifício de um caprino (bode);

considerando que, dessa forma, foi modificado o texto original aprovado pelo S.C.D.P. do Departamento de Polícia Federal;

considerando ter ficado devidamente apurado que a responsabilidade por tal infração cabe à Direção, à Produção e ao Elenco, // porquanto a modificação introduzida o foi de má fé e com demonstração de crueldade;

considerando que a prática daquele ato contrariou o disposto nos artigos 85 e 97, do Decreto nº. 20 493, de 24 de janeiro de 1946 e também o que dispoe o artigo 64, § 2º (in fini), da [illegible] CONTRAVENÇÕES PENAIS;

R E S O L V E:

Aplicar a pena de suspensão por 30 dias, prevista no artigo 117, do citado Diploma Legal, ao Diretor HENRIQUE ARTMAN, aos Produtores: ROBERTO MIRANDA DE SANTANA e LEONEL DA COSTA NUNES e Atores: ANDRÉ LOPES, CARLOS PETROVICH (Diretor Executivo do T.C.A.), ANTÔNIO GÓES, ARMINDO BIÃO, CARLOS RIBAS, FRIEDA GUTMAN, GILDÁSIO LEITE, ELOISA ANDRADE, JOÃO PRADO, JURANDIR FERREIRA, LAURA MADANÉS, LETÍCIA REGIA, MÁRIO GADELHA, MARCO ANTÔNIO S. DANTAS, PAULO CESAR MUNIZ, RAIMUNDO MELO, REINALDO NUNES, ROBERTO DUARTE, ROSE RUDNER, SÔNIA GANTOIS e SONIAMARA GARCIA.

Remeta-se à Secretaria de Segurança Pública dêste Estado, cópia de todo processado, com a solicitação de instauração do competente Processo Contravencional.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

1 data?)

Anexo 17 - Análise do inspetor Eduardo Henrique de Almeida sobre o show de Chico Buarque e Caetano Veloso no dia 11 de novembro de 1972

VAZ. 118 A 80, p.2/11

INFORMAÇÃO

Do: Inspetor de Polícia Federal - EDUARDO HENRIQUE DE ALMEIDA
Ao: Sr. Superintendente Regional do DPF na Bahia
Ass.: Informação - presta

Senhor Superintendente,

I - DOS FATOS DENUNCIADOS

Informo que no dia 11 do corrente (sábado), encontrava-me nesta Delegacia, tirando serviço de inspetor de dia, quando compareceu a esta dependência, o Superintendente em exercício, Dr. ARY / GUIMARÃES DE ALMEIDA, juntamente com o Major CASALES e o Coronel JUAREZ, da Aeronáutica. Pelo último foi dito que ao assistir no dia anterior ao show de CHICO BUARQUE DE HOLANDA e CAETANO VELOSO, no Teatro/ Castro Alves, presenciou durante a referida apresentação cenas que feriam a moral das famílias ali presentes, bem como atitudes do Sr. CAETANO VELOSO que de certa forma indispôs o público contra as autoridades presentes. Em síntese, foram feitas as seguintes observações:

1 - Apresentação de CAETANO VELOSO como um homosexual, pintado de baton e com trejeitos afeminados.

2 - Apresentação de uma música "ANA", de Chico Buarque de Holanda, na qual existem termos imorais - "sacana", etc.

3 - Apresentação de uma Senhora, convidade de Caetano Veloso, que cantou samba de roda, no qual fazia referência aos olhos e os artistas presentes colocavam as mãos nos olhos, bôca, idem, as mãos na bôca e finalmente dizia no "lelê, lalá" e os artistas colocavam as mãos no sexo.

4 - No final do show, Caetano Veloso chamou o público para o palco dizendo "o teatro é do povo". Conforme o relato ainda do Coronel JUAREZ, dezenas de pessoas subiram ao palco, colocando a estrutura do mesmo em perigo, e com isso foi necessário a intervenção / de bombeiros, os quais foram vaiados após ter Caetano Veloso dito: / "É, o teatro não é do povo!".

II - DA MISSÃO

Diante do exposto, o Dr. ARY G. ALMEIDA, incumbiu-me no sentido de ir ao teatro e com toda prudência, haja visto a existência de milhares de pessoas na platéia, tentar evitar que os fatos da

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

fatos da véspera se repetissem.

III - DA EXECUÇÃO

Desta forma, fui ao teatro e lá encontrei-me com a técnica de censura desta Superintendência e em companhia dela fomos aos camarins, onde esta autoridade manteve contato pessoal com CAETANO VELOSO, tendo este declarado que o tal do "lelê-lalá" é folclore do recôncavo e não via maldade. Não obstante o folclore, proibimos a canção.- No tocante aos bombeiros o mesmo artista disse que não tivera aquela intenção para com as autoridades e sim para com a administração do teatro que "está sempre criando caso".

Em seguida, estivemos com CHICO BUARQUE DE HOLANDA e ao perguntarmos da música ANA, foi ele taxativo, junto com seu empresário, ao afirmar que a música esta liberada e no programa. De acordo com a orientação da chefia, não proibí a execução da referida, pois na dúvida, não poderia impedir algo que se liberado, efetivamente poderia causar problemas à administração.

IV - DO SHOW

Após as restrições, o show iniciou-se e podemos observar: a quanto a CAETANO VELOSO:

a) Trejeitos homosexuais; a música do folclore Lelê-lalá não foi cantada; não chamou ninguém ao palco; quando no final começaram a subir no palco, pulou para a platéia. Foi acatado das instruções e notou-se respéito à censura, embora dissesse que é contrário.

quanto a CHICO BUARQUE:

a) postura masculina normal;

b) Entretanto, ao final do show cantou "APESAR DE VOCE", de modo-qual gritante, notando-se grande empolgação.

V - CONCLUSÃO

Notamos colocados ao palco estava um grupo de homosexuais, hippies e cabeludos, que pareciam contratados do grupo dos artistas, e foram exatamente eles que invadiram o palco e, após o encerramento do espetáculo, cantaram "APESAR DE VOCÊ", no quelnão foram acompanhados pelos demais espectadores.

Já em Belo Horizonte, onde estive lotado na SR/MG, acompanhava as provocações de CHICO BUARQUE DE HOLANDA, sempre desrespeitando as determinações da censura com relação a "APESAR DE VO-

"APESAR DE VOCÊ" - ora dá os acordes, ora diz a letra, e finalmente sábado cantou a toda força.

A nosso ver, s.m.j., é necessário que se coloque um fim nestes episódios que somente desgastam as autoridades.

Este é o relatório.

EDUARDO HENRIQUE DE ALMEIDA - DPF.
Inspetor de Polícia Federal

Anexo 18 - Análise da técnica de Censura Maria Helena Guerreiro da Cruz, sobre apresentação da música "APESAR DE VOCÊ", pelo cantor CHICO BUARQUE DE HOLANDA.

VAZ. 118 A. 20, p. 6/10

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL DA BAHIA

Da Técnica de Censura
Ao Chefe da TCDP
Assunto: Relatório (apresenta)

Senhor Chefe:

Assisti, no dia 11 do corrente, às 21,45 horas, no Teatro Castro Alves, a apresentação do show musical com a participação de CHICO BUARQUE DE HOLANDA e CAETANO VELOSO. Antes do início do espetáculo, fui informada pelo Inspetor DR Eduardo, de que já havia chegado a esta Superintendência informações desfavoráveis relativas à apresentação da música "ANA" e do SAMBA FOLCLÓRICO "TIRA A MÃO DO LELÊ", bem como a subida do povo no palco.

Procurei, juntamente com o dr. Eduardo, o cantor CAETANO VELOSO, pedindo-lhe que fizesse retirar da apresentação, o aludido canto folclórico, e que contivesse o público a fim de que o mesmo não fosse até o palco.

Quanto ao número folclórico o cantor comprometeu-se a faze-lo, o que de fato fez, e no que tange ao problema de invasão do palco, pelo público, prometeu colaborar no sentido de que isto não ocorresse.

Conversando, posteriormente, com CHICO BUARQUE, afirmou-me êle de que a música "ANA DE AMSTERDÃ", a letra já CENSURADA e APROVADA. Como a mesma constava do script apresentado a esta TCDP, achamos por bem deixar que fosse executada, inclusive por não constar a mesma na relação de músicas reprovadas pela Censura Federal.

No decorrer do espetáculo fui surpreendida com a apresentação, pelo MPB-4", da música "DEDOS", desde quando a referida música traz em seu bojo conteúdo ironizante da figura alcunhada de "DEDO DURO". É bem que se diga, que esta música constava do script que nos foi apresentado, como liberada; também, nesta / TCDP nada consta no que se refere à sua proibição.

No final do espetáculo, CHICO BUARQUE cantou a música "APESAR DE VOCÊ", não constante do roteiro previamente apresentado na TCDP, e que tem sua letra PROIBIDA pela CENSURA FEDERAL.

O cantor foi acompanhado por um grupo de espectadores; houve a invasão do palco pelo povo, provocando um pequeno carnaval e, CAETANO VELOSO, em vista da aparição de um policial, fez com que o povo descesse sem que percebesse, fazendo-o em primeiro lugar.

Podemos concluir, dentro daquilo que presenciamos, que a única parte contrária à Legislação de Censura, em vigor, foi a apresentação do canto da música "APESAR DE VOCÊ", pelo cantor CHICO BUARQUE DE HOLANDA.

É o que tenho a relatar.

Salvador, 13 de novembro de 1972

MARIA HELENA GUERREIRO DA CRUZ - Bela.

Anexo 19 - Análise de Augusto de Albuquerque Silvasobre "visita" ao show de Chico e Caetano.....

VAZ. 118 A. 20, p. 5/11

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL DA BAHIA

De Chefe da TCDP
Ao Sr.Chefe do GAB.
Ass. Informação (faz)

Sr. Chefe:

Cumprindo determinação verbal de V.SS., informo que, deixei de mandar a fiscalização para o Teatro Castro Alves no dia 10 do corrente pelo seguinte motivo:

1º - O único fiscal que se encontrava disponível era Valdeci, o qual já havia sido designado para assistir ao show designado "IMPROVISO", no Teatro Vila Velha, que vem sendo objeto de observação por esta TCDP, a fim de apurar a veracidade de certa reportagem da"Tribuna da Bahia".

2º - Devia-se localizar o paradeiro das menores de nome MARIA GARRET CARNEIRO e JUSSARA DRUMOND, sendo a 1a.loura e a 2a. morena.

3º - No dia 11 - sábado - o show "do Encontro", com os artistas Chico Buarque de Hollanda e Caetano Veloso, acompanhados pelo Conjunto MPB 4, programado para os dias 10 e 11 do corrente, foi assistido pela Censora Dra.MARIA HELENA GUERREIRO, cujo relatório segue anexo.

O citado show foi liberado de acordo com a programação apensa ao precente.

Ressalte-se, diante da grave denúncia contida no relatório da Técnica de Censura, o seguinte:

No último show apresentado, em Salvador (1971), pelo cater Chico Buarque e que tinha como título "A pesar de você", foi expressamente o citado compositer notificado por esta TCDP da proibição de cantar a letra de sua autoria, de título acima.

Justamente agora, na sua volta a Bahia, ele infringe a proibição da Censura Federal, numa inequívoca provocação.

É o que me cumpre informar
Salvador, 13 de novembro de 1972

Augusto de Albuquerque Silva
AUGUSTO DE ALBUQUERQUE SILVA
Chefe da T. C. D. P

Anexo 20 - Censura da técnica Maria Helena Guerreiro ao Forró Minha Vizinha, de Hermenegildo José Rodrigues,....

BAT.08, nº 66/107

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Da : T. de Cens. Maria Helena Guerreira
Ao: Sr. Chefe da S. C. D. P. /SR/Ba.
Assunto: Parecer nº 0976 - letra musical - apresenta

Nome da música - Minha Vizinha
Ritmo - Forró
Autor - Hermenegildo José Rodrigues

Apreciação: Opino pela não liberação em virtude de emprego da licença da palavra "bochecha" nos versos:

.....
Está com a bochecha um tanto crescida
.....
E como está inchada a bochecha dela.

Salvador, 29 de julho de 1976

Maria Helena Guerreiro - T.Cens.

De acordo
encaminhe-se
a DCDP
Em 29/07/76

OFF Nº 64 / 83
José Augusto Costa
Chefe da S. C. D. P.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

IAT 09, pp. 61/106

"MINHA VISINHA"

FORRÓ

Estou preocupado com uma coisa agora
A minha visinha só vive doente
Está com a bochecha um tanto crescida
Só vive gritando com uma dor de dente

(Coro)

E como está inchada a bochecha dela
E como está inchada a bochecha dela
Mas o povo agora só vive falando
E como está inchada a bochecha dela (Bis)

Fiquei aborrecido com o tal dentista
Pois ele não usou da sua profissão
Pensei que ele fosse extrair o dente
Mas ele só queria ver a inchação.

Autor: Hermenegildo José Rodrigues
(Gildinho)

Hermenegildo José Rodrigues

Anexo 21 - Censura do técnico Severino Ernesto de Souza à música Macaquinho

PAT. 09, p. 62/06

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

DO: TC Severino E. Souza
AO: Sr. Chefe do SCDP/SR/BA
ASSUNTO: Parecer nº 06-(letra musical) - apresente

NOME DA MÚSICA: "Macaquinho"
AUTOR: Edvaldo dos Santos
RITMO: Merche
APRECIAÇÃO: Opino pela rejeição da letra musical acima descrita, pela cacofonia intencional que, - cantada poderá, obviamente, ter duplo sentido: "O bichinho adora comer crú"(2º verso da 1ª estrofe) e "Vai ficar comendo crú"(refrão).

ASCC
De acordo
Macaquinho - ao DCDP
Em 08/07/76

DPF / SR / BA
José Augusto Costa
Chefe do S. C. D. P.

Salvador, 08 de julho de 1976

Severino Ernesto de Souza-Bel.
Técnico de Censura

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

DA7.08,no.67/106

MARCHA MACACUINHO

DE GIVALDO DOS SANTOS

EU TENHO UM MACAQUINHO
O BICHINHO ADORA COMER CRÚ
QUANDO NÃO ACHA
VIRA BORRACHA
OU IMITA CUNURÚ

O MACAQUINHO GOSTA MUITO DE BANANA
QUANDO VÊ FICA ALVOROÇADO
PULA PRA AQUI, PULA PRA ALI
É PINOTE PRA TODO LADO

NÃO TENHO JEITO A DAR
ELE ESTÁ IMITANDO CUNURÚ
VOU DEIXAR ISTO DE LADO
VAI FICAR COMENDO CRÚ

BI

VAI FICAR COMENDO CRÚ
VAI FICAR COMENDO CRÚ (BIS)

Givaldo dos Santos

! ! ! Vetada

DPF / SR / BA
José Augusto Costa
Chefe da S. C. D. P.

Anexo 22 - Censura do técnico Arivaldo Mendonça de Carvalho à música Se

Rat. 09, p. 66/106

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

Parecer nº 08/76

DO: TC.ARIVALDO MENDONÇA DE CARVALHO
AO: Chefe da SCDP/SR/BA
Ass:Parecer - encaminha

Letra musical - "SE"
Autor - Manoel Messias Santiago
Ritmo -

Opino pelo veto da letra, por conter ofensa ao decoro público, de acordo com o Art.41, letra A, do Decreto 20.493/46, uma vez que no seu terceiro verso a palavra "enrijecido" deixa dupla interpretação de sentido.

É o parecer.

Salvador, 26.07.76.

ARIVALDO MENDONÇA DE CARVALHO
Técnico de Censura.

De acordo
Encaminhe-se
a DCDP
26/07/76

DPF / SR / BA
José Augusto Costa
Chefe do S. C. O. P.

Cat. 09, p. 67/100

SE

Autor e compositor:
Manoel Messias Santiago

Mulher
Tens aí teu homem
Pronto enrijecido
Discreto opaco
Já sem peraltices
Enxuga as mãos
E o agasalha aos pés
Com o mesmo pano
Nega teu sal
Ao pranto de o perderes
Um morto é um morto
Não descobre haveres
Fecha a porta
Assim que o grupo
Se acabar na curva
Abre as janelas
Que só por elas
Entram os sorrisos
À nova manhã
Um outro verão
Se teu ventre espera
Se teu fogo basta
Se te agrada a festa
Se
Um morto é um morto
A verdade é esta



manoel messias santiago

Anexo 23 - Censura do técnico Severino Ernesto de Souza à música Cara D'Anjo

DA7.09.mz.41/106

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

DO: TC Severino Ernesto de Souza
AO: Sr. Chefe do SCDP/SR/BA
ASSUNTO: Parecer (letra musical) -apresenta

LETRA MUSICAL: "CARA D'ANJO"
AUTOR: Fred Matos

Opino pela rejeição da letra musical acima mencionada em razão do sentido inconveniente da frase "goza santa", por duas vezes repetida, considerando-se para tanto o termo "santo gozo", empregado no final do 1º verso em complemento com a ambiguidade um tanto obscena do sentido de todo o 2º verso.

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 05 de julho de 1976

Severino Ernesto de Souza-Bel
Técnico de Censura

De acordo
Encaminhe-se
a DCDP
Em 05/07/76

DPF/SR/BA
José Augusto Costa
Chefe do S. C. D. P.

RAT-09, fl. 42/100

Cara d'anjo

letra de Fred Matos
musica de Capristano de Abreu Lopes

"Cara d'anjo
olhos d'agua
santo guia
santo gôzo

cê já sabe
do que gosto
do que quero
onde sou

goza santa
olhos d'agua
puro anjo
goza santa
pura d'agua
cara d'anjo."

MJ - Departamento de Policia Federal
CENSURA FEDERAL/SR/BA
OPINO PELA LIBERAÇÃO P/ TEATRO
Salvador, 11/12/76

Anexo 24 - Censura do técnico Severino Ernesto de Souza à música Elegia a Tio Patinhas



Rec. 09, de 24/06

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

Parecer nº 05/76

DO: Técnico de Censura Severino E. Souza

AO: Sr. Chefe do SCDP/SR/BA

ASSUNTO: Parecer - encaminha

Letra Musical - "ELEGIA A TIO PATINHAS"
Autor - José Alberto Morais Silva

Pela rejeição de letra pelo fato da mesma conter mensagem que pode prejudicar a cordialidade das relações - com outros povos, com alusões veladas à intervenção norte-americana no Vietnã (1º e 2º versos) e com ofensa explícita ao "Tio - Patinhas", aqui significando os EEUU (3º verso).

Dessa forma, a presente letra é vetada com base no art. 41, letra E, do Decreto 20.493/46.

É o parecer.

Salvador, 18 de junho/76

Severino Ernesto de Souza-Sel.
Técnico de Censura

De acordo.
encaminhe-se
a DCDP
18/06/76

DPF / SR / BA
José Augusto Costa
Chefe do S. C. D. P.

RAT. 09.p. 38/106

ELEGIA A TIO PATINHAS

José Alberto Morais Silva
Av. Martins, 17 - Liberdade
Salvador

Venha, moço
que não tem mais não

hei de lembrar
o sangue lá da zona
norte e sul do Vietnã

venha, moço
que não tem mais não

hei de lembrar
os dias, e as bombas que caíram
na terra dos outros, nos olhos dos outros,
e refresco

venha, moço
que não tem mais não

desse Tio Patinhas
nunca achei graça
e pra mim ele não passa de uma galinha

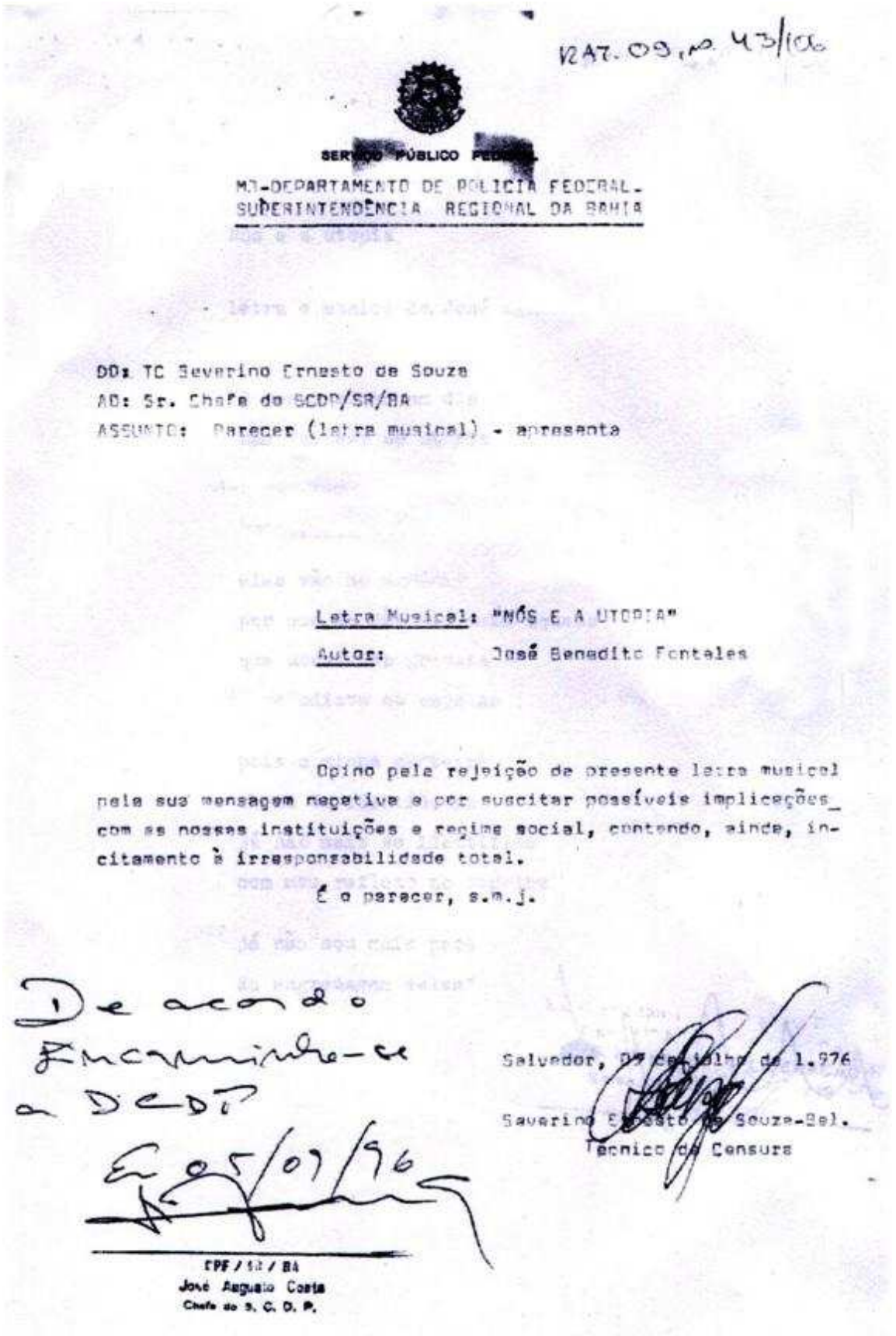
venha moço
que não tem mais não

e a lua
eles pensavam ouro
não tem nada
e cá na terra tá uma parada
de quebrar o ovo

venha, moço
que não tem mais não

MJ - Departamento de Polícia Federal
CENSURA FEDERAL/SR/BA
NÃO CRIMINOSO PELA LIBERAÇÃO
Salvador, 16/ /1976

Anexo 25 - Censura do técnico Severino Ernesto de Souza à música Nós e a Utopia, de José Benedito Fonteles



RAZ.09,nº 43/76

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ-DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL-
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

DO: TC Severino Ernesto de Souza
AO: Sr. Chefe do SCDP/SR/BA
ASSUNTO: Parecer (letra musical) - apresenta

Letra Musical: "NÓS E A UTOPIA"
Autor: José Benedito Fontales

Opino pela rejeição de presente letra musical pela sua mensagem negativa e por suscitar possíveis implicações com as nossas instituições e regime social, contendo, ainda, incitamento à irresponsabilidade total.

É o parecer, s.m.j.

De acordo
Encaminhe-se
a DCDP
05/07/76

Salvador, 07 de julho de 1.976

Severino Ernesto de Souza-Sel.
Técnico de Censura

DPF / SR / BA
José Augusto Costa
Chefe do S. C. D. P.

MAT. 09, Nº. 44/00

Nós e a utopia

letra e musica de José Benedito Fonteles

"O nosso sonho um dia
não vai ser só utopia
vou poder passear
onde é proibido estacionar

eles vão me agredir
por que eu não sou mais aquele
que usava uma gravata
e me odiava no espelho

pois a minha carteira
cheia de identidades
já não mais se identifica
com meu reflexo no espelho

já não sou mais peça
da engrenagem deles"

Anexo 26 - Censura do técnico Arivaldo Mendonça de Carvalho à música Questão de Afeto

DPF.09, p.64/106

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

Parecer nº07/76
DO: Técnico de Censura ARIVALDO MENDONÇA DE CARVALHO
AO: Chefe do SCDP/SR/BA.
ASS: Parecer - encaminha.

Letra musical - Questão de Afeto
Autor - Manoel Messias Santiago
Ritmo -

Opino pelo veto da letra por conter incitamento contra o regime vigente, de acordo com o Art.41, letra d, do Decreto nº 20.493/46, uma vez que em sua última estrofe faz essa referência de maneira veemente.

É o parecer.

Salvador, 26.07.76.

ARIVALDO MENDONÇA DE CARVALHO
Técnico de Censura,

De acordo
encaminhe-se
a DCDP
Em 26/07/76

DPF/SR/BA
José Ignácio Costa
Chefe da S.C.D.P.

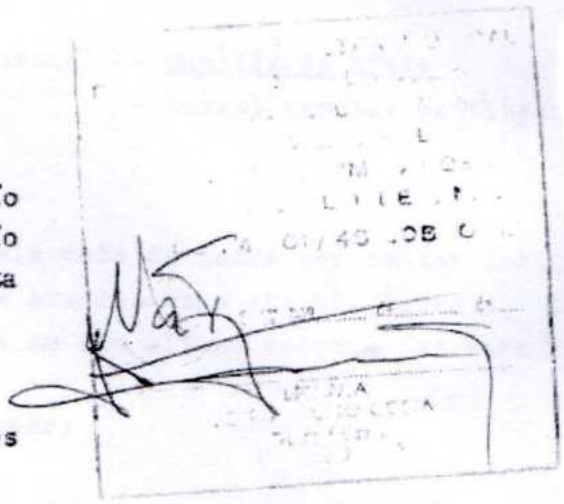
RAC. 09, p. 65/106

QUESTÃO DE AFETO

Autor e compositor:
Manoel Messias Santiago

Definitivamente
O nosso amor
Entrou em crise
A peça foi ruim
E a bem dizer
Não merece reprise
Você se multiplica
Pelos caminhos
Da incompreensão
Nos inferninhos
Dos sorrisos fáceis
Entre as meninas
E as batidas de limão
(tá certo não
Mas eu estou disposta
A transformar
O curso da história
Não vou viver
Nessas quatro paredes
Sendo estandarte
Para a sua glória
Taí o apartamento
A geladeira e a televisão
O meu carinho pouco visitado
Não admite a colonização
Adeus
Seu coração
É um estado imperialista
Mas o meu não é nenhum país
Subdesenvolvido entregue
Ou conformista.

MJ - Departamento de Polícia Federal
CENSURA FEDERAL/S
NÃO OPINO PELA LIBER[illegible]
Salvador, / /19



Manoel Messias Santiago

Anexo 27 - Ofício confidencial da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça sobre as atividades Guido Araújo

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
N.º 6010 29/10/76
DOCUMENTO SIGILOSO

Confidencial

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 881/76 /DSI/MJ

DATA: 21 de Outubro de 1976

ASSUNTO: EXIBIÇÃO DE FILMES

ORIGEM: CIE

REFERÊNCIA:

DIFUSÃO: EXMº SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA

Da ordem. Encaminhe-se ao Sr. Diretor Geral do DPF. 26x76

DIFUSÃO ANTERIOR: (desde a origem) - DSI/MJ - DSI/MEC - DSI/MRE

1. Esta Divisão tomou conhecimento de que o CLUBE DE CINEMA DA BAHIA, sob a direção do Prof. GUIDO ARAÚJO, da UFBA, vem promovendo exibições cinematográficas, no Instituto Cultural BRASIL - ALEMANHA, à revelia da Censura Federal, com apoio daquela entidade cultural, apesar de advertências já realizadas pela Polícia Federal daquele Estado.

2. GUIDO ARAÚJO, com mais quatorze brasileiros, foi um dos fundadores da UNIÃO DOS ESTUDANTES BRASILEIROS NA CHECOSLOVÁQUIA.

3. A Fundação Cultural do Estado da Bahia e a UFBA também já foram advertidas, por estarem promovendo espetáculos e exibições cinematográficas sem o conhecimento do Serviço de Censura e Diversões Públicas.

4. O Instituto Cultural BRASIL- ALEMANHA, o Clube de Cinema da Bahia, a Fundação Cultural do Estado da BAHIA, a Biblioteca Central e Faculdades da Universidade Federal da Bahia, são entidades que vêm promovendo espetáculos de diversão pública (peças de teatro, exibições cinematográficas, etc) sem a devida autorização e, por vêzes, conhecimento da Censura Federal chegando em alguns casos, a deturpar informações sobre o assunto.

5. Nas cidades de FEIRA DE SANTANA/BA e CACHOEIRA/BA, clubes e cinemas locais também exibem filmes e realizam promoções culturais, sob o patrocínio dos governos municipais, sem a devida autorização do Serviço de Censura Federal.

O DENTE DO PRESENTE É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO (ART. 62 - D.R.C. Nº 60.417/67)
ENCAMINHADO À SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

Confidencial

DMJ - 1304

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ao C-E

- Encaminha-se em vista a
à Dsi/MJ

- Ciente em 4/10/77 a SR/DF e DCDP

Em 4/10/77

fls 706

Senhor Diretor

Propomos a restituição deste processo ao Ministério da Justiça, tendo em vista à INFORMAÇÃO Nº 020 da DCDP (Nº 2 [illegible] /77-CI/DPF), dirigida à DSI/MJ.

Brasília, 04 de agosto de 1 977

Humberto Ruy de Azevedo Simões
Assistente

De acordo. Restitua-se à DSI/MJ.

Brasília, 04 de agosto de 1 977

ADGÁRIO NUNES
Diretor da DCDP

Ao Sr. Chefe da SIGI, em 23.8.77

Therezinha da Conceição Geraldo Silva
Chefe da SNM/DSI/MJ

Ao Setor de Análise
24 Ago 77
Verificar o que trata o
INFO Nº 3394/77-CI/DPF

Leoncio Cardoso da Exaltação
Chefe/SIGI/DSI/MJ

Sr. Chefe do SIGI

Anexamos cópia de Informação 3394/77-CI/DPF-10.08.77. Consideramos oportuna a remessa deste Processo ao Sr. Assessor Especial, após ter sido analisado com urgência.

25.08.77
Analista.

Anexo 28 - Centro de Informações da Polícia Federal envia a Informação nº 03394 para o Ministério da Justiça sobre Guido Araújo

CONFIDENCIAL

DSI/MJ

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES

Brasília, DF

ASSUNTO: EXIBIÇÃO DE FILMES

ORIGEM: DCDP/DPF

DIFUSÃO: DSI/MJ

DIFUSÃO ANTERIOR: -

REFERÊNCIA: INFO Nº 861/76-DSI/MJ

ANEXO: -

Rg. 5788/CI-DPF

INFORMAÇÃO Nº 03394/CI

Nº 020/DCDP

1. GUIDO ANTONIO SAMPAIO ARAÚJO, é natural de Castro Alves/BA, nascido em 12.08.33, filho de Humberto Soares de Araújo e Maria Salbina Sampaio Saraújo, Professor Universitário, Identidade nº 422.744/Inst. Pereira Faustino, Título de Eleitor nº 368, 43ª Zona, CPF 006.898.575, residente no Condomínio Alta Ondina.

2. O nominado foi admitido na UFBA em 01.01.69, como Coordenador, contrato sob regime de CLT e lotado na Coordenação Central de Extensão, especialista em cinema. É também cineasta, tendo produzido vários curta-metragens e é o atual Presidente do Clube de Cinema da Bahia, jornalista, colaborando com diversos jornais onde escreve sobre artes e crítica cinematográfica.

3. Em 1954, foi Secretário da Associação Metropolitana de Estudantes Secundários no Rio de Janeiro. Em 1954 viajou para a Alemanha, Tchecoslováquia, França, Suiça, Espanha, Itália e outros países da Europa.

4. Em 1966, trabalhou na Rádio de Praga como locutor de noticiário para o Brasil, exercendo atividades de cunho político (comunista). Em 1970, já de volta ao Brasil, trabalhou no Jornal da Bahia e por diversas vezes atacou a Censura. Em 1973, no Diário de Notícias e na Tribuna da Imprensa, manteve a mesma linha de conduta e até hoje possuam laços de amizade e de colaboração.

CONFIDENCIAL

DPF-654

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº /CI (continuação)
Nº 020/DCDP

5. O nominado ainda guarda a mesma posição anti-censura e anti-governo, exteriorizada através de suas entrevistas pela imprensa, notadamente combatendo a Censura, durante os eventos cinematográficos que participa.

6. A SR/BA, através de expedientes, advertiu reiteradas vezes o Clube de Cinema, a Fundação Cultural e a Reitoria da UFBA da necessidade de ser observada a legislação no que respeita à aprovação dos programas pelo SCDP.

7. No momento só o Clube de Cinema acatou as observações da SR/BA e tem solicitado a aprovação de seus programas pelo SCDP. A UFBA, através de suas faculdades, continua permitindo a representação de peças e exibições cinematográficas sem a devida autorização do SCDP/SR/BA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ao ARQUIVO
25 Ago 77
Para anotar com URGÊNCIA e restituir

Leoncio Cardoso da Exaltação
Chefe/SICI/DSI/MI

Sr. Chefe.

Foram providenciadas as devidas anotações.

SICI/Arquivo
26/8/77

À S. A.
26 Ago 77
Solicito à V. Sa. fazer o presente Proc retornar à Assessoria Especial

Leoncio Cardoso da Exaltação
Chefe/SICI/DSI/MI

À Assessoria Especial, em 27.8.77

Therezinha da Conceição Geraldo Silva
Chefe da SNI/DSI/MI

Arquive-se
29.8.77

Chefe do Gabinete

Anexo 29 - Certificado de censura do filme Actas de Marúsia

CERTIFICADO DA D.C.D.P

Certifico constar do livro nº____ fôlha nº____, de registro de filmes cinematográficos, o assentamento da película intitulada ACONTECIMENTOS DE MARÚSIA

com os seguintes dados: Bitola 35 mm. Côr COLORIDO
Metragem 3109 mts. -com 01 cópias-Gênero L/M
Propriedade de PELMEX-PELÍCULAS MEXICANAS DO BRASIL S/A
Distribuido por IDEM
Domiciliado na
Tendo sido censurado em 12 de DEZEMBRO de 19 78 e recebido
a seguinte classificação: IMPRÓPRIO PARA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS.
C/CORTE: ESTE CERTIFICADO SOMENTE TERÁ VALIDADE QUANDO ACOMPANHADO DO SEU ANEXO.

Brasília, 12 de DEZEMBRO de 19 78
ofb:

CARLOS A. MOLINARI DE CARVALHO
Chefe do Serviço de Censura

DPF-31

(37)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

35 mm

Nº DO CERTIFICADO 100.511

TÍTULO DO FILME ACONTECIMENTOS DE MARÚSIA

ACTAS DE MARÚSIA

PRODUTOR CONANCINE Y ARTURO FELIN MÉXICO

APROVADO PELA D.C.D.P.
CLASSIFICAÇÃO
IMPRÓPRIO PARA MENORES DE DEZOITO ANOS

VÁLIDO ATÉ 12 de DEZEMBRO de 198

Brasília, 12 de DEZEMBRO de 197

ROGÉRIO NUNES
Diretor da DCDP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

ESTE ANEXO DESCREVE OS CORTES IMPOSTOS PELA DCDP ÀS CÓ PIAS DO LONGA-METRAGEM DO FILME INTITULADO "ACONTECIMENTOS DE MA RUSIA" E ACOMPANHARÁ OBRIGATORIAMENTE O CERTIFICADO DE CENSURA I NUMERO 100.511.

C O R T E S
= = = = = =

3º ROLO - Cortar as cenas de tortura, desde que aparecem quatro indivíduos nus, de costas, algemados à parede, com sinais de sevícias, até se mostrarem as explosões de dinamite, acompanhadas da frase: "Por que fósforos?".

4º ROLO:- Cortar às cenas em que se mostra uma reunião do movimento grevista, desde a fala de Gregório: "E hora de estabelecer uma forma de luta organizada"..., até a fala: "...será um movimento de soldados, estudantes e camponeses", inclusive.

5º ROLO - Cortar as cenas em que se mostram explosões, desde a fala de Gregório: "Vão trabalhar e se organizar...", até a fala: "...seja uma força com a consciência e com a razão", inclusive.

6º ROLO - Suprimir a trilha sonora em espanhol e as respectivas legendas em português, desde a fala de Gregório, em "off": "para deixar um testemunho...", até a fala: "... com a consciência e com a razão", inclusive.

Brasília, 12 de dezembro de 1.978

ARESIO C. PEIXOTO
Chefe do S.Censura
Substituto

ROGERIO NUNES
Diretor da DCDP

Anexo 30 - Certificado de Censura, de maio de 1977, referente ao filme Copacabana me Engana, de Antonio Carlos Fontoura

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

Nº DO CERTIFICADO ESPECIAL

TÍTULO DO FILME COPACABANA ME ENGANA

PRODUTOR ANTONIO CARLOS FOUTOURA BRASIL

APROVADO PELA D.C.D.P.
CLASSIFICAÇÃO

IMPRÓPRIO PARA
18 DE
DEZOITO ANOS

VÁLIDO ATÉ 09 de MAIO de 1978

Brasília, 09 de MAIO de 1977

HUGENITO NUNES
Diretor da DCDP

M.J-D.P.F
CERTIFICADO DA D.C.D.P

Certifico constar do livro nº____ fôlha nº____, de registro de filmes cinematográficos, o assentamento da película intitulada COPACABANA ME ENGANA

com os seguintes dados: Bitola 35 mm. Côr P&B
Metragem 2.886 ms. -com 02 cópias-Gênero DRAMA
Propriedade de FIFILM
Distribuido por EMBRAFILME
Domiciliado na
Tendo sido censurado em 09 de MAIO de 19 77 e recebido a seguinte classificação: IMPRÓPRIO PARA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS. C/CORTE DA CENA EE CAMA A PARTIR DO MOMENTO EM QUE O RAPAZ É FOCALIZADO DEITADO SOBRE A MULHER. ATÉ O INÍCIO DA MÚSICA POUCO ANTES DO RAPAZ ROLAR PARA O LADO, NA 2ª PARTE.

Brasília, 09 de MAIO de 1977

OFB
DPF-31

CARLOS A. MOLINARI
Chefe do Serviço de Censura

Anexo 31 - Pedido de anistia para Glauber Rocha, deferido em 26 de maio de 2010

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO DE ANISTIA

Requerimento de Anistia: **2006.01.53877**
Requerente: **PALOMA DE MELO E SILVA ROCHA E OUTROS (GLAUBER DE ANDRADE ROCHA, *post mortem*)**
Relatora: **LUCIANA SILVA GARCIA**

CINEASTA – PRISÃO – PERSEGUIÇÃO – CENSURA. ANISTIA *POST MORTEM*. PRESTAÇÃO MENSAL, PERMANENTE E CONTINUADA. DEFERIMENTO DO PEDIDO

Trata-se de requerimento de anistia *post mortem* formulado por PALOMA DE MELO E SILVA ROCHA, PEDRO PAULO DE ARAUJO BRAGA ROCHA, ERIK ARUAK GAITÁN ROCHA, AVA PATRYA YNDIA YRACEMA GAITÁN ROCHA, filhos e PAULA MARIA GAITÁN, viúva de GLAUBER DE ANDRADE ROCHA, a esta Comissão, pleiteando o reconhecimento da condição de anistiado político e a reparação econômica devida prevista na Lei 10.559/2002.

1. Alegam os Requerentes, em resumo, que entre os dias 11 e 13 de novembro de 1965, Glauber de Andrade Rocha foi detido pelos órgãos de segurança do Governo Federal durante manifestação de protesto em frente ao Hotel Glória no Rio de Janeiro, onde se realizava encontro da Organização dos Estados Americanos. Foi encaminhado à carceragem da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS). Em seguida, foi transferido para a cadeia do Batalhão da Polícia do Exército na Rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca.

2. A prisão durou 19 dias. Glauber Rocha foi processado com base na Lei de Segurança Nacional, ação que tramitou na Justiça Federal, com sentença de arquivamento por falta de provas somente em 1975.

3. Em 1970, ao viajar para a Europa por motivos profissionais, Glauber Rocha foi detido temporariamente pela Polícia Federal e teve seu passaporte apreendido, o que impossibilitou seu regresso legalmente ao Brasil. Segundo os Requerentes, caracterizou-se um ato de exílio do cineasta por arbítrio dos órgãos de segurança.

4. Ao longo de seis anos em que esteve proibido de retornar ao Brasil, os órgãos de segurança continuaram investigando suas atividades na Europa e em outras partes do mundo, constituindo um dossiê sobre o cineasta "que revela a espionagem e a invasão de privacidade do anistiando durante este período."

5. Também neste período, a família de Glauber Rocha – seus pais, Lucia Mendes de Andrade Rocha e Adamastor Bráulio Rocha, sua filha Paloma e suas irmãs Anecyr de Andrade Rocha e Ana Lucia Mendes Rocha, eram constantemente procurados por agentes da ditadura em busca de informações sobre o cineasta.

6. O requerimento inicial a esta Comissão foi formulado pelos filhos do Anistiando: PALOMA DE MELO E SILVA ROCHA, PEDRO PAULO DE ARAUJO BRAGA ROCHA, ERIK ARUAK GAITÁN ROCHA, AVA PATRYA YNDIA YRACEMA GAITÁN ROCHA. Este pedido requer a declaração da condição de anistiado político ao cineasta e a reparação econômica em prestação única (fls. 01 a 06).

7. Em 21 de maio de 2010, a viúva do Anistiando, PAULA MARIA GAITÁN, habilita-se nos autos enquanto requerente e retifica o pedido inicial para solicitar a esta Comissão a declaração da condição de anistiado político a Glauber Rocha e a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada no valor de

231

R$ 2.000,00 (dois mil reais), com aquiescência da também requerente Paloma Rocha, filha do cineasta.

8. Apresentam farta documentação às fls. 07 a 199 e 202 a 227 dos autos.

9. É o relatório.

10. Como deixar registrada, para a História dessa Comissão, para nossa História, a importância do artista Glauber Rocha na construção da Democracia que hoje usufruímos? A grandiosidade da obra de Glauber, de seu pensamento, de suas idéias, a profunda humanidade das suas contradições são por demais complexos para que se possa fazer um resumo em algumas páginas.

11. Este voto é um registro conscientemente singelo da vida de Glauber Rocha, de sua militância política e artística pela transformação social do país, contra a ditadura, pela liberdade e pela libertação do povo brasileiro contra a repressão e a valorização de sua cultura, de suas raízes; para que seu nome, juntamente com de outros artistas já anistiados, fique registrado nos arquivos públicos da Comissão de Anistia.

12. Glauber Rocha inicia sua atividade artística ainda criança. Recém chegado de Vitória da Conquista, cidade do interior da Bahia, com seus pais Lucia Mendes de Andrade Rocha e Adamastor Bráulio Silva Rocha e seus irmãos, Glauber, menino de nove anos, escrevia histórias e roteiros de filmes por sobre a máquina registradora da Loja Adamastor de propriedade da família, na Rua Chile, cidade de Salvador.

13. Em sua juventude, estudou no Colégio Dois de Julho, período em que escreveu, atuou em peças, participou de programas de rádio, grupos de teatro e cinema amadores. Começou a realizar filmagens quando ingressou na Faculdade de Direito, hoje da Universidade Federal da Bahia, de seu primeiro filme *Pátio*, de 1959. que logo abandonou para iniciar uma breve carreira jornalística, em que o foco era sempre sua paixão pelo cinema.

14. Estréia na produção de longa-metragem com *Barravento* de 1962. "É o momento de violência, quando as coisas de terra e mar se transformam, quando no amor, na vida e no meio social ocorrem súbitas mudanças."

15. Unindo-se a outros cineastas, estabelece estratégias precisas que iriam concretizar o desejo de transformação política e estética alcunhado de Cinema Novo. Glauber, na Bahia; Paulo César Saraceni, na Itália; Gustavo Dahl entre Roma e Paris; Joaquim Pedro de Andrade pela Europa. No Rio de Janeiro, Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra, Zelito Viana e outros.

16. Glauber consegue articular, por meio de correspondências e viagens, um movimento de repercussão internacional. A logística do Cinema Novo tem características de guerrilha: poucas pessoas, revezando-se nas diversas funções de feitura do filme e formação de uma rede que potencializa os esforços.[1]

17. Em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, Glauber transforma beatos e cangaceiros em rebeldes, portadores de uma ira revolucionária difusa. Parte do imaginário euclidiano de *Os Sertões* no qual a fome, a violência, a revolta são atributos do homem. Mas Glauber vai às últimas conseqüências e faz da violência uma política e uma estética. Em suas palavras, "somente pela violência e pelo horror o colonizador pode compreender a força da cultura que ele explora." A violência não é sintoma, é desejo de transformar, "e a mais nobre manifestação cultural da fome."[2]

18. 1964. O golpe militar atinge o cinema brasileiro no momento de sua ascensão, de grande explosão de criatividade, de filmes como *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, *Deus e o Diabo na Terra de Sol*, de Glauber Rocha e *Os Fuzis*, de Ruy Guerra; que representam o apogeu do Cinema Novo em sua proposta original. São

[1] "Cartas ao Mundo" Glauber Rocha; organização Ivana Bentes – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pag. 24
[2] Idem, pag. 28-29.

filmes de diferentes estilos, que permitem ao autor a sua participação na luta política e ideológica em curso na sociedade brasileira.

19. A luta pelas reformas de base define o confronto da esquerda com a classe conservadora e por isso, nestas obras-primas, o campo é o cenário e a fome é o tema principal. É o Nordeste do polígono das secas o espaço simbólico que permite discutir a realidade social do país, o regime de propriedade de terra, a revolução.[3]

20. Quando o golpe estourou, Glauber viajava para Cannes em divulgação de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. O filme torna-se um sucesso internacionalmente e ele vai da Europa para o México, Nova York, Los Angeles. Uma carta coletiva de 13 de abril de 1964, escrita por seus amigos Luis Carlos Maciel, Paulo Cesar Saraceni, Leopoldo Serran, Rogério Duarte, Geraldo Del Rey e David Novaes dá-lhe conta dos fatos que diz: "esta é uma carta coletiva escrita sob o signo do desespero e da esperança simultaneamente, o que é uma contradição, mas a contradição, como se sabe, é o poder que move todas as coisas. Inclusive as cartas. Há razões de sobejo para o desespero; para a esperança nos as estamos procurando." [4]

21. A partir de 1964 esta nova conjuntura política atinge diretamente o Cinema Novo. Glauber Rocha, em *Terra em Transe*, de 1967, procura expressar sua perplexidade, fazer um novo diagnóstico, em face aos desafios dos acontecimentos. *Terra em Transe* representa o máximo da reflexão dramática e cinematográfica sobre o golpe militar, combinando a indignação com uma impulsiva explicação da derrota.

22. Para Ismail Xavier, *Terra em Transe* "é a expressão maior do que, no repensar o Brasil após a inversão de expectativas, caracterizou-se como 'crise das totalizações históricas'. Se em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* de 1963/1964 havia a certeza da revolução e a recapitulação histórica era profética, em *Terra em Transe* , a

[3] XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo, Paz e Terra, 2001, pág. 51.
[4] "Cartas ao Mundo".Glauber Rocha; organização Ivana Bentes – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pag. 232.

esperança é substituída pelo desencanto. "Se antes viver no Brasil era estar apoiado no sentido claro, inexorável da história, agora viver no Brasil é entrecruzamento de sentidos, agonia."[5]

23. Ao retornar ao Brasil, após divulgação de *Deus e o Diabo...*, Glauber encontra o país completamente distinto. O devir revolucionário no princípio dos anos 60, o gênese do Cinema Novo, a guerrilha cultural, fortemente influenciada pela Revolução Cubana -"vamos agir em bloco, fazendo política", como ele dizia – sofrem um corte profundo pela fúria da direita e dos militares golpistas. Provoca em Glauber, por suas palavras, "a mais brutal crise de toda a minha vida. (...) eu viajei com *deus e o diabo*, veio a queda de Jango, eu voltei com tudo mudado e as pessoas dispersas, desmoralizadas, tristes."[6]

24. Em 17 de novembro de 1965, Glauber Rocha é preso, juntamente com outros intelectuais e artistas, em represália a protesto realizado no Hotel Glória, Rio de Janeiro, onde acontecia a reunião da Organização dos Estados Americanos. Houve distribuição do manifesto dos intelectuais, que condenava "a ditadura do governo Castelo Branco" (fls. 97, 172, 173).

25. A partir deste momento, intensificam-se o monitoramento de Glauber Rocha pelos órgãos da Ditadura e a censura sobre seus filmes. Às fls. 118, documento do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), datado de 21 de setembro de 1966, informa:

> "- O controle da indústria cinematográfica e das exibições de filmes está, atualmente, nas mãos de comunistas, a quem comete a seleção, indicação e distribuição das películas, coisa do maior interesse.
> - Os executores das diretivas partidárias do PC, no setor cinematográfico são: (...) GLAUBER ROCHA (...).

[5] XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo, Paz e Terra, 2001, pág. 71.
[6] "Cartas ao Mundo".Glauber Rocha; organização Ivana Bentes – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pag. 268.

235

- A fim de introduzir, de forma definitiva, ao texto da Constituição, o princípio da censura uma e federal, para os filmes destinados à exibição em cinema e televisão, o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica propôs ao Ministro da Indústria e do Comércio e ao Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores a forma capaz de controlar a influência comunista, mediante a unificação da censura, pois carece de sentido a sua fragmentação. (...)

26. Em conseqüência, *Terra em Transe* é proibido em todo o território nacional (ano de 1967), no mesmo ano que o apartamento de Glauber é invadido e revirado pela polícia política. No final de 1970, com a prisão de toda a equipe do *Pasquim* e do cineasta Walter Lima Jr., Glauber decide sair do país para seguir na divulgação de sua obra, sem posteriormente, conseguir retornar.

27. Entre 1971 a 1976, Glauber viaja para os centros do comunismo e da esquerda internacional: Cuba, Chile, Peru, a Paris dos exilados e guerrilheiros brasileiros, onde se aproxima da Aliança de Libertação Nacional (ALN). Em Cuba, torna-se militante de organizações clandestinas de esquerda e produz o filme *História do Brasil*.

28. Os documentos de fls. 08 a 15 dos autos intitulados "Comunismo Internacional – sumário de informações" do Ministério da Aeronáutica demonstram que a atuação de Glauber Rocha fora do Brasil era intensa e minuciosamente monitorada. Daí, a impossibilidade de conseguir recursos para seus filmes no Brasil.

29. Entre 1974 a 1976, Glauber tenta levantar verbas para a produção dos projetos *America nuestra, A Idade da Terra, O nascimento dos deuses*. Sem sucesso. Segundo ele, a razão da falta de apoio seria por fazer "um cinema revolucionário no ocidente capitalista." E diz, "não sou um artista romântico, sou um revolucionário brasileiro num momento grave para as forças revolucionárias de nosso país... mas a história avança num ritmo que os ocidentais neuróticos e pequeno-burgueses não podem

compreender...o futuro da civilização é certamente o paraíso tropicalista, América do Sul e África..."[7]

30. O retorno de Glauber Rocha ao Brasil em 1976 é marcado por um sentimento de descrença nos modelos políticos dos países em que visitou. Segundo ele, "o mundo todo triste... a China morta... Rússia morta... Europa morta... Ásia morta...África pré-histórica...América Latina subdesenvolvida... ah, a única solução é fundar no Brasil um Estado Novo com Cinema Novo..."

31. A militância política de Glauber avança para falas impensáveis naquele momento: faz críticas à ditadura militar brasileira, mas também à ditadura comunista na União Soviética. "No Brasil, a crítica filosófica ao pensamento baseado no marxismo, no leninismo, no maoísmo, está interditada." A necessidade de mudança de postura da esquerda brasileira reclamada por Glauber demonstra uma posição que era um passo à frente dos seus companheiros de militância, no processo de autocrítica da esquerda, que muito lentamente libertava-se da lógica da resistência à ditadura para enveredar na discussão de um novo modelo de redemocratização para o Brasil.[8]

32. Glauber exerce um papel crucial nessa transição, pois foi a primeira voz dissonante que permitiu o surgimento de um pensamento realmente novo na luta contra a ditadura e em nome de um recomeço:

> "Sou rigorosamente nacionalista. Sou anti-soviético, antiamericano, antichinês, anti-social-democracia européia. Acho que no Brasil nós temos realmente possibilidade de criar um modelo político novo e essa idéia não é um absurdo do ponto de vista da imaginação. Ela encontra raízes inclusive em nossa cultura."[9]

33. O período de 1976 a 1980 é marcado por fatos importantes na vida de Glauber: as filmagens tumultuadas de *Di Cavalcanti* e a premiação em Cannes

[7] "Cartas ao Mundo" Glauber Rocha; organização Ivana Bentes – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pag. 570.
[8] "Cartas ao Mundo" Glauber Rocha; organização Ivana Bentes – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pag. 58.
[9] Idem

deste curta-metragem, a morte trágica de sua irmã Anecy Rocha, em 1977, a publicação do romance *Riverão Sussuarana*, em 1978, a realização do filme *A Idade da Terra* e sua total rejeição pelo público e crítica no festival de Veneza, a morte do seu pai, Adamastor.

34. De novo, parte rumo a Europa, em 1980. Primeiro Paris, depois Sintra, em Portugal. Mas é um período de grandes dificuldades, sem recursos financeiros e com graves problemas de saúde, Glauber escreve uma carta a Celso Amorim, em 8 de junho de junho de 1981, e explica, a pobreza, a doença, e sua expulsão do cinema brasileiro como preço que pagou por sua liberdade artística. Quer começar um novo projeto e vê a Embrafilme como forma de salvar seus filmes e o salvar. E arremata, "é uma situação dramática natural de quem viveu dedicado 20 anos de Cinema Brasileiro."[10]

35. Em 6 de agosto de 1981, é internado numa clínica em Lisboa. 22 de agosto de 1981, no dia seguinte ao desembarcar no Brasil, morre Glauber Rocha. Seu enterro, um acontecimento: o velório feito no Parque Lage, Rio de Janeiro, cenário do filme *Terra em Transe*, "fechou uma era cultural no Brasil, provocando o transe, a ira, o choro, os últimos discursos inflamados de agosto, as últimas brigas e acusações, as últimas polêmicas culturais."[11]

36. Sobre a morte de Glauber, o cineasta português Paulo Rocha declara: "O que faltou a Glauber? A possibilidade de envelhecer como um patriarca." Então teríamos, não um revolucionário enterrado em meio à comoção, como Che Guevara, e sim a construção de um outro mito, de uma outra mitologia glauberiana. Mas, sobre isso, o próprio Glauber nos responde: "Eu sou um apocalíptico que morrerei cedo. Não curto essa de ser mártir."[12]

37. A perseguição política sofrida por Glauber Rocha pelos agentes da ditadura militar, sua prisão, processamento, censuras a seus filmes estão mais que

[10] Idem, pag. 72
[11] "Cartas ao Mundo".Glauber Rocha; organização Ivana Bentes – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pag. 73.
[12] Idem, pag. 74.

238

comprovados em dois volumes de processo, com documentos dos mais diversos órgãos de repressão. Somem-se as estas provas, as cartas escritas por ele e organizadas na obra *Cartas ao Mundo*, por Ivana Bentes, publicada pela editora Companhia das Letras, em 1997, que também serviu de fonte probatória ao presente voto. Glauber Rocha foi atingido por atos de exceção, na mais ampla abrangência do termo, conforme definição da Lei 10559/2002.

38. O nexo de causalidade entre a perseguição política sofrida por Glauber Rocha e os prejuízos causados em sua profissão de cineasta também restam demonstrados. A dificuldade na captação de recursos para produção de seus filmes, mesmo sendo um cineasta de grande reconhecimento internacional, ganhador de prêmios em festivais prestigiados como de Cannes deu-se em função da censura de seus filmes, seu posicionamento publico contrário à ditadura militar.

39. O pedido inicial feito pelos filhos de Glauber Rocha de declaração da condição de anistiado político e reparação em prestação única, foi retificado posteriormente pelo pedido da viúva Paula Gaitán, de reparação econômica em prestação mensal, no valor de dois mil reais.

40. Entendo por razoável o valor apontado pela Requerente Paula Gaitán a título de prestação mensal, permanente e continuada. Diante das especificidades da atividade de cineasta, utilizo-me da faculdade prevista pela Lei n. 10559/2002, em seu artigo 5, de arbitramento do valor somando-se às decisões anteriores desta Comissão acerca da anistia a outros cineastas.

41. Diante do exposto, opino pelo deferimento do pedido, para conceder aos Requerentes :

a) A declaração de anistiado político *post mortem a* **GLAUBER ANDRADE ROCHA,** com fulcro no artigo 1º inciso I da Lei 10.559/2002, oficializando em nome do Estado Brasileiro o

pedido de desculpas aos Requerentes **PALOMA DE MELO E SILVA ROCHA, PEDRO PAULO DE ARAUJO BRAGA ROCHA, ERIK ARUAK GAITÁN ROCHA, AVA PATRYA YNDIA YRACEMA GAITÁN ROCHA**, filhos, **PAULA MARIA GAITÁN**, viúva, e **LUCIA ROCHA**, mãe, pelas perseguições políticas sofridas pelo Anistiado em função de sua oposição à ditadura militar;

b) A reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, correspondente ao cargo de cineasta, percebendo remuneração no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a viúva **PAULA MARIA GAITÁN,** conforme disposto no art. 6º, da lei nº 10.559, de 2002;

c) Efeitos financeiros retroativos, a contar de 17/05/2001, vez que a data de protocolo de seu requerimento de anistia junto ao Ministério da Justiça é de 17/05/2006, totalizando o valor de R$ 234.600(duzentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais) nos termos do art. 6º, § 6º, da Lei de Anistia.

É como voto.[13]

Salvador, 26 de maio de 2010.

CONSELHEIRA LUCIANA SILVA GARCIA

Relatora

[13] Deixo registrado meu agradecimento a Luis Carlos Fontes de Alencar Filho pelo precioso auxílio na pesquisa para a realização desse voto.

COMISSÃO DE ANISTIA

PORTARIA n.º 3694 de 18 de NOVEMBRO de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão realizada no dia **26** de **maio** de **2010**, no Requerimento de Anistia n.º **2006.01.53877**, resolve:

Declarar anistiado político *"**post mortem**"* **GLAUBER DE ANDRADE ROCHA**, filho de LUCIA ROCHA, e conceder a **PAULA MARIA GAITÁN**, portadora do CPF nº 103.974.177-05, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos retroativos da data do julgamento em 17.05.2001 até a data do julgamento, perfazendo um total retroativo de R$ 234.600,00 (duzentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei n.º 10.559, de 2002.

LUIZ PAULO BARRETO

Publicado no Diário Oficial da União (D.O.) 19/11/2010
Seção 1

Anexo 32 - Carta enviada de Havana por Glauber Rocha para o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, em 20 de novembro de 1971

do cinema latinamericano. E o cinema cubano é o único que pode liderar um novo movimento.

Um grande abraço e espero sua resposta.

Obrigado,

Glauber.

Endereço
c/o Barcelloni
Via del Corso, Roma
Tele: 640xxx
— estarei no Festival de Pesaro, Hotel President, e depois volto a Roma.

Para Miguel Arraes

Havana, 20 de novembro de 1971

A Miguel Arraes

Querido Mestre —

Vou fazer uma carta daqui de Havana, lhe explicando o que penso do Brasil hoje em dia no contexto interno e latinamericano. A viagem de Fidel ao Chile, a redefinição moderna do continente como força revolucionária determinante pra queda do imperialismo, da situação original do Brasil, tudo isto faz mexer a cuca por cima da cozinha cultural que é nosso país. Nosso estado é o pior do mundo. Li dois livros: Os *sertões*, de Euclides e *Retratos do Brasil*, de Paulo Prado. São duas das melhores coisas que escreveram, porque nos interpretam como formação racial decadente e politicamente inexpressiva. As interpretações econômicas que se fizeram do Brasil são umas merdas porque, com pose de marxistas, são todas reformistas tecnocráticas: os economistas de esquerda entregaram as melhores fórmulas de administração neocapitalista-colonial pra Delfim botar em prática com mesmos critérios e apenas sacaneando pelo esvaziamento ideológico. O que a burguesia nacional queria, Delfim entrega de mão aberta

---

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

dando porrada no esquerdismo cultural armado. A burguesia nacional antes queria o esquerdismo cultural: MCP, ligas, CPC e outras siglas que podem ir da Bossa-Nova à ALN: isto quer dizer que a luta armada surgiu como conseqüência de uma circulação de idéias contestatárias internas e externas que unem o impacto emocional de *Opinião* à leitura de *Revolução na Revolução*, de Debray — curiosamente, no Brasil, graças a CPC e MCP, a esquerda cultural acaba na luta armada. Uma parte: a outra ou se integrou ao liberalismo sexual da burguesia nacional ou desbundou *hippie*, muito alienada e feliz, fumando maconha. Depois que o militarismo liquidou o esquerdismo cultural teórico e entrou de bala a tortura em cima do esquerdismo cultural prático — a burguesia aderiu porque agora podia avacalhar sem compromisso qualquer forma de esquerdismo. No Brasil, salvo a minoria de quem pegou em armas, todo mundo ficou nacional-fascista: os meios de comunicação tribalizam o país jogando com o seu inconsciente cotidiano, de baixo nível neurótico e de triste fantasia: imagens de Chacrinha, Flávio Cavalcanti ou da pseudo-elegância americana de *Veja*, ou do nosso udigrúdi inglês, onde tem mais *hippie* brasileiro que em Ipanema, ou o esquerdismo em crise de Paris, onde tem mais fossa estilo *Senhor*, que lembra também corredores internacionais do ISEB e da UNE — e ainda vagas notícias do Chile, da Argélia, de Cuba —, tudo isto — e futebol e carnaval e misticismo como modelos de coletivização espiritual — socializa a burrice, a ingenuidade e a ousadia do mestiço subdesenvolvido, neurastênico no litoral e forte no sertão, como deixa claro Euclides. Paulo Prado entra mais de sola: a colonização foi uma esculhambação do sexo, dinheiro e violência que explodiu com o romantismo politizante na figura de D. Pedro II, exemplo grotesco da decadência aristocrática portuguesa nos trópicos: ou seja, foi no Brasil que Portugal se fudeu, povo impotente, navegadores em busca de um sonho de cobiça e luxúria, encontrando tudo isto e aceitando a podridão maravilhosa. Com a República, já sem D. Pedro II, começou o ciclo da tristeza que deixou grandes explosões desaparecerem na impotência: ciclo de borracha, de cana, de cacau, de café, de petróleo, de modernismo, de prestismo, de trabalhismo, de bossa-nova, de cinema novo, de tropicália, de estudantismo, de festividade, de janguismo, de nacionalismo reformista aproveitado nas coxas pelos comunistas de classe média querendo virar burguesia nacional que era o ideal inconsciente do Partidão: pois a ditadura é a expressão da burguesia nacional.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

O país é triste, burro, ignorante, tem pouco fôlego de improvisação. Lamarca falou em algumas cartas da necessidade de fazer A Revolução Cultural na esquerda, primeira medida para acabar com a incompetência intelectual, a presunção ignorante, a agressividade machista, o despreparo ideológico sob a medíocre tecnocracia de Delfim Netto.

É natural que o Exército produza guerrilheiros marxistas-leninistas e o Lamarca é o criador dessa onda anti-Caxias. O verdadeiro patrono das Forças Armadas é Tiradentes. Lamarca fugindo dum quartel com caminhões de armas e alguns cabos e sargentos deixou claro no inconsciente da cuca de seus ex-companheiros que o quente pra juventude militar deve ser Tiradentes e a caretice de Caxias só fica bem pra velharia de generais analfabetos e coronéis grilados que venderam a alma ao Diabo pra fazer do Brasil o maior campo de concentração nazista do mundo.

A ditadura reagiu na *Manchete* dizendo que Lamarca era agente da CIA. O autor destas burrices é Murilo Mello Filho, chantagista e delator que a Empresa Bloch utiliza como préstimo à ditadura.

Depois espalhou que Lamarca era fanático assassino, um fascista neurótico, um militarista ignorante. A ditadura deixava claro que das fileiras das Forças Armadas não podia sair um revolucionário moderno, porque o nível intelectual do meio era baixo. A ditadura, sem saber, decretou a morte de sua autoridade ideológica: o Capitão Lamarca demonstrava, em assaltos, seqüestros e ocupações, que o único caminho de sua geração humilhada por americanos marechais vendidos era passar de armas e bagagens pra os *fronts* populares de operários, camponeses, negros, marginais, classe média, burguesia liberal. Completava a jogada de Marighella, abrindo a coluna revolucionária na insegurança social e medo político de todas as classes oprimidas. Durante um tempo, Lamarca ficou invencível para a opinião pública.

A ditadura torturou sem parar na pista do Capitão.

Lamarca saiu das cidades pro sertão da Bahia.

Cresceu ideologicamente como nenhum outro revolucionário brasileiro. Era preciso começar a guerrilha sertaneja. Sabia dos riscos, que era um Capitão contra as tropas do Governo, mas precisava transformar o cangaço anarquista em cangaço revolucionário: entrou pela caatinga, iniciou as guerrilhas e foi morto por três mil soldados perto do lugar onde morreu Lampião.

O sertanejo agora deve reaprender que o quente é Lamarca e que Lampião é careta.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

Lamarca, comendo "beiju e macaxeira", completou a Revolução Cultural, concretizou a idéia de Revolução Cultural dentro da esquerda brasileira, deixando certo que a revolução crescerá à medida que as guerrilhas encontrarem recepção libertadora nas massas.

Por isto, morreu no campo, dormindo debaixo de um marmeleiro, integrado à terra e convertido em mito.

Os três mil soldados de Caxias tiveram medo das balas certeiras do Capitão e não lhe deram tempo pra defesa.

Medo do guerrilheiro e medo de suas idéias.

Morre o homem e fica a fama. De Lamarca ficaram cartas de amor e política que David Nasser classifica de "marxismo ginasial". Nestas cartas o brasileiro começa a ler importantes textos políticos. Em Agosto de 1971, Lamarca escreveu ao MR-8 a seguinte carta. Está aberta para divulgação e discussão.

*A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA**

Ao assumir a posição das classes oprimidas também assumi a responsabilidade de travar a luta teórica e ideológica dentro da vanguarda: nisto devem se empenhar todos os revolucionários.

A minha tomada de posição foi entrar numa organização revolucionária, na concordância de uma linha política, e meu compromisso com a organização se relaciona com a dinâmica desta linha política que, na prática, se aperfeiçoa atuando e se transformando numa realidade.

A esquerda revolucionária enfrenta a mais dura fase da formação e da solidificação da vanguarda. Outros movimentos revolucionários viveram esta fase e a superação é o salto de qualidade que possibilita o aceleramento do processo. Para isto é necessário que algumas condições existam ou sejam criadas e, fundamentalmente, se constituir uma força política capaz de alterar a conjuntura.

Precisa a esquerda revolucionária formar sólida base social nas camadas revolucionárias da massa. Romper o isolamento político com as massas. Duas posições existem: a vinculação política e a vinculação or-

(*) Texto, segundo Glauber, de autoria de Carlos Lamarca, escrito ao MR-8.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

gânica com as massas. A prática tem informado da justeza ou não dessas posições.

Enquanto a vinculação política com as massas tenta desenvolver a propaganda armada (agitação) isolada, como o foco debrayista urbano, o isolamento se aprofunda no desconhecimento dos interesses e expectativas das massas. A isto soma-se uma errônea análise de classes, em que os marginalizados do processo produtivo são considerados a camada principal da massa.

Esta posição desconhece que o marginalismo marcha à retaguarda da classe operária, reivindica assistência e facilmente se neutraliza pelo paternalismo populista.

Quando assume posição revolucionária tende para a destruição inadequada, a um longo processo de luta que temos de desenvolver para construir o Poder Alternativo fazendo a Revolução Cultural. A minha ex-organização, ao defender dogmaticamente a vinculação política com as massas, colocando o marginalizado como camada principal, fecha a possibilidade de ruptura do isolamento político.

Simplificando sua posição na tentativa de politizar por meio do que chama "propaganda armada", se fecha cada vez mais, esquecendo que é necessário o trabalho de organização e educação da base social.

Como toda prática forma e deforma, tal posição forma militantes isolados da massa, como uma casta política, e os deforma na defesa de posições pequeno-burguesas. Eis o motivo de minha ruptura.

Ingressei no MR-8 após um período de discussões em que me aprofundei nas posições políticas da organização, discussões internas, organização e estrutura orgânica.

Identifiquei minha posição com a do MR-8 quanto ao caráter socialista da revolução, luta popular prolongada com a integração e interdependência cidade/campo, vinculação política-orgânica com as massas por diversas formas de luta de acordo com a realidade brasileira. E quanto às tarefas imediatas de implantação social para criar condições de deflagração combinada de diversas formas de luta.

A burguesia tem procurado travar a luta de classes em todos os níveis, político, militar e, recentemente, dando ênfase ao plano superestrutural (ideológico).

Tenho como posição fechada não me defender da burguesia e sim atacá-la.

Tem a burguesia se utilizado de ex-companheiros que assumiram a

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

posição da classe dominante e de alguns companheiros que fraquejaram sob torturas. No entanto, devo ressaltar que centenas de companheiros, mesmo sob as mais bárbaras torturas, continuam a travar a luta de classes nas masmorras do imperialismo.

E não foi o imperativo categórico kantiano do dever cumprido que os fez suportar os sofrimentos que ainda suportam, mas a correta militância marxista-leninista que possibilita a exata compreensão do estágio do processo e as necessidades revolucionárias para a formação e solidificação da vanguarda.

E o nível ideológico é tão mais elevado quanto mais estreita a militância junto às massas, quanto mais fizermos a Revolução Cultural até levar à prática o internacionalismo proletário.

Considero que está encerrado o fracionamento da esquerda e começa o processo de aglutinação política.

A luta política para que isto se torne viável a curto prazo é das mais importantes, senão decisiva, para o processo revolucionário.

Já existe o embrião desta vanguarda na Frente composta por cinco organizações revolucionárias.

O aprofundamento das discussões, a prática conjunta e o estreitamento das relações revolucionárias possibilitarão que a luta política interna (inicialmente com as polarizações da prática anterior e posteriormente com a interação política) nos conduza ao aperfeiçoamento da prática que a luta já nos exige em todos os níveis.

Os revolucionários brasileiros — no Brasil ou no exterior — têm de se dedicar a essa tarefa fundamental para o aceleramento do processo.

Todos podem e devem contribuir.

O sectarismo que até então existiu na esquerda brasileira tem de ser exterminado na prática.

Bem sabemos o preço elevado que a esquerda revolucionária pagou pelos sectarismos próprios da ideologia da classe dominante, cujos resquícios permanecem até hoje em militantes.

*Não se trata de apressar, como pensaria um pequeno-burguês, mas de lutar no dia-a-dia, para criar condições do fortalecimento das forças revolucionárias.**

Concretamente propomos a todas as organizações revolucionárias

(*) Trechos sublinhados por Glauber.

que iniciem o estreitamento das relações políticas, trocando documentos internos, formalizando em documento suas posições para que sejam discutidas por todos, aqui e no exterior, propondo temário conjunto nos pontos em comum e trocando suas experiências acumuladas até hoje.

Iniciemos a revolução interna na esquerda, criemos condições para isto. Procuremos, desde já, nos relacionar dentro dos padrões que construir no socialismo.

À vitória, sempre,

Carlos Lamarca, Agosto de 1971

Anexo 33 - Relação de domiciliados na Bahia que solicitaram anistia

RELAÇÃO DE DOMICILIADOS NA BAHIA QUE SOLICITARAM ANISTIA			
Nº	**Requerente**	**Nº Processo**	**Cidade de Domicílio**
1	Abdias Alves Guimarães	2004.01.40724	Jequié
2	Abdias Carlos Amorim	2004.01.48136	Taquarandi
3	Abel Barbosa e Silva	2004.01.39629	Paulo Afonso
4	Abelardo Assis Brauer	2003.01.35324	Teixeira de Freitas
5	Abelardo Ferreira de Almeida	2004.01.48198	Quixabeira
6	Abelardo Gordiano Cedraz	.31123	Ichu
7	Abigail Helena Mota Ribeiro	2004.01.48085	Itiruçu
8	Abilio Soares de Oliveira	2004.01.45115	Itambé
9	Abmael Silva	.60488	Anagé
10	Abnael Abdon Fair	2004.01.39805	Ibirataia
11	Abnal Andrade Nogueira	.10477	Lauro de Freitas
12	Absolon Gonçalves dos Santos	2003.04.19059	Salvador
13	Acetildes Oliveira Lima	2008.01.60801	Itapitanga
14	Adalberto Alves da Silva	2004.01.40018	Jacareci-Camacan
15	Adalberto de Souza Coelho	2003.01.33046	Maragujipe
16	Adalberto dos Reis Pereira	2004.01.39645	Irecê
17	Adalberto Magalhães Cerqueira	2004.01.38215	Salvador
18	Adalberto Sebastião Moreira Rios	2003.01.34212	Caem
19	Adalgisa Xavier Carneiro	2004.01.39000	Brejolândia
20	Adalton Querino de Queiroz	2003.01.29000	Irecê
21	Adão Bomfim Oliveira	2003.01.29673	Santa Maria da Vitória
22	Adautino Santos Correia	2004.01.38166	Aurelino Leal
23	Adauto Joao Mamona dos Santos	2004.01.47982	Gov. Mangabeira
24	Adauto Queiroz	.44562	Santo Amaro da Purificação
25	Adeildo Lima Silva	2003.02.24894	Salvador
26	Adelaide Izabel Vasco de Araújo	2003.01.31589	Critópolis
27	Adelia Maria de Oliveira Costa	2004.01.44760	Sta Bárbara
28	Adelina Angélica Ferreira	2005.01.51892	Salvador
29	Adelina Marques de Souza	2004.01.43248	Irece
30	Adelino Aleixo de Bastos	2004.01.48228	Ribeiro do Pombal
31	Adelino Batista de Souza	2003.01.31585	Cristópolis
32	Adelino de Jesus Silva	2004.01.48171	Canacan
33	Adelino Teixeira Neto	2004.01.38991	Brejolãndia
34	Adélio Nunes Azevedo	2004.01.38422	Sento-Sé
35	Adelita Bomfim dos Santos Guimarães	2004.01.38807	Camamú
36	Adelmir de Almeida Santos	2003.01.34752	Itororó
37	Adelmir Santana Carvalho	.63084	Salvador
38	Adelson Montenegro Nogueira	2003.01.34184	Serrinha
39	Ademar Gomes de Miranda	2003.01.33080	Tanhaçu
40	Ademar Menezes do Rêgo	2004.01.40193	Macaubas
41	Ademar Moura e Silva	2004.01.40403	Queimadas
42	Ademar Pereira Maia	2003.01.32681	Filadélfia
43	Ademar Santos de Melo	2002.01.13922	Salvador
44	Ademi Vieira Barros	.63136	Paulo Afonso
45	Ademir Lopes de Oliveira	2004.01.38106	Caém
46	Ademir Viana Bacelar	2003.02.24870	Salvador
47	Aderbal Caetano de Burgos	2009.01.63822	Simões Filho
48	Adermeval Cedraz da Silva	2003.01.33768	Cotegipe
49	Adevaldo Carvalho Cunha	2003.01.35046	Feira de Santana
50	Adiel Gama Santos	2003.02.24829	Salvador
51	Adilson Antonio Vieira	.41435	Salvador
52	Adilson Barbosa Torres	.42076	Itabela
53	Adilson Costa	2003.01.21526	Lauro de Freitas
54	Adilton de Souza	2004.01.45474	Santo Amaro da Purificação
55	Adilton de Souza Brito	.72746	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
56	Adinaldo Pereira dos Santos	2004.01.48130	Firmino Alves
57	Adjaci Cardozo da Silva	2004.01.39860	Filadelfia
58	Adjaci de Moura Santos	2003.01.32955	Saúde
59	Adjavas Dias	2005.01.49350	Cachoeira
60	Adlaide Batista dos Santos	2004.01.44225	Jussara
61	Adolfo Chaves Duarte	2003.01.33135	Jequié
62	Adolfo Cordeiro de Almeida	2004.01.42487	Salvador
63	Adolfo de Almeida Pellegrini	2003.01.32931	Jaguaquara
64	Adonai Matos Torres	2004.01.40092	Juazeiro
65	Adonidio Joao Ribeiro	2004.01.48537	Maetinga
66	Adony Querubino de Andrade	2004.01.40878	Santa Cruz de Cabrália
67	Adresmar Torretta	2002.01.12580	Salvador
68	Adriano Celestino Ribeiro Barros	.70469	Salvador
69	Adroaldo Ferreira e Silva	.34815	Salvador
70	Adroaldo Santana da Silva	2001.01.05113	Salvador
71	Aerodiso Dias dos Santos	2007.01.56483	Salvador
72	Afonso Carlos Santana Pereira	2003.01.20440	São Caetano
73	Afonso Celso de Araújo	.21547	Serrinha
74	Afonso Lins de Oliveira	.51624	Todos os Santos
75	Afonso Maria Magalhães de Sá Pereira	2003.01.27797	Bom Jesus da Lapa
76	Afrinio de Carvalho Freire	2003.04.18058	Salvador
77	Agamenon Augusto da Silva	2003.01.35994	Formosa do Rio Preto
78	Agamenon Fernandes	2003.01.32934	Jaguaquara
79	Agamenon Ribeiro de Andrade	2004.01.44725	Ibotirama
80	Agda Macedo dos Santos	2004.01.38989	Barro Preto
81	Agenor Alves Costa	.67848	Salvador
82	Agenor Marinho da Silva	2004.01.48169	Almadina
83	Agenor Nonato de Souza	2004.01.40192	Macaubas
84	Agenor Oliveira Andrade	2004.01.46825	Cansanção
85	Agenor Pereira de Santana	2003.01.33765	Cícero Dantas
86	Agenor Pereira do Nascimento	2004.01.41005	Cícero Dantas
87	Agenor Pires da Silva	2003.02.24591	Santo Amaro
88	Agildo Miranda da Silva	2004.01.39367	Itajuípe
89	Agmar Alves Monteiro	2003.01.33014	Serra Dourada
90	Agnaldo Assunção Alves	2003.01.29658	Paramirim
91	Agnaldo Cleomenes Ramos Batista	.53770	Itabuna
92	Agnaldo Cordeiro da Silva	2004.01.39944	Candido Sales
93	Agnaldo Costa Santos	2003.01.26675	Salvador
94	Agnaldo Raimundo Reis Bitencourt	2001.01.04369	Salvador
95	Agnaldo Vasconcelos Andrade	2005.01.49496	Acajutiba
96	Agnelo Paulo Guimarães	2004.01.39606	Irece
97	Agnelo Pereira da Silva	2003.01.32693	Antonio Gonçalves
98	Agnelo Raymundo Gomes da Costa	.22935	Teixeira de Freitas
99	Agnilza Chrisóstomo da Silva	2004.01.39540	Angical
100	Agostinho Chaves dos Santos	2003.02.24852	Feira de Santana
101	Agostinho Ferreira da Silva	2005.01.49928	Cansanção
102	Agostinho Gonçalves de Souza	2004.01.48183	Distrito de Curaça
103	Agostinho Silva Navarro	2003.01.33058	Mairi
104	Agripino Alves da Silva	2003.01.30760	Distrito de Angical
105	Agripino Dias Brandão	2004.01.43777	Brejoes
106	Agripino Francisco dos Santos	2003.01.34270	São Desidério
107	Agripino José de Matos	2003.01.33687	Cel. João Sá
108	Agripino Rabelo Sobrinho	.03636	Lauro de Freitas
109	Agripino Rodrigues Filho	2004.01.38791	Ubatã
110	Aguido Oliveira Souza	2003.01.32863	Piatã
111	Aguinaldo Jair Silva Tavares	.25016	Vitoria da Conquista
112	Aida Rosalina Ribeiro Conceição	2004.01.48028	Salvador
113	Aide Silva	2003.01.34247	Aurelino Real

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
114	Aildemar Alves Mendes	2001.01.03553	Santo Amaro
115	Ailton Costa Reis	2002.01.10446	Salvador
116	Ailton Esteves	2001.01.02220	Itaberaba
117	Ailton Manoel de Jesus	.48619	Salvador
118	Ailton Teixeira dos Santos	2003.02.26478	Salvador
119	Airton Atenedorio de Lima	2003.02.24551	Feira de Santana
120	Airton Paiva Pena	2003.01.19954	Salvador
121	Airton Rodrigues da Silva	2004.01.40984	Bom Jesus da Lapa
122	Airton TAumaturgo Borges	2005.01.49650	Feira de Santana
123	Alair Lima da Silva	.40124	Salvador
124	Alayde Novaes Souza	2004.01.37587	Jequié
125	Alayde Sousa Soares Vasconcelos	2004.01.39076	Conde
126	Alberico Alves Aragão	2003.02.24532	Salvador
127	Alberico Antonio Sampaio	2004.01.48790	Nova Canaa
128	Alberico da Costa Brito	2009.01.63845	Salvador
129	Albérico Marcos de Carvalho	2002.01.09051	Salvador
130	Albertina Antonia da Cunha	2003.01.33732	Barreiras
131	Albertina Rodrigues Costa	2003.01.27463	Alagoinhas
132	Albertino de Sá Teles	2004.01.37553	Oliveira dos Brejinhos
133	Albertino Lourenço da Silva	2004.01.42740	Mirangaba
134	Alberto Armando Batista Gaspar	2002.01.10272	Juazeiro
135	Alberto Carlos Nápoli	2003.01.19579	Vitória da Conquista
136	Alberto Correia de Souza	2004.01.48026	Licinio de Almeida
137	Alberto Costa	2003.04.18361	Salvador
138	Alberto da Costa Santos	2004.01.42092	Salvador
139	Alberto Dantas de Oliveira	2004.01.44259	Salvador
140	Alberto de Almeida Fontana	2004.01.40733	Santa Ines
141	Alberto dos Reis Benevides	2002.01.11244	Salvador
142	Alberto Fogaça de Souza	2003.01.34209	Feira da Mata
143	Alberto Goulart Paes Filho	2001.01.00885	Salvador
144	Alberto Lourenço Rossinholli	.25137	Feira de Santana
145	Alberto Magno Rocha de Oliveira	2003.01.35387	Caravelas
146	Alberto Passos da Silva	2004.01.46008	Salvador
147	Alberto Pereira da Silva	2004.01.44146	Feira de Santana
148	Alberto Silva Azevedo	2006.01.52601	Salvador
149	Albino Canjirana	2003.01.27533	Bom Jesus da Lapa
150	Albino Melo dos Santos	2003.01.34979	Salvador
151	Albino Teodoro da Cunha	.34210	Caem
152	Alcides Alves dos Santos	2003.01.29764	Paramirim
153	Alcides Aragão dos Santos	2003.01.24567	Salvador
154	Alcides Nascimento dos Reis	2003.01.36803	Ipiaú
155	Alcides Pereira de Aguiar	2007.01.58612	Acajutiba
156	Alcides Prado Nogueira	2003.01.34165	Jequié
157	Alcimino José de Santana	2004.01.39941	Candido Sales
158	Alda Pereira dos Santos	.57850	Salvador
159	Alda Volúsia Brasil Pedral Sampaio	2001.01.04955	Vitória da Conquista
160	Aldair Brandão de Oliveira	2003.01.29670	Caturama
161	Aldegundes Pereira de Castro	2003.01.29763	Santa Maria da Vitória
162	Aldemar Arnold de Goes Moreira	2004.01.48011	Salvador
163	Aldemiro Elio dos Santos	2003.02.24531	Salvador
164	Aldenir Vaz Pires	2003.01.21820	Salvador
165	Aldenora Pereira da Silva / Amando Pereira da Gama	2003.01.32645	Jeremoabo
166	Aldete Pereira Lopes	.39761	Irecê
167	Aldir Medeiros	2004.01.46034	Boninal
168	Aldo Carvalho Andrade	2002.01.12891	Salvador
169	Aldo da Silva Filgueiras	2003.01.34118	Salvador
170	Aldo da Silva Vieira	2003.01.31089	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
171	Aldvard Soares	2003.01.37092	Piatá
172	Aleinaldo Batista Silva	.00821	Salvador
173	Aleinaldo Batista Silva	.52341	Salvador
174	Alencar Ferreira Minho	2003.04.19116	Itaparica
175	Alênio Gomes Brito	.23401	Ubaíra
176	Alenita Santana Barbosa	2003.01.35257	Vitoria da Conquista
177	Alexandre Lemes da Silva	2004.01.39005	Brejolândia
178	Alexandre Simões de Oliveira	2002.01.12699	Salvador
179	Alexandre Thadeu Cunha Marques Rego	2003.01.16304	Salvador
180	Alexandrina Batista Rocha	2003.01.32571	Irecê
181	Alfredo Araujo Rosa	2004.01.46579	Sátiro Dias
182	Alfredo Cardoso Andrade	2004.01.41899	Nova Canaã
183	Alfredo Costa Cunha	2002.01.10842	Salvador
184	Alfredo de Jesus Bispo	2007.01.58756	Alagoinhas
185	Alfredo dos Santos Mattos Filho	2004.01.40683	Salvador
186	Alfredo Gomes da Silva	2007.01.59493	Santa Brígida
187	Alfredo Lopes Moreira	.71509	Salvador
188	Alfredo Martins de Almeida Neto	2003.01.29712	Canapolis
189	Alfredo Miguel	.46792	Salvador
190	Alfredo Santana Santos	2003.01.23664	Dias D ávilla
191	Alfredo Vieira de Assunção	2003.01.29679	Botuporã
192	Alfredo Vieira Lemos	2003.01.15194	Salvador
193	Alice Alves de Sousa	2003.01.34211	Ipupiara
194	Alice Barreto de Souza	2004.01.39022	Brejolândia
195	Alice Goes Santana	2004.01.40391	Queimadas
196	Alice Moreira da Silva	2004.01.37558	Oliveira dos Brejinhos
197	Alice Moreira de Souza	2004.01.44931	Caravela
198	Alice Weyll Chaves	2006.01.54604	Barro Preto
199	Aliomar da Silva Vaz	2004.01.40726	Candeias
200	Aliomar dos Santos Ribeiro	2003.01.15310	Cajazeiras
201	Alírio Feliciano Pimenta	2002.01.12159	Salvador
202	Alirio Marques da Silva	2003.01.34132	Itagi
203	Alírio Santos Sousa	2003.01.23662	Salvador
204	Aljediva Jesus de Souza	2003.01.32643	Angical
205	Almerinda Barnabé da Silva	2003.01.36783	Ipiaú
206	Almerindo Francisco dos Santos	.43032	Jitaúna
207	Almerindo Neves de Oliveira	2004.01.38257	Salvador
208	Almerindo Oliveira	2004.01.41004	Cícero Dantas
209	Almério Marques Magalhães	2003.01.19593	Ilhéus
210	Almir Arnaut da Cruz	2006.01.52542	Salvador
211	Almir Braga Leite Junior	.72993	Camaçari
212	Almir Brito Santana	.13134	Salvador
213	Almir Clementino Muniz	2004.01.38788	Ubatã
214	Almir de Souza Luz	2003.01.33043	Ibicaraí
215	Almir Francisco de Souza	2003.01.15099	Lauro de Freitas
216	Almir Lopes de Souza	2003.01.33239	Jacobina
217	Almir Moreira Passo	2002.01.14279	Salvador
218	Almir Silva de Almeida	.44195	Camaçari
219	Almira Angela da Silva	2003.01.32714	Senhor do Bonfim
220	Almiro Boaventura Pinto	2003.01.36614	Salvador
221	Almiro Salvador dos Santos	2003.02.24849	Salvador
222	Almiro Silva Araujo	.72691	Salvador
223	Aloisa Silveira Porto Santos	2004.01.43440	Vitoria da Conquista
224	Aloisio Aquino de Araujo	2006.01.53422	Salvador
225	Aloisio Araujo Costa	2003.01.30383	Bom Jesus da Lapa
226	Aloísio Benício dos Santos	2003.02.24887	Candeias
227	Aloisio Mendes de Almeida	2004.01.41016	Conceição do Jacuipe

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
228	Aloisio Nunes Rodrigues	2003.02.24886	Salvador
229	Aloisio Paraguassu	2003.01.34204	Mucugê
230	Aloisio Sulz de Almeida	2004.01.48105	Prado
231	Aloizio Lima Cerqueira	2003.02.25215	Salvador
232	Aloizo Vieira de Aquino	2003.01.27479	Bom Jesus da Lapa
233	Aloysio Guimarães de Sousa Filho	.73832	Feira de Santana
234	Aloysio Midlej Silva	2002.01.12571	Itabuna
235	Altamira da Cunha Rios	2005.01.50608	Salvador
236	Altamirando da Silva Guimarães	2004.01.42703	Poções
237	Altamiro Moreira Lola	2001.01.02009	Senhor do Bonfim
238	Altanira Santana Oliveira	2004.01.48226	Mata de São João
239	Altevir Silva Nunes	.41525	Itambe
240	Altino de Moura Ferreira Neto	2003.01.35282	Iracê
241	Altino Figueiredo Campos	2004.01.48063	Serra Preta
242	Aluizio Cavalcante de Souza	2004.01.40758	Candeias
243	Aluizio Nobrega Filho	.70569	Santo Antônio de Jesus
244	Aluízio Valério da Silva	.09135	Salvador
245	Alvaro Cavalcante Veloso	2004.01.43426	Itabuna
246	Alvaro Farias Mendes Filho	2002.01.07783	Vera Cruz
247	Alvaro Florencio da Conceição	2004.01.43125	Salvador
248	Álvaro Lemos Sandes	2004.01.48214	Santo Antônio de Jesus
249	Alvaro Nunes Braga	2004.01.43602	Casa Nova
250	Alvaro Pereira Lopes	2004.01.38867	Biritinga
251	Álvaro Scalise	.03430	Ilha do Governador
252	Alvaro Vaz Santos	2003.01.33654	Manoel Vitorino
253	Alvino Alves de Oliveira	2003.01.29631	Rio Pires
254	Alvino Carlos de Souza	2003.01.28979	Jussara
255	Alyrio José de Oliveira	2003.01.34144	Lafayete Coutinho
256	Alzanira da Silva Cardoso	2003.01.34952	Uauá
257	Alzanira França Seixas	2004.01.42101	Salvador
258	Alzira de Almeida Fontana	2004.01.48087	Santa Inês
259	Alzira Reis da Silva	.34296	Jequié
260	Alzira Simões de Cerqueira	2003.01.33229	Santanópolis
261	Alzira Stela de Araújo Castro	2003.01.29728	Santa Maria da Vitória
262	Amabília Vilaronga de Pinho Almeida	2002.01.11311	Salvador
263	Amado Torquato de Oliveira	2004.01.42488	Salvador
264	Amaise Tavares Batista	2003.01.36330	Entre Rios
265	Amália da Silva Portela	2004.01.37557	Oliveira dos Brejinhos
266	Amalio Couto de Araujo Filho	2001.01.00302	Salvador
267	Amando Bispo dos Reis	2002.01.07820	Salvador
268	Amando de Jesus	2006.01.53660	Salvador
269	Amarino Rodrigues de Souza	2004.01.39657	Irecê
270	Amaro Aquino Marques	2003.01.19033	Lauro de Freitas
271	Amaro Bomfim Nunes de Assis	2002.01.13941	Camaraçi
272	Ambrosio Gomes dos Santos	2004.01.39373	Remanso
273	Amelson Messias Pereira	2003.01.31159	Souto Soares
274	Amenaide Bastos Sampaio	2003.01.31162	Souto Soares
275	Américo de Magalhães Moreira	2004.01.37792	Paratinga
276	Americo de Souza Rios	2003.01.33348	Varzea da Roça
277	Américo Maia de Oliveira	2003.04.18329	Salvador
278	Amilcar Baiardi	.54579	Salvador
279	Amilcar Carneiro da Cruz	2003.04.18044	Salvador
280	Amiltom Semeão Xavier	2003.01.27629	Candeias
281	Amilton Saraiva Costa	2003.01.15102	Dias Ávila
282	Ana Brandão Marques	2003.01.29643	Botuporã
283	Ana Dantas dos Santos	2004.01.44979	Monte Santo
284	Ana de Sousa Novais	2004.01.42139	Ibiassucê
285	Ana de Souza Teixeira	2004.01.38987	Brejolândia

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
286	Ana Flor Crisostomo de Souza	2004.01.38267	Itatim
287	Ana Florence de Andrade Vasconcelos	2004.01.46558	Salvador
288	Ana Francisca da Silva	2004.01.40194	Macaubas
289	Ana Gomes Almeida	2001.02.01911	Ilhéus
290	Ana Ivete de Oliveira Moura	2004.01.42421	Salvador
291	Ana Lima Carmo Motenegro	2003.01.22456	Salvador
292	Ana Lúcia Cirne Gaspar	.27575	Lauro de Freitas
293	Ana Luiza de Mattos Britto	2003.21.34941	Salvador
294	Ana Maria Argollo Dias	2004.01.48237	Salvador
295	Ana Maria Bianchi dos Reis	2007.01.58347	Salvador
296	Ana Maria dos Santos	2003.01.33436	Santa Cruz da Vitoria
297	Ana Maria dos Santos Amorim	2004.01.39955	Camacam
298	Ana Maria Nascimento Ribeiro	2001.01.03338	Entre Rios
299	Ana Maria Spínola Sodré	2003.01.29264	Salvador
300	Ana Marques de Souza	2003.01.29724	Paramirim
301	Ana Neves de Oliveira	2004.01.37640	Tanque Novo
302	Ana Nunes Maciel	2003.01.30386	Uibaí
303	Ana Passos de Oliveira	2003.01.31594	Cristópolis
304	Ana Ribeiro Nunes Dias	2004.01.39587	Bom Jesus da Lapa
305	Ana Tolentino de Carvalho	2004.01.38560	Monte Santo
306	Anabela de Oliveira Matos	2004.01.42400	Salvador
307	Anacleto de Menezes Brandão	2002.01.12275	Salvador
308	Analdino Brito de Andrade	2004.01.40402	Queimados
309	Ananias Correia Dias	2004.01.48036	Brejões
310	Ananias Dantas da Gama	2004.01.39775	Heliópolis
311	Ananias Moura	2004.01.48123	Salvador
312	Ananias Souza Barreto	2004.01.38120	Rafael Jambeiro
313	Anastácia Francisca de Assis	2003.01.35939	Ubaitaba
314	Anatalia Moura e Silva	2004.01.42399	Salvador
315	Anatalino Rodrigues de Oliveira	2003.01.33011	Mucuge
316	Anatércio Muniz de Oliveira	2003.04.18340	Salvador
317	Anchises Marques Correia	2004.01.38801	Ibirapitanga
318	Ancilon Manoel de Souza	2004.01.39628	Paulo Afonso
319	Andaril Mendes da Luz	2004.01.41036	Mucuri
320	Anderson Caio Rodrigues Soares	2002.01.12161	Salvador
321	Andre de Jesus	2006.01.53662	Salvador
322	André Dionisio de Assis	2003.01.29675	Santa Maria da Vitória
323	André Geraldo Sales da Silva	2004.01.41037	Mucuri
324	Andre Gonçalves Pasoal	2005.01.49353	Conceiçao de Feira
325	Andrelina dos Reis Carvalho	2004.01.44753	Salvador
326	Andrelino Souza Sena	2005.01.51425	Iaçu
327	Anésia Pinheiro Queirós Silva	2002.01.12567	Salvador
328	Anésio de Santana Antunes	2003.01.31604	Cristópolis
329	Anfilofio Castelo Branco Teixeira	2004.01.39400	Remanso
330	Anfilófio Fernandes Pedral Sampaio	2001.01.04957	Vitória da Conquista
331	Anfilofio Francisco de Macedo	2004.01.40881	Brejolândia
332	Anfilofio Pereira Costa	2004.01.48141	Medeiros Neto
333	Anfrísio Gomes dos Santos	2003.01.32464	Irecê
334	Ângela Maria Bastos	2001.02.00789	Salvador
335	Angelina Carvalho de Oliveira Batista	2004.01.38066	Ibicaraí
336	Angelina Santana de Lima	2005.01.49348	Cachoeira
337	Angelina Santos Cordeiro	2005.01.49347	Cachoeira
338	Angelino David Micheli	2004.01.48084	Santa Inês
339	Angelo Alves de Almeida	2004.01.38148	Salvador
340	Angelo Andrade	.23001	Salvador
341	Angelo de Matos Pereira	2004.01.39614	Irece
342	Anisio Batista de Oliveira	2003.01.32549	Irecê
343	Anisio Celso dos Santos Filho	2004.01.45199	Slavador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
344	Anísio Gomes de Campos	.02174	Itabuna
345	Anisio Sant Anna	2004.01.45054	Camassandi-Jaguaripe
346	Anisio Santos da Silva	2003.02.24576	Salvador
347	Anita Gonçalves de Oliveira	2003.01.34222	Salvador
348	Anizia de Souza Costa	2004.01.38111	Côcos
349	Anizio Araujo Lima	2003.04.18093	Feira de Santana
350	Anizio Francisco de Carvalho	2003.01.32557	Irecê
351	Anizio Gomes de Campos	2001.01.00294	Itabuna
352	Anna de Oliveira Valverde	2004.01.42414	Salvador
353	Annete Maria Guimarães de Souza Fernandes	2003.02.27616	Santo Amaro
354	Anselmo dos Santos Cerqueira	2004.01.41044	Coração de Maria
355	Anselmo Luiz Oliveira Sacramento	2002.01.06367	Cachoeira
356	Antenor Borges Peixinho	2003.01.34937	Uauá
357	Antenor da Silveira Dias	2004.01.45092	Belo Campo
358	Antenor Tavares dos Santos	2004.01.39148	Anagé
359	Antero Moreira dos Santos	2004.01.38312	Feira de Santana
360	Antides de Almeida Sobrinho	2004.01.38423	Sento-Sé
361	Antides Pereira Rocha	2003.01.29010	Pres.Dutra
362	Antidio Antonio dos Reis	2003.01.28986	Jussara
363	Antolina Ribeiro de Oliveira	2004.01.48798	Bom Jesus da Lapa
364	Antoney da Silva Oliveira	2010.01.68175	Salvador
365	Antonia Andrade Barreto	2004.01.42463	Salvador
366	Antonia Angelica Dantas de Almeida	.53533	Salvador
367	Antonia Barreto de Andrade	2004.01.37815	Valença
368	Antonia Conceição do Nascimento	2004.01.48056	Santo Amaro da Purificação
369	Antonia da Graça e Souza Pitão	2003.01.34283	Pindaí
370	Antonia de Lima Souza	2004.01.40111	Ouriçangas
371	Antônia dos Santos Custódio	2003.01.31533	Cristópolis
372	Antonia Francisca de Morais	2004.01.49277	Coroneu João Sá
373	Antônia Gomes dos Santos	2003.01.34977	Formosa do Rio Preto
374	Antonia Isabel Campos Suzarth	2004.01.40020	Agua Fria
375	Antônia Lima de Moura	2004.01.42398	Salvador
376	Antonia Martins de Oliveira	2004.01.46542	Tanquinho
377	Antonia Novais dos Santos Silva	2004.01.39333	Barra da Estiva
378	Antonia Rodrigues de Souza	2004.01.40746	Santa ines
379	Antonia Xavier da Almeida	2004.01.47645	Boninal
380	Antonieta Cedraz Barreto	2004.01.41084	São José do Jacuípe
381	Antonieta Figueiredo de Souza	2004.01.38238	Nazaré
382	Antonieta Lamego Mendonça	2004.01.38722	Ribeira do Pomal
383	Antonieta Matos	2005.01.51450	Salvador
384	Antônieta Ramos Melo	2003.01.36820	Barra do Rocha
385	Antonieta Umbelina da Conceição	2003.01.34740	Juazeiro
386	Antonio Fernando Araújo Lopes	2004.01.42422	Salvador
387	Antonio Agostinho dos Reis	2004.01.40966	São Sebastião do Passe
388	Antonio Aguiar	2003.01.34609	Ibicoara
389	Antonio Aguiar Ribeiro	2003.01.33549	Amargosa
390	Antônio Ailton Querino	.26058	Salvador
391	Antonio Alberto Alves da Fonseca	2003.01.16825	Salvador
392	Antônio Alberto da Silva Barbosa	2001.01.01744	Salvador
393	Antonio Alberto Meireles	.51308	Salvador
394	Antonio Aldino de Sá Teles	2004.01.40019	Cotegipe
395	Antonio Alexandrino de Miranda	2003.01.32701	Campo Formoso
396	Antonio ALves da Silva	2003.01.33726	Piatã
397	Antonio Alves da Silva	2004.01.43449	Rio de Contas
398	Antônio Alves de Castro	2004.01.37550	Brejolândia
399	Antonio Alves de Fontes	2004.01.39782	Hiliópolis
400	Antonio Alves de Matos	2003.01.33695	Cel. João Sá

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
401	Antônio Alves de Souza	2004.01.44471	Juazeiro
402	Antonio Alves dos Santos	.72531	Salvador
403	Antonio Alves Silva	2004.01.44977	Monte Santo
404	Antônio Amaro de Souza Filho	2003.02.24881	
405	Antonio Americo D´Anunciação	2003.01.29745	Érico Cardoso
406	Antônio Américo de Lima Filho	2004.01.39023	Riachão das Neves
407	Antonio Aquino dos Santos	2003.01.34272	Eunapolis
408	Antonio Araujo Vasconcelos	2004.01.47980	Gov. Mangabeira
409	Antonio Aristides Borges	2004.01.38217	Salvador
410	Antonio Athanasio dos Santos	2004.01.38128	Itacaré
411	Antonio Athanazio de Souza	2004.01.38252	Jacuipe
412	Antonio Augusto Aragao	2005.01.50469	Santa Rita de Cassia
413	Antonio Augusto de Oliveira	2005.01.49666	Planalto
414	Antonio Augusto do Espirito Santo	2003.01.34154	Lafayete Coutinho
415	Antonio Augusto Galvão de Araújo	2004.01.39306	Alagoinhas
416	Antonio Batista de Almeida	2004.01.42329	Ribeirão do Pombal
417	Antonio Batista de Santana	2003.01.34289	São Desidério
418	Antonio Batista Moreira	2003.01.23565	Feira de Santana
419	Antonio Batista Sobrinho	2004.01.41891	Vitória da Conquista
420	Antonio Bento de Santana	2003.01.33807	Salvador
421	Antonio Bispo Cena	2001.04.01367	Salvador
422	Antonio Bispo da Cruz	.03455	Salvador
423	Antonio Bispo de Andrade	2003.01.21551	Nazáre das Farinhas
424	Antônio Bispo Figueiredo	.10851	Salvador
425	Antônio Bomfim Pereira	2006.01.53853	Salvador
426	Antonio Brandão Brito	2003.01.21509	Salvador
427	Antonio Bunchaft / Rosa Bunchaft	2003.01.14462	Salvador / Rio de Janeiro
428	Antonio Calazans dos Santos	2001.01.03285	Ilheus
429	Antonio Cardoso da Silva	2004.01.39769	Cicero Dantas
430	Antônio Cardoso Dourado	2004.01.39650	Ibititá
431	Antônio Carlos Araripe	2002.01.12230	Salvador
432	Antônio Carlos Batista Marques Peralva	.38062	São Francisco do Conde
433	Antonio Carlos Brito Guedes	2005.01.49364	Conceiçao de Feira
434	Antonio Carlos Cardoso dos Santos	2003.01.27654	Bom Jesus da Lapa
435	Antônio Carlos Costa	2008.01.60489	Salvador
436	Antonio Carlos Costa Ramos	.70901	Salvador
437	Antônio Carlos Cruz Borges	2004.01.47626	Salvador
438	Antônio Carlos da Silva	2007.01.60124	Alagoinhas
439	Antonio Carlos Daltro Coelho	2001.08.02161	Feira de Santana
440	Antônio Carlos de Oliveira	2002.01.08295	Salvador
441	Antonio Carlos de Oliveira Silva	2003.02.27677	Salvador
442	Antonio Carlos de Sousa	2004.01.45478	Salvador
443	Antonio Carlos Mendes Brito	.58608	Acajutiba
444	Antonio Carlos Negreiro	2003.01.16819	São Francisco do Conde
445	Antonio Carlos Neves da Costa	2003.01.35390	Caravelas
446	Antonio Carlos Palmeira Pinheiro	2003.02.24543	Salvador
447	Antonio Carlos Paulilo Mandarino	2004.01.39806	Entre Rios
448	Antonio Carlos Pereira de Oliveira	.04893	São Gonçalo dos Campos
449	Antonio Carlos Santos da Silva	2003.01.23665	Salvador
450	Antonio Carlos Santos Dias	.71930	Salvador
451	Antonio Carlos Simões Silva	2006.01.55667	Salvador
452	Antonio Carlos Teixeira da Silva	2001.01.00873	Salvador
453	Antonio Carneiro da Silva	2003.01.21539	Salvador
454	Antonio Carneiro da Silva	2003.01.34194	Serrinha
455	Antonio Carneiro de Oliveira	2004.01.42483	Salvador
456	Antonio Cavalcante Reis	2003.01.36824	Sátiro Dias
457	Antonio Cesar Bonfim de Jesus	2003.02.28753	Salvador
458	Antonio Cesar de Carvalho Conceição	2003.01.21528	Alagoinha

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
459	Antônio Cézar de Queiroz Tavares	.59803	Salvador
460	Antonio Cláudio dos Santos Filho	2003.01.16820	Salvador
461	Antonio Clovis Barros Vaz Sampaio	2004.01.38248	Brejões
462	Antonio Cristovão de Araújo	2004.01.43110	Camaçari
463	Antonio da Costa Brito Filho	.58631	Acajutiba
464	Antonio da Costa Lima Filho	2003.01.35115	Santa Bárbara
465	Antonio da Rocha Santana	2003.01.19966	Salvador
466	Antônio da Silva Guedes	2003.01.29668	Caturama
467	Antônio da Silva Santos	.63247	Catu
468	Antonio Dante Barbosa Ferreira	.64158	Salvador
469	Antônio de Andrade Santos	2004.01.39354	Itaberaba
470	Antonio de Araujo Freitas	2004.01.48200	Lamarao
471	Antônio de Freitas Borges	2004.01.48189	Santo Amaro
472	Antonio de Jesus da Silva	.22939	Salvador
473	Antônio de Oliveira Mascarenhas	2004.01.37774	Riachão do Jacuípe
474	Antônio de Sousa Costa	.39001	Brejolândia
475	Antonio de Souza e Silva	2004.01.39504	Barra do Choça
476	Antonio de Souza Gouveia	2004.01.41006	Cicero Dantas
477	Antonio de Souza Ramos	2003.01.29031	Bom Jesus da Lapa
478	Antonio Dias da Silva	.57951	Alagoinhas
479	Antonio Dias de Mendonça	2001.01.01972	Salvador
480	Antônio Dias dos Santos	.15685	Lauro de Freitas
481	Antônio Diniz	2004.01.38999	Brejolândia
482	Antonio Dioclides Pereira	2004.01.38295	Serra Dourada
483	Antônio Dominges de Assunção	2003.01.29650	Paramirim
484	Antonio Dos Santos	.53162	Juazeiro
485	Antonio dos Santos Jaca	2004.01.48540	Janio Quadros
486	Antonio dos Santos Oliveira	2003.02.26136	Salvador
487	Antonio Epaminondas de Carvalho	2003.01.33772	Antas
488	Antonio Erasmo de Souza	2004.01.42087	Salvador
489	Antonio Erasmo Dias	2004.01.39631	Venceslau Guimarães
490	Antonio Eronildes Carneiro Campos	2003.01.33193	Feira de Santana
491	Antônio Fernandes Dantas Montalvão	.62359	Paulo Afonso
492	Antonio Fernandes Xavier Santos	.72853	Alagoinhas
493	Antônio Fernando Dantas Montalvão	.68169	Paulo Afonso
494	Antonio Fernando de Andrade Silva	2004.01.40409	Queimadas
495	Antônio Fernando dos Santos Vieira	2003.01.26680	Salvador
496	Antonio Ferreira de Brito	2004.01.48276	Burarema
497	Antonio Ferreira de Carvalho	2003.01.35111	Santa Bárbara
498	Antônio Ferreira Delgado	2004.01.38303	Tabocas do Brejo Velho
499	Antonio Ferreira dos Reis	2004.01.48203	Jacobina
500	Antonio Figueiredo de Araújo	2003.01.28857	Barra do Rio Grande
501	Antonio Francisco Alves	2004.01.40195	Macaubas
502	Antonio Francisco de Almeida	2003.01.32711	Uauá
503	Antonio Francisco de Andrade Neto	.24990	Amargosa
504	Antonio Francisco de Carvalho	2003.01.21643	Salvador
505	Antonio Gomes Brandão	2003.01.32961	Salvador
506	Antonio Gomes Santana	.72031	Salvador
507	Antônio Gonçalves de Lima	2004.01.38163	Salvador
508	Antônio Gonzaga de Menezes	2004.01.39660	Irecê
509	Antonio Gradil Peixoto	2004.01.48210	Wagner
510	Antonio Henrique de Oliveira	2003.01.32817	Angical
511	Antonio Inacio de Matos Filho	2004.01.42257	Salvador
512	Antônio João Monteiro	2003.01.37291	Bom Jesus da Lapa
513	Antonio José Brandão de Lima	2004.01.39866	Salvador
514	Antônio José do Rosário	2004.01.37724	Floresta Azul
515	Antonio José dos Santos	2003.02.27581	São Cristovão
516	Antonio José dos Santos	2003.01.33698	Cel. João Sá

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
517	Antonio Juvenal Nogueira Farias	.70700	Lauro de Freitas
518	Antonio Lazaro de Souza	2004.01.40727	Salvador
519	Antonio Lazaro Marques	2003.01.21506	Salvador
520	Antonio Lopes da Cruz	2004.01.37858	Sátiro Dias
521	Antonio Lourenço Alves	2004.01.42781	Salvador
522	Antonio Manoel dos Reis	2004.01.48101	Eunápolis
523	Antônio Marcionilo dos Santos	2003.01.35149	Adustina
524	Antonio Marques da Silva	2004.01.42403	Salvador
525	Antonio Martins de Andrade	2004.01.49161	Barra
526	Antonio Martins de Macêdo	2003.01.34172	Feira da Mata
527	Antonio Matos Sampaio	2004.01.45842	Salvador
528	Antonio Mauricio de Freitas	2007.01.56620	Salvador
529	Antonio Maurino Ramos	2006.01.55802	Salvador
530	Antonio Menezes dos Santos	2003.02.26143	Feira de Santana
531	Antonio Moraes de Almeida	2004.01.38434	Sento-Sé
532	Antonio Moura de Souza	2003.01.36497	Salvador
533	Antonio Muniz dos Santos	2004.01.39416	Remanso
534	Antonio Nivaldo Almeida Lima	2003.01.23661	Salvador
535	Antonio Nogueira Nunes dos Santos	2004.01.43448	Piripá
536	Antonio Nolasco da Silva	2004.01.42494	Salvador
537	Antônio Novaes da Rocha	2003.01.30387	Irecê
538	Antônio Novais Frota	2004.01.38292	Serra Dourada
539	Antonio Nunes Rios	2003.01.33375	Várzea da Roça
540	Antônio Oliveira	2003.01.29676	Éurico Cardoso
541	Antonio Paes de Castro	.05988	Serra do Ramalho
542	Antonio Passos Carvalho Filho	2004.01.40680	Pindobaçu
543	Antônio Passos Gonçelves Peralva	2003.01.32959	Pindobaçu
544	Antonio Passos Silva	2003.01.17872	Salvador
545	Antônio Pereira da Silva	2003.01.36917	Taperoá
546	Antonio Pereira dos Santos	2003.02.30087	Santo Amaro
547	Antônio Pereira Mendes	2003.01.29635	Canapolis
548	Antonio Pereira Rodrigues	2004.01.47979	Gov. Magabeira
549	Antônio Pereira Santos	.10255	Salvador
550	Antonio Pinheiro Junqueira	2003.01.34290	Caetité
551	Antonio Purcino dos Santos	.04379	Lauro de Freitas
552	Antonio Quirino Neto	2004.01.41059	Itabuna
553	Antônio Raimundo Figueiredo Barbosa	2001.02.00778	Salvador
554	Antonio Raimundo Santos Moreira	2001.02.00591	Dias D´Avila
555	Antonio Raimundo Santos Oliveira	2004.01.38864	Feira de Santana
556	Antonio Ramalho Ramos	2003.01.34240	Serrinha
557	Antonio Ribeiro Rebouças	2003.01.34141	Itatim
558	Antônio Rocha Gonçalves Vieira	2004.01.48032	Macajuba
559	Antonio Rodrigues de Ataide	2003.01.29656	Paramirim
560	Antônio Rodrigues de Souza	2003.01.36785	Ipiaú
561	Antônio Rodrigues Ferreira	2003.01.29760	Coribe
562	Antônio Rodrigues Filho	2003.01.16679	Camaçari
563	Antonio Rodrigues Neto	2003.01.34322	Brotas de Macaúbas
564	Antonio Rodrigues Nova	2003.01.31058	Madre de Deus
565	Antonio Rutemberg Ramos	2004.01.42484	Salvador
566	Antônio Santos de Sena	2004.01.38099	Riachão do Jacuípe
567	Antonio Santos Sá Barreto	2003.02.24566	Salvador
568	Antonio Silva dos Anjos	2004.01.41002	Cícero Dantas
569	Antônio Soares de Almeida	2003.01.28108	Bom Jesus da Lapa
570	Antonio Soares Lopes	2004.01.45453	Eunapolis
571	Antônio Souza Cerqueira	2003.01.33220	Santanópolis
572	Antônio Souza Costa	.12271	Salvador
573	Antonio Teixeira Fonseca	2004.01.40701	Ibiassucê
574	Antonio Valente Barbosa	2003.01.15567	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
575	Antonio Valmir Moreira de Carvalho	2004.01.48217	Lamarão
576	Antonio Vaz Rocha	2004.01.39741	Ibititá
577	Antônio Vicente de Souza	2003.01.32972	Jaguaquara
578	Antonio Victor Martinez Carreiro	2001.04.01277	Salvador
579	Antônio Vieira Filho	2003.01.36345	Salvador
580	Antonio Vieira Neto	2004.01.38768	Euclides da Cunha
581	Antonio Virgilio Souza	2004.01.41007	Cícero Dantas
582	Antonio Walmirando França	2004.01.42086	Salvador
583	Anvangelito José Pereira	.32985	Wanderley
584	Aracy Brito Ribeiro	2004.01.48274	Conceição do Jacuipe
585	Aracy Martins Aguiar	2003.01.35342	Ibiacoara
586	Aracy Mendes Lins	2004.01.40149	Bonde
587	Arailton Bitencourt Gama	2004.01.47437	Salvador
588	Arandi Xavier Gama	2004.01.39668	Irecê
589	Ariosvaldo Purificação Conceição	.67855	Salvador
590	Aristela Barbosa Mattos e Novaes	2004.01.48460	Seabra
591	Aristeu Barretto de Almeida	2003.01.26555	Salvador
592	Aristeu Martins Oliveira	2004.01.39426	Santa Brigída
593	Aristeu Pimentel dos Santos	2003.01.21508	Lauro de Freitas
594	Aristides Gomes Filho	2002.01.10556	Lauro de Freitas
595	Aristiliano Soeiro Braga	2009.01.64206	Salvador
596	Aristofenes Galvão dos Passos	2004.01.47902	São Felix do Coribe
597	Ariston Alves Carrilho	2003.01.37378	Bom Jesus da Lapa
598	Ariston Xavier de Santana	2003.01.23674	Lauro de Freitas
599	Aristoteles Bomfim Pinto	2004.01.44887	Barreiras
600	Aristotelis da Cruz Costa	2004.01.38868	Biritinga
601	Arivaldo Cosme Coelho	.13929	Salvador
602	Arivaldo Lima de Jesus	2004.01.42521	Itabuna
603	Arizonardo Amorim da Silva	2003.01.33634	Valença
604	Arlinda Maria Cardoso	2003.01.29705	Tanque Novo
605	Arlinda Moreira da Silva	2004.01.47667	Carinhanha
606	Arlindo Carvalho / Guiomar Carvalho Souza	2004.01.39864	Saúde
607	Arlindo de Souza Pinheiro	2002.01.09890	Salvador
608	Arlindo Pereira da Silva	2004.01.38273	Salvador
609	Arlindo Ruy Amaral Costa	2006.01.54687	São Francisco do Conde
610	Arlindo Serafim dos Santos	2004.01.39807	Entre Rios
611	Arlito Alves Pereira	2004.01.48116	Iramaia
612	Armandio Ferraz Meira	2004.01.39939	Candido Sales
613	Armando Avena Filho	2002.01.06231	Salvador
614	Armando Barreto Rosa	2002.01.05946	Castro Alves
615	Armando Bertulino da Costa	.36598	Salvador
616	Armando Costa Oliveira	2003.01.35133	Santa Bárbara
617	Armando de Souza Vales	2003.04.18042	Salvador
618	Armando Lopes Ribeiro	2004.01.44473	Sento-Sé
619	Armando Manoel Vieira	2003.01.33273	Guanambi
620	Armando Oliveira	2004.01.42429	Salvador
621	Armando Peixoto Cardozo	2004.01.46298	Porto Seguro
622	Armando Pereira Boa Sorte	2003.01.37315	Bom Jesus da Lapa
623	Armando Ribeiro da Silva	2003.01.33188	Santanópolis
624	Armando Ribeiro de Azevedo	2003.01.29758	Érico Cardoso
625	Armando Santos Nascimento	2004.01.43005	Castro Alves
626	Arnaldo Alves Porto	.74142	Caculé
627	Arnaldo Alves Rocha	2003.01.28995	Irecê
628	Arnaldo Araújo Mota	2002.01.12904	Salvador
629	Arnaldo Barreto de Souza / Arnaldo Barreto de Souza	2001.01.02662	Salvador / Salvador
630	Arnaldo Benigno do Rozario	2004.01.48135	Pedro Alexandre

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
631	Arnaldo Borges de Santana	2006.01.53691	
632	Arnaldo Cardoso Silva	2002.01.10336	Lauro de Freitas
633	Arnaldo dos Santos Macedo	2004.01.44983	Monte Santo
634	Arnaldo Ferreira Barbosa	2004.01.38107	Côcos
635	Arnaldo Vieira Porto	2003.01.33459	Sta Cruz da Vitoria
636	Arno Brichta	2001.01.00138	Salvador
637	Arnobio Fernandes dos Santos	2004.01.47670	Iuiu
638	Aroldo Vieira Pita	2003.02.24891	Candeias
639	Arsenio Blat	2002.01.06675	Barreiras
640	Arsênio Francisco de Souza	2003.01.22446	Salvador
641	Arsenio Pereira de Azevedo Filho	2003.01.32773	Paulo Afonso
642	Artênia de Oliveira Santos	2003.01.31271	Souto Soares
643	Arthur Jambeiro Filho	2008.01.61360	Salvador
644	Arthur Newton Bahia de Lemos	2009.01.63364	Salvador
645	Artur Francisco Xavier	2003.01.33730	Boninal
646	Artur Lidio de Carvalho	2003.01.35401	Teixeira de Freitas
647	Artur Pereira de Matos	2004.01.37586	Maracás
648	Artur Rodrigues de Carvalho	2003.01.33484	Paratinga
649	Ary Fedullo Sampaio	2004.01.40196	Macaubas
650	Ary Franco Lima Sampaio	2002.01.12205	Salvador
651	Ary Lago Cavalcanti	2006.01.54063	Salvador
652	Ary Magalhães Andrade	.34818	Salvador
653	Ary Teixeira Batista	2002.01.13732	Salvador
654	Assendina Lacerda de Oliveira	2004.01.48229	Teixeira de Freitas
655	Asteclides Sousa Miranda	2003.01.32703	Morro do Chapeu
656	Astério Caetano Costa	2003.04.18570	Salvador
657	Astério Caetano Costa	2003.01.19941	Salvador
658	Astor Vieira Souza	2004.01.48107	Buerarema
659	Astrogildo Gomes de Almeida	2003.01.32870	Vera Cruz
660	Atazildes da Costa Machado	2004.01.41062	Nova Viçosa
661	Atenaldo Silva Medeiros	2004.01.40168	Irara
662	Atenor Rodrigues Lima	2002.01.06004	Vitória da Conquista
663	Athur Costa Gaspari	2004.01.38223	Elisio Medrado
664	Audemir Souza Nascimento	2006.01.54198	Itabuna
665	Audson Fernandes dos Santos	.21544	Serrolandia
666	Augusta Santana	2004.01.48159	Itamari
667	Augusto César de Castro da Rocha	2005.01.51508	Salvador
668	Augusto Cesar Silva da Rocha	2006.01.54675	Salvador
669	Augusto Cesar Souza Freitas	2003.01.21655	Salvador
670	Augusto Heider Vilalva Ribeiro	2004.01.46428	Serrinha
671	Augusto Lago Filho	2004.01.43002	Castro Alves
672	Augusto Nogueira Seróes	2003.01.20501	Salvador
673	Augusto Nunes de Souza	2004.01.38340	Sta Mª da Vitoria
674	Augusto Pereira Chaves	2003.01.34754	Itororó
675	Augusto Pimemntel Boaventura	2004.01.38159	Salvador
676	Aurea Rosa Almeida Rios	2004.01.48185	Salvador
677	Aurea Santos Brasil Moreira	2003.01.29626	Paramirim
678	Áurea Vieira de Castro Filha	2004.01.39074	Conde
679	Aureliano Gomes Carneiro	2004.01.48125	Itamari
680	Aurelina Oliveira Sá	2004.01.39755	Irecê
681	Aurelina Santana de Andrade	2003.01.27760	Salvador
682	Aurelino Barbosa Santos	2004.01.38869	Amélia Rodrigues
683	Aurelino da Silva Santos	2007.01.60428	Feira de Santana
684	Aurelio Pereira de Souza	2003.01.26581	Salvador
685	Aurelio Souza e Silva	2004.01.48281	Jequie
686	Aureo Ferreira de Oliveira	2003.01.28998	Capela do Alto Alegre
687	Aurimar Roberto de Santana	.15161	Salvador
688	Aurivanda Almeida da Silva	2002.01.07984	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
689	Aurizio Barros Souza	2004.01.48133	Nazaré
690	Auta de Jesus Souza	2004.01.42085	Salvador
691	Auzier Azevedo Dourado	2004.01.39589	Ibititá
692	Avany Amaral Andrade	2004.01.38176	Salvador
693	Avelina Martins de Almeida	2004.01.38264	Salvador
694	Aydon José Marques das Neves	2002.01.10372	Salvador
695	Ayrton Rodrigues da Silva	2003.01.35002	Bom Jesus da Lapa
696	Ayrton Silva Ferreira Filho	2002.01.12155	Piatã
697	Balbino Leão de Almeida	2004.01.41023	Agua Fria
698	Balduino Leite Brito	2006.01.54682	Candeias
699	Bartolomeu Borges Paranhos	2004.01.42093	Salvador
700	Bartolomeu da Silva Penine	2004.01.48163	Muniz Ferreira
701	Bartolomeu José de Barros	2004.01.48216	Santa Ines
702	Bartolomeu Melo Santos	2006.01.55804	Alagoinhas
703	Bartolomeu Ribeiro	2004.01.44476	Juazeiro
704	Basilio Capistrano de Souza	2004.01.38247	Laje
705	Belanisia Nery dos Santos	2004.01.48182	São José da Vitoria
706	Belarmino Cardoso de Oliveira	2003.01.32705	Uauá
707	Belarmino Cordeiro	2004.01.37791	Uauá
708	Belionisio Alves Barreto	2003.01.32552	Irecê
709	Benedita Andrade de Souza	2003.01.19960	Salvador
710	Benedita Maia da Silva	2002.01.12579	Camaçari
711	Benedita Melgaço dos Santos	2004.01.42336	Eunápolis
712	Benedito Barbosa Barreto	2006.01.54677	São Francisco do Conde
713	Benedito Cancela da Purificação	2003.01.36020	Itamaraju
714	Benedito Jesus de Almeida	2005.01.50835	Ruy Barbosa
715	Benedito Jorge Carneiro de Carvalho	2004.01.42097	Salvador
716	Benedito José dos Santos	2004.01.39355	Casa Nova
717	Benedito Lopes	2003.01.35315	Maragojipe
718	Benedito Messias da Silva Lemos	.42030	Serrinha
719	Benedito Pereira Lopes	2003.02.24833	Salvador
720	Benedito Silva Pinto	2003.01.34227	Sapeaçu
721	Beneval Antunes	2006.01.54680	São Francisco do Conde
722	Benicio Bitencourt de Souza	2004.01.42324	Ribeirão do Pombal
723	Benício do Prado Brito	2003.01.35398	Teixeira de Freitas
724	Benicio Machado da Silva	2004.01.38268	Nazaré
725	Benigno Nascimento de Melo	2002.01.10461	Salvador
726	Benigno Nunes da Costa	2004.01.38301	Serra Dourada
727	Benigno Seixas de Oliveira	2004.01.39583	Bom Jesus da lapa
728	Benito D´Andrea Mazzei	2004.01.37832	Valença
729	Benito Sarno	2001.01.00359	Salvador
730	Benjamim Alves Cerqueira	2004.01.38231	Conceição do Jacuípe
731	Benjamim Dantas Xavier	.33194	Sobradinho
732	Benjamim de Azevedo Dantas	2004.01.38085	Itaju da Colonia
733	Benjamin José Ferreira Souza	2001.01.00285	Jaguarari
734	Bento Lemos de Almeida	2004.01.48062	Prado
735	Bento Sergio Dantas Barbosa	2004.01.45211	Salvador
736	Benwilson Nunes de Souza	.04380	Maragogipe
737	Bereny Ferreira Souza	2003.01.33800	Canavieiras
738	Bernadete Nunes dos Santos	2003.01.36719	Riachão do Jacuípe
739	Bernado Ramos de Alcântara	2003.01.31999	Angical
740	Bernard Montogomery de Brito	2001.01.01998	Itaberaba
741	Bernardino Cardozo Neto	2002.01.10447	Lauro de Freitas
742	Bernardino Evangelista de Santana	2005.01.49952	Cansação
743	Bernardino Pereira de Souza	2004.01.38164	Serrinha
744	Bernardo Borges Leao Filho	2004.01.48068	Prado
745	Bernardo Ramos de Alcantara	2004.01.39597	Angical
746	Berneval Ferreira dos Santos	2003.01.23657	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
747	Beroaldo Soares do Nascimento	2003.01.35044	Alagoinha
748	Bety Magno Melo	2004.01.40649	Salvador
749	Blandina Barbosa de Almeida	2004.01.44481	Umburanas
750	Blandino Batista de Jesus	2002.01.10478	Lauro de Freitas
751	Boaventura Ferreira da Silva	2004.01.45099	Planalto
752	Boaventura José Soares	2003.01.29726	Vitória
753	Bonifácio Batista Brasileiro	2003.01.32702	Senhor do Bonfim
754	Braulino Inácio de Sena	2004.01.39578	Salvador
755	Braulino Pereira da Silva	2004.01.40404	Santa Luz
756	Braúlio Fontes Passos	2004.01.38151	Itabuna
757	Brazilina de Oliveira Santos	2004.01.46645	Simoes FIlho
758	Britoaldo Martins do Vale	2004.01.42357	Barra
759	Bruno Nogueira Costa	2004.01.42013	Alagoinhas
760	Caetano Pereira da Silva	2004.01.39912	Filadelfia
761	Caio Ribeiro Freitas	2003.01.32750	Salvador
762	Camerino Jose dos Santos	2004.01.48111	Santo Estevao
763	Cândida Rosa de Novais	2003.01.31160	Souto Soares
764	Candido Prudêncio Teixeira	2004.01.38078	Caetité
765	Cantalicio de Abreu Neiva	2004.01.39638	Irecê
766	Cantidio Fernandes de Almeida	2005.01.50120	Ponto novo
767	Carla Almeida de Oliveira	2003.01.34769	Firmino Alves
768	Carlinda Pereira de Miranda	2003.01.34695	Gongogi
769	Carlito Cerqueira dos Santos	2003.02.24120	São Francisco do Conde
770	Carlito Silva	2003.01.35205	Pindobaçu
771	Carlos Afonso de Oliveira	2004.01.42428	Salvador
772	Carlos Alberto Alves Sales	2003.01.23672	
773	Carlos Alberto Brandão Meneses	2004.01.40976	Salvador
774	Carlos Alberto da Conceção Vale	2006.01.53697	Cachoeira
775	Carlos Alberto das Neves	2004.01.45209	Salvador
776	Carlos Alberto de Jesus	2003.01.29693	Salvador
777	Carlos Alberto de Santana	.68174	Vera Cruz
778	Carlos Alberto de Souza Santos	2003.02.24863	Madre de Deus
779	Carlos Alberto do Sacramento	2003.01.21520	Salvador
780	Carlos Alberto Dourado de Oliveira	2004.01.43112	Paratinga
781	Carlos Alberto Freire Bonzon	.07683	Madre de Deus
782	Carlos Alberto Lima da Silva	2004.01.45813	Salvador
783	Carlos Alberto Muniz dos Reis	.08082	Santa Maria da Vitoria
784	Carlos Alberto Ramos Nunes	2003.01.21505	Salvador
785	Carlos Alberto Ribeiro	2001.01.02015	Salvador
786	Carlos Alberto Ribeiro	2003.01.24170	Salvador
787	Carlos Alberto Ribeiro de Figueiredo	2003.02.24857	Salvador
788	Carlos Alberto Rodrigues Damasceno	2003.01.15050	Salvador
789	Carlos Alberto Santos Ferreira	2003.01.21510	Salvador
790	Carlos Alberto Teixeira de Souza	2003.01.32951	Jaguaquara
791	Carlos Alberto Uzêda Vita	.59020	Salvador
792	Carlos Alcino do Nascimento	2003.04.18362	Salvador
793	Carlos Antonio de Oliveira Mendes	2003.01.21513	Salvador
794	Carlos Antonio de Pinho Protásio	2004.01.45443	Salvador
795	Carlos Antônio Dias Freitas	2003.01.23691	Salvador
796	Carlos Antonio Melgaço Valadares	2001.01.04239	Salvador
797	Carlos Antunes de Souza	2004.01.39619	Irece
798	Carlos Asterio de Lima	2006.01.54696	São Francisco do Conde
799	Carlos Augusto dos Santos	.07775	Federação
800	Carlos Augusto Marighella	2003.01.22468	Salvador
801	Carlos Augusto Nunes Santos	2001.01.02382	Salvador
802	Carlos Augusto Oliveira Veloso	.68176	Salvador
803	Carlos Augusto Pedreira	.00435	Salvador
804	Carlos Azevedo Sampaio	2005.01.50814	Ruy Barbosa

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
805	Carlos Cardoso de Almeida	2001.01.03564	Conde
806	Carlos Conceição da Silva	2002.01.12698	Salvador
807	Carlos da Silva Doria Filho	.54203	Itabuna
808	Carlos de Almeida Baião	.65086	Salvador
809	Carlos de Oliveira Nunes	2003.01.32895	Mairi
810	Carlos Eduardo da Silva Gomes	2003.01.29451	Salvador
811	Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus	.53156	Salvador
812	Carlos Euzebio da Cruz	2004.01.48138	Mirangaba
813	Carlos Fernando de Brito Ladeia	.72692	Conceição do Jacuípe
814	Carlos Ferreira Santos	2004.01.48718	Salinas
815	Carlos Henrique Gottschall Dantas	2004.01.38118	Rio de Contas
816	Carlos Henrique Leal Nascimento	2003.01.19938	Lauro de Freitas
817	Carlos Henrique Pedreira dos Santos	2004.01.46010	Salvador
818	Carlos Hermenegildo Rosa	2004.01.37836	Juazeiro
819	Carlos Humberto Fauaze	.60410	Salvador
820	Carlos José Ribeiro	2004.01.41890	Tremedal
821	Carlos José Sarno	2005.01.51870	Salvador
822	Carlos Levy Freitas Farias da Silva	2003.02.27584	Imbui-Salvador
823	Carlos Lopes Pereira	2001.01.02762	Salvador
824	Carlos Luiz Felipe	.70576	Salvador
825	Carlos Martins Cabral	2006.01.54738	Salvador
826	Carlos Miranda Bastos	2004.01.44781	Sto Amaro da Purificação
827	Carlos Moreira Villanueva	2001.01.03426	Salvador
828	Carlos Nascimento Alves	2003.02.24853	Salvador
829	Carlos Orlando Oliveira Cerqueira	2003.02.25299	Alagoinha
830	Carlos Pereira Cordeiro	2002.01.12828	Camaraçi
831	Carlos Pereira da Silva	.11191	Posto da Mata
832	Carlos Pereira da Silva	2003.02.24855	Salvador
833	Carlos Roberto Braga Pimentel	.58798	Salvador
834	Carlos Roberto Guimarães Ribeiro	2003.01.35075	Ituaçu
835	Carlos Roberto Magnavita Amorim	2003.02.23804	Salvador
836	Carlos Souza Oliveira	2003.01.36853	Barra do Rocha
837	Carlos Teixeira Andrade	2004.01.42464	Salvador
838	Carlos Teles de Oliveira	2004.01.38170	Serrinha
839	Carlos Vianna Dias da Silva	.01352	Bahia
840	Carlos Vilson Franco Freitas	2004.01.38173	Serrinha
841	Carlos Volney de Souza Sampaio	2001.01.02217	Salvador
842	Carlos Xavier da Mata	2002.01.08081	Serra do Ramalho
843	Carme Celia Carneiro Carvalho	2006.01.55453	Salvador
844	Carmelino da Silva Freitas	2004.01.38285	Barra da Estiva
845	Carmelita Maria de Oliveira	2004.01.45291	Cicero Dantas
846	Carmelita Maria de Souza Pinheiro	2004.01.41370	Feira de Santana
847	Carmelita Maria de Souza Pinheiro	2004.01.41371	Feira de Santana
848	Carmelita Miranda Valois	.39670	Irecê
849	Carmem Maria de Souza	2005.01.49344	Sao Felix
850	Carmem Nicea Santos e Santos	2003.01.34274	Encruzilhada
851	Carmilce Miriam Carneiro de Souza	2001.01.00390	Salvador
852	Carmito Rodrigues	2003.01.34142	Salvador
853	Carmo Pereira de Souza	2004.01.39002	Brejolândia
854	Carmosina dos Santos	.39161	Ibicarai
855	Carmozina Dourado Martins	2003.01.30405	Irecê
856	Cassilda Lanusia Carvalho Sousa	.51657	Salvador
857	Cassimelia Pedreira Barbosa	2005.01.49964	Itaparica
858	Catulino José de Souza	2003.01.37082	Brumado
859	Cecilia Maria Pires	2004.01.48212	Tanhaçu
860	Cécilio Batista dos Santos	2003.01.15105	Salvador
861	Celerina Ferreira Coelho	.43951	Anagé
862	Celerino Calixto Mota	2005.01.51813	Valente

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
863	Celestino dos Santos Belau	2005.01.49927	Cansanção
864	Celina Souza Mercês	2002.01.13194	Salvador
865	Celina Times Oliveira Vasconcelos	2003.01.34694	Gongogi
866	Celso Cotrim Coelho	2006.01.53960	Salvador
867	Celso Pereira	2001.08.02162	Feira de Santana
868	Celso Pereira	.16093	Feira de Santana
869	Celzina Bastos de Sousa / Alcebiades Francisco de Sousa Primo	2003.01.30295	Irecê
870	Cerise Almeida Y Almeida	2004.01.38175	Aurelino Leal
871	Cesar Eduardo Gino Cerqueira	2003.02.24035	Salvador
872	César Machado da Silveira	2006.01.52716	Ubaira
873	Cherubim de Queiroz Miranda	2004.01.39637	Taperoá
874	Chrispiniano Batista Quintela	.03446	Conde
875	Christália Sampaio Peixoto	2004.01.38996	Feira de Santana
876	Cícero Pedro dos Santos	2007.01.59507	Santa Brígida
877	Cicero Vitor Modesto Filho	2004.01.39018	Brejolândia
878	Cicero Vitor Modesto Filho	2004.01.39025	Brejolândia
879	Ciriaco Leite Ferreira	2004.01.38229	Ipacaetá
880	Cirilo Alves da Silva	2003.01.34143	Salvador
881	Clarice dos Santos Costa	2004.01.46544	Juazeiro
882	Clarice Oliveira Lisboa	2004.01.47690	Feira de Santana
883	Clarindo de Souza Santos	2003.01.29045	Jussara
884	Clarisse Neves Caires	2003.01.29625	Paramirim
885	Claudelino Loran da Silva	.15163	Salvador
886	Claudemir Santos de Morais	.67577	Santa Maria da Vitória
887	Claudemiro Marcelino Calmon	2003.04.19101	Salvador
888	Claudimiro dos Reis	2004.01.38527	Sento-Sé
889	Claudio Dias Rocha	2004.01.41889	Vitória da Conquista
890	Cláudio Fausto da Silveira	2004.01.38169	Salvador
891	Claudio Felix de Sá	2003.01.28996	Canarana
892	Claudio Ferreira de Farias	2004.01.40693	Ibiassucê
893	Claudio Pedreira Filho	2004.01.42472	Salvador
894	Claudionor Cerqueira Silva	2004.01.40167	Irara
895	Claudionor Fróes Couto	2002.01.09883	Vitória da Conquista
896	Clelia de Araújo Figueiredo	2004.01.39653	Irecê
897	Clemente Ferreira de Castro	2003.01.30672	Caetite
898	Clemente Pinto de Oliveira	2004.01.47136	Itanhém
899	Clemildes Alves da Silva	2004.01.48820	Itapitanga
900	Cleodon Francisco de Paula	2003.01.21338	Itaberaba
901	Cleondina Lopes dos Santos	2004.01.39626	Ilheus
902	Cleonice Carvalho Bastos / Silvestre Alves Bastos	2003.01.26535	Salvador / Salvador
903	Cleonice Santos Soares	2004.01.42335	Ubaitaba
904	Cleonisce Rodrigues de Santana	2003.01.36854	Barra do Rocha
905	Cleusa Raimunda Santos de Jesus / Janete Jaco Rocha / Valdevino de Jesus	2003.02.26134	Salvador / Salvador / Salvador
906	Cleuza Pereira Dias	2004.01.48346	Bom Jesus da Lapa
907	Clinton Lobo Correia	2003.04.17977	Salvador
908	Clodoaldo Dourado Lima	2003.01.30337	Canarana
909	Clodomir Azevedo Souza	2006.01.54665	São Francisco do Conde
910	Clotides Martins da Silva	2003.01.33016	Gov. Mangabeira
911	Clotildes Lima de Almeida	2004.01.46629	Tanquinho
912	Clotildes Procópio da Costa	2003.01.33221	Salvador
913	Clotildes Santos Lima	2003.02.27582	Salvador
914	Cloves Alves Sales	2003.01.25041	Salvador
915	Cloves Francisco de Oliveira	2004.01.40500	Bom Jesus da Lapa
916	Cloves Mascarenhas Freire	2003.01.20805	Lauro de Freitas

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
917	Clovis Araujo Teixeira	2003.01.28990	Irecê
918	Clovis Loureiro de Santana	2003.01.23676	Salvador
919	Clovis Ribeiro Daltro	2004.01.45987	Feira de Santana
920	Clovis Rufino Dourado	2003.01.30392	Irecê
921	Constantino Fernandez Soto	2003.01.29271	Salvador
922	Corina Macedo dos Santos	.44935	Sto A.de Barcelona-Caravelas
923	Cornelio de Sá Teles	2003.01.33541	Feira de Santana
924	Cornélio Ferreira Mendes	2003.01.29005	Presidente Dutra
925	Cosme Araújo Azevedo	2003.01.21558	Salvador
926	Cosme Benedito Barbosa	2004.01.42098	Salvador
927	Cosme Dias dos Santos	.70668	Salvador
928	Cosme Ferreira	2008.01.62994	Salvador
929	Cosme Ribeiro de Souza	2001.01.03447	Itagimirim
930	Cosmo Carlos de Oliveira	2003.01.35045	Guanarana
931	Crassine de Almeida	2002.01.06142	Vitoria da Conquista
932	Cremilda Magalhães Melo	2004.01.48037	Brejões
933	Creuza Cordeiro Teixeira	2004.01.38235	Nazaré
934	Crimeia de Caires Costa	2005.01.50975	Santa Ines
935	Cristiano João Andrade Silva	2006.01.54694	São Francisco do Conde
936	Cristiano Moura da Silva	2004.01.44989	Monte Santo
937	Cristiano Ottoni	2004.01.41018	Medeiros Neto
938	Cristina Godinho da Encarnação	2003.02.26150	Pernambués
939	Cristovão da Silva	2003.01.15254	São Felix
940	Cristovão de Oliveira Rodrigues	.10501	Salvador
941	Cristovão Pereira de Souza	2004.01.38263	Salvador
942	Crizanto Borges	2004.01.45190	Alagoinhas
943	Cyro Cardoso Bittencourt Martins	2003.01.29752	Paramirim
944	Dácio Alves de Oliveira	2003.01.32527	Caetité
945	Dagoberto Brandão de Oliveira	2003.01.33384	Itabuna
946	Dagoberto da Silva Lemos	2001.02.00733	Salvador
947	Dailton Santana Lima	2003.01.32894	Brumado
948	Dairdes da Cruz Quintas	2002.01.12578	Salvador
949	Daisi Silva Brito de Freitas	2003.01.33230	Salvador
950	Daisy Nascimento Nunes Calumby	2003.01.36834	Ipiau
951	Dalmacio Brito	2003.01.28982	Jussara
952	Dalmir Magno Bemfica	2004.01.41898	Santa Cruz de Cabrália
953	Dalton Godinho Pires	2002.01.06104	Salvador
954	Dalva Caetano Chagas	2004.01.38576	Itapé
955	Dalva Damazio Lima	2003.01.36003	Salvador
956	Dalvadísio Alves Pereira	2004.01.41886	Tremedal
957	Dalvadisio Fonseca de Melo	2002.01.12916	Salvador
958	Damião Meneses Coutrin	2004.01.37542	Camacan
959	Damião Santana da Silva	.00565	Paulo Afonso
960	Damor da Cruz Alcântara	2003.01.35323	Caravela
961	Dan Martins dos Santos	2003.02.27583	Teolândia
962	Daniel Almeida Ramos	2004.01.42413	Salvador
963	Daniel de Sousa Novais	2004.01.40832	Ibiassucê
964	Daniel Farias Batista	2004.01.47660	Malhada
965	Daniel Francisco de Souza	2004.01.39757	Mulungu do Morro
966	Daniel Francisco Lopes	2004.01.39595	Irece
967	Daniel Passos da Silva	2003.01.32692	Senhor do Bonfim
968	Daniel Ribeiro Costa	2004.01.48104	Conceição de Jacuipe
969	Daniel Rodrigues de Sant Ana	2004.01.38556	Itape
970	Daniela Cristina de Oliveira Pereira	.47444	Salvador
971	Danilo de França Martins	2003.04.18342	Salvador
972	Danusia Silva Barros de Carvalho	2003.01.34286	Pindaí
973	Danuzia Pereira dos Santos	2003.01.37116	Brumado
974	Darci Freitas Oliveira	2003.01.35260	Itapetinga

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
975	Darci Pereira Gonçalves	2004.01.47681	Carinhanha
976	Darcy Moreira de Lacerda da Silva	2003.01.36024	Formosa do Rio Preto
977	Darcy Muniz de Almeida	2003.01.35687	Caravelas
978	Dario Muniz	.16690	Salvador
979	Dario Ribeiro	2004.01.43803	Salvador
980	Dario Soares Ferreira	2004.01.45091	Belo Campo
981	Dario Wanderley de Carvalho	2003.01.31569	Cristópolis
982	Davi Bispo de Souza	2011.01.70415	Jacobina
983	Davi Gonçalves Rocha	2004.01.39732	Pres.Dutra
984	Davi Magalhães Martins	2003.01.33633	Valença
985	David Alves	.53652	Guanambi
986	Dealmir Borges da Silva	2004.01.46822	Cera Cruz
987	Décio de Oliveira Pinto	2003.01.36916	Taperoá
988	Dejair da Silva Costa	2003.02.24910	Salvador
989	Dejair dos Anjos Santana	2003.02.24842	Salvador
990	Deli Fernades Baleeiro	2004.01.48024	Licínio de Almeida
991	Delia Sento Se Magalhães Cordeiro	2004.01.39618	Irece
992	Délio Alves de Santana	2003.01.35022	Ilhéus
993	Delio Ney da Silva Prado	2004.01.40831	Ibiassucê
994	Delmiro Martinez Baqueiro	2004.01.47703	Salvador
995	Delorme Souza Santos	2004.01.44774	Feira de Santana
996	Delson Dias dos Santos	2004.01.38214	Urandi
997	Delsuc de Souza Pedra	2003.01.15075	Salvador
998	Delvani Pereira da Silva Gomes	2003.01.32365	Salvador
999	Dely Fernandes dos Santos	2003.01.35310	Paratinga
1000	Demicio Felisberto dos Santos	2004.01.38119	Itacaré
1001	Demostenes Carvalho Valverde	2004.01.47938	Juazeiro
1002	Demóstenes Soares Oliveira	2002.01.12582	São Félix
1003	Deocléciano de Souza Braga	2004.01.39753	Irecê
1004	Deocleciano Souza Santos	2004.01.39594	Irece
1005	Deodete Silva de Oliveira	2004.01.40760	Candeias
1006	Deodoro dos Santos Ramos	2006.01.54667	Candeias
1007	Deolindo Moreira da Silva	2003.01.30957	Cocos
1008	Deraldino Martins de Oliveira	2004.01.48206	Itamaraju
1009	Deraldino Ribeiro do Nascimento	.02383	Rio de Janeiro
1010	Deraldo Barreto	2006.01.53692	
1011	Deraldo dos Santos Silva	2003.01.15100	Salvador
1012	Deraldo Gomes Rodrigues	2003.01.34246	Ouriçangas
1013	Deraldo Sales Rios	2003.01.33264	Várzea da Roça
1014	Derivaldo Abade de Carvalho	2002.01.12674	Salvador
1015	Dermeval França Dourado	2003.01.32829	Irecê
1016	Dermeval Pitagoras de Góes	2004.01.42405	Salvador
1017	Dermeval Teixeira Filho	2006.01.54684	São Francisco do Conde
1018	Dermival Santos de Cerqueira	2003.01.21536	Salvador
1019	Derval Costa Braga	2004.01.48059	Imbui
1020	Deusdedit Soares Prates	2004.01.48179	Medeiros Neto
1021	Deusdedite Alves de Oliveira	2004.01.42417	Salvador
1022	Deusdedith Meira Prates	2004.01.40835	Ibiassucê
1023	Diacísio Rocha Viana	2004.01.38139	Candido Sales
1024	Dick Byron Gustavo Lara Miño	.65196	Itabuna
1025	Didier Macambira Alves	2002.01.05961	Feira de Santana
1026	Dilma Soares Silva	2004.01.48176	Salvador
1027	Dilmar Lopes dos Santos	2003.01.35232	Canavieiras
1028	Dilmo Nolasco Viana	2001.01.04743	Salvador
1029	Dilsom Xavier	.50673	Salvador
1030	Dilson Alves de Santana	2004.01.38086	Barreiras
1031	Dilson Manoel Duarte	2003.21.27783	Ilheus
1032	Dilson Pereira Adôrno	2003.01.36730	Pé de Serra

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1033	Dilson Santana	2003.01.21511	Salvador
1034	Dilton de Jesus Matos	.63255	Cosme de Farias
1035	Dimas Quaresma Reis	2004.01.39423	Vitoria da Conquista
1036	Dina de Sousa Costa	2004.01.48190	Laje
1037	Dinalva Souza Silva Farias	2003.01.32655	Filadelfia
1038	Dinamerica Pires de Carvalho e Moura	2003.01.37014	Bom Jesus da Lapa
1039	Dinora Souza Queiroz	2004.01.39858	Marcionilio Souza
1040	Dinorah de Souza e Silva	2004.01.39395	Remanso
1041	Dinorah Franca Lopes	2004.01.39737	Salvador
1042	Diógenes Correia Rocha	2003.01.33166	Tanhaçu
1043	Diógenes de Valois Santos	2003.01.19948	Salvador
1044	Diogenes Dias de Souza	2003.01.27226	Salvador
1045	Diógenes Matos Barreto	2003.01.35102	Salvador
1046	Diogo Andrade de Brito	2003.01.32907	Paulo Afonso
1047	Diogo Assunção de Santana	.72727	Salvador
1048	Diolino Nolasco de Souza	2004.01.43950	Anagé
1049	Diomar Jose Novato	2004.01.48113	Cordeiros
1050	Dione Alberto da Silva Medrado	2003.01.36848	Juazeiro
1051	Dionísio Ferreira Araújo	2002.01.10479	Lauro de Freitas
1052	Diorge Azevedo	2003.01.34292	Encruzilhada
1053	Dirce Correia da Silva Pereira	2004.01.38726	Caculé
1054	Dirceu Régis Ribeiro	2001.02.00738	Salvador
1055	Dirceu Sales de Cerqueira	2004.01.38142	Ouriçangas
1056	Diva Carmen Neves	2004.01.44829	São Sebastião do Passe
1057	Diva de Araújo Quinteiro	2004.01.37564	Oliveira dos Brejinhos
1058	Diva Maria Leal da Silva	2002.01.12225	Salvador
1059	Dival Nunes de Medeiros	2004.01.38167	Lamarão
1060	Divaldo Nascimento Costa	2003.01.28563	Bom Jesus da Lapa
1061	Dizidéria Maria de Oliveira	2003.01.35269	Piatã
1062	Djalma Aguiar de Souza	2002.01.06381	Salvador
1063	Djalma Benedito Neves Ferreira	2002.01.06992	Salvador
1064	Djalma de Oliveira Mattos	2003.01.15559	Salvador
1065	Djalma Evandro Xavier Borja	2003.01.35396	Teixeira de Freitas
1066	Djalma Faria de Oliveira	2005.01.49342	Rio Real
1067	Djalma Ferreira de Araujo	2004.01.41063	Pedrão
1068	Djalma Garcia Rosa	2004.01.40781	Eng. Velho de Brotas
1069	Djalma Mendes de Almeida	2004.01.44230	Jussara
1070	Djalma Oliveira	2004.01.48815	Almadina
1071	Djalma Pinto e Oliveira	2003.01.36822	Inhambupe
1072	Djalma Pinto e Oliveira	2003.01.36835	Inhambupe
1073	Djalma Rocha Maciel	2004.01.39675	Irecê
1074	Djalma Souza Oliveira	2003.04.18062	Salvador
1075	Djanira Tavares Hermano	2004.01.48161	Prado
1076	Dolirio Rodrigues dos Santos	2004.01.38771	Teixeira de Freitas
1077	Domicio Francisco Alves	2003.01.15104	Salvador
1078	Domicio Gramacho	2003.01.29671	Santa Maria da Vitória
1079	Domingas Isabel dos Santos	2004.01.39632	Nilo Peçanhas
1080	Domingos Almeida Ramos	2004.01.42416	Salvador
1081	Domingos Alves Gonçalves	2004.01.41015	Teodoro Sampaio
1082	Domingos Bittencourt do Nascimento	2004.01.41008	Cícero Dantas
1083	Domingos de Jesus Pires	2004.01.39665	Irecê
1084	Domingos Fernando de Jesus	2003.01.23668	Salvador
1085	Domingos Gonçalves dos Santos	2006.01.54664	Sto Amaro
1086	Domingos Lopes dos Santos	2003.01.33386	Bom Jesus da Lapa
1087	Domingos Machado de Almeida	2004.01.39803	Entre Rios
1088	Domingos Martins do Rêgo	2004.01.37736	Paratinga
1089	Domingos Pereira Machado	2004.01.39680	Irecê
1090	Domingos Ramos Filho	2005.01.49930	Cansanção

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1091	Domingos Soares de Araujo	2004.01.38572	Serra Dourada
1092	Domingos Vasco Magalhães Neto	2004.01.44823	Riachao das Neves
1093	Donata Maria Pereira	2004.01.43911	São João do Paraíso
1094	Donato Bispo de Melo	2003.02.24537	Simões Filho
1095	Doralice Assis dos Santos	2006.01.53534	Itaparica
1096	Doralina Tavares de Oliveira	2003.01.31565	Cristópolis
1097	Doranice Monteiro Miranda	2004.01.39684	Irecê
1098	Dorgival Rodrigues dos Santos	2003.01.31747	Angical
1099	Doriedson Dantas Silva	2004.01.40442	Tapiramuta
1100	Dorival Macedo Góes	2005.01.50836	Ruy Barbosa
1101	Dorivaldo Alves Fernandes	2003.01.36841	Guanambi
1102	Douralice Campos Moreira / José da Silva Moreira	2007.01.58633	Acajutiba
1103	Dulce de Barros Benevides	2003.01.33068	Juazeiro
1104	Dulce Veridiana de Hungria	2003.01.32631	Jeremoabo
1105	Dulcinea Almeida Arcoverde Pithon	2003.01.36846	Inhambupe
1106	Dulcineia de Aguiar Oliveira	2004.01.39070	Esplanada
1107	Durval Barbosa Tavares	2003.01.34181	Itapicuru
1108	Durval Ferreira da Rocha	2004.01.41885	Tremedal
1109	Durval Vicente de Lima	2004.01.38060	Juazeiro
1110	Durvalina Ferreira Santos	2003.01.33190	Freira de Santana
1111	Durvalina Souza do Nascimento	2003.01.30962	Côcos
1112	Durvalino Benvindo Pereira	2003.01.33167	Tanhaçu
1113	Durvalino Elpidio da Silva	2003.01.33564	Ichu
1114	Ebel de Bosco Souza Silva	2003.01.31003	Salvador
1115	Ebison Alves de Lima	2004.01.48192	Serra Preta
1116	Eclésio Pereira da Silva	2002.01.10387	Salvador
1117	Ed´Lauro Ferreira Santos	2001.01.00068	Salvador
1118	Edelson Rodrigues Souza	2003.01.27528	Bom Jesus da Lapa
1119	Edeltonio Liberato dos Santos	.56143	Salvador
1120	Edelvita Moitinho Costa	2004.01.39759	Irece
1121	Edelvito Lidio Moreira	2004.01.43123	Vitoria da Conquista
1122	Edemar Soares dos Santos	.29941	Campo Formoso
1123	Edenice Mendes de Carvalho	2004.01.39677	Irecê
1124	Edenilton Limoeiro da Silva	2004.01.45112	Vitoria da Conquista
1125	Ederval Araújo Xavier	2003.01.30075	Salvador
1126	Edesio Francisco Neves	2003.01.36038	Bom Jesus da Lapa
1127	Edesio Meneses Cavalcanti	2001.01.04105	Ilhéus
1128	Edgar de Araújo Rocha	.04364	Salvador
1129	Edgar Gonçalves Torres	2004.01.42341	Ribeirão do Pombal
1130	Edgar Joaquim Ferreira	.60376	Salvador
1131	Edgar Lucas de Almeida	2004.01.46148	Luis Eduardo Magalhães
1132	Edgard Francisco Santana	2003.02.29485	Ilhéus
1133	Edilei Tadeu Santos Aguiar	2003.01.26615	Salvador
1134	Edilene dos Santos Gois	2004.01.48817	Coaraci
1135	Edilson Barros Monteiro	2003.01.16689	Salvador
1136	Edilson do Rosário Lins	.61516	Salvador
1137	Edilson Goes de Araujo	2004.01.40725	Candeias
1138	Edilson Teixeira de Sant Anna	2003.01.23450	Salvador
1139	Edimar Magalhães de Oliveira	2003.01.29641	Taquares Novo
1140	Edimilson Barbosa	.50402	Salvador
1141	Edimo Vieira Barreto	2006.01.54222	Correntina
1142	Edimo Vieira Barreto	2006.01.54635	Correntina
1143	Edinalva Oliveira Campos	2003.01.35124	Santa Barbara
1144	Edinamar Rosa de Oliveira	.29538	Souto Soares
1145	Edinice Ribeiro de Brito	.35273	Itapetinga
1146	Edinilson Soares da Silva	.57766	Salvadoe
1147	Edison José de Souza	2004.01.38221	Desidério

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1148	Edit Maria dos Reis	2004.01.42477	Salvador
1149	Edith Augusta Novaes	2004.01.38270	Ribeirão do Largo
1150	Edith Rocha Espirito Santo	2004.01.38113	Jequié
1151	Edival Almeida Galvão	2004.01.43031	Salvador
1152	Edival Carlos Barreto	2004.01.43109	St Amaro
1153	Edivaldo Bruno da Silva	2003.01.32149	Juazeiro
1154	Edivaldo Teixeira	2002.01.13830	Castro Alves
1155	Edivaldo Xavier de Almeida	2004.01.41191	Boninal
1156	Edivirges Lopes dos Santos	2003.02.26152	Salvador
1157	Edizio Caetano da Silva	2003.01.32962	Saúde
1158	Edizio Caetano da Silva	2004.01.37893	Genipapo-Saude
1159	Edmar Antonio de Tomy	.41540	Itabuna
1160	Edmar Soares dos Santos	2003.02.24865	Campo Formoso
1161	Edmauro Göpfert	2002.01.07962	Palmeiras
1162	Edmilson Marques Cazaes	2003.01.15095	Salvador
1163	Edmilson Adorno Vilas Boas	2004.01.41033	Salvador
1164	Edmilson Batista da Costa	2004.01.39789	Barra
1165	Edmilson Gomes Rodrigues	2006.01.53659	Lauro de Freitas
1166	Edmilson Sá Maia	2004.01.43118	Conceição do Almeida
1167	Edmundo de Souza Vieira Junior	.40184	Lauro de Freitas
1168	Edmundo Dias de Farias	2007.01.58993	Salvador
1169	Edmundo Fachinetti Urpia	2002.01.12156	Salvador
1170	Edmundo José dos Santos	2003.01.38042	Tanquinho
1171	Edmundo Leal Pereira	2003.01.23686	Salvador
1172	Edmundo Leal Pereira	.47358	Salvador
1173	Edmundo Pedreira de Oliveira	2004.01.38661	Mairi
1174	Edmundo Ribeiro Santana	2004.01.48170	Iaçu
1175	Edmundo Tobias Vieira	2004.01.42333	Porto Seguro
1176	Edna Alves Cotrim	2004.01.48127	Pindai
1177	Edna Caribé Morgadio	2004.01.40406	Serrinha
1178	Ednaldo Pereira dos Santos	.42114	Salvador
1179	Ednalva Gonçalves Ribeiro	2003.01.35207	Pindobaçu
1180	Ednoelia Santos de Oliveira	2004.01.38145	Caem
1181	Ednon Batista Neves	2005.01.49325	Riacho de Santana
1182	Edson Batista de Oliveira	2004.01.38136	Candido Sales
1183	Edson Batista Ornelas	2003.02.24811	Salvador
1184	Edson Cabral de Santana	2004.01.45494	Camacan
1185	Edson de Albuquerque Argolo	2002.01.11337	Salvador
1186	Edson de Souza Bembem	2004.01.45444	Salvador
1187	Edson Deway da Rocha	2003.04.18581	Salvador
1188	Edson Emilio dos Santos	2003.02.24873	Candeias
1189	Edson Figueiredo Andrade	2004.01.48166	Elísio Medrado
1190	Edson Gomes da Silva	2004.01.39611	Ibitiara
1191	Edson Jorge Moreira de Freitas	.48482	Feira de Santana
1192	Edson Jose de Oliveira Almeida	2004.01.38152	Santo Amaro
1193	Edson Luis Silva dos Reis	2001.01.04368	Salvador
1194	Edson Luiz Coelho	2001.02.00924	Salvador
1195	Edson Martins Bento	2003.01.33073	Mirangaba
1196	Edson Moreira Borges	2004.01.37556	Oliveira dos Brejinhos
1197	Edson Nonato de Santana	2001.01.05342	Salvador
1198	Edson Nunes da Motta	2004.01.37677	Jussara
1199	Edson Paim de Oliveira	2003.01.20683	Salvador
1200	Edson Passos Souza	.10444	Lauro de Freitas
1201	Edson Pires Sampaio	2005.01.50828	Ruy Barbosa
1202	Edson Régis	2003.01.27346	Lauro de Freitas
1203	Edson Reis Bahia	2004.01.38129	Itacaré
1204	Edson Santos	2003.01.36341	Salvador
1205	Edson Santos	.60689	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1206	Edson Teixeira da Cunha	2004.01.37573	Oliveira dos Brejinhos
1207	Edson Valter Brayner de Cerqueira	2004.01.41025	Coração de Maria
1208	Eduardo Costa de Oliveira	2004.01.38364	Itabuna
1209	Eduardo da Silva Novaes	2004.01.38227	Jequié
1210	Eduardo Francisco Sarno	.62844	Salvador
1211	Eduardo Guilherme Penfold Muniz	.19140	Salvador
1212	Eduardo José Chagas Pires	2003.01.19980	Salvador
1213	Eduardo José Monteiro Teixeira	2004.01.40030	Salvador
1214	Eduardo Jose Pinto	.72005	Salvador
1215	Eduardo Lorens Neto	2003.04.18327	Salvador
1216	Eduardo Miguel Amparo de Carvalho	2003.01.25814	Jequié
1217	Eduardo Queiroz Bandeira	2004.01.38109	Côcos
1218	Eduardo Queiroz de Souza	2003.02.24856	Salvador
1219	Eduardo Ruy de Aragão	2002.01.12274	Salvador
1220	Eduardo Santos Muniz	2004.01.38775	Ipiaú
1221	Eduardo Valois Alves	2003.01.34525	Jacobina
1222	Edval Gomes Silva	2003.01.35263	Itapetinga
1223	Edvaldo Alves Ferreira	.68001	Salvador
1224	Edvaldo da Silva Bonfim	2003.02.26540	Salvador
1225	Edvaldo de Oliveira Santos	2009.01.63969	Salvador
1226	Edvaldo de Santana Ramos	2005.01.49420	Acajutiba
1227	Edvaldo dos Santos Barbosa	2003.01.15573	Alagoinhas
1228	Edvaldo Gomes Pereira	2003.01.32223	Salvador
1229	Edvaldo Graciliano Cajazeira	2002.01.07810	Salvador
1230	Edvaldo Magalhães Nascimento	2003.01.33825	Ibirapitanga
1231	Edvaldo Manoel Santos	2003.01.24342	Madre de Deus
1232	Edvaldo Maurício dos Santos	2003.01.32818	Itororó
1233	Edvaldo Mota dos Santos	2003.01.33718	Canavieiras
1234	Edvaldo Raimundo de Novaes	2003.01.34147	Hequiá
1235	Edvaldo Ramos de Oliveira	2003.01.29778	Santa Maria da Vitória
1236	Edvaldo Sacramento Ferreira	2003.01.21534	Salvador
1237	Edvaldo Santiago	2003.01.36798	Ipiaú
1238	Edvaldo Santos Moura	2003.01.21543	Salvador
1239	Edvaldo Siqueira Guimarães	2007.01.58834	Pojuca
1240	Edvaldo Vilasboas	2004.01.38076	Caetité
1241	Edvan da Silva Miranda	2004.01.48825	Coaraci
1242	Edvanise Souza da Silva	2003.02.24535	Salvador
1243	Edvirges Lopes dos Santos	2003.01.27252	Salvador
1244	Edwaldo Alves Silva	2002.01.09630	Vitória da Conquista
1245	Edward Costa Marques	2002.01.13918	Salvador
1246	Egenivaldo Silva Coutinho	2003.01.21533	Salvador
1247	EGidio Jose Ramos	2004.01.48147	Firmino Alves
1248	Eladia Passos de Castro	2004.01.39381	Remanso
1249	Eladio Teodozio dos Reis	2003.02.24592	Candeias
1250	Elaine Santos Pinheiro	2003.01.33653	Itororó
1251	Elce Vieira Carvalho Costa	2004.01.39851	Campo Formoso
1252	Elcio Fernandes Pinto	.71945	Slavador
1253	Elcio Figueiredo Batista	2002.01.13574	Ilhéus
1254	Elenaldo Celso Teixeira	2003.01.17638	Salvador
1255	Elenita Gonçalves dos Santos	2003.01.19969	Salvador
1256	Eleuzina Maria Santos Melo	2007.01.58377	Itajuípe
1257	Eliana Bellini Rolemberg	2006.01.53412	Salvador
1258	Eliane Gadelha Dias	2009.01.64267	Salvador
1259	Eliane Potyguara Macedo	2002.01.07635	Salvador
1260	Elias Alódio da Silva	.20172	Salvador
1261	Elias Azeredo Pinto	2004.01.44965	Monte Santo
1262	Elias Azeredo Pinto	2004.01.44997	Monte Santo
1263	Elias da Costa Gomes	2003.01.37388	Bom Jesus da Lapa

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1264	Elias Dantas de Souza	2003.01.36816	Inhambupe
1265	Elias de Jesus	2006.01.54685	São Francisco do Conde
1266	Elias de Sant´Ana Silva	2001.01.02017	Salvador
1267	Elias do Vale	2004.01.38160	Abaré
1268	Elias Miguel do Nascimento	2007.01.59497	Santa Brígida
1269	Elias Pinheiro de Matos	.04363	Salvador
1270	Eliazar Alvino de Oliveira	2004.01.42415	Salvador
1271	Elieser Barros Correia	2006.01.53103	Ilheus
1272	Eliete Alves Bastos Maciel	2004.01.37570	Oliveira dos Brejinhos
1273	Eliete Palmira dos Santos	2005.01.51511	Barro Preto
1274	Eliezer Goes Barreto	2004.01.48132	Marcionilio de Souza
1275	Eliezer Lago Gomes	2003.01.33828	Mirangaba
1276	Eliezer Pereira Dourado	2003.01.37037	Paratinga
1277	Elífio Matos Pereira	2003.01.32984	Jaguaquara
1278	Elio José Pattacini	2001.02.00965	Salvador
1279	Elio Pires Rego	2003.01.34150	Barreiras
1280	Eliodoro de Jesus	2004.01.40723	Lauro de Freitas
1281	Elir Gomes da Silva	2002.01.12216	Salvador
1282	Elisete Pimenta Lopes	2004.01.39075	Conde
1283	Eliseu Lemes Sandes	.28223	Salvador
1284	Eliseu Regis de Sousa	2004.01.39083	Conde
1285	Elisio Veiga Santana	2003.02.24142	Salvador
1286	Elitieri Batista Santos Filho	2003.01.29268	Lauro de Freitas
1287	Elíude José da Silva	2004.01.39362	Itabuna
1288	Eliza Tieko Yonezo	2007.01.56471	Salvador
1289	Elizabete Cerqueira Rodrigues	2003.01.34186	Ouricangas
1290	Elizabeth Orrico Silva de Jesus	2003.01.36851	Valença
1291	Elizeu Silva dos Reis	2001.02.00589	Salvador
1292	Elizia Trabuco Cerqueira	2004.01.46816	Salvador
1293	Elizio Pereira Bonfim	2004.01.45692	Salvador
1294	Elni Martins de Macêdo	2004.01.38105	Côcos
1295	Eloy Ferreira de Jesus	2002.01.12683	Salvador
1296	Elpídio Costa de Souza	.68323	Teixeira de Freitas
1297	Elpidio Teixeira Lopes	2004.01.47708	Carinhanha
1298	Elsione de Souza Braga	2004.01.47349	Salvador
1299	Elson Gonçalves Araújo	2006.01.52669	Salvador
1300	Elson Pesqueira	2004.01.44483	Sento-Se
1301	Elson Verçosa Barros	.06849	Salvador
1302	Elvira Dantas da Silva	2003.01.32691	Uauá
1303	Elvira Pereira da Silva	2004.01.47679	Malhada
1304	Elvira Petronillia do Valle Bispo	.09446	Salvador
1305	Elvira Rosa Calheira	2004.01.39804	Ibirataia
1306	Ely Bandeira Gomes	2004.01.37860	Salvador
1307	Elza Carvalho dos Santos	2004.01.44644	Salvador
1308	Elza Costa Nascimento	2004.01.40735	Salvador
1309	Elza da Conceição Oliveira	2007.01.57359	Jambeiro
1310	Elza Lemos Rodrigues	2003.01.33027	Salvador
1311	Elza Sores Dias	2004.01.47985	Cruz das Almas
1312	Elzenóbio Wagner Pereira Coqueiro	2003.01.30042	Jequié
1313	Elzito José de Santana	2004.01.42345	Ribeira do Pombal
1314	Elzo Augusto	2003.01.33170	Tanhaçu
1315	Emanoel Araujo dos Santos	2003.02.26924	Candeias
1316	Emanuel Araújo dos Santos	2002.01.11323	Candeias
1317	Emerita Andrade Ramos	2006.01.54577	Salvador
1318	Emerrentina Gonçalves da Matta Castro	2003.01.36786	Ipiaú
1319	Emília Almeida Moreira	2003.01.35944	Ubaitaba
1320	Emilia Augusta Teixeira Mandim	2006.01.52393	Feira de Santana
1321	Emilia Rosa dos Santos	2004.01.48187	Iaçu

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1322	Emiliano Batista Regis	2004.01.39810	Entre Rios
1323	Emiliano da Silva	2003.01.33228	Salvador
1324	Emiliano Jose da Silva Filho	2001.02.01613	Salvador
1325	Emmanoel Brasil Ramos	2003.01.33486	Ruy Barbosa
1326	Emmanuel Brasil Ramos	.33489	Ruy Barbosa
1327	Enderson Alencar de Araripe	.57563	Salvador
1328	Eneas Muniz de Souza	2003.01.33692	Juazeiro
1329	Enedino Domingos dos Passos	2004.01.38558	Brejolândia
1330	Enedino José de Farias	2004.01.40695	Ibiassucê
1331	Enedino Vieira da Silva	2004.01.48225	Lindo Horizonte, Anagé
1332	Enilta Gomes Ferreira dos Santos	2004.01.37814	Valença
1333	Enio Enzo Musso Seixas	2007.01.60348	Salvador
1334	Enio Loeblein	2010.01.67910	Luiz Eduardo Magalhães
1335	Enio Mendes de Carvalho	2002.01.13691	Salvador
1336	Epaminonda Lazaro Pereira Daltro	2003.01.26678	Salvador
1337	Epaminondas Guimarães Cardoso	.26569	Salvador
1338	Epifanio Cordeiro de Almeida	2004.01.41031	Agua Fria
1339	Eraldo dos Santos de Oliveira	.63281	Salvador
1340	Eraldo Franca Góes	.69121	Periperi
1341	Erasmo dos Santos Alves	2003.01.34261	Alagoinhas
1342	Erasmo Suzarte Damasceno	2003.02.24809	Salvador
1343	Eratostenes Macedo da Silva	.27514	Salvador
1344	Ercelina Fidelis de Souza	2004.01.39720	Irece
1345	Ercilia Gama Teixeira	2004.01.38244	Salvador
1346	Erenita dos Santos Bastos	2004.01.38108	Lafayete Coutinho
1347	Erick Nilson Varela Costa	2004.01.48701	Salvador
1348	Erico de Santana	2002.01.07705	Salvador
1349	Erisvaldo Cordeiro Mancarenhas	2003.02.24558	Salvador
1350	Erisvaldo Cordeiro Mascarenhas	2003.01.26911	Salvador
1351	Erisvaldo Manoel de Santana	2003.02.26054	Salvador
1352	Erisvaldo Pereira Evangelista	2006.01.53693	Salvador
1353	Erivan Lima Bastos Pereira	2003.01.31274	Souto Soares
1354	Erivan Torres Borges	2004.01.39024	Riachão das Neves
1355	Ernalto Santos de Oliveira	2004.01.41382	Salvador
1356	Ernalto Santos de Oliveira	.60011	Salvador
1357	Ernesto Cláudio Drehmer	2003.01.14844	Salvador
1358	Ernesto Ervaristo Martins	2004.01.40157	Alcobaça
1359	Erodisia Passos Côrtes	2004.01.41042	Lagedão
1360	Erondina Oliveira Tavares Carneiro	2003.01.29570	Itabuna
1361	Eronildes de Souza Santos	2003.01.30299	Mulungu do Morro
1362	Esenilda Pires Aguiar	2004.01.48234	Barra da Estevina
1363	Esmeralda Ferreira de Souza	2004.01.38094	Uauá
1364	Esmeraldo Rodrigues dos Santos	2004.01.48207	Manoel Vitorino
1365	Estandislau Moura do Carmo	2004.01.39392	Ramanso
1366	Estefano Prokopovicz	.14090	Feira de Santana
1367	Estelina Ferreira de Araújo Neto	2003.01.34133	Lençois
1368	Estevão Alves Guerra	2004.01.38271	Ipacaetá
1369	Estevão Pedro da Silva	2004.01.38122	Rafael Jambeiro
1370	Etelvina Batista de Araújo	2003.01.28796	Formosa do Rio Preto
1371	Etelvino Souza	2005.01.51261	Itabuna
1372	Etelvira Cunha Oliveira	.57800	Fortaleza
1373	Etevaldo Modesto dos Santos	.27633	Bom Jesus da Lapa
1374	Ethevaldo Cunha Oliveira	2004.01.48073	Morro do Chapeu
1375	Euclides Cordeiro de Souza	2003.01.35395	Teixeira de Freitas
1376	Euclides Francisco da Costa	2004.01.38993	Santana
1377	Euclides Grigório dos Santos	2004.01.39021	Brejolândia
1378	Euclides José de Santana	2003.01.34522	Porto Seguro
1379	Eudâmidas Soares de Araújo	2004.01.39617	Sitio do Mato

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1380	Eudásio Ferreira da Silva	2004.01.37759	Camacan
1381	Eudimirar Pereira Donato	2004.01.48160	Licinio de Almeida
1382	Eufrasio Candido de Almeida	2003.01.29630	Rio Pires
1383	Eufrasio Landulfo Novais	2004.01.48791	Rio das Contas
1384	Eujacio Jose dos Santos	2004.01.40412	Ibicoara
1385	Eulalia Alves da Silva	2004.01.43117	Salvador
1386	Euler Jakson Rocha	2004.01.38246	Livramento de Nossa Sra
1387	Eulina Ferreira dos Santos / Manoel de Jesus Silva	2003.02.24565	Salvador
1388	Eulina Freitas Silva	2005.01.49989	Serrinha
1389	Eulina Mendes Carvalho	2003.01.33644	Missão
1390	Eulina Pereira	2006.01.55748	Salvador
1391	Eunápio Emburanas Duarte	2004.01.39859	Marcionilio Souza
1392	Eunice Angelica Duarte	2004.01.44484	Juazeiro
1393	Eunice Bezerra de Lima	2003.01.36593	Salvador
1394	Eunice Gomes de Andrade Souto	2007.01.58635	Acajutiba
1395	Eunice Sá Barreto de Freitas Santana	2003.01.15571	Salvador
1396	Eunina Pedrosa de Almeida	2004.01.39725	Barreiras
1397	Eurice Sampaio de Souza Araújo	2003.01.31272	Souto Soares
1398	Eurico Souza Amorim	2004.01.38149	Itanhém
1399	Eurides Brandão de Almeida	2004.01.38565	Itabuna
1400	Eurides Gusmão Santos	2002.01.12577	Salvador
1401	Euridice de Araújo Paixão	2004.01.39616	Nilo Peçanhas
1402	Eurípedes Paulo Machado do Carmo	2002.01.12731	Santo Amaro da Purificação
1403	Euripedes Rocha Lima	2004.01.42701	Poções
1404	Euripedes Rodrigues Santos	2004.01.40861	Caetite
1405	Euro Oliveira Araújo	2003.01.23688	Salvador
1406	Eustáquio de Santana Neto	2003.01.23689	Salvador
1407	Eustaquio Ribeiro de Almeida	2004.01.44769	Sta Bárbara
1408	Eutropio Pereira da Rocha	2003.01.33728	Boninal
1409	Euvaldo Mendes Diniz	.38995	Brejolândia
1410	Euzebio José Costa	2004.01.38803	Barra do Rocha
1411	Eva Gertrud Teixeira de Carvalho	2002.01.12574	Salvador
1412	Evandi Carneiro de Andrade	2003.01.33452	Itabuna
1413	Evandro Caetite	2004.01.48112	Salvador
1414	Evandro Ribeiro Ferreira	2003.01.37186	Uauá
1415	Evanete Marques Hipolito	2003.01.33702	Piatã
1416	Evangelina Dantas de Figueredo	2004.01.42432	Porto Seguro
1417	Evangelista dos Santos Bispo	2004.01.46286	Santo Amaro da Purificação
1418	Evanginaldo de Figueredo Oliveira	2004.01.44768	Serra Preta
1419	Evanildes Ferreira Campos Tripodi	2003.01.36850	Ipiaú
1420	Evany Alves Barbosa de Oliveira	2004.01.41359	Bahia
1421	Evaristo José dos Reis	2004.01.38806	Barra
1422	Everaldo Cruz Alves	2004.01.47361	Salvador
1423	Everaldo da Assunção Lopes	2003.02.24904	Salvador
1424	Everaldo Mariano dos Santos	2004.01.45440	Salvador
1425	Everaldo Rocha Santos	2003.01.21521	Salvador
1426	Everaldo Soares de Oliveira	2003.04.18215	Salvador
1427	Everaldo Tavares Santos	2003.02.24807	Salvador
1428	Evilasio Lacerda	2004.01.46899	Vitoria da Conquista
1429	Evilásio Meneses de Almeida	2003.01.19953	Feira de Santana
1430	Evilásio Moreira da Silva	2003.01.33717	Rui Barbosa
1431	Expedito Alves da Paixão	2009.01.65846	Salvador
1432	Expedito Duarte Ferreira	2006.01.54338	Baineiras
1433	Ezelina Ferreira do Vale	2004.01.42358	Barra
1434	Ezequias José de Almeida Sampaio	2005.01.51915	Santo Antonio de Jesus
1435	Ezequias Lopes de Araújo	2003.01.35190	Pindobaçu
1436	Ezequiel Alves de Lima	2003.01.33640	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1437	Ezequiel de Jesus Ferreira	2003.04.19121	Salvador
1438	Ezequiel Dias dos Santos	2002.01.10626	Salvador
1439	Ezequiel José dos Reis	2004.01.42469	Salvador
1440	Eziquiel dos Santos Souza	2004.01.47880	Candeias
1441	Fabio Alexandre Brito Santos	2004.01.47687	Carinhanha
1442	Fábio Cordeiro de Lima	2003.01.35135	Feira de Santana
1443	Fabio Rocha	2004.01.42698	Poções
1444	Fabriciano de Azevedo	2003.01.30570	Santa Rita de Casia
1445	Fabricio Teixeira	2004.01.42356	Barra
1446	Fausta Gomes da Silva	2005.01.49926	Cansanção
1447	Faustino José de Lima	2004.01.38172	Salvador
1448	Felix da Silva Pereira	2003.01.34161	Sta Terezinha
1449	Felizarda Rodrigues Damasceno	2003.01.31937	Cristópolis
1450	Felomena dos Santos Soares	2004.01.44170	Brejões
1451	Fernandes Bernardes dos Santos	.59066	Salvador
1452	Fernandes Paulo Ferreira Marins	2001.02.00798	Salvador
1453	Fernando Almeida Costa	2004.01.48069	Prado
1454	Fernando Antonio Fonsêca	2003.02.24816	Salvador
1455	Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado	2001.04.01325	Salvador
1456	Fernando Antônio Mascarenhas Moreira	2003.01.35663	Salvador
1457	Fernando Bento da Silva	2004.01.48283	Jequie
1458	Fernando Cardoso Pedrão	2001.01.04089	Salvador
1459	Fernando Carneiro de Souza	2003.01.19991	Itabuna
1460	Fernando da Silva Maia	2003.01.21522	Lauro de Freitas
1461	Fernando de Brito	2003.01.29967	Conde
1462	Fernando de Sant Anna	2003.01.25357	Salvador
1463	Fernando de Santana	.08468	Salvador
1464	Fernando Florencio de Sousa	2001.01.05583	Ilhéus
1465	Fernando Guimarães Nery	2004.01.42402	Salvador
1466	Fernando Jorge Ferreira Cunha	2004.01.39580	Salvador
1467	Fernando José de Oliveira	2003.01.26686	Serrinha
1468	Fernando Olivier de Góes Cima	2003.01.15570	Salvador
1469	Fernando Pereira da Silva	2004.01.41086	Pojuca
1470	Fernando Rocha de Araújo	2003.01.36858	Taperoá
1471	Fernando Rodrigues Filho	2004.01.48066	Prado
1472	Fernando Santos	2004.01.38278	Elisio Medrado
1473	Fernando Soares Razoni	2002.01.12576	Salvador
1474	Fernando Talma Sarmento Sampaio	2003.04.19136	Salvador
1475	Fidelcino José Gonçalves	2003.01.31597	Cristópolis
1476	Fidelcino Lopes Araújo	2004.01.39646	Irecê
1477	Fidelindo Alves Veira	2003.01.33168	Tanhaçu
1478	Fidelis Lima de Souza	2004.01.38174	Salvador
1479	Fidelmário Barberino Cerqueira	2001.08.02159	Feira de Santana
1480	Filadelfo Antonino de Araújo	2004.01.37786	Nova Fátima
1481	Filogonio Machado Farias	2004.01.39048	Esplanada
1482	Firmo Damaceno da Silva	2004.01.44486	Sento-Se
1483	Flamarion Mendes de Souza	2003.01.32617	Mairi
1484	Flasinaldo Costa Santos	.66509	Salvador
1485	Flaviana Borges Costa	2004.01.37696	Barreiras
1486	Flaviano Avelino Silva	2004.01.48126	Itacare
1487	Flaviano Pereira de Matos	2003.01.32728	Piatã
1488	Flávio Anselmo dos Santos	.09449	Salvador
1489	Flávio Diniz Fontes	2001.01.01171	Salvador
1490	Flávio Viana de Jesus	2001.02.00423	Vitória da Conquista
1491	Flordenice Barros Pereira da Silva	2003.01.36782	Ipiaú
1492	Flordivaldo Maciel Dutra	2003.01.19958	Salvador
1493	Florencio dos Santos	2004.01.42496	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1494	Florencio Mamedio da Silva	2004.01.38177	Lamarão
1495	Florentina Chaves de Araújo	2003.01.34192	Ibipitanga
1496	Florentino Pereira de Carvalho	2004.01.39384	Remanso
1497	Floriano Cachoeira	2004.01.40947	Santa Cruz de Cabrália
1498	Floriano José dos Santos	2004.01.42485	Salvador
1499	Florideste Rodrigues de Queiroz	2005.01.49370	Canela Salvador
1500	Florinda Silva Castello Branco	2004.01.39414	Remanso
1501	Floripes Ferreira Martins	2004.01.39620	Central
1502	Florisa Brasileiro Tínel	2004.01.41510	Jacobina
1503	Florisval Pedreira Nobre	.32356	Salvador
1504	Florisvaldo Amorim de Novaes	2003.01.34225	Jequié
1505	Florisvaldo Bispo dos Santos	2006.01.53669	Salvador
1506	Florisvaldo Ferraz Pena	2004.01.41020	Ibirapuã
1507	Florisvaldo José das Neves	2003.01.29757	Botuporã
1508	Florisvaldo Lima de Queiroz	2003.01.36597	Serrinha
1509	Florisvaldo Pereira Machado	2003.01.32467	Uibaí
1510	Florisvaldo Pereira Magalhães	.41393	Bom Jesus da Lapa
1511	Florisvaldo Teixeira dos Santos	2006.01.54686	Feira de Santana
1512	Florivaldo de Oliveira Mello	2003.01.31012	Salvador
1513	Florivaldo Marques da Silva	2003.01.29769	Botuparã
1514	Francisca de Jesus Esteves	2003.02.25279	Salvador
1515	Francisca Maria da Silva	2005.01.49987	Agua Fria
1516	Francisca Pereira dos Santos	2004.01.44762	Santa Bárbara
1517	Francisca Queiroz Coni	2004.01.48268	Conceição do Almeida
1518	Francisco Abreu Magalhães	2004.01.48114	Itanhem
1519	Francisco Airton Felix	.63141	Salvador
1520	Francisco Alberto Tripodi	2004.01.38154	Salvador
1521	Francisco Alberto Tripodi Filho	2004.01.38185	Salvador
1522	Francisco Almeida Brandão	2003.01.29633	Rio do Pires
1523	Francisco Alves de Oliveira	2006.01.53953	
1524	Francisco Antonio Braga Custodio	2004.01.44487	Sento-Se
1525	Francisco Araújo Pires Filho	2003.02.24872	Salvador
1526	Francisco Baptista Duarte	2010.01.68110	Salvador
1527	Francisco Barbosa dos Santos Filho	2003.01.33153	Brotas de Macaúbas
1528	Francisco Batista de Oliveira	2004.01.39017	Tabocas do Brejo Velho
1529	Francisco Batista Dea Silva	2003.01.31587	Cristópolis
1530	Francisco Bento de Souza	2003.01.31268	Souto Soares
1531	Francisco Cardoso da Silva	2004.01.43111	Paratinga
1532	Francisco Carlos Caldas de Jesus	2008.01.63297	Vera Cruz
1533	Francisco Celestino de Santana	2004.01.48732	Salvador
1534	Francisco Cirino de Souza	2004.01.41017	Mucuri
1535	Francisco Cordeiro da Silva	2004.01.39033	Uauá
1536	Francisco Corrêa Rocha	2003.01.33079	Tanhaçu
1537	Francisco de Assis Araújo Jatobá	.45799	Lauro de Freitas
1538	Francisco de Assis Santana	2003.01.34139	Ouricangas
1539	Francisco de Paula Muniz	2003.01.16816	Salvador
1540	Francisco de Souza	2004.01.39026	Riachão das Neves
1541	Francisco dos Reis Beltrão	.45202	Salvador
1542	Francisco Duarte Dias	2004.01.38157	Salvador
1543	Francisco Eugenio Parnaiba	.54004	Serra do Ramalho
1544	Francisco Ferreira de Oliveira	2003.02.24813	Salvador
1545	Francisco Figueiredo Sampaio	2003.01.35288	Itacaré
1546	Francisco Gomes de Andrade	2003.01.27630	Salvador
1547	Francisco Gomes dos Santos	2003.02.26147	Salvador
1548	Francisco Gonçalves da Silva	.68016	Salvador
1549	Francisco José do Rosário	2003.02.24884	Salvador
1550	Francisco José dos Santos	2004.01.38784	Ibirapitanga
1551	Francisco José Pereira	2003.01.34268	São Desidério

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1552	Francisco Lopes da Silva	.07746	Feira de Santana
1553	Francisco Luiz da Costa Drumond Neto	2003.04.18633	Salvador
1554	Francisco Maia	2002.01.13216	Salvador
1555	Francisco Martins Rodrigues	2003.01.30861	Camaçari
1556	Francisco Nascimento Barbosa	.12207	Candeias
1557	Francisco Neves Bittencourt	2003.04.19085	Salvador
1558	Francisco Nilton Brasil	2002.01.13927	Lauro de Freitas
1559	Francisco Novais Rebouças	2004.01.42099	Salvador
1560	Francisco Nunes Leão	2003.01.29744	Botuporã
1561	Francisco Pereira Campos	2004.01.38283	Serra Dourada
1562	Francisco Pereira de Magalhães	2006.01.54243	Bom Jesus da Lapa
1563	Francisco Pereira de Santana	2003.01.21507	Lauro de Freitas
1564	Francisco Pereira dos Reis	2003.01.31547	Critópolis
1565	Francisco Pereira Neto	2004.01.42423	Salvador
1566	Francisco Pereira Sobrinho	.10524	Salvador
1567	Francisco Rodrigues da Silva	2003.01.29639	Caetite
1568	Francisco Ruy Lopes da Silva	2003.01.26558	Feira de Santana
1569	Francisco Severo de Novaes	2005.01.49664	Planalto
1570	Francisco Teixeira Cotrim	2003.01.34264	Pindaí
1571	Francisco Vidal Santangelo	2003.01.15175	Salvador
1572	Francisco Xavier de Azevedo	.64242	Salvador
1573	Francisco Xavier Souza do Nascimento	2004.01.37835	Juazeiro
1574	Franklin José Nunes Silva	2003.01.23692	Salvador
1575	Frederico Augusto Moreira Marques	2004.01.41043	Coração de Maria
1576	Frederico Monteiro Campos	2003.04.18483	Salvador
1577	Gabino de Moura Neto	2003.01.15154	Lauro de Freitas
1578	Gabriel José dos Passos	2004.01.43424	Casa Nova
1579	Gamaliel Dantas Madureira	2004.01.46327	Itajú da Colonia
1580	Gastão Octávio Lacerda Pedreira	2003.01.21562	Salvador
1581	Gedeon Botelho Ferreira	2004.01.47137	Itanhém
1582	Gediel Lagamer	2001.14.02822	Serra do Carvalho
1583	Gelci Oliveira Gusmão	2006.01.55738	Vitoria da Conquista
1584	Geldith Freire Pitta	2004.01.45490	Itagi
1585	Geminiano Caraiba Souza	2004.01.47655	Serra do Ramalho
1586	Genalvo Herbert Cavalcante Barbosa	.50592	Salvador
1587	Genário Costa dos Santos	.24994	Vitoria da Conquista
1588	Genásio Teixeira de Matos	2004.01.38564	Feira de Santana
1589	Genebaldo Cruz	.22944	Vitória da Conquista
1590	Genebaldo de Lima Queiroz	2004.01.37821	Serrinha
1591	Genebaldo Plácido Nascimento	.07751	Salvador
1592	Genelice Moura de Souza e Silva	2004.01.38317	Juazeiro
1593	Gener Mario Araujo Padre	2004.01.41389	Itapetinga
1594	Genesio Rocha Gomes	2004.01.48094	Caen
1595	Genilson Marcos Alves de Araújo	2002.01.12695	Salvador
1596	Genival de Oliveira Bomfim	2001.01.03445	Simões Filho
1597	Gentil Guimarães dos Santos	.43214	Itabuna
1598	Gentil Paraiso Martins Filho	2004.01.37849	Ilhéus
1599	Gentil Pereira da Costa	2003.01.36000	Feira de Santana
1600	Gentil Rodrigues de Andrade	2003.01.33719	Canavieira
1601	Geny Leo das Virgens	2003.01.36984	Itabuna
1602	Geonasio Moreira da Silva	2004.01.38858	Salvador
1603	Georgina Maria da Encarnação Paz	2001.04.01295	Candeias
1604	Georgito de Oliveira Castro	2003.01.33427	Irece
1605	Geraldo Alves Barbosa	2004.01.40509	Feira de Santana
1606	Geraldo Araújo	.32262	Salvador
1607	Geraldo Barbosa dos Anjos	2004.01.40006	Salvador
1608	Geraldo de Oliveira Costa	.25855	Feira de Santana
1609	Geraldo de Sousa Braga Filho	2003.02.24834	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1610	Geraldo de Souza Marques	2003.01.29741	Paramirim
1611	Geraldo de Souza Vieira	2003.04.18637	Vitoria de Conquista
1612	Geraldo do Rego Cardoso	2004.01.40197	Macaubas
1613	Geraldo Duarte Lisboa Lobo	2002.01.12382	Salvador
1614	Geraldo Gertrudes da Silveira	2004.01.40824	Ibiassucê
1615	Geraldo Gomes da Costa	2004.01.48310	Coronel Fabriciano
1616	Geraldo Magella Cayres Britto Vieira	2004.01.37758	Paramirim
1617	Geraldo Martins Santos	.60985	Santo Antonio de Jesus
1618	Geraldo Mendes Pompa	2004.01.40950	Santa Curz de Cabrália
1619	Geraldo Olegario Ribeiro Bastos	2004.01.39603	Bom Jesus da Lapa
1620	Geraldo Paixão Gomes Melo	2004.01.45886	Itanhem
1621	Geraldo Simões de Oliveira	.53102	Itabuna
1622	Geraldo Vieira Martins	.20333	Simões Filho
1623	Gércia do Nascimento Mendonça Goes	2003.01.35305	Itajupe
1624	Gercino José Barbosa	.34417	Bom Jesus da Lapa
1625	Gerina Azevedo Brito	2004.01.39080	Conde
1626	Gerino Alves de Moura	2005.01.50245	Salvador
1627	Germana Coelho Almeida	.44181	Salvador
1628	Germana Santos Melo	2003.01.32964	Salvador
1629	Germino Borges dos Anjos	2003.02.24907	Salvador
1630	Germino Macedo Ramos	2003.01.33693	Itamaraju
1631	Gersinio dos Anjos	2003.01.34129	Maracás
1632	Gerson Candido Rocha Filho	2004.01.40839	Macaubas
1633	Gerson da Silva Marins	2003.01.23680	Salvador
1634	Gerson Dantas Araújo	2002.01.10460	Lauro de Freitas
1635	Gerson de Barros Mascarenhas	2002.01.09870	Salvador
1636	Gerson Gomes de Sousa	2004.01.42675	Itabuna
1637	Gerson Martins dos Anjos	2004.01.39743	Barro Alto
1638	Gerson Penna Neto	2001.02.05146	Feira de Santana
1639	Gerson Pereira dos Santos	2003.01.37080	Brumado
1640	Gerson Ribeiro de Vasconcelos	2004.01.43122	Itamari
1641	Gersonita da Silva Souza	2003.01.32707	Senhor do Bonfim
1642	Gervasio Mendes	.12272	Salvador
1643	Getulio Carlos Pires Maciel	2007.01.58742	Central
1644	Getúlio de Jesus Teixeira	2005.01.50832	Ruy Barbosa
1645	Getulio de Oliveira Souza	2004.01.42470	Salvador
1646	Getulio Farias Soares	2004.01.45098	Nova Viçosa
1647	Getulio Inácio de Sena	2004.01.37807	Salvador
1648	Gilberth Duarte Matos	2003.01.36817	Juazeiro
1649	Gilberto Almeida Coelho	2003.01.35259	Itapetinga
1650	Gilberto Araujo dos Santos	2003.01.36793	Aporá
1651	Gilberto Barbosa dos Santos	.27510	Bom Jesus da Lapa
1652	Gilberto Cruz Vieira	2002.01.10176	Salvador
1653	Gilberto Fernandes da Silva	2004.01.48015	Pojuca
1654	Gilberto Goés de Oliveira	2005.01.50842	Itaberaba
1655	Gilberto Hemetério de Lemos	2003.01.33854	Ubaitaba
1656	Gilberto Jose de Goes	2004.01.48083	Itapicuru
1657	Gilberto Leão Junior	2004.01.48154	Brejões
1658	Gilberto Mecias de Souza	2003.01.23678	Salvador
1659	Gilberto Nobre Fernandes	2006.01.53695	Salvador
1660	Gilberto Pimenta Leal	2004.01.39088	Esplanada
1661	Gilberto Ribeiro dos Santos	2005.01.50841	Ruy Barbosa
1662	Gilberto Ribeiro Moraes Filho	2004.01.48239	Salvador
1663	Gilberto Santana Malafaia	2003.02.24864	Salvador
1664	Gilberto Santos Fagundes	2003.01.32843	Itononó
1665	Gilda Alves Nunes	2003.01.36911	Taperoá
1666	Gilda Angelica de Oliveira Monteiro	2004.01.37706	Jaguaquara
1667	Gildardo Lima de Queiroz	2003.01.34242	Serrinha

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1668	Gildasio Dias dos Santos	2002.01.07779	Salvador
1669	Gildasio Eliziario de Souza	2004.01.39609	Irece
1670	Gildásio Expedito Batista Lopes	2003.01.19940	Lauro de Freitas
1671	Gildasio Lopes dos Santos	2003.01.27562	Bom Jesus da Lapa
1672	Gildasio Miguel da Costa	2007.01.57319	Central
1673	Gildásio Rodrigues da Conceição	.24862	Salvador
1674	Gildásio Silva Ribeiro de Souza	2003.02.26140	Salvador
1675	Gildazio da Silva Vieira	2003.01.29663	Botuporã
1676	Gildecio Ribeiro da Silva	2003.01.32695	Campo Formoso
1677	Gildete Barbosa de Sousa	2004.01.41066	Salvador
1678	Gildete Gonçalves Rocha	2003.01.32556	Irecê
1679	Gildeth Alves de Sousa Mamona	2003.01.36781	Ipiaú
1680	Gildeth Simões de Freitas Tourinho	2001.01.02828	Salvador
1681	Gildo José da Silva	.69892	Salvador
1682	Gildo Pereira Gomes	2003.01.34073	Paratinga
1683	Gileno Amado de Cerqueira Lopes	2001.01.00134	Salvador
1684	Gileno Antônio Machado	2003.01.32547	Irecê
1685	Gileno Balduino dos Santos	2003.01.32553	Irecê
1686	Gileno Carneiro Oliveira	2004.01.38195	Conceiçao do Coité
1687	Gileno Cerqueira Soares Palmeira	2003.01.30074	Salvador
1688	Gileno Novaes Paiva	2004.01.38188	Vitoria da Conquista
1689	Gileno Pereira dos Santos	2009.01.63805	Simões Filho
1690	Gileno Rodrigues Santos	2003.01.27519	Jequié
1691	Gileno Souza Santos	2001.01.03552	Salvador
1692	Gilesia de Jesus dos Santos	2004.01.48236	Elisio Medrado
1693	Gilmar Cordeiro Teixeira	2003.01.36570	Bom Jesus da Lapa
1694	Gilmar de Oliveira Braz	2004.01.41096	Feira de Santana
1695	Gilmara Damasceno Silvino	2004.01.39095	Angical
1696	Gilson Andrade Cunha	.36779	Ipiaú
1697	Gilson de Oliveira Povoas	2004.01.43030	Ilhéus
1698	Gilson Ivan Ramos Mascarenhas	2004.01.48061	Prado
1699	Gilson José Borges	2003.01.29071	Bom Jesus da Lapa
1700	Gilson Madureira da Silva	2003.01.21517	Salvador
1701	Gilson Marques Rego	2002.01.11930	Salvador
1702	Gilvan Bezerra da Silva	2002.01.12697	Feira de Santana
1703	Gilvan Vieira Torres	2001.02.00939	Salvador
1704	Gilvandro Soares da Cruz	2004.01.38279	Cachoeira
1705	Gislane Xavier Pereira de Oliveira	2004.01.39655	Irecê
1706	Gladston Macedo Silva	2002.01.12281	Salvador
1707	Glafira Ramos da Silva	2004.01.38183	Salvador
1708	Gledson Oliveira Reis	2003.02.24867	Salvador
1709	Glória Gomes	2005.01.49376	Itabuna
1710	Godofredo Alves da Silva	2004.01.38808	Ibirapitanga
1711	Godofredo Fernandes Gama	2004.01.48090	Ribeira do Pombal
1712	Gonçalo Bispo Santos	2003.21.27786	Ilhéus
1713	Gonçalo Santos de Melo	2003.01.15575	Salvador
1714	Graciete Angelica de Andrade Souza	.72745	Salvador
1715	Gracinete Barreto de Oliveira	2004.01.48792	Nova Canaa
1716	Graziela Fonseca de Oliveira	2003.01.34983	Canavieiras
1717	Grimaldo Souza Santos	2004.01.38269	Elísio Medrado
1718	Grinaldo Alves da Silva	.72007	Salvador
1719	Guelson Jorge Chanaquian	2003.01.14929	Salvador
1720	Guilherme Henrique Googroves Simões de Freitas	2003.01.17715	Salvador
1721	Guilherme Marques de Santana	.07819	Salvador
1722	Guilherme Moreira Marques	2004.01.41030	Coração de Maria
1723	Guiomar Cezarino de Novaes	2003.01.32970	Jaguaquara
1724	Guiomar Silva Rocha	2004.01.47822	Itiruçu

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1725	Gumercindo de Almeida Cunha	2003.01.34738	Bonival
1726	Gustavo Antunes Saude	2004.01.41024	Mucuri
1727	Gustavo Aryocara de Oliveira Falcon	.68142	Salvador
1728	Gustavo Correia Rocha	2003.01.33172	Tanhaçu
1729	Gutemberg Lima de Oliveira	2003.01.30321	Cafarnaum
1730	Gutemberg Pires Leal	.23438	Salvador
1731	Gutemberg Rodrigues Falcao	2003.01.36190	Ruy Barbosa
1732	Hairton Aranha Azevedo	2003.01.34288	Pindaí
1733	Hamilton Alban Suarez	2003.01.21538	Salvador
1734	Hamilton Barreto dos Santos	2003.01.32260	Lauro de Freitas
1735	Hamilton Borges de Carvalho	2004.01.41884	Caatiba
1736	Hamilton da Silva Brito	2003.01.21525	Salvador
1737	Hamilton Fonseca Matos	2004.01.41009	Cícero Dantas
1738	Hamilton Magalhães de Sousa	2004.01.48208	Serrolândia
1739	Hamilton Santos Botelho	2003.01.35262	Santa Luz
1740	Hamilton Veloso Santana	2004.01.38132	Simões Filho
1741	Haroldo Borges Rodrigues Lima	2003.01.16401	Salvador
1742	Haroldo Falcão de Oliveira	2004.01.44918	Ipetinga
1743	Haroldo Resende Lordello	2002.01.12206	Salvador
1744	Harry dos Santos Leal	2001.02.00528	Salvador
1745	Heitor de Freitas Brasileiro	2004.01.48096	Jacobina
1746	Helder Augusto Barreto Sodré	2003.02.29267	Salvador
1747	Helena Alves dos Santos	.58705	Salvador
1748	Helena Alves Tupiná	2004.01.38457	Sé
1749	Helena Fernandes Ramos	2003.04.18082	Lauro de Freitas
1750	Helena Ferrari da Silva	2003.01.37015	Juazeiro
1751	Helena Marciano Canário	2001.01.00813	Feira de Santana
1752	Helena Martins Silva	2003.01.29627	Paramirim
1753	Helena Moreira Dias	2003.01.35256	Itabuna
1754	Helenice Penfold Muniz	2003.01.14863	Salvador
1755	Heleno Reis	2004.01.38117	Itacaré
1756	Heleny Rocha Cruz	2004.01.44125	Barra
1757	Helio Albano	2001.02.00623	Salvador
1758	Helio Almeida	2003.01.33694	Mairi
1759	Helio Carneiro Moreira	2001.02.05154	Salvador
1760	Hélio Carvalho Santa Cecília	.67976	Salvador
1761	Hélio Costa Lima	2003.02.27590	Salvador
1762	Helio da Silva Santos	2003.01.16871	Salvador
1763	Hélio Ferreira de Carvalho Filho	2004.01.37783	Riachão do Jacuípe
1764	Hélio Francisco dos Santos	2001.02.00998	Salvador
1765	Hélio Francisco dos Santos	.23669	
1766	Helio Godim Cayres	2004.01.48201	Contendas do Sincora
1767	Helio Goes	.26532	Salvador
1768	Hélio Gonçalves	2005.01.49320	Alcobaça
1769	Hélio Guimarães Rocha Moreira	2004.01.38250	Salvador
1770	Hélio José Dantas Rosado	2003.01.19979	Salvador
1771	Hélio José Fontes	2001.02.00990	Salvador
1772	Helio Nascimento Freitas	2004.01.48818	Almadina
1773	Helio Passos de Lacerda	2003.01.37334	Morro do Gato
1774	Helio Pereira Pinto	2004.01.47656	Carinhanha
1775	Hélio Pólvora de Almeida	2004.01.37505	Salvador
1776	Heliodoro André da Rocha	2004.01.37540	Camacan
1777	Helios Goés	2003.02.24879	Salvador
1778	Heliovaldo de Brito da Silva	2007.01.59482	Salvador
1779	Heloisa Maria Curvelo Sarno	2004.01.40857	Salvador
1780	Hemeterio Bispo de Figueredo	2004.01.38860	Biritinga
1781	Henrique Santiago da Conceição	2004.01.38234	Ipacaetá
1782	Heraclito Amador Filho	2004.01.42468	Santa Luz

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1783	Heraldo da Silva Santos	2003.01.21514	Salvador
1784	Herber Silva Bispo dos Reis	.38199	Itaberaba
1785	Herbert Feliz Rodrigues	2004.01.38804	Ubatã
1786	Herbert Mouze Rodrigues	2003.01.32618	Juazeiro
1787	Hercilia Conceição dos Santos	2006.01.53690	Salvador
1788	Hercilio Ferreira da Silva	2003.02.24866	Candeias
1789	Hercilio Xavier de Lacerda	2003.01.34176	Candido Sales
1790	Hermano José Penalva da Silva	2001.02.00508	Camacã
1791	Hermano Rodrigues dos Santos	2003.02.24574	Salvador
1792	Hermantino Vieira de Souza	2003.01.34287	São Desidério
1793	Hermelino Lago Dantas	2003.01.35196	Ribeira do Pombal
1794	Hermenegildo Farias de Brito	2004.01.40834	Ibiassucê
1795	Hermenegildo Fernandes de Souza	2003.01.30303	Uibaí
1796	Hermenegildo Pereira dos Santos	2004.01.42481	Salvador
1797	Hermenegilho Ferreira Sobrinho	2004.01.38321	Tabocas do Brejo Velho
1798	Hermes Benzota de Carvalho	2003.01.33531	Paulo Afonso
1799	Hermes Gomes da Silva	2003.01.33347	Varzea da Roça
1800	Hermilina Maria de Jesus Cardozo	2003.01.29733	Parnamirim
1801	Herminia Dias de Araujo	2004.01.41040	Irara
1802	Herminio Evangelista Muniz	2003.02.24572	Candeias
1803	Hermosina Ferreira Maia	2005.01.49422	Acajutiba
1804	Herodino Batista de Souza	2001.02.01949	Salvador
1805	Heron Edmar Teles de Menezes	2003.01.16872	Salvador
1806	Herondino Pereira Silva	2004.01.44723	Barreiras
1807	Herval Alves de Queiroz	2003.01.32281	Salvador
1808	Herval Candido de Souza Filho	2003.02.26145	Salvador
1809	Herval Ramos Costa	2002.01.13098	Salvador
1810	Herval Siqueira Matos	2004.01.39158	Salvador
1811	Hervaldo David de Oliveira	2003.01.34131	Medeiros Neto
1812	Higino José Santana	2003.01.33674	Cel. João Sá
1813	Hilario Miranda Nascimento	2004.01.48098	Ribeira do Pombal
1814	Hilbere Duarte Souza	2003.01.34128	Laje
1815	Hilda Ferreira Gomes	2003.01.32191	Juazeiro
1816	Hilda Guimarães Medeiros	2003.01.34616	Feira de Santana
1817	Hilda Pedreira Gomes	2004.01.38870	Biritinga
1818	Hilda Ronacher Passos	2004.01.41051	Alcobaça
1819	Hilda Sampaio Machado	2005.01.50837	Ruy Barbosa
1820	Hilda Vieira dos Santos Menezes	2003.01.34739	Itororó
1821	Hilda Xavier de Lira	2003.01.30329	Bonito de Santa Fé
1822	Hildebrando José de Oliveira	2003.01.35339	Bicoara
1823	Hildebrando Ribeiro da Silva	2003.01.22945	Barra da Estiva
1824	Hildebrando Rufino de Oliveira	2006.01.53666	Salvador
1825	Hildete Cardoso Vieira	2004.01.38597	Sátiro Dias
1826	Hildete Maria Santana	2004.01.40825	Salvador
1827	Hildiberto Mendes Moreno	2003.01.21694	Salvador
1828	Hilson Ferreira de Oliveira	.50021	Teixeira de Freitas
1829	Hiram Carvalho Barreto	2004.01.42482	Salvador
1830	Honorato Fernandes Sousa Nazaré	.73307	Salvador
1831	Honorio Francisco de Oliveira	2004.01.48086	Vitoria da Conquista
1832	Hortencio Teixeira de Macedo	2004.01.39329	Boninal
1833	Hosannah de Oliveira Leite Figueirêdo	2001.08.02167	Feira de Santana
1834	Hosannah Oliveira Leite Figueiredo	.53821	Feira de Santana
1835	Hostílio Pereira Evangelista	2003.01.31087	Souto Soares
1836	Hostilio Ubaldo Ribeiro Dias	2004.01.44698	Alagoinhas
1837	Hudson de Amaury	2004.01.44763	Feira de Santana
1838	Hugo dos Santos	.64937	Salvador
1839	Hugo Francisco de Carvalho	2003.04.18134	Salvador
1840	Hugo Rodrigues da Rocha	2004.01.38281	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1841	Humberto Alves da Cruz	2004.01.39592	Iraquara
1842	Humberto Alves Silva	2003.01.33670	Glória
1843	Humberto Belo da Silva	2004.01.40388	Queimadas
1844	Humberto Cerqueira Mascarenhas	2001.08.02164	Feira de Santana
1845	Humberto Froes Moreira	.67893	Salvador
1846	Humberto Malaquias Guimarães Nery	.66325	Salvador
1847	Humberto Oliveira Carvalho	2004.01.38324	Muritiba
1848	Humberto Salomão Mafuz	2003.01.34684	Ilhéus
1849	Humberto Vellame Miranda	2001.01.02857	Salvador
1850	Hybernon de Oliveira Serra	2003.01.24167	Maragogipe
1851	Hyperibes da Silva Magalhaes	.54202	Itabuna
1852	Iaci Maria Simões de Santana	2004.01.39869	Feira de Santana
1853	Iara Jesus da Silva	2003.01.15566	Salvador
1854	Idalia Aguiar Caires	2004.01.40424	Ibicoara
1855	Idalina Veronica Coimbra de Lima Mangabeira Borges	2003.01.29772	Sta Maria da Vitória
1856	Idalva Rosa do Amaral Almeida	2003.01.29642	Rio do Pires
1857	Idelicio Aguiar Coelho	2004.01.41883	Vitória da Conquista
1858	Idelson Feliciano	2006.01.54652	São Francisco do Conde
1859	Idelvan Negreiros de Mendonça	2004.01.39772	Aporá
1860	Idenilson da Silva Costa	2008.01.60851	Salvador
1861	Iderbal Gomes de Cerqueira	2003.01.34155	Ouriçangas
1862	Iderval Pinheiro Simões	2003.01.34691	Gongogi
1863	Idivaldo Guimarães Cunegundes	2004.01.39649	Irecê
1864	Idorlando de Oliveira Maia	2003.01.32710	Filadélfia
1865	Ieda Veiga Santana	2001.01.00140	Salvador
1866	Ignácio de Loyola de Campo Pinto	2001.01.00274	Salvador
1867	Ilce Raymunda Magalhães de Almeida	2004.01.38150	Aurelino Leal
1868	Ilda Madalena Ribeiro do Espirito Santo	2004.01.46054	Salvador
1869	Ildefonso Alves de Oliveira	2004.01.38309	Serra Dourada
1870	Ildefonso José Pereira	2004.01.40198	Vitoria da Conquista
1871	Ildegardes Jorge de Castro	2004.01.39009	Brejolândia
1872	Ilza Leal Carneiro / José Borges Carneiro	2005.01.50840	Ruy Barbosa
1873	Inácio Felipe da Silveira	2004.01.37561	Oliveira dos Brejinhos
1874	Inacio Oliveira Alencar	2003.01.30318	Ibititá
1875	Inacio Souza Pires	2004.01.43026	Salvador
1876	Indayá Maria Serafim Marques	2003.01.32706	Salvador
1877	Inez Diniz de Souza	2004.01.38997	Brejolândia
1878	Inocencio Carlos Alves Ramos	2003.02.24844	Salvador
1879	Inocêncio Ramos	2003.02.24871	Salvador
1880	Iolanda de Souza Carvalho	2004.01.38765	Teixeira de Freitas
1881	Iolanda Lima de Seixas Pereira	.58605	Acajutiba
1882	Ione Almeida Silva Rodriguêz	2003.01.35223	Itapetinga
1883	Iracema Pereira de Nasareth	2003.01.29775	Sta Maria da Vitória
1884	Iracema Val Pereira	2003.01.32983	Jaguaquara
1885	Iracilda Maria Almeida da Silva	2004.01.44992	Monte Santo
1886	Iraildes Massena Mota	2006.01.53698	Salador
1887	Iraildes Rios Simões	2003.01.38365	Salvador
1888	Iraildes Trindade Rocha	2004.01.42474	Salvador
1889	Iranildes Alves da Rocha	.43060	Aramari
1890	Iranir da Cruz Ferreira	2005.01.49411	Bom Jesus da Lapa Bahia
1891	Irene Bomfim Ferraz	2003.01.30034	Formosa do Rio Preto
1892	Irenio Ribeiro de Carvalho	2003.01.34198	Alvorada
1893	Ires Santos Tinun	2004.01.40017	Canavieiras
1894	Irineu Alves dos Santos	2002.01.07271	Salvador
1895	Irineu Andrade Ribeiro	2004.01.44726	Ibotirama
1896	Irisvaldo Farias de Santana	2003.01.34146	Lafayete Coutinho

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1897	Isaac Alves Cotrim	2004.01.48023	Guirapa-Pindai
1898	Isaac Alves da Silva	2003.02.24533	Salvador
1899	Isabel da Silva Oliveira	2004.01.47668	Carinhanha
1900	Isabel Rosa da Silva	2004.01.38286	Serra Dourada
1901	Isaias Barreto Couto	2003.02.24597	Salvador
1902	Isaias Borreto Couto	.24568	Salvador
1903	Isaias de Alcântara Gaspar	2003.01.23728	Camaçari
1904	Isaias Soares de Andrade	2004.01.43027	Salvador
1905	Isalino Auto dos Santos	2004.01.37555	Oliveira dos Brejinhos
1906	Isaltina dos Santos	.40452	Salvador
1907	Isaltino Inácio Lira dos Santos	2003.01.25807	Feira de Santana
1908	Isaura Almeida Smith	.48021	Salvador
1909	Isaura Cruz Santos	2004.01.48131	Prado
1910	Ismael Santos Silva Filho	2003.01.21552	Salvador
1911	Ismar Teixeira Barbosa	2002.01.06479	Salvador
1912	Isodoro Pereira dos Santos	2003.01.33186	Vera Cruz
1913	Israel de Oliveira Pinheiro	.68957	Salvador
1914	Issac Pedro Ribeiro	2004.01.38256	Salvador
1915	Itajaci Jose Santos Figueiredo	.66282	Salvador
1916	Italo Rabelo do Amaral	2003.01.32989	Jaguaquara
1917	Ivalson Luis Portela Maia	.44885	Lauro de Freitas
1918	Ivan Alves Braga	2008.01.62090	Salvador
1919	Ivan Carmo da Rocha	2003.01.34138	Santo Estevão
1920	Ivan César Pereira Santos	2004.01.39758	Irece
1921	Ivan de Araújo Amorim	2003.01.33460	Juazeiro
1922	Ivan de Mattos Paiva	2006.01.54530	Lauro de Freitas
1923	Ivan Farias de Araújo	2004.01.43802	Salvador
1924	Ivan Fraga de Souza	2003.02.24814	Salvador
1925	Ivan Vicente Ferreira	2004.01.38213	Paulo Afonso
1926	Ivanda de Matos Soares	2003.01.32765	Piatá
1927	Ivando Xavier de Mendonça	2004.01.48122	Salvador
1928	Ivanete Maria de Oliveira	2004.01.39613	Irece
1929	Ivanilda Batista Pimenta	2001.14.03114	Bom Jesus da Lapa
1930	Ivanildes Silveira Caitite	2003.01.34173	Lafayete Coutinho
1931	Ivay Tatiana Sotero Passos do Espirito Santo	2004.01.40756	Candeias
1932	Ivo Moreira Suzart	2004.01.40401	Queimados
1933	Ivone Flora Pinheiro Nascimento	2003.02.24826	Salvador
1934	Ivone Monteiro Santiago	2006.01.53846	Madre de Deus
1935	Ivonete Pereira Machado	2003.01.30393	Irecê
1936	Ivonilda Delezzott Castro	2001.01.02219	Itaberaba
1937	Ivonildo Souza Silva	2003.02.19165	Salvador
1938	Ivonilton Costa Sotero	2004.01.40721	Candeias
1939	Izabel de Argolo Carvalho	2004.01.44757	Cardeal da Silva
1940	Izabel Ferreira dos Santos Oliveira	2004.01.42401	Salvador
1941	Izabel Josefa dos Santos	.51960	Eunápolis
1942	Izabel Maria Villela Costa	2003.01.19947	Salvador
1943	Izabel Rodrigues de Souza Santos	2004.01.48465	Ribeira do Amparo
1944	Izabel Rosa de Oliveira	2004.01.39738	Irece
1945	Izabel Secundina de Oliveira Ribeiro	2004.01.42479	Salvador
1946	Izael Amancio da Silva	2003.01.34171	Lafayete Coutinho
1947	Izaias Diogo da Silva	2003.01.34170	Jequié
1948	Izaura Dutra Santos	2004.01.48534	Vitoria da Conquista
1949	Izaura Santos Soares	2005.01.49683	Belo Campo
1950	Izaury Ferreira de Santana	2004.01.37559	Oliveira dos Brejinhos
1951	Izauton Nery de Novaes	2003.01.32950	Jequé
1952	Jaci Gama dos Santos	2004.01.48038	Foirmino Alves
1953	Jackson Almeida Coelho	2003.01.35242	Itapetinga

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
1954	Jackson Barros Conceição	.63460	Salvador
1955	Jaconias Alves da Silva	2004.01.39605	Serrândia
1956	Jaconias da Silva Lima	2003.01.33287	Itabuna
1957	Jacy Celia da Franca Soares	2004.01.46748	Salvador
1958	Jaileno Sampaio da Silva	2003.01.31226	Itaberaba
1959	Jailton dos Santos Matos	2004.01.47354	Salvador
1960	Jailton Nunes de Morais	2007.01.59388	Salvador
1961	Jailton Souza Bittencourt	.07752	Salvador
1962	Jaime Almeida da Cunha	2004.01.45705	Salvador
1963	Jaime Carneiro da Silva	2007.01.56615	Central
1964	Jaime Clementino de Carvalho	2004.01.39640	Jussara
1965	Jaime de Aquino Vieira	2003.01.33440	Irecê
1966	Jaime Ferreira Franco	2003.01.33257	Serrolândia
1967	Jaime José dos Santos	.04032	Salvador
1968	Jaime Mendes Guimarães	2003.01.31996	Missão do Aricobé
1969	Jaime Pinheiro da Cruz	2003.01.32994	Jaguaquara
1970	Jaime Ramalho Nobrega	2003.01.34116	Salvador
1971	Jaime Rocha Rosario	2004.01.39748	Irecê
1972	Jaime Seixas Magalhaes	2004.01.47654	Bom Jesus da Lapa
1973	Jair Bruno Pavan	.53811	Salvador
1974	Jair de Queiroz Monteiro	2003.01.29779	Santa Maria da Vitória
1975	Jair Paulo Silva Tavares	.25019	Vitória da Conquista
1976	Jair Piauí Rabelo	2003.01.29164	Bom Jesus da Lapa
1977	Jair Pinto de Brito	2003.04.19071	Salvador
1978	Jair Porto	2004.01.39942	Candido Sales
1979	Jair Ribeiro dos Santos	2004.01.39690	Irecê
1980	Jairo Adailton Andrade Souza	.22934	Juazeiro
1981	Jairo Cedraz de Oliveira	.63326	Feira de Santana
1982	Jairo José Farias	.19118	Salvador
1983	Jairo Primo Bispo	2004.01.38603	Aramari
1984	Jairo Santos Cerqueiro	2003.01.34117	Serra Preta
1985	Jairo Soares de Almeida	2003.01.33688	Gongogi
1986	Jairo Torres Magalhães	2004.01.39915	Senhor do Bonfim
1987	Jaiton Nunes de Morais	2006.01.55574	Salvador
1988	Jakes Hamilton de Oliveira Cotrim	2004.00.47274	Salvador
1989	Jakson Brito Pedreira	2003.01.16867	Catu
1990	James José de Farias	2003.01.21884	Salvador
1991	Jan Ferreira dos Santos	2003.01.20888	Salvador
1992	Jandir da Silva Sento Sé	2004.01.38530	Sento-Sé
1993	Jandira Aguiar Lédo	2004.01.38073	Caetité
1994	Jandira Porto Borges dos Santos	2004.01.43108	Santo Amaro
1995	Jandira Teixeira dos Santos	2003.01.33935	Gloria
1996	Jane Cresus Montes Nonato	2001.01.00136	Salvador
1997	Janice Messias Vaz Sampaio	2004.01.48211	Iaçu
1998	Janio Leonel Lopes	.27260	Bom Jesus da Lapa
1999	Janira Assis Amorim de Oliveira	2004.01.40762	Salvador
2000	Januite Barreto Andrade	2004.01.48273	Salvador
2001	Jardelina Silva Magalhães / Joaquim Magalhães	2004.01.45096	Caatinga
2002	Jardelino Gomes do Nascimento	.11138	Salvador
2003	Jason de Brito Meira	2004.01.42327	Jequie
2004	Jason José de Souza	2004.01.39607	Irece
2005	Jason Nascimento Neto	2003.02.24547	Salvador
2006	Jayme Alfredo Lago Mascarenhas	2004.01.48128	Prado
2007	Jayme Badeca de Oliveira	2004.01.41965	Juazeiro
2008	Jayme Montenegro Sobrinho	.40804	Salvador
2009	Jazon Ramos Neto	2008.01.61137	Pau Brasil
2010	Jeferson Vila Nova	2004.01.37925	Alagoinhas

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2011	Jenaide Alves da Silva Cristo	2003.01.34167	Ouriçangas
2012	Jeová Freire Vieira	2003.01.34188	Abaré
2013	Jeová Gomes Brandão	2006.01.53670	São Gonçalo
2014	Jeová Prisco Bitencourt	2003.01.34169	Iaçu
2015	Jephte de Oliveira Pinheiro	2004.01.42426	Salvador
2016	Jeronimo Avelino de Brito	2003.02.24825	Sto Amaro
2017	Jeronimo Castro de Sousa	.63859	Salvador
2018	Jeronimo de Castro Lima	2003.01.34260	Dom Basílio
2019	Jerônimo James de Araújo	2003.01.19863	Bahia
2020	Jesaias Rodrigues de Mattos	2004.01.45113	Planalto
2021	Jessé Leite de Oliveira	2004.01.42461	Salvador
2022	Jesualdo de França Reis	2003.01.29363	Angical
2023	Jesuina Pereira Silva	2004.01.43953	Angé
2024	Jesuíno Gomes da Silva	2003.01.37365	Vitoria da Conquista
2025	Jesuino Mario da Silva	2004.01.43447	Rio de Contas
2026	Jesus Albino Aragão Duque	2003.01.21549	Salvador
2027	Jesus Gervasio dos Santos	2002.01.13423	Serra do Ramalho
2028	Jiovani Ferreira Souto	2004.01.39943	Candido Sales
2029	Joacy Rodrigues Mota	2004.01.42652	Salvador
2030	Joana Araujo Setubal	2003.01.33655	Itabuna
2031	Joana Cordeiro da Silva	2005.01.50375	Uauá
2032	Joana Gonçalves Novais	2003.01.34153	Ribeira do Largo
2033	Joana Lima de Almeida	2003.01.34178	Campo Formoso
2034	Joana Lopes Fagundes	2004.01.38339	Serra Dourada
2035	Joana Mendes dos Reis	2004.01.39072	Esplanada
2036	Joana Santana Souza	2003.01.37020	Ibicaraí
2037	Joana Terezinha Madeira de Almeida	2003.01.33715	Canavieiras
2038	João Adilson Marinho da Silva	.24395	Cipó
2039	João Agostinho de Santana	2003.02.25301	Salvador
2040	João Alecrim Neto	2004.01.39682	Irecê
2041	João Alexandre de Oliveira	2003.01.29672	Santa Maria da Vitória
2042	João Almeida Silva	2004.01.48235	Ribeira do Pombal
2043	João Alves Barbosa	2004.01.48110	Brotas
2044	João Alves de Santana	2004.01.39722	Morro do Chapeu
2045	João Alves Pinheiro	2003.01.34199	Pindaí
2046	João Alves Vieira	2004.01.44152	Bom Jesus da Lapa
2047	João Ami Tournillon	2008.01.62646	Salvador
2048	Joao Andrade dos Santos	2005.01.49500	Itabuna
2049	João Antonio Caldas Valença	2003.01.29969	Salvador
2050	João Antonio dos Gumes	2003.01.32528	Caetité
2051	João Arcanjo Lemos	2004.01.43445	Belo Campo
2052	João Augusto da Rocha Filho	2003.01.19937	Salvador
2053	Joao Batista da Silva	2004.01.48282	Contendas do Sincora
2054	João Batista da Silva	2004.01.42478	Salvador
2055	João Batista de Almeida	2004.01.37718	Floresta Azul
2056	João Batista de Carvalho	2004.01.38859	Biritinga
2057	João Batista de Jesus	2006.01.54688	São Francisco do Conde
2058	João Batista de Oliveira	2003.01.36815	Inhambupe
2059	João Batista de Oliveira Silva	2004.01.42752	Coribe
2060	João Batista do Nascimento	2003.01.34137	Rio Real
2061	João Batista do Nascimento	2004.01.38430	Sento-Sé
2062	João Batista Ferraz de Araújo	2004.01.42373	Tremedal
2063	João Batista Filho	2004.01.37552	Paramirim
2064	João Batista Freire	2003.01.19706	Freira de Santana
2065	João Batista Santos Britto	2004.01.37609	Iaçu
2066	João Batista Sobrinho	2003.01.31917	Malhado
2067	João Bazilio Lopes	2003.01.29747	Paramirim
2068	João Bispo de Oliveira	.42498	Bom Jesus da Lapa

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2069	João Borges dos Santos	2004.01.41014	Formosa do Rio Petro
2070	João Bosco Alves Lima	2002.01.12691	Salvador
2071	João Calixto Nascimento	2003.01.33526	Santa Cruz da Vitória
2072	João Campos Filho	2003.01.33700	Glória
2073	João Campos Vieira	2002.01.12777	Salvador
2074	João Cardoso da Cruz	2004.01.38575	Alagoinhas
2075	João Carlos Dantas	2003.01.37117	Salvador
2076	João Carlos Paes Muniz	2003.01.33601	Valença
2077	João Catarino Ribeiro de Cerqueira	2003.01.33201	Santanópolis
2078	João Cerqueira Gomes	2004.01.38276	Salvador
2079	João Cordeiro de Lima	2003.01.33231	Santanópolis
2080	João da Conceição Viana	2005.01.49699	São Gonçalo do Campos
2081	João da Costa Moreira	2003.02.24889	Salvador
2082	João da Rocha Sobrinho	2003.01.32554	Irecê
2083	João da Silva Ceo	2004.01.43121	Firmino Alves
2084	João Dantas de Araújo	2003.01.35268	Itapetinga
2085	João Dantas de Carvalho	2003.01.35153	Adustina
2086	João David Neves	2002.01.05986	Serra do Ramalho
2087	João de Deus dos Santos	2001.02.00808	Cachoeira
2088	João de Deus Filho	2003.01.32820	Juazeiro
2089	João de Deus Pereira de Souza	.16817	Salvador
2090	João de Oliveira Lima Filho	2004.01.40454	Jussari
2091	João de Queiroz Monteiro Sobrinho	2003.01.29770	Sta Maria da Vitória
2092	João de Santana Braga	2004.01.38785	Ibirapitinga
2093	João de Souza Barbosa	2004.01.38225	Ipacaetá
2094	Joao de Souza Brito	2004.01.48081	Itapicuru
2095	João de Souza Gouveia	2004.01.41011	Cícero Dantas
2096	João de Souza Leite	2003.01.34799	Barreiras
2097	João Dias Luna	.35158	Antas
2098	João dos Santos Cruz	2001.01.00838	Salvador
2099	João dos Santos Lima	2003.21.27788	Ilheus
2100	João Evangelista de Santana	2003.02.24593	Salvador
2101	João Evangelista Fortunato Barbosa	2003.01.35248	Itapetinga
2102	João Feitosa Filho	2004.01.41010	Cícero Dantas
2103	João Felix de Couto	2004.01.48129	Itagibá
2104	João Ferreira de Oliveira	2004.01.42425	Salvador
2105	João Ferreira Dias	2005.01.50376	Uauá
2106	João Ferreira dos Santos	2004.01.41026	Coração de Maria
2107	João Ferreira dos Santos	2006.01.53654	Barreiras
2108	João Ferreira Passos	.23509	Juazeiro
2109	João Francisco de Souza	2001.01.00018	Serrinha
2110	João Francisco Neri	2004.01.38226	Elisio Medrado
2111	João Freitas dos Santos	2005.01.51811	Valente
2112	João Gomes Barroso Neto	2001.01.02666	Salvador
2113	João Gomes dos Santos	2003.02.24837	Salvador
2114	João Gomes Sobrinho	.15362	Salvador
2115	João Gonçalves Torres	2004.01.42321	Ribeirão do Pombal
2116	João Guedes Juvenal	2003.01.30415	Irecê
2117	João Icó da Silva Neto	2005.01.49966	Itaparica
2118	João José de Santana	2004.01.46820	Monte Santo
2119	João José dos Anjos	2004.01.39639	Souto Soares
2120	João José Moreira	2003.01.29725	Canapolis
2121	João José Teixeira	2003.01.32633	Juazeiros
2122	João Landulfo Silva	2004.01.37804	Mucugê
2123	João Leite de Castro	2004.01.40465	Oliveira dos Brejinhos
2124	João Lopes D´Ajuda	2007.01.57534	Salvador
2125	João Lopes de Araújo	2004.01.39654	Irecê
2126	João Luiz Silva Ferreira	2003.01.30079	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2127	João Manoel Aragão	2003.01.30389	Irecê
2128	João Manoel dos Reis	2004.01.38525	Sento-Sé
2129	João Matos Reis	2004.01.39811	Entre Rios
2130	Joao Mendes Costa	2004.01.48118	Itaju do Colonia
2131	João Mendes da Silva	2004.01.39593	Irece
2132	João Miranda do Nascimento	2004.01.38509	Bento Sé
2133	Joao Moreira	2005.01.49682	Rio de Contas
2134	João Moreira dos Santos	2004.01.38313	Tabocas do Brejo Velho
2135	João Moura Menezes	2007.01.58812	Tapiranga
2136	Joao Muniz Mendes	.72722	Camaçari
2137	João Nery de Santana Filho	2004.01.37509	Oliveira dos Brejinhos
2138	João Nery Ribeiro	2002.01.06913	Salvador
2139	João Nogueira Costa	2003.01.34160	Santa Terezinha
2140	João Nogueira de Novaes	2004.01.45110	Vitoria da Conquista
2141	João Novais Filho	2003.01.32551	Irecê
2142	João Nunes Barbosa	2003.01.23690	Salvador
2143	João Nunes Silva	.18326	Salvador
2144	João Oliveira de Jesus	2003.01.31615	Salvador
2145	João Oliveira Souza	.01461	Salvador
2146	João Paulo de Carvalho Costa	2006.01.52602	Serra do Ramalho
2147	João Paulo dos Santos Neto	.27521	Vitória da Conquista
2148	Joao Pedro Cunha	2004.01.48074	Salvador
2149	João Pereira Bastos	2003.01.32548	Irecê
2150	João Pereira da Silva	2003.01.31564	Baianopolis
2151	João Pereira de Adrade	2003.01.35244	Itororó
2152	João Pereira e Silva	2003.01.29734	Érico Cardoso
2153	João Plinio Barbalho	2004.01.38179	Salvador
2154	Joao Queiroz Ribeiro	2005.01.49454	Tapiramuta
2155	João Rafael Pedreira Araújo	2007.01.59777	Feira de Santana
2156	João Ramalho da Silva	2003.01.36982	Itabuna
2157	João Ramos Oliveira	2003.01.21529	Salvador
2158	João Reinaldo Gomes de Almeida	2004.01.39642	Barro Alto
2159	João Ribeiro da França	2003.02.24822	Salvador
2160	João Ribeiro da Silva	2005.01.50377	Uauá
2161	João Ribeiro de Souza Dantas	2003.01.25318	Salvador
2162	João Roberto de Souza Borges	2003.01.16687	Salvador
2163	João Rodrigues dos Santos	2007.01.58609	Acajutiba
2164	João Sacerdote Moreno	2004.01.45087	Planalto
2165	João Sacramento Ribeiro	2003.02.27316	Acupe
2166	João Sampaio de Alcantara	2001.02.00938	Itaberaba
2167	João Sena Alves	2004.01.46870	Itabuna
2168	João Silva Araújo	2004.01.39652	Irecê
2169	João Silva Luz	2003.01.33349	Marcionilio Souza
2170	João Sinfrônio de Figueiredo	2004.01.40219	Macaubas
2171	João Souza Maciel	.48052	Itagi
2172	João Temistocles Silva Castro	2004.01.44663	Salvador
2173	João Teotônio de Souza	2003.01.26803	João Pessoa
2174	João Trindade de Oliveira	2003.01.29665	Rio do Pires
2175	João Vieira da Silva	2004.01.48530	Maetinga
2176	João Vieira Ramos	2003.01.37095	Itororó
2177	João Vital Gonçalves	2003.01.34902	S.da Canabrava/Uauá
2178	João Vitor dos Santos	2003.01.35150	Antas
2179	Joao Viturino dos Santos	2004.01.47738	Itiruçu
2180	João Weliton Nogueira Gomes	2004.01.48275	Feira de Santana
2181	Joaquim Antonio Balisa	2004.01.47669	Bom Jesus da Lapa
2182	Joaquim Apolinário de Sousa	2001.01.05208	Salvador
2183	Joaquim Conceição Henrique	2003.01.15285	Salvador
2184	Joaquim Correia Mendes Filho	2004.01.38322	Tabocas do Brejo Velho

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2185	Joaquim da Rocha Pereira	2004.01.43444	Vitoria da Conquista
2186	Joaquim Dantas Costa	2002.01.07793	Salvador
2187	Joaquim de Souza Almeida	2003.01.32687	Piatá
2188	Joaquim Dias de Santana	2003.01.33777	Paripiranga
2189	Joaquim Feliz dos Santos	2003.01.34193	Pindaí
2190	Joaquim Ferreira de Moura	2004.01.38114	Côcos
2191	Joaquim Francisco de Oliveira	2004.01.38930	Vitória da Conquista
2192	Joaquim Gomes da Silva	2003.01.33197	Santanóplis
2193	Joaquim Gomes de Oliveira	2004.01.44772	Riacho de Santana
2194	Joaquim Gomes de Souza	2003.01.33508	Barra
2195	Joaquim Guimarães de Araújo	2004.01.39731	Morro do Chapeu
2196	Joaquim Jose da Cruz	2004.01.48810	Itapitanga
2197	Joaquim José da Silva	2003.01.30595	Correntina
2198	Joaquim José de Almeida	2003.01.29646	Paramirim
2199	Joaquim José Pereira	2004.01.40211	Macaubas
2200	Joaquim Magalhães Oliveira	2003.01.34135	Lençois
2201	Joaquim Martins Rocha	2003.01.29936	Serra do Ramalho
2202	Joaquim Matias Alves	2003.01.30406	Irecê
2203	Joaquim Neves dos Santos	2003.02.24579	Feira de Santana
2204	Joaquim Otaviano de Oliveira	2003.01.34115	Serrinha
2205	Joaquim Patricio Filho	2003.01.29335	Alagoinhas
2206	Joaquim Pedro dos Santos	2004.01.38861	Serrinha
2207	Joaquim Pereira da Silva	2003.01.32651	Angical
2208	Joaquim Pereira Neto	2004.01.38126	Côcos
2209	Joaquim Rodrigues de Souza	2004.01.48119	Mirangaba
2210	Joaquim Rodrigues Neto	2003.01.27502	Bom Jesus da Lapa
2211	Joaquim Santana da Cunha	2004.01.48064	Prado
2212	Joaquim Silva Ledo	2003.01.33547	Ibicarai
2213	Joaquim Xavier Sobrinho	2004.01.43436	Vitoria da Conquista
2214	Joareis de Souza Gomes	2004.01.40463	Oliveira dos Brejinhos
2215	Job Medrado Brasileiro	2003.01.37314	Salvador
2216	Jocelino Nascimento Oliveira	2003.01.33770	Tabocas do Brejo Velho
2217	Jocelio Pereira de Almeida	2003.01.34152	Abaré
2218	Joel Amancio de Souza	2004.01.40396	Queimadas
2219	Joel de Souza Machado	2003.01.35267	Itapetinga
2220	Joel de Souza Neiva	2010.01.68146	Conceição do Almeida
2221	Joel Francisco de Matos	2003.01.33439	Irece
2222	Joel Teles dos Santos	2003.01.21537	Salvador
2223	Joemio Augusto Passos Barbosa	2003.01.36141	Bom Jesus da Lapa
2224	Joércio Tadeu Batista Rastely	2002.01.13931	Salvador
2225	Jofrance da Silva Santos	2002.01.13942	Salvador
2226	Jolinda Castelo Branco Teixeira	2004.01.39378	Remando
2227	Jomendes Santana Melo	2003.02.26153	Salvador
2228	Jonas Andrade de Cerqueira	2003.01.33457	Ruy Barbosa
2229	Jonas Barbosa da Silva	2003.02.24840	Salvador
2230	Jonas Batista Alves	2003.01.16868	Salvador
2231	Jonas Carneiro de Araújo	2004.01.42430	Salvador
2232	Jonas dos Santos Sena	2002.01.10507	Lauro de Freitas
2233	Jonas Ferreira Borges	2004.01.37855	Saúde
2234	Jonas Francisco dos Santos	2003.01.33132	Coaraci
2235	Jonas José de Macêdo	2003.01.32759	Côcos
2236	Jonas Lima Araujo	2003.01.35311	Salvador
2237	Jonas Soares Farias	2003.02.24838	Santo Amaro
2238	Jonatas Alves Fagundes	2003.01.29731	Canapolis
2239	Jonatas Vieira Matos	2006.01.53672	Nova Canaã
2240	Jones de Oliveira Carvalho	2003.02.16319	Camaçari
2241	Jordino Antônio de Oliveira	2003.01.33723	Ibipitanga
2242	Jordino Pereira de Souza	2003.01.31997	Angelical

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2243	Jorge Alberto Cabral e Silva	2004.01.38805	Ubatã
2244	Jorge Almeida Santos	.59773	Salvador
2245	Jorge Batista da Mota	2004.01.42467	Salvador
2246	Jorge Brito Souza	2004.01.42100	Salvador
2247	Jorge Calixto de Alencar Filho	.31149	Teixeira de Freitas
2248	Jorge das Neves	2003.02.24554	Salvador
2249	Jorge Denis das Neves	.61515	Lauro de Freitas
2250	Jorge dos Santos Alcantara	2002.01.13940	Salvador
2251	Jorge Eduardo da Costa Passos	2004.01.45504	Camacan
2252	Jorge Galileu Ramos	2001.02.00554	Salvador
2253	Jorge Geraldo dos Santos	2010.01.67895	Itapoá
2254	Jorge Gomes de Santana	2003.01.15106	Salvador
2255	Jorge Gualberto Lima	2004.01.45470	Salvador
2256	Jorge Herlington Falcão Brandão	2003.01.16866	Salvador
2257	Jorge Lima Simoes	2004.01.48809	Coaraci
2258	Jorge Luis Soares Santana	2003.01.15193	Salvador
2259	Jorge Pina Rustom	.48481	Itaberaba
2260	Jorge Raimundo dos Santos	.21512	Lauro de Freitas
2261	Jorge Raimundo dos Santos Silva	.29930	Salvador
2262	Jorge Raimundo Rodrigues Galderisi	.60847	Salvador
2263	Jorge Ribeiro Soares	2003.01.24025	Salvador
2264	Jorge Rodrigues da Silva	2003.01.21516	Salvador
2265	Jorge Santos Gomes	2003.01.33255	Jacobina
2266	Jorge Serva de Araújo	2004.01.46346	Salvador
2267	Jorge Soares	.17129	Ilhéus
2268	Jorge Souza Cerqueira	2001.01.00125	Salvador
2269	Jorge Thadeu Melo do Nascimento	.63695	Salvador
2270	Jorge Ubiratan de Almeida Silva	2003.01.15192	Salvador
2271	Jorge Xisto de Souza	2002.01.12197	Salvador
2272	Josafá Costa Miranda	2009.01.65862	Iraguara
2273	Josafá de Souza Maia	2006.01.53595	Macucuré
2274	Josafa Francisco da Silva	2004.01.39590	Bom Jesus da Lapa
2275	Josafã Machado de Oliveira	2006.01.54717	
2276	Josafa Oliveira Carvalho	2003.01.33322	Sta Cruz da Vitoria
2277	Josafa Rocha Villa Flor	.16688	Salvador
2278	Josaphat Ramos	2003.01.35092	Santa Bárbara
2279	José Adailton de Jesus	2006.01.54695	Candeias
2280	José Afonso de Queiroz	2004.01.38520	Santo Sé
2281	Jose Agostinho Pinho	2004.01.46537	Tanquinho
2282	José Ailton Ferreira Rodrigues	2003.01.34768	Dias D Ávila
2283	Jose Alberto Almeida da Cruz	2004.01.48017	Salvador
2284	José Alberto Contreiras de Almeida	2003.04.18076	Salvador
2285	José Alberto de Brito	2004.01.48223	Rio Real
2286	José Alcântara de Souza	2003.01.33151	Paulo Afonso
2287	José Alexandre dos Santos Filho	2002.01.06339	Salvador
2288	José Alfredo dos Santos	2003.01.22941	Salvador
2289	José Alfredo dos Santos	.25319	Salvador
2290	José Altamirando de Oliveira	2003.01.34180	Irará
2291	José Alves	2004.01.39610	Iraquara
2292	Jose Alves Barreto	2004.01.39721	Central
2293	José Alves Correia	2005.01.49665	Estacada
2294	José Alves da Silveira	.25018	Salvador
2295	José Alves de Souza	2003.01.32683	Antonio Gonçalves
2296	José Alves de Souza	2003.01.36840	Caetite
2297	José Alves dos Santos	2003.01.37012	Paratinga
2298	José Alves Flores	2004.01.42375	Santana
2299	José Alves Guimarães	2004.01.39635	Taperoá
2300	José Amado de Freitas	2004.01.38724	Lauro de Freitas

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2301	José Amâncio Filho	2003.01.33778	Sitio do Quinto
2302	José Américo de Andrade Silva	2003.01.34276	Santa Inês
2303	José Americo dos Santos	.25015	Salvador
2304	José André Oliveira Santana	.30790	Porto Seguro
2305	José Aniceto de Jesus	2004.01.38061	Tanquinho
2306	José Anselmo Costa	.04381	Salvador
2307	José Antonio Cardoso	2004.01.38233	Nazaré
2308	José Antonio Carneiro	2004.01.37781	Riachão do Jacuípe
2309	José Antonio Conceição Peixoto	2004.01.40050	Itaparica
2310	José Antônio da Silva Dourado	2003.01.32450	Ibititá
2311	José Antonio de Oliveira	2004.01.42412	Salvador
2312	José Antonio dos Santos	2003.01.33445	Sta Cruz da Vitoria
2313	José Antonio dos Santos	2004.01.38790	Ubatã
2314	Jose Antonio Fernandes	.72747	Salvador
2315	José Antonio Fernandez Soto	2003.01.23683	Salvador
2316	José Antonio Pereira	.63888	João Pessoa
2317	José Antônio Serrano	2005.01.51402	Salvador
2318	José Apolinário da Silva	.12164	Salvador
2319	José Aquino de Jesus Araujo	.22938	Feira de Santana
2320	José Aragão	2003.01.29001	
2321	José Araújo dos Santos	2005.01.51812	Valente
2322	José Arbolindo Garrido Silva	2003.04.18435	Salvador
2323	José Argolo Pimenta	2004.01.39046	Esplanada
2324	José Augusto Cardoso	.57535	Salvador
2325	Jose Augusto da Silva	2004.01.46339	Salvador
2326	José Augusto da Silva	2003.04.18533	Salvador
2327	José Augusto da Silva	2004.01.40672	Mun.de Glória
2328	José Augusto dos Santos Reis	2003.01.21515	Salvador
2329	José Augusto Novaes de Santana	2003.20.24858	Salvador
2330	José Augusto Ornelas da Cruz	2003.04.18085	Salvador
2331	José Augusto Pires Dantas	2004.01.38204	Ipirá
2332	Jose Augusto Souza	.72008	Salvador
2333	Jose Augusto Vaz de Almeida	2004.01.48072	Iaçu
2334	José Aurelio Guimarães	2004.01.38259	Salvador
2335	José Balduino de Souza	2003.01.34794	Dão Desedério
2336	José Baliza da Costa	2003.01.31388	Bom Jesus da Lapa
2337	Jose Barbosa dos Santos	2003.01.27092	Salvador
2338	José Barbosa Leão	2003.01.29737	Paramirim
2339	José Barboza dos Santos	2003.02.24534	Salvador
2340	José Barros Evangelista	2004.01.39776	Aporá
2341	José Basilio Alves	2004.01.39672	Irecê
2342	José Bastos da Silva	.36044	Maçaubas
2343	José Bastos de Santana	2004.01.38192	Santo Estevão
2344	José Batista da Silva	2003.01.36836	Satira Dias
2345	José Batista de Souza	2004.01.48165	Almadina
2346	José Batista dos Santos	.50958	Salvador
2347	José Batista Souza	2004.01.40666	Juazeiro
2348	José Benedito Farias	2004.01.42374	Tremedal
2349	José Benedito Lacerda	2003.01.33852	Ubaitaba
2350	José Bento dos Santos Carvalho	2008.01.62908	São Gonçalo dos Campos
2351	José Bernardes de Oliveira	2004.01.39667	Irecê
2352	Jose Bernardo de Oliveira	.48088	ALcobaça
2353	José Bispo de Figueiredo	2004.01.38862	Biritinga
2354	José Bittencourt Barreto Filho	.62835	Salvador
2355	José Boa Sorte Farias	2004.01.44759	Feira de Satana
2356	José Bomfim Santos	2004.01.45683	Salvador
2357	José Cajaíba de Oliveira	2004.01.41901	Vitória da Conquista
2358	José Camilo dos Santos	2004.01.40965	São Sebastião do Passé

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2359	José Cândido de Lacerda Filho	2003.01.16860	Salvador
2360	José Carlos Alves	2003.02.24859	Salvador
2361	José Carlos Arruti Rey	.31265	Lauro de Freitas
2362	José Carlos Bahiana Machado Filho	2001.02.01869	Salvador
2363	José Carlos Barreto Sodré	2003.02.25298	Salvador
2364	José Carlos Borges Torres da Silva	2006.01.55620	Itabuna
2365	Jose Carlos Braulio Cesar	.55567	Cidade Nova
2366	José Carlos Costa Gavazza de Araújo	.10502	Lauro de Freitas
2367	José Carlos da Silva Almeida	2003.01.33838	Ubaitaba
2368	José Carlos da Silva Mello	.27517	Feira de Santana
2369	José Carlos de Abreu Carneiro	2003.01.27511	Riacho de Santana
2370	José Carlos de Almeida Reis	2003.01.15307	Salvador
2371	José Carlos de Souza	.53185	Varzedo
2372	Jose Carlos Jacoby	2004.01.39140	Bom Jesus
2373	José Carlos Montes	2003.02.26141	Salvador
2374	José Carlos Mota	2004.01.42419	Salvador
2375	José Carlos Nunes	2003.01.30792	Salvador
2376	José Carlos Pires Nascimento	2003.01.20684	Salvador
2377	Jose Carlos Vaz Sampaio	.48145	Iaçu
2378	Jose Carlos Zanetti	.70465	Salvador
2379	José Carvalho Machado	.23239	Salvador
2380	Jose Carvalho Ribeiro	.54071	Salvador
2381	José Cesário da Silva	.24633	Ilheus
2382	José Cezar da Silva Marighella	.49972	Salvador
2383	José Cisino Menezes Lopes	2002.01.12850	Barreira
2384	José Correia da Silva	2003.01.34629	Sobradinho
2385	José Correia da Silva	2004.01.44984	Monte Santo
2386	José Correia de França	2004.01.44525	Monte Santo
2387	José Correia de Souza	2003.01.36813	Inhambupe
2388	José Correia Silva	2003.01.19983	Mata de São João
2389	José Correia Souza	.63473	Salvador
2390	José Cortês Rolemberg Filho	2006.01.53405	Salvador
2391	José Costa Santana	2003.01.20889	Salvador
2392	José Coutinho Estrela	2001.08.02165	Feira de Santana
2393	José Crisóstomo Rodrigues	2002.01.12686	Salvador
2394	José Crispim Pereira de Novais	2003.01.30298	Cafarnaum
2395	José Cristovam do Sacramento	2003.01.27384	Salvador
2396	José Cunha de Oliveira	2003.01.35116	Santa Bárbara
2397	José da Costa Filho	2003.01.33697	Coronel João Sá
2398	Jose da Costa Palmeira	.72748	Salvador
2399	José da Silva Carvalho	2006.01.54689	São Francisco do Conde
2400	José Daniel Guerra Filho	2002.01.14432	Salvador
2401	José Dantas Fontes Filho	2004.01.48108	Salvador
2402	José Dantas Vieira	2004.01.40533	Itamaraju
2403	José David de Souza Lima	2004.01.39778	Aporá
2404	José de Carvalho Costa	2003.01.32529	Caetité
2405	José de Jesus Conceição	.72842	Salvador
2406	José de Jesus Vieira Lopes	2003.01.36819	Sta Maria da Vitória
2407	José de Lacerda Silva	2003.01.34279	Encruzilhada
2408	José de Oliveira Castro	2004.01.38551	Santana
2409	José de Oliveira Flávio	2003.01.34277	Encruzilhada
2410	José de Oliveira Souza	2004.01.39726	Novo Horizonte
2411	José de Souza Azevedo	2004.01.40217	Macaubas
2412	José de Souza Bittencourt	2004.01.40729	Salvador
2413	Jose de Souza Dias	2005.01.50838	Ruy Barbosa
2414	José de Souza Pinto	2003.01.34206	Boninal
2415	José Dias Filho	2004.01.39729	Irece
2416	José Dias Moraes	2003.01.34149	Santa Terezinha

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2417	José do Espirito Santo Azevedo	2004.01.41548	Tanhaçu
2418	Jose dos Santos Dias	2003.01.33200	Santanópolis
2419	José dos Santos Menezes	2004.01.37420	Camacan
2420	José dos Santos Nogueira	2003.01.33643	Irara
2421	José dos Santos Pereira	2003.01.29765	Sta Maria da Vitoria
2422	José Duarte Irmão	2003.01.32694	Senhor do Bonfim
2423	José Edmar de Souza Santos	2004.01.39723	Ibitiara
2424	Jose Eduardo Brandao de Sa	.54199	Itabuna
2425	José Efrem Alcântara Filho	2003.01.33597	Glória
2426	José Elias Pinho de Oliveira	.58703	Salvador
2427	Jose Epifanio da Silva	2004.01.46817	Vera Cruz
2428	José Ernesto dos Passos	2004.01.43422	Casa Nova
2429	José Etevaldo Pedreira da Cruz	2001.01.04741	São Felix
2430	José Eujacio Correia dos Santos	2003.01.33415	Sta Cruz da Vitória
2431	José Farias Porto	2004.01.41019	Medeiros Neto
2432	José Faustino dos Santos	2002.01.10254	Salvador
2433	José Felicio Pimentel	.10526	Lauro de Freitas
2434	José Felipe da Anunciação	2003.01.34259	Serrnha
2435	José Feliz dos Santos	2003.01.34278	Urandí
2436	José Fernandes da Rocha Filho	.40189	Juazeiro
2437	José Fernandes de Santana	2003.01.34298	São Desidério
2438	José Fernandes Pedral Sampaio	2004.01.43317	Vitoria da Conquista
2439	José Fernando de Souza	2001.01.01973	Salvador
2440	José Fernando Motta	2003.01.36839	Ipiau
2441	José Fernando Narciso Alves	2003.01.34821	Salvador
2442	José Ferreira Barros	2003.01.36125	Cristópolis
2443	José Ferreira da Silva	2004.01.39724	São Desiderio
2444	José Ferreira de Britto	2004.01.45217	Salvador
2445	José Ferreira de Jesus	2006.01.55666	Salvador
2446	José Fidelis Augusto Sarno	2004.01.39992	Salvador
2447	José Fidelis Evangelista	2004.01.39857	Marcionilio Souza
2448	José Figueiredo	2003.01.40530	Comarcade de Macaubas
2449	José Fonseca de Oliveira	2004.01.48821	Almadina
2450	Jose Francisco de Almeida	2004.01.48287	Coité
2451	José Francisco de Jesus	2004.01.42490	Salvador
2452	José Francisco dos Reis	2004.01.42486	Salvador
2453	José Francisco dos Santos	2003.01.35296	Caetité
2454	José Francisco dos Santos	2004.01.38569	Serra Dourada
2455	José Francisco Nunes	2004.01.39688	Centro
2456	José Franco Vieira	2007.01.59494	Santa Brígida
2457	José Freire da Silva	2003.01.20406	Salvador
2458	José Freire do Nascimento	.34269	Chorrochó
2459	José Freire dos Santos	2004.01.44472	Sento-Se
2460	José Freitas de Andrade	2004.01.38110	Caém
2461	Jose Geraldo da Cruz	.72393	Bahia
2462	Jose Gil de Brito Neto	2002.01.06134	Serra do Ramalho
2463	José Gogliarde Correia	2001.01.03467	Itapetinga
2464	José Gomes Anchieta	.08858	Salvador
2465	José Gomes de Almeida	2008.01.60711	Ibotirama
2466	José Gomes Farias	2004.01.40696	Ibiassucê
2467	José Gonçalves dos Santos	2003.01.23673	Salvador
2468	José Gualberto Luz	2004.01.39853	Marcionilio Souza
2469	José Gualberto Santa Rita Silva	2001.02.01773	Salvador
2470	José Guanais Mineiro	2008.01.60846	Ibotirama
2471	José Guedes Cerqueira	2001.01.02031	Salvador
2472	José Guedes Neto	2003.01.29750	Paramirim
2473	Jose Gustavo de Oliveira	2005.01.49419	Acajutiba
2474	José Hailton dos Santos	2001.01.04376	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2475	José Hermano Lins Batista	2003.01.33157	Esplanada
2476	José Hildegardes de Argodo Junior	2006.01.55664	Salvador
2477	José Hilton Melo Lopes	2003.01.35360	Canavieiras
2478	José Isaias dos Santos	2007.01.58607	Acajutiba
2479	José Itamar Xavier Noronha	2004.01.39068	Esplanada
2480	José Ivan Dantas Pugliese	2004.01.42653	Salvador
2481	José Ivan dos Santos	2004.01.48196	Buerarema
2482	José Ivo de Souza	2003.01.22936	Feira de Santana
2483	José Jairo de Souza Calmon	2003.02.24805	Feira de Santana
2484	José Joaquim de Souza	2004.01.39608	Ibitiara
2485	José Joaquim Nunes	2004.01.39020	Brejolândia
2486	José Jorge de Araújo	2003.01.28559	Paulo Afonso
2487	José Jorge Ferreira de Melo	2003.02.24571	Salvador
2488	José Juiz Sobrinho	.06387	Salvador
2489	José Landualdo Almeida Silva	2004.01.38216	Salvador
2490	José Lázaro Moreira Passos	2007.01.57754	Salvador
2491	José Leandro da Costa	2006.01.53323	Carinhanha
2492	José Leonardo Costa Monteiro	2012.01.70553	Salvador
2493	Jose Lidio de Souza Almeida	2004.01.48244	Jequie
2494	José Lima Mendes	2003.01.33652	Mairi
2495	José Lopes Bega	2004.01.38311	Tabocas do Brejo Velho
2496	José Lopes dos Anjos	2004.01.39747	Ibitiara
2497	José Luis Ramos Filho	2004.01.42411	Salvador
2498	José Luiz Braga Passos	2003.01.16822	Salvador
2499	José Luiz dos Santos	2004.01.44991	Monte Santo
2500	José Luiz Filho	2003.01.33604	Itatim
2501	José Luiz Filho	2004.01.43114	Itapicuru
2502	José Luiz Santos Dória	2008.01.62125	Salvador
2503	José Magalhães de Oliveira	2003.01.23660	Salvador
2504	José Manoel Braz	2003.01.33576	Paulo Afonso
2505	José Maria Alves Carreiro	.51842	Juazeiro
2506	José Maria de Souza	2003.01.33672	Paulo Afonso
2507	José Maria dos Santos	2004.01.39043	Conde
2508	José Maria Ramos Araújo	2005.01.51810	São Domingos
2509	José Marinho Sobrinho	2003.01.33680	Cel. João Sá
2510	Jose Mario Alves Guimaraes	2004.01.48284	Taperoa
2511	José Mario Galvão Gonçalves	2004.01.45200	Brejões
2512	José Marques Barbosa	2004.01.40700	Ibiassucê
2513	José Marques da Cruz	2003.01.29674	Santa Maria da Vitória
2514	José Marques Lima	.26568	Serrinha
2515	José Marques Sobrinho	2004.01.44488	Sento-Sé
2516	José Martins Cerqueira Lins	2004.01.41064	Coraçaõ de Maria
2517	José Martins de Andrade	2003.01.29007	S,Gabriel
2518	José Martins do Espirito Santo	2004.01.40462	Brotas de Macauba
2519	José Martins dos Santos	2003.01.30322	Feira de Santana
2520	José Martins dos Santos	2004.01.44469	Sento-Se
2521	José Matias Vieira	2003.01.32653	Campo Formoso
2522	José Mendes da Silva	.10505	Lauro de Freitas
2523	José Mendes de Queiroz	2003.01.33233	Capim Grosso
2524	José Mendes dos Santos	2003.01.28989	Jussara
2525	José Menezes Lima	2003.01.34759	Itororó
2526	José Menezes Mendonça	2003.01.36961	Itapé
2527	José Milhome Sobrinho	2004.01.37584	Bom Jesus da Lapa
2528	Jose Milton Correia	.67535	Campo Grande
2529	José Milton Galvão Campos	2003.01.24171	Salvador
2530	Jose Modesto Evangelista	2002.01.08099	Serra do Ramalho
2531	José Monteiro da Rocha	2004.01.39773	Ribeira do Pombal
2532	José Moreira	2003.01.29767	Sta Maria da Vitoria

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2533	José Moreira Mendes	2003.01.35030	Lage
2534	José Moreno de Souza	2003.01.25812	Canavieiras
2535	José Moura de Oliveira	.40182	Queimadas
2536	José Nelson Brito de Jesus	2004.01.39809	Entre Rios
2537	José Nery dos Santos	2003.02.24555	Santo Amaro
2538	José Neto de Carvalho	2002.01.07909	Bom Jesus da Lapa
2539	José Neves Sobrinho	2003.04.18639	Salvador
2540	José Nicolau de Oliveira	2003.01.32688	Campo Formoso
2541	José Niella Filho	2004.01.38559	Itapé
2542	José Novais Ribeiro	2003.01.34097	Dário Meuira
2543	José Nunes Folgado	2003.01.34765	Itamaraju
2544	José Nunes Vilas Boas	2004.01.41049	Coração de Maria
2545	José Oladio Gomes	2004.01.40479	Ilheus
2546	José Oliveira Carvalho	2003.01.36950	Floresta Azul
2547	José Oliveira da Fonseca	2003.02.24893	Salvador
2548	José Oliveira Gama	2004.01.38140	Jacobina
2549	José Oliveira Lima	2004.01.42420	Salvador
2550	José Onildo de Oliveira	2004.01.38552	Brejolândia
2551	José Paulo de Moura	2004.01.48039	Teofilândia
2552	José Pedro de Carvalho Neto	2004.01.42418	Salvador
2553	José Peixoto Barreto	2004.01.38211	Pau da Lima
2554	José Pereira de Andrade	2003.01.33701	Coronel João Sá
2555	Jose Pereira de Castro	2005.01.49358	Senhor do Bonfim
2556	José Pereira de Oliveira	2004.01.42480	Salvador
2557	José Pereira de Souza	2003.01.33530	Glória
2558	José Pereira Filho	2003.01.21642	Salvador
2559	José Pereira Nolasco	2003.01.34622	Salvador
2560	José Pereira Palma Junior	2003.02.25297	Salvador
2561	José Pereira Santos	2003.02.24549	Santo Amaro
2562	José Pimentel Cardoso	2002.01.12255	Salvador
2563	Jose Pinheiro Almeida Lima	2001.02.00993	Salvador
2564	José Pinheiro dos Santos	2004.01.40694	Ibiassucê
2565	José Pinheiro Guimarães	.02624	Salvador
2566	José Pinto Madureira	2003.01.27752	Ilheus
2567	José Porfírio Barbosa	2002.01.06503	Serra Ramalho
2568	Jose Possidonio Sampaio	2004.01.48075	Iaçu
2569	José Prates Rocha	2003.01.27515	Vitória da Conquista
2570	José Raimundo Batista	2004.01.39812	Entre Rios
2571	José Raimundo de Santana	2003.01.21540	Simões Filho
2572	José Raimundo de Souza Santos	2002.01.13926	Salvador
2573	José Raimundo Ferreira Nascimento	2004.01.39155	Tanquinho
2574	José Raimundo Moreira Simões	2003.01.34229	Rio Real
2575	José Raimundo Pereira de Azevedo	2004.01.44770	Feira de Santana
2576	José Ramos da Silva	2003.01.34245	Serrinha
2577	José Ramos de Souza	2003.01.31607	Cristópolis
2578	José Reis dos Santos	.60013	Bahia
2579	José Renato Brito Silva	2004.01.48219	Ribeira do Pombal
2580	José Ribeiro de Azevedo Sobrinho	2003.01.29753	Paramirim
2581	José Ribeiro Filho	2004.01.41012	Cícero Dantas
2582	José Ribeiro Rodrigues	2003.01.15825	Salvador
2583	Jose Ribeiro Vieira	2005.01.49360	Conceiçao de Feira
2584	José Robério Pinheiro dos Santos	.51377	Itaberaba
2585	José Roberval Ramos	2004.01.38287	Valente
2586	José Rocha da Silva	2004.01.40276	Bom Jesus da Lapa
2587	José Rodrigues Bomfim	.71030	Salvador
2588	José Rodrigues Cerqueira	2005.01.51287	Carinhanha
2589	José Rodrigues de Morais	2003.01.29735	Paramirim
2590	José Rodrigues de Souza Neto	2003.01.20682	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2591	José Rodrigues dos Santos	2003.01.20285	Salvador
2592	Jose Rodrigues Guimaraes	2005.01.50374	Uauá
2593	Jose Rodrigues Pereira	.45100	São Desiderio
2594	José Rudival de Menezes	2003.01.33669	Paulo Afonso
2595	José Santana Correia	2003.01.35094	Feira de Santana
2596	José Santana Ferreira	2004.01.40802	Salvador
2597	José Santos Queiroz	2004.01.40156	Itagimirim
2598	José Sento Sé Passos Filho	2001.04.01300	Salvador
2599	José Simão da Silva	.36599	Alto do São Francisco
2600	José Soares de Almeida	2008.01.60675	Salvador
2601	José Soares Bandeira	2003.01.25060	Paulo Afonso
2602	José Soares de Queiroz	2003.01.31943	Palmeiras
2603	José Soares Filho	2003.01.16869	Salvador
2604	José Sudré de Lima	2004.01.37778	Salvador
2605	José Teixeira da Silva	2004.01.42330	Banzaê
2606	José Teixeira da Silva	2008.01.61509	Brreiras
2607	José Teodoro da Silva	2002.01.12286	Salvador
2608	José Teodoro Pereira	2003.01.33248	Jacobina
2609	Jose Tertuliano Veloso Alves	2006.01.54678	São Francisco do Conde
2610	José Thadeu Dias Madureira	2003.01.19957	Salvador
2611	José Theodoro da Silva	.71890	Salvador
2612	José Ubirajara Santos	2002.01.11132	Salvador
2613	José Valdemiro de Santana	2003.01.21900	Salvador
2614	José Vardes de Sousa	2004.01.43124	Salvador
2615	Jose Vicente de Sena Filho	2006.01.54674	Feira de Santana
2616	José Vieira de Souza	.34236	Bom Jesus da Lapa
2617	José Vilas Boas Santos	2003.02.24810	Salvador
2618	Jose Virgilio de Melo Borges	2009.01.63796	Salvador
2619	José Virginio dos Santos	2001.08.02160	Feira de Santana
2620	José Vital de Oliveira	2004.01.39808	Entre Rios
2621	Jose Vitório Ribeiro dos Santos	2002.01.06136	Serra do Ramalho
2622	José Walter Ferreira	2003.02.24839	Feira de Santana
2623	José Wladir Brito Rodrigues	2003.01.34053	Imbuí
2624	José Xavier de Oliveira	2003.01.31579	Cristópolis
2625	José Xavier Nunes	2004.01.38562	Serra Dourada
2626	Josedeck Oliveira Pamponet	2004.01.47147	Teixeira de Freitas
2627	Josefa Almeida da Silva	2004.01.46829	Monte Santo
2628	Josefa Alves Mascarenhas	2003.01.33219	Santanópolis
2629	Josefa Calazans Carvalho	2004.01.44375	Pedro Alexandre
2630	Josefa Castro de Andrade	2004.01.41060	Cícero Dantas
2631	Josefa Cerqueira dos Santos	2003.01.34238	Serrinha
2632	Josefa de Matos Victorio	2007.01.58706	Acajutiba
2633	Josefa Dias de Andrade	2006.01.55708	Paripiranga
2634	Josefa Francisca Dantas	2004.01.41082	Simões Filho
2635	Josefa Leal de Santana	2003.01.35151	Paripiranga
2636	Josefa Maria Araujo Santos	2004.01.42337	Euclides da Cunha
2637	Josefa Maria dos Santos	2003.01.33705	Coronel João Sá
2638	Josefa Rodrigues dos Santos	2004.01.37421	Camacan
2639	Josefa Silva de Oliveira	2003.01.33736	Juazeiro
2640	Joselha Alcântara Amorim	2004.01.39780	Euclides da Cunha
2641	Joseli Viana de Souza	2003.04.18092	Salvador
2642	Joselia Atanasia dos Santos	2003.01.16823	Salvador
2643	Josélia Lima de As Cruz	2004.01.38168	Abaré
2644	Joselice Figueiredo Guedes	2004.01.40218	Macaubas
2645	Joselinda Bonfim Mangueira	2003.01.29776	Paramirim
2646	Joselino Moreira Teixeira	2004.01.47689	Carinhanha
2647	Joselita de Santana Gomes	2001.01.04361	Salvador
2648	Joselito Archanjo de Souza	2003.02.24900	Feira de Santana

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2649	Joselito de Santana	2001.04.01296	Salvador
2650	Joselito Ferreira dos Santos	.68706	Lauro de Freitas
2651	Joselito José de Lima	2003.01.36806	Ipiaú
2652	Joselito Sena de Castro	2003.01.16863	Salvador
2653	Josemário Neri Barbosa	.28450	Salvador
2654	Josenario Alves de Oliveira	2001.01.04375	Salvador
2655	Joseni Maria Gomes Martins	2004.01.39641	Morro do Chapéu
2656	Josenildo Miguel de Brito	2001.01.02216	Itaberaba
2657	Joseph Jules Comblin	2010.01.67333	Salvador
2658	Josepha Nunes Pereira	2004.01.39078	Conde
2659	Josephina Maria de Oliveira	2003.01.33739	Sta Cruz da Vitória
2660	Joseval dos Santos	2004.01.44948	Salvador
2661	Joseval Menezes Martins	.54632	Ilheus
2662	Josias Costa Silveira	2003.01.35243	Feira de Santana
2663	Josias de Souza Lessa	.36321	Livramento de Nossa Sra
2664	Josias Ferreira Vilas Boas	2004.01.43120	Firmino Alves
2665	Josias José do Nascimento	2003.01.34303	Ubaitaba
2666	Josias Sousa Dias	2003.01.32933	Feira de Santana
2667	Josino Alves de Matos	2004.01.43947	Angé
2668	Josivaldo Bernadino Silva	2003.01.33676	Juazeiro
2669	Josué de Castro Sobrinho	2003.01.34294	Abaré
2670	Josué Fraga de Santana	.66485	Salvador
2671	Josue Tudes Novato	2004.01.45471	Salvador
2672	Jovelina Moraes de Souza	2003.01.33639	Feira de Santana
2673	Joviano Pereira de Souza	2004.01.48065	Texeira de Freitas
2674	Joviel Silveira Santos	2004.01.47138	Itanhém
2675	Jovina Cordeiro Bastos Santana	2004.01.40564	Salvador
2676	Jovina Evangelista Diniz	2003.01.32620	Juazeiro
2677	Jovina Rosa de Oliveira Meira	2004.01.40216	Macaubas
2678	Jovino tavares	2004.01.40742	Tanquinho
2679	Jozael Rodrigues	.23663	Salvador
2680	Juanil Gomes de Araujo	2001.01.00476	Catú
2681	Juares Ferreira do Amaral	2004.01.39671	Irecê
2682	Juarez Alves Guimarães	2003.01.22940	Itabuna
2683	Juarez Carneiro dos Reis	2004.01.48288	Serrinha
2684	Juarez Marcelino da Silva	2004.01.39648	Irecê
2685	Jucelino Lourenço da Rocha	2006.01.53674	Vitoria da Conquista
2686	Judelson Alves de Oliveira	.30794	Teixeira de Freitas
2687	Judite dos Santos Rios	2003.01.33321	Várzea da Roça
2688	Judite Maria Lima	2004.01.41991	Valente
2689	Judite Marques de Oliviera	2004.01.39664	Irecê
2690	Judite Mota de Oliveira	2004.01.41048	Coração de Maria
2691	Judith Brandão Cardoso	2004.01.45293	Santa Ines
2692	Judith Vivas Batista Santana	2004.01.48696	Ibirapitanga
2693	Jufran de Souza Guimarães	2003.01.23679	Salvador
2694	Jufran de Souza Guimarães	.23803	Salvador
2695	Jugurta Pereira Rangel	2003.01.33540	Feira de Santana
2696	Jugusto Alves Cardoso	2003.01.33285	Itabuna
2697	Juilson Fernandes dos Santos	2004.01.47360	Salvador
2698	Julia Alves de Souza	2007.01.56697	Salvador
2699	Julia Galvão da Silva	2003.01.32712	Campo Formoso
2700	Júlia Magalhães Silva	2004.01.38427	Sento-Sé
2701	Julieta Batista de Souza	2004.01.39913	Pindobaçu
2702	Julieta Silvany Rodrigues Lima	.72570	Salvador
2703	Julimar Andrade da Silva	2004.01.46824	Monte Santo
2704	Julio Correia dos Santos	2003.02.24569	Salvador
2705	Julio Daniel dos Reis	2004.01.42404	Salvador
2706	Julio de Souza Estrela	2003.01.33196	Santanópolis

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2707	Julio Ferreira da Cruz	2003.01.29777	Érico Cardoso (Água Quente)
2708	Julival Chaves Rebouças	2003.01.33835	Salvador
2709	Junaldo Raphael Duarte	.32358	Salvador
2710	Juraci Araújo de Jesus	.63066	Catu
2711	Juraci dos Santos	2002.01.06701	Serra do Ramalho
2712	Juraci José da Silva	2003.01.29632	Rio Pires
2713	Juraci Souza	.10559	Salvador
2714	Juracy Pereira Pinto	2004.01.47673	Carinhanha
2715	Juracy Teixeira Alves	2005.01.51000	Guanambi
2716	Jurandir da Silva Neves	2003.01.33453	Paratinga
2717	Jurandir Gomes dos Santos	2004.01.45691	Salvador
2718	Jurandir Lima de Oliveira	2004.01.38277	Salvador
2719	Jurandir Maues de Vasconcelos	2003.01.21524	Salvador
2720	Jurandir Moreira Rios	2003.01.33546	Salvador
2721	Jurandir Silva Dias	2003.01.19975	Salvador
2722	Jurandy Marques Rocha	2004.01.39733	Tapiramuta
2723	Jurandy Pires de Carvalho	2003.01.32183	Itaguaçu
2724	Jurandy Silva Lemos	2009.01.63904	Salvador
2725	Juraniu Marques Rocha	2004.01.39760	Morro do Chapéu
2726	Jurany Coutinho de Alcantara	2003.02.25294	Salvador
2727	Jurany Pereira Pinto	2003.01.34208	Feira da Mata
2728	Jurema Augusta Ribeiro Valença	2005.01.51871	Salvador
2729	Juriceia de Carvalho Matos	2003.01.34159	Ribeira do Pombal
2730	Jurilda Santana de Moura	2004.01.37423	Alagoinhas
2731	Jusselino José de Souza	2003.01.32823	Souto Soares
2732	Justiniano José Cordeiro Almeida	2003.02.25216	Salvador
2733	Justino da Silva Santos	2003.01.27256	Santo Amaro
2734	Jutimar Alcides de Sant Ana	2004.01.44556	Salvador
2735	Juvenal Ataíde da Silva Neto	2004.01.44767	Feira de Santana
2736	Juvenal de Almeida Fernandes	2002.01.13921	Salvador
2737	Juvenal Joaquim da Silva	2004.01.46897	Cacule
2738	Juvenal Marques Mendes	2003.01.29647	Paramirim
2739	Juvenal Silva Souza	2008.01.61402	Salvador
2740	Juvencio Ubirajara Bezerra	2003.02.26142	Salvador
2741	Juvenil Lima Costa	.43132	Santo Antonio de Jesus
2742	Juvenil Rodrigues Neto	2004.01.48813	Itapitanga
2743	Kleber Antonio Torres de Moraes	.68713	Itabuna
2744	Kleber de Carvalho Baptista	2004.01.39045	Esplanada
2745	Lacy Daebs Lima	2003.04.18431	Salvador
2746	Laedimares Barreto Gonçalves	2004.01.48238	Serra Preta
2747	Laelio Marques Dourado	2003.01.29044	Irecê
2748	Laelson Oliveira dos Santos	2003.01.30334	Ibipeba
2749	Laercio Fernandes dos Santos	2004.01.39673	Irecê
2750	Laércio Francisco Cruz	.25368	Bom Jesus da Lapa
2751	Landoaldo Rodrigues Junior	2003.01.35234	Itamaraju
2752	Landulfo Silva Santos	.12688	Água Fria
2753	Laudie Ferraz Flores da Silva	.22937	Salvador
2754	Laudionor Gomes da Silva	2008.01.60800	Itabuna
2755	Laudomiro Alexandre Costa	2002.01.10561	Lauro de Freitas
2756	Laumar Santos do Nascimento	2004.01.39491	Vitoria da Conquista
2757	Laurenço Aguiar do Nascimento	2001.02.00792	Senhor do Bonfim
2758	Laurentino Moreira dos Santos	2005.01.51829	Saúde
2759	Lauriano Rocha da Silva	2004.01.48076	Iaçu
2760	Lauriano Xavier Pereira	2004.01.38116	Caem
2761	Laurinda de Santana	2006.01.54005	Ilhéus
2762	Laurinda Macedo de Assis	2003.01.33649	Ibicaraí
2763	Laurinda Pinheiro Leão	2003.01.33136	Jequie
2764	Laurindo Pedro Gomes	2002.01.12169	São Sebastião do Passé

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2765	Laurisete Ramos de Oliveira	2004.01.47466	Itabuna
2766	Laurita Figueiredo Rocha	2003.01.32550	Irecê
2767	Lauro Dias de Almeida	2004.01.48542	Janio Quadros
2768	Lauro Nascimento Costa	2003.01.32578	Bom Jesus da Lapa
2769	Lazaro Antonio de Lima	.72753	Salvador
2770	Lazaro Antonio Ribeiro Costal	2004.01.45537	Simões Filho
2771	Lazaro da Conceição Gadea	2006.20.54660	São Francisco do Conde
2772	Lázaro Florêncio Pereira Batista	2003.02.24472	Salvador
2773	Leandro Pereira Neto	2004.01.42757	Coronel João Sá
2774	Leão Almeida Cesar	2004.01.48058	Elisio Medrado
2775	Leda Maria dos Santos Koletzke	2005.01.49351	Salvador
2776	Leda Maria Oliveira Regis	2004.01.40679	Salvador
2777	Lêda Oliveira de Carvalhos Silva	2003.01.27485	Salvador
2778	Ledite Costa Pina Rustom	2004.01.48741	Itaberaba
2779	Lélea Amaral	2006.01.55410	Jequié
2780	Lélia Alves de Santana	2003.01.32965	Saúde
2781	Lelis da Silva Pinho	2004.01.42465	Salvador
2782	Lely Cardoso Neves	2003.01.32530	Caetité
2783	Lenarte Carvalho de Almeid	2003.01.35271	Itapetinga
2784	Lene Silvany Rodrigue Lima Santos	.72563	Salvador
2785	Lenira Mascarenhas Pereira Santos	2004.01.39139	Gov. Mangabeira
2786	Leonan Tereza Motta de Oliveira	2003.01.36800	Ipiaú
2787	Leonardo Gomes da Silva	2003.02.24815	Salvador
2788	Leonel Nascimento Alves Cristo	2003.01.16865	Salvador
2789	Leoni dos Santos Lima	2004.01.43435	Belo Campo
2790	Leônia Alves Cunha	2009.01.65133	Salvador
2791	Leonida de Souza Silva	2004.01.43156	Santa Maria da Vitória
2792	Leonidas de Novaes Rocha	2003.01.33077	Tanhaçu
2793	Leonidas Fonseca	.10558	Salvador
2794	Leonidia Carvalho de Araújo	2004.01.44764	Feira de Santana
2795	Leonor Bastos Pinto de Oliveira	2003.01.29530	Souto Soares
2796	Leonor de Souza e Silva	2003.01.34267	Salvador
2797	Leonor de Souza e Silva	2004.01.38180	Esplanada
2798	Leovigildo de Araujo	2003.01.34360	Ibipitinga
2799	Leucio da Silva Siquara	2003.01.35333	Caravelas
2800	Lexinaldo de Oliveira Silva	2003.01.36524	Salvador
2801	Líbio Jacob Filho	2003.14.18827	Salvador
2802	Licia Andrade Galvão	.46423	Jequié
2803	Licia Bernadete dos Santos	2004.01.40113	Porto Seguro
2804	Lícia Ferreira de Araujo	2004.01.41056	Pedrão
2805	Lícia Maria Vita do Eirado	2003.01.33004	Salvador
2806	Lidia Maria Leal Santana	2005.01.50221	Salvador
2807	Lidice Maria de Freitas / Jose de Carvalho Mascarenhas	2005.01.49365	Largo do Monte
2808	Lidio Neri da Silva	2003.01.33449	Ibitita
2809	Lidio Procopio da Silveira	2004.01.37926	Camacan
2810	Lidiomar Nascimento de Brito	2004.01.48270	Salvador
2811	Lievino Alecrim Mendes	2003.01.28991	Presidente Dutra
2812	Ligia Margarida Figueredo Mendes	2002.01.12213	Santo Amaro
2813	Lilia da Silva Dourado	.41479	Irecê
2814	Lincoln Almeida Lozer	2004.01.38776	Ubatã
2815	Lindoaldo Alves de Oliveira	2007.01.59495	Santa Brígida
2816	Lindolfo Garcia da Silva	.50594	Salvador
2817	Lindolfo João Carneiro	2004.01.37838	Capela do Alto Alegre
2818	Lino Alves Oliveira	2005.01.49988	Serrinha
2819	Lino Evangelista dos Santos	2001.01.02022	Salvador
2820	Liralvo Vitoriano dos Santos Filho	2003.02.24836	Salvador
2821	Lirio Souza	2004.01.48186	Iaçu

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2822	Lisânio Gonçalves de Oliveira	2004.01.38207	Quixabeira
2823	Litercilio Machado da Silva	2005.01.50022	São Gabriel
2824	Lodonio Oliveira	2005.01.50315	Itabuna
2825	Lorena de Queiroz Vieira Brito	2004.01.48545	Maetinga
2826	Loreta Kiefer Valadares / Carlos Antonio Melgaço Valadares	2004.01.46177	Salvador
2827	Lourdes Correia da Silva	2005.01.50737	Salvador
2828	Lourdes Maria Silva de Souza	2003.01.15902	Salvador
2829	Lourdes Possidonia Rodrigues	2004.01.48224	Serrolandia
2830	Lourival Almeida Costa	2004.01.48057	Feira de Santana
2831	Lourival Amorim Teixeira	2005.01.50834	Ruy Barbosa
2832	Lourival Araujo	2004.01.48816	Coaraci
2833	Lourival Boaventura de Souza Filho	2002.01.07930	Salvador
2834	Lourival Costa Moura	2004.01.44993	Lagoa do Meio
2835	Lourival Damasio de Araujo	2004.01.44821	Salvador
2836	Lourival de Andrade Silva	2008.01.63245	Mairi
2837	Lourival de Souza Cardoso	2004.01.47746	Itiruçu
2838	Lourival dos Santos Sodre	2003.01.34344	Brotas de Macaúbas
2839	Lourival Francisco dos Santos	.10557	Lauro de Freitas
2840	Lourival Manoel do Bomfim	.72003	Bahia
2841	Lourival Matias de Oliveira	2003.01.33037	Mansidão
2842	Lourival Messias da Silva	2003.01.33164	Tanhaçu
2843	Lourival Oliveira	2003.02.24553	Feira de Santana
2844	Lourival Oliveira	2003.01.27218	Feira de Santana
2845	Lourival Oliveira Guimarães	2004.01.37826	Riachão do Jacuipe
2846	Lourival Soares Gusmao	.64611	Salvador
2847	Lourivaldo Cavalcante Reis	2004.01.37608	Sátiro Dias
2848	Lucia dos Santos Gomes	2003.01.34784	Ilheus
2849	Lúcia Fernanda David de Castro Silva	2001.01.02660	Vitória da Conquista
2850	Lucia Maria Pereira de Andrade	2003.01.14860	Salvador
2851	Lucia Maria Vieira Santos	2004.01.42738	Jacobina
2852	Luciano David Pelusio Melgaço	2004.01.37903	Ilhéus
2853	Luciano Monteiro Campos	2003.04.18090	Salvador
2854	Luciano Ribeiro Santos	2001.01.00472	Feira de Santana
2855	Luciene Gomes de Sá	2005.01.49900	Juazeiro
2856	Lucio Flavio Uchôa Regueira	2001.02.01745	Salvador
2857	Lucrécio Ramos Brandão	2003.01.36956	Paratinga
2858	Ludimá Fernandes Magalhães	2003.01.34837	Bom Jesus da Lapa
2859	Luis Apolinario da Silva	2002.01.08098	Serra do Ramalho
2860	Luis Augusto da Silva Lima	.22947	Feira de Santana
2861	Luis Carlos Andrade Santos	2004.01.46770	Castro Alves
2862	Luis Carlos Carvalho Santos	2004.01.42427	Salvador
2863	Luis Carlos Gomes	2006.01.54692	São Francisco do Conde
2864	Luis Cesar Santos	2003.01.16864	Salvador
2865	Luis de Almeida Cunha	.10500	Salvador
2866	Luis de Oliveira Vasconcelos	2004.01.48280	Iaçu
2867	Luis Erivaldo da Silva	2006.01.54666	São Francisco do Conde
2868	Luiz Alberto Ferreira	2001.02.01564	Salvador
2869	Luiz Antonio de Florambel Pinto Peixoto	.64244	Salvador
2870	Luiz Antonio Oliveira Braga	2003.01.36498	Sta Maria da Vitoria
2871	Luiz Antonio Ramos da Silva	2003.01.15251	Brotas
2872	Luiz Antonio Telles Viana	2005.11.51488	Itabuna
2873	Luiz Armindo de Castro Machado	2003.01.33788	Canavieiras
2874	Luiz Augusto da Silva Lima	2004.01.42112	Feira de Santana
2875	Luiz Augusto de Pinho	2003.02.24586	Salvador
2876	Luiz Bastos Rodrigues	2003.01.32283	Salvador
2877	Luiz Borel de Oliveira	2004.01.45687	Salvador
2878	Luiz Carlos Barbosa Costa	2002.01.12585	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2879	Luiz Carlos Cafe da Silva	2009.01.63575	Salvador
2880	Luiz Carlos da Cruz Santos	2006.01.53663	Salvador
2881	Luiz Carlos de Araújo Goes	.35409	Salvador
2882	Luiz Carlos de Jesus Lima	2003.01.35265	Macarani
2883	Luiz Carlos de Pina Pereira	2002.01.12559	Salvador
2884	Luiz Carlos dos Santos	2003.02.24559	Candeias
2885	Luiz Carlos Passos de Azevedo	2003.04.17971	Salvador
2886	Luiz Carlos Pereira	.63096	Salvador
2887	Luiz Carlos Vieira	2001.01.00139	Salvador
2888	Luiz Carlos Vieira	.72998	Salvador
2889	Luiz Cayres Tunes	2006.01.54032	Bahia
2890	Luiz Costa Leal	2004.01.39159	Salvador
2891	Luiz da Silva Sampaio	2001.02.01731	Salvador
2892	Luiz de Holanda Moura	2002.01.06388	Salvador
2893	Luiz Doria Dias	2004.01.43600	Salvador
2894	Luiz Fernando Silva Pedroso	2002.01.08786	Salvador
2895	Luiz Ferreira	2004.01.39365	Irece
2896	Luiz Ferreira de Souza	2003.02.23798	Salvador
2897	Luiz Francisco de Castro	2003.01.29659	Paramirim
2898	Luiz Franco Santana	2003.01.33596	Valença
2899	Luiz Gonzaga Costa Nunes	.47499	Canavieira
2900	Luiz Gonzaga do Amaral	2003.01.28642	Guanambi
2901	Luiz Gonzaga Ferreira	2003.01.27579	Salvador
2902	Luiz Henrique de Souza Oliveira	2001.02.00725	Salvador
2903	Luiz Jose da Silva Gusmão	2004.01.43113	Salvador
2904	Luiz Justiniano dos Santos	2003.02.24902	Salvador
2905	Luiz Magalhães Carneiro	2003.01.29754	Tanque Novo
2906	Luiz Mário Avena	2003.04.18453	Salvador
2907	Luiz Nunes Cequeira	2005.01.49354	Conceiçao de Feira
2908	Luiz Oscar de Carvalho	2003.01.33786	Canavieiras
2909	Luiz Otto Rodrigues Lima Koehne	2003.01.36856	Caetité
2910	Luiz Paulo Lima Figueiredo	2003.02.24896	Salvador
2911	Luiz Pereira de Aguiar	2003.01.30470	Caetité
2912	Luiz Pimentel Pitombo	2001.01.04749	Salvador
2913	Luiz Raimundo Falcão Bulhões	2003.01.15035	Salvador
2914	Luiz Rodrigues do Bonfim	2005.01.49359	Conceiçao de Feira
2915	Luiza Maria Gorete Gomes Calmon	2003.01.19974	Ubaitaba
2916	Luiza Monteiro Texeira	2006.01.55451	Salvador
2917	Luiza Souza	2004.01.38141	Urandi
2918	Luther Perreira e Almeida	.71068	Salvador
2919	Luzia Oliveira Lopes	.57801	Salvador
2920	Luzia Pereira de Santana / Jorge Waldemar Alves de Barros	2002.01.12168	Salvador
2921	Luzia Reis Ribeiro	.08782	Salvador
2922	Luzia Teixeira Duarte	.38809	Ilheus
2923	Lycia Sanches Pinto Maranhão	2003.01.15553	Salvador
2924	Lydia Correia de Araujo	2004.01.45693	Salvador
2925	Lydio Andrade de Souza	2003.04.18410	Salvador
2926	Lygia Maria Farini Campos Lôbo	2003.01.36508	Salvador
2927	Macelino Calixto dos Santos	2003.01.34185	Ouricangas
2928	Magaly Lisbôa Azevedo	.39138	Feira de Santana
2929	Magnaldo Reis Andrade	2003.02.24563	Jaguaquara
2930	Magno Alves dos Santos	2004.01.37730	Piata
2931	Magno de Castro Burgos	2001.01.02351	Salvador
2932	Magnolia da Hora dos Anjos	2004.01.42089	Salvador
2933	Magnolia Souza Teles	2003.01.34201	Alagoinhas
2934	Maisa Solidade Cordeiro de Oliveira	2003.01.21557	Salvador
2935	Malaquias de Cerqueira Ferreira	2004.01.47988	Gov. Manguabeira

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2936	Manoel Alexandrino de Jesus	2003.02.24465	Candeias
2937	Manoel Alves Barbosa Filho	2004.01.40953	Senhor do Bomfim
2938	Manoel Alves de Souza	.48025	Prado
2939	Manoel Alves dos Santos	2003.01.33686	Juazeiro
2940	Manoel Alves Guimarães	2004.01.48049	Licinio de Almeida
2941	Manoel Alves Moreira	2004.01.47671	Serra do Ramalho
2942	Manoel Amado da Rocha	2004.01.37716	Floresta Azul
2943	Manoel Amorim Souza	2003.01.25010	Jequié
2944	Manoel Antonio Ribeiro Carvalho	2004.01.48151	Cordeiros
2945	Manoel Antunes Bertunes	2004.01.38708	Paratinga
2946	Manoel Augusto de Goes	2003.01.37316	Salvador
2947	Manoel Barreto da Rocha Neto	2004.01.45467	Salvador
2948	Manoel Barros de Freitas	2003.01.32792	Paulo Afonso
2949	Manoel Bernadino de Lima	2004.01.48080	Pedro Alexandre
2950	Manoel Bispo dos Santos	2002.01.10346	Simões Filho
2951	Manoel Brito dos Santos	2003.01.31544	Barreiras
2952	Manoel Camelo Domiense	2003.01.38296	Serra Dourada
2953	Manoel Carlos Correia Gama	2007.01.59492	Santa Brígida
2954	Manoel Carlos de Sales	2003.01.34297	Ouriçangas
2955	Manoel Carmo dos Santos	2003.01.34168	Maracás
2956	Manoel Carneiro dos Reis	2003.01.34158	Salvador
2957	Manoel Ciriaco de Oliveira	2004.01.48221	Ruy Barbosa
2958	Manoel Codeiro da Silva	2004.01.44975	Monte Santo
2959	Manoel Conceição Moreira da Silva	.25014	Salvador
2960	Manoel Custodio Bidu	2004.01.48143	Firmino Alves
2961	Manoel da Paixão Nunes	2002.01.10546	Lauro de Freitas
2962	Manoel da Rocha Aranha	2004.01.48144	Almeida
2963	Manoel da Silva Nunes	2004.01.38675	Elisio Medrado
2964	Manoel da Silva Pereira	2003.01.29756	Paramirim
2965	Manoel de Araújo Moreira	2004.01.39034	Conde
2966	Manoel de Castro Lima	2004.01.38220	Dom Basilio
2967	Manoel de Souza Freire	2008.01.62854	Salvador
2968	Manoel Dias Bomfim	2003.01.21546	Nazaré das Farinhas
2969	Manoel do Bomfim	2002.01.07763	Salvador
2970	Manoel do Rosário Santos	2003.02.24812	Salvador
2971	Manoel do Socorro da Conceição	2003.02.24861	Salvador
2972	Manoel Donato dos Santos	2004.01.44824	Salvador
2973	Manoel dos Reis	2004.01.38522	Sento-Sé
2974	Manoel dos Reis Argolo	2006.01.54673	São Francisco do Conde
2975	Manoel dos Reis Mota Oliveira	2004.01.42408	Salvador
2976	Manoel dos Reis Nunes Viana	2003.01.23687	Salvador
2977	Manoel Ferreira da Silva	2003.01.33227	Santanópolis
2978	Manoel Figueiredo Andrade	2004.01.48097	Elísio Medrado
2979	Manoel Firmo Ribeiro Neto	2004.01.42727	Remanso
2980	Manoel Florêncio dos Santos	.27397	Salvador
2981	Manoel Francisco dos Santos	.60379	Varzedo
2982	Manoel Gaspar	2002.01.10577	Salvador
2983	Manoel Gertrudes do Nascimento	2003.01.37143	Itiruçu
2984	Manoel Gomes Magalhães	2004.01.42344	Euclides da Cunha
2985	Manoel Gomes Mauricio Neto	2003.01.33087	Glória
2986	Manoel Gonçalves Moreira	2004.01.38112	Caem
2987	Manoel Hilário Ferreira	.68717	Brumado
2988	Manoel Honorato de Souza	2003.01.29041	Jussara
2989	Manoel João da Silva	2004.01.41034	Mucuri
2990	Manoel Joaquim Netto	2004.01.38282	Barra da Estiva
2991	Manoel José Barreto	2003.01.33650	Itororó
2992	Manoel Jose da Silva Sobrinho	2004.01.47739	Itiruçu
2993	Manoel José de Oliveira Fraga	2005.01.50815	Macajuba

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
2994	Manoel Jose de Santana	2004.01.48140	Licinio de Almeida
2995	Manoel José dos Santos	2003.01.34230	Caem
2996	Manoel José dos Santos	2003.01.35251	Firmino Alves
2997	Manoel José Vieira	2003.01.29039	Ibipeba
2998	Manoel Lopes das Neves	2004.01.41546	Sítio do Mato
2999	Manoel Martins de Oliveira	2003.01.34228	Caem
3000	Manoel Mendes da Silva	2003.01.33856	Ubaitaba
3001	Manoel Messias Alves	2004.01.42695	Poções
3002	Manoel Messias de Souza	2004.01.38294	Serra Dourada
3003	Manoel Messias dos Santos	2004.01.39762	Irece
3004	Manoel Monteiro Silva	2006.01.55665	Salvador
3005	Manoel Moreira	2004.01.44526	Monte Santo
3006	Manoel Moreira do Pinho	2004.01.48092	Conceição do Jacuipe
3007	Manoel Moreira Sobrinho	2004.01.40691	Ibiassucê
3008	Manoel Muniz dos Santos	2003.01.15159	Salvador
3009	Manoel Oliveira	2004.01.48529	Maetinga
3010	Manoel Paulo de Oliveira	2004.01.38137	Serra Preta
3011	Manoel Pereira de Castro	2003.01.29133	Bom Jesus da Lapa
3012	Manoel Pereira de Matos	2004.01.44527	Quijingue
3013	Manoel Pereira dos Anjos	2003.01.16821	Salvador
3014	Manoel Pereira Neto	2003.01.33086	Paulo Afonso
3015	Manoel Pereira Nunes Sobrinho	.60001	Lauro de Freitas
3016	Manoel Pinheiro dos Santos	2004.01.40692	Ibiassucê
3017	Manoel Pinto Rabelo	2004.01.39937	Barra
3018	Manoel Querino Araújo Gomes	.27513	Salvador
3019	Manoel Ranulfo de Brito	2003.01.34250	Itabuna
3020	Manoel Ribeiro de Novais	.70276	Ibotirama
3021	Manoel Robélio dos Santos Castro	2004.01.45090	Planalto
3022	Manoel Rocha	.12250	Euclides da Cunha
3023	Manoel Rodrigues de Carvalho	2003.01.34130	São Desidério
3024	Manoel Rodrigues de Oliveira	2004.01.39007	Brejolândia
3025	Manoel Salustiano Lopes	2003.01.29025	Salvador
3026	Manoel Soares do Nascimento	2003.01.34177	Abaré
3027	Manoel Souza Costa	2001.01.02034	Salvador
3028	Manoel Souza Sobrinho	2004.01.39656	Irecê
3029	Manoel Teixeira da Silva	2007.01.59506	Santa Brígida
3030	Manoel Teixeira de Araújo	2004.01.39591	Bom Jesus da Lapa
3031	Manoel Ventura da Silva	2003.02.24882	Candeias
3032	Manoel Vieira Filho	2004.01.38171	Itabuna
3033	Manoel Vieira Neto	2003.01.34305	Itabuna
3034	Manoelito de Cerqueira Magalhães	2003.01.34136	Santo Estevão
3035	Mansueto Pereira Gomes	2004.01.43764	Boca do Rio Salvador
3036	Manuel Carlos Olegário de Queiroz	.66601	Salvador
3037	Manuel da Silva Barros	2003.01.17852	Salvador
3038	Marback Medeiros Ramos	2004.01.39750	Irecê
3039	Marcelino Guilherme Santana	2005.01.50425	Floresta Azul
3040	Marcelino José Guimarães Santana	.35988	Lauro de Freitas
3041	Marcelo Ferreira Duarte Guimarães	2002.01.07533	Salvador
3042	Marcelo Mendes Brito	2004.01.48742	Itaete
3043	Marcelo Ribeiro Cordeiro	2003.01.20900	Lauro de Freitas
3044	Marcelo Veiga de Santana	2001.01.00137	Salvador
3045	Marcilio Bernardes da Silva	2003.01.34151	Abaré
3046	Marcio Araujo Silva	2001.01.00303	Salvador
3047	Márcio José Rezende	2003.01.33667	Paulo Afonso
3048	Marco Antonio Rocha Medeiros	2001.01.00132	Salvador
3049	Marcos Gorender	2003.01.19968	Salvador
3050	Marcos José Alves Rocha	2001.01.00886	Salvador
3051	Marcos Paraguassu de Arruda Câmara	2001.02.00523	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3052	Marcos Pitanga Mendes de Souza	2004.01.43437	Lauro de Freitas
3053	Marcos Silva Soares	2007.01.57803	Bahia
3054	Marenilde Oliveira Coutinho	2004.01.39719	Morro do Chapeu
3055	Margarida Braga Mascarenhas	2004.01.44777	Feira de Santana
3056	Margarida Brito Guimarães	2004.01.40828	Cacule
3057	Margarida Maria Ribeiro Portela	2004.01.37510	Oliveira dos Brejinhos
3058	Margarita Babina Gaudenz	2008.01.60906	Salvador
3059	Maria Aldete Ribeiro Sousa da Cunha	2004.01.39727	Campo Formoso
3060	Maria Aldina Batista dos Santos	2004.01.41375	Feira de Santana
3061	Maria Alice de Alcântara Campos	2002.01.10636	Salvador
3062	Maria Almeida Monteiro Plech	2003.04.18343	Salvador
3063	Maria Alves da Costa	2004.01.38760	Canudos
3064	Maria Alves da Silva	2004.01.45685	Salvador
3065	Maria Alves dos Reis	2004.01.38308	Tabocas do Brejo Velho
3066	Maria Alves dos Santos	2002.01.06768	Serra do Ramalho
3067	Maria Alves dos Santos	2004.01.38651	Itamaraju
3068	Maria Alves Lopes	2004.01.38330	Serra Dourada
3069	Maria Alves Ribeiro Viana	2004.01.40823	Ibiassucê
3070	Maria Amalia Campinho Clementino	2003.01.27790	Salvador
3071	Maria Amélia Mendes de Souza	2004.01.45093	Caatiba
3072	Maria Ana da Rocha	2004.01.38337	Serra Dourada
3073	Maria Angélica Conceição Almeida	2003.01.34751	Firmino Lopes
3074	Maria Angélica de Sant´Anna Lima	2004.01.44761	Feira de Santana
3075	Maria Angelica Ferreira Dantas Guimarães	2003.01.34235	Salvador
3076	Maria Angelica Ribeiro Nogueira	2003.01.35272	Itapetinga
3077	Maria Antônia Santos Dattoli	2003.01.32968	Jaguaquara
3078	Maria Aparecida Nascimento Santos	2004.01.41055	Mucuri
3079	Maria Araujo de Amorim	2004.01.42489	Salvador
3080	Maria Augusta de Sousa Azevedo	2004.01.40863	Caetite
3081	Maria Augusta Pereira	2003.01.29651	Livramento de Nossa Sra
3082	Maria Avanir dos Santos	2005.01.49415	Acajutiba
3083	Maria Barbosa Andrade	2004.01.42318	Ribeirão do Pombal
3084	Maria Barbosa Silva	2004.01.40455	Chorrochó
3085	Maria Bernadete Barreto da Silva	2004.01.42492	Salvador
3086	Maria Caldeira Lima	2003.01.15565	Salvador
3087	Maria Cândida Gonçalves	2003.01.31539	Cristópolis
3088	Maria Carmem de Farias	2003.01.24698	Salvador
3089	Maria Cavalcante Rosa	2004.01.40411	Santana
3090	Maria Cleuza do Vale Santos	2004.01.48271	Salvador
3091	Maria Conceição Fernandes Souza	2004.01.39621	Santana
3092	Maria da Conceição Abreu Sousa	2003.01.36951	S.Bento
3093	Maria da Conceição Bonfim Sobrinho	2003.01.35252	Itapetinga
3094	Maria da Conceição Chaves de Carvalho	2003.01.33794	Canavieiras
3095	Maria da Conceição Costa	2007.01.58636	Acajutiba
3096	Maria da Conceição Mendonça Teles	2002.01.10164	Salvador
3097	Maria da Conceição Sobrinho Miranda	2003.01.33279	Santa Cruz da Vitória
3098	Maria da Gloria Ferreira de Almeida	2004.01.49087	Itaberaba
3099	Maria da Glória Tavares de Queiróz	2003.01.36913	Taperoá
3100	Maria da Graça Garcia de Mattos Nunes	2004.01.39692	Irecê
3101	Maria da Silva Lima	2004.01.39016	Brejolândia
3102	Maria das Dores Ressurreição Pereira	2004.01.40292	Caravelas
3103	Maria das Dores Valverde Rocha	2004.01.42491	Salvador
3104	Maria das Graças Ferreira Valadares	2004.01.48241	Salvador
3105	Maria das Graças Lima Cotrim da Silva / Miguel Ferreira Cotrim	2004.01.40829	Caculé
3106	Maria de Carvalho Souza	2003.01.36842	Ipiaú

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3107	Maria de Deus Moreira da Silva	.63419	Capela do Alto Alegre
3108	Maria de Fátima de Almeida Freitas	2005.01.50214	Salvador
3109	Maria de Fatima de Araujo Bastos	.72744	Bahia
3110	Maria de Fátima Mendes da Rocha	2001.01.05752	Salvador
3111	Maria de Gois	2004.01.38158	Rio Real
3112	Maria de Lordes Santa Ana Cavalcante	2003.01.36831	Barra do Rocha
3113	Maria de Lourdes Borges Máia	2004.01.38323	Eunápolis
3114	Maria de Lourdes Brito Barreto	2003.01.32200	Ruy Barroso
3115	Maria de Lourdes Costa Sampaio	2001.01.02221	Itaberaba
3116	Maria de Lourdes Dantas Pina	2005.01.49659	Feira de Santana
3117	Maria de Lourdes Dias	2004.01.38011	Carinhanha
3118	Maria de Lourdes Evangelista Ferreira	2003.21.29929	Feira de Santana
3119	Maria de Lourdes Ferreira Santana	2004.01.39386	Remanso
3120	Maria de Lourdes Fonseca Bastos	2003.01.15557	Boa Vista de Brotas
3121	Maria de Lourdes França Salomão	2004.01.40750	Salvador
3122	Maria de Lourdes Gomes da Silva	2004.01.39763	Irecê
3123	Maria de Lourdes Jesus dos Santos	2003.01.34500	Itabuna
3124	Maria de Lourdes Martins Barros	2003.01.37043	Paulo Afonso
3125	Maria de Lourdes Matos de Castro	2004.01.42090	Salvador
3126	Maria de Lourdes Melo Vellame	2001.01.03425	Salvador
3127	Maria de Lourdes Moraes Rocha Rebouças	2004.01.48156	Itatim
3128	Maria de Lourdes Morais Laranjeira	2003.01.19976	Santa Cruz de Cabrália
3129	Maria de Lourdes Morais Ribeiro	2005.01.51476	Vitória
3130	Maria de Lourdes Oliveira	2003.01.35098	Feira de Santana
3131	Maria de Lourdes Oliveira	2005.01.49689	Macaúbas
3132	Maria de Lourdes Oliveira Figueredo	2007.01.59016	Salvador
3133	Maria de Lourdes Santana da Silva	2004.01.40413	Salvador
3134	Maria de Lourdes Silva Calheira de Souza	2004.01.39802	Ibirataia
3135	Maria de Lourdes Siqueira	2002.01.14190	Salvador
3136	Maria de Oliveira Cordeiro	2005.01.50647	Salvador
3137	Maria de Sousa Dias	2003.01.34293	Encruzilhada
3138	Maria de Souza Cunha	2004.01.39013	Brejolândia
3139	Maria Del Carmen Marciana Lopez Prata	2001.01.04296	Salvador
3140	Maria do Carmo Cotrim Santana	2003.01.34263	Pindaí
3141	Maria do Carmo de Freitas Silva	2003.01.33947	Canavieiras
3142	Maria do Carmo Guimarães Mascarenhas	2007.01.58610	Salvador
3143	Maria do Carmo Pinheiro Baltazar da Silveira	2003.01.24163	Salvador
3144	Maria do Carmo Veríssimo Matos de Oliveira	2001.01.03427	Ilhéus
3145	Maria do Socorro Dias de Moraes	.33341	Bom Jesus da Lapa
3146	Maria do Socorro dos Reis Pontes	2003.01.32624	Juazeiro
3147	Maria Doaciola Ribeiro Macedo	2003.01.34558	Feira de Santana
3148	Maria Doracy dos Reis Cana Brasil	2003.01.36019	São Gonçalo dos Campos
3149	Maria dos Anjos Ramos de Oliveira	2003.02.24824	Salvador
3150	Maria dos Reis do Carmo / Fausto do Carmo	2003.02.24835	Candeias
3151	Maria dos Santos Cordeiro	2003.01.42410	Salvador
3152	Maria Elba de Santana	2004.01.38650	Alagoinha
3153	Maria Emilia Brito Costa	2003.01.34148	Ribeira do Pombal
3154	Maria Emilia Gonçalves	2004.01.40759	Candeias
3155	Maria Emília Santiago dos Santos	2003.01.15558	Salvador
3156	Maria Esmeralda Figueiredo Guimarães	2003.01.33284	Juazeiro
3157	Maria Eunice Oliveira Gama	2004.01.41045	Cícero Dantas
3158	Maria Felismina de Souza	2004.01.46827	Monte Santo
3159	Maria Ferreira da Conceição	2003.20.24905	Salvador
3160	Maria Ferreira da Costa	2004.01.38329	Serra Dourada
3161	Maria Firme de Souza	2003.01.33214	Glória

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3162	Maria Flores dos Santos Reis	2003.01.33721	Canavieira
3163	Maria Florinda Barreto Cortes	2003.01.34126	Vitória da Conquista
3164	Maria Gilvania da Conceição Portela	2004.01.42754	Coronel João Sá
3165	Maria Guimarães Sampaio	2005.01.50679	Salvador
3166	Maria Helena Vieira Silva	2004.01.39801	Ibirataia
3167	Maria Isabel Ribeiro da Silva	2004.01.44828	Salvador
3168	Maria Joana de Almeida Leite	2004.01.39565	Morpará
3169	Maria José Aleluia Mendes	2004.01.48197	Pojuca
3170	Maria José Almeida Véras	2003.01.32940	Saúde
3171	Maria José Cardoso Figueiredo	2004.01.42473	Salvador
3172	Maria José Coutinho Riccio	2004.01.38254	Tapera
3173	Maria Jose de Lima Silva	2005.01.49993	Sarinha
3174	Maria José do Amaral Correia	2004.01.45688	Salvador
3175	Maria José dos Santos	2006.01.52604	Santo Antonio de Jesus
3176	Maria José Fernandes de Assis	2004.01.40748	Candeias
3177	Maria José Filocre Morais Rodrigues	2006.01.53606	Barra
3178	Maria José Mimoso Deiró	2004.01.39786	Salvador
3179	Maria José Pereira de Oliveira	2003.01.33696	Paulo Afonso
3180	Maria José Santana de Cerqueira	2004.01.38237	Ouriçangas
3181	Maria José Sousa Fonseca	2003.01.34700	Itabuna
3182	Maria Julia Monteiro Dias	2004.01.40112	Porto Seguro
3183	Maria Lenita Agra Cardoso	2004.01.40395	Salvador
3184	Maria Lídia de Castro da Luz	2005.01.51841	Valença
3185	Maria Lopes da Silva	2003.01.33081	Salvador
3186	Maria Lourenço dos Santos	2004.01.39633	Irecê
3187	Maria Lucas de Andrade	2003.01.33709	Coronel João Sá
3188	Maria Lúcia Cunha de Carvalho	2001.01.00133	Salvador
3189	Maria Lucia Lima de Araujo Silva	2004.01.48272	Serrinha
3190	Maria Lucia Lyra Gurgel do Amaral	2003.01.15560	Salvador
3191	Maria Lucia Reis Cardoso	2004.01.48277	Campo Formoso
3192	Maria Lúcia Ribeiro Martins	2002.01.11340	Salvador
3193	Maria Lúcia Santos Licídio	.52191	Salvador
3194	Maria Lucia Teixeira	2003.01.36777	Ipiau
3195	Maria Luiza Pessoa Ribeiro	2004.01.48022	Medeiros Neto
3196	Maria Luzia Barreto de Matos	2004.01.48808	Coaraci
3197	Maria Madalena Reis de Alcantara	2004.01.43115	Itapicuru
3198	Maria Marlene Almeida de Andrade	2004.01.38230	Itajú do Colônia
3199	Maria Mendonça Silva	2003.01.30782	Salvador
3200	Maria Mota de Carvalho Barreto	2004.01.42475	Salvador
3201	Maria Natividade de Oliveira Moura	2004.01.42397	Salvador
3202	Maria Neide Carneiro Araújo	2003.01.19952	Salvador
3203	Maria Neves dos Santos	2003.01.29184	Iaçu
3204	Maria Neves Pereira	2004.01.47684	Carinhanha
3205	Maria Nunes dos Santos	2004.01.39666	Irecê
3206	Maria Percilia Santos Nascimento	2003.01.33434	Santa Cruz da Vitoria
3207	Maria Pereira Cardoso	2006.01.52385	Planalto
3208	Maria Pereira da Silva	2004.01.48213	Paulo Afonso
3209	Maria Pereira de Castro	2004.01.38341	Serra Dourada
3210	Maria Perpetua Araujo Ramos Oliveira	2004.01.42455	Salvador
3211	Maria Pires Mendes	2004.01.39585	Irecê
3212	Maria Ramos de Oliveira	2003.01.31941	Missão do Aricobé
3213	Maria Rita de Souza Cassimiro	2004.01.40002	Feira de Santana
3214	Maria Rosa de Lima Porto	2004.01.48532	Maetinga
3215	Maria Rozario Amaral	2004.01.38437	Juazeiro
3216	Maria Santana dos Santos	2004.01.39601	Gloria
3217	Maria Santana Vieira	2003.01.29390	Ibipeba
3218	Maria Santos Anunciação	2004.01.42495	Salvador
3219	Maria São Pedro Borges Rodrigues	2004.01.41058	Eunapolis

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3220	Maria São Pedro de Marinho de Cerqueira	2003.01.33178	Salvador
3221	Maria São Pedro de Souza	2003.01.34291	Lafayete Coutinho
3222	Maria Soares Passo Resende	2003.01.34189	Abaré
3223	Maria Socorro Machado Freire	.27761	Salvador
3224	Maria Sousa Lima	2004.01.43948	Anagé
3225	Maria Teresa Sarno Ferraz	2002.01.12894	Salvador
3226	Maria Terezinha da Rocha Reis	2004.01.39774	Inhambupe
3227	Maria Tidinha Miranda de Macedo	2004.01.43007	Ribeira do Pombal
3228	Maria Valdilea Souza Santos	2004.01.48824	Coaraci
3229	Maria Vanda de Brito Cunha / Invenção Cunha	2003.02.24580	Candeias
3230	Maria Vitoria Lima Sampaio	2004.01.43116	Salvador
3231	Maria Vitoria Pessoa Souza	2004.01.40551	Ilhéus
3232	Maria Zenaide Amorim Ribeiro Brasileiro	2004.01.38186	Salvador
3233	Maria Zenaide Lessa Alves	2004.01.48230	Santo Amaro
3234	Maria Zita Almeida Castro	2004.01.48240	Conde
3235	Marialda Gomes Mattos	2004.01.38272	Mucugê
3236	Marialdo Ribeiro Filho	2004.01.47359	Salvador
3237	Mariazinha Maria da Conceição	2003.01.32936	Wanderley
3238	Marieta Fernandes Pereira	2001.14.03113	Bom Jesus da Lapa
3239	Marieta Oliveira Mascarenhas	2004.01.39156	Cruz das Almas
3240	Marieta Santos Barreto	2003.01.34744	Salvador
3241	Marieta Soledade Teles	2004.01.44137	Itabuna
3242	Marildes de Jesus Lima	2005.01.50831	Itaberaba
3243	Marilena dos Santos Leal	2004.01.43461	Salvador
3244	Marilucia da Rocha Pedrosa	2001.01.02001	Itaberaba
3245	Marilza Guimarães Rosário	2004.01.39630	Nilo Peçanhas
3246	Marina Amorim Leite de Faria	2004.01.48536	Janio Quadros
3247	Marinaldo Marques da Silva	2004.01.48819	Itapitanga
3248	Marinalva Lomanto Fernandes	2004.01.48220	Itagi
3249	Marinalva Rodrigues Lacerda dos Reis	2003.01.34157	Encruzilhada
3250	Marinho Santos	2003.01.29736	Paramirim
3251	Mario Almeida de Oliveira	2003.01.35099	Santa Bárbara
3252	Mário Alves de Araújo	2003.01.27345	Salvador
3253	Mario Brandao Ferreira	2005.01.49363	Conceiçao de Feira
3254	Mario da Silva Luz	2003.01.20288	Salvador
3255	Mário Dias Vanderlei	2002.01.11342	Salvador
3256	Mário dos Santos Souza	2006.01.53655	Barreiras
3257	Mario Guy Solon D Oliveira	2004.01.39728	Irece
3258	Mario José de Souza Filho	.73275	Salvador
3259	Mário Malaquias de Souza	2003.01.35856	Salvador
3260	Mário Moraes Lima	2003.01.20681	Salvador
3261	Mario Moura Lopes	2003.21.27781	Ilhéus
3262	Mario Pimentel da Silva	.16861	Salvador
3263	Mario Silvestre do Nascimento	2004.01.41013	Fátima
3264	Mario Soares Lima	2003.01.14903	Salvador
3265	Mário Zózimo Amorim Júnior	2003.01.23694	Salvedor
3266	Marival Nogueira Caldas	2003.01.19950	Salvador
3267	Marivaldo da Silva Moreira	2003.01.32625	Jeremoabo
3268	Mariza Magnólia Matos Carvalho	2003.01.32956	Saúde
3269	Marlene Assis Vasconcelos	2004.01.48146	Salvador
3270	Marlene Barreto Macambyra	2004.01.42991	Castro Alves
3271	Marlene de Souza Pereira	2003.01.21523	Salvador
3272	Marlene Pires de Oliveira Santos / José Heribaldo de Souza Santos	2007.01.58634	Acajutiba
3273	Marlene Roza do Nascimento	2003.01.31857	Angical
3274	Marlene Veiga Costa	2003.01.32935	Ipiaú
3275	Marluce Araújo Santos	2003.01.31197	Souto Soares

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3276	Marly Landi Silveira	.41003	Ilhéus
3277	Martinho Gonçalves de Oliveira	2004.01.39663	Irecê
3278	Martiniano de Oliveira Antunes	2003.01.31606	Cristópolis
3279	Martins Barbosa dos Santos	.34175	Iaçu
3280	Martins Borges da Silva	2004.01.47975	Gov. Mangabeira
3281	Martins de Oliveira	2002.01.06135	Serra do Ramalho
3282	Mary Garcia Castro	.55724	Salvador
3283	Matias Viana de Oliveira	2004.01.38293	Serra Dourada
3284	Maurício Bonard dos Santos Gumes	2003.01.32531	Caetité
3285	Mauricio Lopes de Oliveira	2003.01.32980	Saúde
3286	Maurício Paredes Saraiva	2001.02.00335	Porto Seguro
3287	Mauro Rodrigues de Souza	2004.01.38289	Serra Douranda
3288	Máximo Augusto Muniz Barreto	2004.01.44563	Santo Amaro da Purificação
3289	Maysa de Souza Oliveira	2004.01.38056	Ilhéus
3290	Mecenas da Silveira Mascarenhas Filho	2002.01.07805	Salvador
3291	Miguel Arcanjo Peixoto	2004.01.48148	Elisio Medrado
3292	Miguel Avelino Gomes	2003.01.37184	Uauá
3293	Miguel Cavalcante de Albuquerque	.14204	Salvador
3294	Miguel Cunha Coutinho	2003.01.36799	Ipiaú
3295	Miguel da Silva Porto / Marinalva Lemos Proto	2005.01.49505	Itabuna
3296	Miguel de Jesus Oliveira	.70496	Salvador
3297	Miguel José do Nascimento	2004.01.39752	Irecê
3298	Miguel José Morais	2003.01.29748	Érico Cardoso
3299	Miguel Melo dos Santos	2003.01.33785	Santa Luzia
3300	Miguel Pereira Ribeiro	2004.01.37568	Oliveira dos Brejinhos
3301	Miguel Rodrigues de Souza	2004.01.40699	Ibiassucê
3302	Miguel Rodrigues dos Santos	2004.01.40697	Ibiassucê
3303	Miguel Roque Patricio	2003.02.24552	Salvador
3304	Miguel Santana Andrade	2004.01.40704	Candeias
3305	Militão Mendes Neto	2003.01.36852	Ipiaú
3306	Milson Rodrigues da Silva	2003.01.30589	Correntina
3307	Milton Alves Moreno	2004.01.40215	Macaubas
3308	Milton Barroso Couto	2003.04.18005	Salvador
3309	Milton Batista Peruna	.29401	Ilhéus
3310	Milton Bomfim de Souza	2003.01.34741	Itororó
3311	Milton Brasil Palma	2004.01.38219	Salvador
3312	Milton Carlos da Mota Cedraz	2003.01.25200	Salvador
3313	Milton Carlos Facchinetti Maltez Leone	2003.01.36468	Salvador
3314	Milton da Hora Maia	2003.02.24850	Salvador
3315	Milton da Silva Santana	2004.01.40749	Candeias
3316	Milton de Carvalho Silva	2003.04.18638	Salvador
3317	Milton de Cerqueira	2003.01.34166	Ouriçangas
3318	Milton de Oliveira Cardoso	2003.01.32470	Canarana
3319	Milton de Oliveira Cunha	2003.01.32838	Mairi
3320	Milton de Sá Carvalho	2003.04.18328	Salvador
3321	Milton do Vale Machado	.71567	Salvador
3322	Milton Felix da Costa	2006.01.52718	Bom Jesus da Lapa
3323	Milton Ferreira	2003.02.24550	Candeias
3324	Milton Ferreira Braga	2003.01.35334	Caravelas
3325	Milton Ferreira dos Santos	2004.01.42471	Salvador
3326	Milton Mendes Filho	2004.01.41105	Salvador
3327	Milton Neves	.68000	Salvador
3328	Milton Pacheco Bacelar	.09763	Itaberaba
3329	Milton Pereira da Silva	.57824	Bahia
3330	Milton Sebastião Pacheco	2004.01.48193	Jequié
3331	Milton Soares de Freitas	2004.01.39647	Ibititá
3332	Milton Virgens do Amaral	2003.01.29766	Santa Maria da Vitória



N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3333	Minervina Lopes Ribeiro	2004.01.44381	Sitio do Mato
3334	Minervino Antonio dos Santos	2003.01.29648	
3335	Miracy Menezes Santana	2003.21.27782	Ilheus
3336	Miraltina de Souza Macedo	2003.21.32652	Salvador
3337	Miralva Viana de Oliveira	2004.01.39940	Candido Sales
3338	Mirivaldo Alves Silva	2003.01.20376	Guananbi
3339	Miron Alfredo de Matos	2003.01.32816	Piatã
3340	Miryan Maria dos Santos Ferreira / João Batista Ferreira	2003.02.26146	Simões Filho
3341	Misael Cunha	2003.01.35077	Serrinha
3342	Mizael Carneiro de Oliveira	2004.01.37779	Riachão do Jacuípe
3343	Mizael Euzebio dos Reis	2003.01.30404	Irecê
3344	Mizael Santana dos Santos	2006.01.53460	Salvador
3345	Moacir Pinto de Andrade	2004.01.38274	Salvador
3346	Moacy Pereira de Andrade	2003.01.33684	Cel. João Sá
3347	Moacy Rodrigues Pinto	2004.01.38224	Salvador
3348	Moacyr Pinheiro Silva	.19973	Salvador
3349	Moisés Araújo Oliveira	2003.01.33259	Jacobina
3350	Moisés Carlos da Mota	2004.01.40541	Floresta Azul
3351	Moisés Dias Carneiro	.70890	Bahia
3352	Moises dos Reis Figueiredo	2004.01.38573	Agua Fria
3353	Moisés Ferreira Andrade	2004.01.45445	Salvador
3354	Moises Ignacio de Vasconcelos	2004.01.48115	Jequie
3355	Moises Marques da Silva	2004.01.48278	Serrolandia
3356	Moises Silva	2004.01.40299	Salvador
3357	Moises Souza Argolo	2003.01.34275	Elisio Medrado
3358	Mônica Barros	2002.01.12162	Salvador
3359	Moyses Barbosa de Oliveira	2003.01.37022	Ibirapitanga
3360	Moyses de Andrade Souza	2003.01.32971	Jaguaquara
3361	Mozart de Almeida Araújo	.33272	Ubaitaba
3362	Murilo José Guedes Cabral	2002.01.07685	Salvador
3363	Murilo José Guedes Cabral	.27738	Salvador
3364	Murilo Mario Durans	2001.01.02023	Salvador
3365	Nadir Fontes Valença	2004.01.48071	Rio Real
3366	Nancy Mangabeira Unger	2006.01.53851	Salvador
3367	Napolião Antônio da Rocha	2003.01.31583	Cristópolis
3368	Narciso Caetano de Souza	2003.01.33171	Tanhaçu
3369	Narciza Maria Satelis Nunes	2004.01.39612	Irece
3370	Natalino Pinheiro dos Santos	2004.01.40507	Feira de Santana
3371	Natanael Costa Filemon	2003.01.33796	Canavieiras
3372	Natanael de Souza Moreira	2003.01.15158	Salvador
3373	Natanael Fernandes Gomes	2003.01.29187	Bom Jesus da Lapa
3374	Natanael Francisco dos Santos	2003.01.32264	Salvador
3375	Natanael Ribeiro	2004.01.37941	Cristópolis
3376	Natanel Vaz Sampaio	2004.01.40031	Jequie
3377	Natercio Vieira de Brito	2004.01.42454	Salvador
3378	Nathanias Ferreira Vilas Boas	.24972	Vitória da Conquista
3379	Nathnazilda Penalva de Faria Mendonça	2003.04.18585	Salvador
3380	Nazaro Pereira França	2005.01.49361	Conceiçao de Feira
3381	Nehemias Nogueira Coutinho	2003.01.35238	Itapetinga
3382	Neiva Lima Cardoso Lessa	2003.01.34174	Feira da Mata
3383	Nelci Santos Souza	2004.01.48178	Itagi
3384	Nelcina Norberta Sodré	2003.01.34348	Brotas de Macaúbas
3385	Neldo Menezes de Souza	2001.01.05732	Feira de Santana
3386	Nélio Amambahy Ferreira	2004.01.40399	Nordestina
3387	Nelma Catarina Araquan Trindade Reis	2004.01.48227	Salvador
3388	Nelsa de Lima Cerqueira	2003.01.34190	Alagoinhas
3389	Nelson Affonso Penna	.10584	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3390	Nelson da Silva	2004.01.42407	Salvador
3391	Nelson da Silva Reis	2004.01.48077	Iaçu
3392	Nelson Fernandes dos Santos	2003.01.33645	Valença
3393	Nelson Ferreira de Andrade	2004.01.38181	Iauçu
3394	Nelson Ferreira de Aragão	2002.01.07147	Serra Ramalho
3395	Nelson Lopes Menezes	2003.01.35108	Santa Bárbara
3396	Nelson Luiz Santos Guerreiro	2004.01.42091	Salvador
3397	Nelson Malinardi	2003.01.17575	Ilhéus
3398	Nelson Peixoto Ribeiro Filho	2007.01.58797	Amargosa
3399	Nelson Pinheiro de Azevedo	2003.01.34234	Feira da Mata
3400	Nelson Ribeiro	2003.04.18320	Salvador
3401	Nelson Ribeiro de Alencar	2001.01.04086	Salvador
3402	Nelson Roberto das Virgens Bispo	2003.01.21545	Salvador
3403	Nelson Soares de Souza	2004.01.39259	Juazeiro
3404	Neó Oliveira Castro	2004.01.39509	Piripa
3405	Neordete Mascarenhas Rocha	2004.01.48461	Salvador
3406	Nerival Rosa Barros	2003.01.32595	Porto Seguro
3407	Nervita França Coelho	2003.01.33823	Salvador
3408	Nesildo Francisco Santana	2003.21.27784	Ilhéus
3409	Nessys Gomes de Brito Santos	.12569	Salvador
3410	Nestor Arcelino de Farias	2004.01.48067	Mirangaba
3411	Nestor Eduão Ferreira	2003.01.30320	Ibipeba
3412	Nestor Gil de Oliveira	2004.01.48823	Itapitanga
3413	Neuza Almeida dos Anjos	2004.01.39644	Irecê
3414	Neuza Behrmann Estreila	2001.01.00471	Salvador
3415	Neuza Maria Leite Gadelha	2004.01.48555	Salvador
3416	Newtom Oliveira	2003.01.29173	Salvador
3417	Newton Joazeiro	2003.01.35688	Ibiritanga
3418	Newton Macedo Campos	2003.04.18407	Lauro de Freitas
3419	Newton Tavares Carneiro	2003.01.35090	Feira de Santana
3420	Ney Carlos da Cunha	2004.01.38291	Serra Dourada
3421	Ney Ferreira e Silva	2006.01.54785	Vitoria da Conquista
3422	Ney Israel doo Nascimento	2003.01.30292	Uibaí
3423	Niator Almeida Bulhões	.67999	Salvador
3424	Nicanor Pedro dos Santos	2003.01.36807	Ipiaú
3425	Nice Miranda Villa	2003.01.19949	Salvador
3426	Nicolau Amancio dos Santos	2004.01.39622	Paulo Afonso
3427	Nicomedes Rodrigues Leal	2004.01.47145	Ibirapuã
3428	Nilce Rebouças de Souza	2003.01.33831	Salvador
3429	Nilda Dantas Fonseca Santos	2003.01.34163	Ribeira do Pombal
3430	Nilda Mascarenhas de Castro	2004.01.38193	Salvador
3431	Nilda Mascarenhas de Castro	2004.01.46208	Salvador
3432	Nilda Ribeiro Pires	2003.01.32997	Jaguaquara
3433	Nildenor Rocha	2003.01.32662	Piatá
3434	Nildo Manuel Brito Cunha Ribeiro	2004.01.48033	Ilhéus
3435	Nilmar Paim Braga	2003.02.24848	Salvador
3436	Nilo Calazans de Menezes Filho	2003.04.18039	Salvador
3437	Nilo da Silva Costa	2004.01.38290	Serra Dourada
3438	Nilo Joaquim da Cunha	2003.01.36855	Salvador
3439	Nilson Andrade Santos	2004.01.38101	Lagedo do Tabocal
3440	Nilson Passos Brito	2004.01.42331	Ribeira do Pombal
3441	Nilson Valois Coutinho	2005.01.49715	Jacobina
3442	Nilton Alves da Silva	2003.01.36331	Salvador
3443	Nilton da Silva Oliveira	.71232	Salvador
3444	Nilton Heliton Rocha	2004.01.48181	Elisio Medrado
3445	Nilton Jorge Kosminsky	2007.01.56449	Salvador
3446	Nilton Mário dos Santos	2003.01.21504	Salvador
3447	Nilton Pereira de Souza	2003.01.32558	Distrito de Angical

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3448	Nilton Ribeiro da Silva	.70539	Salvador
3449	Nilza Maria Silva Santos	2004.01.37712	Camacan
3450	Nilza Montenegro Conceição	2003.02.24851	Salvador
3451	Nilza Oliveira Alves Brito	2004.01.48531	Vitoria da Conquista
3452	Nilza Ribeiro Santos da Cunha	2004.01.39596	Seabra
3453	Nilza Ribeiro Santos da Cunha	2004.01.39674	Irecê
3454	Nilzete dos Santos Passos	2002.01.13924	Lauro de Freitas
3455	Nilzete Mascarenhas de Souza	2004.01.38266	Nazaré
3456	Ninfa Lopes Queiroz	2004.01.48243	Salvador
3457	Niraldo de Jesus Ferreira	.08068	Salvador
3458	Nircyo Alves de Souza	.12941	Feira de Santana
3459	Niuzete Marques de Oliveira	2004.01.39572	Riachão do Jacuipe
3460	Nivalda Moitinho Botelho	2003.01.34527	Planalto
3461	Nivalda Prates Ceu	2003.01.34919	Itabuna
3462	Nivalda Rodrigues Santana de Aragão	2004.01.42339	Ribeira do Pombal
3463	Nivaldino Felix de Menezes	2005.01.49980	Salvador
3464	Nivaldo Carvalho Almeida	2004.01.44982	Monte Santo
3465	Nivaldo Felix de Menezes	2005.01.49643	Salvador
3466	Nivaldo Guimaraes de Araujo	2004.01.48134	Wagner
3467	Nivaldo Luiz Portela	2004.01.37562	Oliveira de Brejinhos
3468	Nivaldo Nicolau da Silva	2004.01.48279	Salvador
3469	Nivaldo Oliveira Costa	2003.01.33169	Tanhaçu
3470	Nívea Martins de Faria	2004.01.48054	Salvador
3471	Nº nao utilizado	.42170	Macarani
3472	Noé Oliveira Silva	2004.01.37566	Oliveira dos Brejinhos
3473	Noécia Dantas Vidal Cavalcante	2004.01.44565	Salvador
3474	Noel Fortunato de Souza	2003.02.24841	Salvador
3475	Noelia Almeida Silva	.44944	Salvador
3476	Noelia Mimoso Santos / Josias Correia dos Santos	2004.01.38687	Lauro de Freitas
3477	Noelton de Castro e Silva	2002.01.07849	Coaraçi
3478	Noeme Ferreira Machado	2003.01.32569	Irecê
3479	Noeme Rosa de Oliveira Souza	2003.01.32559	Distrito de Angical
3480	Noemia Barreto Barbosa Teixeira	2004.01.44822	Salvador
3481	Noemia Pereira de Queiroz	2003.01.29774	Santa Maria da Vitória
3482	Noemia Sales dos Santos	.45149	Salvador
3483	Noemy Santana Peregrino	2004.01.40251	Barra
3484	Norma Costa Ribeiro	2003.01.37125	Camacan
3485	Norman Oliveira Cunha	2003.01.34767	Feira de Santana
3486	Núbia Diana Pereira Araújo	2003.01.32987	Jaguaquara
3487	Nudd David de Castro	2003.01.19961	Vitória da Conquista
3488	Número não utilizado	.12573	
3489	Número não Utilizado	.18146	Salvador
3490	número não utilizado	.18632	
3491	número não utilizado	.19075	
3492	número não utilizado	.19131	
3493	número não utilizado	.19944	
3494	número não utilizado	.19945	
3495	número não utilizado	.19951	
3496	número não utilizado	.19959	
3497	número não utilizado	.19963	
3498	número não utilizado	.19984	
3499	número não utilizado	.20887	
3500	Número não utilizado	.21895	
3501	Número não utilizado	.24211	
3502	número não utilizado	.24883	
3503	Número não Utilizado	.26579	Salvador
3504	número não utilizado	.28442	

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3505	Número não Utilizado	.29464	Salvador
3506	Nyone Dantas Vieira	2004.01.48162	Teixera de Freitas
3507	Octacilio Neves da Silva	2003.01.32709	Senhor do Bonfim
3508	Octavio Lacerda Rolim	2004.01.46348	Itapetinga
3509	Odelza Rodrigues Assis	2003.01.34187	Ibicaraí
3510	Odete de Santana da Silva	2003.01.32572	Barreiras
3511	Odete Punciano dos Santos	2005.01.51767	Itabuna
3512	Odetino de Oliveira Meira	2003.01.37079	Brumado
3513	Ódilon José de Santana	2004.01.45094	Belo Campo
3514	Odilon Pinto de Mesquita Filho	2007.01.57367	Itabuna
3515	Odirceo da Costa Vigas	.18607	Salvador
3516	Odival Medeiros	2004.01.48785	Planalto
3517	Odorico Baptista Marchi	2004.01.48202	Santa Ines
3518	Odyr Chrysostomo de Oliveira	.72690	Salvador
3519	Odyrceo da Costa Vigas	2003.01.19964	Salvador
3520	Olavo Alves Coutinho	.70492	Salvador
3521	Olavo Joaquim Xavier	2003.01.29740	Paramirim
3522	Oldack de Carvalho Neves	2001.01.05202	Salvador
3523	Oldack de Miranda	2012.01.71197	Salvador
3524	Oldemir Lopes Alvim	2003.01.34219	Feira de Santana
3525	Olderico Campos Barreto	.30045	Brotas de Macaúbas
3526	Olderico Campos Barreto	2005.01.50072	Brotas de Macaúbas
3527	Olegario Alves Lima	.16558	Ilhéus
3528	Olegario Jose Ferreira	2004.01.48174	Medeiros Neto
3529	Olga Machado Levi	2003.01.32570	Irecê
3530	Olga Monteiro da Silva	2005.01.49322	Salvador
3531	Olga Soares Campos	2003.01.33226	Glória
3532	Olimpia de Souza Pires	2004.01.48260	Rio das Contas
3533	Olindina Correa de Sousa	2004.01.46411	Itapetinga
3534	Olindino Pacheco de Oliveira	2004.01.48205	Serrolandia
3535	Olinto Pereira Alves	2005.01.49357	Conceiçao de Feira
3536	Olivaldo dos Santos	2003.02.24831	Salvador
3537	Oliveiro Ribeiro de Oliveira	2003.01.32689	Senhor do Bonfim
3538	Oliveiros Guanais de Aguiar	2004.01.38082	Caetité
3539	Olivia Brasileiro da Silva	2004.01.44616	Itabuna
3540	Olivio de Azevedo Botelho	2003.01.24168	Salvador
3541	Olívio Joaquim Maciel	2003.01.34796	Baianópois
3542	Onesimo da Silveira Soares	2004.01.43433	Belo Campo
3543	Onildo Ferreira Leal	2004.01.37554	Oliveira dos Brejinhos
3544	Onildo Pereira	2005.01.49326	Feira de Santana
3545	Onívio Silva Oliveira	2004.01.38314	Tabocas do Brejo Velho
3546	Onofre Jose dos Santos	2004.01.40425	Ibicoara
3547	Oriel José Pereira	2004.01.37563	Oliveira dos Brejinhos
3548	Orivaldo Silva dos Santos	2003.02.24517	Salvador
3549	Orlando Borges da Souza	2004.01.48149	Saubara
3550	Orlando da Cruz	2001.02.00750	Salvador
3551	Orlando de Almeida Magalhães	.33820	Ubaitaba
3552	Orlando Francisco de Souza	2003.01.24529	Salvador
3553	Orlando Leita Freitas	2003.01.35106	Feira de Santana
3554	Orlando Pereira da Natividade	.12694	Salvador
3555	Orlando Pereira de Souza	2003.01.37021	Paratininga
3556	Orlando Pereira Vilas Boas	2009.01.63395	Salvador
3557	Ormindo Silva de Azevedo	2003.01.29739	Parnamirim
3558	Oscar Alves de Oliveira	2003.01.29628	Rio do Pires
3559	Oscar Brasil	2003.01.34762	Ilhéus
3560	Oscar Carlos Blesa	2003.01.35249	Macaraní
3561	Oscar Figueiredo de Souza	2004.01.47141	Itanhém
3562	Oscar Juvenal de Matos	2004.01.48099	Arairama

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3563	Oscar Monteiro da Mota	2004.01.48034	Medeiros Neto
3564	Oscar Pereira Filho	2003.01.35233	Itamaraju
3565	Oscar Teixeira Barbosa Filho	.69152	Salvador
3566	Oscarlina Rocha de Almeida	.37610	Iaçu
3567	Osmar Belo de Sousa	2006.01.52431	Amargosa
3568	Osmar Castello Branco Teixeira	2003.01.33961	Remanso
3569	Osmar Gonçalves Sepulveda	2003.04.19094	Salvador
3570	Osmar Pereira Ferreira	2003.01.22732	Salvador
3571	Osmar Ribeiro Santos	2007.01.57440	Manoel Vitorino
3572	Osório do Nascimento Pinho	2003.01.33258	Jacobina
3573	Osvaldino Gomes de Carvalho	2003.01.34974	Caetité
3574	Osvaldo Almeida Santos	2003.01.34295	Jequié
3575	Osvaldo Alves Barreto	2003.01.37266	Itabuna
3576	Osvaldo Alves de Souza	2003.02.24890	Salvador
3577	Osvaldo Araújo	2004.01.39756	Irece
3578	Osvaldo Araujo Silva	2004.01.45807	Santo Amaro da Purificação
3579	Osvaldo Arcanjo Lemos	2004.01.45101	Vitoria da Conquista
3580	Osvaldo Barreto do Espírito Santo	2001.01.05210	Salvador
3581	Osvaldo Batista de Macedo	2005.01.50839	Ruy Barbosa
3582	Osvaldo Borges de Oliveira	2003.01.32704	Antonio Gonçalves
3583	Osvaldo Calazans da Ruz	2005.01.49453	Acajutiba
3584	Osvaldo Celestino Alves	2003.01.21550	Salvador
3585	Osvaldo de Assis Gomes	2003.01.27257	Candeias
3586	Osvaldo de Jesus	2001.04.01302	Candeias
3587	Osvaldo Dias Cabral	2004.01.43028	Salvador
3588	Osvaldo Dias da Rocha	2004.01.43439	Piripá
3589	Osvaldo Francisco Correia	2005.01.49713	Jacobina
3590	Osvaldo Leite de Souza	2004.01.39914	Itacarubi-Saude
3591	Osvaldo Lopes Ribeiro	2004.01.38486	Sento-Sé
3592	Osvaldo Luiz de Carvalho Pires	2004.01.45197	Salvador
3593	Osvaldo Nonato dos Santos	.16666	Salvador
3594	Osvaldo Nunes dos Santos	2004.01.39686	Irecê
3595	Osvaldo Pereira Barbosa	2003.02.24817	Salvador
3596	Osvaldo Pereira Barbosa	.27751	Salvador
3597	Osvaldo Ribeiro de Oliveira Filho	.21530	Salvador
3598	Osvaldo Ribeiro Silva	2003.01.33648	Sta.Cruz da Vitória
3599	Osvaldo Silva	2003.01.34696	Itabuna
3600	Osvaldo Souza Guimarães	2003.02.24587	Madre de Deus
3601	Osvando Batista Nascimento da Cunha	2002.01.07784	Alagoinha
3602	Oswaldo Rodrigues Monção	.14351	Salvador
3603	Otacílio Alves da Silva	2004.01.38424	Sento-Sé
3604	Otacílio Alves de Araújo	2002.01.12284	Salvador
3605	Otacilio Alves dos Santos	2003.02.26149	Candeias
3606	Otacilio Pereira Marinho	2008.01.61264	Recife
3607	Otacílo José da Silva	2003.01.31562	Critópolis
3608	Otacimar Sousa Cardoso	2005.01.49918	Salvador
3609	Otaviana Parente David	.32779	Paulo Afonso
3610	Otaviano Ferreira Campos	2003.01.14651	Feira de Santana
3611	Otaviano José da Silva	2004.01.37805	Abaíra
3612	Otávio Cerqueira	2004.01.38796	Ubatã
3613	Otávio Rebouças	2004.01.43006	Salvador
3614	Otelino Dias do Vale	2004.01.43438	Piripá
3615	Othon Fernando Jambeiro Barbosa	2003.01.17086	Salvador
3616	Otília Santos Bahia	2007.01.59770	Salvador
3617	Oton Souza Saldanha	2009.01.63582	Salvador
3618	Otoniel Argolo Bittencourt	2004.01.47987	Pituba
3619	Otoniel Pereira de Queiroz	2003.01.34519	Juazeiro
3620	Ozeas Vieira da Silva	2003.01.33532	Glória

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3621	Ózio da Silva Almeida	2003.01.32708	Senhor do Bonfim
3622	Pablo Mimoso de Azevedo e Silva	2003.01.36124	Vitória da Conquista
3623	Pacífico Teixeira Ramos	2004.01.48177	Iaçu
3624	Palmyra Letícia Cenedesi Vieira	2001.01.00464	Salvador
3625	Panfilo Sergio Soteroi	2001.02.00530	Salvador
3626	Parísio de Deus Gomes	2004.01.39636	Venceslau Guimarães
3627	Paschoal Blumetti	.49343	Castro Alves
3628	Patricia Binbato de Oliveira e Silva	2003.01.20456	Guanambi
3629	Patricio Dionisio dos Santos	2004.01.42456	Salvador
3630	Paulo Acacio Gomes	2004.01.48524	Caetité
3631	Paulo Afonso Ladeira de Lima	.69155	Belo Horizonte
3632	Paulo Alves da Cruz	2004.01.38184	Salvador
3633	Paulo Anesio França de Matos	2003.01.36334	Salvador
3634	Paulo Araújo Dias	.10552	Salvador
3635	Paulo Barbosa dos Anjos	2002.01.13505	Salvador
3636	Paulo César Braga dos Reis	2004.01.37850	Valença
3637	Paulo Cesar Mansur Gomes	2004.01.48242	Sitio Novo
3638	Paulo Costa de Azevedo	2004.01.38261	Itape
3639	Paulo Costa Machado	2006.01.54679	São Francisco do Conde
3640	Paulo Cunha Melo Ramos	.01432	Salvador
3641	Paulo da Cruz Ribeiro dos Santos	2004.01.40850	Paratinga
3642	Paulo da Silva Bastos	2002.01.10256	Salvador
3643	Paulo Demócrito de Sá Caíres	2003.01.19527	Salvador
3644	Paulo Januario	2006.01.54691	São Francisco do Conde
3645	Paulo Lacerda Costa	2005.01.51953	Carinhanha
3646	Paulo Ovídio Nascimento Filho	2003.01.32930	Jaguaquara
3647	Paulo Pontes da Silva	2001.01.05121	Salvador
3648	Paulo Reis do Carmo	2004.01.38781	Ubatã
3649	Paulo Ribeiro Martins	2004.01.45487	Santa Cruz de Cabrália
3650	Paulo Roberto Costa Feitosa	2003.01.35017	Canavieiras
3651	Paulo Roberto Silva Mimoso	2003.01.35942	Ubaitaba
3652	Paulo Rubem Cerqueira do Vale	2004.01.48030	Ipirá
3653	Paulo Sergio das Neves	2003.01.23961	Salvador
3654	Paulo Sergio Zachariades Silveira	2003.02.24583	Salvador
3655	Paulo Simões Machado	2003.01.34145	Salvador
3656	Paulo William Gonçalves Teixeira	2004.01.41047	Salvador
3657	Pedrina Vivas dos Santos / David Santiago dos Santos	2003.01.21896	Salvador
3658	Pedro Alcântara Pellegrini	2004.01.37901	Camacan
3659	Pedro Almeida Almeida	2004.01.47677	Carinhanha
3660	Pedro Alves Ferreira	2004.01.39754	Irece
3661	Pedro Antonio da Rocha Neto	2004.01.39734	Seabra
3662	Pedro Aristides de Melo	2004.01.39779	Inhamunpe
3663	Pedro Augusto Vieira Vaz Sampaio	2003.01.19965	Salvador
3664	Pedro Caetano Lima Souza	2002.01.13933	Salvador
3665	Pedro Cerqueiro Lima	2011.01.69095	Brotas - Salvador
3666	Pedro Cohim Moreira	2005.01.50829	Iaçu
3667	Pedro da Rocha Bastos	2003.01.35192	Andaraí
3668	Pedro da Rocha Machado	2003.01.32469	Uibaí
3669	Pedro da Silva Souza	2003.01.36794	Inhambupe
3670	Pedro de Oliveira Dorea	2004.01.39424	Mascote
3671	Pedro Falconeri Rios	2003.01.36721	Pé de Serra
3672	Pedro Faustino de Souza Pondé	2004.01.45485	Salvador
3673	Pedro Francisco de Carvalho	2003.01.35295	Paratinga
3674	Pedro Francisco dos Santos	2004.01.39767	Ribeira do Amparo
3675	Pedro Hugo da Silva	.25859	Feira de Santana
3676	Pedro Jonas de Oliveira	2003.01.35341	Caravelas
3677	Pedro Jorge de Sousa Carneiro	2003.01.26670	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3678	Pedro José Andrade	2003.01.33769	Adustina
3679	Pedro Juracy Damasceno Ferraz	.71722	Salvador
3680	Pedro Martins Cerqueira	2004.01.41027	Coração de Maria
3681	Pedro Mendes de Lima	2007.01.57248	Serrinha
3682	Pedro Nonato Teixeira	2003.01.34233	Itatim
3683	Pedro Oliveira Machado	2003.01.29008	Irecê
3684	Pedro Paulo Moreira	2006.01.53694	Salvador
3685	Pedro Pereira da Silva	2004.01.44963	Monte Santo
3686	Pedro Pereira da Silva Neto	2003.01.31566	Cristópolis
3687	Pedro Pereira de Brito	2004.01.39396	Remanso
3688	Pedro Pereira de Brito	2004.01.48150	Almadina
3689	Pedro Pereira de Souza	2003.01.34281	Santa Inês
3690	Pedro Pimentel Ribeiro	2003.01.34120	Itiruçu
3691	Pedro Pinto Cotrim	2006.01.53673	Rio de Contas
3692	Pedro Reis da Silva	2002.01.05987	Serra do Ramalho
3693	Pedro Rocha de Souza	2004.01.45053	Valença
3694	Pedro Sebastião da Silva	2003.01.27796	Bom Jesus da Lapa
3695	Pedro Soares Filho	2004.01.39019	Brejolândia
3696	Penina Trancoso de Souza	2003.01.33483	Salvador
3697	Pericles Alves Risso	2003.02.26139	Salvador
3698	Pericles Amorim Coelho	2004.01.48029	Itamaraju
3699	Péricles José de Santana	2003.01.37195	Itaquara
3700	Péricles Novais	2004.01.38143	Feira de Santana
3701	Péricles Ribeiro de Oliveira Novaes	2004.01.41900	Tremedal
3702	Péricles Santos de Souza	2001.01.00402	Salvador
3703	Perolina Mendes Dias	2003.01.28994	Irecê
3704	Pery Thadeu Oliveira Falcón	2002.01.09748	
3705	Petrina Alves da Silva	2004.01.40214	Macaubas
3706	Petronalia Cerqueira Simões	2004.01.41038	Coração de Maria
3707	Petronio de Freitas Caldas	.19145	Ilheus
3708	Pitágoras José Bourscheid	2003.01.21883	Salvador
3709	Placido de Queiroz	2004.01.38842	Salvador
3710	Plinio José Baptista Aguiar	2003.01.19978	Salvador
3711	Plinio Silva Santos	2004.01.48040	Feira de Santana
3712	Ponciano Pereira de Santana	2003.02.24585	Candeias
3713	Possidonio Joaquim de Sousa	2003.01.31459	Campo Alegre de Lourdes
3714	Preciano Ferreira dos Reis	2003.01.21556	Lauro de Freitas
3715	Prizilina Matos Pereira	2003.01.32982	Jaguaquara
3716	Quintiliano Cardoso	2004.01.38924	Itagiba
3717	Quitéria Julião Ribeiro	2003.01.30085	Ruy Barbosa
3718	Racime Miranda Tinel	2004.01.38205	Jacobina
3719	Rafael Briglia	2004.01.42301	Ilheus
3720	Rafael Francisco da Mota Filho	2004.01.41046	Coração de Maria
3721	Rafael Mota Barros	2004.01.38130	Ubaitaba
3722	Rafaelina Mitidieri Piva	2004.01.39794	Salvador
3723	Railda Dourado Matos Paiva	2004.01.39662	Irecê
3724	Raildo Freitas	2003.01.35095	Sta Bárbara
3725	Railton Gonçalves da Silva	2004.01.48164	Joao Amaro
3726	Raimunda Alves da Silva	2004.01.41041	Cícero Dantas
3727	Raimunda de Jesus Ferreira Contreiras	.10445	Margogipe
3728	Raimunda Goes de Oliveira	2005.01.50824	Itaberaba
3729	Raimunda Gomes de Oliveira	2003.01.33609	Glória
3730	Raimunda Nascimento Santos	2003.01.33724	Canavieira
3731	Raimunda Santos Batista	2004.01.42102	Salvador
3732	Raimundo Alberto Carneiro da Cunha	2003.01.35097	Santa Barbara
3733	Raimundo Alexandrino dos Santos Neto	2003.02.24899	Salvador
3734	Raimundo Alves de Brito	.19130	Candeias
3735	Raimundo Amaral de Cerqueira	2004.01.42493	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3736	Raimundo Amorim Fonseca	2004.01.38182	Salvador
3737	Raimundo Barbosa	2004.01.41554	Ribeira do Pombal
3738	Raimundo Bonfim Coelho	.49749	Esplanada
3739	Raimundo Carvalho de Souza	2003.01.16828	Salvador
3740	Raimundo Cezar Gois de Menezes	2003.02.24820	Salvador
3741	Raimundo Cezar Solon de Oliveira	2004.01.39751	Irece
3742	Raimundo Clementino de Souza	2003.01.32623	Juazeiro
3743	Raimundo da Hora Campos	2002.01.12617	Muritiba
3744	Raimundo da Silva Almeida	2004.01.43029	Salvador
3745	Raimundo da Silva Maia	.10485	Lauro de Freitas
3746	Raimundo da Silva Nunes	2003.01.33350	Salvador
3747	Raimundo de Assis Pinho	2004.01.42457	Salvador
3748	Raimundo de Freitas Medina	2004.01.42103	Salvador
3749	Raimundo de Oliveira Santos	2004.01.48060	Elisio Medrado
3750	Raimundo dos Passos	2004.01.43423	Casa Nova
3751	Raimundo dos Santos	.10277	Salvador
3752	Raimundo Dos Santos Borges	2007.01.58994	Alagoinhas
3753	Raimundo Farias Costa	2004.01.47710	Carinhanha
3754	Raimundo Ferreira Lima	2003.01.30998	Campo Alegre de Lourdes
3755	Raimundo Gomes de Menezes	2003.01.36837	Aporá
3756	Raimundo Gomes Moreira	2004.01.41864	Pojuca
3757	Raimundo Heraldo Padilha	2004.01.45662	Sto Amaro da Purificação
3758	Raimundo Jeremias de Oliveira	2003.01.32999	Jaguaquara
3759	Raimundo Jorge Freitas da Silva	2004.01.47355	Salvador
3760	Raimundo José de Araújo	2002.01.12188	Salvador
3761	Raimundo José de Farias	.27518	Eunápolis
3762	Raimundo Jose Pimentel	2003.01.15178	Salvador
3763	Raimundo Julio de Assis	2003.02.24575	São Francisco do Conde
3764	Raimundo Lopes	2002.01.12566	Salvador
3765	Raimundo Lopes Pires	2003.01.15248	Salvador
3766	Raimundo Matos Ramos	2004.01.38863	Amélia Rodrigues
3767	Raimundo Muniz da Cruz	2003.02.25300	Salvador
3768	Raimundo Nascimento de Oliveira	2004.01.43000	Castro Alves
3769	Raimundo Nonato Araujo	2003.04.18409	Salvador
3770	Raimundo Nonato da Hora	.50407	Salvador
3771	Raimundo Nonato Dantas	2001.01.00020	Ilhéus
3772	Raimundo Nonato do Sacramento	2005.01.49965	Itaparica
3773	Raimundo Nonato Neris de Brito	2003.01.33307	Malhada
3774	Raimundo Pinheiro da Silva	2003.01.33855	Ubaitaba
3775	Raimundo Pinheiro Venancio	2004.01.44994	Monte Santo
3776	Raimundo Ramos Reis	2002.01.07701	Salvador
3777	Raimundo Rodrigues da Silva	2005.01.50843	Ruy Barbosa
3778	Raimundo Romeu de Carvalho	2004.01.48142	Almeida
3779	Raimundo Santana	2003.01.33533	Valença
3780	Raimundo Santana Novaes	2002.01.06621	Jequié
3781	Raimundo Silva	2003.01.18374	Salvador
3782	Raimundo Teixeira Brito	2004.01.43119	Conceição de Almeida
3783	Raimundo Valdir da Mata Souza	2002.01.10257	Lauro de Freitas
3784	Rainel Pereira de Souza	2004.01.38304	Tabocas do Brejo Velho
3785	Ranulfa Santana do Sacramento	2003.02.24843	Candeias
3786	Ranulfo José de Almeida	2004.01.38249	Laje
3787	Ranulfo Pereira Nery	2007.01.58766	Jitaúna
3788	Ranulfo Pinheiro Junior	2004.01.38787	Ibirapitanga
3789	Raul Gomes dos Santos	2004.01.39745	Irece
3790	Raul Gonçalves Araújo	2004.01.38178	Salvador
3791	Raul José Levenhagem	2004.01.44200	Eunápolis
3792	Raul Leandro de Jesus	2003.02.28747	Salvador
3793	Raul Lopes da Silva	2004.01.38103	Côcos

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3794	Raul Osorio Del Pomo Vieira	.54631	Itabuna
3795	Raul Rodrigues Cajado	2003.04.18094	Salvador
3796	Raulindo Araujo Rios	2003.01.36796	Quixabeira
3797	Raunildes Alves Vasconcelos Nabuco	2004.01.48124	Varzea Poço
3798	Rayjul Costa dos Reis	2002.01.11800	Salvador
3799	Raymundo de Araújo Pimenta	2004.01.44756	Cardeal da Silva
3800	Raymundo Eduardo Santos	2003.01.28389	Ubaitaba
3801	Raymundo Ferreira da Cruz	2003.02.25302	Candeias
3802	Raymundo José de Araújo	.27641	Salvador
3803	Raymundo Nonato dos Santos Filho	2004.01.40790	Salvador
3804	Raymundo Ramos dos Reis	2003.01.24396	Salvador
3805	Reges Britto Gomes	2004.01.48209	Jequie
3806	Regina Celia Matos Alves	2003.01.33808	Salvador
3807	Regina Celia Souza Pereira	2004.01.48793	Vitoria da Conquista
3808	Regina Leal Lemos Andrade	2004.01.44575	Salvador
3809	Regina Lúcia de Santana Santos / Marlene Ferreira Onofre da Silva Santos	2002.01.12565	Feira de Santana / Salvador
3810	Regina Souza Estrela	2005.01.50923	Santa Barbara
3811	Reginaldo Alves dos Santos	.51296	Salvador
3812	Reginaldo Borges dos Santos	2004.01.45198	Feira de Santana
3813	Reginaldo Dantas de Souza	2002.01.09483	Marcílio Souza
3814	Reginaldo de Jesus	2006.01.54690	São Francisco do Conde
3815	Reginaldo Evangelista de Azevedo	2003.02.24898	Serrinha
3816	Regis Nelson Ribeiro de Cerqueira	2002.01.13964	Camaçari
3817	Reí Felix Passos	2004.01.38054	Firmino Alves
3818	Reinaldo Ferreira de Araujo	2004.01.42476	Salvador
3819	Reinaldo Leal Correia	.04360	Salvador
3820	Reinaldo Tavares Marinho	2004.01.44720	Itamaraju
3821	Reinaul Fagundes da Silva	2004.01.38102	Côcos
3822	Renaldo Cardoso Rigueira	.22943	Salvador
3823	Renato Almeida Corte	2003.01.29638	Canapolis
3824	Renato Antonio Amorim	2006.20.54671	São Francisco do Conde
3825	Renato Barbosa dos Anjos	2003.02.19271	Salvador
3826	Renato da Rocha Sampaio	2004.01.39050	Esplanada
3827	Renato de Azevedo Neto	2006.01.52266	Centro
3828	Renato de Hungria	2004.01.48078	Pedro Alexandre
3829	Renato Gomes da Cruz	2004.01.41022	Feira de Santana
3830	Renato José Amorim da Silveira	.65070	Salvador
3831	Renato José de Santana	2004.01.42094	Salvador
3832	Renato Menezes Santana	2006.01.55624	Itabuna
3833	Renato Passos de Oliveira	2004.01.39669	Irecê
3834	Renato Reis Lopes	2003.01.33853	Ubaitaba
3835	Renato Rodrigues Nogueira Filho	2003.01.34156	Serrinha
3836	Renilde Soares e Almeida	2004.01.39604	Bom Jesus da Lapa
3837	Rêninson Oliveira Santana	2001.02.01515	Salvador
3838	Reynaldo Hélio da Costa	2002.01.12575	Salvador
3839	Ricardo Gonçalves Angelim	2006.01.52724	Salvador
3840	Ricarte da Silva Passos	2003.01.32938	Saúde
3841	Rilvan Batista de Santana	2004.01.41917	Itabuna
3842	Rinalda Reis Kalid	2003.01.34699	Gongogi
3843	Rinaldo Oliveira de Menezes	2003.01.34044	Salvador
3844	Risonalva Alves dos Santos	2004.01.48711	Itororó
3845	Rita de Cassia Almeida de Araújo	2004.01.39036	Esplanada
3846	Rita de Souza Negreiros	2003.01.36847	Aporá
3847	Rita Meira da Silva	2003.01.29677	Estimos
3848	Rita Souza da Silva	2003.01.36791	Ipiau
3849	Rizoleta Improta de Oliveira	2004.01.48188	Salvador
3850	Roberio Benicio de Souza	2003.01.30402	Irecê

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3851	Roberto Albergaria de Oliveira	2001.02.00642	Salvador
3852	Roberto Antonio Ferreira	2005.01.51466	Camaçari
3853	Roberto Augusto Leal	2010.01.68322	Salvador
3854	Roberto Carlos Daebs Lima	2003.02.24830	Salvador
3855	Roberto Carneiro BoaVentura	2002.01.12222	Salvador
3856	Roberto da Silva Vieira	.09233	Salvador
3857	Roberto Gueudeville Loureiro	2007.01.56468	Lauro de Freitas
3858	Roberto Luiz de Oliveira Martins	.70685	Salvador
3859	Roberto Oliveira dos Santos	2004.01.48106	Jacobina
3860	Roberto Prado Ribeiro	2001.02.00752	Salvador
3861	Roberto Renan de Mancedo	2004.01.42700	Poções
3862	Roberto Ribeiro Martins	2002.01.10632	Eunápolis
3863	Roberto Santos Filho	2001.01.04747	São Felix
3864	Roberto Sérgio Silva Coelho	2008.01.61131	Salvador
3865	Roberval Agatão Ferreira da Silva	.51747	Salvador
3866	Roberval Costa Gomes	.70270	Alagoinhas
3867	Roberval da Silva Cunha	2003.01.16862	Lauro de Freitas
3868	Robinson Novaes Ribeiro	2004.01.39582	Iraporanga
3869	Rodrigo Machado Nunes	2004.01.44162	Cândido Sales
3870	Rodrigo Santos da Silva	2003.01.33344	Teixeira de Freitas
3871	Rogério de Oliveira Santos Mascarenhas	.24562	Salvador
3872	Rogério Jorge da Gama	2002.01.06119	Serra do Ramalho
3873	Romão Souza Santos	.15152	Salvador
3874	Romar Antônio da Silva Eloy	2003.01.23685	Muritiba
3875	Romario Jose Fontes	2001.02.00679	Salvador
3876	Romenil Antônio dos Santos	.71555	Itaigara
3877	Romilda da Silveira Portugual Brito	2004.01.48743	Itaete
3878	Romilda Matos de Oliveira	2004.01.41057	Mucuri
3879	Romildo Oliveira Ceuta	2004.01.40967	Saubara
3880	Romilson Santos de Souza	2003.01.28976	Irecê
3881	Romualdo Hipolito de Araujo	.56720	Ilheus
3882	Romulo Carvalho Matos	2004.01.42406	Salvador
3883	Rômulo Emanuel de Miranda	.36372	Salvador
3884	Ronald de Arantes Lobato	2003.21.28459	Salvador
3885	Ronaldo Feitosa de Freitas	2002.01.07012	Paulo Afonso
3886	Ronaldo Pereira de Souza	2004.01.42095	Salvador
3887	Ronilda de Oliveira Santos	2004.01.48167	Ibotirama
3888	Roque Afonso Pinto da Silva	2002.01.11448	Salvador
3889	Roque Amorim Conceição	2003.02.24854	Feira de Santana
3890	Roque André de Jesus	2003.02.26148	Salvador
3891	Roque Aparecido Silva	2003.02.24485	Salvador
3892	Roque Araujo de Souza	2004.01.38241	Lafayete Coutinho
3893	Roque Avelino de Queiroz Filho	2003.01.34231	Serrinha
3894	Roque Cardoso Nonato	2003.01.34271	Cachoeira
3895	Roque dos Santos Rocha	2003.01.19406	Cruz das Almas
3896	Roque Gonçalces Gomes	.15071	Simões Filho
3897	Roque José de Souza	2008.01.62621	Vera Cruz
3898	Roque Odilon Leite	2004.01.47356	Salvador
3899	Roque Oliveira dos Santos	2003.01.26682	Salvador
3900	Roque Santana Cerqueira	2001.01.02021	Sto Estevão
3901	Roque Santos de Carvalho	.31613	Ilheus
3902	Roque Sena Rocha	2003.01.33456	Sta Cruz da Vitoria
3903	Rosa Batista Correia	2004.01.48233	Rio de Antonio
3904	Rosa D Eca Quaresma de Jesus	2004.01.39615	Irece
3905	Rosa de Lima Vasques Costa	2002.01.13200	Salvador
3906	Rosa Dias Alves de Amorim	2003.01.34300	Vitória da Conquista
3907	Rosa Francisco de Jesus	2004.01.39735	Jussara
3908	Rosa Helena Martins Santos	2003.01.36919	Taperoá

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3909	Rosa Lima Muniz Costa	2004.01.40745	Santa Ines
3910	Rosa Maria Ribeiro de Carvalho	2007.01.57835	Salvador
3911	Rosa Marque de Moura	2004.01.38810	Gongongi
3912	Rosa Mary Garaffa Palmeira	2003.01.30091	Salvador
3913	Rosa Vaz dos Santos	2004.01.38343	Paratinga
3914	Rosália de Almeida Heitz	2003.01.35439	Salvador
3915	Rosalind Lima Noblat dos Santos	2004.01.46274	Salvador
3916	Rosalva Valadares Macedo	2003.01.34216	Ribeira do Pombal
3917	Rosalva Viana Lemos	2003.01.33849	Ubaitaba
3918	Rosalvo Cerqueira de Andrade	2003.01.15313	Salvador
3919	Rosalvo Conceição	2003.01.34162	Jequié
3920	Rosalvo Francisco da Silva	2004.01.41035	Mucuri
3921	Rosalvo Francisco Gomes	2003.01.35056	Ibipitanga
3922	Rosalvo Lourenço de Oliveira	2005.01.50395	Potiragua
3923	Rosalvo Manoel de Araújo	2003.01.32190	Souto Soares
3924	Rosalvo Martins do Espirito Santo	2004.01.40464	Brotas de Macaúba
3925	Rosalvo Pereira dos Santos	2003.01.34282	Encruzilhada
3926	Rosalvo Ramos Cardial	2007.01.58739	Esplanada
3927	Rosanira Maria Barbosa	2004.01.40133	Cocos
3928	Rose Mary Goes dos Santos	2004.01.41557	Senhor do Bonfim
3929	Rose Mary Pires Folly	2001.01.00228	Salvador
3930	Rosemário Santos Barreiro	2002.01.12701	Salvador
3931	Rosete da Silva Benevides	2002.01.12572	Salvador
3932	Roseth Martins Gomes	2004.01.42638	Salvador
3933	Rosimiro Batista Freires	2003.01.30305	Jussara
3934	Rosival Cardoso de Moura	2003.02.28316	Ilhéus
3935	Rosival do Rosario Bonfim	2004.01.39634	Taperoá
3936	Rosivaldo Santos	.07766	Salvador
3937	Rozalia de Carvalho Santos	2004.01.39852	Antonio Gonçalves
3938	Rozalina Mota da Silva	2004.01.46420	Tanquinho
3939	Rubem Dias do Nascimento	2003.04.18055	Salvador
3940	Rubem Ferreira dos Santos	2006.01.53671	Belo Campo
3941	Rubem Pinto de Oliveira	2004.01.42462	Salvador
3942	Rubem Reis Almeida	2004.01.48079	Iaçu
3943	Ruben Guedes Guerreiro	2004.01.42096	Salvador
3944	Rubeni Pinheiro Leite	2004.01.41369	Serra Preta
3945	Rubens Alves Britto Junior	2003.01.32969	Jequié
3946	Rubens Mário de Macêdo	2003.04.18046	Salvador
3947	Rudival Rodrigues de Macedo	2004.01.42326	Ribeirão Pombal
3948	Rufino Boaventura dos Santos	2004.01.39658	Irecê
3949	Rui Barreto	2003.01.34213	Caem
3950	Rui Moreira de Carvalho	2003.01.16870	Lauro de Freitas
3951	Rui Pinto Patterson	2005.01.51868	Salvador
3952	Rui Rocha Filho	2003.01.21619	Sta Rita de Cássia
3953	Rute Lima Navarro de Andrade	2004.01.47680	Carinhanha
3954	Ruth Almeida dos Santos	2004.01.40210	Macaubas
3955	Ruth de Souza Ribeiro	2003.01.35508	Remanso
3956	Ruy Barbosa Ferreira Sales	2003.01.33250	Angical
3957	Ruy de Souza Braga	2002.01.09081	Serra Ramalho
3958	Ruy Santos Brito	2001.01.03444	Salvador
3959	Ruy Santos Teixeira de Cardoso	.60769	Salvador
3960	Sabino Silva Neto / Aurelina Rosa Silva	2004.01.45103	Planalto
3961	Salatiel Ferreira da Silva	2004.01.48121	Itamari
3962	Salim de Cerqueira Gedeão	2003.01.27794	Feira de Santana
3963	Salomão Galvão de Carvalho	2003.01.32685	Campo Formoso
3964	Salustiana Bruno Costa Sotero	2004.01.40755	Candeias
3965	Salvador Cohen	.10462	Salvador
3966	Salvador de Souza Silva	2004.01.38307	Tabocas do Brejo Velho

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
3967	Salvador Francisco Xavier	2003.01.34214	Boninal
3968	Salvador Gomes Machado	2004.01.47986	Gov. Manguabeira
3969	Salvador José de Souza	2002.01.12581	Salvador
3970	Salvador Nunes de Souza	2004.01.37803	Salvador
3971	Sálvio Macêdo Mascarenhas	2003.01.29823	Ipirá
3972	Samuel Andrade Vieira	2004.01.38644	Nova Canaã
3973	Samuel Dias dos Santos	2003.01.31118	Salvador
3974	Samuel Miranda Aires	.33274	Bom Jesus da Lapa
3975	Samuel Rodrigues Soares	2003.01.32267	Xique Xique
3976	Samuel Santana de Alcantara	2004.01.48289	Simões Filho
3977	Sandoval Lourenço da Silva	.41920	Simões Filho
3978	Sandra Costa Paraiba	2003.02.24545	Salvador
3979	Sandra Maria Lopes do Rosario	2004.01.39739	Nilo Peçanhas
3980	Santina Barbosa Narde	.46336	Correntina
3981	Saturnino Faustino dos Santos Filho	2004.01.38778	Ubatã
3982	Saturnino Vieira de Santana	2004.01.37777	Pé de Serra
3983	Sebastiana Leandro de Morais	2003.01.32777	Paulo Afonso
3984	Sebastião Antônio Pereira	2010.01.67796	Recife
3985	Sebastião de Oliveira Cruz	2003.01.29664	Botuporã
3986	Sebastião de Souza Porto	2003.01.30965	Centro
3987	Sebastião Ferreira Nunes	2004.01.38100	Côcos
3988	Sebastião Ferreira Trindade	2003.01.34266	Pindaí
3989	Sebastião José da Cruz	2002.01.06641	Serra Ramalho
3990	Sebastião Nunes	2004.01.40213	Macaubas
3991	Sebastião Oliveira de Sousa	2004.01.38275	Ribeirão do Largo
3992	Sebastião Oliveira Santos	2004.01.40510	Sitio do Mato
3993	Sebastião Otoni de Oliveira	2004.01.39324	Itajuípe
3994	Sebastião Paulo Dourado	2004.01.47353	Salvador
3995	Sebastião Pereira de Brito	2004.01.43432	Piripá
3996	Sebastião Seixas Garcia	2003.01.25348	Bom Jesus da Lapa
3997	Sebastião Severo de Oliveira	2004.01.38561	Brejolândia
3998	Sebastião Teodoro da Silva	2004.01.43395	Bom Jesus da Lapa
3999	Serafim Moura Santana	2004.01.48117	Irece
4000	Sérgio Ferreira de Jesus	.13935	Salvador
4001	Sérgio Lourenço dos Santos	2003.01.17944	Ilhéus
4002	Sérgio Passarinho Soares Dias	.50222	Salvador
4003	Sergio Pinheiro Reis	2003.01.19982	Salvador
4004	Sérgio Veiga de Santana	2001.01.03424	Salvador
4005	Severina Escolastica dos Santos	2004.01.39718	Irece
4006	Severino de Souza Estrela	2003.01.33225	Salvador
4007	Severino Pitagoras de Goes	2004.01.42458	Salvador
4008	Severo de Albuquerque Salles	.24195	Salvador
4009	Shirley Dirce Ferraz de Araujo	2004.01.41888	Tremedal
4010	Sidalha Muniz de Oliveira	2003.01.31860	Angical
4011	Sidely da Cruz Pacheco	2004.01.42104	Salvador
4012	Siginaldo Costa Vigas	2003.01.19955	Santo Amaro
4013	Silda Dias dos Santos	2003.01.34183	Valença
4014	Silene Santos Gondim	2004.01.44776	Salvador
4015	Silfredo Silva Oliveira	2004.01.44775	S.Gonçalo dos Campos
4016	Silvana Maria Alves Soares	2003.01.33213	Glória
4017	Silvande de Oliveira Santos	.29732	Souto Souto
4018	Silvano Rodrigues de Andrade	2005.01.49468	Acajutiba
4019	Silvany Braga de Jesus	2006.01.53656	Salvador
4020	Silverio Martins Gama	2003.01.29410	Jussara
4021	Silvia Teixeira Soares	2004.01.39375	Ramanso
4022	Silvino da Silva	2003.01.28992	Jussara
4023	Silvino Pacheco dos Santos	2003.01.29937	Bom Jesus da Lapa
4024	Silvino Santana Alcantara	2003.01.34697	Gongogi

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
4025	Silvio da Rocha Lira	2012.01.70605	Recife
4026	Silvio José Alves	.02520	Salvador
4027	Silvio Neves	2004.01.38228	Salvador
4028	Silzuita Silva Mimoso	2003.01.33818	Ubaitaba
4029	Simão Dias Mota	2004.01.38194	Mirangaba
4030	Sinesio Bomfim Souza	2003.01.32960	Jaguaquara
4031	Sinesio Cayres de Alcantara	2003.01.29743	Érico Cardoso (Água Quante)
4032	Sinesio Pereira dos Santos	2004.01.40705	Salvador
4033	Sinezia Santos de Almeida	2004.01.48191	Feira de Santana
4034	Sinézio Alves de Jesus	2002.01.12568	Salvador
4035	Sinézio Soares de Jesus	2001.02.00746	Salvador
4036	Sinfronio Martins de Cerqueira Filho	2004.01.41021	Coração de Maria
4037	Sinval Galeão dos Santos	2001.08.02163	Feira de Santana
4038	Sinval Jesus Reis	2006.01.53783	Salvador
4039	Sinval Lopes de Oliveira	2003.01.34973	Caetité
4040	Sinval Oliveira Santos	.53793	Madre Deus
4041	Sinvaldo Pereira Bomjardim	2004.01.48031	Medeiros Neto
4042	Socrates José Calmon Santos	2004.01.45663	Salvador
4043	Solange Maria dos Santos Vinagre	2004.01.42334	Vera Cruz
4044	Solange Silvany Rodrigues Lima	2003.01.14641	Salvador
4045	Solanja Batista de Souza	2003.01.32555	Irecê
4046	Solon de Oliveira Rios	.63501	Santana
4047	Solon Dias da Rocha	2003.01.35240	Itapetinga
4048	Solon Melo de Souza	2005.01.51740	Barreiras
4049	Sonia Alves Viana	2003.01.34309	Souto Soares
4050	Sonia de Paula Brandão	2006.01.53876	Bom Jesus da Lapa
4051	Sonia Maria de Castro	2003.01.19946	Salvador
4052	Sonia Maria de Novaes Pires	2003.01.30659	Salvador
4053	Sonia Maria Francisca da Silva	2006.01.53696	Salvador
4054	Sonia Maria Oliveira de Azevedo	2003.01.34196	Guanambi
4055	Sonia Maria Paracho de Souza	2004.01.40172	Seguro
4056	Sonia Maria Souto Pereira	2003.01.32246	Salvador
4057	Sonia Sant`anna de Lima	2004.01.48109	Buerarema
4058	Sonildo Cerqueira de Oliveira	2001.02.00695	Salvador
4059	Sostenes Freitas Moreira de Araujo	.53187	Santo Antonio de Jesus
4060	Stela Bastos Pinto Gaspar	2003.01.29532	Souto Soares
4061	Stelita Rosa Alexandrino da silva	2004.01.44827	Sao Sebastiao do Passé
4062	Suely Coqueiro Turley	2010.01.67272	Alcobaça
4063	Sumaia Souza Oliveira	2003.01.36823	Ipiau
4064	Syrlene Sá	2004.01.37506	Ilhéus
4065	Tacio Medrado Mattos	2004.01.38265	Mucugê
4066	Tania Aarão Reis	2010.01.68065	Salvador
4067	Tania Maria dos Reis Ferreria Galante	2004.01.39736	Irece
4068	Tânia Maria dos Santos Ribeiro	2004.01.39602	Paulo Afonso
4069	Tanos Correia Neves	2004.01.44938	Nova Viçosa
4070	Tarcilio Ramos de Novais	2003.01.34284	Encruzilhada
4071	Tarcisio Silva de Oliveira	2004.01.44766	Ricaho de Santana
4072	Telma de Melo Silva	2004.01.42372	Vitoria da Conquista
4073	Teodoro Pereira dos Santos	2003.01.37077	Livramento de Nossa Sra
4074	Teódulo Pereira Portugal	2001.08.02158	Feira de Santana
4075	Teotonio Barreto	.40732	Santa ines
4076	Teotonio Cardoso	2004.01.44656	Aporá
4077	Terencio Alves Tonhá	2003.01.29780	Paramirim
4078	Terencio Cirino Neto	2003.01.30378	Canarana
4079	Teresinha de Almeida Fatel	2003.01.33137	Feira de Santana
4080	Teresinha Fernandes de Oliveira	2003.01.34273	Serrolândia
4081	Tereza Cristina Pereira da Silva	2004.01.47666	Malhada
4082	Tereza Lima	2003.01.35241	Piatã

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
4083	Tereza Maria Santos Pereira de Sena	2003.02.24860	Feira de Santana
4084	Tereza Sena de Oliveira	2003.02.24573	Feira de Santana
4085	Tereza Sena Soares	2004.01.48157	Salvador
4086	Terezinha Alcântara	2003.01.35289	Paulo Afonso
4087	Terezinha Barreto Paolillo	2004.01.37929	Alagoinhas
4088	Terezinha Batista das Virgens Silva	2005.01.50601	Paripiranga
4089	Terezinha de Jesus Andrade	2004.01.40392	Queimadas
4090	Terezinha de Jesus Lins	2004.01.39053	Esplanada
4091	Terezinha Francisca de Sousa	2004.01.39584	Bom Jesus da Lapa
4092	Terezinha Goes Agapito dos Santos	2004.01.40747	Candeias
4093	Terezinha Oliveira Bastos	2003.01.30390	Irecê
4094	Terezinha Souza Vieira Pacheco	2004.01.48822	Almadina
4095	Tezilda da Rocha Santos	2003.01.38571	Brejolândia
4096	Thamar Costa Magalhães	2002.01.11074	Salvador
4097	Theodulo Bastos de Carvalho Junior	2004.01.44778	Feira de Santana
4098	Thereza Maria Facchinetti Leone	2004.01.48730	Salvador
4099	Thereza Oliveira Nonato Vivas	2004.01.38347	Salvador
4100	Therezinha Vieira Lemos de Santana	2005.01.49978	Ubaitaba
4101	Thomé Pereira Alves	2004.01.42340	Ribeirão Pombal
4102	Tolentino Alves Bittencourt	2008.01.60600	Ouriçangas
4103	Tolentino Ribeiro Viana	2004.01.39418	Remanso
4104	Torquato Guilherme Souza	.63470	Salvador
4105	Ttheodolino Ferreira de Souza / Josete Paes de Albuquerque	2004.01.44825	Sao Sebastiao do Passe
4106	Ubaldino Duarte Pinheiro	2003.01.31680	Souto Soares
4107	Ubaldo José de Santana	2003.02.24875	Salvador
4108	Ubaldo Oliveira Reis	2003.01.32821	Mairi
4109	Ubaldo Souza Brandão	2004.01.43804	Salvador
4110	Ubaldo Teixeira Silva	2001.02.00601	Salvador
4111	Ubirajara Xavier de Santana	2004.01.39777	Apora
4112	Ubiramir Kuhn Pereira	.67607	Baixa Grande
4113	Ubiratan Souza da Costa	2003.01.23658	Lauro de Freitas
4114	Uelison Macedo da Silva	.22946	Feira de Santana
4115	Uênia Lima Fernandes	2003.01.34822	Bom Jesus da Lapa
4116	Uilson Oliveira Bahia	.70322	Senhor do Bonfim
4117	Ulices de Souza Moreira	2003.01.33268	Barreiras
4118	Ulisseia Macedo de Andrade	2004.01.44981	Feira de Santana
4119	Ulisses Carneiro	.71562	Salvador
4120	Ulisses Guilherme da Rosa	2004.01.38656	Itamaraju
4121	Ulisses Martins dos Santos	.42117	Correntina
4122	Umbelino dos Santos	2003.01.23684	Salvador
4123	Umbelino Santiago de Araújo	2003.01.31198	Souto Soares
4124	Umberto Luiz Coelho Miranda	2002.01.13198	
4125	Urânia Reis Guedes Pereira	2004.01.37560	Oliveira dos Brejinhos
4126	Urbano Quaresma de Oliveira	2004.01.48788	Montanha
4127	Urias Viana Barros	2004.01.38127	Côcos
4128	Valdávio Rodrigues	2003.01.33756	Iramaraju
4129	Valdeci Guilerme Ribeiro	2003.01.32148	Bom Jesus da Lapa
4130	Valdecir Alves de Oliveira	2003.01.29738	Santa Maria da Vitória
4131	Valdecy Vitor da Silva Oliveira	2003.01.15574	Senhor do Bonfim
4132	Valdelice Carvalho da Silva	2003.01.32953	Saúde
4133	Valdelice de Souza Oliveira	2004.01.39771	Inhambupe
4134	Valdelicio de Jesus Souza	2003.02.24906	Salvador
4135	Valdemar Cunha Lacerda	2004.01.47709	Carinhanha
4136	Valdemar de Oliveira	2003.01.31563	Tabocas do Brejo Velho
4137	Valdemar dos Anjos Neves Paiva	2002.01.10250	Salvador
4138	Valdemar Ferreira Barbosa	2003.01.34134	São Desidério
4139	Valdemar Gonçalves de Brito Filho	.68048	

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
4140	Valdemar Joaquim Mendes	2003.01.33096	Piatã
4141	Valdemar Lopes de Cerqueira	2003.01.33223	Salvador
4142	Valdemar Rodrigues de Carvalho	2003.01.29762	Sta Maria da Vitoria
4143	Valdemar Santos Silva	2004.01.38642	Nova CAnaã
4144	Valdemar Speridião dos Santos	2004.01.41907	Vitória da Conquista
4145	Valdete Oliveira de Souza	2003.01.36838	Inhambupe
4146	Valdete Silva Santos	2004.01.39153	Cruz das Almas
4147	Valdete Xavier Morais	2003.01.32932	Itiruçu
4148	Valdevino dos Anjos Neves Paiva	2004.01.40964	São Sebastião do Passé
4149	Valdevir Rubens Lima Teixeira	2003.01.33577	Paulo Afonso
4150	Valdir de Almeida Lents	2004.01.46313	Ruy Barbosa
4151	Valdirene Fagundes Sarno	2004.01.46328	Poções
4152	Valdito Rocha Silva	2004.01.44773	Riacho de Santana
4153	Valdival Januario Gomes	2004.01.39749	Irecê
4154	Valdo Dantas	2004.01.48394	Ipirá
4155	Valdomira Alves Costa	2004.01.48807	Coaraci
4156	Valdomiro Alves da Silva	2006.01.53031	Paulo Afonso
4157	Valdomiro de Oliveira Santos Filho	.52391	Largo do Tanque
4158	Valdomiro José Rodrigues	2003.01.34095	Itagibá
4159	Valdomiro Pereira da Conceição	2003.01.33677	Cel.João Sá
4160	Valdomiro Ribeiro dos Santos	2001.02.00794	Salvador
4161	Valdomiro Rodrigues da Silva	2004.01.48471	Ribeira do Amparo
4162	Valdomiro Rodrigues Silva	2004.01.39052	Entre Rios
4163	Valdomiro Sandes	2004.01.48814	Itapitanga
4164	Valdomito Galvão Ferreira	2003.01.30617	Salvador
4165	Valentim Soares de Oliveira	2004.01.48786	Belo Campo
4166	Valentin Ferreira dos Santos	2004.01.40397	Nordestina
4167	Valeria Rodrigues Lima Gradin	.72565	Salvador
4168	Valfredo Santos de Oliviera	2004.01.38369	Marciónilio Souza
4169	Valfredo Vilas Boas dos Santos	2003.04.18003	Salvador
4170	Valmir Alves de Santana	2003.02.24577	Salvador
4171	Valmir Batista Santos	2003.01.20061	Salvador
4172	Valmir Damiao dos Santos	2004.01.48286	Serrolandia
4173	Valmir Martins da Rocha	2003.01.22534	Camaçari
4174	Valmir Martins da Silva	2004.01.45723	Barra
4175	Valmir Mendes	2003.01.34252	Aurelino Leal
4176	Valmir Silva Costa	2002.01.11115	Salvador
4177	Valmira Duarte Silva	2004.01.39911	Saúde
4178	Valmira Francisca Bastos	2004.01.40975	Xique Xique
4179	Valmira Martins de Souza	2004.01.48231	Mirangaba
4180	Valnei Jose Barbosa	2005.01.50390	Salvador
4181	Valnilton Leal da Cruz	2003.01.15572	Salvador
4182	Valquiria de Jesus Silva	.43158	Salvador
4183	Valquiria Maria Macedo de Oliveira Silva	.67647	Salvador
4184	Valtemir da Câmara Ferreira	2003.01.33024	Angical
4185	Valter Almeida Silva	.51995	Central
4186	Valter Cerqueira Nascimento	2004.01.47983	Manguabeira
4187	Valter Cerqueira Nascimento	2004.01.47984	Manguabeira
4188	Valter de Freitas Gomes	.09447	Salvador
4189	Valter de Jesus Oitabem	2004.01.47351	Salvador
4190	Valter Gomes da Silva	2003.01.23667	Salvador
4191	Valter Gueudevile Pena	2009.01.63617	Salvador
4192	Valter Moscoso Canto	2003.01.23194	Eunápolis
4193	Valter Nogueira Silva	2003.04.18183	Salvador
4194	Valter Ribeiro da Silva	2001.02.00748	Salvador
4195	Valtodio Moscoso Canto	2003.01.23446	Eunápolis
4196	Vanda Pereira Damasceno	2004.01.48041	Mata de São João
4197	Vanda Silva Alcantara Pedreira	2003.01.27750	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
4198	Vanderlei de Oliveira	.63483	Serra do Ramalho
4199	Vanderley Carvalho Teixeira	2003.01.30531	Caetité
4200	Vanderley José Lima Lopes	2003.01.34140	Sapeaçu
4201	Vanderlito Nascimento de Souza	2003.02.27320	Salvador
4202	Vandice Costa da Silva	.12700	Salvador
4203	Vandira de Lima Nunes	2003.01.36727	Riachão do Jacuípe
4204	Vanilda Iris Vaz Lacerda	2004.01.48232	Salvador
4205	Vanilda Medeiros Trigueiro	2003.01.34205	Salvador
4206	Vera Lucia Cruz Maia Santos	2004.01.38134	Amargosa
4207	Vera Maria de Carvalho	2003.01.36137	Cotegibe
4208	Vera Maria Farias Santos	2004.01.41351	St Maria da Vitória
4209	Verissimo Avelino Ribeiro	2003.04.18486	Irará
4210	Veronica da Anunciação Leão Freitas	2003.01.35103	Feira de Santana
4211	Vespasiano Freitas Neto	2004.01.44721	Barreiras
4212	Vicente Francisco de Oliveira	2003.01.29669	Rio do Pires
4213	Vicente Mendes Pereira	2004.01.38320	Tabocas do Brejo Velho
4214	Vicente Possidonio Esteves	2004.01.48812	Itapitinga
4215	Vicente Tiburcio dos Santos	2004.01.40792	Ilhéus
4216	Vilar Soares Albergaria	2005.01.50833	Macajuba
4217	Vilma Andrade da Silva	.45529	Ilheus
4218	Vilma Maria de Santana	2004.01.39419	Alagoinhas
4219	Vilma Nascimento Freitas	2004.01.39746	Valença
4220	Vilobaldo Conceição Leite	2003.01.22919	Salvador
4221	Vilobaldo França de Araújo	2002.01.12227	Salvador
4222	Vilobaldo Francisco Ramos	.37222	Centro Serra do Ramalho
4223	Vilson Antônio dos Santos	2002.01.10448	Lauro de Frietas
4224	Vinfield Rodrigues Gomes	2004.01.48204	Jurema, Licinio de Almeida
4225	Virgildásio de Senna	2003.01.16478	Salvador
4226	Virgílio de Oliveira Souza	2004.01.47691	Carinhanha
4227	Virgilio Dias Eldi	2004.01.39744	Taperoa
4228	Virgilio Gomes Sampaio	2004.01.48194	Serrolandia
4229	Virginia Leontina Vilalva de Sant Anna	2004.01.39369	Salvador
4230	Vitalina Viana Ataíde	2004.01.38336	Serra Dourada
4231	Vitalino de Souza Gonçalves	2004.01.47683	Carinhanha
4232	Vitalino Francisco de Macêdo	2003.01.34803	Baianópolis
4233	Vitalmiro Pereira	2004.01.39350	Livramento de Nossa Sra
4234	Vitelmino Mendes Batista	2003.01.29042	Jussara
4235	Vitor de Souza Gomes	2004.01.48070	Sto Estevão
4236	Vitoria Regia de Oliveira Costa	2003.01.35270	Itapetinga
4237	Vivaldes Rocha de Freitas	2004.01.39643	Ibititá
4238	Vivaldo Balthasar da Silveira	2003.04.19111	Salvador
4239	Vivaldo Carneiro Alves	2006.01.53082	Salvador
4240	Vivaldo Cideira Paim	2004.01.38866	Feira de Santana
4241	Vivaldo Clemente Assunção	2001.02.00663	Salvador
4242	Vivaldo Ferreira Queiroz	2004.01.48285	Jacobina
4243	Vivaldo Francisco Bomfim	2002.01.13939	Salvador
4244	Vivaldo Joaquim de Souza	2004.01.38232	Salvador
4245	Vivaldo Pereira	.10449	Lauro de Freitas
4246	Vivian Lene de Correia Lima e Costa	2004.01.44379	Salvador
4247	Vlademir Souza	2006.01.53653	Santo Antonio de Jesus
4248	Wagner Alcides de Souza	2002.01.13943	Salvador
4249	Wagner Cecílio Cunha de Carvalho	2003.01.19962	Salvador
4250	Walair Gunes Viana	2004.01.39651	Irecê
4251	Waldelice da Silva Bahia	2003.01.15562	Salvador
4252	Waldelindo Lourenço Seixas	2004.01.40212	Macaubas
4253	Waldemar Amancio dos Santos	2003.01.32901	Paulo Afonso
4254	Waldemar da Silva Alves	.06595	Salvador
4255	Waldemar José Fernandes	2003.01.34285	Encruzilhada

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
4256	Waldemar Martins dos Santos	.48100	Buerarema
4257	Waldemar Rodrigues de Sá	2004.01.37541	Camacan
4258	Waldemicis Rodrigues Bandeira de Melo	2003.01.23455	Dias D.Ávila
4259	Waldemiro Borges Fernandes	2003.01.23681	Salvador
4260	Waldemiro Manoel da Silva	.26977	Salvador
4261	Waldemiro Tavares da Silva	2004.01.44765	Alagoinhas
4262	Waldeth Sousa de Medeiros	2004.01.46035	Boninal
4263	Waldir Amorim de Melo	2004.01.38197	
4264	Waldir Correia de Cerqueira	2004.01.40021	Serrinha
4265	Waldir Pinto Montenegro	2004.01.39143	Ibicarai
4266	Waldomiro Almeida Lima	2003.01.34093	Jequié
4267	Walfrido Bezerra Leite Filho	2002.01.06101	Vitória da Conquista
4268	Wallace Mutti Perrucho	2004.01.42459	Salvador
4269	Walmilson Palma Fahning	.38222	Salvador
4270	Walmique Barbosa dos Santos	2003.01.27487	Bom Jesu da Lapa
4271	Walmir Gervásio Neves	2004.01.45441	Salvador
4272	Walmir Leonoir	2002.01.11217	Salvador
4273	Walmy Motta Marques Junior	2004.01.48195	Prado
4274	Walnei Cunha de Carvalho	2003.01.25392	Salvador
4275	Walnir Alves Britto	2001.01.01999	Itaberaba
4276	Walter Altamirano Robato Campos	2003.01.35055	Alagoinhas
4277	Walter Bezerra de Andrade	2003.01.19981	Barreiras
4278	Walter de Jesus Morais	2004.01.38161	Salvadro
4279	Walter de Oliveira Passos	2005.01.49669	Salvador
4280	Walter dos Santos Menezes	2004.01.37649	Floresta Azul
4281	Walter Duarte dos Santos	2004.01.40734	Santa Ines
4282	Walter Ferreira da Cruz	.26570	Salvador
4283	Walter Ferreira de Miranda	2003.01.32963	Vitoria da Conquista
4284	Walter Ferreira e Silva	.06907	Salvador
4285	Walter Ferreira Macedo	.26642	Salvador
4286	Walter Guimarães do Espírito Santo	2003.04.18623	Salvador
4287	Walter Hughes Aragão	.25617	Marau
4288	Walter Pereira dos Santos	2003.01.15284	Simões Filho
4289	Walter Pinho	2003.01.36843	Caculé
4290	Walter Rodrigues Vasconcelos	2006.01.53961	Salvador
4291	Walter Santos Magalhaes Junior	2006.01.54196	Itabuna
4292	Wanda Argollo Pinto	2004.01.48050	Itagi
4293	Wanda Guimarães Souza	2004.01.39087	Ituaçu
4294	Wanda Lapa de Castro	2004.01.38165	Salvador
4295	Wanderby Matos	2002.01.12681	Salvador
4296	Wanderlei Alves do Amparo	2003.01.27255	Buerarema
4297	Wanderlei Alves do Amparo	2004.01.42952	Bahia
4298	Wanderlei Soares da Silva	2004.01.37539	Camacan
4299	Wanderley de Oliveira Silva	2005.01.51087	Salvador
4300	Wanderley Ramos de Souza	2004.01.38811	Ubatã
4301	Wanderley Veloso Cunha	2004.01.38258	Nazaré
4302	Wandilson de Almeida Bomfim	.29370	Guanambi
4303	Wanzirval Pinheiro Simões	2003.01.34635	Gongogi
4304	Washington Batista do Rosario	2004.01.42105	Salvador
4305	Watson Santos de Oliveira	2003.01.33714	Itabuna
4306	Welington Sampaio Sá	2003.02.24832	Cruz de Almas
4307	Wellington Saback Ribeiro	2003.01.30786	Salvador
4308	Wellington Santos Silva	.22942	Salvador
4309	Wilfredo Dias Ribeiro	2004.01.42460	Canavieiras
4310	Wilma Santana Campos	2003.01.34984	Itajuípe
4311	Wilson Alves de Almeida	2003.01.32447	Irecê
4312	Wilson Assunção Braga	2003.01.34179	Itanhém
4313	Wilson Celino Rodrigues	2003.04.18579	Salvador

N°	Requerente	Nº Processo	Cidade de Domicílio
4314	Wilson da Cunha Adorno	2001.02.00600	Salvador
4315	Wilson de Oliveira Ribeiro	2003.01.35250	Itapetinga
4316	Wilson Menezes	2003.01.36805	Ipiau
4317	Wilson Pereira Rangel	2004.01.38115	Salvador
4318	Wilson Raimundo dos Santos	2003.01.26594	Salvador
4319	Wilson Santos Pires	.67261	Itabuna
4320	Wilson Telles de Menezes	2004.01.45033	Itabuna
4321	Wilton Valença da Silva	2003.04.19109	Salvador
4322	Yara Maria Cunha Pires	2004.01.48735	Feira de Santana
4323	Yochiyuki Namioka	2003.01.17499	Salvador
4324	Yon Leite Fontes	2001.01.00248	Jaguarari
4325	Zacarias Rodrigues Chaves	2003.01.37023	Paratinga
4326	Zeferina Maria de Jesus	2004.01.38260	Salvador
4327	Zelice de Oliveira Xavier	2005.01.50723	Salvador
4328	Zelina Barreto de Andrade	2004.01.37847	Valença
4329	Zelita Pereira da Silva	2003.01.35126	Santa Bárbara
4330	Zenaide Bastos Pinto	2003.01.31714	Souto Soares
4331	Zenaide Dias Viana / Irapua Batista Japuhy	2004.01.45114	Caatiba
4332	Zenaide Nascimento de Araújo	2003.01.33716	Canaveira
4333	Zeneida da Costa Silva	2004.01.40289	Juazeiro
4334	Zenildo Rebouças Barreto	.23369	Salvador
4335	Zenobia de Carvalho Vaz	2003.01.28398	Bom Jesus da Lapa
4336	Zenora Catarina dos Santos Oliveira	2003.01.21886	Salvador
4337	Zezito Ferreira de Oliveira	2003.01.32891	Capim Grosso
4338	Zilda Gomes Azevedo	2003.01.32937	Saúde
4339	Zildete Costa Paraiba	.69156	Salvador
4340	Zileno Andrade Ribeiro	2003.01.36814	Salvador
4341	Zinaldo Figuerôa de Sena	2003.01.34306	Lauro de Freitas
4342	Zoraide Moura de Oliveira Freitas	.42466	Salvador
4343	Zoroastro Campos de Magalhaes	.53820	Correntina
4344	Zoroastro João Machado	2003.01.32273	Presidente Dutra
4345	Zueli Silva Freire	2003.01.32939	Saúde
4346	Zuleide Oliveira Araujo	2003.02.24564	Salvador
4347	Zulmerina Santos de Souza	2004.01.48811	Itapitanga
4348	Zulmira Lima Farias	2004.01.40390	Queimadas
4349	Zurael Rodrigues de Melo	.30360	Salvador

Anexo 34 - Relação de investigados de 1964 a 1983

BAHIA - RELAÇÃO DE INVESTIGADOS ENTRE 1964 A 1983						
Nº	**Data**	**Nome**	**Org.**	**Codinome**	**Documento/Origem**	**Assinado**
1	10/79	Abdias da Silva de Sá			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
2	10/79	Abrão Ciro Rebouças			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
3	10/79	Adauto Pereira de Souza			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
4	10/79	Aderbal Caetano de Burgos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
5	s/d	Adilson Santos Jesus	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
6	s/d	Adilson Sebastião de Azevedo	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
7	07/65	Adolpho Mendes de Souza	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
8	07/65	Adroaldo Ferreira e Silva	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
9	10/79	Aécio Pamponet Sampaio			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
10	01/69	Aécio Pamponet Sampaio	ME		Informação SNI	Sem assinatura
11	03/73	Agliberto Vieira de Azevedo	PCB	Arthur	Informações	Luiz Arthur de Carvalho
12	07/65	Airton Pereira dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
13	s/d	Airton Pires de Brito	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
14	08/75	Albérico Carvalho Bouzon			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
15	02/71	Alberto Baraúna	PCBR		Termo de declaração	Carlos Augusto Lima
16	s/d	Alberto Farias	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
17	10/79	Alberto Goulart Paes Filho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
18	07/65	Alberto Souza	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
19	01/69	Aldo Carvalho Andrade	ME		Informação SNI	Sem assinatura
20	s/d	Aldo da Silva Vieira				
21	07/65	Alencar Ferreira Minho	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
22	07/65	Alfredo Pereira Batista	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
23	10/79	Altamiro Borges			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
24	10/79	Aluísio Guimarães de Souza Filho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
25	01/69	Amálio Couto de Araujo Filho	ME		Informação SNI	Sem assinatura
26	10/79	Américo de Souza Carvalho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
27	07/65	Américo Maia de Oliveira	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
28	s/d	Anete Scotti Rabelo				
29	04/70	Anfilófio Fernandes Pedral Sampaio	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
30	07/65	Anísio Araujo Lima	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
31	07/65	Antenor Rodrigues Lima	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
32	10/79	Antônia Maria Vieira Loguercio			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
33	10/79	Antoniel Queiroz			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
34	10/79	Antônio Bittencourt			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
35	07/65	Antônio Braz Menezes	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
36	10/79	Antônio Carlos Coelho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
37	07/65	Antônio Carlos Daltro Coelho	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
38	11/73	Antônio Carlos Melgaço Valadares	ME		Ofício CODI 6 - Quartel General- 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
39	10/79	Antônio Carlos Mendonça			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
40	01/69	Antônio Carlos Monteiro Teixeira	ME		Informação SNI	Sem assinatura
41	10/79	Antônio Fernandes Viana de Assis			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
42	05/69	Antônio Ferreira de Oliveira Brito	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
43	07/65	Antônio Gomes Trigueiro	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
44	10/79	Antônio Gonçalves da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
45	10/79	Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
46	10/79	Antônio Leopoldo Meira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
47	11/73	Antônio Litácio Brasileiro de Carvalho	ME	Bancário	Ofício CODI 6 - Quartel General- 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
48	07/65	Antônio Marques Batista	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
49	10/79	Antônio Maurílio Ramos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
50	10/79	Antônio Nahas Júnior			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
51	10/79	Antônio Oliveira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
52	01/69	Antônio Pinheiro Sales	ME		Informação SNI	Sem assinatura
53	10/79	Antônio Rabelo			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
54	10/79	Antônio Renan da Costa			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
55	10/79	Antônio Sérgio Mello Martins de Souza			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
56	10/79	Antônio Silveira Dias			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
57	10/79	Antônio Vieira da Costa			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
58	10/79	Antônio Vitório dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
59	07/65	Antônio Wilton Cerqueira Coelho	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
60	12/74	Ariane Pereira de Figueiredo	ME		Razões da Apelação ao STM	José Borba Pedreira Lapa
61	10/71	Ariane Pereira de Figueiredo	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
62	10/79	Ariosvaldo Figueiredo dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
63	10/79	Ariosvaldo Magalhães Matos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
64	s/d	Aristeu Nogueira Campos	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
65	10/79	Aristiliano Soeiro Braga			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
66	07/65	Armando Itamar Pires	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
67	10/79	Armando Itamar Pires			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
68	10/79	Arnaldo de Oliveira Fontes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
69	10/79	Artemízio Cardoso de Rezende			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
70	10/79	Artur Geraldo Bonfim de Paula			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
71	07/65	Ary Vicente da Silva	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
72	10/79	Ascendido da Silva Bina			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
73	07/65	Ataíde Salustiano dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
74	07/65	Augusto José da Silva Silvany	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
75	01/69	Aurélio Miguel Pinto Dórea	ME		Informação SNI	Sem assinatura
76	10/79	Ayrton Silva Ferreira Filho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
77	10/79	Benedito de Figueiredo			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
78	07/65	Benedito Juliano Cordeiro	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
79	10/79	Benedito Souza Ramos				
80	07/65	Benigno José Ferreira	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
81		Benjamim José Ferreira Souza				
82	03/73	Beraldo Alves Boaventura Neto	PCB		Informações	Luiz Arthur de Carvalho
83		Britoaldo Martins do Vale				
84	05/69	Camilo Antônio Roland	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
85	07/65	Camilo de Jesus Lima	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
86	10/79	Carivaldo Lima Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
87	10/79	Carlos José Sarno			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
88	07/65	Carlos Alberto Martins	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
89	10/79	Carlos Alberto Oliveira dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
90	07/65	Carlos Alcino do Nascimento	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
91	07/65	Carlos Alves da Costa	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
92	08/75	Carlos Augusto Marighella			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
93	07/65	Carlos de Azevedo Araújo	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
94	07/65	Carlos Elen Brondy	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
95	s/d	Carlos Gomes de Souza	ME		Relatório IPM	Sem assinatura
96	02/71	Carlos Henrique Leal Nascimento	PCBR	Raul	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
97	10/71	Carlos Moreira Villanueva	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
98	10/71	Carlos Roberto Muniz	MR8	Gorda	Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
99	01/69	Carlos Roberto T. de Oliveira	ME		Informação SNI	Sem assinatura
100	07/65	Carlos Rodrigues de Araújo	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
101	10/79	Carlos Roriz Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
102	10/79	Celso Ribeiro Daltro			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
103	10/79	Celso Viana de Assis			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
104	10/79	Cesar José Franco Nobre Martins			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
105	10/79	Chantal Russi			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
106	s/d	Cícero Morais Paiva	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
107	07/65	Ciro Mascarenhas Rodrigues	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
108	s/d	Claudelino Alves de Araújo	ME	Professor	Informação/SNI	Sem assinatura
109	10/79	Clodoaldo Cardoso				

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
110	s/d	Clóvis Ribeiro Flores	ME		Relatório IPM	Sem assinatura
111	07/65	Gorgônio José de Araújo Neto	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
112	10/79	Cosme Ferreira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
113	10/79	Crézio Manoel Almeida			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
114	07/65	Dagberto Brandão de Oliveira	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
115	10/79	Dante Coelho Guedes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
116	10/79	Darilvar Jacobina Vieira Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
117	07/65	Delamare Wolney Correia de Melo	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
118	10/79	Demerval Ferreira Batista			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
119	10/71	Denilson Ferreira de Vasconcelos	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
120	10/79	Dilson Menezes Barreto			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
121	07/65	Diógenes Alves	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
122	07/65	Diógenes de Valois Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
123	10/71	Diogo Assunção de Santana	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
124	02/71	Dirceu Regis Ribeiro	PCBR	Ronaldo	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
125	02/71	Dirceu Regis Ribeiro	PCBR	Ronaldo	Depoimento	Carlos Augusto Lima
126	10/79	Dorival de Carvalho Costa			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
127	10/79	Ed' Lauro Ferreira Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
128	10/79	Edgar Augusto Lopes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
129	07/65	Edgar Joaquim Ferreira	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
130	10/79	Edgard Gonsalves Cerqueira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
131	10/71	Edmundo Ribeiro de Jesus	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
132	10/71	Edson Albuquerque Argolo	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
133	10/79	Edson da Silva Teles			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
134	07/65	Edson Oliveira Souza	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
135	s/d	Edson Xavier de Oliveira	ME		Relatório IPM	Sem assinatura
136	05/69	Eduardo Collier Filho	ME		Ofício/CSN [1]	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
137	10/79	Eduardo Pimentel			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
138	10/79	Eduardo Pimentel			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
139	10/79	Edval Freitas da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
140	07/65	Edvaldo dos Santos Barbosa	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
141	10/79	Edward Amorim Miranda			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
142	10/71	Eládio Vieira de Souza	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
143	10/71	Eliana Gomes de Oliveira	MR8	Rita	Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
144	10/79	Eliete da Silva Teles			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
145	10/79	Elisabeth Rebelo Correia Lima			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
146	10/71	Elizabeth Rebello Correia Lima	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
147	07/65	Elvídio Antônio dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
148	10/79	Elze Maria dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
149	10/79	Elzenobio Wagner Pereira Coqueiro			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
150	10/79	Emanuel da Silva Rego			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
151	10/79	Emiliano José da Silva Filho	AP		Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
152	10/79	Enésio Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
153	s/d	Erico Gonçalves de Aguiar	ME		Relatório IPM	Sem assinatura
154	10/79	Ermano José Penalva da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
155	10/79	Ernani Barbosa			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
156	10/79	Ernesto Cláudio Drehmer			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
157	10/79	Estevão Martins Moreira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
158	10/79	Euclides Pirineus Cardoso			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
159	10/79	Eudoro Walter de Santana			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
160	07/65	Eufrásio Trindade de Souza	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
161	s/d	Everardo Públio de Castro	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
162		Evilásio Menezes de Almeida				
163	07/65	Ezequias José de Almeida Sampaio	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
164	10/79	Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
165	01/69	Fernando Antônio Gonzales Passos	ME		Informação SNI	Sem assinatura
166	10/79	Fernando Antônio Gonzales Passos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
167	10/79	Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
168	05/69	Fernando Lacerda	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
169	10/79	Fidelis Rocco Sarno			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
170	10/79	Fidelmário Barberino Cerqueira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
171	01/69	Filemon Neto Matos	ME		Informação SNI	Sem assinatura
172	10/79	Flávio José Barbosa da Costa			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
173	s/d	Flávio Viana de jesus	ME	Marcineiro	Informação/SNI	Sem assinatura
174	07/65	Flordivaldo Maciel Dutra	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
175	s/d	Florentino Mendes de Andrade	ME		Relatório IPM	Sem assinatura
176	10/71	Francesco de Masi	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
177	10/79	Francisco Carlos do Nascimento Varela			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
178	10/79	Francisco Carlos Nascimento			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
179	10/79	Francisco José Pinto dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
180	10/71	Francisco Liberato de Matos	MR8	Leonel	Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
181	10/79	Francisco Romão Carneiro			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
182	10/79	Francisco Morais de Souto			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
183	s/d	Franklin Barros/Ferraz Neto	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
184	02/71	Frederico José Menezes de Oliveira	PCBR	Heitor	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
185	10/79	Jeferson de Albuquerque Junior			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
186	05/69	Genebaldo de Lima Queiroz	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
187	07/65	Geraldo Cabral de Melo	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
188	10/79	Geraldo de Souza Vieira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
189	07/65	Geraldo Edmundo Alves Portela	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
190	07/65	Geraldo Martins dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
191	10/79	Gervásio dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
192	10/79	Getulio Gaspar de Gouveia			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
193	10/79	Gil Cardoso Natureza			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
194	s/d	Gildásio Cairo dos Santos	ME		Relatório IPM	Sem assinatura
195	10/79	Gildásio Viera de Freitas			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
196	10/73	Gildo Macedo Lacerda	ME	Frederico, Fred, Márcio, Ronaldo, Cássio de Oliveira Alves, Barbudo	Ofício CODI 6 - Quartel General- 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
197	10/79	Gildo Sá Leitão Rios			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
198	10/79	Gorgônio José de Araujo Neto			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
199	07/65	Gumercindo Martins de Sá Filho	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
200	s/d	Gutemberg Macedo	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
201	08/75	Heitor Casais e Silva			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
202	07/65	Heitor Garcia dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
203	s/d	Hélio Moacir Nunes	ME		Relatório IPM interior da Bahia	
204	10/79	Hélio Nunes da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
205	10/79	Hélio Pitanga			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
206	s/d	Hélio Silva Nascimento	ME			
207	07/65	Hemetério Pereira da Silva	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
208	07/65	Henrique Mendes Leão	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
209	10/79	Hermínio Vieira da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
210	10/79	Herval Pina Ribeiro			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
211	10/79	Hildebrando Ribeiro Dias			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
212	07/65	Honorato José Macedo	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
213	03/73	Hosannah de Oliveira Leite Figueiredo	PCB		Informações	Luiz Arthur de Carvalho
214	03/73	Humberto Cerqueira Mascarenhas	PCB		Informações	Luiz Arthur de Carvalho
215	10/79	Humberto Freire de Andrade			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
216	10/79	Ida Oisiovici Dias da Silva Rego			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
217	07/65	Idelfonso Trindade	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
218	08/75	Ieda Veiga Santana			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
219	10/79	Iracy Castro e Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
220	s/d	Ismênio Antunes dos Santos	ME		Relatório IPM	Sem assinatura
221	07/65	Ivan Gomes Bastos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
222	10/79	Ivanildo Leal Avelar			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
223	10/71	Jaileno Sampaio Silva	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
224	10/79	Jaime Almeida da Cunha			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
225	10/79	Jairo José de Farias			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
226	10/79	Jairo Simões			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
227	10/79	Janete Correia de Melo			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
228	10/79	Jarbas Miranda de Santana			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
229	05/69	João Almeida Dos Santos	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
230	01/69	João Almeida dos Santos	ME		Informação SNI	Sem assinatura
231	10/79	João Augusto Gama da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
232	10/79	João Batista Nascimento			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
233	10/79	João Bosco Rolemberg Cortes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
234	10/79	João Cardoso de Souza			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
235	10/79	João da Cruz			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
236		João Domingos da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
237	07/65	João Gervásio Ferreira	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
238	10/71	João Lopes Salgado	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
239	10/71	João Lourenço Souza	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
240	10/71	João Luiz da Silva Ferreira	MR8	Enio,Lucas	Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
241	02/71	João Luiz Ferreira	PCBR	Enio	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
242	07/65	João Moyses de Oliveira Filho	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
243	07/65	João Pereira dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
244	s/d	João Quadros Neto	ME		Relatório IPM interior da Bahi	
245	05/69	João Ribeiro Dantas	ME	João Bafo De Onça	Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
246	01/69	João Ribeiro de Souza Dantas	ME		Informação SNI	Sem assinatura
247	10/79	João Ribeiro dos Passos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
248	10/79	João Teles de Menezes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
249	10/79	Joel Domingos Lage			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
250	,	Joel Nogueria	ME			Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
251	10/79	Johnson Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
252	10/79	Jonicael Cedraz de Oliveira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
253	07/65	Jorge Antônio Freire de Sá Barreto	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
254	10/79	Jorge Antônio Freire de Sá Barreto			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
255	07/65	Jorge de Souza Gomes	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
256	10/79	Jorge Leal Gonçalves Pereira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
257	10/79	José Alberto Almeida Ramos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
258	10/79	José Alberto Bandeira Ramos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
259	10/79	José Alexandre Felizola Diniz			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
260	10/79	José Alves do Nascimento			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
261	07/65	José Andrade de Carvalho	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
262	07/65	José Antônio Vitoria Sampaio	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
263	10/79	José Arimatéia Rosa			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
264	10/79	José Augusto Ornelas da Cruz			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
265	10/79	José Bernardino de Sena			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
266	10/79	José Carlos Capinan			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
267	02/71	José Carlos de Souza	MR-8	Rocha	Relatório Operação Pajussara	Emanuel Cerqueira Campos
268	10/71	José Carlos de Souza	MR8	Rocha, Pelé, Quito	Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
269	11/73	José Carlos Novais da Mata Machado	ME	Zé, Fernando, Hilário, Alberto, Nando, Aloisio	Ofício CODI 6 - Quartel General - 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
270	10/79	José Carlos Zanetti			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
271	07/65	José Carneiro Neves	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
272	10/79	José Costa Ferreira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
273	10/79	José Coutinho Estrela			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
274	10/79	José Dantas de Mendonça			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
275	10/79	José Dantas Fontes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
276	10/79	José de Lima Piauhy Dourado			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
277	10/79	José Eduardo Fonseca Kruschewsky			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
278	10/79	José Fernando de Souza			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
279	10/79	José Fernando Garcia Machado da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
280	10/79	José Gregório Gorender			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
281	07/65	José Guedes de Oliveira	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
282	08/75	José Ivan Dantas Pugliesi			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
283	10/79	José Jacob Dias Polito			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
284	10/79	José Luiz Pamponet Sampaio			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
285	10/79	José Nilton Galvão Campos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
286	10/79	José Nunes da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
287	03/73	José Pereira da Silva	PCB		Informações	Luiz Arthur de Carvalho
288	10/79	José Pereira dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
289	10/79	José Pinheiro Lobão			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
290	10/79	José Pinheiro Lobão			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
291	10/79	José Pinheiro Quintas Filho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
292	10/79	José Pinheiro Tolentino			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
293	10/79	José Raimundo Lírio de Souza			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
294	10/79	José Sérgio Gabrielli de Azevedo			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
295	03/73	José Virgínio dos Santos	PCB		Informações	Luiz Arthur de Carvalho
296	07/65	José Vitória Sampaio	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
297	10/79	Josefa Laurindo Roriz Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
298	10/79	Juarez Sena			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
299	10/79	Jurema Augusta Ribeiro Valença			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
300	10/79	Juvenal Conceição Gonzaga			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
301	03/73	Juvenal de Carvalho	PCB		Informações	Luiz Arthur de Carvalho
302	10/79	Juvenal Luiz Souto Junior			Of. Auditoria Militar	
303	07/65	Lamartine de Andrade Lima	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
304	10/79	Laudicea Rodrigues Brito Fontes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
305	10/79	Laura Maria Tourinho Ribeiro			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
306	s/d	Líbero Castilho	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
307	07/65	Lidérico Meira dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
308	10/79	Lindolfo Ferreira Lima			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
309	11/73	Loreta Kiefer Valadares	ME		Ofício CODI 6 - Quartel General- 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
310	02/73	Lourival Santos	PCB		Relatório Final IPM	s/ assinatura
311	10/71	Lucia Maria Murat de Vasconcelos	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
312	10/79	Luciano Ribeiro Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
313	10/79	Luiz Alves da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
314	s/d	Luiz Alves Dias	ME		Relatório IPM interior da Bahi	
315	02/71	Luiz Antônio Santa Bárbara	Var-Palmares	Zequinha, Jesse, Ceará	Relatório Operação Pajussara	Emanuel Cerqueira Campos
316	01/69	Luiz Cayres Tunes	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis /Informação SNI/Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
317	07/65	Luiz Dantas da Silva	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
318	08/75	Luiz Fernando Contreiras de Almeida			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
319	10/79	Luiz Fernando Silva Pedroso			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
320	11/73	Luiz Julio Silva Ferreira	ME		Relatório fotográfico do encontro de Ibiúna/SP	General de Brigada Milton Tavares de Souza
321	10/79	Luiz Lamego Vieira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
322	10/79	Luiz Marcelo Bertolo Caffé			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
323	10/79	Luzia Ribeiro			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
324	10/79	Manoel Amorim Souza			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
325	10/79	Manoel Barreto da Rocha Neto			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
326	07/65	Manoel Bispo de Souza	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
327	07/65	Manoel Bruno da Silva José Messias de Oliveira	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
328	01/69	Manoel Costa Jr	ME		Informação SNI	Sem assinatura
329	07/65	Manoel Francisco dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
330	10/79	Manoel Francisco de Oliveira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
331	10/79	Manoel Franco Freire			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
332	07/65	Manoel Gerônimo de Carvalho	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
333	10/79	Manoel Moreira do Nascimento			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
334	10/79	Manoel Pascoal Nabuco D'Ávila			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
335	10/79	Manoel Pinto Rabelo			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
336	11/73	Manoel Rocha Matos	ME		Relatório fotográfico do encontro de Ibiúna/SP	General de Brigada Milton Tavares de Souza
337	10/79	Manoel Rodrigues da Conceição			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
338	10/79	Manoel Vicente Nascimento			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
339	02/71	Marcelo Cordeiro Safira	PCBR		Depoimento	Carlos Augusto Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
340	05/69	Marcelo Ribeiro Cordeiro	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
341	01/69	Marcelo Ribeiro Cordeiro	ME		Informação SNI	Sem assinatura
342	08/75	Marcelo Veiga de Almeida			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
343	02/71	Marco Antônio Afonso de Carvalho	PCBR	Valter	Depoimento	Carlos Augusto Lima
344	08/75	Marco Antônio Rocha Medeiros			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
345	02/71	Marcos Dantas Loureiro	PCBR	Nestor	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
346	10/79	Marcos Gorender			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
347	11/73	Marcus Paraguassu de Arruda Câmara	ME		Relatório fotográfico do encontro de Ibiúna/SP	General de Brigada Milton Tavares de Souza
348	11/73	Margarida Maria Ribeiro Santos	ME		Relatório fotográfico do encontro de Ibiúna/SP	General de Brigada Milton Tavares de Souza
349	10/71	Margarita Babina da Silveira	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
350	11/73	Maria Carvalho Machado	ME		Relatório fotográfico do encontro de Ibiúna/SP	General de Brigada Milton Tavares de Souza
351	10/79	Maria Célia Mascarenhas Magalhães			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
352	10/79	Maria da Glória Midlej Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
353	01/69	Maria das Graças Soares	ME		Informação SNI	Sem assinatura
354	11/73	Maria Guimarães Sampaio	ME		Relatório fotográfico do encontro de Ibiúna/SP	General de Brigada Milton Tavares de Souza
355	10/79	Maria Helena Teixeira de Lacerda			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
356	08/75	Maria Lúcia Cunha de Carvalho			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
357	10/71	Maria Lucia Santana Cerqueira	MR8	Andréa, Joana	Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
358	11/73	Maria Madalena Prata Soares	ME	Joana, Maria, Helena Teixeira, Beth, Maria Elizabete de Paiva, Madá	Ofício CODI 6 - Quartel General - 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
359	10/79	Maria Olívia Chagas Nogueira de Souza			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
360	05/69	Maria Regina Maia Mariano	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
361	10/79	Maria Tereza Rebouças Gonçalves			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
362	10/79	Marie Helene Russi			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
363	11/73	Mariluce de Souza Moura	ME	Norma	Ofício CODI 6 - Quartel General- 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
364	10/79	Mário Domiense			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
365	07/65	Mário dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
366	10/79	Mário Jorgede Menezes Vieira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
367	01/69	Mário José de Souza Filho	ME		Informação SNI	Sem assinatura
368	10/79	Mário Soares Lima			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
369	10/71	Marisa Gomes Pinheiro Villanueva	MR8	Leda	Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
370	10/79	Marisa Gomes Pinheiro Villanueva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
371	10/79	Marival Nogueira Caldas			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
372	10/79	Mariza Gusmão Fernandes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
373	07/65	Martins Ambrosino de Jesus	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
374	11/70	Mauricio Anizio	PCBR	Arueira, Rubens	Termo de declaração da DPF/BA	Alfredo Angelode Aquino Filho
375	02/71	Mauricio Anizio de Araujo	PCBR	Arueira, Rubens	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
376	10/79	Menachem Kaufman			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
377	07/65	Miguel Angelo dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
378	10/71	Miguel Arcanjo Lopes de Santana	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
379	10/79	Miguel Dália			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
380	04/70	Miguel Jacondi Arleo	ME		Informação/SNI	Sem assinatura

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
381	07/65	Milton Carlos Mota Cedraz	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
382	10/79	Milton da Costa Oliveira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
383	10/79	Milton de Carvalho Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
384	10/71	Milton Kominsk	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
385	10/71	Milton Mendes Filho	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
386	07/65	Milton Moreira Ramos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
387	10/79	Moacir Barbosa da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
388	10/79	Moacir da Silveira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
389	10/79	Morgana Barbosa Fontes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
390	11/73	Nadja Magalhães Miranda	ME		Ofício CODI 6 - Quartel General - 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
391	10/79	Natal Teixeira Mendes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
392	02/71	Natur de Assis Filho	PCBR	Mário	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
393	10/79	Nefretite Soares de Oliveira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
394	10/79	Nelito Carvalho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
395	s/d	Nelson Amaral Trinchão	ME		Relatório IPM	Sem assinatura
396	10/79	Nelson Soares Pires			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
397	10/79	Nemésio Garcia da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
398	10/79	Nemésio Garcia da Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
399	10/79	Nemésio Leal Andrade Sales			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
400	10/79	Newton Oliveira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
401	10/79	Nilson Venâncio			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
402	10/79	Nilton Jorge Kosminsky	MR8		Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira Lima
403	10/79	Nilton Melo Vieira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
404	10/79	Norival Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
405	07/65	Normando Leão Sampaio	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
406	10/79	Noylio Alves dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
407	10/79	Nudd David de Castro			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
408	10/79	Odilon Pinto de Mesquita Filho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
409	07/65	Odyrceo da Costa Vigas	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
410	07/65	Olavo José dos Santos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
411	11/73	Oldack de Miranda	ME	Vicente, Raimundo Zeca	Ofício CODI 6 - Quartel General- 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
412	02/71	Olderico Campos Barreto			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
413	10/79	Olivan Costa Leal			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
414	07/65	Osler Chaves Mendes	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
415	02/83	Osório Cardoso Villas Boas			Antecedentes SNI	Sem assinatura
416	10/79	Osvaldo Ferreira Gomes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
417	07/65	Osvaldo Marques de Oliveira	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
418	02/83	Osvaldo Teixeira de Almeida			Antecedentes SNI	Sem assinatura
419	10/79	Otaviano Dias de Oliveira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
420	07/65	Otávio José de Lima	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
421	10/79	Othon Fernando Jambeiro Barbosa			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
422	02/71	Otoniel Campos Barreto			Relatório Operação Pajussara	Emanuel Cerqueira Campos

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
423	10/79	Otoniel da Silva Vieira Neto			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
424	10/79	Oziel Dória de Carvalho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
425	08/75	Paulino Vieira			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
426	10/79	Paulo Barbosa de Araujo			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
427	07/65	Paulo Demócrito de Sá Caires	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
428	10/79	Paulo Fernando de Morais Farias			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
429	02/71	Paulo Pontes da Silva	PCBR	José Fernandes da Silva	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
430	02/71	Paulo Roberto Alves	PCBR	Ricardo Pilar Carneiro	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
431	s/d	Paulo Roberto Fonseca	ME		Informação/SNI	Sem assinatura
432	10/79	Pedro Castro e Silva			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
433	07/65	Pedro Faustino Souza Pondé	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
434	10/79	Pedro Hilário dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
435	10/71	Pedro Juraci Damasceno Ferraz	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
436	07/65	Pedro Milton de Brito	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
437	02/83	Perseu Abramo	PCB		Antecedentes SNI	Sem assinatura
438	07/65	Plínio José Batista de Aguiar	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
439	07/65	Rafael Almir Marcial Tramm	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
440	10/79	Raimundo Ramos Reis			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
441	03/73	Raimundo Alves de Jesus	PCB		Informações	Luiz Arthur de Carvalho
442	07/65	Raul Carlos Andrade Ferraz	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
443	10/79	Rayjul Costa dos Reis			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
444	07/65	Raymundo Lopes	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
445	10/79	Regina Martins da Matta			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
446	10/79	Rena Martins Farias			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
447	10/79	Renato Godinho Navarro			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
448	02/71	Renato José Affonso de Carvalho	PCB/ PCBR		Depoimento	Carlos Augusto Lima
449	02/71	Renato José Afonso de Carvalho	PCBR	Joel	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
450	10/71	Renato José de Amorim Silveira	MR8	João	Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
451	10/79	Renato Luiz Costa Sá			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
452	02/71	Renato Ribeiro da Costa	PCBR	Roberto	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
453	10/79	Ricardo Cesar Sales da Nóbrega			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
454	10/79	Róberio Garcia			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
455	02/71	Roberto Albergaria de Oliveira	PCBR	João	Depoimento	Carlos Augusto Lima
456	10/79	Roberto Garcia			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
457	08/75	Roberto Max Argolo			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
458	07/65	Roberto Max de Argolo	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
459	s/d	Roberto Ribeiro Martins	ME		Relatório IPM interior da Bahia	
460	07/65	Roberto Souza Miranda	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
461	10/79	Rogaciano Nascimento Vieira Brito			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
462	07/65	Romualdo Pessoa Campos	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
463	10/79	Ronaldo Duarte Guimarães			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
464	10/79	Roque Assis			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
465	07/65	Roque José de Souza	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
466	10/79	Rosalina Tátero			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
467	01/69	Rosalindo Souza	ME		Informação SNI	Sem assinatura
468	03/73	Roselino de Jesus	PCB		Informações	Luiz Arthur de Carvalho
469	10/79	Rubens Dias do Nascimento			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
470	10/79	Rui Pinto Patterson			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
471	07/65	Ruy Alberto de Assis Espinheira	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
472	05/69	Ruy Herman	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
473	10/79	Salomão Ghelfgot			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
474	01/69	Sara Silva	ME		Informação SNI	Sem assinatura
475	07/65	Saul Venâncio de Quadros Filho	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
476	08/75	Sebastião Amaral do Couto			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
477	10/79	Sebastião da Silveira Carvalho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
478	10/79	Sebastião Misael			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
479	01/64	Selma Martins de Oliveira	ME		Relatório do Conselho Permanente de Justiça para o Exército	Edimilson de Almeida
480	07/65	Serafim Oliveira Costa	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
481	10/71	Sérgio Landulfo Furtado	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
482	10/79	Sérgio Pinheiro Reis			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
483	05/69	Sérgio Soares Dias	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
484	01/69	Sérgio Soares Dias	ME		Informação SNI	Sem assinatura
485	08/75	Sérgio Veiga de Santana			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
486	11/73	Silvia Coutinho de Oliveira	ME		Ofício CODI 6 - Quartel General - 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
487	10/79	Sinval Araujo de Andrade			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
488	03/73	Sinval Galeão dos Santos	PCB		Informações	Luiz Arthur de Carvalho

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
489	10/79	Solange Lamego Vieira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
490	10/78	Solange Lourenço Gomes	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
491	10/79	Solange Maria de Santana			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
492	05/69	Solange Silvani Rodrigues Lima	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
493	05/69	Teresa Cardoso Da Silva	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
494	02/71	Theodomiro Romeiro dos Santos	PCBR		Denúncia	Antônio Brandão Andrade
495	07/65	Theopisto Machado Batista	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
496	10/79	Tibério Canuto de Queiroz Portela			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
497	10/79	Uirassu de Assis Batista			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
498	10/79	Valdir Ferreira de Oliveira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
499	10/79	Valter Oliveira Ribeiro			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
500	10/79	Vanda Sampaio de Sá Barreto			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
501	10/79	Victor dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
502	10/79	Virgildásio de Senna			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
503	10/79	Virgílio de Oliveira			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
504	10/79	Vitório Martins dos Santos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
505	10/79	Vivaldo Fernandes das Neves			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
506	10/71	Vivian Lene Rebello Correia Lima	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
507	10/79	Wagner Cecílio Cunha de Carvalho			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
508	10/79	Wagner Ramos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
509	10/79	Wagner Teixeira Lima			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
510	07/65	Waldemar da Silva Garcia	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
511	10/79	Waldemar Magalhães Matos			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
512	10/79	Waldemiro Correia Lopes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
513	10/79	Waldner Granja de Araujo			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
514	11/73	Walmir Andrade de Oliveira	ME		Ofício CODI 6 Quartel General 6ª RM	Oliveiros Lana de Paula
515	07/65	Walmir Cerqueira Coelho	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
516	07/65	Walter da Matta	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
517	10/79	Walter Luna da Cunha			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
518	05/69	Walter Raulino Da Oliveira	ME		Ofício/CSN	Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Min. Marinha
519	10/79	Wanderlan Macedo Bonfim			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
520	10/71	Wanderlan Macedo Bonfim	MR8		Sentença da Apelação /STF	Moreira Alves - Ministro
521	10/79	Washington José de Souza			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
522	s/d	Washington José de Souza	ME		Relatório IPM interior da Bahia	
523	10/79	Wellington Dantas Mangueira Marques			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
524	02/71	Wellington Renato de Araujo Freitas	PCBR	Genésio	Denúncia	Antônio Brandão Andrade
525	10/79	Wesley Macedo de Souza			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
526	08/75	Winston Araujo de Carvalho			Mandado de Citação	Alzir Carvalhães Fraga
527	10/79	Wladimir Ventura Torres Pomar			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
528	10/79	Yara Maria Cunha Pires			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
529	10/79	Zarione Lins			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira

Nº	Data	Nome	Org.	Codinome	Documento/Origem	Assinado
530	10/79	Zarioni Lins			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
531	10/79	Zelita Rodrigues Correia			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira
532	07/65	Zorildo José Zoroastro Pacheco	ME		6ª CJM - Relação nominal de presos civis	Sem assinatura
533	10/79	Zuleica de Souza Mendes			Of. Auditoria Militar	Juiz Auditor Substituto Arnaldo Silva Ferreira

Anexo 35 - Inquérito Policial Militar: indiciados, motivos e autoridade que instaurou, 1964/1983

INDICIADOS, MOTIVOS E AUTORIDADE QUE INSTAUROU (1964-1983)						
N°	**Indiciado**	**Motivo**	**Órgão Responsável**	**Autoridade que instaurou o inquérito**	**Nº Processo**	**Ano**
1	Mário Lima (Presidente do Sindipetro, sindicato da área da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, Bahia)	art. 2 "item" III e IV; quarto item II; sétimo; onze alínea "a"; décimo terceiro;; décimo quinto; décimo nono e trigésimo primeiro, parágrafo 1º, letras "b" e "a", da Lei 1802/ 1953 (Crimes Contra a Ordem Político-Social) c/c art. 201 e 202 Código Penal c/c cessação coletiva de trabalho Decreto Lei nº 9070/15 de março de 1946, não cumprimento dos art. 10 e 14, alínea I, do sancionado Decreto Lei	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV	Antônio Marreta de Oliveira (A-MR); (Capitão - Tenente)	SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1964
2	Carlos Augusto Contreiras, José Pinheiro Quintas Filho, Geraldo de Souza Vieira, Edward Amorim Miranda, Rayjul Costa dos Reis	os art. 9 e 10 da Lei 1802/1953	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV			1964
3	Luiz Marcelo Bertoldo Caffé	art. 2º, item III e IV da Lei 1802/1953	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV		SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1964
4	Flordisvaldo Maciel Dutra, Geraldo de Souza Vieira, José Pinheiro Quintas Filho, Edward Amorim Miranda, Luiz Marcelo Bertold Caffé, José Milton Galvão Campos, Moacyr Pinheiro Silva, Helio José Dantas Rosado e Carlos Olympio de Almeida Alves	art. 7º da Lei 1802/53	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV	Antônio Marreta de Oliveira (A-MR); (Capitão - Tenente)	SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1964

Nº	Indiciado	Motivo	Órgão Responsável	Autoridade que instaurou o inquérito	Nº Processo	Ano
5	Edward Amorim Miranda, Carlos Augusto Contreiras, Rayjul Costa dos Reis, Luiz Marcelo Bertold Caffé, José Pinheiro Quintas Filho e José Milton Galvão Campos	art. 11, alínea "a"	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV	Antônio Marreta de Oliveira (A-MR); (Capitão - Tenente)	SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1964
6	Geraldo de Souza Vieira, José Pinheiro Quintas Filho, Edward Amorim Miranda, Luiz Marcelo Bertoldo Caffé, Milton Galvão campos, Moacyr Pinheiro Silva, Carlos Olimpio Alves e Hélio José Dantas Rosado	art. 13 da Lei 1802/953	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV	Antônio Marreta de Oliveira (A-MR); (Capitão - Tenente)	SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1964
7	Geraldo de Souza Vieira, Edward Amorim Miranda, Luiz Marcelo Bertoldo Caffé, Milton Galvão campos, Antônio Luiz Azevedo Pereira de Souza	art. 15 da Lei 1802/1953	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV	Antônio Marreta de Oliveira (A-MR); (Capitão - Tenente)	SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1964
8	Geraldo de Souza Vieira, Edward Amorim Miranda, Luiz Marcelo Bertoldo Caffé, José Pinheiro Quintas Filho, José Milton Galvão campos e Moacyr Pinheiro Silva	art. 31 da Lei 1802/1953 foi infrigida em seus paragrafos 1º, letras "b" e "e", combinado com os artigos 201 e 202 do Código Penal, por terem feito cessação coletiva de trabalho, contrariamente ao que estabelece o Decreto-Lei nº 9070, de 15/2/1946, em vigor quando da cessação do trabalho pois não foi cumprido o artigo 10 do referido Decreto Lei;	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV	Antônio Marreta de Oliveira (A-MR); (Capitão - Tenente)	SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1964

N°	Indiciado	Motivo	Órgão Responsável	Autoridade que instaurou o inquérito	Nº Processo	Ano
9	Mário Lima, Jose Pinheiro Quintas Filho, Flordisvaldo Maciel Dutra, Geraldo de Souza Vieira e Milton Negromonte Fontes	art. 32 da Lei 1802 da Lei nº 1802/1953 foi infrigida	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV	Antônio Marreta de Oliveira (A-MR); (Capitão - Tenente)	SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1964
10	Geraldo de Souza Vieira, Mario Lima, Luiz Marcelo Bertoldo Caffé, Edward Amorim Miranda, José Milton Galvão Campos e Flordisvaldo Maciel Dutra.	art. 265 CP	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV	Antônio Marreta de Oliveira (A-MR); (Capitão - Tenente)	SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1964
11	Mario Lima, Geraldo de Souza Vieira, Luiz Marcelo Bertoldo Caffé, José Pinheiro Quintas Filho.	art. 285 do CP	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV	Antônio Marreta de Oliveira (A-MR); (Capitão - Tenente)	SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1964
12	OBS: Autos conclusos ao senhor capitão dos Portos do Estado da Bahia, a quem incumbo solucionar os mesmos e remetê-los à autoridade competente, na forma da Lei. Renova-se o pedido de prisão preventiva aos indiciados e foragidos.	A Agência remeteu o IP				1964
13	Jorgete Ferreira Oliveira	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho	IP 52/71	1971
14	Ricardo José Dias de Melo, Valdenor Moreira Cardoso e Maria Rita de Carvalho Braga	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho	IP 52/71	1971
15	Valter Simões Ribeiro e Outros	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho		1971

N°	Indiciado	Motivo	Órgão Responsável	Autoridade que instaurou o inquérito	Nº Processo	Ano
16	Ângela Maria Medrado Brasileiro	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho		1971
17	Mércia Mirian Carneiro Pereira	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho		1971
18	Josildete Pereira de Oliveira	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho		1971
19	Paulo Jorge Nunes de Araújo	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho	IP 52/71	1971
20	Antônio Sergio Melo Martins de Souza	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho	IP 52/71	1971
21	Antônio Sdanilo Barrreto	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho	IP 52/71	1971
22	Walter Simões Ribeiro e outros (Angela Maria Medrado Brasileiro, carlos Eduardo Ferreira de carvalho, Mercia Mirian Pereira Carneiro, Josildete Pereira de Oliveira E Paulo Jorge Nunes de Araújo) todos do PC do B	Prática de atividade subversiva	Serviço Nacional de Informações/ Agência Salvador	Enctº nº 164-SI ,de 29 de Set 71 - DPF/BA.	nº 089/ SNI/ ASV/ 71 (SC 16.19 - 34/71)	1971
23	Jorgete Ferreira Oliveira	Prática de atividade subversiva	Serviço Nacional de Informações/ Agência Salvador	Enctº nº 167-SI, de 01 de Out. 71 - DPF/BA.	Relatório de Inquérito nº 52/71 SOPS/ DPF/BA	1971
24	Euclides Pirineus Cardoso	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Enctº nº 191-SI	Relatório de Inquérito nº 52/71 SOPS/ DPF/BA	1971
25	Euclides Pirineus Cardoso	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho	IP nº 52/71	1971
26	José Lourenço Bezerra Neto	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Enctº nº 196-SI	IP 52/71	1971
27	José Lourenço Bezerra Neto	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho	IP 52/71	1971
28	Evandro França Ferreira Pio	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Enctº 197/71	IP 52/71	1971
29	Evandro França Ferreira Pio	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Alfredo Ângelo de Aquino Filho	IP 52/71	1971

N°	Indiciado	Motivo	Órgão Responsável	Autoridade que instaurou o inquérito	Nº Processo	Ano
30	Antonio Sergio Melo Martins de Souza	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Enctº 184/71	IP 52/72	1971
31	Antonio Danilo Barreto	Prática de atividade subversiva	Departamento da Polícia Federal	Enctº 183/71	IP 52/72	1971
32	Carlos Olympio de Almeida Alves	Crime contra Segurança Nacional. Atos de subversão ocorridos em 1964 no Terminal da Petrobras, Madre de Deus, e que teve como encarregado o Cap -Tenente Antonio Marreta de Oliveira, por ter infringido o artº 7 da Lei nº1802/53, tendo sido, então, renovado o pedido de sua prisão preventiva.	SNI/ Agência Salvador/ Ministério do Exercito. Difusão: SNI/ ASV	Antonio Marreta de Oliveira (A-MR);(Capitão - Tenente)	SNI/ Agência Salvador/ ACR Nº 03773/82	1972
33	Eduardo Abdon Sarquis	Violação da Lei de Segurança Nacional (Reunião no Farol da Barra)	Departamento da Polícia Federal	Otávio Silva Costa Junior - Del (Inspetor de Polícia)	IP nº 22/72	1972
34	Eduardo Abdon Sarquis e Roberto Miranda de Souza	IP nº 22/72; Pertencimento a OCNL-PO (Organização de Combate Marxista ??- Política Operária)	Serviço Nacional de Informações/ Agência Salvador	Otávio Silva Costa Junior - Del	IP nº 22/72	1972
35	Antônio Cesar Ramos dos Santos	Violação da Lei de Segurança Nacional	Departamento da Polícia Federal	Otávio Silva Costa Junior - Del	IP nº 22/72	1972
36	Gilson Gomes da Silva	Violação da Lei de Segurança Nacional	Departamento da Polícia Federal	Otávio Silva Costa Junior – Del	IP nº 22/72	1972
37	Josafa Costa Miranda	Violação da Lei de Segurança Nacional	Departamento da Polícia Federal	Otávio Silva Costa Junior – Del	IP nº 22/72	1972
38	Jorge Luiz Bezerra Nóvoa	Violação da Lei de Segurança Nacional	Departamento da Polícia Federal	Otávio Silva Costa Junior - Del	IP nº 22/72	1972
39	Francisco Barreiro Llorente	Violação da Lei de Segurança Nacional	Departamento da Polícia Federal	Otávio Silva Costa Junior - Del	IP nº 22/72	1972
40	Evan Felipe de Souza	Violação da Lei de Segurança Nacional	Departamento da Polícia Federal	Otávio Silva Costa Junior - Del	IP nº 22/72	1972

N°	Indiciado	Motivo	Órgão Responsável	Autoridade que instaurou o inquérito	Nº Processo	Ano
41	Julio Barbosa dos Santos	Violação da Lei de Segurança Nacional	Departamento da Polícia Federal	Otávio Silva Costa Junior - Del	IP nº 22/72	1972
42	Roque Portela da Silva	Violação da Lei de Segurança Nacional	Departamento da Polícia Federal	Otávio Silva Costa Junior – Del	IP nº 22/72	1972
43	Antonio Calazans dos Santos (Carlos Augusto, Peroba); Edvone Nascimento de Souza (Silvia, Cristina); Francisco Silva Santos (Cearense); Francisco de Oliveira Franco (Chicão); Gloria Gomes; Gumercino Martins de Sá Filho; João Ramalho da Silva (Sapateiro); José Souza de Oliveira (Carioca); Lodônio Oliveira; Ruy Herman de Araújo Medeiros; Francisco Vieira Amaral; Selma Martins de Oliveira e Silva; Stênio Pereira de Andrade; Geraldo Soares da Silva; e, Jacy Célia da França Soares.	Atividade Subversiva como Militante; Vinculação ao PC do B, Agência de Informação nº 428/73-SI, de 12/7/73, por violação do Decreto-Lei nº898/69 - Lei de Segurança Nacional	Ofício 217/73/ E/2-6 RM (Diligencias sigilosas pela Direção do CODI/6) Difusão CI/ DPF - E/ 2-6ª RM - ASV/ BNI - A/2- ???? - 2ª SEÇ/2ª DN	Cel. Superintendente Regional para o Juiz Auditor da 6ª CJM, Dr. Alfredo Ângelo de Aquino Filho (Inspetor de Policia Federal); Cel. Luis Arthur Gomes de Carvalho, Superintendente Regional.	IPL, art. 59 caput do Decreto Lei nº 898/69 - Lei de Segurança Nacional INQUÉRITO nº 43/73 - DOPS	1973
44	Ruy Herman Araújo Medeiros	Violação da Lei de Segurança Nacional; Inquérito nº 43/73-DOPS, conforme comunicado da Agência pela informação nº 428/ 73 - SI. Prisão efetuada pelo CODI/6 EM 25/5/73	Equipe CODI/ 6. Prisão no Barbalho	Alfredo Ângelo de Aquino Filho, Inspetor da Polícia Federal	I 43/73-DOPS	1973

N°	Indiciado	Motivo	Órgão Responsável	Autoridade que instaurou o inquérito	Nº Processo	Ano
45	Gloria Gomes	Violação da Lei de Segurança Nacional. Atividade subversiva	CI/ DPF - E/ 2-6ª RM - A/ 2- CONCOS - SNI/ ASV - 2ª SEÇ/ 2º DN. Instaurado pela Superintendência Regional, conforme comunicado a Agência de Informação nº 428/ 73 - si/ br/ba PRISÃO NA BASE AÉREA	Alfredo Ângelo de Aquino Filho, Inspetor da Polícia Federal	Inq. 43/73 - DOPS/ SR/ BA	1973
46	Selma Martins de Oliveira e Silva	Violação da Lei de Segurança Nacional. Atividade subversiva	Equipe CODI/ 6. Prisão no 19 BC. Comunicado a Agência pela Informação nº 428/73-SI/ SR/ BA	Alfredo Ângelo de Aquino Filho, Inspetor da Polícia Federal	Inquérito Policial nº 43/ 73-DOPS/ SR/BA	1973
47	Jacy Célia da França Soares	Atividade subversiva	Prisão efetuada pelo CODI/ 6 respondeu em liberdade por ordem da direção do CODI/6, por motivo de saúde	Alfredo Ângelo de Aquino Filho, Inspetor da Polícia Federal	Inquérito Policial nº 43/ 73	1973
48	Stélio Pereira de Andrade	Violação da Lei de Segurança Nacional, conforme comunicado da Agência pela Informação nº 428/73-SI	Prisão efetuada pelo CODI, RECOLHIDO NO Quartel de Amaralina	Alfredo Ângelo de Aquino Filho, Inspetor da Polícia Federal	Inquérito Policial nº 43/ 73	1973
49	Francisco Oliveira Franco	Violação da Lei de Segurança Nacional, conforme comunicado a Agencia de Informação nº 428/73-SI, CI/ DPF - E/ 2-6ª R, - SNI/ASV - 2ª SEÇ/2ª DN - A/ 2 - COMCOS	Prisão efetuada pela equipe CODI/6, recolhido na 1ª Circunscrição Policial SSP/BA	Alfredo Ângelo de Aquino Filho, Inspetor da Polícia Federal	Inquérito Policial nº 43/ 73- DOPS/ SR/ BA	1973

N°	Indiciado	Motivo	Órgão Responsável	Autoridade que instaurou o inquérito	Nº Processo	Ano
50	Nemésio Diógenes Neto (Diretor do Departamento Regional do SENAI na Bahia)	Documento Elaborado pelo SNI/ Agência Salvador para investigação do Representante regional do SENAI sob a tese: Reformas do ensino desastrosas; benefícios pessoais auferidos no cargo;admissão ilegal de pessoal; questões trabalhistas; despesas desnecessárias; abuso de autoridade;	SNI/ Agência Salvador Difusão: CONF/ASV/SNI/73 para o Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Nelson Taboada)	José Lima de Castro (Cel. Chefe da ASV/ SNI	Relatório de Investigação nº 036/310/ASV/ 78	1973
51	Diversos IPMs do Brasil	Existem dois IPMs da Bahia		Comandantes, Diretores e Chefes de Unidades Regionais		
52	Repete o arquivo da pasta IPMs VI Região 69			Luiz Henrique de Oliveira Domingues (Ten Cel (SEC DA CAI DO IV EXÉRCITO)		
53	Diversos IPMs da 6ª Região		Do Chefe do Gabinete do Ministro do Exercito (Gen Bda José Luiz Calderari) para o Presidente da CGIPM (Presidência da República)	Cel. Art. QEMA Marino Freire Dantas; Major Inf José Ribeiro de Carvalho; Major QEMA Roberto de Souza Parentoni	IPM 255	
54	José Ramos de Queiroz	Tipos identificados na pesquisa tráfico de influências, acumulação de emprego público, corrupção passiva e concussão	SNI	Coronel José Lima de Castro		

N°	Indiciado	Motivo	Órgão Responsável	Autoridade que instaurou o inquérito	Nº Processo	Ano
55				Den Div. Hugo Penasco Alvim, Encarregado Geral de IPMs: Maj Augustinho Brito de Alvarenda; Cap Cerv Carlos Eugênio Osório de Paiva; Tem Cel Cav José Barreto Baltar; Tem Cel Art Frederico Franco de Almeida; Cap Qoa Geraldo Ferreira da Silva; Cap Art Creso Cardoso da Cunha Coimbra; Ten Cel Antonio Cândido Tavares Bordeaux Rêgo; Maj Inf Irineu Fernandes da Silva; Maj Odilton Medrado Sobral Castelo Branco; Maj Brig Oswaldo Balloussier; Ten Cel Jandro Alcântara de Avelar; Maj Armando de Moraes Ancora Filho; 1º Ten Henrique Almyr Masiero; Cap Paulo Frudêncio Soares Brandão; Maj Cav Paulo Antunes de Souza; Maj Murilo Borges de Medeiros; Cao José Leite Batista; Ce. José Ribamar Raposo; Cap José Ribeiro de Carvalho; Maj José Carlos Santos Junior; 2º Ten Euclides Feliz dos Santos; Maj Mario Vital Guadalupe Montezuma; Major Philinto José Braga Coelho; Major Aloysio Cirne; Maj Hélvio Moreira; Maj Carlos Mariano Brider.		
56	Diversos IPMs da Bahia	Encaminhamento de Documentos	Do Chefe da ARJ/ SNI para Chefe da ASV/ SNI	Gen Bda Roberto Pacífico Barbosa		1983

Anexo 36 - Repressão ao Movimento Estudantil de 1968 Solicitação do impedimento de matrículas de secundaristas e universitários

SOLICITAÇÃO DO IMPEDIMENTO DE MATRICULAS DE SECUNDARISTAS EM 1969 POR COLEGIO [11]

Colégio Estadual da Bahia – Central					
N°	**Nome**	**N°**	**Nome**	**N°**	**Nome**
1	Adenor Gomes Costa	25	Augusto Luiz Vieira Santos	49	Érico Pinho Souto
2	Aderino Atayde Calazans	26	Bartolomeu Araujo Silva Marques	50	Ermano Teixeira Rodrigues Filho
3	Adilson Silva Trindade	27	Benedito Rufino de Oliveira Santos	51	Eustáquio Antunes dos Santos
4	Alberto Luis Reis Lima	28	Carlos Alberto Cruz	52	Euvaldo Costa Patrício
5	Alino Espinheiro Andrade	29	Carlos Alberto Moreira	53	Everaldo de Araújo Santana
6	Almir Brito de São Paulo	30	Carlos Antonio Alves	54	Fastino Pacheco Filho
7	Alvaro Cezar Nunes Victoria	31	Carlos Deodato Rocha Kenner	55	Fernando Antonio Oliveira de Andrade e Filho
8	Alvenir Natécio Oliveira Fraga	32	Carlos Moureira Villanova	56	Fernando José Pinto da Silva
9	Anibal Ferreira	33	Carlyle Ruy de Amorim (sic)	57	Francisco de Assis Saff Dument
10	Antonio Carlos Bonfim	34	Chantel Russi	58	Francisco Kleber de A. Dorea
11	Antonio Eduardo Alves (sic)	35	Claudemário Oliveira Galvão	59	Francisco Vasconcelos
12	Antonio Eduardo Fernandes Costa	36	Clemente Fernandes Santos	60	Gilberto de Souza Guimarães
13	Antonio Jorge de Oliveira Alves	37	Cleomar Fonseca	61	Gustavo Roque de Almeida
14	Antonio Jorge Fonseca Sanches de Oliveira	38	Crescêncio Souza Andrade	62	Hilton dos Santos Pinheiro
15	Antonio Jorge Marques Santos	39	Cristóvão Cardoso Barreto	63	Hilton Santos Ferreira
16	Antonio Oliveira Paixão	40	Danilo de Cerqueira (sic)	64	Izabel Maria Souza Santana
17	Antonio Queiroz	41	Dissival Pinheiro Novaes	65	Jaime Luiz Miranda (sic) Filho
18	Antonio R. Miranda	42	Dores Serrano da Cunha	66	Jeferson Ferreira Silva
19	Antonio Ribeiro Bastos Falcão	43	Edigar Matos Bertencort	67	João Carlos do Prado Anjos
20	Antonio Roberto Silva Dantas	44	Edivane Maria de Jesus	68	João Francisco Alencar Oliveira
21	Ari Fernandes Pereira	45	Edson Ferreira Lago	69	Jorge Silva Passos
22	Arnaldo Alves de Jesus	46	Eliana Monteiro Machado	70	José Alípio Estrela Marciel
23	Arnaldo da Silva Ribeiro	47	Elizabeth Rabelo Correria Lima	71	José Antonio (sic) Saffe
24	Artur Fernandes Neto	48	Emilia Augusto Monteiro Texeira	72	José Carlos Machado Torres

[11] Comandante da VI Região Militar. In: **ASV_ACE 3333/82 CNF 1/1. Acervo SNI, Arquivo Nacional.**

Colégio Estadual da Bahia – Central					
N°	Nome	N°	Nome	N°	Nome
73	José Carlos Maltez de Souza Bastos	101	Luiz Sérgio Leal	129	Raimundo Souza Barreto
74	José Carlos Queiroz Palma	102	Manoel Almeida Sales	130	Roberto Amorim de Almeida
75	José Carlos Raimundo Brito	103	Marco Antonio Kooper da Silva Dangremon	131	Roberto Pinto de Carvalho
76	José Fernandes Silva Ferreira	104	Marcos Silva Lemos	132	Roberval Ribeiro de Paiva
77	José Fernando Souza Nascimento	105	Marialva Portugal dos Santos	133	Robson Cabral Nunes
78	José Honório Queiroz Farias	106	Mário José de Souza Filho	134	Salviano José Bittencourt Melo
79	José Hugo dos Santos	107	Messias Araujo Silva	135	Sebastião Ferreira Cruz
80	José João Goncin Silva	108	Milton Assis Santos	136	Sérgio Roberto Roda Marinho
81	José Lisboa de Carvalho	109	Minervino D. Rocha Neto	137	Silvio Cerqueira Santana
82	José Luiz Silva Nazaré	110	Moaci Magalhães Barros	138	Silvio Cerqueira Santana
83	José Metidiere Neto	111	Moacyr Antonio Souza	139	Sônia Barros
84	José Moraes de Almeida Filho	112	Nalton Barbosa Santos	140	Sonia Maria Garcia
85	José Neves da Silva	113	Natanael Ferraz da Silva	141	Tania maria C. Dias Cunha
86	José Nogueira Leite	114	Natanael Romão da Silva	142	Terezinha Celeste
87	José Perez Duran	115	Nelson Macedo	143	Ubiracy Mesquita Xavier
88	Joviano Pinheiro de Moura Neto	116	Nestor dos Santos Piedade	144	Ubirajara Queiroz do Santos
89	Júlio Ferraz de Oliveira Neto	117	Newton Carlos Serrano Pereira	145	Ubiratan Ferreira Falcão
90	Juraci de Souza Walderley	118	Nielson Moraes da Silva	146	Valdenor Moreira Cardoso
91	Juracy de Souza Wanderley	119	Nilton dos Santos Piedade	147	Valmir Antonio Couto da Silva
92	Kátia Waxmar	120	Olivete de Jesus Santana	148	Valter Profeta da Silva
93	Lázaro Costa Mendonça	121	Olivetti Souza Santana	149	Vicente Barbosa da Silva
94	Lázaro Roque da Silva Paranhos	122	Orlean Costa Andrade	150	Vicente Paulo dos Santos
95	Luiz Alberto Falcão de Queiroz	123	Paulo Francisco B. Marques	151	Walmir Ferreira Mascarenhas Filho
96	Luiz Antonio Caires Magalhães	124	Paulo Roberto Araujo	152	Washington Gonçalves de Araújo
97	Luiz Carlos Gomes	125	Paulo Roberto Araújo	153	Weldon Silva Santana
98	Luiz Eduardo P. de Figueredo	126	Paulo Sérgio Morreira Brasil	154	Welligton Soares de Oliveira
99	Luiz Fernando Brandão	127	Paulo Setolde dos Santos	155	Zenivaldo Tavares Silveira
100	Luiz Macedo Amado Simões	128	Raimundo Nonato Gonçalves Primo		

Colégio Estadual Duque de Caxias	
N°	Nome
1	Antonio Carrilho Farias
2	Roberval Agatão
3	Waldir Araújo

Colégio Estadual Manoel Devoto	
N°	Nome
1	Denise Pitagóras de Melo de Freitas

Colégio Estadual João Florêncio Gomes	
N°	**Nome**
1	José Ferrando de Souza
2	José Gilberto Pavilla Coelho
3	José Eduardo Tavares
4	Gilson Gomes da Silva
5	Paulo Calmon
6	Ebel de Rosco Souza Silva
7	Maria Helena B. Bonfim
8	Lêda Maria Ribeiro de Araújo
9	Manosi Figueiras
10	Odair Francisco de Abreu
11	Maria Mônica de Jesus
12	Lúcia Maria de Araújo Cardoso
13	Manoel Figueiras
14	Maiara Oliveira
15	Dilton José Mascarenhas da Silva
16	Fernando Antonio Silva de Azevedo
17	Dailton Mascarenhas da Silva
18	Lucia da Silva Guedes
19	Renato Fernando de Carvalho Benzano
20	Vanda Bárbara Alves da Silva
21	Jofar de Abreu Brasileiro
22	Juciene Lopes de Araújo
23	Olivia Figueredo Cima
24	Antonio Sérgio Alfredo Guimarães
25	José Fernando Guimarães

Colégio Estadual Goés Calmon	
N°	**Nome**
1	José Átila Ribeiro Gonçalves Muniz Barreto de Aragão
2	Gladys Maria Ribeiro Gonçalves Muniz Barreto de Aragão
3	Aclinio Lopes Ferreira
4	Antonio Roberto Leite Matos
5	Cledson Jarder de Resende
6	Pedro Silva Ferreira

Instituto Central da Educação Isaías Alves	
N°	**Nome**
1	Waligno Silva Perez (Nigô)
2	João Carlos Almeida de Alencar
3	Rui Santos Leite Monteiro
4	Jonicael Cedraz de Oliveira Branco
5	Maria da Glória Martins dos Santos (Glorinha)
6	Artur Torres Cardoso
7	Bento Silva Santos

Ginásio Estadual Luiz Pinto de Carvalho	
N°	**Nome**
1	Carlos Bichote Oliveira
2	Manuel Lopes Coutinho
3	Luiz Marques
4	Valner Pereira dos Santos
5	Ana Maria Martins de Lima
6	Edson Bueno da Silva
7	Marilene Batista dos Santos
8	Djalma Santos Ferreira da Silva
9	Antonio Muniz dos Santos
10	Walter Antonio de Oliveira
11	Armando dos Santos Menezes
12	Dirlene Serra Santana
13	Claudionor Alves Sales
14	Derival Serra Santana
15	Carlos Alberto Rocha Oliveira
16	Carlos Antonio Urbano Teixeira
17	José Conceição Rosa
18	Lázaro Monteiro Lopes
19	Marly Santos Cardoso
20	Luiz Carlos Araújo Ferreira
21	Nivaldo Lima de Oliveira
22	Antonio Sena Ferreira

Colégio Estadual Severino Vieira	
N°	**Nome**
1	Ana Alice Dias Alves
2	Antonio de Castro Alves
3	Antonio Marcelino de Melo
4	Antonio Ribeiro Leite Filho
5	Antonio Ubaldo Dias dos Santos
6	Augusto Ferreira
7	Crismerindo dos Santos
8	Eduardo Hage
9	Elano Barroso de Souza
10	Gustavo Ariocara Falcon
11	Gustavo Tapioca
12	Isac Rodrigues de Almeida
13	Jacy Silva Brito
14	Joel Kertzman
15	Jussara Meirelles
16	Maria José Sarno
17	Ney Oliveira
18	Paulo Bhown Martins Filho
19	Roberto Garrido

SOLICITAÇÃO POR IMPEDIMENTO DA MATRÍCULA NA UFBA EM 1969 POR FACULDADE

Faculdade de Direito	
N°	Nome
1	Aloisio da França Rocha
2	Amálio Couto de Araújo Filho
3	Antonio Pinheiro Sales
4	Armando Paraguassu Sá Filho
5	Aurélio Miguel Pinto Dórea
6	Coriolano de Souza Sales
7	Dermeval Ferreira
8	Eduardo Collier Filho
9	Eduardo José Monteiro Teixeira
10	Generaldo de Lima Queiroz
11	Hélio A. Soares
12	João Ribeiro Dantas
13	José Augusto da Silva Brito
14	Juracy de Souza Novato
15	Nilo Alberto Santana Jaguar de Sá
16	Noraldino Neviton de Souza
17	Pedro Milton
18	Rosalindo Souza
19	Sara Silva
20	Vitor Hugo Soares

Faculdade de Filosofia	
N°	Nome
1	Aecio Pamponet Sampaio
2	Ângelo José Leite de Oliva
3	Carlos José Sarno
4	Evandro Jacobina
5	Gey Espinheira
6	Luiz Carlos Café da Silva
7	Reinaldo Dantas Jacobina de Brito
8	Rogério Cunha de Campos
9	Cleuza Pimentel Ferreira
10	Eneida Leão Cunha
11	Iracema Luiza de Souza
12	Júlio Alberto Pavese
13	Marie Selena Russi
14	Mirtes Maria Matos
15	Moacir Barbosa Silva

Escola Politécnica	
N°	Nome
1	Agnaldo Rabelo
2	Alberto Armando Batista Gaspar
3	Aldo Carvalho Andrade
4	Carlos Alberto H. Camacho
5	Carlos Alberto Tibúrcio
6	Edward José de Santana
7	Fernando Casis
8	Luiz Júlio Silva Ferreira
9	Pery Thadeu Falcon
10	Salomão
11	Sérgio Maurício Brito Guadenzi

Faculdade de Arquitetura	
N°	Nome
1	Fernando Antonio Gonzales Passos
2	Luiz Arnaldo Souza Magnavita
3	Marçal Ribeiro de Fonseca
4	Marcos Paraguassu de Arruda Câmara
5	Raimundo Nonato Barros

Escola de Geologia	
N°	Nome
1	Antonio Carlos Monteiro Teixeira
2	Cezar José franco Nobre Martino
3	João Almeida dos Santos
4	Manoel Conceição de Araújo Neto
5	Paulo Henrique de Oliveira Costa

Faculdade de Medicina	
N°	Nome
1	Albano Franca Rocha Sobrinho
2	Jacema Elvira de Oliveira Falcon
3	Maria Carvalho Machado
4	Mario Rodrigues de Almeida
5	Nilton Gomes de Oliveira

Escola de Nutrição	
N°	Nome
1	Carmen Círia Carneiro Carvalho

Escola de Medicina Veterinária	
N°	Nome
1	Cláudio Ferreira
2	Fernando Oliveira
3	João Araújo de Almeida
4	Nivan Rodrigues da Silva

Faculdade de Agronomia de Cruz das Almas	
N°	Nome
1	Antonio de Padua
2	Armando Rosa

Escola de Teatro	
N°	Nome
1	Celson Contrin Coelho

Escola de Dança	
N°	Nome
1	Ana Maria Andrade Miranda

Faculdade de Farmácia	
N°	Nome
1	João Martins da Silva

Escola de Belas Artes	
N°	Nome
1	Terezinha Martins dos Anjos

Escola de Biblioteconomia	
N°	Nome
1	Maria L. Santos Carvalho

Escola de Enfermagem	
N°	Nome
1	Maria de Lourdes Ferreira

Instituto de Energia Atômica	
N°	Nome
1	Sílvio Roberto Azevedo Ferreira

Faculdade de Odontologia	
N°	Nome
1	Raphael Tavares Correia

Escola de Administração	
N°	Nome
1	Carlos Martins Cabral

Anexo 37 - 104 Demitidos da Petrobrás em 1964 por motivos políticos

DEMITIDOS DA PETROBRAS EM 1964 POR MOTIVOS POLÍTICOS			
N°	**NOME**	**N°**	**NOME**
1	Absolon Gonçalves dos Santos	53	Gentil Pereira Costa
2	Acyr Teixeira Lima	54	Geraldo de Souza Vieira
3	Adelson Souza Lopes	55	Hélio José do Rosário
4	Adresmar Torreta	56	Iara Jesus da Silva
5	Afranio de Carvalho Freire	57	Jair Pinto de Brito
6	Alencar Ferreira Minho	58	James Amado
7	Aloysio Midlej Silva	59	James José de Farias
8	Álvaro Benevides	60	João Dias de Oliveira
9	Américo Maia de Oliveira	61	Jose Americo de Brito Filho
10	Amilcar Carneiro da Cruz	62	José Augusto Carvalho de Araújo
11	Anacleto de Menezes Brandão	63	José Augusto da Silva 0996
12	Anderson Caio Rodrigues Soares	64	José Augusto Ornellas da Cruz
13	Anísio Araújo Lima	65	José Correia Silva
14	Antonio Carlos Teixeira de Carvalho	66	José Laranjeira Sobrinho
15	Antonio da Rocha Santana	67	José Neves Sobrinho 0397/032005
16	Antonio da Silva Santos	68	José Pinto Maranhão
17	Antonio Gomes Trigueiros	69	Laurindo Pedro Gomes
18	Armando Itamar Pires	70	Luciano Monteiro Campos
19	Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade	71	Luiz Caetano de Souza Junior
20	Astério Caetano Costa	72	Luiz Marcelo Bertollo Caffé
21	Ayrton Paiva Penna	73	Luiz Mario Avena 0397/ 122004
22	Benedita Maia da Silva	74	Manoelito Borges da Costa
23	Brivaldo Bomfim de Oliveira	75	Maurity Hamilton Santos
24	Carlos Augusto Contleiras de Almeida	76	Milton Coelho de Carvalho
25	Carlos Augusto Marighella	77	Milton de Carvalho Silva
26	Claudemiro Marcelino Calmon	78	Milton de Sá Carvalho
27	Crispim Hipólito dos Santos	79	Milton Negromonte Fontes
28	Danilo de França Martins	80	Moacyr Pinheiro Silva
29	David Santiago dos Santos	81	Murilo José Guedes Cabral
30	Demosthenes Soares de Oliveira	82	Nilo Calazans de Menezes Filho
31	Dilermino Teixeira Lima	83	Nudd David de Castro
32	Djalma Sousa Oliveira 0996	84	Odyrceo da Costa Vigas
33	Domingos Santana	85	Olívio de Azevedo Botelho
34	Edson Vieira da Silva	86	Osmar Gonçalves Sepúlveda
35	Eduardo Guilherme Penfold Muniz	87	Plínio José Batista de Aguiar
36	Eduardo José Chagas Pires	88	Raimundo Lopes
37	Edvaldo Santos Barbosa	89	Raul Rodrigues Cajado
38	Elinaldo Ribeiro Nery	90	Rayjul Costa dos Reis
39	Ernesto Claudio Drehmer	91	Roberto da Silva Vieira
40	Estanislau Gonçalves Villa 0397	92	Rubem Dias do Nascimento
41	Eurionaldo Raymundo Embirussu	93	Salvador José de Souza
42	Euripedes Paulo Machado do Carmo	94	Sérgio Pinheiro Reis
43	Everaldo Soares de Oliveira	95	Siginaldo Costa Vigas
44	Evilásio Menezes de Almeida	96	Sinézio Alves de Jesus
45	Fernando Olivier de Goes Cima	97	Sinval Araujo Andrade
46	Fernando Soares Razoni	98	Sonia Maria de Castro
47	Fernando Talma Sarmento Sampaio	99	Valter Nogueira Silva
48	Flordivaldo Maciel Dutra	100	Verdy Plech
49	Francisco Luciano Gurgel do Amaral 0397/ 07/97	101	Vicente Correia Bahia
50	Francisco Luiz Drumond Neto	102	Vivaldo Balthazar da Silveira
51	Francisco Neves Bitencourt	103	Wagner Cecílio Cunha de Carvalho
52	Francisco Ruy Lopes da Silva	104	Wilton Valença da Silva

Anexo 38 - "Mensagem ao povo da Bahia", do SINDIPETRO, SINTEC, SINERGIA, Bancários, Metalúrgicos, STIEP e SINDIQUÍMICA sobre a greve de 1983

MENSAGEM AO POVO DA BAHIA

Tem circulado por determinados orgãos da imprensa, manchetes e reportagens divulgando aos quatro cantos, que os trabalhadores das empresas estatais são privilegiados e vivem em mordomias. Analisemos essa situação:

O Brasil vive hoje a maior crise de sua história, com uma inflação que já atinge 130% e uma dívida externa de 120 bilhões de dólares. Tudo isso, resultado de um modelo econômico falido, desmoralizado que foi implantado por esse governo há 19 anos.

O modelo econômico adotado só tem beneficiado o capital financeiro nacional e principalmente as multinacionais, em detrimento dos trabalhadores. Todos os "deficits", todos os roubos, todas as corrupções, tem sido cobertos reduzindo-se salários dos trabalhadores.

Existe um movimento das multinacionais, utilizando o FMI e portavozes como Roberto Campos, no sentido de quebrar a economia do nosso país para que eles possam continuar nos dominando e ditando as normas da nossa nação. Para tal fim, eles pretendem quebrar a força do trabalhador e desequilibrar as empresas estatais tornando-as insolventes.

Como forma de dividir os trabalhadores, jogando principalmente com a opinião pública, é que esses setores (multinacionais e burguesia nacional) tem feito através da imprensa, uma campanha nacional, primeiro, contra as empresas estatais e segundo contra os trabalhadores dos seus quadros.

É necessário pois, esclarecer o que são privilégios

e mordomias.

O que os trabalhadores das estatais têm são conquistas trabalhistas e sociais que devem servir de exemplo para todas as outras categorias. São conquistas conseguidas a duras penas ao longo desses anos através de greves e outras formas de lutas, quando muitos companheiros foram demitidos, presos, torturados e até mortos.

Mordomias e privilégios quem tem são os Ministros, os tecnocratas, os afilhados do regime, com suas mansões suntuosas, carros a disposição, motoristas, comidas em excesso, tudo isso pago com o dinheiro do povo, sem falar nas corrupções cometidas.

O que faz o deficit das empresas estatais não é o salário dos trabalhadores, que gira hoje em torno de 12% dos custos totais, mas sim os custos financeiros, que se colocam em torno de 69%. É a Utilização por parte do governo, das empresas estatais para arrecadar dólares no exterior para cobrir as suas falhas.

Enfim companheiros, é necessário agora a nossa união para garantir os nossos salários, nossos empregos. Nessa luta estamos defendendo as empresas estatais das garras das multinacionais e defendendo sobretudo a soberania nacional.

E é na defesa das estatais, da soberania nacional tão duramente golpeada e do direito de trabalhar, que os trabalhadores da Refinaria de Mataripe, estão em GREVE, esperando a compreensão e s solidariedade de toda a comunidade da Bahia.

SINDIPETRO - SINTEL - SINERGIA - BANCÁRIOS
- METALÚRGICOS - STIEP - SINDIQUÍMICA

Anexo 39 - Repressão ao movimento sindical petroleiro baiano - Greve de 1983

REPRESSÃO AO MOVIMENTO SINDICAL PETROLEIRO BAIANO / GREVE DE 1983			
Nº	**NOMES**	**Nº**	**NOMES**
1	Adeildo Lima Silva	42	Carlito Cerqueira dos Santos
2	Adelmo Barros Silva	43	Carlos Alberto de Souza Santos
3	Ademir Viana Bacelar	44	Carlos Alberto Ribeiro de Figueiredo
4	Adiel Gama Santos	45	Carlos Nascimento Alves
5	Agenor Pires da Silva	46	Carlos Pereira da Silva
6	Agostinho Chaves dos Santos	47	Dejair da Silva Costa
7	Aildemar Alves Mendes Ailton Teixeira dos Santos	48	Dejair dos Anjos Santana
8	Ailton Teixeira dos Santos	49	Dianilto Gomes de Oliveira
9	Airton Atenedório de Lima	50	Diogenes Dias de Souza
10	Albérico Alves Aragão	51	Domingos Gusmão Dantas
11	Alcides Aragão dos Santos	52	Donato Bispo de Melo
12	Aldemiro Elio dos Santos	53	Edemar Soares dos Santos
13	Alfredo de Jesus Bispo	54	Edilei Tadeu Santos Aguiar
14	Almir Drumond de Morais Rego Filho	55	Adivirges Lopes dos Santos
15	Almiro Salvador dos Santos	56	Edmundo Silva
16	Aloisio Benício dos Santos	57	Edney Mario Bastos de Menezes
17	Aloisio Nascimento da Silva	58	Edson Batista Ornelas
18	Aloisio Nunes Rodrigues	59	Edson Emilio dos Santos
19	Amilton Semeão Xavier	60	Edson Nonato de Santana
20	Ana Lucia Santana Figueiredo	61	Eduardo Carlos Rodowicz
21	Anisio Santos da Silva	62	Eduardo Queiroz de Souza
22	Antonio Amaro de Souza Filho	63	Edvaldo Costa Lima
23	Antonio Batista Moreira	64	Edvaldo da Silva Bomfim
24	Antonio Carlos de Oliveira Filho	65	Eladio Teodozio dos Reis
25	Antonio Carlos de Souza	66	Elcio Sampaio Cardoso
26	Antonio Carlos Monteiro da Paixão	67	Elisio Veiga Santana
27	Antonio Carlos Palmeira Pinheiro	68	Erasmo Suzart Damasceno
28	Antonio Carlos Teixeira da Silva	69	Erisvaldo Cordeiro Mascarenhas
29	Antonio Cesar Bonfim de Jesus	70	Estevão Rodrigues de Sena
30	Antonio da Conceição	71	Erico Pires Rosa
31	Antonio Dias de Mendonça	72	Everaldo da Assunção Lopes
32	Antonio dos Santos Oliveira	73	Everaldo Tavares Santos
33	Antonio José dos Santos	74	Fausto do Carmo
34	Antonio Menezes dos Santos	75	Fernando Antonio Fonseca
35	Antonio Sales Lessa	76	Fernando Teixeira de Oliveira
36	Antonio Santos Sá Barreto	77	Francisco Araujo Pires Filho
37	Antonio Santos Silva	78	Francisco Ferreira de Oliveira
38	Aroldo Vieira Pita	79	Francisco Gomes de Andrade
39	Augusto Sergio Figueiredo Ramos	80	Francisco Gomes dos Santos
40	Aurelino Dias Encarnação	81	Francisco José do Rosário
41	Benedito Pereira Lopes	82	Francisco Ruy Lopes Filho

Nº	NOMES	Nº	NOMES
83	Geraldo de Souza Braga Filho	128	José da Conceição
84	Germinio Borges dos Anjos	129	José Epifânio de Jesus
85	Gilberto Santana Malafaia	130	José Jairo de Souza Calmon
86	Gildasio Rodrigues da Conceição	131	José Jorge Ferreira de Melo
87	Gildasio Silva Ribeiro de Souza	132	José Nary dos Santos
88	Gileno Souza Santos	133	José Oliveira da Fonseca
89	Gledson de Oliveira Reis	134	José Pereira Santos
90	Gonçalo Santos de Melo	135	José Santana
91	Helio Costa Lima	136	José Vilas Boas Santos
92	Helio Goes	137	José Walter Ferreira
93	Hercilio Ferreira da Silva	138	Joselito Archanjo de Souza
94	Hermano Rodrigues dos Santos	139	Joselito de Santana
95	Herminio Evangelista Muniz	140	Julio Correira dos Santos
96	Herval Cândido de Souza Filho	141	Justino da Silva Santos
97	Hugo Teles de Santana	142	Juvêncio Ubirajara Bezerra
98	Inocencio Carlos Alves Ramos	143	Kleber Santana Reis
99	Inocencio Ramos	144	Lázaro Paim
100	Invenção Cunha	145	Leonardo Gomes da Silva
101	Isaac Alves da Silva	146	Liralvo Vitoriano dos Santos Filho
102	Isaias Barreto Couto	147	Lourival Honório de Almeida
103	Ivan Fraga de Souza	148	Louviral Oliveira
104	Ivan Gonçalves Araujo	149	Luis Carlos dos Santos
105	Ivonildo Souza Silva	150	Luis Justiniano dos Santos
106	Jason Nascimento Neto	151	Luis Paulo Lima Figueiredo
107	Jerônimo Avelino de Brito	152	Luiz Augusto de Pinho
108	João Batista Ferreira	153	Magnaldo Reis Andrade
109	João da Costa Moreira	154	Manoel Alexandrino de Jesus
110	João Evangelista de Santana	155	Manoel Anselmo Esteves
111	João Gomes dos Santos	156	Manoel de Jesus Silva
112	João Ribeiro França	157	Manoel do Rosário Santos
113	João Sacramento Ribeiro	158	Manoel do Socorro da Conceição
114	Joaquim Neves dos Santos	159	Manoel Ventura da Silva
115	Jomendes Santana Melo	160	Maris Gonsalvez Conrado
116	Jonas Barbosa da Silva	161	Miguel Roque Patricio
117	Jonas Soares Farias	162	Milton da Hora Maia
118	Jorge das Neves	163	Milton Ferreira
119	Jorge Luis Silva Vidal	164	Milton José Cardoso
120	Jorge Souza Cerqueira	165	Nilmar Paim Braga
121	José Anacleto Ferreira	166	Noel Fortuna de Souza
122	José Antonio Celes Marinho	167	Olivaldo dos Santos
123	José Augusto Novaes de Santana	168	Orlando Francisco de Souza
124	José Barbosa dos Santos	169	Osvaldo Alves de Souza
125	José Bispo dos Santos	170	Osvaldo de Assis Gomes
126	José Carlos Alves	171	Osvaldo de Souza Guimarães
127	José Carlos Montes	172	Osvaldo Pereira Barbosa

N°	NOMES	N°	NOMES
173	Otacício Alves dos Santos	187	Roque Amorim Conceição
174	Paulino Nascimento	188	Roque André de Jesus
175	Paulo dos Santos	189	Roque da Paixão
176	Paulo Sergio Zachariades Silveira	190	Sandra Costa Paraiba
177	Péricles Alves Risso	191	Silvestre Alves Bastos
178	Ponciano Pereira de Santana	192	Sinval Oliveira Santos
179	Raimundo Alexandrino dos Santos Neto	193	Ubaldo José de Santana
180	Raimundo Cesar Gois de Menezes	194	Valdelício de Jesus Souza
181	Raimundo Ferreira da Cruz	195	Valdevino de Jesus
182	Raimundo Julio de Assis	196	Valmir Alves de Santana
183	Raymundo Nonato de Jesus	197	Valnilton Leal da Cruz
184	Reginaldo Evangelista de Azevedo	198	Vanderlito Nascimento Souza
185	Roberto Carlos Daebs Lima	199	Wellington Sampaio Sá
186	Rogério de Oliveira Santos Mascarenhas	200	Zuleide Oliveira Araujo

Fonte: ABRASPET

Anexo 40 - Repressão ao movimento sindical - demitidos do Sindiquímica - Greve de 1985

REPRESSÃO AO MOVIMENTO SINDICAL DEMITIDOS DO SINDIQUIMICA/ GREVE DE 1985			
N°	NOMES	N°	NOMES
1	Adalberto Gomes Guimarães	42	Edson de Souza Bembem
2	Ailson Borges de Sales (in memoriam)	43	Edson Luiz Coelho
3	Alberto Passos da Silva	44	Edson Paim de Oliveira
4	Aldemar Arnold de Góes Moreira	45	Edson Régis
5	Aleinaldo Batista Silva	46	Edson Rosa Trindade (in memoriam)
6	Alfredo Santana Santos	47	Edson Santos
7	Alírio Santos Sousa	48	Elio José Pattacini
8	Amaíse Tavares Batista	49	Eliseu Silva dos Reis
9	Ana Maia Spinola Sodré	50	Elitieri Batista Santos Filho
10	Anísio Celso dos Santos Filho	51	Elsione de Souza Braga
11	Antônio Augusto Galvão de Araújo	52	Erisvaldo Manoel de Santana
12	Antônio Carlos Santos da Silva	53	Ernalto Santos de Oliveira
13	Antônio Nivaldo Almeida Lima	54	Euro Oliveira de Araújo
14	Antonio Raimundo Barreto Sodré	55	Eustáquio de Santana Neto
15	Antônio Raimundo Figueiredo Barbosa	56	Everaldo Cruz Alves
16	Antônio Raimundo Santos Moreira (in memoriam)	57	Everaldo Mariano dos Santos
17	Antônio Vieira Filho	58	Fernandes Bernardes dos Santos
18	Ariston Xavier de Santana	59	Fernandes Paulo Ferreira Marins
19	Arthur Newton Bahia de Lemos	60	Fernando Jorge Ferreira Cunha
20	Augusto César de Castro da Rocha (Alminha)	61	Francisco Belchior Santana Souza (in memoriam)
21	Bento Sérgio Dantas Barbosa	62	Francisco Martins Rodrigues
22	Berneval Ferreira dos Santos	63	Franklin José Nunes da Silva
23	Bruno Nogueira Costa	64	Geraldo Guedes Filho
24	Carlos Alberto Alves Sales	65	Gérson Cândido Rocha Filho
25	Carlos Alberto das Neves	66	Gérson da Silva Marins
26	Carlos Alberto de Jesus	67	Gilberto Fernandes da Silva (China)
27	Carlos Alberto Lima da Silva	68	Gilberto Mecias de Souza
28	Carlos Antônio Dias Freitas	69	Gileno Pereira dos Santos
29	Carlos Antônio de Pinho Protásio	70	Gilvan Vieira Torres
30	Carlos Eduardo da Silva Gomes (in memoriam)	71	Hamilton Barreto dos Santos
31	Carlos Henrique Pedreira Santos	72	Hamilton Sacramento dos Santos
32	Carlos Martins Marques de Santana	73	Harry dos Santos Leal
33	Carlos Orlando Oliveira Cerqueira	74	Hélder Augusto Barreto Sodré
34	Clélio Eduardo Gomes	75	Hélio Albano
35	Cloves Alves Sales	76	Hélio Francisco dos Santos (in memoriam)
36	Clóvis Loureiro de Santana	77	Hélio José Fontes
37	Constantino Fernández Soto	78	Herval Alves de Queiroz
38	Dagoberto da Silva Lemos	79	Isaltino Inácio Lira dos Santos
39	Domingos Fernando de Jesus	80	Jailton Nunes de Morais
40	Edmundo Dias de Farias	81	Jailton dos Santos Matos
41	Edmundo Leal Pereira (in memoriam)	82	Jan Ferreira dos Santos

N°	NOMES	N°	NOMES
83	Jeová Gomes Brandão	128	Manoel dos Reis Nunes Viana
84	João Agostinho de Santana (in memoriam)	129	Marcos Medeiros
85	João Carlos Dantas	130	Marialdo Ribeiro Filho
86	João de Deus dos Santos	131	Mário Alves de Araújo
87	João Nunes Barbosa	132	Mário Moraes Lima
88	João Otávio Moura Menezes	133	Mário Zózimo Amorim Junior
89	João Rafael Pedreira Araújo	134	Milton Carlos Facchinetti Maltez Leone
90	Jones de Oliveira Carvalho	135	Moisés Ferreira Andrade
91	Jorge Galileu Ramos	136	Natanael Francisco dos Santos
92	Jorge Geraldo dos Santos	137	Nathaniel Braia
93	Jorge Gualberto Lima	138	Osvaldo de Araújo Fernandes Sobrinho (in memoriam)
94	Jorge Serva de Araújo	139	Osvaldo Luiz de Carvalho Pires (Bola)
95	José Ailton Ferreira Rodrigues	140	Otacimar Sousa Cardoso
96	José Alberto Almeida da Cruz (Zuggi)	141	Pânfilo Sérgio Sotero (in memoriam)
97	José Antônio Fernández Soto	142	Paulo Anésio França de Matos
98	José Antônio Serrano	143	Paulo Sérgio das Neves
99	José Antônio Tebaldi Castellano	144	Pedro Cerqueira Lima
100	José Augusto da Silva (in memoriam)	145	Raimundo dos Santos Borges
101	José Bento dos Santos Carvalho	146	Raimundo Jorge Freitas da Silva
102	José Carlos Bahiana Machado Filho	147	Raimundo Muniz da Cruz
103	José Carlos Barreto Sodré	148	Renato Barbosa dos Anjos
104	José Carlos Paolillo Costa	149	Roberto Prado Ribeiro
105	José Carlos Pires Nascimento	150	Roberto Sérgio Silva Coelho
106	José Costa Santana	151	Romar Antônio da Silva Eloy
107	José Cristóvam do Sacramento	152	Romário José Fontes
108	José Fernando Narciso Alves	153	Ronaldo Antonio Torres Cruz
109	José Gonçalves dos Santos (Quench)	154	Roque Odilon Leite
110	José Ivan Dantas Pugliese	155	Rui Costa dos Santos
111	José Lázaro Moreira Passos	156	Salvador Brito de São José
112	José Magalhães de Oliveira	157	Sebastião Paulo Dourado
113	José Pereira Palma Júnior	158	Sócrates José Calmon Santos
114	José Pinheiro Almeida Lima	159	Sonildo Cerqueira de Oliveira
115	José Ribeiro Rodrigues	160	Ubaldo Teixeira Silva
116	José Rodrigues de Souza Neto (Matota)	161	Ubiratan Souza da Costa
117	Jufran de Souza Guimarães	162	Umbelino dos Santos
118	Juilson Fernandes dos Santos	163	Valdomiro Ribeiro dos Santos
119	Jurandy Silva Lemos	164	Valnei José Barbosa
120	Jurany Coutinho de Alcântara	165	Valter de Jesus Oitabem
121	Justiniano José Cordeiro Almeida	166	Valter Gomes da Silva (in memoriam)
122	Laci Plácido Pimentel Filho	167	Valter Guedevile Pena
123	Lázaro Antônio Ribeiro Costal	168	Valter Ribeiro da Silva
124	Luiz Bastos Rodrigues	169	Waldemiro Borges Fernandes (in memoriam)
125	Luiz Ferreira de Souza (Ferreirão)	170	Walmir Gervásio Neves (in memoriam)
126	Luiz Henrique de Souza Oliveira	171	Walter Rodrigues Vasconcelos
127	Luiz Gonzaga Montay	172	Wilson da Cunha Adôrno

Anexo 41 - Entrevista de Ulisses Souza Oliveira Junior e Jorge Manoel de Santana

Entrevista conduzida pela técnica Isadora Browne Ribeiro, no dia 31 de outubro de 2014, a partir das 9 horas, na sede do sindicato dos portuários (SUPORT), com Ulisses Souza Oliveira Jr. e Jorge Manoel de Santana.

Ulisses Jr.- Eu vou falar apesar de não ter participado diretamente, era muito novo. Jorge era muito novo, ele entrou na docas com 16 anos, que antigamente as docas era de pai para filho. E ele entrou, o pai dele ainda estava. Eu, quando entrei, meu pai já tinha um ano que tinha saído. Mas ele, o pai dele ainda estava. Apesar de não ter tido nenhuma história, ele já entrou em 66, o golpe a pleno vapor. Mas pode conhecer de algumas histórias, de como o militarismo atuou dentro das docas, em cima dos portuários, conheceu muitos que ainda brigavam na época, mesmo escondido da ditadura. Então, pode ser um testemunho bom. Trás histórias. Da parte política, eu posso lhe falar alguma coisa, até porque meu pai foi um desses que participou disso aí. Bom. Meu nome é Ulisses Jr, eu estou atualmente vice-presidente de vinculados aqui do Sindicato dos Portuários da Bahia e tenho, à primeira mão, que lhe explicar uma coisa: a nossa sistemática portuária. Quando a senhora colheu o depoimento de alguém que lhe disse que são vários sindicatos no porto, realmente. Até hoje, infelizmente, que hoje não cabe mais isso aí, a política que não deixa a coisa acontecer, nós sempre fomos – isso é herança da época da escravidão – nós sempre fomos multi sindicais. Os principais sindicatos que atuam no porto. Que, pelo menos, atuavam, porque alguns hoje já não têm mais voz, já faleceram por conta da nova sistemática, das novas leis dos portos e tal. Na época, tinha aqui o Sindicato da Administração, que era o pessoal ligado diretamente às docas, mais precisamente, uma parte operacional e a grande maioria, a parte administrativa. E tinha o Sindicato dos Operários Portuários, que agregava uma parte operacional empregada nas docas e, a outra parte, trabalhadores avulsos, ou seja, sem vínculo empregatício. Sindicato dos Estivadores, Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Cargas, Sindicato dos Vigias Portuários, isso na época. E aí vinha o Sindicato dos Marítimos, que são arraes, essas coisas, o Sindicato dos Marítimos que é o pessoal que trabalha a bordo das embarcações, não tem vínculo nenhum com o porto, com as docas. O Sindicato dos Marítimos é o pessoal que trabalha a bordo: rebocadores, balsas. O pessoal que trabalha aqui a bordo, dentro do estado da Bahia, quem representa é o Sindicato dos Marítimos. Bom. Essa era a configuração, à época, dos sindicatos aqui na Bahia quando o militarismo golpeou.

Hoje tem o Sindicato dos Arrumadores, mas na época ainda não trabalhava no porto. É outra coisa, que não tem nada a ver. Bom. Então, por que nós não temos documentos? Porque, aqui pelo menos, diz aí as histórias que meu pai me contava e as histórias que eu ouvia dos mais velhos, nossos companheiros chamados doqueiros. Quando explodiu o golpe, cerca de uma semana depois, essa sede aqui foi invadida. Essa sede aqui é nossa desde 1959. É. Nós temos um prédio ali na Rua do Julião, atrás do Rápido Baiano, que era do sindicato dos operários, que se uniu com o nosso para formar o SUPORT, com o da administração, que aqui é o sindicato da administração, e o sindicato da administração ficava defronte. Não era aqui. Então, em 1959, Antonio Mauricio de Freitas, que foi o presidente que eu vou lhe contar a história, conseguiu, com uma vaquinha, com ajuda dos companheiros e tal, comprar essa sede aqui. E aí, nós passamos a viver. Em 64, explodia o golpe. Essa sede foi invadida. Os documentos, segundo me contam, eram jogados pela janela para o caminhão do exército pegar embaixo e dar destino. Esvaziavam as gavetas,

os arquivos e jogavam pela janela. E aqui, tomado de metralhadoras, fuzis e tal. E uma ameaça de prisão. Que só veio a acontecer depois. Cerca de alguns meses depois, os companheiros foram presos. Os mais famosos presos daqui do sindicato foi o presidente à época, Antonio Mauricio de Freitas, que, por coincidência, era padrinho do meu irmão, e Miguel Antonio da Rocha, que era o tesoureiro do sindicato. Eles foram presos. Antonio Mauricio de Freitas foi preso, colocado no porão de um navio, lá fora. E aí era uma das torturas. Você era colocado num navio da marinha, vazio, num local perto, vizinho, parede e meia com o motor do navio. E aí você ficava ali, o dia todo, ouvindo aquele motor trabalhar. Fora o calor. Exato. Era uma das torturas. As primeiras. Depois, esse pessoal era colocado num avião, e ia daqui para Fernando de Noronha, como Mauricio de Freitas foi. E, no meio do caminho, eles ameaçavam jogar, como jogaram vários. Ficavam ameaçando abrir a porta. “Ah, é aqui que vai jogar esse? É aqui que vai jogar, e tal” Aquela tortura psicológica. Ele foi para lá. A – eu vou chamar de esposa, á época não era bem esposa, mas – a esposa dele à época conseguiu descobrir onde ele estava, e conseguiu – porque conhecia alguém nas forças armadas de antes do golpe, e tal – fazer uma visita a ele lá. Ele estava lá preso junto com, entre outros, aquele da Petrobras, Mário Lima. E aí, como foi a visita? Ela foi no avião de carga, foi levar mantimentos. Saltou do avião. Aí, isso ela mesmo conta. Eu não quero trazer ela para cá, mas tem o filho dela, que está viajando hoje e se predispôs a conversar com a gente quando ele retornar. É filho dela mais dele, Mauricio de Freitas. Então, quando ela chegou lá, enquanto o avião descarregava, colocaram elas em fila que ela estava ela e mais duas companheiras que ela conseguiu levar, uma delas era a esposa de Mario Lima. E eles numa distância como daqui lá do outro lado da rua. Em fila também. Isso ela conta: “Pronto. Vocês não queriam ver? Está ali.” Aí, quando o avião acabou de ficar pronto, “O avião já está pronto, vamos voltar. Vambora.” Esta foi a visita, a única que ela fez enquanto ele estava lá. E lá, sofreram torturas, sofreram, ele ficou meio esquizofrênico, passou a beber. Ele não tinha histórico de bebida, e tal. Meu pai faleceu o ano passado, era secretário aqui do sindicato e no dia que Miguel Antonio da Rocha foi preso, essa história eu sempre ouvia, ele contava. No dia que Miguel foi preso, os dois iam aqui no comércio andando. E, o túnel estava recém inaugurado, era novo. Eles tinham o costume de subir o Taboão. Beber umas, para chegar no Pelourinho, aquelas coisas de doqueiros. Aí, meu pai viu o jipe da marinha atrás deles. Meu pai era meio que atleta, né? Jogador de bola, e tal, gostava de correr. Falou para Miguel: “Miguel, os homens vêem ali.” Aí Miguel “Que nada!” Miguel era todo calmo. “Que nada!” “Miguel, os homens vão pegar a gente.” Já tinham prendido Antonio Mauricio de Freitas. “Os homens vão pegar a gente, Miguel” “Que nada, rapaz, que nada”. Meu pai aí “Miguel, Eu não vou esperar. Até logo.” Diz que subiu o Taboão parecendo uma flecha. Prenderam Miguel. Miguel ficou preso aqui onde hoje é o atual Fuzileiros Navais durante mais ou menos um mês e a família não sabia onde ele estava. Cinco filhos, se não me engano, cinco filhos pequenos à época. O filho dele mais velho, quando conta isso, chora hoje, com todo cabelo branco que ele tem, chora. A mulher dele conseguiu descobrir, não sei como, que ele estava aqui no atual Fuzileiros Navais. Veio um dia de tarde, encontrou lá um tenente na porta que ela entrava e “A senhora veio fazer o que aqui?” “Vim visitar porque eu soube que meu esposo esta aqui e tal e ele está passando fome há um mês e tal”. Essa história da fome também vou contar outra história. Não foi ele só. “Quem lhe disse que ele está aqui?” “Ah eu soube e tal” “Tá bom. Hoje não dá pra ver ele não que ele está aí. Mas venha amanhã no mesmo horário.” A pobre da criatura foi para casa. Não tinha nem dinheiro para pegar o transporte, mas foi. Voltou no outro dia aflita. Chegou aí, já encontrou outro oficial. “Quem lhe disse que ele estava aqui? Tá aqui mais não. Saiu daqui de noite.” Miguel já estava no navio também lá fora, no porão de uma corveta. E esse sofrimento foram três meses. Ela passando fome

com as crianças. Aí é que vem a pior história. Porque os companheiros que não foram presos, mas eram vigiados. Proibiu-se que se fizesse vaquinha para ajudar as famílias de quem estava preso. Você corria a vaquinha, uma lista, uma coisa, quem estava com a lista na mão era preso. Levava para lá para a Capitania para ser interrogado e o dinheiro sumia. O dinheiro simplesmente sumia. O cara voltava e ficava até sujo com os colegas “Foi você que comeu o dinheiro.”

Teve companheiros nossos tipo Engenheiro, Manoel Lopes Melo, o finado Engenheiro que infelizmente faleceu, tem três anos já, era do Partidão, como outros que tinha aqui dentro que eram do Partidão e tinha aparelhos aqui dentro, no meretrício, eles conheciam as mulheres, que os doqueiros, né? Por que era engenheiro, não sei. Porque era semi-analfabeto. Esse era um militante, atuante, ele era designado para justamente fazer a proteção do pessoal do partido comunista. Também as prostitutas que ajudavam nesse negócio eram escolhidas. Não eram todas. Eram pessoas que tinham uma certa, vamos dizer assim, um certo entendimento do que estava se passando. Não era pegar qualquer uma para guardar fulano, assim, não. Era E Engenheiro, talvez o nome dele de Engenheiro por causa disso. Ele arquitetava muito bem esse negócio. É fulana. Ele tinha uma comunicação boa. E Mario Lima foi um dos que Engenheiro escondeu aqui dentro. Até o penico com as necessidades fisiológicas eram as mulheres que saiam para jogar, que eles não podiam sair de dentro do quartinho. Até conseguir uma brecha para fugir de lá, ir para outro lugar e tal. Então, isso também os portuários fizeram, os que participavam do Partidão. Do PCB e das organizações para-militares. Tinham aparelhos nessa zona portuária aqui no meretrício e tal, que era muito mais ativa do que hoje. O meretrício também já acabou. Hoje, é negócio de crack, droga, mas antigamente o meretrício tinha boite, tinha isso e aquilo, o pessoal conhecia e conseguia essas coisas para esconder o pessoal que militava e que reagia contra a ditadura.

Meu pai trabalhava nas docas como administrativo, chamava naquela época escriturário, não foi preso. Levou um mês sem vir nas docas. Ele tinha uma arma em casa, escondeu no forro e avisou a minha mãe e a minha avó que a gente morava junto com minha avó, mãe de minha mãe. “Se chegar alguém me procurando, me diga que eu vou sair pelos fundos, vou lá em Nazaré, vou sumir.” Que ele sabia o que estava acontecendo e tinha medo desse negócio de tortura e tal. E aí mandaram alguns recados para ele, ele apareceu de volta e aí disseram a ele assim: “Bom, você vai ter que se apresentar lá na Capitania.” Meu pai foi. Entrou numa salinha tipo essa, assim, pequena, ele com o sargento. E o sargento: seu nome, sua idade, onde é que você nasceu, onde é que você mora, tem família, nome de sua mulher, nome de seu pai, sua mãe, aquilo tudo. Meia hora ou mais de 40 minutos de pergunta. “Tá liberado. Pode ir trabalhar. Amanhã o senhor esteja aqui no mesmo horário.” Aí, meu pai chegava, e sentava, as mesmas perguntas do dia anterior. E foram três meses, a guerra psicológica. Todo dia. E no final ele começava a perguntar “Tá achando ruim? Tá gostando mais não?” E nas docas, saiu de férias alguém que tomava conta de cartão de ponto. Aí o chefe, Jeferson, chamou meu pai e falou assim: “Olhe, você vai ficar aí tomando conta do lugar desse cidadão. Mas não é só tomar conta do cartão do ponto.” Tiraram ele do que ele estava fazendo, ele ficou um mês sem fazer nada porque era diretor de sindicato e tal. “Mas não é só para tomar conta do cartão, não. Você vai começar a fiscalizar o povo. Quem é e quem não é.” Aí meu pai, como tinha intimidade com esse chefe, falou para ele: “Olha. Se for para isso, pode mandar me prender, que eu não vou fazer isso não. Isso aí eu não vou fazer não. Então, eu continuo lá na minha cadeira sem fazer nada mas isso eu não vou fazer não. Não vou entregar ninguém aqui. Eu não nasci para fazer isso.” E aí,

aliviaram porque dentro das docas, naquela época, quando meu pai entrou, ele conheceu muitos que depois viraram chefe. O que mais traiu essa confiança hoje ainda vive, Dr. Jeferson Moreira Sena, se entregou aos militares de vez, mais que os outros. Tinha contato direto com a marinha. Quando as pessoas eram buscadas aqui dentro era porque ele indicava para ir para lá. E aí encheu-se as docas de militares. E colocaram militares nos pontos – vamos dizer – chaves: na operação, na guarda portuária, na engenharia, nas docas, na oficina. Encheram de militares.

Ulisses Jr. – (Eu estou falando aqui desde o golpe. Não foi quando você [Jorge] entrou nas docas não, que ele é um pouco depois. Eu chamei ele porque ele trabalhou diretamente com um desses militares,chamado capitão Almerindo, que nada mais era, era o chefe geral da guarda. Mas era uma das pessoas colocadas aí para saber quem era e quem não era. Talvez ele possa dizer que ele trabalhava direto, era o secretário do capitão Almerindo e tal, e pode ter informações sobre esse tipo de trabalho. Ter, tinha. Não vai mentir, agora pode falar, não tem nada.)

Ulisses Jr. – E aí continuou essa perseguição aos portuários. Nós tínhamos, nesse meio portuário, não só na administração, no Brasil todo, inclusive, senador. Osvaldo Pacheco era estivador no Rio de Janeiro, foi eleito senador e foi também perseguido pela ditadura porque tinha influência, tinha discurso, tinha prática. Então, o que eu posso lhe adiantar a princípio é isso. Agora, por azar nosso, eu não sei, por infortúnio, todo esse pessoal que participou, não me lembro aqui de nenhum que ainda esteja vivo. O último que eu me lembro que faleceu foi Camilo, Raimundo Camilo que viveu isso aí, participou, era do Partido Comunista e poderia até... mas infelizmente também faleceu. Engenheiro já faleceu, Antonio Mauricio de Freitas faleceu já tem mais de oito anos, Miguel também já faleceu, meu pai faleceu o ano passado, infelizmente,

Isadora – Então, veja bem. Eu vou conversar com a Comissão, talvez valesse a pena depois, em janeiro, a gente marcar uma audiência pública mesmo. Certo?

Ulisses Jr. – Sem problema

Ulisses Jr. – Vou lhe contar a maior. Quando explodiu o golpe, ele pode lhe dizer isso, ele não era ainda guindasteiro, mas deve ter visto. Os fuzileiros ficavam no cais, armados, para os guindasteiros trabalharem, porque os portuários ameaçaram parar porque o presidente foi preso. Que àquela época, a influência do sindicato era muito forte. A gente não fazia a greve porque fazia uma assembleia e resolvia, não. O presidente chegava no porto e dizia assim: “Para aí”. Parava todo mundo. Era um respeito quase que religioso ao presidente do sindicato. Porque tinha respeito, tinha conteúdo. Para a senhora ter uma ideia, quando chegava o “Movimento”, aí no cais, que era o jornal do Partidão, a diferença que eu vejo hoje: os analfabetos faziam roda para um alfabetizado ler e todos ouvirem. Então, tinha aquela organização política muito grande. Por isso que nós fomos perseguidos dessa maneira.

Isadora – E aí, o sindicato foi invadido, a documentação toda foi jogada fora, o presidente foi preso. Teve intervenção?

Ulisses Jr. – Intervenção no sindicato? Foi colocado aqui, claro que da categoria, mas com a ordem de obedecer piamente. É tanto que, o nosso grupo político assumiu o sindicato em 89. De vez em quando, a gente dizia que ia fazer assembleia, ligava um sargento para cá. Uma vez eu tava aqui, ele ligou, digo “Você quer saber disso para que?” “Ah, não lhe

interessa.” “Então também não lhe interessa se vou fazer assembleia.” Isso aí em 89, depois da Constituição. Eles vinham aqui escondido, eles vinham aqui nas assembleias que a gente fazia aqui, sempre tinha um aqui, que a gente sabia que tinha aqui um sargento. Não era o mesmo. Mas tinha um sargento da marinha aqui dentro da assembleia. No meio do povo, que enchia de gente. Mas a gente sabia que tinha. Até que eles foram, a coisa foi mudando. Mas até 89, depois da Constituição de 88, toda vez que a gente ia fazer assembleia, ele ligava. E aí, que está querendo saber se vai ter greve.

Ulisses Jr. – Agora, o único depoimento que eu lhe garanto é o do filho do presidente, Osvaldo, dono da gráfica. Ele esteve aqui ontem que ele veio entregar uma encomenda que nós fizemos, e ele se dispôs. Mas ele está indo para o Rio hoje. Quando ele voltar, eu entro em contato, para a gente marcar para ele falar. Ele, apesar da pouca idade, que na época eu tinha quatro, ele é da mesma idade minha, 64. Mas, a gente se lembra de alguma coisa. Esse lance mesmo de meu pai escondendo a arma, eu me lembro como se fosse hoje. Ele chegou, acho que foi no dia que ele saiu correndo com Miguel. Chegou em casa esbaforido. Pegou a arma, botou no forro. Aí, “Olha, se chegar alguém me procurando, me diga que eu vou sair por aqui.” Me lembro. Todas essas... tem uma criatura que ela morreu.... ela ficava pela rua dizendo que os militares mataram a filha dela. Recentemente, eu soube dessa história. Mas eu me lembro de ter visto essa criatura na rua. Ela tinha cinco filhos e a filha mais nova dela, 17 anos, foi presa, foi torturada, ficou louca. Internada no Sanatório Bahia. Ela começou, ela também pirou que ela foi atrás da filha, a filha dela internaram no sanatório, um oficial do exército foi lá, invadiu o sanatório, na frente dela, mandou a filha deixar de frescura que senão ela ia voltar para lá para ficar presa. Essa criatura ficava pela cidade, de vez em quando ela atacava. Não me lembro o nome dela. “Eles mataram, mataram minha filha. O governo matou minha filha.” Até um dia, que ela estava internada também lá no sanatório Bahia, foi lá um oficial do exército, chegou para ela. Aliás, não. Ela foi presa na rua, gritando isso, levaram ela na antiga Rádio Patrulha, aí botaram na Secretaria de Segurança Pública ali na Piedade, aí quem prendeu ela fez assim: “Olhe, major fulano mandou lhe dizer que se a senhora não calar boca que vai ter que sumir também.” Ela ouviu, depois saiu, depois continuou. Que ela não estava mais... ela perdeu a filha com 17 anos, a filha ficou cega, anêmica, doente, que sofreu barbaridades presa. Aí, um belo dia, ela apareceu dentro de casa pendurada num fio elétrico. Aí disseram que foi suicídio. Desta criatura, eu me lembro, que eu saia com minha mãe. Quando eu estava lendo esta história, eu me lembro. Ficava uma mulher, uma branca, cabelo bem arrumado até. Ela ficava no meio da rua, ”Mataram minha filha, mataram minha filha”. Quando ela atacava, aí seguravam ela e tal, levavam ela para casa e tal. Isso eu me lembro. Estava lendo. Igual a mulher de roxo que eu me lembro até hoje. Dessa criatura também me lembro. Na rua Chile, na porta da Sloper, Duas Américas e Sloper. Então, no que eu posso ajudar é isso. Agora tem eles aqui, que podem falar do dia a dia, de como isso acontecia na hora do trabalho. Porque. Mas, podem lhe dizer, se quiserem, se lembrarem como era o dia a dia aí dentro com o domínio dos militares. Como é que a coisa andava.

Isadora – Ah, se o senhor quiser...

-Sr. Jorge: Eu estou aqui, pensando, parabenizando a senhora por estar aqui conosco, porque para dizer que tem que ter um preparo, uma fita gravada, para que a gente tivesse como mostrar, né? Eu sempre pensei nisso assim, finalmente, disposições. Cheguei com 16 anos. Menino magrinho, na época meu pai me botou aqui. E de acordo com a revolução, o golpe militar. Então, o q acontece? E aí, os militares, a marinha, no caso. Então na hora da oficina um dia, no outro tinha um cara para denunciar cada uma pessoa que iam ver. Não

sabiam quem era, sabia que alguém estava olhando. E aí eu sempre me preocupei com isso e muitas coisas me aconteceram. Por isso que eu não concordava. Ulisses já me antecipou até. Ele falou aí para cá, coisas realmente verídica. Verídica mesmo! E a nós ficava preocupado com o dia de amanhã. Você ia para casa mas não sabia se alguém ia ter problema de noite, voltar de manhã, então, essas coisas assim [Ulisses: Tinha os boatos "Fulano tá marcado, fulano tá marcado"] é muito boato ficava preocupado. Quando tinha dois, três batendo papo de futebol, era problema. Alguém vinha de lá. Três, quatro junto é problema. Não se pode fazer reunião. A gente estava conversando alguma coisa, até sobre o banheiro. Mesmo assim, no cais, Aqui embaixo tinha uma corveta, Caboclo. Me lembro como hoje. Caboclo. Estava direto aí. Todo dia. Essas coisas que marcaram muito a gente.

Jorge – Que na época de 64, meu pai e ele caçavam muito (o pai e o Messias) e eles foram para Monte Gordo caçar. Mas antes disso, compraram uma Beretta, cada um, comprou uma Beretta lá, aqui no Julião. Quando eles compraram, para fora, quando viu o jipão para pegar o pessoal do sindicato lá no Julião. Quando eles estavam no caminho do Julião, o jipão parou. E esse e aí ficaram. E na época, e se ele pegava com arma, prende ele também. Me entendeu agora? Cosme Ferreira.

Ulisses Jr. – Cosme Ferreira. E era bem mais militante do que Antonio Mauricio de Freitas. Cosme Ferreira era militante. Inclusive era um dos dirigentes do Pecebão aqui de Salvador, não assim dirigente da cúpula, mas controlava o pessoal. Tem as fotos dele aí. E foi preso também, era um combativo. Até velho já, meio caducando e tudo mais, era muito... Era uma característica muito forte do pessoal do partido comunista era a seriedade. A coisa assim braba. Eu fui no enterro de um primo meu, Alírio Pimenta, fui no enterro dele. Fiquei abismado. Primeiro que a maioria da família não me conhecia por parente. Eu tive que me apresentar. Porque ele era irmão por parte de pai de minha mãe. Ele era filho de um irmão de minha avó por parte de pai, ou seja, esse irmão de minha avó era por parte de pai. Era sobrinho de minha avó. É por isso que e, por conseguinte, meu primo. Ele e a mulher dele foram presos, eles tinham uma lojinha ali na Independência. Eles foram presos e ele também era das docas, era conferente, do sindicato dos conferentes, avulso. Ele foi preso junto com a mulher. Quebraram a loja dele toda. Jogaram tudo fora. Ficou preso durante uns seis meses. Saiu e aí, continuou trabalhando no porto. E no enterro dele, eu notei, já sabia disso, mas foi pior para mim – quer dizer, foi melhor para mim porque eu notei – só tinha o pessoal, todos já senhores e senhoras de idade, muitos até debilitados já fisicamente, pela idade e tal. E eles... uma senhora pegou um papel, na hora de colocar o corpo na carneira, e se dirigiu a ele como "Comandante Alírio". Fez um discurso político que eu nunca vi em minha vida. E eles todos sérios, não tem reza, não tem. Todos sérios. Homenagem política que fizeram a ele na hora de enterrar o corpo. Então, tinham essa característica, eram pessoas muito sérias. E isso era contrário ao que os militares queriam. Os militares queriam futebol e cachaça para o pessoal. Não queriam seriedade, não queriam organização. E eles tinham essa coisa da seriedade. Era uma marca muito forte.

Ulisses Jr. – Esses sindicatos que a senhora citou aí foram os primeiros a ser invadidos. Assim, no primeiro momento. Pegaram os cinco, e são eles. Acabou. Os outros...

Jorge – Inclusive, portuários, correios, comerciários, bancários sabem. Porque os portuários faziam greve não para o portuário, mas para o padeiro, [Ulisses Jr.- Para apoiar os outros]. Era

Ulisses Jr. – É. Enquanto não resolver o problema dos padeiros, a gente não descarrega o trigo. Até para bancário a gente fez greve. Categorias que não tinham muita ação política e procuravam os portuários para ajudar politicamente. E aí o sindicato se colocava a disposição. Por isso que tinha essa influência. Por isso que tinham tanto medo. E a gente conseguia eleger políticos, conseguia, porque tinha essa influência na sociedade, da organização política da categoria. É o que eu lhe digo. Eu me lembro, isso eu falo com todo orgulho. Os analfabetos da época eram organizados, tinham interesse em aprender a política, em fazer a política. Hoje...

Ulisses Jr. – Aqui o jipe. O jipe ficava por aqui. Meu pai contava. O jipe aqui na sede do sindicato tinha dias que o jipe parava aí embaixo, não saia daí. Ficava aí o dia todo. Na certa, para amedrontar a gente, quando tinha uma reunião. Parava aí. Já sob intervenção, aqui. O presidente tinha que dizer amém. O presidente fazia aqui reunião, depois fazia a ata para entregar lá para o comandante lá: “Olha o que aconteceu aqui” e tal.

Soares - Bom, da minha parte é o seguinte. Eu cheguei em 75 na Codeba. Já tinha a Companhia das Docas da Bahia (Ulisses Jr. – A Codeba virou Companhia das Docas da Bahia em 77. Quando você chegou, era Companhia Docas da Bahia) e eu como vim, eu fui soldado no exército, no quartel general, e eu trabalhava sempre com a demanda de generais, Almino Sena etc. e tal. E tinha ligação com a parte do serviço secreto. [Ulisses Jr. – Era S2] E quando eu saí, eu vim para a Codeba. E fui trabalhar com o capitão Almerindo. Eu conhecia, ele era do serviço secreto, andava fardado ainda, parecia o exército [Ulisses Jr. – Andava fardado. Para meter medo] Aí, fiz o teste e aí ele me levou para conhecer o coronel que estava como chefe de gabinete, que era do quartel e também [Ulisses Jr. – Era chefe do gabinete do presidente que era o general Álvaro Cardoso] É. O presidente das docas era um general. Quando eu cheguei, era comandante Malafaia, comandante de mar e guerra. Um cearense, baixinho. E aí, o negócio ficou complicado. Porque é o seguinte: na nossa sessão lá, que era secretário, e tinha ligação direta com o presidente, porque era de confiança. E a minha função em si era justamente quando se admitia os funcionários. Aí, nós fazíamos as pesquisas de toda área de segurança. (Ulisses Jr. – De onde vem, para que vem, porque vem) É. A gente tinha um formulário (Ulisses Jr. – Quem indicou? Nasceu onde? O pai tá preso?), Secretaria de Segurança Pública, 2º Distrito Naval, Federal, e os cidadão seriam admitidos de acordo com as informações. Como antes o Edson Almeida ia ser demitido, a tia, houve um problema e tal (Ulisses Jr. – Edson Almeida? Virou prefeito de Simões Filho) É. Aí, depois teve muito conhecimento, aí, E eu tinha a missão assim: “você vai pelo cais, para ver, ouvir os papos”, agiotagem, contrabando, que tinha muito naquela época. Mas eu, eu não ia fazer isso. E eu ficava numa situação difícil, quando eu ia, todo mundo se afastava de mim. Como eu tinha a oportunidade de ir para o cais, aquilo veio, eu via se afastando, certas coisas interessavam. E do lado de fora também. Uma certa feita, houve um navio de contrabando e nós tínhamos [Ulisses Jr. – E você correu perigo. Sabe por que? Porque o pecebão, quando tinha oportunidade, também matava. E você ainda corria esse risco no meio da galera. E sabendo que era dedo duro, sumia. Era uma guerra.] e lá, era o seguinte: você tinha que ouvir, ver, nós tínhamos um cara da civil que tinha quase dois metros, que ele era o nosso informante. Ele é que saia para ver as coisas como aquele roubo das vigas importadas que saiu no jornal: roubo de 100 milhões que saiu no jornal de receptador, que teve aqui no Corpo Santo essas casas de ferragem, foi que pegou, fizeram a devassa, para ver nota fiscal, não tinha, e os colegas não foram todos presos, não apanharam, porque o capitão era, era uma mãe, tudo ele passava por cima. Ele foi que não deixou Então, basicamente era isso. Era tinha um navio de contrabando, tinha

um informante, aí ligava para o capitão. O capitão saia. Ou senão, tinha uma tecla lá, ele tocava ali e acendia aqui e via. Fazia o cerco e aí via o contrabando. E tinha uma briga entre o capitão e o comandante da base portuária que era da marinha, era pai de santo, Humberto. O capitão queria pegar ele na falha, mas ele era muito sabido, ele tinha informantes. Então era basicamente isso. O cara. Tudo que era apreendido tinha lá. Tinha rádio importado, tinha facão, tinha revolver. E todo dia eu tinha que contar aquilo. Todo dia tinha que contar. Porque era pra bater certinho, que ele via. Então, era basicamente isso. A gente pegou muita gente, demitiu muita gente, Mas o forte era o contrabando. Nadar no seco para pegar gente grande. Quem furou foi (aquele trabalhador da Ilha?) Paulo. Porque estava lá. Eu fiquei sentado, aguardando qualquer coisa. O capitão, também. Aí, quando já estava armado o cerco, Paulo foi chegando. [Ulisses Jr. – Trabalhava na engenharia] Ai, Paulo viu o pessoal, chegou lá e disse “Que está fazendo aqui? Não pode ficar aqui.” Porque ele era da engenharia, “Não pode ficar aqui, não pode ficar aqui. Qual o problema?” não, rapaz, na hora H, teve um cidadão aí que, aí. O capitão estava aqui, o cara quase pega ele. Ele caiu para o outro lado, mas ele tem um santo forte. Aí, ele chegou lá e disse, azoado. Ele tinha um Santo Antonio que ele só carregava, e o Santo Antonio perdeu. Ele aí botou na mesa, para proteger. Só que ele pegou a placa. Pegou a placa e esse carro ele deu a placa a Jorge. E esse cara foi preso. O cara chegou, ele disse: O Santo Antonio dele quebrou. Chegou lá e disse. O cara chegou lá. Ele vai e pegou a placa. Aí, dois dias depois, olha o cara lá. Aí o capitão: “Senta aí. Você me conhece? Você sabe quem eu sou? Olhe, você.” , (trecho de difícil compreensão.) Foi o tempo de Lamarca, eles pegaram Lamarca. Aí, o cara tomou um susto. Ele puxou a gaveta. Botou assim. Disse a ele “Sou capitão do exército.” Depois, liberou o cara. “Vá para casa, cuide de sua família.” E teve um dos que da vila. Eles furaram, tinha os portões laterais, para roubar, né, os colegas? Ai, quando eles abriam, pulavam por ali. Nós apreendemos um bocado. Mas o terror total. Então a vida era assim. Eu tenho cinco anos. Tinha coisa que eu sabia, e o presidente Osvaldo Cardoso, depois tinha vários, tinha coronel Barbosa, tinha tenente Ivaldo, tinha um bocado de... tinha sargento, aquele fortão (Ulisses Jr. – Tinha Germano que era sargento também da marinha) Mas era basicamente isso, eu já cheguei no fim (Ulisses Jr. – Antes de tinha aquele comandante lá que era do BOPE da Marinha que virou prefeito da base depois) Vilela.

Ulisses Jr. – Agora, tinha essa coisa que ele falou, agora a questão de correr atrás de contrabando, prendiam contrabando. Mas quem tinha conhecimento ficava com uma parte. Então, uma vez, vou lhe contar uma história já comigo. Entrei nas docas em 80. E aí, a Codeba construiu uma área de lazer, o clube CEVESP Clube Social Esportivo Portuário, em 81. E eu entrei nas docas como boy. Cheguei para um companheiro nosso, Orlando, eles sabem quem é, só tinha nós dois trabalhava na diretoria. Eu era boy direto do presidente que era o civil Mário Murici, que levou seis anos como presidente. Que também não participou diretamente mas baixou a cabeça, ele tinha conhecimento político muito forte, chegou a ser comodoro do Yatch uma época, e meu pai, por causa disso, meu pai tinha conhecimento de antes das docas com Sucupira, que baixou a cabeça para os militares. Sucupira era conselheiro do Vitória, meu pai chegou a treinar no Vitória. É tanto que, quando meu pai chegou nas docas, ele ofereceu meu pai para trabalhar só meio expediente, meu pai ficou com medo. “Ó você fica aqui só meio expediente e vai treinar no Vitória depois”. Meu pai disse “Não, esqueça, vou largar a carreira, não.” Jeferson, esse que eu estou falando, esse que entregou realmente aos militares e dedurava. Com aquele ar dele brincalhão, dedurava. Foi ele que chamou meu pai para fazer esse trabalho de entregar os outros tomando conta lá do cartão de ponto. Na época, porque ele já estava com moral, com os militares, teve até um lance, quando encamparam as docas, ele estava

no jipe com o comandante. Chegou um capitão dos portos aí, na hora que encamparam as docas, ele estava no jipe. E aí, tempos depois, George Humbert caiu. E aí, dizem até hoje, eu não tenho certeza mas dizem que ele dedurou George Humbert, porque George Humbert respeitava os sindicatos. Era superintendente das docas, as docas era uma companhia francesa, com sede no Rio, ele era, ele foi colocado aqui por essa companhia francesa para ser o superintendente das docas da Bahia. Quando os militares vieram, virou uma autarquia. Mas, era privada. E George Humbert respeitava os sindicatos. Tinha acordos muito bons, a maioria de boca. Muita gente perdeu muita coisa porque era de boca. Não tinha nada assinado. Mas as docas concedia. Até banco dia de domingo os portuários. Essa história é boa. Veja a força política que nós tínhamos. O pagamento das docas era dia 27. Religiosamente dia 27. Quando caia domingo ou feriado, a docas pagava um dia antes. Um belo mês, o dia caiu dia de domingo. As docas, não sei porque, não pagou na sexta. Esse Antonio Mauricio de Freitas saiu daqui e bateu no Rio de Janeiro no Ministério, era Vias e não sei o quê. Era Ministério, não era dos Transportes, não. Disse assim: “Ministro, docas não pagou, o pessoal quer parar.” E naquela época, muito navio aqui, carga geral, tinha container, tinha carga em cais, em armazém, em telhado, onde pudesse botar carga, botava. Navio lá fora, muita gente trabalhando no porto, muita gente. Aí, por dia, era cinco mil pessoas trabalhando entre avulso e empregado. Resultado: o Ministro ligou para o dono do Banco Nacional, o finado careca Magalhães Pinto, e a agência do banco abriu aqui no domingo para pagar o portuário. É inédito em todo lugar no mundo. Por isso essa perseguição toda. A gente era organizado. Muito forte. O presidente do sindicato, quando demitia alguém que era da política – porque tinha demissão. O cara às vezes xingava o chefe, e tal. Antes do militarismo. Aí, o superintendente ia lá – demissão. Aí, várias vezes o presidente saia daqui, “Olha, para aí tudo.” E ia para a sala do superintendente. “Superintendente, o que aconteceu? O cara tem família, duas famílias, às vezes, deixa isso.” O presidente do sindicato. É para acabar com qualquer que pudesse se insurgir contra, e tivesse poder para combater.

Jorge – Isadora, espie só. Eu no guindaste. Quando vinha o cara e dizia parou, para mim era a felicidade. Eu tinha 12 horas naquele guindaste. Parou,

Ulisses Jr. – Então, eu lhe garanto tentar conseguir o filho de Miguel e Osvaldinho, o filho do presidente que eu lhe falei, que até hoje é respeitado pelos mais velhos como o eterno presidente do sindicato. Pelo menos o pessoal que passou essa época. Até hoje, ele é respeitados pelos mais velhos do sindicato. Antonio Mauricio de Freitas. Então, esse era o líder do sindicato. Eu o conheci, ele foi padrinho de meu irmão. A única vez por conta já, depois que ele... Foi antes dele ser preso. Ele foi no batizado de meu irmão, deu de presente a meu irmão um violão que tocava, rodando uma rodinha, aí passava uma paleta na corda, meu irmão ficava o tempo todo. Logo depois ele foi preso. Aí, nunca mais, ele já saiu com problemas psíquicos. Então, ele tinha problemas psíquicos da tortura que passou. E por conta dessa repressão aí, a gráfica, a mulher dele tinha uma gráfica aqui no 3º andar. Ele vinha visitar ela aí de vez em quando, até pouco antes dele morrer, e ele virava as costas para o sindicato. Por que? Fabricaram uma ideia. Os militares fabricaram uma ideia de que ele foi abandonado pela categoria. Mas foram ameaçados. Depois que ele foi solto, quem visitasse ele era preso. Meu pai, que era muito amigo dele, deixou de visitá-lo por conta disso. Meu pai tinha quatro filhos. E viu o que Miguel sofreu. Ele ficava preocupado com a gente. Aí, ele deixou um tempão de visitá-lo, mas um tempão, anos, muitos anos, por conta dessa pressão. Aí, espalharam para ele, a tortura continuou “os colegas lhe abandonaram, aí, ó” Como ele já estava psicologicamente arrasado, enveredou, bebia,

bebia muito. Por último ele, tem um irmão dele que ainda vive em Irará, mas eu não tenho contato. Tem uma farmácia, ele botou uma farmácia, ele era muito inteligente. Depois ele botou uma farmácia lá em Irará, que meu pai visitou, mas nunca encontrava ele, depois que meu pai se aposentou, encontrou o irmão, os parentes dele. Até que ele faleceu, e tal, foi enterrado aqui, eu fui no enterro dele, em respeito, em homenagem, tal. Mas a mesma coisa de quando tinha uma lista, eles tomavam o dinheiro, espalhavam no cais, porque tinha as pessoas se faziam amigas, mas eram dedo duro. “Espalha lá que fulano ficou com o dinheiro.” Tinha muito isso no cais. “Rapaz! Não conversa com ele não. Ele estava outro dia conversando com fulano ali. Que era chefe, era não sei o que e tal”. Tinha muito isso. O cais ficou muito nessa coisa. Se separou chefia de trabalhador, quando antigamente não era assim. Antes do golpe, não era assim. Chefia com trabalhador. Depois do golpe, as castas, porque criou-se esse clima no porto. Com quem eu estou conversando? Não tem nada a ver com isso e tal!” Aí, espalhava no cais “Não vai não que quem for para lá agora...” Aí, não vinha ninguém para a assembleia. Essa guerra psicológica houve.

Manuel Lopes Melo,. Raimundo Camilo de Souza é outro que foi não tão atuante como esses dois, mas diretor do sindicato depois.

Miguel Antonio da Rocha. Francisco Xavier da Rocha. Cosme Ferreira. Ulisses Souza Oliveira (Jr.) Jorge Manoel de Santana.

Jorge – Eu me lembro que assim. Lá no porto, onde tinha três portuários juntos, quatro ou mesmo dois, não pode, não deve, não pode conversar, futebol, namoro, coisa assim, mas já vinha um outro companheiro, porque era notório

.....

Ulisses Jr. – Eu estudei a minha vida toda. Do Jardim de Infância, passei na escola Getúlio Vargas, que era o primário. Naquela época, era jardim de infância, primário e ginásio. E depois passei para fazer admissão para o ginásio, era um vestibular para entrar no ginásio. E aí, todo Dia do Soldado, os alunos do Getulio Vargas, os alunos do primário, saiam o dia todo, diversas turmas tanto de manhã como de tarde, e a homenagem era visitar os presos políticos, como símbolo do não patriotismo. Abriam as celas, nós passávamos na frente das celas, as pessoas lá, todo mundo era criança, não estava nem, as pessoas lá, servindo de bicho. Tinha alguns que vinham para frente, mas entendiam que eram crianças, tinham vontade de falar alguma coisa. Isso eu me lembro, seguravam na cela com vontade de expressar opinião, alguma coisa, mas, e aí vinham, as professoras coitadas todas meio ressabiadas. Elas já entendiam, lógico, claro. Muitas com alguns colegas ali presos. Mas passavam por essa situação.

Anexo 42 - Entrevista da advogada de trabalhadores rurais, Cecília Petrina

Eu vim do estado do Pará, e lá no Pará eu já era membro da CPT, que era uma CPT até bastante *sui generis*. Porque na época era a época da ditadura militar, eu fui para lá em 75, já estava no final, mas nós pegamos uns bons pedaços. Então tinha integrantes da igreja, integrantes do PC do B, integrantes de outras igrejas evangélicas, era um grupo, assim, plúrimo. Nós enfrentamos muitas batalhas nos últimos anos lá, especialmente em Conceição do Araguaia, no Moju, onde eu morava porque estava construindo a hidrelétrica Tucuruí. A gente acompanhou várias prisões, de D. Alano Pena, e depoimentos, e de outro D. Tomás Balduino, e tal, e quando eu vim para a Bahia, em 82, eu fiquei um ano, em 81, quando sai do Pará, fiquei um ano assim mais ou menos lá, voltada, porque foi uma verdadeira revolução a história vivida por mim lá no Pará. Chegando na Bahia, eu fui logo destinada a integrar a CPT da diocese de Bonfim. Existia uma relação muito forte entre a CPT de Bonfim e a AATR, até mesmo porque o advogado da CPT era o Dr. Paulo Rosa Torres. Então, nos anos 82 até quando Paulo saiu de lá, que eu não me recordo exatamente em que ano foi, nós trabalhamos juntos. Então, trabalhamos num momento, porque desde 78, quando o governo da Bahia fez o zoneamento do estado para o desenvolvimento econômico, que ele dizia que era assim que se chamava, ele dividiu o estado, colocando a região norte, Juazeiro, etc. para a produção de fruticultura nobre para exportação, o oeste para a produção de grãos que ai chegou a soja de forma muito pesada, o sul p a produção de celulose, eucalipto etc., e a nossa região para a pecuária de bovinos. A história da região não era uma história de pecuária de bovinos. Era uma história de pecuária de caprinos e ovinos. Até mesmo porque nós tínhamos muitas áreas de terras devolutas, soltas, sem cercas, onde a população vivia em paz. Criando seu bode solto na caatinga e tal. Então começou um verdadeiro pipoco. Fazendeiros chegando de fora, invadindo essas áreas soltas, dizendo que eram áreas que não tinham dono. Então, eles faziam escrituras forjadas, os cartórios eram useiros e vezeiros em. Tinha um senhor lá, do cartório, que, segundo relato, sobretudo de Monte Santo, fazia essas tais escrituras debaixo do pé de pau, como diz o roceiro. Levava uma maquinazinha daquelas pé duro, de datilografia, datilografava a escritura, assinava ali e dava para o fazendeiro e quando a gente menos esperava, tava explodindo tudo, prendendo trabalhador, delegado levando para outras delegacias que não eram as da localidade, tiroteio. Começou com a Fazenda Desterro que foi um verdadeiro descalabro, a gente enfrentou, e Paulinho, Paulo Rosa Torres estava sempre com a gente nessas paradas. Nas ocupações, a Dra Marta Pinto dava muito apoio. Na atuação técnico-jurídica, o Dr. Paulo estava à frente. Com o apoio da AATR e outros advogados. E a Dr. Marta, ela integrava mais o movimento político, social, quando a gente vinha para ocupações, para Salvador. Então, de 82 até quando eu sai da CPT que foi no ano 2000, foi essa batalha. Nós temos muitas áreas que seria interessante até pegar um elenco de documentos que a gente tem de todas essas áreas, só em Monte Santo, era um verdadeiro absurdo. Começou com a Desterro, depois a Lagoa do Pimentel, Pau Verde, Algodões, enfim um monte de área que a gente acompanhava, e só acompanhava porque tinha coragem mesmo. Quando nós íamos para lá, via de regra, iam trabalhadores armados com a gente. Porque no Desterro tinha 14 pistoleiros, no Pimentel tinha em torno de 12 a 15, no Pau Verde tinha pistoleiros. Então, Monte Santo sempre foi um barril de pólvora. Agora, o caso marco de toda essa luta, e Dr. Paulo foi também advogado nesta questão juntamente com a gente, foi o caso da Fazenda Jabuticaba. A

Fazenda Jabuticaba fica entre Andorinha e Jaguarari, parte dela em Jaguarari, parte em Andorinha. Nós fazíamos muito rodízio de audiências, para não correr risco. Então, era Dra. Conceição, que era advogada da CPT, Dra Marta, Dr. Paulo Torres, depois entrou Goya, eu, então quando tinha essas audiências muito pesadas, aquele que tinha menos contato direto com os grileiros, com os fazendeiros, ia fazer a audiência. Os outros ficavam para organizar em apoio a essa batalha. Agora, tirando essa parte de atuação forense e essa atuação social para defender os fundos de pasto, eu vejo que vale ressaltar o papel da AATR e da CPT porque nós conseguimos, primeiro, mudar a Constituição baiana, que dizia que só se podia dar título de terra a pessoas físicas. E nós conseguimos uma batalha toda para introduzir na Constituição a possibilidade de titular terras em nome de pessoas jurídicas, no caso associações. E na região existe uma1 série de títulos de fundo de pasto, das áreas coletivas. Para defender essas áreas da grilagem, tinha que legalizá-las. E elas foram legalizadas com o nome – as áreas coletivas – em nome de associações, pessoas jurídicas. E as áreas individuais que circundavam essa área coletiva, elas eram tituladas em nome das pessoas que continuavam ali plantando as suas produções agrícolas, desenvolvendo atividades agrícolas, enquanto que a atividade pecuária era desenvolvida na área coletiva. Então, nós mudamos a Constituição. E nós conseguimos legalizar muitas áreas, e nós conseguimos preservar muitas áreas coletivas. Essa batalha, ela rendeu também um avanço político muito grande na região. Porque os grandes "proprietários", aqueles que detinham essas áreas dizendo que eram suas, muitas escrituras foram anuladas pela atuação, sobretudo administrativa da AATR juntamente com a CPT, então, essas áreas eram mandadas para a PGE com toda a documentação comprovando que as escrituras eram forjadas, que eles não eram donos de nada, que eles não eram proprietários, que a titularidade da área não era deles, e nós conseguimos anular muitas escrituras e titular essas terras em nome dos trabalhadores. Agora, isso custou muito caro. A luta foi paga com moeda de ouro, muito mais do que de ouro, com a vida. Então nós tivemos muitas baixas de trabalhadores. Jacobina era outro barril de pólvora, nós tivemos as áreas de Pau de Colher, sobretudo, que deu muita confusão. Nós tivemos as áreas perto de Ourolândia, onde foi abatido nosso companheiro Moisés Vitório, que era presidente do sindicato; nós tivemos José Augusto que foi abatido também a tiros, nós tivemos Juvêncio que hoje é uma pessoa que sumiu das rodas do movimento social porque sofreu um atentado brutal lá em Jacobina. Nós tivemos muitas ameaças ao pessoal da Igreja, padre José, e outras e na Jabuticaba, o companheiro Carlinhos, José Carlos, que foi abatido também a tiros, teve o júri do qual participou o Dr. Paulo Torres e a gente na movimentação social, nós tivemos em Itiúba, o nosso companheiro Floriano, e outros que sofreram atentados; eu mesma sofri um atentado a bala no ano de 93, graças a Deus eu escapei, mas a investida era por conta da Lagoa do Pimentel em Monte Santo e da Fazenda Jabuticaba que a gente estava todos os dias ali com os trabalhadores. E tivemos em Salvador na véspera do atentado, inclusive o Dr. Paulo, a Dra Marta estavam lá no INCRA, tinha o INCRA, INTERBA, tinha a PGE, tinham ido na PGE, todos os órgãos do estado que cuidavam da questão da terra e, no dia seguinte, eu viajei a noite, no dia seguinte eu sofri o atentado. E assim muitas e muitas outras pessoas, em Monte Santo, então, tem sido um horror. Ultimamente, foram assassinados trabalhadores e outros e outros que já foram assassinados no passado que a gente precisaria fazer a lista e a memória disso tudo. Então, o papel da AATR, assim como o da CPT, foi um papel fundamental na defesa da luta pela terra dos anos 70 até os anos 90. Porque a gente trabalhava exclusivamente nisso. Nós éramos defensores dos trabalhadores rurais. Começou com Eugênio Lyra e ai foi. E isso faz jus ao nome da entidade que, nesse período, fez realmente a defesa da terra, e a defesa da terra para os trabalhadores rurais, hoje agricultores familiares, muitas em

condições de vida muito boas, e eles são unânimes em dizer que, se eles se encontram hoje nessa situação, eles devem muito à CPT e à AATR. E nós sempre fomos tão amigos que às vezes não distinguia muito assim as entidades. Nós éramos defensores dos trabalhadores e a CPT participou sempre das reuniões da AATR, a AATR sempre participou das reuniões da CPT, eu sou associada à AATR, hoje estou assim bastante afastada por conta da atividade política. Eu comecei disputando para deputada, fiquei na suplência, ai depois comecei a disputar para prefeita, acabei ganhando para prefeita, renunciando a minha vaga, eu estava na segunda suplência, eu deveria ocupar uma vaga na Assembléia, acabei renunciando, ficando na prefeitura, então, hoje, na gestão municipal de Itiúba, a gente vê que é outro mundo. É outro mundo. A gente lida com um bocado de gente que não acredita em nada disso, pelo contrário, continua acreditando que a gente deve pleitear um espaço lá na máquina pública para se apropriar de um bocado de benesses, de coisa boas que tem lá, sem nenhuma preocupação com o erário público, sem nenhuma preocupação, sem nenhum projeto político, ideológico, então isso, para mim, causa um desgaste físico, mental, e até a gente internaliza coisas que atingem a saúde da gente muito mais do que no sofrimento que eu tive na luta pela terra. Porque na luta pela terra, eu passava dias dormindo no chão, passava dias andando de caminhão, passava dias debaixo de barracas, passava dias nos órgão públicos, acampada, comendo mal, dormindo mal, mas eu tinha uma coisa que não deixava atingir o meu físico, porque era uma coisa na qual eu acredito, era uma bandeira que eu defendia de alma e coração, de unhas e dentes. E hoje tem bandeiras que eu não posso, não devo defender, mas tenho que conviver com elas. E ai, nesse conflito de concepções, nesse conflito de interesses, nesse conflito, ele perturba muito a gente. Mas é assim mesmo. A gente tem que pagar o preço em todos os lugares onde a gente está, pagar o preço da escolha que a gente fez. Mas, naturalmente não está descartada a possibilidade de no ano que vem eu deixar a prefeitura e abraçar novamente de unhas e dentes a mesma causa que eu sempre abracei desde 24 anos de idade, quando eu fui para o Pará. Então, é isso ai. Eu gostaria de parabenizar a AATR por toda a luta que vem fazendo. Hoje eu entendo que a AATR se desviou bastante daquela luta primordial, não culpando a AATR, mas é uma outra conjuntura, uma conjuntura totalmente diferente. Quando foram criadas, tanto a CPT quanto a AATR, era uma conjuntura de ditadura militar, depois vieram governos que se disseram democráticos, mas a ditadura era a mesma, em relação à concepção de direitos em relação à terra. A gente continuava lutando, defendendo a mesma bandeira, fazendo as mesmas batalhas, e hoje, a conjuntura, tendo o PT ocupado espaço, muito espaço no poder, eu entendo que existe hoje uma amortização da luta, o pessoal enveredou muito, muito pelo institucional, que não era a nossa bandeira. Então, acaba acreditando mesmo sem poder acreditar, no institucional e ficando um tanto amordaçados. Os movimentos hoje estão muito quietos, muito parados, e eu vejo que isso é um prejuízo para a luta social. Concebo como um prejuízo. E como prefeita eu sempre digo aos movimentos: olha não é porque eu sou prefeita que vocês vão deixar de lutar. Que a máquina é a mesma. A gente que veio de concepções mais socialistas e acreditou que a gente sabia, e ninguém tem direito de chorar, que a gente sabia que pelo institucional a gente não ia chegar a grandes lances, e isso a gente aprendeu atuando nos fóruns e nas delegacias e nos órgãos públicos, porque o estado continua o mesmo, a mesma máquina enferrujada, a gente não derrubou a máquina, a gente está agora dentro do estado apenas como umas peças um pouquinho melhores estão ali tentando fazer o que pode, tentando sair dali sem nenhuma mácula, sem nenhuma mancha, mas grandes lances de mudança a gente não fez. E se for olhar a reforma agrária hoje, existe uma preocupação em investir nos assentamentos, que já existem, mas mudança de lances jurídicos, mudança de fazer realmente uma reforma agrária, de colocar a terra na mão dos trabalhadores, isso não

aconteceu e não vai acontecer. Pelo institucional isso não vai acontecer. Então, isso me conforta, porque eu digo claramente aos q vem se queixar: olha amigo, então, você viveu enganado a vida toda. Você achou que, elegendo fulano ou sicrano, elegendo Lula, ou elegendo Dilma, ou elegendo Cecília, ou elegendo sei lá quem, deputado fulano ou sicrano, que nós iríamos ter força para derrubar essa bagaceira toda e entregar, e fazer a verdadeira reforma agrária. Isso não aconteceu e não vai acontecer se a gente não deixar essa bandeira de estar realmente ocupando cada vez mais espaços no poder e se misturando cada vez mais com aqueles que não acreditam nisso. Então, eu entendo assim e digo isso onde me perguntarem eu digo. Não é porque eu estou na prefeitura, porque eu estou ocupando um espaço no poder, que eu vou negar todas as coisas que eu acredito, enfim, que sempre me moveram para batalhar. Eu acho que, parabenizo a AATR, lamento muito a nossa companheira Marta Pinto que nos deixou, tenho visto pouco os meus colegas, Paulo Torres, Joaquim, que eu não sei nem onde anda, Goya eu vejo às vezes aqui, muito eventualmente, você eu vi, então os nossos encontros são muito eventuais, mas não é por isso que eu deixei de acreditar em nada do que eu acredito, não. Eu continuo acreditando e espero que eu ainda tenha alguma força e vida para, quando eu sair da prefeitura, para incorporar de novo o caboclo, e continuar lutando por tudo isso. E quero agradecer o seu convite para essa conversa. E logo que chegou à minha mesa, no gabinete, eu digo eu vou procurar Isadora. É isso ai.

O instituto jurídico da posse, porque os juízes, não levavam em conta porque era coisa de pobre. E a maioria das terras ali da nossa região – e da Bahia – eram terras devolutas, terras de posse. E a nossa batalha conseguiu colocar em pauta, colocar mesmo como defesa dos trabalhadores, a posse. E hoje os juízes tem outro entendimento, um entendimento bem mais avançado. A relação da gente também com o direito alternativo, surgido em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, a gente pegava muito essas jurisprudências desse pessoal de lá e trazia para aplicar nos nossos processos na Bahia, e eu vejo que a gente avançou demais. Hoje, os juízes tem muito maior respeito àqueles que vivem a vida toda na posse de qualquer imóvel, do que se tinha antigamente. Antigamente, era coisa de polícia. Chegava o grileiro, e o posseiro não era nada, era morto, ia para a cadeia, e não sei o que. Hoje, avançamos muito. Eu vejo com muito, eu me orgulho de ter trabalhado junto com a CPT e a AATR, por conta desses avanços. Porque a vida toda me dediquei à defesa do pobre. E o pobre é posseiro. E se nós conseguimos avançar nisso, nós avançamos muito. E veja hoje o que é a agricultura familiar. Pelo menos isso nós temos. Me lembro do último seminário que a gente fez com Vitor Athaide, o velho, o pai, que foi na AATR. Estava durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso e ele disse que “o instituto da posse, a agricultura familiar que vocês tanto defendem são destinos em extinção. Eu sou da esquerda, mas o contexto que está ai é esse.” Ai a gente reagiu, brigou. Eu levantei que nem uma arara. Ai ele disse: “não minha filha. Pode ficar tranqüila que com a globalização da economia, com o neoliberalismo, a política neoliberal, vai sobrar muito trabalho de caridade para você fazer. E hoje a gente tem a agricultura familiar vendendo para a merenda escolar, vendendo para a CONAB, entrando no mercado alternativo, recebendo financiamento, custeio, enfim. Nós somos gloriosos, somos vitoriosos. Agora, o que nós não podemos é deixar que essa vitória seja banida da história.

Anexo 43 - Camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos na Bahia de 1961 a 1988

Casos estudados de camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos na Bahia de 1961 a 1988								
Nº	**NOME**	**OCOR**	**D/M/A**	**ORIGEM/ REFERÊNCIA**	**MUNICÍPIO**	**MIL**	**AG**	**CEMDP D/I/NR**
1	Abelardo José dos Santos	M	Nov/86	Mirandela	Ribeira do Pombal	T	P	NR
2	Adailton Celestino Costa	M	16/03/84	Faz. Boa Esperança	Santa Luzia	L	P	NR
3	Agenor Dias Farias	M	Out/81	Faz. Macambira	Paulo Afonso	T	P	NR
4	Alcides Lúcio Lima	M	Set/88	Buerarema	Buerarema	T	P	NR
5	Alírio Narciso de Freitas	M	17/03/88	Belmonte	Belmonte	L	P	NR
6	Almir Patrício de Oliveira	M	05/03/84	Faz. Vale Rios	Barreiras	T	E	NR
7	Almirando Alves Lima	M	Out/74	Guanambi	Guanambi	L	P	NR
8	Anfilófio Moreira dos Reis	M	18/01/80	Paripiranga	Paripiranga	L	P	NR
9	Anísio Pereira de Souza	M	08/07/79	Faz. Dois Rios	Correntina	T	P	NR
10	Antenor Andrade dos Santos	M	1979	Pau Brasil	Itabuna	T	P	NR
11	Antonio (ou Aurelino) Francisco da Silva	M	Fev/79	Retiro da Picada	Xique-Xique	L	P	NR
12	Antonio Alves de Souza	M	11/06/84	Caraíba	Campo Formoso	T	P	NR
13	Antonio Carvalho de Souza	M	03/08/88	Bom Jesus da Lapa	Bom Jesus da Lapa	T	P	NR
14	Antonio Carvalho Neto	M	07/10/82	Japu	Ilhéus	T	P	NR
15	Antonio França de Oliveira	M	Out/77	Porto Seguro	Porto Seguro	L	P	NR
16	Antonio Leite dos Santos	M	27/03/80	Roda Velha	Barreiras	T	P	NR
17	Antonio Mendes da Silva	M	10/12/86	Andorinhas	Senhor do Bonfim	T	E	NR
18	Antonio Rodrigues	M	02/09/88	Prado	Prado	L	P	NR
19	Aparecida Pereira da Silva	M	12/07/83	Canto da Manga	Riacho de Santana	T	P	NR
20	Augusto Dias	M	28/09/85	Faz. Santa Luzia	Porto Seguro	L	P	NR
21	Bartolomeu Cordeiro dos Santos	M	25/05/86	Lagoa das Pedras	Bom Jesus da Lapa	L	P	NR
22	Basílio Caldeira da Silva	M	05/10/76	Faz. Camacã	Coribe	L	E	NR
23	Boaventura	M	Abr/83	Itapebi	Itapebi	T	P	NR
24	Carlos Alberto Evangelista	M	Set/83	Canavieiras	Canavieiras	T	P	NR
25	Cassiano Dionísio Lopes	M	03/02/83	Monte Alegre	Uma	L	P	NR
26	Clementino Ferreira de Jesus	M	1979	Jucuruçu	Itabuna	T	P	NR
27	Crispiano Jesus Nascimento	M	10/01/84	Faz. Posto Esperança	Pau Brasil	T	P	NR
28	Dalvo	M	27/04/79	Retiro da Picada	Xique-Xique	L	O	NR
29	Daniel G. de Oliveira	M	14/05/84	Santa Luzia	Canavieiras	T	P	NR
30	Demivaldo Araujo Santos	M	23/11/85	Toca da Onça	Ibotirama	L	E	NR
31	Deraldino M. Rodrigues	M	02/06/87	Ass. Deraldino Mendes	Várzea do Poço	L	P	NR
32	Deraldo Souza Santos	M	13/08/96	Itacaré	Itacaré	L	P	NR
33	Edivaldo Gonçalves da Silva (Eduardo)	M	12/07/82	Roda Velha	Barreias	T	P	NR
34	Edmundo Macedo	M	17/10/82	Faz. Baraúna	Senhor do Bonfim	L	P	NR

Nº	NOME	OCOR	D/M/A	ORIGEM/ REFERÊNCIA	MUNICÍPIO	MIL	AG	CEMDP D/I/NR
35	Eduardo José Dias dos Santos (advogado)	M	16/07/84	Amado Bahia	Amado Bahia	L	P	NR
36	Edvaldo Félix de Almeida	M	22/09/84	Caem	Caem	L	P	NR
37	Elízio Menezes de Oliveira	M	02/08/84	Santa Terezinha	Santa Terezinha	T	P	NR
38	Elpídio Martim dos Santos	M	23/05/79	Crisópolis	Crisópolis	L	E	NR
39	Erisvaldo de Souza Santos	M	02/12/86	Faz. Guanabara	Una	L	P	NR
40	Eronildo Teles da Silva	M	02/12/86	Faz. Guanabara	Uma	L	P	NR
41	Eugenio Alberto Lyra Silva (advogado)	M	22/09/77	Santa Maria da Vitória	Santa Maria da Vitória	L	P	NR
42	Ezaú Alves Teixeira	M	1982	Itamaraju	Itamaraju	T	P	NR
43	Filha de Divanir Matos da Silva (criança)	M	20/02/84	Mulatinha	Correntina	T	P	NR
44	Filinto Alves dos Santos	M	17/10/82	Faz. Baraúna	Senhor do Bonfim	L	P	NR
45	Gabriel de Oliveira	M	15/09/83	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	L	P	NR
46	Geraldo Sebastião de Oliveira	M	12/05/85	Faz. São Jorge	Camamu	T	P	NR
47	Gervásio Pereira da Silva	M	25/09/76	Sento Sé	Sento Sé	T	E	NR
48	Hélio Pombo Hilarião (advogado)	M	25/09/77	Senhor do Bonfim	Senhor do Bonfim	L	P	NR
49	Hildo Fortunato dos Santos	M	05/12/83	Curumuxatiba	Prado	T	E	NR
50	Idalina Rodrigues	M	1981	Uma	Una	T	P	NR
51	Inácio Telles dos Santos	TM	23/11/83	Alagoinhas	Alagoinhas	T	P	NR
52	Isaías Nunes	M	11/09/85	Canápolis	Canápolis	T	E	NR
53	Isidoro Pereira dos Santos	M	28/01/83	Irecê	Irecê	T	P	NR
54	João “Mineiro”	M	02/07/85	Faz. Sarampo	Canavieiras	L	P	NR
55	João Amâncio de Souza	M	Ago/81	Coribe	Coribe	T	P	NR
56	João Antonio dos Santos	M	Jun/87	Ass. João Antonio dos S.	Riachão das Neves	L	P	NR
57	João Batista Cardoso dos Santos	M	02/07/85	Faz. Sarampo	Canavieiras	L	P	NR
58	João Celestino Costa	M	16/03/84	Faz. Boa Esperança	Santa Luzia	L	P	NR
59	João Fortunato dos Santos	M	05/12/83	Curumuxatiba	Prado	T	E	NR
60	José Mineiro	M	02/07/85	Faz. Sarampo	Canavieiras	L	P	NR
61	João Oliveira dos Santos (“João Preto”)	M	19/07/83	Campo do Zinco	Canavieiras	L	P	NR
62	Joaquim Manoel Dourado (Quincas da Aleluia)	M	10/06/82	Lagoa do Pedreiro	Santa Maria da Vitória	L	P	NR
63	Joaquim Pereira dos Santos	M	06/05/76	Faz. Candeal	Feira de Santana	L	E	NR
64	Jorge da Conceição	M	07/03/83	Faz. Danpi	Simões Filho	T	P	NR
65	Josael de Lima (“Jota”) (agente pastoral)	M	21/05/86	Barra do Rio Grande	Barra do Rio Grande	L	P	NR
66	José Alves de Oliveira	M	19/04/83	Uma	Una	T	P	NR
67	José Alves Feitosa	M	17/02/84	Uma	Uma	T	P	NR
68	José Antonio de Aquino	M	Jan/81	Senhor do Bonfim	Senhor do Bonfim	T	P	NR
69	José Campos Barreto	M	17/09/71	Brotas de Macaúbas	Brotas de Macaúbas	L	E	D

Nº	NOME	OCOR	D/M/A	ORIGEM/ REFERÊNCIA	MUNICÍPIO	MIL	AG	CEMDP D/I/NR
70	José Cândido dos Santos (Zé do Rancho)	M	07/03/83	Faz. Ouro Verde	Uma	T	P	NR
71	José Cardoso Filho (Zequinha)	M	02/07/85	Faz. Sarampo	Canavieiras	L	P	NR
72	José Dias dos Santos	M	Mar/80	Faz. Canabrava	Formosa do Rio Preto	L	P	NR
73	José Felix Bartim	M	03/11/85	Cipó	Ibotirama	L	P	NR
74	José Gomes da Silva	M	18/07/88	Firmino Alves	Firmino Alves	L	P	NR
75	José Mourta Alves	M	02/12/84	Miranda	Pojuca	T	P	NR
76	José Oleiro	M	Abr/83	Arataca	Uma	T	P	NR
77	José Pereira de Souza (Zé da Rosa)	M	30/10/83	Faz. Macacos	Santa Maria da Vitória	L	P	NR
78	Ladislau Francisco da S.	M	Jul/87	Faz. Conceição	São Desidério	L	P	NR
79	Lávio Pereira dos Santos	M	Mai/86	Faz. São José	Santa Luzia	T	P	NR
80	Lourenço José Vilaça	M	15/05/84	Lot. Sandra Regina	Barreiras	T	P	NR
81	Luis Nunes da Silva	M	18/10/84	Malvão	Casa Nova	L	P	NR
82	Manoel Cirilo dos Santos	M	01/10/85	Wenceslau Guimarães	Wenceslau Guimarães	T	P	NR
83	Manoel Alvino do Nascimento	M	13/06/81	Faz. Santa Sofia	Nazaré das Farinhas	L	P	NR
84	Manoel Cantídio de Oliveira	M	19/05/83	Barreiros / Sarampo	Canavieiras	L	P	NR
85	Manoel Cardoso da Silva	M	12/09/79	Serra do Papagaio	Uma	T	E	NR
86	Manoel Cirilo dos Santos	M	26/10/83	Conjunto taboquinhas	Wenceslau Guimarães	L	P	NR
87	Manoel Dias de Santana	M	08/09/82	Boa Vista do Procópio	Barra	L	P	NR
88	Manoel Ferreira dos Santos	M	06/05/86	Maraú	Maraú	L	P	NR
89	Manoel Nascimento Lopes	M	09/06/86	Faz. Boa Vista	Valença	T	P	NR
90	Manoel Paulista dos Santos	M	Nov/87	Terra Livre	Canavieiras	L	P	NR
91	Marcelino José de Souza	M	13/08/79	Lagoa da Onça	Paulo Afonso	T	P	NR
92	Marcionília Rodrigues dos Santos	M	29/01/79	Granvalle	Barra	T	P	NR
93	Marcos Almeida Filho	M	27/02/80	Adustina	Paripiranga	T	p	NR
94	Maria Azevedo de Araújo	M	10/08/88	Tanque Novo	Tanque Novo	L	P	NR
95	Maria José Santos	M	16/03/84	Faz. Boa Esperança	Santa Luzia	L	P	NR
96	Messias Moura	M	Ago/81	Coribe	Coribe	T	P	NR
97	Minelva Darian Goes	M	05/03/84	Faz. Vale Rios	Barreiras	T	P	NR
98	NÃO IDENTIFICADO	M	1977	Sem informação	Sem informação	T	P	NR
99	NÃO IDENTIFICADO	M	1986	Ilha de Jurema	Barra	T	P	NR
100	NÃO IDENTIFICADO	M	09/05/87	Ilhéus	Ilhéus	T	P	NR
101	NÃO IDENTIFICADO	M	09/05/87	Ilhéus	Ilhéus	T	P	NR
102	NÃO IDENTIFICADO	M	09/05/87	Ilhéus	Ilhéus	T	P	NR
103	NÃO IDENTIFICADO	M	17/03/88	Belmonte	Belmonte	T	P	NR
104	NÃO IDENTIFICADO	M	17/03/88	Belmonte	Belmonte	T	P	NR
105	NÃO IDENTIFICADO	M	29/08/79	Porto de Jacuípe	Entre Rios	T	P	NR
106	NÃO IDENTIFICADO	M	1981	Monte Pascoal	Porto Seguro	T	P	NR

Nº	NOME	OCOR	D/M/A	ORIGEM/ REFERÊNCIA	MUNICÍPIO	MIL	AG	CEMDP D/I/NR
107	Napoleão Antonio de Lima	M	14/03/83	Faz. Santa Clara	Bom Jesus da Lapa	L	E	NR
108	Nivaldo Rodrigues Figueiredo	M	1980	Ilhéus	Ilhéus	T	P	NR
109	Otoniel Campos Barreto	M	28/08/71	Brotas de Macaúbas	Brotas de Macaúbas	L	E	D
110	Pedro de Bastos	M	30/06/82	Formosa do Rio Preto	Formosa do Rio Preto	T	P	NR
111	Pedro S. de Oliveira	M	09/10/87	Faz. Tanque Velho	Sátiro Dias	L	P	NR
112	Petronilio Costa Farias	M	16-28/11/ 1979	Vale Verde / Porto Seguro	Eunápolis	T	E	NR
113	Raimundo Alves de Almeida	M	27/09/84	Sarampo	Canavieiras	T	P	NR
114	Raimundo Osmar Alves dos Santos	M	02/07/85	Faz. Sarampo	Canavieiras	L	P	NR
115	Romilton Ferreira dos Santos	M	06/05/86	Maraú	Maraú	L	P	NR
116	Romualdo da Rosa de Jesus	M	06/09/82	Sarampo	Canavieiras	T	P	NR
117	Rosineide as Silva (7 meses)	M	Jan/81	Sem informação	Sem informação	L	P	NR
118	Rosival Ferreira dos Santos	M	06/05/86	Maraú	Maraú	L	P	NR
119	Salomão Miguel Souza	M	Fev/81	Faz. Mocambo	Morro do Chapéu	L	P	NR
120	Sinval Geraldo Diogo	M	13/02/86	Nova Viçosa	Nova Viçosa	T	P	NR
121	Sobrinho de Ladislau	M	1987	São Desidério	São Desidério	L	P	NR
122	Tony Vicente Seabra	M	16/10/83	Alagoinhas	Coribe	L	E	NR
123	Valdevino Gomes	M	07/10/83	Faz. Corujas	Iaçu	L	P	NR
124	Vanderlei Silva Pereira	M	15/10/79	Vale Verde / Bralanda	Porto Seguro	L	P	NR
125	Vitório Rodrigues Novaes	M	1982	Itamaraju	Itamaraju	T	P	NR
126	Zacarias José dos Santos	M	13/08/85	Faz. Pau a Pique	Marcionilio Souza	L	P	NR

Fonte: VIANA, 2013.

(MIL- militância S- sindicalista; L- liderança; T – trabalhador / AG- E- do estado; P – privado / CEMDP D – deferido; I – indeferido; NR – não requerente)

Anexo 44 - Entrevista do advogado sindicalista Paulo Rosa Torres

Considerações do advogado sindicalista Paulo Rosa Torres sobre a situação do campo na Bahia durante o regime da ditadura civil-militar

Isadora – em linhas gerais, como esta situação de ocupação do campo com os respectivos problemas criados e violações dos direitos dos posseiros principalmente, dos agricultores, como é que isso pode efetivamente se enquadrar no escopo da proposta da Comissão da Verdade, embora seja um processo que eu considero deflagrado por interesse da ditadura.

Bom, eu acho que, para entender aquele período da ditadura – eu quero fazer o seguinte acréscimo: que a ditadura no campo e a violência no campo resultado desse processo ditatorial não termina em 84 ou 85. A violência no campo, e, principalmente, as mortes no campo, vão continuar por um longo período ainda, resquício desse processo todo. Então o que eu fui percebendo foi a escalada desta violência ao longo do período de instalação da ditadura e dos prepostos que essa ditadura vai colocando, seja dos governos, mais basicamente do governo Antonio Carlos Magalhães a partir de 72. E Antonio Carlos Magalhães tem um papel fundamental porque ele foi prefeito de Salvador, em 68 e logo depois ele é nomeado governador da Bahia. E na questão da terra, ele, em 68, faz a Lei de Ordenamento do Solo do município de Salvador, com a Reforma Urbana, onde passava para a iniciativa privada, para o capital privado 46 milhões de metros quadrados de terra do município de Salvador. Em 1972, ele promulga a Lei nº 3.038, que é a Lei de Terras do Estado da Bahia, até hoje em vigor. E com isso ele garante a apropriação de terras devolutas da Bahia em quase todo o estado. Na época havia, inclusive, uma propaganda do governo do Estado da Bahia, garantindo a pecuaristas e a empresários do agronegócio o acesso à terra com crédito e incentivos fiscais. Então, o PROVALE, o SUVALE, o PROTERRA, os vários programas da época vão incentivar essa ocupação, sobretudo na região Oeste. Então, esse processo de ocupação vai se dar em milhões de hectares de terras devolutas no Oeste e na região do Extremo Sul da Bahia. Na região Oeste, havia e há terras devolutas, mas estas terras estavam ocupadas por posseiros. Então, a agropecuária invade o Oeste e, na propaganda que o governo fazia à época, isso era muito claro: “uma região propícia para agropecuária etc. etc.”. Aliada a essa propaganda de acesso à terra, vinha todo o processo de desconhecimento proposital da existência dos posseiros na região. Isso vai gerar inúmeros conflitos. Agravando ainda mais a situação, vai acontecer o processo claríssimo de impunidade. A certeza da impunidade. Então, acontece a ocupação violenta, a grilagem como a forma de legalização dessas terras, a usurpação de terras devolutas ocupadas por posseiros e, ao lado disso, a certeza de que quem fizesse isso não seria punido. Porque tinha um delegado nomeado politicamente. O chamado delegado calça curta, que podia ser qualquer pessoa desde que fosse aliado ao sistema, subserviente ao governo do estado e à política que se implantava naquela época. Esse delegado calça curta garantia que a violência não seria punida. Por outro lado, o Tribunal de Justiça e o judiciário baiano também eram controlados politicamente. Então, ao lado de um processo de ocupação violenta do campo, havia a proteção política, dentro das várias instâncias do executivo, do judiciário, o executivo com o braço policial militar etc. A garantia de que o grileiro, de que aquele que praticou a violência não seria punido, ensejava todo o processo de ataques aos trabalhadores no campo no estado da Bahia. Então esse é um aspecto que foi importante naquele período. A morte de Eugênio em 1977, 22 de setembro, é um marco fundamental nisso, porque foi um crime político. Decidido politicamente no

encontro de fazendeiros e grileiros na região. No dia 20 de setembro daquele ano de 77, teve um evento lá que nós chamamos de Coquetel dos Grileiros, onde ali ficou decidido que Eugênio ia morrer. A morte de Eugênio e a impunidade aos criminosos são bem emblemáticas em relação a todo esse processo.

A outra coisa é em relação aos sindicatos de trabalhadores rurais, ao movimento sindical. A partir de 1970, com a criação do Funrural, os sindicatos seriam uma extensão assistencial do governo. A função dos sindicatos era dar assistência médica, odontológica e, muito raramente, jurídica. E quando era jurídica, era muito mais para garantir aposentadoria, uma retificação de registro, coisa deste tipo. Jamais no enfrentamento à grilagem e às violências. Esses sindicatos, na grande maioria, eram atrelados à Fetag, cuja diretoria também era toda conivente com o sistema, com o regime militar. A partir de determinado momento, o departamento jurídico passou a ser uma ilha dentro da Fetag, onde denúncias das ameaças contra os advogados no interior não eram respaldadas pela diretoria, o que nos levou a promover nossa autoproteção, criando as possibilidades de nós mesmos veicularmos as violências e os conflitos. A submissão dos diretores da Fetag e da maioria dos sindicatos fez com que, no final dos anos 70, início dos anos 80, acontecesse o surgimento de uma oposição sindical e a criação de novos sindicatos, que pudessem combater o peleguismo, que pudessem fazer frente ao regime militar que se instalava também nos sindicatos. Então, houve um processo de fundação de vários sindicatos, com apoio das Comissões Pastorais da Terra de Juazeiro, Senhor do Bonfim, Extremo Sul, Paulo Afonso, Ruy Barbosa, respaldadas por alguns bispos, mais progressistas, como D. José Rodrigues, em Juazeiro, D. Mário em Paulo Afonso, e alguns outros bispos, D. Jairo em Bonfim, que não era ativista, mas permitia que a Comissão Pastoral da Terra agisse na região, alem de alguns, acho que, e alguns padres como Luis Toneto, Benone, André, que hoje é bispo em Rui Barbosa e vários outros. Com a mobilização dos trabalhadores e apoio da Igreja foi possível à fundação de sindicatos mais progressistas que faziam frente um pouco a essa pelegagem que dominava os sindicatos.

Entretanto, a ligação mais direta que o sindicalismo tinha com o regime militar estava no absoluto controle exercido sobre os sindicatos. Era em três momentos que esse controle se manifestava mais claramente: fundação, cujo registro era obrigatório no Ministério do Trabalho; eleição controlada pelo Ministério do Trabalho – estava em vigor uma Portaria do Ministério do Trabalho que determinava expressamente todos os passos de uma eleição sindical; próprio processo de prestação de contas. Os sindicatos não prestavam contas aos trabalhadores, aos seus associados. Prestavam contas ao Ministério do Trabalho, o que só se modificará com a Constituição de 88. E isso tinha dois reflexos. Para o sindicalismo pelego, ótimo. As coisas eram feitas, maquiadas e as coisas aconteciam. As eleições fraudadas e tudo mais. Tudo normal. Para o sindicalismo de oposição, isso era, muitas vezes, traumático. Eu assessorei algumas eleições sindicais onde havia chapa de oposição, com o local das eleições cercado pela polícia militar, chamada pela direção do sindicato e coordenada pelo governo do estado, transformando o momento de uma eleição sindical numa praça de guerra. Esse tipo de comportamento da polícia militar, as atitudes que o pelego e que o grileiro desenvolviam, isso não pode estar dissociado do complexo que foi montado no Estado da Bahia, favorecido, patrocinado, estimulado pelo regime militar. Então, toda essa coisa que vai acontecendo, isso era a garantia de que, mesmo no município mais distante do estado – naquela época eram trezentos e poucos municípios – na verdade, nesses municípios, com um delegado nomeado politicamente, com qualquer pessoa que podia ser um delator para o regime militar, havia um controle político-militar

mesmo sobre toda e qualquer atividade, seja sindical, seja de luta pela terra independentemente de sindicatos etc. Existia, pois, um conjunto de fatos e de ações que o regime militar vai desenvolvendo, e quando se fala de regime militar parece que é uma entidade. Não, não é. Regime militar tinha gente. Essa gente era ACM que, alem de favorecer todo esse processo de acesso a terras públicas, permitindo a grilagem etc., também vai, fazer a concessão de títulos de terras em territórios indígena, gerando inúmeros conflitos, um dos quais foi decido recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, sobre o povo pataxó. Esse processo que vai acontecendo, de ocupação das terras na Bahia, de militarização de várias atividades, de perseguição a qualquer evento que pudesse sair do roteiro estabelecido pelo regime militar por seus prepostos na Bahia, era motivo de repressão. Essa repressão então vai se estender ao advogado, padres, freiras, lideranças, sobretudo, na região Oeste e Extremo Sul da Bahia, onde os conflitos vão se instalando. Além do assassinato de Eugênio, todos nós outros, advogados de movimento social da época, sofremos também as conseqüências disso, não necessariamente por prisão ou tortura promovida pelo regime militar, mas dentro deste complexo que eu estou falando aqui. Eu poderia ter sido assassinado e os meus assassinos teriam a certeza da impunidade. O que eu falei antes, não termina ali no período do final da ditadura, até 1985. Quando eu estava lá na AATR, coordenei uma pesquisa que publicamos com apoio da CESE, fazendo o levantamento do período de 10 anos a partir do assassinato de Eugênio Lyra até 1987, intitulado “Bahia – Violência e Impunidade no Campo”. Naquele trabalho, verifica-se sempre a ocorrência de 15 a 18 assassinatos por ano no campo e, o que é mais grave, isso vai assumindo quase que um caráter de normalidade. Ou seja, o regime implanta a violência, garante a impunidade e os assassinatos continuam acontecendo com uma frequência absurda. E, para concluir esta parte, acontece ao mesmo tempo a apropriação ilegal no Oeste, no Extremo Sul, com a derrubada da Mata Atlântica e implantação do projeto de reflorestamento. Na cabeça de quem cabe que reflorestar é você tirar uma mata virgem, mata atlântica original e plantar pinho e eucalipto? Mas isso aconteceu no Extremo Sul, na região Oeste e no Litoral Norte que também não foi menos violenta. Fui advogado de várias famílias que perderam suas terras para uma empresa chamada Barreto de Araújo que era, depois, do grupo Odebrecht. Essa Empresa Barreto de Araujo indenizou os coqueiros dos posseiros e botando para fora, nada pagando pela terra, para montar ali todo o Complexo de Sauípe. A ocupação da região Norte também foi uma ocupação violentíssima, tudo isso patrocinado pelo regime militar.

Quando era advogado da Fetag, em 1986, um mês antes de ser demitido, recebi um grupo de trabalhadores rurais de Wenceslau Guimarães, na região de Gandu, que denunciava violências contra posseiros naquele município. Após ouvi-los, marcamos uma reunião na área. No dia marcado, fomos ao local, cujo acesso passava por rio de nome Rio das Almas. Quando estávamos na reunião, chegou uma senhora correndo e gritando que ouviu a conversa de dois homens que se encontravam numa moto parada na frente de sua casa que diziam ter ido matar o advogado. Consultado se deveríamos prosseguir na reunião, sugeri que sim, o que aconteceu. Terminada a reunião, atravessamos o rio numa canoa e pegamos o carro, nesse esquema de segurança que montaram e aí fomos, o pessoal na frente, a pé, e tinha algumas pessoas com espingardas, espingardas de socar, aquele negócio lá. Quando nós chegamos a uns 200 metros subindo uma ladeirinha que tinha, havia uma árvore cortada no chão, atravessando a estrada, para impedir que o carro passasse. Então ali seria o local que eu poderia ter sido executado pelos pistoleiros que foram cumprir a ordem. Então veja. Quer dizer que isso não era gratuito, não podia ser só por um pedaço de terra. Quer dizer, isso tinha todo esse conjunto de fatores que eu estou

levantando aqui. Porque quando o pessoal tirou a árvore, que nós subimos, chegamos lá em cima, na casa onde a mulher ouvira a conversa. A casa ficava bem num ponto estratégico assim, porque dividia. A casa ficava assim, aí tinha o lugar que nós descemos para a reunião, e tinha uma outra estradinha assim que ia pro lado de lá. Aí a mulher disse que eles “ficaram aqui até alguns instantes, como demorou muito, eles acharam que vocês tinham ido pela outra estrada lá”, que era piorzinha, mas também dava acesso. E aí, então, foram para lá esperar na outra estrada.

Então, essa coisa assim, a simbologia de matar o advogado, ou de matar o padre, ou de matar a liderança é, na verdade, a de “eu mato aquele sujeito e vai dispersar, desarticula tudo”. E isso, eu não posso admitir essa coisa como uma coisa solta. Acho que não. Isso está ligado a um sistema que foi implantado na época em que se podia praticar qualquer violência nesse nível e essa violência não teria problema nenhum. Essas pessoas não seriam responsabilizadas por essa violência. O que diferencia um pouco o regime militar quando ele foi implantado, sobretudo em relação ao campo na Bahia, é pelo processo em que isso vai se dar. Ou seja, controlando o executivo, a polícia, o judiciário, o legislativo. Com esses controles eu não preciso prender, nem torturar ninguém. No caso dos sindicatos, isso era de uma visibilidade imensa, porque, nos sindicatos, era possível encontrar sempre um dentista e um médico. Os sindicatos eram postos de atendimento do governo. Quando as novas lideranças surgem vão organizando novos sindicatos, que também vão sofrer repressão. Essa complexidade de situações tornou o regime militar diferente no campo aqui na Bahia em relação às questões mais urbanas, em relação à violência direta contra um determinado indivíduo. Então eu acho que esse é o diferencial que a gente pode identificar. Embora assim. Todos nós na época, advogados, lideranças comprometidas, pessoal de igreja, nenhum de nós estava isento desta ameaça, desse conflito, dessa violência. Todos nós tínhamos muitas vezes, várias situações que aconteceram comigo, como aconteceram com Carlinhos Oliveira, como aconteceram com Lucia Lyra. Diante da conivência da Diretoria da Fetag, se acontecia alguma coisa comigo, não era eu que ia dizer. Eu me lembro que uma vez que Lucia foi ameaçada, eu fui à sala do Presidente informar, recebendo como resposta: “O que Lucia andou fazendo?” Era assim: o que fulano andou fazendo, o que vocês andaram fazendo? Quer dizer, é como se a gente tivesse provocado aquela situação. É nesse contexto do final dos anos 1970, sobretudo após a morte de Eugênio, que começa a discussão sobre a criação da AATR que será fundada em 1982. Naquela época, havia um grande número de advogados no movimento sindical, a partir da Fetag que tinha 5 advogados, às vezes chegou a ter 6. Com o processo de descentralização jurídica, vários pólos sindicais também contrataram advogados, além da Comissão Pastoral da Terra, na Capital e nas Dioceses. Nós estávamos vivenciando o conflito e a violência. E eu acho que é interessantíssimo que a Comissão consiga trabalhar esta questão aqui na Bahia, porque ela trouxe todos esses reflexos, quer dizer, era evidente que essa violência que era praticada tinha esse respaldo oficial. O respaldo do Estado da Bahia, respaldo do regime militar, no sistema em o delegado, o prefeito, o governador, senador, eram nomeados. Quantas vezes a gente estava em Salvador e recebia a notícia que um juiz deu uma liminar a um fazendeiro que poderá expulsar 1500 famílias. E esse juiz irresponsável concedia uma liminar, normalmente próximo de fim de ano, do Natal, dos grandes feriados. Naquela época, havia o recesso do judiciário, o que dificultava, ainda mais, os recursos. Enfim, todo esse processo de violência, de conivência e de impunidade que aconteceu largamente naquele período.

Anexo 45 - Entrevista de Antônio Dias do Nascimento

Meu nome é Antonio Dias do Nascimento. Eu sou sociólogo hoje. Eu nasci no dia 2 de novembro de 1945 e atuo aqui na Bahia desde 1972. Diretamente, como assessor da CONTAG, depois, como assessor da FETAG, depois, como assessor do CEAS, depois, como professor universitário que aí eu assessorei a todas as dioceses da Bahia praticamente, justamente nessa parte de assistência aos trabalhadores rurais.

O primeiro fato que eu gostaria de registrar é o surgimento do sindicato de trabalhadores rurais aqui na Bahia, que foi em 1934, ainda no período de Getúlio Vargas. Foi na vila de Piragi, que hoje é Itajuipe. Ali, fundou-se o primeiro sindicato de trabalhadores agrícolas da Bahia, por um senhor chamado Joaquim Coutinho. Ele era um feitor da Great Western, que era a companhia inglesa dona das ferrovias que levavam cacau para o porto de Ilhéus. Então, ele gozava, os trabalhadores da Great Western eram tratados com a lei, a legislação inglesa. Então, tinham privilégios que os trabalhadores por onde eles passavam não tinham. Então, Joaquim Coutinho, muito sensível àquilo, acabou se demitindo da Great Western e se tornou um administrador de fazenda de cacau e, por esta via, ele começou a organizar um sindicato de trabalhadores agrícolas para reivindicar direitos. Os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos já tinham, que fossem estendidos também aos trabalhadores rurais. Bom. Ele fundou o sindicato, houve muita adesão dos trabalhadores, correram listas dos trabalhadores que eram sindicalizados e, por isso, os trabalhadores não achavam emprego em canto nenhum porque corriam as listas negras entre os proprietários de terras, e os trabalhadores então não eram aceitos. Bom. Joaquim Coutinho, ele é preso na Intentona, junto com Graciliano Ramos e é levado para a Ilha Grande, no Rio de Janeiro e nunca mais voltou, e não se teve mais notícia dele. Quer dizer, como pesquisador, eu não encontrei mais notícia dele, mas sei da sua existência e ficou aí.

Até que a segunda retomada é em 1954, quer dizer, 20 anos depois, com Carlos Frederic. Ele funda o sindicato dos trabalhadores rurais de Ilhéus e Itabuna, as duas cidades. Ele fundou, inicialmente, como um membro do partido comunista, e depois ele rompe com o partido comunista e passou a atuar, mesmo sendo sindicato, contra temas comunistas. Tudo que cheirava a comunismo, ele denunciava. Acontece que, com isso, ele sai fundando delegacias desse sindicato em toda a região cacaueira. Itaju de Colônia, Ibicaraí, aquelas cidades todas ali vizinhas. Por isso que a região cacaueira é, inicialmente, a região mais povoada de sindicatos. Por conta dessa ação dele. Até que, em 1962, governo João Goulart, havia um clima nacional assim de pré-revolução, a CIA aqui dentro, então tudo que cheirava a organização popular, aquilo era tido como uma ação da guerrilha cubana. Qualquer movimento aqui dentro era tido como pro-Rússia ou pro-China e tinha que ser combatido. Então, sob a direção da Igreja Católica, se organiza em Itabuna o 1º Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil. Por que Itabuna? Porque, embora existissem outros sindicatos reconhecidos no Brasil, eram, eu acho, que quatro ou cinco, só o de Itabuna era anti-comunista, não estava filiado ao partido, por isso ele teve a abertura de acolher esse congresso. E aí foi o SORPE, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, que, com as ligações que tinha com João Goulart, conseguiu apoio da FAB, tanto que trouxe os camponeses orientados pela igreja que, em 1954 por aí, D. Eugênio Sales começou a organizar sindicatos de trabalhadores rurais em Natal. Mas o trabalho

dele não se expandiu muito porque era muito voltado para a escola, sindicatos voltados para alfabetização dos camponeses. E lá não tinha a luta pelo assalariamento, a luta pela terra não estava tão presente como estava cá embaixo no Recife, Pernambuco.

É tanto que só vai ganhar expressão a organização sindical em Recife, em 1961. Por que? Era governador de Pernambuco Cid Sampaio que, preocupado com a expansão da miséria em torno do Recife, convidou um padre, Louis Debret, que era o líder do grupo Economia Humanista na França, para fazer uma visita ao Recife e sugerir algumas medidas para – sei lá – minimizar o coque (a grande favela em torno do Recife, onde habitavam todos os camponeses que eram expulsos, faziam um barraco dentro da maré, e se alimentavam ali. Esse coque serviu de base para Josué de Castro escrever a civilização do caranguejo) que, como era o Alagados aqui em Salvador, era denunciado no mundo inteiro como genocídio. Jean Paul Sartre visitou o Brasil nesse período também e considerou o que ele viu tanto no coque como aqui nos Alagados, como genocídio. O padre Louis Debret sugeriu a Cid Sampaio que ele desapropriasse, fizesse um cinturão verde em torno do Recife, para que, quando as populações fossem descendo das secas para trabalhar na cana, elas tivessem um anteparo onde encontrar trabalho sem chegar dentro do Recife. E aí começou do Cabo, mais Vitória de Santo Antão, até sair em Itamaracá, lá em cima. Cercava o Recife. Fazia um anel em volta. E ele acatou essa idéia e a primeira usina a ser desapropriada para fazer isso foi a usina de José Rufino, no município do Cabo, que tinha 13 engenhos, para fazer o distrito industrial. Só que os operários – já tinha a legislação trabalhista – foram indenizados na forma da lei. E o Estatuto do Trabalhador Rural só sai em 1963. Então, nessa época, os camponeses recebiam uma quantidade de dinheiro e a ordem para desocupar a terra, sair da usina. Bom. Os operários não tiveram muito problema, porque foram arranjar emprego em outros lugares, e se colocaram. Mas os camponeses não tinham nem para onde ir. Aí, nesse período aqui, padre Melo do Cabo tinha sido recém-ordenado e quando ele chegou no Recife, ele veio do Rio de Janeiro, com D. Carlos Coelho. Tinha vagado a diocese, ele assume e leva padre Melo que tinha sido ordenado por ele no Rio de Janeiro. E lá, ele recebeu a missão do bispo de estudar as ligas camponesas. Botou ele como vigário substituto do Cabo. Já tinha vigário lá, padre João, padre vigário mais velho e botou um padre jovem, tinha 28 anos, e o padre foi para lá, obedeceu e foi lá estudar os camponeses. Quando ele viu as Ligas Camponesas, segundo depoimento dele – eu fui secretário dele – ele se convenceu das injustiças e que a luta da liga camponesa era absolutamente justa, e que não era para ser combatida, muito pelo contrário, era para ser apoiada pela igreja. Mas que isso seria muito difícil porque a igreja estava acostumada a receber saco de açúcar e ter os usineiros como patronos das festas dos santos padroeiros. E isso afastaria a igreja de qualquer apoio aos trabalhadores. O bispo mandou que ele se calasse e fizesse alguma ação de apoio aos trabalhadores. Aí, criaram o SORPE, que é o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, que é ligado à diocese, para treinar lideranças camponesas, assim por diante. Mas o que acontece com a usina? Quando o padre Melo chega lá e começa a visitar as Ligas Camponesas e estabelecer uma relação, a população dos próprios paroquianos do Cabo começa a vê-lo como uma pessoa ligada aos camponeses. E esses camponeses da usina José Rufino, um belo dia, se revoltam porque não tinham pra onde ir, pegam os instrumentos de trabalho deles – foice, facão, enxada – e fazem uma marcha sobre a cidade do Cabo. Ocupam a cidade do Cabo. A população sai correndo, o comércio fecha, e vão procurar o padre para poder socorrê-los. As casas fecham e o padre vai e chega lá então se apresenta e começa a conversar com eles, “Olha, eu estou aqui para conversar com vocês e ver como é que é”. Aí, eles toparam, o padre abriu a igreja de S. Antonio que fica no alto, no Cabo, botou o pessoal dentro e saiu com uma comissão

pedindo mantimentos para poder manter o pessoal que estava passando fome, na usina, os camponeses. E prometeu a eles fazer uma carta denunciando ao governo, à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. E o padre fez a carta. E um deputado democrata cristão leu a carta, mas não repercutiu muito, não tinha muito efeito e aí, o governo entrou na Justiça e a Justiça tentou mandar os camponeses desocuparem a terra. Decretou o despejo. O pessoal, o que fez? Já que não teve resposta, eles começaram a fazer trincheiras dentro do terreno da usina pra esperar a polícia. Para se defender. Que ali era preferível a morte que a morte por inanição pelas estradas. E o padre foi pra lá pra dentro com eles. Foi demarcado assim, isso era 61, final de 61, chega um carro lá, do conselho diplomático do Recife, alguém pedindo para falar com o padre. Quem era esse cara? Era o cônsul francês, Marcel Louren, que queria se avistar com o padre que estava na trincheira. Aí, perguntaram ao padre, que permitiu que ele fosse lá. Chegou lá, o padre relatou para ele toda a história da usina, que os camponeses não se negavam a sair, contanto que tivessem um lugar determinado para ir e não assim, sair pelas estradas. Aí, o cônsul voltou para o Recife com o depoimento dessa história, se convenceu da justeza da luta dos camponeses, da resistência do padre, foi lá, procurou o governador e disse: “Olha, ou você procura uma solução humana para a situação da usina José Rufino, ou então a França suspende o dinheiro que está destinado para Pernambuco para comprar a primeira indústria a ser instalada no Cabo.” Que era a Coperbo, a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética. Aquilo ali foi comprado nos Estados Unidos, mas com dinheiro que a França emprestou para o governo de Pernambuco. E aí, pronto. Diante dessa ameaça, o governador mandou chamar o padre para entrar num acordo. Qual foi o acordo? Um engenho foi doado aos usineiros para fazer a estação para produção de açúcar e tudo mais, três engenhos foram destinados à implantação das indústrias, que era em torno do Cabo, e nove engenhos foram destinados à primeira experiência de reforma agrária com os camponeses. Então, diante dessa vitória, a imprensa internacional deu grande projeção ao padre Melo por conta dessa vitória que ele conseguiu contra o governo. Naquele período ali, camponês era assado na porta.

Com isso aí, o bispo D. Carlos Coelho cobrou dele que fizesse uma ação nacional para criar sindicatos dentro da lei e da ordem, que se diferenciava da ação das ligas camponesas que era na lei e na marra. Por isso, a primeira ação foi feita em Ilhéus e Itabuna, em maio de 1962. Terminou o Congresso no dia 13 de maio, que era o dia da abolição da escravatura e aí, o que eles queriam, naquele Congresso? Reivindicar pelo menos a liberdade de se organizarem em sindicatos e ter os direitos trabalhistas. Os direitos trabalhistas só vieram chegar um ano mais tarde. Então, ali, terminou o Congresso e, no último dia, o do encerramento, o ministro Franco Montoro chegou também de avião lá na cidade de Itabuna com as primeiras 22 cartas sindicais. Então, no ano anterior, 61, a Liga Camponesa tinha feito um congresso da Liga em Belo Horizonte, e que reivindicava do governo a investidura sindical das Ligas Camponesas. João Goulart se recusava a isso e providenciou junto à Democracia Cristã, ao próprio PTB, mecanismos para favorecer uma outra linha dentro do campesinato, que foi a da sindicalização. Levar os camponeses a ter os sindicatos para ter investidura própria, como previa a lei. Bom. Foi aqui que começou. E aqui então, esse primeiro congresso, com essas 22 primeiras cartas, se espalhou os sindicatos, mas continuou na ação anti-comunista.

Nesse tempo aqui, logo depois, D. Eugenio Sales é transferido para Salvador, se torna cardeal daqui, e cria um Centro de Líderes em Itapoã, o CTL, para formar lideranças camponesas, ajudar o trabalho, como fazia lá em Natal. Trouxe voluntárias européias para

ajudá-lo aqui, Maria Davinha – ainda conheci algumas quando eu comecei a trabalhar aqui em 72. E aí o sindicato foi se espalhando. Então tinha aqueles sindicatos criados sob a orientação da igreja e sindicatos criados com a orientação lá do Carlos Frederic, lá da direita. Ele propriamente não fazia criação de sindicatos. Ele criava delegacias, transformava todos os municípios em delegacias. Por que? A contribuição sindical daqueles municípios vinha toda para o sindicato de Ilhéus e Itabuna. É tanto que aqui na Bahia, nesse período aí, foram criadas três Federações: essa que existe hoje aí, que é a FETAG, tinha uma dos pequenos agricultores, e tinha uma de posseiros e arrendatários, tudo mais. Quer dizer, quando veio a ditadura militar, essas duas foram condenadas e ficou somente a de trabalhadores, a FETAG, que era vinculada aos trabalhadores agrícolas. E cuja direção era ligada ao exército. Eles serviam ao exército.

Bom. Em janeiro de 1964, João Goulart, através de decreto, reconhece a CONTAG que é fundada em 20 de dezembro de 63, e a direção da FETAG da Bahia votou contra aquela direção, que era democrata cristã. Aliás, Lindolfo Silva. Democrata cristã foi depois. Foi Lindolfo Silva que era ligado ao partido comunista. Ele chega depois. Quando há o golpe, faz a intervenção na CONTAG, com José Rota, que é de São Paulo, que era da direita, articulado com Carlos Frederic aqui da Bahia. Com isso, esse pessoal fica na FETAG que, tendo sido criada em Ilhéus e Itabuna, com o fechamento das outras federações, ela se transfere para Salvador e toda arrecadação de imposto sindical do estado da Bahia vem para a FETAG, porque só tinha 14 sindicatos reconhecidos e uma condição para receber o benefício da arrecadação do imposto sindical é ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Como não tinha nenhum, então a FETAG acumulou muito dinheiro. Por isso, ela conseguia mandar os advogados que ela tinha aqui de avião para o interior e ela chegou, em 1971, se não me engano, foi o ano que Lamarca foi fulminado aqui na Bahia, executado. E eles aqui já sabiam que Lamarca estava na Bahia e esse Carlos Frederic prometeu ao 4ª exército aqui, na Mouraria, que fundaria um sindicato onde houvesse um padre italiano e onde houvesse qualquer conflito de posseiro. Há, nos arquivos da FETAG, uma carta dele, assinada por ele, ao comandante do exército, com este teor e elogiando pela passagem da comemoração da “revolução" e tudo mais. E, paralelamente, ele organizou um banquete aqui em Salvador, ele convocou todos os delegados do trabalho do Brasil, que eram vinte e tantos delegados, cada estado tinha um delegado, e convidou todos os líderes da “revolução” que estavam vivos ainda para vir aqui. Então, vieram o almirante Silvio Heck, e outros que não me lembro agora exatamente o nome e desse banquete foram 200 talheres. Foi aqui na Vitória. Só que o Delegado do Trabalho daqui, José Gonzaga Menezes, ficou assustado. Ele era do interior, era um ex-delegado de polícia e que estava na função de Delegado do Trabalho. Cismou: como é que uma federação de trabalhadores rurais fazia um banquete tão, e pagou passagem área para todo mundo para vir e voltar, hospedou aqui nos hotéis da cidade, com um litro de whisky para cada um? Ele começou então a investigar e mandou uma comissão. Naquele tempo os militares tinham criado uma comissão de investigação em cada sindicato. Era um sindicato por dia na capital e uma vez por mês no interior. Então, ele mandou que essa comissão fosse investigar a FETAG. Quando chegou lá, todo dinheiro gasto, foi gasto com o dinheiro do imposto sindical. De onde vinha esse dinheiro? Vinha da contribuição sindical. E começou esse bate e volta e eu sei que ele consegue, com o Ministro Passarinho, fazer intervenção na FETAG. Apesar de ser uma FETAG aliada à direita, o Gonzaga conseguiu que o Ministro reconhecesse que havia malversação do dinheiro e conseguiu a intervenção.

Quer dizer, naquela época, eu estava aqui em Salvador, foi quando eu vim para cá, me transferi para cá, por razões de família – meus pais já idosos, meus irmãos cegos, eu também não estava bem de saúde, e pedi a transferência. Contei com a ajuda de um amigo lá no Ministério do Trabalho, Dr. Humberto Viana, que conseguiu me transferir para aqui. O Delegado aqui tinha muita desconfiança. Como é que esse rapaz recém formado em Recife, que era a maior cidade do norte e nordeste, quer vir para Salvador? Alguma coisa perigosa aqui. Aí me colocou no gabinete com ele. Mas, conversando comigo, ele acabou descobrindo que ele conheceu meus ancestrais. Meu avô foi Delegado de polícia em Paripiranga, combateu Lampião, ele conheceu minha mãe, então, por esta via, ele começou a confiar mais e eu fiquei no gabinete. Então eu sabia de todas essas histórias. E por isso ele queria que, no momento da intervenção, eu fosse interventor na FETAG. Eu me cobri com todos os assessores dele, convencendo que eu não tinha condições de ser, que era muito jovem e tal e ele acabou abrindo mão de mim e nomeou outra pessoa.

Bom. Com isso aqui, a CONTAG está observando em Brasília, ficou em 64 na mão da direita, até 1968, quando o pessoal do Nordeste se juntou e tomou a direção da CONTAG em Brasília. Então, por 11 votos, eram 11 pessoas que votavam no Conselho. Foram seis votos a favor de José Francisco e cinco contra. E o Carlos Frederic, como presidente da FETAG do Paraná, e com o José Rota, lideravam a direita. Mas José Francisco consegue derrotá-lo, o Ministro do Trabalho era Passarinho e que, de certa forma, assegurou a eleição de José Francisco. Bom. José Francisco, então, tentou uma aproximação com a FETAG aqui, tentou fazer alguns cursos, mas a FETAG não se abria. E tudo que acontecia aqui era informado ao exército. Toda vez que vinha para cá. E quando chegou na fase da intervenção da FETAG aqui, o Delegado do Trabalho continuou acompanhando porque tinha dirigentes sindicais, trabalhadores, que informavam ao Delegado tudo que estava sendo feito, as reuniões, o que estava fazendo, eu sabia porque eu era assessor dele e ele me chamava para ouvir as conversas. Até que ele convocou a eleição e permitiu que a junta interventora participasse dos eventos da CONTAG. Que a CONTAG, essa nova linha, começou a se articular no Brasil todinho para retomar a linha dos direitos, trabalho de educação popular que a igreja fazia, que só podia falar para o soldado. Então, não adiantava, todos os partidos da esquerda na clandestinidade, proscritos, então disputava os trabalhos de base assim, explicando a legislação e fazendo o trabalho de base. Tentando organizar os sindicatos, e apoiava mesmo. Anualmente fazia reunião com os assessores de educação, os assessores jurídicos, e dava assessoria às federações com problema, inclusive a FETAG daqui.

E nesse período aí, eu pedi demissão do Ministério do Trabalho e fui convidado pela CONTAG para ir para lá para Brasília. 1972 foi o ano do sesquicentenário e o governo Medice obrigou todas as Confederações, representações diplomáticas, sedes de bancos, ministérios fossem transferidos para Brasília, para transformar Brasília, no sesquicentenário, efetivamente na capital do país. E muitos assessores da CONTAG, que era sediada no Rio, não foram porque não queriam deixar o Rio de Janeiro por Brasília. Foi aí que sobrou vaga, e eles me conheciam desde o tempo de Recife, daqui e tudo mais, me convidaram para assumir a assessoria de comunicação. Eu acho que foi uma estratégia da CONTAG. Eu era ligado ao Delegado do Trabalho, então através disso aí, ele me encarregou de tomar conta da Bahia. Então, eu vim com frequência aqui ajudar a reorganização sindical, organizar assessoria, e aqui é onde está o problema, começam os problemas. Pelo menos os que eu posso testemunhar. Todas as minhas vindas aqui eram acompanhadas por dois advogados que tinha na FETAG, chamados Virgílio Barros de Sá e

João Pinheiro Castelo Branco. Eles informavam ao exército todas as minhas vindas aqui a Salvador, onde eu ia, com quem eu me relacionava, chegou a denunciar aqui nos jornais, uma vez, que eu pertencia ao partido comunista da igreja e que vinha com frequência a Salvador mandar os camponeses invadir terra. E aí, eu sei que, com isso, a CONTAG começou a apoiar o trabalho de novos sindicatos e, através de comissões de posseiros que chegavam a Brasília – porque os posseiros, entre 1968 até toda a década de 70, 80, foi a época da modernização agrícola na Bahia. E o oeste da Bahia foi todo ocupado, não teve um palmo de terra na Bahia que não fosse confiscado. E aí foram os lavradores de Iaçu, eles vieram para Brasília para falar com o Palácio do Planalto, se queixar, que eles achavam que o presidente da república não sabia que eles estavam sendo expulsos da terra. Que aquilo estava acontecendo porque o presidente não sabia. Aí, o presidente, o que fazia? A assessoria do Palácio do Planalto mandava levar todos os documentos que chegavam – não foi só da Bahia, não; chegavam de todo lugar do Brasil – mandava levar na CONTAG, para que a CONTAG tomasse as providências jurídicas, porque o Palácio do Planalto não tinha nada a fazer. A gente conheceu o pessoal, um grupo de Iaçu, ajudou a fundar o sindicato de trabalhadores rurais de Iaçu, e, através dele, foi se criando uma oposição sindical aqui dentro da Bahia. E essa oposição sindical foi muito combatida. Teve o presidente do sindicato de Santa Inês, por exemplo, o próprio juiz mandou prender, o pessoal lá da barragem de Sobradinho, que nesse tempo estava sendo construída a barragem. Então, com frequência, o pessoal lá era instigado pelo exército a não se meter na história, na defesa do pessoal, até que chegou o bispo de Juazeiro, D. José Rodrigues, que ai deu toda a coragem dele enfrentou todo o poderio dos militares, da CHESF, tudo mais e começou a denunciar. Bom. Então, nesse intervalo, até 1977, nós ficamos vindo, a CONTAG apoiou, quer dizer. Para você ter uma ideia, na Bahia não tinha advogados para defender os trabalhadores rurais. Os camponeses só compareciam á Justiça aqui como réus. Para ser expulso da terra. Então, nossa primeira preocupação aqui na FETAG foi organizar assessorias jurídicas regionais. E ninguém tinha coragem de advogar porque já tinha tido experiências de advogados que tentaram advogar para trabalhadores rurais que foram assassinados. Então a ordem era essa. Matar. E aí é que está. Então eu fui, um dos meus primeiros trabalhos foi organizar essa assessoria jurídica, eu fui aos diretórios acadêmicos das faculdades de direito da UFBA e faculdade de direito da Católica, para poder mostrar aos meninos que havia esse campo de trabalho, os camponeses precisavam do apoio. E que os velhos advogados não topavam essa tarefa. E aí eles começaram, aceitaram o desafio e se tornaram estagiários da FETAG. Onde veio Paulo Torres, Herbert e muitos outros. E a partir disso, os advogados Virgílio Barros de Sá e João Pinheiro Castelo Branco intensificaram a perseguição à gente. Denunciando ao exército que a gente estava infiltrando gente aqui pelo interior. E aí é que está. Começamos a criar as assessorias dos pólos regionais, onde a gente botava um advogado, um educador sindical que era um educador popular, e um contador. Porque, muitas vezes, o Ministério do Trabalho, as comissões de investigação, de inquérito, pegavam os sindicatos pela contabilidade que estava desorganizada. Então, sabe como é. Trabalhador rural, poucas letras, então prestação de contas até um papelzinho anotado lá – comprei 10 pães para o encontro. Pode ter esse papel anotado. Mas tem que ter o CGC. Com isso, aí a gente botou um contador junto dessa equipe, para poder facilitar a organização sindical na base.

Foi nesta daqui que Eugenio Lyra quando soube desse trabalho, não cheguei, a saber, muito bem como foi que ele morreu antes, mas ele foi lá me procurar e se candidatar para ele e a esposa atenderem as pessoas. Eles fecharam o escritório deles aqui na Rua Chile e foram, inicialmente para Paripiranga, ele e a mulher. E de Paripiranga, teve algum problema

lá, começou a luta pela terra, a defender os camponeses. Lá foi transferido para Santa Maria da Vitória, que era o foco da resistência aqui, onde haviam sido mortos muitos camponeses, as comarcas eram todas sem juízes, era um horror. E aí, se instala em Brasília, no Congresso Nacional, a Comissão Nacional do Sistema Fundiário que investigava a atuação do INCRA no âmbito nacional, e as CPTs, que tinham sido criadas recentemente, foram intimadas a comparecer a Brasília e fazer a denúncia. Então, D. José Romildo Brandão, bispo de Propriá, foi representando a CPT aqui do Norte Nordeste, Nordeste 3, e D. José já estava no embate lá apoiando as pessoas que estavam sendo expulsas pela CODEVASF para dar lugar à ação da CODEVASF, que aí desapropriou as terras verdes do vale para fazer campo para as grandes empresas se implantarem e as lavouras tradicionais foram todas extintas. Eliminadas de lá. E, como ele não tinha muita informação, ele me convidou para ir como assessor dele ao Congresso Nacional. Eu fui, foi na semana do meu casamento, isso em 1977, eu disse, bom, correr o risco naquele tempo era. Bom. Preparei o espírito da minha esposa, poderia não voltar, o que podia acontecer, não sei. Mas repercutiu muito o depoimento dele na imprensa nacional. Como repercutiu muito, a Assembleia Legislativa da Bahia resolveu criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, aqui, cujo líder era Elquisson Soares. E aí, nesse tempo, eu era assessor da FETAG aqui. Eu já tinha me transferido de Brasília e tal. Queria ajudar o trabalho. Tinha outros interesses, queria casar, minha família é daqui, ficava melhor, mais perto da família que precisava de minha ajuda, aí vim. Elquisson Soares vai lá e pede à FETAG os dados para criar essa Comissão de Inquérito. E quando estou preparando esses dados, eu dei os primeiros 50 casos, estavam prometidos 200 casos de grilagem aqui. Dei os primeiros 50 e, com esses primeiros 50, Elquisson começou já o movimento lá para criar. Nesse intervalo aí, a FETAG vai e me demite. Eu soube de minha demissão pelos jornais. Eu e Dr. Jackson. Jackson era assessor jurídico e eu era assessor educacional, na área de comunicação e, de certa forma, com a experiência que tinha da CONTAG, ajudava, pelos trabalhos que eu já tinha feito antes, articulação e tal. Então fomos demitidos. O primeiro ato da repressão que nós recebemos foi esse e fomos demitidos porque, nós soubemos depois, as autoridades chegaram na FETAG ou demitia a gente ou eles fariam a intervenção na FETAG . Nós fomos demitidos. Bom. Daí por diante, aliás, mesmo antes, criou a Comissão Parlamentar de Inquérito, 77, eu fui demitido no dia 3 de janeiro de 78, ano seguinte, e quando foi em 77, em setembro, que foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito e Eugenio Lyra foi a primeira pessoa a ser intimada a depor. Na véspera, foi assassinado em Santa Maria da Vitória. Então, eu estive com Eugenio alguns dias antes, fui a última pessoa a fotografar Eugenio vivo. E Eugenio me mostrou um laudo de apreensão de armas que o juiz tinha feito lá, de armas privativas do exército (eu tenho esse laudo ainda) inclusive falou de alguém que o procurou para vender uma arma a ele que essa arma supostamente foi a que matou ele depois, quer dizer, foi usada para matá-lo e aí eu mostrei para a CONTAG que a situação era muito grave. E aí se entrou com um pedido, Jackson e Paraguassu entraram com um pedido de segurança de vida, de proteção de vida para Eugenio. É tanto que ele foi assassinado com segurança de vida. Precisava ter esclarecido isso. É tanto que quando teve aqui o Tribunal do Latifúndio, eu fui intimado também para fazer depoimento e eu levei minhas agendas e documentos para mostrar que Eugenio morreu sob a proteção do Estado. Eu acusava o Estado por ter assassinado ele. Era uma omissão de auxílio, de socorro ali. Foi negligente. Que proteção era essa que Eugenio foi pego assim na saída da barbearia? E o tribunal acabou concluindo que o Estado era o responsável principal pelo crime. Bom. E aí, denunciando tudo, começamos a receber ameaça de morte, por telefone, foi um horror. Até que a FETAG decide demitir a gente, chama Lucia e diz: “tá vendo aqui? Olhe, quando a gente demitiu Antonio Dias e Jackson, acabou a grilagem aqui, na FETAG,

na Bahia.” Só porque não tinha mais denúncias nos jornais. Naquela época, a gente tinha a prática de, quando encaminhava para a Justiça, a gente encaminhava também para a opinião pública. Já sabia que na Justiça seria engavetado. E como estava na opinião pública, aquilo repercutia internacionalmente. Então veja: teve o assassinato de Eugenio, teve a nossa demissão, teve a perseguição a vários bispos. Sim. Desses advogados, ações assim de repressão, desses advogados que a gente estava instalando, que a gente conseguiu, foi um, não me lembro bem o nome dele agora mas tenho lá em casa, o advogado que nós mandamos para Barreiras. Assim que ele chegou lá em Barreiras, de imediato, tinha uma guarnição do exército e o levou para o exército. Dizer que já sabia que ele estava lá e queria saber o que ele ia fazer lá. E dali por diante começou a acompanhar, se colocou à disposição dele, toda a discussão dele e começou a acompanhar todos os passos dele lá em Barreiras. E Barreiras era o fulcro da expulsão dos camponeses da terra. Todo aquele oeste foi conflagrado. Eram vôos rasantes contra os camponeses, assassinato de camponeses, aquela coisa toda, e a CODEVASF estava desapropriando lá as terras, também no rio Formoso, lá junto de Barreiras e aquele dia ali, eu fui, no dia da inauguração houve um encontro lá porque queriam expulsar o pessoal e o pessoal queria reivindicar que já estava assentado lá desde Getúlio Vargas e não podia sair. Eu fui representando a CONTAG lá e me deparei com um rapaz lá do exército, não sei se era coronel, não sei o que era, ele estava lá perguntando com que autoridade eu falava. Eu falo aqui em nome da Confederação de Trabalhadores da Agricultura, e tal. Bom. Dali por diante, tudo que a gente fazia aqui era acompanhado pelo exército. Inclusive os treinamentos que a gente fazia aqui na, para treinar lideranças, para se tornarem fortes, não ter medo de enfrentar a justiça, de irem dar reforço a advogados, reunião com advogados. A gente sabia que tudo aquilo era levado ao exército. Essas informações eu não tive acesso depois que se instalou a democracia, é uma coisa que vocês podem investigar e pedir esses arquivos lá no exército.

Só um dia, ainda antes da, ainda estava na CONTAG, um dia eu cheguei, uma das vezes que eu vim a Salvador, eu cheguei no Ministério do Trabalho, eu sempre passava lá, tinha o cuidado de passar lá, era uma visita estratégica. “Olha eu estou na região. Você sabe, eu não sou subversivo, estou agindo dentro da lei” e passava lá para avisar. Quando eu cheguei lá para fazer a visita de cortesia que eu fazia sempre, tinha um pedido lá, no gabinete do Delegado do Trabalho, para me levar ao exército. Já que teve confiança em mim, então em vez de me prenderem, eu fui. Aí, eles fizeram contato lá, marcaram o dia e eu fui. E lá, na 2ª seção do 4ª exercito, na Mouraria, na divisão do serviço secreto. Então, quem me atendeu lá foi o major Walter Guimarães. Ele me recebeu muito bem, me botou lá sentado na sala dele, disse que eu era muito conhecido aqui em Salvador, aqui na Bahia. Primeiro, porque, quando da fundação de Brasília, a novela, acho que Escalada, tinha um homem que vendia as madeiras para a construção de Brasília, para fazer as obras, os tapumes ali, mas não era eu porque eu era muito jovem para ser aquele deputado Antonio Dias. Segundo, tem um deputado federal aqui que foi cassado pelo Ato Institucional 1 ou 2, aqui da Bahia. Também não era eu porque eu era bastante jovem. E o terceiro era eu mesmo, porque eu vinha a Salvador com muita frequência e mandava os camponeses, nem passava pela FETAG, eu ia para o interior e mandava os camponeses invadir terra aqui no interior. E isso, como ele estava apressado para ir para uma ação que eles iam fazer em Aracaju, isso era uma 6ª feira, ele acabou me liberando e convidaria depois para uma conversa que nunca convidou depois. Depois, eu voltei para Brasília e a CONTAG tinha um certo receio que eu viesse cá e só agravasse pelo meu dossiê que tinha lá dentro. Sim, e dessas vezes que eu vinha a Salvador, eu era apanhado no aeroporto por um carro, que era justamente o carro de Jackson. Um VW azul, tinha a placa 3000, não lembro das letras,

e que me apanhava lá e eu nem ia à FETAG. Já ia direto para a casa de Jackson. Eu ia direto para a casa de Jackson, é verdade, mas no dia seguinte eu ia para a FETAG e continuar meu trabalho. Então, não sei se foi o resultado, mas sei que isso tudo culminou com a nossa demissão, depois, como assessores da FETAG.

E daí, claro, eu fui contratado pelo CEAS para fazer o trabalho que fazia na FETAG e aí sim, a gente teve muitos problemas. Quando começamos a dar apoio às Comunidades Eclesiais de Base, todas as dioceses convidavam para fazer os encontros, e nisso sempre os agentes do SNI estavam lá no meio, a gente era surpreendido com a presença deles lá dentro. Chegaram a pichar a parede do CEAS, “fora os comunistas”, prenderam o padre Claudio. Ele foi para um Conselho lá na Itália, dos Jesuítas, quando voltou, foi preso no aeroporto, e a gente tentou, padre André se envolveu também, foi lá, era para sair do Brasil, com medo de ele não ser liberado, também a própria Companhia de Jesus não permitiu que ele saísse do Brasil, para não ter esse problema na volta. E assim por diante. Quer dizer, não sei o que você, dessa conversa, serve para você recolher elementos para fazer investigação mais detalhada.

Isadora: como você caracterizaria a ocupação no campo, na Bahia, no período da ditadura, esse processo da expulsão dos posseiros, quem faz isso, de onde é que vem, como é que isso é orquestrado? “onde está o regente da orquestra”. Isso.

O maestro se situava, na época, no Palácio do Planalto. Nesse período que é 1971, 72, se cria o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento, o 1º PND que vai atuar em vários setores: produção de energia, produção da agricultura, a EMBRAPA recebe largos financiamentos para ver espaços agrícolas do Brasil que eram tidos como impróprios para a agricultura, como o caso do cerrado, a CODEVASF se mudou para o novo esquema, se tornando uma empresa não só de apoio regional, mas de intercâmbios internacionais, e se fechou a antiga SUVALE, a Superintendência do Vale do São Francisco, que foi extinta e substituída pela Companhia do Vale do São Francisco, que recebeu largas verbas para fazer desenvolvimento da região, e devia estudar onde estavam às áreas roxas e irrigáveis da Bacia do São Francisco, desapropriar e fazer o desenvolvimento, não só pelo assentamento de núcleos de assentamento com agricultores, mas também recebendo grandes empresas para fazer plantação para exportação. Tinha que modificar que depois foi estendido também para o Vale do Parnaíba. A outra coisa foi o crédito fundiário. O governo liberou o crédito fundiário e o governador do estado aqui da Bahia, que era Antonio Carlos Magalhães na época, liberou, fez a nova lei de terras de tal modo que as terras que não provassem a titulação do governo da Espanha, de Portugal ou da República, então eram consideradas de propriedade do estado. E aí a gente pensava que ali era um grande momento para a gente conseguir a liberação dessas terras para assentar os camponeses. E não foi isso. Essas terras foram todas tituladas a empresas que passaram a receber financiamento tanto do governo do estado como do federal. Na época, eu fui lá na empresa que era do estado, que liberava, era o INTERBA que é quem regulava essa coisa de terras aqui e foram feitos folderes em várias línguas, bilíngues, trilingues, e organizados voos charters de grandes empresários para vir conhecer o oeste da Bahia com apoio do Ministério do Interior. Então, eles diziam – esses folderes podem ser reivindicados, ainda, deve ter lá nos arquivos – diziam que a terra era própria para agricultura porque a EMBRAPA já tinha provado que a salinidade, a acidez do solo ela seria própria para a agricultura e está aí a soja, a cana de açúcar, o algodão, e tudo mais. Então a CODEVASF fez assistência técnica, então teria assistência técnica. Falavam das chuvas, regime chuvas de um lado e de outro, e as barragens que iam fazer e da possibilidade de irrigação dessas áreas se fossem secas. Só

não falava que essas terras estavam ocupadas por posseiros que ocupavam essas terras já de muitos anos. De forma que, nas secas da Bahia, o pessoal migrava daqui, ia para aquela região que os rios eram permanentes. Os afluentes da margem esquerda do São Francisco são permanentes. Os de cá, alguns cortavam, da margem direita. Quer dizer que aquilo ali foi responsável pelas migrações de camponeses que, em vez de descer para São Paulo, migravam para aquela região lá. E foram todos expulsos na época da tal da modernização agrícola. O governo estadual da Bahia criou, aqui, como desdobramento, com apoio que ele tinha do governo federal, sobretudo do Ministro do Interior, que era Andreazza, ele criou um plano de ocupação do oeste. Tem na Secretaria de Planejamento aqui, sob a coordenação de Waldeck Ornelas, esse Plano de Ocupação do Oeste, que é para facilitar todas as condições para qualquer empresa que viesse aqui. Aí vieram grandes empresas, veio pessoal inclusive de Pernambuco que estava abrindo mão de terras lá, e de Alagoas e compraram longas extensões de terra, adquiriram, não é compraram, porque eles conseguiam apresentar um projeto na SUDENE, e com isso eles conseguiam o apoio do art. 3418 (para atrair empresas, na legislação da SUDENE que permitia apoio e financiamento às empresas desde que elas provassem que queriam investir aqui). Quer dizer, tinha um imposto, conseguiam isenção do imposto desde que provassem que estavam investindo no Nordeste. E do governo da Bahia, eles conseguiam, a Ford conseguiu, todo mundo aqui conseguiu, todas as grandes empresas conseguiram esse financiamento. Então, era assim: com o financiamento da SUDENE e ainda adquiriam a terra praticamente de graça, porque era só requerer aqui no INTERBA, aquilo era publicado no órgão. Está denunciado na Comissão Parlamentar de Inquérito aqui, a Assembleia Legislativa deve ter os volumes todos, soube até que houve um incêndio lá, mas não sei se esses documentos. Se não tiver, a Comissão Pastoral da Terra ainda tem. Eles requeriam a terra, davam um nome diferente daquele que o povo usualmente usava na região, e seis meses depois que a terra era liberada, era publicado o resultado na portaria do próprio INTERBA aqui, nem era no Diário Oficial, os camponeses não sabiam disso; seis meses depois tinham direito de preferência no Código Civil, se não me engano. Quer dizer, se eles ocupavam uma terra por mais de um ano e um dia, e nunca foram convencidos, só podia sair por ordem da Justiça. E no caso daquela terra ser cedida a alguém, eles teriam direito de preferência. Quer dizer, em vez de ser as empresas que estavam assumindo, o direito era deles. Aí, já tinha passado os seis meses, 180 dias depois do ato de transmissão do poder público, a titulação. Como eles não sabiam, não reivindicavam. (tinha uma cortina de legalidade sobre a ação!!) Então, você apresentava seu projeto na SUDENE dizendo que tinha alguma terra aqui, enquanto isso entrava com um pedido de terra aqui no INTERBA, no estado da Bahia, que legalizava, e depois, quando via, era já os aviões sobrevoando a região, conferindo as áreas para expulsar os posseiros. Os posseiros, quando entravam na Justiça, não tinham mais direito porque já tinha prescrito o direito de preferência deles. E daí a forma de resistência deles. E com isso nós fomos perseguidos, não sabia nem se era polícia, se era cangaceiro, porque havia um complô. Muitos coronéis foram convidados para gerenciar fazendas aqui. Eles já colocavam no jornal convocando ex-coronéis, coronéis reformados para assumir a gerência desses empreendimentos. Tanto aqui quanto na Amazônia. Era convocação nacional. E eles não tinham cerimônia porque estavam no poder deles, não sentiam necessidade de se esconder para fazer isso. Então, a central dessa ocupação do oeste, dessa expulsão dos camponeses, é o governo federal junto com o governo estadual. Quer dizer, os governos estaduais, tanto que, quando a gente resolveu fazer a ação em defesa do pessoal de todas as obras da CODEVASF no São Francisco, nós juntamos todas as Federações que estavam situadas no vale, banhadas pelo rio. O primeiro encontro foi feito em Aracaju. Federações de Sergipe, Alagoas, Pernambuco,

Bahia, Goiás porque diz que tinha rio de Goiás que corria para o São Francisco, e Minas Gerais. Todas elas juntas, porque onde quer que houvesse uma ação, todos os advogados das FETAGs estavam sub-estabelecidos para agirem em favor dos camponeses e tinham o apoio também da CONTAG em Brasília. A gente não conseguiu muita coisa, mas se fez muita mobilização e serviu para fazer um trabalho de base. Tudo quanto se conseguiu dos camponeses foi oferecer resistência, desamedrontá-los para que eles pudessem oferecer resistência às moto-niveladoras que chegavam lá para fazer Itaparica, Sobradinho, e nós acumulamos um certo conhecimento e esse conhecimento foi até utilizados por outras pastorais pelo Brasil a fora. Por exemplo, a da Amazônia, o pessoal veio para ser treinado por nosso pessoal aqui como oferecer resistência, como organizar resistência. Não se conseguiu muita coisa, mas se conseguiu um grau de consciência daquele pessoal que era expulso sem mais nem menos. Essa ocupação foi orquestrada pelo governo central, e aí foi repetido nos planos. O PND 2 já não teve tanto vigor quanto o primeiro e o PND 3 já nasceu morto. Mas os grandes recursos, e aí era Delfin Neto, Ministro da Fazenda, que conseguiu angariar muitos recursos internacionais para apoiar toda essa ocupação. Não só aqui na Bahia, mas também em toda Amazônia, no Oeste do Brasil, tudo isso era feito, só não no centro-sul que não tinha tanta coisa. Mas aqui, a ocupação, não foi só na Bahia, mas em todo Norte e Nordeste. Com base nisso se criou o PROTERRA, que foi um plano do governo federal que previa uma certa colonização e a distribuição de crédito fundiário para que as pessoas ocupassem o oeste. Então, um monte deste dinheiro que a SUDENE administrou para apoiar essas fazendas aqui, essas grandes empresas que estavam aqui, foi dinheiro do PROTERRA, que vinha do governo federal, era colocado aqui, e que era liberado sem nenhuma fiscalização da SUDENE. É certo que muitos deles pegaram dinheiro, aplicaram aí, o BNB, aplicaram o dinheiro, muitos fizeram uma sede de fachada, uma sede de fazenda e botava o nome do empreendimento, nesse período e daí não fizeram desenvolvimento nenhum. Depois abriram falência, sumiram e ninguém sabe para onde foi esse dinheiro. Nunca retornou aos cofres federais, e o resultado também não apareceu cá.

Bom. Então, isso pode ser um caminho para se encontrar um veio importante de porque expulsaram os camponeses. Porque o pessoal, muitas lideranças sindicais eram ameaçadas, foram impedidas de assumir a liderança sindical. Porque quando posseiros que tomavam a liderança sindical, quando chegava no Ministério do Trabalho, eles eram vetados de concorrer a eleição sindical. Porque tinha acento no sistema de segurança. Porque eram vários órgãos que compunham o Conselho de Segurança: tinha o sistema de segurança do exército, CENIMAR que era da marinha, a aeronáutica, a polícia federal, o SNI, e ainda tinha o Ministério do Trabalho, acho que eram sete ou oito órgãos de segurança e qualquer um deles poderia denunciar o sujeito, nem que fosse denúncia anônima. Não precisava comprovar. Então, bastava ter este visto lá e quando chegava uma chapa, as chapas tinham que ser registradas no Ministério do Trabalho. Então, o Ministério do Trabalho mandava para os órgãos de segurança. Para todos esses órgãos. Se algum deles tivesse alguma denúncia, ainda que anônima, contra qualquer dirigente, ele era vetado. E não podia concorrer. E isso foi aqui na Bahia e foi no Brasil inteiro. Até José Francisco também chegou a ser impedido de concorrer nas eleições sindicais da CONTAG em Brasília por esse mesmo esquema.

Bom. Daí por diante, a gente se afasta do movimento sindical, mas a luta continua, a Comissão Pastoral da Terra levou isso adiante, todas as dioceses foram mobilizadas, criaram assessorias jurídicas, apoiaram o trabalho do pólo sindical, muitos ainda foram

assassinados, ameaça de grileiros, morte a bispos, a agentes de pastoral e assim por diante, quer dizer, é cada diocese deve ter seu elenco e outras até abriram mão desse trabalho. A de Ilhéus, por exemplo, D. Valfredo Tepe, ele tinha medo do pessoal do CEAS. Ele criou até uma pastoral rural, divergente da Comissão Pastoral da Terra e, de certa forma, proibiu que o pessoal do CEAS, tanto o padre Claudio como eu, fôssemos lá na região cacaueira. Mas as freiras, sobretudo as freiras religiosas que nos convidavam para ir fazer conscientização. Mesmo assim teve muito, teve sucesso porque o pessoal se organizou, mas houve muitos assassinatos ainda. O pessoal que conhecia e se entusiasmava e começava a explicar a legislação, de imediato eles eram mapeados pelos jagunços e assassinados.

Anexo 46 - Resultado do julgamento ao pedido de anistia para Carlos Marighella

617
R

PORTARIA nº 2780 **de** 8 **de** novembro **de** 2012 .

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia na 6ª Sessão de Julgamento da Caravana de Anistia, na cidade de Salvador / BA, realizada no dia **05 de dezembro de 2011**, no Requerimento de Anistia nº **2011.01.70225**, resolve:

Declarar **CARLOS MARIGHELLA** filho de MARIA RITA DO NASCIMENTO MARIGHELLA, anistiado político "***post mortem***", nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Publicado no Diário Oficial da União
de 9 / 11 / 12 Seção 1
Kamielle Gonçalves

Anexo 47 - Entrevista de Terezinha Dantas Menezes

Meu nome é Terezinha Dantas de Menezes, vou mexer um pouco a minha memória para pensar estes momentos que eu vivi neste período. Eu trabalhei em diferentes espaços, e nesses espaços eu pude observar o peso de um governo ditatorial sobre as organizações e sobre os trabalhadores. Eu trabalhei em um espaço de governo, que era a ANCARBA; eu trabalhei em um espaço sindical que foi a FETAG, e eu trabalhei em um espaço da igreja católica, que foi a CPT, a Comissão Pastoral da Terra. Então, vou colocar alguns fatos, algumas lembranças desses três espaços.

No primeiro, na ANCARBA, a ANCARBA era a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural, portanto brigava pelo crédito e pela assistência rural. O crédito, no caso, era através do banco do Nordeste, estava ligado a um sistema maior que era o sistema ABICAR, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, e ali os técnicos faziam um programa praticamente determinado pela USAID, dos Estados Unidos. Tanto que, no começo da implantação, que eles começaram por Minas Gerais, que é a CAR, os técnicos eram treinados na Costa Rica, lá nas Antilhas, seguindo toda uma orientação dos Estados Unidos, de uma política americana. Posteriormente, estes treinamentos eram feitos na universidade de Viçosa, que seguia a mesma linha a nível nacional. O objetivo era assistência técnica para os pequenos proprietários. Então, ela não entrava na linha de conflitos de terras nem na linha de direitos trabalhistas que já existiam naquela época. Ao trabalhar em várias cidades da área de cobertura da ANCARBA, me chamou atenção foi em Alagoinhas, por volta de 1966, 67, que uma comunidade em que a gente ia oferecer, discutir com o pessoal assistência técnica, eles diziam: "Não, a gente quer terra, a gente não quer técnica. A gente não quer grupo de jovens, grupo de mulheres, grupo de produção. A gente quer terra". E isso me chamou atenção. Eu conversando com algumas pessoas, de Alagoinhas e elas me explicaram que, naquela região, tinha existido uma liga camponesa, que tinha havido muito, muito, muito massacre, perseguição, morte, desaparecimento de trabalhador. Posteriormente, através do professor João Saturnino, ele me orientou para ler "O Cristo do Povo", escrito por Márcio Moreira Alves, e no livro ele elencava a questão das ligas camponesas que aqui na Bahia – não me lembro se em geral ou só aqui na Bahia – ele seguiu o roteiro das grande ferrovias, no caso da Leste Brasileira, porque os ferroviários eram uma das classes mais lutadoras naquele momento. Então, eles iam para o campo criar ligas camponesas.

Posteriormente, eu saí da ANCARBA, fui demitida quando eu estava para completar 10 anos porque eu não era optante pelo Fundo de Garantia, então poucos meses antes eles me demitiram. Um fato também muito importante na ANCARBA, que a gente pode relembrar, é o seguinte: antigamente, todos os treinamentos dos técnicos eram em Viçosa, Minas Gerais e numa linha bem desenvolvimentista, bem à la Delfim Neto etc. Mas, posteriormente, eles começaram a mandar o pessoal para ser treinado em Pernambuco, na CAR de Pernambuco, no CEFREIRE, que tinha uma linha diferente de Viçosa, que já trabalhava a questão dos direitos dos trabalhadores, a realidade brasileira, uma série de coisas. Nessa época, quem dirigia o centro de treinamento de Pernambuco era Romeu Padilha, que depois se tornou diretor da EMBRAPA a nível nacional. Era um técnico muito competente, muito comprometido com as transformações políticas do país.

Posteriormente, eu fui para a FETAG. Quando eu fiquei desempregada, eu fui convidada a trabalhar na FERAG. A Federação da Bahia era uma das federações mais atrasadas na linha sindical, e a CONTAG estava fazendo um investimento aqui através de Antonio Dias, um investimento na linha de sair daquele trabalho puramente assistencial, de assistência médica, dentária, através do FUNRURAL, convênio diretamente com o FUNRURAL e entrar numa linha mais reivindicativa. Não só a questão da terra mas também nas questões trabalhistas. Então, para isso, foi feito um processo de descentralização, contratados vários advogados que foram colocados em áreas pólo do Estado, e a gente observava que tinha uma série de conflitos, principalmente conflitos de terra, mas também conflitos ligados a barragens, alguns trabalhistas, mas bem menos. Era, sobretudo, conflitos de terra. Eu vou falar principalmente de três que eu acho.

Um era na região sisaleira, que não era conflito de terra. Era uma luta pelos direitos, no caso, previdenciários, mas de conquista. Porque o sisal, que era a planta que dominava toda a região, ele tem como se fosse três etapas. É uma etapa da produção, a etapa da transformação e a etapa da exportação. E os trabalhadores ficavam simplesmente na etapa da produção. A produção da fibra, do desfibramento. Porque a etapa da transformação, que era nas batedeiras, e a etapa da exportação eram feitas pelos grandes comerciantes. Antigamente latifundiários, quando a gente já entrou era mais comerciante de exportação, que era o que dava lucro. Então, os trabalhadores eram mutilados nas máquinas, chamadas as paraibanas, e eles não tinham nenhum direito trabalhista. Muitos voltavam a pedir esmola, muitos a viver na dependência da família etc. Então era uma luta para que fosse reconhecido o acidente de trabalho. E ao mesmo tempo a gente tentava uma luta trabalhista, mas era uma luta difícil.

Mas o grande legado que eu acho que você pode dizer desse período foi a luta contra a grilagem, especialmente no Oeste da Bahia que era muito grande, eram os grande projetos ligados ao Proterra, vários programas do governo, e foi onde perdeu a vida Eugenio Lyra, que todo mundo sabe que ele foi vítima dos grileiros, um crime que até hoje não foi punido. A grilagem se dava não só no Oeste, principalmente no Oeste, mas também no sul, no sul da Bahia, tinha muitas áreas de grilagem especialmente nas matas na região cacaueira, mas na região que já descia para o sul do estado. E uma luta também foi a de barragens, contra as barragens, q era também, quer dizer, não era uma luta diretamente contra a ditadura, mas era contra projetos que a ditadura estava implantando para levar adiante seu projeto político econômico. Então as grandes barragens como a de Sobradinho que expulsou na época 70 mil famílias, então era uma resistência muito grande dos trabalhadores, que quando a gente chegou lá não havia resistência nenhuma, foi todo um trabalho que a gente desenvolveu, a barragem de Pedra do Cavalo, aqui no Paraguassu, e de novo no São Francisco, a barragem de Itaparica. Todo mundo sabe que essas grande barragens elas tinham a finalidade de geração de energia, mas sobretudo no caso de Sobradinho eram os grandes projetos de irrigação que dominam sobretudo do lado de Pernambuco, que era os Coelho que tinham toda uma força no governo ditatorial.

A gente podia ver também que essa mesma distinção que existia aqui na Bahia da luta das áreas de conflito e da situação de pequenos produtores que eram mais acomodados e que o sindicalismo respondia a isso, a nível nacional também nós tínhamos isso. O sindicalismo, a nível nacional, representado na CONTAG que representava o Nordeste, era um sindicato de luta, de reivindicações. Os sindicatos que representavam de Minas para baixo, eram o sindicatos mais ligados às políticas governamentais desenvolvimentistas de crédito, assistência técnica, de apoio à comercialização de produto, centrado nas cooperativas etc.

Não é a toa que é dessas regiões que nasceu, por exemplo, a CPT, o forte da CPT no início, era contra a barragem de Itaipú. Era a luta dos brasileiros e também alguns paraguaios que eram expulsos pela barragem de Itaipu. E não eram os católicos. Ali foi a igreja luterana. A CPT do Paraná era sobretudo luterana. Não é a toa que o MST nasceu no sul. Era o projeto de modernização do campo que já estava levando a uma concentração de terra. De lá, a Pastoral da Terra acaba depois se expandindo por todo o Brasil. Então a gente vê como as formas de resistência à ditadura elas nem sempre se fazia sob a forma de guerrilha, de embates diretos, da luta armada. Havia uma série de outras lutas que se faziam de forma mais persistente, mais continuada, mais de contornar do que de enfrentamento. De levar também essa luta para o Congresso, através das instituições, do movimento sindical e através, agora nessa época já começa uma inserção através da igreja. A igreja que tinha apoiado o golpe de 64, na maioria, não é? Quando digo a igreja, estou dizendo, sobretudo, a igreja católica, Mas que a maioria tinha apoiado, através de seus bispos, seus representantes, os padres, seus grupos locais tinham apoiado o golpe através da Marcha da Família etc. Agora, setores dessa mesma igreja que tinham despertado, estavam se comprometendo, então surge CPT, MST, que teve muito tempo o papel da igreja. Então, começa essa organização, principalmente na igreja católica, em algumas igrejas evangélicas mais avançadas.

Então aí eu saí do movimento sindical e fui trabalhar na Pastoral da Terra. E aí, qual era o papel da Pastoral da Terra? Então a gente já tinha uma certa influência no movimento sindical, já começava a mudar um pouco o quadro. Não estava muito comprometido, não, mas você já tinha setores de sindicatos comprometidos, técnicos, advogados, contadores, educadores sindicais trabalhando no meio sindical, você precisava também fazer um trabalho desse a nível de igreja. E aí, que surge, acho que aqui na Bahia quem deu o primeiro passo muito grande foram os jesuítas através do padre Claudio Perani, Andrés Matos, e o bispo D. José Rodrigues de Juazeiro que já vinha se despontando na época da barragem de Sobradinho, D. Jairo de Bonfim, D. José Brandão, lá em Propriá, uma série de outros bispos que foram se comprometendo e aí surge a CPT, que tinha um papel de atuar não só na transformação interna da igreja, de ter uma religião mais comprometida, que a gente dizia assim: "O paraíso é aqui e agora, Não tem nada de paraíso quando a gente morre é que vai para o paraíso, não" E a gente tinha uma música que a gente cantava o sofrimento do povo e a gente dizia: "Mas Deus não quer isso, não!" Era sempre assim: "Mas Deus não quer isso não" Ou então, quando a gente cantava: "Abre o olho meu irmão, abre o olho meu irmão. Quando o boi entra na roça, o pobre fica sem pão". Então era uma luta contra a grilagem. E aí foi esse trabalho todo da CPT, que eu acho que hoje a resposta está aí, você tem cada vez mais pessoas comprometidas.

Do sisal: era assim: antes tinha uma grande fazenda na região, que ele era dono de quase todas as terras. latifundiário mesmo. Então ele empregava as pessoas para trabalhar com as máquinas. Ele tinha na época, parece, 40 máquinas. Ele empregava as pessoas. Mas depois quando começou algumas pessoas a despertarem e a cobrar direitos trabalhistas, ou então alguém que orientou eles, não sei qual foi o processo, ele viu que ele podia perder muito. Então, o que ele fez? Ele, em vez de pagar os direitos trabalhistas às pessoas, ele dava a máquina para que a pessoa trabalhasse e ele pagava a produção. Então, ele se livrava de todos os encargos trabalhistas que ele podia ter e, ao mesmo tempo, ele continuava no controle porque aí ele ia trabalhar na transformação, nas batedeiras, e na venda dos produtos, que as grandes exportadoras também era ele que controlava, todo o comércio externo. Então estes trabalhadores, eles trabalhavam por produção. Então, eles

operavam a máquina que era conhecida como paraibana, que é uma máquina que causa muito acidente de trabalho porque, alem de meter a fibra do sisal, muitas vezes a mão vai junto. Então havia muitos mutilados. Tem uma foto muito triste e muito bonita, muito simbólica de uma assembleia que a gente fez em que todos eram os tocos de mão. E depois a gente ficou sabendo também que muitos, se cortasse só a mão ou o antebraço, ele não era aposentado, ele não tinha direito à aposentadoria porque o INSS considerava que ele ainda podia trabalhar. Então, muitos vendiam o motor para pagar um médico para cortar o braço e aí ele ficar impossibilitado e conseguir a aposentadoria. Muitas vezes, eles se associavam, empregavam um companheiro, não tinham como pagar os direitos e eles davam o motor a esse e passavam a ser empregados do outro. Havia também muita exploração do trabalho infantil, que depois foi uma outra luta posteriormente, a exploração do trabalho infantil, a luta aqui na Bahia começou pela região do sisal. No final, eles conseguiram, hoje eu acho que o sisal perdeu o peso a nível internacional com as fibras sintéticas, então é uma lavoura que eu não diria que está em extinção, mas que não tem o peso grande na economia da região e hoje eles vivem da pequena agricultura, pecuária de pequeno porte.

Eu estava me lembrando de uma coisa que para mim. Bem, eu não sofri nenhuma repressão física. Sofri muita pressão psicológica, principalmente quando eu trabalhava no movimento sindical, a gente tinha um pouco mais de abertura, mas não era muito. Mas no governo, era muita, muita repressão psicológica. E isso aí continuou depois, quando eu vim trabalhar em Feira de Santana, na zona rural de Feira de Santana, onde um trabalhador rural foi assassinado na luta pela terra, mas um negócio q me chamou muita atenção em Feira de Santana é que Feira de Santana tem um Batalhão de Infantaria. E esse Batalhão de Infantaria, não sei, isso eu quero pesquisar, como era a relação dele com o assassinato de Lamarca. Porque, quando os jovens que iam fazer serviço militar, no encerramento da etapa do serviço militar, eles eram todos levados para Ibotirama, para o local onde Lamarca foi assassinado, e todos eles faziam o juramento à bandeira e o juramento de perseguirem todos os comunistas, e davam um tiro na mesma árvore em que Lamarca foi assassinado. Então, quando eles vinham de lá, alguns deles me contavam isso. Pode imaginar como é que eu me sentia, vendo aquilo na cabeça de um jovem que ele era também um para matar comunista. Foi ali que aquele comunista foi morto. Ele tinha que jurar a bandeira, a pátria brasileira, atirar. Então, isso aí, para mim, eu ficava escutando essas coisas e me matavam por dentro. Além de matar Lamarca, o que eles estavam fazendo na cabeça desses jovens. Foi no 35 BI daqui. Eu conheci alguns jovens, e eles levavam. Chamava ACISO. Como é que eles faziam? Eles passavam uma semana em determinados locais, aqui era em Ibotirama, e eles levavam cesta básica para o pessoal, eles levaram material escolar para ser distribuído, eles faziam assim uma série de trabalhos assistencialistas para ganhar a população, e do lado dos jovens, fazia esse tipo de trabalho. Então, ao mesmo tempo que eles tentavam ganhar a população, era assim Ação Cívico Social.

Essas barragens, também elas mereciam algum estudo da ação da ditadura, do endividamento do Brasil, com a dívida externa, porque Itaipú foi uma das maiores dívidas externas do Brasil, e Pedra do Cavalo, a DESENVALE enviava a conta para o governo do estado. Quando Waldir Pires assumiu o governo do estado, ele não podia tomar nenhum empréstimo por causa das dívidas q o estado tinha de Pedra do Cavalo com a DESENVALE. Era tremendo. Na época eu fiz uma prestação de serviço para o MOC, porque eu tinha sido da CPT e o MOC não tinha pessoas com a experiência que eu tinha nessa questão desses conflitos. Aí me contrataram para trabalhar e a gente tinha um fusca

velhinho, velhinho, caindo aos pedaços, a gente chamava Perebinha, que era todo remendado. E quando a gente chegava na área, o pessoal que ia ser expulso da área dizia assim pra gente: a DESENVALE, aqui, todo técnico tem um carro. Vocês são cinco pessoas dentro de um carro caindo aos pedaços. Eles têm carro todo ano. Depois a gente ficou sabendo, esses carros eram alugados, o aluguel de um mês equivalia ao preço de um carro, e era daquele grupo dos Mendonça, Felix Mendonça, que era aliado de João Durval. Então as dívidas que ficaram aí para o estado.

Anexo 48 - Fichas dos mortos e desaparecidos baianos



Aderval Alves Coqueiro

Filiação: Jovelina Alves Coqueiro e José Augusto Coqueiro
Data e local de nascimento: 18/7/1937, Aracatu (BA)
Atuação profissional: operário da construção civil
Organização política: Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)
Data e local de morte: 6/2/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido na Bahia, Aderval Alves Coqueiro iniciou sua militância política no Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando ainda era muito jovem. Entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, Aderval trabalhou nas obras de construção de Brasília (DF). Pouco tempo depois, além de ter atuado como operador de máquinas e vendedor autônomo, exerceu o trabalho de operário da construção civil no estado de São Paulo, onde passou a viver desde 1961. Após se desligar do PCB, integrou o Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) de São Paulo, centrando suas atividades na zona rural. Entre 1967 e 1968 desligou-se do PCdoB e ingressou na Ala Vermelha, uma dissidência do partido. Aderval era casado com Isaura Silva Coqueiro com quem teve duas filhas.

Por conta da sua militância política, em 29 de maio de 1969, Aderval foi detido na 2ª Companhia da Polícia do Exército (PE), em São Paulo, sendo transferido para o DOPS/SP e, posteriormente, preso no Presídio Tiradentes. Em junho de 1970, foi banido do território brasileiro, por ocasião do sequestro do embaixador da Alemanha Ocidental no Brasil, Ehrenfried Von Holleben, dirigindo-se para a Argélia juntamente com outros trinta e nove presos políticos também banidos. Viajou para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha, e retornou ao Brasil no dia 31 de janeiro de 1971, a partir de um esquema montado pela organização VAR-Palmares. Foi o primeiro banido a regressar clandestino ao Brasil, já como integrante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Aderval Alves Coqueiro morreu aos 34 anos de idade, atingido por disparos de arma de fogo, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 7 de agosto de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Aderval Alves Coqueiros. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva realizou a 35ª audiência pública sobre o caso de Aderval e de outros militantes do MRT. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua da cidade de Salvador (BA).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Aderval Alves Coqueiro morreu no dia 6 de fevereiro de 1971, Rio de Janeiro, em ação praticada por agentes do DOI-CODI do I Exército.

Segundo a versão divulgada na época, Aderval teria sido morto em confronto armado com agentes das forças de segurança. Nesse sentido, a edição do *Jornal do Brasil*, de 8 de fevereiro de 1971, informava que Aderval teria resistido à prisão, sendo morto em consequência de um tiroteio. As investigações realizadas sobre o caso reúnem indícios que demonstram a falsidade dessa versão.

Banido do Brasil em junho de 1970, Aderval regressou clandestinamente ao país no dia 31 de janeiro de 1971, quando foi morar em um apartamento no Cosme Velho, bairro do Rio de Janeiro. A volta desse militante foi organizada por integrantes da organização VAR-Palmares, responsáveis pela articulação de um esquema que permitia o regresso dos banidos ao Brasil. Seu retorno foi objeto de investigações por parte dos órgãos de segurança com o intuito de identificar e desmantelar as redes que articulavam esse regresso.

A ação policial articulada para a captura de Aderval montou um bloqueio em torno do apartamento onde morava. Segundo a vizinhança, uma grande área do bairro foi cercada pelos agentes estatais com o objetivo de evitar a fuga do militante. No momento em que invadiram o apartamento, os agentes do DOI-CODI/I começaram a atirar, e Aderval foi abatido pelas costas no pátio interno do prédio. O zelador do prédio, Francisco Soares, afirmou ter visto uma centena de policiais civis e do Exército cercarem o prédio, que foi, em seguida,

> invadido por vários homens armados, e foram direto para o apartamento 202, nesse momento um oficial mandou que eu sair da janela, posteriormente escutei um militar gritar 'atira e mata', logo depois escutei uma grande gritaria nos fundos do prédio e vários disparos de armas, que durou somente alguns segundos, escutei uma pessoa falar 'temos presunto fresco' (...) observei varias marcas de tiros, não sabendo dizer quantas, estando ele somente de calção, sem camisa e desarmado, também ouvi o policial dizer "bota a arma do lado dele" [...].

O memorando nº 268/7, de 10 de fevereiro de 1971 com o assunto "Diligência do 1º Exército", remetido pelo delegado do DOPS, Nelson Hatem, para o Diretor da Divisão de Informação informa que o comissário do DOPS responsável pelo plantão do dia 6 para 7 de fevereiro de 1971 era Maurício da Silva Lintz. O comissário registrou que, durante seu plantão, elementos do I Exército compareceram à delegacia e comunicaram que uma diligência realizada na rua Cosme Velho nº 1061 tinha resultado na morte de um indivíduo não identificado. Ainda segundo seu relato, o comissário informa ter feitio o deslocamento do corpo ao IML para a identificação datiloscópica e fotográfica, tendo depois tomado conhecimento que o corpo era de Aderval Alves Coqueiro. O documento ainda informava a presença no local da ocorrência de uma senhora, Albertina Moreira Siqueira, proprietária do apartamento onde fora encontrado Aderval e que teria sido levada ao I Exército e posteriormente encaminhada ao Hospital Souza Aguiar. Nas fichas localizadas no acervo do Arquivo Público do Rio de Janeiro, apesar de constar a identificação de Aderval, havia a inscrição "cadáver de um desconhecido". Dessa maneira pode-se concluir que a ação que culminou na execução de Aderval foi realizada pelo DOI-CODI/I com apoio do DOPS/RJ.

No processo sobre o caso na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), o relator Luís Francisco Carvalho Filho solicitou ao Instituto Médico Legal (IML/RJ) o laudo necroscópico de Aderval, recebendo apenas uma certidão confirmando a data do óbito e informando que a morte ocorreu "[...] em consequência de crime, sendo a *causa mortis* ferida transfixante do tórax – lesão do pulmão direito", não permitindo determinar quantos tiros acertaram o corpo de Aderval. No entanto, as fotos do corpo de Aderval, que constam no processo da CEMDP, mostram várias perfurações, sendo visíveis também as

marcas de sangue no chão que indicam que o corpo foi arrastado até o local, corroborando o depoimento do zelador do prédio, o senhor Francisco Soares, sobre a montagem da cena do local da morte. Neste sentido, aduziu o Relatório solicitado pela CEMDP:

> A eliminação sumária dos chamados terroristas fazia parte da estratégia dos órgãos da repressão. [..]. As fotos obtidas junto à Agencia JB indicam, com absoluta clareza, que a vítima não foi abatida no local em que se encontrava o corpo. O cadáver foi arrastado para lá. As manchas de sangue no piso são visíveis e indicam o movimento. O revólver, portanto, também não poderia se encontrar naquela posição, na mão direita. As fotos indicam, ainda, que o cadáver de Coqueiro apresentava outras lesões, além das feridas transfixantes do tórax e abdômen, mencionados na certidão de óbito e, em parte, no documento encaminhado pelo IML: Há nítidos sinais de ferimentos na cabeça, na nádega esquerda e na perna direita. Há uma situação de cerco e uma morte não esclarecida.

Fica demonstrada, portanto, a falsidade da versão de tiroteio divulgada na época. Aderval foi o primeiro banido a ser morto pela repressão após seu retorno ao Brasil. Sua morte foi mencionada, dentro desse contexto, na Informação nº 114/16 da Agência do SNI do Rio de Janeiro, de 15 de setembro de 1972, que registrava que alguns banidos tinham retornado ao Brasil após treinamento em países comunistas, "tendo ocorrido inclusive mortes ao se defrontarem com a repressão, a exemplo do que aconteceu com ADERVAL ALVES COQUEIRO e CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY, após retornarem da Argélia". O mesmo documento afirmava que, em razão da "eficiência dos órgãos de segurança", outros exilados e banidos estariam "desestimulados em retornar, não desejando ter o mesmo fim de seus camaradas mortos".

O corpo de Aderval Alves Coqueiro foi sepultado, pelos familiares, no Cemitério de Inhaúma, no Rio de Janeiro, no dia 14 de fevereiro de 1971.

LOCAL DE MORTE

Rua Cosme Velho, nº 1061, bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI / I

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckman Geisel
Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Ramos Sarmento
Chefe do Estado Maior do I Exército: general de Brigada Bento José Bandeira de Melo
Chefe do DOI-CODI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

1.2 DOPS/RJ

Governador do Estado do Rio de Janeiro: Jeremias Fontes
Secretário de Segurança Pública: n/i
Delegado do DOPS/RJ: Nelson Hatem
Comissário do DOPS/RJ: Maurício da Silva Lintz (plantão)

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Setor Administração, Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983, Notação 69, p. 165-168. Ficha de Identificação Policial nº 12460.	Boletim de Presos.	DOPS/GB.	Informa o nome de Aderval com a inscrição "Cadáver de um desconhecido".
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Setor Administração, Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983, Notação 69, pp. 165-168.	Registro nº 177, Diligências do 1º Exército, de 6 para 7/2/1971.	DOPS/GB.	Informa a comunicação realizada pelo I Exército ao Comissário do dia do DOPS, Mauricio da Silva Lintz.
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Setor Secreto, Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983, Notação 83, pp. 180-175.	Memo nº SBO/048/1971, de 4/3/1971.	DOPS/GB.	Informa a ligação de Antonio Joaquim de Souza Machado ao esquema de fornecimento de passaportes para elementos banidos.
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Setor DOPS, Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983, Notação 153, pp. 24-53.	Depoimento de Sérgio Emmanuel Dias Campos ao CISA, de março de 1971.	Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA).	Informa a articulação realizada por membros da organização VAR-Palmares visando ao retorno dos banidos ao Brasil.
Banco de dados Memórias Reveladas. APERJ. Série Livros de Ocorrências, Notação DOPS/GB,LO,LRO pp. 49, 675, 49, 01.	Ocorrência nº 199 de 10/2/1971 para 11/2/1971.	DOPS/GB.	Indica a participação do capitão Brant na operação acerca dos passaportes falsos para o retorno dos banidos e que culminou nos sequestros de Carlos Alberto Soares de Freitas e Antonio Joaquim de Souza Machado.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0002_0002, p. 75.	Certidão de óbito de Aderval Alves Coqueiro, de 7/7/1971.	Ofício de Registro Civil, 4ª Circunscrição das Pessoas Naturais.	Indica como *causa mortis* de Aderval Coqueiro: "feridas transfixantes e penetrantes do tórax e abdômen, com lesão do pulmão direito e fígado; hemorragia interna e externa; anemia".
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0002_0002, p. 12-17.	Prontuário nº 4.198 de Aderval Alves Coqueiro, sem data.	Secretaria de Segurança Pública - DOPS.	Relata as atividades políticas de Aderval Coqueiro, que foram monitoradas pelos órgãos de repressão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0002_0002, pp. 169-186.	Reprodução da fotografia – Agência JB e Fotos do prédio onde Aderval morreu feitas pelo grupo Tortura Nunca Mais/RJ (ambas sem data).	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e Tortura Nunca Mais/RJ.	Diversas fotografias do cadáver de Aderval Alves Coqueiro no local da execução e fotografias do prédio onde ocorreu a morte, sem data (publicadas nos anos 1990). Registra inúmeras fotos do corpo de Aderval Coqueiro após a execução, indicando que o cadáver foi arrastado no piso abaixo do edifício.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0002_0002, pp. 160-161.	Depoimento de Francisco Soares, de 29/3/1996.	Cartório do 5º Ofício de Notas, Botafogo, Rio de Janeiro.	Afirma que testemunhou a execução de Aderval Alves Coqueiro por agentes do Estado.
Arquivo Nacional, SNI: DI_ACE_51213_72.	Informação nº 11416/72, de 15/9/1972.	Serviço Nacional de Informações (SNI). Agência Rio de Janeiro.	Menciona Aderval Coqueiro entre os banidos que retornaram ao Brasil e foram "mortos ao se defrontarem com a repressão". Informa, ainda, que, sabendo da "eficiência dos órgãos de informação", outros banidos estariam "desestimulados em retornar, não desejando ter o mesmo fim de seus camaradas mortos".

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Aderval Alves Coqueiro morreu em decorrência de ação praticada por agentes do Estado, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias da morte de Aderval e para a completa identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.



Antônio Carlos Monteiro Teixeira

Filiação: Luiza Monteiro Teixeira e Gerson da Silva Teixeira
Data e local de nascimento: 22/8/1944, Ilhéus (BA)
Atuação profissional: geólogo
Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data e local de desaparecimento: 20/9/1972 ou 21/9/1972 ou 26/9/1972 ou 29/9/1972, Base de São Geraldo do Araguaia (PA) ou Cemitério de Xambioá (TO)

BIOGRAFIA[1]

Nascido na cidade de Ilhéus (BA), estudou Geologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador. Nesta cidade, residiu no bairro da Graça, à rua Barão de Loreto. Seu nome consta na lista de alunos que perderam a matrícula no ano de 1969, por conta da militância política nos anos de 1967 e 1968. Casou-se com sua colega Dinalva Conceição Oliveira no ano de 1969, quando ambos se mudaram para o Rio de Janeiro. Sua participação no movimento estudantil o levou a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional em janeiro de 1971, após ter sido indiciado no inquérito nº 28/68 SOPS/DPF/Bahia. Teve sua prisão decretada pela 6ª Circunscrição Judiciária Militar e, posteriormente, foi condenado à revelia a uma pena de 16 meses de prisão. Passou a viver na clandestinidade, deixando o Rio de Janeiro em direção ao sudeste do Pará em maio de 1970. Militantes do PCdoB, Antônio Carlos e Dinalva se instalaram na região de Caianos, onde fariam treinamento para integrar o Destacamento C da guerrilha. Na região, apresentava-se como Antônio, vindo a ser conhecido como "Antônio da Dina". Além de ter aberto um pequeno comércio na cidade de Araguanã, Antônio foi professor, entre junho e dezembro de 1971, na Escola dos Padres de São Félix, em Terra Nova. Segundo o diário de Maurício Grabois*, Antônio era:

> Geólogo capaz, conhecia bem topografia. Embora não gostasse de comandar, tinha pendores militares. Poderia ser um bom chefe de unidade guerrilheira. Valente e calmo, muito ajudou na formação do DC. Fará muita falta às FF GG no que se refere ao levantamento do terreno, elaboração de mapas e croquis. Em 1968 participou das ações de massa em Salvador".

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV[2]

Foi reconhecido como desaparecido político pelo anexo I da Lei nº 9.140/95 e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 14 de maio de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985),* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") *vs.* Brasil, entre elas, Antônio Carlos. A sentença obriga o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas. Em

sua homenagem foram nomeadas ruas nas cidades de Salvador (BA) e São Paulo (SP), por meio do Decreto nº 31.804 de 26 de junho de 1992.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[3]

O *Relatório Arroyo* descreve o episódio que teria resultado na morte de Antônio em 21 de setembro de 1972:

> No Destacamento C, perto do dia 20 de setembro, dois companheiros, Vitor e Cazuza, deslocavam-se para fazer um encontro com três companheiros. Acamparam perto de onde devia ser o encontro. À tardinha, ouviram barulho de gente que ia passando perto. Cazuza achou que eram os companheiros e quis ir ao encontro deles, mas Vitor não permitiu. Disse que só devia ir ao ponto no dia seguinte. Pela manhã Cazuza convenceu Vitor a permitir que ele fosse ao local onde, na véspera, ouvira o barulho. Vitor ainda insistiu que não se devia ir ao ponto, mas acabou concordando. Ao se aproximar do local do barulho, Cazuza foi metralhado e morreu. Vitor encontrou os três - Dina (Dinalva Conceição Oliveira Teixeira). Antonio (Antonio Carlos Monteiro Teixeira) e Zé Francisco (Francisco Chaves). Como estavam sem alimento, Vitor resolveu ir à roça de um tal de Rodrigues apanhar mandioca. Os companheiros disseram que lá não havia mais mandioca. Vitor, porém, insistiu. Quando se aproximaram da roça, viram rastros de soldados. Então, Vitor decidiu que os quatro deveriam esconder-se na capoeira, próxima à estrada, certamente para ver se os soldados passavam e depois então ir apanhar mandioca. Acontece que, no momento exato em que os soldados passavam pelo local onde eles estavam, um dos companheiros fez um ruído acidental. Os soldados imediatamente metralharam os quatro. Dois morreram logo: Vitor e Zé Francisco. Antonio foi gravemente ferido e levado para São Geraldo, onde foi torturado e assassinado.

O *Diário* de Maurício Grabois também faz referência às circunstâncias da morte de Antônio:

> No mês de setembro, por ocasião da grande campanha das FF AA contra o movimento guerrilheiro, o DC teve mais 4 baixas fatais. Todas elas por infração das leis da guerrilha e por inexperiência militar do seu VC. Este, em companhia de Cazuza, ia se encontrar com 3 co do D. No caminho, ouviram ruído de vozes. Cazuza achou, sem qualquer razão, que se tratava de gente da guerrilha. No dia seguinte de manhã, Vitor permitiu que seu companheiro fosse investigar, sem que houvesse qualquer necessidade de fazê-lo. Resultado: tratava-se de um acampamento inimigo. Cazuza foi descoberto e morto, sendo enterrado no próprio local. Sozinho, Vitor foi ao encontro de Antonio, Dina e Zé Francisco. Depois de apanha-los, ao passar por um caminho, Vitor observou rastros do inimigo. Resolveu então observá-lo, sem que houvesse motivo para isso. O local escolhido para a observação era péssimo: em frente a um cipoal e a uns poucos metros da estrada. Alguns co não acharam justa a decisão, mas Vitor insistiu. Três horas depois, o inimigo apareceu. Já tinha passado quase toda a tropa adversária, quando faltava passar apenas o último soldado, Zé Francisco fez barulho, talvez deixando cair a arma. Irrompeu, então, violento tiroteio. Dina caiu fora, tendo uma bala arranhado seu pescoço. Os outros três ficaram mortos no terreno.

No Relatório do Centro de Informações do Exército (CIE), Antônio Carlos figura em uma lista de "subversivos" que participaram da Guerrilha do Araguaia, como morto no ano de 1972.[4] No relatório da Marinha entregue ao ministro da Justiça Mauricio Correa em 1993, o nome de Antônio Carlos não figura dentre os mortos do Araguaia. Já o relatório do Exército, do mesmo ano, afirma que ele teria morrido na cidade de Xambioá (TO), onde os militares tinham base. O relató-

rio da Aeronáutica, por sua vez, afirma que não há dados que permitam comprovar sua morte.[5]

Em entrevista ao jornal *Opção*, edição de 24 a 30 de junho de 2012, o sargento José Manoel Pereira afirmou que participou do evento que culminou na morte de José Toledo de Oliveira, Antônio Carlos Monteira Teixeira e Francisco Manoel Chaves. O militar declarou que ele estava no comando do grupamento composto pelo: Soldado Raoil, Soldado Maurício, Soldado Arnaldo, Soldado Jean, Soldado Mascarenhas e Cabo Barreto, quando cruzaram com os militantes na região do Pau Preto. Com exceção dos dois últimos, todos teriam disparado contra os três guerrilheiros, que morreram, e os seis militares teriam deslocado os corpos a um rancho de um homem também chamado José Pereira. No dia seguinte, os corpos foram carregados, em um helicóptero da Aeronáutica, para a Base Militar de São Geraldo do Araguaia (PA) que funcionava sob responsabilidade do General Bandeira. Nesta ação estavam presentes o Sargento José Manoel Pereira e três outras pessoas, sendo uma delas o Sargento Eurípedes.

Ao detalhar as "ações mais importantes realizadas pelas peças de manobra", o relatório da Manobra Araguaia, assinado pelo General Antônio Bandeira, registra a morte desses três guerrilheiros como resultado de "ação de emboscada, por uma esquadra (1 Cb e 5 Sd), em 26 set 72, numa grota distante cerca de 3km da casa do velho MANOEL.", realizada pelo 10º Batalhão de Caçadores. O documento fornece também informações sobre a localização do episódio que corroboram o relato de José Manoel Pereira:

> Ação de patrulhamento, em 29 Set 72, executada por 2 GC, na Região de Pau Preto teve como resultado a morte dos seguintes terroristas (sic): JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA 'VICTOR' (Sub Cmt Dst C); ANTONIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA 'ANTONIO' (Dst C – Cmt Grupo 500); 'ZÉ FRANCISCO' ou 'PRETO VELHO' (Dstc C – Grupo 500).

E há uma observação consignando que, no evento, foi apreendida "farta documentação subversiva abordando tópicos de doutrina, observações a respeito da tropa que os perseguia, além de detalhados croquis sobre a parte da área de operação".[6]

Nesse sentido, o livro *Dossiê ditadura* faz referência ao depoimento do sobrevivente da Guerrilha Dower Morais Cavalcanti à 1ª Vara da Justiça Federal sobre o período em que esteve preso no Pará. Dower afirma que foi convocado pelo General Bandeira a comparecer na base de Xambioá (TO), e que lhes foram exibidas fotos de José Toledo de Oliveira, Francisco Manoel Chaves e Antônio Carlos Monteiro Teixeira mortos. O ex-guerrilheiro também alega ter visto seus corpos enterrados em uma vala comum no cemitério de Xambioá (TO) e diversos documentos que seriam dos seus companheiros, como uma carta de Francisco Manoel Chaves à Comissão Militar da guerrilha.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Segundo as fontes citadas, Antônio teria sido morto na Região do Pau Preto e deslocado à Base sob comando do General Bandeira na cidade de São Geraldo do Araguaia, PA. Já o *Relatório Arroyo* afirma que José Toledo estava nas proximidades da estrada e da roça do Rodrigues, quando foram encontrados pelos militares. O relato de Dower Morais Cavalcanti, entretanto, indica que ele teria sido enterrado em uma vala comum no Cemitério de Xambioá, TO.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Operação Papagaio

Antônio Carlos Monteiro Teixeira foi vítima de desparecimento forçado durante a Operação Papagaio. Realizada entre 18 de setembro a 10 outubro de 1972,

esta operação teve como objetivo alijar da área os guerrilheiros que ali atuavam, sendo realizada com a utilização de força militar ostensiva, comportando operações de contra guerrilha, ocupação de pontos e suprimento da tropa pelo ar, bem como pela execução de Operações Psicológicas e Ações Cívico-Sociais. Foram empregadas unidades oriundas de diversos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, sob o comando geral da 3ª Brigada de Infantaria, contando ainda com a participação conjunta de elementos do Centro de Informações do CIE, CISA e Cenimar.

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Centro de Informações do Exército: general de Divisão Milton Tavares de Souza
Comando da Operação
Comandante Militar do Planalto/11ª Região Militar: general de Divisão Olavo Vianna Moog (quartel general: 91 homens)
Comando da Tropa – 3ª Brigada de Infantaria (vinculada ao Comando Militar do Planalto /11ª Região Militar) **– Comandante:** general de Brigada Antonio Bandeira

Marinha

Comando de Operações Navais – Divisão Anfíbia – (Sede Guanabara) Grupamento Operativo dos Fuzileiros Navais – Força de Fuzileiros de Esquadra – **Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e Comandante da força de Fuzileiros de Esquadra.** Vice-Almirante (FN): Edmundo Drummond Bittencourt Herculano
Chefe da Seção de Operações: capitão de mar e guerra (FN) Herculano Pedro de Simas Mayer
Comandante do Grupamento Operativo (Comando da Tropa): capitão de Corveta (FN) Uriburu Lobo da Cruz – 229 homens.[7]

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada p elo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Antônio Bandeira.	Exército.	General.	Comandou a operação que resultou na morte e desaparecimento forçado do guerrilheiro.	Cemitério de Xambioá (TO).	Depoimento de Dower Morais Cavalcanti registrado no livro *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985).* IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009. p. 374.

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Soldado Arnaldo.	10º Batalhão de Caçadores do Exército.	Soldado.	Proferiu disparos contra o grupo de Antônio Carlos Monteiro Teixeira e auxiliou no deslocamento dos corpos dos guerrilheiros a um rancho.	Pau Preto.	1. BELÉM, Euler de França. "Toda guerra é suja." Jornal *Opção*, Goiânia, ed. 1929, de 24 a 30/6/2012. Arquivo CNV, 00092.003281/2014-84. 2. Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_ VAY_0001_d, p. 48.
Soldado Mascarenhas.	10º Batalhão de Caçadores do Exército.	Soldado.	Participou do deslocamento dos corpos de Antônio Carlos Monteiro Teixeira e de seus dois companheiros a um rancho.	Pau Preto.	1. BELÉM, Euler de França. "Toda guerra é suja." Jornal *Opção*, Goiânia, ed. 1929, de 24 a 30/6/2012. Arquivo CNV, 00092.003281/2014-84. 2. Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_ VAY_0001_d, p. 48.
Cabo Barreto.	10º Batalhão de Caçadores do Exército.	Cabo.	Participou do deslocamento dos corpos de Antônio Carlos Monteiro Teixeira e de seus dois companheiros a um rancho.	Pau Preto.	1. BELÉM, Euler de França. "Toda guerra é suja." Jornal *Opção*, Goiânia, ed. 1929, de 24 a 30/6/2012. Arquivo CNV, 00092.003281/2014-84. 2. Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_ VAY_0001_d, p. 48.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

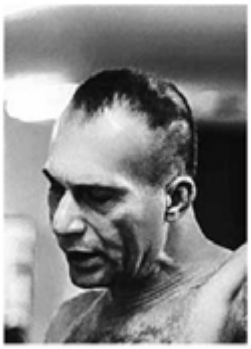
Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo: relato sobre a luta no Araguaia*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 1974. Arquivo da CNV: 00092.003188/2014-70.			Registra o confronto em que Antônio Carlos Monteiro Teixeira teria morrido.
GRABOIS, Maurício. *Diário (1972-1973)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=31&id_noticia=12846>*.			Relata a morte de Antônio Carlos Monteiro Teixeira.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0015_0006 e BR_DFANBSB_AT0_0015_0007.	Processo de Reparação.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Coleciona documentos pessoais e dados biográficos sobre Antônio Carlos Monteiro Teixeira.
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0001_d.	Relatório das Operações Contraguerrilhas, 30/10/1972.	3ª Brigada de Infantaria Sudeste do Pará.	Descreve as cadeias de comando da Operação Papagaio.
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0044_d.			Descreve as cadeias de comando da Operação Papagaio.

Identificação da f onte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em dezembro de 1993: 00092_000830_2012_05.	Relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993.	Ministério do Exército.	Afirma que Antônio Carlos Monteiro Teixeira teria morrido na cidade de Xambioá (TO).
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_ V8_AC_ACE_54730_86_002 p. 34.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Registra a morte de Antônio Carlos Monteiro Teixeira em 1972.
Jornal Opção, Goiânia, ed. 1929, de 24 a 30/6/2012. Arquivo CNV,00092.003281/2014-84.	"Toda guerra é suja."	Jornal *Opção*.	Indica participação de militares no evento que culminou na morte e no desaparecimento de três guerrilheiros, sendo estes: José Toledo de Oliveira, Antonio Monteiro Teixeira e Francisco Manoel Chaves.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES[8]

Antônio Carlos Monteiro Teixeira é considerado desaparecido político por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, "o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade", sendo que o Estado "tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis".

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Antônio Carlos Monteiro Teixeira, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro "a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis edeterminar o paradeiro das vítimas". Além disso, devem ser empreendidos esforços no sentido de entregar documentos manuscritos que foram ilegalmente apreendidos com o grupo de Antônio Carlos Monteiro Teixeira e que se encontrem sob custódia de particulares ou do Estado.



CARLOS MARIGHELLA

FILIAÇÃO: Maria Rita do Nascimento Marighella e Augusto Marighella
DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 5/12/1911, em Salvador (BA)
ATUAÇÃO PROFISSIONAL: deputado constituinte de 1946
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: PCB e Ação Libertadora Nacional (ALN)
DATA E LOCAL DE MORTE: 4/11/1969, em São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido aos 5 de dezembro de 1911 em Salvador (BA), filho de Maria Rita do Nascimento Marighella e Carlos Augusto Marighella. Morto em 4 de novembro de 1969, em São Paulo (SP). Fundador e dirigente nacional da Ação Libertadora Nacional (ALN), Marighella foi a principal liderança da luta armada contra a ditadura militar.

Carlos era o primeiro dos sete filhos do imigrante italiano Augusto Marighella, que, depois de passar por São Paulo, abriu uma oficina mecânica em Salvador, e da baiana Maria Rita do Nascimento, uma negra descendente de escravos hauçás. A origem trabalhadora e humilde marcou a trajetória e as ideias de Marighella. A mistura de raças dos pais fizera dele um tipo singular: alto, encorpado, de pele mulata e olhos claros. Marighella desde jovem chamava a atenção por seu jeito irreverente, gostava de poesia e também sabia contestar qualquer forma de imposição, seja no colégio, seja na sociedade injusta, da Bahia e do Brasil, daqueles anos de 1930.

Em 1929, no quinto ano do Ginásio da Bahia, aos 17 anos, respondeu uma prova de Física, sobre espelhos, em versos. Segue abaixo um trecho do poema que escreveu, entremeado com o desenho de figuras:

> Doutor, a sério falo, me permita,
> em versos rabiscar a prova escrita.
> Espelho é a superfície que produz,
> quando polida, a reflexão da luz.
> Há nos espelhos a considerar
> dois casos, quando a imagem se formar.
> Caso primeiro: um ponto é que se tem;
> ao segundo um objeto é que convém.
> Se a figura abaixo se vê,
> o espelho seja a linha beta cê. [...]1

Aos 18 anos, ingressou na Escola Politécnica da Bahia para cursar Engenharia e começou a militar no PCB. Nas anotação na sala de aula, o alvo de seus versos seria agora a "odiada" geometria descritiva:

> Se Lampião fosse agarrado
> numa batalha decisiva,
> devia ser encarcerado
> para estudar a descritiva.[2]

Em 1932, depois de escrever novo poema crítico, desta vez tendo como alvo o interventor Juracy Magalhães, foi preso pela primeira vez. Na prisão, zombou do interventor, recitando para os outros presos a sua versão de "Vozes d'África", poema de Castro Alves: "Juracy! Onde estás que não respondes!?/Em que escusa latrina tu te escondes,/Quando zombam de ti? [...]".

Em 1935, quando se mudou para o Rio de Janeiro (RJ), já fazia parte da Comissão Especial do Comitê Central do PCB e era responsável por todo o trabalho de imprensa e divulgação do partido. Foi preso novamen-

te no dia 1º de maio de 1936, e conheceu a tortura, tendo as solas dos pés queimadas por maçarico e as unhas separadas por estiletes nelas enfiados. Só seria libertado em 1937, depois da anistia assinada pelo ministro Macedo Soares. Nesse ano, Getúlio Vargas consolidaria o Estado ditatorial, criando o Estado Novo, o período de maior repressão política da história republicana do Brasil, até a chegada da ditadura militar, em 1964.

Libertado, Marighella mudou-se para São Paulo (SP). Com 26 anos de idade tornou-se membro do Comitê Estadual de São Paulo. Em 1939, voltou a ser preso, desta vez, de um presídio em São Paulo foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha. Sua terceira prisão durou seis anos. No cárcere, escreveu o poema Liberdade:

> Não ficarei tão só no campo da arte,
> e, ânimo firme, sobranceiro e forte,
> tudo ficarei por ti para exaltar-te,
> serenamente, alheio à própria sorte.
> Para que eu possa um dia contemplar-te
> dominadora, em férvulo transporte,
> direi que és bela e pura em toda a parte,
> por mais risco que essa audácia importe.
> Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
> que não exista força humana alguma
> que esta paixão embriagadora dorme.
> E que eu, por ti, se torturado for,
> possa feliz, indiferente à dor,
> morrer sorrindo a murmurar teu nome.[3]

Em 1945, conquistada a anistia, voltou à liberdade. Com o fim da ditadura, o Brasil experimentaria curto período democrático e sua liderança política e prestígio o elegeram deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Neste ano, Marighella conheceu Clara Charf, que seria a sua esposa e companheira pelo resto da vida. No ano seguinte, teve uma relação amorosa com Elza Sento Sé, mãe de seu filho, Carlos Augusto. A legalidade democrática e a liberdade partidária duraram pouco. Em 1948, por 169 votos a favor e 74 contra, foram cassados os mandatos dos deputados eleitos pelo PCB. Cassado, Marighella caiu na clandestinidade novamente, desta vez para o resto de sua vida. Em 1952, passou a integrar a Comissão Executiva do Comitê Central do PCB, e, no ano seguinte, foi enviado à China. Durante mais de um ano, estudou a experiência da Revolução Chinesa.

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1962, começaria o distanciamento de Marighella da ortodoxia do PCB. O golpe de 1964 e a falta de preparo dos dirigentes comunistas para lidar com a situação aprofundariam as críticas de Marighella à ortodoxia dos dirigentes. Poucas semanas depois do golpe, em 9 de maio de 1964, foi localizado por policiais em um cinema no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, e resistiu à prisão. Embora baleado à queima-roupa, reagiu e mostrou, novamente, a coragem e ousadia que já havia demonstrado em situações anteriores. Somente em 31 de julho foi libertado, com *habeas corpus* impetrado pelo advogado Sobral Pinto. O episódio resultou em um pequeno livro, de 18 capítulos: *Porque resisti à prisão*.

Marighella caminhava rapidamente para uma ruptura definitiva com a direção do PCB. Em dezembro de 1966, apresentou sua carta-renúncia à Comissão Executiva do PCB. Continuou à frente do Comitê Estadual de São Paulo do PCB, tendo conseguido sete dos oito delegados do VI Congresso do partido. Mas foi destituído pela cúpula nacional.

Em agosto de 1967, os comunistas cubanos promoveram em Havana a 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Ao lado de lideranças como Ernesto Che Guevara, Marighella defendeu a luta armada como o caminho para a libertação dos povos da América Latina. A participação na conferência custou a sua expulsão do PCB. O partido argumentou que Marighella precisaria de autorização para participar, coisa que ele rechaçou.

A rebeldia de Marighella repercutiu profundamente dentro do PCB. Dos 37 delegados, escolhidos como representantes das

bases do PCB em São Paulo na Conferência Estadual realizada em maio de 1967, em Campinas (SP), 33 se alinharam às teses defendidas por ele. A maior parte das bases operárias e o setor estudantil do partido romperam com o Comitê Central e aproximaram-se de Marighella, enquanto em alguns estados outras dissidências se processaram.

Afastado definitivamente do PCB, Marighella expôs no documento intitulado "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo", de fevereiro de 1968, os motivos do rompimento com o partido e anunciou o surgimento de uma organização disposta a dar início imediatamente às ações políticas armadas. Marighella fundou, em julho de 1968, a Ação Libertadora Nacional (ALN). O nome da nova organização buscava resgatar o espírito revolucionário da Aliança Nacional Libertadora (ANL), responsável pela insurreição armada de novembro de 1935, comandada por Luís Carlos Prestes. Com sua presença e sob seu comando e de Joaquim Câmara Ferreira, a ALN deflagrou, já em 1968, as primeiras operações de guerrilha urbana no Brasil.

A resistência armada à ditadura, que teve em Marighella uma das mais importantes lideranças, teria na ALN uma de suas principais organizações. Uma das ações mais conhecidas ocorreu no dia 4 de setembro de 1969: o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, idealizado pela Dissidência Comunista da Guanabara (DI/GB), que pediu apoio logístico e militar da ALN para executar a ação. A ALN enviou seu líder Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, que foi o comandante político do sequestro, e Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, integrante de Grupo Tático Armado (GTA) da ALN.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Carlos Marighella foi morto em 4 de novembro de 1969, em São Paulo (SP). Foi reconhecido como morto político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 11 de setembro de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Marighella foi reconhecido como anistiado político pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, conforme a Portaria nº 2.780, de 8 de novembro de 2012.

Seu filho Carlos Augusto Marighella, sua companheira Clara Charf, dirigentes e militantes da ALN, do PCB e de outras organizações, além de admiradores em diversas áreas, têm sido importantes para o resgate da memória do líder revolucionário que foi Carlos Marighella.

Durante anos, a ditadura militar se empenhou em associar Marighella à figura de um líder terrorista e sanguinário. Depois da sua morte, o esforço foi no sentido de retirá-lo da historiografia nacional. No entanto, à época e também nos dias de hoje, diversas iniciativas em áreas como cinema, música e literatura têm contribuído para recontar sua história, com a envergadura que ela realmente teve.

A lápide de Marighella foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e traz a figura de um homem com o braço direito levantado e o punho cerrado, em sinal de luta. Tem a seguinte inscrição: "Não tive tempo para ter medo". Em 1977, o escritor e amigo Jorge Amado escreveu:

> Morreu numa emboscada. Deixou mulher, irmãos e filho, deixou inúmeros amigos, um povo a quem amou desesperadamente e a todos legou uma lição de invencível juventude, de inabalável confiança na vida e no humanismo. Retiro da maldição e do silêncio e aqui inscrevo seu nome de baiano: Carlos Marighella.[4]

Foi homenageado também por São Paulo, recebendo o título de cidadão paulistano em 2009, e lhe foi concedida a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1994, pelo GTNM/RJ. Carlos Marighella dá nome a ruas, avenidas e travessas em ci-

dades como São Paulo (SP), Salvador (BA), Recife (PE), Maricá (RJ), Porto Alegre (RS), Ribeirão Preto (SP) e São Bernardo do Campo (SP). Em 14 de fevereiro de 2014, o governo da Bahia mudou oficialmente o nome do colégio estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici para Carlos Marighella. Em novembro de 2013, alunos, professores, pais e responsáveis realizaram uma mobilização, para escolher um novo nome para a escola. Em votação realizada pela comunidade, Marighella alcançou 406 votos, 69% do total de votos.

Sobre Marighella há também diversos livros, como *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, de Mário Magalhães; *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*, de Emiliano José; e *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, de Jorge Nóvoa.

Entre os filmes sobre a sua vida, *Marighella*, de Isa Grinspum Ferraz; *Marighella, retrato falado do guerrilheiro*, de Sílvio Tendler; e *É preciso não ter medo – relatos de Carlos Marighella*, de Silvia Melo e Tayra Vasconcelos. Entre as músicas, *Um comunista*, de Caetano Veloso e *Mil faces de um homem leal (Marighella)*, de Racionais MC's.

No teatro, foi retratado em peças como *O amargo santo da purificação*, do coletivo Ói Nóis Aqui Traveiz. Está em produção um longa-metragem, com direção de Wagner Moura, baseado na biografia *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, de Mário Magalhães.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Quando foi morto, na noite de 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella era considerado pela ditadura militar o seu inimigo número um. Apesar de sua execução ter sido realizada pelo DOPS/SP, sua busca envolveu praticamente todo o aparato repressivo, com a colaboração de vários órgãos na operação que resultou na sua localização. Essa informação é confirmada pelo Relatório nº 30-Z-160-2739-A, do DOPS/SP, assinado pelo delegado Ivair Freitas Garcia, que diz: "no estado da Guanabara a preciosa colaboração do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e do SNI".[5]

Segundo a versão oficial, Marighella morreu em tiroteio com policiais do DOPS/SP. O exame necroscópico, realizado no dia seguinte, pelos legistas Harry Shibata e Abeylard de Queiroz Orsini, registra que ele morreu "na alameda Casa Branca defronte ao número 806 por ocasião de um tiroteio com a polícia".[6] A justificativa seria reiterada por anos, como se observa no Ofício nº 002/1975, do Centro de Informação da Polícia Federal, encaminhado à agência central do SNI, carimbado como "secreto" e "confidencial", que registrou: "morto em tiroteio travado com a polícia, em frente ao nº 800 da alameda Casa Branca, em São Paulo (SP), no dia 4 de novembro de 1969, fato esse, amplamente divulgado pela imprensa nacional e internacional, na época".[7]

Sob tortura, um militante da ALN revelou uma importante pista aos agentes da repressão: que Marighella tinha uma ligação com membros da ordem religiosa dos dominicanos. Presos e torturados, dominicanos foram usados como "isca", ou seja, forjaram um encontro com o líder guerrilheiro, justamente o local onde ele seria executado.

O Relatório Especial de Informações (REI) nº 08/1969, de 21 de outubro de 1969, assinado pelo coronel Adyr Fiúza de Castro, então chefe do CIE, indicava:

> Em recentes diligências que realizaram na capital paulista, os integrantes da OB [Operação Bandeirante] desbarataram 13 "aparelhos" e prenderam 19 terroristas da ALN, três dos quais participaram do sequestro do embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick, na Guanabara.[8]

Com as prisões pelo DOPS/SP, com apoio do Cenimar, dos dominicanos frei Fernando Brito e Yves do Amaral Lesbaupin, que adotava o nome de frei Ivo, além de outros dominicanos e militantes ligados à ALN, os agentes da repressão precisavam agir rapidamente para

que as baixas não chegassem ao conhecimento de Marighella. Do telefone da livraria Duas Cidades, no centro de São Paulo, onde trabalhava, frei Fernando marcou um ponto com o líder da ALN, como havia feito outras vezes.

Um grande aparato policial foi montado no local, sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury. O Volkswagen Fusca azul placa 24-69-28 (São Paulo-SP) ficou parado no meio-fio esquerdo da alameda Casa Branca, em frente ao número 806, com os dois dominicanos nos bancos da frente. Próximo ao carro, policiais se posicionaram atrás de um tapume de obra. A poucos metros, o delegado Fleury, um policial e as investigadoras Estela Borges Morato e Ana Teresa Leite ficaram em um carro Chevrolet ano 1956, como se fossem casais.[9] Outros carros se posicionaram nas imediações, estrategicamente, como uma picape coberta com uma lona, embaixo da qual se escondeu o investigador do DOPS/SP João Carlos Tralli, o Trailer, com sua inseparável Winchester calibre 44, que chamava de *Vilminha*. Fleury sabia que Marighella dispensava seguranças e a expectativa era que ele chegasse até o Fusca onde estavam os dominicanos, entrasse e se sentasse no banco de trás. Foi o que aconteceu.

Naquela noite de 4 de novembro, no horário marcado, Marighella atravessou a alameda Lorena e viu o Fusca azul dos dominicanos. Ele se aproximou, abriu a porta do carona e entrou no carro, que tinha frei Fernando no banco de carona e frei Ivo ao volante. Ato contínuo, os policiais do DOPS/SP tiraram os dominicanos do carro e encurralaram Marighella. Fleury chegou em seguida e deu voz de prisão. Ao que Marighella fez um gesto, de pegar alguma coisa na pasta que trazia consigo, os policiais abriram fogo à queima-roupa, matando o guerrilheiro indefeso.

Os policiais iriam se vangloriar da execução, reivindicando a autoria de um dos quatro ou cinco tiros certeiros. Tralli e Fleury disputavam a glória da autoria do tiro fatal que vitimara Marighella, que não teve qualquer chance de defesa. Depois da ação, Tralli afirmou: "Numa guerra você tem de atirar primeiro. É como acontece nos filmes. Você vai esperar o cara pegar a arma? É guerra, filho".[10]

O Relatório Especial de Informações (REI) nº 9/69 do CIE mostra o que Marighella trazia em sua pasta: 1 mil dólares, alguns cruzeiros novos, duas cápsulas de substâncias [depois identificadas como cianureto], um molho de chaves, miudezas e rascunhos. Marighella estava desarmado. Os rascunhos e anotações eram criptografados, com códigos e hieróglifos. O documento (REI) apresenta possibilidades de interpretação, nenhuma, aparentemente, com sucesso.[11]

No REI nº 08/1969, de 13 de novembro de 1969, produzido pela Oban, vinculada ao II Exército (São Paulo), a execução de Marighella é considerada "indubitavelmente uma desarticulação profunda no esquema subversivo-terrorista".[12] A respeito da operação, o relatório informa ainda que houve "intenso tiroteio, não sendo possível precisar de onde partiram os tiros. É bastante provável que Marighella estivesse com 'cobertura', todavia não foram identificados veículo ou pessoas que estivessem fazendo essa 'cobertura'".

Documento secreto, a Informação nº 183/QG-4, do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), de 24 de novembro de 1969, descreve que:

> [...] foi dada a ordem de comando e uma das equipes cercou o automóvel, dando voz de prisão e mandando que Marighella saísse com as mãos para cima. Os freis saltaram do carro conforme o combinado, e o terrorista ao invés de obedecer, segurou uma pasta de couro preta, que estava em seu poder. Diante da indicação de resistência, foram feitos disparos, principalmente contra sua mão esquerda que segurava a pasta: esta foi perfurada a tiro, perdendo ele a falange do indicador da mão esquerda.[13]

A imprensa contribuiu para difundir essa versão, com manchetes como "Metralhado Marighella, chefe geral do terror" e reportagem que afirmava que a morte havia ocorrido "durante violento tiroteio travado entre membros de seu bando e agentes da Operação Bandeirante" (*Folha da Tarde*, de 5 de novembro de 1969). O livro-relatório *Direito à memória e à verdade*, da CEMDP,[14] retrata o tamanho da operação de captura do líder da ALN e traz detalhes de seu planejamento:

> Morreu em via pública de São Paulo, durante emboscada de proporções cinematográficas, na qual teriam participado cerca de 150 agentes policiais equipados com armamento pesado, sob o comando de Sérgio Paranhos Fleury [...]. A gigantesca operação foi montada a partir da prisão de religiosos dominicanos que atuavam como apoio a Marighella. Na versão oficial, um deles foi levado pelos policiais à livraria Duas Cidades, onde recebeu ligação telefônica com mensagem cifrada estabelecendo horário e local de encontro na alameda Casa Branca.[15]

A perícia da CNV concluiu que Carlos Marighella foi atingido por pelo menos quatros projéteis de arma de fogo, que foram desferidos quando ele estava no banco traseiro do Fusca em que fora encontrado. Fortalece tal afirmação a inexistência de qualquer marca de sangue nas molduras das portas do veículo. Também, constatou-se não ter havido troca de tiros, pois todos os disparos observados partiram de fora para dentro do veículo .[16] Também ressalta que todas as marcas de sangue observáveis nas fotografias de perícia de local são compatíveis com a posição do corpo de Marighella, após a morte. Suas roupas apresentam apenas marcas de sangue limpas, sem nenhuma sujeira adquirida por contato com o solo – o que teria ocorrido se tivesse sido atingido fora do veículo e caído ao ser alvejado.

A perícia da CNV inferiu, ainda, que todos os disparos partiram de um plano superior ao da vítima e que esta se encontrava deitada no banco do carro. O tiro que atingiu Marighella na região torácica, provavelmente o último, foi efetuado a curtíssima distância (menos de oito centímetros), através do vão formado pela abertura da porta direita do veículo, numa ação típica de execução.

Na operação de execução de Marighella também morreram, por tiros dos agentes, a policial Stela Borges Morato e o protético Friederich Adolph Rohmann, este último, porque ultrapassou o cerco policial e foi confundido com apoio da ALN a Marighella. Também foi ferido na perna o delegado Rubens Cardozo de Mello Tucunduva. A farsa da versão que seria divulgada pela polícia, de que houvera troca de tiros e Marighella não estava sozinho, se, em parte, foi para justificar a execução sumária do guerrilheiro, também o foi para dar uma satisfação pelas outras duas mortes, resultado de imprudência e imperícia dos agentes do Estado. Em relatório do DOPS/SP, do delegado Ivair Freitas Garcia, sobre a localização e prisão de Carlos Marighella, que contém a relação de todos os participantes da ação, consta a nota "Em tempo: Por determinação do Dr. Romeu Tuma, tendo sido mencionado o nome do investigador de polícia Pedro Antonio Mura Gracieri por engano, deve constar o nome do investigador João de Ribeiro de Carvalho Neto, no lugar do mesmo".

Houve intenso debate na CEMDP sobre o entendimento a respeito do artigo 4º, inciso I, letra B da Lei nº 9.140/95, que estabelece como atribuição da Comissão Especial proceder ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas mortes de pessoas "que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas". Segundo o relator, duas interpretações emanavam desse dispositivo:

Uma restritiva, que admite apenas o reconhecimento de pessoas mortas em base física fechada, apta para nela conter quem estiver detido. E outra, mais abrangente, permite o reconhecimento de pessoa morta em locais diferentes dos estabelecimentos especificamente utilizados para o encarceramento ou o interrogatório de presos políticos, desde que as circunstâncias indiquem que a vítima já se encontrava sob o domínio do poder público. [...] Estamos, na verdade, diante de um conceito eminentemente político e não territorial. Quando a lei estabelece "dependências policiais ou assemelhadas" não está se referindo a obras de engenharia, como prisões, prédios policiais, militares, ou mesmo prédios privados, eventualmente utilizados pelos órgãos de segurança, mesmo porque, como se sabe, o abuso repressivo ultrapassou estes limites físicos.

Assim, entre outras ponderações, o ator justificou seu voto favorável, por concluir que:

> A morte de Carlos Marighella não corresponde à versão oficial divulgada na época pelos agentes policias. Os indícios apontam para a não ocorrência do tiroteio entre a polícia e seus supostos seguranças e indicam, também, que ele não morreu na posição em que o cadáver foi exibido para a imprensa e para o perito. Carlos Marighella, afirma o parecer médico-legal [...] foi morto com um tiro a curta distância depois de ter sido alvejado pelos policiais, quando já se encontrava sob seu domínio, e, portanto, sem condições de reagir. Confirma-se, assim [...], que a operação policial extrapolou o objetivo legítimo de prendê-lo. Mesmo admitindo que ele "tentou resistir, procurando abrir a pasta [...]", como sustenta a versão oficial, fica claro que os disparos anteriores já o tinham imobilizado, a ponto de permitir a aproximação do executor para o tiro fatal – "quase encostado". Do excesso, resulta a responsabilidade do Estado. [...] O poder público tinha controle absoluto da área, o que se verifica pelo fuzilamento do único civil que inadvertidamente ultrapassou o cerco formado por pelo menos 29 policiais – o dentista alemão. [...] É dever do agente guardar quem está sob sua responsabilidade. A execução do infrator, pelo policial que o procura, é o mais sumário e o mais assustador dos julgamentos. Se executar alguém não é errado, nada é errado.

Na CEMDP, seu caso foi aprovado por cinco votos a favor e dois contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes e de Paulo Gustavo Gonet Branco, em 11 de setembro de 1996.

Marighella foi enterrado como indigente no Cemitério da Vila Formosa, na capital paulista. Em dezembro de 1979, a família e companheiros realizaram um ato público em sua homenagem no Instituto dos Arquitetos do Brasil, em São Paulo (SP), quando seus restos mortais foram transferidos para o Cemitério Quinta dos Lázaros, em Salvador.

LOCAL DE MORTE

Alameda Casa Branca, em frente ao número 806, Jardim Paulista, São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Governador do Estado de São Paulo: Roberto de Abreu Sodré
Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo: general Olavo Vianna Moog
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo: Renan Basto

1.1. DOPS/SP

Diretor do DOPS/SP: delegado Benedito Nunes Dias

2. *Autoria de graves violações de direitos humanos*

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Sérgio Fernando Paranhos Fleury.	DOPS/SP.	Delegado do DOPS/SP.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia; MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2012, pp. 545-555; SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro: Globo, 2000, pp. 213-235.
João Carlos Tralli.	DOPS/SP.	Guarda civil.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 60-68. SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro: Globo, 2000, pp. 213-235. MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2012, p 552.
Rubens Cardoso de Mello Tucunduva.	DOPS/SP.	Delegado, chefe da Delegacia de Ordem Social do DOPS-SP.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia.
Raul Nogueira de Lima, o *Raul Careca*.	DOPS/SP.	Delegado.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia. SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro: Globo, 2000, p. 219.
Antônio Pereira Gomes.	DOPS/SP.	Investigador do DOPS/SP.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia; SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro: Globo, 2000, p. 217. SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro: Globo, 2000, p. 217.
Luiz Zampolo.	DOPS/SP.	Guarda civil.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia. SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro: Globo, 2000, p. 217.

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Rubens Pacheco de Souza, o *Pachequinho*.	DOPS/SP.	Investigador.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia. SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro: Globo, 2000, p. 217.
Gumercindo João de Oliveira.	DOPS/SP.	Guarda civil.	Homicídio	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	BR_DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia.
Edsel Magnotti.	DOPS/SP.	Delegado.	Homicídio	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	BR_DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia.
Roberto Guimarães	DOPS/SP.	Delegado	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	BR_DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia.
Ana Tereza Leite.	DOPS/SP.	Investigadora.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia.
Amador Navarro Parra.	DOPS/SP.	Investigador.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia.
Luiz Hena.	DOPS/SP.	Investigador.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia.
Paulo Guilherme Peres.	DOPS/SP.	Investigador.	Homicídio.	Alameda Casa Branca, São Paulo (SP).	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia.
Abeylard Orsini.	IML/SP.	médico-legista.	Inserção de informação falsa em laudo necroscópico.	IML/SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 155-158.
Harry Shibata.	IML/SP.	médico-legista.	Inserção de informação falsa em laudo necroscópico.	IML/SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 155-158.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

Conclusões da CEMDP (*Direito à memória e à verdade*); *Dossiê ditadura – mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado – IEVE. Elio

Gaspari.*A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; Jacob Gorender. *Combate nas trevas*. 6ª edição. 2ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 2003; Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; *"Bagulhão": a voz dos presos políticos contra os torturadores*, São Paulo, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, s.e., 2014.

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0024_003, pp. 19-21.	Biografia de Carlos Marighella enviada à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	CEMDP.	Narra a biografia de Marighella, suas prisões e sua morte em novembro de 1969.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0024_003, pp. 28-91.	Reportagens sobre Carlos Marighella.	Vários.	Várias reportagens sobre Marighella, que tratam de suas prisões anteriores, de sua morte.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0024_003, pp. 93-154.	Relatório de perícia do Instituto de Polícia Técnica (Secretaria de Segurança Pública), 11/11/1969.	Instituto de Polícia Técnica (Secretaria de Segurança Pública).	Perícia feita pelo relator Vladimir Zubkovsky sobre a morte de Marighella. Informa que este chegou à alameda Casa Branca com um carro, passou a caminhar em direção ao Volkswagen azul estacionado junto à calçada oposta, onde dois frades o esperavam. Marighella entrou no banco de trás do carro pelo lado direito, onde também estava sentado frei Fernando, sendo que no banco dianteiro estava sentado frei Ivo. O delegado Sérgio Paranhos Fleury deu voz de prisão a Marighella e os dois freis saíram do carro. O relatório informa que Marighella tentou abrir uma pasta preta onde havia uma arma, mas os primeiros tiros já o tinham atingido e neste momento, os elementos de segurança de Marighella começaram a atirar contra os policiais. O relatório narra ainda a vistoria feita nos veículos atingidos. Relata os ferimentos de Marighella, o estado em que o corpo se encontrava (vestimentas, objetos que possuía). No anexo do documento constam fotos dos veículos e do corpo de Marighella e de Friedrich Adolf Rohmann (atingido equivocadamente ao passar pelo local).
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_CNF_22911_69.	Informação com descrição da operação de execução de Carlos Marighella.	SNI/Agência São Paulo.	Descrição da operação de execução de Carlos Marighella, com detalhes, mapas etc.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0024_003, pp. 155-158.	Laudo de exame de corpo de delito – exame necroscópico de Carlos Marighella, 11/11/1969.	IML/SP.	O laudo é assinado por Harry Shibata e Abeylard de Queiroz Orsini. Histórico: faleceu em virtude de tiroteio com a polícia.
Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AAJ_ IPM_0806_d.	Informação de 11/11/1969.	CIE.	Detalhes das prisões feitas na operação para localizar e executar Carlos Marighella.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo CNV, 00092.000813/2012-60.	Laudo da perícia da CNV sobre a morte de Carlos Marighella.	CNV.	Laudo da perícia da CNV sobre a morte de Carlos Marighella.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0024_003, pp. 52-65.	Relatório do delegado Ivair Freitas Garcia.	DOPS/SP.	Relatório sobre a localização e prisão de Carlos Marighella. Narra a descoberta do vínculo entre os dominicanos e a ALN, a perseguição feita aos dominicanos pelos órgãos de repressão e a operação que levou à morte de Marighella no dia 4/11/1969, inclusive, há a relação de todos os participantes da ação.
Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AAJ_ IPM_0932_d.	Relatório Especial de Informações (REI) nº 9/69.	CIE.	Relatório sobre a operação de execução de Carlos Marighella, de 21/11/1969. Traz tentativa de interpretação das anotações, que Marighella trazia em sua pasta, que estavam codificadas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0024_003, pp. 173-178.	Laudo de perícia requisitado por Edsel Magnotti. Relator: Wilson Ferreira. 26/11/1969	Instituto de Polícia Técnica (Secretaria de Segurança Pública).	Laudo de perícia da arma de calibre 32 da marca Taurus e da pasta preta encontradas em poder de Marighella.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0025_001, pp. 259-269.	Acervo fotográfico de Carlos Marighella.		Fotos de Carlos Marighella de várias épocas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0025_001, p. 281.	Certidão de óbito de Carlos Marighella.	Ofício de Registro Civil – 34ª Subdistrito Cerqueira César – São Paulo.	Certidão de óbito de Carlos Marighella – causa da morte: hemorragia interna por ferimento de arma de fogo. Sepultamento: Cemitério da Vila Formosa. Certidão datada de 27/11/1969.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0025_001, pp. 370-393.	Parecer médico-legal feito pelo legista Nelson Massini.		Esclarece as circunstâncias da morte de Carlos Marighella – menciona que o "violento tiroteio" referido na nota oficial que comunicou a morte não passou de uma desordenada troca de tiros entre os próprios policiais. Esclarece que Marighella recebeu um tiro no tórax a curta distância, existe lesão de defesa na mão esquerda revelando que ele tentou impedir os disparos e estava próximo do agressor, o corpo da vítima foi tracionado para dentro do veículo e deixado numa posição impossível pela colocação dos pés. (há no anexo fotos do cadáver de Marighella).
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0025_001, p. 396.	Voto do relator Luis Francisco da Silva Carvalho Filho, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	CEMDP.	Voto do relator da CEMDP sobre o caso de Marighella no qual ele é reconhecido entre os incluídos no artigo 4º, inciso I, letra B da Lei nº 9.140/95.
Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_ ATO_0024_003, pp.1-145.	Memorial feito pelos advogados Samuel Mac Dowell de Figueiredo e Marco Antonio Rodrigues Barbosa sobre Marighella para a CEMDP.		Requer a inclusão de Carlos Marighella pela Lei nº 9.140/95.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2012.	Livro, biografia de Carlos Marighella.	Mário Magalhães.	Biografia de Carlos Marighella, com detalhes sobre sua morte e a farsa da versão difundida pelos órgãos da repressão à época.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0025_001, p. 201.	Depoimento de Yves do Amaral Lesbaupin à Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos, 2/11/1969.		Narra que foi preso em conjuntocom frei Fernando de Brito no dia 2/11/1969 no Rio de Janeiro pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, sendo conduzidos ao Cenimar, onde foram submetidos à tortura.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0025_001, p. 201.	À Comissão Especial Sobre Desaparecidos Políticos, 25/3/1996.		Os ex-presos políticos Rosemary Nogueira, Roberto de Barros Pereira, Celso Antunes Horta, Alípio Freire, Nair Benedicto, padre Giorgio Callegari, Renato Carvalho Tapajós, Luis Roberto Clauset dão testemunho sobre a operação que levou à morte de Marighella e à comemoração feita pelos policiais depois.
Arquivo Nacional: BR_ DFANBSB_2M_0_0_0194_ 0003_d0009.	Depoimento de Yves do Amaral Lesbaupin, ex-frei dominicano, que adotava o nome de Frei Ivo.		Narra que Carlos Marighella não reagiu à abordagem dos policiais do DOPS/SP.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0025_001, p. 356-365.	Testemunha-chave contesta militares, 14.5.1996.	Folha de S. Paulo.	Depoimento de Yves do Amaral Lesbaupin, relatando as circunstâncias da morte de Carlos Marighella
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0025_001, p. 181-199.	Depoimento perante a Comissão Especial sobre Desaparecidos Políticos da Câmara Municipal de São Paulo, 20/3/1991.	Câmara Municipal de São Paulo.	Edsel Magnotti, delegado do DOPS/ SP, relata a ação organizada pelo DOPS/ SP que resultou na morte de Carlos Marighella no dia 4 de novembro de 1969.

2. *Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais*

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Yves do Amaral Lesbaupin, ex-frei dominicano, quando adotava o nome de frei Ivo.	Depoimento no Dossiê da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. 001-dossie-cemdp.pdf (página 199 do anexo).	Narra que foi preso em conjunto com frei Fernando de Brito no dia 2/11/1969 no Rio de Janeiro pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, sendo conduzidos ao Cenimar, onde foram submetidos à tortura.
Rosemary Nogueira, Roberto de Barros Pereira, Celso Antunes Horta, Alípio Freire, Nair Benedicto, padre Giorgio Callegari, Renato Carvalho Tapajós, Luis Roberto Clauset e outros.	Testemunho feito por ex-presos políticos que se encontravam detidos no DOPS/SP no dia 4/11/1969. 001-dossie-cemdp.pdf (páginas 200 e 201 do anexo).	Os ex-presos são testemunhas da operação que levou à morte de Marighella e à comemoração feita pelos policiais depois.
Yves do Amaral Lesbaupin, ex-frei dominicano, que adotava o nome de frei Ivo.	Arquivo Nacional: BR_ DFANBSB_2M_0_0_0194_0003_ d0009.pdf.	Narra que Carlos Marighella não reagiu à abordagem dos policiais do DOPS/SP.
Yves do Amaral Lesbaupin, ex-frei dominicano, que adotava o nome de frei Ivo.	Transcrição do depoimento prestado por Yves do Amaral Lesbaupin prestado no dia 12/5/1996 à Nilmário Miranda e Iara Xavier Pereira. 001-dossie-cemdp.pdf (páginas 342-351)	Yves relata as circunstâncias da morte de Carlos Marighella.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Edsel Magnotti, delegado do DOPS/SP.	Comissão Especial de Desaparecidos Políticos da Câmara Municipal de São Paulo em 1991. Cópia do depoimento no Dossiê da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. 001-dossie-cemdp.pdf (páginas 179-197 do anexo).	Edsel Magnotti relata a ação organizada pelo DOPS/SP que resultou na morte de Carlos Marighella no dia 4/11/1969.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Carlos Marighella foi executado por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Carlos Marighella, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

1 – MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2012, pp. 51-53; e *Marighella*, documentário de Isa Grispum Ferraz, 2011, 96min.

2 – MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2012, p. 54.

3 – Processo de Carlos Marighella na CEMDP, volume I, Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0025_0001.pdf, p. 21.

4 – Processo de Carlos Marighella na CEMDP, volume I, Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0025_0001.pdf, p. 23.

5 – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0024_0003, p. 54.

6 – *Ibid*., p. 39.

7 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_109623_75_001, p. 19.

8 – Arquivo Nacional, Comissão Geral de Inquérito Policial Militar: BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0933_d, p. 4.

9 – Enquanto Percival de Souza aponta o investigador Rubens Pacheco de Souza como o quarto integrante do carro, o relatório da operação elaborado pelo DOPS/SP indica o guarda civil João Lopes. SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro: Globo, 2000, p. 217 e Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0024_003, pp. 52-65, relatório do DOPS/SP, de 11/11/1969, do delegado assessor da diretoria do DOPS-SP, Ivair Freitas Garcia.

10 – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0024_0003, pp. 160-161.

11 – Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0932_d.

12 – Arquivo CNV, 00092.001839/2013-14.

13 – Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_035_0041, pp. 1-2.

14 – *Direito à memória e à verdade*, elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) (Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007). A CEMDP, uma comissão de Estado, foi instituída pela lei nº 9.140 de 1995, com o objetivo de elucidar casos de graves violações aos direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. Para seus pareceres, empreendeu ampla pesquisa, que inclui importante levantamento documental e relevantes depoimentos, o que torna seu livro-relatório fonte fundamental sobre o tema. Doravante, referido como *Direito à memória e à verdade*.

15 – *Ibid*., p. 108.

16 – Arquivo CNV, 00092.000813/2012-60.



Célio Augusto Guedes

Filiação: Adosina Santos Guedes e Julio Augusto Guedes
Data e local de nascimento: 20/6/1920, Mucugê (BA)
Atuação profissional: dentista
Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data e local de morte: 15/8/1972, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA[1]

Nascido no interior do estado da Bahia, Célio Augusto Guedes passou sua juventude em Salvador. Ainda adolescente, trabalhou como lapidário de pedras semipreciosas, ofício que aprendeu em casa. Após a morte de seu pai, o trabalho de lapidário lhe permitiu pagar os estudos e ajudar a família. Na década de 1930, quando se preparava para o vestibular no Ginásio da Bahia, ingressou na Juventude Comunista, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e chegou a ser membro da direção estadual do partido. Seu irmão, Armênio Guedes, foi dirigente nacional do PCB por muitos anos.

Foi preso com outros militantes e levado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde ficou detido por mais de 30 dias, por ter denunciado as violências do Estado Novo. Formou-se em Odontologia e tornou-se servidor público vinculado à Secretaria de Saúde da Bahia. Após o golpe militar de abril de 1964, a casa de Célio foi invadida por militares. A partir daí, abandonou suas atividades profissionais na Bahia e passou a viver na clandestinidade. Usou os codinomes de João de Souza[2] e Daniel Monteiro da Silva[3]. Mudou-se para o Rio Grande do Sul e passou a trabalhar na segurança de Luís Carlos Prestes, como responsável pelo deslocamento do secretário-geral do PCB pelo país. Com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Morreu aos 52 anos de idade, nas dependências do Comando do 1º Distrito Naval, no centro do Rio de Janeiro, em decorrência de ação perpetrada por agente do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 1º de agosto de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Célio Augusto Guedes. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, uma rua do bairro de Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro, recebeu o seu nome.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE[4]

Em julho de 1972, Célio Augusto foi incumbido pelo PCB de ir de carro a Montevidéu, no Uruguai, encontrar-se com o médico Fued Saad, com o propósito de trazê-lo, clandestinamente, de volta ao Brasil – tipo de missão que ele cumprira outras vezes. Ao cruzar um posto na fronteira, ambos foram identificados, detidos e transportados em avião diretamente para a sede do Centro de

Informações da Marinha (Cenimar) no Rio de Janeiro. Foram separados quando Faad foi hospitalizado, com uma crise de diabetes. Pouco se sabe sobre o tratamento que Célio Augusto recebeu enquanto detido. Ele morreu no dia 15 de agosto de 1972, nas dependências do Comando do 1º Distrito Naval, ligado ao Cenimar. De acordo com a versão divulgada à época, teria se suicidado, jogando-se do sétimo andar do prédio, pela janela de um banheiro.

As investigações realizadas sobre a morte de Célio Augusto Guedes revelaram a existência de indícios que permitem apontar a falsidade da versão divulgada pelos órgãos da repressão. O jornal *Voz Operária*, de setembro de 1972, aponta a responsabilidade da Marinha de Guerra pela morte do militante, levando em consideração o local do óbito e a coincidência entre a data de prisão e o dia da morte. Apesar de não ter sido possível encontrar o laudo de exame cadavérico de Célio Guedes, o laudo da perícia do local, datado do ano de 1972, aponta a ocorrência de tortura antes da morte. De acordo com o laudo, foram constatados "ferimentos por ação contundente em considerável parte do corpo". As fotos que acompanham a perícia comprovam a existência de escoriações intensas no rosto de Célio Augusto. O Boletim da Anistia Internacional de 1974, citado pelo *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, afirma que Célio foi morto sob tortura logo após a prisão.

O corpo de Célio deu entrada no Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro, com identidade desconhecida. Seus restos mortais foram enterrados no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1972.

LOCAL DE MORTE

Pátio externo dos fundos, edifício do Comando do 1º Distrito Naval, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s)

1.1 Centro de Informações da Marinha (Cenimar)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro da Marinha: almirante de esquadra Adalberto de Barros Nunes
Comandante do Cenimar: contra-almirante Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0027_0001, p.16.	Relatório das circunstâncias da morte de Célio Augusto Guedes, 11/4/1996.	CEMDP.	Apresenta de maneira crítica a versão oficial da morte, divulgada pelos órgãos de segurança.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0027_0001, p.20.	Laudo da perícia local, 15/8/1972.	IML.	Identifica a existência de ferimentos profundos em todo o corpo, indicando a ocorrência de tortura antes da morte. O documento é acompanhado por fotos que revelam a deformação do rosto de Celso em função das torturas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_ CSS_0063_0007_d0001, p.7.	Processo de Célio Guedes, de 1969.	Conselho de Segurança Nacional, Secretaria-Geral, AI-5.	Aponta que Célio Guedes teve seus direitos políticos cassados com a promulgação do AI-5.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: A0496637-1972.	"Algumas considerações a respeito das divergências existentes no Movimento Comunista Internacional" de Celso Augusto Guedes, de 30/8/1972.	Cenimar.	Comprova a prisão de Célio Guedes com Fued Saad, pois foram encontrados documentos de autoria de Célio com Saad no dia da prisão dos dois militantes.
Brasil: Nunca Mais Digital. Arquivo Brasil Nunca Mais Digital – MPF_BNM_04, Projeto Brasil Nunca Mais 301 a 400, Pasta BNM_383, p.104.	Matéria de Jornal: "Nos porões da ditadura prosseguem torturas e assassínios", de 9/1972.	*Voz Operária*.	Menciona a responsabilidade da Marinha de Guerra pela morte do militante, indicando o local do incidente e a coincidência entre o dia da prisão e a morte, apresentada como "suicídio" à família 15 dias depois. Também sugere que os familiares tiveram que assinar documentos que reforçavam a versão oficial, em troca da possibilidade de enterrá-lo como pessoa identificada e não como indigente.
APERJ, Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983, Ficha de Identificação Policial nº 13.295 – B.	Número de chapa de Célio Augusto Guedes, de 15/8/1972.	Secretaria de Segurança Pública, RJ.	Informa que, no dia da morte, o cadáver foi classificado como desconhecido.
APERJ, Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983, Ficha de Identificação Policial, GUEDES, Célio Augusto.	Registro Civil nº 1.039.96, de 16/8/1972.	Secretaria de Segurança Pública, RJ.	Evidencia a ausência de antecedentes criminais.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Célio Augusto Guedes foi preso e torturado, falecendo em consequência das ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Célio Augusto Guedes, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



Dermeval da Silva Pereira

Filiação: Francisca das Chagas Pereira (Francisca das Neves) e Carlos Gentil Pereira
Data e local de nascimento: 16/1/1945, Salvador (BA)
Atuação profissional: advogado
Organização política: PCdoB
Data e local de desaparecimento: entre janeiro e 28/3/1974, Marabá ou São Domingos do Araguaia (PA).

BIOGRAFIA[1]

Dermeval da Silva Pereira, soteropolitano, nascido em 16 de janeiro de 1945, cursou os estudos secundários no Colégio Estadual de Salvador e ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia em 1965. Suas atividades de militância estudantil o levaram a ser diretor do Centro Acadêmico de Direito. Por conta do Decreto nº 477/1969, que proibiu as atividades políticas estudantis, Dermeval foi expulso da universidade, acusado de subversão. Conseguiu concluir o curso de direito, após transferir-se para a Universidade Católica de Salvador. Participou de manifestações de rua, como as organizadas pela Faculdade Federal de Direito, que reivindicavam a expulsão de colegas identificados como informantes dos órgãos de segurança. Dermeval integrava o Comitê Regional do PCdoB e era funcionário da Caixa Econômica Federal. Em paralelo às suas atividades profissionais, organizava reuniões do Partido no 10º andar do Edifício Fundação Politécnica em Salvador. Em 1971, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) e condenado à revelia pela Auditoria Militar, passando a viver na clandestinidade a partir de então. Considerado foragido, abandonou Salvador e estabeleceu-se na localidade chamada Metade, na região do Rio Araguaia. Integrou o Destacamento A e passou a ser conhecido como "João Araguaia".

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV[2]

Dermeval Pereira da Silva foi reconhecido como desaparecido político pelo anexo I da Lei nº 9.140/1995. Ele foi reconhecido como desaparecido político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 18 de junho de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") *vs.* Brasil, e entre elas está Dermeval. A sentença obriga o Estado Brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas. Dermeval da Silva Pereira passou a dar nome a ruas nas cidades de Campinas (SP) e São Paulo (SP).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[3]

De acordo com o *Relatório Arroyo*, Dermeval foi um dos guerrilheiros presentes nos eventos de 14 de outubro de 1973, que resultaram na morte e consequente desaparecimento de André Grabois, Divino Ferreira de Souza, João Gualberto Calatrone e Antônio

Alfredo Campos. Ainda de acordo com a mesma fonte, Dermeval sobreviveu à emboscada de outubro e seguiu vivo, pelo menos, até o dia 30 de dezembro de 1973. Nesta data, reuniu-se com Arroyo e, depois disso, partiu em direção à mata liderando um grupo de cinco guerrilheiros. Desde então, não foi mais visto por seus companheiros. O Relatório da Marinha entregue ao ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em 1993, sustenta que Dermeval foi morto no dia 28 de março de 1974, data que aparece também no relatório do Centro de Informações do Exército (CIE).

Segundo o livro *Dossiê ditadura*, o morador da região José da Luz Filho afirmou à Caravana de Familiares de Desaparecidos da Guerrilha do Araguaia (1980) que Dermeval teria sido preso na casa de Nazaré Rodrigues de Souza. Ainda no mesmo livro constam outros depoimentos que contribuem para o esclarecimento das circunstâncias em que teria morrido Dermeval, tornando-se vítima de desaparecimento forçado em seguida. Adalgisa Morais da Silva teria afirmado que Dermeval foi preso após pedir comida para a mulher de Luiz Garimpeiro. Outra testemunha, Rocilda Souza dos Santos, afirmou ao Ministério Público Federal que Dermeval foi transportado de helicóptero para a base militar da Bacaba, depois de ser entregue por Luiz Garimpeiro aos militares.

O relatório da CEMDP informa que o nome de Dermeval consta dentre as pessoas que foram vistas detidas, segundo os depoimentos colhidos pelos procuradores Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr. no ano de 2001. Nessa ocasião, o ex-guia do Exército Manoel Leal de Lima, conhecido como *Vanu*, afirmou ter visto Dermeval na base da Bacaba, de onde ele estaria sendo levado para Marabá. No depoimento, *Vanu* disse ter ouvido do Sargento João Santa Cruz que Dermeval foi vítima de uma rajada de tiros de um militar após ter jogado um copo d'água na cara do mesmo.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Segundo as fontes citadas, Dermeval teria sido vítima de desaparecimento forçado na base militar da Bacaba ou na sede do DNER de Marabá, local conhecido como Casa Azul, ambas no sudeste do Pará.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Operação Marajoara

Dermeval Pereira da Silva foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação "descaracterizada, repressiva e antiguerrilha", ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua "rede de apoio", os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato.[4]

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Orlando Geisel
Ministério do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho
Centro de Informações do Exército: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino
Comandante da 8ª Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha
Comandante Posto Marabá: tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, "Curió"
Subcoordenador Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0029_0004.	Ato nº 29.0004, 4/2/1997.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Processo dos familiares do desaparecido apresentado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Apresenta documento que relata a prisão da vítima.
Arquivo Nacional, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: BR_DFANBSB_AT0_0083_0001.	Certidão nº 9.443, 11/2/2005.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Certidão contendo informações sobre a trajetória política do desaparecido.
Arquivo CNV: 00092_000830_2012_05.	Relatório do Ministério da Marinha, 2/12/1993.	Ministério da Marinha.	Apresenta uma ficha em que consta o nome do desaparecido.
Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Afirma que Dermeval teria sido morto em 28/3/1974.
ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo: Relatório sobre a luta no Araguaia (1974). São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Arquivo da CNV: 00092.003188/2014-70.	Relatório Arroyo: Relatório sobre a luta no Araguaia (1974).	ARROYO, Ângelo.	Registra a última aparição de Dermeval na guerrilha.
Arquivo CNV, 4.1relatCIE15nov.73: 00092.002428/2014-19.	Relatório Especial de Informações.	Agência de Informações de Marabá.	Relata acontecimentos ocorridos durante a Operação Marajoara, no período entre 5/10 a 15/11/1973.
Arquivo Nacional, Fundo Tais Morais: BR_DFANBSB_VAY_0058_ d.	Relatório da Operação de informações/CIE no Sudeste do Pará – Operação Sucuri Brasília, 24/5/1974.	Gabinete do Ministro – CIE (Brasília).	Relata a cadeia de comando, estruturação em campo e os nomes de vários agentes envolvidos na Operação Sucuri.
Arquivo Nacional, Fundo Tais Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de Informações no 1/74 – sem data.	Gabinete do Ministro – CIE (Brasília).	Relata os acontecimentos ocorridos na Operação Marajoara entre 7/10/1973 a 15/11/1973.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES[5]

Dermeval da Silva Pereira é considerado desaparecido político por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, "o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade", sendo que o Estado "tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis".

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Dermeval da Silva Pereira, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes da repressão envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro "a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas".



Dinaelza Santana Coqueiro

Filiação: Junília Soares Santana e Antônio Pereira de Santana
Data e local de nascimento: 22/3/1949, Vitória da Conquista (BA)
Atuação profissional: estudante
Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data e local de desaparecimento: 28/12/1973, 8/4/1974 ou 9/4/1974, Casa do Arlindo Piauí/altura do quilômetro 114 da rodovia que liga São Geraldo (PA) a Marabá (PA)

BIOGRAFIA[1]

Dinaelza passou sua infância e juventude na cidade de Jequié (BA), onde se engajou politicamente no movimento estudantil, sendo uma das fundadoras do grêmio de sua escola, o Instituto de Educação Régis Pacheco. Graduou-se em geografia pela Universidade Católica do Salvador, tendo participado da comissão executiva do Diretório Central dos Estudantes (DCE) dessa instituição. Nesse período, casou-se com Vandick Reidner Pereira Coqueiro (João do B), estudante de economia e também desaparecido no Araguaia. Em 1970, Dinaelza ingressou nas fileiras do PCdoB. Trabalhou na empresa aérea Sadia (posteriormente renomeada para Transbrasil) até 1971, quando pediu demissão e mudou-se para a região do rio Gameleira, onde participaria da Guerrilha do Araguaia. Na região, ficou conhecida como Maria Dina e, ao longo da guerrilha, ganhou notoriedade por sua coragem e capacidade de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV[2]

Foi reconhecida como desaparecida política pelo Anexo I da Lei nº 9.140/1995 e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 16 de abril de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas na região do Araguaia, no caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") *vs.* Brasil, dentre elas está Dinaelza. A sentença obriga o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e a determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9.497, de 20 de novembro de 1997, foi nomeada uma rua em sua homenagem na cidade de Campinas. Dinaelza também dá nome a rua na cidade de São Paulo, segundo o Decreto nº 31.804, de 26 de junho de 1992.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[3]

Segundo o *Relatório Arroyo*, Dinaelza deveria ter chegado a um ponto de encontro, preestabelecido, em 28 de dezembro de 1973, mas não compareceu. O último registro com vida da guerrilheira indica que, em 17 de novembro de 1973, ela esteve nas proximidades de um local onde houvera um tiroteio contra Elmo Corrêa, Antônio Teodoro de Castro e Micheás Gomes de Almeida.

O ex-guia do Exército Sinésio Martins Ribeiro afirmou em depoimento em 2001, citado pelo livro da CEMDP, que soube da prisão

de Dinaelza pelo mateiro Manoel Gomes. Ela estaria próxima da OP-1, dentro da mata, quando foi abordada e levada à casa de Arlindo Piauí para ser interrogada. Como não havia fornecido nenhuma informação e ainda teria cuspido nos militares, ela foi executada. Esta versão é corroborada pelo relatório elaborado pelo MPF em 2002, como indica o livro *Dossiê ditadura*.

Já o jornalista Elio Gaspari, em seu livro, menciona o depoimento de José Veloso de Andrade, que trabalhava na lanchonete da Base Militar da Bacaba e informou ter visto Dinaelza viva na base militar.

O jornalista Leonêncio Nossa aponta que, no momento de sua execução, Dinaelza estava sob custódia dos militares:

> Na Casa Azul, o tenente-coronel Léo Frederico Cinelli mandou Curió [Sebastião Rodrigues de Moura] buscar Maria Dina de helicóptero. [...] "Convicta" e "persistente", na avaliação do agente, ela cuspiu no rosto dele. Espumando de ódio, jogando o corpo para um lado e para o outro, ela foi empurrada até o helicóptero. [...] Maria Dina ficou dois dias em tortura na Casa Azul. [...] Com gazes nos braços queimados, bermuda preta e blusa clara, foi levada até a casa do guia Arlindo Piauí [...] Após uma hora de caminhada o grupo parou. Maria Dina estava sentada no chão quando os militares descarregaram as armas. De volta à casa de Antônia [Ribeiro], esposa de Piauí, Curió reclamou que a arma tinha engasgado no momento do disparo.

Outro relato – de Cícero Pereira Gomes à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, registrado no relatório da CEMDP – diz respeito a um possível local de sepultura do corpo da guerrilheira. O depoente informou que ela estaria enterrada perto de uma casa de tábua na altura do quilômetro 114 da rodovia que liga São Geraldo (PA) a Marabá (PA). Em matéria do Correio Braziliense de 28/11/2001, Eumano Silva se refere também ao depoimento de Cícero, completando que "a cova fica do lado esquerdo da curva de um caminho velho, perto de onde havia uma antiga tapera".

Por fim, os documentos militares indicam sua morte em uma data posterior. O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Dinaelza morreu em 8/4/1974[4], enquanto o Relatório do Centro de Informações do Exército (CIE), Ministério do Exército, registra o dia seguinte[5].

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Segundo depoimento de Sinésio Martins Ribeiro, Dinaelza teria sido presa na OP-1 e levada à casa de Arlindo Piauí onde teria sido sepultada. Cícero Pereira Gomes afirma, por outro lado, que ela estaria enterrada na altura do quilômetro 114 da rodovia que liga São Geraldo (PA) a Marabá (PA).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Operação Marajoara

Dinaelza Santana Coqueiro foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 07 de outubro de 1973, como uma operação "descaracterizada, repressiva e antiguerrilha", ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua "rede de apoio", os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato.[6]

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Orlando Beckmann Geisel /

general de Exército Ernesto Geisel
Ministério do Exército: general de Exército Orlando Geisel / general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho
Centro de Informações do Exército: general de Divisão Milton Tavares de Souza / general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino
Comandante da 8ª Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha
Comandante do Posto Marabá: tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, "Curió"
Subcoordenador da Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Léo Frederico Cinelli.	Exército (CIE).	Tenente-coronel.	Torturou a guerrilheira na Casa Azul.	"Casa Azul", Marabá (PA).	Arquivo CNV: 00092.002057/2014-75. NOSSA, Leonêncio. Mata! *O major Curió e as guerrilhas do Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 207-209.
Sebastião Rodrigues de Moura (Curió).	Exército.	Tenente-coronel.	Conduziu a guerrilheira em um helicóptero e efetuou disparos contra ela.	Indefinido.	Arquivo CNV: 00092.002056/2014-2.1 NOSSA, Leonêncio. Mata! O major Curió e as guerrilhas do Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 207-209.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*: Relatório sobre a luta no Araguaia (1974). São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873>.			Registra o momento em que Dinaelza teria sido vista, com vida, por seus companheiros pela última vez.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0009.	Processo de Reparação.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Dinaelza.
Arquivo CNV: 00092_000830_2012_05, p. 7.	Relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993.	Ministério da Marinha.	Afirma que Dinaelza morreu em 804/1974.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 36.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Afirma que Dinaleza teria sido morta em 9/4/1974.
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de informações – CIE no 1/74.	Ministério do Exército/ Gabinete do Ministro – Centro de Informações do Exército.	Descrição da cadeia de comando da Operação Marajoara.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo CNV: 00092.002057/2014-75.	Folha de alteração de Léo Frederico Cinelli.	Exército.	Trabalhou entre os anos de 1971 e 1974 no Centro de Informações do Exército (CIE). Entre os dias 17 e 23 de novembro de 1973 totalizou aproximadamente 26 horas de voo entre os estados do Pará, Goiás e Maranhão, regiões onde se desenrolava a Guerrilha do Araguaia. Nos meses de fevereiro, março e abril de 1974, também se deslocou com frequência entre cidades da região.
Arquivo CNV: 00092.002056/2014-21.	Folha de alteração de Sebastião Rodrigues de Moura (Curió).	Exército.	Indica a presença de Sebastião Rodrigues de Moura (Curió) no sudeste do Pará e norte do Tocantins no período em que ocorreu a morte e o desaparecimento de Dinaelza Santana Coqueiro.
NOSSA, Leonêncio. *Mata! O Major Curió e as Guerrilhas do Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 207-209.			Indica a participação do tenente Coronel Léo Frederico Cinelli e do tenente coronel Sebastião Rodrigues de Moura (Curió) na morte de Dinaelza Santana Coqueiro.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES[7]

Dinaelza Santana Coqueiro é considerada desaparecida política por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, "o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade", sendo que o Estado "tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis".

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Dinaelza Santana Coqueiro, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos agentes dos demais agentes envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que obriga o Estado brasileiro "a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas".



Dinalva Conceição Oliveira Teixeira

Filiação: Elza Conceição Bastos e Viriato Augusto de Oliveira
Data e local de nascimento: 16/5/1945, Castro Alves (BA)
Atuação profissional: geóloga
Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data e local de desaparecimento: 25/12/1973 ou 16/7/1974 ou 24/7/1974 ou outubro de 1974, entre São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia (PA)/ Xambioá (TO)/ Serra das Andorinhas ou no igarapé Taurizinho, bem próximo de Marabá (PA), Casa Azul, em Marabá (PA)

BIOGRAFIA[1]

Cursou o primário na Escola Rural de Argoim (BA), ginásio no Instituto Central de Educação Isaías Alves e, posteriormente, estudou no Colégio Estadual da Bahia, estes dois últimos em Salvador. Cursou geologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e residiu, naquele período, na Casa do Estudante Universitário. Participou ativamente do movimento estudantil nos anos de 1967/68, sendo, por isto, presa. Em 1969 casou-se com Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio), transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhavam no Ministério de Minas e Energia. Dinalva pertencia, também, à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em maio de 1970, ela e o marido foram para o Araguaia, onde ela passou a utilizar o codinome Dina e a compor o Destacamento C, chegando a ser vice-comandante. Exerceu várias atividades, sendo a mais conhecida a de parteira. Foi uma das guerrilheiras mais respeitadas e admiradas pela comunidade da região do Araguaia e, sobre ela e Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), existem muitas lendas e mitos. Foi a única mulher a ter o cargo de vice-comandante na guerrilha.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV[2]

Foi reconhecida como desaparecida política pelo Anexo I da Lei nº 9.140/1995 e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 16/04/1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas na região do Araguaia, no caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") *vs.* Brasil, dentre elas está Dinalva Conceição Oliveira Teixeira. A sentença obriga o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9497, de 20 de novembro de 1997, foi nomeada uma rua em sua homenagem na cidade de Campinas. Dinalva também dá nome a rua na cidade de São Paulo, segundo o Decreto nº 31.804, de junho de 1992.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[3]

O último registro referente a Dinalva no *Relatório Arroyo* remonta a 25 de dezembro de 1973, no episódio que ficou conhecido como "Chafurdo de Natal". Segundo o relato, a guerrilheira estaria com febre quando o acampamento da comissão militar da guerrilha foi atacado.

Entretanto, outras informações indicam que ela foi morta em um momento posterior, no ano de 1974. O relatório do Centro de

Informações do Exército (CIE), Ministério do Exército, elenca Dinalva em uma lista de participantes da Guerrilha do Araguaia e afirma que ela morreu em 16 de julho de 1974[4]. Neste sentido, o *Relatório do Ministério da Marinha*, encaminhado ao Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, registra sua morte em julho de 1974, em Xambioá (TO)[5].

Já o segundo-tenente João Alves de Souza, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 20 de março de 2014, afirma que comandou o ataque à guerrilheira logo após ela ter matado homens do seu contingente. O militar afirmou que Dinalva morreu metralhada e que estava grávida na ocasião.

O livro *Dossiê Ditadura* e o relatório da CEMDP aludem, também, a depoimentos de moradores da região e ao do coronel-aviador Pedro Corrêa Cabral para confirmar a gravidez da guerrilheira no momento da prisão. Estas narrativas divergem, porém, sobre ela ter sido detida na Serra das Andorinhas ou no igarapé Taurizinho, próximo à Marabá e sobre ela estar na companhia de Telma Regina Cordeiro Corrêa e Luiza Augusta Garlippe durante o episódio.

Em depoimento ao jornalista Leonêncio Nossa, o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, afirmou que as guerrilheiras Tuca (Luiza Augusta Garlippe) e Dina (Dinalva Conceição Oliveira Teixeira) foram presas pelos militares e entregues, com vida, aos cuidados do tenente-coronel Léo Frederico Cinelli. O mesmo livro afirma que o coronel José Brant Teixeira, o doutor César, foi o responsável por levar Dina num voo de Marabá até o ponto na selva onde ela teria sido fuzilada, lembrando que o agente a perseguia desde sua atuação no movimento estudantil de Salvador (BA).

Curió afirmou também, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 4/3/2004, que a reunião que definiu a estratégia para a captura e execução dos guerrilheiros Oswaldo Orlando da Costa e Dinalva Conceição Oliveira Teixeira teria sido realizada com a presença do então presidente Emílio Garrastazu Médici, além da alta cúpula militar do país. Nessa entrevista, ele afirma que Dina teria sido morta em 24 de julho de 1974, em combate, após ter sido emboscada.

Por fim, Sinésio Martins Ribeiro, em depoimento ao Ministério Público Federal (MPF) conforme registra o livro *Dossiê ditadura*, indica que Dinalva teria pedido a um camponês que lhe comprasse roupas. A informação teria sido repassada ao Exército, que efetuou a prisão da guerrilheira. Sobre esta versão, o militar Raimundo Antônio Pereira de Melo também contou ao MPF que os eventos teriam se sucedido em outubro de 1974 e que o referido camponês seria um funcionário da fazenda de Miguel Pernambuco, no Taurizinho. O camponês teria ido ao 52º Batalhão de Infantaria da Selva (BIS) e, à noite, acompanhado de paraquedistas, presenciou a prisão de Dinalva e sua condução ao DNER. A passagem de Dinalva pela Casa Azul teria sido testemunhada também pelo sargento do Exército João Santa Cruz Sacramento que em oitiva realizada pela CNV, em 19/11/2013, alega tê-la visto presa naquele local e que Curió participou da sua prisão.

Também em depoimento ao MPF no dia 5 de março de 2004, Raimundo Antônio Pereira de Melo afirma que em outubro de 1974 um vaqueiro da fazenda de Miguel Pernambuco denunciou o paradeiro de Dina ao Exército, que a teria prendido durante uma emboscada e a levado para Marabá (PA) ainda com vida e sem ferimentos. Dina teria passado pelo quartel do 52º BIS e, em seguida, levada para a Casa Azul, centro clandestino de detenção e tortura de guerrilheiros em Marabá (PA).

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

O *Relatório Arroyo* indica que o acampamento onde ocorreu o "Chafurdo de Natal" estaria aproximadamente a cinco ou seis quilômetros da Base do Mano Ferreira, próximo à Palestina (PA). Entretanto, as demais fontes disponíveis confirmam que Dina sobre-

viveu a este evento, como aponta o *Relatório do Ministério da Marinha* de 1993, que registra a morte de Dinalva em Xambioá (TO). Já os relatos de moradores se refere à prisão de Dinalva como tendo acontecido na Serra das Andorinhas ou no igarapé Taurizinho, próximo a Marabá (PA). Existem ainda relatos sobre sua detenção na Casa Azul, em Marabá (PA).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Operação Marajoara

Dinalva foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973 como uma operação "descaracterizada, repressiva e antiguerrilha", ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua "rede de apoio": os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato[6].

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Orlando Geisel
Ministério do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho
Centro de Informações do Exército: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino
Comandante da 8ª. Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha
Comandante do Posto de Marabá: tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, "Curió"
Subcoordenador da Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Sebastião Rodrigues de Moura (Curió).	Exército.	Capitão.	Participou da prisão de Dinalva, conduzindo-a à Casa Azul.	Casa Azul.	Depoimento de João Santa Cruz Sacramento à CNV em 19/11/2013 em Belém (PA). NOSSA, Leonêncio. Mata! O major Curió e as guerrilhas do Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 21-22, 210 e 387. Arquivo CNV, 00092.002056/2014-21. Arquivo CNV, 00092.003264/2014-47.
João Alves de Souza.	Polícia Militar (GO).	Segundo-tenente.	Afirma ter comandado a execução de Dinalva e desferiu tiros de metralhadora contra a guerrilheira.	Não Consta.	Depoimento de João Alves de Souza à CNV em 20/3/2014, em Goiânia (GO).
Léo Frederico Cinelli.	Exército (CIE).	Tenente-coronel.	Responsável pelo centro clandestino de detenção e tortura conhecido como "Casa Azul".	Casa Azul.	Arquivo CNV, 00092.002057/2014-75.
José Brant Teixeira.	Exército.	Tenente-coronel.	Deslocou-se de Brasília para Marabá (PA) com a finalidade de executar a guerrilheira.	Casa Azul.	NOSSA, Leonêncio. Mata! O major Curió e as guerrilhas do Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 210. Arquivo CNV, 00092.00205712014-75.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo: relatório sobre a luta no Araguaia (1974)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873>.			Indica o último registro de Dinalva Conceição Oliveira Teixeira em 25/12/1973.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0010.	Processo de Reparação.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Dinalva Conceição Oliveira Teixeira.
Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05, p. 7.	Relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993.	Ministério da Marinha.	Afirma que Dinalva Conceição Oliveira Teixeira morreu em julho de 1974, em Xambioá.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 36.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Afirma que Dinalva Conceição Oliveira Teixeira teria sido morta em 16/7/1974.
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de Informações – CIE, nº 1/74.	Ministério do Exército/ Gabinete do Ministro – Centro de Informações do Exército.	Descrição da cadeia de comando da Operação Marajoara.
Arquivo CNV, 00092.002057/2014-75.	Folha de alteração de Léo Frederico Cinelli.	Exército.	Trabalhou entre os anos de 1971 e 1974 no Centro de Informações do Exército (CIE). Entre os dias 17 e 23 de novembro de 1973 totalizou aproximadamente 26 horas de voo entre os estados do Pará, Goiás e Maranhão, em regiões onde se desenrolava a Guerrilha do Araguaia. Nos meses de fevereiro, março e abril de 1974 também se deslocou com frequência entre cidades da região.
Arquivo CNV, 00092.002056/2014-21.	Folha de Alteração de Sebastião Rodrigues de Moura (Curió).	Exército.	Indica a presença de Sebastião Rodrigues de Moura (Curió) no sudeste do Pará e norte do Tocantins no período em que ocorreu a morte e desaparecimento de Dinalva Conceição Oliveira Teixeira.
NOSSA, Leonêncio. Mata! O Major Curió e as Guerrilhas do Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 21-22, 210 e 387.			Sebastião Rodrigues de Moura, Curió, em entrevista a Leonêncio Nossa afirma que prendeu e entregou as guerrilheiras Dinalva Conceição Oliveira Teixeira e Luiza Augusta Garlippe a Léo Frederico Cinelli. Relata o deslocamento de José Brant Teixeira de Brasília para Marabá com o objetivo de executar Dinalva Conceição Oliveira Teixeira.
Arquivo CNV, 00092.003264/2014-47.	Reportagem "Curió rompe o silêncio e fala sobre mortes no Araguaia".	Jornal *O Estado de São Paulo*, 4/3/2004.	Declarações de Sebastião Rodrigues de Moura (Curió) sobre as mortes de Dinalva Conceição Oliveira Teixeira e Oswaldo Orlando da Costa.

2. *Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais*

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
João Santa Cruz Sacramento, sargento do Exército.	Oitiva realizada pela CNV em 19/11/2013 em Belém (PA). (Arquivo CNV, 00092.002249/2013-09).	O depoente afirmou ter visto Dinalva Conceição Oliveira Teixeira presa na Casa Azul e que Curió participou da sua prisão.
João Alves de Souza, segundo-tenente da Polícia Militar de Goiás.	Depoimento de João Alves de Souza em 20/03/2014, Arquivo CNV, 00092.000480/2014-31.	O depoente afirma ter comandado o episódio que resultou na morte de Dinalva Conceição Oliveira Teixeira e que a vítima estava grávida quando morreu.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES[7]

Dinalva Conceição Oliveira Teixeira é considerada desaparecida política por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na sentença da Corte Interamericana, no caso Gomes Lund e outros, "o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade", sendo que o Estado "tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis".

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que obriga o Estado brasileiro "a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas".



Esmeraldina Carvalho Cunha

Filiação: Minervina Carvalho Cunha e Cândido de Sena Cunha
Data e local de nascimento: 1/4/1922, Araci (BA)
Atuação profissional: dona de casa
Organização política: não consta
Data e local de morte: 20/10/1972, Salvador (BA)

BIOGRAFIA

Nascida na Bahia, Esmeraldina Carvalho Cunha era natural de Araci e foi casada com Tibúrcio Alves Cunha Filho, com quem teve cinco filhas. A mais velha, Lourdes, ficou com graves problemas psicológicos por ter sido assediada por agentes do Exército e sofrido torturas psicológicas. Lúcia e Leônia também militavam politicamente, e chegaram a ser presas. Leônia fez parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop). A filha mais nova de Esmeraldina, Nilda Carvalho Cunha, morreu em 1971 em decorrência de ação perpetrada por órgãos de segurança na chamada "Operação Pajussara", organizada para capturar Carlos Lamarca. Antes de morrer, Nilda ficara presa por dois meses, tendo passado por bárbaras torturas. Esmeraldina teve muita dificuldade em lidar com a morte da filha, entrou em um grave processo depressivo e foi internada no Sanatório Ana Nery, em Salvador (BA). Há evidências de que sua morte esteja relacionada às atividades de denúncia que começou a realizar após o falecimento de sua filha. Morreu aos 50 anos de idade, em sua residência, em circunstâncias não esclarecidas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 2 de junho de 2006, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Esmeraldina Carvalho Cunha. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Esmeraldina Carvalho Cunha morreu em 20 de outubro de 1972, sendo encontrada morta na sala de sua residência, pendurada por um fio de máquina elétrica. O seu corpo foi encontrado por sua filha Lubélia, ao entrar em casa com seu noivo. Após o ocorrido, sua outra filha, Leônia, estranhou manchas de sangue espalhadas pelo chão e a ausência de marcas do fio no pescoço de sua mãe, além do fato do rosto dela não estar arroxeado e tampouco a sua língua estar para fora.

Desde a prisão de Nilda, em agosto de 1971, junto com o namorado Jaileno Sampaio, na casa onde fora presa Iara Iavelberg, Esmeraldina começou a procurar sua filha em diversos lugares, chegando a entrar em contato com comandantes militares, juízes e advogados. Quando conseguiu encontrá-la, assustou-se com as visíveis marcas de tortura. Depois disso, Esmeraldina teve muita dificuldade para rever Nilda, até quando esta foi solta e veio a falecer quando estava internada em um hospital em Salvador (BA).

Depois de sair da internação no Sanatório Ana Nery, Esmeraldina passou a denunciar a morte de sua filha. Inicialmente, procurou os médicos do hospital onde Nilda ficara internada, no entanto, não encontrou ninguém que pudesse esclarecer os motivos que levaram sua filha à morte. Andava pelas praças públicas e ruas da cidade chorando e gritando acusações contra o Exército sobre a morte de Nilda após terem-na torturado. Em uma dessas andanças, foi presa na Secretaria de Segurança Pública, de onde foi liberada pela intervenção de uma amiga que a viu ser levada pela polícia. Logo após essa ocasião, recebeu uma ameaça de um homem desconhecido que teria sido enviada pelo major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe da 2ª Seção do Estado Maior da 6ª Região Militar e comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de Salvador, um dos comandantes da "Operação Pajussara", informando-a de que se ela não interrompesse as denúncias, ele a faria parar. Não se calou.

Investigações realizadas pela CEMDP e descritas em seu relatório e voto permitiram a conclusão de que a morte de Esmeraldina Carvalho Cunha se deu em consequência de suas atividades de denúncia, que acabaram causando extremo desconforto ao regime militar, em um contexto que se caracterizou pelas atrocidades cometidas por agentes do poder público.

Seu corpo foi enterrado pela família no cemitério Quinta dos Lázaros, em Salvador (BA).

LOCAL DE MORTE

Residência particular, Salvador, BA.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0032_0006, p. 9.	Certidão de óbito de Esmeraldina Carvalho Cunha, 21/10/1972.	Cartório de Registro Civil do Subdistrito de Vitória, Salvador (BA).	O documento declara como causa da morte "asfixia por enforcamento".
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0032_0007, pp. 3-69.	Depoimento de Leônia Alves Cunha, 14/9/2004.	CEMDP.	Nesse depoimento, Leônia Alves da Cunha, filha de Esmeraldina Carvalho Cunha, afirma que a mãe denunciava a morte de sua irmã, Nilda Carvalho Cunha, em vias públicas da cidade de Salvador e que, por esse motivo, teria recebido uma ameaça de um homem desconhecido para que parasse com essas atividades.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0032_0007, p. 48.	Declaração de Gilson Marques Rego, 24/2/2005.	CEMDP.	Gilson Marques Rego declara que testemunhou, entre dezembro de 1971 a setembro de 1972, Esmeraldina Carvalho Cunha fazendo denúncias contra o Exército brasileiro em praças públicas, acusando a instituição militar de ter matado a sua filha.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0032_0007, pp.63-70.	Parecer, 10/5/2006.	CEMDP.	Parecer que apresenta relatório com circunstâncias de morte de Esmeraldina e o voto da relatora.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Esmeraldina Carvalho Cunha morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado Brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Esmeraldina Carvalho Cunha, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.





Inocêncio Pereira Alves

Filiação: Cecília Pereira Vale e Hemenegildo Pereira Vale
Data e local de nascimento: 1900 (ano provável), Feira de Santana (BA)
Atuação profissional: alfaiate
Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data e local de morte: 18/3/1967, Salvador (BA)

BIOGRAFIA

Inocêncio Pereira Alves era casado com Ana Regina Ferreira Gomes, com quem teve sete filhos. Foi militante do PCB, desde 1940. Participava ativamente do partido, tendo integrado o Comitê Municipal de Feira de Santana. Os companheiros de militância o conheciam pelo codinome Batata. Foi também sindicalista, tendo fundado o Sindicato dos Alfaiates de Feira de Santana. Desenvolvia trabalhos comunitários no bairro onde morava. Foi preso em 1964 e morreu em 1967, aos 67 anos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Inocêncio Pereira Alves foi reconhecido como morto pela CEMDP em 10 de julho de 2009. Seu nome não consta no livro *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Inocêncio foi preso e torturado. Morreu no dia 18 de março de 1967, em decorrência de traumas físicos e psicológicos das torturas que sofrera sob a custódia do Estado.

No dia 4 de abril de 1964, foi preso em sua casa, na rua Dr. Araújo Pinho, nº 767, no Bairro Olhos D'água, em Feira de Santana (BA), onde tinha uma pequena mercearia. A mando do sargento Altino, um agente policial conhecido por Capelão e outros policiais invadiram sua casa e o espancaram ali mesmo, na frente dos seus filhos, para que confessasse sua vinculação com o movimento comunista. Foi levado algemado no "jeep do Capelão" para o 1º Batalhão da Polícia Militar de Feira de Santana, onde ficou incomunicável por alguns dias. Sua família foi constantemente ameaçada pelos policiais e pelo sargento Altino para que fornecessem provas que incriminassem Inocêncio como subversivo.

A prisão foi noticiada em jornal local, *Folha do Norte*, nos seguintes termos: "O primeiro comunista a ser preso, nesta cidade foi o agitador conhecido por 'Batata', que se encontra incomunicável". Segundo relatos de um companheiro de Inocêncio, Estevam Martins, que também foi detido à época, Inocêncio passou pelo Quartel de Dendezeiros e depois foi transferido para o Quartel dos Aflitos. Nesses lugares foi submetido a torturas. Estevam conta que Batata lhe confessou que havia sido violentamente espancado por soldados, cabos e sargentos e que inclusive simularam um fuzilamento.

Em carta-testemunha enviada, constante do processo dos familiares de Inocêncio na CEMDP, o ex-prefeito de Feira de Santana, Francisco Pinto, relata que na época da prisão de Inocêncio as diligências e operações militares eram comandadas pelo capitão Edmundo, conhecido como Capelão, descendente de polo-

nês que nutria profundo ódio pelos comunistas. Francisco asseverou que esteve diversas vezes

> no quartel de polícia, no mês de abril. As informações sobre torturas praticadas contra Batata eram deprimentes. Nos intervalos das sessões de torturas, era colocado de joelhos, sem poder se deitar durante a noite, sob pena de recomeçar as violências.

Após ser liberado (não foi possível precisar a data de sua libertação), Inocêncio apresentava saúde bastante debilitada em decorrência de traumas psicológicos e físicos decorrentes das torturas que sofreu na prisão. Foi internado como indigente no Albergue Santo Antônio, em Salvador. Contudo, apesar dos cuidados recebidos, não resistiu e faleceu.

O relato de Luiz Raimundo, companheiro de militância, encaminhado à Comissão Especial de Presos Políticos da Câmara dos Deputados, também contribui para confirmar a prisão e tortura da vítima, no qual afirma que:

> o 'Batata' passou nada mais que dois anos e três meses preso, o que valeu por 100 anos de prisão, pela forma brutal como foi tratado (...), ficou internado no Hospital Santo Antonio por um período de quase cinco meses (...), era assistido por médico na cidade como o doutor Jackson do Amauri (...).

A certidão de óbito de Inocêncio Alves, datada de 29 de janeiro de 1968, indica como causa de morte arteriosclerose generalizada, insuficiência aórtica, aneurisma aórtico e ventricular (direito), pericardite. Em parecer médico encaminhado à CEMDP, o médico perito, doutor Alfredo Boa Sorte Junior, contribuiu para a compreensão de que a morte de Inocêncio tinha relação com as torturas a que fora submetido. Segundo o médico, a morte da vítima teve como causa principal seu estado de depressão psíquica e física levando-o a debilidade, infecção e exacerbação do quadro cardíaco agravado com a idade e as condições de atendimentos em instalações precárias.

As investigações empreendidas no sentido de descobrir documentos que comprovem a prisão de Inocêncio foram infrutíferas. Em resposta à solicitação da CEMDP, os órgãos oficiais da Bahia informam que nada consta acerca de Inocêncio Pereira Alves. Inclusive não foi possível localizar fichas de internação no Hospital de Santo Antonio, porque, conforme informa ofício encaminhado pela instituição, na época, o albergue era mantido pelo trabalho de voluntários, de modo que não se notificava a entrada e saída de pacientes. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) também oficiou o Ministério da Defesa acerca de informações sobre Inocêncio e obteve como resposta que não há nenhum registro sobre o epigrafado.

De acordo com a certidão de óbito, Inocêncio foi enterrado no Cemitério Quinta dos Lázaros, em Salvador (BA).

LOCAL DE MORTE

Albergue Santo Antônio, localizado na avenida Bonfim, nº 161 Largo de Roma, Salvador, BA.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Polícia Militar do Estado da Bahia

Governador do estado da Bahia: Lomanto Júnior/Luis Viana Filho

Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia: João Mendes da Costa Filho

Comandante Geral da Polícia Militar da Bahia: não informado

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Edmundo "Capelão".	Polícia Militar.	Capitão.	Mandante da realização das torturas sofridas por Inocêncio.		Declaração de Francisco Pinto. Arquivo CNV, 00092.003235/2014-85, pp. 30-31.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo CNV, 00092.003235/2014-85 p. 111.	"Foragidos os traidores", 4/4/1964.	Jornal *Folha do Norte*, ano 55.	Noticia a prisão de Inocêncio, primeiro preso da região; encontrava-se incomunicável.
Arquivo CNV, 00092.003235/2014-85 pp. 139-140.	Não consta, 27/3/1999.	Tabelionato Cartório 3º Ofício. Feira de Santana – Bahia.	Declaração escrita, de próprio punho, por Estevam Martins, companheiro de militância de Inocêncio. Relata as torturas que "Batata" sofria, de acordo com relatos do próprio preso.
Arquivo CNV, 00092.003235/2014-85 pp. 60-61.	Não consta, 10/1996.	Tabelionato Cartório 3º Ofício. Feira de Santana – Bahia.	Declaração de próprio punho de Francisco Pinto, ex-prefeito de Feira de Santana, que visitou presos políticos na cadeia. Relata que Inocêncio sofreu graves torturas na prisão; informa que Inocêncio foi transferido do quartel de polícia para o Quartel dos Dendezeiros, em Salvador.
Arquivo CNV, 00092.003235/2014-85, pp. 104-107.	Comissão Especial de Presos Políticos, 11/11/1996.	Declaração de Luiz Raimundo.	Declaração escrita de Luiz Raimundo, companheiro de militância de Inocêncio, que fala sobre o tempo em que a vítima ficou na cadeia e no hospital; relata também práticas de tortura realizadas contra Inocêncio.
Arquivo CNV, 00092.003235/2014-85, p. 109.	Certidão de óbito nº 20.045, 29/1/1968.	Registro Civil Município do Estado da Bahia. Subdistrito da Sé.	Atesta o óbito de Inocêncio Pereira Alves em 18/3/1967, no Hospital Santo Antonio; causa da morte: arteriosclerose generalizada, insuficiência aórtica, aneurisma aórtico e ventricular (direito), pericardite; enterrado no Cemitério Quarta dos Lázaros.
Arquivo CNV, 00092.003235/2014-85, pp. 98-103.	Não consta, 4/2/2007.	Declaração de doutor Alfredo Boa Sorte Jr.	Dá parecer médico em favor do entendimento de que a morte de Inocêncio tem relação com as torturas sofridas na prisão.
Arquivo CNV, 00092.002624/2014-93, p. 5.	Ofício nº 10/01. Gabinete-MD.	Resposta ao Ofício nº 490/2014-CNV.	Documento com ofício do Ministério da Defesa em resposta à solicitação da CNV sobre informações de algumas vítimas. Sobre o Inocêncio não há registro.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Inocêncio Pereira Alves morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Inocêncio Pereira Alves, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



Israel Tavares Roque

Filiação: Lygia Violeta Tavares Roque e Lydio José Roque
Data e local de nascimento: 3/1/1929, Nazaré (BA)
Atuação profissional: gerente de jornal e contador
Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data e local de desaparecimento: 15/11/1964, Rio de Janeiro (GB)

BIOGRAFIA

Nascido na Bahia, Israel Tavares Roque era natural de Nazaré. Trabalhava no jornal do Partido Comunista Brasileiro intitulado *O Momento,* quando foi preso pela primeira vez em 31 de julho de 1953. Foi preso novamente por estar em posse de panfletos e livros classificados pelos órgãos de repressão como "subversivos". De acordo com o requerimento encaminhado por seu irmão, Peres Dannuzio Tavares Roque, à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Israel teria se mudado para o Rio de Janeiro em junho de 1964, em função da perseguição política conduzida pela Polícia Especial do Estado da Bahia. Peres, que já morava no Rio de Janeiro, acolheu o irmão em sua casa e conseguiu-lhe o emprego de contador na Transportadora Interbrasil, onde Israel permaneceu por aproximadamente três meses.

Desapareceu em 15 de novembro de 1964, após ser sequestrado por agente do Estado na estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 15 de maio de 1996, a CEMDP reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de Israel Tavares Roque. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985),* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO

Israel Tavares Roque desapareceu no dia 15 de novembro de 1964, quando foi sequestrado por um policial do estado da Bahia em frente à estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Ele e seu irmão estavam diante da estação, quando Israel avistou o mesmo policial que o prendeu ainda em Salvador. Tentaram apressar os passos, com o objetivo de despistar o policial, mas este e outros quatro agentes conseguiram alcançá-los. Seu irmão, Peres, que o acompanhava, tentou impedir que Israel fosse preso, mas não conseguiu. Israel foi colocado em uma viatura policial e, em seguida, levado para local desconhecido. Peres o procurou em diferentes delegacias tanto no Rio de Janeiro quanto em Salvador, mas não o encontrou.

Documentos localizados no Arquivo Público do Rio de Janeiro, referentes ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), comprovam que Israel era perseguido e vigiado por sua atuação política no PCB. Depoimentos de diferentes pessoas, entre elas a professora da Universidade Federal da Bahia, Sônia de Alencar Serra, comprovam a militância

de Israel no PCB depois de 1953. Diligências feitas pela CEMDP conseguiram novas informações sobre as circunstâncias do desaparecimento de Israel a partir da atuação de Alba Regina Ignácio de Oliveira, amiga de Peres. Segundo ela, seu colega de trabalho no Ministério da Educação (MEC), Sebastião Viana, procurou um militar ligado à repressão política para ter notícias de Israel. Com esta informação, Alba conseguiu localizar Clovis Rocha Mendes, já reformado da Marinha. Clovis disse que, atendendo ao pedido de Sebastião, procurou o comandante Clemente José Monteiro Filho, que lhe comunicou que o nome de Israel não constava da lista de presos que estavam sob custódia da Marinha, Exército ou Aeronáutica. Contudo, a informação mais próxima a respeito do paradeiro do militante foi o comunicado da polícia política da Bahia aos órgãos de segurança no Rio de Janeiro, afirmando que iria realizar uma operação naquela cidade para prender Israel.

Até a presente data Israel Tavares Roque permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Estação Ferroviária Central do Brasil, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Departamento de Ordem Social e Política do estado da Bahia (DOPS/BA)

Governador do estado da Bahia: Antônio Lomanto Júnior

Secretário de Segurança Pública da Bahia: coronel Francisco Cabral de Andrade

Diretor-Geral do DOPS/BA: N/I

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

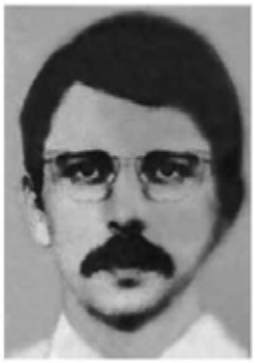
1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0041_0010, p. 14.	Declaração de Wilson José Fernandes, de 21/3/1996.	Cartório do 10º Ofício.	Confirma que Israel atuava no jornal *O Momento*. Ressalta também que ele foi preso na década de 1960 e, segundo se dizia à época, teria sido torturado. Aponta que, em função das perseguições, Israel foi para o Rio de Janeiro. Afirma que em visita à mãe da vítima, esta lhe disse que recebera a notícia de que Israel havia sido preso novamente e morto.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0041_0010, p. 15.	Declaração de Aristeu Nogueira Campos, de 25/3/1996.	Cartório.	Confirma que Israel trabalhava no jornal *O Momento* e que era considerado comunista pela polícia, o que justificava a perseguição.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0041_0010, pp. 58-63.	Carta ao deputado federal Nilmário Miranda, de 18/11/1996.	Alba Regina Ignácio de Oliveira.	Conheceu Peres, irmão de Israel, e cuidou dele depois que ficou doente. Neste documento, aponta que Peres lhe contou a história do desaparecimento de seu irmão. A partir de então, passou a procurar por informações acerca do paradeiro de Israel. Após diversos contatos realizados, conseguiu encontrar a pesquisadora Sônia Serra de Alencar, que fez uma pesquisa sobre o jornal *O Momento*, onde Israel trabalhou, e pôde, assim, obter informações sobre sua atuação política.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0041_0010, p. 79.	Carta ao deputado federal Nilmário Miranda, de 8/5/1997.	Alba Regina Ignácio de Oliveira.	Aponta que encontraram o senhor Clovis Rocha Mendes, militar da Marinha que, a pedido de seu amigo Sebastião Viana ("Tião") de informações sobre Israel, disse que este não fora preso por militares das Forças Armadas, mas por policiais.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Israel Tavares Roque desapareceu após ter sido sequestrado, no dia 15 de janeiro de 1964, na estação ferroviária Central do Brasil no Rio de Janeiro, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Israel Tavares Roque, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



João Carlos Cavalcanti Reis

Filiação: Helena Cavalcanti Reis e João Viveiros Reis
Data e local de nascimento: 8/8/1945, Salvador (BA)
Atuação profissional: estudante
Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento de Libertação Popular (Molipo)
Data e local de morte: 30/10/1972, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em Salvador, Bahia, João Carlos Cavalcanti Reis cursou até o quinto ano da Faculdade de Engenharia Mackenzie. Militou na ALN e participou de algumas ações armadas durante o ano de 1969. Nesse mesmo ano, saiu do país em razão da onda de prisões que atingiu a organização. Viajou para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha e, em 1971, retornou ao Brasil clandestinamente como militante do Molipo. Morreu aos 27 anos de idade em decorrência de ações realizadas por agentes da repressão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de dezembro de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de João Carlos Cavalcanti Reis por meio do processo nº 167/96. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua localizada no Conjunto Habitacional Jova Rural, na cidade de São Paulo.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

João Carlos Cavalcanti Reis morreu no dia 30 de outubro de 1972, após ser ferido por disparos de arma de fogo, em operação organizada por membros do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército (DOI-CODI/SP), no bairro de Vila Carrão, São Paulo. Há indícios de que, após ser ferido, o militante tenha sido levado para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), onde teria sofrido torturas e faleceu ainda no mesmo dia.

A versão da morte divulgada na época afirmava que João Carlos teria morrido às 19 horas do dia 30 de outubro de 1972 após tiroteio com agentes dos órgãos de segurança no bairro Vila Carrão da capital paulista. De acordo com o laudo de exame necroscópico, o militante vestia "cueca de *nylon* castanho, meias de algodão castanho", faleceu em decorrência de lesões traumáticas crânio-encefálicas causadas em função de projéteis de arma de fogo que o atingiram durante o tiroteio travado com agentes do DOI-CODI/SP. O laudo é assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão.

Contudo, as investigações empreendidas pela CEMDP, pela Comissão de Familiaresm Mortos e Desaparecidos Políticos e pela CNV permitiram comprovar que a versão apresentada pelos órgãos da repressão paulista não se sustenta. Segundo testemunho de José Trajano Paternostro Reis, irmão de João

Carlos, apresentado por escrito à CEMDP em 19 de março de 1996, ele acredita que João Carlos foi morto após ser preso, ferido e torturado nas dependências do DEOPS/SP.

José Trajano destacou que foram as autoridades do DEOPS que o convocaram junto com sua mãe e demais irmãos para comparecer às dependências do IML com a finalidade de reconhecer o corpo de João Carlos. Quando chegaram foram detidos, pois os policiais do DEOPS que guardavam o corpo de João Carlos receberam ordens para prender quem ali comparecesse para reclamar o corpo da vítima, sem saberem que a família tinha sido convocada para tanto. Posteriormente, foram libertados por ordem do próprio diretor do DEOPS/SP.

Ainda de acordo com o testemunho de José Trajano, ele e seus familiares puderam reconhecer o corpo de João Carlos no IML, mas não foram autorizados a retirar o lençol que o cobria. Apesar da proibição, constataram que o rosto de João Carlos estava sem o olho esquerdo e a respectiva cavidade havia sido preenchida com algodão. Ao questionar a um funcionário do IML o que tinha ocorrido, obteve como resposta que a lesão tinha sido causada por "tarugo de madeira". A família percebeu que as mãos de João Carlos encontravam-se fechadas e contraídas, como se o militante tivesse sofrido fortes dores antes de falecer. José Trajano contou que o corpo do irmão foi entregue à família em caixão de zinco lacrado, proibido de ser aberto e com ordens expressas de jamais exumarem o corpo. Durante o enterro, um agente dos órgãos de segurança esteve presente para vigiar a cerimônia.

A versão apresentada pelos órgãos da repressão também é questionada pelo "Parecer Criminalístico" elaborado pelo perito criminal Celso Nenevê e apresentado à CEMDP em 24 de junho de 1996. Apesar do parecer afirmar ser impossível, diante da falta de elementos materiais fornecer uma análise criminalística conclusiva, o documento ressaltou a existência de indícios que colocam em cheque a versão divulgada.

Em primeiro lugar, o perito apontou a não realização de levantamento pericial do local da morte e de posterior confecção de laudo de exame de local, conforme exigido pelo Código de Processo Penal vigente na época. Acrescentou que o laudo de exame necroscópico não descreveu todos os vestígios verificados e somente a conclusão de "ferimento produzido pela entrada de projétil de arma de fogo" impossibilita que se conheça a distância, a trajetória e as possíveis posições da vítima em relação ao(s) atirador(es). Ademais, destacou a "estranha vestimenta que a vítima apresentava para o horário e local do fato", posto que não parece verossímil que João Carlos vestisse apenas "cueca de *nylon* castanha, meias de algodão castanho", no meio de um tiroteio no bairro Vila Carrão às 19 horas, conforme registra o laudo de exame necroscópico.

O relator do caso da CEMDP, Nilmário Miranda, ressaltou que, apesar de João Carlos ter sido ferido em um tiroteio ocorrido por volta das 19 horas – conforme atestado pela certidão de óbito e pela requisição de exame cadavérico – seu corpo somente deu entrada no IML, trajado de cueca e meias, às 22 horas, três horas após a operação policial da qual foi alvo. A ausência de roupa é apontada por Nilmário como importante indício de que João Carlos fora levado à dependência policial para ser interrogado. O relator ainda destaca que a foto do cadáver evidencia marcas no pescoço da vítima que não são descritas no laudo cadavérico. De acordo com Nilmário, a exumação do corpo de João Carlos seria desnecessária frente aos elementos conclusivos e apresentados no processo.

A CEMDP buscou reconstruir, a partir de vários depoimentos, os momentos anteriores à morte de João Carlos. Segundo a referida comissão, João Carlos e Natanael de Moura Girardi haviam perdido contato com Antonio Benetazzo, também militante do Molipo, fazia dois dias. Para obter informações sobre Benetazzo dirigiram-se à casa do militan-

te Rubens Carlos Costa, que servia de aparelho da organização, onde Antonio havia sido preso dois dias antes. Os agentes do DOI-CODI/SP, instalados em uma casa próxima do local, perceberam a movimentação e se organizaram para prender os militantes. Natanael conseguiu escapar do cerco, mas João Carlos foi ferido e preso.

João Carlos Cavalcanti Reis foi enterrado no Cemitério Gethesêmani, em São Paulo.

LOCAL DE MORTE

Vila Carrão, São Paulo, SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército (DOI-CODI/II Exército)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comando do II Exército: general de Exército Humberto de Souza Mello

Comandante da 2ª Região Militar: general de Divisão Paulo Carneiro Thomaz Alves

Chefia do Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operação de Defesa Interna do II Exército: Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.2. Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP)

Governador do estado de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança pública do estado de São Paulo: general Sérvulo Mota Lima

Diretor geral de polícia do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP): Lúcio Vieira

Primeiro delegado assistente do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP): Tácito Pinheiro Machado

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Miguel Fernandes Zaniello.	DOPS/SP.	Policial Militar (motorista do IML de 1961 a 1973).	Falso testemunho.	DEOPS/SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, p. 25.
Orlando Brandão.	IML.	Médico-Legista.	Falsificação do Auto de Exame Cadavérico.	IML.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, pp. 39-40.
Isaac Abramovitch.	IML.	Médico-Legista.	Falsificação do Auto de Exame Cadavérico.	IML.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, pp. 39-40.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, p. 25.	Certidão de óbito, de 2/11/1972.	Cartório do Registro Civil, 20° Subdistrito – Jardim América, São Paulo.	Firmada pelo legista Isaac Abramovitch, a certidão atesta que João Carlos teria falecido no dia 30/10/1972, às 19 horas, em razão de "lesões traumáticas crâneo encefálicas".
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, pp. 37-38.	Requisição de exame necroscópico, sem data.	Instituto Médico Legal (IML).	O documento atesta que João Carlos Cavalcanti Reis, pertencente à organização Molipo, teria falecido às 19 horas do dia 30/10/1972, após travar tiroteio com órgãos de segurança. De acordo com o documento, o corpo de João Carlos teria dado entrada no necrotério às 22 horas do mesmo dia.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, pp. 39-40.	Laudo do Exame Necroscópico, de 31/10/1972.	Instituto Médico Legal (IML).	O laudo, assinado por Isaac Abramovitch e Orlando J. B. Brandão, atesta como causa morte de João Carlos Cavalcanti Reis "lesões traumáticas crâneo encefálicas, produzida por instrumento perfuro-contundente (projétil de arma de fogo), reproduzindo a versão oficial.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, p. 52.	Desenho do rosto de João Carlos, feito por outros presos políticos, sem data.	Não se aplica.	
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, p. 63.	Foto do cadáver de João Carlos, sem data.	DEOPS/SP.	Fotos de João Carlos Cavalcanti Reis morto.
Brasil Nunca Mais Digital. Pasta BNM_088, p. 123.	Termo de Declarações de Helena Cavalcanti Reis, de 7/11/1972.	Delegacia Especializada de Ordem Política, São Paulo.	Em depoimento prestado ao DEOPS/SP, Helena Cavalcanti Reis, mãe de João Carlos, relata o dia em que foi informada e que obteve permissão para a retirada do corpo do filho do IML.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ ACE_53400_72, pp. 27-29.	Relatório periódico de informações n° 10/72 (período de 1 a 31/10/72), de 21/12/1972.	Ministério do Exército, II Exército.	O documento, elaborado pelo II Exército, narra a morte de João Carlos Cavalcanti Reis, de acordo com a versão oficial.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, pp. 66-79.	Reportagens sobre a morte de João Carlos, publicadas à época dos fatos, de datas diversas.	Revista *Veja* 8/11/1972; *Diário da Noite* 2/11/1972; *Jornal da Tarde* 3/11/1972; *Folha da Tarde* 2/11/1972; *O Estado de São Paulo* 2/11/1972.	As reportagens reproduzem a versão oficial, divulgada pelos órgãos da repressão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, p. 27.	Certidão de Nascimento, de 23/1/1996.	Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, Comarca de Salvador, subdistrito de Vitória.	Certidão de Nascimento de João Carlos Cavalcante Reis.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, pp. 31-33.	Termo de declarações de José Trajano Paternostro. Reis, de 19/3/1996.	Não se aplica.	Testemunho prestado por escrito por José Trajano Paternostro Reis, irmão de João Carlos Cavalcanti Reis, apresentado à CEMDP.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0045_0005, pp. 42-47.	Parecer Criminalístico, de 24/6/1996.	Polícia Civil do Distrito Federal.	Análise pericial realizada pelo perito criminal Celso Nenevê. O documento questiona a versão oficial dos fatos por meio de diversos indícios.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que João Carlos Cavalcanti Reis foi morto em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de João Carlos Cavalcanti Reis, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.



João Leonardo Da Silva Rocha

Filiação: Maria Nathália da Silva Rocha e Mário Rocha
Data e local de nascimento: 4/8/1939, Salvador (BA)
Atuação profissional: bancário e professor
Organização política: Movimento de Libertação Popular (Molipo)
Data e local do desaparecimento: 4/11/1975, Palmas de Monte Alto (BA)

BIOGRAFIA

João Leonardo fez seus primeiros estudos na cidade de Amargosa (BA) e o curso secundário em Salvador (BA), sua cidade natal, no colégio dos Irmãos Maristas. Entre 1952 e 1957, estudou no Seminário de Aracaju (SE). Mudou-se para Alagoinhas (BA), onde trabalhava como funcionário do Banco do Brasil e também dava aulas de português e latim no colégio Santíssimo Sacramento e na Escola Normal. Mudou-se para São Paulo em 1962, ainda trabalhando no Banco do Brasil, e começou também a dar aulas em escolas do ABC paulista. Estudou Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, onde foi colega de Arno Preis (morto pela ditadura militar em 15 de fevereiro de 1972). Dirigiu a Casa do Estudante, moradia de baixo custo para os alunos da faculdade.

Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi preso em 1969 sob acusação de participar do Grupo Tático Armado, indiciado inclusive no inquérito que investigou a morte do oficial americano Charles Chandler. Com o sequestro do embaixador norte-americano em 1969, João Leonardo foi um dos 15 prisioneiros políticos libertados em troca do diplomata. Seguiu para o México e foi banido do país através do Ato Complementar nº 64:

> Art. 1º São banidos do Território Nacional os seguintes brasileiros: Argonauta Pacheco da Silva; Flávio Aristides de Freitas Tavares; Gregório Bezerra; Ivens Marchetti de Monte Lima; João Leonardo da Silva Rocha; José Dirceu de Oliveira e Silva; José Ibraim; Luiz Travassos; Maria Augusta Ribeiro Carneiro; Mário Roberto Galgardo Zanconato; Onofre Pinto; Ricardo Villas Boas Sá Rego; Ricardo Zarattini; Rolando Prattes; e Wladimir Gracindo Palmeira.

Do México mudou-se para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha, momento em que passou a integrar a dissidência da ALN denominada Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Ao retornar ao Brasil ilegalmente, em 1971, se estabeleceu em São Vicente, distrito de Itapetim, em Pernambuco, no Sertão do Pajeú, divisa com a Paraíba. Lá passou a ser conhecido como Zé Careca por ter raspado totalmente a cabeça. Comprou na cidade um sítio e se tornou lavrador. Nessa época, entre 1971 e 1972, tentava construir as bases rurais do Molipo. Sentindo que estava sendo perseguido e sob risco de ser identificado na região, João Leonardo se mudou para o interior da Bahia.

Foi um dos poucos sobreviventes do Molipo depois de intensa perseguição ao grupo no norte de Goiás e oeste da Bahia.

Em um episódio ainda não completamente esclarecido, João Leonardo foi execu-

tado por agentes da Polícia Militar da Bahia em Palmas de Monte Alto (BA), em 4 de novembro de 1975.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

João Leonardo da Silva Rocha é reconhecido como desaparecido político e teve sua morte presumida a partir da inclusão de seu nome no rol do anexo I da Lei nº 9.140/1995. Seu nome figura no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Consta em documentação do Arquivo Nacional denúncia feita por Jair Oliveira de Faria, comerciário e proprietário de uma fazenda na região de Palmas de Monte Alto, na Bahia. Jair afirma que quando foi comprar sua fazenda na região, teria procurado Milton Faria Dias Laranjeiras, fazendeiro local, por indicação de um amigo. Não ficou interessado pelo negócio oferecido por Milton e comprou outra propriedade na região, e desde a recusa via-se ameaçado e perseguido. Jair declarou que as perseguições que ocorreram na região de Palmas de Monte Alto (BA) contaram com o envolvimento da polícia e do poder público municipal. De acordo com as afirmações da denúncia, muitas foram as investidas contra Jair e seus funcionários sob o mando de Milton Faria Dias Laranjeiras.

Segundo ele, entre outubro e novembro de 1975, quando se encontrava em Brasília, esteve em Palmas de Monte Alto, a mando de Milton Faria Dias Laranjeiras, o capitão Delcker Rodrigues de Melo, como delegado especial, acompanhado do delegado de polícia de Palmas de Monte Alto, Francisco José da Silva, do segundo-tenente Oscar Pereira da Silva, de um tenente reformado e mais três pessoas com o pretexto de prender os empregados de Jair, argumentando que seriam todos pistoleiros.

Invadiram a casa da fazenda e iniciaram um tiroteio no qual saíram mortos o segundo-tenente Oscar Pereira da Silva e um dos empregados de Jair que se chamava José Eduardo da Costa Lourenço. Além de José Eduardo, estavam na fazenda Jerônimo Francisco de Lima e Severino Batista de Lima, pai e filho que foram torturados e presos. Nos termos literais do depoimento de Jair Oliveira de Faria:

> [...] que, estas pessoas invadiram a casa do declarante, provocando um tiroteio que resultou na morte de um oficial reformado que acompanhava a diligência, de um empregado da fazenda e ferimentos em um soldado, além de ferimentos em outros dois que ficaram presos; [...] que, mesmo depois de morto, o empregado da fazenda de nome Eduardo, foi alvo de tiros por parte do Capital Delco (Arquivo Nacional, SNI: ASV_ACE_2973_82, p. 5).

Em fevereiro de 2014, a partir de investigações realizadas por um consultor da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ivan Akselrud de Seixas, a Comissão Nacional da Verdade iniciou pesquisa de campo em Palmas de Monte Alto com o intuito de descobrir as circunstâncias da morte e a localização dos restos mortais de João Leonardo da Silva Rocha, desaparecido desde 1975.

Também, contribuiu com informações o advogado Miguel Arcanjo Montalvão Pires, morador de Palmas de Monte Alto, que encaminhou à Comissão Nacional da Verdade, em dezembro de 2013, documentação indicando a possibilidade de localização da sepultura de João Leonardo no município.

As informações recebidas pela Comissão Nacional da Verdade deram conta de que o funcionário de Jair Oliveira de Faria, morto na ação da Polícia Militar denunciada por ele, era na verdade João Leonardo da Silva

Rocha, que vivia clandestinamente sob o nome de José Eduardo da Costa Lourenço.

Nas pesquisas de campo que fez em Palmas de Alto, a CNV procurou confirmar a falsa identidade de João Leonardo como José Eduardo da Costa Lourenço e, uma vez confirmado tratar-se da mesma pessoa, identificar o local de sepultamento de João Leonardo da Silva Rocha.

Em entrevistas registradas em áudio e vídeo, a CNV mostrou fotos de João Leonardo para cinco moradores da cidade, que com grande segurança o reconheceram, identificando-o como José Eduardo Lourenço da Costa.

Acerca do local de sepultamento, chegou-se a duas áreas de maior probabilidade, ambas em um mesmo cemitério da cidade.

O pedreiro Almerindo Porto Lopes, conhecido como senhor Nélio, afirmou, na ocasião, que foi umas das pessoas que carregaram o caixão de João Leonardo para o enterro. Ele indicou como provável local de sepultamento uma área de aproximadamente 100 metros quadrados, em área próxima ao antigo cruzeiro de madeira do cemitério.

Os demais depoentes indicaram outro ponto no mesmo cemitério, em área próxima a uma das muradas antigas. De acordo com esses relatos, avaliados como os mais consistentes pela Comissão Nacional da Verdade, João Leonardo da Silva Rocha teria sido sepultado sem identificação em área contígua àquela em que Natalino Pereira, cidadão local, foi enterrado anos depois.

O cemitério não dispõe de livro de registro ou de numeração de sepulturas. Conforme apurado, ao longo dos anos houve sobreposição de sepultamentos em um mesmo local e, de um modo geral, o cemitério apresenta grande densidade de túmulos e jazigos não organizados em alas ou ruas.

Não obstante, a partir dos testemunhos coletados, a Comissão Nacional da Verdade registrou em mapa a localização que considera a mais provável para o sepultamento de João Leonardo da Silva Rocha.

Em mapa fotográfico produzido pelo perito médico-legista Aluísio Trindade Filho, do Instituto de Medicina Legal da Polícia Civil do Distrito Federal, foram registradas as duas possíveis áreas de sepultamento identificadas, marcadas separadamente.

Em área próxima à antiga murada do cemitério, conforme indicado pela maioria dos depoimentos convergentes, registrou-se com coordenadas geográficas uma pequena área indicada em elipse que pode permitir a localização dos restos mortais de João Leonardo da Silva Rocha.

Diante da possibilidade de realização de uma futura tentativa de exumação, a Comissão Nacional da Verdade solicitou o recolhimento de material genético de Mario Rocha Filho, irmão de João Leonardo, que não deixou filhos e cujos pais são falecidos.

O material genético foi colhido no Instituto Nacional de Criminalística (INC/DPF), em 17 de março de 2014, para o banco de DNA de familiares de mortos e desaparecidos políticos, sob responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Na oportunidade, Mário Rocha Filho, advogado de 76 anos, também prestou depoimento à CNV e contou sobre os esforços que empreendeu para localizar o irmão desde 1978, quando seus pais ainda eram vivos:

> A última vez que falei com João foi no México, no hotel Del Bosque, antes de ele ir para Cuba. [...] Soube depois que, na clandestinidade, ele evitava ao máximo contatar-nos para que não corrêssemos risco de vida.
>
> [...] Fui informado pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh que meu irmão havia sido morto na Bahia e que eu procurasse a ex-militante do Molipo Ana Corbisier. Estive com ela e ela me disse que esteve com ele num 'ponto' em Arcoverde (PE) e que, quando era para ter ocorrido um segundo encontro, ele não apareceu por temer que estava sendo perseguido.

Nos anos 1980, após intermediação da igreja católica, Mário conseguiu contatar um agricultor chamado Jerônimo, única pessoa em quem João Leonardo confiava na clandestinidade e a quem revelou o segredo de que era um militante que vivia sob identidade falsa. Por meio de um religioso, padre José, da diocese de Afogados da Ingazeira (PE), a família soube da versão de que João Leonardo poderia ter sido enterrado em Palmas de Monte Alto.

> Depois agendei uma viagem com Severino (filho de Jerônimo) à Bahia para tentar localizar a sepultura de meu irmão, já nos anos 80, mas dias antes ele sofreu um acidente numa obra, no Rio de Janeiro, e morreu [...]. Se por um lado havia uma questão de terras, por outro lado, quando João Leonardo saiu de Itapetim, saiu porque sentia-se perseguido politicamente.

Em Palmas de Monte Alto, a Comissão Nacional da Verdade procurou apurar, por meio dos depoimentos colhidos, as motivações da morte de João Leonardo pela Polícia Militar do Estado da Bahia, desde a perseguição e fuga de Itapetim (PE).

Até que surjam novos elementos que possam melhor elucidar o caso, a execução de João Leonardo da Silva Rocha, em 4 de novembro de 1975, configura-se como a última a confirmar a existência de sentença de pena de morte extrajudicial aos banidos que retornaram ao país com a intenção de retomar a luta contra a ditadura militar instaurada em 1964.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Palmas de Monte Alto, BA.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento ou na morte

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel
Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota
Chefe do CIE: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino

1.2. Serviço Nacional de Informações (SNI)

Presidente da República: general de Exército Ernesto Beckmann Geisel
Chefe do SNI: general de Brigada João Baptista de Oliveira Figueiredo

1.3. Secretaria de Segurança Pública da Bahia

Governador do Estado: Roberto Figueira Santos
Secretário de Segurança Pública: n/i
Delegado-Geral de Polícia: n/i
Delegado de Polícia em Palmas de Monte Alto: Francisco José da Silva

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Francisco José da Silva.	Polícia Civil da Bahia.	Delegado.	Participou da operação em que João Leonardo foi morto.	Palmas de Monte Alto (BA).	Denúncia de Jair Oliveira de Faria, constante do Arquivo Nacional.
Delcker Rodrigues de Melo.	Polícia Militar da Bahia.	Capitão.	Participou da operação em que João Leonardo foi morto.	Palmas de Monte Alto (BA).	Denúncia de Jair Oliveira de Faria, constante do Arquivo Nacional.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: ASV_ACE_2973_82.	Informação nº 196/77, 3/3/1977.	Serviço Público Federal. MJ – Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional da Bahia.	Registra as possíveis circunstâncias da morte da vítima, local de morte e uma breve reconstituição de seus últimos momentos.
Arquivo CNV: 00092.003368/2014-51.	Mapa do possível local de sepultamento de João Leonardo da Silva Rocha.	Comissão Nacional da Verdade.	Mapa fotográfico com indicação da possível área de sepultamento de João Leonardo da Silva Rocha.

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Eulário Menezes, marceneiro.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6/2/2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Informa sobre a execução da vítima e provável localização da sepultura.
Almerindo Porto Lopes, pedreiro.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6/2/2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Informa sobre a execução da vítima e provável localização da sepultura.
Jesulindo Pereira.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6/2/2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Informa sobre a execução da vítima.
Mirtes da Silva Nunes.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6/2/2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Vestiu a vítima depois de morta.
Antônio Contrim de Menezes.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6/2/2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Informa sobre a execução da vítima.
Miguel Arcanjo Montalvão Pires, advogado.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 6/2/2014, em Palmas de Monte Alto (BA). Arquivo CNV, 00092.001637/2014-45.	Realizou algumas investigações sobre o caso.
Ana Cerqueira César Corbisier.	Depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade. Arquivo CNV, 00092.002227/2013-31 e 00092.002222/2013-16.	Relata como foi a convivência com João Leonardo em Cuba. Explica que foi responsável por marcar um ponto entre ele e José Dirceu. Encontrou-se com ele no interior de Pernambuco e marcou um encontro para dali a seis meses, ao qual não compareceu por já ter sido assassinado. Chegou a conversar com um barbeiro que teria sido testemunha ocular do assassinato.

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Mário Rocha Filho.	Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade, em 17/3/2014.	Relata como conseguiu contatar o agricultor Jerônimo, única pessoa em quem João Leonardo confiava e a quem revelou o segredo de que era um militante que vivia clandestino. Conta como descobriu o local de sepultamento de João Leonardo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que João Leonardo da Silva Rocha foi executado e desapareceu por ação praticada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura militar, instaurada no Brasil a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



Joel Vasconcelos Santos

Filiação: Elza Joana dos Santos e João Vicente Vasconcelos Santos
Data e local de nascimento: 9/8/1949, Nazaré (BA)
Atuação profissional: estudante
Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data e local de desaparecimento e morte: 19/3/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Joel Vasconcelos Santos nasceu no estado da Bahia, na cidade de Nazaré, onde, como sapateiro, viveu até 1966, quando mudou-se com a família para o Rio de Janeiro. Como estudante de contabilidade da Escola Técnica de Comércio do Rio de Janeiro (RJ), iniciou-se na militância estudantil, tornando-se presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários do Rio de Janeiro (AMES/RJ), em 1970, e diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), entre 1970 e 1971. Ainda em 1970, associou-se ao PCdoB, atuando, também, na União da Juventude Patriótica (UJP). Em março de 1971, foi preso, na companhia de Antônio Carlos de Oliveira da Silva, nos arredores do morro do Borel e, desde então, não mais foi visto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Joel Vasconcelos Santos foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político, nos termos da Lei nº 9.140/1995. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi homenageado pela prefeitura do Rio de Janeiro, que atribuiu seu nome a uma rua. Em 1º de abril de 1997, recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. O caso foi deferido pela Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro por meio do processo E-32/0276/0009/2004.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

No ano de 1971, Joel Vasconcelos Santos manteve os primeiros contatos com Antônio Carlos de Oliveira da Silva, para os dois desenvolverem um trabalho de conscientização política no morro do Borel, na cidade do Rio de Janeiro. Em uma tarde, provavelmente no dia 15 de março, houve um encontro na esquina das ruas São Miguel e Marx Fleuiss, para que Joel entregasse a Antônio Carlos alguns ingressos para a peça de teatro *Rei da Vela*, quando foram surpreendidos pela polícia.

Antônio Carlos e Joel foram conduzidos ao 6º Batalhão da PM e, em seguida, ao quartel da PM na rua Evaristo da Veiga. De lá, foram encaminhados para o quartel da Polícia do Exército, onde, segundo relato de Antônio Carlos, ficaram incomunicáveis e foram submetidos a sessões de tortura. Somente após quatro meses, Antônio Carlos foi liberado, enquanto Joel continuou sob torturas naquele recinto até seu desaparecimento. Antônio Carlos informou que, na última vez que o viu, "ele já não aguentava nem andar. Saía arrastado de uma sala para outra".

Em documentos produzidos pelo DOI do I Exército/RJ, consta que Joel foi interrogado por esse órgão nos dias 15 e 19 de março de 1971. De acordo com documento do DOPS, Joel e Antônio Carlos foram encaminhados ao DOI do I Exército em 17 de março daquele ano.

Pesquisas em fichas datiloscópicas e em outros documentos relacionados a pessoas se-

pultadas como indigentes realizadas pela CNV, no Instituto Félix Pacheco e no IML, no Rio de Janeiro, propiciaram a realização de Laudo de Perícia Necropapiloscópica, assinado pelo papiloscopista Rosenberg Mathias Barros, em 8 de dezembro de 2014, que identificou as digitais de Joel Vasconcelos Santos como sendo as digitais de um homem que foi recolhido ao IML em 19 de março de 1971, com a guia de número 206 da 4ª DP.

A CNV, ao cruzar essa informação com as constantes nos demais Livros do IML-RJ e com o conjunto de laudos necroscópicos microfilmados do IML do Rio de Janeiro, constatou que há dois laudos necroscópicos sobre a morte de Joel, de igual teor, realizados em 20 de março e assinados por João Guilherme de Figueiredo e Hygino de Carvalho Hércules. Estes laudos registram a morte de jovem, não identificado, negro, de 25 anos de idade mais ou menos, com 1,75 cm de altura, suposta vítima de atropelamento recolhida ao Hospital Souza Aguiar, após morte constatada às 22h do dia 19 de março de março de 1971. A causa da morte afirmada é "contusão do tórax e abdômen com fratura de costelas, ruptura do pulmão esquerdo e fígado, hemorragia interna e anemia aguda consequente". No conjunto localizado ainda é afirmado que o jovem dera entrada no hospital às 21h27, do dia 19 de março de 1971, como suposta vítima de atropelamento na Praça da República, em frente à Faculdade Nacional de Direito. O seu corpo foi sepultado como indigente em 6 de abril de 1971, no Cemitério Ricardo de Albuquerque.

No momento do fechamento de seu Relatório, a CNV prossegue nas investigações sobre morte e desaparecimento de Joel Vasconcelos Santos, com pesquisa nos livros do Cemitério Ricardo de Albuquerque e a análise de toda a documentação levantada. O objetivo é localizar onde seu corpo foi enterrado e, com essa informação, proceder exumação, identificar cientificamente seus restos mortais, confirmar que sua morte ocorreu em decorrência de tortura no DOI do I Exército e apontar os responsáveis pelas graves violações de direitos humanos de que foi vítima.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

DOI-CODI do I Exército, situado na rua Barão de Mesquita, nº 425 – Bairro Tijuca, no Rio de Janeiro (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI do I Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Ramos Sarmento
Chefia do Centro de Operação de Defesa Interna (CODI) do I Exército: coronel Adyr Fiúza de Castro
Comandante do Destacamento de Operações de Informação: major José Antônio Nogueira Belham

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0011.	A última vez em que Joel foi visto, 24 a 30/3/1980.	Jornal *Movimento*.	Traz informações de Antônio Carlos da Silva sobre a prisão e torturas a que Joel foi submetido.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0011, p. 45.	Biografia, s/d.	Elza Joana dos Santos.	Informa as diversas tentativas da família com o objetivo de localizar Joel.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0047_0011, pp. 74-75.	Interrogatório, 15/3/1971.	DOI/I Exército / Ministério do Exército.	Interrogatório de Joel pelo DOI-CODI.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0047_0011, pp. 76-77.	Pedido de busca, 6/1/1976.	Departamento Geral de Investigações Especiais / DOPS/RJ.	Confirma o recolhimento de Joel ao DOI-CODI no dia 17/3/1971.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0047_0011, p. 78.	Legista acusa DOPS [...], 16/9/1992.	*Jornal do Brasil*.	Informa a existência de documentos que informam a data dos interrogatórios de Joel pelo DOI-CODI.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0047_0011, p. 82.	Certidão de óbito, 9/2/1996.	Poder Judiciário.	Não informa data nem local da morte de Joel.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0088_0020, p. 7.	Encaminhamento nº 016/14/AC/83, 22/6/1983.	Serviço Nacional de Informações, Agência Central.	Informa a data da prisão de Joel como 16/3/1971.
Arquivo CNV, 00092_000914_2013_11\114127, p. 3.	Relatório dos Ministérios Militares, 2/12/1993.	Ministérios Militares.	Afirma que Joel foi preso a 15/3/1971 e levado para local ignorado.
Arquivo CNV, 00092.00375/2014-53.	Documentação sobre o óbito de Joel Vasconcelos Santos, localizada pela CNV.	Instituto de Identificação Félix Pacheco e no IML/RJ.	Laudo necroscópico, guia do IML e outros documentos sobre o óbito.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias das investigações realizadas, conclui-se que Joel Vasconcelos Santos foi submetido a prisão, tortura e desaparecimento nas dependências do DOI-CODI, no Rio de Janeiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela ditadura militar, instaurada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Joel Vasconcelos Santos, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



Jorge Leal Gonçalves Pereira

Filiação: Rosa Leal Gonçalves Pereira e Enéas Gonçalves Pereira
Data e local de nascimento: 25/12/1938, Salvador (BA)
Atuação profissional: engenheiro
Organização política: Ação Popular (AP)
Data e local de desaparecimento:
20/10/1970, Rio de Janeiro (GB)

BIOGRAFIA

Nascido na Bahia, Jorge Leal Gonçalves Pereira era natural de Salvador e trabalhava na Refinaria de Mataripe, da Petrobras, como engenheiro eletricista. Foi demitido ao ser preso em abril de 1964. Depois de ser libertado, foi trabalhar na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. Casou-se com Ana Néri Rabello Gonçalves Pereira, com quem teve quatro filhos. Jorge Leal Pereira era conhecido como Hugo e, em 20 de outubro de 1970, foi preso no bairro Tijuca, do Rio de Janeiro, e encaminhado para o DOI-CODI/I Exército. Foi visto pela última vez por Marco Antônio de Melo, quando passaram juntos por sessões de interrogatórios.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de maio de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de Jorge Leal Gonçalves Pereira. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Jorge Leal Gonçalves Pereira foi sequestrado na rua Conde de Bonfim, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 20 de outubro de 1970, por agentes do DOI-CODI/RJ, onde foi acareado com o estudante Marco Antônio de Melo, com quem tinha marcado um encontro.

De acordo com Cecília Coimbra, enquanto esteve no DOI-CODI, do Rio de Janeiro, no mês de outubro de 1970, ouviu gritos e menções ao nome de Jorge Leal por agentes da repressão, na sala vizinha a do seu interrogatório. Ela também afirma ter visto Jorge Leal sair da sala de torturas altamente debilitado, o que lhe pareceu resultado de choques elétricos, devido às marcas presentes em seu corpo. Anos depois, Cecília Coimbra teve a certeza de que a pessoa que viu se tratava de Jorge, ao reconhecê-lo em uma foto.

A passagem de Jorge Leal pelo DOI-CODI, do Rio de Janeiro, foi confirmada por Amílcar Lobo, médico que acompanhava as sessões de tortura. Em 1979, a sua morte foi mencionada pelo general Adyr Fiúza de Castro, em entrevista anônima à imprensa[1].

O advogado de Jorge Leal conseguiu a suspensão da audiência de seu processo na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1971, por conta de Jorge não ter sido apresentado ao tribunal. Outras pessoas acusadas no mesmo processo, que indiciava 63 presos políticos por pertencerem à AP (Ação Popular), informaram ao advogado que Jorge Leal encontrava-se

preso. Apesar da suspensão da audiência, o Conselho de Justiça decidiu ouvir o depoimento de Marco Antônio de Melo, que confirmou a prisão de Jorge no DOI-CODI. O que não impediu o I Exército de enviar ofício à Auditoria da Aeronáutica, por meio do qual era negado tal fato. Rosa Leal Gonçalves Pereira, mãe de Jorge, em novembro de 1972 enviou uma carta à esposa do presidente Médici, Scyla Médici, na qual solicitou informações sobre o paradeiro de seu filho, cuja resposta jamais obteve.

Pesquisas realizadas nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR) encontraram informes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e boletins internos do Exército que fazem referência a 62 mil nomes. Entre os quais consta o de Jorge Leal com a identificação "falecido".

Até a presente data, Jorge Leal Gonçalves Pereira permanece desaparecido. Entretanto, no dia 2 de fevereiro de 1996, em decorrência da Lei nº 9.140/96, sua certidão de óbito foi registrada na 4ª Circunscrição do Registro Civil do Estado do Rio de Janeiro (RJ).

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado na rua Barão de Mesquita, bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI/RJ

Presidência da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro de Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Chefe do CIE: general de Divisão Milton Tavares de Souza
Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Sarmento
Comandante da 1ª Região Militar: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota
Chefe do DOI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMPD: BR_DFANBSB_ AT0_0048_0004, p. 11.	Certidão de Óbito, de 2/2/1996.	Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.	Registro feito em conformidade com a Lei 9.140/1995.
Arquivo Nacional, CEMPD: BR_DFANBSB_ AT0_0048_0004, pp. 33-34.	Termo de Declarações de Cecília Coimbra, de 2/10/1995.	Cecília Coimbra.	Afirma ter visto Jorge Leal sendo torturado no DOI-CODI do Rio de Janeiro.
Arquivo Nacional, CEMPD: BR_DFANBSB_ AT0_0048_0004, pp. 42-43.	Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos, de 1995.	Grupo Tortura Nunca Mais, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos.	Informa sobre os agentes da repressão que atestam a passagem e morte de Jorge Leal no DOI-CODI do Rio de Janeiro.
Arquivo Nacional, CEMPD: BR_DFANBSB_ AT0_0048_0004, p. 59.	Arquivos do DOPS confirmam morte de desaparecidos, de 23/7/1991.	*O Globo*.	Confirma a morte de Jorge Leal.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Jorge Leal Gonçalves Pereira desapareceu em 20 de outubro de 1970, depois de ter sido detido por agentes do Estado, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

1 – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0048_0004, pp. 33-34.





José Campos Barreto

Filiação: Adelaide Campos Barreto e José de Araújo Barreto
Data e local de nascimento: 2/10/1946, Brotas de Macaúbas (BA)
Atuação profissional: operário metalúrgico e sindicalista
Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)
Data e local do desaparecimento: 17/9/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

BIOGRAFIA

Nascido em Brotas de Macaúbas (BA), José Campos Barreto estudou em um seminário em Garanhuns (PE), onde permaneceu por quatro anos. Em 1964, mudou-se para São Paulo e, no ano seguinte, prestou o serviço militar obrigatório no Quartel de Quintaúna. Continuou seus estudos no Colégio Estadual e Escola Normal Antônio Raposo Tavares, em Osasco (SP). Naquele período, tornou-se presidente do Círculo Estudantil Osasquense. Em seguida, começou a atuar como operário metalúrgico, quando deu início às suas atividades políticas no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Foi funcionário da Lonaflex e da Cobrasma, fabricante de vagões de trens. Durante a greve de julho de 1968 na Cobrasma, fez um discurso aos soldados que cercavam o local, explicando as razões da paralisação. Foi preso e permaneceu detido por 98 dias na Delegacia Estadual de Investigações Criminais (DEIC) e na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), até ser libertado por um *habeas corpus*. Passou a viver na clandestinidade, militando na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No início de 1970, já militante no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) retornou à Bahia com o irmão Olderico Barreto. Quando o capitão Carlos Lamarca chegou ao sertão baiano, no intento de implantar a guerrilha revolucionária na região, José Campos Barreto foi designado para acompanhá-lo, permanecendo ao seu lado até a morte. Zequinha, como era conhecido, morreu em 1971, aos 24 anos, em decorrência de ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 11 de setembro de 1996, José Campos Barreto foi reconhecido como vítima do Estado brasileiro pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. No município de Ipupiara (BA), foi construído recentemente um memorial no local onde foram assassinados Zequinha Barreto e Carlos Lamarca. Há 14 anos, por iniciativa do Bispo Dom Luiz Cappio, ocorre no dia 17 de setembro, no povoado de Pintada, distrito de Ipupiara (BA), uma homenagem conhecida como Celebração dos Mártires. Desde 2009, esta data é feriado em Brotas de Macaúbas (BA).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

José Campos Barreto foi morto por agentes do Estado brasileiro na tarde do dia 17 de setembro de 1971, na região de Brotas de Macaúbas, sertão da Bahia. O episódio sinaliza o fim de uma das operações mais ofensivas comandadas pelos órgãos de repressão da ditadura brasileira para localizar e executar o guerrilheiro Carlos Lamarca: a Operação Pajussara.

De acordo com a versão do Estado à época, José Campos Barreto teria morrido junto com o ex-capitão Carlos Lamarca, em um tiroteio contra as forças de segurança. Essa versão, amplamente difundida, foi contestada por grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos desde a década de 1970. A partir das pesquisas realizadas, por intermédio do acesso a novos documentos e às informações apuradas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, torna-se evidente que a versão divulgada à época dos fatos não se sustenta.

Poucos anos antes, José Campos Barreto havia sido uma relevante liderança sindical entre os metalúrgicos de Osasco (SP). Em julho de 1968, Zequinha foi um dos líderes na greve que parou a fábrica onde trabalhava, a Cobrasma, quando a fábrica foi cercada por forças policiais. José Campos Barreto foi preso juntamente com mais de 400 trabalhadores e passou 98 dias nos cárceres do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/SP). Libertado por meio de *habeas corpus*, passou a viver na clandestinidade, militando na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No início de 1970, já militante no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) retornou ao sertão da Bahia, para implantar um movimento de guerrilha rural, que contaria com a participação de Lamarca. Zequinha ficou responsável por montar a estrutura da segurança do líder guerrilheiro. A casa da família dos Campos Barreto tornou-se importante ponto de referência dos deslocamentos de Zequinha e de Lamarca na região.

A operação militar que logrou localizar e executar Zequinha e Lamarca se inseriu em uma complexa trama de ações militares. A montagem da Operação Pajussara começou a ganhar contornos mais específicos com a descoberta do diário de Lamarca em poder de militantes do MR-8 e, com a prisão de outros membros da organização, em Salvador (BA). Valendo-se da tortura e da coação, os órgãos de repressão conseguiram dados que os levaram a identificar a região de Buriti Cristalino como provável esconderijo de Lamarca.

O Comandante do DOI-CODI em Salvador e Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar, major Nilton de Albuquerque Cerqueira, reuniu um efetivo de 215 homens das Forças Armadas, com o apoio de agentes da Polícia Federal, da Polícia Militar da Bahia e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e, no dia 28 de agosto de 1971, invadiu a região de Buriti Cristalino.

Na propriedade da família de José Campos Barreto, a ação foi violenta. Olderico Campos, um dos irmãos de José, foi ferido no rosto. Otoniel Campos, de 20 anos, foi morto com uma rajada de metralhadora. Com os dois irmãos fora de combate, os homens comandados pelo major Nilton Cerqueira montaram guarda na propriedade e iniciaram o interrogatório de Olderico, que, apesar de ferido, foi torturado. Algum tempo depois, o lavrador José de Araújo Barreto, pai de Zequinha, Olderico e Otoniel, retornou à casa e encontrou o seguinte cenário: a casa ocupada por forças de segurança, um de seus filhos morto e outro ferido, sendo torturado. Apesar de seus 64 anos, também foi submetido a torturas pelos agentes de repressão do Estado.

José Barreto e Carlos Lamarca abandonaram o acampamento que ocupavam e empreenderam nova marcha, deslocando-se pelo interior do sertão. Na fuga, que durou 20 dias, os dois guerrilheiros percorreram aproximadamente 300 quilômetros. Exaustos, feridos e desorientados pela sede e pela fome, os dois homens alcançaram o pequeno povoado de Pintada. De acordo com depoimento de Olival Campos Barreto, irmão de Zequinha, o paradeiro dos militantes foi informado por um parente distante da família, Antônio de Virgílio, ao juiz do Fórum de Brotas de Macaúbas, Antônio Barbosa, que por sua vez os denunciou a agentes da 6ª Região Militar do Exército:

> [...] a gente só ficava ouvindo, ó, Zequinha e Lamarca passou em tal lugar, passaram em Ibotirama, passaram no Mocambo, passaram não sei aonde. Só que, por

> infelicidade, Zequinha foi passar num local que chama Três Reses, onde têm parentes nossos, e um infeliz, lá dos Três Reses, que é até primo da gente... Então, esse rapaz [Antônio de Virgílio] foi avisar, em Brotas, que Zequinha tinha passado lá, com o Lamarca. Como o Exército tinha oferecido esses prêmios, dinheiro, pra quem denunciasse, esse rapaz foi avisar em Brotas. E o juiz [Antônio Barbosa], lá em Brotas, pega um carro e vai até Seabra, e vai ligar, lá pra 6ª Região do Exército, pra voltarem. Aí, eles já voltaram com certeza de que eles já estavam lá.[1]

Por volta das 16 horas do dia 17 de setembro, enquanto descansavam à sombra de uma baraúna, Lamarca e Zequinha foram surpreendidos pela tropa comandada por Nilton Cerqueira. Eles estavam exaustos e não ofereceram qualquer resistência à tropa, e foram executados. No próprio relatório da operação Pajussara, está descrito que Zequinha Barreto correu e tentou jogar uma pedra, quando foi alvejado e morreu. Lamarca sequer tentou fugir e recebeu tiros de várias direções, inclusive pelas costas.

Sobre as mortes de Lamarca e Zequinha Barreto, Olival Barreto deu o seguinte depoimento:

> **Comissão Nacional da Verdade –** Olival, nessa época que os corpos de Zequinha e Lamarca foram levados pra lá – parece que foi para exposição pública – você chegou a ver, ou não?
>
> **Olival Campos Barreto** – Não, porque eu estava no Buriti Cristalino, que a distância de Brotas é de 18 km, não é. Quando eles morreram, lá em Pintada, então os corpos foram trazidos pra Brotas, e colocados no campo de futebol, para o povo ver. Então, eu não cheguei a vê-los, mortos, porque eu estava no Buriti. Fiquei sabendo no dia seguinte, da morte deles. Mas o pessoal, que viu, me relatou muita coisa.
>
> **Comissão Nacional da Verdade –** Quem viu, falou o quê? Como é que...
>
> **Olival Campos Barreto** – Por exemplo, essa mesma pessoa que levou a notícia da morte do Zequinha, que é o Sr. Zé Novais, ele me disse que presenciou os corpos no chão, que eles chutavam, tem um cara, lá, que participou da Operação, que ajudou a matá-los, que era o Caribé, Dalmar Caribé...
>
> **Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva –** Dalmar está vivo.
>
> **Olival Campos Barreto –** Está vivo, em Salvador... E diz que ele falava assim: "Nesse, aqui, eu acertei um...". Entendeu? Diz que acertou um tiro, assim, diz que acertou um tiro no Zequinha. E esse tipo de coisas, assim.
>
> O Zé Novais me disse que uma pessoa de Brotas, que estava com ele, chorou, uma pessoa do lugar chorou, quando os viu no chão, e ele pegou, e levou ele embora, com medo de uma repressão.
>
> Então, a gente escuta muita coisa. Agora, por último, fiquei sabendo, por uma pessoa lá de Brotas, que disse que, os caixões que fizeram pra eles, era para colocar os dois num caixão só, e, como Zequinha era um pouco maior que o Lamarca, diz que foi colocado, assim, aos pontapés, o cadáver, para caber dentro do caixão. Essas coisas, assim, tudo que a gente ouviu falar. Eu, felizmente, eu não queria ter visto eles, ali. Acho que não teria condição de ver.

De acordo com informações da família, os corpos de Zequinha e de Lamarca foram levados para Salvador, onde permaneceram no Instituto Médico Legal até o dia 25 de setembro, quando foram sepultados no cemitério de Campo Santo. A família reivindica, ainda hoje, a localização e o traslado dos restos mortais de Zequinha para o "Memorial dos Mortos", em Ipupiara (BA).[2] A morte de José Campos Barreto é também relatada no capítulo 13, *Casos Emblemáticos*, deste Relatório.

LOCAL DE MORTE

Área pública, tomada pelas forças de segurança, localizada no sertão da Bahia, no povoado de Pintada, distrito de Ipupiara, próximo a Brotas de Macaúbas, BA.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão (s) envolvido(s) na morte

1.1. CODI da 6ª Região Militar

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Comandante do IV Exército: general de Exército João Bina Machado
Comandante da 6ª Região Militar: general de Brigada Argus Lima
Comandante do CODI da 6ª Região Militar: major Nilton de Albuquerque Cerqueira

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

1.3. Chefe do Centro de Informações da Marinha (Cenimar)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro da Marinha: almirante-de-esquadra Adalberto de Barros Nunes
Chefe do CENIMAR: contra-almirante Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto

1.4. Chefe do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa):

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro da Aeronáutica: Márcio de Souza Mello
Chefe do CISA: brigadeiro do Ar Carlos Affonso Dellamora

1.5. Departamento da Polícia Federal

Diretor-Geral: coronel Nilo Caneppa Filho
Superintendência regional da Polícia Federal na Bahia: coronel Luiz Arthur de Carvalho

1.6. Polícia Militar do estado da Bahia

Governador do estado da Bahia: Antônio Carlos Magalhães
Secretário de Segurança Pública do estado da Bahia: Joalbo Rodrigues de Figueiredo Barbosa
Comandante da Polícia Militar do estado da Bahia: tenente-coronel de Cavalaria Carlos Alberto Ponzi

1.7. DOPS/SP

Governador do estado de São Paulo: Laudo Natel
Secretário de Segurança Pública: general Sérvulo Mota Lima
Diretor de Polícia: Lúcio Vieira

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Nilton de Albuquerque Cerqueira.	2ª Seção da 6ª Região Militar.	Major.	Comando da operação que resultou na morte de José Campos Barreto e de Carlos Lamarca.	Brotas de Macaúbas (BA).	Relatório da Operação Pajussara. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0_0_0023_0005.

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Dalmar Caribé de Castro.	6ª Região Militar.	Cabo.	Participação na operação que resultou nas mortes de José Campos Barreto e de Carlos Lamarca.	Brotas de Macaúbas (BA).	Depoimento de familiares em Audiência da CNV e da CEV-SP "Rubens Paiva", 15/7/2014. Arquivo CNV, 00092.003037/2014-11.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0049_0003, pp. 1-237.	Processo de José Campos Barreto, 11/9/1996.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).	Apresenta as circunstâncias da morte e do desaparecimento de José Campos Barreto.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0_0_0023_0005.	Operação Pajussara (Relatório), 30/9/1971.	2ª Seção da 6ª Região Militar.	Descreve a operação que cercou a fazenda Buriti Cristalino e que matou primeiramente Otoniel Barreto e Luiz Antônio Santa Barbára; torturou José de Araújo Barreto; e, depois, localizou e matou Carlos Lamarca e Zequinha Barreto.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0049_0003, pp. 60-62.	Declaração de Lourival Soares Pereira, que presenciou a morte de Otoniel, irmão de Zequinha e era residente de Brotas de Macaúba, 17/10/1995.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).	Relata a chegada dos membros da Operação Pajussara em Buriti Cristalino, no dia 28/8/1971; a tortura sofrida pelo pai de Zequinha; e a notícia da morte de José Barreto e de Carlos Lamarca na cidade.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0049_0003, pp. 64-65.	Declaração de Claudionor Pereira Vasco, conhecido de José Campos Barreto da cidade de Brotas, 7/3/1996.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)/	Relata a chegada dos membros da Operação Pajussara em Buriti Cristalino; o impacto das agressões à família Barreto; o estado do corpo de Otoniel Barreto, com orifícios de entrada de bala nas costas. Descreve o aparato policial que adentrou a cidade e os dez dias em que ficou instalado na fazenda Buriti. Relata que Zequinha Barreto e Carlos Lamarca foram encontrados a 35 km de Buriti Cristalino e que foram mortos por rajadas de metralhadoras. Afirma que as baixas só ocorreram na família Campos Barreto e que não houve nenhuma morte entre os militares.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0049_0003, p. 67.	Declaração de Olival Campos Barreto, irmão de José Campos Barreto, 19/3/1996.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).	Olival relata a relação de respeito que tinha com Zequinha, seu irmão mais velho, e a relação do mesmo com a militância política. Afirma que o irmão foi perseguido pelo regime durante alguns anos, visto como um terrorista. Assegura que não houve tempo de reação de Carlos Lamarca e Zequinha Barreto, pois ambos foram surpreendidos pelas forças de repressão e assassinados imediatamente. Ratifica a exposição dos dois corpos no campo de futebol da cidade e seu deslocamento de helicóptero para Salvador.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0049_0003, p. 187.	Álbum fotográfico da Operação Pajussara, 19/9/1971.	Departamento de Polícia Federal, Seção de Informações (BA).	Expõe fotos do corpo de José Campos Barreto após sua captura, tortura e assassinato. As imagens revelam muitas marcas de agressões físicas no rosto e no corpo. Apresenta imagens do funeral de Zequinha em Salvador no dia 22/9/1971.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_44207_71, pp. 19-25.	Laudo de Exame Cadavérico, 18/9/1971.	IML-BA.	Descreve a causa da morte e a situação do corpo. Conclui que Zequinha foi baleado e morreu de anemia aguda, com hemorragia interna e externa.
Arquivo Nacional, SNI: ASV_ACE_2958_82_002, pp. 18-21.	Bilhete de José Campos Barreto entregue por Lamarca ao médico de Ibotirama, 9/1971.	Sistema Nacional de Informação, SNI.	Solicita a ajuda de um médico para tratar da saúde de Carlos Lamarca, mostrando que ambos se encontravam em situação de fragilidade após o cerco à fazenda Buriti.
Arquivo *Brasil Nunca Mais* Digital: Pasta BNM_104, p. 386.	Informativo, 13/10/1970.	Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Informações.	Expõe o monitoramento dos órgãos de informação e segurança do regime da trajetória política de José Campos Barreto antes de sua morte, como liderança na greve dos metalúrgicos de Osasco em 1968.
Arquivo CNV, 00092.003389/2014-77. Disponível em *Folha de S.Paulo* digital: http://acervo.folha.com.br/fsp/1996/07/15/2/.	*Carcereiro e policial contestam Exército*, edição de 15/7/1996.	Jornal Folha de S.Paulo.	Traz depoimentos do então delegado de Brotas de Macaúbas, João Queiróz, e do carcereiro Genésio Nunes Araújo, que afirma que foi ele quem recolheu o corpo de Lamarca, que estava aos pés de uma árvore (uma baraúna, típica da região). Ambos deram novos detalhes sobre as mortes de Lamarca e Zequinha Barreto.
Arquivo da Comissão de Familiares. Arquivo CNV, 00092.002993/2014-86.	Fotos de Zequinha morto no IML-BA.	IML-BA.	Retrata os ferimentos à bala no corpo de José Campos Barreto.
Processo de José Campos Barreto na CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_AT0_0049_0003.	Requerimento de localização do corpo.	Familiares de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto.	Os familiares ressaltam que desconhecem o paradeiro do corpo de José Campos Barreto.
Processo de José Campos Barreto na CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_AT0_0049_0003.	Ofício nº 084/96 de 6/8/1996.	CEMDP.	Solicitação de Laudo de Necropsia de José Campos Barreto.
Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, administradora do Cemitério do Campo Santo, em Salvador, cedido à Comissão da Verdade "Rubens Paiva" e à CNV Arquivo CNV, 00092.002993/2014-86.	Guia de Óbito de José Campos Barreto.	Santa Casa da Misericórdia.	Na guia de óbito consta o nome do médico-legista Charles Pittex e o nome de Rogelio Muiños Martinez como declarante. Consta como causa da morte "anemia aguda".
Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, administradora do Cemitério do Campo Santo, em Salvador, cedido à Comissão da Verdade "Rubens Paiva" e à CNV Arquivo CNV, 00092.002993/2014-86.	Mapa de Inumações.	Santa Casa da Misericórdia.	Documento da Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, administradora do Cemitério do Campo Santo, em Salvador (BA), cedido à Comissão da Verdade "Rubens Paiva" e à CNV que contém a informação da quantia de 15 cruzeiros pagos pelas covas simples do cemitério. O pagamento foi realizado por Rogelio Muiños Martinez.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo CNV, 00092.001413/2014-33.	Pedido de exumação e traslado dos restos mortais de Otoniel Campos Barreto e de José Campos Barreto.	Familiares de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto.	Os familiares solicitam à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" apoio para exumação e traslado dos restos mortais de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto (Zequinha), assassinados em 1971 por agentes da repressão durante a Operação Pajussara.

2. Testemunhos sobre o caso prestados à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Olderico Campos Barreto.	Arquivo CNV, 00092.002276/2014-54; 00092.002753/2014-81 e 00092.003037/2014-11.	Em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e à Comissão Nacional da Verdade em São Paulo, 15/7/2014, conta detalhes sobre presença de Zequinha e Lamarca na região de Brotas de Macaúbas. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 17/9/2014, relata no local, Brotas de Macaúbas, detalhes sobre a execução de Otoniel.
Olival Campos Barreto.	Arquivo CNV, 00092.002753/2014-81 e 00092.003037/2014-11.	Irmão de Otoniel e Zequinha Barreto, conta detalhes sobre presença de Zequinha e Lamarca na região (Brotas de Macaúbas); foi vítima da operação Pajussara. Depoimento para Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e Comissão Nacional da Verdade em São Paulo, 15/7/2014.

3. Depoimentos de agentes do Estado sobre o caso prestados à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do Depoente	Fonte	Informações relevantes
Coronel reformado da Aeronáutica Lúcio Valle Barroso.	Arquivo CNV, 00092.001281/2014-40.	Participou da operação Pajussara. Informa detalhes da investida sobre Brotas de Macaúbas (BA).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que José Campos Barreto foi executado pela ação de agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito, a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, a localização de seus restos mortais e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.


José Lima Piauhy Dourado

José Lima Piauhy Dourado

Filiação: Anita Lima Piauhy Dourado e Pedro Piauhy Dourado
Data e local de nascimento: 24/3/1946 ou 30/3/1946, Barreiras (BA)
Atuação profissional: fotógrafo/cinegrafista
Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data e local de desaparecimento: entre 24/12/1973 e 25/1/1974. As fontes disponíveis não permitem precisar o local do desaparecimento, embora haja depoimento indicando Formiga (PA) como local de sepultamento

BIOGRAFIA[1]

José Lima Piauhy Dourado era natural de Barreiras (BA), onde estudou no Colégio Padre Vieira. Em 1960 mudou-se para Salvador e cursou a Escola Técnica Federal da Bahia. Ainda estudante secundarista, ingressou na militância estudantil, tornando-se membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1968. Transferiu-se para a região do Araguaia em 1971 – onde também esteve seu irmão Nelson Lima Piauhy Dourado –, fixando-se próximo à área da Transamazônica. Pertenceu ao Destacamento A e, posteriormente, exerceu a função de guarda da Comissão Militar da guerrilha.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV[2]

José Lima Piauhy Dourado foi reconhecido como desaparecido político pelo anexo I da Lei nº 9.140/1995. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") *vs.* Brasil; dentre elas está José Lima Piauhy Dourado. A sentença obriga o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9.497, de 20/11/1997, José Lima Piauhy Dourado tornou-se nome de rua em Campinas (SP).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[3]

Segundo o *Relatório Arroyo*, José Lima Piauhy Dourado não estava no acampanhamento militar no epsódio conhecido como "Chafurdo de Natal", tendo saído, na companhia de Cilon da Cunha Brum, no dia 25 de dezembro de 1973 para encontrar outros companheiros. Há, ainda, a referência de que no dia 28 de dezembro de 1973 José Maurílio Patrício e Suely Yumiko Kanayama saíram para encontrá-los em um ponto na área no destacamento B, o que deveria acontecer no dia 30 do mesmo mês. De acordo com o Relatório da CEMDP, moradores da região afirmam que o guerrilheiro foi emboscado pelo Exército, sendo atingido por um tiro na cabeça e enterrado na localidade conhecida como Formiga. Ainda segundo o relatório CEMDP, "nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996, consta a anotação de que foi preso em 25 de janeiro de 1974 e morto na mesma data". No relatório produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), em 1975, José consta como preso no dia 23 de janeiro de 1974. Já o Relatório da

Marinha, entregue ao ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em 1993, indica que a data de sua morte como 24 de dezembro de 1973.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

As fontes disponíveis não permitem precisar o local do desaparecimento de José Lima Piauhy Dourado, embora depoimentos indiquem a localidade conhecida como Formiga, PA, como local de sepultamento.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Operação Marajoara

José Lima Piauhy Dourado foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação "descaracterizada, repressiva e antiguerrilha", ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua "rede de apoio", os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato.[4]

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministério do Exército: general de Exército Orlando Geisel
Centro de Informações do Exército: general de Divisão Milton Tavares de Souza
Comandante da 8ª Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha
Comandante da 3ª Brigada de Infantaria: general de Brigada Antonio Bandeira
Comandante Posto Marabá: tenente -coronel Sebastião Rodrigues de Moura, "Curió"
Subcoordenador Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

Participação no comando da operação

Comandante da Brigada Paraquedista: general de Brigada Hugo Abreu

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0050_0001.	Processo nº 50.01, 27/3/1996.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Apresenta certidão de nascimento, certidão de óbito e informações sobre o processo de reconhecimento como desaparecido político e ordem judicial de pagamento de indenização.
Arquivo CNV 00092.003188/2014- 70	ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo: Relatório sobre a luta no Araguaia (1974). São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009.	Publicação pela Fundação Maurício Grabois	Registra a última vez em que José Lima teria sido visto com vida.
Arquivo Nacional, SNI BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_54730_86_002.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Afirma que José Lima teria sido morto em setembro de 1974.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica entregues ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05.	Relatório do Ministério da Marinha, 2/12/1993.	Ministério da Marinha.	Afirma que José teria morrido em 24/12/1973.
Arquivo CNV, 4.1relatCIE15nov.73: 00092.002428/2014-19.	Relatório Especial de Informações, 15/11/1973.	Agência de Informações de Marabá.	Relata acontecimentos ocorridos durante a Operação Marajoara, no período entre 5/10 e 15/11/1973.
Arquivo Nacional, Tais Morais: BR_DFANBSB_VAY_0058_ d.	Relatório da Operação de Informações realizada pelo CIE no sudeste do Pará – Operação Sucuri Brasília, 24 de maio de 1974.	Gabinete do Ministro – CIE (Brasília).	Relata a cadeia de comando, estruturação em campo, e os nomes de vários agentes envolvidos na Operação Sucuri.
Arquivo Nacional, Tais Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de Informações nº 1/74 – sem data.	Gabinete do Ministro – CIE (Brasília).	Relata os acontecimentos ocorridos na Operação Marajoara entre 7/10/1973 a 15/11/1973.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES[5]

José Lima Piauhy Dourado é considerado desaparecido político por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, "o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade", sendo que o Estado "tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis".

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de José Lima Piauhy Dourado, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro "a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas".



Luiz Antônio Santa Bárbara

Filiação: Maria Ferreira Santa Barbára
e Deraldino Santa Barbára
Data e local de nascimento: 8/12/1946, Inhambupe (BA)
Atuação profissional: estudante e tipógrafo
Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)
Data e local de morte: 28/8/1971, Fazenda Buriti, Brotas de Macaúbas (BA)

BIOGRAFIA[1]

Luiz Antônio Santa Barbára nasceu em Inhambupe (BA). Além de Luiz Antônio, seus pais, Maria e Deraldino, tiveram quatro filhos: José Carlos, Neuma, Robério, Goretti e Luiz Ernesto. Sua família fez uma série de migrações em busca de melhores condições de vida. Primeiro, mudou-se para São Paulo (SP), onde o pai, Deraldino, trabalhou como operário; depois, para Teófilo Otoni (MG), onde Deraldino vendia mingau. A família ainda passou por Nova Soure (BA), antes de retornar a Inhambupe (BA). Quando Luiz Antônio tinha cinco anos, foi com o seus pais e irmãos morar em Feira de Santana (BA).

Luiz Antônio começou a trabalhar aos 12 anos para ajudar nas despesas da casa. Seus pais queriam que terminasse os estudos e ingressasse no curso de Direito, mas as condições de vida da família não permitiam. Aos 14 anos, com a ajuda de um tio, o menino passou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo no jornal *Gazeta do Povo*, dirigido por um major da reserva conhecido como "Jandiroba". Nessa época, Luiz Antônio já estava engajado em mobilizações de estudantes, primeiro no Ginásio Municipal de Feira de Santana, depois no Colégio Estadual de Feira de Santana (BA), onde presidiu o grêmio estudantil "Arlindo Barbosa". Em 1966, aos 20 anos, passou a trabalhar como auxiliar de tipografia no jornal *Folha do Norte*, e aproveitava para imprimir panfletos do movimento estudantil.

Já era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1969, quando foi preso junto com outros companheiros, em meio a uma manifestação de estudantes. Ficou incomunicável por quatro dias no 35º Batalhão de Infantaria de Feira de Santana (BA). Após a primeira prisão, continuou a ser monitorado e perseguido pelos órgãos da repressão. Percebeu que o cerco estava se fechando quando seu pai e um de seus irmãos foram detidos. Em função de divergências políticas, rompeu posteriormente com o PCB e passou a militar no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Engajado no MR-8, Luiz Antônio foi para Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas (BA), terra natal de Zequinha Barreto, um dos líderes da greve operária de Osasco, em 1968, que meses depois seguiria também para a região, acompanhado de Carlos Lamarca, para fomentar a implantação de uma guerrilha rural na região. Santa Barbára chegou à região como o "professor Roberto" e hospedou-se na casa de José de Araújo Barreto, pai de Zequinha, Otoniel e Olderico Campos Barreto. Santa Barbára buscou se integrar à vida local, dando aulas de alfabetização para crianças e adultos. Todas as tardes, a residência do camponês José Barreto se enchia de gente que ia aprender a ler e a escrever com o "professor Roberto". Além dessa atuação, ele também acompanhava a

família nas lidas na roça, organizava eventos culturais e esportivos, destacando-se pelas habilidades no futebol. O "professor Roberto" montou, ainda, uma peça de teatro sobre a pobreza da população local e a exigência de pagamento de tributos, imposta a todos os agricultores, mesmo àqueles que não tinham título de propriedade. Carlos Lamarca ajudou a escrever o roteiro da peça, que foi encenada pelas crianças da localidade.

Luiz Antônio Santa Barbára foi morto em agosto de 1971, aos 24 anos, em ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, na chamada Operação Pajussara, montada pelas forças de segurança para capturar e eliminar o líder guerrilheiro Lamarca no sertão baiano.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 10 de agosto de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Luiz Antônio Santa Barbára. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 16 de outubro de 1995, seu nome foi atribuído a uma rua no bairro Muchila, na cidade de Salvador (BA). Luiz Antônio foi também homenageado com a medalha Chico Mendes de Resistência pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, em 1º de abril de 2002.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE[2]

Luiz Antônio Santa Barbára foi morto por agentes do Estado brasileiro no dia 28 de agosto de 1971, em Brotas de Macaúbas, sertão da Bahia, durante a operação militar e policial que ficou conhecida como Pajussara. A localização de Lamarca naquela região envolveu colaboração do CIE e do CISA, conforme depoimento do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier.[3]

A pacata população rural de Brotas de Macaúbas teve sua rotina alterada com a chegada de helicópteros e várias equipes de militares e policiais civis à região. O barulho das rajadas de metralhadoras, cenas como a de Olderico Barreto, irmão de Zequinha Barreto, e seu pai, José de Araújo Barreto, sendo torturados na frente de vizinhos e o sobrevoo de helicópteros com os mortos pendurados, para todos verem.

Do cerco e investida sobre a casa da família Barreto, em Buriti Cristalino, na data de 28 de agosto de 1971, coordenados pelo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) da 6ª Região Militar – que matou os militantes Otoniel Campos Barreto e Luiz Antônio Santa Barbára –, participaram as equipes OSCAR (do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS de SP, tendo à frente o delegado Sérgio Paranhos Fleury), LIMA (CIE), MIKE (CISA), FOX-TROT (CIE), HOTEL (CISA) E CINÓFILAS (PM da Bahia). Os helicópteros permaneceram em Oliveira dos Brejinhos e foram acionados quando se rompeu o silêncio com o tiroteio na fazenda. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e à Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" de São Paulo (CEV-SP), em 15 de julho de 2014, Olderico Barreto contou que:

> No dia 28 de agosto de 71 a gente amanheceu com nossa casa cercada. [...] Eles chegaram de helicóptero, eles vieram de madrugada, a cavalo, à pé [ao povoado de Buriti Cristalino]. Esses que cercaram a nossa casa é que são responsáveis pela morte de Otoniel e Santa Barbára. [...] então quando eu sou preso, passo a ser torturado no pé de um morango, onde eles me misturavam com estrume de animal, e me reviravam e davam chutes na região dos rins, pra lá e pra cá, eles me quebraram neste dia [de forma] que eu tive muita dificuldade no dia seguinte de levantar sozinho, de entrar em um carro, de me curvar. [...] eu vi meu pai, eles pondo o velho no pau de arara à noite. [...] eles me vendaram os olhos e me pisavam, inclusive para descansar eles ficavam em cima do meu tórax.

Em documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 16 de setembro de 1971, localizado no Arquivo Nacional pela CNV, consta:

> No dia 31 de agosto 71 foi passado o seguinte telex [...], informo CODI-6 apoiado elementos CIE, CISA e CENIMAR prossegue buscas agora área Brotas, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, interior Bahia. Dia 28 agosto estourou aparelho rural sendo morto Luiz Antônio Santa Barbára, codinomes 'Ramos' e 'Merenda' e Otoniel Campos Barreto, e ferido Aldemar Campos Barreto que reagiram [à] prisão. Dois últimos são irmãos [de] Jessé Campos Barreto, ainda foragido. Lamarca não foi visto, havendo indícios [de] sua presença.

A versão apresentada à época pelos órgãos de repressão seria de que Luiz Antônio teria se suicidado com um tiro no próprio ouvido durante o cerco da polícia à Fazenda Buriti, quando soube da morte de seu companheiro Otoniel Barreto. Outra versão divulgada pelos órgãos de repressão é a de que ele teria morrido em um tiroteio, quando as forças policiais ainda não haviam assumido o controle total da área. No laudo de necropsia, de 29 de agosto de 1971, consta que o jovem foi "abatido quando reagira à bala contra a equipe encarregada de capturá-lo [...], em operação realizada sob a coordenação CODI/6, conforme ofício [...] produzido pelo Departamento de Polícia Federal". Essa informação, registrando a falsa versão de morte em troca de tiros, conforme notícia publicada na *Folha de S.Paulo* em 15 de julho de 1996, já constava de documento assinado pelo coronel Luiz Arthur de Carvalho, então diretor da Polícia Federal na Bahia e integrante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) da 6ª Região Militar, que encaminhou os corpos à perícia no Instituto Médico-Legal (IML). No laudo de necropsia, os peritos concluíram que Luiz Antônio "falecera em consequência de ruptura do cérebro por projétil de arma de fogo" e que "o agente quis o resultado".

Sabe-se, no entanto, que a Operação Pajussara foi de grande porte, impossibilitando resistência por parte dos moradores. O próprio relatório da Pajussara evidencia que a operação contou com diversos serviços de informações do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, Polícias Militares, Polícia Federal e Polícias Civis, constituindo-se em uma operação de guerra que esperava encontrar na região um foco de guerrilha coordenado pelo ex-capitão Carlos Lamarca. O transporte das forças policiais e militares contou com a cooperação da Companhia Mineradora Boquira, que cedeu um avião e viaturas, garantindo o deslocamento aéreo e terrestre e permitindo a infiltração das equipes na área. Na avaliação do Exército, durante a operação houve um "perfeito entrosamento" entre "as Agências Centrais de Informações, Elementos Civis de São Paulo e Guanabara, Centro de Operações de Defesa Interna (CODI/2)". O povoado de Buriti Cristalino foi ocupado por mais de 100 homens armados – várias equipes, de militares e policiais civis – com metralhadoras e fuzis, além de helicópteros que sobrevoavam as casas. Segundo o relatório da operação, "como armamento, a metralhadora ou FAL foram usados ostensivamente, por ser impositivo, face ao inimigo. Este armamento é contraindicado apenas na fase de busca de informes, quando as equipes usam Revólver ou Pistola". A primeira fase da operação, desenvolvida durante a madrugada, encontrou seis pessoas dormindo na casa da família Campos Barreto. O primeiro a ser morto foi Otoniel, atingido ao tentar impedir que seu pai, José de Araújo Barreto, de 64 anos, continuasse a ser torturado pelos policiais. Depois, Luiz Antônio Santa Barbára foi assassinado dentro da casa da família Barreto.

Olival Barreto, que à época tinha 11 anos, escondeu-se debaixo da cama do quarto junto com Jorge Tadeu, 16 anos, quando da invasão dos agentes à sua casa. De lá, escondi-

do, presenciou a morte de Luiz Antônio Santa Barbára, que caiu no chão, ao lado das crianças. Olival relembra o que presenciou:

> Nós dormíamos juntos, no mesmo quarto, porque a gente era como irmãos, ele tinha o dobro da minha idade, ele era da idade do Zequinha, ele era meu professor. Então a gente dividia o quarto. Só que esta noite, quando eu deitei, ele não estava. Aí quando foi tarde da noite, por volta de meia-noite, uma hora da manhã, ele chegou. [...] Só que quando estava clareando, o José Tadeu, que era um primo que morava ao lado, ele viu a polícia chegando, muita gente montada a cavalo, fazendo o cerco ali, e ele conseguiu entrar na nossa casa antes que a polícia. [...] O Tadeu devia ter uns 15 anos para 16. Ele acordou o Olderico e o Otoniel e foi lá para o quarto da varanda, onde eu estava com o Santa Barbára e acordou a gente. Aí ele disse assim: "Roberto, a rua aí está cheia de polícia e eles estão perguntando onde está Zequinha". Só que neste momento, já começou um tiroteio nos fundos da casa. E Roberto pegou um revólver que ele tinha escondido em uma mesinha e foi para o lado dos fundos da casa. [...] Tinha muita fumaça, por causa dos tiros, estava aquele fumaceiro que a gente não enxergava nada. [Então] o Roberto voltou. Esse meu primo José Tadeu entrou debaixo da cama, a gente não tinha para onde ir. Aí eu tive a idéia de entrar atrás dele. O Santa Barbára voltou e ficou em pé atrás da porta. Eu, como estava debaixo da cama, via o Santa Barbára da cintura para baixo. [...] Aí vieram umas pisadas, de um coturno, [...] na direção do corredor até a porta do quarto, que estava semiaberta. Aí ele deu um chute na porta, eu via o policial com a boca da metralhadora, e o via também só da cintura para baixo. Quando ele chutou a porta, já deu aquela explosão de tiro. Só que esse tiro não saiu daquela arma que estava apontada para mim. O tiro não foi do policial que arrombou a porta, saiu de outra arma. Neste momento, o Santa Barbára caiu no chão. Ele caiu do meu lado, assim, me sujou de sangue. Aí o policial me viu e ordenou: "sai daí garoto". Eu saí e o José Tadeu também saiu.

A investida sobre Brotas de Macaúbas, a invasão da casa da família Barreto e a morte de Luiz Antônio Santa Barbára são lembradas por um agente que participou da operação. Em depoimento à CNV, o coronel reformado Lúcio Valle Barroso, que era capitão da Aeronáutica à época da Operação Pajussara, disse que:

> [Em Brotas de Macaúbas] tinha um campo de pouso que os caras me deixaram lá com uns vinte soldados, um monte de cabos, soldados, sargentos. E nós fomos incorporados e o comando era do [major Nilton Albuquerque] Cerqueira. E nós fomos até a mata, a gente já tinha alguma informação. [...] a gente sabia o que a gente procurava. Nós começamos a fechar, fechar, fechar. Todo mundo à paisana, né?

Lúcio Valle Barroso relata como foi a invasão da casa e a morte de Santa Barbára:

> Quando nós chegamos lá na coisa, nós cercamos, era uma casa de esquina assim, então nós cercamos e chegamos perto, os caras pressentiram a chegada, então houve o tiroteio e tinha uma porta aqui pra trás e tinha uma janela aqui [faz gestos para mostrar onde estava em relação à casa]. Eu fui para essa janela aqui. Eu ia para essa porta, quando o sargento disse: "Capitão!", aí me voltei e ele atirou. Atirou e como a casa era de adobe e esse fuzil nosso vara adobe fácil, matou o cara do outro lado. Aí eu fui pra cá, abri a janela, olhei e vi o outro cara lá, esse eu sei o nome, Santa Barbára... [...] aí esse cara levou um tiro. Quando eu arrombei a porta, tirei a granada pra jogar, eu vi o cara levar o tiro e aí eu coloquei a granada. [...] O mais chato foi que quando eu arrombei a porta e fiquei olhando, e ele levou o tiro, quando eu cheguei em cima vi que tinha uma cama e debaixo da cama tinham crianças. Se eu jogasse a granada, eu matava as crianças. Felizmente isso não aconteceu.

Depois que os corpos de Otoniel e de Luiz Antônio foram levados de helicóptero para Salvador (BA), os agentes policiais permaneceram instalados na propriedade, transformando a área em verdadeiro quartel-general das ações para a captura de Lamarca e Zequinha.

Entre 1969 e 1971, os pais de Luiz Antônio haviam ficado sem notícias do filho primogênito. Em agosto daquele ano, receberam, pela imprensa – como o *Jornal da Tarde*, entre outros –, a informação de que o filho havia sido morto na Fazenda Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas. Depois de muita insistência, conseguiram autorização para ver o corpo do filho. Em depoimento, Maria descreveu que Luiz Antônio tinha a mão perfurada à bala e disse não acreditar na versão oficial sobre suicídio. O pai, Deraldino, ao ver o corpo, disse: "Olha, meu filho ou [...] foi assassinado de surpresa ou ele se rendeu, porque a perfuração da bala foi de frente pra trás, entrou na palma da mão e saiu nas costas da mão". De acordo com o depoimento de Paulo Roberto Silva Lima, amigo da vítima, na data de 17 de julho de 1996, o pai de Luiz Antônio tinha percebido que "quando uma bala penetra em algum local, o furo é pequeno, quando ela sai o furo é bem maior". Como registrado no banco de dados do jornal *Folha de S.Paulo*, o deputado Nilmário Miranda, representante da Câmara na CEMDP, apontou inconsistências na versão oficial sobre as mortes de Otoniel e de Luiz Antônio. O depoimento do policial federal Emanuel Cerqueira Campos à Auditoria Militar também contestou a versão oficial apresentada pelo Exército. Segundo ele, a arma encontrada com Luiz Antônio era um revólver calibre 32 e, conforme informações do coronel Luiz Arthur de Carvalho, a bala que o atingiu era calibre 38.

Os restos mortais de Luiz Antônio Santa Barbára foram enterrados no cemitério Piedade, em Feira de Santana (BA).

LOCAL DE MORTE

Residência da família Barreto, no povoado de Buriti Cristalino em Brotas de Macaúbas, BA.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão (s) envolvido(s) na morte

1.1. CODI da 6ª Região Militar

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Comandante do IV Exército: general de Exército João Bina Machado
Comandante da 6ª Região Militar: general de Brigada Argus Lima
Comandante do CODI da 6ª Região Militar: major Nilton de Albuquerque Cerqueira

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

1.3. Chefe do Centro de Informações da Marinha (Cenimar)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro da Marinha: almirante de esquadra Adalberto de Barros Nunes
Chefe do CENIMAR: contra-almirante Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto

1.4. Chefe do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa):

Presidente da República: general

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0058_0006, pp.39-40.	Laudo de necropsia, de 29/8/1971.	IML Nina Rodrigues (IML-BA).	Descreve a falsa versão de morte, afirmando que Santa Barbára morreu quando tentou reagir à captura.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0058_0006, pp.53-61.	Depoimento do sr. Paulo Roberto Silva Lima, amigo da vítima, de 17/7/1996.	Comissão de Direitos Humanos.	Descreve o velório e o enterro de Santa Barbára e a luta empreendida por sua família.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0058_0006, pp.104; 135.	Matéria de Jornal: GRILLO, Cristina. "Carcereiro e policial contestam Exército", de 15/7/1996.	*Folha de S.Paulo.*	Faz referência a documento assinado pelo Coronel Luiz Arthur de Carvalho, em 29 de agosto de 1971, bem como a análise de Nilmário Miranda.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0058_0006, pp.100-101.	Matéria de Jornal: "Guerrilheiro Santa Barbára: reacende a polêmica", de 11/7/1996.	*Feira Hoje.* Ano XXV, nº 6806.	Informa o local em que foi enterrado o militante.
Arquivo Nacional, CSN – Divisão de Inteligência – Departamento de Polícia Federal – DI/DPF: BR_DFANBSB_ ZD_0_0_0043B_0107_d0001, p.7	Informe nº 0001/78, sem data especificada.	Departamento de Polícia Federal (DPF).	Descreve a operação "Pajussara" até a conclusão do cerco, com a morte dos militantes procurados.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0_0_0069_0003, pp.5-7.	Processo de Otoniel Campos Barretos, de 21/10/1997.	CEMDP.	Relata o cerco policial à fazenda e as circunstâncias da morte de Otoniel Campos Barreto, assassinado na mesma ocasião que Luiz Antônio Santa Barbára.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0_0_0023_0005, pp.1-114	Relatório da Operação Pajussara, de 1971.	Ministério do Exército, IV Exército, 6ª Região Militar.	Relata o "estouro" do aparelho onde se encontrava Luiz Antônio e a sua morte. Informa o número de agentes e sua organização na operação, o tipo de armamento utilizado, os fatores de sucesso e fracasso da operação.
Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_ AT0_0_0_0023_0006, p. 69.		Recorte de jornal.	Notícia que o coronel Luiz Arthur de Carvalho informou que Otoniel Campos Barreto e Luiz Antônio Santa Barbára foram "abatidos quando reagiram à bala contra a equipe encarregada de capturá-los". Informou ainda que solicitou laudo do IML, tendo encaminhado ao instituto uma bala de calibre 38 encontrada em Luiz Antônio.
Arquivo Nacional CSN – Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar: BR_DFANBSB_ AAJ_IPM_0801_d, pp.1-2.	Inquérito Policial Militar, IPM, de 10/11/1969.	Ministério do Exército, IV Exército.	Apresenta o nome de Luiz Antônio Santa Barbára na lista de indiciados da cidade de Feira de Santana (BA), mostrando que, desde 1969, o jovem passou a ser perseguido pelas forças de segurança.
Banco de Dados do jornal *Folha de S.Paulo.* Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0058_0006, pp.133-134.	Documento que encaminha os corpos de Otoniel Barreto e Luiz Antônio Santa Barbára.	Polícia Federal.	O coronel Luiz Arthur de Carvalho, diretor regional da Polícia Federal na Bahia, assina o documento que encaminha os corpos de Otoniel Barreto e Luiz Antônio Santa Barbára, no qual consta a falsa versão da morte em troca de tiros.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Brasil Nunca Mais Digital – MPF_BNM_02, Projeto Brasil Nunca Mais 101 a 200, Pasta BNM_192, pp. 2089-2090.	Inquérito Policial Militar, IPM, de 11/1971.	Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Delegacia Regional da Bahia.	Identifica os nomes e codinomes de militantes do MR-8 fichados.

2. *Testemunhos à CNV ou às comissões estaduais, municipais e setoriais*

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Olderico Campos Barreto.	Arquivo CNV, testemunho prestado perante a CNV e a CEV Rubens Paiva de São Paulo, em 15 de julho de 2014: 00092.002753/2014-81.	Apresentou informações sobre o cerco e a investida contra a fazenda Buriti, em 28/8/1971.
Olival Barreto.	Arquivo CNV, testemunho prestado perante a CNV e a CEV Rubens Paiva de São Paulo, em 15 de julho de 2014: 00092.002753/2014-81.	Presenciou a morte de Luiz Antônio de onde estava escondido, embaixo da cama.

3. *Depoimentos de agentes do Estado à CNV ou às comissões estaduais, municipais e setoriais*

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Lúcio Valle Barroso (coronel reformado da Aeronáutica).	Arquivo CNV, depoimento à CNV em 9/6/2014, no Rio de Janeiro-RJ: 00092.001281/2014-40.	Da equipe do CISA que participou da Operação Pajussara. Deu detalhes da investida militar e policial sobre Brotas de Macaúbas (BA). Relata como foi a invasão da casa da família Barreto, em Buriti Cristalino, e a morte de Luiz Antônio Santa Barbára.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Luiz Antônio Santa Barbára morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Luiz Antônio Santa Barbára, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização de todos os agentes envolvidos na Operação Pajussara.

1 – BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 176; e também Crimeia Schmidt *et al* (Orgs.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 273-274. Ver também EMILIANO, José; MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1986.

2 – *Ibid*.

3 – BURNIER, João Paulo Moreira. "João Paulo Moreira Burnier/ depoimento", 1993. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005, p. 119, 137.



Mário Alves de Souza Vieira

Filiação: Julieta Alves de Souza Vieira e Romualdo Leal Vieira
Data e local de nascimento: 14/6/1923, Sento Sé (BA)
Atuação profissional: jornalista, dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data e local de desaparecimento: 17/1/1970, Rio de Janeiro (GB)

BIOGRAFIA

Nascido em Sento Sé (BA), Mário Alves de Souza Vieira foi jornalista e dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), comprometido desde muito cedo com as lutas sociais. Com 15 anos de idade ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB) na Bahia. Foi um dos fundadores da União de Estudantes daquele estado, militante da UNE e um dos líderes do movimento de massas contra o nazifascismo, ocorrido em Salvador, em 1942. Em 1945, passou a integrar o Comitê Estadual do PCB na Bahia e em 1946 graduou-se em Ciências Sociais. Em 1954, no IV Congresso do PCB, foi eleito para integrar o Comitê Central. Em virtude da repressão aos comunistas posta em marcha a partir do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), Mário Alves mudou-se inicialmente para o Rio de Janeiro e, em seguida, para São Paulo. Participou de cursos teóricos sobre o marxismo-leninismo na União Soviética em 1953 e, de volta ao Brasil, passou, em 1957, a membro da Comissão Executiva do Comitê Central do PCB. Dirigiu os jornais *Novos Rumos* e *Voz Operária*, órgãos oficiais do partido, escreveu para a *Imprensa Popular* e para a revista teórica *Estudos Sociais*.

No início da década de 1960, Mário Alves atuou intensamente na secretaria de educação do PCB e introduziu questões que desafiavam o comitê central. Seus estudos sobre reforma agrária foram traduzidos e publicados no exterior o que lhe conferiu reconhecimento internacional, além de ser tradutor de obras marxistas de diversos idiomas entre eles o russo. Com o golpe de 1964, foi um dos líderes da corrente de esquerda dentro do partido. Na clandestinidade, Mário Alves foi preso em julho de 1964, no Rio de Janeiro, e libertado somente um ano depois, com a concessão de um *habeas corpus*. Em função de divergências com a direção do PCB, foi afastado da Comissão Executiva e deslocado a Belo Horizonte, onde permaneceu até 1967. Um ato institucional do presidente Castelo Branco cassou seus direitos políticos por 10 anos. Em 6 de junho do mesmo ano, foi julgado à revelia no chamado processo das "Cadernetas de Prestes" e condenado a sete anos de prisão, pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo. Com o acirramento da luta interna do partido, no VI Congresso, realizado em 1967, foi expulso da organização, juntamente com importantes lideranças como Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Em 1968, foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), juntamente com Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, pecebistas históricos com os quais redigiu os documentos-base do PCBR.

Preso no dia 16 de janeiro de 1970, Mário Alves de Souza Vieira foi morto um dia depois, aos 46 anos, em ação perpetrada

por agentes do Estado brasileiro. Conforme testemunhas, ele foi torturado até a morte nas dependências do quartel da polícia do I Exército na rua Barão de Mesquita, no bairro Tijuca, onde foi instalado o DOI-CODI do Rio de Janeiro, e até hoje seu corpo continua desaparecido. Mário Alves era casado com Dilma Borges Vieira, com quem teve uma filha, Lúcia Vieira Caldas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome do jornalista e dirigente comunista Mário Alves de Souza Vieira consta da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei no 9.140/95 e integra ainda o *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, e o livro-relatório Direito à Memória e à Verdade, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da SDH/PR.

Desde julho de 1970, a partir de denúncias apresentadas por presos políticos, as arbitrariedades e ilegalidades que cercam o desaparecimento, a prisão, as torturas e a morte de Mário Alves foram levadas ao conhecimento das autoridades judiciais.

Com a ação judicial movida por sua família, em 1981, tornou-se o primeiro caso de desaparecido político em que foi reconhecida a responsabilidade do Estado brasileiro. No dia 1º de dezembro de 1987, foi julgada a apelação civil 75.601 (RJ), registro 2.678.420, na qual foi reconhecida a responsabilidade civil da União por sua prisão e morte. Em 5 de fevereiro de 1996, a 1ª Zona Judiciária de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, expediu certidão reconhecendo o óbito de Mário Alves de Souza Vieira.

A família de Mário Alves ingressou com requerimento administrativo indenizatório contra o Estado do Rio de Janeiro, onde o caso foi deferido pela Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro por meio do processo nº E-32/0896/0009/2004.

Com base na decisão da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, na portaria de 8 de dezembro de 2010, o ministro da Justiça o declarou anistiado político *post mortem*.

Em maio de 2013, o Ministério Público Federal ajuizou ação penal contra os perpetradores das graves violações de direitos humanos a que foi submetido Mário Alves. Para o Ministério Público, o jornalista foi vítima de "sequestro cometido no contexto de um ataque estatal sistemático e generalizado contra a população brasileira, tendo os denunciados pleno conhecimento das circunstâncias desse ataque e do caráter criminoso dos diversos atos que configuraram suas condutas".

A Associação Brasileira de Imprensa homenageou o intelectual nomeando uma de suas salas de "Jornalista Mário Alves". A rua Mário Alves também corre desde 1986 pelo Pontal da Barra por iniciativa do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ. Do mesmo grupo Mário Alves também recebeu *post mortem* a medalha Chico Mendes de Resistência em 1990. Desde o início dos anos 1990 Mário Alves dá nome ao Instituto de Estudos Políticos com sede em São Paulo e Pelotas (RS).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[1]

Mário Alves de Souza Vieira, um dos fundadores e secretário-geral do PCBR, foi perseguido e monitorado por órgãos de informação e repressão do Estado brasileiro em virtude de sua militância política. No dia 16 de janeiro de 1970, por volta das 20 horas, saiu de sua casa no subúrbio carioca de Abolição e nunca mais retornou. Foi sequestrado, preso ilegalmente e torturado por agentes do Estado nas dependências do quartel da polícia do I Exército na rua Barão de Mesquita, no bairro Tijuca.

As bárbaras torturas sofridas por ele foram testemunhadas por vários presos políticos, entre os quais René Carvalho, Antônio Carlos de Carvalho, e o advogado Raimundo

Teixeira Mendes. Raimundo narra alguns momentos de tortura sofridos por Mário Alves:

> [...] que o preso [Mário Alves] não respondia às perguntas, que ouviram bater, que normalmente batiam com cassetete e "maricota", tubo de borracha com furos; que falaram e o colocaram no "pau-de-arara" com choques elétricos, que houve um silêncio e, pela fresta, viu Mário Alves pendurado no "pau-de-arara" e como estava/ sem o capuz o reconheceu (...) que houve sessão de afogamento que havia ameaças de assassiná-lo caso não falasse, que poderiam sumir com ele, pois ninguém havia assistido a prisão; que pela manhã a gritaria se encerrou[2].

Em ação movida pela família, a União foi responsabilizada pela prisão, tortura e morte, mas o corpo não foi entregue. O martírio do dirigente comunista foi descrito na obra *A ditadura escancarada*, de Élio Gaspari, em trecho reproduzido no livro-relatório *Direito à memória e à verdade*, da CEMDP:

> Mário Alves ficou oito horas na Sala Roxa [onde ocorriam as torturas]. No início da manhã seguinte, o cabo da guarda chamou quatro prisioneiros para limpá-la. Num canto, havia um homem ferido. Sangrava pelo nariz e pela boca. Tinha sido empalado com um cassete. Dois outros presos, militantes do PCBR, reconheceram-no, deram-lhe de beber e limparam-lhe o rosto.

A mulher de Mário Alves, Dilma Borges Vieira, empreendeu uma peregrinação sem trégua para tentar obter alguma informação sobre o paradeiro do marido. Tornou-se uma das precursoras do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. No mesmo ano da morte de seu companheiro, em 1970, ela escreveu uma carta à esposa do cônsul brasileiro sequestrado no Uruguai, Aparecida Gomide, em que denunciou o assassinato de Mário Alves. Seguem alguns trechos:

> Todos conhecem o seu sofrimento, a sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza diariamente o seu drama. Mas do meu sofrimento, da minha angústia, ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os meus recursos para me fazer ouvir, para dizer também que 'tenho o coração partido', que quero meu marido de volta. O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura, pelo 1º Exército, foi executado sem processo, sem julgamento. Reclamo o seu corpo. Nem a Comissão de Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram dele, onde o jogaram.
>
> Ele era Mário Alves de Souza Vieira, jornalista. Foi preso no dia 16 de janeiro do corrente, na Guanabara, pela polícia do 1º Exército e levado para o quartel da P.E., sendo espancado barbaramente de noite, empalado com um cassetete dentado, o corpo todo esfolado por escova de arame, por se recusar a prestar informações exigidas pelos torturadores do 1º Exército e do DOPS. Alguns presos, levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e de fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e pelo nariz, nu, jogado no chão, arquejante, pedindo água, e os militares torturadores em volta, rindo, não permitindo que lhe fosse prestado nenhum socorro.
>
> Sei que a senhora não tem condições de avaliar meu sofrimento, porque a dor de cada um é sempre maior do que a dos outros. Mas espero que compreenda que as condições que levaram meu marido a ser torturado até a morte e o seu sequestrado não são as mesmas; que é importante saber que a violência-fome, violência-miséria, violência-opressão, violência-atraso, violência-terrorismo, violência-guerrilha; que é muito importante saber quem pratica a violência – os que criam a miséria ou os que lutam contra ela.

Mesmo com o reconhecimento da responsabilidade do Estado no desaparecimento e morte de Mário Alves de Souza Vieira, seu corpo nunca foi encontrado.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

1º Batalhão da Polícia do Exército, localizado na rua Barão de Mesquita, bairro da Tijuca, Rio de Janeiro.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1º Batalhão de Polícia do Exército (rua Barão de Mesquita, nº 425)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Santos Sarmento
Comandante da 1ª Região Militar: general de Divisão Sylvio Couto Coelho da Frota
Comandante do 1º Batalhão de Polícia do Exército (rua Barão de Mesquita, nº 425) – coronel José Ney Fernandes Antunes

2. Autoria de graves violações de direitos humanos[3]

Nome	Órgão[4]	Função	Conduta praticada pelo agente descrita pela fonte[5]	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Luiz Mário Valle Correia Lima.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Primeiro-tenente da Infantaria do Exército.	Responsável direto por sequestrar e por torturar Mário Alves.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº 86/2012; Peças de Informação nº 1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13/5/2013.
Luiz Timótheo de Lima.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Agente da Polícia Civil lotado no DOPS –RJ.	Responsável direto por sequestrar e por torturar Mário Alves.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº 86/2012; Peças de Informação nº 1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13/5/2013.
Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Capitão do Exército.	Responsável direto por sequestrar e por torturar Mário Alves.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº 86/2012; Peças de Informação nº 1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13/5/2013.

Nome	Órgão[4]	Função	Conduta praticada pelo agente descrita pela fonte[5]	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Dulene Aleixo Garcez dos Reis.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Tenente de Infantaria do Exército.	Responsável direto por sequestrar e por torturar Mário Alves.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº 86/2012; Peças de Informação nº 1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13/5/2013.
Valter da Costa Jacarandá.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Major do Corpo de Bombeiros.	Responsável direto por sequestrar e por torturar Mário Alves.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº 86/2012; Peças de Informação nº 1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13/5/2013.
Francisco Moacyr Meyer Fontenelle.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Major Fontenelle.	Participação ativa no crime de sequestro, tortura de Mário Alves.	1º Batalhão da Polícia do Exército	Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº 86/2012; Peças de Informação nº 1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13/5/2013.
Armando Avólio Filho	1º Batalhão da Polícia do Exército	Coronel do Exército	Participação na tortura	1º Batalhão da Polícia do Exército	Arquivo CNV, 00092.001874/2013-25. Testemunho prestado pelo jornalista Álvaro Caldas em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento e morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0064_006, pp . 63-65.	Auto de qualificação e de interrogatório d e Salathiel Teixeira Rolins. 20/7/1970.	Poder Judiciário. 2ª Auditoria do Exército. 1ª Circunscrição Judiciária Militar.	Primeiro depoimento de um preso político relatando a prisão, tortura e execução de Mário Alves às autoridades judiciais brasileiras.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0064_006, pp. 66-68.	Auto de qualificação e de interrogatório de René Louis Laugery de Carvalho. /7/1970.	Poder Judiciário. 2ª Auditoria do Exército. 1ª Circunscrição Judiciária Militar.	Relata que o depoente levou às autoridade judiciárias as circunstâncias da morte de Mário Alves nas dependências do 1º Batalhão da Polícia do Exército em decorrência das torturas a que foi submetido.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Processo nº 2.678.420 que tramitou na 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro.	Testemunho prestado por Antônio Carlos Nunes Carvalho. 29/1/1981.	1ª Vara Federal do Rio de Janeiro.	O depoimento relata a prisão de Mário Alves, o dia e horário em que chegou ao 1º Batalhão da Polícia do Exército. O testemunho foi claro em dizer que ouviu o interrogatório e a tortura infligida à vítima.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_ATO_0064_006, pp. 69-74.	Assentada. 29/1/1981.	Poder Judiciário. Justiça Federal – Seção Rio de Janeiro.	O documento apresenta diversas testemunhas que relatam a prisão de Mário Alves, as sessões de tortura a que foi submetido e sua morte na prisão.
Arquivo da Comissão de Anistia – Ministério da Justiça, pp. 84-94 (PROCESSO 2009.01.64153. Parte II).	Questionário de Antropologia Forense. 08 de janeiro de 1981.	Universidade Estadual de Campinas / Faculdade de Ciências Médicas – Departamento de Medicina Legal – Faculdade de Odontologia e Instituto Médico-Legal de Campinas.	O documento apresenta um conjunto de dados sobre as características físicas e da personalidade de Mário Alves. Informa ainda o codinome que Mario Alves utilizava: Vila.
Diário Oficial da União (DOU – 13.04.1971, fls. 58 a 62).	Denúncia contra Mário Alves nº 54/1970 perante a 1ª Auditoria da Aeronáutica.	1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª C.J.M.	O documento revela sentença proferida em 1972 na qual Mário Alves foi condenado à revelia pela Justiça Militar, porque nessa época ele já se encontrava preso e sequestrado.

2. *Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais*

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Lúcia Vieira Caldas (filha de Mário Alves).	Arquivo CNV, 00092.001874/2013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/08/2013.	Relata a trajetória de luta da família procurando informações acerca do paradeiro dos restos mortais de Mário Alves. Apresenta um resumo dos processos relacionados à luta pela memória e justiça.
Álvaro Caldas (militante político que esteve preso nas dependências do 1º Batalhão da Polícia do Exército).	Arquivo CNV, 00092.001874/2013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/8/2013.	Descreve as torturas que sofreu enquanto esteve preso e faz referências aos comentários feitos pelos torturadores sobre a tortura e morte de Mário Alves.
José Luís Sabóia (militante político que esteve preso nas dependências do 1º Batalhão da Polícia do Exército).	Arquivo CNV, 00092.001874/2013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/8/2013.	Descreve as torturas que sofreu enquanto esteve preso e os comentários feitos pelos torturadores sobre a tortura e morte de Mário Alves.
Maria Dalva Leite de Castro (militante política que esteve presa nas dependências do 1º Batalhão da Polícia do Exército).	Arquivo CNV, 00092.001874/2013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/8/2013.	Relata as torturas que sofreu, enquanto esteve presa e os comentários que os torturadores faziam a respeito das torturas e do assassinato de Mário Alves. Ressalta o fato de que houve reconhecimento do assassinato de Mário Alves, por parte dos torturadores.

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Paulo Sérgio Paranhos (militante político que esteve preso nas dependências do 1º Batalhão da Polícia do Exército).	Arquivo CNV, 00092.001874/2013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/8/2013.	Descreve as torturas que sofreu, enquanto esteve preso e os comentários que os torturadores faziam a respeito das torturas e da morte de Mário Alves.
Newton Leão Duarte (militante político que esteve preso nas dependências do 1º Batalhão da Polícia do Exército).	Arquivo CNV, 00092.001874/2013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/8/2013.	Descreve as torturas que sofreu, enquanto esteve preso e os comentários que os torturadores faziam a respeito das torturas e da morte de Mário Alves.
José Carlos Tórtima (militante político que esteve preso nas dependências do 1º Batalhão da Polícia do Exército).	Arquivo CNV, 00092.001874/2013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/8/2013.	Relata as torturas que sofreu, enquanto esteve preso e os comentários que os torturadores faziam a respeito das torturas e do assassinato de Mário Alves.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Valter da Costa Jacarandá (ex-major do Corpo de Bombeiros).	Arquivo CNV, 00092.001874/2013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/8/2013.	Reconheceu a utilização da tortura como método de investigação e coerção utilizado no DOI do I Exército. Assumiu ter tomado parte em interrogatório de presos políticos submetidos a torturas. Não soube precisar de quantas sessões de tortura participou. Negou participação no sequestro e nas sessões de tortura de Mário Alves.
Dulene Aleixo Garcez dos Reis (tenente de Infantaria do Exército).	Arquivo CNV, 00092.003508/2014-91. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 2/10/2013.	O depoente negou-se a colaborar com as investigações.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, a Comissão Nacional da Verdade conclui que Mário Alves de Souza Vieira foi privado de sua liberdade, por meio de prisão ilegal, e submetido a brutais torturas físicas e psicológicas, levadas a cabo por agentes do Estado brasileiro, as quais provocaram a sua morte. Essas ações foram perpetradas por agentes do Estado em um contexto de sistemáticas violações de Direitos Humanos, promovidas pela ditadura implantada no país a partir de 1º de abril de 1964.

Recomenda-se a localização dos restos mortais, a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



Maurício Grabois

Filiação: Dora Grabois e Agustin Grabois
Data e local de nascimento: 2/10/1912, Salvador (BA)
Atuação profissional: não consta
Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data e local de desaparecimento e morte:
25/12/1973, a 5 ou 6 km da Base do Mano Ferreira, próximo a Palestina (PA) ou Serra das Andorinhas

BIOGRAFIA[1]

Nascido em Salvador (BA), filho de judeus ucranianos (então URSS), Maurício Grabois estudou em diversos colégios, formando-se em 1929 no Ginásio da Bahia, onde conheceu Carlos Marighela. Mudou-se para o Rio de Janeiro no ano seguinte, a fim de se preparar para a Escola Militar de Realengo, ingressando na mesma em 1931. Militante político, trabalhou para organizar o Partido Comunista do Brasil (PCB), ao qual se filiou em 1932, enquanto ainda estudava no Colégio Militar. Essa atividade lhe rendeu a expulsão no ano seguinte. Já em 1934, militou no setor nacional de agitação e propaganda da Federação da Juventude Comunista do Brasil e, em 1935, dedicou-se à construção da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Enquanto isso, cursou por dois anos a Escola de Agronomia, abandonando-a em definitivo seus estudos para dedicar-se à militância política. Foi preso em 1941, durante o Estado Novo (1937-1945), depois de condenado à revelia num processo em 1940. Ficou aproximadamente um ano detido e, após sua libertação, passou a trabalhar para a realização da Conferência da Mantiqueira (1943), quando o partido se reorganizou e Maurício foi escolhido para integrar seu Comitê Central. Após o Estado Novo, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte pelo Distrito Federal. Tomou posse em fevereiro de 1946 e, em seguida, foi escolhido como líder da bancada comunista. Em maio de 1947, Maurício teve seu mandato cassado, quando o TSE decidiu pelo cancelamento do registro do PCB. A partir de 1948, passou a militar na clandestinidade, num ambiente de perseguição aos comunistas. Nesse período, manteve a direção do jornal *A Classe Operária*, função assumida em maio de 1945 e na qual permaneceria até 1949, ano em que a publicação foi fechada. Ao longo da década de 1950, Maurício viveu na clandestinidade, tornando-se uma das figuras centrais do PCB. Foi professor do "curso de militância", membro do Comitê Central do PCB e dirigente do jornal "Classe Operária" durante os anos 1950, de acordo com documento produzido pela Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações (SNI). No princípio dos anos 60, as divergências internas do PCB levaram algumas lideranças do partido a propor a reorganização dos comunistas brasileiros em torno do PCdoB, que, a partir de 1962, reivindica o legado do PCB, fundado em 1922. Com o golpe de 1964, Grabois passou a ser perseguido em decorrência de sua militância política. Vivendo na clandestinidade, teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional Nº 2, em outubro de 1965. Antes de se mudar para a região do Araguaia, Maurício viajou diversas vezes em missões do PCB e, posteriormente, do PCdoB. Nestas viagens, passou pela antiga União Soviética e pela China, onde se preparou para a experiência da guerrilha. No sudeste

do Pará estabeleceu-se na localidade conhecida como Faveira, onde se apresentava pelo nome de Mário. Grabois manteve um pequeno comércio e, em paralelo, foi uma das figuras centrais da Comissão Militar da guerrilha. Ao longo de todo o período, manteve um diário, que veio a público no ano de 2011, após 38 anos guardado pelo Exército brasileiro. Junto com Alzyra da Costa Reys, companheira de militância comunista e de vida, Maurício Grabois teve dois filhos, Vitória Lavínia Grabois Olímpio e André Grabois, este último executado na guerrilha em 1973.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV[2]

Foi reconhecido como desaparecido político pelo anexo I da Lei nº 9.140/95 e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 10 de abril de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil, entre elas, Maurício. A sentença obriga o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9.497, de 20 de novembro de 1997, foi nomeada uma rua em sua homenagem na cidade de Campinas.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[3]

Segundo o *Relatório Arroyo*, Maurício Grabois era uma das 15 pessoas que se encontravam no acampamento da Comissão Militar na hora do ataque das Forças Armadas ocorrido em 25de dezembro de 1973, episódio conhecido como "Chafurdo de Natal". No Relatório do Ministério da Marinha de 1993 (Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05, p. 12) e no Relatório do CIE, Ministério do Exército (Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002 p. 40) também consta esta data para a morte de Maurício.

Tal informação ainda é corroborada pelo depoimento do segundo-tenente da Polícia Militar de Goiás, João Alves de Souza, prestado à Comissão Nacional da Verdade, em 20/02/2014, no qual ele confirma o nome de Maurício entre os mortos no "Chafurdo de Natal" (Arquivo CNV, Depoimento de João Alves de Souza, 20 de março de 2014, 00092.000480/2014-31). O sargento Santa Cruz também declarou à CNV que Maurício morreu no dia 25 de dezembro de 1973 (Arquivo CNV, Depoimento de João Santa Cruz Sacramento, 19 de novembro de 2013, 00092.002249/2013-09).

Sobre o possível local de sepultamento do guerrilheiro, em notícia do *Jornal do Brasil* de 17 de outubro de 1982, denominada "Coluna do Castello: Onde está Maurício Grabois", há um relato de que o general Hugo Abreu teria admitido tê-lo enterrado na Serra das Andorinhas.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Conforme as fontes apresentadas, a morte de Maurício se deu no episódio "Chafurdo de Natal", ocorrido a 5 ou 6 km da Base do Mano Ferreira, próximo a Palestina, PA. A Serra das Andorinhas é apontada como um possível local de sepultamento do guerrilheiro.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Operação Marajoara

Maurício Grabois foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª

do Pará estabeleceu-se na localidade conhecida como Faveira, onde se apresentava pelo nome de Mário. Grabois manteve um pequeno comércio e, em paralelo, foi uma das figuras centrais da Comissão Militar da guerrilha. Ao longo de todo o período, manteve um diário, que veio a público no ano de 2011, após 38 anos guardado pelo Exército brasileiro. Junto com Alzyra da Costa Reys, companheira de militância comunista e de vida, Maurício Grabois teve dois filhos, Vitória Lavínia Grabois Olímpio e André Grabois, este último executado na guerrilha em 1973.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV[2]

Foi reconhecido como desaparecido político pelo anexo I da Lei nº 9.140/95 e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 10 de abril de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985),* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil, entre elas, Maurício. A sentença obriga o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9.497, de 20 de novembro de 1997, foi nomeada uma rua em sua homenagem na cidade de Campinas.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[3]

Segundo o *Relatório Arroyo,* Maurício Grabois era uma das 15 pessoas que se encontravam no acampamento da Comissão Militar na hora do ataque das Forças Armadas ocorrido em 25de dezembro de 1973, episódio conhecido como "Chafurdo de Natal". No Relatório do Ministério da Marinha de 1993 (Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Mauricio Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05, p. 12) e no Relatório do CIE, Ministério do Exército (Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002 p. 40) também consta esta data para a morte de Maurício.

Tal informação ainda é corroborada pelo depoimento do segundo-tenente da Polícia Militar de Goiás, João Alves de Souza, prestado à Comissão Nacional da Verdade, em 20/02/2014, no qual ele confirma o nome de Maurício entre os mortos no "Chafurdo de Natal" (Arquivo CNV, Depoimento de João Alves de Souza, 20 de março de 2014, 00092.000480/2014-31). O sargento Santa Cruz também declarou à CNV que Maurício morreu no dia 25 de dezembro de 1973 (Arquivo CNV, Depoimento de João Santa Cruz Sacramento, 19 de novembro de 2013, 00092.002249/2013-09).

Sobre o possível local de sepultamento do guerrilheiro, em notícia do *Jornal do Brasil* de 17 de outubro de 1982, denominada "Coluna do Castello: Onde está Maurício Grabois", há um relato de que o general Hugo Abreu teria admitido tê-lo enterrado na Serra das Andorinhas.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Conforme as fontes apresentadas, a morte de Maurício se deu no episódio "Chafurdo de Natal", ocorrido a 5 ou 6 km da Base do Mano Ferreira, próximo a Palestina, PA. A Serra das Andorinhas é apontada como um possível local de sepultamento do guerrilheiro.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Operação Marajoara

Maurício Grabois foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª

Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação "descaracterizada, repressiva e antiguerrilha", ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua "rede de apoio", os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato.[4]

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministério do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Centro de Informações do Exército: general de Divisão Milton Tavares de Souza

Comandante da 8ª. Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha

Comandante da 3ª Brigada de Infantaria: general de Brigada Antonio Bandeira

Comandante Posto Marabá: capitão Sebastião Rodrigues de Moura, "Curió"

Subcoordenador Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

Participação no comando da operação

Comandante da Brigada Paraquedista: general de Brigada Hugo Abreu

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Nilton de Albuquerque Cerqueira.	Exército.	General de Brigada.	Comandou a operação que resultou na morte do guerrilheiro.	A 5 ou 6 km da Base do Mano Ferreira, Palestina (PA).	Arquivo CNV: 00092.002057/2014-75 NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as guerrilhas do Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 181-183.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento e morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo: relatório sobre a luta no Araguaia (1974)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873>.			Registra a presença de Maurício no acampamento da Comissão Militar no dia 25/12/1973, quando teria havido troca de tiros entre militares e guerrilheiros.
GRABOIS, Maurício. *Diário (1972-1973)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=31&id_noticia=12846>*.			Registra a presença de Maurício no acampamento de 25/12/1973.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_ DFANBSB_AT0_0065_0006.	Processo de Reparação.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Maurício.
Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Maurício Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05 p. 12.	Relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993.	Ministério da Marinha.	Afirma que Maurício Grabois morreu em 25/12/1973.
Arquivo Nacional, Fundo Taís Morais: BR_DFANBSB_ VAY_0073_d.	Relatório Especial de informações – CIE, nº 1/74.	Ministério do Exército/ Gabinete do Ministro - Centro de Informações do Exército.	Descrição da Cadeia de comando da Operação Marajoara.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_54730_86_002, p. 40.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Afirma que Maurício Grabois morreu em 25/12/1973.
Arquivo CNV,00092.002057/2014-75.	Folha de Alteração de Nilton de Albuquerque Cerqueira.	Exército.	Indica a presença de Nilton de Albuquerque Cerqueira na região da guerrilha.
NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as guerrilhas do Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 181-183.			Indica Nilton de Albuquerque Cerqueira como comandante do episódio conhecido como Chafurdo de Natal, que vitimou Maurício Grabois, Gilberto Olímpio Maria, Guilherme Gomes Lund, Líbero Giancarlo Castiglia, Paulo Mendes Rodrigues e Paulo Roberto Pereira Marques.

2. *Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais*

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
João Alves de Souza, segundo-tenente da Polícia Militar de Goiás.	Arquivo CNV, Depoimento de João Alves de Souza, 20/3/2014, 00092.000480/2014-31.	Afirma que Maurício estava entre os mortos do natal de 1973.
João Santa Cruz Sacramento, sargento do Exército.	Arquivo CNV, Depoimento de João Santa Cruz Sacramento, 19/11/2013, 00092.002249/2013-09.	Afirma que Maurício estava entre os mortos do natal de 1973.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES[5]

Maurício Grabois é considerado desaparecido político por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, "o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade", sendo que o Estado "tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis".

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Maurício Grabois; localização de seus restos mortais; retificação da certidão de óbito; entrega de documentos manuscritos que foram ilegalmente apreendidos com Maurício Grabois e que se encontrem sob

custódia de particulares ou do Estado; identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que obriga o Estado brasileiro "a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas".

1 – BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp. 229-230; Documentos pessoais dos familiares anexados ao processo de reparação perante a CEMDP (Arquivo Nacional, Fundo: CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0065_0006); Arquivo Nacional. *Documentos do SNI: Os mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, pp. 89-97

2 – .BRASIL. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado – IEVE. Org. Crimeia Schmidt *et al. Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 514-517; CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24/11/2010. Série C, no 219.

3 – ARROYO, Ângelo. Op. cit.; Arquivo Nacional. Op. cit., pp. 89-97; BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Op. cit., pp. 229-230; Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (BRASIL); Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado – IEVE. Op. cit., pp. 514-517; Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0083_d, p. 92; Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em dezembro de 1993, p. 12; Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002.

4 – Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.

5 – CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.. Op. cit., pp. 38, 41. * O *Diário* de Maurício Grabois foi publicado pela revista *Carta Capital* no dia 21/4/2011 e reconhecido posteriormente pela Fundação Maurício Grabois, ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). No entanto, os originais deste documento, apreendidos pelos militares em 25/12/1973, não estão disponíveis para consulta pública.



Nestor Vera

Filiação: Pilar Velasques e Manoel Vera
Data e local de nascimento: 19/7/1915, Ribeirão Preto (SP)
Atuação profissional: camponês, dirigente sindical, jornalista
Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data e local de desaparecimento: 1/4/1975, Belo Horizonte (MG)

BIOGRAFIA

Nascido em Ribeirão Preto (SP), o trabalhador rural, líder sindical e jornalista Nestor Vera (também grafado como Nestor Veras) atuou na organização dos camponeses por várias décadas. Em meados da década de 1940, foi eleito vereador na cidade de Santo Anastácio (SP). Concorreu a uma vaga de deputado estadual pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) nas eleições de 1947. Posteriormente, quando o partido foi declarado ilegal, teve seu mandato cassado. Foi membro da direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1963. Era responsável pelo jornal *Terra Livre,* criado pelo PCB, em 1949, para tratar dos temas agrários brasileiros. Foi um dos organizadores do Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte (MG), em 1961, com Francisco Julião, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Alberto Passos Guimarães. Dessa comissão saiu o texto *Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas*, sobre o caráter da reforma agrária no Brasil. Em 1962, a revista *Brasiliense*, editada por Caio Prado Júnior, publicou, em sua edição de número 39, o texto "O Congresso Camponês em Belo Horizonte", de autoria de Nestor Vera. Foi membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o principal responsável pelo setor camponês. Esteve na Bulgária, em 1962, e em Moscou, em 1964, participando de cursos de formação política. Era casado com Maria Miguel Dias Vera, com quem teve cinco filhos.

Nestor Vera teve seus direitos políticos suspensos por dez anos em 13 de junho de 1964, em consequência do Ato Institucional nº 1 (AI-1) editado pelo regime militar. Posteriormente, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) e condenado a cinco anos de prisão no processo conhecido como "Cadernetas de Prestes". Sem alternativa, passou a viver na clandestinidade e adotou nomes falsos para si e para toda a sua família. Suas atividades continuaram sendo fortemente monitoradas pelas forças da repressão, sendo inclusive indiciado, em 1971, em inquérito conduzido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, que versava sobre a atuação da Ação Libertadora Nacional (ALN). Em abril de 1975, aos 59 anos, Nestor Vera desapareceu depois de ter sido sequestrado por agente do Estado brasileiro na Operação Radar, uma grande ofensiva do Exército com o objetivo de dizimar a direção do PCB.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Nestor Vera consta no anexo da Lei 9.140, de 4 de dezembro de

1995, sendo o caso reconhecido automaticamente pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em homenagem a ele, as cidades de Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Itaquaquecetuba (SP) deram seu nome a logradouros dos respectivos municípios.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

O líder camponês e jornalista Nestor Vera foi capturado em abril de 1975, aos 59 anos, em frente a uma drogaria na cidade de Belo Horizonte (MG), conforme denúncia apresentada pelo dirigente comunista Luís Carlos Prestes. As circunstâncias de seu desaparecimento indicam que Nestor Vera foi sequestrado na Operação Radar, uma grande ofensiva do Exército iniciada em 1973 para dizimar a direção do PCB. Entre março de 1974 e janeiro de 1976, foram mortos pela Operação Radar David Capistrano da Costa; José Roman; Walter de Souza Ribeiro; João Massena Melo; Luís Ignácio Maranhão Filho; Elson Costa; Hiran de Lima Pereira; Jayme Amorim de Miranda; Nestor Vera; Itair José Veloso; Alberto Aleixo; José Ferreira de Almeida; José Maximino de Andrade Netto; Pedro Jerônimo de Souza; José Montenegro de Lima,o Magrão; Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior; Vladimir Herzog; Neide Alves dos Santos; e Manoel Fiel Filho.

Desaparecido desde 1975, não foram localizadas informações substantivas sobre seu paradeiro até 2012, quando o ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, Cláudio Guerra, admitiu, em seu livro *Memórias de uma guerra suja*, ter assassinado e ocultado o cadáver de Nestor Vera em abril de 1975, numa operação em que participaram mais dois agentes da repressão. Segundo o ex-delegado, Nestor Vera foi sequestrado na avenida Olegário Maciel em 1º de abril de 1975 e levado à Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte (MG), localizada à rua Uberaba, nº 175, e torturado por Haydn Prates Saraiva e Joãozinho Metropol. De acordo com Cláudio Guerra:

> Foi em Belo Horizonte. Nestor Veras tinha sido muito torturado e estava agonizando. Eu lhe dei o tiro de misericórdia, na verdade, dois, um no peito e outro na cabeça. Quem mais participou da execução? Bem, os detetives investigadores Joãozinho Metropol e Saraiva estavam comigo. Nestor Veras já estava preso na Delegacia de Furtos em Belo Horizonte. Ele estava bem machucado. Após tirá-lo de lá, o levamos para uma mata e demos os tiros de misericórdia. Foi enterrado por nós.

Em maio de 2012, Guerra indicou aos agentes da Polícia Federal o provável local da execução e do enterro de Nestor Vera. As buscas no local, no entanto, ainda não se revelaram conclusivas.

Em depoimento, o ex-delegado afirmou que o responsável pela ordem para matar Nestor Vera foi o coronel Freddie Perdigão Pereira que, de acordo com as informações fornecidas pelo Exército, servia na Agência do SNI no Rio de Janeiro. À época da execução de Nestor Vera, Freddie Perdigão atuava no gabinete da Presidência da República. Cláudio Guerra, por sua vez, era delegado do DOPS. Guerra revelou que era responsável pela execução de pessoas perseguidas pelos órgãos de segurança, informação e repressão.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Belo Horizonte, MG.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1 DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Ernesto Geisel
Chefe do Serviço Nacional de Informações: general de drigada João Baptista de Oliveira Figueiredo
Ministro do Exército: general de Exército Sylvio Frota
Comandante do II Exército: general de Exército Ednardo D'Ávilla Mello
Comandante do DOI-CODI do II Exército: tenente-coronel Audir Santos Maciel

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelos agentes	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Freddie Perdigão Pereira.	Agência do SNI no Rio de Janeiro.	Coronel.	Ordem para execução.		Depoimento de Cláudio Guerra.
Cláudio Guerra.	DOPS/ES.	Delegado.	Assassinato e ocultação de cadáver.	Belo Horizonte (MG).	GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
João Metropol.	DOPS/ES.	Detetive Investigador.	Tortura e ocultação de cadáver.	Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte (MG).	GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
Haydn Prates Saraiva.	DOPS/ES.	Detetive Investigador.	Tortura e ocultação de cadáver.	Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte (MG).	GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo da CNV, 00092.003033/2014-33.	Ficha DOPS/SP.	DOPS-SP.	Fichas de Nestor Vera(s) no DOPS/SP.
Arquivo da CNV, 00092_000441_2012_71.	Resumo de crimes cometidos pela ditadura e por grupos da extrema direita, 30/7/2012.	CNV.	Informa o depoimento de Cláudio Guerra sobre a execução de Nestor Vera.
Arquivo da CNV, 00092.003229/2014-28.	Vídeo: Cláudio Guerra responde ao sobrinho de Nestor Vera.	CNV.	No vídeo, Cláudio Guerra aponta a responsabilidade do coronel Freddie Perdigão como mandante do crime e se diz capaz de identificar o local onde o corpo de Nestor Vera foi enterrado.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ ATO_0067_00004, p. 6.	Certidão de óbito (29/1/1996).	Cartório da Conceição.	Certidão de óbito lavrada em decorrência da Lei no 9.140/95.

2. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Cláudio Guerra, delegado do DOPS/ES.	Arquivo da CNV, vídeo em que Cláudio Guerra responde ao sobrinho de Nestor Vera: 00092.003229/2014-28 ou disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-XVFEHz5hDg>.	Admite ter executado Nestor Vera, indica as condições da morte, aponta quem deu a ordem para a execução e o local de ocultação do cadáver.
Cláudio Guerra, delegado do DOPS/ES.	Arquivo da CNV, vídeo em que Cláudio Guerra revela como Nestor Vera foi morto: 00092.003315/2014-31 ou disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JfMwFZLTYwM>.	Admite ter executado Nestor Vera, indica as condições da morte e o local de ocultação do cadáver.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Nestor Vera morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Nestor Vera, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



Nilda Carvalho Cunha

Filiação: Esmeraldina Carvalho Cunha
e Tibúrcio Alves Cunha Filho
Data e local de nascimento: 5/7/1954, Feira de Santana (BA)
Atuação profissional: bancária e estudante secundarista
Organização política: Movimento
Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
Data e local de morte: 14/11/1971, Salvador (BA)

BIOGRAFIA

Nascida em Feira de Santana, na Bahia, Nilda Carvalho Cunha começou a se aproximar das atividades políticas em 1968, quando estudava no Colégio Gastão Guimarães e conheceu Getúlio Gaspar Gouveia. No ano seguinte, mudou-se para Salvador e começou a trabalhar no Banco Econômico da Bahia enquanto ainda cursava o secundário, atual Ensino Médio, no Colégio Severino Vieira, aos 15 anos. Nesse mesmo período, foi apresentada a Palmiro Torres, com quem começou a participar de um curso de filosofia marxista, onde conheceu Jaileno Sampaio, militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), que viria a ser o seu namorado. Em abril de 1970, Nilda começou a participar dessa organização política, onde se tornou uma das responsáveis pela edição do jornal *Avante*. Nos meses seguintes, abandonou seu emprego no banco e passou a atuar em um curso de alfabetização de adultos. Nilda e Jaileno moravam juntos em um apartamento no bairro da Pituba, onde abrigaram Iara Iavelberg, no período em que ela esteve em Salvador. Nilda não era conhecida dos órgãos de informações e segurança antes de sua prisão, em agosto de 1971. Morreu aos 17 anos de idade em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 19 de dezembro de 2003, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Nilda Carvalho Cunha. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua no Conjunto Habitacional Jova Rural, em São Paulo (SP) e a ruas nos bairros Castelo Branco, em Salvador (BA) e Bangu, no Rio de Janeiro (RJ).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Nilda Carvalho Cunha morreu no dia 14 de novembro de 1971. Na madrugada do dia 19 para 20 de agosto de 1971, Nilda Carvalho Cunha foi presa em sua casa em um cerco realizado no local para prender Iara Iavelberg. A conduta fez parte da Operação Pajussara, montada pelo major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar e comandante do DOI-CODI de Salvador, para "capturar ou eliminar" Carlos Lamarca. A prisão de Nilda foi comprovada pelo Relatório da Operação Pajussara, documento produzido pela 2ª seção do IV Exército, que também afirma que a Justiça Militar não expediu man-

dado de prisão contra ela. Todos os indícios nos levam a concluir que Nilda não era conhecida pelos órgãos de informações, isto é, foi presa apenas por estar no mesmo local onde se encontrava Iara Iavelberg. Inicialmente, ela foi levada para o quartel do Barbalho e, em seguida, foi transferida para a Base Aérea de Salvador, ficando incomunicável. Ela foi libertada dois meses mais tarde, muito fragilizada em decorrência das bárbaras torturas físicas e psicológicas a que havia sido submetida, além de ter presenciado os maus-tratos sofridos por seu namorado, Jaileno Sampaio.

No início de novembro de 1971, foi ao quartel-general com sua mãe, Esmeraldina Carvalho Cunha, visitar Jaileno, contudo, não obteve autorização para vê-lo. Ao sair do local, sentiu-se mal e percebeu que estava perdendo a visão e tinha dificuldades para respirar. A partir desse momento, passou a ter uma série de sintomas de desequilíbrio mental provocado pelas intensas torturas de que havia sido vítima. Tinha alucinações, crises de imensa tristeza, momentos de perda de visão repentina, desmaios e forte insônia. Até que o psiquiatra Eduardo Saback recomendou que fosse internada para ser submetida a um tratamento de sonoterapia. No mesmo dia em que chegou à Clínica Amepe, em 4 de novembro de 1971, recebeu a visita do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, que ameaçou prendê-la novamente. Após esse episódio, o estado de Nilda piorou sensivelmente. Assim, o médico responsável recomendou que ela fosse transferida para um hospital, tendo sido levada para o Sanatório Bahia. Alguns dias mais tarde, em 14 de novembro, Nilda morreu, surpreendendo a todos, já que seu estado de saúde havia melhorado consideravelmente. O atestado de óbito apresentou como causa da morte "edema cerebral a esclarecer". No entanto, a família suspeita que um envenenamento possa ter ocasionado a sua morte, em razão do estado de saúde instável que Nilda vinha apresentando antes do falecimento. Diante dessas circunstâncias, seu corpo foi enviado ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues que, no entanto, não entregou para a família o laudo da necropsia.

O corpo de Nilda foi enterrado por sua família no Cemitério Quinta dos Lázaros, em Salvador (BA).

LOCAL DE MORTE

Hospital Sanatório Bahia, Salvador, BA.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI/BA – IV Exército – 6ª Região Militar

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Comando do IV Exército:
Chefe de Estado-Maior do Exército: general de Exército Vicente Paulo Dale Coutinho
Comandante da 6ª Região Militar: general de Brigada Argus lima
Chefia da 2ª seção (Informações) da 6ª Região Militar: major Nilton de Albuquerque Cerqueira

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_39553_71, pp. 3-7.	Auto de qualificação, de 28/9/1971.	Departamento de Polícia Federal, Delegacia Regional da Bahia.	Depoimento de Nilda Carvalho Cunha quando foi presa. A jovem relata a sua aproximação da militância política e afirma sua intenção de não mais participar de atividades políticas quando fosse posta em liberdade.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0067_0007, p. 6.	Certidão de óbito de Nilda Carvalho Cunha, de 19/10/1971.	Cartório de Registro Civil do Subdistrito da Sé, Salvador (BA).	O documento declara como causa da morte "edema cerebral a esclarecer".
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0067_0007, p. 90.	Guia para exame no morto, de 14/11/1971.	IML/Nina Rodrigues.	Documento que faz o pedido de necroscopia de Nilda Carvalho Cunha. O laudo do exame não foi encontrado.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0023_0005, p. 12.	Relatório da Operação Pajussara, de 1971.	Ministério do Exército, IV Exército, 2ª Seção.	Documento comprova a prisão de Nilda Carvalho Cunha, que fez parte da Operação Pajussara, montada para prender Carlos Lamarca. Também fica comprovado que, ao contrário dos outros militantes presos na ocasião, não havia mandando de prisão preventiva expedido pela 6a Circunscrição Judiciária Militar contra Nilda.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0067_0007, pp. 3-4.	Pedido de reparação de Leônia Alves Cunha, de 19/7/1996.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	O documento descreve as circunstâncias de morte de Nilda Carvalho Cunha.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Nilda Carvalho Cunha morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Nilda Carvalho Cunha, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



Otoniel Campos Barreto

Filiação: Adelaide Campos Barreto e José de Araújo Barreto
Data e local de nascimento: 11/4/1951, Brotas de Macaúba (BA)
Atuação profissional: camponês
Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)
Data e local da morte: 28/8/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

BIOGRAFIA

Nascido em Brotas de Macaúbas, no sertão da Bahia, vivia com a família na localidade de Buriti Cristalino. Em 1971, seu irmão, Zequinha Barreto, voltou a residir na casa dos pais. Ele retornou à região de Buriti Cristalino como militante do MR-8, em companhia do capitão Carlos Lamarca, que também havia se integrado ao MR-8. Zequinha e Lamarca juntaram-se a Otoniel e Olderico, além de Luiz Antônio Santa Barbára e João Lopes Salgado. Otoniel foi uma das vítimas da Operação Pajussara e morreu, aos 20 anos, em 28 de agosto de 1971.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 19 de novembro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Otoniel Campos Barreto. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Otoniel foi homenageado pela cidade de Salvador (BA) com a atribuição de seu nome a rua no bairro Castelo Branco.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

As forças de segurança conseguiram localizar Carlos Lamarca a partir de colaboração entre o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações do Exército (CIE), do interrogatório e possível tortura de uma pessoa ligada ao MR-8 e também por informações alcançadas com a descoberta de um diário e cartas que Lamarca havia escrito para Iara Iavelberg. Estes documentos estavam sob a guarda de militantes do MR-8, presos em Salvador e no Rio de Janeiro. Após a localização do apartamento em que Iara estava escondida, no bairro da Pituba, em Salvador, agentes militares e policiais do DOI investiram sobre o local, executaram Iara e prenderam outros militantes.

A Operação Pajussara contou com a participação de agentes do DOI-CODI da VI Região Militar, do DOPS/SP, da Polícia Militar da Bahia, da Polícia Federal, FAB, do CIE, do CISA e do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), com oficiais e agentes da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Contou também com apoio logístico de empresas como Companhia de Mineração Boquira, Transminas e Petrobras, com funcionários e helicópteros. De acordo com o relatório da operação, datado de 19 de outubro de 1971, no dia 27 de agosto, com a chegada do major Nilton Cerqueira, chefe da 2ª Seção do Estado Maior da 6ª Região Militar e comandante da operação, a Oliveira dos Brejinhos, foi feita uma reunião para estudo da situação e concluiu-se que

o local onde deveria estar Lamarca era a casa da família Barreto, em Buriti Cristalino. Segundo o documento, "em consequência, e para evitar a quebra do sigilo, decidiu-se investir sobre a fazenda Buriti na madrugada de 28 [de agosto], sábado, com o emprego das equipes reservas, [...] Equipe Oscar (DOPS-SP) [...]; em sua esteira seguiram as equipes Hotel (CISA) e Cinófilas (PM-BA)". Mais adiante, o relatório diz que "o sigilo da Operação [Pajussara] foi mantido até o tiroteio na Fazenda Buriti, sendo quebrado totalmente após o emprego de helicópteros". No dia 28 de agosto, equipes do DOPS/SP, comandada pessoalmente pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, e do CISA invadiram a casa da família Barreto. Durante a ação dos agentes, Olderico Barreto, um dos irmãos de Otoniel, levou um tiro no rosto e Otoniel foi morto com vários tiros, inclusive pelas costas e de cima para baixo. O investigador José Campos Correia Filho, o Campão, da equipe do delegado Fleury, é apontado como o autor dos disparos fatais. O pai de Zequinha, Otoniel e Olderico, José de Araújo Barreto, de 64 anos, foi torturado, da mesma forma que seu filho, Olderico. Entre outros, participaram desta operação, pela equipe do delegado Fleury, além de Campão, também os investigadores do DOPS-SP João Carlos Tralli e Fininho. O relatório oficial da Operação Pajussara é esclarecedor quando descreve as características da ocupação do local feita pelas Forças Armadas e por policiais, mostrando que o povoado do Buriti Cristalino, chamado pelos agentes de Fazenda Buriti, se transformou, temporariamente, em base assemelhada a um estabelecimento policial, conforme citação: "[…] em Fazenda Buriti houve grande concentração de equipes, após o estouro do 'aparelho', em face da necessidade de desenvolver intenso patrulhamento". Os dados do relatório citado foram confirmados pelos depoimentos dos moradores e constam do auto de qualificação e interrogatório de Olderico Campos Barreto, de 18 de abril de 1979, na Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar. Rosalvo Machado Rosa e Reuel Pereira da Silva, arrolados como testemunhas no processo contra Olderico, confirmam que sua casa foi cercada por agentes policiais. Reuel informa também que, como guia dos agentes, "passou no local dos fatos cerca de uma semana".

A morte de Otoniel foi divulgada pelos jornais, que afirmaram que ele efetuou um disparo de arma de fogo e saiu correndo, em ziguezague, quando foi atingido. O laudo necroscópico, contudo, é impreciso e não estabelece a trajetória dos disparos, mas permite concluir que ele recebeu um disparo na cabeça, de frente, e foi alvejado pelas costas. Há ainda um disparo no ombro direito, com orifício de entrada de cima para baixo, indicando que deveria estar deitado ao receber tal projétil, característico de execução. No interrogatório judicial de Olderico, irmão de Otoniel, há o relato do ocorrido: Otoniel foi detido e espancado; Olderico, reagiu, sendo atingido por um disparo no rosto. Quando recobrou os sentidos, foi preso e conduzido, juntamente com o pai e o irmão, para a frente da casa. Otoniel foi despido, ficando apenas de calção. Havia uma arma de fogo na sua calça, deixada nas proximidades, fato não percebido pelos agentes. Levaram o pai para o barracão e o penduraram por uma corda, de cabeça para baixo, e com socos, golpes de armas e ameaças de morte, exigiram saber o paradeiro do filho Zequinha. Do lado de fora, Otoniel, desesperado pelo sofrimento do pai, alcançou a arma, deu um disparo e saiu correndo, quando foi atingido. Olderico disse que, enquanto era espancado, um policial lhe falou, referindo-se ao seu irmão morto: "Isso é para ver o que acontece com quem foge".

O relator do caso de Otoniel na CEMDP, Luís Francisco Carvalho Filho, escreveu em seu voto:

> Reuel Pereira da Silva, soldado e morador no município, deu dois depoimentos à Justiça Militar, um em 1972 e outro em 1979. No primeiro, além de esclarecer que se engajou na equi-

> pe de repressão, confirma que Otoniel já estava detido, sob sua guarda, antes de morrer, e esclarece que naquele momento o pai dos rapazes havia sido conduzido, algemado, para um barracão. Diz que foi surpreendido e atingido de raspão pelo tiro dado por Otoniel (informação desmentida pelo relatório da "Operação Pajussara", que não registra vítimas, e por ele próprio, no depoimento de 1979). O depoente não conseguiu segurar Otoniel, apesar de sair em seu encalço, sendo que outros agentes o perseguiram, ouvindo depois diversos disparos.

O relator ressaltou que "a atitude negligente dos policiais, de deixar uma arma a seu alcance, não retira a responsabilidade do poder público". E conclui: "Se atiravam pelas costas, o provável é que Otoniel tenha sido atingido, primeiro nas costas (o laudo registra dois tiros disparados pelas costas)". E questionou:

> e os outros tiros, um na cabeça, pela frente, e outro no ombro, de cima para baixo? Execução? O fato é que os disparos, todos direcionados para o tronco e para a cabeça, indicam a intenção de matar, não de imobilizar, quando a finalidade legítima de qualquer operação militar é deter. O fato é que as forças oficiais estavam ali, como registra o relatório da Operação Pajussara, para "capturar ou destruir". Esta é a lógica da guerra, não é a lógica do Direito, que deve prevalecer na ação dos agentes do poder público. Destruir, por destruir, não é, não era, uma atitude juridicamente tolerável, até mesmo durante período de exceção institucional.

Desta forma, o relator votou pelo deferimento. Em 19 de novembro de 1996, o caso de Otoniel foi aprovado por 4 votos a favor e 2 contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes e Paulo Gustavo Gonet Branco.

O corpo de Otoniel ficou exposto no chão por horas. Depois, foi sepultado no cemitério local. Entretanto, na tarde do mesmo dia, foi retirado da sepultura por agentes. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade e à Comissão da Verdade Rubens Paiva de São Paulo, Olderico Barreto contou que "Otoniel foi morto, e deixado; veio um carcará e comeu os olhos dele. Imagina você ver uma foto. Primeiro, há quantas ações: eles matam, deixam o cara no sol, vem um carcará, come o olho dele, eles pegam, sepultam, arrancam..." Os agentes, após receberem ordem de superior, transportaram o corpo de Otoniel – juntamente com Luiz Antônio Santa Barbára, morto na mesma ação – para Salvador (BA), à revelia da família, onde foi enterrado no cemitério Campo Santo.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Residência da família Barreto, no povoado de Buriti Cristalino em Brotas de Macaúbas, BA.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. CODI da 6ª Região Militar

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Comandante do IV Exército: general de Exército João Bina Machado
Comandante da 6ª Região Militar: general de Brigada Argus Lima
Comandante do CODI da 6ª Região Militar: major Nilton de Albuquerque Cerqueira

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

1.3. Chefe do Centro de Informações da Marinha (Cenimar)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Marinha: almirante de esquadra Adalberto de Barros Nunes

Chefe do Cenimar: contra-almirante Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto

1.4. Chefe do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Aeronáutica: Márcio de Souza Mello

Chefe do CISA: brigadeiro do ar Carlos Affonso Dellamora

1.5. Departamento da Polícia Federal

Diretor-Geral: coronel Nilo Caneppa Filho

Superintendência regional da Polícia Federal na Bahia: coronel Luiz Arthur de Carvalho

1.6. Polícia Militar do estado da Bahia

Governador do estado da Bahia: Antônio Carlos Magalhães

Secretário de Segurança Pública do estado da Bahia: Joalbo Rodrigues de Figueiredo Barbosa

Comandante da Polícia Militar do estado da Bahia: tenente-coronel de Cavalaria Carlos Alberto Ponzi

1.7. DOPS/SP

Governador do estado de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública: general Sérvulo Mota Lima

Diretor de Polícia: Lúcio Vieira

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
Nilton Cerqueira.	DOI-CODI/BA.	Comandante do DOI-CODI/BA.	Comando da operação Pajussara, que resultou na morte de Otoniel Campos Barreto.	Brotas de Macaúbas (BA).	Relatório da Operação Pajussara Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0023_0005.
Sérgio Fernando Paranhos Fleury.	DOPS/SP.	Delegado do DOPS/SP.	Comando e execução da ação que resultou na morte de Otoniel Campos Barreto.	Brotas de Macaúbas (BA).	Depoimento de familiares em Audiência da CNV e da CEV-SP "Rubens Paiva", 15/7/2014. Arquivo CNV, 00092.003037/2014-11.
José Campos Correia Filho, o Campão.	DOPS/SP.	Investigador do DOPS/SP.	Apontado como o responsável pelos tiros que resultaram na morte de Otoniel Campos Barreto.	Brotas de Macaúbas (BA).	SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury.* Rio de Janeiro: Globo, 2000, p. 283.
João Carlos Tralli.	DOPS/SP.	Investigador do DOPS/SP.	Tortura.	Brotas de Macaúbas (BA).	SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury.* Rio de Janeiro: Globo, 2000.
Ademar Augusto de Oliveira, o Fininho.	DOPS/SP.	Investigador do DOPS/SP.	Tortura.	Brotas de Macaúbas (BA).	Depoimento de testemunhas em Audiência da CNV e da CEV-SP "Rubens Paiva", 15/7/2014. Arquivo CNV, 00092.003037/2014-11.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento e de morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo CNV, 00092.001413/2014-33.	Pedido de exumação e traslado dos restos mortais de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto.	Familiares de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto.	Os familiares solicitam à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" apoio para exumação e traslado dos restos mortais de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto (Zequinha), assassinados em 1971 por agentes da repressão participantes da Operação Pajussara.
Arquivo CNV, 00092.003339/2014-90.	Guia de Óbito, 23/9/1971.	Cartório de Registro Civil do Subdistrito da Sé, Salvador (BA).	Guia de Óbito registra informações sobre sepultamento de Otoniel Campos Barreto.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0069_0003, pp. 30-54.	Relatório da Operação Pajussara.	Exército – 2ª Seção/ QG da 6ª Região Militar.	Trechos de documento oficial emitido pelos agentes da ditadura militar sobre a Operação que matou Otoniel Campos Barreto e demais militantes da esquerda brasileira. Fotos das vítimas executadas anexadas à documentação.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0069_0003, p. 55-56.	Relatório de Viagem nº 013/71.	Departamento de Polícia Federal – Delegacia Regional da Bahia.	Relatório para identificação de duas vítimas da Operação Pajussara e transporte delas para Salvador.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0069_0003, pp. 57-67.	Laudo de Exame Cadavérico de Otoniel Campos Barreto, 29/8/1971.	IML Nina Rodrigues/BA.	O laudo confirma a versão dada à época da morte de Otoniel Campos Barreto por lesões decorrentes de tiroteio: "Contusão encefálica, associada à anemia aguda devida à hemorragia interna e externa, provocadas por lesões vasculares de natureza traumática (projéteis ou armas de fogo)".
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0069_0003.	OF. IMLNR/nº 1.126/94.	IML Nina Rodrigues/BA	Ofício direcionado à advogada Ronilda Noblat assinado pelo diretor José Américo Seixas Silva. "Não localizamos os Laudos cadavéricos de José Campos Barreto. Informamos ainda que neste período existem ainda alguns cadáveres ignorados".
Arquivo Nacional, SNIG: ASV_ACE_2958_82_001, p. 52.	Relatório da Operação Pajussara, 16/11/1971.	Ministério do Exército, IV Exército.	O documento registra a morte de Otoniel Campos Barreto no dia 28/8/1971, em tiroteio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0023_0007.	Arquivo que faz parte de relatório sobre a Operação Pajussara.	Exército – 2ª Seção/QG da 6ª Região Militar.	Fotografias de Otoniel Campos Barreto morto e de seu sepultamento, além de outras informações relevantes sobre o caso.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0023_0005.	Relatório Operação Pajussara.	Exército – 2ª Seção/QG da 6ª Região Militar.	Relatório completo da Operação Pajussara.

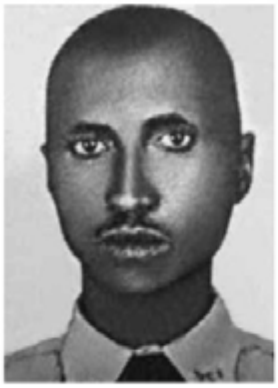
3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Coronel reformado da Aeronáutica Lúcio Valle Barroso.	Arquivo CNV, 00092.001281/2014-40 – 9/6/2014.	Da equipe do CISA que participou da operação Pajussara. Deu detalhes da investida militar e policial sobre Brotas de Macaúbas (BA).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Otoniel Campos Barreto morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Otoniel Campos Barreto, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais no Cemitério de Campo Santo, em Salvador (BA), e a identificação e responsabilização de todos os agentes envolvidos no caso.



Pedro Domiense de Oliveira

Filiação: Januária Domiense de Oliveira
e João Fagundes de Oliveira
Data e local de nascimento: 14/5/1921, Salvador (BA)
Atuação profissional: funcionário público
Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Data e local de morte: 7/5/1964, Salvador (BA)

BIOGRAFIA

Nascido em Salvador (BA), Pedro Domiense de Oliveira, era casado com Maria de Lourdes Santana Domiense de Oliveira e tinha três filhos. Começou a militância política no Colégio Central da Bahia. Em 1950, ingressou no Departamento de Correios e Telégrafos. Trabalhou no jornal *O Momento*, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em Salvador (BA). Estava na redação do jornal quando o Exército invadiu sua sede, espancando-lhe e a vários colegas. Em decorrência deste episódio, ficou muito debilitado e contraiu tuberculose. Foi presidente da Associação dos Posseiros do Nordeste de Amaralina, presidente da Sede Beneficente dos Moradores de Ubaranas e presidente das Classes Fardadas do Departamento de Correios e Telégrafos de Salvador. Conclui o curso de bacharel em Ciências e Letras, mas não pode prosseguir em seus estudos em função de perseguições políticas por ser filiado ao PCB. Em 24 de março de 1964, esteve em Brasília para encaminhar reivindicações de sua categoria ao presidente João Goulart. Foi preso em 4 de maio de 1964, na sede dos Correios, onde trabalhava, em Salvador. Morreu aos 42 anos de idade, envenenado, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 2 de outubro de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Pedro Domiense de Oliveira. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi homenageado pela prefeitura de Salvador, que deu seu nome a uma rua do município, conforme o disposto na Lei nº 5.139, de 18 de abril de 1996.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Pedro Domiense de Oliveira morreu no dia 7 de maio de 1964, após ter sido preso no dia 4 do mesmo mês, enquanto funcionário da Diretoria dos Correios da Bahia, por autoridades do Quartel General da 6ª Região Militar, em uma operação realizada em doze municípios da Bahia, no intuito de buscar pessoas suspeitas de envolvimento com atividades políticas contrárias ao regime militar.

Segundo sua esposa, Pedro foi denunciado pelo diretor dos Correios, João

Maximiano dos Santos, que o identificou como sendo membro do PCB. No mesmo dia, foi encaminhando para interrogatório no quartel da 6ª Região Militar. Quando de sua prisão, disse à esposa: "vá para casa e tome conta dos nossos filhos, pois eu não volto mais". Ao chegar em casa, Maria de Lourdes deparou-se com uma escolta do Exército, que lhe aguardava para obter mais informações. Sem um mandado de busca e apreensão, retornaram armados, às duas horas da madrugada, quando invadiram a casa e destruíram tudo a procura de provas que incriminassem Pedro.

No dia seguinte, 6 de maio, sua esposa foi avisada por um ambulante de que tinha visto Pedro Domiense agonizando, nas proximidades da Base Aérea de Salvador. Maria de Lourdes encontrou Pedro quase sem vida. Em seguida, levou-o até a Base Aérea, de onde seu corpo foi escoltado até o quartel da 6ª Região Militar e, na sequência, para o Pronto Socorro, local do seu falecimento.

No seu atestado de óbito consta que Pedro faleceu no Hospital Getúlio Vargas, no dia 7 de maio de 1964. Segundo o laudo da necropsia, Pedro teria se suicidado, por meio da ingestão de um veneno, sendo sua morte ocasionada por "intoxicação aguda exógena".

A versão oficial foi desmentida pelo testemunho de Washington José de Souza, no livro *Direito à memória e à verdade*, que denunciou as torturas sofridas por Pedro Domiense na 6ª Região Militar.

Seu corpo foi sepultado no cemitério Quintas dos Lázaros – Salvador (BA).

LOCAL DE MORTE

Hospital Getúlio Vargas, localizado no bairro Canela, em Salvador, BA.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Quartel General da 6ª Região Militar

Presidente da República: general de Exército Humberto de Alencar Castelo Branco

Ministro da Guerra: general de Exército Artur da Costa e Silva

Comandante do IV Exército: general de Exército Justino Alves Bastos

Comandante da 6ª Região Militar: general de Brigada Manoel Mendes Pereira

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0071_0002, pp. 5-7.	Biografia, 7/8/1995.	Maria de Lourdes Santana Domiense de Oliveira.	Narra as circunstâncias da prisão e morte de Pedro Domiense de Oliveira.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0071_0002, pp. 10-20.	Sessão da Comissão de Direitos Humanos, 4/10/1995.	Comissão de Direitos Humanos.	Depoimento da esposa de Pedro Domiense de Oliveira sobre as circunstâncias de sua prisão e morte.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0071_0002, p. 28.	Certidão de Óbito, 12/9/1994.	Cartório de Registro Civil.	Atesta a causa da morte.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0071_0002, pp. 54-55.	Laudo da Necropsia, 8/5/1964.	IML e Secretaria de Segurança Pública da Bahia.	Atesta a morte por suicídio.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Hemeroteca Digital: *Correio da Manhã* – 1960 a 1969 – PR_SPR_00130_089842, p. 12.	*Correio da Manhã*, 9/5/1964.	Correio da Manhã.	Aponta a morte por suicídio de Pedro após ser recolhido, em decorrência de uma "operação interior" em diversos municípios da Bahia, capitaneada pela 6ª Região Militar.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Pedro Domiense de Oliveira morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Pedro Domiense de Oliveira, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



Péricles Gusmão Regis

Filiação: Laudicéia Gusmão Régis e Adalberto Régis Keler
Data e local de nascimento: 5/12/1925, Vitória da Conquista (BA)
Atuação profissional: vereador, gerente de transportadora de cargas
Organização política: Movimento Trabalhista Renovador (MTR)
Data e local de morte: 12/5/1964, Vitória da Conquista (BA)

BIOGRAFIA

Nascido em Vitória da Conquista (BA), Péricles Gusmão Regis ficou órfão de mãe aos dois anos de idade e contou com a ajuda das tias, entre elas Maria Gusmão, que cuidou da sua formação. Cursou os antigos cursos primário e ginasial (atual ensino fundamental), destacando-se pela inteligência e criatividade. Iniciou sua vida profissional como alfaiate, logo depois passou a fabricante de queijos e, em seguida, gerente de uma transportadora de cargas.

Era bastante popular e admirado em Vitória da Conquista (BA). Desde jovem engajou-se nas lutas sociais. Filiou-se ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e candidatou-se a vereador. Em seus comícios falava sobre a má distribuição de renda e a falta de oportunidade para todos. Foi eleito vereador da cidade de Vitória da Conquista (BA), em 1962, tornando-se líder da Câmara, a pedido do prefeito Pedral Sampaio, já quando de sua posse em 1963.

Casou-se com Maria Portela Gusmão, com quem teve cinco filhos, um deles nascido após sua morte. Sua esposa estava grávida de sete meses quando Péricles foi preso. Péricles Gusmão Regis morreu em maio de 1964, aos 38 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 30 de janeiro de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Péricles Gusmão Regis. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua no bairro do Recreio e a uma escola municipal em Vitória da Conquista (BA).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Péricles Gusmão Regis morreu em 12 de maio de 1964, após ser preso no dia 6 do mesmo mês, juntamente com outras 20 pessoas, sob as ordens do então capitão Antônio Bendochi Alves, vinculado ao 19º Batalhão de Caçadores, com sede em Salvador (BA), para recolhimento ao 9º Batalhão de Polícia Militar de Vitória da Conquista (BA), no intuito de responder a um Inquérito Policial Militar (IPM), em razão de suposto crime contra a segurança nacional. Já no dia 11 de maio de 1964, por volta de 7h, foi retirado de sua cela e submetido a um longo interrogatório, que durou até às 2h da madrugada do dia seguinte. Quando retornou à cela, estava muito deprimido e transtornado, conforme depoimento de outros presos políticos. Em seguida, foi colocado sozinho em uma cela. Horas depois, um recruta, que estava ali de serviço, deu a notícia da morte de Péricles, que, segundo sua versão, se encontrava morto na cela, em consequência de suicídio.

De acordo com a versão divulgada pelos órgãos de repressão – e constante em sua certidão de óbito –, a morte teria sido ocasionada por suicídio, após Péricles ter cortado, com uma gilete, seus pulsos, pescoço e braços. A causa da morte não foi atestada por um legista, mas pelo médico oftalmologista Hugo de Castro Lima, preso na mesma época, sob as acusações do mesmo IPM, que atestou "anemia aguda, devido à hemorragia externa, devido à seção de vasos sanguíneos (suicídio)". De acordo com o relato de Hermann Gusmão Prates, anexado ao processo da CEMDP, o corpo apresentava diversos hematomas e ferimentos. Familiares e amigos contestaram a versão de suicídio.

O relator da CEMDP, João Grandino Rodas, mencionou em seu voto que, nos depoimentos das testemunhas, restou inequívoca a militância política de Péricles, causa da sua prisão no quartel da Polícia Militar, quando teria "sido acusado de participação em atividades políticas, faleceu por causas não naturais, muito provavelmente por suicídio, em dependência policial militar". O reconhecimento da morte de Péricles Gusmão Regis como responsabilidade do Estado foi aprovado por unanimidade, com ressalva à versão de suicídio, apresentada pelos conselheiros Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda.

LOCAL DE MORTE

9º Batalhão de Polícia Militar, Vitória da Conquista, BA.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Polícia Militar da Bahia

Governador do Estado da Bahia: Antônio Lomanto Júnior

Secretário de Segurança Pública: Francisco Cabral

Comandante da Polícia Militar: não informado

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0010, p. 15.	Certidão de Óbito, 31/5/1995.	Cartório de Registro Civil, Vitória da Conquista.	Informa como local de óbito o Quartel da Polícia Militar e atesta como causa morte "anemia aguda, devido à hemorragia externa, devido à seção de vasos sanguíneos (suicídio)".
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0010, p. 20-23.	Declarações, s/d.	Gilson Moura Silva.	Depoimento de Gilson Moura Silva, anexado ao processo da CEMDP, no qual relata os momentos em que esteve preso, especialmente quando viu Péricles Gusmão Regis, após as torturas, e, em seguida, ao tomar conhecimento de sua morte.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0071_0010.	Declarações, 31/8/1995.	Ruy Hermann Araújo Medeiros.	Declarações sobre a prisão e morte de Péricles Gusmão Regis.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Péricles Gusmão Regis morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Péricles Gusmão Regis, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



Rosalindo Sousa

Filiação: Lindaura Correia Silva e Rosalvo Cypriano de Souza
Data e local de nascimento: 2/1/1940, Itaguassú (BA)
Atuação profissional: advogado
Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data e local de desaparecimento: 16/8/1973 ou 9/1973, Terras do João do Buraco ou Xambioá (TO)

BIOGRAFIA[1]

Nascido em Itaguassú (BA), Rosalindo estudou no Centro Educacional Alfredo Dutra, em Itapetinga, onde terminou o ginásio. Interrompeu os estudos quando estava no ensino científico (atualmente ensino médio) para cumprir o serviço militar obrigatório. Após dar baixa, em 1960, Rosalindo voltou a morar em Itapetinga e começou a trabalhar como diretor da Secretaria da Câmara Municipal. No ano de 1963, iniciou o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia e trabalhou como escriturário do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários. Tornou-se um militante ativo do movimento estudantil – sendo eleito presidente do Centro Acadêmico Rui Barbosa. Em razão da sua atuação, Rosalindo passou a ter sua trajetória política monitorada pelos órgãos de informação do Estado e, em 1969, foi impedido de matricular-se no quarto ano de faculdade. O estudante mudou-se para o Rio de Janeiro, ainda nesse ano, concluindo os estudos em Direito na Faculdade Cândido Mendes. De volta à Bahia, inscreveu-se nos quadros da OAB e montou um escritório de advocacia em Itapetinga. Em 1971, Rosalindo foi denunciado e julgado à revelia perante a Justiça Militar, que o condenou a dois anos e dois meses de reclusão. No mês de abril, dias antes de sua sentença ser prolatada, viajou para a região de Caianos, no sudeste do Pará, para integrar o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia. Conhecido como Mundico nas redondezas, o guerrilheiro fez um cordel que ficou famoso entre os moradores da região intitulado *Romance da libertação*.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV[2]

Foi reconhecido como desaparecido político pelo anexo I da Lei nº 9.140/95 pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em 10 de junho de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") *vs.* Brasil, dentre elas está Rosalindo. A sentença obriga o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9497, de 20 de novembro de 1997, foi nomeada uma rua em sua homenagem na cidade de Campinas.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[3]

No *Relatório Arroyo*, consta que ele morreu ao final da segunda campanha, no mês

de setembro de 1973, por conta de um acidente com a arma que portava. E o Relatório do Ministério da Marinha entregue ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, aponta a morte do guerrilheiro em setembro de 1993, havendo um possível erro de datilografia no que diz respeito ao ano.[4]

Já o *Diário* de Maurício Grabois registra a morte de Mundico no dia 16 de agosto de 1973 e não estabelece como certo o acidente com a arma, apesar de indicá-lo como uma hipótese provável. Este documento assinala, também, que seu corpo foi encontrado na mata, próximo à casa de um camponês e que foi enterrado perto desse lugar, recebendo homenagens de seus companheiros.

Mesmo concordando com a data de morte assentada pelo *Diário* de Maurício Grabois, o Relatório do Ministério do Exército, de 1993, traz uma nova versão para o ocorrido, afirmando que a morte de Rosalindo se deu em combate com forças de segurança.[5]

O Ministério da Aeronáutica, em relatório entregue na mesma ocasião, faz referência a outras fontes que confirmam a morte do guerrilheiro mas não elucidam a data ou o desenrolar dos fatos que culminaram na morte de Mundico.[6] Entre elas está documento do Comitê Brasileiro pela Anistia, datado de novembro de 1979, e a declaração de José Genoíno (na época, deputado federal), publicada pela *Folha de S.Paulo*, de 26 de junho de 1978.

Na contramão das informações anteriores, o ex-guia do Exército Sinésio Martins Ribeiro declarou ao Ministério Público Federal (MPF), em 2001, que – quando ainda estava preso na base de Xambioá, durante agosto ou setembro – viu a cabeça de Rosalindo. Sinésio sustenta que os guerrilheiros teriam matado Mundico e que a sepultura, localizada nas terras de um outro regional referido apenas como João do Buraco, foi mostrada por este aos militares ao ser preso. Dias depois, a sepultura foi cavada e os militares cortaram a cabeça e enterraram novamente o corpo. Segundo o depoimento, a cabeça foi levada para a base, mostrada aos presos para reconhecimento e deixada exposta, por alguns dias, perto do barracão do Exército antes de ser enterrada novamente.

Por fim, há uma versão publicada pelo jornal *Estado de S. Paulo*, em artigo de Leonencio Nossa, de 21 de setembro de 2014, na qual um ex-guia do Exército alega ter matado Rosalindo. Olímpio Pereira afirma que o guerrilheiro teria matado um amigo seu – João Pereira – em 1972. E que, em setembro de 1973, com a indicação da localização de Mundico feita por irmãos de João, seguiu-o pela mata, encontrando-o no casebre de um morador chamado João do Buraco. Ele relata que disparou apenas um tiro, à espreita, matando-o.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

O depoimento de Sinésio Ribeiro ao MPF indica que o corpo Rosalindo estava nas Terras do João do Buraco e que sua cabeça foi enterrada em Xambioá (TO). Olímpio Pereira também alega ter atirado em Mundico quando se encontrava no casebre de João do Buraco.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Operação Marajoara

Rosalindo Sousa foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação "descaracterizada, repressiva e antiguerrilha", ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua "rede de apoio", os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato.[7]

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministério do Exército: general de Exército Orlando Geisel
Centro de Informações do Exército: general de Divisão Milton Tavares de Souza
Comandante da 8ª Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha
Comandante da 3ª Brigada de Infantaria: general de Brigada Antonio Bandeira
Comandante Posto Marabá: tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, "Curió"
Subcoordenador região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

Participação no comando da operação

Comandante da Brigada Paraquedista: general de Brigada Hugo Abreu

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo: relatório sobre as guerrilhas no Araguaia (1974)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873>.			Registra a última aparição de Rosalindo na guerrilha.
GRABOIS, Maurício. *Diário (1972-1973)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=31&id_noticia=12846>.			Registra a morte de Rosalindo na guerrilha.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_28429_70.	Informação nº_/70/S-102-M4-CIE (21/7/1970).	Ministério do Exército – Gabinete do Ministro (CIE).	Possui informações sobre a trajetória política de Rosalindo anteriormente a sua entrada na Guerrilha do Araguaia.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_P0046188-1982.	Ficha Individual, nº 45/69.	Presidência da República – Serviço Nacional de Informações (SNI).	Ficha individual de Rosalindo, referente a sua participação no movimento estudantil.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0073_0009.	Processo de reparação.	CEMDP.	Documentos pessoais e biográficos de Rosalindo.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0085_0023.	Ato nº 85.023 (19/6/2006) Certidão nº 9482 (11/2/2005).	Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).	Registra informações da vida política de Rosalindo, sua militância no movimento estudantil e participação na Guerrilha do Araguaia.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, Tais Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Informação nº1/74 – Relatório Especial de informações – CIE.	Ministério do Exército/Gabinete do Ministro - Centro de Informações do Exército.	Descrição da Cadeia de comando da Operação Marajoara.
Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Maurício Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05, p. 69.	Relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993.	Ministério do Exército.	Consta que Rosalindo morreu em combate com forças de segurança no dia 16/8/1973.
Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Maurício Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05, p. 13.	Relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993.	Ministério da Marinha.	Consta que Rosalindo morreu em setembro de 1973.
Arquivo CNV, Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Maurício Corrêa, em dezembro de 1993, 00092_000830_2012_05, p. 109.	Relatório do Ministério da Aeronáutica encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993.	Ministério da Aeronáutica.	Faz referência a fontes que confirmam a morte de Rosalindo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES[8]

Rosalindo Souza é considerado desaparecido político por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, "o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade", sendo que o Estado "tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis".

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Rosalindo Souza, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro "a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas".



Sérgio Landulfo Furtado

Filiação: Diva Landulfo Furtado e George de Souza Furtado
Data e local de nascimento: 24/5/1951, Serrinha (BA)
Atuação profissional: estudante
Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)
Data e local de desaparecimento: 11/7/1972, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido na Bahia, Sérgio Landulfo Furtado era natural de Serrinha e estudava Economia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Como militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), passou a viver na clandestinidade a partir de 1969. Desapareceu em 11 de julho de 1972, juntamente com Paulo Costa Ribeiro Bastos, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, e, desde então, nunca mais foi visto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão datada de 4 de dezembro de 1995, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de Sérgio Landulfo Furtado. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, foi dado o seu nome a ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O nome de Sérgio Landulfo Furtado integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/1995.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Sérgio Landulfo Furtado foi preso juntamente com Paulo Costa Ribeiro Bastos em um contexto de prisões de militantes do MR-8, no dia 11 de julho de 1971, na Urca, zona sul do Rio de Janeiro. Não se sabe ao certo em que circunstâncias foram presos, persistindo duas versões para o caso: uma indicando que foram presos no apartamento em que residiam; outra, de que conseguiram escapar e, posteriormente, tiveram seu veículo interceptado. De todo modo, ambos foram levados para o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro, localizado na rua Barão de Mesquita, na Tijuca.

Ao saber da prisão de Sérgio e Paulo, no dia 24 de julho de 1972, a família de Sérgio passou a procurá-los, enviando pedidos de informações a diversas autoridades, além de constituir o advogado Augusto Sussekind, responsável pela impetração de *habeas corpus* no Superior Tribunal Militar (STM), que restou inexitoso.

Nelson Rodrigues Filho, Manoel Henrique Ferreira e Paulo Roberto Jabour apresentaram várias denúncias nas auditorias, onde prestaram depoimentos acerca da prisão dos dois militantes. Paulo Roberto Jabour,

especificamente, em depoimento prestado na data de 20 de fevereiro de 1979, quando recolhido ao Presídio Milton Dias Ferreira, no Rio de Janeiro, relata que esteve no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) durante o segundo semestre de 1972, e ali percebeu que a morte de Sérgio era voz corrente. Ainda, ao prestar depoimento no inquérito instaurado para apurar as atividades do MR-8, ao indicar nomes de companheiros sabidamente mortos ou desaparecidos, o seu interrogador, major Oscar da Silva, perguntou se Paulo não gostaria de incluir o nome de Sérgio Landulfo na lista. A mesma impressão teve Nelson Rodrigues Filho, que, inclusive, teve a morte do companheiro confirmada por um escrivão do referido órgão.

Sérgio e Paulo figuram em um processo da Justiça Militar, que expediu mandados de prisão para ambos no dia 7 de setembro de 1971. Apenas em 1978, por figurar em um processo juntamente com Paulo, como revel, o ministro do STM, general de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos, requereu que o desaparecimento de ambos fosse investigado. Ao final, nada foi apurado. Durante todo o período da ditadura militar, os órgãos de repressão sustentaram que Sérgio se encontrava foragido ou, até mesmo, exilado no Chile.

Registra-se, ainda, a presença de contrainformação acerca do paradeiro de Sérgio Landulfo, uma vez que em informação do Serviço Nacional de Informações (SNI), datada de 1975, diz-se que Sérgio foi condenado a 12 e 13 anos de reclusão pelas auditorias da Aeronáutica e Marinha, respectivamente, no ano de 1972. Conforme o documento, encontrava-se foragido. Contudo, tal informação estava intitulada de "desaparecimento de pessoas". Destarte, resta demonstrado que as autoridades militares sabiam que Sérgio encontrava-se desaparecido, mas sempre informavam que ele estava foragido, na tentativa de levar ao erro os seus familiares e companheiros e obstar a responsabilidade dos órgãos de repressão por seu desaparecimento.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general Orlando Beckmann Geisel
Comandante do I Exército: general Sylvio Couto Coelho da Frota
Chefe do Estado-Maior do I Exército: general Henrique Carlos de Assunção Cardoso
Chefe do CODI do I Exército: coronel Adyr Fiuza de Castro

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

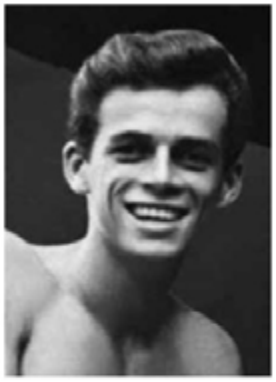
1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0074_0010, p. 4.	Certidão de óbito, 19/12/1995.	Registro Civil do Subdistrito de Brotas – BA.	Certifica o óbito de Sérgio de acordo com a Lei nº 9140/1995.
Brasil: nunca mais digital: Pasta BNM_638, p. 136.	Decretação de prisão preventiva, 7/9/1971.	DOPS.	Decreta a prisão preventiva de Sérgio e Paulo.
Brasil: nunca mais digital: Pasta BNM, Tomo V, volume 2, pp. 880-881.	Manoel Henrique Ferreira, 1971.	Projeto *Brasil: nunca mais.*	Relata que foi preso pela Polícia do Exército, esteve no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e ouviu dizer que Sérgio Landulfo também fora preso. Informa que até então, seu companheiro estava desaparecido.
Brasil: nunca mais digital: Pasta BNM. Tomo V, volume 3, p. 471.	Paulo Roberto Jabour, 1972.	Projeto *Brasil: nunca mais.*	Informa o desaparecimento de Sérgio e Paulo.
Brasil: nunca mais digital: Pasta BNM. Tomo V, volume 4, p. 311.	Paulo Costa Ribeiro Bastos, 1972.	Projeto *Brasil: nunca mais.*	Declaração de Nelson Rodrigues informando o desaparecimento de Sérgio e Paulo.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0074_0011, p. 9.	Informação nº 025/16/75/ARJ/ SNI, 29/4/1975.	SNI.	Informa que Sérgio estaria foragido.
Arquivo Nacional, SNIG: BR_AN_BSB_VAZ_109_0090.	Elementos foragidos, 1/6/1970.	CISA.	Informa que Sérgio estaria foragido, solicitando a sua localização e captura.
Arquivo Nacional, SNIG: BR_ AN_BSB_VAZ_126A_0128.	Subversivos brasileiros foragidos, 7/7/1971.	CISA.	Informa que Sérgio estaria foragido no Chile.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0074_0011, pp. 39-40.	Informação nº 096/16/ AC/75, 27/5/1975.	SNI – Agência Central.	Informa que foi condenado a 12 e 13 anos de reclusão pelas auditorias da Aeronáutica e Marinha, respectivamente, em decisões proferidas no ano de 1972. Segundo o documento, encontra-se foragido. Contudo, o título desta informação é "desaparecimento de pessoas".

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Sérgio Landulfo Furtado desapareceu quando se encontrava detido sob a custódia de agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização e identificação de seus restos mortais e identificação e responsabilização e dos demais agentes envolvidos.



Stuart Edgar Angel Jones

Filiação: Zuleika Angel Jones e Norman Angel Jones
Data e local de nascimento: 11/1/1945, Salvador (BA)
Atuação profissional: estudante universitário
Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)
Data e local do desaparecimento: 14/5/1971, Rio de Janeiro (RJ)
Codinome: Henrique, Paulo

BIOGRAFIA

Stuart era filho da estilista Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, e de Norman Angel Jones, de nacionalidade inglesa e norte-americana. Praticava muitos esportes, entre eles tênis, natação, capoeira, halterofilismo e remo. Cresceu no Rio de Janeiro, onde cursava Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 18 de agosto de 1968, casou com Sônia Maria Lopes de Moraes, passando a morar no bairro da Tijuca. Sua militância política foi iniciada quando entrou na Dissidência Estudantil do PCB da Guanabara, que depois passou a se chamar MR-8. Em 1969, já havia se tornado dirigente da organização estando à frente de operações armadas do grupo e, portanto, um alvo visado pela repressão.

No dia 14 de maio de 1971, Stuart foi sequestrado por agentes da repressão, se tornando mais um desaparecido político da ditadura. O desaparecimento de Stuart é um dos mais conhecidos da ditadura militar, tanto no Brasil como no exterior, em virtude das denúncias de sua mãe, Zuzu Angel, que chegou até mesmo a entregar um dossiê sobre o caso ao secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. A mobilização de Zuzu foi tão grande que a morte de Stuart foi denunciada no Congresso dos Estados Unidos por vários parlamentares, entre eles o senador Edward Kennedy. As denúncias de Zuzu Angel sobre o assassinato de seu filho só cessaram com a sua própria morte no dia 13 de abril de 1976, em acidente de carro no Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Stuart Edgar Angel Jones consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da Lei 9.140/95. Seu caso recebeu o nº 197/96 na CEMDP. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. O sofrimento de Stuart Angel foi homenageado nas canções de Chico Buarque de Holanda, "Cálice" e "Angélica". Stuart foi homenageado na cidade de Belo Horizonte, onde teve seu nome dado a uma rua no bairro Serra Verde, assim como a uma praça na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Em dezembro de 2010, o memorial do Clube de Regatas do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi nomeado Stuart Edgar Angel Jones em homenagem ao militante. A denúncia de seu desaparecimento e a história da luta da sua mãe por informações do seu paradeiro foram registrados no filme *Zuzu Angel* (2006), de Sérgio Rezende.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Stuart Angel iniciou sua militância política na Dissidência Estudantil do PCB da

Guanabara, depois denominada MR-8, do qual se tornou dirigente em meados de 1969. Documentos da repressão política o apontam como participante de operações armadas. O relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, contido na informação nº 511/70/S-102-S1-CIE do Centro de Informações do Exército (CIE), de 2 de março de 1970, acusa Stuart de participar do sequestro. Os agentes de informação identificam o estudante como "parte da Frente de Trabalho Armado responsável pelo sequestro do embaixador norte-americano".[1]

Stuart teve sua atuação como dirigente do MR-8 acompanhada pela ditadura até o momento de seu sequestro. Inúmeras prisões de militantes, ocorridas em maio de 1971, destacam as ações dos órgãos de repressão e informação na desarticulação das organizações opositoras, em especial a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o MR-8. Informação nº 279/CISA-RJ, de 11 de maio de 1971, reporta a prisão de quatro integrantes das duas organizações: Zaqueu José Bento, Manoel Henrique Ferreira, José Roberto Gonçalves de Rezende e Amaro de Souza Braga.[2] Outro documento do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), o encaminhamento nº 207/CISA-RJ, de 13 de maio de 1971, reforça o monitoramento desses grupos políticos ao reproduzir termo de declaração de Maria Cristina de Oliveira Ferreira, do MR-8.[3]

Supõe-se que as prisões de Stuart e de outros integrantes do MR-8 e da VPR estivessem ligadas ao fato de Carlos Lamarca, em abril de 1971, ter deixado a VPR e ingressado no MR-8. No início de maio de 1971, o CISA já sabia que Lamarca tinha ido para o MR-8 e queria capturá-lo de qualquer maneira, caso narrado no Capítulo 13 deste relatório. José Roberto Gonçalves de Rezende, integrante da VPR, conforme a informação nº 279/CISA-RJ, citada anteriormente, foi preso na noite de 7 de maio de 1971, em Copacabana, e levado do DOPS/RJ para as dependências do CISA na Base Aérea do Galeão.

O livro de ocorrências nº 16 (Ímpar) do DOPS/RJ, localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, registra, na página 176, a detenção de Zaqueu José Bento e Manoel Henrique Ferreira, integrantes do Grupo Político-Militar do MR-8, em 7 de maio de 1971, no Rio de Janeiro. Documentos do DOPS/RJ confirmam também a prisão do militante da VPR José Roberto Gonçalves de Rezende na livraria Entre Rios, de Copacabana, na noite de 7 de maio.

Alex Polari de Alverga foi preso em 12 de maio de 1971, conforme registrado na mesma data no livro de ocorrências nº 19 do DOPS/RJ. Sob tortura, Polari forneceu aos agentes do CISA informações sobre encontro dele com Stuart Angel, e foi utilizado como "isca".

Relatos do próprio Polari e de Maria Cristina de Oliveira Ferreira dão conta de que Stuart foi barbaramente torturado até a morte pelos agentes do CISA, para que revelasse o paradeiro de Carlos Lamarca – o que não fez. Em depoimentos prestados à CNV no ano de 2014, Alex Polari e Maria Cristina afirmaram que em nenhum momento chegaram a ver o rosto de Stuart Angel enquanto estiveram presos na Base Aérea do Galeão. Ambos inferiram que Stuart estava preso no Galeão tendo em vista que lhes foi apresentado documento em nome de "Paulo", com a fotografia de Stuart, perguntando se a pessoa na foto era Stuart Angel. Polari e Maria Cristina concordam ainda que, na mesma data em que a foto de Stuart foi apresentada, ouviram à noite gemidos de um homem sendo torturado que associaram a Stuart Angel, pois o agente do CISA que chefiava a equipe de interrogatório e tortura, Abílio Correa de Souza, disse no corredor da prisão: "Paulo, não fica aí reclamando, não. Vou te dar um Melhoral, uma injeção. Você vai ficar bom".

Em depoimentos prestados à CNV, agentes da Aeronáutica que atuaram na Base

Aérea do Galeão no ano de 1971 afirmam que todos os presos políticos mantidos no presídio de civis do Galeão andavam todo o tempo encapuzados, com capuzes até o peito, o que impossibilitava a identificação visual dos demais presos. Informaram que, quando os presos políticos eram conduzidos para audiências em auditorias militares, existia um procedimento de dissimulação do local onde se encontravam, que consistia em dar voltas com presos encapuzados em lanchas ou aviões para que se desorientassem e não reconhecessem o local de onde saíram, impedindo que seus familiares e advogados soubessem onde se encontravam presos. Esses mesmos agentes relataram que presos políticos eram transferidos da Base do Galeão para a Base Aérea de Santa Cruz encapuzados, e o comentário de um deles à CNV foi que "quem ia para Santa Cruz não voltava".

Em depoimento escrito quando se encontrava preso no Rio de Janeiro, em 1976, e encaminhado ao cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, Manoel Henrique Ferreira, falecido em 2014, relata:

> Dias após minha prisão, quando passava pela fase de torturas, na quinta ou sexta-feira (não sei precisar o dia exato, pois devido às condições em que me encontrava, tinha perdido a noção do tempo), fiquei sabendo, pelo "dr. Pascoal" (tenente-coronel Abílio Alcântara) que Stuart havia sido preso. Pela tarde "doutor Pascoal" abre a cela e me mostra uma carteira de identidade, para ver se eu conhecia a pessoa que tinha ali sua fotografia. [...] Ele, tenente-coronel Abílio Alcântara, deu um pequeno sorriso e disse que Stuart se encontrava [...]; que o haviam prendido naquele dia. [...] Logo após, de minha cela ouvi um intenso barulho no pátio, uma grande movimentação, gritos e barulho de motores de carros que saíam apressados. À noite, veio um médico, acompanhado pelo tenente-coronel Muniz ("doutor Luiz") visitando todas as celas. Este, ao chegar à minha cela, pergunta-me se eu já sabia que o Stuart estava preso. Ante minha resposta afirmativa ele fala-me que naquela noite ia entrar outro "peixe grande". Mais tarde, fui levado para a cela da equipe de análises, onde se encontravam os brigadeiros João Paulo Burnier e Carlos Affonso Dellamora, que logo se retiraram, e outros dois indivíduos da equipe de análise, o "doutor Pedro Paulo" e outro oficial que não sei o nome. Estes dois fizeram-me sentar e disseram que o Stuart estava preso, que haviam recolhido algum material em seu aparelho e queriam algumas informações [...] Antes de me mandar de volta para a cela, o "doutor Pedro Paulo" ainda me disse que "agora que pegamos Stuart, em dois dias chegaremos ao capitão Lamarca". Quando de volta à cela, percebi que em uma delas, que ficava próxima à entrada do corredor, havia alguém gemendo muito e às vezes gritava. [...] que pela madrugada se interromperam. Logo depois houve uma grande balbúrdia pelo corredor. Abriram uma cela e ouvi claramente quando alguém pediu que trouxessem um tapete. Depois cessou a movimentação e não voltei a ouvir mais os gemidos.[4]

Carta de Alex Polari de 23 de maio de 1972, enviada a Zuzu Angel para que ela tivesse a confirmação da morte do filho, narra a queda de Stuart Angel:

> Na manhã do dia 14 de maio de 1971, tinha sido levado, após dois dias de tortura, a uma região no Grajaú, próximo à avenida 28 de Setembro, onde tinha um encontro. Nos interrogatórios pude despistar o horário do encontro (que seria às 10h) como sendo às 8h e num local um pouco mais afastado. Porém às 9h, quando já me retiravam do local (carregado praticamente, pois não podia na época andar sozinho, devido a um problema nas pernas), Stuart entrou inadvertidamente nas proximidades do cerco, sendo detectado pelo esquema militar que tinha sido montado em muitos quarteirões à volta. Tinha passado de carro (um VW verde), estacionando, tendo sido reconhecido e preso pelos agentes quando passava perto de onde me encontrava, apesar de que o esquema e o cerco estivessem

se desmobilizando naquele momento. Dessa maneira, presenciei sua prisão.[5]

No trecho seguinte, Polari descreve o instante da prisão do companheiro:

> Stuart, quando caiu, portava uma calça verde-garrafa, camisa clara e um casaco bege. Foi colocado em um porta-malas de um Opala amarelo com teto de vinil preto e levado para a Base Aérea do Galeão, onde se localiza o CISA. Não me levaram juntamente com ele, pois passei o resto da manhã e boa parte da tarde sendo levado aos locais de outros encontros fictícios, no término dos quais retornei novamente ao "Paraíso" (nome-código do CISA) ao entardecer, indo direto para a sala de tortura no andar térreo.[6]

Sobre as torturas que sofreu por agentes do CISA, do Cenimar e do CIE, em depoimento no dia 12 de setembro de 2014, Polari afirmou à CNV:

> Na parte mais dura dessa chegada, desses dias, estava o Mike, Poeck ou não Poeck, que seja. E lá, as pessoas do CISA, tinha um suboficial que era até pouco tempo reconhecido como Abílio Alcântara, que era o chefe, o prático da tortura. Tinha mais algumas pessoas que eu tomei contato. Tinha o capitão que era o mais analista de informação, que depois em outras oportunidades me chamou para também um interrogatório, uma conversa, era o bonzinho, Lúcio Barroso. E tinha mais outros que apareceram, apareceram no CISA na época que eu estive lá. Apareceu o doutor Bruno, que era o homem do CIE que supostamente foi um dos dirigentes da Casa da Morte, muito educado, com um terno muito bonito, psicopata clássico. Aliás, não devia nem mencionar.[7]

O então capitão-aviador Lúcio Valle Barroso, hoje coronel reformado, é o único dos oficiais da Aeronáutica identificados por Alex Polari entre os envolvidos nas atrocidades cometidas contra Stuart Angel que continua vivo. Sua presença entre os agentes do CISA, com codinome "dr. Celso", foi denunciada por Alex Polari em processos, como o nº 89/1971-T, da 1ª Auditoria da Aeronáutica. Era formado em inteligência militar para oficiais na Escola das Américas, no Panamá, que frequentou de janeiro a abril de 1970.

Barroso, em depoimento à CNV em 9 de junho de 2014, declarou não ter tido nenhum envolvimento no caso de Stuart Angel e desconhecer a existência da prisão e das práticas de tortura na Base Aérea do Galeão, apesar das inúmeras acusações. Contudo, afirma ter conhecido integrantes do CISA, como Carlos Afonso Dellamora, Ferdinando Muniz de Farias e Abílio Correa de Souza, que ele chamava como "Abílio Alcântara".[8] Matéria do jornal *O Globo* ("Stuart Angel: verdadeiro nome do principal torturador é descoberto") já havia denunciado o nome real do suboficial Abílio Alcântara, codinome "doutor Pascoal", que na verdade era o suboficial Abílio Correa de Souza, já morto.

Outros nomes de agentes citados em documentos ou por testemunhos constam no registro nº 710 do livro de ocorrências nº 19 do DOPS/RJ, relativo à prisão de Alex Polari: os dos agentes do DOPS Theobaldo Lisbôa, Nilton Vieira de Mello, Milton Rezende Almeida, Eduardo Teixeira Sobrinho e Jair Gonçalves da Mota. Os dois últimos haviam sido denunciados por Alex Polari na carta a Zuzu Angel que ele escreveu na prisão no ano de 1972.[9]

O capitão da aeronáutica reformado Álvaro Moreira de Oliveira Filho, em depoimento à CNV em 17 de fevereiro de 2014, em Salvador, contou que o sargento da Aeronáutica José do Nascimento Cabral, já falecido, havia em duas ocasiões comentado com ele a respeito de episódio que viveu enquanto servia na Base Aérea de Santa Cruz.[10] De acordo com o sargento José do Nascimento, a Base Aérea de Santa Cruz teria recebido visita noturna de

grupo de oficiais comandado pelo brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que ordenou o fechamento da pista. José do Nascimento teve conhecimento da ordem do brigadeiro Burnier por estar de plantão naquela noite na torre de controle, de onde pôde observar, na cabeceira da pista, enterro de cadáver de pessoa que, como posteriormente soube, havia sido morta na Base Aérea do Galeão. À época, os colegas de José do Nascimento Cabral na Base Aérea de Santa Cruz presumiram tratar-se do corpo de Stuart Edgar Angel Jones. Segundo José do Nascimento, a cabeceira da pista era local de difícil acesso, pouco frequentado pelos militares que serviam na base. Ainda segundo o sargento Nascimento, um dos oficiais que acompanhavam o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier nessa oportunidade seria o então comandante da Base Aérea do Galeão. Em novo depoimento à CNV, em 6 de junho de 2014, o capitão reformado Álvaro Moreira de Oliveira Filho reiterou o que havia declarado anteriormente a respeito da ocultação do cadáver de Stuart Angel na Base Aérea de Santa Cruz.[11]

Na lista de servidores civis e militares lotados na Base Aérea de Santa Cruz em maio de 1971, mês do desaparecimento de Stuart Angel, fornecida pelo Ministério da Defesa, figura o nome do terceiro-sargento José do Nascimento. A CNV também solicitou à Defesa informações sobre eventuais obras de reforma, ampliação e modificação nas pistas da Base Aérea de Santa Cruz, e recebeu como resposta conjunto de documentos sobre obras e alterações realizadas no local de 1974 a 1978, por duas empresas de engenharia.

Em março de 2014, a CNV recebeu novas informações de ex-militar da Aeronáutica, que servia na Base Aérea de Santa Cruz no ano de 1971 (cuja identidade será preservada nos termos da lei que criou a CNV), que reforçam ter sido a Base Aérea de Santa Cruz utilizada no início da década de 1970 para a prisão ilegal e tortura de presos políticos, e também como instrumento para a ocultação de seus cadáveres.[12] Em depoimento à CNV em 11 de novembro de 2014, o referido oficial identificou fotografia de Stuart Edgar Angel Jones como sendo o preso que protegeu de um espancamento por policiais da Aeronáutica durante uma refeição no xadrez da Base Aérea de Santa Cruz. Nesse depoimento, o ex-militar relata que se sentou ao lado do preso que seria Stuart Angel, que estava muito magro e pálido. Este foi o único momento em que a testemunha teria visto Stuart Angel. Ainda nesse relato, o ex-militar afirmou ter sido ameaçado por seus superiores de que poderia ser enterrado no mandiocal próximo às regiões de mangue existentes na Base Aérea de Santa Cruz.

Esse mesmo ex-militar relata que era comum o comentário, na Base Aérea de Santa Cruz, acerca do lançamento em alto-mar de cadáveres transportados pelos aviões P-16.

O desaparecimento de Stuart é dos mais conhecidos da ditadura militar, pelas seguidas denúncias de sua mãe, a estilista Zuzu Angel. A forte pressão internacional resultou, em 15 de março de 1972, no afastamento de Burnier, dos coronéis-aviadores Roberto Hipólito da Costa, Carlos Affonso Dellamora e Márcio César Leal Coqueiro e de outros três oficiais, além da demissão do ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello. A partir desse momento, porém, o regime militar passou a negar formal e ostensivamente a prisão de Stuart, o que se observa em vários documentos dos órgãos de informação, como no depoimento de Paulo Roberto Jabur ao CISA, registrado no informe nº 0213, de 24 de julho de 1972, no qual Stuart aparece como "foragido", além de afirmar que "Paulo" (codinome de Stuart) teria participado de seis ações armadas de expropriação.[13] Documento de abril de 1973, com intuito de monitorar a atuação de jornalistas de *O Globo*, foi encaminhado pelo I Exército ao SNI. Entre os profissionais vigiados estava Hildegard Angel, irmã de Stuart.[14]

Documentos do Arquivo Nacional localizados em 2013 por jornalistas de *O*

Globo revelaram, no entanto, que a morte de Stuart Angel era tida como certa pelos serviços de informação da ditadura. O informe confidencial nº 1.008 da agência Rio de Janeiro do SNI, de 14 de setembro de 1971, tem como assunto: "Stuart Angel Jones – Falecido". Na Informação nº 4.057, da agência São Paulo do SNI, de 11 de setembro de 1975, o nome de Stuart aparece junto a outros nomes de militantes mortos, acompanhados das respectivas datas de morte. No caso de Stuart, o dia indicado é 16 de maio de 1971.[15]

Em oitiva domiciliar à CNV, em 30 de julho de 2014, o ex-comandante da Base Aérea do Galeão em 1971 e 1972, brigadeiro Jorge José de Carvalho, não forneceu nenhuma informação que permitisse esclarecer as circunstâncias da prisão ou da morte de Stuart Angel Jones. No entanto, o coronel Antônio da Motta Paes Júnior, que o sucedeu no comando da base em 1973 e 1974, admitiu em depoimento prestado à CNV, em 30 de julho de 2014, a existência de uma unidade do CISA no Galeão e indicou que havia recebido ordens superiores para não se imiscuir com esse grupo. Ary Casaes Bezerra Cavalcanti, comandante da Base Aérea de Santa Cruz de 1970 a 1972, foi convocado para prestar depoimento na CNV, mas não compareceu, alegando problemas de saúde. Luciano José Marinho de Melo, cabo que servia na Base Aérea do Galeão à mesma época do desaparecimento de Stuart, admitiu, em depoimento à CNV prestado em 1º de agosto de 2014, ter levado a presa política Maria Cristina de Oliveira Ferreira para que ela fizesse a certidão de nascimento de seu filho no ano de 1972.

Verificadas inconsistências dos depoimentos tomados de Alex Polari, Maria Cristina de Oliveira Ferreira e Alexandre Lyra de Oliveira em 2014 pela CNV no tocante à morte de Stuart na Base Aérea do Galeão, e tendo em vista os novos fatos trazidos por ex-militares que atestaram o cárcere e provável ocultação do cadáver de Stuart na Base Aérea de Santa Cruz, trilhou-se nova linha de investigação visando a busca de indícios sobre práticas de ocultação de cadáveres na Base de Santa Cruz.

Nesse sentido, foram pesquisadas as ocorrências de alterações nas pistas de pouso, ou próximas dessas, que indicassem práticas relacionadas à possível ocultação de cadáveres. A CNV constatou a realização de obras de ampliação das referidas pistas, entre os anos de 1976 e 1978. Foram realizadas pesquisas acerca da eventual existência de ocorrências policiais relacionadas ao encontro de cadáveres no local das obras da Base Aérea de Santa Cruz ou em outras obras realizadas pela mesma construtora na cidade do Rio de Janeiro que pudessem caracterizar eventual translado de restos mortais.

Em pesquisa efetuada junto ao acervo fotográfico da Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi localizada em um dos canteiros de obra da construtora Cetenco, responsável pelas reformas na Base Aérea de Santa Cruz no ano de 1976, a foto de um crânio – relacionada a ocorrência policial de investigação sobre o encontro de ossadas em obra no centro do Rio de Janeiro – cujas características do crânio e de outros elementos circunstanciais levaram a CNV a encaminhar o material fotográfico localizado para análise comparativa craniofacial no Centro de Ciências Forenses da Universidade de Northumbria, em Newcastle, Inglaterra.

A conclusão da análise pericial indicou que há, de modo geral, clara correspondência morfológica craniofacial entre as imagens *ante mortem* de Stuart Angel e *post mortem* da ossada cuja fotografia foi localizada pela CNV. Embora não tenha sido possível uma identificação definitiva, o perito Martin Paul Evison não encontrou elementos que excluíssem a possibilidade da fotografia do crânio examinada ser de Stuart Edgard Angel Jones.

No momento de fechamento desse Relatório, a CNV segue realizando pesquisas em arquivos policiais com vistas ao esclareci-

mento do destino final de Stuart Angel e à localização e identificação de seus restos mortais.

LOCAL DO DESAPARECIMENTO

Base Aérea de Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento

1.1. CISA

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro da Aeronáutica: Márcio de Souza Mello
Chefe do CISA: brigadeiro Carlos Afonso Dellamora
Participação nas operações do CISA
Comandante da 3ª Zona Aérea: brigadeiro João Paulo Burnier
Chefe de operações da 3ª Zona Aérea: Lucio Valle Barroso

1.2. DOI-CODI DO I Exército

Comandante do I Exército: Sylvio Frota
Chefe do Estado-Maior do II Exército: Bento Jose Bandeira de Mello
Chefe do DOI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria
João Paulo Moreira Burnier.	CISA.	Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional.	Tortura.	CISA.	1. Carta de Manoel Henrique Ferreira a d. Paulo Evaristo Arns 2. Carta de Alex Polari à Zuzu Angel 3. Depoimento do capitão Álvaro Moreira de Oliveira Filho.
Abilio Correa de Souza.	CISA.	Suboficial da Aeronáutica.	Tortura.	CISA.	Depoimento de Alex Polari à Comissão Nacional da Verdade.
Antônio Fernando Hughes de Carvalho.	DOI-CODI do I Exército.	Tenente.	Tortura.	CISA.	Carta de Manoel Henrique Ferreira.
Tenente-coronel Ferdinando Muniz de Farias.	CISA.	Tenente-coronel.	Tortura.	CISA.	1. Carta de Manoel Henrique Ferreira a D. Paulo Evaristo Arns 2. Carta de Alex Polari à Zuzu Angel.
Carlos Afonso Dellamora.	CISA.	Brigadeiro.	Tortura.	CISA	1. Carta de Manoel Henrique Ferreira a D. Paulo Evaristo Arns. 2. Carta de Alex Polari à Zuzu Angel.
Mario Borges.	DOPS.	Delegado.	Prisão ilegal e tortura.	CISA.	Carta de Alex Polari à Zuzu Angel.
Jayr Gonçalves da Mota.	DOPS.	Chefe do setor de capturas.	Prisão ilegal e tortura.	CISA.	Carta de Alex Polari à Zuzu Angel.
Lucio Valle Barroso.	III Zona Aérea.	Chefe de operações da III Zona Aérea.	Prisão ilegal e tortura.	CISA.	Carta de Alex Polari à Zuzu Angel.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias de desaparecimento e morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Informe citado no Relatório preliminar da CNV *O caso Stuart Angel*, RJ, 9/6/2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/Stuart_Angel_-_APRESENTACAO_EM_POWER_POINT_VERSAO_ATUALIZADA_16_DE_JUNHO.pdf>.	INFORME Nº 1008/SNI 14/9/1971.	SNI.	Informe nº 1008/SNI de 14/9/1971 declara Stuart Angel como falecido.
Arquivo CNV, 00092.003116/2014-22. Disponível em *O Globo* digital. Reportagem dos jornalistas Chico Otávio e Juliana Dal Piva, divulgada no jornal *O Globo* em 22/9/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/stuart-angel-verdadeiro-nome-do-principal-torturador-descoberto-10084684>.	Reportagem "Stuart Angel: verdadeiro nome do principal torturador é descoberto" (22/9/2013).	*O Globo*.	Aponta Abílio Correa de Souza como torturador de Stuart.
Arquivo CNV, 00092.003392/2014-91. Disponível em *O Globo* digital. Reportagem do jornalista Chico Otávio, divulgada no jornal *O Globo* em 9/6/2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/caso-stuart-coronel-admite-envolvimento-da-aeronautica-na-prisao-de-militante-12769407>.	Reportagem "Caso Stuart: coronel admite envolvimento da Aeronáutica na prisão de militante" (9/6/2014).	*O Globo*.	Admite envolvimento da Aeronáutica na prisão ilegal de Stuart Angel.
Brasil: nunca mais digital: Pasta 19760000A (1), p. 21.	Depoimento de Manoel Henrique Ferreira encaminhado a Dom Paulo Evaristo Arns (1/1976).	Manoel Henrique Ferreira.	Relata as torturas sofridas durante seu período de prisão e nomeia torturadores.
Arquivo CNV, 00092.003378/2014-97.	Relatório de comparação craniofacial.	Centro de Ciências Forenses da Universidade de Northumbria.	Correspondência morfológica craniofacial entre as imagens ante mortem de Stuart Angel e post mortem da ossada cuja fotografia foi localizada pela CNV.

2. Testemunhos à CNV ou às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Alex Polari.	Depoimento prestado perante a Comissão Nacional da Verdade em 12/9/2014.	Relatou detalhes de sua prisão e das torturas que sofreu na Base Aérea do Galeão. Confirmou que o suboficial Abílio Correa de Souza comandava as torturas no local onde estava detido. Relatou que, na mesma data em que a foto de Stuart lhe foi apresentada por seus torturadores no Galeão, ouviu à noite gemidos de um homem sendo torturado que associou a Stuart Angel.

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Alexandre Lira.	Depoimento prestado à CNV em 26/11/2014. Arquivo CNV, 00092003333/2014-12.	
Maria Cristina de Oliveira.	Depoimento prestado à CNV em 11/11/2014 Arquivo CNV 00092.003195.	Relatou que, na mesma data em que a foto de Stuart lhe foi apresentada por seus torturadores no Galeão, ouviu à noite gemidos de um homem sendo torturado que associou a Stuart Angel.
Hildegard Angel.	Depoimento prestado à CNV em 7/52014. Arquivo CNV 00092.001160/2014-73.	Relatou a trajetória de sua mãe Zuzu Angel e de seu irmão Stuart.

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Álvaro Moreira de Oliveira Filho (capitão da aeronáutica reformado).	Depoimento concedido à CNV no dia 17/2/2014.	Relata, com base na história de um colega de trabalho falecido, que o cadáver de Stuart Angel teria sido ocultado na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.
José Bezerra da Silva (terceiro-sargento).	Depoimento prestado à CNV no dia 16/4/2013.	Descreve tortura e momento da morte de Stuart.
Lúcio Valle Barroso (coronel da Aeronáutica reformado).	Depoimento prestado à CNV em 9/6/2014.	Nega participação no caso Stuart Angel, mas reconhece ter visto os ex-presos políticos Alex Polari e Maria Cristina de Oliveira nas dependências da Aeronáutica.
Ex-militar, não identificado nos termos do inciso I do artigo 4º, da Lei 12.528/2011.	Depoimento prestado à CNV no dia 11/11/2014. Arquivo CNV, 00092.003191/2014-93.	Relatou haver protegido Stuart Angel, magro e pálido, de espancamento no xadrez da Base Aérea de Santa Cruz no ano de 1971. Informou ter ouvido de seus colegas que cadáveres eram lançados ao mar a partir de aeronaves P-16.
José Jorge de Carvalho (brigadeiro reformado).	Depoimento prestado à CNV em 30/7/2014. Arquivo CNV, 00092.001744/2014-73.	Não forneceu qualquer informação relevante para o esclarecimento do caso.
Luciano Marinho de Mello (sargento da Aeronáutica reformado).	Depoimento prestado à CNV em 1/8/2014. Arquivo CNV, 00092.001696/2014.	Reconheceu ter levado Maria Cristina de Oliveira, detida na base aérea do Galeão no ano de 1972, para fazer o registro do nascimento de seu filho.
Ex-militar, não identificado nos termos do inciso I do artigo 4º, da Lei 12.528/2011.	Depoimento prestado à CNV em 4/11/2014. Arquivo CNV, 00092.003129/2014-00.	Forneceu detalhes sobre o modus operandi da detenção de presos políticos na Base Aérea do Galeão.
Antônio da Motta Paes Júnior (brigadeiro reformado).	Depoimento prestado à CNV em 30/7/2014. Arquivo CNV, 00092.001697/2014-68.	Confirmou o funcionamento de unidade do CISA dentro da Base Aérea do Galeão.

Identificação do depoente	Fonte	Informações relevantes
Ex-militar da Aeronáutica, que servia na Base Aérea de Santa Cruz.	Depoimento prestado à CNV em 4/11/2014. Arquivo CNV, 00092.003129/2014-00.	Afirmou que todos os presos políticos mantidos no presídio de civis da Base Aérea do Galeão estavam encapuzados todo o tempo, com capuzes até o peito, o que impossibilitava a identificação visual dos demais presos. Relatou que presos políticos eram transferidos da Base do Galeão para a Base Aérea de Santa Cruz encapuzados e comentou que "quem ia para Santa Cruz não voltava".

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, pode-se concluir que Stuart Edgar Angel Jones foi vítima de desaparecimento forçado em ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de 1964.

Recomenda-se a continuação das investigações para localização e identificação dos restos mortais de Stuart Edgar Angel Jones e a identificação dos demais agentes envolvidos.

1 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_19405_70, p. 15.

2 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ARJ_ACE_2481_71, p. 2.

3 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_36911_71, pp. 1-19.

4 – Arquivo *Brasil: nunca mais* digital: Comissão de Justiça e Paz, 19760000A, p. 19.

5 – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0007, pp. 229-30.

6 – *Ibid.*, p. 230.

7 – Arquivo CNV, 00092.002201/2014-73, p. 10.

8 – Arquivo CNV, 00092.001281/2014-40.

9 – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0007, p. 232.

10 – Arquivo CNV, 00092.000403/2014-81.

11 – Arquivo CNV, 00092.001912/2014-21.

12 – Arquivo CNV: 00092.003129/2014-00.

13 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_ 48158_ 72, pp. 1-4.

14 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_58561_73, p. 2.

15 – Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_10361_82, p. 5.



Uirassu de Assis Batista

Filiação: Aidinalva Dantas Batista e Francisco de Assis Batista
Data e local de nascimento: 5/4/1952, Itapicurú (BA)
Atuação profissional: estudante
Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data e local de desaparecimento: abril de 1974, em São Domingos do Araguaia (PA).

BIOGRAFIA[1]

Uirassu de Assis Batista foi um dos mais jovens militantes a ter se deslocado para a Guerrilha do Araguaia, com apenas 19 anos. Seus estudos primários se deram no interior da Bahia, em Rio Real (BA) e em Alagoinhas (BA). Durante o curso científico, envolveu-se com a militância política, através do movimento estudantil. Nessa época, aproximou-se do PCdoB, partido em que militaria até o fim de sua vida. Em 1969, mudou-se para Salvador, integrando o movimento secundarista e intensificando sua atividade política, chegando a fazer parte da Associação Baiana de Estudantes Secundaristas (ABES). Foi aprovado no vestibular da Universidade Federal da Bahia na área da saúde, mas logo abandonou seus estudos. Em 1971, passou à militância clandestina e se mudou para a localidade de Metade (PA), onde logo se adaptou às novas condições de vida. Pertenceu ao Destacamento A das Forças Guerrilheiras e usava o codinome "Valdir".

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV[2]

Uirassu de Assis Batista foi reconhecido como desaparecido político pelo anexo I da Lei nº 9.140/95 e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 14 de maio de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") *vs.* Brasil, entre elas, Uriassú. A sentença obriga o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9497, de 20 de novembro de 1997, tornou-se nome de rua na cidade de Campinas (SP).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[3]

O relatório do Ministério da Marinha entregue ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, registra que Valdir "foi morto em ABR/74".[4]

Segundo depoimento de Margarida Ferreira Felix, prestado ao Ministério Público Federal (MPF), no dia 21 de abril de 1974 os guerrilheiros Beto (Lucio Petit da Silva), Antônio (Antônio Ferreira Pinto) e Valdir (Uirassu de Assis Batista), estavam com as mãos amarradas e presos na casa do camponês Manezinho das Duas. Em outro depoimento colhido pelo MPF, de Adalgiza Moraes da Silva, consta que a declarante viu Uirassu e Lucio presos num helicóptero e que fingiram

não reconhecer a declarante. Antônio Félix da Silva, outro camponês da região, informou ao MPF, em 6 de julho de 2001, que no mesmo dia 21 de abril de 1974 viu Antônio, Lucio e Uirassu amarrados com uma corda fina na sala da casa de Manezinho e que Uirassu aparentava estar ferido na perna ou com leishmaniose. Informou ainda que, na equipe militar que conduziu os guerrilheiros, reconheceu apenas que o comandante era um tenente paraquedista do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional, Tais Morais, BR_DFANBSB_VAY_0083_d, p. 72). De acordo com relatório do Centro de Informações do Exército (CIE), de 1975, o nome de Uirassu consta numa lista de guerrilheiros do Araguaia como morto em 29 de abril de 1974 (Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002).

Segundo o requerimento de Aidinalva Dantas Batista, mãe de Uirassu, solicitado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a página 251 do livro Guerrilha no Araguaia do coronel Pedro Corrêa Cabral, afirma que o corpo de Uirassu foi depositado, na época de sua morte, na Serra das Andorinhas, entre Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA) (Arquivo Nacional: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: BR_DFANBSB_AT0_0077_0004).

Nas fichas militares divulgadas pelo jornal O Globo, no dia 28 de abril de 1996, o nome de Valdir (Uirassu) consta como morto em 11 de janeiro de 1974, na localidade de Brejo Grande, no sudeste do Pará. Entretanto, esta informação encontra-se riscada na ficha de Uirassu, o que pode indicar um erro na produção original do documento.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Uirassu de Assis Batista foi visto pela última vez no sítio do camponês Manezinho das Duas, em São Domingos do Araguaia, PA, próximo ao rio Saranzal, segundo depoimentos concedidos ao Ministério Público Federal.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Operação Marajoara

Uirassu de Assis Batista foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação "descaracterizada, repressiva e antiguerrilha", ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua "rede de apoio", os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato.[5]

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Ministério do Exército: general de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho
Centro de Informações do Exército: general de Brigada Confúcio Danton de Paula Avelino
Comandante da 8ª Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha
Comandante do Posto de Marabá: tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, "Curió"
Subcoordenador Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de Informações nº 1/74.	Ministério do Exército/ Gabinete do Ministro - Centro de Informações do Exército.	Descrição da Cadeia de comando da Operação Marajoara.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0004.	Ato nº 77.004, 4/2/1997	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Processo dos Familiares levado à CEMDP.
Arquivo Nacional, Tais Morais, BR_DFANBSB_VAY_0083_d.	Dossiê Araguaia, 5/6/2001.	Ministério Público Federal.	Depoimento de Antônio Félix da Silva e de Margarida Ferreira Felix.
Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05.	Relatórios do Exército, Marinha e Aeronáutica, entregues ao Ministro da Justiça Mauricio Corrêa, dezembro de 1993.	Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica.	Afirma que Uirassu teria morrido em abril de 1974.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_54730_86_002.	Relatório do CIE.	Ministério do Exército.	Afirma que Uirassu teria morrido em 29/4/1974.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES[6]

Uirassu de Assis Batista é considerado desaparecido político por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, "o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade", sendo que o Estado "tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis".

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Uirassu de Assis Batista, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação dos demais agentes envolvidos e responsabilização dos agentes da repressão envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro "a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas".



Vandick Reidner Pereira Coqueiro

Filiação: Elza Pereira Coqueiro e Arnóbio Santos Coqueiro
Data e local de nascimento: 9/12/1949, Boa Nova (BA)
Atuação profissional: estudante e professor
Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Data e local de desaparecimento: 17/1/1974, Embaubal (PA)

BIOGRAFIA[1]

Vandick Reidner Pereira Coqueiro nasceu em Boa Nova (BA), no ano de 1949. Estudou na cidade de Jequié (BA), no Instituto Régis Pacheco, onde cursou o 1º e o 2º graus. Nessa época, conheceu futuras guerrilheiras: Dinaelza Soares Santana Coqueiro, que viria a ser sua esposa, e Luzia Reis Ribeiro. Todos participavam de um grupo de estudos de literatura. Anos mais tarde, se mudou para Salvador e cursou Economia na Universidade Federal da Bahia, até o 3º ano. Foi eleito para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e logo começou a participar do Comitê Estudantil do PCdoB, em 1970. Por pouco tempo, trabalhou como professor de História em cursos pré-vestibulares, antes de se mudar para o sudeste do Pará. Em 1971, ele e Dianelza Santana Coqueiro foram juntos para a região da Gameleira, onde se integraram ao Destacamento B da guerrilha.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV[2]

Vandick Reidner Pereira Coqueiro foi reconhecido como desaparecido político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 16 de abril de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") *vs.* Brasil, entre elas, Vandick. A sentença obriga o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas. Por meio da Lei nº 9.497, de 20 de novembro de 1997, tornou-se nome de rua na cidade de Campinas (SP).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE[3]

Vandick Reidner Pereira Coqueiro foi visto por seus companheiros pela última vez pouco antes do episódio conhecido como o "Chafurdo de Natal", um ataque feito ao acampamento da Comissão Militar da Guerrilha, em 25 de dezembro de 1973. Segundo o *Relatório Arroyo*, Vandick e Dinaelza deveriam chegar em 28 de dezembro de 1973 a um ponto de encontro pré-estabelecido, próximo ao local onde acontecera a ataque ao acampamento da Comissão Militar da Guerrilha. De acordo com Arroyo, os dois não compareceram à localidade. O último registro do guerrilheiro com vida indica que, em 17 de novembro de 1973, ele esteve nas proximidades de um local onde houvera o tiroteio no qual estiveram envolvidos Elmo Corrêa, Antônio Teodoro de Castro

e Micheás Gomes de Almeida. No Relatório da Marinha, de 1993, há apenas a indicação de que Vandick foi morto em 17 de janeiro de 1974. O morador da região Pedro Vicente Ferreira, ou Pedro Zuza, que serviu ao Exército como guia, declarou ao Ministério Público Federal, em 7 de julho de 2001, que perseguia os guerrilheiros na região do Embaubal procurando Oswaldão e seus companheiros e que havia matado Amaury (Paulo Roberto Pereira Marques) e João ou Zé Goiano (Vandick Reidner Pereira Coqueiro),[4] sem, contudo, precisar a data do evento.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Vandick teria morrido na localidade do Embaubal, PA, segundo o depoimento de Pedro Vicente Ferreira ao Ministério Público Federal presente no relatório da CEMDP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Vandick Reidner Pereira Coqueiro foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação "descaracterizada, repressiva e antiguerrilha", ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua "rede de apoio", os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato.[5]

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministério do Exército: general de Exército Orlando Geisel
Centro de Informações do Exército: general de Divisão Milton Tavares de Souza
Comandante da 8ª Região Militar: general de Brigada José Ferraz da Rocha
Comandante da 3ª Brigada de Infantaria: general de Brigada Antonio Bandeira
Comandante do Posto Marabá: capitão Sebastião Rodrigues de Moura, "Curió"
Subcoordenador da Região Norte: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

Participação no comando da operação

Comandante da Brigada Paraquedista: general de Brigada Hugo Abreu

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo: relatório sobre a luta no Araguaia (1974).* São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 1974.	*Relatório Arroyo*, 1974.	Fundação Maurício Grabois.	Registra que Vandick deveria comparecer a um encontro com outros guerrilheiros no dia 28/12/1973, mas que não apareceu no local combinado.
Arquivo Nacional, Tais Morais, BR_DFANBSB_VAY_0083_d, p. 72.	Dossiê Araguaia, 5/6/2001.	Ministério Público Federal.	Depoimento de Pedro Vicente Ferreira sobre a morte de Vandick.

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.	Relatório Especial de Informações nº 1/74.	Ministério do Exército/ Gabinete do Ministro – Centro de Informações do Exército.	Descrição da Cadeia de comando da Operação Marajoara.
Arquivo Nacional, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: BR_ DFANBSB_AT0_0077_0007.	Ato nº 77.007, 6/12/1996.	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.	Processo dos familiares para o recebimento da indenização pelo desaparecimento.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES[6]

Vandick Reidner Pereira Coqueiro é considerado desaparecido político por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, "o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade", sendo que o Estado "tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis".

Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Vandick Reidner Pereira Coqueiro, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro "a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas".

1 – Arquivo Nacional. *Documentos do SNI: Os mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 241-242.

2 – Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (BRASIL); Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado – IEVE. Org. Crimeia Schmidt *et al*. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 534; CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24/11/2010. Série C, nº 219.

3 – *Ibid*.

4 – Arquivo Nacional, Tais Morais, BR_DFANBSB_VAY_0083_d, p. 72

5 – Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0073_d.

6 – CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. op. cit., p. 38, p. 41.



Vitorino Alves Moitinho

Filiação: Jolinda Alves Moitinho e Izaú Lopes Moitinho
Data e local de nascimento: 3/1/1949, Poções (BA)
Atuação profissional: bancário e operário
Organização política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
Data e local de desaparecimento: 27/10/1973, Rio de Janeiro (GB)

BIOGRAFIA

Nascido na Bahia, Vitorino Alves Moitinho aproximou-se do movimento estudantil em 1968, quando cursava o ensino médio. Em 1969, ingressou em um curso de vestibular, onde conheceu militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que atuavam na clandestinidade. Além de estudante, trabalhava como riscador em uma fábrica e como bancário. Em março de 1969, abandonou seus empregos na Bahia e ingressou no PCBR. Dentro do partido, desempenhava a tarefa de datilógrafo. Mudou-se para o Rio de Janeiro, e foi morar na Vila da Penha. Pouco tempo depois, passou a dividir uma casa com um colega em Heliópolis, Nova Iguaçu. Teve que se mudar outras vezes por questões de segurança. No Rio de Janeiro, trabalhou no estaleiro Caneco no Caju, um complexo de indústrias responsáveis pela construção de navios para o Brasil e outros países, período em que passou a militar junto ao movimento operário.

Vitorino foi processado por sua participação política no PCBR e sua liderança entre os operários do estaleiro. Foi preso pela primeira vez em 1972, tendo sido interrogado no Quartel do Primeiro Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, pelo tenente-coronel Mario Vital Guadalupe Montezuma. Durante o interrogatório, que teve duração de mais de três horas, Vitorino afirmou que não se arrependia de ter se dedicado "conscientemente" a uma organização considerada ilegal e clandestina. No dia 1º de dezembro de 1972, Vitorino recebeu o alvará de soltura e passou a viver na clandestinidade. Morreu aos 24 anos de idade, carbonizado dentro de um carro com outros três militantes do PCBR, em ação perpetrada por agentes do Estado. Seus restos mortais ainda não foram identificados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Vitorino Alves Moitinho consta no anexo I da Lei nº 9.140/1995. Em maio de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) deferiu o requerimento de indenização apresentado por sua mãe, Jolinda Alves Moitinho. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a ruas nas cidades de Salvador (BA) e São Paulo (SP).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Vitorino Alves Moitinho foi morto no dia 27 de outubro de 1973, junto com Ranúsia Alves Rodrigues, Ramires Maranhão

do Valle e Almir Custódio de Lima, todos militantes do PCBR, no episódio que ficou conhecido como "Chacina da Praça da Sentinela" ou "Chacina de Jacarepaguá", em operação comandada por agentes do DOI/CODI do I Exército.

O episódio foi narrado por Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, no livro *Dos filhos deste solo,* nos seguintes termos:

> Chovia na noite de 27 de outubro de 1973, um sábado. Alguns poucos casais escondiam-se da chuva junto do muro do Colégio de Jacarepaguá, no Rio. Por volta das 22h um homem desceu de um Opala e avisou: "Afastem-se porque a barra vai pesar". O repórter de *Veja* (7/11/73) localizou alguém que testemunhou o significado desse aviso: "Não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros". (...) Vindos de todas as ruas que levam à praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um fusca vermelho e despejando tiros. Depois jogaram uma bomba dentro do carro. No final, havia uma mulher morta com quatro tiros no rosto e peito e três homens carbonizados.[1]

Inicialmente, os jornais do dia 29 de outubro de 1973 noticiaram a morte de dois casais, que teriam sido metralhados em Jacarepaguá, mas não forneceram a identificação das vítimas. Somente na edição de 17 de novembro de 1973 foi divulgada uma nota informando que quatro "terroristas" tinham sido mortos em tiroteio com as forças de segurança, na Praça da Sentinela, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Em decorrência do tiroteio, o carro no qual os militantes se encontravam teria se incendiado, e os corpos de três militantes teriam sido carbonizados dentro do veículo. Entre os militantes mortos foram identificados apenas Ranúsia e Almir. Os nomes de Vitorino e Ramires não foram informados na matéria, o que significa que a morte dos dois não foi oficialmente reconhecida à época.

Com a abertura dos arquivos do DOPS do Rio de Janeiro e de São Paulo, na década de 1990, foram localizados documentos do I Exército e do Ministério da Aeronáutica que identificavam os quatro militantes como vítimas do suposto tiroteio que teria resultado na carbonização do veículo. No mesmo sentido, documento do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), de 28 de dezembro de 1973, registra que,

> Em 27 Out 73, em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança da Guanabara, vieram a falecer Ranúsia Alves Rodrigues, Ramires Maranhão do Vale, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho.

As informações contidas no documento permitem inferir que os órgãos de segurança conheciam a identidade de todos os militantes mortos no suposto conflito. Ademais, o texto do documento sugere que o aparato repressivo estava mobilizado com o intuito de minar a atuação do PCBR no país, na medida em que registra que a morte dos militantes "virá a acarretar a imobilização do PCBR, no sul do país, por um prolongado período de tempo". Ainda sobre a identificação dos militantes, as fotos da perícia de local mostram o veículo incendiado, com três corpos carbonizados dentro, pertencentes a Vitorino, Almir e Ramires, e o corpo de Ranúsia metralhado do lado de fora do carro.

A Informação nº 2805 do CIE, de 1º de novembro de 1973, agrega outro elemento relevante para o esclarecimento do caso ao registrar que Ranúsia tinha sido presa no dia 27 de outubro e supostamente levada ao local em Jacarepaguá onde haveria um encontro dos militantes do PCBR que, percebendo o cerco policial, teriam iniciado o tiroteio. Mais recentemente, outro documento localizado pela Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) indicou que Ramires e Almir também tinham sido

detidos antes de morrerem. Trata-se de análise produzida pelo Centro de Informações do Exército (CIE), no ano de 1974, sobre a situação operacional dos grupos que aderiram à luta armada no Brasil. No trecho dedicado ao PCBR consta que, no final de outubro de 1973, o DOI-CODI do I Exército vigiou permanentemente as atividades de Almir Custódio de Lima, o que possibilitou a identificação também de Ramires do Valle e Ranúsia Alves. O relatório informa, ainda, que os três foram presos e submetidos a interrogatórios.

Segundo o informe, após a prisão dos três militantes, foram recolhidas informações que apontavam a fragilidade do PCBR que, "na Guanabara, estaria reduzido praticamente aos três acima mencionados e mais Vitorino Alves Moutinho". Além disso, a partir dos interrogatórios, o órgão teria tomado conhecimento de que na noite do dia 27 de outubro haveria um encontro entre militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e Vitorino Alves, que estaria buscando "reestruturar o PCBR". De acordo com o documento, na "cobertura do ponto acima mencionado ocorreu violento tiroteio, quando morreram Ramires, Almir, Ranúsia e Vitório (sic) Alves Moutinho – 'Branco', 'Doido', este último que entrara no ponto". A confirmação da prisão e do interrogatório de três dos militantes do PCBR, mortos no episódio em tela, demonstra a falsidade da versão de tiroteio, que consiste em mais um exemplo das farsas montadas por agentes da repressão para encobrir ações ilegais.

Outros indícios contribuem para desconstruir a versão de tiroteio. Segundo relatos da vizinhança, reproduzidos em reportagem da revista *Veja* em novembro de 1973, cerca de oito carros participaram da operação, e as testemunhas não "ouviram nenhum gemido, só tiros, o estrondo e a correria dos carros". Além disso, a reportagem informa que o comissário responsável pelas investigações tinha sido afastado na mesma semana do acidente, quando o caso foi passado a autoridades superiores. Em depoimento prestado em 1992, o companheiro de militância das vítimas, Antônio Soares Filho, que reconheceu o corpo de Ramires pelos óculos e grande ossatura, desmentiu que houvesse um encontro do PCBR na região de Jacarepaguá no dia 27 de outubro de 1973, o que reforça a hipótese de que foi forjado pelos órgãos de segurança.

Os quatro militantes mortos foram enterrados sem identificação, como indigentes, no cemitério Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro. Em 1979, os restos mortais foram transferidos para o ossuário geral e, entre 1980 e 1981, para uma vala clandestina com diversas outras ossadas. Os restos mortais de Vitorino não foram, até hoje, localizados e identificados.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rio de Janeiro, GB.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI do I Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Comandante do I Exército: general Sylvio Couto Coelho da Frota
Chefe do Estado Maior do I Exército: general de Brigada Bento José Bandeira de Mello
Chefe do DOI do I Exército: general Adir Fiúza Castro

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0072_0006 p. 78.	"Metralhados dois casais em Jacarepaguá", 29/10/1973.	*O Globo*.	Noticia o falecimento de 4 pessoas na Guanabara. Não informa a identidade das vítimas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0072_0006, p. 80.	"Terroristas Morrem em Tiroteio com as Forças de Segurança" e "Terroristas São Mortos em Tiroteio", 17/11/1973.	Jornal *O Globo* e *Jornal do Brasil*.	Reproduz nota do Ministério do Exército, que reforça a falsa versão de tiroteio. Informa a identidade de duas das vítimas, Ranúsia e Almir.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0072_0007 pp. 49-57.	Laudo nº 567.344, 27/10/1973.	Polícia Técnica (Instituto de Criminalística Carlos Éboli – ICCE).	Perícia do local de incêndio: documenta três corpos carbonizados e uma mulher fora do carro, baleada.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0078_0002, pp. 26-27.	Encaminhamento nº 0418, 28/12/1973.	Centro de Informações da Aeronáutica, CISA.	Confirma a morte de Vitorino e seus companheiros no dia 27/10/1973 em tiroteio com os órgãos de segurança.
Arquivo Nacional, CISA: BR_ AN_BSB_VAZ_107_0007, p. 1.	Informação nº 0611, 6/11/1973.	Centro de Informações da Aeronáutica, CISA.	Reconhece a morte dos quatro militantes do PCBR na mesma operação em Jacarepaguá (RJ) com data de 27/10/1973.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0072_0007, p. 28.	Informação nº 2805/73-SC, 1/11/1973.	Centro de Informações do Exército – SNI/ ARJ – DOPS/GB.	Informa intenso monitoramento das atividades e encontros do PCBR; informa a prisão de Ranúsia em 27/10/1973; descreve as declarações de Ranúsia; informa que Ranúsia foi levada ao ponto de encontro com demais militantes do PCBR em Jacarepaguá; sustenta a versão de troca de tiros; informa que os 4 militantes morreram.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0078_0002, p. 10.	Certidão de óbito, 8/4/1996.	Registro Civil das Pessoas Naturais – Primeiro Subdistrito Sé.	Informa que Vitorino Moitinho esteve desaparecido desde 1973 e que seu último domicílio foi no Rio de Janeiro.
Brasil: nunca mais digital – MPF_BNM_04, Projeto *Brasil: nunca mais* 301 a 400, Pasta BNM_317, pp. 239-248.	Termo de perguntas ao indiciado, 20/4/1972.	Quartel do 1º Batalhão de Guardas (RJ).	O interrogatório apresenta informações sobre a trajetória política de Vitorino até o ano de 1972.
Brasil: nunca mais digital – MPF_BNM_04, Projeto *Brasil: nunca mais* 301 a 400, Pasta BNM_317, p.649.	Alvará de soltura, 1/12/1972.	Justiça Militar, 3ª Auditoria do Exército da 1ª CJM.	Informa a data em que Vitorino saiu da prisão preventiva.
Arquivo Público Estadual de Pernambuco João Emerenciano (APEJE), DOPS – PE, DOC IV EX 1974 PARTIDOS-IGREJA, pp. 50-51.	Continuação do RPI nº 10, 11 e 12/73 – CIE, 15/1/1974.	Centro de Informações do Exército – IV Exército.	Consta que Almir, Ranúsia e Ramires foram presos pelo DOI-CODI/I e interrogados no final de outubro de 1973.
Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05.	Relatório das Forças Armadas, de dezembro de 1993.	Ministério da Marinha.	Informa, sobre Vitorino, que "Teria morrido, juntamente com outros subversivos durante operação não definida".

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Vitorino Alves Moitinho desapareceu e morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido político, uma vez que seus restos mortais não foram localizados e plenamente identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.



Walter Ribeiro Novaes

Filiação: Maria Rosalinda Ribeiro e Arlindo Ribeiro Moraes
Data e local de nascimento: 1/8/1939 (BA)
Atuação profissional: guarda-vidas
Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Data e local de desaparecimento: 12/7/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido na Bahia, Walter Ribeiro Novaes trabalhou como guarda-vidas do Serviço de Salvamento Marítimo, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ). Era casado com Atamilca Ortiz Novaes, com quem teve dois filhos. Em 13 de junho de 1970, ele foi preso pela primeira vez e não assistiu ao nascimento de seu filho, neste mesmo dia, no Hospital do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (IASERJ). Ao ser libertado, dois meses depois, estava debilitado em função das torturas. Passou a viver na clandestinidade e assumiu a tarefa de cuidar da infraestrutura do comando da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Atuou nos sequestros dos embaixadores da Alemanha, em junho de 1970, e da Suíça, entre dezembro daquele ano e janeiro de 1971. Foi preso novamente em 12 de julho de 1971, no bairro da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, e, desde então, nunca mais foi visto. Desapareceu aos 31 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Por determinação da Lei nº 9.140/95, conforme consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I da referida Lei, Walter Ribeiro Novaes foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político. Em decisão de 13 de setembro de 1999, Walter Ribeiro Novaes foi reconhecido como desaparecido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu nome consta ainda no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 22 de agosto de 2012, foi reconhecido como anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia. Foi homenageado pela prefeitura de São Paulo que deu seu nome a uma rua.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Walter Ribeiro Novaes foi preso em 12 de julho de 1971, no bairro da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, depois da invasão à sua residência por policiais à paisana, que "reviraram móveis, espalharam terror e molestaram sua esposa, Atamilca, na frente de seus dois filhos menores". Era cerca de 18h30 quando o militante da VPR saiu para ir ao encontro de Alípio, também guarda-vidas, que trabalhava na Barra da Tijuca. Foi a última vez em que Walter foi visto. Na procura por informações sobre o seu paradeiro, sua família chegou a entrar em contato com um policial que informou, em troca de dinheiro, que ele se encontrava no DOPS/GB;

contudo, este contato foi interrompido, por iniciativa do próprio policial, que alegou ter sido ameaçado de morte.

Apesar dessa informação, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), em relatório de 4 de março de 1977, em que referencia a esposa de Walter, na época refugiada no Chile, negou que o militante houvesse sido preso pelos órgãos da repressão, no qual constava que "seu marido nunca foi preso por qualquer órgão de segurança nacional". Em desconstrução da versão apresentada, Inês Etienne Romeu, no relatório sobre sua prisão no centro clandestino de tortura do Centro de Informações do Exército (CIE), em Petrópolis (RJ), conhecido como Casa da Morte, afirmou ter ouvido de seus torturadores que Walter Ribeiro Novaes esteve naquele cárcere clandestino em julho de 1971 e que, no período entre 8 e 14 de julho, houve uma ruidosa comemoração em virtude de sua morte. Alex Polari de Alverga também informou em depoimentos prestados à Justiça Militar durante aquele período, que ouviu de agentes do DOI-CODI-RJ que Walter tinha sido morto após ter sido torturado.

Até o momento, os restos mortais de Walter Ribeiro Novaes não foram encontrados.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Bairro da Penha, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI/RJ

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército Sylvio Frota

Chefe do DOI-CODI do I Exército: coronel José Pinto Pacca

1.2. Casa da Morte/Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Chefe do CIE: general de Exército Milton Tavares de Souza

Subchefe do CIE: coronel José Luiz Coelho Neto

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_117_0203.	Info nº 866/DSI-MRE, 14/2/1977.	CISA.	Versão oficial de que Walter Ribeiro Novaes nunca foi preso pelos órgãos de segurança.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0086_0013.	Ofício nº 051/2006-CDP/GAB/SEDH/PR, 19/6/1996.	CEMDP.	Relação de documentos em que Walter Ribeiro Novaes é citado.
Arquivo CNV, 00092.003249/2014-07.	Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a "Casa da Morte de Petrópolis", 25/3/2014.	CNV.	Afirma que Inês Etienne soube da morte de Walter na Casa da Morte de Petrópolis.
Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, Processo 2009.01.65730, pp. 4-6.	Declaração de Advogado, 22/10/2009.	João Sebastião de Faria.	Informa sobre a prisão de Walter Ribeiro Novaes na ocasião de seu desaparecimento.

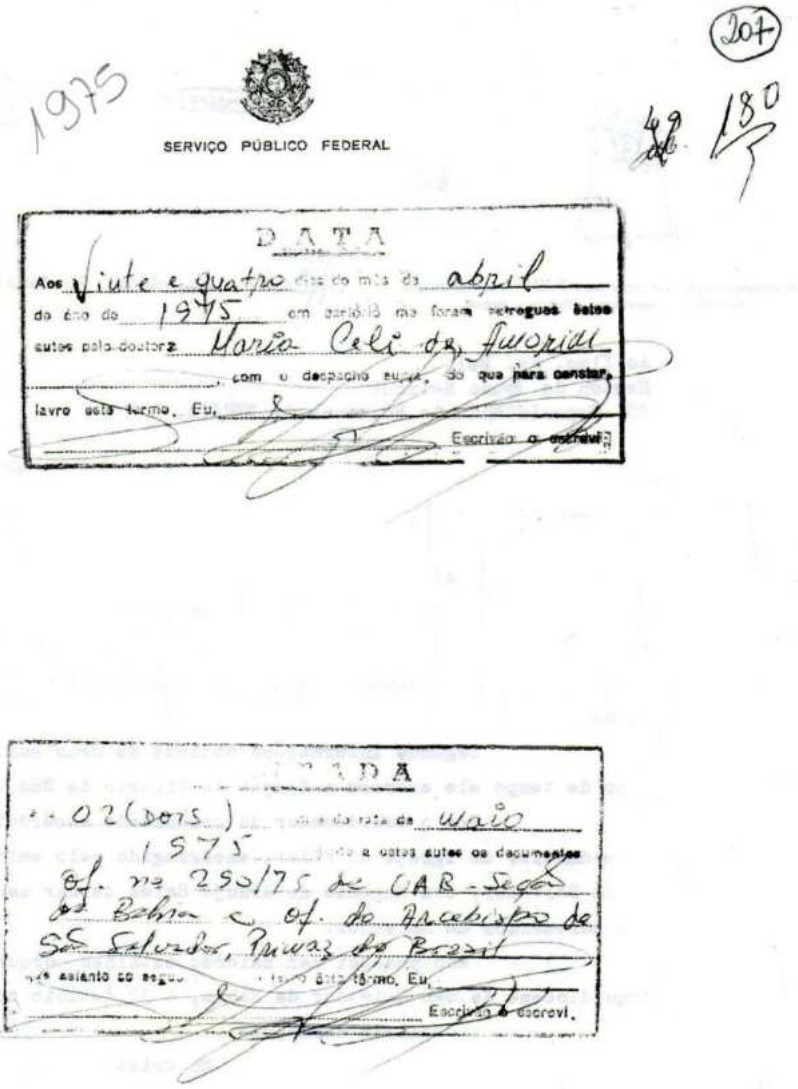
Identificação da fonte documental	Título e data do documento	Órgão produtor do documento	Informações relevantes
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0079_0005.	Processo CEMDP de investigação sobre o desaparecimento e morte de Walter Novaes	Arquivo Nacional, CEMDP.	Informações sobre o desaparecimento de Walter Ribeiro Novaes.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Walter Ribeiro Novaes morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro na Casa da Morte de Petrópolis, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Walter Ribeiro Novaes, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

Anexo 49 - Defesa de Padre Camille pelo advogado Pedro do Nascimento



1975

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

207

49 180

DATA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril

do ano de 1975 em cartório me foram entregues estes

autos pela doutora Maria Celi de Amorim

com o despacho supra. Do que para constar,

lavro este termo. Eu,

Escrivão o escrevi.

DATA

02 (dois)

1975

Of. nº 290/75 da OAB-Seção

da Bahia e Of. do Arcebispo de

SE Salvador, Primaz do Brasil

Eu, Escrivão o escrevi.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA "DR. PEDRO DO NASCIMENTO"

PEDRO DO NASCIMENTO
DINIZ AUGUSTO DE SANT'ANA
– ADVOGADOS –

Fls 63

1975

ILMO. SR. DR. SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DO ESTADO DA BAHIA:

1969

O infrafirmado, advogado, com escritório à Praça da Sé nº 5, Edf. Themis sala 305, nesta capital, nos autos do Inquérito de expulsão em o padre CAMILLO ANTONIN ROLLAND figura como indiciado, nos termos do § 7º do artigo 79 do Decreto-Lei nº 941, de 13 de Setembro de 1969, vem perante V.Sa. na qualidade de defensor dativo nomeado pela Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, apresentar a DEFESA do Indiciado em tela, cujas razões seguem anexas:

P. Deferimento

Salvador 12 de maio de 1975.

PEDRO DO NASCIMENTO – OAB. 3.782.

CPF. 033093635.

Praça da Sé – Ed. Themis - Sala 305 - Fone 3-6099 — Insc. 35583000 — Salvador - Bahia

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA "DR. PEDRO DO NASCIMENTO"

PEDRO DO NASCIMENTO
DINIZ AUGUSTO DE SANT'ANA
— ADVOGADOS —

DPF Fls. 44 CARTÓRIO

RAZÕES DA DEFESA DO PADRE CAMILLE ANTONIN ROLLAND:

O padre Camillo Antonin Rolland ingressou legalmente no território nacional no ano de 1965, e logo após sua chegada na capi-Soterapolitana, foi indicado pelo então Cardeal D. Eugênio de Araujo Sales para exercer as funções de Vigário de S. Gonçalo do Retiro, nesta capital, sendo posteriormente escolhido para coordenar os trabalhos da Comunidade Sacerdotal, tendo inclusive sido indicado para atuar no Porto do Salvador, na qualidade de Assistente Pastoral conforme consta da informação prestada ao Departamento de Polícia Federal deste Estado pelo Cardeal D. Avelar Vilela.

Dando cumprimento as ordens emanadas do seu superior hierarquico o referido vigário passou a desempenhar um trabalho de assistencia pastoral junto aos trabalhadores portuários do Salvador, e paralelo esse trabalho exercia o seu mister de vigário da Igreja de São Gonçalo do Retiro, bem como continuava exercendo as funções de Coordenador da Comunidade Sacerdotal.

É claro e insofismável que, a atuação do expulsando junto aos trabalhadores portuários contava com a chancela da alta cupúla da Igreja no Estado da Bahia, visto que, o mesmo pelos cargos que ocupava deveria gosar do excelente prestígio junto às referidas autoridades.

Após um cuidadoso trabalho de investigação na área adistrita ao Porto do Salvador, as autoridades ligadas à segurança do Ministério da Marinha fizeram um levantamento da atuação do indiciado junto aos operários e marítimos que trabalham naquela área, e concluiram que o expulsando havia ferido preceitos da Lei de Segurança Nacional, bem como do Estatuto Específico que regula as atividades dos estrangeiros no território nacional. Afirmam os membros da Comissão Investigadora que, o indiciado havia distribuido vários panfletos subversivos entre os presidentes de sindicatos, que vinha executando um plano de agitação sindical, com o recrutamento de estivadores, marítimos e estudantes, afirmando inclusive que as reuniões eram efetuadas na Igreja da Santa Luzia dos Pilares, nesta cidade do Salvador.

Praça da Sé — Ed. Themis - Sala 305 - Fone 3-6099 — Insc. 35583000 — Salvador - Bahia

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA "DR. PEDRO DO NASCIMENTO"

PEDRO DO NASCIMENTO
DINIZ AUGUSTO DE SANT'ANA
— ADVOGADOS —

Fls. 67

CARTÓRIO

- 2 -

Analisando o material apreendido pelos homens responsáveis pelas investigações determinadas pelo Ministério da Marinha - a primeira vista chega a impressionar, porém, quando se aprofundou a defesa na análise de tais provas, chegou a conclusão que as mesmas eram por demais falhas, e que dessa forma não deveriam prosperar, posto que, não representavam ou não representam o espelho cristalino da verdade. Dentre os documentos considerados subversivos encontram alguns folhetos do Movimento Operário Brasileiro e alguns folhetos de cunho religioso elaborados pelo expulsando, onde constam alguns textos de uma conferencia pronunciada pelo Bispo de Crateús D. Fragoso, bem como textos de um documento publicado pela Igreja no Recife.

Dos documentos considerados subversivos, nem um deles está subscrito pelo indiciado, salvo um desses panfletos onde consta o nome do expulsando no cabeçalho, porém, isso não é bastante para atestar sua culpabilidade, já que as demais provas por serem inverídicas e estarem desacompanhadas de qualquer suporte lógico, não merecem - por parte da defesa uma preciação mais acurada.

Ademais, há de se levar em conta que, no inquérito instaurado pelo Secretaria de Segurança Pública não chegou a colher qualquer prova substancial, haja vista que, essa conclusão (~~xxxxxxxxx~~) não representa uma descoberta magistral da defesa, pois foi o próprio Superintendente Regional da Polícia Federal que reconheceu isso, dessa - forma, em não existindo provas concretas de haver o indiciado praticado as infrações que lhe estão sendo atribuídas, espera a defesa que, uma vez julgada as provas insuficientes, se digne a autoridade competente absolver o indiciado da acusação que lhe é formulada pelo Ministério da Justiça, para que, o ato de expulsão não venha a se concretisar, levando-se em consideração ainda, o fato de o expulsando já - se encontar fora do território brasileiro.

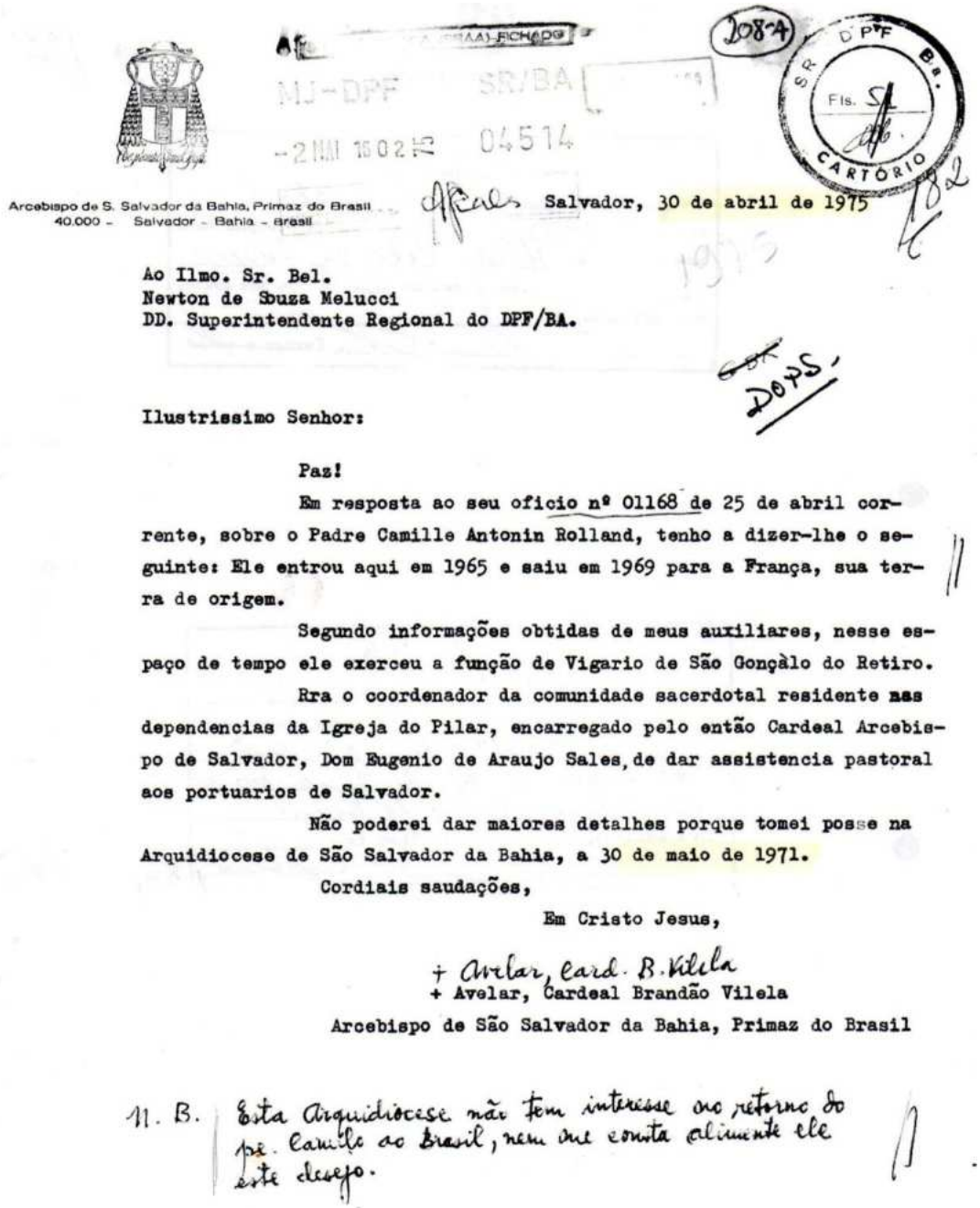
Por ser de Justiça...

Espera Deferimento.

Salvador 12 de maio de 1975

Praça da Sé — Ed. Themis - Sala 305 - Fone 3-6099 — Insc. 35583000 — Salvador - Bahia

Anexo 50 - Ofício de Dom Avelar à Polícia Federal sobre permanência de Padre Camille no Brasil.



MJ-DPF SR/BA 04514

208-4

SR DPF BA. Fls. 5 CARTÓRIO

Arcebispo de S. Salvador da Bahia, Primaz do Brasil
40.000 - Salvador - Bahia - Brasil

Salvador, 30 de abril de 1975

Ao Ilmo. Sr. Bel.
Newton de Souza Melucci
DD. Superintendente Regional do DPF/BA.

DOPS

Ilustrissimo Senhor:

Paz!

Em resposta ao seu oficio nº 01168 de 25 de abril corrente, sobre o Padre Camille Antonin Rolland, tenho a dizer-lhe o seguinte: Ele entrou aqui em 1965 e saiu em 1969 para a França, sua terra de origem.

Segundo informações obtidas de meus auxiliares, nesse espaço de tempo ele exerceu a função de Vigario de São Gonçàlo do Retiro.

Rra o coordenador da comunidade sacerdotal residente nas dependencias da Igreja do Pilar, encarregado pelo então Cardeal Arcebispo de Salvador, Dom Eugenio de Araujo Sales, de dar assistencia pastoral aos portuarios de Salvador.

Não poderei dar maiores detalhes porque tomei posse na Arquidiocese de São Salvador da Bahia, a 30 de maio de 1971.

Cordiais saudações,

Em Cristo Jesus,

+ Avelar, Card. B. Vilela
+ Avelar, Cardeal Brandão Vilela
Arcebispo de São Salvador da Bahia, Primaz do Brasil

N. B. Esta Arquidiocese não tem interesse no retorno do pe. Camille ao Brasil, nem sue conta oficialmente ele este desejo.

Anexo 51 - Informação nº 0054/116/ASV/79 do SNI denuncia a atuação dos padres Luiz Tonnetto Figueiredo e Padre Natal Campana, de Senhor do Bonfim

CONFIDENCIAL

Toda pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo. (Art. 12 do RSAS - Dec. N.º 79.099/77)

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SALVADOR

Presidência da República – Serviço Nacional de Informações – Agência Salvador

INFORMAÇÃO Nº 0054/116/ASV/79

DATA : 22 de junho de 1979

ASSUNTO : PADRES LUIZ TONETTO E NATAL

ORÍGEM : IRG Nº 01116/ASV/79

REFERÊNCIA : Pedido de Busca nº 051/19/AC/79, de 25 Abr.

DIFUSÃO : AC

ANEXOS : 01 - Carta Aberta à População (01 Fl.) xerocópia
02 - Jornal Verdade (13 Fls.) xerocópias
03 - Recortes de Jornal da Bahia (02 Fls.)

---

1. O Padre LUIZ TONETTO chegou a JAGUARARI/BA há aproximadamente três anos e meio, conseguindo a simpatia da comunidade, principalmente por ter feito um colégio com curso Normal.

Na zona rural o nominado desfruta da simpatia de agricultores e pecuaristas, principalmente os de menor poder aquisitivo, por ter adquirido junto a uma entidade religiosa (não / identificada) um trator que presta serviços gratuitos a esses pequenos agricultores.

2. O Padre NATAL CAMPANA, da Diocese de SENHOR DO BONFIM/BA, chegou àquela região há cerca de 06 (seis) meses e está sendo apontado pela população local, como mentor da invasão de uma área pública, pertencente ao Município, causando prejuízos às pessoas vizinhas como o Sr. PAULO BRAGA e VIVALDINA FELIX DA SIL-

CONFIDENCIAL

01

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

CONFIDENCIAL

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 0054/116/ASV/79:..... Fls. 02)

VA, que em reunião com o citado Padre e Autoridades daquela cidade, tentaram resolver o problema, sendo que o nominado não aceitou nenhuma solução.

O Padre NATAL é o responsável pelas publicações/ anexas, insuflando o povo contra o Sr. PAULO BRAGA e VIVALDINA FELIX, além de pronunciamentos durante as reuniões com a Comunidade da Diocese.

* * *

CONFIDENCIAL

02

Anexo 52 - Requerimento e outros documentos sobre papéis queimados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

REQUERIMENTO Nº , DE 2005.
(Da Sra. ALICE PORTUGAL)

Requer a reativação de Comissão Externa para acompanhar as investigações sobre a destruição de arquivos da repressão política na Base Aérea de Salvador, Bahia.

Senhor Presidente,

Em dezembro de 2004, diante da gravidade de fatos relatados por reportagem exibida na noite do dia 12 de dezembro de 2004, no programa "Fantástico", da Rede Globo de Televisão, revelando que documentos produzidos por órgãos de informação da Aeronáutica, da Marinha, do Exército e de outras instituições ligadas à repressão foram incinerados na Base Aérea de Salvador, requeri a constituição de Comissão Externa da Câmara dos Deputados para acompanhar as investigações que seriam conduzidas pela Justiça Militar.

Citada Comissão Externa foi constituída e seus integrantes, entre os quais esta deputada, visitaram a Base Aérea de Salvador, constando *in loco* a veracidade da denúncia. Mantivemos ainda contatos com o Comandante da Base, bem como com autoridades nomeadas para conduzir o inquérito que, por determinação do Ministério da Defesa, correria "em segredo de Justiça".

Posteriormente, em 23 de fevereiro de 2005, apresentei à Câmara dos Deputados Requerimento de Informações endereçado ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Defesa, solicitando cópia da conclusão do Inquérito Policial Militar instaurado para apurar as denúncias de incineração de arquivos da repressão política nas dependências da Base Aérea de Salvador.

Em sua resposta, o Exmo. Senhor Ministro da Defesa fez referência ao "segredo de Justiça" que protegia o inquérito e informou que as investigações haviam concluído que a incineração dos documentos teria acontecido fora das dependências da Base Aérea de Salvador.

Em 06 de novembro de 2005, novamente o programa de TV "Fantástico", exibido pela TV Globo, divulgou o resultado de novo laudo técnico

B9B594DE00 *B9B594DE00*

realizado pela Polícia Civil de Brasília a pedido do então Ministro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, que comprova que os documentos públicos foram realmente incinerados dentro da Base Aérea de Salvador. Os peritos da Polícia Civil de Brasília afirmam que seria impossível transportar para o interior da base papéis parcialmente destruídos e informaram ter encontrado novos vestígios dos documentos incinerados no local, indicando que os papéis traziam relatos de operações de órgãos de repressão da ditadura militar e detalhes de sessões de tortura.

A linha de investigação da Polícia Civil descobriu restos de raízes que aparentemente sofreram a ação do fogo e uma escavação do local também identificou camadas de cinzas e fragmentos de papéis queimados. Nos vestígios apontados no estudo e divulgados no Fantástico surgem evidências da prática de tortuira, vez que foram encontrados no material palavras como "pancadas", "nu" e "pendurado".

Diante da gravidade dos fatos, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno, que a Câmara dos Deputados adote as seguintes providências:

1- Solicitar à Justiça Militar que, ante as novas evidências, proceda imediata reabertura do Inquérito Policial Militar destinado a investigar as responsabilidades pela destruição e queima de arquivos do período da repressão política nas dependências da Base Aérea de Salvador, Bahia;

2- Reativar a Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar as investigações sobre a destruição e queima de arquivos do período da repressão política nas dependências da Base Aérea de Salvador, Bahia.

Sala da Comissão, em de novembro de 2005.

Alice Portugal
Deputada Federal

B9B594DE00 *B9B594DE00*

MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PARECER Nº **028/DOPS/CCP** Brasília-DF, 31 de maio de 2000

REFERÊNCIA: Ofício nº 202/99 - AL/BA, DE 14/12/99
Protocolo nº 08001.11105/99 – 91 – MJ.

ASSUNTO: ACESSO AOS ARQUIVOS DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DA POLÍCIA FEDERAL DA BAHIA.

INTERESSADO: ALICE PORTUGAL – Deputada Estadual/BA.

O expediente da referência cuida de solicitação da Ilustre Deputada Estadual (PC do B /BA) - ALICE PORTUGAL, na qual através de ofício endereçado ao ex- Ministro de Estado da Justiça, o Dr. JOSÉ CARLOS DIAS, para que aquela autoridade determinasse à "Superintendência da Polícia Federal no Estado da Bahia que viabilizasse o acesso público aos arquivos do DOPS na Bahia, que se encontram sob sua guarda".

A referida parlamentar estadual, destaca ainda, que desde 1996, já recorreu a todos os Ministros da Justiça, contudo, seus pleitos não foram atendidos. E mais uma vez, recorre àquela autoridade no sentido de satisfazer o seu intento.

Antes de adentrar no mérito da questão, trago a lume que a legislação federal pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos, se acha condensada nos seguintes ditames legais:

Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Decreto n.º 2.134, de 24 de janeiro de 1997, que trata da classificação dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles.

Decreto n.º 2.182, de 20 de março de 1997, que estabelece normas sobre a transferência e o recolhimento de acervos públicos para o Arquivo Nacional.

Lei n.º 9.507, de 12 de novembro de 1997, que regula o decreto de acesso a informações e disciplina o rito processual do Habeas – Data.

Decreto n.º 2.190, de 29 de dezembro de 1998, que define normas para a salvaguarda de documentos, materiais, aéreas , comunicações e sistemas de informação sigilosos .

Lei n.º 9.883, de 07 de dezembro de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

Decreto n.º 3.448, de 05 de maio de 2000, que cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência.

No âmbito interno desse órgão, em corolário a legislação acima citada, foi aprovada a Instrução Normativa, n.º 003/98 - DG/DPF, RESERVADA, que institui normas para orientar a classificação, a custódia, o acesso e a reprodução dos documentos públicos de natureza sigilosa.

Quanto ao pleito da referida Deputada, creio eu, que está momentaneamente prejudicado por falta de amparo legal. Mesmo porque, nenhuma autoridade pública, pode transigir a lei para satisfação pessoal de quem quer que seja .

Por inferência, acredito que é por isso, que os pleitos anteriores da parlamentar não foram atendidos pelos ex -Ministros da Justiça.

Para ilustrar, tracejo com o fundamento da nossa carta política vigente, onde diz: " Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

- Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude de Lei." -

- Sobre a matéria convém destacar ainda, os ensinamentos do renomado jurista JOSÉ AFONSO DA SILVA, in Princípios Gerais de Direito Administrativo", vol. I, 1979, p. 319:

> " O poder regulamentar não é poder legislativo, por conseguinte não pode criar normatividade que inove a orientação jurídica. Seus limites naturais situam-se no âmbito da competência exclusiva e administrativa onde se insere. Ultrapassar esses limite importa em abuso de poder, em usurpação de competência, tornando-se irrito o regulamento dele proveniente. Logo, lembramos a lição de OSWALDO ARANHA BANDEIRA DE MELLO, decorrentes do direito positivo. Deve-se respeitar os textos constitucionais, a lei regulamentada e a legislação em geral, e as fontes subsidiadas a que ela se reporta". Ademais, sujeita-se a comportas teóricas. Assim, não cria, em modifica e sequer extingue direitos e obrigações, senão nos termos da lei, isso porque o inovar originariamente na ordem jurídica consiste em matéria reservada à lei. Igualmente, não adia a execução de lei e, menos ainda, a suspende, salvo disposição expressa dela, ante o alcance irrecusável da lei para ele. Afinal, não pode ser emanado senão conforme a lei, em virtude da proeminência desta sobre ele".

- Lei 8. 159/91, no parágrafo 2° do artigo 23, estabelece: "O acesso aos documentos sigilosos referentes a segurança da sociedade e do Estado será restrito por um prazo máximo de 30 anos, a partir da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período".

Ex positis, conclui-se que este Departamento de Polícia Federal não pode abrir agora, os seus arquivos para a ilustre Deputada Estadual pesquisar, até que se cumpra os prazos estipulados pela lei. Assim sugiro a devolução de todo o expediente à Assessoria do Gabinete do Ministério da Justiça, para conhecimento e se for o caso informar a referida parlamentar. Bem como, sugiro ainda, expedir cópia de todo processado para à SR/DPF/BA conhecer.

É o parecer, s.m.j.

GEDIMAR PEREIRA PASSOS
Agente de Polícia Federal

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE INTELIGÊNCIA

DESPACHO Nº06 -GAB/CI/DPF **DATA: 19/06/00**

REFERÊNCIA: Ofício nº 202/99 – Assembléia Legislativa/BA
Deputada Estadual – PC do B – ALICE PORTUGAL
Protocolo nº08001.011105/99-91
Despacho nº 2217-DG/DPF de 09 JUN 00

ASSUNTO: Acesso aos arquivos da DELEGACIA de ORDEM POLÍTICA e SOCIAL (DOPS) na SR/DPF/BA.

INTERESSADA: ALICE PORTUGAL – Deputada Estadual pelo PC do B/BA.

INTRODUÇÃO:

O expediente contido na referência trata de requerimento da Deputada Estadual, pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), no Estado da Bahia, ALICE PORTUGAL, visando o acesso público aos arquivos da **DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA e SOCIAL (DOPS) na SR/DPF/BA**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE INTELIGÊNCIA

DISPOSITIVOS LEGAIS

O Decreto nº 2.134/97 regulamenta o **artigo 23 da Lei nº 8.159 de 08/01/91**, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências.

Os órgãos de Inteligência do Departamento de Polícia Federal não possuem mais arquivos convencionais. Os dados e informações de interesse da Justiça e do trabalho de investigação de Polícia Judiciária Federal encontram-se armazenados eletronicamente em bases de dados criminais.

O processo de avaliação dos documentos para informatização do antigo arquivo teve inicio em 1978, sendo executado de acordo com o que preceituava o Decreto nº 79.099 de 06/01/77 (Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos), em vigor naquela ocasião.

Atualmente, as bases de dados que contêm informações criminais no Departamento de Polícia Federal, estão contidas no computador de grande porte e sob a custódia e responsabilidade da Coordenação de Informática.

Analisando a legislação pertinente ao assunto, podemos observar que a Lei 8.159 procurou preservar o sigilo para proteger os direitos e garantias individuais, como se observa nos parágrafos 1º e 3º do artigo 23, o que foi reforçado pelos artigos 28, 29 e parágrafo único do Decreto 2.134, a seguir:

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE INTELIGÊNCIA

O parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 8.159 dispõe:

> *" Art.23. .....*
>
> *§ 1º Os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originalmente sigilosos."* (grifo nosso).

O parágrafo 3º do artigo 23 da Lei 8.159 dispõe:

> *" Art.23. .....*
>
> *§ 3º O acesso aos documentos sigilosos referente à honra e à imagem das pessoas será restrito por um prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da data de sua produção."* (grifo nosso).

Dispõe ainda o Decreto 2.134, nos seus artigos 28, 29 e seu parágrafo único:

> *" Art. 28. Excetuam-se do acesso público irrestrito os documentos cuja divulgação comprometa a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, e aqueles integrantes de processos judiciais que tenham tramitado em segredo de justiça."*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE INTELIGÊNCIA

> *" Art. 29. Serão restritos pelo prazo de cem anos, a partir da data de sua produção, os documentos a que se refere o art. 28 deste Decreto."*
>
> *" Parágrafo único. Excepcionalmente, desde que observadas as disposições do art. 9º, poderá ser autorizado o acesso aos documentos referidos no art. 28 deste Decreto."*

O artigo 9º do Decreto 2.134 faculta às Comissões Permanentes de Acesso autorizar o acesso a documentos públicos sigilosos, conforme abaixo:

> *" Art. 9º - As Comissões Permanentes de Acesso poderão autorizar o acesso a documentos públicos de natureza sigilosa a pessoas devidamente credenciadas, mediante apresentação, por escrito, dos objetivos da pesquisa."* (grifo nosso).

As informações criminais a respeito de pessoas investigadas estão, invariavelmente, ligadas à intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de tais pessoas, uma vez que o crime está relacionado com o desvio de comportamento social dos indivíduos. Tais desvios são repudiados pela sociedade e punidos pela Lei.

O sigilo da investigação policial e de seus resultados fica preservado em razão do que preceitua o artigo 20 do Código de Processo Penal. A revelação de tais segredos profissionais está tipificada como crime, previsto no artigo 325 do Código Penal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE INTELIGÊNCIA

CONCLUSÃO:

A Excelentíssima Deputada Federal do Partido Comunista do BRASIL (PC do B/BA), que destaca em seu pleito o exercício da cidadania na busca permanente da democracia , poderá utilizar o "HABEAS DATA", "writ" Constitucional, que **assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes em registros ou bancos de dados de entidades governamentais**, conforme o Artigo 1º, inciso LXXII da Constituição Federal.

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Acesso do Departamento de Polícia Federal, após reunir- se e avaliar o pleito em questão, com o amparo no artigo 9º já mencionado, deliberou sobre o assunto e decidiu por unanimidade não atender a solicitação da Deputada Estadual – PC do B/BA – ALICE PORTUGAL

Restitua-se ao Senhor Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

MARIAM IBRAHIM
Delegado de Polícia Federal
Coordenadora de Inteligência

Carta aberta

AO POVO BRASILEIRO

ÀS AUTORIDADES: Presidente Lula; ministros da Justiça e da Defesa; secretário Nacional dos Direitos Humanos; Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas.

Assunto: cobrança de resultados e conseqüências sobre a queima intencional de documentos sigilosos em dependências da Aeronáutica em Salvador e pela abertura dos arquivos da ditadura militar.

Brasileiros,

A Universidade Federal da Bahia (Ufba), a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia (OAB-BA), a Associação Bahiana de Imprensa (ABI) e o Grupo Tortura Nunca Mais/Seção Bahia, diante do recente episódio da queima intencional de arquivos da ditadura militar em dependências da Aeronáutica em Salvador-Bahia e da celeuma que se está alimentando com a regulamentação e o cumprimento da abertura de arquivos sigilosos, vêm cobrar transparência e satisfações devidas à sociedade brasileira, inclusive com a divulgação das providências adotadas, na fase de inquérito, assim como os resultados que forem obtidos.

Ainda que as investigações constatem que a queima dos documentos tenha sido uma trama, a guarda, ao que tudo indica, estava com um órgão público, que, assim, fica envolvido com o ato criminoso. Tais documentos não são propriedade de integrantes de nenhum organismo. Eles pertencem ao Brasil, pertencem ao seu povo. O Governo e a sociedade

têm o dever de preserva-los. Portanto, essa exigência é feita em nome de todo o povo brasileiro.

Conseqüentemente, as entidades acima relacionadas mantém-se reunidas, em articulação permanente, aguardando a participação de mais outras entidades, do povo e de parlamentares, independente de partido, que se queiram integrar a este movimento, até que seja devidamente atendido o interesse público.

A garantia de que devem ser revelados os arquivos da ditadura militar de 1964 abre perspectiva importante para se reconstruir uma das páginas mais sombrias da história do Brasil. Isso irá constituir-se também como providência muito importante para as famílias daquelas inúmeras pessoas que foram vítimas e desapareceram, até hoje, sem qualquer consideração nem satisfações do Poder que então dominava o País.

Agora, o Estado e segmentos que a ele estejam subordinados não podem continuar sonegando as informações indispensáveis sobre o que aconteceu no Brasil, durante um período tão duro e prolongado, que ceifou a vida de milhares de brasileiros. Muito menos, também não podem tentar destruir esses documentos, como se deles fossem os donos.

Tanto as Forças Armadas como as várias siglas e seus agentes que se constituíram em braços da repressão política (Polícia Federal, Dops, SNI) têm a responsabilidade legal e o dever de preservar os arquivos, por mais danosos que possam ser considerados, porque tais documentos pertencem, em última instância, à nossa memória histórica. As informações neles registradas são um direito da cidadania.

Querer queima-los intencionalmente, criminosamente, é pretender sonega-los à Pátria.

Entendem as entidades signatárias que nem mesmo documentos referentes ao período ditatorial que hoje estejam em mãos de particulares devem ficar perdidos e esparsos. Por isso, a Universidade Federal da Bahia, através do Instituto de Ciência da Informação (telefone 71-336-6755), dispõe-se a recebe-los e arquiva-los devidamente, com o compromisso de coloca-los à disposição do público, na Biblioteca Central da Ufba, podendo também disponibilizá-los por meio do Governo Federal, caso isso se torne viável.

Pode e deve o Estado estabelecer normas e regulamentos para a abertura imediata dos arquivos, levando-se em consideração as ressalvas constitucionais, mas sem tergiversações ou tentativas de esconder para a história fatos que representaram o abuso da lei e o cometimento de crimes desprovidos de razões circunstanciais.

A transparência dos fatos registrados tem de ser assegurada e feita com fidelidade, ainda que se aceitando o cuidado de que devem ser preservadas informações relacionadas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, conforme estabelece a Constituição brasileira .

O atual Governo é depositário de muitas esperanças do povo e tem a responsabilidade de dar um passo significativo para que a história seja revelada, com a consolidação de princípios da democracia que é pregada.

A reconciliação nacional está a exigir esse gesto de grandeza, inclusive, das Forças Armadas, pois a normalidade também caminha pela trilha de um país que tem a sua história passada a limpo, sem censura, sem omissões, sem torturas e com o respeito aos Direitos Humanos.

Salvador, 11 de janeiro de 2005.

Naomar de Almeida Filho
Reitor da Ufba

Dinailton Oliveira
Presidente da OAB-BA

Jorge Randam
Presidente em exercício da ABI

Ana Guedes
Presidente Grupo Tortura Nunca Mais